



Antônia Regina Pinho da Costa Leitão

# POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL DE BASE COMUNITÁRIA NO SESC IPARANA/CAUCAIA: POVOS DO MAR

Tese de Doutorado em Turismo, Lazer e Cultura, no ramo de Turismo e Desenvolvimento, orientada pelo Professor Doutor Norberto Nuno Pinto Santos e apresentada ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Março/2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

# Potencialidades para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável de Base Comunitária no SESC Iparana/Caucaia: Povos do Mar

Ficha Técnica:

|                        |   |
|------------------------|---|
| Tipo de trabalho       | Tese de Doutoramento  |
| Título                 | Potencialidades para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável de Base Comunitária no SESC Iparana/Caucaia: Povos do Mar |
| Autor/a                | Antônia Regina Pinho da Costa Leitão  |
| Orientador/a           | Professor Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos   |
| Identificação do Curso | Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura  |
| Área científica        | Turismo e Lazer   |
| Ramo                   | Turismo e Desenvolvimento   |
| Data                   | 2017  |



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



## RESUMO

O presente estudo, intitulado “Potencialidades para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável de Base Comunitária no SESC Iparana/Caucaia: Povos do Mar” analisa uma experiência social do SESC-CE na referida comunidade, objetivando criar condições para o desenvolvimento do turismo de base comunitária. Para tanto, estabeleceu parâmetros teóricos e metodológicos norteadores, cujas reflexões foram fios condutores para a interpretação do significado de um experimento educativo voltado para a criação de condições favoráveis ao turismo de bases comunitárias, por comunidades que o vivenciam e compõem o entorno da Colônia Ecológica. A escolha do tema em estudo decorreu do nosso envolvimento, há mais de 20 anos, em atividades do Serviço Social do Comércio (SESC), voltadas à inclusão de um dado segmento populacional, pela via do turismo social; no interior do qual foi sentida a necessidade de uma maior fundamentação para o planejamento dessas práticas, pela via de uma investigação científica, recorrendo a fontes diversas, que envolvem um levantamento bibliográfico, corpo de documentos (leis, estatutos, diretrizes de base) e uma produção de dados empíricos. A pesquisa não se limita e nem tampouco se esgota numa análise política ou filosófica do que é o SESC e dos seus trabalhos de cunho social e assistencial, pois quer esclarecer como essa instituição se vê e é vista, como agente social, educacional e geradora de capacitação e potencialidades para a sociedade em geral. Apresenta respostas para algumas indagações, em especial, quanto à possibilidade de organização de uma rede turística que promova o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, culturais e comunitários no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana. A começar pela contribuição do SESC, enquanto agente educativo para que as comunidades percebam suas potencialidades em relação ao desenvolvimento sustentável do Turismo de Base Comunitária na região e se organizem nesse sentido, oferecendo produtos e serviços turísticos, que credenciam a região em pauta, como um roteiro turístico diferenciado, de caráter mais social do que competitivo, no mercado turístico.

Assim, é com base nesse contexto que, o objetivo geral desta pesquisa consiste em avaliar as práticas de fomento ao turismo de bases comunitárias desenvolvidas pelo SESC-CE, junto às comunidades do entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana/Caucaia.

Segundo os resultados obtidos, a partir de uma sondagem junto a essas comunidades, foram identificados alguns efeitos da ação educativa do SESC-CE, ali constituída, bem como algumas demandas comunitárias, com vistas a reforçar o potencial de inserção socioeconômica das populações locais, nas atividades relacionadas ao turismo, que podem ser assim agrupadas:

- 1) O turismo praticado no entorno da Colônia SESC Iparana, e mesmo no litoral cearense, não visa o desenvolvimento das comunidades, nem a preservação de seus ecossistemas;
- 2) Há necessidade de mais projetos de educação ambiental e cultural para os clientes que chegam a essa região de Iparana no sentido de valorizarem mais o turismo comunitário e o território em que estão visitando. Assim sendo, torna-se imprescindível no interior das ações de turismo social já praticado pelo SESC-CE a ampliação de projetos nesse âmbito aos clientes do turismo social do SESC Iparana que chegam a essa região;
- 3) Promoção de ações de preparação técnica internas, do corpo de funcionários do SESC Iparana, para o turismo de base sustentável e comunitária, priorizando o enriquecimento cultural, a educação, a melhoria das relações interpessoais, o desenvolvimento integral da saúde, dentre outras oportunidades;
- 4) Com relação às comunidades do entorno, encontra evidências empíricas de que o turismo de base comunitária, a ser protagonizado pelos nativos das comunidades de Iparana e Pacheco, em contato com outras comunidades do litoral cearense, por meio de ações comunitárias sistemáticas e da organização anual do evento “Povos do Mar”, parece abrir uma possibilidade de inclusão social, pois tal iniciativa tem contribuído para suscitar, nas comunidades locais, demandas de capacitação e fomento do turismo.

Por fim, a iniciativa pode vir a colaborar para que a economia local se diversifique ao abrir caminho a uma crescente valorização da cultura da localidade, da permanência dos nativos em seus territórios e, ao mesmo tempo, do fortalecimento crescente dos contatos com novas localidades para a formação de redes intercomunitárias, podendo assim, estabelecer trocas de saberes com outras comunidades do litoral cearense, que já desenvolvem projetos similares e venham favorecer, em futuro próximo, o surgimento de novas práticas de turismo comunitário em outras localidades. E ainda como forma de colaboração o estudo sugere alguns itinerários de turismo comunitário com a integração das diferentes comunidades étnicas e profissionais da comunidade e o SESC Ceará.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável local. Turismo social. Turismo de base comunitária. Colônia de férias Iparana-Caucaia-Ceará. Gestão do turismo de base comunitária.

## ABSTRACT

This study, entitled “Potentialities for the Development of Sustainable Community-Based Tourism at SESC-Iparana/Caucaia: Peoples of the Sea” analyzes the social experience of SESC-CE in the said community, with the aim of creating conditions for the development of community-based tourism. In order to do that, we set guiding theoretical and methodological parameters, whose reflections were conducting lines for the interpretation of the meaning of educational experiment aimed at creating favorable conditions for community-based tourism, for communities experiencing and composing the surroundings of the Ecological Camp. The subject was chosen due to our 20+ year- involvement in the activities of the Social Service of Commerce (SESC) aimed at the inclusion of a specific populational segment by means of social tourism; in which we felt the need for greater grounds to plan these practices, by means of scientific investigation, turning to several sources, which involves a bibliographic survey, body of documents (laws, statutes, basic guidelines) and the production of empiric data. The research is not limited to nor exhausts itself in a political or philosophical analysis of what SESC is and of their social and welfare work, since it aims to clarify how this institution sees itself and is seen as a social, educational agent, generating qualification and potentialities for the society in general. It presents answers for some questions, especially regarding the possibility of organizing a tourist network that promotes the sustainable development of natural, cultural and community resources around the SESC Iparana Ecological Camp. It starts with the SESC’s contribution as an educational agent, so that the communities perceive their potentialities in relation to sustainable development of community-based tourism in the region and organize themselves in that manner, offering tourist products and services that endorse the related region, with a different tourist route, one with a more social than competitive nature, in the tourist market.

Thus, based on this context, the general objective of this research is to evaluate the practices promoting community-based tourism developed by SESC-CE with the communities surrounding the SESC Iparana/Caucaia Ecological Camp.

According to the results obtained, from a survey in these communities, some effects of SESC’s educational action were identified, was well as some community demands aimed at reinforcing the potential of socioeconomic insertion of local populations in tourism-related activities, that can be grouped as follows:

- 1) The tourism practiced around the SESC Iparana Camp, and even on the coast of Ceará,

does not aim the communities' development, nor the preservation of their ecosystems;

- 2) More environmental and cultural education projects are needed for clients who come to this region of Iparana, so as to further value community tourism and the region they are visiting. Thus, it is indispensable that, within the social tourism actions already practiced by SESC, these projects are extended in such context to social tourism clients of SESC Iparana that come to this region.
- 3) Promoting in-house technical preparation actions of the SESC Iparana staff for sustainable community-based tourism, prioritizing cultural enrichment, education, improvement in interpersonal relations, thorough health development, among other opportunities;
- 4) Regarding the surrounding communities, we found empirical evidences that community-based tourism to be carried out by the locals in communities such as Iparana and Pacheco, in contact with other communities on the Coast of Ceará, through systematic community actions and annual organization of the "Peoples of the Sea" Event, seems to opens up social inclusion possibilities, since such initiative has contributed to raise, in these communities, demands of qualification and promotion of tourism.

Finally, this initiative may contribute to diversify the local economy by opening up to an increasing valuation of the local culture, the permanence of locals in their land and, at the same time, of the increasing strengthening of the contacts between these new places for the formation of inter-community networks, thus being able to establish knowledge interchanges with other communities on the coast of Ceará that already develop similar projects and that may favor, in the near future, the emergence of new community tourism practices in other places. Another contribution of this study is to suggest some community tourism itineraries with the integration of different ethnical and professional communities with SESC Ceará.

**Keywords:** Local sustainable development. Social tourism. Community-based tourism. Iparana-Caucaia-Ceará Holiday Camp. Community-based tourism management.



Dedico este trabalho aos meus filhos, Juliana,  
Ranieri Filho e Filipe pelo carinho, apoio e  
amor incondicionais



## AGRADECIMENTOS

A perspectiva de fechamento de um trabalho científico ocorre graças à soma de colaborações diversas recebidas, ao longo de todo um percurso. Nesse sentido, afirmo que esta Tese é o resultado do trabalho e dedicação de muitas mãos e reflexões de pessoas que compartilharam seus saberes e experiências de forma singular e generosa, favorecendo o amadurecimento, avanço e sustentação deste estudo. Assim, para começar, envio a todas elas os meus mais sinceros e carinhosos agradecimentos.

Ao Professor Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos, por sua orientação dedicada, criteriosa e incansável, a cada tomada de decisão, com suas observações criteriosas e colocações instigantes, que fizeram a diferença e deram a este estudo o apoio acadêmico necessário para eu chegasse ao seu termo. Ele, como os grandes mestres, dividiu comigo seu conhecimento e experiências inquestionáveis em todo o percurso deste trabalho, nas sessões presenciais de orientação; e mesmo quando, estando distante geograficamente sempre esteve presente nas horas e medidas certas, com suas palavras amigas, conselhos e incentivos para que eu fosse adiante em minhas buscas. Para além da orientação científica, o seu modo humano de conduzir-me, como pedagogo que é, foi um suporte de indescritível valia. Na condição de Diretor do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, ele deu-me ainda o respaldo acadêmico mais amplo de que necessitava como estudante estrangeira.

À Professora Doutora Fernanda Delgado Cravidão, representando cada um dos professores do meu curso, e por toda a disponibilidade demonstrada para colaborar comigo, quando me auxiliou inúmeras vezes, ante dificuldades de natureza acadêmica, incentivando-me em momentos de exaustão, ou mesmo, questionando os aspectos a serem referendados; e, especialmente, me dando a energia necessária para seguir em frente.

Profa. Dra. Maria Juraci Maia Cavalcante, da Universidade Federal do Ceará, agradeço pela inestimável parceria e acolhimento em seu grupo de investigação; por sua disponibilidade de tempo e prestimosa ajuda para sanar algumas dúvidas, de natureza teórico-prática, surgidas no desenrolar deste estudo; favoreceu-me ainda no estímulo à escrita de artigos sobre resultados parciais desta investigação, bem como na organização conjunta de alguns livros editados pela Universidade Federal do Ceará, na Coleção História da Educação, o que muito contribuiu para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Nesse mesmo sentido, agradeço ao Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) – Unidade de Investigação e Desenvolvimento – e Fundação para

a Ciência e para a Tecnologia, pela oportunidade concedida, ao ter publicados alguns dos meus artigos, em conjunto com o meu Orientador. Aproveito para expressar a minha gratidão aos docentes que compõem o Departamento de Geografia desta universidade de tão grande importância histórica e renome internacional, pelos conhecimentos que me foram ofertados, durante todo este período da minha vida acadêmica.

No tocante ao alcance de fontes, sujeitos e dados de investigação, sou grata às instituições que responderam a pedidos de dados peculiares: Associação de Pescadores e Marisqueiras de Iparana, Colônia de Pescadores Z-5 de Paracuru, Associação dos Barraqueiros do Parque Leblon, Associação dos Moradores do Pacheco, Associação dos Moradores do Parque Leblon, Associação das Comunidades do Rio Ceará, Associação do Grupo das Produtoras Rurais de Artesanato de Timbaúba, Associação das Comunidades dos Índios Tapeba, Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido, Entidade Regional de Turismo do Centro do Ceará, Instituto Nacional de Estatística, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, Instituto para o Desenvolvimento Social, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Fundação Nacional do Índio, Instituto de Arte e Cultura do Ceará e Governo do Estado do Ceará.

Ao presidente do Sistema Fecomércio/SESC/SENAC/IPDC, Sr. Luiz Gastão Bittencourt da Silva, endereço a minha gratidão especial, pelo seu apoio fraterno e prontidão em todas as liberações necessárias para efetivar a conclusão deste estudo, sem o que teria sido impossível a concretização do meu sonho de realização acadêmica.

À minha solícita e competente secretária, senhora Elci Silva, do SESC-Ceará, por ter seguido à risca todas as minhas solicitações, quanto aos materiais pesquisados para compor os anexos, inúmeras buscas de livros em sites e bibliotecas *on-line*, de que precisava, etc.

Ao professor Aécio Flávio Bittencourt e ao professor Gregório Oliveira pela prontidão de ambos na correção e tradução do *abstract* de forma plenamente criteriosa e consoante minha solicitação.

À colega Sandra Brito, por sua dedicação e ajuda indispensável na organização dos capítulos, na busca de autores e conferência das referências que basearam minhas pesquisas. A sua colaboração – juntamente com a de Francisca Alves, a quem também sou grata, pelo auxílio dado às tabulações dos gráficos, quadros e tabelas quantitativas – as duas juntas constituíram um apoio precioso de equipe de pesquisa quali-quantitativa, que me deu o suporte necessário para garantir o rigor científico que este método determina.

Ao Paulo Leitão e toda a sua equipe, como corpo técnico da área cultural do SESC-CE, agradeço pela contribuição para a realização dos encontros com os meus sujeitos da pesquisa e no precioso auxílio para a materialização dos inquéritos, em pesquisa de campo no Evento Povos do Mar e com a comunidade em geral. Nesse sentido, destaco o compromisso da estudante de graduação da UFC, Regina Luna, por sua contribuição na pesquisa, quando da localização de todos os mapas necessários ao mapeamento do local de estudo, assim como na parte de digitalização do material qualitativo dos inquéritos aplicados aos sujeitos desta investigação.

Não poderia deixar de me dirigir ao SESC como instituição a que estou ligada, como profissional da área de gestão e fomento social, por todo o apoio e esforço na organização do Evento Povos do Mar – SESC-Iparana, que deu condições, tanto para a realização do trabalho de educação comunitária que subjaz a esta investigação, quanto para a participação dos sujeitos aqui investigados, trazendo-os até nós e, assim, contribuindo para que este estudo acontecesse nas melhores condições possíveis, sempre primando pela ética e lógica científica. Às equipes da Gerência da Tecnologia da Informação (GTI) e da Assessoria de Comunicação e Marketing (ASCOM) do SESC Ceará, agradeço pela dedicação que tiveram cada uma, no redimensionamento dos arquivos para tornar possível a sua visualização e acesso digital em qualquer computador, e busca de um ou outro material que facilitasse o estudo.

Aos bibliotecários da Universidade de Coimbra, da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, como também, à equipe da Biblioteca do SESC Ceará, endereço o meu reconhecimento e gratidão.

Ao bibliotecário Francisco Welton Silva Rios, o qual, com competência e agilidade, contribuiu na normatização das citações e referências, de acordo com as normas da APA.

À banca examinadora desta tese, pelo aceite ao convite de participação, possibilitando assim a submissão de exame necessário à conclusão do nosso trabalho e consequente realização de meu grande ideal acadêmico como socióloga.

Enfim, sou muitíssimo grata à minha amada família, que sempre me deu o melhor de si e em mim depositou tanta confiança. Especialmente, reputo aos meus queridos filhos: Juliana, Ranieri Filho e Filipe, por terem me apoiado tanto, com particular carinho e, sobretudo, pela compreensão de minhas ausências, na reta final de fechamento da minha Tese. Hoje, posso afirmar que a energia, a força e tudo o mais que aprendi na convivência com meus filhos e na construção desta Tese muito me ajudaram também na compreensão do meu papel no mundo e

no meu desejo inabalável de lutar o bom combate pelo bem comum e um futuro melhor para todos.

## LISTA DE FIGURAS

| CAPÍTULO II               |   |     |
|---------------------------|---|-----|
| <b>Figura II.2.2.1:</b>   | As dimensões institucionais da modernidade desenvolvida por Giddens.....  | 14  |
| <b>Figura II.2.2.2:</b>   | Evolução da forma urbana: protótipos da cidade norte-americana de 1820 a 1970.....                              | 18  |
| <b>Figura II.2.2.3:</b>   | Modelo de mobilidade internacional do trabalho.....   | 21  |
| <b>Figura II.2.2.4:</b>   | Riscos de alta-consequência da modernidade de Giddens.....  | 23  |
| <b>Figura II.2.2.5:</b>   | Construído por mim com base nos componentes da sustentabilidade territorial de Santos (2014) .....              | 38  |
| <b>Figura II.2.2.6:</b>   | Parâmetros de avaliação da sustentabilidade territorial.....  | 39  |
| <b>Figura II.2.3.1:</b>   | Espiral do desenvolvimento local, sub-regional e regional propiciado pelo turismo.....                          | 50  |
| <b>Figura II.2.3.2:</b>   | Classificação das atividades produtivas.....  | 51  |
| <b>Figura II.2.3.3:</b>   | Modelo do Sistur de Beni.....   | 52  |
| <b>Figura II.2.3.4:</b>   | Sistema Turístico Básico de Neil Leiper.....  | 54  |
| <b>Figura II.2.3.4.a:</b> | Sistema turístico de Neil Leiper.....   | 54  |
| <b>Figura II.2.3.5:</b>   | Tipos de experiências de divertimento e entretenimento.....   | 64  |
| <b>Figura II.2.3.6:</b>   | Os tempos sociais nas sociedades modernas.....  | 73  |
| <b>Figura II.2.3.7:</b>   | Consumo massificado do lazer. Entre democratização e elitização.....  | 75  |
| CAPÍTULO III              |   |     |
| <b>Figura III.3.2.1:</b>  | Inter-relações entre os tipos de turismo.....   | 90  |
| <b>Figura III.3.5.1:</b>  | Declaração de Copenhague: compromissos assumidos.....   | 115 |
| <b>Figura III.3.2.2:</b>  | Os princípios do Pacto Global.....  | 116 |
| <b>Figura III.3.5.3:</b>  | Artigos constitucionais relacionados ao meio ambientes.....   | 117 |
| <b>Figura III.3.5.4:</b>  | Triple Bottom Line.....   | 118 |
| <b>Figura III.3.5.5:</b>  | Mapa situando Iparana – Caucaia – Ceará.....  | 119 |
| <b>Figura III.3.5.6:</b>  | Mapa situando a Colônia do SESC Iparana – Rio Ceará – Barra do Ceará – Fortaleza – Caucaia.....                 | 120 |
| <b>Figura III.3.5.7:</b>  | Estradas com BR e CE que levam a Fortaleza – Caucaia – Iparana – Colônia Ecológica do SESC Iparana.....         | 120 |
| CAPÍTULO IV               |   |     |
| <b>Figura IV.4.1.1:</b>   | Atenção simultânea para a questão, o método e o local.....  | 152 |
| <b>Figura IV.4.1.2:</b>   | Colônia Ecológica SESC Iparana – Pacheco.....   | 163 |
| <b>Figura IV.4.2.1:</b>   | Colônia Ecológica SESC Iparana – 10km de Fortaleza.....   | 169 |
| <b>Figura IV.4.2.2:</b>   | Estradas que levam a Fortaleza – Caucaia – Iparana Colônia Ecológica do SESC Iparana com Rodovias: BR e CE..... | 170 |
| <b>Figura IV.4.2.3:</b>   | Fortaleza – Caucaia – Rio Ceará – Colônia do SESC Iparana.....  | 170 |
| <b>Figura IV.4.2.4:</b>   | Mapa da costa do Ceará de 1629, no qual se destaca o forte.....   | 172 |
| <b>Figura IV.4.2.5:</b>   | Carta da Capitania do Ceará (Antônio José da Silva Paulet, 1818). Mapa do Ceará por Silva Paulet (1818) .....   | 174 |
| <b>Figura IV.4.2.6:</b>   | Caucaia – Rio Ceará – Barra do Ceará.....   | 175 |
| <b>Figura IV.4.2.7:</b>   | Iparana – Pacheco – Caucaia – Fortaleza – Rio Ceará.....  | 176 |
| <b>Figura IV.4.2.8:</b>   | Hidroavião na Barra do Ceará em 1930.....   | 179 |
| <b>Figura IV.4.2.9:</b>   | Hidroporto do Rio Ceará entre 1930a 1942.....   | 180 |
| <b>Figura IV.4.2.10:</b>  | Caucaia – Pacheco – Colônia Ecológica SESC – Iparana – Fortaleza – Rio Ceará.....                               | 181 |
| <b>Figura IV.4.2.11:</b>  | Iparana – Guaié – Salina Margarida – Emboaca – Vila Velha – Parque Leblon.....                                  | 182 |
| <b>Figura IV.4.2.12:</b>  | Paisagem de mangues, mata de tabuleiro, falésias, dunas e corais.....   | 183 |
| <b>Figura IV.4.2.13:</b>  | Vistas do encontro do mar com o Rio Ceará e do balneário as margens do Rio Ceará....                            | 184 |

|                          |   |     |
|--------------------------|---|-----|
| <b>Figura IV.4.2.14:</b> | Imagem da ocupação irregular na Comunidade do Pacheco em Iparana.....   | 185 |
| <b>Figura IV.4.2.15:</b> | Imagem da ocupação irregular na região de dunas e mangue nas praias do Pacheco em Iparana.....  | 186 |
| <b>Figura IV.4.2.16:</b> | Casa de veraneio em Iparana/Ceará.....  | 187 |
| <b>Figura IV.4.2.17:</b> | Série de espigões construídos para diminuir os efeitos erosivos decorrentes da construção do Porto de Mucuripe em Fortaleza. O antigo Porto de Fortaleza foi aproveitado para a construção de marinas associado a um empreendimento hoteleiro de grande porte.....                            | 188 |
| <b>Figura IV.4.2.18:</b> | Destruição dos muros das casas e desestabilização de enrocamentos pela ação erosiva das ondas na praia de Iparana, na Região Metropolitana de Fortaleza.....  | 189 |
| <b>Figura IV.4.2.19:</b> | Praia de Iparana que fica em frente ao SESC não é indicada para banho (Sheila A).....   | 189 |
| <b>Figura IV.4.2.20:</b> | Destacando a construção de muro de proteção.....  | 190 |
| <b>Figura IV.4.2.21:</b> | Processo de erosão das falésias nas praias do Pacheco e Iparana – Ceará – Brasil.....   | 191 |
| <b>Figura IV.4.2.22:</b> | Construções irregulares e o processo de erosão das falésias nas praias do Pacheco e Iparana – Ceará – Brasil.....   | 191 |
| <b>Figura IV.4.2.23:</b> | Sede de uma das Associações de Barraqueiros da Região.....  | 195 |
| <b>Figura IV.4.2.24:</b> | Reunião dos pescadores na beira da praia.....   | 196 |
| <b>Figura IV.4.2.25:</b> | Barracas de praia no banco de areia na Barra do Rio Ceará.....  | 197 |
| <b>Figura IV.4.2.26:</b> | Moradias irregulares dentro do mangue.....  | 198 |
| <b>Figura IV.4.2.27:</b> | Porto de embarque para o passeio de barco pelo Rio Ceará.....   | 198 |
| <b>Figura IV.4.2.28:</b> | Praia da Barra do Ceará e o avanço do mar nas praias.....   | 199 |
| <b>Figura IV.4.2.29:</b> | Ponte José Martins Rodrigues sobre o rio Ceará com 633.75m de extensão e 20m de largura, sua construção começou em outubro de 1993 e sua inauguração foi em junho de 1997. Sua construção ocasionou a desapropriação de 120 casas na margem de Fortaleza e 50 casas na margem de Caucaia..... | 201 |
| <b>Figura IV.4.2.30:</b> | Retrata o amontoado de famílias no entorno da ponte construída sob o Rio Ceará.....   | 202 |
| <b>Figura IV.4.2.31:</b> | Retrata o amontoado de famílias no entorno da ponte construída sob o Rio Ceará.....   | 203 |
| <b>Figura IV.4.2.32:</b> | Procissão marítima da Festa de São Sebastião que mobiliza moradores e visitantes no mês de janeiro.....   | 205 |
| <b>Figura IV.4.2.33:</b> | Procissão terrestre da Festa de São Sebastião que mobiliza moradores e visitantes no mês de janeiro.....  | 205 |
| <b>Figura IV.4.2.34:</b> | Complexo turístico SESC Iparana / Reserva Privada do Patrimônio Natural (RPPN) SESC Iparana.....  | 206 |
| <b>Figura IV.4.2.35:</b> | Mapa do litoral do sol poente – Ceará – Brasil.....   | 210 |

## CAPÍTULO V

|                        |  |     |
|------------------------|--|-----|
| <b>Figura V.5.1.1:</b> | Localização no Ceará e no Brasil, a Bacia do Rio Ceará com a Rosa dos Ventos.....  | 215 |
| <b>Figura V.5.1.2:</b> | Bacia do Rio Ceará.....  | 216 |
| <b>Figura V.5.2.1:</b> | Foto da Oficina de Rendas da Casa Flores Torres.....   | 224 |
| <b>Figura V.5.2.2:</b> | Renda de bilros em processo de fabricação.....   | 230 |
| <b>Figura V.5.2.3:</b> | Detalhe da trama do “paletão de labirinto”, que consiste em bordados (pontos brancos mais fortes, na foto acima) sobre a renda de labirinto..... | 231 |
| <b>Figura V.5.2.4:</b> | Renda irlandesa.....   | 232 |
| <b>Figura V.5.2.5:</b> | Mapa da Europa situando a Irlanda.....   | 233 |
| <b>Figura V.5.2.6:</b> | Mapa da América do Sul (Brasil) e da Europa situando a Irlanda.....  | 233 |
| <b>Figura V.5.2.7:</b> | Confecção da renda de bilro.....   | 236 |
| <b>Figura V.5.2.8:</b> | Mapa da América do Sul (Ceará/Brasil) e da Europa situando Portugal, Irlanda, Itália e Arábia.....   | 237 |
| <b>Figura V.5.2.9:</b> | Filé do Pontal da Barra: arte passada de geração a geração – Maceió, Alagoas, Brasil...  | 238 |



|                         |  |     |
|-------------------------|--|-----|
| <b>Figura V.5.2.10:</b> | A delicadeza da renda renascença.....  | 240 |
| <b>Figura V.5.2.11:</b> | Ponto de cultura artesanato e tradição.....  | 243 |
| <b>Figura V.5.2.12:</b> | Centro das Rendeiras e Rendas.....   | 245 |
| <b>Figura V.5.2.13:</b> | Confecção da renda de bilro.....   | 246 |
| <b>Figura V.5.2.14:</b> | Centro das Rendeiras e Rendas numa visão interna do local das confecções de renda...   | 247 |
| <b>Figura V.5.2.15:</b> | Trabalho das rendeiras e suas rendas.....  | 248 |
| <b>Figura V.5.3.1:</b>  | Francisco Nascimento (1839-1914), conhecido como Dragão do Mar.....  | 253 |
| <b>Figura V.5.3.2:</b>  | O samburá é esse cesto grande, utilizado por pescadores em jangadas e barcos de pesca para armazenar o pescado.....  | 258 |
| <b>Figura V.5.3.3:</b>  | Jangada do Ceará mostrando a parte do Macho e da Fêmea.....  | 258 |
| <b>Figura V.5.3.4:</b>  | A jangada mostrando o macho e a fêmea, o remo, a tranca e a ligeira com os “jangadeiros” .....   | 259 |
| <b>Figura V.5.3.5:</b>  | Jangada mostrando o banco de governo à popa, o banco de vela e a Carlinga.....   | 259 |
| <b>Figura V.5.3.6:</b>  | Jangada mostrando a escuta que é uma corda de nylon grossa que segura à rede, o banco de mestre e o local do remo em atividade.....  | 260 |
| <b>Figura V.5.3.7:</b>  | Pescadores retornam e tiram a jangada do mar – Iguape/Ceará.....   | 263 |
| <b>Figura V.5.3.8:</b>  | Dualidade entre os marítimos e os ribeirinhos.....   | 264 |
| <b>Figura V.5.3.9:</b>  | Associação de Pescadores Z-5 de Paracuru.....  | 265 |
| <b>Figura V.5.3.10:</b> | Os jangadeiros do Ceará, homens valentes que enfrentam as bravuras do mar, estão se preparando agora para uma aventura considerada mais perigosa.....                              | 267 |
| <b>Figura V.5.3.11:</b> | Procissão marítima de São Pedro no Rio Ceará.....  | 271 |
| <b>Figura V.5.3.12:</b> | Procissão dos jangadeiros de São Pedro no litoral Nordeste.....  | 271 |
| <b>Figura V.5.3.13:</b> | Procissão das embarcações na Festa de São Pedro no Rio Ceará.....  | 272 |
| <b>Figura V.5.3.14:</b> | Procissão de São Pedro – os fiéis e a imagem de São Pedro na divisa Fortaleza/ Caucaia.....  | 272 |
| <b>Figura V.5.3.15:</b> | Multidão de fiéis acompanhando a procissão de São Pedro na Barra do Ceará.....   | 273 |
| <b>Figura V.5.4.1:</b>  | Mapa de Capitânicas Hereditárias com os limites ocidentais no Tratado de Tordesilhas (1494), linha delimitada a 370 léguas a ocidente do Arquipélago de Cabo Verde, na África..... | 278 |
| <b>Figura V.5.4.2:</b>  | Mapa do Brasil conforme Constituição de 1988.....  | 283 |
| <b>Figura V.5.4.3:</b>  | Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza.....   | 284 |
| <b>Figura V.5.4.4:</b>  | Reserva Indígena Tapeba mapeada por essa linha mais amarelada / Colônia Ecológica do SESC Iparana / Rio Ceará.....   | 291 |
| <b>Figura V.5.4.5:</b>  | Povos Indígenas no Ceará Contemporâneo.....  | 292 |
| <b>Figura V.5.4.6:</b>  | Povos indígenas Tapeba no Ceará contemporâneo.....   | 293 |
| <b>Figura V.5.4.7:</b>  | Território Tapebavv.....   | 295 |
| <b>Figura V.5.4.8:</b>  | Praia de Almofala – Pecém – Colônia Ecológica do SESC Iparana – Praia do Iguape....  | 296 |
| <b>Figura V.5.4.9:</b>  | Mapa das localidades do município de Caucaia / Lagoa do Tapeba, Cutia, Lagoa dos Porcos e Pedreira Santa Terezinha.....  | 299 |
| <b>Figura V.5.4.10:</b> | Capoeira (Pe. Júlio Maria) – Açude – Cigana – Itambé – Grilo – Jardim do Amor (Vila São José) – Vila Nova – Santa Rita – Palmirim – Capuan - Soledade.....                         | 300 |
| <b>Figura V.5.4.11:</b> | Ponte José Martins Rodrigues sobre o Rio Ceará.....  | 301 |
| <b>Figura V.5.4.12:</b> | Paisagem com plantação de Carnaúba. Árvore-símbolo do Estado do Ceará, conhecida como “árvore da vida” .....   | 302 |
| <b>Figura V.5.4.13:</b> | Artesanato dos povos moradores litorâneos (‘quartinhas’ potes de barro de médio porte para água potável) .....   | 306 |
| <b>Figura V.5.4.14:</b> | Artesanato dos povos moradores litorâneos (escultura em madeira).....  | 307 |
| <b>Figura V.5.4.15:</b> | Artesanato dos povos moradores litorâneos (desenhos com areias coloridas em vidros e garrafas).....  | 308 |

|                         |   |     |
|-------------------------|---|-----|
| <b>Figura V.5.4.16:</b> | Artesanato dos povos moradores litorâneos (a maraca).....   | 309 |
| <b>Figura V.5.4.17:</b> | Centro de Produção Cultural Tapeba.....   | 311 |
| <b>Figura V.5.4.18:</b> | Apresentação Cultural Escola Indígena Índios Tapeba no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado.....   | 314 |
| <b>Figura V.5.4.19:</b> | Apresentação Cultural da Escola Indígena Amélia Domingos no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado.....  | 314 |
| <b>Figura V.5.4.20:</b> | Apresentação da Dança do Toré fora do Terreiro Sagrado em 2004.....   | 315 |
| <b>Figura V.5.4.21:</b> | Dança do Toré no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado.....   | 316 |
| <b>Figura V.5.4.22:</b> | Sinalização do Local do Terreiro Sagrado do Pau Branco no distrito de Capuan.....   | 317 |
| <b>Figura V.5.4.23:</b> | Festa no terreiro do Pau Branco, distrito de Capuan.....  | 317 |
| <b>Figura V.5.4.24:</b> | Toré no Terreiro Sagrado. A foto mostra o Toré, que é a dança tradicional dos Tapeba, dançado no Terreiro Sagrado do “Pau Branco”, onde se reúnem a primeira vez. Alguns índios vestem trajes completos e alguns mesclam roupas industrializadas com partes do traje tradicional..... | 318 |
| <b>Figura V.5.4.25:</b> | Oca suspensa tem com o objetivo monitorar a área da lagoa e embaixo venda de comida típica no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado.....  | 319 |
| <b>Figura V.5.4.26:</b> | Oca Pixilinga com o objetivo divulgar os guerreiros indígenas e cultura indígena no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado.....  | 319 |
| <b>Figura V.5.4.27:</b> | Oca da Escola Indígena Marcelino Alves de Matos na Festa da Carnaúba no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado.....  | 320 |
| <b>Figura V.5.4.28:</b> | Oca da Escola Indígena da Ponte na Festa da Carnaúba no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado.....  | 320 |
| <b>Figura V.5.4.29:</b> | Oca da Escola Indígena Escola Vila dos Cacos na Festa da Carnaúba no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado.....   | 321 |
| <b>Figura V.5.4.30:</b> | Oca da Escola Indígena Tapeba Capuan na Festa da Carnaúba no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado.....   | 321 |
| <b>Figura V.5.4.31:</b> | Sinalização da Lagoa dos Tapeba no Terreiro Sagrado.....  | 322 |
| <b>Figura V.5.4.32:</b> | Lagoa dos Tapeba / Festa da Carnaúba no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado.....  | 322 |
| <b>Figura V.5.4.33:</b> | Placa de sinalização do Memorial Perna de Pau.....  | 324 |
| <b>Figura V.5.4.34:</b> | Local do Memorial Cacique Perna de Pau / Centro de Produção Cultural Tapeba.....  | 325 |
| <b>Figura V.5.4.35:</b> | Escola Indígena Tapeba do Trilho na Caucaia.....  | 326 |
| <b>Figura V.5.4.36:</b> | Atividade com os indígenas – uma experiência de ação educativa para o turismo de bases comunitárias realizada dentro do Centro de Produção Cultural Tapeba, através da programação social do Serviço Social do Comércio – SESC.....   | 328 |
| <b>Figura V.5.4.37:</b> | Reunião com os indígenas – uma experiência de ação educativa para o turismo de bases comunitárias realizada dentro do Centro de Produção Cultural Tapeba, através da programação social do Serviço Social do Comércio – SESC.....   | 328 |
| <b>Figura V.5.4.38:</b> | Caminhada com os indígenas – uma experiência de ação educativa para o turismo de bases comunitárias realizada no Centro de Produção Cultural Tapeba, através da programação social do Serviço Social do Comércio – SESC.....  | 329 |

## CAPÍTULO VI

|                         |   |     |
|-------------------------|---|-----|
| <b>Figura VI.6.2.1:</b> | Jardim Botânico do Ceará – Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará – Centro de Produção Cultural Indígena Tapeba..... | 344 |
|-------------------------|---|-----|

## LISTA DE QUADROS

| CAPÍTULO II              |   |     |
|--------------------------|---|-----|
| <b>Quadro II. 2.2.1:</b> | Ambientes de confiança e risco nas culturas pré-modernas e modernas.....  | 17  |
| <b>Quadro II. 2.2.2:</b> | Síntese dos elementos analíticos que compõem a estrutura do pensamento da CEPAL   | 30  |
| <b>Quadro II. 2.2.3:</b> | Transformações sociais no processo produtivo, no consumo, na vida societária, nos valores identitários e valores éticos de cidadania do período medieval ao pós-moderno.....  | 33  |
| <b>Quadro II. 2.2.4:</b> | Chegadas internacionais de turista variação percentual – mundo e grandes regiões (milhões) .....  | 42  |
| <b>Quadro II. 2.2.5:</b> | Evolução da economia de regiões e países selecionados – PIB – observação em 2012 e 2013 e previsão para 2014 e 2015 – variação anual (%). .....   | 43  |
| <b>Quadro II. 2.3.1:</b> | Dados gerais do turismo mundial – Turismo Receptivo.....  | 59  |
| <b>Quadro II. 2.3.2:</b> | Rank of the tourism.....  | 60  |
| CAPÍTULO III             |   |     |
| <b>Quadro III.3.2.1:</b> | Impactos positivo e negativo do turismo.....  | 91  |
| CAPÍTULO IV              |   |     |
| <b>Quadro IV.4.1.1:</b>  | “Modernidade Fordista” e “Pós-Modernidade Flexível”.....  | 148 |
| <b>Quadro IV.4.1.2:</b>  | “Território Funcional” e “Território Simbólico”.....  | 151 |
| <b>Quadro IV.4.1.3:</b>  | Classificação da metodologia científica.....  | 153 |
| <b>Quadro IV.4.2.1:</b>  | SESC Iparana – procedência dos hóspedes no 1º semestre de 2014 – dados mensais e acumulados.....  | 208 |
| <b>Quadro IV.4.2.2:</b>  | SESC Iparana – procedência dos hóspedes no 2º semestre de 2014 – dados mensais e acumulados.....  | 208 |
| CAPÍTULO V               |   |     |
| <b>Quadro V.5.4.1:</b>   | Processo de territorialização Tapeba, da década de 80 a contemporaneidade.....  | 285 |
| <b>Quadro V.5.4.2:</b>   | População indígena Ceará – Censo 2010.....  | 286 |
| <b>Quadro V.5.4.3:</b>   | Violência contra o patrimônio.....  | 289 |
| CAPÍTULO VI              |   |     |
| <b>Quadro VI.6.1.1:</b>  | Atendimentos – comparativo 1998/2000.....   | 334 |
| <b>Quadro VI.6.1.2:</b>  | Metas de atendimento por unidade executiva de 2000.....   | 334 |
| <b>Quadro VI.6.2.1:</b>  | FOFA – uma análise a partir das Práticas de Desenvolvimento Comunitário observando as forças e oportunidades delas para controlar e superar as fraquezas e ameaças sofridas pelas comunidades e o ecossistemas..... | 347 |
| <b>Quadro VI.6.3.1:</b>  | Encontro Povos do Mar/ano.....  | 354 |
| <b>Quadro VI.6.3.2:</b>  | Listagem dos municípios e das comunidades do Encontro Povos do Mar/ano.....   | 354 |

## CAPÍTULO VIII

|                         |  |     |
|-------------------------|--|-----|
| <b>Quadro VIII.C69:</b> | Perfil por categorias.....                                       | 427 |
| <b>Quadro VIII.C70:</b> | Dados relacionados ao turismo.....                               | 429 |
| <b>Quadro VIII.C71:</b> | Antes da integração em algum grupo social.....                   | 430 |
| <b>Quadro VIII.C72:</b> | Depois da integração em algum grupo social ou situação hoje..... | 431 |

## LISTA DE GRÁFICOS

### CAPÍTULO II

|                          |   |    |
|--------------------------|---|----|
| <b>Gráfico II.2.2.1:</b> | Mundo-chegadas internacionais de turistas (em milhões).....   | 41 |
| <b>Gráfico II.2.2.2:</b> | Crescimento da economia mundial – regiões e países selecionados – PIB – previsão para 2014 e 2015 – variação anual (%).   | 44 |
| <b>Gráfico II.2.2.3:</b> | Mundo – chegadas internacionais de turistas por grandes regiões – variação percentual sobre o ano imediatamente anterior – 2011/2010, 2012 e prev. 2013/2012..... | 44 |
| <b>Gráfico II.2.3.1:</b> | Dados gerais do turismo mundial: principais países receptores de turistas internacionais – 2013 e 2014.....   | 59 |

### CAPÍTULO IV

|                          |   |     |
|--------------------------|---|-----|
| <b>Gráfico IV.4.2.1:</b> | Sesc Iparana – Ceará – procedência dos hóspedes evolução 2009 a 2014..... | 207 |
|--------------------------|---|-----|

### CAPÍTULO VI

|                          |   |     |
|--------------------------|---|-----|
| <b>Gráfico VI.6.1.1:</b> | Atendimentos por Programa 2000.....   | 335 |
| <b>Gráfico VI.6.1.2:</b> | Listagem dos Municípios e das Comunidades do Encontro Povos do Mar/ano..... | 337 |

### CAPÍTULO VIII

|                            |   |     |
|----------------------------|---|-----|
| <b>Gráfico VIII.A2:</b>    | Distribuição dos entrevistados por faixa etária.....  | 406 |
| <b>Gráfico VIII.A4.1:</b>  | Distribuição dos entrevistados por permanência no local de nascimento.....                        | 408 |
| <b>Gráfico VIII.A4.1.a</b> | Distribuição dos entrevistados por tempo de residência onde mora.....                             | 409 |
| <b>Gráfico VIII.B1:</b>    | Distribuição dos entrevistados por frequência de contato com o turista.....                       | 417 |
| <b>Gráfico VIII.B2:</b>    | Distribuição dos entrevistados segundo a relação de sua atividade profissional com o turismo..... | 417 |
| <b>Gráfico VIII.B3:</b>    | Distribuição dos entrevistados segundo o conhecimento das atividades do SESC.....                 | 419 |
| <b>Gráfico VIII.B4:</b>    | Distribuição dos entrevistados por indicação de participação nas atividades do SESC.....          | 420 |
| <b>Gráfico VIII.B5:</b>    | Distribuição dos entrevistados no julgamento se o SESC presta um bom serviço.....                 | 420 |



## LISTA DE TABELAS

| CAPÍTULO VIII            |  |     |
|--------------------------|--|-----|
| <b>Tabela VIII.A1:</b>   | Distribuição dos entrevistados por sexo.....   | 406 |
| <b>Tabela VIII.A3:</b>   | Distribuição dos entrevistados por município/localidade de residência.....   | 407 |
| <b>Tabela VIII.A4:</b>   | Distribuição dos entrevistados por município/localidade de nascimento.....   | 408 |
| <b>Tabela VIII.A:</b>    | Distribuição dos entrevistados segundo a etnia.....  | 410 |
| <b>Tabela VIII.A5:</b>   | Distribuição dos entrevistados segundo a atividade profissional/ocupação.....  | 410 |
| <b>Tabela VIII.A6:</b>   | Distribuição dos entrevistados por número de filhos.....   | 411 |
| <b>Tabela VIII.A7:</b>   | Distribuição dos entrevistados por faixa de renda familiar.....  | 411 |
| <b>Tabela VIII.C48:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo os aspectos que acha negativo em sua vida hoje.....   | 413 |
| <b>Tabela VIII.C49:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo os aspectos que acha negativo na sua atividade profissional.....  | 413 |
| <b>Tabela VIII.C61:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo as sugestões para que o SESC melhore as condições de vida da população do município.....                    | 414 |
| <b>Tabela VIII.C62:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo as sugestões para que o SESC melhore a qualidade do turismo no município.....                               | 415 |
| <b>Tabela VIII.C63:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo a participação no Evento Povos do Mar.....  | 415 |
| <b>Tabela VIII.C65:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo a indicação de que o evento povos do mar traz como aprendizado.....   | 416 |
| <b>Tabela VIII.C1:</b>   | Indicação da atividade de sustento antes da participação no grupo.....   | 418 |
| <b>Tabela VIII.C29:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo como vê a vinda do turista para cá.....   | 418 |
| <b>Tabela VIII.B5.1:</b> | Distribuição dos entrevistados segundo a participação em grupo de turismo comunitário.....   | 420 |
| <b>Tabela VIII.C38:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo a modificação introduzida no seu cotidiano e atividades depois da sua participação em reuniões no SESC..... | 421 |
| <b>Tabela VIII.C13:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo atividade(s) que garantem o seu sustento.....   | 421 |
| <b>Tabela VIII.C32:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo de que forma a aproximação com outros grupos comunitários contribuiu para a sua atividade e porque.....     | 422 |
| <b>Tabela VIII.C37:</b>  | Atividades culturais realizadas pelos entrevistados.....   | 422 |
| <b>Tabela VIII.C14:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo a natureza do trabalho que desenvolve.....  | 423 |
| <b>Tabela VIII.C46:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo a sugestão de ação/projeto do SESC na comunidade.....   | 423 |
| <b>Tabela VIII.C50:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo o que seu município oferece ao turista que é visto como identidade cultural.....                            | 424 |
| <b>Tabela VIII.C52:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo a indicação do que deve ser feita para preservar a natureza e a cultura do município.....                   | 424 |
| <b>Tabela VIII.C67:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo o que acha do meio ambiente de sua localidade   | 424 |
| <b>Tabela VIII.C68:</b>  | Distribuição dos entrevistados segundo a sugestão para melhorar o meio ambiente.....   | 425 |





## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|                  |  |
|------------------|--|
| A3P              | Agenda Ambiental na Administração Pública                                |
| AC               | Análise de Conteúdo  |
| ALC              | América Latina e o Caribe  |
| AO               | relações operacionais  |
| APA              | Área de Preservação Ambiental  |
| AQUASIS          | Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos           |
| BID              | Banco Interamericano de Desenvolvimento                                  |
| BITS             | Bureau Internacional do Turismo social                                   |
| CEDOC            | Central de Documentação do Sesc Ceará                                    |
| CEPAL            | Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe                      |
| CIMI             | Conselho Indigenista Missionário   |
| CNBB             | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil                                |
| CONCLAP          | Conferência das Classes Produtoras                                       |
| CPC              | Centro ‘Cultural Tapeba’   |
| DN               | Departamento Nacional  |
| DR               | Departamento Regional  |
| EMBRATUR         | Empresa Brasileira de Turismo  |
| ETA              | estações de tratamento de efluentes de água                              |
| ETE              | estações de tratamento de efluentes                                      |
| FAP              | Fundação Abbé Pierre   |
| FBC              | Fundação Brasil Cidadão  |
| FECOMÉRCIO Ceará | Sistema da Federação do Comércio Ceará                                   |
| FIYTO            | Federação Internacional das Organizações de Viagem para a Juventude      |
| FMI              | Fundo Monetário Internacional  |
| FOFA             | Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças                               |
| FUNAÍ            | Fundação Nacional do Índio   |
| GT               | Grupo Técnico  |
| IBAMA            | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis |
| IBGE             | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                          |

|            |  |
|------------|--|
| INCRA      | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  |
| IPHAN      | Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional |
| ISE        | Índice de Sustentabilidade Social                    |
| MBS        | Programa Mesa Brasil                                 |
| MR         | modernidade radicalizada                             |
| ODM        | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio              |
| OE         | organiza duas estruturas                             |
| OEА        | Organização dos Estados Americanos                   |
| OIT        | Organização Internacional de Turismo                 |
| OITS       | Organização Internacional de Turismo Social          |
| OMT        | Organização Mundial do Turismo                       |
| ONG        | Organização Não Governamental                        |
| ONU        | Organização das Nações Unidas                        |
| PENT       | Plano Estratégico Nacional do Turismo                |
| PERC       | Preservação do Estuário do Rio Ceará                 |
| PIB        | Produto Interno Bruto                                |
| PM         | pós-modernidade                                      |
| PNAD       | Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio           |
| PNMA       | Política Nacional do Meio Ambiente                   |
| PNMT       | Programa Nacional de Municipalização do Turismo      |
| PNT        | Programas Nacionais de Desenvolvimento Turístico     |
| POF        | Pesquisa de Orçamentos Familiares                    |
| PRODETUR   | Programa de Desenvolvimento do Turístico             |
| RA         | relações ambientais                                  |
| Rede TUCUM | Rede de Turismo Comunitário                          |
| RMF        | Região Metropolitana de Fortaleza                    |
| RPPN       | Reserva Privada do Patrimônio Natural                |
| SARS       | síndrome da imunodeficiência respiratória aguda      |
| SDE        | Sistema de Dados Estatístico                         |
| SESC       | Serviço Social do Comércio                           |
| SESC DN    | Serviço Social do Comércio – Departamento Nacional   |
| SESC DR    | Serviço Social do Comércio – Departamento Regional   |
| SISTUR     | Sistema de Turismo                                   |

|        |  |
|--------|--|
| SWOT   | <i>Strongness, Weaknesses, Opportunities, Threats</i>            |
| TBC    | Turismo de Base Comunitária                                      |
| TGS    | Teoria Geral de Sistema  |
| THR    | Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A.                 |
| TI     | Terra Indígena   |
| TIC    | Tecnologias da Informação e Comunicação                          |
| TICs   | Tecnologias de Informações e Comunicações                        |
| UIOOT  | União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo           |
| UNESCO | United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization |
| UNWTO  | World Tourism Organization                                       |



## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>PARTE I – INTRODUÇÃO.....</b>   | <b>1</b>   |
| <b>CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>3</b>   |
| <b>PARTE II – DISCUSSÃO TEÓRICA.....</b>   | <b>9</b>   |
| <b>CAPÍTULO II – UMA BASE TEÓRICA E CONCEITUAL DO ESTUDO: OS ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO E O SISTEMA TURÍSTICO NA VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DO LAZER, ENQUANTO SUPORTES DE TURISMO SOCIAL E COMUNITÁRIO.....</b> | <b>11</b>  |
| II.2.1 INTRODUÇÃO.....   | 11         |
| II.2.2 TERRITÓRIO, ESPAÇO LOCAL, IDENTIDADE, SUSTENTABILIDADE E LAZER.....   | 11         |
| II.2.3 TURISMO E TERRITÓRIO: LOCAL E GLOBAL.....   | 48         |
| <b>CAPÍTULO III – O TURISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA E TERRITORIAL DA EUROPA AO CEARÁ/BRASIL.....</b>  | <b>87</b>  |
| III.3.1 INTRODUÇÃO.....  | 87         |
| III.3.2 O TURISMO NO MUNDO.....  | 87         |
| III.3.3 O TURISMO NO BRASIL.....   | 97         |
| III.3.4 O SESC COMO PROMOTOR DO TURISMO SOCIAL NO BRASIL.....  | 105        |
| III.3.5 O SESC NO CEARÁ E A COLÔNIA DE FÉRIAS DE IPARANA – CAU- CAIA-CEARÁ: TURISMO E EDUCAÇÃO.....  | 114        |
| III.3.6 O TURISMO COMUNITÁRIO.....   | 132        |
| <b>PARTE III – CAMINHOS METODOLÓGICOS.....</b>   | <b>143</b> |
| <b>CAPÍTULO IV – O ESPAÇO E OS SUJEITOS DE UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA E INVESTIGATIVA DO SESC-CE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO EM IPARANA-CEARÁ.....</b>  | <b>145</b> |
| IV.4.1 NOTAS METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO   | 145        |
| IV.4.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE IPARANA-CAUCAIA-CEARÁ.....  | 168        |
| <b>CAPÍTULO V – COMUNIDADE: IDENTIDADES E ATIVIDADES ECONÔMICAS....</b>  | <b>213</b> |
| V.5.1 INTRODUÇÃO.....  | 213        |
| V.5.2 AS RENDEIRAS.....  | 224        |
| V.5.2.1 Bilro e paletão de labirinto.....  | 231        |
| V.5.2.2 Renda irlandesa.....   | 232        |
| V.5.2.3 Filé (Salgado de São Félix, Paraíba).....  | 238        |
| V.5.2.4 Renascença (Jataúba, Pernambuco).....  | 240        |
| V.5.2 OS PESCADORES JANGADEIROS E AS MARISQUEIRAS.....   | 250        |

|   |  |            |
|---|--|------------|
| V.5.3   | OS ÍNDIOS TAPEBA.....  | 277        |
| <b>CAPÍTULO VI – O PROGRAMA ASSISTÊNCIA / AÇÃO COMUNITÁRIA DO SESC-CE E SUA AÇÃO EM IPARANA-CEARÁ</b> |  | <b>333</b> |
| VI.6.1  | INTRODUÇÃO   | 333        |
| VI.6.2  | PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: REUNIÕES, OFICINAS, PALESTRAS   | 342        |
| VI.6.3  | ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E REDES SOCIAIS DO EVENTO POVOS DO MAR   | 352        |
| <b>PARTE IV – RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS E ANÁLISE DOS INQUÉRITOS</b>                    |  | <b>359</b> |
| <b>CAPÍTULO VII – POTENCIAL DO TURISMO COMUNITÁRIO</b>  |  | <b>361</b> |
| VII.7.1   | <b>INTRODUÇÃO</b>  | 361        |
| VII.7.2   | DIFICULDADES DE VIDA APONTADAS PELOS SUJEITOS ENTREVISTADOS  | 362        |
| VII.7.2.1   | Rendeiras  | 362        |
| VII.7.2.1.1   | Dificuldades e soluções para a valorização da tradição cultural da renda   | 364        |
| VII.7.2.1.2   | Dificuldades de comércio e valorização do produto  | 364        |
| VII.7.2.1.3   | Turismo e valorização do artesanato  | 365        |
| VII.7.2.2   | Pescadores, jangadeiros e marisqueiras   | 366        |
| VII.7.2.2.1   | Heranças culturais e dificuldades de ordem pessoal e familiar  | 368        |
| VII.7.2.2.2   | Enfrentamentos climáticos e riscos da atividade pesqueira  | 369        |
| VII.7.2.2.3   | Comercialização da pesca e ocupação das localidades por agentes externos   | 370        |
| VII.7.2.3   | <b>Índios Tapebas</b>  | 371        |
| VII.7.2.3.1   | A luta pela terra, valorização cultural e dimensão comunitária   | 373        |
| VII.7.2.3.2   | Saberes ancestrais, atividades artesanais e escolarização indígena   | 374        |
| VII.7.2.3.3   | A luta por direitos sociais, preconceito e preservação identitária   | 375        |
| VII.7.3   | VISÃO ACERCA DO TURISMO E O TRABALHO EDUCATIVO DO SESC IPARANA-CAUCAIA: ALGUMAS INDICAÇÕES DE MUDANÇA                  | 377        |
| VII.7.3.1   | Efeitos positivos e negativos do turismo de massa vistos por pescadores do litoral do Ceará                            | 378        |
| VII.7.3.2   | <b>Movimentação mais interna de turistas em períodos de veraneio e vinda ocasional de pesquisadores cearenses.....</b> | 379        |
| VII.7.3.3   | <b>A quase inexistência do turismo e a defesa do turismo de base comunitária</b>                                       | 380        |
| VII.7.3.4   | <b>Rendeiras.....</b>  | 381        |
| VII.7.3.4.1   | Valorização do produto artesanal pelo comércio advindo com o turismo.....  | 382        |
| VII.7.3.4.2   | Valorização da localidade e de suas tradições culturais através do turismo.....  | 382        |

|   |   |            |
|---|---|------------|
| VII.7.3.4.3   | Ausência de turismo na localidade e/ou baixo contato com turistas.....                                      | 383        |
| <b>VII.7.3.5</b>  | <b>Tapeba.....</b>  | <b>383</b> |
| VII.7.3.5.1   | Redes de turismo de base ecológica e comunitária.....   | 383        |
| VII.7.3.5.2   | Aspectos positivos e negativos do contato com pesquisadores para a valorização da luta e cultura local..... | 384        |
| VII.7.3.5.3   | Prevenção quanto aos aspectos negativos do turismo predatório.....  | 385        |
| <b>VII.7.3.6</b>  | <b>SESC Iparana.....</b>  | <b>386</b> |
| VII.7.3.6.1   | Dimensão relacional e troca de saberes e experiências entre povos e localidades litorâneas.....             | 386        |
| VII.7.3.6.2   | Valorização das comunidades e oferta de serviços.....   | 387        |
| VII.7.3.6.3   | Valorização do SESC Iparana como instituição promotora de fomento à cultura                                 | 387        |
| VII.7.4   | O SIGNIFICADO DA PARTICIPAÇÃO E DAS REDES SOCIAIS NO EVENTO POVOS DO MAR.....                               | 389        |
| <b>VII.7.4.1</b>  | <b>Contatos novos, visibilidade social e divulgação cultural de suas localidades de origem.....</b>         | <b>389</b> |
| <b>VII.7.4.2</b>  | <b>Aprendizados e ganhos novos, trocas de saberes e ofícios.....</b>  | <b>390</b> |
| <b>VII.7.4.3</b>  | <b>Intercâmbio com outras comunidades litorâneas e lutas comuns.....</b>                                    | <b>392</b> |
| VII.7.5   | DEMANDAS E SUGESTÕES DAS COMUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO.....                     | 401        |
| <b>VII.7.5.1</b>  | <b>Cursos de capacitação nas comunidades litorâneas.....</b>  | <b>401</b> |
| <b>VII.7.5.2</b>  | <b>Oferta de infraestrutura de serviços e orientações ao turista.....</b>                                   | <b>401</b> |
| <b>VII.7.5.3</b>  | <b>Divulgação e valorização das culturais tradicionais das localidades.....</b>                             | <b>402</b> |
| <b>VII.7.5.4</b>  | <b>Investimento educativo em meio ambiente e ecologia (outros).....</b>                                     | <b>403</b> |
| <b>CAPÍTULO VIII – ANÁLISE QUANTITATIVA DE RESULTADO DO INQUÉRITO..</b>   |   | <b>405</b> |
| VIII.8.1  | INTRADUÇÃO À ANÁLISE DA PESQUISA QUANTITATIVA.....  | 405        |
| VIII.8.2  | RESULTADO DA PESQUISA QUANTITATIVA – DADOS GERAIS.....  | 405        |
| <b>VIII.8.2.1</b>   | <b>Dados bibliográficos dos sujeitos.....</b>   | <b>405</b> |
| <b>VIII.8.2.2</b>   | <b>Dados relacionados às questões e aos objetivos deste desenho.....</b>                                    | <b>416</b> |
| VIII.8.3  | RESULTADO DA PESQUISA DADOS POR CATEGORIAS DAS RENDEIRAS, DOS PESCADORES, DOS ÍNDIOS E QUILOMBOLAS.....     | 427        |
| <b>VIII.8.3.1</b>   | <b>Dados das categorias das rendeiras, dos pescadores, dos índios e quilombolas.</b>                        | <b>427</b> |
| <b>PARTE V – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>  |   | <b>433</b> |
| <b>CAPÍTULO IX – PROVOCAÇÕES, SUGESTÕES NA PERSPECTIVA CIENTÍFICA E PROPOSTA DE ITINERÁRIO DE VALORIZAÇÃO AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....</b> |   | <b>435</b> |

|        |  |            |
|--------|--|------------|
| IX.9.1 | PROPOSTA ITINERÁRIO DE VALORIZAÇÃO AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.....   | 441        |
|        | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  | <b>453</b> |
|        | <b>APÊNDICES.....</b>  | <b>495</b> |
|        | APÊNDICE A – Roteiro do inquérito utilizado na pesquisa com as rendeiras, pescadores, jangadeiros e marisqueiras e os índios Tapebas, como também, à população do entorno do SESC Iparana-Caucaia sobre a ação educativa em prol do turismo comunitário..... | 497        |
|        | APÊNDICE B – Modelo Ponta Grossa de Turismo de Base Comunitária.....   | 517        |
|        | APÊNDICE C – Modelo Tremembé/Icapuí de Turismo de Base Comunitária....   | 520        |
|        | APÊNDICE D – Tabelas e gráficos dos resultados gerais da pesquisa quantitativa da tese....   | 522        |
|        | APÊNDICE E – Tabelas e gráficos dos resultados da pesquisa quantitativa das rendeiras.   | 529        |
|        | APÊNDICE F – Tabelas e gráficos dos resultados da pesquisa quantitativa pescadores..   | 549        |
|        | APÊNDICE G – Tabelas e gráficos dos resultados da pesquisa quantitativa índiose quilombolas.....   | 574        |
|        | <b>ANEXOS.....</b>   | <b>583</b> |
|        | ANEXO A – Folder do I Encontro Povos do Mar.....   | 585        |
|        | ANEXO B – Folder do II Encontro Povos do Mar.....  | 591        |
|        | ANEXO C – Folder do III Encontro Povos do Mar.....   | 598        |
|        | ANEXO D – Folder do V Encontro Povos do Mar.....   | 608        |
|        | ANEXO E – Lista das Colônias de Pescadores do Ceará.....   | 615        |
|        | ANEXO F – Terra Mar.....   | 627        |
|        | ANEXO G – Rede TUCUM.....  | 633        |
|        | ANEXO H – FNE AQUIPESCA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da aquicultura e pesca no Nordeste (visão do Banco do Nordeste do Brasil – empresarial)...  | 640        |
|        | ANEXO I – FNE PROFORTA PESQUEIRA – Programa de Financiamento à Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional.....   | 643        |
|        | ANEXO J – A Pastoral dos Pescadores no Brasil.....   | 647        |
|        | ANEXO K – Prainha do Canto Verde.....  | 648        |
|        | ANEXO L – Ação SESC – 2011 em Caucaia.....   | 662        |
|        | ANEXO M – Marisqueiras – como ofício.....  | 668        |
|        | ANEXO N – SESC Ação em Iparana – 2012.....   | 670        |



**PARTE I**  
**INTRODUÇÃO**



## CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO

A presente pesquisa relaciona-se com experiências comunitárias e seus processos de organização para o desenvolvimento de formas sustentáveis de turismo de bases comunitárias. Para tanto, estabeleceram-se parâmetros norteadores, que funcionaram como fios condutores para a interpretação das formas e processos constituídos e organizados por comunidades que compõem o entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana – situada no município de Caucaia, Estado do Ceará, Brasil – que vivenciam uma experiência de turismo de bases comunitárias.

Nesse contexto, opera no sentido de produzir conhecimento sobre as possibilidades do desenvolvimento sustentável, com base numa escuta junto a representantes dessas ações institucionais e práticas de comunidades, que tiveram uma importância fundamental na concepção e condução desta pesquisa, pois estes são mediadores importantes para a discussão da problemática em questão e interessados em buscar melhores condições de vida e de desenvolvimento.

O desenvolvimento social, econômico, cultural e turístico das praias do Pacheco e Iparana tem apontado para várias possibilidades de ação social. O chamado Turismo de Bases Comunitárias é um dos caminhos capazes de promover a reterritorialização ou ressignificação cultural das populações residentes na região. Percebe-se, no entanto, que as formas e conceitos de desenvolvimento são múltiplos e cada uma delas apresenta especificidades e desafios, quanto às formas de sua organização e gestão.

O conceito de desenvolvimento aqui adotado é compreendido como um processo de acúmulo não só de riquezas, mas também da apropriação de capacidades de reflexão, pertencimento, acesso e controle territorial, onde as práticas culturais comunitárias aparecem como um importante vetor para a revitalização do ‘enraizamento’ dos grupos e indivíduos nos seus territórios de origem e moradia.

A memória, a aquisição e ressignificação de símbolos de identidade territorial, as novas apropriações feitas de uma sabida diversidade cultural e paisagística da localidade enfocada, praticada pela sua comunidade, no processo de construção das referências e funcionalidades se apresentam como importantes experiências para o combate às formas de desterritorialização e exclusão social postas em movimento, no mundo atual e globalizado. Nessa perspectiva, as antigas e novas configurações de agregação e reconhecimento social são mescladas, concebidas e recebidas pela população local, como mecanismos de ressignificação social e cultural, dentre elas, o turismo de base comunitária, que tem

potencial de se tornar um importante caminho para o fortalecimento de uma atividade econômica de natureza sustentável, comprometido com a preservação do patrimônio material e imaterial das comunidades e de seus respectivos territórios. Desta forma, pretendem valorizar-se os processos de desenvolvimento local, através de intervenções de base comunitária, como forma de promover a qualidade de vida das populações autóctones e de criar, nessas populações, formas de relação sustentáveis e responsáveis com o seu espaço de vida.

Deve-se salientar que os temas abordados no desenvolvimento deste estudo estão relacionados com a ação institucional do Serviço Social do Comércio, cuja definição está indicada em alguns dos seus documentos básicos, como, por exemplo, às **Diretrizes Gerais de Ação do SESC** (Serviço Social do Comércio – Departamento Nacional – SESC DN, 2011) e da **Legislação do Departamento Nacional** (SESC DN, 2010c), que compõem uma estratégia institucional de ação social e educativa, no interior da qual foi possível conceber esta investigação, passo a passo com o desdobramento e observação de uma prática de alcance econômico e cultural mais amplo, numa comunidade de acolhimento dessa mesma ação, na década em curso.

Foi sendo dessa forma esboçada uma problemática desafiadora, no contexto da pesquisa em foco, vista não como campo de certezas e amarração a conceitos pré-definidos, mas direcionando-os, no sentido de construir formas de aprimoramento das reflexões, por meio de estudos orientados e de pesquisa de campo. Nesse sentido, estabeleceram-se algumas interrogações de partida sobre a problemática estudada, que serviram como guias de investigação:

- a) É possível a organização de uma rede turística que, de forma conjunta e planejada, promova o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, culturais e comunitários no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana / litoral cearense?
- b) O SESC contribui para que as comunidades percebam e organizem suas potencialidades para o desenvolvimento sustentável do Turismo de Bases Comunitárias na região?
- c) Quais os produtos e serviços turísticos que credenciam a região do entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana / litoral cearense, como um roteiro turístico diferenciado e competitivo nesse mercado?
- d) O diverso patrimônio cultural, natural e comunitário, presente nas comunidades no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana / litoral cearense, pode viabilizar o desenvolvimento local, recorrendo às formas criativas, sustentáveis e de base

comunitária, atuando, também, na geração de renda?

Assim sendo, reforça-se que através desses instrumentais (observação participante e entrevistas semiestruturadas) buscou-se atingir o **objetivo geral** desta pesquisa que é **contribuir para fomentar os projetos e as práticas de turismo de base comunitária desenvolvidas pelas comunidades no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana / litoral cearense** ou por meio do Encontro SESC: Povos do Mar. Como também e diante disto, construíram-se os **objetivos específicos** que consistiram em:

- a) Mapear o patrimônio material e imaterial das comunidades e redes sociais no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana / litoral cearense ou por meio do Encontro SESC: Povos do Mar visando ao desenvolvimento das comunidades detentoras dos recursos naturais e culturais da região;
- b) Identificar os projetos e as práticas de turismo de base comunitária desenvolvidas pelas comunidades no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana/no litoral cearense ou por meio do Encontro SESC: Povos do Mar;
- c) Constituir ideias e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, através do Turismo de bases comunitárias;
- d) Refletir sobre as formas de turismo praticadas no litoral cearense, visando o desenvolvimento das comunidades e a preservação de seus ecossistemas;
- e) Discutir a inserção socioeconômica das populações locais, nas atividades relacionadas ao turismo;
- f) Indicar as ações de educação ambiental, por meio das ações de turismo social que desenvolvem, nos seus usuários, uma consciência crítica em relação às questões ambientais;
- g) Verificar de que modo e alcance as ações de Turismo do SESC promovem o enriquecimento cultural, a educação, a melhoria das relações interpessoais, o desenvolvimento integral da saúde, dentre outras oportunidades;
- h) Colaborar para a inserção socioeconômica das populações locais, nas atividades relacionadas ao turismo.

Esta tese resulta de um balanço das ações investigativas empreendidas, seja no que se refere à revisão da literatura e discussão de conceitos-chave da temática enfocada, seja como dimensão empírica forjada na observação e escuta junto a representantes e práticas da comunidade nela envolvida. Está dividido em cinco partes e organizadas estas partes em

capítulos, assim: inicia-se a primeira parte com o capítulo I apresentando a introdução que proporciona uma visão geral das formulações problematizadas a respeito do tema estudado.

Define-se o tema, os objetivos pretendidos, a justificativa da opção pelo tema, as perguntas de partida do estudo e a estrutura do trabalho.

Na segunda parte delinea uma discussão teórica por meio de dois capítulos: II e III. De modo que ambos apresentam uma discussão teórica sobre o conceito de desenvolvimento em interface com o turismo, seus pressupostos teóricos, suas origens, historicidades, seus impactos na sociedade. Conceituam-se e analisam-se as categorias sociais tais como, cultura, comunidade e lazer, com vistas a identificar as várias formas de turismo, especialmente, os modelos social e de base comunitária, os quais exigem uma conexão com a noção de redes sociais, voltadas ao desenvolvimento em comunidades, de natureza mais solidária.

Sendo que no capítulo II, por meio de discussão teórica, aprofundam-se, redimensionam-se e analisam-se os conceitos de território, identidade, turismo social, com especial atenção sobre os múltiplos caminhos existentes, no processo de reterritorialização, a partir da reapropriação dos espaços e dos seus referenciais simbólicos.

E no capítulo III traz um relato histórico do turismo pela via do foco social e comunitário, no Brasil, e suas melhores vivências. Em seguida, analisa-se a formação da Organização Internacional de Turismo Social (OITS), seus objetivos, finalidades e ações. Como igualmente, analisa-se o papel do SESC no desenvolvimento da Educação, Saúde, Cultura e Lazer, como agente modificador da realidade dos indivíduos, bem como sua interface com o Turismo Social e Comunitário desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio (SESC).

Na terceira parte, descreve-se o percurso metodológico da pesquisa por meio de três capítulos que são: IV, V e VI. Sendo que no capítulo IV define e caracteriza o tipo de pesquisa, os instrumentos utilizados e os sujeitos da pesquisa. Tal decisão está ligada à natureza da temática enfocada, que exige uma abordagem de natureza etnográfica, geográfica e sociológica, assim como o uso de múltiplas fontes de pesquisa. Intenta-se aqui explicitar os procedimentos adotados, sabendo-se que este estudo está submetido ao viés de uma pertença institucional, por ser dirigido por uma representante técnica da instituição responsável pelo projeto e organização de uma experiência local de turismo comunitário. Salienta-se, pois, os cuidados tomados para que sua análise e resultado não se entreguem ao risco de omissão dos limites, impasses e devido aprimoramento.

Logo depois vem mais o capítulo V e VI, em que tanto o capítulo V e quanto o

capítulo VI referem-se ao “território e à comunidade”, apresentando-se algumas circunstâncias de investigação e o relato dos resultados já alcançados por meio dos recursos da pesquisa qualitativa, seguindo o modelo de análise de conteúdo, e definido o lócus da investigação. Mas no Capítulo V evidencia a necessidade da busca por um recorte histórico da região para uma reflexão sobre as formas de turismo que podem ser praticadas no litoral cearense, visando, tanto o desenvolvimento das comunidades, quanto a preservação de seus ecossistemas e recortes culturais, sabendo-se que sua fundação está ligada ao aldeamento de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, criado pelos Jesuítas, entre 1741 e 1759, sendo um espaço territorial e social habitado por comunidades, até os dias de hoje. Busca identificar ainda as relações estabelecidas por indivíduos, de dentro e de fora da localidade, com o meio ecológico, social e cultural em que vive a comunidade aqui enfocada.

Entretanto, no capítulo VI direciona o foco do estudo as suas práticas desenvolvidas pela comunidade a partir do desenvolvimento da ação comunitária do SESC-CE e mais especificamente a sua ação em Iparana-Ceará. Ou seja, aborda-se o caso da Colônia Ecológica SESC Iparana, no quadro da evolução histórico-social do município em que está instalada a instituição, formado por suas diversas localidades, destacando a dinâmica social do seu entorno. Aponta-se quem faz parte desse seu entorno e como este se desenvolve e se organiza. Traz o relato e alguma análise de experiências, ações e iniciativas sócio educativas, ali desenvolvidas. Para a composição desses relatos, utiliza-se fragmentos de relatos das histórias de vida e alguns integrantes da comunidade ali sitiada. Por fim, lança um olhar sobre o papel sócio educativo da Colônia Ecológica SESC Iparana, por meio dos processos culturais, sociais e turísticos, ações sociais e comunitárias existentes, na localidade escolhida para a realização deste estudo.

Na quarta parte, são apresentados os resultados por meio dos capítulos VII e VIII. Em que, o capítulo VII mostra os resultados mais completos da pesquisa, analisados qualitativamente, à luz da discussão estabelecida com os autores que serviram de referência teórico-metodológica, a partir do levantamento e da revisão bibliográfica. E no capítulo VIII são os dados dos resultados mais exatos do estudo, analisados quantitativamente e organizados em forma de gráficos e tabelas, segundo critérios da estatística.

Por fim, na quinta parte faz uma reflexão final com o capítulo IX em que são esboçadas as considerações finais do presente estudo, com indicações de possíveis desdobramentos posteriores.





**PARTE II**  
**DISCUSSÃO TEÓRICA**



## **CAPÍTULO II – UMA BASE TEÓRICA E CONCEITUAL DO ESTUDO: OS ESPAÇOS DE DESENVOLVIMENTO E O SISTEMA TURÍSTICO NA VALORIZAÇÃO DA CULTURA E DO LAZER, ENQUANTO SUPORTES DE TURISMO SOCIAL E COMUNITÁRIO**

### **II.2.1 INTRODUÇÃO**

Com base na literatura consultada e selecionada, este capítulo aborda de forma mais ampla e geral, o conceito de Desenvolvimento e de Turismo, seus pressupostos teóricos, suas origens, historicidades e seu impacto na sociedade, à luz do pensamento de teóricos que tratam deste tema. Apoiar-se em estudos especializados e publicações relativas à Organização Mundial do Turismo (OMT), bem como de estudiosos especializados neste assunto, destacando seus objetivos, finalidades e ações. Conceitua e analisa categorias sociais entrelaçadas, em duas direções, tais como: 1) território, espaço local, identidade, sustentabilidade e lazer; 2) turismo e território: local e global tendo como foco o turismo de bases comunitárias, desterritorialização, reterritorialização, ressignificação, regionalização e desenvolvimento e legislação. Numa terceira direção, apontam-se as diversas formas de sistematização e, ou tipologia do turismo – individual, organizado, *sênior*; turismo de repouso, cultural, étnico, religioso, de natureza, de negócios e desportivo – o que indica a necessidade de que o Turismo seja visto hoje como um sistema. Mostra as inter-relações dos diferentes tipos de turismo, como um fenômeno variado e de alguma forma vivenciado em todo o mundo, enfatizando, especialmente aquelas que envolvem a participação comunitária, com base em algumas experiências nessa área numa perspectiva global e local.

### **II.2.2 TERRITÓRIO, ESPAÇO LOCAL, IDENTIDADE, SUSTENTABILIDADE E LAZER**

É comum confundir-se sobre os conceitos de território e espaço local. Portanto, com o intuito de diferenciá-los e compreendê-los melhor Teixeira e Andrade (2010) conceituam o território a partir da compreensão de métodos e concepções de uma realidade. Nessa perspectiva, explicam que “o território seria as relações de poder” que se dá “em um determinado espaço, as quais ocorrem em redes, em uma troca constante de energia e informação” (Teixeira & Andrade, 2010, p. 3) e ainda “dentro das perspectivas econômica, política, cultural e natural.” (Teixeira & Andrade, 2010, p. 5).

Saquet (2011) trabalha na mesma linha de pensamento crítico reflexivo de Teixeira e

Andrade (2010). Por conseguinte, Saquet (2011) busca compreender refletindo os conceitos sobre território e territorialidade a luz das décadas de 1970-80 até a contemporaneidade aliados aos enfoques e concepções destes períodos. Estas “abordagens e concepções elaboradas a partir de conceitos como os de região, organização do espaço, espaço produzido e território, formação do povo” e do seu território. E assim tenha condição para auxiliar na construção de uma abordagem territorial crítica que tivesse por base as estas várias articulações entre as perspectivas sociais do território e o indivíduo, a ação histórica e as relações multiescalares de processos territoriais. Para que possa cumprir com o “papel decisivo na revisão e atualização da geografia brasileira, bem como na denúncia da problemática do desenvolvimento desigual e na proposição de ações e planos tentando contribuir para amenizar as desigualdades regionais” (Saquet, 2011, p. 13).

Entretanto, vale ressaltar que a discussão desse tópico também remete ao entendimento do que seja espaço a partir do debate trazido pelo advogado, jornalista e pesquisador Milton Santos, quando este, ao defender uma “geografia nova”, salienta que, não deve haver separação entre espaço físico e social, já que a natureza recebe interferências econômicas e culturais da ação social humana; por isso, ele defende que, de acordo com o entendimento que temos dele, o espaço pode liberar ou escravizar os homens:

Os geógrafos, ao lado de outros cientistas sociais, devem se preparar para colocar os fundamentos de um espaço verdadeiramente humano, um espaço que una os homens por e para seu trabalho, mas não para em seguida os separar entre classes, entre exploradores e explorados; um espaço matéria inerte trabalhado pelo homem, mas não para se voltar contra ele; um espaço, natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um artifício; um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por uma outra mercadoria, o homem artificializado (Santos, M., 2012b, p. 267).

Este autor traz ainda a discussão na reprodução da vida da comunidade em seu cotidiano ele explica que também “o espaço sofre os efeitos do processo: a cidade torna-se estranha à região, a própria região fica alienada,<sup>1</sup> já que não produz mais para servir às necessidades reais daqueles que a habitam”. E assim, torna-se fragmentada a sua percepção enquanto “espaço circundante [que] só explica uma parcela de sua existência” (Santos, M., 2012b, pp. 28-29). E Santos, N. P. (2001, p. 209) contribui apresentando a referência do espaço como estudo geográfico que relete “as incertezas e a diversidade do consumo” dos lugares com os símbolos e signos que se produz nas relações simples e complexas refletido

---

<sup>1</sup> Alienada é uma palavra relacionada ao marxismo que é uma teoria da alienação (humanismo histórico-concreto), uma teoria da história (materialismo histórico-dialético), uma teoria do capitalismo e da revolução proletária (expressão teórica do movimento operário), sendo estes elementos inseparáveis, constituindo uma totalidade indivisível e que só podem ser analisados e desenvolvidos conjuntamente em sua forma posterior acabada, e a partir daí só é possível enfatizar um aspecto, mas sem separá-lo dos demais (Viana, 2004).

no significado do espaço.

É nesse contexto de produção do espaço instrumental de reprodução da vida abordado por Santos, M. (2012a) e Santos, N. P. (2001) que Lefebvre (2006) compactua. De modo que nesse sentido Lefebvre (2006) afirma que “nada há na história e na sociedade que não seja adquirido e produzido” no espaço social. Segundo Lefebvre (2006) a “natureza”, ela própria, tal quão se mostrar “na vida social aos órgãos dos sentidos, foi modificada, portanto, produzida. Os seres humanos produziram formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, ideológicas” (Lefebvre, 2006, p. 62). E explica que ao analisar as relações de produção, a sua idealidade da representação de espaço se dar:

A produção, o produto, o trabalho, conceitos que emergem simultaneamente e permitem fundar a economia política, constituem abstrações privilegiadas, abstrações concretas: elas permitem analisar as relações de produção. Quando ao conceito de produção, ele só se torna plenamente concreto e recebe seu conteúdo com a resposta às questões que ele permite colocar: “Quem produz? O que? Como? Por que e para quem?” Fora destas questões e de sua resposta, o conceito permanece uma abstração. [Com isso, a] representação do espaço [...] e o espaço de representação [...] se reforçam mutuamente. Assim como o espaço dos canais e o das ruas, a água e a pedra, numa dupla textura, num reflexo recíproco (Lefebvre, 2006, pp. 63-66).

Outra discussão importante que também vai condescender com Santos, M. (2012a) é a de Lefebvre (2006) em que para fundamentar melhor a base teórica conceitual de espaço deve passar pela discussão do desenvolvimento e do turismo como consequência deste na modernidade das ideias de Giddens (1991). Esta por sua vez, é originada pelo campo das Ciências Sociais com referência ao debate contemporâneo e como exemplo, este autor coloca em pauta as dimensões institucionais da modernidade. Segundo ele são quatro dimensões institucionais básicas da modernidade e estas se inter-relacionam e se estabelece como mostra na **Figura II.2.2.1.**



**Figura II.2.2.1:** As dimensões institucionais da modernidade desenvolvida por Giddens. Fonte: Construída por Giddens (1991).

Assim sendo, a esquerda do círculo, pode-se se vê o capitalismo que envolve o econômico em relação ao político, e assim tendo o trabalho e os mercados de produtos competitivos. Acima da figura a vigilância que é, segundo este autor, essencial “a todos os tipos de organização associados à ascensão da modernidade, em particular o estado-nação, que se entrelaça historicamente com o capitalismo em seu desenvolvimento mútuo” (Giddens, 1991, p. 56). Também, ele coloca ainda que “há vínculos substantivos íntimos entre as operações de vigilância dos estados-nação e a natureza alterada do poder militar no período moderno” (Giddens, 1991, p. 56). Isto é, ele afirma que o “exército se torna uma retaguarda relativamente remota da hegemonia interna das autoridades civis, e as forças armadas em sua maior parte ‘apontam para fora’ em direção aos outros estados.” (Giddens, 1991, p. 56).

Ainda, no círculo, pode-se também observar que há “relações diretas entre poder militar e industrialismo, uma expressão importante disto é a industrialização da guerra” (Giddens, 1991, p. 56). Como ainda, “conexões nítidas podem ser estabelecidas entre industrialismo e capitalismo”. Assim sendo, o “industrialismo se torna o eixo principal da interação dos seres humanos com a natureza em condições de modernidade.” (Giddens, 1991, p. 56). E a indústria moderna, esta é segundo Giddens (1991, p. 56):

modelada pela aliança da ciência com a tecnologia, transforma o mundo da natureza de maneiras inimagináveis às gerações anteriores. Nos setores industrializados do globo — e, crescentemente, por toda parte — os seres humanos vivem num ambiente criado, um ambiente de ação que, é claro, é físico, mas não mais apenas natural. Não somente o ambiente construído das áreas urbanas mas a maioria das outras paisagens também se torna sujeita à coordenação e controle humanos.

Ele afirma até que as linhas retas na **Figura II.2.2.1** indicam conexões subseqüentes que podem ser analisadas. E dar como exemplo, a vigilância que tem estado intimamente envolvida com o desenvolvimento do industrialismo; consolidando o poder administrativo no interior de fábricas, usinas e oficinas. E como os diversos feixes institucionais foram atrelados entre si no desenvolvimento das instituições contemporâneas.

Para Giddens (1991), o desenvolvimento da força de trabalho abstrai e constitui um ponto de conexão importante entre capitalismo, industrialismo e a natureza cambiante do controle dos meios de violência. “Nos estados pré-modernos, os sistemas de classe raramente eram econômicos por inteiro: as relações explorativas de classe eram em parte mantidas pela força ou pela ameaça de seu uso.” (Giddens, 1991, p. 57). E era a classe dominante comumente uma classe de guerreiros. Mas com o surgimento do capitalismo esta violência se modificou. E por isso, que:

O contrato de trabalho capitalista não repousa sobre a posse direta dos meios de violência, e o trabalho assalariado é nominalmente livre. As relações de classe tornaram-se assim diretamente incorporadas no interior da estrutura da produção capitalista, ao invés de serem abertas e sancionadas pela violência. Este processo ocorreu em conjunção histórica com a monopolização do controle dos meios de violência nas mãos do estado. A violência, tal como era, foi ‘expelida’ do contrato de trabalho e concentrada nas mãos das autoridades do estado (Giddens, 1991, p. 57).

Giddens (1991, p. 57) coloca que a globalização pode ser “definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial”, que conectam localidades longínquas de tal forma que ocorrências locais são modeladas por acontecimentos ocorrendo a milhares de distância e vice-versa. Ou seja, ele assegura que:

Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. A transformação local é tanto uma parte da globalização quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e do espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores — tais como dinheiro mundial e mercados de bens — operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão. O resultado não é necessariamente, ou mesmo usualmente, um conjunto generalizado de mudanças aluando numa direção uniforme, mas consiste em tendências mutuamente opostas (Giddens, 1991, p. 61).

Gehlen (2006) é um autor que compactua e complementa a ideia de Giddens (1991). Pois ele traz a discussão da globalização e com isso coloca que diante à globalização, a identidade se dá como probabilidade de conteúdo específico, um significado ao cotidiano. Entretanto, também recriam as categorias para a interação intra e inter identidade no espaço de um território. E olhando o território do ponto de vista da análise segundo Moreira (2013, p. 655) significa valorizar o espaço geográfico, a identidade do grupo “que o habita e os agentes e os grupos de interesse que o dinamizam”. E estes se apropriam daquele que “estabelecem relações e interações várias, sistêmicas até, reforçando, assim, por esta via e com o tempo, o sentido de pertença e a identidade territorial.” (Moreira, 2013, p. 655).

Nesse sentido de Moreira (2013) se soma a Gehlen (2006), pois os conhecimentos dão sentido e revitaliza os valores éticos ou morais permitindo acender para a importância de outras identidades e para a aceitação das diferenças. Entretanto, essas ideias desses autores sobre identidade e globalização, isso também pode ser um risco para a morte de cultura de um povo ou até mesmo chegar a um genocídio, principalmente, no caso de não existir o respeito e a compreensão dessas diferenças.

Nesse sentido, então, o turismo e identidade trazido por Gehlen (2006) tem se revelado, segundo Gomes (2013) como um extraordinário fator de desenvolvimento cultural, ambiental e econômico. No entanto, ressaltar-se que o fenômeno também é responsável por inúmeros conflitos sociais. Para ele a intolerância entre as diferenças culturais é, infelizmente, delimitada na história da humanidade, assim a exemplo, estão às guerras. Sejam estas de cunho político, religioso, étnico, racial ou econômico, enfim, todas principiadas pelas diferenças de identidades culturais. Além do mais, para ele traz a discussão sobre a (in)tolerância produzida pela própria “indústria cultural”. E explica que esta, constantemente, utiliza-se da criação de identidades de povos e nações, incidindo, após, a manipulação de imagens pré-concebidas no imaginário social transversalizado e produzidas pelos meios de comunicação de massa, e assim, estabelecendo uma ideologia traçada para obter resultados econômicos favoráveis aos intelectuais que exercem atividades turísticas. Por isso que a atividade do turismo para Gomes (2013) sucessivamente irá provocar impactos sociais que serão originários do encontro entre o visitante e o residente local. “E nesse contexto, sugere-se uma maior atenção aos relevantes impactos que o fenômeno turístico causa na autenticidade cultural de sociedades a redor de todo o mundo, seja de maneira positiva ou não.” (Gomes, 2013, p. 24).

Assim sendo, observa-se com isso que tanto Giddens (1991) como Gehlen (2006) ou Gomes (2013) expõem o lado positivo como também o risco para o lado negativo da



globalização influenciar a identidade de um território por meio do turismo. E nesse sentido Giddens (1991) procurou, ainda, com tudo isso, desenvolver uma interpretação da era corrente que desafia as concepções habituais da pós-modernidade. Ou melhor, as concepções de pós- modernidade – que tenha origem no pensamento pós-estruturalista – envolvendo diversas linhas. Assim, comparou as concepções de pós-modernidade (PM) com a sua posição de alternativa, que chamou de modernidade radicalizada (MR), conforme pode-se observar no **Quadro II.2.2.1** construído por Giddens (1991) a seguir:

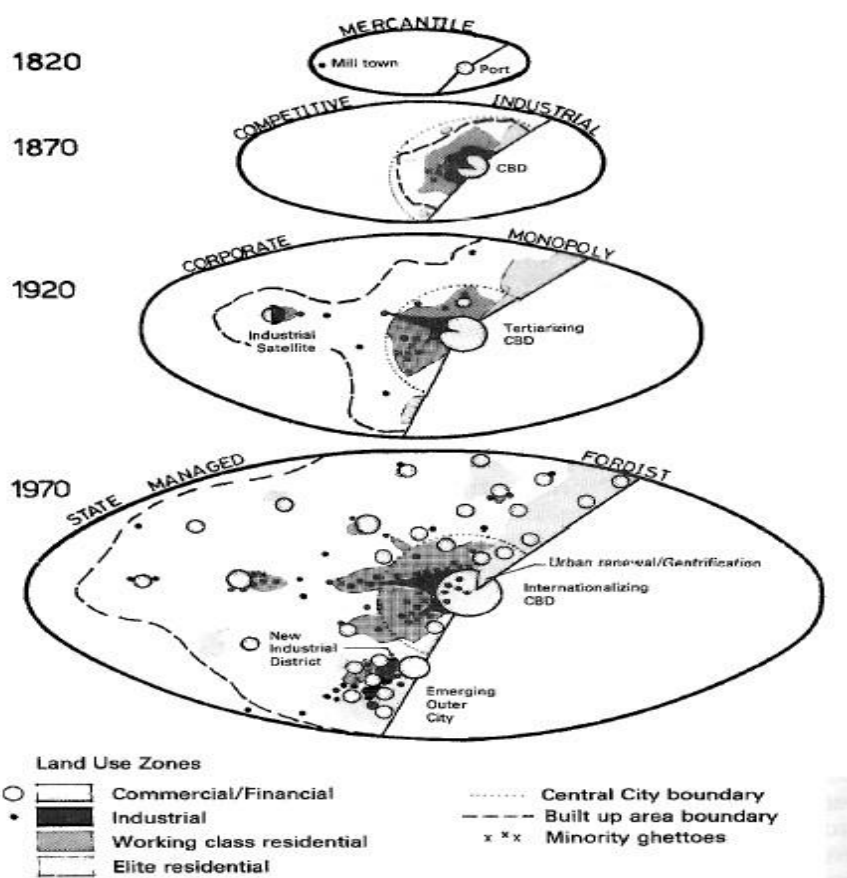
| PRÉ-MODERNAS   | MODERNAS   |
|--|--|
| <i>Contexto geral: importância excessiva na confiança localizada.</i>  | <i>Contexto geral: relações de confiança em sistemas abstratos desencaixados.</i>  |
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Relações de parentesco com o um dispositivo de organização para estabilizar laços sociais através do tempo-espaço.</i></li> <li>2. <i>A comunidade local como um lugar, fornecendo um meio familiar.</i></li> <li>3. <i>Cosmologias religiosas como modos de crença e práticas rituais fornecendo uma interpretação providencial da vida humana e da natureza.</i></li> <li>4. <i>Tradição como um meio de conectar presente e futuro; orientada para o passado em tempo reversível.</i></li> </ol> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Relações pessoais de amizade ou intimidade sexual como meios de estabilizar laços sociais.</i></li> <li>2. <i>Sistemas abstratos como meios de estabilizar relações através de extensões indefinidas de tempo-espaço.</i></li> <li>3. <i>Pensamento contrafactual orientado para o futuro como um modo de conectar passado e presente.</i></li> </ol> |
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Ameaças e perigos emanando da natureza, como a prevalência de doenças infecciosas, insegurança climática, inundações ou outros desastres naturais.</i></li> <li>2. <i>A ameaça de violência humana por parte de exércitos pilhadores, senhores da guerra locais, bandidos ou salteadores.</i></li> <li>3. <i>Risco de uma perda da graça religiosa ou de influência mágica maligna.</i></li> </ol>  | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Ameaças e perigos emanando da reflexividade da modernidade.</i></li> <li>2. <i>A ameaça de violência humana a partir da industrialização da guerra.</i></li> <li>3. <i>A ameaça de falta de sentido pessoal derivada da reflexividade da modernidade enquanto aplicada ao eu</i></li> </ol>   |

**Quadro II.2.2.1:** Ambientes de confiança e risco nas culturas pré-modernas e modernas Fonte: Giddens (1991).

Nessa direção, Soja (2013) em seus estudos geográficos pós-modernas também compactua e vai nessa linha de pensamento desses autores já citados. Portanto, para ele o espaço é reafirmado na teoria social crítica e, com isso, traz a discussão do “direito de ser diferente” e a essência da “pós-metrópole ser múltipla, diversa e heterogênea” (Catalão, 2007,143). Mediante esse contexto e pensamento, Soja (2013) compactua com Giddens (1991) quando Soja (2013)<sup>2</sup> afirma com base na evolução da forma urbana com os protótipos da cidade norte-americana de 1820 a 1970 como mostra na **Figura II.2.2.2:**<sup>3</sup>

<sup>2</sup> restructuring eras varies from country to country, as do relative intensities of restructuration.” (Soja, 1989, p. 174).

<sup>3</sup> Tradução da Figura II.2: Mercantil – Mercantil. Industrial de livre concorrência – Competitive Industrial.



**Figura II.2.2.2:** Evolução da forma urbana: protótipos da cidade norte-americana de 1820 a 1970<sup>4</sup>.  
 Fonte: Construção de Soja (1989, p. 175).

Logo, esta contribui para melhor compreender a reestruturação que consoante este autor “varia de país para país, o mesmo acontece com as intensidades relativas da reestruturação”. Como também dá base para perceber as subjetividades e objetividades que há nas entrelinhas do **Quadro II.2.2.1**. As dimensões institucionais da modernidade desenvolvido por Gidden que trabalha os ambientes de confiança e risco nas culturas pré-modernas e modernas de Giddens (1991). Mas sobretudo a **Figura II.2.2.2** consoante Soja (2013, p. 168) expõe:

um quadro generalizado da evolução da forma ao longo desses quatro períodos de reestruturação. Como acontece com a reestruturação regional, a sequência das espacializações urbanas é cumulativa, cada fase contendo vestígios das geografias anteriores, de divisões espaciais urbanas do trabalho já formadas, que não chegam propriamente a desaparecer, mas são seletivamente rearranjadas. [...] A

Monopólio empresarial – Corporate Monoply. Administrada pelo Estado Fordista – State Manged Fordist. Zonas de uso da terra – Land Use Zones: Comercial/financeira – Comercial/Financial; Indústria – Industrial residencial da classe trabalhadora – working class residential; Residencial da elite – Elite residential; Fronteira da cidade central – Central city boundary; Fronteira da área construída – Built up área boundary; Guetos das minorias – Minority ghettos.;

<sup>4</sup> Figure 1 The evolution of urban form: prototypes of the North American city 1820-1970 (Soja, 1989, p. 139).

sedimentação, porém, é mais complexa e labiríntica do que uma simples deposição de camadas, pois cada corte transversal contém representações do passado e os contextos para a nova rodada de reestruturação.<sup>5</sup>

Vale ressaltar que para Soja (2013) na contemporaneidade nem todos os economistas político regional compactuam com as mesmas concepções sobre o capital. Entretanto, todos comungam com o modelo similar decorrente dos conflitos das mudanças históricas e geográficas. Nesse sentido, dão um destaque à análise das classes e nos procedimentos do trabalho. Utilizam-se da tecnologia e da estrutura empresarial para diferenciar e explicar a produtividade e os lucros decorrentes dessa lógica do capital. É possível enxergarem a interação entre a espacialidade, a política e o papel do Estado com uma atenção na explicitação de cada um e estes no todo reconhecendo, assim, a singularidade particular da espacialidade do capital, como também, dão uma importância pela análise da internacionalização deste capital e do acelerar igualmente do movimento dele (Soja, 2013).

Contudo, Soja (2013) explica que Giddens quando condensou sua crítica numa reavaliação construtiva da sociologia interpretativa e da hermenêutica centrada na força criadora da ação e da práxis humanas e, tendo ainda como base a teoria analítica do sentido e da ação. Entretanto, recursou-se denunciar o funcionalismo, refiltrar o durkheimiano e exorcismar a assombração de Talcott Parsons. E com isso, então, reuniu:

[...] dois discursos teóricos que se haviam desenvolvido, ao longo de todo o século XX, numa oposição explosiva e irreconciliável. Nos problemas centrais, o compromisso dialético entre ação e estrutura, subjetividade, foi assertivamente colocado no cerne da teoria social, reconceituada por Giddens numa florescente teoria da estruturação que situou a práxis e a reprodução social [...]. Essa abrangente confluência de ideias marcou, para Giddens, o auge de uma espiral de reinterpretação crítica e o início de outra, mais engajada e construtiva do que a primeira (Soja, 2013, pp. 551-552).

Gehlen (2006) e Gomes (2013) compactuam com Giddens (1991, pp. 111-112) quando este alerta também para o risco e o perigo no mundo moderno da globalização e a sua consequência ou mesmo influência no meio ambiente que pode ser delineado da seguinte maneira:

- 1) “Globalização do risco no sentido de intensidade”, ou seja, “a guerra nuclear pode ameaçar a sobrevivência da humanidade”;

---

<sup>5</sup> a generalized Picture of the evolution of urban form through these four restructuring periods. As with regional restructuring, the sequence of urban spatializations is cumulative, with each phase containing traces of earlier geographies, already formed urban spatial divisions of labour which do not disappear so much as become selectively rearranged. [...] The sedimentation, however, is more complex and labyrinthine than a simple layering, for each cross-section contains representations of the past as well as the contexts for the next round of restructuring (Soja, 1989, p. 175).

- 2) Globalização do risco da expansão da quantidade de eventos: “por exemplo, mudanças na divisão global do trabalho”
- 3) “Risco derivado do meio ambiente criado, ou natureza socializada: a infusão de conhecimento humano no meio ambiente material”;
- 4) O aumento de riscos ambientais institucionalizados comprometendo as milhões de vida: “por exemplo, mercados de investimentos”;
- 5) “Consciência do risco como risco: as ‘lacunas de conhecimento’ nos riscos não podem ser convertidas em ‘certezas’ pelo conhecimento religioso ou mágico”;
- 6) A consciência bem difundida do risco: muitos dos perigos enfrentados no meio coletivo são de conhecimento do grande público;
- 7) “Consciência das limitações da perícia: nenhum sistema perito pode ser inteiramente perito em termos das conseqüências da adoção de princípios peritos”.

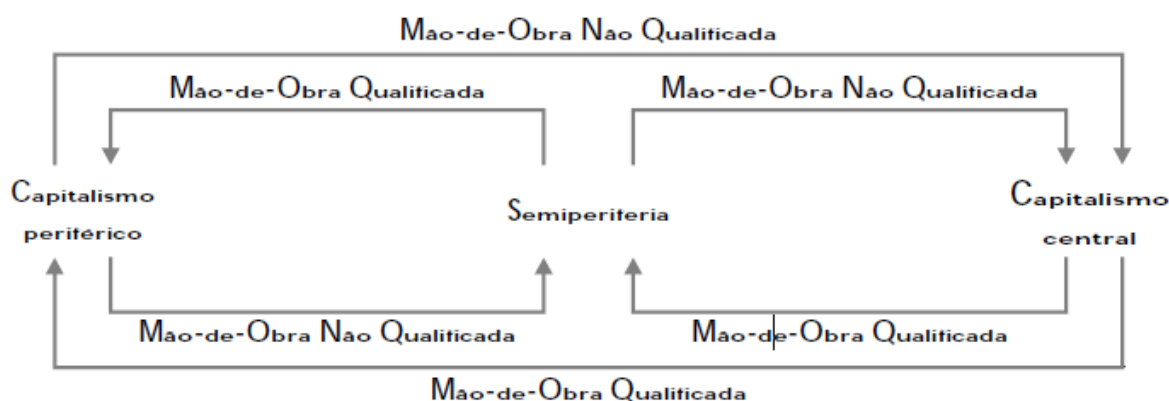
E nessa direção Raizer (2011) tenta problematizar e compreender a teoria de Giddens (1991), a partir das transformações da sociedade contemporânea por meio das suas conseqüências sociais. Raizer (2011) utiliza-se dela e ressalta a sua contribuição para a teoria sociológica e para o estudo das políticas verdes. E assim, este autor afirma que a problemática, por exemplo, da mudança climática atribui à sociedade, aos indivíduos, à ciência, ao estado e às empresas, dois desafios. E, o primeiro dele é a procura de referências para compreender esse fenômeno e suas violências sobre o meio ambiente, a economia e a qualidade de vida das pessoas. E, o segundo, é “a busca de soluções e o desenvolvimento de medidas e ações concretas a curto, médio e longos prazos, que visem a mitigar seus efeitos” (Raizer, 2011, p. 368).

E, condescendendo e aumentando, ainda, com essa discussão desses autores acima vem Santos, N. P. (2005) abordando a globalização, o lazer e o trabalho como uma orientação central na vida cotidiana das pessoas fazendo as conexões significativas entre os espaços urbanos, o lazer casual ou lazer organizado no cotidiano. Como também, levando por base o desenvolvimento de uma sociedade pós-trabalho e do consumo da economia de lazer.

Nesse contexto, ele coloca que:<sup>6</sup>

A divisão internacional do trabalho surge associada à globalização, mais ou menos densificada, afetando o modo como se organiza a socioeconomia contemporânea. O estabelecimento de mobilidades de mão-de-obra entre um primeiro mundo, central, e um terceiro mundo, periférico, com a intermediação do mundo semi-periférico, nas margens dos dois primeiros, sublinha a importância das relações supranacionais e supra-estatais quando se fala sobre trabalho (Santos, 2005, p. 159).

Assim sendo, Santos, N. P. (2005) compreende que o trabalho pode ser envolvido e recebido como uma dimensão internacional pelo o qual se pode ser divulgado de maneira mais simples a complexidade dessa relação. E, torna-se tão interessante observar na explicação desse autor que fica claro na **Figura II.2.2.3** o predomínio do trabalho não qualificado ou de mão-de-obra não qualificada nos países capitalistas periféricos. No Semiperiférico observa-se que há tanto a mão-de-obra não qualificada quanto a qualificada e por fim o predomínio da mão-de-obra qualificada nos países capitalistas centrais, conforme se confere na **Figura II.2.2.3** abaixo:



**Figura II.2.2.3:** Modelo de mobilidade internacional do trabalho. Fonte: Produzido por Santos, N. P. (2005).

E Bruhns (2009) somando a Santos, N. P. (2005) traz o enfoque do lazer com as suas contradições e a “crise da modernidade” tendo como elementos o trabalho como efetivação de si, a política como procedimento da vida social e a confiança no futuro como ação do

<sup>6</sup> to specialise in producing that which uses intensively the factors of production that they have in abundance. On the contrary, the same countries import goods whose production demands factors which they have less of” (Fitoussi & Rosanvallon, 1996: 82). In the first world globalization promotes the qualified workers and undervalues the non-qualified ones while third world (and developing countries) promotes the latter ones, predominant in their work structure. Anyway, the work mobility increases inequalities between socio-professional categories in an infra-national level”. “to specialise in producing that which uses intensively the factors of production that they have in abundance. On the contrary, the same countries import goods whose production demands factors which they have less of” (Fitoussi & Rosanvallon, 1996: 82). In the first world globalization promotes the qualified workers and undervalues the non-qualified ones while third world (and developing countries) promotes the latter ones, predominant in their work structure. Anyway, the work mobility increases inequalities between socio-professional categories in an infra-national level.” (Santos, N. P., 2005, p. 159).

desenho individual e social. E nessa contextualização, Santos, N. P. (2005, p. 159) assegura, ainda, que as trocas internacionais estimulam os países a:

“[...] especializarem-se nas produções que utilizam de modo intensivo os fatores de produção em que se encontram relativamente bem dotados. Inversamente, os mesmos países importarão bens cuja produção exige a valorização de fatores de que dispõem em menor abundância” (Fitoussi e Rosanvallon, 1997, p. 82). Afirma-se, pois, que a globalização promove, no primeiro mundo, os trabalhadores qualificados, desvalorizando os não qualificados, enquanto o terceiro mundo ou o mundo em desenvolvimento promove estes últimos, aí dominantes na estrutura de emprego. De qualquer modo, a mobilidade de trabalho acima referida permite o esbatimento dessas dualidades, embora seja responsável, em termos infranacionais, pelo aumento das desigualdades entre categorias socioprofissionais.<sup>77</sup>

Todavia Giddens (1991) a seguir constrói a **Figura II.2.2.4** em que nela se delinea o elenco de riscos de alta-consequência que se tem hoje. Ou seja, nenhum novo desenvolvimento tecnológico para ele ocorrerem (até, mesmo os que são considerados benéficos para a produtividade capitalista, estes ainda podem ser perigosos para a segurança ambiental), deve então, haver limites determinados para a acumulação capitalista mundial. Assim, a compreensão de Raizer (2011) tem sentido com relação ao que afirmou em seu estudo.

Nessa ideia, Giddens (1991, p. 151) expõe que há ainda “limites intrínsecos aos recursos disponíveis para acumulação indefinida, e as ‘exterioridades’ que os mercados ou não tocam ou influenciam adversamente” – tais quanto às desigualdades globais – “podem revelar implicações socialmente explosivas”.

---

<sup>77</sup> “to specialise in producing that which uses intensively the factors of production that they have in abundance. On the contrary, the same countries import goods whose production demands factors which they have less of” (Fitoussi & Rosanvallon, 1996: 82). In the first world globalization promotes the qualified workers and undervalues the non-qualified ones while third world (and developing countries) promotes the latter ones, predominant in their work structure. Anyway, the work mobility increases inequalities between socio-professional categories in an infra-national level.” (Santos, N. P., 2005, p. 159).

De modo que ele explica melhor esse processo na **Figura II.2.2.4** que segue abaixo:



**Figura II.2.2.4:** Riscos de alta-consequência da modernidade de Giddens . Fonte: Construída por Giddens (1991).

Um dos efeitos fundamentais da modernidade, sem dúvida, é a globalização. Ela é mais do que uma transmissão das criações ocidentais no mundo, onde outras culturas são simplesmente esmagadas. A globalização – que é uma ação de desenvolvimento desigual que tanto quebra em pedaços quanto coordena. Estas criam novas formas de risco e perigo do mesmo modo que geram possibilidades de longo alcance de segurança global. Porque “nem a radicalização da modernidade nem a globalização da vida social são processos que estão, em algum sentido, completos” (Giddens, 1991, p. 153). Giddens, (1991, p. 153) assim expõe que:

Muitos tipos de resposta cultural a tais instituições são possíveis, dada a diversidade cultural do mundo como um todo. Movimentos “além” da modernidade ocorrem num sistema global caracterizado por grandes desigualdades de riqueza e poder e não podem deixar de ser por eles afetados.

Assim, o autor coloca que a modernidade é universalizante não somente por seu impacto global, porém, por seu conhecimento reflexivo fundamental causado por seu caráter dinâmico. “A mudança radical da tradição intrínseca para a reflexividade da modernidade cria uma ruptura, não apenas com as eras precedentes, mas também com outras culturas.” (Giddens, 1991, p. 154).

A modernidade é, igualmente, inerentemente globalizante, e as implicações desestabilizadoras deste feito se ajustam com a circularidade de seu caráter reflexivo para

formar um mundo de eventos onde o risco e o acaso adotam um novo estilo. “Muitos dos fenômenos frequentemente rotulados como pós-modernos na verdade dizem respeito à experiência de viver num mundo em que presença e ausência se combinam de maneiras historicamente novas” (Giddens, 1991, p. 155). E assim, surge um progresso que se torna “esvaziado de conteúdo” segundo “a circularidade da modernidade se firma, e, num nível lateral, a quantidade de informação que flui diariamente para dentro, envolvida no fato de se viver em "um mundo", pode às vezes ser assoberbante” (Giddens, 1991, p. 155). E, entretanto, isto não é fundamental uma fórmula fragmentada cultural ou de soluto do sujeito num “mundo de signos” sem núcleo. Mas abordar “um processo simultâneo de transformação da subjetividade e da organização social global, contra um pano de fundo perturbador de riscos de alta-consequência.” (Giddens, 1991, p. 155).

A modernidade é, além disso, inerentemente guiada para o futuro, a fim de que o “futuro” tem o status de modelador. Assim, antecipações do futuro tornam-se elemento do presente, igualmente sobre como o futuro na realidade se amplia; o realismo utópico assenta-se a “abertura de janelas”. E estas sobre o futuro com a análise das correntes institucionais em direção aos futuros políticos permanecem imanentes no presente.

Num mundo pós-moderno, o tempo e o espaço já não seriam ordenados em sua inter-relação pela historicidade. Talvez, ocorreria supostamente uma renovação da fixidez em alguns aspectos da vida que lembrariam certas características da tradição. Tal fixidez por sua vez propiciaria um embasamento para o sentido de segurança ontológica, reforçado pela consciência de um universo social sujeito a controle humano. Este não seria um mundo que “desmorona para fora” em organizações descentralizadas, mas entrelaçaria o local e o global de uma maneira complexa (Giddens, 1991, p. 156).

Contribuindo para esse contexto, Paixão, Sobrinho, Pereira, Berto, Silva, Castro, Branzes, Almeida, Souza, Castro, Queiróz, & Arias (2004) afirmam que na busca de se apreender a obra de Giddens (1991) é que se percebe o grande valor da teoria de Giddens (1991) para se compreender o debate contemporâneo no campo das ciências sociais e da política. Assim sendo, esses autores só reforçam o valor da obra de Giddens (1991) para a sociedade assim como Raizer (2011) já citado. Nessa direção, Soja (1989) em seus estudos geográficos pós-modernas também compactua de certa forma e vai nessa linha de pensamento desses autores já citados. Portanto, para ele o espaço é reafirmado na teoria social crítica e, com isso, traz a discussão do “direito de ser diferente” e a essência da “pós-metrópole ser múltipla, diversa e heterogênea” (Catalão, 2007, p. 143).

Löw (2013) também segue na direção favorável as ideias de Giddens (1991) e conceitua sociologicamente o espaço em relação aos seres e bens. E nesse sentido, a autora



coloca que a Sociologia vê-se obrigada a repensar o conceito sobre espaço por causa das ações da globalização que também intervêm nos modos de vivenciar o espaço. Em termos metodológicos, ela expõe duas posições antagônicas: a primeira, teoremas materialistas que partem da estrutura espacial. E a segunda, que se contrapõem são as abordagens orientadas na prática que partem da ação. E, com isso, conclui-se que, com referência à teoria da estruturação de Giddens (1991), apresenta-se a proposta de uma síntese das duas abordagens.

Dessa maneira, conforme Löw (2013) torna-se possível uma teoria do espaço que não impõe ao espaço forças essencialistas, nem diminui a meros encadeamentos de ação. Entretanto, é importante ressaltar que nesse sentido do espaço num contexto da geografia contemporânea Moro (1992) já alertava para a importância da organização do espaço como objeto de estudo dominante.

Num entanto, sintetizando Löw (2013), ela quis demonstrar que a potência do espaço, mesmo o enfatizando, muitas vezes as abordagens materialistas não querem e não conseguem avançar no conceito inclusive dos espaços do dia a dia. E contrário a isso, as “abordagens forjadas na teoria da ação conseguem informar muito acerca de lugares e atos de criação de espaços, porém sem apreender teoricamente a potência que os espaços têm de provocar ações” (Löw, 2013, p. 31). Assim sendo, ela reformulando a “tese giddensiana de uma dualidade da estrutura”, a autora sugere ao invés de uma “dualidade do espaço como via conceitual de acesso ao problema” (Löw, 2013, p. 31), então, o “duplo caráter do espaço – simultaneamente uma estrutura ordenadora e uma forma de ação – presta-se a uma reflexão sobre a potência dos espaços” (Löw, 2013, p. 31). E descreve o conceito de espaço como:

hoje em dia, uma forma de organização da contiguidade, assim como a noção do tempo designa uma formação da sucessão. Portanto, em termos sociológicos, os espaços designam as relações entre alocações simultâneas. Esse algo alocado (também no sentido de crescido, construído, plantado) precisa aparecer no plural, a fim de ser percebido como espaço. O objeto não é espaço, mas o espaço se estende entre objetos. Por isso, espaço é noção que encarna simultaneidades (Löw, 2013, p. 31).

Lenzi (2006) discordando um pouco da visão de Paixão *et al.* (2004), Raizer (2011) e Löw (2013) com referência a teoria de Giddens (1991). Pois para Lenzi (2006), Giddens (1991) não conseguiu apresentar um trabalho muito sistemático a partir das implicações da questão ecológica para a época contemporânea. Como também, Lenzi (2006) pondera que Giddens (1991) não conseguiu analisar extensamente a implicação desse assunto para a

própria Sociologia. Entretanto, Lenzi (2006) coloca que nem sempre o caráter sistemático e extenso de um estudo é razão para o seu sucesso. Então, apesar de que Lenzi (2006) julgar que Giddens não seja um autor rigoroso em sua abordagem sobre esse assunto, ou ainda, não seja o caso para a sua abordagem de outros aspectos relacionados à teoria sociológica. Todavia, para Lenzi (2006) a obra de Giddens (1991) parece sim “pertinente para [se] pensar a forma como a teoria social e a ecologia podem vir a ser integradas sem reproduzir qualquer tipo de falácia naturalista. O que é algo importante, talvez, para a construção de uma imaginação sociológica da ecologia” (Lenzi, 2006, p. 124).

Ainda nesse sentido de espaço, Gato e Queiroz (2008) contribuem complementando essa temática. Para eles que consideram o espaço como algo dinâmico marcado e instituído em sua complexidade por inúmeras variantes. Por exemplo, o ser humano em sua capacidade intelectual e funcional em conjunto das suas necessidades produtivas transforma o seu próprio habitat. Assim sendo, o espaço nesse processo de intensificação das relações dos seus agentes causadores das alterações concretizaram no que se refere à conceituação de algumas categorias de análise geográfica, e em particular o próprio espaço e seus objetos constitutivos. O espaço torna-se, então, muitas vezes contraditório em alguns aspectos porque alguns desses fatores constituem algumas disparidades. Em regra, entre “o que foi inovado que é o que precisa ser conservado, os que se privilegiam e os que são prejudicados” (Gato & Queiroz, 2008, p. 34). “Enfim, existem sempre esses processos dialéticos que fazem do espaço habitado algo dotado ainda mais de complexidade e dinamicidade” (Gato & Queiroz, 2008, p. 34). Deste modo, torna-se necessária uma amplitude de conhecimento para conceituá-los.

Antes mesmo de apenas conhecer a sua capacidade transformadora, e em consequência disso mudar o que está ao seu redor, dever-se-ia ao homem, grande modelador do espaço, ter como constante a análise não apenas dos fatores positivos, da transformação espacial, mas de algumas ingerências ou mesmo prejuízos decorrentes dessa considerável apropriação não, simplesmente, para si, mas para tudo aquilo que circunscreve o espaço habitado. De um modo que não se negue os positivos aspectos oriundos de tantas evoluções decorridas da transformação espacial (Gato & Queiroz, 2008, p. 34).

Outro autor extraordinário que contribui nesse sentido de se entender melhor o espaço é Schmid (2012). Este autor analisa e reconstrói a teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre com o escopo de esclarecer os seus fundamentos e assim colaborar para a superação de confusões na apropriação e interpretação de sua obra. De tal modo que Schmid (2012) consegue identificar os elementos que compõem a sua estrutura basilar e igualmente, os fundamentos de sua epistemologia e chega a seguintes dimensões. E então,

afirma:

as três dimensões da produção do espaço precisam ser entendidas como sendo fundamentalmente de igual valor. O espaço é, ao mesmo tempo, percebido, concebido e vivido. Nenhuma dessas dimensões pode ser imaginada como a origem absoluta, como “tese”, e nenhuma é privilegiada. O espaço é inacabado, assim, ele é continuamente produzido e isso está sempre ligado com o tempo (Schmid, 2012, p. 18).

E ainda, nesse sentido, Schmid (2012) alerta para a necessidade de três importantíssimos passos: primeiro, é o apreender a construção principal da epistemologia de Lefebvre para se conseguir a base teórica válida para a análise empírica. Segundo, precisa ser encontrada as aplicações fecundas da teoria de Lefebvre. E terceiro e último ponto fundamental da abordagem de Lefebvre é o “ir além da filosofia e da teoria e alcançar a prática e a ação” (Schmid, 2012, p. 18).

E ampliando essa discussão sobre espaço geográfico, Dolfuss (1975, p. 119) afirma que todo espaço geográfico é organizado e esta “organização depende de múltiplos fatores, alguns dos quais ligados ao meio natural e outros às necessidades e aspirações das coletividades humanas”. E segundo este autor a organização do território representa:

o reflexo no espaço geográfico de uma política econômica e de suas consequências sociais; constitui igualmente, entretanto, uma tomada de consciência por parte de seus ocupantes, pelo fato de serem eles os depositários e os responsáveis por um patrimônio que deverão utilizar para atender da melhor maneira possível às necessidades do momento, sem esquecer por isto sua obrigação de poupá-lo e de prepará-lo para necessidades futuras. É o conhecimento voltado para a ação do espaço geográfico que deve constituir o esteio de nosso quadro de vida (Dolfuss, 1975, p. 120).

Enfim, apimentando um pouco mais a discussão do espaço com Moreira (2012, p. 30), este autor baliza o debate com três pontos importantes para o conceito de espaço que é “o espaço-produto, espaço-reprodução e o espaço-ação. Os dois primeiros voltam-se para dentro do discurso geográfico existente, o terceiro volta-se para fora, para o problema das práticas e pertinências”. Afirma ainda que o “espaço é um produto da História. Um ato de sujeitos. Sua matéria-prima é a relação homem-meio” (Moreira, 2012, p. 30). E, nesse sentido, o espaço faz-se “mediação” homem-natureza “num ciclo de repetição que se retroalimenta” sempre (Moreira, 2012, p. 30).

E assim se faz espaço-ação. Colada à noção do produto-reprodutor dos movimentos de reprodução do todo da sociedade, uma teoria da ação está assim nascendo. De modo que a renovação desemboca no espaço como uma categoria da práxis. A ponte de ligação é a abertura para o que está acontecendo em todas as demais áreas de saber, a teorização do espaço como uma relação de determinação recíproca com as sociedades na História. [...] remetendo o espaço ao

papel de mediação e regulação do processo da História, suas tensões e movimentos [...] (Moreira, 2012, p. 31).

Nesse sentido, fica a reflexão de espaço e liberação de Santos, M. (2012a, p. 267) para a necessidade da “reconstrução de um espaço geográfico que seja realmente o espaço do homem, o espaço de toda gente e não o espaço a serviço do capital e de alguns”. Numa percepção da natureza se torna natureza social aberta ao espaço como “um veículo para a restauração do homem na sua dignidade” (Santos, M., 2012a, p. 267). Ou seja, “um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por [...] outra mercadoria, o homem artificializado” (Santos, M., 2012a, p. 267). E nesse sentido, surge a questão da memória e da identidade local.

Com isso, Thomson (2002, p. 341) contribui por meio de seu estudo sobre migração principalmente entre a Grã-Bretanha e Austrália para se retornar a questão da identidade territorial. Este autor apresenta a discussão das mudanças “no interior de comunidades étnicas estabelecidas e relações de contestação à cultura dominante”. Esta cultura promove “frequentemente motivações para o registro e a promulgação de histórias da origem e da chegada de migrantes” (Thomson, 2002, p. 341). Esta experiência trabalha étnica da comunidade migratória dessa localidade no que se refere a cultura dominante e inversamente, a noção de “etnicidade” que “pode não ser atrativa ou adequada para alguns migrantes que optam por não se identificarem em termos de etnicidade ou local de origem” (Thomson, 2002, p. 341). Ele enxerga com isso “a passagem física da migração de um lugar para outro como apenas um evento em uma experiência migratória que abarca velhos e novos mundos e que continua por toda a vida do migrante e pelas gerações subsequentes” (Thomson, 2002, p. 342).

Dando continuidade, Brandão (2008, p. 39) as identidades são ponderadas, portanto, “em suas dinâmicas – construídas, múltiplas e passíveis de ser atualizadas – sempre em processo de construção ou composição”. E estas estão, segundo essa autora, “ligadas a diferentes marcas de referências, internas e externas, e que fornecem um sentido à construção de uma trajetória individual que é narrada como história” (Brandão, 2008, p. 39). Esta leitura de Brandão (2008) compactua com a postura trazida por Thomson (2002) e nesse sentido, Brandão (2008, p. 39), o complementa afirmando que a “postura de atenção sensível à narrativa torna clara a relação entre reminiscências pessoais e memória coletiva, entre memória e identidade, e entre memória e história”.

Todavia, na perspectiva de combater os vários efeitos negativos já citados da globalização, da modernidade ou até mesmo do turismo na identidade territorial, talvez seja

um boa alternativa o que Moreira (2013, p. 300) afirma ser na educação e na “formação em turismo [que] devem proporcionar um conhecimento do sistema turístico e privilegiar uma perspectiva sistêmica nas análises a efetuar sobre os componentes do sistema”. E com isso, a “educação e formação em muito beneficiam de uma perspectiva holística de interpretação do turismo” (Moreira, 2013, p. 300).

Diante dessa noção sociológica de espaço, torna-se imprescindível agora se discutir sobre o conceito de desenvolvimento. Inclusive Gomes e Zambam (2011), trazem o conceito do ambientalista internacional sobre o desenvolvimento sustentável na busca de harmonizar o desenvolvimento econômico e proteção ambiental. Num entanto, vale ressaltar que em 1970 havia nesse contexto duas posições: uma minoritária que “não assume características de dimensão política, apenas enfatiza a necessidade de atitudes éticas e espirituais de tendência biocêntrica” (Gomes & Zambam, 2011, p. 42). E a outra majoritária que aceita uma dimensão política e se subdivide em duas posições: a primeira desta é “uma minoritária radical, considerando a necessidade de disseminação de valores ecológicos e a redistribuição do poder político e econômico”; e a segunda que é a “majoritária reformista, defendendo a urgência na adoção de um modelo de desenvolvimento centrado na sustentabilidade social e ambiental” (Gomes & Zambam, 2011, p. 42-43).

Deste modo, é sabido que já conta com um volume considerável de estudos sobre esta temática, que poderia levar a um recuo de mais de cinquenta anos consoante Bielschowsky (2000), quando o que antes se chamava de progresso das nações alcançou uma dinâmica comparativa e dividiu-as em desenvolvidas e subdesenvolvidas ou em vias de desenvolvimento. Este estudo não pretende entrar nessa seara, pois é sabido que trata-se de um tema caro ao Brasil e à América Latina, como está posto em dois volumes comemorativos dos cinquenta anos de pensamento da CEPAL, organizado por Bielschowsky (2000).

Entretanto, torna-se importante trazer o resumo da evolução histórica da região latino-americana em que este autor pontua. Assim, a sua origem em 1950 com a industrialização, em 1960 com a “reformas para desobstruir a industrialização”, 1970 com reorientação dos “estilos” de desenvolvimento e por fim, 1980 com a superação do problema do endividamento externo e o crescimento. O **Quadro II.2.2.2** a seguir irá expor uma síntese dos elementos analíticos que compõem a estrutura do pensamento da CEPAL que foram tratados detalhadamente em seus volumes:

| Elementos permanentes                          | Análise histórico-estruturalista  |   |   |
|--|---|---|---|
|  | Inserção internacional (centro-periferia e vulnerabilidade externa)   | Condições estruturais internas (econômicas e sociais) do crescimento/progresso técnico e do emprego/distribuição de renda   | Ação estatal  |
| <b>PERÍODOS E TEMAS</b>                        |   |   |   |
| 1948-60 (industrialização)                     | Deterioração dos termos de intercâmbio; desequilíbrio estrutural na balança de pagamentos; integração regional                      | Processo de industrialização substitutiva; tendências perversas causadas por especialização e heterogeneidade estrutural; inflação estrutural e desemprego            | Conduzir deliberadamente a industrialização   |
| 1960 (reformas)                                | Dependência; integração regional; política internacional de redução da vulnerabilidade na periferia; viés antiexportação industrial | Reforma agrária e distribuição da renda como requisito para a redinamização da economia; heterogeneidade estrutural; dependência                                      | Reformar para viabilizar o desenvolvimento  |
| 1970 (estilos de crescimento)                  | Dependência, endividamento perigoso; insuficiência exportadora  | Estilos de crescimento, estrutura produtiva e distributiva e estruturas de poder; industrialização combinando mercado interno e esforço exportador                    | Viabilizar estilo que leve à homogeneidade social; fortalecer exportações industriais |
| 1980 (dívida)                                  | Asfixia financeira  | Ajuste com crescimento; oposição aos choques do ajuste, necessidade de políticas de renda e eventual conveniência de choques de estabilização; custo social do ajuste | Renegociar a dívida para ajustar com crescimento                                      |
| 1990-98 (transformação produtiva com equidade) | Especialização exportadora ineficaz e vulnerabilidade aos movimentos de capitais  | Dificuldades para uma transformação produtiva eficaz e para reduzir o "hiato da equidade"   | Implementar políticas de fortalecimento da transformação produtiva com equidade       |

**Quadro II.2.2.2:** Síntese dos elementos analíticos que compõem a estrutura do pensamento da CEPAL.

Fonte: Quadro produzido por Bielschowsky (2000, p. 19).

Agora, parte-se aqui da noção de desenvolvimento definida por Sen (2000), integrante da diretoria do Banco Mundial, que o relaciona à noção de liberdade, os fins e meios do desenvolvimento, condições de justiça ante situações de pobreza, mercados, políticas de Estado, abertura de oportunidades sociais, situações sociais críticas, agentes sociais, mudança social, demografia, cultura e direitos humanos. Trata-se pois de conceito de amplo espectro, como está expresso na passagem abaixo:

A análise apresentada neste capítulo desenvolve a ideia básica de que a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento. O objetivo do desenvolvimento relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. As capacidades individuais dependem crucialmente, entre outras, de disposições econômicas, sociais e políticas. Ao se instituírem disposições institucionais apropriadas, os papéis instrumentais de tipos distintos de liberdade precisam ser levados em conta, indo-se muito além da importância fundamental da liberdade global dos indivíduos (Sen, 2000, p. 71).

Intui-se que desenvolvimento como ampliação da liberdade precisa garantir mecanismos institucionais apropriados, por parte tanto do Estado, quanto da Sociedade. Considera-se esta noção bem apropriada a essa discussão, porque ela nos aproxima da ideia mais contemporânea de desenvolvimento, que está longe de ser apenas relacionada com a economia. Chega-se logo mais perto da dimensão social do desenvolvimento e de perspectivas políticas de ação em prol de sua promoção, com vistas à garantia de direitos humanos. Sobre o assunto, encontra-se algumas outras iniciativas interessantes de ampliação do conceito de desenvolvimento, em sua dimensão mais cultural e social.

Embora seja interessante que se registre a história e assim, lembre-se de que foi em Estocolmo, na Suécia em 1972 que surge às primeiras menções sobre desenvolvimento sustentável com a primeira conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio ambiente e desenvolvimento. O termo na época empregado foi “ecodesenvolvimento”. E, em 1983, a ONU recomendou a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, para dirigir a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento para a realização das propostas mundiais na área ambiental. E, em 1987, a comissão expôs o “documento Nosso Futuro Comum”, mais conhecido como “Relatório Brundtland”. E assim, o conceito de desenvolvimento sustentável foi consagrado em 1987, com o conceito de: “forma como as atuais gerações satisfazem as suas necessidades sem, no entanto, comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades” (Do ecodesenvolvimento..., 2012). E, em:

[...] princípio, o conceito aponta para uma bela utopia que, se não irá se realizar plenamente, poderia, pelo menos, ‘corrigir’ os rumos socioeconômicos e ambientais da Humanidade. Mas, ao explicá-lo, o texto do Relatório Brundtland se torna confuso, indicando, naquele momento, uma atitude vacilante diante dos grandes impasses que o tema colocava, e ainda coloca, para o sistema econômico vigente e para os países, tanto os desenvolvidos quanto os em desenvolvimento (Do ecodesenvolvimento..., 2012).

Tomazzoni (2009), este autor que já traz a discussão de sustentabilidade sobre a dimensão cultural como uma categoria da sustentabilidade ambiental e do turismo, e ainda, como alternativa do desenvolvimento socioeconômico indo um pouco na direção do pensamento de Gomes e Zambam (2011). E ele elabora o conceito de cultura a partir de Thomson (1995, p. 96 como citado em Tomazzoni, 2009, p. 97) que:

[...] argumenta que há uma variedade de fenômenos e um conjunto de interesses que são, hoje, compartilhados por diversas disciplinas, desde a Sociologia, a Antropologia, até a História e a crítica literária. Observa-se, entretanto, que esse conceito possui história e é um produto dessa história.

Por isso que, Tomazzoni (2009, p. 97) coloca a importância da análise das relações teóricas com as implicações sociais da cultura para entendê-la melhor teoricamente e a partir desse possa “para construir novas teorias que possibilitem conhecer e conceituar o próprio turismo, validando conhecimentos ou elaborando novos conhecimentos sobre essa atividade econômica”. E ele ainda lembra-se de que a “definição de turismo é ampla, tanto no que concerne aos motivos que ensejam viagens, quanto ao conteúdo daquilo que se considera cultura” (Tomazzoni, 2009, p. 97). Inclusive a cultura para ele é uma dos motivos de sua existência como atividade econômica (Tomazzoni, 2009).

Seguindo nessa direção de Farias e Maracajá (2012), Gomes e Zambam (2011) e Tomazzoni (2009) afirmam que o turismo se complementa com as ações ambientais sustentáveis, sobretudo, quando este se refere ao adequado execução e representação de empreendimentos comprometidos com a realização de serviços respeitando a sustentabilidade do ambiente. E ainda, afirmam que “o Turismo necessita delas para se manter bem visto aos olhos do turista fazendo com que o mesmo retorne ao local visitado” (Farias & Maracajá, 2012, p. 134).

E consoante Vázquez Barquero (1995) dar continuidade a essa discussão desses autores com as limitações das estratégias de desenvolvimento local. Ele afirma que pode se aceitar o processo de reestruturação produtiva e este será possível se realizar por meio de formas de acumulação e regulação mais flexível. Assim, para este autor, à lógica do ajuste do sistema produtivo na fase depressiva do ciclo econômico respondem aos fenômenos que são os sistemas locais de empresas e as políticas de desenvolvimento local. “Sob tal perspectiva, a estratégia de desenvolvimento local deve ser concebida como uma resposta do sistema sócio- institucional aos desafios colocados pelas mudanças no modelo de acumulação e não como um ‘movimento social’”, como outros pesquisadores segundo ele acredita ser possível (Vázquez Barquero, 1995, p. 236). Coloca, ainda, que:

Às vezes, a coordenação das atuações toma-se uma tarefa difícil, uma vez que não existem mecanismos que permitam aos agentes ter uma visão global do projeto, assim como não estão disponíveis canais estáveis de cooperação. Nesse sentido, a boa administração dos prefeitos, a existência de agências de desenvolvimento local ou a criação de redes de relações melhoram a eficiência da estratégia. Todavia, com frequência, a tomada de decisões e a gestão dos projetos vê-se submetida a incertezas que não podem ser facilmente superadas pelos agentes (Vázquez Barquero, 1995, p. 238).

Contribuindo e complementando os pensamentos de Vázquez Barquero (1995), Bielschowsky (2000), Farias e Maracajá (2012), Sen (2000), Tomazzoni (2009) e assim, Gehlen (2006) afirma que é por meio do trabalhado produtivo centrado na ética,



sobrepondo- se às identidades socioculturais territorializadas localmente que se foi consagrado e construído o cidadão vinculado ao da civilização racional ocidental.

E nessa direção é que por meio dessa estratégia foi culpada pela discriminação de grupos ou classes próprios de racionalidades focadas em valores éticos na afinidade com o meio natural, que priorizam valores de diálogo aos de concorrência, como os caboclos, os indígenas e os negros (Gehlen, 2006).

E em particular, a formação da sociedade brasileira foi abalada fortemente por desigualdades socioeconômicas e por conflitos identitários, entre as civilizadas “incluídas” e “excluídas” da sociedade lationamericana. O respeito à diferença e a interrogação da centralidade do trabalho reintroduzindo a densa vinculação entre identidade e desenvolvimento sustentável local é o que alude à afirmação da identidade sociocultural (Gehlen, 2006).

Tendo como base à “produção material da vida, o consumo de bens e produtos, a vida social e comunitária, os sistemas de valores éticos e morais e o sistema de valores de cidadania e éticos, no período medieval, moderno e pós-moderno” (Gehlen, 2006, p. 6). Este autor fez um quadro síntese das transformações nos últimos séculos e as expectativas:

| <b>Funções</b>                                     | <b>Período</b> | <b>Idade Média</b>   | <b>Moderna Industrial</b>  | <b>Tendências</b>  |
|--|----------------|--|--|--|
| <b>Sistema econômico (organização da produção)</b> |                | Familiar : pessoas identificadas pela atividade e pelo pai                         | Individualização: sistema de contrato individual e pessoal   | Autônomo cooperado (rede) entre pessoas com identidade profissional  |
| <b>Consumo (compra / venda) de bens e produtos</b> |                | Familiar : produção pela família, troca com outras famílias, compra para a família | Familiar : bens produzidos e salário, atende necessidades familiares                               | Segmentalizado, compra para necessidades personalizadas “globalizadas”                                       |
| <b>Vida social e Comunitária</b>                   |                | Familiar, restrita à comunidade local e religiosa                                  | Familiar, individualizadas e institucionalizadas, cooperativas e competitivas a partir do trabalho | Institucionalizadas, associativas, participativas (interativas) e culturais                                  |
| <b>Sistema de valores identitários e morais</b>    |                | Família reprodutora biológica, moral, ética e religiosa                            | Família consangüínea, monogâmica e religião reproduzem   | Família “compartilhada” agregada pela interação identitária e <i>locus</i> de igualdade                      |
| <b>Sistema de valores de Cidadania e éticos</b>    |                | Família e comunidade (sociedade local), cidadania familiar                         | Individualizados (cidadão) referência nacional; instituições e governos nacionais reproduzem       | Segmentalizados e personalizados em interatividade (cidadania) universal, valoriza diferenças socioculturais |

**Quadro II.2.2.3:** Transformações sociais no processo produtivo, no consumo, na vida societária, nos valores identitários e valores éticos de cidadania do período medieval ao pós-moderno. Fonte: Produzido por Gehlen (2006).

Com isso, Gehlen (2006) afirma ainda que o desenvolvimento local se fortalece por meio de políticas públicas e das organizações formais e informais, ou melhor, pela expressão econômica, política e cultural num território demarcado em mudança. E, ainda, por meio de metodologias de inferência do desenvolvimento sustentável. Complementa exemplificando que o desenvolvimento na América Latina:

[...] deve superar a correlação positiva entre pertencimento à determinada

identidade sociocultural e a desigualdade social no sentido de não acesso aos benefícios da modernidade. Ainda permanece forte, a imposição civilizatória de valores de cidadania sobre os identitários. O desenvolvimento local aliado à crescente profissionalização, resgatando a autonomia interativa nas atividades, além de alterar o conceito de trabalho, possibilita uma nova oportunidade de inclusão, mesmo sendo diferente (Gehlen, 2006, p. 13).

Vale ressaltar que se deve ter muito cuidado com o turismo de desastres, o turismo negro, o turismo de furacões entre outros. Porque estes levariam a catástrofes naturais ou culturais irá a desencontro com os autores já citado nessa categoria. Sobretudo, se estes não ocorrerem à devida responsabilidade com a sustentabilidade do ambiente ou com a cultura desse povoado. Inclusive, nesse contexto, o Código de Ética Mundial para o Turismo no que se refere aos cinco do seu Artigo 3º prevê que o turismo como fator de desenvolvimento sustentável e afirma que o “turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o patrimônio natural e as populações locais se ajustem à capacidade de acolhimento dos lugares turísticos” (Organização Mundial do Turismo – OMT, 1999, p. 8). Como também, não atende ao segundo do Artigo 10º da aplicação dos princípios do Código Mundial de Ética do Turismo que indica:

[...] os atores do desenvolvimento turístico reconhecem o papel das Instituições internacionais, na primeira linha das quais a Organização Mundial do Turismo, e das organizações não governamentais competentes em matéria de promoção e desenvolvimento do turismo na proteção dos direitos do homem, do ambiente ou da saúde, no respeito dos princípios gerais do direito internacional (OMT, 1999, pp. 14-15).

Num entanto, condescendo com o Código Mundial do Turismo e com as ideias de Vázquez Barquero (1995), Bielschowsky (2000), Farias e Maracajá (2012), Gehlen (2006), Sen (2000) e Tomazzoni (2009). Então, estes exibem o pensamento de que o desenvolvimento sustentável deve ser analisado a partir da relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente, como também, precisa buscar mecanismos de equilíbrio entre eles para que o homem, com um mínimo de liberdade utilize o ambiente, num entanto, promovendo a sustentabilidade. Esse pensamento desses autores encontra-se no Código de Ética Mundial do Turismo no que prevê o Artigo 3º “o turismo, fator de desenvolvimento sustentável” no seu primeiro e segundo item assim disposto:

- 1) O conjunto dos atores do desenvolvimento turístico têm o dever de salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico são, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras;
- 2) Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, nomeadamente a água e a energia, bem como

evitar na medida do possível a produção de dejectos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais (OMT, 1999, p. 7).

Ou ainda, nessa amplitude, Jardim (2005) assegura que o desenvolvimento sustentável com liberdade deve está aliada a construção da cidadania numa perspectiva ambiental. E, para tal, as condições aceitáveis para essa sobrevivência realmente passa pela arquitetura da sua autonomia, da sua cidadania e da sua liberdade frente ao desenvolvimento econômico. Entretanto, ela só deveria se dada com o máximo de respeito ao meio ambiente. Então, simultaneamente identificar na ecologia de restauração o alicerce ao desenvolvimento sustentável consoante ao Código de Ética Mundial do Turismo que já prevê em seu Artigo 8º que trata da liberdade das deslocações turísticas em seu primeiro item que os:

[...] turistas e visitantes beneficiam, no respeito pelo direito internacional e legislações nacionais, da liberdade de circulação, quer no interior do seu país, quer de um para outro Estado, em conformidade com o artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos do Homem; devem poder aceder às zonas de trânsito e estada, bem como aos locais turísticos e culturais sem exageradas formalidades, nem discriminação (OMT, 1999).

Para este autor que compactua com os demais autores já citado nessa categoria, o “desenvolvimento sustentável é a equação que deve ter, como alicerce, a preservação do meio ambiente e, como pilar, o desenvolvimento econômico, na tentativa de buscar satisfazer a melhor relação entre progresso, meio e homem” (Jardim, 2005, p. 200). Ou ainda, para que o homem alcance a dimensão das liberdades torna-se indispensável à concordância na convergência do desenvolvimento científico, tecnológico, cultural. Nesse sentido, diz ainda que:

O declinado esforço é apenas a significação da longa caminhada na inesgotável questão que envolve o tripé da sociedade (progresso-homem-meio) na justa necessidade de fortalecer o movimento ambientalista como ação primordial do pleno exercício do direito da sadia qualidade de vida em um direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e do fim da lógica da morte para o brotar da racionalidade de vida na liberdade adjetiva.” (Jardim, 2005, p. 200).

De tal modo que na contemporaneidade o conceito de desenvolvimento sustentável aplicado ao turismo tem relação com o tipo de turismo praticado e seus efeitos danosos ou não aos locais de destino. Bem como a superação daquele que alcança uma “situação de saturação ou de sobrecarga turística” que, e ainda, esta atividade pode “comprometer o desenvolvimento futuro das áreas turísticas”, pode igualmente, provocar um “desequilíbrio mais ou menos grave” e, assim, desgastar “a sua imagem enquanto destino, levando ao

afastamento dos visitantes que dificilmente serão reconquistados” (Cunha, 2013, p. 399).

Cunha (2013, p. 399) explica que é por isso:

[...] importante prevenir as situações, através da inclusão de normas da capacidade de carga no planeamento das zonas turísticas. Estas normas que respeitam tanto aos equipamentos quanto às infra-estruturas, visam evitar que os projetos de desenvolvimento ultrapassem certos limites ou sejam concebidos por forma a evitar efeitos negativos: não é o desenvolvimento do turismo que provoca sobrecarga turística, mas sim o seu crescimento desadequado e desequilibrado.

Rejowski e Solha (2002) ao estudar a evolução do turismo no século XX discutem os novos cenários em que afirmam ser a partir do “boom do turismo” que este passou a prática elitizada para a de direito de todos. Nesse mesma direção de pensamento, Gomes e Zambam (2011, p. 41) afirmam que “a efetivação da sustentabilidade urbana implica no reconhecimento do direito-dever fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conferidos constitucionalmente aos representantes do poder público e aos cidadãos”.

E ao lado disto, floresceu a discursão em prol do desenvolvimento sustentável ou por um turismo sustentável e durável. E sob essas questões destacou duas forças importantes dentro desse panorama que é a sustentabilidade e a globalização. Desafios segundo elas que despertam para reforçar à seriedade de um bom planejamento e uma boa estratégia de gestão, como também de desenvolvimento e capacitação de recursos humanos de qualidade, e na direção à ampliação de estudos científicos.

Complementando a ideia de Rejowski e Solha (2002), Gomes e Zambam (2011, p. 52) explicam que o conceito legal de sustentabilidade apreende o termo cidade sustentável, e isto, não significa apenas a conservação e a recuperação dos recursos naturais, mas, principalmente, “a promoção de um planejamento territorial adequado às particularidades de cada município e a justa distribuição dos ônus e dos benefícios do processo de urbanização”. Aliás, não é suficiente só à maneira “como a lei tentou conceituar o que seja a sustentabilidade da cidade, eis que, atualmente, a construção de comunidades sustentáveis tem sido um dos maiores desafios” (Gomes & Zambam, 2011, p. 52). Portanto, nesse contexto Rejowski e Solha (2002, p. 119) vale ressaltar que elas fazem uma alerta sobre o turismo e assim afirmam que:

O adolescente e irresponsável turismo errou e acertou, aventurando-se por vários caminhos. Com cerca de 150 anos de existência, está chegando à maturidade. A partir de então, espera-se que se comporte com mais conhecimento, responsabilidade e competência, perdurando no tempo e se reposicionando de acordo com as novas realidades e perspectivas vindouras.

Nesse assunto ainda, contribuindo nesse pensamento de Cunha (2013), Rejowski e Solha (2002) reforça que vem sendo discutido com maior ênfase desde a década de 1980, por entidades internacionais ligadas ao turismo. Ele destaca que a ideia de sustentabilidade ecológica mostra que está em delineamento uma mentalidade mais positiva, que intenta contornar os aspectos danosos ao meio do turismo praticado, quando não há preocupação em preservação ambiental. Para Cunha (2013, p. 400), essa questão segundo a OMT, envolve três princípios fundamentais:

- a) Sustentabilidade ecológica, que assegura que o desenvolvimento é compatível com a manutenção dos processos biológicos essenciais, a biodiversidade e os recursos biológicos. É o princípio da precaução;
- b) Sustentabilidade social e cultural, princípio [da participação é] que assegura que o desenvolvimento aumenta o controle das pessoas sobre os seus próprios destinos, é compatível com a cultura e os valores das comunidades afetadas e mantém e fortalece a identidade destas;
- c) Sustentabilidade econômica, princípio [da solidariedade é] que assegura que o desenvolvimento é economicamente eficiente e os recursos são geridos de tal forma que fica garantida a sua utilização pelas gerações futuras.

Santos, N. P. (2014) colabora também com essa ideia de sustentabilidade e assegura que o valor dos lugares enquanto cenários de interações entre oferta e procura de consumo turístico passa pela identidade do território. E esta se relaciona com a oferta e procura entre o turismo e o território que se empenham em uma interpretação sustentável do turismo. E nesse sentido, torna-se obvio que precisa de ser ancorado nos territórios para se traçar os destinos turísticos sustentáveis. Deste modo, é importantíssimo a sustentabilidade territorial (**Figura II.2.2.5**) como expõe Santos, N. P. (2014) nas sete grandes vértices de estruturação.

A primeira vértice delas, “as valências econômicas, fundamentais para a eficiência, o crescimento e a estabilidade”. A segunda, “as valências sociais, importantes para a equidade e para a solidariedade e suporte de fatores de qualificação incontornáveis como são os recursos humanos, a hospitalidade ou a qualidade de vida”. A terceira, “a preservação ambiental, relacionada com os recursos naturais e com a boa gestão e avaliação, necessária para a sua valorização”. A quarta, “a decisão política, expressando representatividade e participação, porque sem ela os processos podem não vir a tomar lugar, sendo importante valorizar a gestão participada e o planejamento para que exista um bom aproveitamento dos recursos”. A quinta, “os fatores de suporte”, as garantias ofertadas através dos aparelhos básicos “de qualificação dos lugares” e serviços tanto para a população local quanto para os visitantes. Sexto, “os fatores organizacionais, fundamentais para o processo de estruturação da oferta

turística, claramente motivadores de parcerias, cooperação e ajustamento de políticas entre os stakeholders locais”. E a última que é a sétima vértice, “a expressão simbólica, que converge na capacidade de transmitir uma imagem com uma identidade própria, capaz de cativar a atenção” e a ação “de externalidades diversas, baseada na inovação, na tradição” e na organização do território para os destinos turísticos (Santos *et al.*, 2010 como citado em Santos, N. P., 2014, p. 70).

|  |  |  |
|--|--|--|
| Transportes Redes e Sinergias<br>Infraestruturas<br>Informação Turística<br>Equipamentos Públicos<br>Clima<br>Paisagem<br>Acessibilidade | Gestão e Regulação<br>Representatividade<br>Coesão<br>Políticas Locais<br>Planejamento Participativo<br>Planejamento de Crises<br>Fiscalização | Gestão de Riscos<br>Gestão de Recursos Físicos<br>Avaliação de Impacto Ambiental<br>Gestão de Visitantes<br>Valorização Ecológica<br>Geossitos<br>Áreas de Proteção Ambiental<br>Preservação da Paisagem |
| <b>Fatores de Suporte</b>  | <b>Decisão Política</b>  | <b>Preservação Ambiental</b>   |
| <b>Fatores Organizacionais</b>   | <b>SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b>  | <b>Expressão Simbólica</b>   |
| Marketing Promoção DMC's<br>DMC's<br>Parcerias Monitorização<br>Avaliação  |  | Saber/Fazer<br>Patrimônio<br>Construído Olhar do Turista<br>Identidade Territorial<br>Participação<br>Experiência  |
| Recursos humanos<br>hospitalidade<br>Qualidade de vida<br>Demografia Cultura   | <b>Valências Sociais</b>   | <b>Valências Econômicas</b>  |
|  |  | Gestão de Equipamentos<br>Empreendedorismo<br>Custos de produção<br>Economias de aglomeração   |

**Figura II.2.2.5:** Construído por mim com base nos componentes da sustentabilidade territorial de Santos (2014)  
Fonte: Organização de Santos, N. P. (2014).

É preciso entender e disseminar uma consciência que a sustentabilidade territorial só se conseguirá atingi-la em consonância ao desenvolvimento e se esta forem adotadas medidas conectadas a: 1) modificação dos padrões de consumo; 2) serviços vinculados a padrões de responsabilidade e ética; 3) organizações de consumidores; 4) responsabilidade ambiental; 5) controle da “exploração dos recursos humanos e compensação justa pelo trabalho efetuado”. Percebe-se que no final do século XX o turismo assume novos valores que promulgam por meio “das alterações socioeconômicas e culturais e de um novo modelo de participação sociopolítica” (Santos, N. P., 2014, p. 70). E nesse sentido, o destino turístico passou a “um local de aprendizagem e não apenas local de descanso e fuga à rotina, o desenvolvimento e contato com outras culturas [que] são metas

primordiais da viagem, tornando o turista num consumidor de edutenimento (entretendo-se aprendendo)” (Santos, N. P., 2014, p. 70). Assim, este novo turista passou a ser exigido dele também uma postura consciente e comprometido com o meio ambiente local (Santos, N. P., 2014).

Não é uma solução milagrosa de desenvolvimento do turismo, no entanto, “pode ter um papel fulcral na coesão territorial e na valorização local de recursos, normalmente pouco solicitados para uma oferta mercantil quando são outras as atividades econômicas em análise” (Santos, N. P. 2014, p. 70). Para este autor é óbvio, que existem impactos negativos a ser considerados nesta perspectiva otimista por fatores socioeconômicos e político-culturais. E estes se revelam e se podem ter como parâmetros de avaliação para a sustentabilidade territorial conforme **Figura II.2.2.6** a seguir:



**Figura II.2.2.6:** Parâmetros de avaliação da sustentabilidade territorial Fonte: Santos *et al.* (2010 como citado em Santos, N. P. 2014, p. 82).

Potanto, acredita-se que a **Figura II.2.2.6** estão nelas concebidas as partes integrantes dos parâmetros de avaliação da sustentabilidade territorial consoante Santos *et al.* (2010) que deu base a figura de Santos, N. P. (2014) em que ele construiu os componentes da sustentabilidade territorial já citado aqui por este autor. E assim, nesse contexto ele compactua com os demais autores, e assim, explica a importância da sustentabilidade em Santos, Cravidão e Cunha (2010), assim como em Santos, N. P. (2014, p. 20) que:

[...] implica [...] o elemento ecológico seja expresso em modos de gestão suportados por intervenções que assegurem a qualidade de vida e a boa gestão dos suportes físicos para o desenvolvimento. É preciso, contudo, colocar nesta equação também a atuação política e a expressão simbólica e imagem dos lugares,

individualizando a importância das políticas adaptadas, com vista ao desenvolvimento local, dando significado à representatividade e à participação dos grupos de interesse, enquanto parceiros na atuação para o desenvolvimento. [...] Dá-se assim expressão às mobilidades, às acessibilidades e às relações entre diversos modos de organização do espaço (homogêneos ou diferenciados) através de intervenções capazes de valorizar a coesão territorial.

Nessa direção, Matheus, Moraes e Caffagni (2005) colaboram e trazem a questão da educação ambiental para o turismo sustentável. Eles acreditam que atualmente ainda falta muito para se atingir ao nível de sensibilização e conscientização necessária para reverter à deterioração causada pelos efeitos negativos dessas ações ao sócio-econômico-ambiental e à conservação do patrimônio turístico do município, num entanto, creem ser nessa perspectiva que se consiga uma sustentabilidade local.

Em face de experiências mais predatórias de turismo, com finalidade meramente lucrativa e excludente, quanto a possíveis benefícios de ocupação e renda à população que habita territórios receptores de projetos turísticos, em geral, concebidos por agentes externos, observa-se iniciativas novas, em que as populações residentes no entorno ou no interior dessas áreas que apresentem atrativos aos visitantes, têm buscado alternativas capazes de assegurar a sobrevivência, conservação ambiental e a cultura local e, nessa perspectiva, o turismo tem sido visto como a alternativa capaz de compatibilizar esses interesses.

Não se objetiva fazer uma discussão histórica e sociológica sobre a emergência do turismo, enquanto atividade econômica, geopolítica e global. Nem ver o turismo como esfera de tempo livre destinado ao lazer, o que remeteria este estudo a uma ampla literatura sobre a modernidade, o capitalismo, a relação entre progresso tecnológico e mudança nas relações entre o trabalho, como fator produtivo e a produção industrial; fluxos de mobilidade territorial e turística.

Entretanto, Aquino e Martins (2007) pontuam que foi a partir dos questionamentos como, exemplo, do domínio do trabalho na estrutura social que sugeriram as ideias de tempo livre, do ócio<sup>8</sup> e lazer como elementos estruturantes do novo contexto social. E afirmam, ainda, que para ter elementos de uma “análise crítica” no atual contexto social à “atividade social e o tempo que demarca precisam ser postos em discussão” (Aquino & Martins, 2007, p. 481). Nesse sentido e por base a considerações abalizadas de teóricos e investigadores afeitos a tais temáticas, como é o caso de Pearce (2002, p. 11):

---

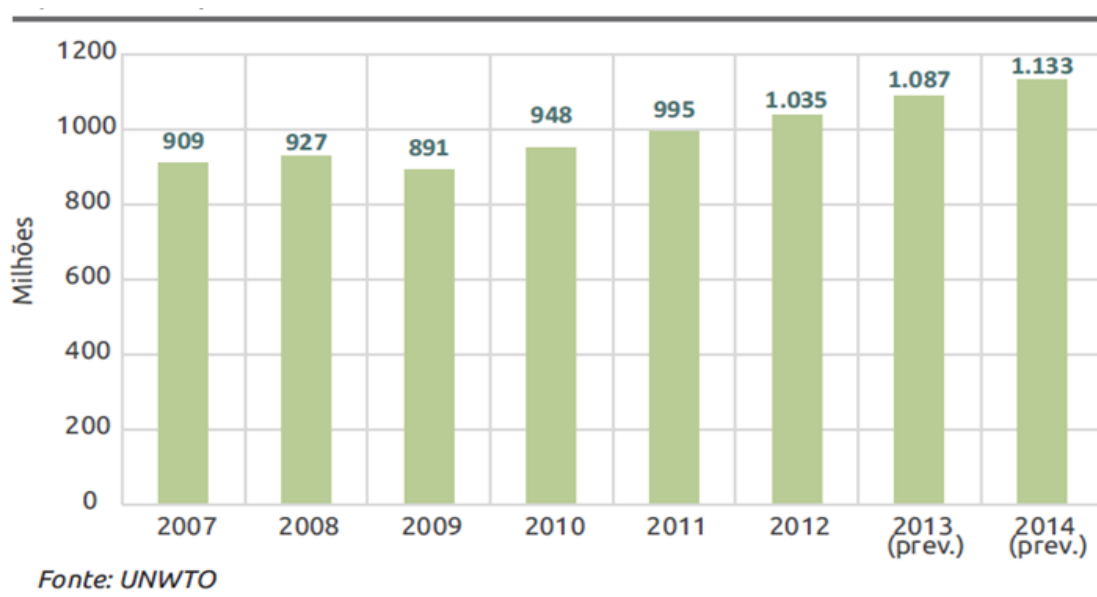
<sup>8</sup> A palavra ócio consoante Aquino e Martins (2007, p. 488) é “derivada do latim *otium*, significa o fruto das horas vagas, do descanso e da tranquilidade, possuindo também sentido de ocupação suave e prazerosa, porém, como ócio, abriga a ideia de repouso, confunde-se com ociosidade”.



O turismo continua a se desenvolver, pelo mundo afora, como uma atividade social e econômica significativa. A Organização Mundial de Turismo (WTO) indica que a receita do turismo internacional duplicou no período de 1988 a 1997, elevando-se de 204 para 444 bilhões de dólares (WTO, 1998). As chegadas internacionais cresceram mais devagar, mas em termos absolutos se elevaram de 394 milhões em 1988 para 613 milhões em 1997. Dados menos abrangentes são encontrados no turismo doméstico.

E dialogando esses dados com os mais recentes, o secretário-geral da OMT, Taleb Rifai afirmou que o setor do Turismo vai continuar a crescer entre 3% e 4% em 2015, e portanto, segundo ele prosseguirá a ser “fundamental” para a recuperação econômica global, principalmente da Europa (OMT, 2015).

Nessa direção e complementando a OMT (2015), constatar-se que no Boletim de Desempenho Econômico do Turismo que realiza uma publicação trimestral levando ao público o resultado de uma análise de caráter qualitativo da conjuntura econômica do turismo no mundo. Este divulga o gráfico a seguir em que exhibe a evolução no mundo das chegadas internacionais de turistas, desde 2007, e as previsões para 2013 e 2014, anunciadas pela World Tourism Organization – UNWTO (Brasil, 2014) (**Gráfico II.2.2.1**).



**Gráfico II.2.2.1:** Mundo-chegadas internacionais de turistas (em milhões)

Fonte: UNWTO (como citado em Brasil, 2014, p. 12).

Conforme a UNWTO, as chegadas internacionais perfizeram 317 milhões de turistas nos quatro primeiros meses de 2014. Os prenúncios bastante otimistas, esperando-se que tal número alcançará 460 milhões de turistas para o quadrimestre maio-agosto de 2014 (Brasil,

2014).

No Barômetro Mundial de Turismo (da UNWTO) de junho/2014, indicando que a Europa (+5,6% do que em 2012) foi a mais favorecida, (em termos absolutos), com a ampliação das chegadas internacionais. Na Ásia e no Pacífico (+6,5%) foram registradas 248,7 milhões de chegadas internacionais em 2013 (22,9% do total), sendo constatadas 15,2 milhões de chegadas a mais do que em 2012 (Brasil, 2014). Assim, verificadas na Tabela 3 de chegadas internacionais de turistas com variações percentuais no mundo e nas grandes regiões, (**Quadro II.2.2.4**) a seguir:

| <b>Discriminação</b> | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014<br>Jan.-Abr. | 2005-<br>2013<br>(média) | 2014<br>Previsão<br>(entre) |
|----------------------|------|------|------|------|------|-------------------|--------------------------|-----------------------------|
| Mundo                | -3,8 | 6,5  | 4,9  | 4,0  | 5,1  | 4,7               | 3,8                      | 4,0 e 4,5                   |
| Europa               | -4,9 | 3,1  | 6,4  | 3,6  | 5,6  | 4,7               | 2,9                      | 3,0 e 4,0                   |
| Ásia e Pacífico      | -1,6 | 13,2 | 6,6  | 6,9  | 6,5  | 6,0               | 6,2                      | 5,0 e 6,0                   |
| Américas             | -4,7 | 6,5  | 3,6  | 4,3  | 3,4  | 5,8               | 3,0                      | 3,0 e 4,0                   |
| África               | 3,4  | 9,3  | -0,3 | 6,5  | 5,4  | 5,1               | 6,1                      | 4,0 e 6,0                   |
| Oriente Médio        | -4,9 | 11,5 | -5,9 | -6,6 | -0,6 | -3,8              | 4,3                      | 0,0 e 5,0                   |

**Quadro II. 2.2.4:** Chegadas internacionais de turista variação percentual – mundo e grandes regiões milhões)

Fonte: UNWTO (como citado em Brasil, 2014, p. 12).

Complementando ainda esse contexto, o Boletim também divulga que o Fundo Monetário Internacional (FMI) alerta que a recuperação econômica mundial continua a ser desigual entre os países. E coloca que a projeção para o crescimento global para 2014 em 3,4%, ou melhor, 0,3% abaixo das estimativas. Refletindo, assim, o fraco desempenho detectado no primeiro quadrimestre, bem como um cenário menos otimista constatado em mercados emergentes (Brasil, 2014). Assim, pode-se constatar na tabela 1, que trata da evolução da economia de regiões e países selecionados pelo PIB com observação em 2012 e 2013 e mais previsão para 2014 e 2015 com percentagem da variação anual, a seguir:

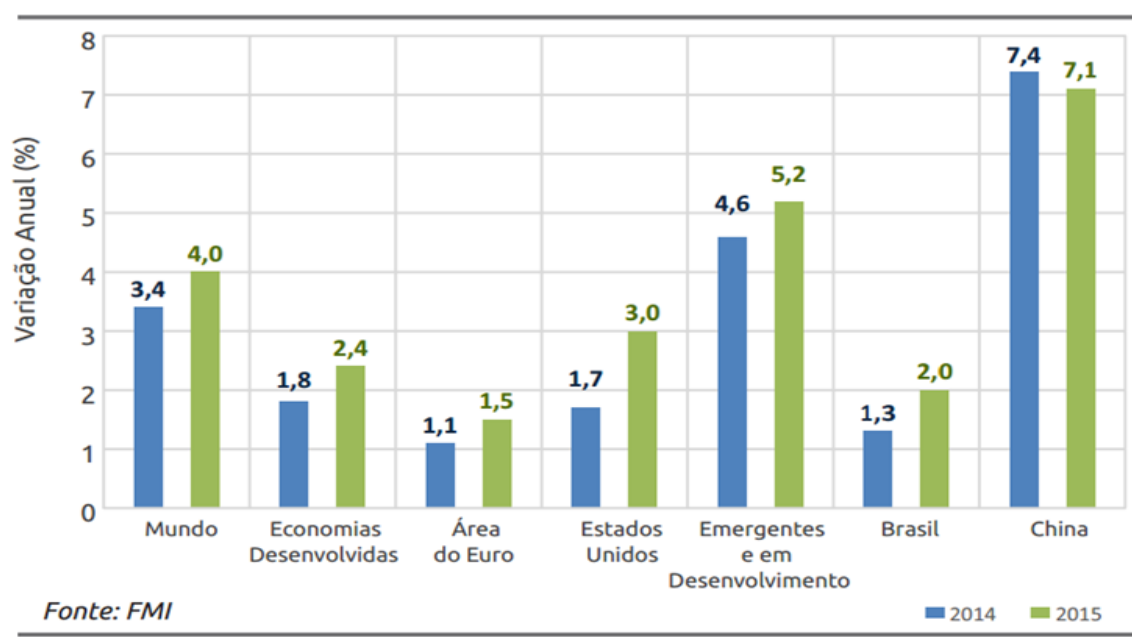
| Discriminação                  | Observação |      | Previsão |      |
|--------------------------------|------------|------|----------|------|
|                                | 2012       | 2013 | 2014     | 2015 |
| Mundo                          | 3,5        | 3,2  | 3,4      | 4,0  |
| Economias Desenvolvidas        | 1,4        | 1,3  | 1,8      | 2,4  |
| Estados Unidos                 | 2,8        | 1,9  | 1,7      | 3,0  |
| Canadá                         | 1,7        | 2,0  | 2,2      | 2,4  |
| Área do Euro (17 países)       | -0,7       | -0,4 | 1,1      | 1,5  |
| Alemanha                       | 0,9        | 0,5  | 1,9      | 1,7  |
| Espanha                        | -1,6       | -1,2 | 1,2      | 1,6  |
| França                         | 0,3        | 0,3  | 0,7      | 1,4  |
| Itália                         | -2,4       | -1,9 | 0,3      | 1,1  |
| Reino Unido                    | 0,3        | 1,7  | 3,2      | 2,7  |
| Japão                          | 1,4        | 1,5  | 1,6      | 1,1  |
| Emergentes/Desenvolvimento     | 5,1        | 4,7  | 4,6      | 5,2  |
| China                          | 7,7        | 7,7  | 7,4      | 7,1  |
| Índia                          | 4,7        | 5,0  | 5,4      | 6,4  |
| Rússia                         | 3,4        | 1,3  | 0,2      | 1,0  |
| América Latina e Caribe        | 2,9        | 2,6  | 2,0      | 2,6  |
| Brasil                         | 1,0        | 2,5  | 1,3      | 2,0  |
| México                         | 4,0        | 1,1  | 2,4      | 3,5  |
| Oriente Médio/Norte África (1) | 4,9        | 2,5  | 3,1      | 4,8  |
| África Subsaariana             | 5,1        | 5,4  | 5,4      | 5,8  |
| África do Sul                  | 2,5        | 1,9  | 1,7      | 2,7  |

**Quadro II.2.2.5:** Evolução da economia de regiões e países selecionados – PIB – observação em 2012 e 2013 e previsão para 2014 e 2015 – variação anual (%). Fonte: (FMI. World Economic Outlook, July 2014; Eurostat como citado em Brasil, 2014, p. 5). Nota: (1) Inclui dados do Afeganistão e do Paquistão.

Vale ressaltar ainda com base na tabela acima sobre a evolução da economia de regiões e países selecionados – Produto Interno Bruto (PIB), contudo, observa-se que a piora das estimativas atingiu vários outros países, à exceção de Alemanha, Espanha, Japão e Reino Unido, que tiveram os percentuais de crescimento revistos para cima.

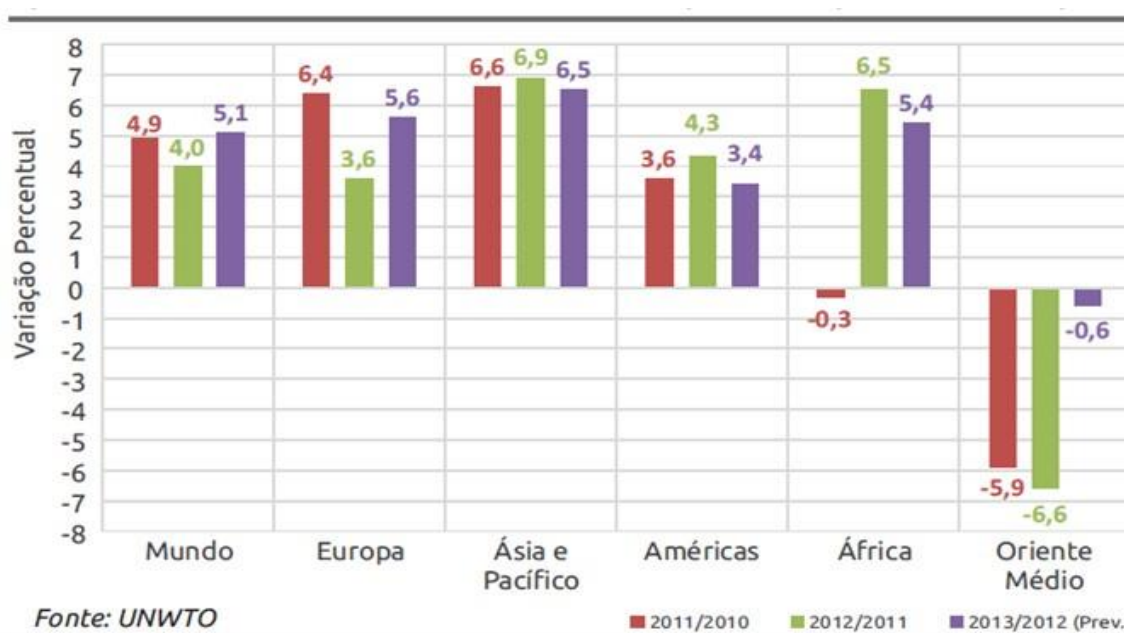
E o **Gráfico II.2.2.2** que apresenta a evolução econômica dos países da Área do Euro para o biênio 2014/2015. Dos resultados previstos para os países emergentes e em desenvolvimento, quem possui os melhores efeitos é a China, bem superiores aos do Brasil. Em que vale salientar que este deverá crescer abaixo da média mundial nesses dois anos, ou seja, quase um terço, em 2014, e a metade, em 2015 (Brasil, 2014).

Logo, pode-se infelizmente conferir essa constatação no gráfico a seguir:



**Gráfico II.2.2.2:** Crescimento da economia mundial – regiões e países selecionados – PIB – previsão para 2014 e 2015 – variação anual (%). Fonte: FMI (como citado em Brasil, 2014, p. 6).

E complementando esse quadro, segue as estatísticas mais recentes com reverência a evolução percentual das chegadas internacionais de turistas nos períodos de 2011 a 2012 e previsão para 2013, por grandes regiões, que foram abordadas no **Gráfico II.2.2.3**, a seguir.



**Gráfico II.2.2.3:** Mundo – chegadas internacionais de turistas por grandes regiões – variação percentual sobre o ano imediatamente anterior – 2011/2010, 2012 e prev. 2013/2012. Fonte: UNWTO (como citado em Brasil, 2014, p. 13).

Assim e consoante, Pearce (2002) se pode observar que ainda são as maiores fontes e destinos do turismo internacional os países da Europa e da América do Norte, tendo sido, atualmente, conseguidos por outros, especificamente, Ásia e Pacífico. Põe-se, além disso, como este autor explica que:

A variação das taxas de crescimento foi registrada nessas e noutras regiões do globo, tais como a África do Sul e a América do Sul, onde existem cidades muito frequentadas e com uma longa tradição de turismo – como Bariloche na Argentina. [...] Como resultado desses padrões e processos, o turismo já está amplamente estabelecido como um setor maior na economia nacional, regional e local de várias partes do mundo, ou se estabelecendo ou sendo promovido como uma opção de desenvolvimento em muitas outras (Pearce, 2002, p. 11).

É patente o crescimento do turismo em várias partes do mundo, o que significa que as possibilidades de lazer também estão crescendo. Santos e Gama (2008), ao tratarem do sentido sociológico do lazer no mundo contemporâneo, conforme recorte abaixo, as mudanças na estrutura do tempo social das sociedades contemporâneas, influenciaram no aumento do consumo de tempo para o lazer. Estes autores afirmam ainda que o lazer, a:

[...] residência transforma-se de forma ostensiva, na sociedade consumista em que vivemos, numa forma de exteriorização do modo de vida, do poder económico, tal como, a cultura e a sensibilidade dos indivíduos. [...] Em resultado disso, também a localização da residência acaba por determinar diferenciações no tempo livre potencial. [...] O consumo e o aumento do tempo livre, necessário para consumir característicos das sociedades contemporâneas, ao acentuarem os processos de diferenciação social no acesso aos lazeres, parecem contrariar, aliás, a ilusão igualitária através do lazer. Antes se afirma uma distinção social em que a novidade, a sofisticação e a exclusividade se materializam na raridade e no exotismo dos lugares de lazer (Santos & Gama, 2008, pp. 127-129).

Entende-se que, em linhas gerais, a chamada modernidade, em diferentes fases, tem aproximado cada vez mais lugares e pessoas, pela instituição de uma nova relação espaço-tempo, resultante da ampliação da capacidade de produção e consumo, das tecnologias de transporte, comunicação e informação, que eliminam fronteiras e distâncias. Trata-se de uma era que estimula os estudiosos a elaborar novas teorizações sobre tempo e espaço. Nesse sentido, a expressão da sociedade torna-se o espaço. Na medida que as sociedades passam por transformações estruturais, é presumível sugerir que, atualmente, estão abrolhar novas formas e processos espaciais. O escopo desta análise é identificar a nova lógica que fundamenta estas formas e processos a partir de Castells (2007, p. 534):

A tarefa não é fácil porque o conhecimento, aparentemente simples, de uma relação significativa entre sociedade e espaço, esconde uma complexidade fundamental, uma vez que o espaço não é o reflexo da sociedade, é a própria sociedade. As formas e os processos espaciais são construídos pela dinâmica de

toda a estrutura social. A inclusão de tendências contraditórias derivadas de conflitos e estratégias, entre atores sociais, que representam interesses e valores opostos. Além do mais, os processos sociais exercem influência no espaço atuando no ambiente construído, herdado das estruturas sócio-espaciais anteriores. Na verdade, espaço é tempo cristalizado. Para abordar uma tal complexidade nos termos mais simples, vamos prosseguir com calma.

Entretanto, no Brasil nesse sentido o turismo pode-se dizer que este esteve bem mais ligado a política e a cultura do que a economia. Ou melhor, esteve presente desde o começo do debate sobre a sua modernidade rumo ao desenvolvimento industrial, na era Vargas, sobre o que não vai tratar-se aqui para evitar desvio do foco, mas foi nas últimas décadas, que a cultura foi retomada como componente importante da política de estado, embora isso ocorra, sob a marca da instabilidade e descontinuidade. A exemplo, e segundo Rubim (2011, pp. 14-15) afirma que o Ministério da Cultura com a redemocratização no Brasil e apesar que depois de longos anos de ditadura cívico-militar:

[...] esse processo logo será solapado pela ‘confluência perversa’, conforme fina percepção de Evelina Dagnino (2005), entre o discurso democrático e o neoliberal, que começa a atingir o país, inclusive tendo impactos importantes do campo da cultura. [...] A instabilidade vivenciada na construção do Ministério, por certo, é expressão desta “confluência perversa”. Criado por Sarney em 1985, ele é desmantelado por Collor e transformado em Secretaria em 1990 e novamente recriado por Itamar Franco em 1993. [...] A instabilidade não decorre somente da mudança quase anual dos responsáveis pela cultura.

O autor prossegue, mostrando que, na verdade, a política cultural no Brasil recebe a injunção de conjunturas e gestões de governo, que ora fortalecem a cultura como parte do desenvolvimento econômico e social do país, ora a enfraquecem. A cultura como expressão da sociedade fica assim sendo jogada, ficando a tarefa de promovê-la entre o setor público e o privado.

Esse fato abre espaço para a atuação de inúmeras iniciativas de promoção cultural, sobre o que falar-se-á mais adiante, no tópico sobre a função social e histórica do SESC – Serviço Social do Comércio, como entidade patronal privada, que atua no espaço nacional brasileiro, através de suas unidades sediadas nas capitais e cidades de médio e pequeno porte, que formam uma rede responsável por inúmeros projetos sócio-educativos e culturais.

Assim, pode-se considerar que a relação de desenvolvimento e cultura no Brasil ligada a que envolve o turismo e o lazer, seja como atividade econômica, seja como política governamental. Aqui vale perguntar de que modo a cultura pode ser vista como uma dimensão importante do desenvolvimento econômico e, especialmente, do turismo (Tomazzoni, 2009).

Surgem, assim, novas possibilidades de fluidez e mais facilidade de circulação de pessoas, de produtos e de informações. Isto favorece o turismo, como atividade econômica e cultural. Nessa direção, o mundo parece um bloco único, com características distintas, de região para região, o que causa uma movimentação de pessoas que querem conhecer e vivenciar fatos e atrativos culturais diversos daqueles que caracterizam a realidade em que vivem. Assim, o turismo:

[...] pode ser visto como um processo histórico e cultural, que tem passado por mudança de sentido, ao longo do tempo. Por escassez de espaço, optamos por tratá-lo como questão teórica atual, remetendo os interessados à leitura da coletânea organizada por REJOWSKI (2002), que mostra a evolução do turismo desde o século XIX, relacionada com o desenvolvimento capitalista europeu, em especial, no que se refere às inovações tecnológicas que ampliaram as possibilidades de deslocamento, por meio de transportes mais rápidos e de massa, bem como de consumo e lazer das populações em diversos países (Costa & Leitão, 2013, p. 575).

Para Costa e Leitão (2013), o desenvolvimento regional do turismo, atualmente, está organizado como uma expressiva contribuição ao conhecimento do turismo regional e ainda como valorização do desenvolvimento de cada localidade conforme já traz a obra de Tomazzoni (2009):

Essa é uma obra inovadora, onde o autor coleta, analisa, sintetiza e abstrai os elementos fundamentais do turismo que o Brasil precisa, tornando atrativa e chamativa, cada localidade capaz de abrigá-lo, com vistas a contribuir, efetivamente, para o desenvolvimento regionalizado. Nesse sentido, se faz necessário promover a busca de indicadores multidimensionais, que possam capturar o processo do desenvolvimento turístico, aspecto que caracteriza este estudo como uma das mais claras abordagens encontradas sobre esse tema, em razão da fundamentação em fontes e teorias contemporâneas sobre o assunto (Costa & Leitão, 2013, p. 575).

Parte-se assim da existência de um fenômeno social aqui caracterizado pela busca crescente do lazer, associado ao prazer, e por uma predileção por determinados lugares urbanos, naturais ou exóticos, que lhe proporcionem a reposição de energia e a satisfação por descobrir e conhecer novos lugares. Por fim, surge aqui a necessidade de ampliar os conhecimentos desse fenômeno social para trazer a discussão do turismo na perspectiva de território e com essa visão classificá-lo para melhor compreendê-lo a sua questão local conectado a uma visão global turística. Como também, a ligação ao turismo de base comunitária, desterritorialização, ressignificação, regionalização, desenvolvimento e legislação que, por isso, será melhor desenvolvido no próximo item com o intuito de criar a condição teórica para o mapeamento material e imaterial das comunidades e das redes sociais existentes nelas.

## II.2.3 TURISMO E TERRITÓRIO: LOCAL E GLOBAL

A discussão sobre a relação entre “turismo e território” inicia por envolver uma busca sobre as noções de “espaço e desenvolvimento econômico e social”. Isto porque o espaço em si, enquanto território físico, não nos diz muito das relações dele com as sociedades ou culturas, a não ser que sejam estabelecidos os devidos nexos. No entanto, sabe-se que o efeito das ações dos homens ou populações que incidem sobre ele, podem modificá-lo com o tempo. Assim sendo, pode-se dizer que o turismo tem assumido uma proporção tal, enquanto atividade econômica, que deve ser tratado do ponto de vista sistêmico, conforme autores mais contemporâneos que estudam essa problemática. Essa tendência tem por finalidade evitar abordagens fragmentadas e restritas de um fenômeno que envolve visões diferentes, múltiplos atores, ações e relações diversas. Nessa direção, conforme Cunha e Abrantes (2013) colocam que a realidade turística para muitos estudiosos é entendido como um meio de evasão e de ocupação do tempo livre, todavia, para outros autores, o turismo é visto como forma de ocupação, de espaços, com implicações para o meio natural e social. Eles afirmam, além disso que:

[...] para outros, ainda, é um fenômeno que gera riqueza, aumenta o bem-estar e cria novas oportunidades de emprego. Certas pessoas veem nele uma oportunidade de negócio ou de melhoria do nível de vida e outras um instrumento de valorização e de conhecimento, mas outras encaram-no como uma forma de destruição de valores; as primeiras pretendem que ele se desenvolva e aumente, as segundas pretendem que lhes conceda facilidades e lhes proporcione meios de valorização pessoal, mas as últimas gostariam que não se desenvolvesse ou, pelo menos, se mantivesse dentro de certos limites (Cunha & Abrantes, 2013, p. 95).

Como mostra os autores acima, o turismo é uma totalidade, a qual exige uma abordagem que integra modos de ver diferentes, e de acordo com os interesses que movem cada sujeito envolvido na sua construção. Esses interesses são de teor econômico, profissional, social e cultural. Estudar o turismo requer, portanto, identificar essa teia de relações sociais, espaciais e temporais.

E com isso a noção de sistema<sup>9</sup> se aplica perfeitamente ao turismo<sup>10</sup>, assim como a outras áreas do conhecimento, caso das ciências sociais e políticas, das ciências médicas e

---

<sup>9</sup> Sistema, este tem um objetivo comum que pode ser tanto elementos quanto “entidades que funcionam de modo inter-relacionados” para formar um todo (Boullon, 2004, p. 16).

<sup>10</sup> Sistema Turístico é um conjunto de elementos (superestrutura, demanda, comunidade local, atrativos, equipamento e infra-estrutura) inter-relacionados que propiciarão satisfação às necessidades de uso do tempo livre (Boullon, 2004, p. 22).



da informática; podendo-se dizer que sua atualidade se refere e adequa ao tipo de desenvolvimento econômico e social que se vive hoje. A sua conceituação em sentido mais abstrato, para Lainé (1989 como citado em Cunha & Abrantes, 2013, pp. 96-97), envolve a classificação e caracterização destacada abaixo:

Os sistemas podem ser fechados ou abertos: o sistema fechado é um objeto ou um ser que não revela nenhuma ação ou comportamento perceptível do exterior, sem entradas (in-puts), nem saídas (out-puts), enquanto o sistema aberto é aquele que é influenciado pelo mundo exterior implicando, pelo menos, um fluxo de energia proveniente do exterior que assegura a sua manutenção ou preservação.

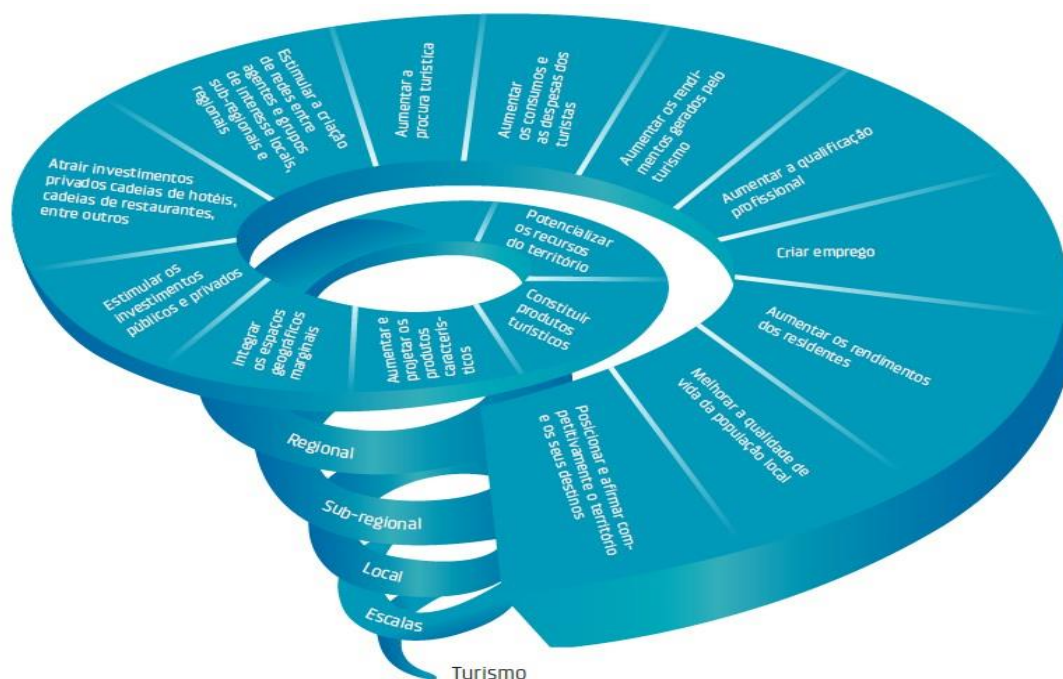
Boullón (2002, p. 37) compreende “que o turismo é consequência de um fenômeno social cujo ponto de partida é a existência do tempo livre e o desenvolvimento dos sistemas de transporte”. Mediante a isso, percebe que “ao redor do turismo foi-se formando uma trama de relações que caracterizam seu funcionamento” (Boullón, 2002, p. 37) em que elas formam um sistema. Já Cunha e Abrantes (2013, pp. 96-97) trazem, ainda, por meio do Lainé (1989) que qualquer objeto pode ser reconhecido como sistema aberto quando atende as condições que formam o paradigma sistêmico:

- a) É constituído por estruturas ou está em estruturação;
- b) Visa determinadas finalidades;
- c) Evolui no tempo: é evolutivo;
- d) Tem uma certa atividade: comportamento;
- e) Situa-se no ambiente com o qual estabelece relações.

Talvez, por isso, que se foi aplicada ao campo do turismo, a ideia de sistema que permite englobar um conjunto de elementos indicando a sua complexidade e estabelecendo conexões interdependentes entre si de atitude funcional e espacial. E com isso despertou em vários pesquisadores o interesse pelo estudo do turismo sob a abordagem sistêmica. Santos, M. (2012a, p. 77) assegura que de modo inclusivo a análise de sistemas proporcionou “grandes serviços às disciplinas exatas para o progresso das quais ela contribuiu”. Consoante este autor, as “ciências humanas e a geografia” é dentre estas quem sabe “a última a utilizar-se desse método” (Santos, M., 2012a, p. 77).

Nessa linha de pensamento é inquestionável que o turismo admite potencializar os recursos do território. E com base nesse conceito Moreira (2013) constrói a **Figura II.2.3.1**, que com ela “promove a inventariação e a conservação do património natural e cultural, construído – arqueológico, histórico, arquitetónico – e imaterial, tradições locais, gastronomia, entre outros”. E este se apresenta responsável por recuperar construções que se exibem em elevado estado de degradação para fins diversos do turismo em escalas local,

sub- regional e regional, a seguir:



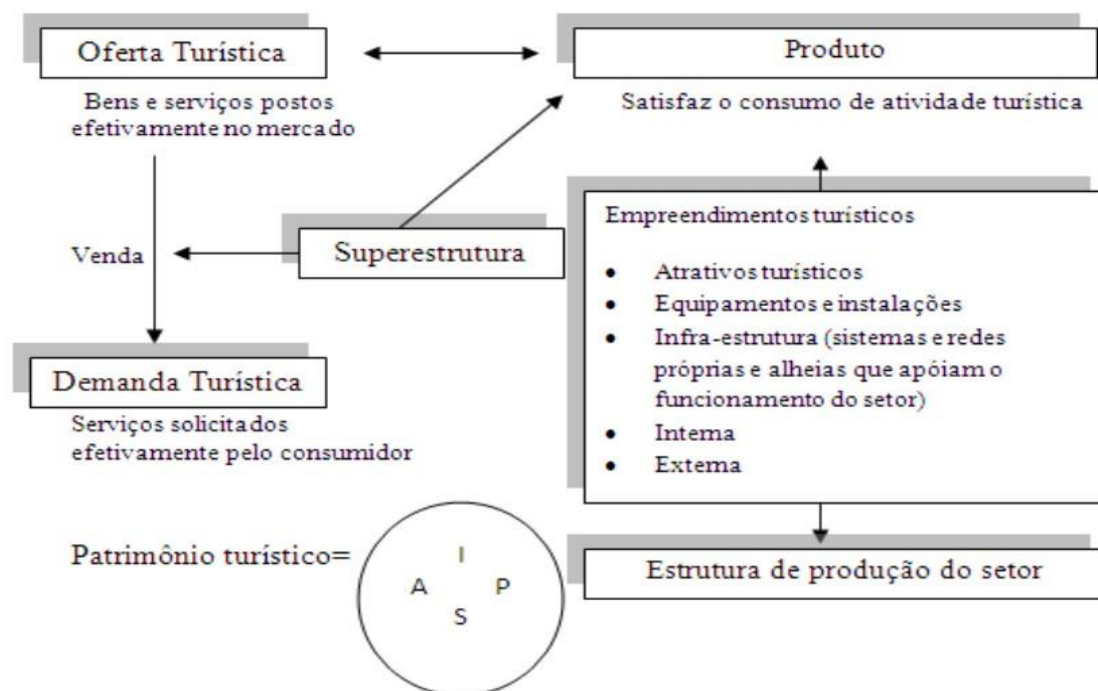
**Figura II.2.3.1:** Espiral do desenvolvimento local, sub-regional e regional propiciado pelo turismo. Fonte: Elaborada por Moreira (2013, p. 9).

Percebe-se com isso que a efetivação como muito importante para os recursos do território. “Os lugares e as regiões possuem especificidades territoriais muito próprias, que os individualizam”. As especificidades que para além de fatores de distinção se pode compor “como vantagens comparativas, de natureza física e/ou humana (económica, histórica e cultural), conferem aos territórios regionais, marcados por atributos geográficos locais, singulares, notáveis e autênticos, potencialidades turísticas”. Torna-se deste modo essencial para quando se pretende afirmar um território como produto turístico a valorização dos recursos locais e regionais como tal também (**Figura II.2.3.1**). Portanto, estabelecer produtos turísticos nesta espiral é segundo esta autora “fundamental para que aqueles atributos do destino se convertam em fatores de crescimento económico e de desenvolvimento turístico local, sub-regional e regional e, em última instância, de crescimento económico e de desenvolvimento nacional” (Moreira, 2013, p. 9).

Igualmente, a **Figura II.2.3.1** mostra ainda a produção de característica local, sub-regional e regional como turismo que permite não só aumentar, como também, projetar os produtos característicos para este fim. “Há mesmo uma tendência para entender o turismo como uma alavanca do desenvolvimento, pela capacidade que esta atividade tem demonstrado para integrar os espaços geográficos marginais” (Moreira, 2013, p. 10). E,

além disso, a atividade turística é uma importante escala local, sub-regional e regional por instigar os investimentos públicos e privados que confirma de certo modo e, ancora os atores locais.

Entretanto, Boullón (2002, pp. 37-38), inclusive traz a ideia que “não existe uma única versão explicativa do sistema turístico”, o que para ele isso “não significa que haja muitos sistemas; há apenas um, com várias facetas. O estudo de cada uma das facetas deu origem a diferentes modelos analíticos, um dos quais é denominado oferta-demanda” que será melhor visto o seu modelo oferta-demanda na **Figura II.2.3.2**.

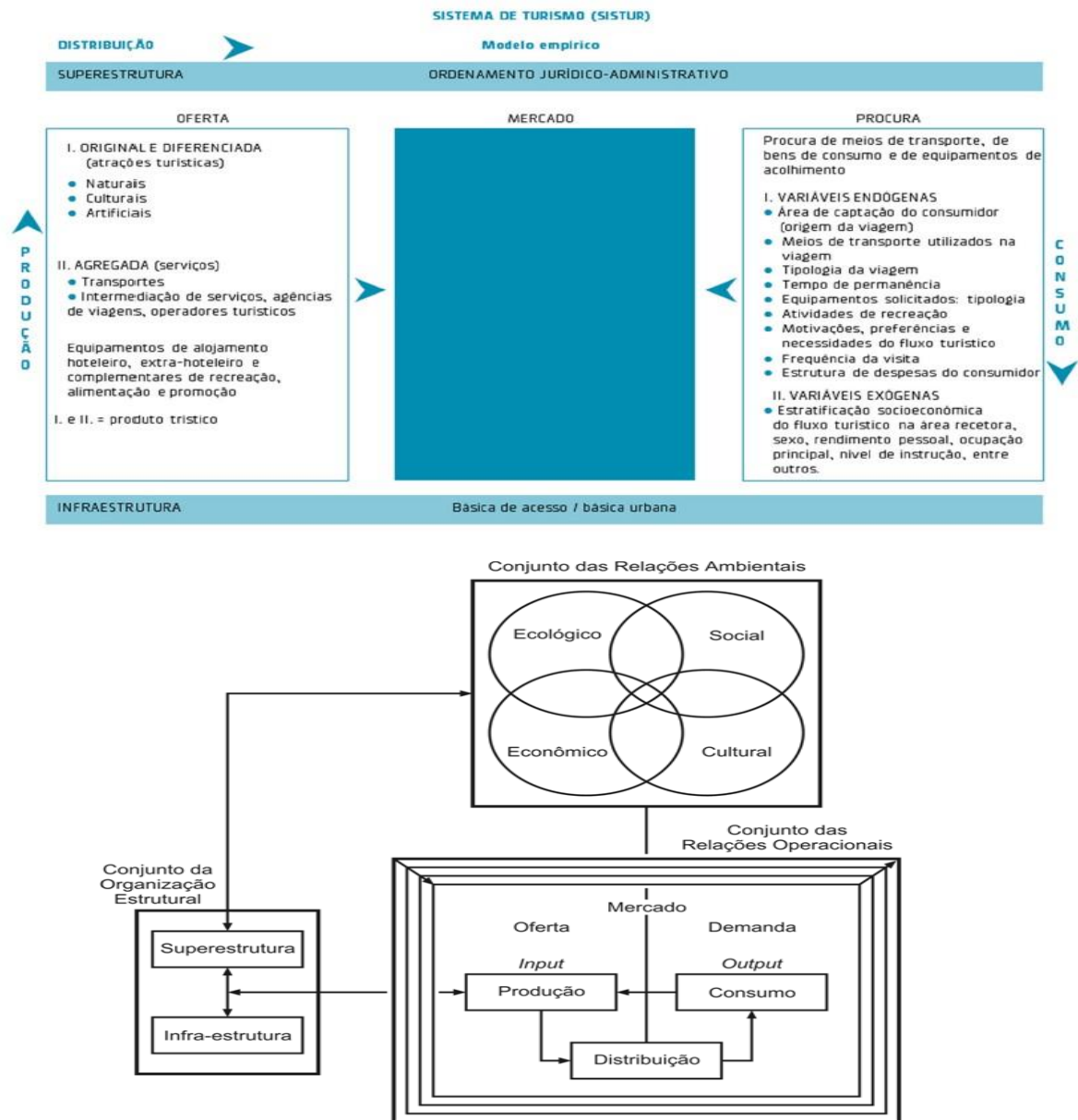


**Figura II.2.3.2:** Classificação das atividades produtivas. Fonte: Elaborado por Boullón (2002, p. 38).

Legenda: A = Atrativos turísticos; P = Planta turística; I = Infra-estrutura; e S = Superestrutura.

Boullón (2002) explica que a **Figura II.2.3.2** representa as suas relações essenciais das partes integrantes do complexo sistema turístico consoante modelo oferta-demanda. E com isso, este autor registra que na parte esquerda dela fica “o ponto de partida do funcionamento do sistema, originado no encontro da oferta com a demanda turística, mediante um processo de venda do chamado produto turístico, que, com a infraestrutura, formam a estrutura de produção do setor, tal como indicado na parte direita” (Boullón, 2002, pp. 38-39) da dita figura. E, a superestrutura turística que é responsável pelo controle da eficiência do sistema por meio da fiscalização do seu funcionamento e a inter-relação

entre as partes, esta fica situada no centro da **Figura II.2.3.2.**



**Figura II.2.3.3:** Modelo do Sistur de Beni Fonte: Elaborado por Beni (2007, pp. 41, 50).

Beni (1988) perceber-se como sistema um plano ou princípio que se deseja atingir um determinado fim formando um conjunto de partes que interage dentro do todo; “ou conjunto de procedimentos, doutrinas, ideias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo” (Beni, 1988, p. 25).

E foi a partir da Teoria de Sistemas que Beni (1990, p. 16) pode “desenvolver um estudo circunstanciado sobre o turismo, no sentido de identificar os seus elementos com os

respectivos atributos e as relações de causa e efeitos, a fim de se delinear, com clareza, a extensão abrangida pelo Sistema de Turismo – SISTUR”.

E, assim, em 1988 este autor institui baseado em três conjuntos um modelo de Sistema de Turismo chamado Modelo Sistor. No primeiro conjunto, ele trabalha as relações ambientais (**RA**) por meio de quatro subsistemas: ecológico, econômico, social e o cultural.

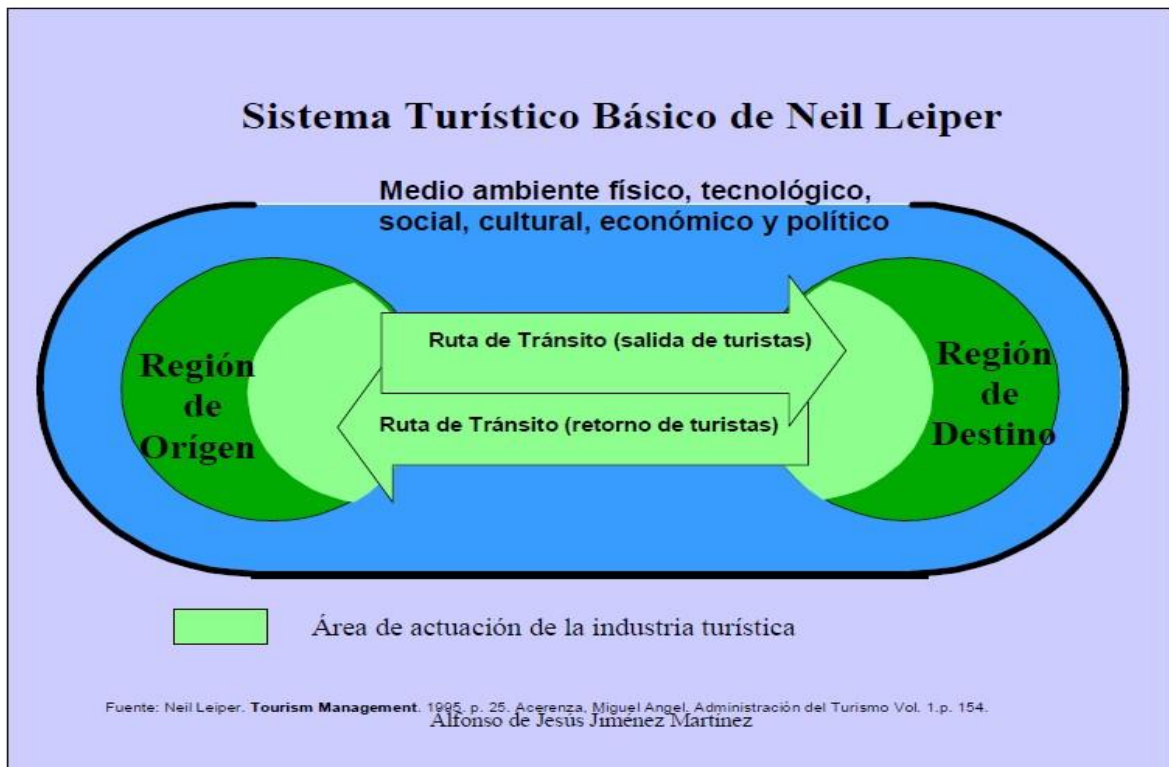
No segundo, ele organiza duas estruturas (**OE**): superestrutura para compor a Política Nacional do Turismo e o seu ordenamento jurídico-administrativo e a infraestrutura para constituir os serviços turísticos. E nessa perspectiva, Moreira (2013, p. 63) explica que na superestrutura ele tem “um subsistema que integra a organização pública e privada que permite harmonizar a produção e a comercialização de produtos e de serviços turísticos”.

E o terceiro e último conjunto, ele constrói o das relações operacionais (**AO**) em que traz o mercado de oferta – input (entrada da produção) e de demanda – output (saída da produção para consumo) para interagir com os subsistemas de: produção, distribuição e consumo. Assim sendo, Moreira (2013, p. 63) nesse contexto contribui com a explicação de que “os mercados emissores e os espaços turísticos de destino contempla a distribuição turística e os transportes. Nos primeiros valoriza a promoção e a imagem dos destinos turísticos. Nos segundos os recursos turísticos e os recursos humanos” (**Figura II.2.3.3**).

Outro importante modelo de sistema a ser destacado é do esquema de Neil Leiper. E este, de acordo com Jiménez Martínez ([200-]) existe<sup>111</sup> um consenso nesse modelo no que se refere a representação gráfica simples que descreve adequadamente o fato Turístico. E, ainda as principais declarações e as suas implicações, na aplicação da Teoria Geral de Sistema (TGS) que modelo é o ponto de partida reformulada. Assim, descrito abaixo conforme Neil Leiper na **Figura II.2.3.4**:

---

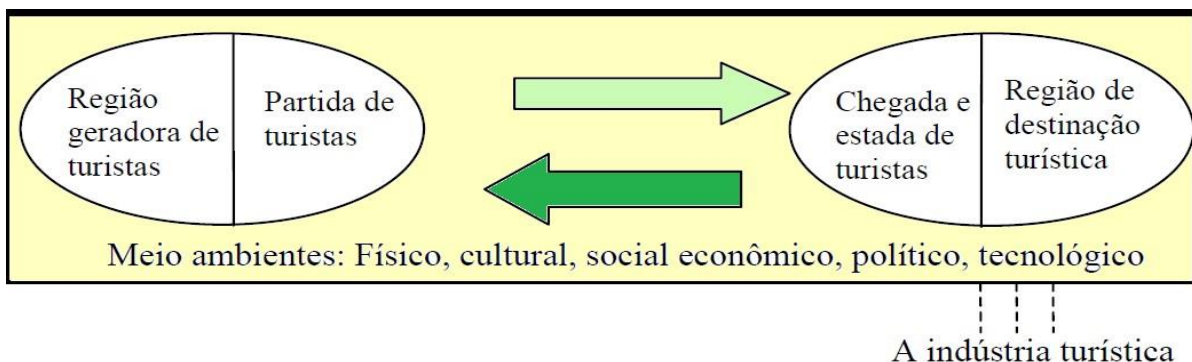
<sup>11</sup> Existe consenso mundial en que el modelo esquemático de Leiper es una representación gráfica sencilla que describe adecuadamente el hecho turístico y aunque aquí se reformulan sus principales enunciados y sus implicaciones, en la aplicación de la TGS ese modelo constituye el punto de partida. Gráficamente se describe de la siguiente manera en la Figura II.10



**Figura II.2.3.4:** Sistema Turístico Básico de Neil Leiper Fonte: Leiper (como citado em Jiménez Martínez, [200-]).

Já Machado e Gosling (2009) afirmam que em 1979, introduz-se com sucesso a Teoria Sistêmica de Neil Leiper nos estudos turísticos. Conforme pode se observar na figura abaixo, o sistema é composto de três elementos básicos:

- a) Turistas: atores do fenômeno turístico;
- b) Elementos geográficos: divididos em região geradora de turistas, região de rota de trânsito de turistas e região de destinação de turistas;
- c) Indústria turística: empresas e organizações que estão envolvidas na oferta de produtos e serviços turísticos. (Machado & Gosling, 2009, p. 6).



**Figura II.2.3.4.a:** Sistema turístico de Neil Leiper. Fonte: Leiper, N. The framework of tourism: towards a definition of tourism, tourist and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, p. 404. (Netto, 2005, p. 63 como citado em Machado & Gosling, 2009, p. 6)

Pode-se dizer segundo Moreira (2013) que é exatamente Neil Leiper (1979) quem frequentemente se confere “uma definição holística e nova – como ele próprio a designou – do turismo”. E nessa perspectiva

integrada e sistêmica que se soma a definições prévias, de cariz económico ou de cariz mais técnico, que comenta criticamente. É Leiper (1979) quem convoca a metodologia dos sistemas para estudar o turismo (HARRILL, 2009: 449) e para desenvolver uma nova definição de turismo” (Moreira, 2013, p. 39).

Marback Neto e Silva (2005) colocam que o turismo mundial vem evoluindo a partir das exigências de mercados globalizados e do desenvolvimento tecnológico. Os turistas, principalmente os europeus e norte-americanos, vêm elegendo seus destinos através do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Assim sendo, TIC é de grande importância, principalmente, para se ter um destino turístico virtual. Porque esse acesso à informação vai além do contexto geográfico, ambiental, econômico e social do país e/ou de uma região turística. Ou ainda, “informações a respeito do sistema de acessibilidade até o destino e as conexões para seguir viagem para outras localidades” ou mesmo para manter a contato com o local de origem (Marback Neto & Silva, 2005, p. 137).

Entretanto, a manutenção das novas tecnologias exige um alto investimento dos empreendimentos turísticos ou do governo. Isto porque requer capacitação permanente dos trabalhadores desta área para conseguir manter o acompanhamento dos recursos tecnológicos empregados e igualmente atender às demandas com excelência que a concorrência desse mercado atualmente está exigindo para atrair esses novos clientes que navegam no ciberespaço.

Assim sendo, Marback Neto e Silva (2005) trazem a discussão da relação do turismo com o sistema de informações para o planejamento turístico tendo como foco principal a cidade de Salvador – “produtos turísticos” do estado da Bahia. Para eles “esta deve ser uma preocupação central dos formuladores de políticas públicas, tendo em vista a importância estratégica de se dotar a capital baiana de um Sistema Integrado de Formação e Informação Turísticas.” (Marback Neto & Silva, 2005, p. 136). Ou melhor, esses autores consideram esses sistemas de informação fundamental para o planejamento e a gestão do turismo em geral, pois consideram:

A informação on line, completa e atualizada torna-se um diferencial competitivo para um destino turístico. [...] Como vantagens, as tecnologias da informação e de comunicação trarão diminuição de custos, melhoria da comunicação no município e também com outras localidades do país e do mundo e um substancial incremento do conhecimento das diversas organizações. Daí, pode-se considerar

que há três efeitos bem definidos do uso das TIC: a) novos modelos de intermediação mais eficientes do que os atuais; b) crescente relação direta entre os administradores de serviços e seus clientes e c) personalização e melhoria da proposta ao cliente (Marback Neto & Silva, 2005, p. 137-138).

Como vimos, a ideia de “desenvolvimento turístico de base comunitária” tem sido cada vez mais enfocada por estudos e publicações em circulação no mercado acadêmico, em especial, da área da Economia, Sociologia e Geografia. Este é o caso do estudo de Mielke (2009), do qual retirou-se alguns tópicos para ilustrar a complexidade dessa discussão, que envolve, desde a concepção desse tipo de turismo regional e comunitário e seus desafios, aos atores sociais e institucionais, criação de expectativas e envolvimento comunitários, papel das consultorias especializadas, planejamento, gestão, formação de lideranças e do associativismo, ongs, incubadoras, responsabilidades socioambientais e indicadores de sustentabilidade.

Em prefácio escrito pelos especialistas no assunto, como Enrique Torres, Maurício Serra e José Manoel Gandara, ao livro do já citado Mielke (2009, p. 11), entende-se o turismo como instrumento de desenvolvimento socioeconômico. E com isso, estes especialistas discutem sobre os impactos positivos e negativos na comunidade local a partir dessas atividades comunitárias de turismo. E ainda, determinam grandes controvérsias, despertando novas possibilidades e caminhos. Além que:

O surgimento de grandes empresas no turismo – muitas internacionais-, principalmente nas áreas de hotelaria, transporte, distribuição e também em áreas afins como lazer e alimentação, faz com que a necessidade de organização e articulação das pequenas e médias empresas da área seja uma premissa para sua viabilidade e competitividade. [...] Para viabilizar o desenvolvimento local muitas vezes é necessário mais do que motivar a comunidade local a empreender, articular a comunidade, fornecer fontes de financiamento, dar treinamento, organizar cooperativas, ou seja, conformar instrumentos para que a comunidade possa, realmente, ser participante ativa no processo de desenvolvimento turístico (Mielke, 2009, p. 11).

Essa política de incentivo ao turismo de base local busca garantir retorno, não só ao turista e à população nativa, mas também, ao empreendedor, que não vê as condições socioambientais deteriorarem-se em curto prazo. O seu foco maior incide sobre a preservação das condições naturais de um lugar, a qual é considerada importante, para que a população local não tenha seus espaços sociais, econômicos e culturais invadidos. Acredita-se que ela também traz vantagens para os gestores e promotores do turismo, que ao darem atenção a uma demanda de visitantes, acabam por fortalecer o próprio objetivo econômico da atividade turística (Bursztyn, 2005).

Desse modo, cresce em várias partes do mundo, a noção de que o empreendimento



turístico não deve enveredar por um caminho pautado em perspectivas econômicas planejadas pelas administrações públicas, privadas ou até mesmo pelos visitantes, sem que sejam levados em conta os interesses e comodidades das comunidades locais.

Isto porque, corre-se o risco de submeter a população residente, apenas, aos interesses dos que têm, no turismo, uma forma de produção e reprodução espacial, em moldes capitalistas, e usufruto egoísta das qualidades confortáveis que os locais de destino possam oferecer ao turista interessado em pagar por isso, sem ver os riscos de dano ou exploração que possam causar às populações desses lugares. Conforme Tomazzoni (2007, p. 17), “[...] as vantagens do turismo como atividade econômica são enfatizadas como estratégias para a propulsão do desenvolvimento, pois é uma das mais amplas e diversificadas cadeias produtivas globais”.

Tem sido observado que a intensificação da atividade turística, com repercussão no ambiente, na vida econômica, social e cultural das áreas receptoras gera impactos de qualidade e quantidade diversas, colocando o turismo, na atualidade, como tema prioritário na pauta de preocupação de planejadores, acadêmicos e gestores de políticas públicas, com interesse na temática. Essa dimensão leva a uma discussão conceitual sobre capital social, conforme faz, de forma competente, o já citado Tomazzoni (2009) que inclusive para ele o caso de arranjo produtivo de turismo adequado ao desenvolvimento das empresas não são suficientes somente as condições comuns, comumente aceitas como por elas. Visto que é:

[...] A visão de um arranjo produtivo de turismo deve ter por premissa e coesão das comunidades e organizações por meio da ação dos atores municipais, do modelo de gestão do turismo da região. [...] O capital social é um dos principais objetivos dos atores do arranjo produtivo local. Assume, portanto, um significado amplo que reúne elementos como a confiança entre os atores e organizações do desenvolvimento regional; a solidariedade frente às dificuldades, problemas e desafios; a cooperação, os níveis de intensidade dos laços sociais, visando a realização de objetivos comuns. Destacam-se ainda, a hospitalidade com o sentido de qualidade do atendimento turístico, cujo valor transcende o retorno financeiro pois as relações, além de sistemas de produção e de mercado, constituem um processo de interação social (Tomazzoni, 2009, pp. 148-149)

Por outro lado, o grande desenvolvimento da atividade turística, nos últimos anos, criou a necessidade de se elaborar classificações, para melhor compreender as inúmeras e diferentes características das viagens, e também para possibilitar a quantificação do setor, em termos comparáveis entre países, ou mesmo regiões.

Todavia, a própria dinâmica se confirma como um obstáculo na classificação do turismo e, conseqüentemente, na elaboração de categorias que sejam suficientemente abrangentes. Nesse sentido, a Conferência Internacional de Estatísticas do Turismo organizada pela OMT

(1995), apresentou recomendações, que foram, posteriormente, adotadas pela Comissão Estatística das Nações Unidas, com os seguintes objetivos:

- (i) O desenvolvimento de uma definição uniforme e integrada e de um sistema de classificação das estatísticas do turismo.
- (ii) A implementação de uma metodologia para determinação do impacto econômico do turismo e do desempenho dos vários setores da indústria.
- (iii) O estabelecimento simultâneo de um meio de diálogo entre os governos e o turismo, como também, programa coerente de coleta de informação turística.

Segundo Moreira (2013, p. 81), implicitamente ao transpor a análise sistêmica para o turismo se adota a existência de princípios dinâmicos na atuação de seus componentes e de seus atores e de informações que contempla “as interdependências, as interações e os fluxos que existem entre estas. A informação e a comunicação são essenciais para unir os componentes do sistema”, estas são de tal maneira importante “para o sistema turístico que chegam mesmo a ter a função de homeostasia. Note-se que o fluxo de informação que percorre o sistema reveste-se de extrema importância para conferir coesão às suas componentes e para permitir a sua autoadaptação face às mudanças” que acontecem “interna e externamente ao sistema” (Moreira, 2013, p. 81).

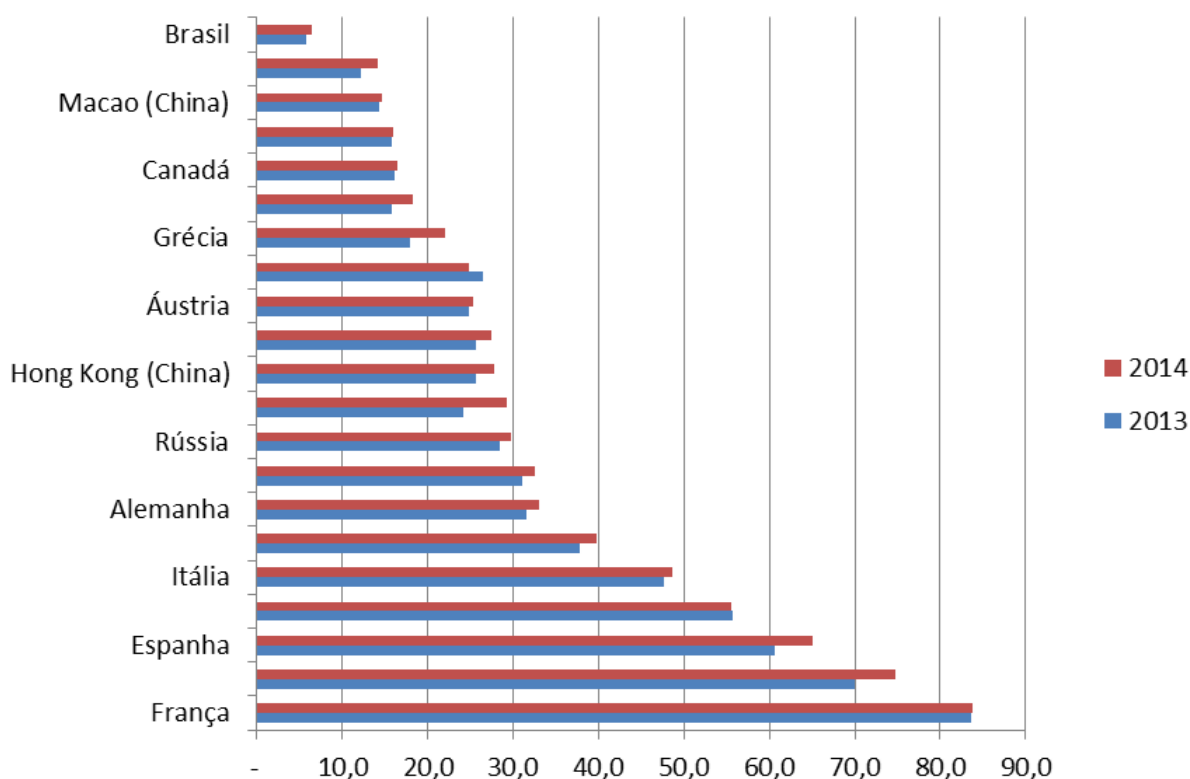
Ela afirma ainda consoante que considera os diversos modelos de conceptualização do turismo já exposto os seus “paradigmas interpretativos, os pressupostos teóricos e a terminologia que enformam aquelas teorias apresenta-se, de modo fundamentado, uma alternativa original, sistêmica, internamente articulada e consistente de interpretação do sistema turístico” (Moreira, 2013, p. 85).

Conforme dados da OMT (1995), o turismo receptivo mundial tem crescido com maior rapidez nos países em desenvolvimento, tanto com relação à entrada de turistas, quanto em ingresso de divisas, fator que demonstra melhor distribuição de recursos econômicos entre países nessa atividade. Assim, o turismo passou a ser considerado como um fenômeno que pode proporcionar um grande crescimento às localidades receptoras, sobretudo no plano global.

Segundo outra fonte, desde a década de 1950, essa atividade vem crescendo em uma média de 7,2% ao ano, passando de 25 milhões para 924 milhões de chegadas de turistas em todo o mundo, no ano de 2008, gerando uma receita cambial de aproximadamente 850 bilhões de dólares (Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, 2009).

Entretanto, nos dados mais atuais estes valores mundiais já passaram para 1bilhão e 87milhões de chegadas em 2013 e para 1bilhão e 133 milhões em 2014, conforme, pode-se constatar no **Quadro II.2.3.1** mostrando a evolução do número de chegadas de turismo

receptivo internacionais. Destaca-se, primeiro, a França com 83,6 milhões de chegadas em 2013 e 83,8 milhões em 2014. Depois, em segundo lugar, os Estados Unidos com 70,0 milhões de chegadas em 2013 e 74,8 milhões em 2014. Terceiro, fica a Espanha com 60,7 milhões de chegadas em 2013 e 65,0 milhões em 2014. E no vigésimo lugar, o Brasil com 5,8 milhões de chegadas em 2013 e 6,4 milhões em 2014 (**Gráfico II.2.3.1**).



**Gráfico II.2.3.1:** Dados gerais do turismo mundial: principais países receptores de turistas internacionais – 2013 e 2014. Fonte: OMT (2015) e Brasil (2015b). Notas: 1. Dados 2013 revisados. 2. Dados de 2014 preliminares. Dados provenientes do Anuário Estatístico de Turismo 2015 ano base 2014 – vol. 42.

| Ano  | Turistas<br>(milhões de chegadas) |
|------|-----------------------------------|
| 2009 | 882,1                             |
| 2010 | 949,1                             |
| 2011 | 993,5                             |
| 2012 | 1.039,0                           |
| 2013 | 1.087,2                           |
| 2014 | 1.133,1                           |

**Quadro II.2.3.1:** Dados gerais do turismo mundial – Turismo Receptivo. Fonte: OMT (2015) e Brasil (2015b). Notas: 1. Dados 2013 revisados. 2. Dados de 2014 preliminares.

| Rank              | Despesas Internacional de Turismo (US \$ bilhões) |       | Moedas locais Variação (%) |       | Quota de mercado (%) | População (milhões) | As despesas per capita (US \$) |
|-------------------|---|-------|----------------------------|-------|----------------------|---------------------|--------------------------------|
|                   | 2013  | 2014  | 13/12                      | 14/13 | 2014                 | 2014                | 2014                           |
| 1 China           | 128.6   | 164.9 | 23.8                       | 27.1  | 13.2                 | 1,368               | 121                            |
| 2 United States   | 104.1   | 110.8 | 3.8                        | 6.4   | 8.9                  | 319                 | 347                            |
| 3 Alemanha        | 91.4  | 92.2  | 5.7                        | 0.9   | 7.4                  | 81                  | 1,137                          |
| 4 Reino Unido     | 52.7  | 57.6  | 3.5                        | 3.8   | 4.6                  | 65                  | 893                            |
| 5 Federação Russa | 53.5  | 50.4  | 28.9                       | 13.7  | 4.0                  | 144                 | 351                            |
| 6 França          | 42.9  | 47.8  | 3.9                        | 11.3  | 3.8                  | 64                  | 747                            |
| 7 Canadá          | 35.2  | 33.8  | 3.2                        | 3.3   | 2.7                  | 35                  | 951                            |
| 8 Itália          | 27.0  | 28.8  | -1.0                       | 6.9   | 2.3                  | 60                  | 481                            |
| 9 Austrália       | 28.6  | 26.3  | 9.4                        | -1.7  | 2.1                  | 24                  | 1,114                          |
| 10 Brasil         | 25.0  | 25.6  | 24.1                       | 11.7  | 2.1                  | 203                 | 126                            |

**Quadro II.2.3.2:** Rank of the tourism. Fonte: World Tourism Organization – UNWTO (2015).

De acordo como o **Quadro II.2.3.2** observa-se o rank mundial a China tem crescido muito e mantido a sua liderança no mercado internacional de turismo nos últimos anos, como também, tem sido revelado o gastador tope do mundo desde 2012. Deste modo, notou-se que em 2014, os chineses gastaram US \$ 165 bilhões com viagem ao exterior – um excepcional de 27% a mais que em 2013 e US \$ 36 bilhões a mais em termos absolutos. A China, atualmente, produz entorno de 13% das receitas do turismo mundial, beneficiando, particularmente na Ásia e no Pacífico (UNWTO, 2015). A diferença de despesas entre topo gastador China, e segundo maior gastador que é os Estados Unidos em 2014 teve um aumento de:

[...] US \$ 54 bilhões, apesar de um forte aumento de 6% nos gastos de turismo os Estados Unidos, para alcançar US \$ 111 bilhões. Alemanha, o terceiro O maior gastador, relatou um modesto aumento de 1% das despesas para US \$ 92 bilhões. [...] O Reino Unido (+ 4%) subiu uma posição no ranking para se tornar o quarto maior gastador do turismo internacional, com US \$ 58 bilhões, ultrapassando a Federação da Rússia, que agora é quinto com US \$ 50 bilhões. Depois de ter sido o mercado de segundo mais rápido crescimento depois da China nos últimos anos, a Federação da Rússia diminuíram os gastos em termos de dólares americanos em 2014, como resultado da depreciação considerável do rublo (UNWTO, 2015, p. 13).<sup>12</sup>

Respectivamente, conservaram em 6° e 7° no ranking a França (+ 11%) e o Canadá (+ 3%) com gastos de US \$ 48 bilhões e US \$ 34 mil milhões. Enquanto a Itália (+ 7%) subiu um lugar para 8° posição com US \$ 29 bilhões. E, igualmente a Austrália abaixou um lugar

<sup>12</sup> [...] US\$ 54 billion, despite a robust 6% increase in tourism spending from the United States, to reach US\$ 111 billion. Germany, the third largest spender, reported a modest 1% increase in expenditure to US\$ 92 billion. [...] The United Kingdom (+4%) moved up one place in the ranking to become the 4th largest spender on international tourism, with US\$ 58 billion, overtaking the Russian Federation, which is now 5th with US\$ 50 billion. After having been the second fastest growing market after China in recent years, the Russian Federation decreased spending in US dollar terms in 2014 as a result of the considerable depreciation of the rouble (UNWTO, 2015, p. 13).

no ranking em 9º posição diminuíram 2% as suas despesas aos US \$ 26 bilhões. Por fim, o Brasil com uma despesa de US \$ 26 bilhões se conservou em 10º lugar no ranking (UNWTO, 2015).

Já adentrando no contexto do Brasil, percebe-se conforme explica Santos, M. (1979) que é um autor que pondera filosoficamente a natureza do espaço geográfico, a natureza empírica, no que se refere a reconstrução intelectual do mundo a partir das experiências específicas de cada lugar. Então, nesse sentido, Santos, M. (1979) com os seus estudos e conceituações tentaram entender e explicar, justamente, como o espaço urbano é produzido por meio das forças econômicas e políticas. Daí a importância de se fazer esta discussão sobre o foco local e global dentro de um contexto econômico e político do turismo.

E nesse sentido, D'Angelis e Silva (2014) complementam Santos, M. (1979) trazendo por meio de seus estudos a questão do turismo sustentável como forma de alívio da pobreza na Paraíba. Eles partem dos novos paradigmas de alívio da pobreza formulados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, confiando no potencial da atividade turística motivado pela inclusão do trabalho, somado a renda e do bem estar social da comunidade local, foram igualmente seguidos pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e pelo Ministério do Turismo. De modo que eles buscam compreender as relações entre turismo, sustentabilidade e o alívio da pobreza. E fazem uma análise do Plano Amanhecer que tinha como objetivo o desenvolvimento do turismo sustentável, a partir da satisfação do turista, o menor impactos ambientais e culturais, o indivíduo satisfeito e o regresso dos investimentos. Assim sendo, para eles este plano apesar das falhas, já aborda o turismo sustentável, entretanto, não trabalha com ações concretas e projetos elaborados para tal passagem. Ainda, alerta que no estado da Paraíba, sofre com descontinuidades, sobretudo por causas dos políticos.

Ainda nesse sentido, o Ministério do Turismo tem apoiado, nas últimas décadas, as iniciativas de desenvolvimento dessa atividade que tenham como protagonistas comunidades locais e populações tradicionais, no processo de gestão da atividade, com o objetivo de promover a inclusão social dessas pessoas, no contexto social dessas áreas. Essa política de incentivo ao turismo de base local tem utilizado o turismo como instrumento de inclusão social, considerando o seu potencial de dinamização da economia e benefícios econômicos gerados (Brasil, 2009b).

Planejamento do desenvolvimento territorial de forma integrada e participativa.  
[...] O planejamento do Turismo Rural deve ser desenvolvido, sempre, com base local, valorizando as características e necessidades das comunidades autóctones e

do território, de forma integrada e participativa. Deve contar com o suporte de profissionais que possuam conhecimento técnico e experiência sobre o assunto, visando diminuir as possibilidades de insucesso. Adequar e implantar infraestrutura básica e turística no meio rural, de forma integrada ao ambiente e às especificidades sociais e culturais locais (Brasil, 2004, pp. 29-30).

Nesse sentido, torna-se imprescindível a preservação dos espaços transformados em atrativo turístico, como elemento essencial, à melhoria da qualidade de vida dos nativos e à preservação da natureza e da cultura local, para que cada paraíso ecológico e ambiental permaneça conservado.

E dependendo da forma como é concebido e gerido, o turismo pode contribuir com o desenvolvimento de uma região. No caso de regiões caracterizadas por disparidades de renda, como é o caso do Brasil, este aspecto, assim como o da educação precisa entrar como componente definidor do turismo como já foi dito por Moreira (2013) e outros autores. Percebe-se que no Brasil a desigualdade social é originada ou pelo menos conservada pela forma de se atuar as políticas de infra-estrutura de investimentos e políticas sociais. Percebe-se que no Brasil a desigualdade social é originada ou pelo menos conservada pela forma de se atuar as políticas de infra-estrutura de investimentos e políticas sociais. Nesse sentido, Freire- Medeiros (2006, p. 22) contribui com esse contexto brasileiro afirmando que:

As “zonas de contato” são “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação”, de onde paradoxalmente emergem possibilidades outras de representação de si e do outro. Pensar a favela que o turismo inventa como uma zona de contato permite-nos entendê-la como território físico e simbólico no qual camadas discursivas se acomodam em múltiplas representações: representações sobre a favela e seus habitantes formuladas pelos turistas, representações dos turistas formuladas pelos moradores, representações da favela formuladas pelos moradores para os turistas - - numa espiral contínua de representações.

Com isto, destaca-se o estabelecimento das estratégias do desenvolvimento regional com foco nas doutrinas do desenvolvimento local. E, assim, observando o turismo como um dos mais significativos setores da economia. Aja visto que, a educação para muitos estudiosos é uma estratégia tanto de inclusão no mercado de trabalho quanto de distribuição de renda e de desenvolvimento econômico do Brasil. Alguns autores creem que através da implantação de programas de educação para a formação com base no mercado de trabalho pode-se diminuir as desigualdades sociais. Assim sendo, para eles é preciso priorizar construir múltiplas condições para inserção ocupacional por meio de projetos que provoque programas de educação ao turismo (Freire-Medeiros, 2006; Moreira, 2013).

O Plano Estratégico Nacional do Turismo – PENT (2007) baseado na análise das grandes tendências da procura internacional deliberou 10 produtos turísticos estratégicos de Portugal. Estes foram escolhidos a partir da função da sua quota de mercado e potencial de crescimento, como da capacidade e da potencialidade de competitividade do mesmo, nos quais deverão servir também para acordar as políticas de desenvolvimento e capacitação da oferta turística de Portugal. Assim, foram:

- 1) Sol e Mar;
- 2) Turismo de Natureza;
- 3) Turismo Náutico;
- 4) Resorts Integrados e Turismo Residencial;
- 5) Turismo de Negócios;
- 6) Golfe;
- 7) Gastronomia e Vinhos;
- 8) Saúde e Bem-Estar;
- 9) Touring Cultural e Paisagístico;
- 10) City Breaks.

Com base nessa perspectiva o “Sistema de Valor” é um dos modelos de negocio com intuito de dar capacidade competitiva a Portugal. E nesse caso, este busca dar mais valor por menos esforços, em outras palavras, é para “que um destino seja competitivo deve” otimizar “o equilíbrio entre o que lhe pede o turista e o que lhe é oferecido”. Noutras palavras, para explicar melhor o seu entendimento, é um destino competitivo que “quando mais valor proporcionar ao cliente e menos esforços lhe forem pedidos”. De modo que, o “resultado combinado e ponderado de ambos os componentes (valor e esforço) constitui o valor que se oferece ao mercado” (Asesores en Turismo Hotelería y Recreación, S.A. [THR], 2006, p. 35).

A **Figura II.2.3.5** traz as quatro “tipologias de experiências, definidas em função do seu conteúdo e do papel que desempenha o cliente no seu desenvolvimento” em que com base nessas experiências tem-se o “Edutenimento” que se desenha curso educacional sobre assuntos “relacionados com a natureza” como, por exemplo: cursos de proteção do ambiente, cursos de proteção da natureza, entre outros. Prepara encontros com profissionais da área, professores universitários, documentalistas e outros.

Como também, esquematiza circuito que inclua “visitas a centros dedicados à conservação do ambiente”, como, “institutos de desenvolvimento de ecoprodutos, centros

de protecção, institutos de investigação ambiental, etc”. Instituir atividade “onde o turista possa participar e aprender com a comunidade” por meio dos trabalhos produzidos pela comunidade e outras. De modo que, THR (2006, p. 43) afirma ainda:

Os consumidores de Turismo de Natureza soft procuram na sua maioria, mais que os consumidores de outros sectores turísticos, sentir que estão a contribuir positivamente para o desenvolvimento turístico do destino que visitam, seja ajudando a atribuir valor e a preservar as atracções naturais, seja gerando recursos económicos através do seu gasto para as economias dos espaços rurais.

Nesse sentido e complementando THR (2006), Santos (2013) traz a definição de lazer consoante Dumazedier (1962) em que este autor definia em “três funções solidárias no lazer”: o descanso, o divertimento e o entretenimento. “Estes dois últimos elementos dão expressão superlativa à valorização económica do lazer e todos eles servem de sustentação à organização dos tipos de experiências em lazer e turismo”, como pode-se ver verificada na **Figura II.2.3.5**.

Continuando esse pensamento Santos (2013) explica que esta **Figura II.2.3.5** foi baseada no PENT, que por meio das experiências de divertimento e entretenimento abrolhou “o ‘edutenimento’ como elemento de lazer promotora do desenvolvimento social, cultural e motor (participativo) das pessoas” que vai novamente de encontro com as explicações de THR (2006).



**Figura II.2.3.5:** Tipos de experiências de divertimento e entretenimento Fonte: THR (2006, p. 36).



Nesse sentido que traz THR (2006) e de modo inclusivo Moreira (2013) contribui com ele quando coloca sua percepção que também vai de encontro com os pensamentos de Santos, Silva e Cristofolini (2006) quando estas afirmam que o turismo se divide em diferentes segmentos e os mais comuns deles estão indo de encontro com a “rentabilização de produtos turísticos como: o golfe, o turismo náutico, o turismo residencial, o turismo religioso, o turismo cultural, o turismo científico e o turismo de negócios” (Moreira, 2013, p. 249).

E, nesse aspecto, as “viagens motivadas pela religião encontram-se presentes na história da humanidade desde a antiguidade até os anos atuais.” (Santos, Silva, & Cristofolini, 2006, p. 299). Por exemplo, no século XIII foi o Marco Polo das “Rotas da Ásia, enquanto os mercadores dos *caravanserai*<sup>13</sup> percorriam por [...] trilhas da Rota da Seda”. E neste destaca-se igualmente o final XV e o século XVI “como os da explosão das grandes viagens marítimas de descobrimento”. Assim, os “[...]portugueses descobriram o Brasil e o caminho das Índias no início do século XVI” (Yasoshima & Oliveira, 2002, pp. 36-37). Como também, a atuação missionária da Igreja católica ligada a esse período.

Assim, é fato que este deslocamento de pessoas motivadas pela fé seja por “romarias, peregrinações e penitências” de modo geral estes eventos acabam por precisarem utilizar “de serviços e equipamentos turísticos, ou seja, serviços de transportes, alimentação e hospedagem”. (Santos, Silva, & Cristofolini, 2006, p. 301). Silva (2011, p. 49) partindo dos “santuários do Noroeste de Portugal” localiza-se dois território marcantes: “um território econômico, disponível à luz de um conjunto de variáveis tangível e quantificáveis, e um território de fé, pouco tangível, com características difíceis de quantificar em termos absoluto”.

Inclusive por este aspecto pouco tangível o turismo religioso em Portugal para Moreira (2013, p. 617) “não é alheia a integração dos municípios de Condeixa-a-Nova e de Coimbra no Caminho Português de Santiago e a presença em Coimbra do Carmelo no qual viveu a Irmã Lúcia (vidente de Fátima), nem a devoção à Rainha Santa Isabel”. Este valoriza e atribui um papel estratégico aos circuitos turísticos religiosos adotando valor, nesta conjuntura, aos edifícios e/ou locais religiosos igualmente.

E Silveira (2007) vem complementar o raciocínio desses autores acima com a

---

<sup>13</sup> Os *caravanserai*, eram “postos de hospedagem na beira das rotas de comércio, ofereciam pouso, banho, descanso e trocas de animais. Além disso, serviam como uma rede de informação a todo o império islâmico medieval” (Bittencourt Neto, 2013, p. 31).

discussão da religiosidade no campo do estudo sociológico do turismo religioso. E com isso, este autor faz uma reflexão sobre o turismo que ele chama de “turismo (ir)religioso: da (in)sustentabilidade e dos impactos” em que reflete teoricamente sobre este tipo de deslocamento religioso. E afirma que o “consenso, se é que há algum, é sobre o impacto sobre o espaço pelo porte de fluxo. As conexões com a cultura, a política e o âmbito das religiões e das religiosidades, entre outros aspectos, se realiza” (Silveira, 2007, p. 86) e depois disto, ele faz uma breve nota histórica para em seguida falar do campo religioso abordando o espaço e as interações da religião, como também, a radicalidade da mobilidade como fator de impacto no espaço e na religião. E assim vai fechando o seu pensamento trazendo o caso da Aparecida em São Paulo como “turismo religioso” e com este fecha ponderando sobre o sincretismo religioso brasileiro como fonte de atração de turistas, que consoante Silveira (2007, p. 115):

[...] vêm aqui em busca do exótico, de um mundo ‘primordial’, mítico, que a sociedade secular acabou desconstruindo. Na verdade, nem tanto assim, já que na própria Europa ressurgem religiosidades como o neopaganismo, a wicca (religião das bruxas) os novos celtas e druidas – o templo de Stonehenge – referência para turistas do mundo inteiro. O discurso dicotômico, racional versus místico é uma construção discursiva que pode ocultar as novas formas do sagrado de se expressar na sociedade.

Então, é sabido que, existem diversos tipos de turismo, a começar pela seguinte divisão: os que não se encaixam na ideia de lazer, em busca de lugares que promovam o relaxamento e o descanso e os que provocam movimentações de pessoas pelo espaço, por outras motivações; assim como o ‘turismo religioso’, que apresenta uma atitude de fé, relacionada à identidade, a ritos e a valores há também o chamado Turismo de Nichos.

Beni (2011), Carvalho e Silva (2012) e Coelho (2013) são autores que abordam essa temática sobre o turismo de nichos. E estes comungam com a ideia que as novas tendências de se contrapor ao turismo de massa passam por ele principalmente por confiarem que o desenvolvimento do turismo de nichos estão conectados a sustentabilidade do território. E nesse aspecto, Coelho (2013, p. 58) explica que se trata de:

[...] uma mudança de paradigma que se começa a assistir a nível internacional. [...] O Algarve não se encontra alheio a esta realidade e tem vindo a apostar no desenvolvimento de produtos para determinados nichos de mercado como é o caso do *birdwatching* e perspectiva apostar, ainda, em mercados muito específicos como é exemplo o turismo para pessoas com mobilidade reduzida (ou turismo acessível).

Nessa abordagem do turismo de nichos Carvalho e Silva (2012) acreditam no potencial do turismo dos jardins em Portugal, e, por isso, explanam que o “turismo jardim / visita é considerado um fenômeno em nível internacional”; entretanto, na contemporaneidade Portuguesa “é um nicho de turismo menos conhecido porque alguns problemas ainda permanecem”. Assim sendo, por existir consoante estes autores pouca pesquisa e informação sobre esse tipo de negócio; o descaso das autoridades e a existência de deterioração de alguns jardins, como também, por possuir uma falta de um inventário completo abrangendo o país como um todo. Num entanto, é indiscutível para eles que há um conjunto muito rico “de jardins históricos que unem a tradição e a cultura característica portuguesa, um conjunto de operadores turísticos internacionais que vendem o turismo jardim em Portugal e a grande visibilidade do produto na Ilha da Madeira.” (Carvalho & Silva, 2012, p. 803).<sup>14</sup>

E outro, a China e o Japão, por exemplo, serão os primeiros países emissores de turismo do mundo ao lado da Alemanha. “Estima-se que cerca de 100 milhões de chineses irão viajar para fora de suas fronteiras com 130 milhões de turistas, e a China se tornará o principal destino mundial” (Beni, 2011, p. 66). É previsto que o crescimento básico do “turismo doméstico deverá ocorrer em países de economia emergente, localizados na Ásia, na América Latina, no Oriente Médio e na África” (Beni, 2011, p. 66).

Com esse contexto, Beni (2011) traz a discussão dos novos nichos de mercado que para este autor deverão ainda expandir mais por causa da globalização em todos os setores da vida social e do crescimento demográfico e a partir dessa lógica exemplifica alguns destes, como:

- a) Turismo de saúde – tendo como priorização cursos sobre “matéria ambiental” com foco na “qualidade de vida e do meio ambiente, [...] bem como a aplicação de novas terapias baseadas na denominada medicina integrada ou medicina quântica”;
- b) Turismo da espiritualidade – tratando-se de “turismo religioso-esotérico e à recuperação de antigas práticas tribais, como xamanismo, percepção extrassensorial e expansão alterada da consciência” ;
- c) Aperfeiçoamento e consolidação do turismo para deficientes físicos – a partir do nascimento, por exemplo, de motor-homens adaptados para via rodoviária e “casas

---

<sup>14</sup> “garden tourism/visiting is considered a phenomenon in an international level” [...]“is a lesser known tourism niche because some problems” [...]“of historic gardens that bring together the Portuguese tradition and culture characteristics, a set of international tourist operators selling the garden tourism in Portugal and the big visibility of this product in Madeira Island” (Carvalho & Silva, 2012, p. 803).

rolantes para percorrer roteiros com maior conforto, praticando o turismo endógeno e participativo em visita às comunidades com grande apelo ambiental e cultural”;

- d) Ampliação do turismo desportivo e de aventura – apresentando como, por exemplo, as “maratonas urbanas e rurais, enduros, *motocross*, *bike cross*”, entre outros;
- e) Nascimento e consolidação de novas práticas de excursionismo de três horas – beneficiando produtos exóticos e de união a “pequenos grupos homogêneos e com afinidades específicas”;
- f) Expansão de nicho do turismo verde – pesca recreativa, canoagem e caíque, e ciclo de turistas que levam a práticas de “relacionamento social e desportivo saudável e inovador” (Beni, 2011, pp. 58-59).

O Brasil, segundo Beni (2011) já movimentam algumas consideráveis cifras com o ecoturismo. Dezenas de municípios no país desenvolvem “projetos sociais científicos e politicamente corretos, têm nessa modalidade de turismo sua principal fonte de renda, como já é o caso de Fernando de Noronha, Abrolhos, Bonito, Lençóis Maranhenses, Barreirinhas e cidades próximas aos parques nacionais” (Beni, 2011, p. 62).

E para melhor compreender abrangência desta questão, deve-se conceituar o Turismo Social com base na literatura sobre o assunto. E, nesse sentido, vale salientar Vasconcelos (2005, p. 170) que percebeu a mudança dos conceitos sobre turismo durante a história e, por isso, este autor mostra que no início do século IX surgiram:

[...] nos moldes mecanicistas de nossa ciência e, portanto, geralmente reduziam-no a uma de suas facetas como, por exemplo, a econômica, geralmente mais enfatizada. [...] Com o início da mudança de paradigma e a influência da visão de mundo holística, começaram a surgir novas abordagens, mais amplas, as quais começam a considerar suas várias interfaces. A partir daí diversos teóricos elaboraram modelos de sistemas turísticos, cada um com seu enfoque, considerando as inter-relações, os elementos e a dinâmica do turismo. Portanto, acreditamos que a melhor maneira de se compreender o fenômeno turístico (ou qualquer outro de nossa realidade) é buscando as suas relações com o todo.<sup>15</sup>

---

<sup>15</sup> [...] from the mechanistic molds of our sciences, and so generally reduced it to one of its facets, such as the economic, the one generally given most emphasis. [...] With the beginning of the change of paradigm and the influence of the vision of the holistic world, new, wider approaches began to emerge, which began to take into consideration its various interfaces. From there, various theories have elaborated models of tourism systems, each with its own focus, taking into consideration the interrelations, the elements and the dynamic of tourism. It is believed, therefore, that the best way to understand the tourism phenomenon (or any other phenomenon of our reality) is to seek its relations with the whole (Vasconcelos, 2005, p. 170).

E complementando Vasconcelos (2005), Falcão, Riquet, Barreiros, Zamot, Silva, & Santos (2006) afirmam que o turismo social parte da fundamentação de uma modalidade de turismo focado na “cidadania e inclusão social” e esta se torna um desafio aos gestores dessa atividade. E estes autores explicam que o turismo social se destaca como fenômeno de redistribuição da riqueza, pois o seu desenvolvimento é determinado a partir da “realidade econômica e social da população”. E nessa concepção mais tradicional do turismo social consoante eles “deu lugar a uma moderna concepção de turismo para todos. Noção que engloba democracia, equidade, inclusão, acessibilidade, solidariedade e um efeito positivo para as comunidades locais” (Falcão *et al.*, 2006, pp. 127, 131).

Nessa direção, Minnaert, Maitland e Miller (2013) vêm para examinar as definições de concepções sobre o “turismo social” que se utiliza hoje na Europa. Consoante estes autores alguns exemplos se revelam como fosse essa concepção implantada de diferentes maneiras para acatar conjunturas nacionais. Então, eles perguntam “como se podem definir os limites deste conceito versátil e complexo”.<sup>16</sup> Assim, estes autores propõe um modelo para existir um terreno comum, no entanto, também, reconhecem estas aparentes contradições. “O modelo consiste em quatro categorias principais: o modelo de participação, o modelo da inclusão, o modelo de adaptação e o modelo estimulação”.<sup>17</sup> Estes se norteiam no “desenvolvimento histórico do turismo social e nos fundamentos éticos para a provisão, e é apoiado por uma série de exemplos práticos europeus”.<sup>18</sup> E, por meio desta subcategorização conceitual se desdobra em outras formas de turismo com benefícios sociais ligados. Portanto, estes autores afirmam ainda que o contexto econômico contemporâneos tem questionado muito o papel do Estado de bem-estar social e as ideias do primeiro-ministro britânico David Cameron sobre as “Grandes Sociedades” são:

[...] justo um exemplo de como os governos podem procurar formas alternativas de prestação desses serviços, por envolver as comunidades locais, instituições de caridade e organizações de voluntariado. O objetivo dos pontos de vista e ações do próprio ao invés do governo local ou central comunidade - e para reduzir o orçamento da seguridade no processo. Nas 'Grandes Sociedade', o estado se move a partir da posição de um estado de bem-estar protecionista (pejorativamente designado por 'Estado de bem estar') para na habilitação e estado responsável, definida pela transparência, pagamento por resultados e suporte para as empresas sociais e cooperativas (Minnaert, Maitland, & Miller, 2013, p. 5).<sup>19</sup>

---

<sup>16</sup> “how one can define the boundaries of this versatile and complex concept” (Minnaert, Maitland, & Miller, 2013, p. 5).

<sup>17</sup> “The model consists of four main categories: the participation model, the inclusion model, the adaptation model and the stimulation model” (Minnaert, Maitland, & Miller, 2013, p. 5).

<sup>18</sup> “historical development of social tourism and the ethical foundations for provision, and it is supported by a range of examples of European practice” (Minnaert, Maitland, & Miller, 2013, p. 5).

<sup>19</sup> “justo one example of how governments may look for alternative ways to provide these services, by engaging

Exemplificando a Europa, Muñiz Aguilar (1999) com base em sua tese sobre a política de Turismo Social da Espanha defendeu que apesar do desenvolvimento e do impacto econômico que o turismo social traz a Espanha, vale a pena observar algumas críticas, como por exemplo, que a política e os programas centralizam nos idosos ignorando os demais grupos. E, por um lado, geralmente, “as intervenções têm empurrado para baixo os preços de bens e serviços turísticos oferecidos pelo hotel, um fato que tem um impacto na qualidade e no espírito de competitividade, como reivindicado da Administração de Turismo do Centro”.<sup>20</sup> E por outro, “os operadores turísticos para os idosos mal consegue manter a sua quota de mercado, sendo a sua situação especialmente crítica na baixa temporada”.<sup>21</sup> E por último, observou a priorização da política de turismo espanhola intervindo mais nas administrações territoriais e das instituições governamentais, tais como o Departamento de Turismo (Muñiz Aguilar, 1999, p. 314).

E ele aponta como vantagem o desenvolvimento de três principais sistemas: Inicia sugerindo que não seja somente os idosos a usufruir dele e sim permita o acesso ao turista lazer a vários grupos sociais; depois deveria oferecer maior flexibilidade na “escolha de bens e serviços para consumir turismo; e, finalmente, assumir a forma de sistemas de autofinanciamento não-independentes-dependente do voluntarismo orçamental ou política (Muñiz Aguilar, 1999, p. 316).<sup>22</sup>

Todavia, Feitosa (2010) traz a contribuição do turismo abordando a inclusão social nessa discussão. E esta autora percebeu “que o desenvolvimento da atividade turística com vistas à inclusão social, somente será possível a partir de uma ação conjunta entre poder público e privado”. Porque, não é apenas “à eliminação de barreiras arquitetônicas (calçadas, degraus, mesas inapropriadas, etc.), embora, representando o primeiro e mais importante entrave a ser vencido; visto que sem a supressão delas, não há se quer possibilidade de locomoção”. Porque, para ela, necessita também de se ter um compromisso

---

local communities, charities and volunteering organisations. The purpose of the views and actions of the community itself rather than from the local or central government – and to reduce the welfare budget in the process. In the ‘Big Society’, the state moves from the position of a protectionist welfare state (pejoratively referred to as ‘nanny state’) to an enabling and accountable state, defined by transparency, payment by results and support for social enterprise and cooperatives” (Minnaert, Maitland, & Miller, 2013, p. 5).

<sup>20</sup> “las intervenciones han presionado a la baja los precios de los bienes y servicios turísticos ofrecidos por la hotelería, hecho que ha repercutido sobre la calidad y sobre el espíritu de competitividad tan reclamado desde la Administración Central Turística” (Muñiz Aguilar, 1999, p. 314).

<sup>21</sup> “los operadores turísticos para la tercera edad apenas pueden mantener su cuota de mercado, siendo especialmente crítica su situación en temporada baja” (Muñiz Aguilar, 1999, p. 314).

<sup>22</sup> “elección sobre los bienes y servicios turísticos a consumir; y, por último, adoptan la forma de sistemas de autofinanciación -independientes- que no dependen del voluntarismo presupuestario o político” (Muñiz Aguilar, 1999, p. 316).

para extinguir as barreiras invisíveis, “identificada na fase de atendimento ao turista com deficiência”. De modo que a acessibilidade atitudinal passa por meio da habilitação profissional especializada para receber este turista diferenciado. Enfim, “atitudes que agregam valor ao serviço e trazem satisfação, uma vez que evita constrangimentos desnecessários” (Feitosa, 2010, p. 90).

E Coriolano (2005) fechando essa parte dos conceitos sobre o turismo social e ao mesmo tempo complementando Feitosa (2010) quando apresenta a discussão da exclusão e a inclusão social que se pode trabalhar por meio do turismo. E nesse sentido, a autora, afirma que:

A cada dia, grupos alternativos começam a se organizar para venda de novos produtos turísticos, de novos roteiros, dos mais variados do consumo turístico, ‘nichos’ deixados pelo capital global e, dessa forma, começam a participar desse mercado promissor. [...] O turismo chegou aos morros, favelas, aéreas indígenas, assentamentos dos ‘sem terra’ e às periferias. Os excluídos do turismo do topo, ou dos ‘resorts’ inventam o turismo social, o turismo dos trabalhadores, adaptados às condições econômicas dos pequenos rendimentos, tentam incluir-se na base do sistema (Coriolano, 2005, p. 302).

Com a compreensão do conceito de Turismo Social retornam-se as discussões sobre o ócio, trabalho e não trabalho. De tal modo que nesse sentido, agora, Aquino e Martins (2007) explicam que após a Revolução Industrial, apesar de que o ócio é tão antigo quanto o trabalho, mas só surgiu o “tempo livre” como é conhecido e representado como uma conquista da classe proletária diante da “exploração do capital, é que foi evidenciado, ocorrendo a nítida separação entre tempo-espço de trabalho (produção) e lazer (atividades contrárias ao trabalho) enquanto tempo para atividades que se voltam a reposição física e mental” (Aquino & Martins, 2007, p. 485).

Vale salientar também que esta modalidade de turismo tem relação com a história dos movimentos trabalhistas na Europa, quando em meados do século XIX, estes reivindicavam a regularização da jornada de trabalho. Inclusive Aquino e Martins (2007, p. 488) asseguram que na Antiga Grécia, trabalho e ócio consideravam “como conceitos antagônico e com valores muito distintos dos que se conhecem hoje”. Segundo eles se, atualmente, “a temporalidade é o recurso da cisão entre trabalho e ‘não-trabalho’, ali, segundo Aristóteles, o ócio era um estado, ou seja, era uma condição de liberdade relativa à necessidade de trabalhar”. É nessa direção que eles explicam o ócio na contemporaneidade que “tem sido fonte de polêmica”. Sabe-se de que a “redução da jornada de trabalho gerou o tempo livre, assim como a problemática com relação a sua utilização adequada” (Aquino & Martins,

2007, pp. 488,491).

Assim, ao conseguirem a definição deste direito, abriu-se com o tempo a possibilidade de terem um período anual de não-trabalho, o que a sociologia denomina de lazer, ou seja, um tempo destinado a atividades de férias, que envolvem passeios, viagens, estadias em colônias criadas para este fim, bem como a formação de associações com finalidades turísticas, como vemos descrito no trecho abaixo:

O costume de conceder férias aos funcionários e empregados do setor público já era corrente em muitos países europeus do século XIX, mas só no princípio do século XX começou a ser alargado a alguns empregados privados, embora em escala limitada. Este movimento levou, inicialmente, à adoção de legislação sobre férias aplicável a certas categorias de trabalhadores, tais como aprendizes, mulheres e empregados de armazéns, mas só em 1920 surgiram os primeiros textos legais dando direito aos trabalhadores em geral, sem distinção de categorias e profissões, de ter férias pagas. [...] Contudo, sob o impulso dos sindicatos, a OIT aprovou, em 1996, uma convenção que viria a servir de suporte aos movimentos sociais a favor das férias pagas e do turismo social (Cunha & Abrantes, 2013, p. 380).

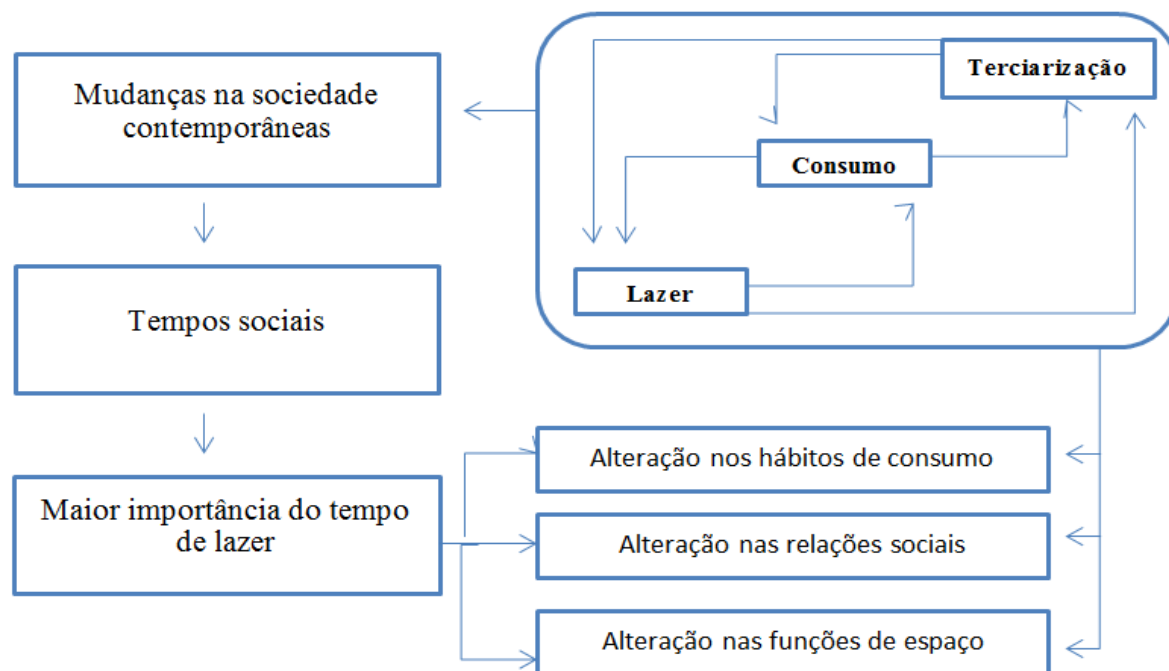
Compactua-se com essa linha de pensamento de Cunha e Abrantes (2013) os autores Aquino e Martins (2007), Santos e Gama (2008), sobretudo, quando estes afirmam que o significado e o sentido do tempo de lazer ocorrem a partir das mudanças na estrutura dos tempos sociais das sociedades industrializadas. Eles explicam que o “tempo de trabalho, durante muito tempo nuclear na esfera dos tempos sociais, aparece agora e cada vez mais, confrontado com novos tempos sociais, com destaque para o de consumo, que lhe parece tomar o lugar de elemento integrador” (Santos & Gama, 2008, p. 120). De modo que, a esfera do consumo vem sobrepor e confundir os outros espaços-tempos por causa da associação da hegemonia do consumo da vida quotidiana nesse tipo de sociedade com o espaço-tempo de lazer (Santos & Gama, 2008).

De fato, para estes autores resulta na avaliação do tempo fora do trabalho que emerge do tempo de consumo. E dessa ação surgem às ambiguidades que se revelam na impossibilidade de definir, de modo límpido, a vida prática com dupla situação, ou seja, de trabalho e de lazer ao mesmo tempo. E as estratégias utilizadas pelo meio de produção que ao mesmo tempo incorpora e induz nas sociedades tipo moderna um processo de relação social e de combinação de grupo para grupo, convertendo esta combinação em grupos e em categorias de análise tanto social quanto territorial, pois passam a fazer parte dessa oferta do produto para o consumo (Santos & Gama, 2008).

E na percepção de território vem a dos espaços de lazer pela população que consoante: Santos e Gama (2008) coincidem na sociedade moderna com os territórios de consumo e de



cultura. Assim, originou-se um acréscimo no valor do tempo de lazer (**Figura II.2.3.6**), e com ele desencadeou mudanças de hábitos de consumo, nas relações sociais e nas funções do espaço.



**Figura II.2.3.6:** Os tempos sociais nas sociedades modernas  
 Fonte: Adaptada pela autora com base na organização dos autores Santos e Gama (2008, p. 128).

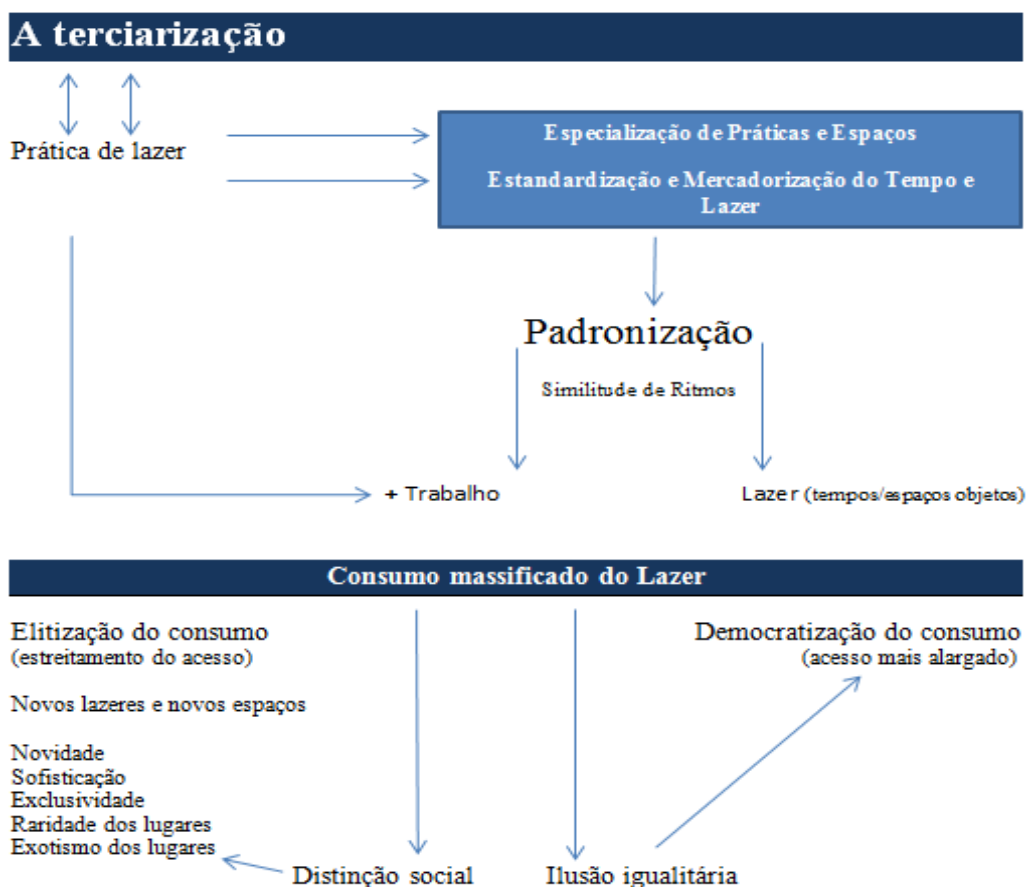
Logo, após a **Figura II.2.3.6** abordando os tempos sociais estes autores constroem outra para explicar nesse contexto a terciarização moderna nas práticas de lazer que se trata da **Figura II.2.3.7**. Esta é feita para discutir a crescente especialização de práticas e espaços, em simultâneo com a estandardização e a mercadorização do tempo de lazer. E como decorrência disso, nota-se uma “similitude entre os ritmos do tempo de trabalho e os do tempo de lazer, também tornado a mercadoria, e que se estende aos espaços e aos objetos do lazer” (Santos & Gama, 2008, p. 128).

Entretanto, Aquino e Martins (2007, p. 482) alertam para que “neste tempo que poderia ser um tempo voltado para o ócio mais verdadeiro, o consumismo termina por deteriorá-lo, mercantilizá-lo, coisificando-o e empobrecendo-o de significados”. Eles afirmam que na literatura encontra-se a importância para se educar “os sujeitos não só para perceber os meandros do trabalho, mas também para os mais diversos e possíveis ócios, significa ensinar como se evita a alienação que pode ser provocada pelo tempo vago, tão perigoso quanto a alienação derivada do trabalho” (De Masi, 2000, p. 326 como citado em Aquino & Martins,

2007, pp. 482-483).

Todavia retornando aos autores Santos e Gama (2008) também é fato que este processo levou a desvendar originais lazeres e lugares de que na prática destacar-se para a distinção social destes como mercadoria. E, ainda, o consumo massificado de tal terciarização se dar por meio da sua novidade, a sua sofisticação e a sua exclusividade que se concretizam na raridade e no exotismo. E quando se estuda as atividades de lazer e do tempo livre imbrica-se numa sociedade de consumo de massa (Santos & Gama, 2008; Silva, 2013). E, nessa lógica Santos e Gama (2008, p. 129) esclarecem que o “consumo e o aumento do tempo livre, necessário para consumir, característicos das sociedades contemporâneas, ao acentuarem os processos de diferenciação social no acesso aos lazeres, parecem contrariar, aliás, a ilusão igualitária através do lazer” e a democratização dele **(Figura II.2.3.7)**.

Nessa conjuntura, pode-se até mesmo distinguir “o tempo livre como uma das particularidades primordiais da sociedade de consumo, onde as atividades associadas ao lazer acabam por constituir uma parcela não despicienda do próprio setor terciário, concorrente para sua multiplicidade e dimensão” (Silva, 2013, p. 15). E tanto Silva (2013) quanto Santos e Gama (2008), entre outros autores percebem e alertam para essa sociedade que acaba por exigir dos participantes dela uma resposta adequada e equilibrada entre consumo não hipotecado aos interesses comerciais e a defesa e valorização do próprio indivíduo inserido nessa lógica comercial **(Figura II.2.3.7)**.



**Figura II.2.3.7:** Consumo massificado do lazer. Entre democratização e elitização  
 Fonte: Adaptada pela autora com base na organização dos autores Santos e Gama (2008, p. 129).

Ilustra-se também Cunha e Abrantes (2013) e Franco (1993) que trazem e elucidam o ócio com o conceito multifacetado em que este varia conforme os sujeitos e o contexto social em que estão inseridos. A autora chama de tempo-ócio livre e analisa as atividades de lazer; de lazer e desenvolvimento pessoal e, por fim, a autora propõe o lazer como a atitude de vida. Assim, é a partir da pesquisa e da perspectiva que leva a discussão por meio das universidades, entre professores e educadores.

De modo que a autora tem como elemento prioritário em sua pesquisa a ligação entre às atividades de lazer e tempo gasto com elas, como também, à realidade socioeconômica de alguns dos grupos investigados. E, nesse sentido, Franco (1993, p. 87) afirmou ainda que é “[...] difícil levar a investigação para os aspectos mais subjetivos e pessoais. Talvez um paradigma mais qualitativo se presta a isso e deveria ser tentado. A educação formal e não-formal tem um espaço aberto para a área do lazer, e ainda há muito a ser feito”.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> “[...] difícil acercar la investigación a los aspectos más subjetivos y personales. Quizás un paradigma más

Entretanto, nessa discussão é interessante somar de novo com os pensamentos de Aquino e Martins (2007) que alertam para os conceitos e compreensão de tempo livre e do ócio. Estes autores consideram que alguns estudiosos fazem menção deles como que os dois fossem o mesmo fenômeno social e, por conseguinte, conceitos e naturezas iguais. No entanto, afirmam que isso é um equívoco e explicam que:

O tempo livre, especificamente, é um conceito que remete a muitos equívocos, pois, ao referir-se ao qualificativo 'livre', pressupõe diretamente uma alusão a um tempo de 'não-liberdade' ao qual se opõe. Tempo livre de quê? Poderíamos perguntar. Em realidade, a denominação de tempo livre, apesar de ser considerada desde os antigos gregos, adquire relevo a partir de sua oposição à concepção moderna de trabalho. Essa noção de um tempo livre do trabalho conduz a uma concepção negativa deste último, ou seja, faz sobressair o caráter impositivo da atividade laboral. Há que reconhecer que o tempo livre, no contexto atual, é uma referência temporal e implica uma divisão da 'unidade' do tempo que se opõe ao tempo de trabalho (Aquino & Martins, 2007, pp. 489-490).

Eles explicam que para muitos autores o tempo livre é adotado como uma atividade, contudo, acreditam ainda sim ele diferencia do ócio. E ilustram que historicamente é o ócio que se opunha ao trabalho como critério de atividade. Esclarecem que a complexidade que o faz confundir o tempo livre como ação por sua referência temporal que adquire e pelo qualificativo "livre" (Aquino & Martins, 2007).

E ao pensar a noção de tempo como categoria relativa e subjetiva surge o desafio de pensar esta categoria como tempo livre, ócio e fazer, sobretudo, quando estas na contemporaneidade nomeiam na solidez de um "conceito determinista de tempo, sua segurança conceitual". Então, a subjetividade adquire, com isso, um enorme papel "nesse desafio proposto de (re) significar e dar sentido a conceitos como o de ócio, lazer e tempo livre". Como também, pensar nas "possibilidades práticas de ócio: cultural, esportiva, recreativa, turística, a partir de sua concepção e valorização através do tempo" (Aquino & Martins, 2007, pp. 491-493).

Leva-se a inúmeras possibilidades de compreensão do ócio por meio da evolução dos tempos. Entretanto, afirmam que o ócio como experiência humana tem de está conexo a valores e profundos significados. Com isso, acreditam que só o ócio tem sentido nessa conjuntura como uma experiência positiva, como fonte de desenvolvimento e como precaução à ociosidade negativa e explicam que:

---

qualitativo se preste a ello y habrá que intentarlo. La educación formal y la no reglada tienen una brecha abierta en el campo del ocio, y queda mucho por hacer" (Franco, 1993, p. 87).

A função simbólica sinaliza que o ócio oferece a percepção de identidade, pertencimento a uma categoria social, além de uma afirmação pessoal com relação aos demais, através da escolha de atividades de diversão. A função terapêutica considera que o ócio oferece a possibilidade de contribuir para a manutenção da saúde física e mental. [...] Dentro do grupo das funções econômicas, ressalta a crescente observação de gastos pessoais, familiares com atividades de ócio, bem como a incidência do ócio na economia e vice-versa (Aquino & Martins, 2007, p. 495).

E nessa perspectiva de identidade é interessante trazer a discussão do tempo livre sobre o aspecto de gênero que Moreira (2008) aborda. Ela analisa a diferença de intergênero<sup>24</sup> e intragênero<sup>25</sup> na forma como ocupar o tempo dentro e fora de casa. Segundo essa autora, os homens em média veem mais televisão do que as mulheres e estas leem um número maior de livros por ano do que eles. E muito do tempo livre das mulheres também são preenchidos com o trabalho informal, portanto, parte dele não constitui um tempo fora do trabalho. Com isso, Moreira (2008) discute o tempo livre e o seu valor nas relações entre gêneros, feminino e masculino e alega que é outro:

[...] tempo, que cresce de importância e que permite aos gêneros estreitar relações e marcar posições. É que apesar de haver uma convergência nas formas de recreação das mulheres e dos homens, persistem os lazeres tendencialmente femininos e masculinos. Nesse sentido, o tempo livre e o lazer são extremamente importantes para (re) construir as identidades de gênero, o mesmo é dizer a masculinidade e a feminilidade. No domínio dos serviços de lazer, há prestações que exploram as necessidades diferenciais dos gêneros e direcionam os conteúdos e os tempos para as especificidades de cada gênero, pense-se, por exemplo, nos ginásios, que apresentam ofertas diferenciadas em função dos gêneros. Também neste domínio se evidencia a necessidade, no âmbito das relações dos gêneros, de marcar a diferença (Moreira, 2008, p. 204).

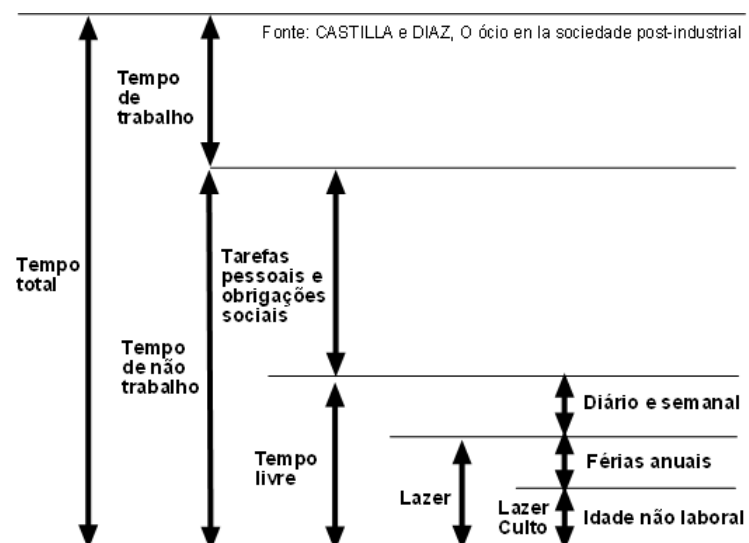
Portanto e de volta a história, vale ressaltar e se lembrar de que nas sociedades primitivas, conforme os autores acima citados, no início, esse tempo livre para gozo de férias foi algo inovador no mundo do trabalho, principalmente porque como explica Silva (2013, p.8) nessa época “não existiam parâmetros em relação aos períodos dedicados ao descanso”. As reivindicações por um menor número de horas trabalhadas foram fortalecidas pela evolução tecnológica. “O tempo real passou a ser dividido em tempo de trabalho e de não-trabalho, sendo que o conteúdo deste último era de simples repouso para possibilitar a acumulação de forças, tendo em vista as tarefas do dia seguinte” (Silva, 2013, p. 9).

---

<sup>24</sup> Intergênero – os homens apresentam mais tempo de lazer do que as mulheres (Moreira, 2008, p. 204).

<sup>25</sup> Intragênero – categoria de análise que levam a uma variação das práticas de lazer: o estado civil, o ter ou não ter filhos, o nível de instrução, a ocupação socioprofissional, entre outras, e que não devem ser negligenciadas (Moreira, 2008, p. 204).

Afirmam que os trabalhadores conseguiram inicialmente seis dias úteis de férias por ano, direito conquistado em 40 países. Apesar disso, esta conquista foi considerada muito importante para a criação de uma mentalidade social favorável ao direito de férias do trabalhador e já abrindo caminho em forma embrionária para a atividade turística, como se conhece hoje, com destaque para a França, que foi o país pioneiro a conceder esse direito aos seus trabalhadores, obedecendo à já citada convenção da Organização Internacional de Turismo (OIT), de 1936. Talvez, por isso que de forma geral Silva (2013) resume afirmando que era avaliado em função do trabalho o tempo livre no período do século XIX até à primeira Guerra Mundial. E, este era determinado e desenhado conforme as ocupações profissionais. De modo que essa mudança das atividades de lazer somente foi observada no andamento pós- Primeira Guerra Mundial.



Como se pode ver, no caso focado, a regulação do uso do tempo livre dos trabalhadores pelo Estado revela a necessidade de controle das autoridades governamentais sobre a categoria dos trabalhadores. Com o passar das décadas, em especial, depois da Segunda Guerra Mundial, também, expande-se esse campo de direitos dos trabalhadores, a partir de diversas modalidades de organização, como associações, sindicatos, cooperativas. Os autores citados assinalam alguns marcos importantes dessa expansão, como a Declaração Universal dos Direitos do homem (1948), a criação da Federação Internacional dos Organismos do Turismo Social e a Federação Internacional das Organizações de Viagem para a Juventude (FIYTO), em 1950, a Federação Internacional do Turismo Social (1956), o Bureau Internacional do Turismo social (BITS), em 1963. Ao lado desses, eles

destacam “a aprovação em 1972 da Carta de Viena, que é considerado como o documento fundamental para a defesa dos princípios do Turismo Social” (Cunha & Abrantes, 2013, p. 381).

A aprovação da referida Carta propiciou a ampliação do conceito de turismo como atividade importante, do ponto de vista social na vida dos trabalhadores na Europa e, também, abrindo espaço para que o mesmo ocorresse em outros países fora da Europa. Entende-se assim que o Turismo em seus desdobramentos históricos, entre os séculos XIX e XX, nasce com um componente social muito evidente, pois parte de reivindicações trabalhistas, organiza-se em várias entidades, sob a tutela ora do Estado, ora de iniciativas privadas, antes mesmo de se tornar uma atividade econômica de caráter empresarial de grande dimensão. Trata-se, portanto, de um desenvolvimento da atividade turística que perfaz um caminho fortemente articulado com questões políticas dos trabalhadores, dos governos e do empresariado em sua função patronal.

Isso mostra que compreender o conceito de turismo social exigiu uma busca histórica de pesquisa a estudiosos no assunto, ou seja, um recuo ao passado, para que fiquem evidenciados os percursos econômicos, políticos e sociais desta atividade, que se hoje é amplamente conhecida, nasceu num dado momento histórico e condicionado por certas conjunturas e pressões sociais que estão presentes nas relações entre trabalhadores, patrões e Estado na história do capitalismo.

A mesma tendência se espalhou para o Brasil, como pode-se ver na experiência do SESC, Serviço Social do Comércio, criado em 1946, na atmosfera favorável à difusão dos direitos humanos, que abriu uma nova fase para a assistência ao trabalhador e ao Turismo Social. Quando se examina a documentação histórica e as suas atuais ações do SESC, encontra-se elementos comuns às definições acima expostas, quanto ao aparecimento do turismo social na Europa. Nesse aspecto e exemplificando a prática, encontra-se nas Diretrizes para o Quinquênio 2011-2015 do Departamento Nacional (SESC DN, 2010b) previsão e orientação para que em suas ações haja intensificações do Turismo Social e com estas permitam uma:

[...] maior interação de povos, notadamente no que diz respeito ao conhecimento e entendimento de novas culturas. [Que,] [...] a clientela preferencial da atividade Turismo Social deve ser constituída pelo segmento de menor renda de nossa clientela legal, portanto, aqueles que pela impossibilidade financeira de recorrerem ao mercado devem ser o objeto da atenção. [Como também,] [...] primar pelo equilíbrio da relação homem/meio ambiente, respeitando os aspectos culturais e sociais inerentes ao turismo, visto sob uma ótica educativa. [...] [De modo] contribuir para a redução dos males que degradam o meio ambiente. [...] [E, ainda, é] de igual importância que as construções e a infraestrutura do SESC

sigam os parâmetros ecológicos (SESC DN, 2010b, pp. 19-20).

Os autores que tratam do fenômeno do turismo de natureza social salientam ser este um aliado à proteção do patrimônio natural e cultural, para produzir benefícios econômicos para as regiões visitadas, que são estendidos a todas as pessoas nativas, quando se faz Turismo de Base Comunitária. Este tem sido alvo de diversas experiências e estudos realizados por todo o mundo, como alternativa posta ao tipo de empreendimento que tem caracterizado o turismo global.

Bursztyn (2005), por exemplo, é um autor que para ele o turismo de base comunitária está fundamentado na justiça e na equidade social e vem considerando, além da sustentabilidade econômica, as dimensões social, cultural e ambiental, o que tem resultado em reais benefícios para as comunidades receptoras.

Nesse sentido, entende-se que com o incremento do turismo surgiu a questão sobre quem são os verdadeiros beneficiados? Notadamente, o setor do turismo tem sido qualificado como de grande valor “na geração de oportunidades de trabalho na escala local e regional, além de contribuir na preservação dos patrimônios natural e cultural”. Logo, é importante que se reconheça as “iniciativas de base comunitária [e para que] sejam estimuladas uma vez que ainda representam uma parcela muito pequena dos projetos de desenvolvimento turístico”. Todavia, mesmo com “os impactos positivos do turismo não acontecem de forma espontânea. As políticas públicas precisam ser orientadas para esse fim, sob o risco do setor se auto-regular, visando, apenas, as melhores oportunidades de mercado.” (Bursztyn, 2005, pp. 65, 84).

Alimentando essa mais discussão, torna-se interessante se lembra de que “antes do Plano Nacional do Turismo, nunca, principalmente, no Brasil, houve tantos recursos investidos na melhoria da atividade. Nesse sentido, nos últimos anos, o interesse pelo turismo vem ganhando força com o apoio direto e indireto do governo federal e a formação e a capacitação se fazem necessárias” (Mielke, 2009, p. 35).

Percebe-se que no Brasil foi muito importância o posicionamento político. Apesar de que já vem se mostrando limitado o seu modelo de implantação ao desenvolvimento turístico. E o mais sério é com o apoio governamental que se há ainda uma grande quantidade de conflitos socioambientais, causados pelo controle dos complexos turísticos. Principalmente, por isso que se observa a necessidade de se refletir sobre a construção de “um modelo de desenvolvimento turístico mais justo, focado no desenvolvimento social das comunidades receptoras”. Bursztyn (2005, p. 92) assegura que enquanto “os aspectos



econômicos, de caráter imediatistas, forem mais importantes [do] que o próprio bem-estar das comunidades, dificilmente essa equação terá um resultado diferente”. Nesse sentido, o autor reforça que:

A saturação desse modelo abre uma lacuna importante quando pensamos o planejamento público do turismo. Experiências desenvolvidas no Brasil e no mundo apontam caminhos mais sustentáveis para o setor. [...] [Assim,] tendo como princípio norteador o turismo de base comunitária apresentam resultados mais satisfatórios, no que se refere às questões sociais, culturais e ambientais. Dessa forma, pensar em um programa nacional de fomento a essa modalidade de turismo pode ser uma alternativa interessante para o desenvolvimento do setor no Brasil (Bursztyn, 2005, pp. 92-93).

Afinal, o “turismo de base comunitária busca se contrapor ao turismo massificado, requerendo menor densidade de infra-estrutura e serviços e buscando valorizar uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura de cada lugar” (Bursztyn, 2005, p. 102). Nesse sentido, Bursztyn (2005) argumenta que não só se trata de percorrer rotas exóticas, aliás, vai bem, além disto. Em outras palavras é um “modo de visita e hospitalidade, diferenciado em relação ao turismo massificado, ainda que porventura se dirija a um mesmo destino” (Bursztyn, 2005, p. 102).

Sampaio, Henríquez e Mansur (2011) compactuam com Bursztyn (2005), para estes autores o turismo comunitária está vinculado à sustentabilidade local. Eles explicam que o turismo comunitário e sustentável expõe como tática de sobrevivência, solidariedade e entendimento “social de conservação de modos de vida e preservação da biodiversidade, organizado associativamente em territórios, como arranjos socioproductivo e político de base comunitária, que se valem do consumo solidário de bens e serviços”. Assim, o Turismo comunitário, solidário e sustentável prioriza os modos de vida tradicionais o arranjo socioproductivo, como também, os modos de produção artesanais. De modo que diante das expectativas estabelecidas pela “mídia vem chamando de aquecimento global, não há como deixar de aprender com modos de vida mais sustentáveis [...] onde o turismo comunitário, solidário e sustentável atua” (Sampaio, Henríquez, & Mansur, 2011, p. 27-29).

E perante esta discussão da sustentabilidade abordada por Sampaio, Henríquez e Mansur (2011), Irving, Bursztyn, Sancho & Melo (2005) já falava que a “perspectiva global, se consolida como um dos temas centrais, na atualidade, no debate do turismo como fenômeno complexo”. Consoante Irving *et al.* (2005, p. 2) o turismo no mundo era visto como uma atividade econômica que mais crescia e estava gradativamente os modernos planejamento, como também, os resultados “de seu potencial gerador de emprego e renda,

aporte de benefícios econômicos, sociais e ambientais e, mecanismo para inclusão e transformação social, num sentido mais amplo, em termos da reflexão ética que implica”.

E, nesse cenário, permeado por polêmicas e resultados paradoxais, a ponderação sobre o desenvolvimento da atividade turística que para Irving *et al.* (2005) era fundamental como delineamento estratégias futuras ser adotado a promoção do seu potencial positivo para minimizar os efeitos dos seus impactos negativos. Desse modo, afirmavam que a promoção e prática de turismo de base sustentável requer:

[...] um novo olhar sobre os problemas sociais, a diversidade cultural, e a dinâmica ambiental dos destinos, diante de uma economia globalizada e sujeita a nuances de imprevisibilidade, ditadas por um mercado que transcende as peculiaridades locais e/ou as especificidades de um destino turístico. Assim, a sustentabilidade no turismo depende de uma concepção estratégica e duradoura de desenvolvimento, apoiada numa interpretação interdisciplinar e integral da dinâmica regional, resultado de uma sinergia mutante, apoiada na noção de "espaço" material e imaterial, lugar concreto e abstrato, cenário de interações, conflitos e transformações, ponto de contato simbólico entre local e global (Irving *et al.*, 2005, p. 2).

Consoante ainda a Irving *et al.* (2005, p. 4), a “distribuição dos benefícios representa uma questão central na ética da sustentabilidade do turismo”. Nessa direção, cria-se perspectiva de novos postos de trabalho para beneficiar a população autóctone, assim, o turismo pode conceber a base de economias locais, como também pode dar as boas condições para que os pequenos e médios empreendimentos tenham condições de se desenvolver. Entretanto, alguns projetos turísticos com base nas premissas do desenvolvimento sustentável procuram debater e:

[...] internalizar a temática da qualidade no processo de planejamento, incorporando o saber compartilhado, a participação do ator social local, (pequeno produtor, artesão, empresários e outros), de modo a beneficiar os que geralmente são excluídos do processo. Essa tendência é reforçada no esforço contemporâneo para a definição de bases para a certificação do turismo, movimento mundial que busca agregar valor aos produtos turísticos social e ambientalmente responsáveis, numa perspectiva de parceria e co-responsabilidade. Nesse contexto, o destino turístico passa a agregar um diferencial de qualidade e, o turista, passa a ocupar o lugar de "agente de transformação" na escolha de um destino (Irving *et al.*, 2005, p. 5).

Mielke (2009) compreende que todo o processo de organização comunitária passa pelo empoderamento comunitário. Assim como, “a equipe executora dos projetos deve ter habilidade e competência para saber lidar com as questões diretamente relacionadas com o poder, como as disputas e conflitos que muitas vezes são oriundos de processos anteriores e atuais” (Mielke, 2009, p. 27). Geralmente, esses ajustes são realizados a partir da própria

comunidade que encontra os seus meios de desequilíbrio que por acaso possam surgir (Mielke, 2009). Nesse sentido, ele considera o:

que vale é essa construção de um grupo forte e que confia em si mesmo. [...] Nas comunidades, são tantas as dificuldades, as faltas e necessidades que o sentimento de que tudo é difícil faz com que, muitas vezes, haja mais sobreviventes do que residentes. [...] Em todo grupo social, os entendimentos e os desentendimentos acontecem e têm de acontecer. [...] Aliás, quanto mais o grupo se reúne, mais ele se solidifica. [...] O campo de trabalho [...] é necessário que as oportunidades [...] estejam desenhadas de acordo com planejamento sustentável. De nada vale existirem pessoas capacitadas e uma metodologia consolidada, se os recursos disponíveis não preveem as reais demandas regionais (Mielke, 2009, pp. 165-166).

E, retornando ao Bursztyn (2005), esse tipo de turismo está presente na maioria dos países que compõem a América Latina que, embora apresentem conceitos diferenciados, em decorrência da diversidade local e cultural experimentada, mantêm algumas premissas comuns em suas iniciativas.

Nota-se que no Brasil o assim chamado “Turismo de Base Comunitária” é definido pelo Ministério do Turismo como um modelo que se baseia em três pilares: a solidariedade, a cultura e o protagonismo local:

O turismo de base comunitária é compreendido como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizada pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (Brasil, 2004).

A literatura consultada indica que as iniciativas desse tipo de turismo apontam para algumas premissas básicas, quais sejam: o protagonismo comunitário, o intercâmbio cultural mediado pela valorização da cultura local, a prática do uso do patrimônio natural e a ideia de sua conservação. Desse modo, afirmam os especialistas já citados, que o Turismo de Base Comunitária exige, para se efetivar como um modelo diferente do turismo global, que essas premissas estejam presentes em tais projetos.

Acredita-se que, o turismo de base comunitária pode ser uma importante alternativa de inclusão social das populações ditas tradicionais do entorno ou do interior de áreas protegidas, visto que é protagonizado pelos autóctones, a partir da conservação dos recursos naturais e da valorização e reconhecimento do saber tradicional. Daí a ênfase dada aos atores e às lideranças locais observada na literatura especializada para o desenvolvimento deste tipo de turismo.

Sabe-se, no Ceará, da existência de um grupo de investigadores que trata de revelar a dinâmica inscrita nos arranjos produtivos locais do turismo comunitário, destacando a

participação de atores e cenários em mudança. No livro organizado por Coriolano, Matos, Vasconcelos, Almeida, Rocha, Gonçalves, Lima, Quintiliano, Sampaio, Mendes, Nascimento, Gonçalves, Souza Neto, Barbosa, Souza, Sales, Parente, & Rodrigues (2009), encontram-se indicações valiosas, tanto sobre o turismo como atividade industrial, quanto sobre essa dinâmica comunitária mais recente do turismo, com a vantagem de incidir sobre experiências locais. Então, nesse sentido do processo de desenvolvimento concentrado nos litorais e áreas restritas ao turismo:

[...] na região, só pode ser entendido como coadjuvante do desenvolvimento econômico e não setor-chave. Sua importância, contudo, não pode ser reduzida, pois apesar de não poder produzir um desenvolvimento estrutural, reside no fato de ensejar empregos diretos e indiretos, embora em boa parte temporários, ainda assim oferece oportunidades aos lugares periféricos, e políticas alternativas. Na atividade industrial, é mais difícil a penetração dos médios e pequenos serviços; ou seja, possibilita concorrer empresas de pequeno e médio portes e dos mais variados tipos de serviços, que surgem da criatividade dos habitantes locais, a exemplo da venda de variedades de suvenires (Coriolano *et al.*, 2009, pp. 103-104).

Sendo assim, considera-se importante neste estudo verificar como o Turismo de Base Comunitária tem sido implantado e gerido pelos nativos do município de Caucaia-CE, mais precisamente, das praias de Iparana e Pacheco.

Irving *et al.* (2005, p. 112) referindo-se a essa modalidade de turismo, afirmam que é necessário “ultrapassar a simples noção do ‘comunitário’, como significado de comunidades carentes de baixa renda, para avançar no sentido de se pensar, no futuro, alternativas para a avaliação das iniciativas em curso”. Pactuando com esse sentido, atualmente, o Ministério do Turismo do Brasil, citado por Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009, p. 31), explicita que:

Entende-se por turismo de base comunitária toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos.

Essa modalidade de turismo é uma esfera de atuação social que organiza uma diversa cadeia produtiva, onde serviços e produtos que abrangem diversas classes sociais são ofertados e consumidos. Ele se alicerça na preocupação com a proteção do patrimônio natural e a valorização cultural, inserindo, também, a necessidade de mudança social, ou seja, de que haja distribuição dos benefícios econômicos e sociais gerados pelo turismo, protagonizado pela comunidade.

Irving (2009, p. 112) complementa a reflexão sobre esse modelo, ao afirmar que é necessário “ultrapassar a simples noção do ‘comunitário’ como significado de comunidades carentes de baixa renda para avançar no sentido de se pensar, no futuro, alternativas para a avaliação das iniciativas em curso.”

Dessa forma, o Turismo de Base Comunitária pode ser uma importante alternativa de inclusão social das populações tradicionais no entorno/interior de áreas protegidas, visto que é protagonizado pelos autóctones, a partir da conservação dos recursos naturais, e da valorização e reconhecimento do saber tradicional. Sendo assim, é importante verificar como o Turismo de Base Comunitária tem sido desenvolvido pelo SESC, nas comunidades encravadas nas praias do Pacheco e Iparana, pertencentes ao município de Caucaia-CE, que será mais bem abordado por isso mesmo no capítulo a seguir em que será tratado numa perspectiva histórica da Europa ao Ceará/Brasil.



## **CAPÍTULO III – O TURISMO EM PERSPECTIVA HISTÓRICA E TERRITORIAL – DA EUROPA AO CEARÁ/BRASIL**

### **III.3.1 INTRODUÇÃO**

Neste capítulo, apresenta-se uma abordagem do Turismo, com vistas à definição de conceitos básicos e do percurso mais geral dessa atividade social, até chegar à formação da Organização Internacional de Turismo Social (OITS). Dela, destaca-se os seus objetivos, finalidades e ações, para oferecer a seguir uma abordagem histórica do Turismo Social e Comunitário no Brasil e no Ceará, onde foram listados os possíveis benefícios e melhorias vivenciadas por comunidades alcançadas por essa forma de turismo. Tem-se como alvo entender o sentido da ação educativa desenvolvida pelos SESC-CE junto a comunidades que vivem nas praias do Pacheco e Iparana, com vistas ao desenvolvimento associado dessas duas modalidades de turismo: o de natureza social e o de base comunitária.

### **III.3.2 O TURISMO NO MUNDO**

Nasceu com a própria humanidade a vontade de viajar e de conhecer o mundo, de explorar lugares nunca vistos, o que se pode comprovar nas leituras do Antigo Testamento e nas narrativas das Grandes Navegações. Alguns autores, como Cunha (2013) e Jesus (2012) acreditam que historicamente quando se fala de turismo é importante que se perceba que foi sempre constante na humanidade o desejo de se conhecer outros povos e de estabelecer relações com outras civilizações.

Já era um prenúncio da atividade turística entre os gregos a mobilidade social visualizada entre os gregos, pois estes viajavam para assistir festas de caráter religioso. A celebração simultânea de “competições atléticas, tanto em Atenas, como em Delfos, Corinto e Olímpia (cidade de origem das Olimpíadas)” eram causas de grandes deslocamentos humanos e viagens descritos por Heródoto, que é respeitado como o “Pai dos Escritores de Turismo” (Silva, Í. N. C., 2007).

Assim, Cunha (2013, p. 21) complementando Silva, Í. N. C. (2007) alega que ou mesmo por ensejos “religiosas, comerciais, políticas, de expansão territorial ou por simples curiosidade, a história do homem está profundamente ligada às deslocamentos e às viagens”. Pode-se identificar consoante as suas características de evolução “três épocas históricas do turismo: a idade clássica, a idade moderna e a idade contemporânea” (Cunha, 2013, p. 21).

A idade clássica ou primitiva foi o período marcado pelas “primeiras civilizações até meados do século XVII, princípios do século XVIII” (Cunha, 2013, p. 22). Inclusive consoante Jesus (2012) esta “civilização antiga deixou assim a herança para o Turismo e em particular para o Turismo de Eventos, o espírito de hospitalidade, a infraestrutura de acesso e os primeiros espaços de eventos, etc.” (Jesus, 2012, p. 20).

Na idade moderna, as formas e os motivos das viagens conservaram as mesmas particularidades e os mesmos traços também durante todo o longo período histórico que abrange tanto a Antiguidade quanto a Idade Média, de modo que, não se distingui claramente essas duas épocas. “A partir, porém, de meados do século XVI produzem-se grandes mudanças, tanto do ponto de vista tecnológico, como dos pontos de vista econômico, social e cultural, que introduzem alterações significativas nas viagens”. Na metade do século XVII, os diplomatas, estudantes e os membros das famílias ricas inglesas viajando pela Europa passaram a ser com isso moda no mundo visitar como, por exemplo, “Paris, Florença, Roma ou Veneza”. Aliás, no início do século XVIII, passam a ser vistos como complemento da educação dos jovens ingleses. E este “vasto movimento dos ingleses para o continente europeu influenciou extraordinariamente o desenvolvimento dos transportes, da hotelaria e da restauração.” (Cunha, 2013, p. 27).

E nesse contexto da idade moderna, as viagens que ocorrem no século XIX passam a deparar com sua apropriada identidade, ou seja, “um meio de as pessoas se interessarem pelas particularidades de cada povo, pelas tradições, pelo exotismo e por outros modos de vida e novas culturas” (Cunha, 2013, p. 27). Ainda, nesse período, começam a nascerem às organizações nacionais e internacionais de turismo das quais sobressai primeira organização internacional de turismo que é “a Federação Franco-Hispano-Portuguesa de Sindicatos de Iniciativa e Propaganda [...] e que está na origem da atual OMT depois de se ter transformado na União Internacional dos Organismos Oficiais de Turismo (UIOOT)” (Cunha, 2013, p. 30).

Na idade contemporânea surge a partir do início do século XX, em particular após a Segunda Guerra Mundial, o turismo passasse a ser respeitado como uma relevante atividade econômica. E de modo inclusivo, Beni (2011, p. 19) compactua com Cunha (2013) quando afirma que no final dessa Guerra ocorreu também um processo de internacionalização do capital em conjunto com a retomada e expansão do capitalismo no mundo que levou “civilizações, ideologias, filosofias de vida, hábitos e costumes a uma situação antes insuspeitada de questionamento de sua validade em função da razão de ser de homens e de

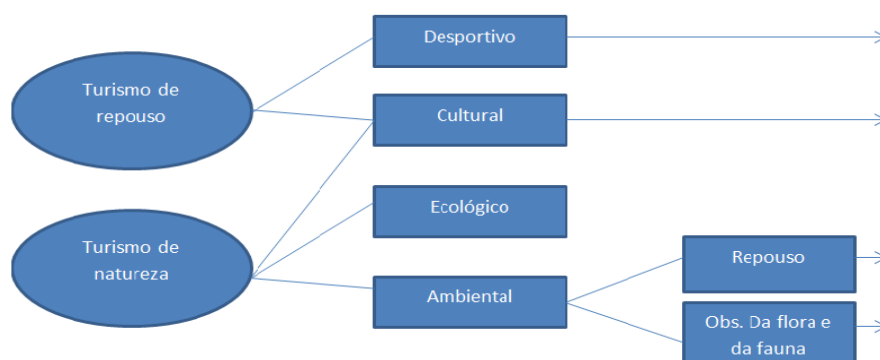


mulheres”.

E essa conjuntura, abordada por estes autores, contribuiu para o desenvolvimento dos transportes, o reconhecimento do direito às férias pagas, a criação de organizações nacionais e internacionais destinadas a promover o turismo e a economia dele. “Nos países em desenvolvimento o crescimento do turismo será paralelo ao progresso econômico e social na condição de que consigam a estabilidade política e a paz interna”. Percebe-se que as “preocupações científicas, sociais e políticas com os valores humanos e com os aspetos não materiais da vida levam a admitir que a humanidade seja capaz de uma renovação cultural” e de encontrar solução para alguns dos seus problemas (Cunha, 2013, p. 48).

Igualmente, Cunha e Abrantes (2013) caminhando nessa lógica de Cunha (2013) e Beni (2011) classificam o turismo “segundo a origem dos visitantes, as repercussões na balança de pagamentos, a duração da permanência, o grau de liberdade administrativa e a organização da viagem”. E agrupam “por afinidades, os motivos que levam as pessoas a viajar” e com isto leva ao surgimento de vários tipos de turismo.

Em seguida, surge o tipo Turismo de Repouso que está ligado ao relaxamento físico e mental. O Turismo Cultural para se “conhecer as particularidades e os hábitos de outros povos, de conhecer civilizações e culturas diferentes, do passado e do presente, ou ainda a satisfação de necessidades espirituais”. O Turismo Étnico quando se deseja estabelecer contato “com grupos de pessoas ou comunidades que se caracterizam por modos de vida e de cultura exóticos”. O Turismo de Natureza que pode ser por turismo ambiental e turismo ecológico. O Turismo de Negócio que está ligado a negócios e exercícios profissionais. O Turismo Desportivo que está direcionado “para todas as idades e todos os estratos sociais, quer para assistir a manifestações desportivas [...] ou para praticar as mais variadas atividades desportivas”. E por ultimo, Inter-relações (**Figura III.3.2.1**) entre os Tipos de Turismo que nele não “existem barreiras ou separações entre os diversos tipos de turismo acabados de referir e muitos deles coexistem nos mesmos destinos.” (Cunha & Abrantes, 2013, p. 21, 37).



**Figura III.3.2.1** Inter-relações entre os tipos de turismo

Fonte: Adaptado de Graburn (1989 como citado em Cunha & Abrantes, 2013, p. 37).

Como também, complementando essa linha de raciocínio, ao se fala de turismo é bom lembrar de que se trata – o que e quem se deseja identificar, pois “apesar de toda a gente usar a expressão correntemente, nem sempre as pessoas a utilizam com o mesmo significado e nem todas as que a ouvem a percebem da mesma maneira”. Observa-se que, para “uns o turismo é uma coisa muito séria porque lhes proporciona emprego e rendimento”. Todavia para outras, pode-se ser “um meio de invasão das suas vidas e de destruição de valores que fazem parte da sua identidade, mas, para muitos, é uma forma de libertação” (Cunha, 2013, p. 1).

Com o sistema capitalista, afirmam Milani e Droulers (2002) que este fez surgir e desenvolver a indústria turística. E esta se apresenta em sua origem com duas modificações básicas: “é, do ponto de vista temporal, excessivamente concentrada e distribui-se de modo pouco uniforme no espaço. O turismo, na sua gênese, tende a utilizar o tempo de forma pouco racional [...], provocar congestionamento no espaço” assim como a excede em “volume a cada nova projeção”. Entretanto, a partir dos anos de 1960 é que somente “o turismo explode como atividade de lazer para milhões de pessoas e como fonte de investimentos produtivos”. Inclusive, nesse contexto mais geral das transformações sociais contemporâneas, o turismo internacional forma um novo desafio para as organizações que promovem o seu desenvolvimento desde o início dos anos 1980 (Milani & Droulers, 2002, p. 4). Assim:

O turismo é tradicionalmente considerado enquanto fenômeno individual (consumo e demanda individuais); no entanto, em razão do número de indivíduos (medidos atualmente em milhões) que estão direta e indiretamente relacionados com este fenômeno, o turismo passa a ter dimensões socio-econômicas evidentes. Em 1996, segundo dados da Organização Mundial do Turismo, o turismo converte-se na terceira maior indústria mundial, depois das indústrias do petróleo e automobilística. O fluxo turístico cresce 4% ao ano na década de 1980,

constituindo cerca de 7% do comércio de bens e serviços e 5,5% do PNB mundial (Milani & Droulers, 2002, p. 4).

E, em seu tratamento conceitual o turismo tornar-se visível certo caráter de “ambiguidade”. Principalmente por não expor “os aspectos de homogeneidade e coesão requeridos para ser definido como um setor econômico ou uma indústria”. Apesar de que esta seja uma das razões para, “despeito” do turismo ser qualificado com constância como a “indústria” de viagens e turismo. Num entanto, esta denominação não seria a mais apropriada e sim a de atividade econômica e social, por causa das “motivações que o originam e determinam e pelas implicações e efeitos que exerce nos sub-sistemas econômico, social e físico das regiões receptoras de correntes turísticas, bem como nas de origem dos turistas”. Logo, a atividade turística exhibe “uma interdependência estrutural com os diversos segmentos que compõem o tecido sócio-econômico local, sendo por eles influenciado e influenciando-os nos âmbitos político, legal, econômico, social, ambiental e tecnológico”. Assim, com base nessas discussões Milani e Droulers (2002, pp. 8-17) constrói um quadro de impactos positivos e negativos no turismo por áreas afins (**Quadro III.3.2.1**):

| Área                     | Impactos potenciais positivos  | Impactos potenciais negativos   |
|--------------------------|--|---|
| Economia                 | Receitas, empregos, nível de vida da população local, investimento.                                  | Inflação local, especulação imobiliária, concentração dos investimentos e perda de investimentos alternativos, custos em termos de infraestruturas necessárias. |
| Turismo e comércio       | Reconhecimento da região, novas infraestruturas, acessibilidade maior.                               | Preços mais elevados e reputação junto ao comércio, desenvolvimento descontrolado do comércio local.  |
| Sociedade e cultura      | Maior empenho dos residentes na promoção dos eventos locais, reforço dos valores e tradições locais. | Comercialização sazonal de atividades privadas, alteração dos costumes em função do turismo, custos sociais (prostituição, abuso de drogas e álcool).           |
| Psicologia               | Orgulho quanto aos costumes locais, reconhecimento da riqueza da troca com o outro.                  | Atitudes defensivas face a outras culturas, hostilidades por dificuldade de comunicação.  |
| Política e administração | Reconhecimento internacional, desenvolvimento local integrado.                                       | Mau planejamento, segregação socioespacial.   |
| Meio ambiente            | Novas infraestruturas, conservação de algumas áreas, estratégias de gestão sustentável.              | Degradação ambiental, poluição, alteração de hábitos alimentares, produção excessiva e sazonal de resíduos sólidos.   |

**Quadro III.3.2.1:** Impactos positivo e negativo do turismo Fonte: Milani e Droulers (2002).

No processo da globalização do turismo no mundo, os efeitos de bipolaridade positiva e negativa fazem com que as ciências humanas e sociais careçam de “inovar e criar novos fundamentos para explicar a interdependência e a união global das necessidades e dos clamores da sociedade global”. Até mesmo, a globalização para alguns

autores acelera as trocas de bens e serviços, as viagens internacionais e o intercâmbio cultural. “Consiste, ainda, na intensificação da interdependência das nações em função do enorme fluxo de comércio e de capitais, determinando o surgimento de mercados comuns”. Já outros estudiosos, o destaque é para “a aceleração das mudanças tecnológicas, a reorganização – com normas autoajustáveis e flutuantes [...] [e] observam o superaquecimento da concentração dos mercados, a ausência de um padrão mundial estável e de uma ágil e constante integração financeira” (Beni, 2011, pp. 19-20). Afirma ainda que foi:

A partir do crescimento da internacionalização da economia, intensificou-se a necessidade da reorganização dos fatores produtivos e os estilos de gestão empresarial com a finalidade de compatibilizar a organização com padrões internacionais de qualidade e produtividade. [...] É lógico pensar que o uso da tecnologia tem significativas implicações nos processos produtivos e condiciona as empresas para a adoção de novas estratégias. Dentre estas, encontra-se a formação de rede entre organizações, [...] principalmente das pequenas e médias empresas, criando, assim, uma nova arquitetura organizacional e inovando na formação do relacionamento entre eles (Beni, 2011, p. 20).

Beni (2011, pp. 20-21) explica que há outros efeitos da globalização que “abordam a desregulamentação dos mercados, a privatização do setor público com a redefinição do papel do Estado”. Ele diz que chega até ser feita alteração na constituição do próprio Estado para “privilegiar políticas sociais de combate à violência, à pobreza, à marginalização de grupos sociais, à exclusão da cidadania, às doenças decorrentes da falta de informação, educação e da miserabilidade, à falta de moradia e saneamento”. E observou uma “ausência de uma política mundial de valorização da ecologia e da vida humana – apesar dos esforços da Agenda 21, do Tratado de Kyoto, da [Organização dos Estados Americanos] OEA e da ONU”.

Por fim, na percepção de Beni (2011, p. 21) há, além disso, estudiosos acreditando que com a diminuição do poder dos Estados nacionais, da gravidade das diferenças e dos problemas sociais, das influências sobre o meio ambiente, “da quase inexistência de capacidade de competição dos países emergentes, chegam até a questionar a governabilidade autêntica de algumas nações, prevendo desde o seu possível desaparecimento até a sua absorção por um Estado mais forte”. Portanto, é fato que a globalização é irreversível o seu processo de livre concorrência de comércio internacional e agregados a ele os seus pontos positivos e negativos (Beni, 2011). Para este autor, o turismo exhibe uma particularidade de extrema sensibilidade a toda mudança situacional por isso que ele é mais do que qualquer outro setor da economia:

É muito retrátil a oscilações do sistema econômico e de taxa de câmbio, flutuações sazonais da demanda, riscos geológicos e meteorológicos, crises operacionais nos modais de transporte, controle do tráfego aéreo, pane nos sistemas informatizados de reserva, convulsões sociais, instabilidade política, terrorismo, riscos epidêmicos e pandêmicos, que comprometam a saúde pública, como o surto de SARS (síndrome da imunodeficiência respiratória aguda ou gripe asiática), que, embora pouco comentada, ainda vem causando problemas para vários países. Merece ser observado o alerta da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre as possíveis consequências oriundas do desenvolvimento de vacinas (Beni, 2011, p. 115).

Apesar da queda das estatísticas no turismo causadas principalmente pela situação econômica dos países ocidentais somado ao ocorrido de 11 de setembro as Torres Gêmeas nos Estados Unidos, os estudos perceberam que de um modo geral houve um retorno ao crescimento mundial no turismo a partir de 2003, e nesse contexto Beni (2011) percebe oportunidades que exemplifica como:

O medo que afastou milhões de turistas do mercado norte-americano, a permanência dos conflitos no Oriente Médio, a ameaça de novos atentados terroristas de grande alcance e a tensão que se observa em alguns países sul-americanos, e em diferentes regiões asiáticas, estão abrindo novos horizontes, como o Brasil, que é muito procurado por ser um destino acolhedor, sem preconceitos e com alguns dos conjuntos paisagísticos mais belos do planeta, além de possuir extraordinária diversificação sociocultural (Beni, 2011, p. 122).

Nesse contexto, surge a crise econômica global de 2008 e os seus impactos no sistema de turismo. O terrorismo promove o temor de viajar e este se soma as crises operacionais nos modais de transportes (aviação civil – conflito institucional no seu sistema e a crise operacional), adiciona-se o colapso de tráfego aéreo na Europa em abril de 2010 a surpreendente ação da natureza como, por exemplo, o tsunami de “26 de dezembro de 2004” (Geist, 2008) o tsunami atacou o litoral do oceano Índico, matando mais de 225 mil pessoas em poucas horas e deixando pelo menos 1 milhão de desabrigados (Prager, 2000). E assim, provocando retratibilidade do turismo.

Dando continuidade ao aspecto econômico do turismo Sinclair e Stabler (2009) afirma que “tanto os países em desenvolvimento quanto os desenvolvidos podem usar suas dotações específicas de fatores para oferecer produtos turísticos com diversas intensidades de fatores de produção”. E, ainda, tanto o turismo internacional quanto o comércio de bens poderiam contribuir para modificar a estrutura do mercado em seu favor, “por meios tais como a integração interempresarial ou a formulação de políticas estratégicas. Praticamente não houve aplicação dessas ideias ao turismo internacional” (Sinclair & Stabler, 2009, p. 185).

Sinclair e Stabler (2009), assim, trazem a ideia que os “governos podem desempenhar um papel essencial, ajudando os recursos naturais e os recursos humanos e de capital a exercerem um papel ótimo no desenvolvimento turístico”. E se lembram de que a base primária de insumos do turismo são muitas vezes bens de acesso gratuito, “não apreçados ou apreçados em níveis que conduzem ao uso excessivo e à degradação, com isso ameaçando o futuro dos setores turísticos dos quais constituem a base” deles (Sinclair & Stabler, 2009, p. 186).

Com isso, ficou claro para Sinclair e Stabler (2009, p. 186) que “o turismo põe plenamente à prova os conceitos e os métodos econômicos”. Todavia, percebe-se que são imprescindíveis outras contribuições para esclarecimento, como também, para a previsão e a quantificação dos fenômenos turísticos devido à “mudança estrutural global em direção a economias do setor de serviços, bem como a importância crescente do turismo dentro delas”. Nesse sentido, recai, assim, o ônus “sobre os economistas é o de demonstrar a pertinência dos conceitos e dos métodos de sua disciplina para as análises teóricas e empíricas do turismo. Do mesmo modo, os profissionais de outras disciplinas devem levar em conta as perspectivas da economia” (Sinclair & Stabler, 2009, p. 262).

No início da década de 1970 surge na literatura especializada da economia a expressão “economia ambiental”. E esta atendia a “análise da utilização da energia e dos recursos produtivos não renováveis (economia da preservação), mas também o uso dos recursos naturais em amenidades (economia do lazer, que inclui esportes, recreação e turismo)”. Além disso, era aceito para ser agregado ao sentido de “investigar o papel econômico do meio ambiente e as causas e o impacto associados de sua degradação por utilização excessiva ou poluição, ou até em decorrência de políticas de governo”. E, assim, como já foi até constatado nesse estudo por mais autores que o meio ambiente natural é fundamentalmente um recurso de acesso gratuito, portanto, “o assunto também abrange a avaliação dos bens e dos serviços não apreçados e de não uso proporcionados por ele” (Sinclair & Stabler, 2009, p. 187).

Então, percebeu-se que o impacto das tendências na contemporaneidade mal chegou a ser reconhecido já despertou para a “falta de conscientização das implicações dos dogmas do desenvolvimento sustentável como objetivo de longo prazo, bem como das metas de proteção ambiental a curto prazo, para os futuros níveis da atividade turística”. E, assim, nesse contexto Sinclair e Stabler (2009, p. 261) afirmaram que em certo sentido:

[...] isso é demonstrado nas publicações especializadas que propõem meios

voluntários para reduzir seus efeitos nocivos. A economia ambiental e suas receitas de medidas políticas têm causado pouca impressão no setor turístico empresarial ou na bibliografia sobre o turismo. Isso reflete, em parte, a falta de vontade política de implantar medidas mais intervencionistas e, em parte, o fato de a economia não ter conseguido transmitir a urgência e a extensão das medidas corretivas necessárias. Por conseguinte, a situação atual da economia do meio ambiente é menos importante do que sua incapacidade de indicar a relevância de seus princípios e métodos. Isso, por si só, constitui um problema que os economistas aplicados precisam abordar.

Portanto, nota-se que as atitudes das empresas de turismo conjecturam com essa postura política complacente. Sinclair e Stabler (2009) garantem que atualmente os elogios são, aparentemente, da boca para fora quando se refere às ideias de turismo sustentável e preservação ambiental. Pois para estes autores o que se observa é uma filosofia subjacente que permanece o sentido de que nenhuma medida ambiental deve prejudicar a viabilidade dos negócios. E com isso, ressalva-se que a resposta aos pedidos de responsabilidade para com o meio ambiente tem sido fragmentada, acanhada e discreta (Sinclair & Stabler, 2009).

Do mesmo modo, conforme essa lógica será necessária instigar, além de oferecer incentivos para que as metas ambientais sejam alcançadas com mais eficácia, “a fim de estimular as empresas de turismo a salvaguardarem sua base de recursos e a reduzirem a geração de externalidades nocivas” (Sinclair & Stabler, 2009, p. 252). Igualmente é necessário, ainda, convencê-las, por exemplo, de algumas medidas reguladoras para solucionar problemas ambientais por meios de valores que levem a sustentabilidade ambiental.

A economia pode até comprovar os custos e os benefícios da ação ambiental, por meio de seus dogmas e de sua abordagem analítica e, assim, mostrar sobre quem eles recaem. E nesse sentido, Sinclair e Stabler (2009) assegura que decidir sobre a distribuição desses custos e benefícios na sociedade é uma questão social e política, e quiçá até ética.

E se tratando dessa perspectiva ética somada a cultural, Gertner, Haider, Rein, & Kotler (2005) certificam que a América Latina e o Caribe (ALC) podem ser enquadrados como um ótimo modelo de diversidade em recursos naturais e ecossistemas. Eles alegam que a ALC possuem recursos naturais como: montanhas, planícies, planaltos, desertos, ilhas e florestas tropicais (entorno de 46% da região cobre 9,4 milhões de km<sup>2</sup> de florestas que corresponde a quase um quarto de todas as florestas do mundo). “Os recursos hídricos *per capita* na ALC são quase quatro vezes do que a média mundial”. E a sua cultura e região refletem “os legados de grupos nativos, civilizações pré-colombianas e conquistadores europeus, bem como de imigrantes europeus, africanos e asiáticos” (Gertner *et al.*, 2005, p. 16).

Caminhando mais nessa conexão, Gertner *et al.* (2005, p. 46) compactua com a lógica de Sinclair e Stabler (2009) quando eles afirmam que o mercado na ALC inclui centenas de milhares de comunidades que competem entre si por turistas e negócios. E, nessa conjuntura, o mercado mundial exige que esses grupos participantes do ALC “forneçam produtos que cativem um público-alvo cuidadosamente escolhido” pelo mercado mundial.

É dentro dessa discussão de ordem econômica internacional que Hirano (2002) contribui com Sinclair e Stabler (2009) também e explica que com a globalização não há mais só a divisão do mundo em dois gigantescos blocos político-ideológicos (De um lado do **Pax Capitalista** e do outro da **Pax Socialista**) e que estes estão em constante conflito e em confronto irreconciliáveis.

O Mercosul se coloca também “dentro deste contexto econômico internacional, demarcando o alinhamento político, econômico e cultural da América Latina, notadamente Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, em relação ao capitalismo da *Pax Americana*”. (Hirano, 2002, p. 28). Entretanto, o Mercosul alinha-se ainda com o capitalismo da **Pax Pacífico** com relação à inovação científica e tecnológica.

Notou-se que na América Latina e Caribe ao invés de promover justiça social e igualdade econômica, social e política causou e/ou reforçou “as desigualdades estruturais provocadas pelo processo de regionalização do mercado econômico e político aprofundaram a desigualdade e a exclusão social”. De modo que na contemporaneidade “os novos pobres da época da globalização e da regionalização que socializaram para viver imersos na cultura da pobreza” (Hirano, 2002, p. 43).

Enfim, o Mercosul por meio da “súmula do Tratado” que o constituiu, “ser mais um instrumento que produz um neo-protecionismo – o direito de uma minoria privilegiada monopolizar a racionalidade e a liberdade no mercado político e no mercado econômico, mantendo a maioria dos ‘novos pobres’ mais pobres”. Alias, são os chamados “pobres da sociedade global, da era da globalização, da regionalização e da formação dos megablocos regionais e econômicos” (Hirano, 2002, p. 44).

Por fim, o valor do setor turístico para a economia mundial, nacional, regional e municipal, e, até mesmo, é notório e de domínio público esse reconhecimento (Seabra, 2003). Assim e mediante estas discussões com estes autores que apesar de não se exauriu por todo, todavia, abriu-se para a perspectiva de discutir igualmente a inserção socioeconômica das populações locais nas atividades relacionadas ao turismo brasileiro. E, para em seguida, tenha-se ferramenta de compreensão contextual do processo do SESC



como promotor do turismo social brasileiro.

### III.3.3 O TURISMO NO BRASIL

O turismo historicamente no Brasil esteve ligado as iniciativas dos primeiros grandes hotéis que abrolharam no Rio de Janeiro por volta de 1908, 1915 e 1922. Com eles e também no Rio de Janeiro, encontram-se referências aos primeiros grupos formados de turistas estrangeiros nos anos 1907, 1908 e 1910. Mas só na década de 1970 começaram a surgir os guias para viajantes e deste modo ficaram cada vez mais turistas logo que se avançou ao meio do século 20. E é em 1923 que substitui depois pelo nome de *Touring Club* do Brasil em que este foi fundada pela Sociedade Brasileira de Turismo. Salienta-se que alguns anos depois começaram a se desenvolver em São Paulo o Turismo de Águas Termais e em 1931 é inaugurada a “estátua do Cristo Redentor, que se tornaria um dos principais ícones turísticos do Rio de Janeiro” (Perrotta, 2011, p. 17).

Ressalva-se que na introdução inclusive do turismo nos países periféricos como no Brasil e em outros, gerou “ilhas de prosperidade”, criando um circuito privilegiado de consumo e produção reservada a poucos focos turísticos. Por exemplo, aos poucos foram sendo devastado e exterminado culturalmente pelos primeiros povoadores e aventureiros o cenário de natureza exótica passou a imagem do “Eldorado” brasileiro. Do mesmo modo como foi Aruba, no sul do Caribe, Cancun, no México, St. Marten, conhecida e como “Miami Caribenha” (Seabra, 2001).

Nesta época ressalta-se o discurso dos capitalistas do setor turístico aliado ao poder público e aos seus pesquisadores na aparente imagem do Brasil como um cartão-postal de “vocaçãõ” do turismo. E estes eram defensores do turismo de grande “vantagem competitiva” para ser inserido no ciclo do turismo mundial. Para Ouriques (2005) o capital deste setor afirmava e defendia a paisagem brasileira como a matéria-prima do turismo. O capitalismo defendia a atividade turística para ser priorizada e, com isso, promover formas planejadas e adequadas por ser naturalmente detentora de um vasto território no qual são várias formas de relevo, de características climáticas que se poderia se levar a uma produção turística brasileira. Entretanto, nesse sentido, Ouriques (2005) acreditava que o capitalismo no Brasil do setor turístico estava com essas ações produzindo o fetichismo<sup>26</sup> e

---

<sup>26</sup> Conforme o Minidicionário da Língua Portuguesa Aurélio (Ferreira, 2010, p. 347), o fetichismo provem do “culto de feitiçes” e o termo feitiçe denota “objeto animado ou inanimado, feito pelo homem ou produzido pela natureza, ao qual se atribui poder sobrenatural e se presta culto”.

uma dependência da produção turística, ou ainda, ele sinaliza para um aspecto negativo e perigoso do setor turístico como produção.

Nessa perspectiva talvez Perrotta (2011) traga os elementos históricos de análise para a fala de Ouriques (2005) quando ela afirma que além “das características urbanísticas e sociais perpetuadas na iconografia carioca deixada por Malta, também se encontram aí imagens de caráter jornalístico como ressacas, enchentes e carnavais”. E na forma do registro de eventos importantes como “a construção identitária e a divulgação da imagem da cidade: a Exposição Nacional de 1908 (na Praia Vermelha) e a Exposição Internacional Comemorativa dos Cem Anos de Independência (em 1922, no Centro da cidade)” (Perrotta, 2011, p. 78). De modo que ela ainda coloca que as mais importantes exposições sediadas são:

[...] as imagens interna e externa do país foram a exposição nacional de 1908 (a sétima realizada na cidade) em celebração ao primeiro centenário da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, e a exposição internacional de 1922, em comemoração ao centenário da independência. [...] Localizamos guias do Rio de Janeiro produzidos a partir de 1873, e pretendíamos fechar o recorte de análise no ano de 1931 – ano de inauguração da estátua do Cristo Redentor, que tomamos como limite final para o recorte temporal desta pesquisa. Contudo, como não encontramos guias referentes ao período compreendido entre 1923 e 1931, terminamos a nossa análise com uma publicação de 1932 (Perrotta, 2011, pp. 89, 115).

Marcou-se, ainda, em 1922 a exposição do Rio de Janeiro como um extraordinário evento de condução turística para o Brasil de tal forma que uma “de suas consequências foi à criação da Sociedade Brasileira de Turismo (em 1923)” com o intuito de promover os recursos brasileiros (Perrotta, 2011, p. 167).

Seabra (2003) contradizendo Ouriques (2005) aborda mais o aspecto positivo do que negativo do turismo. De modo que traz o sentido de melhoria da renda da população de vulnerabilidade social com o turismo. Para este autor é muito veiculada a marca na mídia de que a região semi-árida possui o foco de pobreza e miséria. “Lugar onde impera o analfabetismo, a ignorância, a fome e a doença”. Então, é nesse quadro que nasce à “proposta de introdução na zona rural do turismo social, como mais um elemento para o aumento de renda comunidade”. Este projeto “recebe turistas de Recife, João Pessoa e Fortaleza (mais frequente) além de outras regiões do País”. E, tem como objetivo o acompanhar os visitantes, por isso que “foram capacitados treze jovens pertencentes à comunidade, alguns deles já iniciados em trabalhos burocráticos e de administração”

(Seabra, 2003, pp. 142-143). Este projeto possibilita promover como um todo um melhor padrão de vida da sociedade por meio do fortalecimento da identidade paisagística e cultural regional (Seabra, 2003).

Indo um pouco além da lógica de Seabra (2003) e na mesma direção do pensamento de Ouriques (2005) o Molina (2011) traz o caso da praia de Jericoacoara no Ceará que trata na contemporaneidade de um dos principais destinos turísticos do Brasil. E assim, para este autor o turismo considerado:

como um dos principais instrumentos para o desenvolvimento econômico desta região. Atualmente, Jericoacoara é produzida por meio de um discurso ambiental e socialmente ‘sustentável’ e inserida na lógica do mercado, o que revela uma contradição, pois o que ocorre é uma produção do espaço no sentido da urbanização para o turismo, com o efetivo papel do poder público no aprofundamento do uso turístico do território, através da criação de normas que, muitas vezes, traduzem-se na imposição de verticalidades, reduzindo o espaço (ou o território usado) à condição de mercadoria (Molina, 2011, p. 184).

De modo que a perspectiva de Ouriques (2005) quem sabe Sá (2002) contribua ainda mais do que Perrotta (2011) e Seabra (2003), porque Sá (2002) explica que com o Descobrimento do Brasil se iniciou o processo de formação da imagem brasileira. E com os artistas, cronistas e cientistas estrangeiros que percorreram terras brasileiras desde o século XVI surgiu à ideia de Inferno-Paraíso. E, com a ampliação do comércio, das viagens, da tecnologia e das ciências ocorreu uma atualização dessa imagem. Após o andamento do mercantilismo e das grandes descobertas, pode-se distinguir outro fato histórico de grande relevância que foi a Revolução Industrial (Sá, 2002).

Assim, observou-se, nessa conjuntura, o surgimento de um novo modo de representar as nações e este foi além das formas de produção de sua época. Houve, então, o “início das unificações das nações, o acúmulo do capital na Europa, o crescimento das cidades e o progresso das ciências alteraram comportamentos sociais e conduziram ao Iluminismo” (Sá, 2002, p. 85).

Abriram-se portas para novas investigações e através da ideia de igualdade pela razão e o avanço tecnológico foi possível instaurar um novo diálogo entre os dois continentes (Sá, 2002).

Talvez, por isso que essa lógica natural da produção do capital instigou a imagem explorada no Brasil pelo jornalismo turístico de que o “Brasil do brasileiro” ocorre, assim, pelo “mito do homem cortês, pela hospitalidade do brasileiro, pela ausência do racismo, entre outros” (Sá, 2002, pp. 115-116). Essa imagem passou a ser conhecido internacionalmente como um país da produção cultural (Sá, 2002). Inclusive Dalpiaz, Dagostini, Giacomini e Giustina ([2003], p. 6) confirmam Sá (2002) quando fala que:

A hospitalidade sempre foi e será parte integrante do turismo. Desde os primórdios, ser hospitaleiro, receber o turista é oferecer serviços e produtos com qualidade. Envolve um amplo conjunto de estruturas, serviços e atitudes, a própria cidade acolhedora e seus habitantes, que intrinsecamente relacionados proporcionam o bem estar do visitante, satisfazendo suas necessidades.

E no ponto de vista de Dalpiaz *et al.* ([2003], p. 10), por exemplo, acredita está na segurança e na qualidade da hospitalidade a criação de condições necessárias ao turismo. E, para tal, o constante aperfeiçoamento dos serviços prestados. Esta ação está ligada a visão de que rapidamente irão ocorrer mais viagens e estes turistas em geral procurarão cada vez mais serviços e produtos de qualidade no atendimento de suas necessidades. Assim, para estes autores o entretenimento:

[...] torna-se um grande diferencial para aqueles que precisam e querem se destacar no mundo competitivo. [...] No século XXI, o processo de globalização e a quantidade de informações que devem ser processadas pelas pessoas, deixam o mundo mais complexo e incerto. [...] A arte do bem receber, torna-se indispensável, e deve ser agregada a um serviço de qualidade permitindo a satisfação do turista. Desta forma, com capacitação da mão de obra, visando sempre a qualidade, o empreendimento e/ou a destinação turística estarão menos vulneráveis às incertezas do futuro (Dalpiaz *et al.*, [2003], p. 10).

E retornando, a Sá (2002) com esta imagem, a “música brasileira exportada e reconhecida internacionalmente parece ser uma música fortemente sensual e alegre, dotada obviamente de forte característica exótica, como o samba, a bossa nova, o pagode, a salsa e os mais variados ritmos afro-brasileiros”. E, por meio da formalização da cultura para as grandes massas surge no imaginário brasileiro os grandes eventos da mídia como em síntese “o país do carnaval”. Ou ainda, o “carnaval parece ser o evento mais divulgado nas reportagens turísticas, além de algumas referências ao futebol” (Sá, 2002, p. 117).

Percebe-se com isso que o “ritual caracteriza as culturas antigas, caracteriza o místico, religiosidade e a espiritualidade” (Sá, 2002, p. 118). E o desafio da realidade de violência no Brasil passa a ser discutida com a estratégia de ser vista “como tema tratado nas reportagens de turismo ou nos guias de turismo ajuda a compor a imagem do País, embora de maneira menos destacada do que a forma adotada pelos noticiários internacionais” (Sá, 2002, p. 120). E com isso, infelizmente para Sá (2002, p. 121), a imagem negativa do brasileiro é de:

[...] um cidadão espertalhão e o comércio é encarado como uma organização que visa capturar o turista a qualquer preço. São discursos pertinentes à realidade brasileira, mas, sem dúvida alguma, denigrem a imagem do País no exterior,

causando inibição no número de turistas.

Outro elemento empreendido como atrativo turístico que igualmente é muito negativo para o turismo brasileiro é o estímulo ao turismo sexual. Contemporaneamente, praticado por turistas nacionais e internacionais, especialmente, nas principais capitais litorâneas brasileiras. Esse fato desencadeou um grave quadro de tráfico sexual de adolescentes e menores de idade.

Talvez tenha sido oportunizado com o aumento do fluxo de turistas estrangeiro por meio de voos fretados, especialmente vindos da Europa que consoante Marinho (2008) é o maior emissor de “turistas sexuais” para o Nordeste. Torna-se notória, com isso, a necessidade de políticas públicas emergenciais que trate com mais rigor para inibir o crescimento de crimes envolvendo crianças, jovens e mulheres. A Lei nº 8.069 e do art. 241 trata da exploração sexual infanto juvenil, e a pornografia infantil, concomitantemente. E assim, este autor apreende que o Turismo Sexual no Brasil como:

[...] um fenômeno que necessita de um estudo contínuo e efetivo, visto que suas consequências são degradantes no âmbito social e cultural. Muitos estudiosos ao conceituar Turismo Sexual, a partir de sua construção psíquica estabelecida, confunde o conceito de Prostituição com o de Turismo Sexual. Isso demonstra a não percepção articulada desses estudos. Através desta afirmação, alguns fatores necessitam de estudos, para ampliar assim o campo de compreensão acerca do fenômeno em Alagoas e em outros estados (Marinho, 2008, p. 14).

Nessa conjuntura, Marinho (2008) alega que se pode ser assinalado ação eficaz para se chegar ao núcleo central do Turismo Sexual. E, por meio, das Representações Sociais levariam a uma melhor contextualização da problemática e assim, encontraria melhores maneiras de compreendê-la e combatê-la. Portanto, seria a partir de pesquisas que se deveria ser identificada a essência da problemática e a partir dela feito o planejamento de controle. Pois a sociedade passa a ser ativa no processo de não aceitação e não submissão a essa problemática (Marinho, 2008).

Ligada a essa conjuntura abordada por Marinho (2008) se some as reflexões de Panosso Neto e Trigo (2009), sobretudo quando estes consideram a ampliação da infraestrutura e a estabilidade econômica como elementos responsáveis pela elevação dos índices do turismo doméstico e ponderam um obstáculo ao turismo internacional o modelo economicista que se investiu no Brasil:

O turismo doméstico tem apresentado índices mais promissores, graças à ampliação da infraestrutura e à estabilidade econômica dos anos 2006, 2007 e 2008 [...]. Mas o modelo poderia ser mais produtivo. Basta lembrar a crise aérea entre 2006 e 2007 para perceber algumas falhas estruturais do País. Um

subproduto desse quadro é a cegueira situacional de ainda encarar o turismo apenas pelo lado econômico ou administrativo, quando há fortes correntes internacionais que procuram vê-lo como fenômeno social, político, cultural, ambiental (Panosso Neto & Trigo, 2009, p. 73).

É imprescindível, portanto que, no Brasil, se institua uma discussão sobre o modelo de desenvolvimento turístico que está por trás da economia e da sociedade, como um todo. Essa discussão envolve questões de cidadania, qualidade de vida, meio ambiente, ética, sustentabilidade e da precisão de uma inclusão maciça da sociedade. Essas demandas todas progridem à medida que as instituições educacionais preparem para atuarem na sociedade com uma sólida formação humanista os profissionais da área do turismo.

Nessa direção, para Panosso Neto e Trigo (2009), o desenvolvimento do turismo brasileiro teve sua primeira fase no início da década de 1970, tendo, no entanto, encontrado sérias dificuldades, por dois motivos referidos como:

[...] o primeiro foi estrutural, causado pela série de desastres econômicos oriundos da crise do petróleo e do aumento das dívidas brasileiras, que causaram inflação e recessão e comprometeram o desenvolvimento nacional, inclusive do setor turístico; o segundo foi conjuntural, pois os “planejadores” não se importaram com a preservação ambiental, com padrões internacionais de qualidade, formação intensiva de profissionais qualificados em todos os níveis, afetando a operação e a gestão dos serviços turísticos (Panosso Neto & Trigo, 2009, p. 57).

Contudo, Assunção (2012, p. 22) menciona que nas últimas décadas (1990 e 2000) o desenvolvimento econômico do Brasil o alocou em posição de realce no âmbito da economia mundial, seduzindo os olhares estrangeiros ao País e incrementando a ideia do turismo, levando-o, com isso, a ganhar uma maior amplitude. E mais, os encantos naturais e culturais brasileiros, além disso, foram fortes fatores para motivações das visitas de pessoas de diversas nacionalidades, em busca de conhecimentos específicos para desenvolver suas pesquisas ou, somente, de documentar as particularidades locais.

Percebe-se que até meados da década de 1990 o Brasil, apesar de que não tinha estabelecido uma política nacional transparente para o turismo. Entretanto, com a criação do Ministério do Turismo e dos planos nacionais de turismo, entre os períodos de 2003-2007 e 2007-2010, o turismo passou a ser tratado com mais profissionalismo. Já o período de 1990 a 2008 foi de conquista de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Programa de Desenvolvimento do Turístico (PRODETUR) I e II, que priorizam os Estados do Norte e do Nordeste. Em seus territórios estes Estados foram levados a criar estruturas administrativas de turismo, que se concretizam e começaram a instituir e inserir programas sérios de turismo (Panosso Neto & Trigo, 2009).

E, foram criados programas de desenvolvimento turístico direcionado ao setor social procurando uma maior participação da sociedade no período de 1995 a 2002. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), mediante adoção da metodologia da OMT (2001) e adaptada à realidade brasileira, como igualmente desenvolvida e coordenada pela EMBRATUR (1992), foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso. Este teve como finalidade programar nos Estados e Municípios um **novo modelo de gestão da atividade turística**, simples, unificado e mais participativo. De modo integrado com intuito de maior eficiência e eficácia na administração da atividade turística.

Como exemplo, tiveram um papel diferencial na consolidação do turismo brasileiro os **Programas Nacionais de Desenvolvimento Turístico (PNT) 2003-2007 e 2007-2010**, uma vez que proporcionaram mudanças na forma de gestão do turismo. E, nessa linha de pensamento, Panosso Neto e Trigo (2009, p. 60) expõem um cenário de transformações nas políticas nacionais de turismo, com seus efeitos territoriais nessa nova conjuntura:

O PNT 2003-2007 apresentou mudanças na forma de gestão centralizadora do turismo, dando maior importância ao papel dos 26 Estados e do Distrito Federal no turismo, por meio da criação do Fórum Nacional de Secretarias, formado pelos secretários de Estado de turismo, [...] que se caracterizou em uma importante ação para que fossem apontados os problemas e soluções com a explanação das demandas originárias nos Estados e municípios. O PNT 2007-2010 reforçou essa gestão descentralizada e deu maior importância aos Estados federados, na medida em que solicitou a participação do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo e dos Fóruns e conselhos Estaduais de Turismo.

Ainda com relação a essas discussões socioeconômicas do turismo, acredita-se que foi em meados do século XX o surgimento na Europa da denominação Turismo Social. Esta foi “utilizada como proposta de lazer para um número maior de pessoas, organizado por associações, sindicatos e cooperativas com a finalidade de atender as necessidades de férias das camadas sociais menos favorecidas” (Brasil, 2005, p. 5).

No entanto, em meados do século XVIII com os primeiros registros motivados principalmente pela cultura referente às viagens denominadas *grand tours* notou-se que as preferências e gostos dos turistas alteraram-se para incorporar novas maneiras de ocupar o tempo livre e, sobretudo, relacionado com a cultura dos visitados. E, estes foram caracterizados pelo segmento chamado Turismo Cultural. Assim, já nesse período se percebeu a relação inseparável entre turismo e cultura (Brasil, 2005).

E sendo nessa probabilidade, Cunha e Abrantes (2013) afirmam que é impossível separar também a cultura da história e nessa perspectiva compactua e complementa com Brasil ([2005]). Estes autores explicam que o turismo cultural baseia-se nas preferencias dos turistas motivados por viagens provocadas “pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, de conhecer as particularidades e os hábitos de outros povos, de conhecer civilizações e culturas diferentes, do passado e do presente, ou ainda a satisfação de necessidades espirituais” (Cunha & Abrantes, 2013, p. 34). E, o Ministério do Turismo (Brasil, 2005, p. 13) contribui nesse sentido quando afirmou que atualmente foi realizada uma releitura da atividade e da abordagem histórica e:

[...] da prática turística de caráter cultural no país e no mundo resultou na definição de uma concepção construída a partir das contribuições do Grupo Técnico Temático de Turismo Cultural<sup>15</sup>. A delimitação da abrangência do recorte conceitual do segmento diante da amplitude de possibilidades da interação turismo e cultura é condição primordial para o direcionamento das políticas públicas integradas entre esses dois setores. [...] Assim, o segmento denominado: [...] Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Com a presença do turismo pode modificar os relacionamentos de gênero, adaptando “oportunidades para as mulheres, como o trabalho com o artesanato, direção de pequenos hotéis e até mesmo as que são ligadas com o comércio sexual” abordado por Marinho (2008). “No que se trata dos padrões locais de gênero, a atividade turística não provoca alterações”, a despeito de acontecer a intercâmbio entre os turistas de ambos os sexos (Silva, T. A. [2007], p. 9).

Homens e mulheres necessitam aceitar para se relacionar com os estrangeiros os padrões que acabam por funcionar como um antídoto ao status de dependência. “Então, o turismo não corrompe, ao contrário, reforça, principalmente na questão econômica os papéis de gênero locais. As mulheres são vistas para servir, pois o trabalho na indústria do turismo não altera as tarefas domésticas” (Silva, T. A. [2007], p. 9).

É a partir do desenvolvimento pleno de um projeto turístico que se depende de uma sociedade equilibrada e justa. Deste modo, o turismo será possível em uma sociedade mais participativa. Pois se observa que por meio dessa discussão entre os autores que de que os seus projetos devem ser realizados de maneira estratégica e articulados com a comunidade porque o turismo é um fenômeno social, político, cultural e ambiental. Assim sendo, vale salientar que para a construção desse projeto turístico, são basilares o capital, o



conhecimento e a valorização do homem para que a vida seja resguardada e dignificada.

E, portanto, percebe-se a importância de se mergulhar mais especificamente o turismo social para identificar práticas, projetos e ideias que levem ao turismo de base comunitária.

Assim sendo, torna-se indispensável discutir para entender o papel do Sesc como promotor do turismo de social no Brasil e, em seguida, o SESC Ceará e a mais particular esse trabalho desenvolvido na Colônia de Férias de Iparana em Caucaia do Ceará. Por isso que será a partir do SESC Ceará o próximo item a ser discutido as formas de turismo praticadas no litoral cearense visando o desenvolvimento socioeconômico das comunidades e a preservação de seus ecossistemas.

### III.3.4 O SESC COMO PROMOTOR DO TURISMO SOCIAL NO BRASIL

No Brasil o turismo social surgiu diferentemente da maioria dos países da Europa e América Latina que estes foram desenvolvidos a partir de iniciativa de órgãos públicos (Araújo *et al.*, 2007). O SESC foi criado em 13 de setembro de 1946, como resultado da ação de empresários e organizações sindicais, sob o comando de João Daudt d'Oliveira.<sup>27</sup> Ou melhor, o Sesc e todos integrantes do sistema “S” (SESC/SENAC, SESI/SENAI, SEST/SENAT) configuram-se como terceiro setor. Portanto, o SESC DR Ceará (2014c, p. 5) por ser uma “instituição de direito privado, criada e mantida pelo empresariado do comércio de bens, serviços e turismo, atua de forma a complementar ações nas áreas de Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Promoção Social”. Então, vale salientar que o:

[...] conceito de Turismo Social surgiu na França, estimulado pela criação da *Tourisme – Vacances pour tour* (1937), entidade gerida por trabalhadores. Também chamado turismo de sol e praia. É o mais convencional, passivo e sazonal, tendo a sua criação vinculada à consolidação do capitalismo, o que propicia o surgimento do seu público-alvo, a classe média, pois é um segmento

---

<sup>27</sup> **João Daudt de Oliveira** (Santa Maria, 3 de abril de 1886 – 2 de outubro de 1965) foi um escritor, advogado, político e empresário brasileiro. Filho de Filipe Alves de Oliveira e Adelaide Daudt, casou com Stella Gasparoni. Formado pela **Faculdade de Direito de Porto Alegre**, em 1910. Em 1930 integrou o grupo Tríade Indissolúvel, com seu irmão Felipe Daudt d'Oliveira e com João Neves da Fontoura, no trabalho para a vitória da **Aliança Liberal**. Foi fundador do Partido Economista, em 1932. Era presidente da **Associação Comercial do Rio de Janeiro**, em 1941, quando intercedeu com **Batista Luzardo** junto a **Getúlio Vargas** pela anistia de Lindolfo Collor, exilado em Portugal. Foi membro do **Conselho Nacional do Petróleo**, em 1943, e do conselho fiscal do **Banco do Brasil**. Em 1944 era diretor da **Metalbrás**, participando da primeira reunião da diretoria. No mesmo ano chefiou junto com **Euvaldo Lodi** a delegação brasileira à **Conferência de Bretton Woods**. Em 1946, quando da fundação do **SENAC**, foi o primeiro presidente de seu Conselho Nacional, órgão dirigente máximo. Foi presidente da **Federação das Associações Comerciais do Brasil** (1945), do **Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial** (1945-1946), da **Confederação Nacional do Comércio** (1946-1947) e da **Federação das Câmaras de Comércio Exterior** (1950) (João Daudt de Oliveira, 2016).

turístico voltado para a classe intermediária da sociedade e tem como característica principal o seu baixo custo (Araújo *et al.*, 2007, p. 36).

No Brasil nasce no ambiente de otimismo do Pós-Segunda Guerra mundial, sob a influência da mentalidade empresarial dos Estados Unidos – onde seu criador estivera participando da famosa Conferência de Bretton Woods (1944), com a finalidade de regulação das atividades econômicas dos países aliados, como parte de sua delegação – a fundação do SESC cumpre uma função de política social, que está relacionada com o objetivo de atender “às necessidades sociais urgentes” dos trabalhadores no comércio, procurando enfrentar seus problemas, reduzir ou aliviar suas dificuldades maiores e “criar condições de seu progresso”, conforme consta em sua documentação.

Segundo a memória institucional do SESC, o documento “Carta da Paz Social” (SESC DN, 2012a) surgiu das discussões realizadas por ocasião da I Conferência das Classes Produtoras (I CONCLAP), entre primeiro e 6 de maio de 1945, na cidade de Teresópolis, no estado do Rio de Janeiro, onde estavam presentes 183 delegações da grande maioria dos estados do Brasil, além de representantes sindicais e outras autoridades. Aquela conferência foi organizada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro, então capital da República “sob os auspícios das entidades associativas da agricultura, comércio e indústria”. Foram ali debatidos dez temas considerados da mais alta importância para a economia e sociedade brasileira da época, conforme, pode-se ver a seguir:

1) O Estado e a Ordem econômica; 2) Elevação do Nível de vida da população; 3) Política de Produção Agrícola; 4) Política de Produção Industrial e Mineral; 5) Política de Investimentos; 6) Energia e Transportes; 7) Política Comercial; 8) Política Monetária, Bancária e Fiscal; 9) Política social e Trabalhista; 10) Política Imigratória (SESC, 1971, p. 7 como citado em SESC DN, 2012a, p. 7).

Reconhece-se os problemas sociais como problemas de massa e de estrutura, o SESC se apropriou de ações do serviço social, como instrumento, não apenas, de aliviar situações individuais desfavoráveis, mas, principalmente, de implementar a transformação e o progresso social à população trabalhadora. Eis a abertura da Carta da Paz Social, de janeiro de 1946, propondo uma aliança entre empresários e trabalhadores. E, por meio da educação aos vários ramos de atividade econômica para que adotem uma sólida paz social, estabelecida a partir de uma ordem econômica com o intuito de fortalecer os sentimentos de solidariedade e confiança entre as pessoas. Para tal, reconhece-se a necessidade que o Brasil garanta um amplo período de colaboração para que se possa conferir o desenvolvimento de suas forças produtivas e um aumento do padrão de vida da população. Por isso, torna-se indispensável para promover o aumento da renda nacional, como também, da sua melhoria

no aproveitamento dos recursos do País, o qual poderá:

[...] ser obtido pondo em execução um planejamento econômico amplo e objetivo, nos termos da carta de Teresópolis. [...] Com esse propósito, e na convicção de que nada será conseguido sem o mais estreito entendimento entre empregadores e empregados, o qual permita a aqueles o exercício livre e estável de suas atividades e a estes uma existência digna e a crescente participação na riqueza produtiva, solenemente assumem o compromisso de propugnar a consecução desses objetivos, mediante o recíproco reconhecimento de direitos e deveres, dentro de um verdadeiro regime de justiça social na forma abaixo delineada (SESC, 1971, p. 11-12 como citado em SESC DN, 2012a, pp. 11-12).

O sentido mais detalhado da aliança proposta pode ser resumida em termos da defesa da iniciativa privada, democracia política e dignidade humana. A atividade empresarial é entendida como meio de expansão da economia e promoção do bem-estar coletivo, com vistas ao aumento do poder aquisitivo da classe trabalhadora, incremento ao mercado consumidor interno e atendimento de necessidades sociais mais urgentes, nas cidades e no meio rural. O quarto indicativo do programa de ação ali anunciado merece ser visto em detalhe:

Com o objetivo de atender às necessidades sociais urgentes e de propiciar aos trabalhadores do campo e da cidade uma maior soma de bem-estar e igualdade de oportunidades propõem-se os empregadores a criar um Fundo Social a ser aplicado em obras e serviços que beneficiem os empregados de todas as categorias, e em assistência social em geral, repartindo, com os institutos existentes as atribuições assistenciais e de melhoramento físico e cultural da população. O objetivo do fundo social é promover a execução de medidas que, não só melhorem continuamente o nível de vida dos empregados, mas lhe facilitem os meios para seu aperfeiçoamento cultural e profissional (SESC DN, 2012a, p. 13).

Ficava ali estabelecida uma intenção de cooperação entre a classe patronal e o governo, já que naquele momento histórico o Brasil ainda não contava com um aparato administrativo de ação social, a altura das necessidades de uma economia em processo de expansão e da classe trabalhadora. Com o passar do tempo, no entanto, essa aliança continuou sendo necessária, conforme se vê nos dias atuais, em que políticas sociais estão a cargo, tanto do setor público, quanto do setor empresarial, conforme exemplifica a ação social do SESC e outras entidades similares.

O SESC realiza uma política social privada com finalidade pública, tendo como principal foco de sua ação o trabalhador do comércio e sua família, participando dessa forma da promoção social de um segmento caracterizado por ter emprego e renda. O comerciário em geral caracteriza-se por possuir uma renda baixa e frequentemente baixa. É nesse contexto que o SESC dimensiona suas ações.

Ainda existe demanda para a ação institucional favorável a uma melhor distribuição de renda, que possibilite dignidade para o seu sustento, e ter acesso a serviços públicos essenciais que atendam com eficiência aos que a ele recorram, embora os órgãos governamentais possuam uma maior responsabilidade em relação a distorções como a baixa renda e grandes contingentes humanos.

O poder público necessita de ações planejadas, estratégias consistentes, continuidade de iniciativas e, sobretudo, capacidade de articulação política para mobilizar os interesses, nem sempre convergente, em uma direção comum. Com isso fica evidente o atendimento aos mais necessitados em maior número possível.

O SESC nasceu, não com a intenção de procurar soluções estruturais, definitivas e universais, como é a dos órgãos governamentais, mas pela necessidade de agir no campo da **ausência dessas soluções**. Por isso defende o desenvolvimento e a sustentabilidade. Para isso, acredita que a autonomia, a capacidade de autodeterminação e a vontade, sirvam de base para o comprometimento e responsabilidades para com todos os cidadãos.

Segundo as “Diretrizes gerais de ação do SESC” (SESC DN, 2011), esta instituição nasce com o significado de induzir transformações profundas, no plano dos valores predominantes na sociedade brasileira; e é inquestionável que a produção, o debate, a divulgação de obras e objetos de cultura constituem o espaço privilegiado em que se originam, em que se transformam e em que se difundem novas visões de mundo, e se acumulam o conhecimento e a compreensão da realidade.

O SESC defende que a atuação através da cultura, da ação social proporcionará um melhor atendimento as pessoas, às suas necessidades básicas e ao aperfeiçoamento individual e cooperando, de uma forma geral, para a mudança da realidade desses indivíduos e da sociedade como um todo (SESC DN, 2004, 2010b, 2012b, 2014; SESC DR, 2010, 2014c).

Segundo a Legislação do SESC (SESC DN, 2010c; SESC DR, 2010), esta instituição configura-se, no atual cenário socioeconômico do País, como uma entidade de prestação de serviços, de caráter socioeducativo, cuja atuação se dá no âmbito do bem estar social dentro das chamadas áreas de saúde, Cultura, Educação e Lazer, com o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de vida da sua clientela e lhe facilitar os meios para seu aprimoramento cultural e profissional.

A face política da entidade corresponde ao modelo de corpo jurídico privada, organizada e gerida por representantes do empresariado do comércio de bens e serviços, destinado à clientela comerciária e seus dependentes. O SESC tem também como finalidade

incentivar a prática da cidadania, o amor à liberdade e à democracia como principais caminhos na busca do bem-estar individual e coletivo.

A manutenção da democracia política e econômica e o aperfeiçoamento de suas instituições são considerados como essenciais aos objetivos da felicidade humana. A ordem econômica deverá fundar-se no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada, como as limitações impostas pelo interesse nacional (Conferência Nacional das Classes Produtoras, 1946 como citado em SESC DN, 2010a, 2012b).<sup>28</sup>

O SESC se estabelece como um órgão de ação privada, contudo faz uma reflexão sobre a necessidade de atender as classes menos favorecidas, onde esse apoio, além de proporcionar, objetivamente, melhores condições materiais, através da oferta de serviços, deve, sobretudo através da ação educativa e transformadora, contribuir para que cada um possa fazer mais, e obter mais, para si e para sua família.

Colaborar para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores no comércio e seus dependentes; e contribuir, no âmbito de suas áreas de ação, para o desenvolvimento econômico e social, para assegurar melhores condições de vida para todos, compreendendo por qualidade de vida as condições materiais e imateriais da existência do trabalhador e de sua família, as condições de emprego e de salário que garantem essas condições e o estado físico, psíquico e social dos componentes do grupo familiar, configura-se de acordo com seus fundamentos e espaço em que atua, como suas principais finalidades.

Objetivando oferecer serviços que possam contribuir para o bemestar de seus públicos e a melhoria de sua qualidade de vida, contribuindo para o aperfeiçoamento, enriquecimento e difusão da produção cultural, edificando, através da ação educativa, propositiva e transformadora, a capacidade dos indivíduos para buscarem, ele mesmos a melhoria de suas condições de vida.

O SESC com esse intuito se assume como um agente social e cultural, onde seu campo de atuação se efetivará em dois ambientes. O primeiro ambiente configura-se suas unidades físicas, suas instalações e equipamento. Nelas a entidade desenvolve suas atividades principais. O segundo ambiente de atuação ocorre nas comunidades, compreendendo-se por tal a rua, a praça, os prédios públicos e privados pouco utilizados, alcançando a população em geral, efetivando a entidade como agente de transformação e de progresso cultural. João Daudt D'Oliveira, no discurso da Instalação do Conselho Nacional do SESC, explicita:

Outro processo importante da atuação será o fomento e a assistência aos serviços realizados pelas empresas em benefício dos comerciários. Procuramos facilitar essas atividades exercidas para o efeito de elevar as condições de vida dos empregados e as relações de trabalho e de aumentar a produtividade. Divulguemos os exemplos e as experiências, estudá-los-emos, ofereceremos sugestões, prestaremos assistência técnica constante e apoio material, sempre que esteja em nossas possibilidades e apresente a obra interesse amplo para a coletividade comerciária (Oliveira, 1947).

Produtoras – I Conclap. Nessa reunião foi aprovada a CARTA DA PAZ SOCIAL, que deu forma à filosofia e ao conceito de serviço social custeado pelo empresariado. Começava a nascer assim uma iniciativa absolutamente inédita em todo o mundo e na história da relação entre capital e trabalho. A proposta contida na CARTA DA PAZ SOCIAL foi submetida ao Governo Federal. E, naquele mesmo ano de 1946, no dia 13 de Setembro, o Presidente Eurico Gaspar Dutra assinava o Decreto-Lei nº 9.853 que autorizava a Confederação Nacional do Comércio a criar o Serviço Social do Comércio – SESC (SESC DN, 2010a, 2012b).

O SESC possui como características principais a ação na educação, ou seja, o trabalho educativo perpassa o desenvolvimento de todas suas atividades e serviços, com isso permite que suas ações ultrapassem as expectativas mais imediatas, colaborando, assim, com a informação, capacitação e desenvolvimentos de valores.

É justamente essa função educativa que caracteriza e diferencia a ação institucional do SESC, frente ao trabalho desenvolvido por outras entidades assemelhadas. Ação esta que tem como base o desenvolvimento integral dos indivíduos, mediante a melhoria da compreensão do meio em que vivem, maior percepção de si mesmos, elevação sócio educacional das suas condições de vida. Cada ação do SESC tem sua característica própria, seu público próprio e sua área de atuação específica. A informação caracteriza-se como o pilar dessas iniciativas. O SESC nesse sentido aponta para a preocupação na definição dos serviços de caráter artístico e científico, como caminho para a edificação de uma compreensão diferenciada da vida cotidiana e da sociedade em geral.

De acordo com as “Diretrizes Gerais de Ação do SESC”, esta vertente deverá, dentro dos limites da sua Ação Programática, fortalecer os serviços que contribuam, pelo seu conteúdo transformador, para a melhoria da vida dos indivíduos. Compreendendo-se como tal serviços que favoreçam a elevação da escolaridade, domínio de novas habilidades, aquisições de conhecimentos que permitam sua inserção em novos segmentos sociais, melhoria de sua autoestima e de sua condição de vida. Vale dizer, deverá gerar serviços que venham efetivamente contribuir para a formação sociocultural, a inserção e interação produtiva dos indivíduos e a assimilação de conhecimentos que possibilitem o desenvolvimento integral dos

mesmos.

O SESC prioriza em suas ações a eficácia e qualidade de seus atendidos. Entende que eficácia tem como papel dimensionar e identificar as formas de atendimento ou atividades que possam gerar ganhos e transformações mais expressivos no nível de vida das pessoas que participam de suas ações.

É necessário trabalhar seu público alvo, potencializando suas atividades na direção dos melhoramentos de suas capacidades e de sua qualidade de vida, oferecendo variados serviços promovendo assim um aprimoramento em seus aprendizados. Com isso, investir em ações que possibilitem um maior alcance social. Com relação à qualidade, o SESC assume o papel de servir de exemplo e de modelo para outras entidades, no intuito de multiplicar os resultados que produz. Investir na boa qualidade dos produtos, dos serviços, das instalações, dos métodos, das técnicas e dos recursos humanos.

Para isso, é necessário a prática incessante da criatividade na busca constante de melhores serviços, trabalho de qualidade, criativo, inovador, de novas técnicas, de soluções originais que resultem em maior qualidade e resultados melhores. Com isso, se sensibiliza na perspectiva dos participantes de seus serviços encontrem, outros caminhos, outras alternativas para seu aprimoramento e capacitação.

O SESC se preocupa com a geração de produtos, com preços acessíveis para seus participantes, preocupando-se em analisar quem é esse mercado consumidor de seus produtos, daí promover preços acessíveis para classes menos favorecidas.

O ingresso dos indivíduos ao universo do SESC se dá através da matrícula, onde a instituição defende que é necessário que o ato de matrícula desvincule dos procedimentos burocráticos. É preciso que a instituição tenha uma estrutura ágil de atendimento e que seja capaz de não apenas matricular os indivíduos que procuram seus serviços, mas que possa também informa-lo adequadamente sobre os serviços a que têm direito e como usufruí-los.

O SESC também se preocupa com a manutenção e na qualidade de seus espaços físicos, no intuito de tornar mais duradoura à adequada da localização de suas unidades operacionais, não esquecendo as inevitáveis transformações urbanas, refletindo a expansão da capacidade de atendimentos da instituição, tendo como ponto de referencia áreas onde a facilidade de acesso, via meios de transporte, permitam a população de distintos bairros frequentarem as unidades operacionais do SESC. Nessa orientação, o Departamento Nacional do SESC parte do princípio de responsabilidade ambiental e:

[...] de que a hospitalidade é um conjunto de competências, serviços, infraestrutura

e outros recursos destinados a receber bem turistas e visitantes, fazendo com que eles se sintam acolhidos com satisfação e servidos com excelência, deve-se considerar que o turismo tem no espaço – nas instalações – um de seus principais objetivos de vivência. Assim, a qualidade dos ambientes é um componente fundamental para a hospitalidade turística” [E, ainda,] [...] de turismo sustentável adotado pela Organização Mundial do Turismo (OMT), [...] o Sesc toma como referência na promoção de projetos de conservação e educação ambiental, envolvendo hotelaria e ações de turismo emissivo e receptivo (excursões e passeios) (SESC DN, 2014, p. 9).

De modo que o Departamento Nacional do Sesc tem o cuidado de orientar todo o processo de instalações e equipamentos necessários à implantação da atividade turismo social no Brasil. Inclusive apresenta módulos políticos, de programação e de recursos humanos, entre outras orientações imprescindíveis para se atingir instalações eficazes e eficientes ao funcionamento de atividades prontamente planejadas de turismo e lazer consoante padrão de excelência como um dos objetivos fundamentais do Sesc (SESC DN, 2014). Exemplificando:

O consumo de água deve ser monitorado, com acompanhamento gerencial, conhecimento do nível médio de consumo por setor e plano de redução e/ou uso eficiente da água. Manter critérios especiais e privilegiados para aquisição e uso de equipamentos e complementos que reduzam o consumo de água. Promover a coleta de águas pluviais para uso em jardinagem, lavagens externas, lavanderia e descarga de vaso sanitário. Implantar estações de tratamento de efluentes (ETE) e de água (ETA). Implantar ou adaptar instalações para o reuso da água na irrigação, na lavagem de carros e de pisos de varandas (SESC DN, 2014, p. 125).

Outro ponto importante nessa discussão seria lembra-se de que o “Trabalho Social no Sesc não se resume a um serviço isolado de realização de excursões interestaduais”. Ele é, sobretudo integrado, “no sistema Sesc, de todo o equipamento de lazer para aproveitamento do tempo livre. Apresenta-se em três modalidades: turismo emissivo, turismo receptivo e hospedagem”. À luz da filosofia de um Turismo Social para atingir prioritariamente as camadas mais vulneráveis socialmente e ainda com o compromisso de estimulá-los para uma “educação para e pelo turismo”. Nessa perspectiva, igualmente passa esta responsabilidade “como área complementar da cultura, diferenciando-o do turismo de massas, que é meramente comercial da capacidade de auto-sustentabilidade, em termos de custos, das atividades relativas ao turismo social” (Araújo *et al.*, 2007, pp. 38-39).

Enfim, depois de todo esse histórico para uma melhor compreensão do SESC como promotor do turismo social vale reforçar que, ainda, em 1976 era por lazer a demanda da população nos grandes centros do Brasil. E havia uma política fundamental “no acesso dos trabalhadores do comércio às opções de lazer”. Assim, o Turismo Social se estabelece como uma das marcas da atuação do SESC porque as necessidades básicas dos trabalhadores



consumiam toda a renda da família. Com isso, o Departamento Nacional baseada nessa demanda orientou e estimulou à criação de novos Centros de Atividades e Centros de Turismo e Lazer. Eram criados de norte a sul hotéis e estâncias para atender essa demanda com excelência. De modo que o SESC passou a ser conhecido pelos seus ginásios, piscinas e quadras esportivas (SESC DN, 2016a).

No Portal do Sesc 60 anos (SESC DN, 2016b) consta que o turismo social do SESC recebe todos os anos cerca de três milhões de turistas em seus hotéis e pousadas espalhadas no país. Contribui, portanto com 43 unidades de hospedagem espalhada por todo o país com o turismo social. E assim, conta que:

- a) Em 1948 foi inaugurada a 1ª Colônia de Férias SESC Bertioga, em São Paulo;
- b) Década de 50, promovida pelo SESC Rio Grande do Sul as primeiras caravanas de turismo;
- c) Em 1971, complexo turístico hoteleiro com 8 colônias de férias em comemoração aos 25 anos;
- d) Em 1979, 10 excursões para Ouro Preto, cidade histórica em Minas Gerais;
- e) Em 1980, associa-se à Organização Internacional do Turismo Social (BITS) o SESC São Paulo;
- f) Na década de 90 cria-se a rede nacional de Turismo Social do SESC;
- g) Em 1996, criadas em comemoração aos 50 anos do SESC 25 colônia de férias. 1998 a inauguração da Estância Ecológica SESC Pantanal. 2004 o desenvolvimento de roteiros do Brasil por meio da parceria mútua entre o Ministério do Turismo, Sesc e Senac Nacionais para atender ao Programa de Regionalização do Turismo;
- h) E registra-se em 2005 e 2006 a participação do SESC no Salão de Turismo, em São Paulo.

Percebe-se, assim, o despertar para aumentar o acesso ao turismo social do SESC no Brasil. Nessa perspectiva, adentrar-se melhor a questão do turismo social no próximo item registrando o trabalho social desenvolvido por uma dos Departamentos Regionais no Brasil e, como exemplo, será aprofundado o caso do SESC Ceará por meio da Colônia de Férias de Iparana em Caucaia.

### III.3.5 O SESC NO CEARÁ E A COLÔNIA DE FÉRIAS DE IPARANA – CAUCAIA-CEARÁ: TURISMO E EDUCAÇÃO

Pode-se dizer que a ação do SESC no Ceará na área de turismo social começa com a construção da Colônia de Férias de Iparana quando o Departamento Regional do Ceará (DR) recebe do Departamento Nacional (DN), em 1952, uma nova orientação que havia sido definida na I Conferência dos Técnicos do SESC, em 1951, na cidade de Bertiooga em São Paulo e, assim, “foram redefinidas as atribuições do Sesc em relação ao poder público”. E a partir dessa é que “o Sesc passa a investir pesadamente na questão cultural e lazer para os comerciários. Foi quando começou, ainda no ano de 1952, da colônia de férias de Iparana”. (FECOMÉRCIO Ceará, 2008, pp. 49-50).

Consoante documento institucional do SESC DR Ceará arquivada na Central de Documentação do Sesc Ceará (CEDOC), a Ata de centésima sexagésima quinta reunião não extraordinária do Conselho Regional do Serviço Social do Comércio – SESC – no Estado do Ceará, consta que foi realizada a inauguração da Colônia de Férias às 17h no dia 25 de junho de 1954.

Diante da discussão sobre o SESC como promotor do turismo social no Brasil, vale salientar e agregar a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) estabelecida pela Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, tem como finalidade “preservar, melhorar e recuperar a qualidade ambiental propícia à vida, assegurando condições ao desenvolvimento sócio-econômico, à segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana”. E ainda, apontando para “um melhor entendimento do tema ambiental, o art. 3º da Lei nº 6.938/81” (Brasil, 2009a, p. 14).

Como também é importante trazer os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) em que este desafiou abarcar a amplitude da dignidade humana e para tal privilegiou uma expectativa “de acompanhamento dos avanços, de metas e prioridades a alcançar, enquanto a perspectiva de direitos humanos tem uma visão mais ampla – aborda tanto metas intermediárias como metas integrais de fortalecimento de direitos” (Brasil, 2009a, p. 23). E caminhando ainda nessa lógica a Declaração de Copenhague para em seguida abordar os Princípios do Pacto Global:

| <b>Declaração de Copenhague:<br/>compromissos assumidos</b>  |
|--|
| Criação de um ambiente econômico, político, social, cultural e legal que permitirá às pessoas alcançarem o desenvolvimento social; |
| Erradicação absoluta da pobreza com o estabelecimento de metas para cada país;   |
| Emprego universal como uma meta política básica;   |
| Promover a integração social baseada na promoção e proteção dos direitos humanos de todos;   |
| Igualdade entre os gêneros;  |
| Acesso igualitário e universal à educação e serviços de saúde primários;   |
| Acelerar o desenvolvimento da África e países menos desenvolvidos;   |
| Assegurar que programas de ajuste estrutural incluam metas de desenvolvimento social;  |
| Aumentar os recursos destinados ao desenvolvimento social;   |
| Fortalecer a cooperação para o desenvolvimento social através da ONU.  |

**Figura III.3.5.1:** Declaração de Copenhague: compromissos assumidos Fonte: Brasil (2009a, p. 23).

| <b>Os Princípios do Pacto Global</b> |   |
|--------------------------------------|---|
| <b>Direitos Humanos</b>              |   |
| <b>Princípio 1</b>                   | Apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos internacionais dentro de seu âmbito de influência; |
| <b>Princípio 2</b>                   | Certificar-se de que suas corporações não sejam cúmplices de abusos em direitos humanos.              |
| <b>Trabalho</b>                      |   |
| <b>Princípio 3</b>                   | Apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;         |
| <b>Princípio 4</b>                   | Apoiar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado e compulsório;                             |
| <b>Princípio 5</b>                   | Apoiar a erradicação efetiva do trabalho infantil;  |
| <b>Princípio 6</b>                   | Apoiar o fim da discriminação relacionada a emprego e cargo.  |
| <b>Meio Ambiente</b>                 |   |
| <b>Princípio 7</b>                   | Adotar uma abordagem preventiva para os desafios ambientais;  |
| <b>Princípio 8</b>                   | Tomar iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;                                     |
| <b>Princípio 9</b>                   | Incentivar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente sustentáveis.                  |

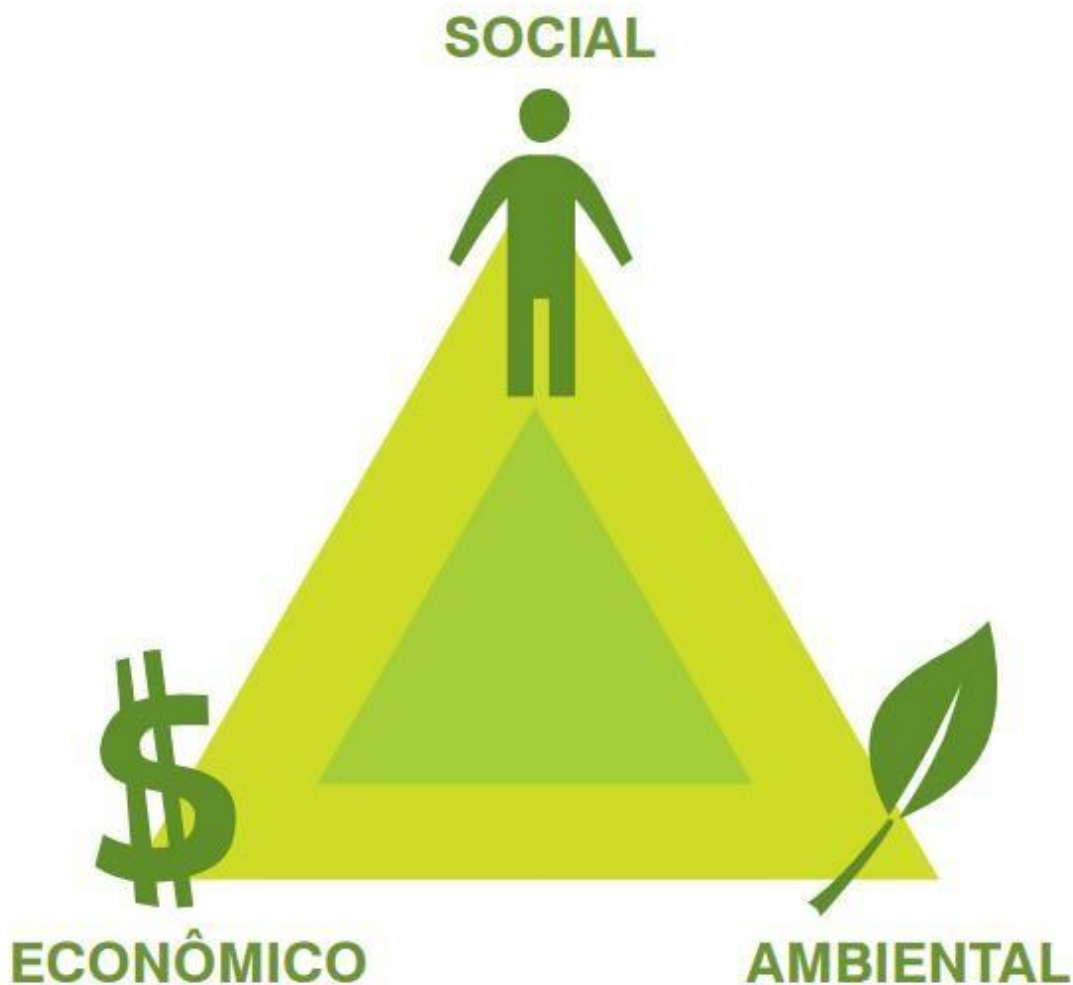
**Figura III.3.5.2:** Os princípios do Pacto Global Fonte: Brasil (2009a, p. 24).

E igualmente importante vem a Constituição Federal do Brasil que em demonstração da importância do tema para a sociedade brasileira reservou um artigo específico para tratar do meio ambiente. Assim, o artigo 225 vem impondo em seu texto tanto ao poder público e como “à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente e exige, na forma da lei, que sejam realizados estudos prévios de impacto ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente”. E nessa dimensão, este possibilitou, então, “a descentralização e permitiu à União, Estados,

Municípios e Distrito Federal ampla competência para legislar sobre matéria ambiental. Essas competências estão definidas nos art. 21, 22, 23 e 24” (Brasil, 2009a, p. 12). E fazendo menção a essa temática há os artigos:

| <b>Artigos Constitucionais relacionados ao meio ambiente</b>                  |   |
|---|---|
| <b>Art. 5º</b><br>XXIII; LXXI; LXXIII<br>- Dos Direitos e Deveres Individuais | <b>Art. 170</b><br>III e VI - Princípios Gerais da Atividade Econômica, Função Social da Propriedade e Defesa do Meio Ambiente. |
| <b>Art. 20</b><br>I; II; III; IV; V; VI; VII; IX; X; XI e §§ 1º e 2º          | <b>Art. 174</b><br>§§ 3º e 4º - Organização da atividade garimpeira, levando em conta a proteção do Meio Ambiente;              |
| <b>Art. 21</b><br>XIX; XX; XXIII<br>a, b e c; XXV                             | <b>Art. 176</b><br>§§ 1º ao 4º - Jazidas e recursos minerais;   |
| <b>Art. 22</b><br>IV; XII; XXVI   | <b>Art. 182</b><br>§§ 2º e 4º - Política de Desenvolvimento Urbano;   |
| <b>Art. 23</b><br>I; III; IV; VI; VII; IX; XI                                 | <b>Art. 186</b><br>II - Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária;  |
| <b>Art. 24</b><br>VI; VII; VIII   | <b>Art. 200</b><br>VII; VIII - IV e VIII. Da Saúde, Saneamento Básico e Colaboração na Proteção do Meio Ambiente.               |
| <b>Art. 43</b><br>§ 2º, IV e §3º  | <b>Art. 216</b><br>V e §§ 1º, 3º e 4º - Da Cultura  |
| <b>Art. 49:</b> XIV; XVI  | <b>Art. 225</b>   |
| <b>Art. 91:</b> § 1º, III   | <b>Art. 231</b>   |
| <b>Art. 103</b><br>Competência para propor ação de inconstitucionalidade;     | <b>Art. 232</b>   |
| <b>Art. 129</b><br>III e VI - Funções institucionais do Ministério Público;   | <b>Arts. 43 e 44 do ADCT</b>  |

**Figura III.3.5.3:** Artigos constitucionais relacionados ao meio ambientes Fonte: Brasil (2009a, p. 12).



**Figura III.3.5.4:** Triple Bottom Line. Fonte: Brasil (2009a, p. 21).

Para em seguida compreender a figura acima que resume na atualidade o que está ocorrendo na perspectiva de qualidade e viabilidade no mundo globalizado. Por isso que nessa dimensão estão os programas de responsabilidade social de muitas empresas. E estas estão sendo desenvolvido por base no “triple bottom line’ (**Figura III.3.5.4**), que se constitui na principal ferramenta do Índice de Sustentabilidade da Dow Jones (*Dow Jones Sustainability Index*) da Bolsa de Valores de Nova Iorque e do Índice de Sustentabilidade Social (ISE) da Bovespa”. E este tem como conceito “um conjunto de indicadores utilizado para a avaliação do desempenho econômico das empresas e das suas ações de responsabilidade social e ambiental” (Brasil, 2009, p. 21).

E nessa perspectiva surge à relação com referência à responsabilidade ambiental do SESC. Consoante o Sistema Fecomércio Ceará – FECOMÉRCIO Ceará (2008), a

“preocupação ecológica do Sesc já vem desde a década de 1980, quando começaram os trabalhos pioneiros em Iparana, que se transformou em Colônia Ecológica de Iparana”. A Unidade Operacional desenvolve na atualidade:

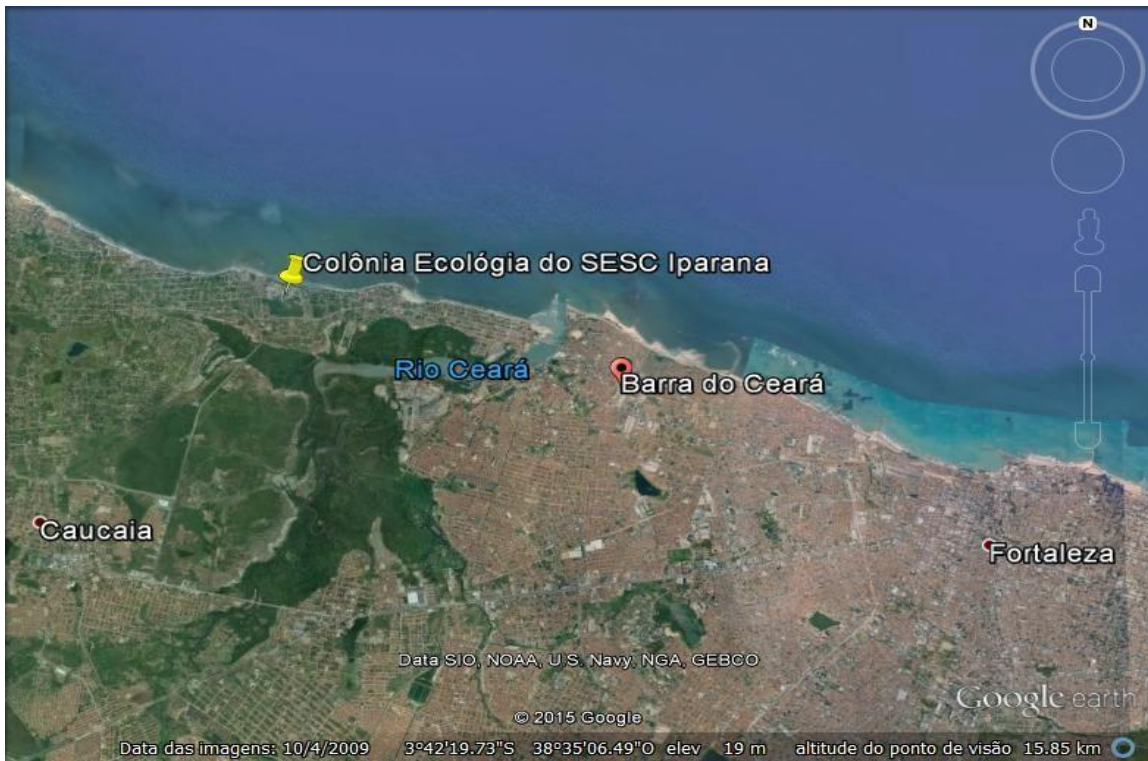
[...] diversas atividades de conscientização da causa ambiental, dentre as quais está o Centro de Reabilitação de Mamíferos Marinhos. Além do mais, Iparana é um centro de estudos sobre a energia limpa e renovável, abrigando um projeto de geradores eólicos. Toda a Instituição, não só a Colônia Ecológica de Iparana, promove ações de conscientização ecológica e de reciclagem e coleta de lixo. Uma das mais interessantes é o Projeto Reciclarte no bairro do Lagamar em Fortaleza, cujo início se deu em 2000 (FECOMÉRCIO Ceará, 2008, pp. 60-61).

E ainda, o SESC Ceará segue os rumos do SESC Nacional por meio de suas Diretrizes Gerais de ação do Sesc de 2012 que tem como base as Diretrizes para o Quinquênio 2011- 2015. E estas trazem orientações como de “assumir plenamente uma atitude de responsabilidade ambiental, contribuindo não somente para a melhoria da qualidade de vida de sua clientela e da sociedade em geral”, mas igualmente, sendo “exemplo e referência para todos que têm compromisso com o bem-estar social” (SESC DN, 2012b, p. 23). Enfim, a localização da Colônia de Ecológica do Sesc Iparana-Ceará está conforme mostra os mapas das seguintes **Figuras: III.3.5.5, III.3.5.6 e III.3.5.7.**

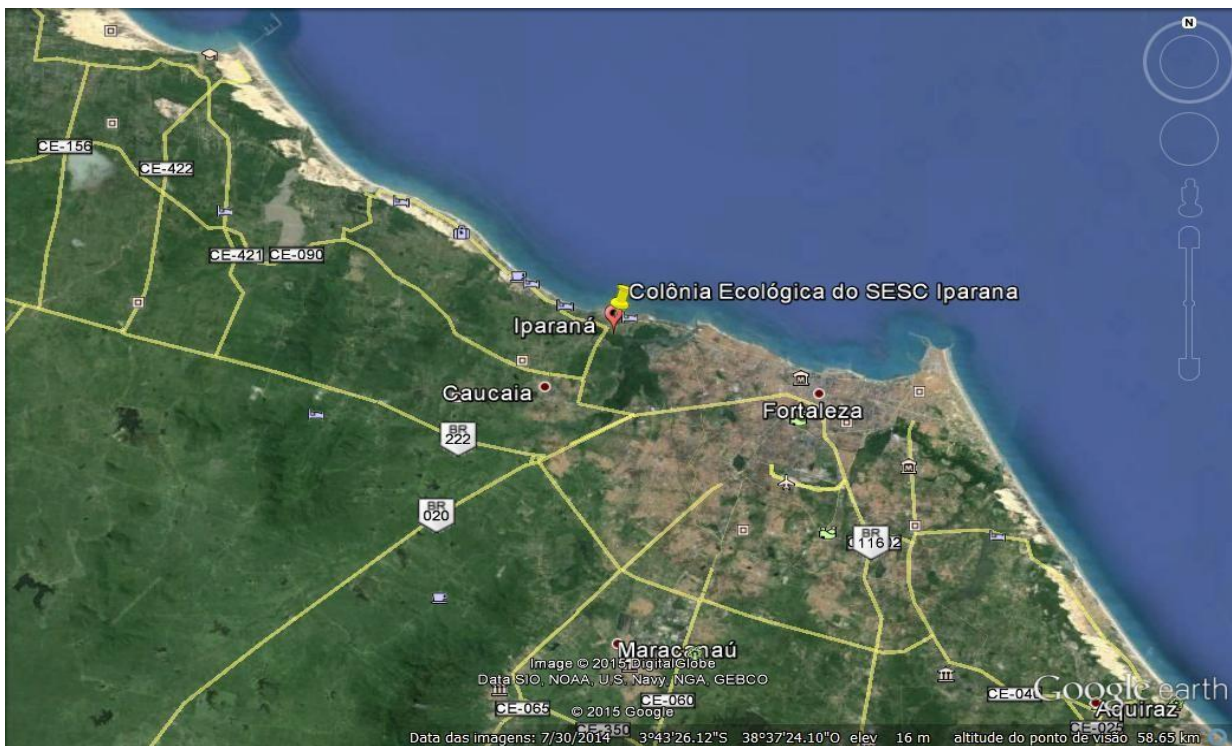


**Figura III.3.5.5:** Mapa situando Iparana – Caucaia – Ceará

Fonte: Google Earth – data da imagem 4 de setembro de 2013.



**Figura III.3.5.6:** Mapa situando a Colônia do SESC Iparana – Rio Ceará – Barra do Ceará – Fortaleza – Caucaia  
 Fonte: Google Earth – data da imagem 10 de abril de 2009.



**Figura III.3.5.7:** Estradas com BR e CE que levam a Fortaleza – Caucaia – Iparaná – Colônia Ecológica do SESC Iparana. Fonte: Google Earth – data da imagem 7 de março de 2014.



Segundo as “Diretrizes gerais de ação do SESC”, encontra-se neste documento relatos que, como consequência desse processo de utilização do saber resultante das descobertas no campo da ciência e da tecnologia, as relações entre sociedade e natureza alteraram-se significativamente. A exploração das matérias-primas na natureza e o processo de sua transformação em produtos passaram a ocorrer em escala até então desconhecida.

Esse processo, voltado exclusivamente para a ampliação da capacidade produtiva das sociedades, teve como um dos seus resultados a desregulação da relação natureza e sociedade. O resultado catastrófico deste processo de industrialização em que somente a maximização dos lucros importava é conhecido: desordenação dos ecossistemas naturais através das práticas predatórias e poluidoras.

A consciência da necessidade de se impedir que se agravem a degradação das condições ambientais e a necessidade de se reduzir os efeitos já ocorridos é hoje uma realidade, em particular para a ação de empresas e cidadãos. Envolve várias atividades econômicas, entre elas, a do turismo. Entretanto, esta consciência não está devidamente disseminada entre os indivíduos, empresas e governos, de modo a torná-los agentes ativos da preservação e da melhoria das condições ambientais. Blanco (2010, p. 31), nessa perspectiva, acrescenta que para se estabelecer um novo padrão não predatório é importante:

[...] respeitar e preservar a cultura, os recursos naturais locais e o modo de vida tradicional das comunidades, pois esses são os principais bens que essas regiões têm a oferecer. Aproveitando, de maneira sustentável, os recursos naturais e o modo de vida local, através do turismo de base comunitária, os níveis de pobreza e de exclusão social das comunidades envolvidas diminuem sensivelmente. Impor a lógica do turismo de massa nessas regiões traz lucros para os grandes comerciantes que possuem os maiores empreendimentos, mas aniquila os principais atrativos das comunidades locais, pasteurizando e transformando o rural e as pequenas comunidades em simulacros mal construídos de cenários urbanos.

Com isso, o SESC assume o papel de agente gerador de uma consciência crítica em relação às questões ambientais, propiciando em seus quadros efetivos e na sua atuação sócio educativa, abrindo caminhos que norteiem a melhoria do meio ambiente, com o intuito de impedir a ampliação de sua poluição e degradação, além de incentivar uma consciência da importância de um meio ambiente saudável para si e para a sociedade. Uma das formas de atuar na questão ambiental seriam a realização de Mostras, Oficinas, Palestras e Seminários, voltados exclusivamente para o debate e reflexão das questões relativas à melhoria e preservação do meio ambiente.

A instituição aqui tratada tem a preocupação de discutir a utilização de suas unidades físicas relacionando estas com a questão ambiental, através de normas de utilização dos espaços para que não se agrida o meio ambiente. A Colônia Ecológica do SESC Iparana é o exemplo dessa preocupação. Tema esse que abordaremos no desenvolvimento da dissertação.

Para colaborar com o bem-estar físico, mental e social, de seus participantes, o SESC investe suas ações e atividades nos campos da educação, da saúde, da cultura e do lazer, considerando as especificidades de cada área.

No campo da educação, o SESC pauta sua proposta pedagógica em diversos segmentos dessa área, tendo como prioridade oportunizar o processo de conhecimento em sua totalidade, tendo em vista as diversas formas de linguagem e expressão, em parceria com elementos da cultura, resignificando os conteúdos escolares e contribuindo para o conhecimento que engloba a cultura popular. A atuação do SESC, durante toda a sua história tem sido a de que os serviços prestados aos seus participantes devem ultrapassar, em seus resultados, as necessidades imediatas a que se destinam.

No caso de suas escolas, os alunos têm a oportunidade de construir conceitos no desenvolvimento dos programas de estudo, incluindo a leitura e a escrita, consulta a enciclopédias, realização de experimentos, entrevistas, dentre outros. Essas atividades objetivam desenvolver o conhecimento necessário para a compreensão do tema abordado, onde a motivação de seus alunos esta diretamente relacionada com ao aprendizado da compreensão, da leitura e da escrita. O trabalho do SESC na educação também aborda o fortalecimento dos educandos, como seres produtivos e criativos.

O estudo do entorno das unidades escolares do SESC e de outros locais de vivência e convivência favorece as capacidades de orientação e representação espacial, através da interpretação e elaboração de desenhos, plantas ou mapas de espaços conhecidos e outros estudos e programas. Observando, ao longo do tempo, as transformações ocorridas na localidade, nota-se que os alunos também desenvolvem a percepção de tempo histórico quando falam de suas localidades, por incentivo pedagógico dos educadores da instituição. Além de propiciar um melhor aproveitamento dos recursos locais, com benefício pessoal e da comunidade, dando a oportunidade para abordar temas mais gerais e ampliar o debate sobre muitos outros questionamentos.

A educação segundo as “Diretrizes gerais de ação do SESC” (SESC DN, 2012b, p. 25) mostrar-se “como o processo social por excelência, para dotar os indivíduos da estrutura mental capaz de torná-los eficientes no seu autodesenvolvimento” e, com isso, responder:

[...] às suas necessidades e às de seus familiares e de se tornarem cidadão capazes de participar de forma afirmativa da vida econômica, política e sociocultural do País. [E conclui:] Tendo em vista, entretanto, que o sistema educacional brasileiro não vem sendo capaz de responder eficientemente aos objetivos a que se propõe, e que é a esse segmento da rede de ensino que parcela expressiva dos participantes do SESC tem que recorrer, face as suas limitações econômicas, para atender as suas necessidades no campo da educação formal, é imperioso, portanto, que a Entidade, em respeito às suas origens e destinação, desenvolva ações de suportes e complementaridade que vissem à imprescindível melhoria da qualidade desse ensino (SESC DN, 2012b, p. 25).

Dessa forma, o SESC tem suas bases consolidadas na educação e na cultura como função maior da escola, com isso gerar mecanismos capazes de difundir o conhecimento acerca da diversidade de manifestações culturais e das nossas origens, colaborando para a reconstrução da história e tradição de um povo que traz consigo alegrias, tristezas, lutas, reivindicações e valores, e costumes que são legado de geração em geração, permitindo assim, um campo dialógico, no qual o discurso cultural é ampliado, possibilitando a todos a democrática expressão de suas diferenças culturais.

No campo da saúde, o SESC mantém atualmente uma diversificada programação e serviços. Desde sua criação, o SESC tem tido a saúde como uma das suas prioridades. O principal foco de seu trabalho nessa área é a medicina preventiva, disseminando informações que estimulem a criação de hábitos voltados para a prevenção e consequente preservação da saúde. **Educar para a saúde** é o lema da entidade. O SESC interpreta que saúde e práticas esportivas não se desvencilham.

Em suas unidades possui instalações que abrigam atividades lúdicas e interativas que transmitem informações sobre saúde geral e meio ambiente, Promove a prática da corrida ou do correr, para isso possui profissionais que orientam a prática da corrida como um importante mecanismo de promoção de saúde, uso do tempo livre e melhoria da qualidade de vida. Em seus espaços mantém cursos de voltados a prática de esporte, com isso realiza um conjunto de atividades físicas esportivas para todas as faixas etárias, que tem por objetivo a prática saudável e o desenvolvimento de ações voltadas para a melhoria da saúde e bem-estar geral. Além de aprimorar a condição física dos participantes por meio dos cursos regulares de esportes em geral e Atividades Aquáticas, os alunos desfrutam de um ambiente descontraído e favorável à integração e participação.

A educação por meio do esporte e para o esporte é o foco do **Programa SESC de Esportes**. Brincar, aprender, competir, jogar e divertir são elementos presentes neste universo; prática humana promovedora de infinitas trocas simbólicas, favorável à formação

de pessoas e à construção da cidadania. Um estímulo prazeroso para a conquista da autonomia corporal, a melhoria da qualidade de vida e o aprendizado de novas habilidades e expressões corporais. A prática de atividades físicas, com regularidade, promove melhores condições de saúde, além de bem-estar e convívio social.

As atividades físicas esportivas do SESC pretendem oferecer aos participantes a condição de atingirem seus objetivos específicos, de acordo com a escolha individual, e ainda prepará-los para as atividades da rotina diária. A memória é uma das funções mais importantes do nosso cérebro, na medida em que nos permite beneficiarmos de experiências passadas para solucionar problemas apresentados rotineiramente no meio ambiente. Sabemos que a atividade física contribui para a melhoria e manutenção da saúde de forma geral e conseqüentemente isso tem reflexos positivos para a memória.

O SESC também mantém um curso voltado a **Hidroginástica** que compõe um conjunto de exercícios corporais realizados em uma piscina com objetivo da manutenção da saúde. Visa o fortalecimento muscular e o condicionamento físico geral, cardiovascular e respiratório. Por ser uma atividade física de participação ativa, proporciona bem estar e interesse ao praticante, possibilitando novas relações com o próximo, o ambiente e consigo mesmo. Existe também um curso de **Capoeira**, através de exercícios lúdicos, o curso apresenta os principais movimentos da Capoeira regional, com o objetivo de despertar habilidades e valores artísticos e musicais, propiciando a melhoria da saúde, das habilidades motoras e das qualidades físicas. No curso se desenvolvem os exercícios respiratórios, posturais e de relaxamento que favorecem a flexibilidade e a consciência corporal.

Outra atividade esportiva é a **Ginástica**. Onde se pratica exercícios de resistência, força, equilíbrio, coordenação e flexibilidade que têm como objetivo a melhoria da condição física do praticante. O SESC disponibiliza em sua unidade a disponibilização de uma Academia de ginástica onde oferece aparelhos para musculação, assim como esteira e bicicleta ergométrica, a preços acessíveis. Suas academias contam com profissionais treinados e proporcionam a prática de exercícios que podem ser praticados por pessoas de diversas idades, para diferentes objetivos.

Em sua unidade, o SESC também disponibiliza um **Consultório odontológico**. A Odontologia e nutrição são outros campos em que o SESC atua, contribuindo para a melhoria da saúde bucal da população, em clínicas e unidades móveis, e para o acesso à alimentação saudável, através dos Restaurantes SESC.

O SESC desenvolve o programa **Mesa Brasil SESC**, que se configura como um

programa de segurança alimentar e nutricional sustentável, que atua desde 2001 redistribuindo alimentos excedentes próprios para o consumo. O programa é uma ponte que busca onde sobra e entrega onde falta, contribuindo para diminuir a desigualdade social no país. O Mesa Brasil consolida o compromisso social e institucional do SESC em uma ação social efetiva para atender a maior parcela possível da população que vive em situação de risco sócio econômico e cultural.

O Programa Mesa Brasil SESC estabelece diretrizes que possibilita a unificação e padronização em todo território nacional, com princípios norteadores que são: Segurança alimentar e nutricional; ações educativas, objetivando autonomia das entidades sociais; Construção e manutenção de parcerias; Difusão de conhecimentos e promoções da cidadania; Trabalho voluntário; Arrecadação, transporte e distribuição dos alimentos de forma segura.

O **Programa de Ação Conjunta** aqui detalhada integra o SESC, empresas, instituições sociais e pessoas voluntárias no esforço de diminuição das carências alimentares e do desperdício de alimentos, com um papel propositivo: demonstrar que é possível minimizar os efeitos da fome e da desnutrição com programas sociais práticos a custo reduzido e de aplicação imediata. Mas o Programa em pauta não se limita apenas a doações de alimentos, também desenvolve ações de combate ao desperdício, bem como educativas junto a instituições e empresas doadoras, abordando temas de nutrição como: Noções Básicas de alimentação e Nutrição, Higiene e Comportamento Pessoal, Manipulação de Alimentos, Transporte de Alimentos, Organização e Controle de Almoxarifado e Aproveitamento Integral dos Alimentos e temas sociais tais como: Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano a Alimentação, Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social, Educação ambiental – coleta seletiva, Ação voluntária e geração de Renda.

Esses assuntos são tratados em **Sete Cartilhas Educativas** elaboradas pelo **Mesa Brasil**. Todos os meses abordam um assunto diferente, sempre com o objetivo de melhorar o aproveitamento das doações e garantir a produção de refeições seguras, preparadas com higiene e qualidade. Associados a esses temas, levamos também **Palestras** com assuntos na área social, como a Lei Orgânica da Saúde, Estatuto do Idoso, Sistema Único de Saúde, direitos e deveres do consumidor, entre outros.

Essas ações acontecem na última semana de cada mês e a participação das instituições beneficiadas é unânime, o que nos leva à certeza que esse trabalho está dando certo, com

ótimos resultados, sendo a meta aumentar o número de instituições cadastradas, a fim de levar esse benefício a um número maior de pessoas.

Na **Colônia Ecológica do SESC**, em Iparana, é desenvolvido o projeto **Horto medicinal**, pautado no plantio e colheita de ervas com fins medicinais, dando ênfase ao trabalho fitoterápico, utilizando os conhecimentos das tradições adquiridas pelos moradores de seu entorno.

O documento de “Diretrizes gerais de ação do SESC” aborda o sentido da educação para a saúde, como parte de suas ações. Ao eleger a Educação para a Saúde como atividade prioritária, estará o SESC contribuindo verdadeiramente para a criação de uma mudança cultural em que os indivíduos se qualifiquem para substituir um conhecimento por outro mais adequado, ajudando-os a se tornarem mais competentes no exercício daquilo que devem fazer por si mesmos, para realizar integralmente a condição de saúde, tornando-a um bem comunitário.

A proposição de que o SESC dê prioridade em sua ação programática ao trabalho de caráter educativo e preventivo não significa que a entidade deixe de atender às necessidades de caráter curativo e de suplementação, com a mesma, ou melhor, qualidade da que já existe, nas áreas de maior carência destes benefícios, como odontologia e nutrição, nas quais tem desenvolvido e introduzido ações inovadoras. Uma ação modernizadora de metodologias e equipamentos deverá ser a diretriz orientadora da ação do SESC nas atividades de odontologia a nutrição, no sentido de ampliar e rentabilizar esses serviços, frente ao quadro geral da situação de saúde da população e dos recursos existentes para atendê-la.

No campo da **cultura**, o SESC lança o olhar em duas preocupações: 1) o estímulo à produção cultural; 2) e o estímulo à difusão artístico cultural. **O fomento e difusão das culturas populares é uma das linhas de atuação prioritárias do SESC no Ceará.** Ao longo do ano, em uma ação continuada, realiza em todo o estado uma extensa programação de atividades educativas e apresentações artísticas que valorizam as diversas expressões das culturas em geral. A instituição possui intenções na perspectiva de tornar-se um espaço de ocorrência de produtos que possam ser designados como manifestações artísticas culturais.

É necessário que os objetos, sejam aqueles capazes de enriquecer intelectualmente os indivíduos, levá-los a desenvolver uma percepção mais acurada, propiciar-lhes uma nova compreensão das relações sociais, uma releitura de seu “estarnomundo”, permiti-lhes novas formas para refletirem suas condições de origem, significando dar prioridade a produtos artístico-culturais que colaborem para estabelecimento uma nova forma de perceber o

mundo em que vivem, ajudando a consolidar uma ação transformadora dos indivíduos e da sociedade, excluindo-se, portanto, da ação programática da Entidade, aqueles produtos culturais que tendem à sua retificação, por se formarem a partir de conteúdos e formas reiterativas de padrões culturais já gravados na memória e seus receptores.

O esforço do SESC é aliar cultura e educação, na mesma perspectiva de acesso ao conhecimento e geração na transformação individual e coletiva de seus participantes. O registro visual e audiovisual dessas realizações compõe a forma de trabalho com que os educadores do SESC atuam, gerando um acervo de inestimável valor, onde através de suas publicações se disponibiliza ao público em geral. A linha de atuação do SESC acontece através do Programa Cultura do SESC, que são norteadas por uma visão ampla nas áreas de: Apresentações Artísticas, Desenvolvimento Artístico e Cultural e Biblioteca possibilitando para que essas ações se tornem em real instrumento de transformação dos indivíduos e da sociedade. Atua também nas áreas de música, dança, artes plásticas, cinema, vídeo, literatura, teatro, tradição popular, cursos, oficinas e palestras.

Essas vivências pedagógicas e culturais têm contribuído com o aperfeiçoamento das percepções estéticas, o estímulo à criatividade e à capacidade de improvisação, o desenvolvimento da corporeidade e das dimensões sensoriais e espaciais dos indivíduos. Além de fortalecer os processos comunicativos e de socialização dentro e fora do contexto escolar, envolvendo profissionais da educação e da cultura, alunos, familiares e comunidades.

O SESC também organiza encontros dos grupos culturais, mestres da cultura e artistas com os educadores, com o intuito de aprofundar a relação educacional e cultural, promovendo momentos de importantes trocas e de diálogo, propiciando o contato direto com as diversas redes de sociabilidades construídas entre os indivíduos e coletivos integrantes de cada expressão cultural. O SESC tem a preocupação de consolidar seu compromisso com a difusão e a reconstituição da memória das culturas do Estado do Ceará. De acordo com as “Diretrizes gerais de ação do SESC” (SESC DN, 2010a, p. 28) este oferece estímulo à produção cultural, conforme vemos abaixo:

Uma das formas de o SESC atuar no campo da cultura é o estímulo à produção artístico-cultural. Ao se constituir como um dos espaços de sua viabilização, estará no SESC criando condições para o seu revigoramento, contribuindo para o aperfeiçoamento da produção cultural brasileira, melhoria do nível intelectual do povo brasileiro e fortalecimento do sentimento de identidade nacional, visto como condições essenciais do desenvolvimento. [...] A consciência de que é com uma ação efetiva no campo da produção cultural, que o SESC poderá dar uma contribuição real para o alcance desses objetivos, leva à necessidade de se

definirem critérios e condições que orientem sua ação nesse campo (SESC DN, 2004, p. 28).

E nessa perspectiva, a “proposição do SESC ser um espaço de viabilização da produção artístico-cultural traz em si a necessidade de também ser incorporada à Entidade a função de articular entre produtores e consumidores de bens culturais”. E isso significa para o Departamento Nacional (DN) que “disponibilizar simplesmente seus espaços não permitira distinguir seu papel no processo cultural brasileiro, de outras entidades com finalidades e objetivos diversos”. Portanto, para o DN assumir a função de articulador cultural demanda definir objetivamente uma proposta de gerenciamento que leve a este fim. E para tal, torna-se indispensável determinar as linhas de trabalho a serem praticadas em que se permita aos responsáveis pelo fazer artístico-cultural as condições indispensáveis para se operar o seu pensar e agir, ou ainda, para o SESC DN (2004, pp. 28-29) é indispensável que as linhas de trabalho comportem dotar aos profissionais pelo:

[...] fazer artístico-cultural das condições necessárias para operacionalizarem o seu pensar e agir. [...] A primeira linha de trabalho para efetivar a ação destes produtores é a criação das bases materiais para a apresentação dos seus produtos. Estas bases materiais (espaços e equipamentos) devem preencher as condições necessárias para que a apresentação dos produtos ocorra de modo adequado e, assim, possam manifestar-se em sua forma plena. Ao assumir essa concepção, O SESC define como sua diretriz que a viabilização da produção artístico-cultural exige as condições materiais de suporte que lhe são inerentes, e passa, portanto, a dar-lhe o tratamento já estabelecido para as demais atividades em outros campos de ação.

E de um modo geral, as dificuldades logo de entrada aos saberes, informações e tecnologias adequadas à produção artística têm colaborado para que na maioria das vezes as localidades brasileiras ela se diferencie “por ser insuficiente em suas manifestações, ou reiterativa de fórmulas ou formas já desgastadas”. Perante essa realidade, o “SESC deverá implementar uma linha de trabalho voltada para o desenvolvimento da criação cultural daqueles que escolheram esta dimensão humana como seu ofício”. No entanto, a eleição do produtor cultural como objeto prioritário desta linha de desenvolvimento humano não pode constituir a exclusão dessas populações culturais (SESC DN, 2004, p. 29). Assim sendo nessa conjuntura, o DN explicita o papel do SESC no estímulo à difusão artístico cultural como:

A qualificação dos consumidores culturais é também necessária, para que a interação dos mesmos com os produtores culturais permita um salto de qualidade e, em decorrência, se tenha uma contribuição significativa para o desenvolvimento do processo artístico-cultural brasileiro. A diretriz básica do SESC é a de se



desenvolver um trabalho educativo que permeie direta e/ou indiretamente todas as atividades e serviços ofertados pela Entidade, fazendo com que ultrapassem seus objetivos mais imediatos, tornando-os mais eficazes e eficientes ao contribuírem para a informação, capacitação e desenvolvimento de valores (SESC DN, 2004, pp. 29-30).

Nessa direção, a definição da programação no campo da cultura para o DN deverá considerar além da realização, objetar às necessidades imediatas dos consumidores, como igualmente, “provocar uma alteração na qualidade do agir e pensar dos mesmos, dotando-os de uma compreensão mais adequada do significado dos produtos artístico-culturais e permitindo assim que o gostar ou não gostar seja consequência de um efetivo compreender” (SESC DN, 2004, p. 30).

Por fim, o SESC identifica o **lazer** como uma das **atividades** importantes para desenvolver sua ação programática, possibilitando o atendimento de grandes demandas dos indivíduos que procuram seus serviços. O SESC lança um olhar para a importância para prática do lazer como participante na vida social os cidadãos, buscando ainda o desenvolvimento de sua personalidade, na medida em que libera dos condicionamentos que o automatizam no cotidiano de seus afazeres no trabalho.

O SESC dá uma grande importância ao lazer, pois vê nele uma forma de melhorar a qualidade de vida da população. O **Programa Lazer** está dividido em duas grandes áreas – Esporte e Turismo Social – que visam atender às necessidades de participação, solidariedade e integração sociocultural dos trabalhadores, da família e dos diversos grupos sociais.

Os **complexos esportivos** do SESC possuem salas de ginástica, ginásios esportivos, parques aquáticos, espaços para artes marciais e práticas orientais. Também incentiva modalidades como Natação, Hidroginástica, Ginástica, Musculação, Aerobike, Alongamento, Voleibol, Basquete, Futsal, Capoeira, Karatê, Judô, Tai Chi Chuan, Kung Fu Shaolin (Boxe Chinês), Hapkido, Aikido, Yoga e Tai Chi Chuan. Também desenvolve o projeto Segundo Tempo que é realizado, em parceria com o Ministério dos Esportes, desenvolvendo atividades na área de esportes, educação, saúde e cultura, três vezes por semana nos diversos turnos, durante doze meses.

O projeto tem o objetivo de ocupar o tempo livre de crianças e adolescentes como forma de contribuir na melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Desenvolve também o projeto SESC Ativo que tem como principal objetivo a Educação para Atividade Física, que consiste em incentivar a prática consciente e permanente de exercícios físicos e

dos esportes, de forma prazerosa, através da ação educativa, propositiva e transformadora, fortalecendo a capacidade dos indivíduos de buscarem, eles mesmos, a melhoria de suas condições de vida.

São atendidos atualmente cerca de 1500 pessoas e seus núcleos se desenvolvem em através do Ciclismo, Ginástica e Futebol de Areia, Capoeira, Tai Chi Chuan e Caminhada, Futsal, Futebol e Atletismo. Se as razões que levaram o SESC a se tornar a mais importante agência de lazer do País ainda justificam essa atuação, é essencial, no entanto, levar-se em conta o significado de que se reveste hoje o lazer, sob julgamento de que os resultados de sua ação neste campo venham a repetir justamente as condições para as quais se propõe a ser um antídoto.

O SESC também promove eventos ligados a **festivais, mostras culturais, apresentações artísticas, exibição de filmes, Copas e torneios esportivos, passeios ciclísticos, viagens para varias localidades do estado do Ceará e pelo Brasil, além de promover o dia do desafio, um dia inteiro com varias atividades esportivas e culturais nas praças das cidades.**

O turismo para o SESC é muito mais que entretenimento, não se resume apenas a passeios e excursões. Atuando como um **agente de inclusão social**, o SESC democratiza o acesso a serviços de turismo, ampliando as possibilidades de conhecer novos lugares, povos e culturas.

O cuidado em **preservar e valorizar os aspectos regionais dos locais** visitados, através de um trabalho educacional, é uma das principais preocupações da instituição. **Pioneiro na oferta de serviços de turismo de baixo custo no Brasil, o SESC iniciou suas atividades na década de 1940, e ao longo desses 60 anos de existência tornou-se a maior rede de Turismo Social do País, com 43 meios de hospedagens e 173 pontos de atendimentos para viagens em todo território nacional.**

No Ceará, o Programa Turismo Social oferece passeios e excursões nos mais diversos segmentos do turismo: cultural, religioso, lazer e ecológico. Nas “Diretrizes gerais de ação do SESC” (SESC DN, 2012b), **vê-se o papel e a importância** do lazer desde suas diretrizes básicas, como também, o cunho essencialmente educativo para o desenvolvimento individual e a realização social. Nesse âmbito, faz-se:

[...] necessário que sua ação programática se contraponha à tendência do lazer em se tornar um conjunto de práticas consumistas, repetitivas e de pura evasão, que pouco contribuem ao desenvolvimento individual e à realização social. [...] Ao procurar responder, portanto, às necessidades de seus participantes, no que diz respeito à ocupação do tempo livre, o SESC deverá ter como objetivo **proporcionar experiências gratificantes que se acrescentem à vida e não mais um objeto de consumo descartável e externo aos indivíduos, que se esgota no**

**seu uso imediato. Significa proporcionar aos mesmos, experiências de reflexão, fantasias, entretenimento, recreação e desenvolvimento físico** (SESC DN, 2012b, p. 30, grifo nosso).

Nessa lógica, o Departamento Nacional orienta a cada Departamento Regional que possui o “Programa Turismo Social” para que este por meio das suas atividades desenvolvidas neste campo possa ir além do atendimento das necessidades humanas de recuperação física e mental. E assim, igualmente vejam as necessidades de participação, solidariedade e integração sociocultural. Orienta ainda para que possa contribuir a elevação do nível de exigência de sua própria clientela, do que é oferecido para ocupar o tempo livre dela. Pois o DN acredita que com as manifestações e atividades de entretenimento e de caráter lúdico-recreativo ofereça meios capazes de promover esses objetivos (SESC DN, 2012b). O SESC DN (2012b, p. 31) tem a preocupação de que:

[...] Tal fenômeno informa uma crescente disponibilidade de tempo livre por parte dos indivíduos, bem como de um movimento natural destes para ocupa-lo, ainda que de modo espontâneo e consumista em função de forte influencia da mídia e seus modismos em relação às ofertas da indústria do entretenimento. [...] Nesse sentido, cabe à Entidade proporcionar melhores condições para o aproveitamento do tempo livre, empregando recursos humanos habilitados a explorar, de modo eficiente, as várias possibilidades de crescimento pessoal, potencialmente presentes nas atividades desenvolvidas, resgatando dessa forma o sujeito, do papel do mero consumidor de serviços e atividades de entretenimento de caráter retificador e, assim, contribuindo para a expansão de uma consciência individual e sua inserção na cidadania.

O desafio, nesse momento, está em identificar, catalogar e analisar as atividades e projetos em que se explicitasse as atuações do SESC, na tentativa de clarear e lançar um olhar **mais apurado sobre o resultado de tais práticas, em confronto com** as suas diretrizes de atuação e suas leis. Já que este, configura-se com um espaço de desenvolvimento do aprimoramento dos indivíduos, ao mesmo tempo em que se preocupa com o meio em que estes indivíduos vivem.

Para isso, tornou-se necessário um mergulho investigativo nas concepções de educação, saúde, cultura e lazer defendidas pela instituição. As possibilidades do Turismo de Base comunitária se mesclam a esses temas, uma vez que, o repasse do conhecimento através da educação, as melhores formas de uma saúde alimentar, as manifestações culturais e artísticas, a prática do lazer preservando suas localidades e espaços, configura-se como eixos principais para a elaboração de uma pesquisa sobre as redes sociais e assim, identificar as potencialidades para o desenvolvimento de Práticas Sustentáveis de Turismo de Bases Comunitárias.

As estruturas de participação, decisão e controle que repousam sobre as instituições das comunidades indígenas na América Latina nutrem-se dos princípios da equidade, reciprocidade e confiança. Esses princípios constituem a base do capital social, que designa o conjunto de valores, conhecimentos coletivos (ancestrais), técnicas de produção, formas de conduta e de organização, suscetíveis de gerar comportamentos de cooperação entre seus membros e eficiência no trabalho, com a finalidade de preservar a coesão social e garantir suficientes meios de vida para assegurar a sobrevivência do grupo como tal (Bartholo, Bursztyn, & Sansolo, 2009, p. 29).

Apostando na possibilidade de desenvolvimento de um turismo de base comunitária o SESC, no Ceará, por meio de ações educativas junto a comunidades do entorno da sua unidade de Iparana, tem buscado a valorização do acervo do patrimônio comunitário, envolvendo uma participação mais ativa da comunidade nas decisões e, sobretudo, no controle das instituições locais, incentivando as comunidades a se conscientizarem do seu potencial e do valor dos seus bens patrimoniais, ou seja, dos seus recursos humanos, culturais e naturais. Nessa direção será mais bem discutido o turismo de base comunitária no próximo item.

### III.3.6 O TURISMO COMUNITÁRIO

A comunidade de base comunitária encontra-se diante do desafio de equilibrar o desenvolvimento territorial, a conservação ambiental, somado a vulnerabilidade social das comunidades envolvidas num contexto capitalista, ou seja, de relações de poderes entre eles. Talvez seja esse contexto que desperte a discussão em muitos autores da literatura acadêmica para reconhecer as diversas denominações e conceitos dessa atividade, como “as quais se tem o chamado turismo comunitário, turismo de base comunitária, turismo solidário, de conservação e sustentável, dentre outros” (Costa, Santos, & Faccioli, 2014, p. 4).

Nesse sentido, para Pereira (2009, p. 2) o conceito de turismo apareceu “no século XVII, na Inglaterra, como referência a um tipo especial de viagem – tour, termo de origem francesa, que quer dizer volta e tem seu equivalente no inglês turn, e no latim tornare”. E no século XX conforme esta autora surgiu muitos conceitos a respeito de turismo e igualmente “os elementos que integram a atividade turística” (Pereira, 2009, p. 2). De modo que em 1911, Herman von Schullern, teórico do turismo, constrói o conceito a partir da compreensão de que “todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na

permanência e na saída do turista de um determinado município, país ou estado” (Dhein, ©2016).

Depois de abordar o conceito de turismo acredita-se que as pesquisas na área do turismo seja esta: quantitativo ou qualitativa fundamenta ainda mais a discussão para se compreender melhor, como por exemplo, as diretrizes do turismo comunitário como inserção socioeconômica das populações locais de forma sustentável ao meio ambiente. Com essa direção, Walle (1997) contribui quando este explica sobre as estratégias na decisão de método rigoroso para dá credibilidade a pesquisa social no turismo. Ele explica ainda que a escolha irá refletir diretamente no resultado do estudo, podendo até simplificar uma realidade que é complexa, ou seja, “fatos” podem acontecer de:

[...] gathered and leads to the possibility of oversimplifying reality by only examining phenomena in ways which reflect rigorous data gathering. As a result of employing such strategies, it becomes impossible to examine “reality” in all its complexity. Emit/humanistic/artistic investigation, precisely because it is not hobbled by exacting research techniques, is free to ask questions which the rigorous researcher cannot easily pursue. The scientists’ retort to such an approach may be “fools rush in where angels fear to tread”, but the emit “fool” has a viable retort: throughout history fools have often been the harborers of great wisdom precisely because they were able to transcend the conventions of their era and strike at the heart of the issue<sup>29</sup> (Walle, 1997, pp. 534-535).

Portanto, para Walle (1997), o turismo tem assumido uma legitimidade na variedade das pesquisas e nas estratégias de investigar no sentido de adequar para poder responder melhor as indagações que levam aos seus estudos. Muito embora, o turismo deva articular de uma forma geral e universal as suas estratégias das pesquisas qualitativas ou quantitativas ou mesmo, quantiquali ou vice-versa. De modo que ele expõe:

In this scientific age, it is often assumed that those using methodologically vulnerable methods will eventually gain “enlightenment” just as modern medical techniques replaced witchdoctors in “primitive” tribes. [...] The choice of emits/art or etics/science must be determined by the situation in which research takes place, not be some misguided search for rigor simply for its own sake<sup>30</sup> (Walle, 1997, p. 535).

Retornando ao conceito de turismo e refletindo um pouco mais sobre as múltiplas teorias e enfoques que podem existir nas pesquisas qualitativas, quantitativas, qualiquanti

---

<sup>29</sup> ser recolhidos e leva à possibilidade de simplificar a realidade em apenas examinando fenômenos de maneiras que refletem a recolha de dados rigorosos. Como resultado do emprego de tais estratégias, torna-se impossível examinar a “realidade” em toda a sua complexidade.

<sup>30</sup> Nesta época científica, é frequentemente assumido que aqueles que utilizam métodos metodologicamente vulneráveis acabarão por ganhar “iluminação”, assim como técnicas médicas modernas substituídas curandeiros em tribos “primitivas”. [...] A escolha de emite / arte ou ética / ciência deve ser determinada pela situação em que a pesquisa tem lugar, não ser alguma busca equivocada de rigor simplesmente para seu próprio bem.

ou vice-versa. Sabe-se que todas são imprescindíveis, principalmente, porque se observa, por exemplo, a qualitativa ou qualiquanti responde melhor do que quantitativo ou quantiquali as indagações sociais por estas serem muito complexas. Entretanto, o contrário também é verdadeiro, na medida em que, as pesquisas quantitativas respondem melhor do que a qualitativa se estas não houver complexidade.

Assim, por conseguinte, no caso de que “entre elas as interações entre sistemas sociais e ecológicas: o homem interagindo com a natureza e com o próprio semelhante, contextos esses nos quais se insere o turismo comunitário, solidário e sustentável” a pesquisa qualitativa irá nessa situação aprofundar e responder mais as expectativas dos sujeitos do que a quantitativa (Sampaio, Lesama, Araujo, & Mendez, 2011, p. 25).

Complementando a discussão Sansolo e Bursztyn (2009) parte das diferentes formas produzindo igualmente diferentes conceitos de turismo de base comunitária e, assim, eles trazem em pauta para enriquecer esse debate alguns exemplos como:

Es un modelo alternativo de gestión turística, endógena y autónoma, manejado por las organizaciones comunitarias rurales-indígenas y urbanas, en el marco de la diversificación económica de sus sistemas productivos y la administración integral del desarrollo en sus territorios originarios”<sup>31</sup> (Bolívia, 2006 *apud* Sansolo & Bursztyn, 2009, p. 146). [...] “Se trata de una oferta de turismo alternativo en el medio rural, gestionado directamente por y para el beneficio de las comunidades organizadas, basado en la conservación y el aprovechamiento de los recursos locales, tanto naturales como culturales”<sup>32</sup> (Cooprena, 2008 como citado em Sansolo & Bursztyn, 2009, p. 146).

Estes autores afirmam ainda que após quase “15 anos da concepção do projeto de turismo, alguns moradores também acham que a forma pela qual o turismo está sendo implantado ainda não é a desejada” (Sansolo & Bursztyn, 2009, p. 300). Inclusive os próprios moradores alegam que “na prática, o projeto perdeu um pouco a essência de sua concepção de exercer suas atividades na busca do bem coletivo e na oferta de oportunidades de forma igualitária” (Sansolo & Bursztyn, 2009, p. 300).

Nesse contexto, nota-se que na história de participação e organização da comunidade e da concepção e desenvolvimento do projeto turístico que vêm modificando o conceito de turismo de base comunitária. Sansolo e Bursztyn (2009) citam o projeto turístico de base comunitária da Prainha do Canto Verde que este tem sido apontado como uma “construção

---

<sup>31</sup> É um modelo alternativo de turismo endógeno e autogestão geridos por organizações de comunidades indígenas e rurais-urbanas, no âmbito da diversificação econômica dos seus sistemas de produção e gestão integral de desenvolvimento em suas terras.

<sup>32</sup> É uma oferta de turismo alternativo em áreas rurais e gerido por e para o benefício das comunidades organizadas tanto natural, baseado na conservação e uso dos recursos locais, como cultural.

de um modelo que viabiliza a inclusão das comunidades do litoral cearense no desenvolvimento do turismo e que contribui para a melhoria dos padrões socioeconômicos, respeitando as tradições e a cultura dos ‘Povos do Mar’”. É por isso que a Prainha do Canto Verde comanda:

[...] a criação “Rede Cearense de Turismo Comunitário — TUCUM”, em parceria com as comunidades de Coquerinho, Ponta Grossa, Praia de Tremembé e a Cooperativa popular Bodega Nordeste Vivo e Solidário, que tem como objetivo a formação do que eles denominam de “cluster solidário” para a promoção e comercialização de serviços e produtos locais. [...] A forma de organização em rede apresenta a premissa básica de utilizar o turismo como uma das alternativas para a organização, com o fortalecimento comunitário e a defesa do local herdado e não apenas para o aumento da geração de emprego e renda. Esta premissa é revelada em apresentação de representantes da Turisol durante encontro realizado em Fortaleza em maio de 2008 (Sansolo & Bursztyn, 2009, p. 300).

Muito embora alerta estes autores para que não assista a atividade do turismo comunitário exclusivamente como fonte de renda e prosperidade numa perspectiva empresarial, mas, sobretudo “como uma oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a co-gestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território” (Sansolo & Bursztyn, 2009, p. 300).

E na perspectiva de sustentabilidade o “paradigma do TBC” conjectura que a comunidade “possui interesses comuns e consensuais, desconsiderando a sua heterogeneidade, estratificação e relações de poder estabelecidas” (Fabrino, 2013, p. 45). Deste modo, percebe-se que automaticamente o controle local não leva à:

[...] tomada de decisão participativa, embora haja na literatura uma clara tendência de vincular os dois. A tomada de decisão local depende diretamente de quem está no poder a nível local. Ao não reconhecer as estruturas de poder dentro de cada comunidade, o TBC desconsidera as desigualdades estruturais inerentes a essas realidades e como isso influencia no processo de tomada de decisão. Ademais, a autora alerta para o fato de como o discurso de “interesse comunitário” é capaz de mascarar motivações econômicas e, neste caso, a ação da comunidade pode refletir apenas os interesses daqueles em posição de poder. Questão, esta, também ignorada pelos defensores do turismo comunitário (Fabrino, 2013, p. 45).

Para Koury, Guimarães e Fontoura (2012), o termo turismo de base comunitária (TBC) surge com o intuito de ressaltar a participação comunitária na gestão, no planejamento, na tomadas de decisões e nos benefícios da atividade turística. E este foi definido conforme conceito estabelecido coletivamente que tratou o turismo nas “suas bases na integração com os rumos do desenvolvimento regional, na gestão comunitária da atividade, na vivência e troca

de saberes entre turistas e comunidades, na valorização cultural e ambiental e no amplo acesso aos benefícios do turismo ”no I Seminário de Ecoturismo de Base Comunitária do Tapajós/Arapiuns, em Jamaraquá, Belterra no Pará (Koury, Guimarães, & Fontoura, 2012, p. 2). E como uma forma de uma intensidade na integração e comunicação no turismo de base comunitária traz e se soma as redes sociais. Nessa ideia, Schlithler (2004) explica que as “redes voltadas ao desenvolvimento comunitário” surgiram a partir da evolução dos processos de análise dos problemas sociais existentes nas comunidades e busca de solução para eles, o que exigiu uma agregação dos agentes sociais em modalidade de redes. Para Schlithler (2004, pp. 20-21), investigadora do Instituto para o Desenvolvimento Social, no Ceará ou mesmo no Brasil, estas são “uma forma de organização, pautadas pela ética, com estrutura horizontal, orgânica e autônoma”, na qual “a participação é incentivada, a diversidade é valorizada e o protagonismo é desenvolvido”.

Diante desta discussão, Sanicola (2008) contribui com a crítica de que a diversos outros autores que ressaltam o termo “rede” somente com a ideia de agregação “ao trapezista e, para outros, ao controle”. Assim, esta autora explica que a rede vai, além disso, pois ela é como “um ‘objeto’ que cria uma relação entre pontos mediante ligações entre eles que, cruzando-se, são amarradas e formam malhas de maior ou menor densidade. No ponto de ligação, ou seja, no nó e por meio do nó, acontecem trocas sinérgicas” (Sanicola, 2008, p. 13). E nesse sentido, pode-se notar que o seu conceito de rede dela compactua com Schlithler (2004).

Outro ponto interessante a somar a questão das redes sociais são as discussões relacionadas às Tecnologias de Informações e Comunicações (TICs) que promovem qualidade nas experiências turísticas como também competitividade aos destinos turísticos as comunidades. E nesse aspecto, Gândara e Bajulaz (2011, p. 56) afirmam que TIC favorecem:

El desarrollo de redes sociales inter-profesionales, capaces de gestionar eficazmente la cadena de producción turística; [...] Una mejor gestión logística, con la información y la coordinación de los múltiples actores y servicios (alojamiento, traslados, catering seguridad, etc); [...] La satisfacción del viajero en cuanto a calidad, seguridad y organización de la experiencia turística; [...] El aumento de la visibilidad de los destinos comunitarios en Internet y otros medios de comunicación, [...] La socialización de los individuos y de las comunidades entre si, y con los turistas, a nivel local, regional, nacional e internacional; [...] La rentabilidad y el desarrollo sostenible del turismo de base comunitaria”.<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> O desenvolvimento de inter-profissional, capaz de gerir eficazmente as redes sociais do turismo da cadeia de produção; [...] Melhoria da logística de gestão, informação e coordenação de múltiplos atores e serviços (alojamento, transporte, segurança restauração, etc); [...] A satisfação dos viajantes, em termos de qualidade,



Pelo conjunto de indicações existentes no estudo destes autores citada acima sobre este tema, entende-se que o assunto contém aspectos variados e recortes múltiplos, que vão desde a sua definição sociológica, ao processo de formação de redes de desenvolvimento comunitário; bem como de formação de facilitadores, por meio da grupalização para aprendizagem em grupo; definição de papéis e estratégias de comunicação, planejamento e avaliação por meio de reuniões periódicas, gestão de ações e sustentabilidade das próprias redes, envolvimento de organizações empresariais e não-empresariais, parcerias e alianças.

Talvez por isso que Schlithler (2004) diz que se torna pertinente quando se almeja discutir a relação das redes sociais e o desenvolvimento comunitário o entendimento de que o desenvolvimento local não é somente econômico e de que a comunidade não se resume numa referência territorial. Portanto, mesmo que seus membros não vivam na mesma região geográfica formar uma rede de desenvolvimento comunitário que se cria um sentimento de comunidade. Sentimento este que é reforçado na proporção de que a rede constrói e executa projetos coletivos para atender as necessidades tanto identificadas e quanto coordenadas por elas próprias. O desenvolvimento comunitário é, portanto, a transformação social que por sua vez é o resultado do desenvolvimento de pessoas. São elas que operam essas mudanças e crescem já que aprendem com o “outro”. Assim sendo, é estrategicamente importantíssimo a intersectorialidade das redes para o desenvolvimento comunitário. E, com isso, a autora garante que os recursos:

[...] humanos, materiais e financeiros existem, mas estão mal aproveitados, do contrário, não existiriam tantos e tão graves problemas sociais. A formação de uma rede possibilita olhar não apenas para os problemas, mas revelar os ativos: talentos e recursos que afloram e são potencializados. [...] As redes rompem o isolamento de pessoas e organizações, evitam a duplicação de ações e viabilizam a realização de atividades integradas, porque atuam de maneira sistêmica e sinérgica. Nelas, o desenvolvimento comunitário é resultante do compromisso e da co-responsabilidade de todos os setores da sociedade. Faz todo sentido, portanto, o investimento social comunitário ser dirigido ao apoio de redes sociais (Schlithler, 2004, p. 22).

---

segurança e organização da experiência turística; [...] A maior visibilidade dos destinos comunitários sobre a Internet e outros meios de comunicação, [...] A socialização dos indivíduos e das comunidades entre si e com os turistas, locais, regionais, nacionais e internacionais; [...] Rentabilidade e desenvolvimento sustentável do turismo de base comunitária. segurança e organização da experiência turística; [...] A maior visibilidade dos destinos comunitários sobre a Internet e outros meios de comunicação, [...] A socialização dos indivíduos e das comunidades entre si e com os turistas, locais, regionais, nacionais e internacionais; [...] Rentabilidade e desenvolvimento sustentável do turismo de base comunitária.

Nessa definição e orientação metodológica, no que se refere à organização de redes sociais, chama atenção o reforço à construção e transformação coletiva, obtida por meio de um conjunto de ações e interações de aproximação, onde todos os integrantes trabalham por um mesmo fim, porque a rede cria uma sinergia e estimula vínculos de afetividade e respeito mútuo, que vão além dos objetivos em si. No caso de pequenas iniciativas de produtores, numa comunidade organizada em formato de rede de cooperação, observa-se, muito comumente, uma dinâmica que envolve a troca de saberes, a confiança, o respeito pelo outro, o elo de compromisso entre partes, a disposição de trabalho numa direção comum. Tudo isso contribui para fortalecer os vínculos cooperativos e consolida seus projetos de vida social e econômica.

Essa dimensão das redes sociais no trabalho comunitário, quando aplicadas ao turismo, viabiliza uma sociabilidade visivelmente criativa, que torna as relações mais amigáveis e alegres entre aqueles que dele participam, seja como gestores, seja como usuários. Isso fortalece o fluxo de ações, reduz custos e maximiza resultados. Voltar-se-á a este aspecto em tópicos posteriores do presente estudo.

Como se sabe, hoje, o turismo é um dos segmentos da economia, que atende velozmente às necessidades de desenvolvimento de uma região. O processo de desenvolvimento humano e inclusão social sustentam-se basicamente na habilidade humana, ao exercerem os indivíduos e coletividades o papel de atores sociais dotados da intencionalidade de ações, as quais buscam satisfazer necessidades e direitos humanos, que favorecem o desenvolvimento socioeconômico e cultural, e a concepção de propostas para o próprio bem-estar de sua comunidade.

Neste sentido, o turismo comunitário apresenta-se como uma nova possibilidade da atividade turística, permitindo aos integrantes de comunidades e localidades alcançadas por este serviço o seu crescimento na sociedade, o que só é possível por meio do exercício de seus direitos e deveres individuais e coletivos, oportunizando desenvolvimento econômico e social utilizando-se dos seus próprios recursos. Desafia, pois seus próprios limites, no que diz respeito à preservação do meio ambiente e da cultura local, além de oferecer bases indicativas para a consolidação do turismo responsável e de uma política econômica sustentável, em face da melhoria de suas condições de sobrevivência.

Para que ocorra o desenvolvimento, os autores discutem que é preciso priorizar a satisfação de algumas necessidades humanas, no que diz respeito à saúde, educação, moradia, lazer, emprego e renda. Esses fatores implicam diretamente no processo de desenvolvimento do indivíduo, uma vez que o mesmo necessita de auto-independência e

habilidades para atuar em grupo, tornando-se protagonista de sua evolução e, conseqüentemente, de sua comunidade, já que a participação é considerada pelos estudiosos da sociedade um processo de mobilização social e espaço de construção de cidadania.

A promoção do turismo comunitário leva-se a crê que amplia tais espaços de participação das comunidades, que são levadas à transformação de suas práticas habituais para viabilizar núcleos receptores do turismo, buscando ferramentas para o desenvolvimento local, além de se autobeneficiarem com a produção de produtos e prestação de serviços. Aderem ao associativismo, por meio de cooperativas e organizações comunitárias. A Comunidade e o ‘viver em comunidade’, sempre foram preocupações de filósofos, teólogos e cientistas de muitas épocas e temporalidades. Esta é uma preocupação, acerca da natureza do próprio dos seres humanos, pois se ele é um “ser social”, quer dizer que ele vive em agrupamentos com seus iguais.

O viver humano, com suas implicações nas relações sociais levou a investigações de uma gama de pensadores em vários momentos da humanidade, que vão da chamada pré-história, passam pela organização comunitária e urbana, chegando ao individualismo moderno.

O desenvolvimento comunitário é o processo pelo qual a comunidade atingiu seu nível de amadurecimento com relação a si própria e às suas potencialidades. E, sabidamente, para que ocorra o tão esperado desenvolvimento, é preciso priorizar a satisfação de algumas necessidades humanas, no que diz respeito à saúde, educação, moradia, lazer e emprego.

Esses fatores implicam diretamente no processo de crescimento do indivíduo, uma vez que o mesmo necessita de autonomia para atuar em grupo, tornando-se protagonista de seu próprio desenvolvimento e o da comunidade. Já que a participação é considerada pelos estudiosos um processo de mobilização social e espacial de construção da cidadania.

Sabe-se que o turismo é indicado, como uma das grandes alternativas de desenvolvimento em diversos países e quando utilizado para o benefício local, requer a adoção de políticas que sejam resultantes de trabalho e ocupação, autopromovendo a realização humana, ou seja, o crescimento das atividades econômicas, por decisão coletiva de trabalho que garanta o suprir de necessidades e o promover do bem-estar social. Nesse sentido, então:

O desenvolvimento só se dá quando todas as pessoas são beneficiadas, quando atingem a escala humana e o turismo tanto pode se vincular ao crescimento econômico concentrado, como ao desenvolvimento social, o chamado desenvolvimento local (Coriolano, 2003, p. 130).

De modo que reforçando o que os autores já citaram, todavia o desenvolvimento comunitário por meio do turismo, para ser construído de forma sustentável, deve abranger os aspectos: social, econômico, ambiental e político. As ações de saúde e educação isoladas de uma trajetória de desenvolvimento da economia local, ou seja, aquela na qual o dinheiro da comunidade circula, formada pelos negócios locais, perde força em transformar a vida das famílias de baixa renda e vice-versa. A simples melhoria de renda não gera necessariamente um impacto nas condições de vida das pessoas.

Logo, crê-se que o turismo comunitário existe quando é desenvolvido pela própria comunidade, onde seus membros passam a ser ao mesmo tempo articuladores e construtores da cadeia produtiva; na qual a renda e o lucro permanecem na comunidade, contribuindo para melhoria de qualidade de vida, levando todos a se sentirem capazes de cooperar e organizar as estratégias do desenvolvimento do turismo. Além de requerer a participação de toda a comunidade, considera os direitos e deveres individuais e coletivos, instituindo um processo de planejamento participativo.

Desenvolve-se a gestão da comunidade, quando os atores sociais, na sua maioria, se envolvem com as atividades desenvolvidas no local, de forma direta ou indireta, tendo sempre em vista a melhoria da comunidade e de cada participante; levando em conta os desejos e as necessidades das pessoas, a cultura local e a valorização do patrimônio natural e cultural e imaterial.

Observa-se que o turismo como serviço de natureza comunitária envolve a participação direta de todos. Esse tipo de turismo objetiva construir um modelo mais justo e equitativo de turismo, que leve em conta a sustentabilidade ambiental, colocando a população local no centro do planejamento, da implementação e do monitoramento das atividades turísticas permitindo a geração de emprego, trabalho e renda para a comunidade mudando o caráter global do turismo.

Objetivando questionar o mito do turismo como único gerador de emprego e renda, denunciando políticas centralizadoras na atração de investimentos que não levam em consideração a participação das comunidades. Favorece ainda a avaliação dos impactos negativos da atividade turística convencional sobre os recursos naturais, ecossistemas e populações locais.

O Turismo Comunitário tem como base observar, analisar e propor alternativas sobre

impactos sociais, culturais e ambientais, com a intenção de gerar impactos positivos, fortalecendo a luta pela posse da terra, além do respeito à cultura e tradições locais. Considera-se, portanto, o Turismo Comunitário como aquele que é determinado e controlado pelas populações locais e que grande parte de seus benefícios permaneçam na região.

Surgindo uma nova versão do turismo de forma participativa, em virtude de se ter como público-alvo a comunidade local, que se caracteriza pelo conjunto de pessoas que habitam em um espaço físico delimitado, no qual realizam grande parte das atividades cotidianas e que, além de possuírem uma cultura e identidades comuns, estão sujeitas à mesma estrutura social.

O turismo comunitário destaca-se pela mobilização da comunidade, por seus direitos contra grandes empreendedores da indústria do turismo que não respeitam a sustentabilidade social e ambiental do local. E assim, que pretendem ocupar seu território, ameaçando a qualidade de vida e as tradições da população local. Contrariando esse padrão, o modelo de turismo feito através do desenvolvimento comunitário é capaz de melhorar a renda e o bem-estar dos moradores, preservando os valores culturais e os recursos naturais de cada região

De acordo com Marcon & Barretto (2004), o turismo de base comunitária contribui para a inclusão social, quando todas as pessoas possuírem condições dignas de vida no seu cotidiano, em seus locais de origem com Para isso, é extremamente importante a parceria entre os empresários do setor e o poder público, que deve estar preocupado com a melhoria da qualidade de vida e com o bem estar social de sua comunidade.

Lenz (2011) traz um exemplo que compactua Marcon & Barretto (2004) e cita a comunidade na Microbacia do Rio Sagrado no município do Porto de Paranaguá, a leste do Estado do Paraná, Brasil que com a prática de atividades turísticas no meio rural passou a “enxergar nelas uma possibilidade para melhora sua vida” por meio da busca de “processos de gestão princípio como associativismo, cooperativismo e desenvolvimento sustentável, apresentando assim uma série de semelhanças e entrelaçamentos” (Lenz, 2011, p. 46).

E Zamignan (2011) nessa direção, faz um resumo dessa ideia quando leva por base os “princípios da participação, da sustentabilidade e da conservação da identidade das comunidades”, como igualmente da “biodiversidade, o turismo de base comunitária requer o envolvimento da atividade, valorizando a cultura e o modo de vida local e, ao mesmo tempo, fomentando uma nova dinâmica social nessas áreas”. E fecha seu pensamento

assegurando que o Turismo de Base Comunitária (TBC) materializa a “identidade das comunidades e, ao mesmo tempo, favorece trocas de conhecimentos e a valorização de relações interpessoais” (Zamignan, 2011, pp. 36-37).

**PARTE III**  
**CAMINHOS METODOLÓGICOS**





## **CAPÍTULO IV – O ESPAÇO E OS SUJEITOS DE UMA EXPERIÊNCIA EDUCATIVA E INVESTIGATIVA DO SESC-CE PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO EM IPARANA-CEARÁ**

### **IV.4.1 NOTAS METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO**

Este capítulo começa por apresentar os procedimentos de pesquisa adotados para viabilizar uma reflexão sobre as formas de cultura e atividades artesanais existentes, como ainda, as possibilidades de turismo praticado no litoral norte cearense visando proceder a uma sondagem sobre o seu potencial no que se refere ao desenvolvimento das comunidades e a preservação de seus ecossistemas.

Nessa direção, é sabido que a escolha da metodologia é importantíssimo para a investigação seja qualitativa ou quantitativa, ou mesma, mista (quali-quant) a decisão por um tipo dessas abordagens influencia diretamente nos resultados e estes têm por conseguinte um alcance “[...] de natureza prática, empírica e técnica”. Ponderou-se, com isso que, “[...] os recursos materiais, temporais e pessoais disponíveis para lidar” com os questionamentos científicos, colocando-se, a partir disso, o desafio “[...] de encontrar e usar a abordagem teórico-metodológica que permita, num mínimo de tempo, chegar a um resultado que melhor contribua para a compreensão do fenômeno e para o avanço do bem-estar social.” (Günther, 2006, p. 207).

De acordo com essa perspectiva, e, ligada aos questionamentos e objetivos desse estudo já citados no primeiro capítulo, entretanto, é bom lembrar de que ainda serão reforçados nesse capítulo mais a frente. Então, estes somados às singularidades desse desenho e aos procedimentos da pesquisa formam os motivos para a alternativa de uma abordagem em princípio qualitativa. Já que Stake (2011) afirma que não existe uma única forma de pensamento qualitativo e sim varias delas, além que Minayo e Sanches (1993, p. 247) alertam que:

Do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas abordagens [quantitativa e qualnitativa] é mais científica do que a outra. De que adianta ao investigador utilizar instrumentos altamente sofisticados de mensuração quando estes não se adequam à compreensão de seus dados ou não respondem a perguntas fundamentais? Ou seja, uma pesquisa, por ser quantitativa, não se torna “objetiva” e “melhor”, ainda que prenda à manipulação sofisticada de instrumentos de análise [...]. Da mesma forma, uma abordagem qualitativa em si não garante a compreensão em profundidade.

Assim, vale enfatizar por essa opção de abordagem também por confiar ser essa capaz

de compreender a essência de uma investigação quando se trata de uma ou mais interrogativas (expostas no capítulo I) de partidas ligadas a complexidade de um fenômeno cultural e social.

Porque é na “[...] abordagem qualitativa entende que a realidade é subjetiva e múltipla, que ela é construída de modo diferente por cada pessoa” (Chueke & Lima, 2012, p. 65) indo com eficácia ao encontro dos interesses dessa pesquisa. Nesse sentido Stake (2011, p. 77) complementa esses autores colocando que:

Na pesquisa qualitativa, muitos de nós têm uma visão construtivista de que não há um significado real para um evento, somente há o evento interpretativo ou vivido pelas pessoas. As pessoas interpretarão o evento de formas diferentes, e, com frequência, as várias interpretações possibilitam uma profundidade de compreensão que a interpretação mais consagrada ou popular não permite. Obviamente, também existem diversas interpretações sobre os grupos, as motivações, as realizações e muitos dos fenômenos que estudamos.

Haesbaert (2004a) completa Stake (2011) quando afirma que dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade tanto do território, quanto do espaço<sup>34</sup> dominado, revelar-se um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro dessa percepção. E diz mais:

toda ação que efetivamente se pretenda transformadora, hoje, necessita, obrigatoriamente, encarar esta questão: ou se trabalha com a multiplicidade de nossos territórios, ou não se alcançará nenhuma mudança positivamente inovadora. Os movimentos anti-globalização e anti-neoliberalismo que o digam, zapatistas à frente. Pensar multiterritorialmente é a única perspectiva para construir uma outra sociedade, ao mesmo tempo mais universalmente igualitária e mais multiculturalmente reconhedora das diferenças humanas (Haesbaert, 2004a, p. 19).

Com esses pensamentos é que surge o desafio de eleger o objeto de estudo. E nessa perspectiva de eleição desse objeto de estudo, lembra-se de Bispo (2006, p. 85) que soma a esses autores já citado ao dizer “[...] é uma primeira aproximação do vasto universo que guarda a pesquisa”. Dentro muitas paixões a orientação é delimitar até chegar a um recorte conciso do que mais provoca inquietações sobre o assunto pesquisado (Bispo, 2006). Nessa linha de pensamento a investigação apontou-se, portanto, para o SESC-Ceará por sua contribuição no desenvolvimento do turismo comunitário em Iparana-Ceará e por saber, ainda, que se trata de uma localidade que tem sua fundação ligada ao aldeamento de Nossa

---

<sup>34</sup> O conceito do espaço como atividades turísticas está principalmente “no estabelecimento da delimitação territorial do espaço turístico, que é a consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos” (Boullón, 2002; César, Poloni, & Uez, 2010, p. 3).

Senhora dos Prazeres de Caucaia, criado pelos Jesuítas, entre 1741 e 1759. E, por esta continuar a existir até os dias atuais. E, igualmente, ser uma comunidade tão antiga que requer maior cuidado, quando se busca identificar as relações dos indivíduos locais e não locais e sua ligação com o meio ecológico e social, que por ali passaram e se estabeleceram.

Diante disso, passou-se para a ação do objeto de estudo na pesquisa qualitativa cosoante Günther (2006, p. 203) que garante a “[...] afirmação ‘o todo é maior do que a soma das suas partes’[, entretanto,] não significa que não possa ser conveniente, concentrar-se ‘apenas’ numa parte do processo da pesquisa”. E complementando essa ideia de Günther (2006), Rodrigues (2006, p. 21) diz que a parte está no todo, mas também o todo está na parte, “[...] princípio este que pode ser aplicado ao mundo biológico e ao mundo social”. E explica mais:

Esse princípio é importante para pensar a sociedade, as culturas que, uma vez produzidas pelas interações entre indivíduos e organizações, retroagem sobre eles, produzindo-os. Essa ideia rompe com o entendimento linear das relações causa/efeitos, estrutura/superestrutura [...]” “Quando conjugados, esses princípios permitem construir um outro conhecimento sobre a relação entre parte e todo, que pode apresentar qualidades diferenciadas e novas, o que, sem dúvida, favorece a compreensão dos complexos processos que a investigação implica. São princípios de um pensamento que une, de um pensamento complexo, ou seja, que procura tecer junto (Rodrigues, 2006, pp. 20-21).

E por meio dessas ideias desses autores acima, adiciona-se Chueke e Lima (2012, p. 65) a questão do objeto desse estudo passou, então, a contar com a probabilidade de “interagir com o objeto e sujeito pesquisado, a fim de dar vozes a eles para construir uma teia de significados”. Com isso, justificou-se ainda mais por essa escolha do objeto de pesquisa ser essa localidade diante de sua identidade, sua unidade territorial de práticas de turismo de base comunitária desenvolvidas pelas comunidades no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana / litoral cearense e entre outras mais razões que ao longo desse capítulo serão naturalmente aqui expostas.

Logo é por isso importante compreender o mito da desterritorialização econômica explícita ou implícita de Haesbaer e Ramos (2004), em que estes autores discutem sobre as dimensões vinculadas às concepções de território. E afirmam que foi a partir dos anos 90 que se iniciou as discussões “espaciais” mais em voga sobre a “sociedade em rede” ou apenas como sinônimo de globalização capitalista e a "pós-modernidade", com o discurso da desterritorialização. Surge segundo eles nesse conjuntura, três “[...] grandes vertentes interpretativas podem ser aí identificadas, associadas a pelo menos três dimensões sociais: a

cultural ou simbólica, em sentido mais estrito, a política e a econômica” (Haesbaer & Ramos, 2004, p. 25).

Nessa ocasião, e ainda, no movimento de construção do objeto lembrou-se a partir desses autores o valor que foi a “transição” ao pós-fordismo ou ao processo de acumulação flexível para a compreensão da desterritorialização. Nesse período, a pós-modernidade foi considerada a “lógica cultural” do capitalismo tardio ou de acumulação flexível. Ressalta-se aqui as relações e as influências das particularidades de cada época como também das consequentes concepções que surgiram destas. E, por isso que poderá ser observado a seguir no **Quadro IV.4.1.1** sintetizado com as respectivas características entre o pós-fordismo e a desterritorialização do Moderno x Pós-Moderno adaptado por Harvey (1992, p. 3004):

| <b>Modernidade Fordista</b>             | <b>Pós-Modernidade Flexível</b>                |
|---|--|
| Economias de escala                     | <i>Economias de escopo</i>                     |
| Hierarquia/Homogeneidade                | <i>Anarquia/Diversidade</i>                    |
| Habitação pública                       | <i>Desabrigados</i>                            |
| Capital produtivo/universalismo         | <i>Capital fictício/localismo</i>              |
| Poder estatal/sindicalismo              | <i>Poder financeiro/individualismo</i>         |
| Estado do bem-estar social              | <i>Neoconservadorismo</i>                      |
| Ética/mercadoria-dinheiro               | <i>Estética/dinheiro contábil</i>              |
| Produção/originalidade                  | <i>Reprodução/pastiche</i>                     |
| Operário/vanguardismo                   | <i>Administrador/comercialismo</i>             |
| Centralização/totalização               | <i>Descentralização/desconstrução</i>          |
| Síntese/negociação coletiva             | <i>Antítese/contratos locais</i>               |
| Produção em massa                       | <i>Produção em pequenos lotes</i>              |
| Política de classe                      | <i>Movimentos sociais, grupos de interesse</i> |
| Trabalhador especializado               | <i>Trabalhador flexível</i>                    |
| Indústria/ética protestante do trabalho | <i>Serviços/contrato temporário</i>            |
| Reprodução mecânica                     | <i>Reprodução eletrônica</i>                   |
| Intervencionismo/industrialização       | <i>Neo-liberalismo/desindustrialização</i>     |

**Quadro IV.4.1.1:** “Modernidade Fordista” e “Pós-Modernidade Flexível”

Fonte: Adaptado por Harvey (1992, p. 304).

Enfim, no **Quadro IV.4.1** assinalada entre as características integradas à “pósmodernidade flexível” associados à desterritorialização. E segundo Haesbaert & Ramos (2004, p. 38) “[...] não há nenhuma das características da modernidade que seja utilizada para corroborar discursos sobre a desterritorialização. De modo que, fica claro que se trata de um fenômeno ‘pós-moderno’ também na sua abordagem econômica”.

Ainda dentro desse contexto, Dollfus (1975) contribui com essa discussão trazendo o

enfoque de território numa visão de espaço geográfico. E este autor afirma que todo espaço geográfico é organizado e esta organização, por sua vez, estar sujeito a “[...] múltiplos fatores, alguns dos quais ligados ao meio natural e outros às necessidades e aspirações das coletividades humanas” (Dollfus, 1975, p. 119). De modo que, para ele:

A organização do território representa o reflexo no espaço geográfico de uma política econômica e de suas consequências sociais; constitui igualmente, entretanto, uma tomada de consciência por parte de seus ocupantes, pelo fato de serem eles os depositários e os responsáveis por um patrimônio que deverão utilizar para atender da melhor maneira possível às necessidades do momento, sem esquecer por isto sua obrigação de poupá-lo e de prepará-lo para necessidades futuras. É o conhecimento voltado para a ação do espaço geográfico que deve constituir o eixo de nosso quadro de vida (Dollfus, 1975, p. 120).

Nesse sentido, Limena (2006, p. 35) complementa Haesbaert e Ramos (2004) e Dollfus (1975) ao alegar que, por exemplo, “[...] as crises urbanas não podem ser pensadas como resultado de um processo linear ou determinado”, e sim, “[...] como um processo complexo, que requer uma visão macroscópica capaz de identificar seus atributos, suas tendências, contratendências, suas determinações e indeterminações”. E pontua ainda para ser observado o aspecto do tempo e do espaço nesse contexto:

[...] à necessidade de se reinserir no interior das análises da cidade a relação entre tempo e espaço, muitas vezes elidida. [Por isso que] [...] as utopias espaciais se distanciam dos processos sociais e urbanos efetivos, especialmente por tratarem o espaço como um contingente da ação social, bem como por materializarem projetos fechados [...]. [Assim] Retomar a dimensão antropológica do espaço permite captar seus significados, ou as significações imaginárias sociais que presidem as formas de organização das cidades contemporâneas, tornando possível aprofundar as análises das dimensões que recuperam as vivências cotidianas (Limena, 2006, pp. 41-43).

Silva e Wetzel (2007, p. 10) fazem menção, nesse sentido, das dimensões do tempo e do espaço nas situações de mudanças organizacionais brasileiras, nas suas estruturas perceptivas, cognitivas e afetivas por eles compartilhadas e com isso a:

noção de espaço representacional, por sua densidade e complexidade, foi subdividida, para efeito de análise, em três outras categorias: o espaço da organização no mundo, o espaço organizacional e o espaço incorporado. O primeiro diz respeito ao papel que a organização tem na sociedade, ou seja, trata da relação da empresa com seu ambiente. O segundo diz respeito à organização propriamente dita. O terceiro indica como os indivíduos se vêem, levando em conta não apenas seu ambiente mais imediato de trabalho, mas também outras esferas de atuação (exemplos: família, sociedade).

Com base nessas concepções, achou-se, necessário, aprofundar, redimensionar e

analisar a localidade em Iparana para com base nos conceitos de território, identidade, comunidade e turismo social. Além de que isto seja feito com vistas a entender os múltiplos caminhos ali inscritos. E assim ser possível se abrir para uma perspectiva de análise, que enfoque a sua reterritorialização – conceito discutido com particular interesse por Haesbaert (2004b) explicado como se dá a reapropriação dos espaços e dos referências espaciais e simbólicos, que lhe são peculiares. E nesse sentido, este autor pensa que geograficamente não possui desterritorialização sem reterritorialização e explica porque isso se dá:

pelo simples fato de que o homem é um “animal temtorial” (ou “territorializador”, como afirmou o sociólogo Yves Barel). O que existe, de fato, é um movimento complexo de territorialização, que inclui a vivência concomitante de diversos territórios configurando uma multiterritorialidade, ou mesmo a construção de uma territorialização no e pelo movimento. Por outro lado, é na dimensão mais propriamente social da desterritorialização, tão pouco enfatizada, que o termo teria melhor aplicação, pois quem de fato perde o “controle” e ou a “segurança” sobre seus territórios são os mais destituídos, aqueles que se encontram mais "destemtorializados" ou, em termos mais rigorosos, mais precariamente territorializados (Haesbaert, 2004b, p. 20).

A revalorização das referências históricas locais, complementa essa visão de Haesbaert (2004b). De modo que, Limena (2006, p. 41) coloca por meio da preservação do patrimônio e do retorno às raízes que isto constitui uma revalorização e essas paisagens urbanas surgem como unidade na diversidade, finalizando “[...] com as visões dicotômicas: a cidade entre a tradição e a modernidade, ou entre um passado bárbaro e um futuro prometedora, como na visão iluminista, ou como a traição de um passado perfeito, nos moldes da visão anti-industrial”.

Nessa perspectiva, a investigação dos múltiplos territórios á multiterritorialidade conforme Haesbaert (2004a) em que ele divide em dois grandes “tipos ideais” ou referências “extremas” frente aos quais um é mais funcional e, outro mais simbólico. “Enquanto ‘tipos ideais’ eles nunca se manifestam em estado puro, ou melhor, todo território ‘funcional’ tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território ‘simbólico’ tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja.” (Haesbaert, 2004a). De modo no **Quadro IV.4.1.2** se faz um resumo dessas características que se seguem logo a abaixo:

| <b>Território Funcional</b>             | <b>Território Simbólico</b>              |
|---|--|
| Processos de Dominação                  | Processos de Apropriação (Lefebvre)      |
| “Territórios da desigualdade”           | “Territórios da diferença”               |
| Território sem territorialidade         | Territorialidade sem território          |
| (empiricamente impossível)              | (ex.: “Terra Prometida” dos judeus)      |
| Princípio da exclusividade              | Princípio da multiplicidade              |
| (no seu extremo: unifuncionalidade)     | (no seu extremo: múltiplas identidades)  |
| Território como recurso, valor de troca | Território como símbolo, valor simbólico |
| (controle físico, produção, lucro)      | (“abrigo”, “lar”, segurança afetiva)     |

**Quadro IV.4.1.2:** “Território Funcional” e “Território Simbólico”

Fonte: Construído por mim com base em Haesbaert (2004a).

Com base nesse **Quadro IV.4.1.2** e rematando os pensamentos dos autores acima Haesbaert (2004a) assegura que o melhor desta discussão “diz respeito às implicações políticas do conceito de multiterritorialidade, suas repercussões em termos de intervenção na realidade concreta ou como estratégia de poder” e, como também, no território funcional e no território simbólico.

Liga-se essa discussão ao lazer e ao turismo na busca de compreender a sua contribuição no aspecto do desenvolvimento sustentável. Assim sendo, nessa perspectiva, para Santos (2008, p. 176) “[...] o lazer assume-se como uma orientação central na vida diária das pessoas, sobretudo das que têm conexões significativas com os espaços urbanos, quer por meio de lazer casual ou lazer mais organizado”.<sup>35</sup> E com isso, Coriolano (2013) aborda essa temática como dimensão também de indicativa da qualidade de vida das pessoas, o lazer e o turismo, atualmente no mundo contemporâneo, assumem para ele uma grande importância nessa conjuntura e, além disso, estes estão relacionados ao desenvolvimento enquanto geradores de oportunidades no mundo do trabalho. De modo que para Coriolano (2013, p. 140):

As políticas econômicas passariam a protagonista de ações afirmativas, na proteção das cidades, paisagens, serras, litorais, sertões, enfim, da grande variedade de geossistemas ou espaços geográficos. Com programas que criem políticas voltadas à diminuição das desigualdades regionais, disparidades sociais, à conservação ambiental, à manutenção de lugares saudáveis. Um novo paradigma para o desenvolvimento que torne a sociedade mais justa e solidária; que repensem as práticas do consumo; aumente a consciência ecológica, a cidadania e a educação ambiental.

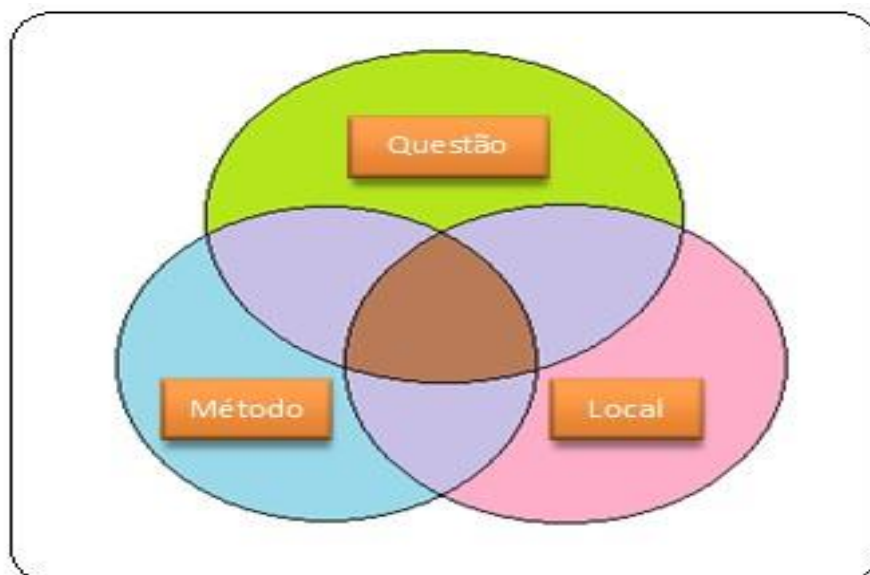
<sup>35</sup> “[...] leisure is assumed as a central orientation in people’s daily lives, particularly those which have significant connections with urban spaces, either by means of casual leisure or more organised leisure.” (Santos, N. O., 2008, p. 176).

Partiu-se, com isso, para o percurso da Colônia Ecológica SESC Iparana, considerando a evolução histórica e social do município em que se implanta a citada instituição, suas localidades, seu entorno, bem como a forma como se desenvolve e se organiza, na perspectiva do turismo. Analisa e relata experiências de ação e iniciativas socioeducativas desenvolvidas em seu entorno que faz parte do litoral cearense.

E com isso retornando um pouco aos pensamentos de Stake (2011) com a sua explicação de que o problema da pesquisa deve ser a principal primazia para iniciar um estudo. Pois é a questão que auxilia na manutenção do foco durante todo o estudo. Entretanto, o método e o local da pesquisa não podem ser esquecidos e conceituados sem pensar em conjunto com a questão do desenho. Inclusive interessante a colocação do método para Rodrigues (2006, grifo nosso):

[...] consiste no esforço de *pensar o não pensado*, sem enquadrar a realidade antropossocial. Mantém o propósito de confrontação e complementaridade e, principalmente, de devolver o homem para o centro das investigações, das intervenções, das criações. A transformação da vida talvez possa ser retomada ao se repensar a própria vida e o próprio pensamento.

Stake (2011) diz ainda que não é possível a separação do método com o local e a questão. Pois fazer isso para ele é o mesmo que afirmar: não se pode sem pensar em seus significados e em simultaneamente, refletir profundamente sobre o conteúdo da pesquisa. Porque a conceituação do estudo ocorre praticamente ao mesmo tempo com a questão interligada ao método e o local conforme apresenta a **Figura IV.4.1.1** abaixo:



**Figura IV.4.1.1:** Atenção simultânea para a questão, o método e o local

Fonte: Construída por mim com base em Stake (2011, p. 86).



Nessa perspectiva de que a **Figura IV.4.1** mostra a simultaneamente é que os pesquisadores qualitativos procuram dados representados por experiências, acontecimentos pessoais em determinados momentos e situações. Muitos métodos bem desenvolvidos já existem para a pesquisa qualitativa. E se economiza muito tempo e aumenta a credibilidade do estudo quando se utilizar um método ou protocolo ou abordagem ou mesmo estratégia de coleta de dados já testados e aprovados no mundo científico.

Já as escolhas metodológicas podem ser empregadas por categorias como: “classificação quanto ao objetivo da pesquisa, classificação quanto à natureza da pesquisa, e classificação quanto à escolha do objeto de estudo”. E prontamente às técnicas de pesquisa também por categorias como: “classificação quanto à técnica de coleta de dados e classificação quanto à técnica de análise de dados”. No **Quadro IV.4.3** apresenta-se classificada a metodologia científica como ela pode ser desenvolvida consoante Oliveira (2011).

| Categorias Metodológicas   |   |  | Categorias Técnicas   |  |
|--|---|--|---|--|
| Classificação quanto aos objetivos da pesquisa   | Classificação quanto à natureza da pesquisa   | Classificação quanto à escolha do objeto de estudo   | Classificação quanto à técnica de coleta de dados   | Classificação quanto à técnica de análise de dados   |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Descritiva</li> <li>✓ Exploratória</li> <li>✓ Explicativa</li> <li>✓ Exploratório-descritiva</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Qualitativa</li> <li>✓ Quantitativa</li> <li>✓ Qualitativa-quantitativa</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estudo de caso único</li> <li>✓ Estudo de casos múltiplos</li> <li>✓ Amostragens não-probabilísticas</li> <li>✓ Amostragens probabilísticas</li> <li>✓ Estudo censitário</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Entrevista</li> <li>✓ Questionário</li> <li>✓ Observação</li> <li>✓ Pesquisa documental</li> <li>✓ Pesquisa bibliográfica</li> <li>✓ Pesquisa</li> <li>✓ Triangulação</li> <li>✓ Pesquisa-ação</li> <li>✓ Experimento</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Análise de conteúdo</li> <li>✓ Estatística descritiva</li> <li>✓ Estatística multivariada</li> <li>✓ Triangulação na análise</li> </ul> |

**Quadro IV.4.1.3:** Classificação da metodologia científica

Fonte: Elaborado por mim conforme Oliveira (2011, p. 19).

Nessa direção do **Quadro IV.4.3**, clareia o processo de estudo por categorias. E com base e nessa lógica de Oliveira (2011) utilizou-se relatos recortados das “histórias de

vida”<sup>36</sup> de moradores de Iparana e assim, lançou-se um olhar sobre o papel socioeducativo da Colônia Ecológica SESC Iparana, perante os processos culturais, sociais e turísticos; as ações sociais e comunitárias existentes nas localidades do seu entorno, que motivaram o SESC a patrocinar um modelo de turismo social e a vislumbrar a possibilidade de desenvolvimento do turismo de base comunitária. Intenta-se apresentar indicadores socioculturais das comunidades que compõem o entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana / litoral cearense, a partir de um trabalho educativo do SESC-CE, iniciado há uma década.

Torna-se importante articular o papel socioeducativo com os processos culturais, sociais e turístico com a cultura científica. E nessa perspectiva, Morin (2000), por exemplo, contribui para uma reflexão cultural quando afirma que a ruptura cultural se dar desde o século XVI com o desafio entre a cultura das humanidades e a cultura científica – a cultura conhecida por sua especialização com a tendência de si fechar em si própria. De modo que, por sua vez, ambas tem uma natureza inteiramente distintas. Mas o que é cultura segundo Ferreira (2010) é um “complexo dos padrões de comportamento, das crenças das instituições, das manifestações artísticas, intelectuais etc., transmitidos coletivamente, e típicos de uma sociedade”. Portanto, cultura não se nasce com ela e sim se aprende na sociedade em que se está inserida.

Às vezes, conforme este autor são ignorados na política educacional as temáticas fundamentais para a educação na totalidade dos desafios e das incertezas nesse contexto da contemporaneidade. Então, os sete saberes indispensáveis, ou mesmo, eixos e caminhos para a educação desenvolvido por ele como: as cegueiras do conhecimento; os princípios do conhecimento pertinente; ensinar a condição humana; ensinar a identidade terrena; enfrentar as incertezas; ensinar a compreensão; a ética do gênero humano. Tudo isso estão interligados, assim como por exemplo, ele fala das cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão em que para ele deve promover uma educação de combate a sequeira e de rumo à lucidez. É preciso destacar a incerteza do conhecimento, como também os problemas enfrentados pela educação do futuro: o contexto, o global, o multidimensional e o

---

<sup>36</sup> Para Spindola e Santos (2003, p. 121), a história de vida “é uma das modalidades de estudo em abordagem qualitativa. [...] O sociólogo americano Denzin propôs, em 1970, a distinção das terminologias: life story (a estória ou o relato de vida) é aquela que designa a história de vida contada pela pessoa que a vivenciou. Nesse caso, o pesquisador não confirma a autenticidade dos fatos, pois o importante é o ponto de vista de quem está narrando. Quanto à life history (ou estudo de caso clínico), compreende o estudo aprofundado da vida de um indivíduo ou grupos de indivíduos. Inclui, além da própria narrativa de vida, todos os documentos que possam ser consultados, como dossiês médico e jurídico, testes psicológicos, testemunhos de parentes, entrevistas com pessoas que conhecem o sujeito [...]. Assim, a história de vida trabalha com a estória ou o relato de vida, ou seja, a história contada por quem a vivenciou”.

complexo.

Apresenta-se, então, um grande desafio da complexidade que conforme esse autor se dar pelo confronto das ciências no século XX. Nessa contexto, o mundo científico baseava-se em três pilares: o primeiro, a regularidade da ciência e, especialmente, o “determinismo absoluto”. O segundo, a separabilidade – sendo suficiente a separação para conceituá-lo ou só extrair da origem para examinar num meio artificial. E o terceiro, o valor de prova absoluta a partir da indução e da dedução, estabelecendo assim, “a unicidade da identidade e a recusa da contradição”. E, contrapor “[...] a este desafio contextualizando-o em escala mundial, quer dizer globalizando-o, tornou-se algo absolutamente essencial, apesar de sua extrema dificuldade.” (Morin, 2007, pp. 60-65). Isso faz retomar a dificuldade em conceber o problema da relação entre o todo e a parte já discutida por Rodrigues (2006) ou mesmo por Haesbaert (2004a) nesse capítulo.

Morin (2007, p. 68-70) expõe que a “[...] missão primordial do ensino supõe muito mais aprender a religar do que aprender a separar, o que, aliás, vem sendo feito até o presente. Simultaneamente é preciso aprender a problematizar”. Porque eles andam juntos: o religar com a problematização. É assim que se constrói “[...] uma sociedade um pouco menos inumana, fundamentada em relações um pouco menos ignóbeis”.

Prontamente, esses autores, fizeram-se reportar a criação desse estudo que teve início com a ideia da solicitação da diretora regional – Regina Leitão para que os Programas de Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência do SESC Ceará realizassem projetos de atividades para serem desenvolvidos na Colônia Ecológica SESC Iparana. Entre estes o destaque à criação do evento “Povos do Mar” formados por associações das rendeiras-artesãs, pescadores-marisqueiras e os movimentos dos índios Tabepas na Colônia Ecológica SESC Iparana com o objetivo de reunir os povos e com eles trabalhar para apoiar, defender e divulgar o turismo a partir das culturas dessas comunidades. Assim, desenvolveu-se um trabalho somente com os grupos reconhecidos pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Este foi criado por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, ligado ao Ministério da Justiça, como também a política indígena do Governo Federal. A missão institucional da FUNAI (2015a) é de “proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil”.

Assim, nesse período, o SESC Iparana-Caucaia-CE com a participação da Fundação Brasil Cidadão (FBC) promoveu o 1º Encontro SESC Povos do Mar entre 18 a 21 de agosto de 2011. Utilizou-se, nesse evento, a socialização das Práticas e Saberes das Comunidades

Litorâneas para a promoção da visibilidade e da valorização das comunidades tradicionais de pescadores, artesãos, quilombolas e etnias indígenas que povoam o litoral cearense. O encontro contou com 44 comunidades provenientes de 12 municípios cearenses. Assim, a Diretora Regional do SESC-CE – Regina Leitão afirmou que “O SESC [...] visa contribuir com o desenvolvimento e fortalecimento das formas de organização e expressão cultural.” Entende-se, então, “que o evento promove a reflexão, criação e difusão de formas sustentáveis de abrangência territorial e cultural” (De olho na água, 2015).

O 2º Encontro Sesc Povos do Mar ocorreu entre 22 a 26 de agosto de 2012 na Colônia Sesc Iparana. O encontro contou com 86 comunidades representadas por 20 municípios cearenses. Trabalhou-se a temática: Socialização das Práticas e Saberes das Comunidades Litorâneas e celebrou nesse acontecimento o Dia Nacional do Folclore tendo como objetivo dar visibilidade e valorizar as comunidades tradicionais de pescadores, artesãos, quilombolas e etnias indígenas do litoral cearense. E por fim, culminou com “o lançamento do documentário Sesc Cocos de Beira-Mar, de Henrique Dídimo, que mapeia dinâmicas e patrimônios das danças populares” (Encontro Sesc..., 2012).

O 3º Encontro Sesc Povos do Mar em Iparana ocorreu entre 19 a 23 de agosto de 2013 na Colônia Sesc Iparana. O tema do encontro foi a: Socialização das Práticas e Saberes das Comunidades Litorâneas. Participaram 100 comunidades representadas por 20 municípios cearenses. O escopo do encontro foi “promover a visibilidade e a valorização das comunidades tradicionais”, em que foi abordada a cultura da renda de bilros por meio da temática: Tecer. Reuniu-se “rendeiras da região do Trairi – Timbaúba, Canaã e Mundaú, além de pescadores, artesãos, comunidades extrativistas, grupos quilombolas e etnias indígenas”. Trabalharam-se três eixos complementares: “Sabores, Saberes e Saúde; Feito a Mão; Meio Ambiente e Sustentabilidade”. E, por meio de oficinas, vivências, rodas de conversa e círculos de cultura foram desenvolvidas “ações voltadas às práticas alimentares e de saúde popular, à socialização das técnicas de artesanato, cantos, danças e brincadeiras” (SESC DR Ceará, 2013b). Como também, discussão sobre o meio ambiente e a sustentabilidade.

O 4º Encontro Sesc Povos do Mar em Iparana aconteceu entre 18 a 22 de agosto de 2014 na Colônia Sesc Iparana. Contou com “200 vagas distribuídas para pesquisadores, profissionais e estudantes da área ambiental”. Tomaram parte do evento 100 comunidades representadas por 20 municípios cearenses. E este teve como objetivo “promover a visibilidade e a valorização das comunidades tradicionais”. A quarta edição fez um destaque para as práticas de alimentação e os processos de educação diferenciados,

priorizando os intercâmbios culturais que existe nas práticas colaborativas e solidárias presentes nos movimentos comunitários. A programação contou com exposições, oficinas, trilhas, fragata, apresentações artísticas e vivências que permitiram a imersão em práticas e cotidianos de pescadores, artesãos, brincantes, povos indígenas e quilombolas residentes no litoral cearense. Assim foram realizadas ações por meio “dos quatro eixos complementares: Sabores, Saberes e Saúde; Feito a Mão; Meio Ambiente e Sustentabilidade; e Cantos Danças e Brincadeiras.” (SESC Ceará..., 2014).

Vale salientar, então, que para este tópico torna-se importante apresentar um balanço mais geral do ponto de vista do corpo técnico do SESC, com relação ao impacto e dinâmicas criadas pelo Povos do Mar na região de Iparana. Imagina-se a repercussão de um evento que tem assumido um caráter mais sistemático – 4 anos de edição – e dimensão social de participação crescente. É uma participação de representantes a partir das lideranças comunitários de cada uma dessas comunidades. E, estes fazem apresentações de suas tradições e saberes, tanto do ponto de vista econômico, quanto cultural. Em cada evento, o somatório de trocas culturais ali realizadas cria, propositadamente, uma possibilidade de multiplicação e cruzamento de experiências, que são consideradas representativas da riqueza social e cultural de cada comunidade selecionada e-ou convidada a se apresentar no evento em pauta.

Trata-se, portanto, de um evento que promove em si mesmo uma espécie de turismo cultural comunitário, ao agenciar contatos prévios, reuniões, traslado, viagem, convívio durante a hospedagem de todos os participantes do Hotel da Colônia Ecológica do SESC-CE em Iparana e participação em inúmeras e variadas atividades da programação do evento, que envolvem oficinas, palestras e apresentações culturais.

Em pronunciamentos feitos por esses participantes durante o evento nota-se o contentamento com que anunciam suas presenças e-ou agradecem aos seus patrocinadores. O ambiente é tomado por uma presença coletiva, que expressa o elemento do contágio vivencial em que os mais inibidos vão se abrindo a novos contatos e relações. E, os mais expansivos funcionam como polos de conagraçamento e aproximações entre integrantes de diferentes comunidades.

O evento a cada ano cresce a participação das comunidades (**Figura IV.4.2**) e atualmente já chegou a aproximadamente **quinhentos participantes do entorno de Iparana e de várias localidades do litoral cearense**, que **durante uma semana ficam hospedados na unidade do SESC Iparana** e realizando tais atividades, ao final do que é feito um **documento por eles com um Manifesto sobre as necessidades deles**, junto aos

poderes públicos, municipais e estaduais; bem como, pontua a demanda de maior atenção do SEBRAE (órgão de assistência ao pequeno produtor) e do próprio SESC-CE. Surgem ainda **avaliações de conduta das próprias comunidades**, em relação aquilo que eles precisam aprimorar em suas relações oficiais, familiares, comunidades, etc.

O Povos do Mar intensifica a **socialização dos participantes**, que também recebem **palestrantes convidados** para lhes falar sobre temas diversos do seu interesse, principalmente, **turismo de base comunitária**. São convidados representantes de outras instituições que desenvolvam projetos nessa área, como **Prainha do Canto Verde e Casa Grande**, dois projetos de desenvolvimento comunitário sustentável voltados para o turismo cultural e preservação ambiental, educação patrimonial, reconhecidos, nacional e internacionalmente, por sua qualidade e êxito como ações sociais.

O detalhamento desta experiência está sendo constituído com base em **registros de reuniões, material audiovisual, relatos de representantes da própria comunidade que participa dos eventos do Projeto Povos do Mar**. Além desse relato, entende-se ser adequado oferecer uma **caracterização do território habitado por essas comunidades**, que nos tópicos posteriores serão ilustradas através de uma tipologia que envolve, Pescadores Jangadeiros e Marisqueiras, Rendeiras e Etnia Tapeba, em função da sua importância social, econômica e cultural no espaço estudado.

Diante desse contexto, o SESC por meio do trabalho que desenvolvia com essas comunidades que ficavam entorno da Colônia e complementando com o Encontro Sesc Povos do Mar em Iparana observou-se com essas ações o surgimento do fortalecimento da concepção de três grupos por categorias culturais com possibilidade turísticas no Ceará. Daí, primeiro, pensou-se o pescador-marisqueiras até pelo imaginário cearense da gastronomia, segundo os indígenas pelas aldeias, danças, rituais, projetos, movimentos, artesanatos e terceiro, as rendeiras pelas artesãs, renda de bilros, renda da terra, filé, entre outras.

Os representantes desses grupos por categorias constituíram os primeiros critérios que foram utilizados para serem visitados com o intuito de investigar a possibilidades de apoio e aceitação desse estudo, entretanto, antes havia o cuidado de explicar a cada grupo o que era o estudo, a relevância da pesquisa e da participação deles nesse desenho. Outro critério utilizado para definir a participação foi ressaltado se as comunidades que o SESC já tinha um trabalho e um atendimento sistemático com o grupo. E assim, iniciou com esses grupos as primeiras reuniões nas comunidades e depois nas dependências do SESC.

Entretanto, isso só foi possível porque se recorreu a representantes das comunidades

ali existentes, que foram partícipes fundamentais, na realização desta pesquisa, pois são tais sujeitos interlocutores privilegiados, que nos revelam suas condições gerais de vida, o significado da ação educativa e social do SESC-CE na região, e suas expectativas e demandas por serviços e oportunidades de formação profissional, na busca de melhores condições de vida e de desenvolvimento.

Portanto, a Colônia Ecológica do SESC Iparana constitui um *locus* de referência natural para realização de vários encontros que reúnam integrantes coletivos para uma discussão de suas problemáticas, que indiquem suas dificuldades de vida e meios de resolvê-los, na perspectiva de fortalecer as suas potencialidades, que, muitas vezes, não são vistas ou percebidas enquanto formas de superação das suas carências e necessidades sociais; como sabemos tais comunidades vivem com simplicidade, renda instável e trabalho informal, o que requer a ação de projetos sociais governamentais e não governamentais, para que superem situações de adversidade social.

Assim sendo, foi dentro desse contexto, sob o ponto de vista de vislumbrar e promover um turismo de bases comunitárias visando o fortalecimento do setor de serviços nessa área, que esta pesquisa escolheu como referências principais de técnicas a observação participante<sup>37</sup> na ação socioeconômica e cultural, inscrita nas atividades de **Rendeiras-Artesãs, Pescadores-Marisqueiras e Índios Tabepas**. De modo que aqui foi vistas como constituintes dos sujeitos primordiais desta investigação, bem como portadores de tradições culturais, que favorecem a socialização das práticas e saberes das comunidades litorâneas, em particular, do entorno da Colônia Ecológica do SESC Iparana. Vale ressaltar que a observação em geral para a pesquisa em turismo significa, principalmente:

[...] que o investigador concentre a sua atenção sobre o objeto de estudo que pretende analisar. Por outro lado, a observação participante traduz-se pelo envolvimento ativo do investigador em todos os acontecimentos sociais e culturais possíveis, relacionados com a unidade de análise (território, espaço turístico, grupo de turistas, turista, residente, etc.) que definiu para a sua pesquisa. Este método de investigação exige que o investigador desempenhe um papel ativo no grupo ou comunidade que vai estudar. Saliente-se, no entanto, que a técnica da observação participante apresenta algumas lacunas e, por isso, deve ser complementada com a utilização de entrevistas formais ou informais, e eventualmente com inquéritos por questionário (Marujo, 2012, p. 8).

E outra técnica utilizada foi a realização de “entrevistas semiestruturada”<sup>38</sup> não foi

---

<sup>37</sup> A observação participante é uma técnica de investigação social em que o observador partilha, na medida em que as circunstâncias o permitam, as atividades, as ocasiões, os interesses e os afetos de um grupo de pessoas ou de uma comunidade, caracterizando-se pela inserção do observador no grupo observado (Anguera, 1992).

<sup>38</sup> Entrevista semiestruturada é um dos instrumentos mais conhecidos e utilizados em estudos e investigações. Através dela suscitamos um canal de comunicação para obtermos as mais diversas informações: podemos

utilizado, na fase inicial da pesquisa um roteiro padrão, em função da diversidade de situações em que tais conversações com as comunidades foram realizadas e registradas, quantas vezes através de meios audiovisuais. Nessa perspectiva, salientando que as entrevistas em geral são:

[...] usadas para vários propósitos. Para um pesquisador qualitativo, talvez os principais sejam:

1. Obter informações singulares ou interpretações sustentadas pela pessoa entrevistada.
2. Coletar uma soma numérica de informações de muitas pessoas.
3. Descobrir sobre ‘uma coisa’ que os pesquisadores não conseguiram observar por eles mesmos. (Stake, 2011, p. 108).

Assim, seria conforme Stake (2011) descobrir nas falas e relatos das comunidades que serão traduzidas em textos pontuais para efeito de detalhamento o impacto do Projeto de Turismo Comunitário do SESC em Iparana-Caucaia nas comunidades assistida pelo SESC. Contudo, além disso, atendeu-se à solicitação científica necessária neste tipo de investigação. De modo que foi organizado um roteiro para entrevista semiestruturada aplicado, entre os meses de fevereiro e agosto de 2014, com vistas à obtenção de material relativo às impressões que as comunidades tenham do trabalho social ali desenvolvido ao longo da última década, para visualizar o impacto da ação de Turismo Social naquele território. O roteiro do inquérito (ver APÊNDICE A) que contém elementos postos nos objetivos centrais, conceitos-chave aqui trabalhados, bem como resultados relativos à ação social do SESC por meio do Turismo Comunitário.

Com isso, foi construído nesse roteiro com base na procura de responder sobre o foco das questões relacionadas à compreensão das estratégias de ação social e educativa da instituição SESC, dos objetivos e do local desse estudo e então, contemplou as seguintes preocupações que também estão expostas no capítulo I:

- a) É possível a organização de uma rede turística que, de forma conjunta e planejada, promova o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, culturais e comunitários no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana / litoral cearense?
- b) O SESC contribui para que as comunidades percebam e organizem suas potencialidades para o desenvolvimento sustentável do Turismo de Bases

---

reconstruir histórias, provocar a memória, refletir sobre o passado, sobre o presente e exercitar na mente o futuro. A combinação entre fotografia e entrevista permitiu denso volume de informações e conhecimentos (Estrella, 2006).



Comunitárias na região?

- c) Quais os produtos e serviços turísticos que credenciam a região do entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana / litoral cearense, como um roteiro turístico diferenciado e competitivo nesse mercado?
- d) O diverso patrimônio cultural, natural e comunitário, presente nas comunidades no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana / litoral cearense, pode viabilizar o desenvolvimento local, recorrendo a formas criativas, sustentáveis e de base comunitária, atuando, também, na geração de renda?

Assim sendo, reforça-se que através desses instrumentais (observação participante e entrevistas semiestruturadas) buscou-se atingir o **objetivo geral** desta pesquisa que é avaliar as práticas de fomento ao turismo de bases comunitárias desenvolvidas pelo SESC-CE, junto às comunidades do entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana/Caucaia, através da aplicação de um inquérito, junto a três sujeitos importantes dessa localidade, qual seja: pescadores e marisqueiras, rendeiras e índios Tapeba. Como também e diante disto, construíram-se os **objetivos específicos** que consistiram em:

- a) Mapear o patrimônio material e imaterial das comunidades e redes sociais no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana / litoral cearense ou por meio do Encontro SESC: Povos do Mar visando ao desenvolvimento das comunidades detentoras dos recursos naturais e culturais da região;
- b) Identificar os projetos e as práticas de turismo de base comunitária desenvolvidas pelas comunidades no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana/no litoral cearense ou por meio do Encontro SESC: Povos do Mar;
- c) Constituir ideias e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, através do Turismo de bases comunitárias;
- d) Refletir sobre as formas de turismo praticadas no litoral cearense, visando o desenvolvimento das comunidades e a preservação de seus ecossistemas;
- e) Discutir a inserção socioeconômica das populações locais, nas atividades relacionadas ao turismo;
- f) Indicar as ações de educação ambiental, por meio das ações de turismo social que desenvolvem, nos seus usuários, uma consciência crítica em relação às questões ambientais;
- g) Verificar de que modo e alcance as ações de Turismo do SESC promovem o enriquecimento cultural, a educação, a melhoria das relações interpessoais, o

desenvolvimento integral da saúde, dentre outras oportunidades;

- h) Colaborar para a inserção socioeconômica das populações locais, nas atividades relacionadas ao turismo.

Assim, dado continuidade a essas objetividades, procurou-se intensificar as ações de educação ambiental, por meio das ações de turismo social que desenvolvem, nos clientes, uma consciência crítica em relação às questões ambientais. Como também, promoveu-se ações de Turismo para os colaboradores do SESC, priorizando o enriquecimento cultural, a educação, a melhoria das relações interpessoais, o desenvolvimento integral da saúde, dentre outras oportunidades.

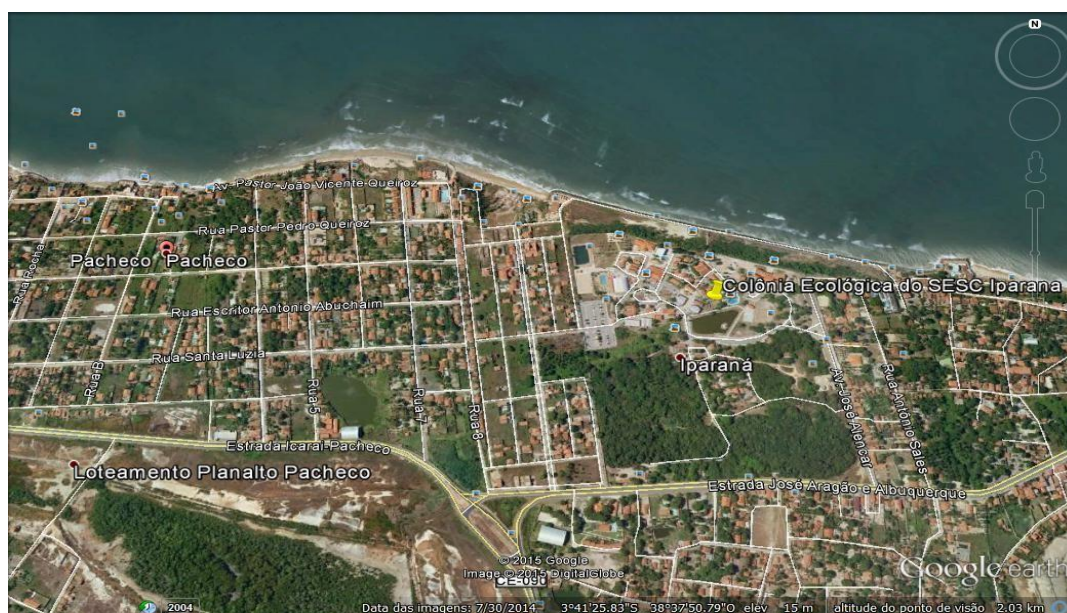
Com isso, pode-se dizer que esta pesquisa teve por guia uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, para investigar as potencialidades e percursos de comunidades tradicionais de pescadores e marisqueiras, rendeiras e indígenas, através de práticas de turismo de base comunitária, no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana / litoral cearense ou por meio do Encontro SESC: Povos do Mar, em que a mesma também é situada no município de Caucaia e, faz parte do litoral do nordeste brasileiro.

Buscou-se dados de natureza empírica sobre os elementos formadores de suas identidades culturais, como a memória, a culinária, o artesanato, os ofícios, os recursos naturais e as manifestações artísticas tradicionais. Estes em conjunto formam um patrimônio de base, supostamente coletiva, impregnada de traços de identidade com alguma singularidade, capaz de favorecer o desenvolvimento de práticas sustentáveis de turismo e lazer.

Foi preciso identificar os recursos naturais e a especificidade histórica da região, bem como o processo de valorização territorial nas diversas comunidades, a discussão socioambiental, a reorganização comunitária e a resignificação dos espaços. Fez-se o mapeamento dos produtos e serviços turísticos ofertados pelas comunidades. A observação participante, a entrevista, recortes de história de vida e a técnica documental foram suportes indispensáveis para reflexão e descrição dos sujeitos, elementos culturais e contextos estudados. Para tanto, constituiu-se uma ferramenta de pesquisa voltada para a realização de entrevistas, por meio da aplicação de um **Inquérito** a lideranças das comunidades referidas acima. Antes da realização das entrevistas mais sistemáticas com tais representantes das comunidades desse entorno, partimos de uma ideia acerca do patrimônio material e imaterial das comunidades e redes sociais no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana / litoral Cearense ou por meio do Encontro SESC: Povos do Mar. Este foi

elaborado com base na experiência do corpo técnico do SESC-CE, que visa uma ação educativa para o desenvolvimento das comunidades detentoras dos recursos naturais e culturais da região. Nesses encontros, ouvi-se relatos sobre a vida que levam, as suas tradições culturais, problemas cotidianos e a superar por meio de ações de desenvolvimento comunitário.

No curso da investigação, foi percebido que existem muitas localidades que sofrem com a urbanização, a apropriação e a utilização indevida de seus espaços, do produto dos seus ofícios, ocasionando conflitos sociais, econômicos e étnicos. Através dessas estratégias, foi possível alinhar eixos temáticos importantes, para alcançar um olhar mais atento e detalhado sobre as relações entre indivíduos e coletividades, nas localidades do entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana, especificamente, sobre as faixas de praia de Iparana e Pacheco conforme pode-se observar no mapa abaixo:



**Figura IV.4.1.2:** Colônia Ecológica SESC Iparana – Pacheco Fonte: Google Earth – data da imagem 20 de julho de 2014.

Vale ressaltar que esta pesquisa, de natureza exploratória<sup>39</sup> e descritiva,<sup>40</sup> foi

<sup>39</sup> Pesquisa Exploratória: harmonizar com um maior familiaridade um assunto ou um problema pouco conhecido. “Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”. Assim, pode também envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Na maioria das vezes, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso (Gil, 2008, p. 41).

<sup>40</sup> “As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.” (Gil, 2002, p. 42).

fundamentada em autores consultados em uma revisão bibliográfica preliminar e em uma pesquisa de campo, do tipo “estudo de caso”<sup>41</sup> da Colônia Ecológica SESC Iparana, na tentativa de comprovar, se as ações voltadas ao desenvolvimento do turismo social e de base comunitária, realizadas neste campo de investigação, têm contribuído com alguma melhoria social, educativa e econômica dos indivíduos e das comunidades objeto da pesquisa. Foram investigadas algumas questões relativas a possíveis fragilidades que podem dificultar o desenvolvimento do turismo local.

Nessa perspectiva, a ideia de cultura perpassa toda a discussão referente ao desenvolvimento do turismo de bases comunitárias, apresentada neste trabalho, sendo permeada pela vivência cultural do cotidiano das comunidades e seus recursos naturais.

Portanto, reforça-se que a pesquisa adotou, como técnica de coleta de dados e informações já citado, nas entrevistas, um roteiro semiestruturado e observação participativa. E utilizou-se a saturação como instrumento epistemológico para qualificar e decidir quando as entrevistas e observações deixam de ser indispensáveis. Nesse sentido, Thiry-Cherques (2009) afirma que é considerada representativa a seleção intencional posta por saturação teórica quando a entrevista ou a observação não adiciona nada ao que já se conhece a respeito do fenômeno ou da categoria investigada, suas características e suas afinidades com outras categorias. E com referência ao ponto de saturação segundo este autor garante que não há como prever com exatidão o tamanho e o tempo necessários para se obter à saturação. Porque, nesse contexto não há instrumentos matemáticos ou lógicos de determinação prévia do ponto de saturação e, conseqüentemente, do número de observações requerido. Este autor diz ainda que:

[...] não há como afirmar com certeza absoluta se o ponto de saturação será atingido em um número praticável de observações (MORSE et al., 2002). O que é possível fazer é, mediante a acumulação de experiências, estimar o ponto em que as informações de observações saturam, sejam elas realizadas mediante entrevistas abertas, semi-estruturadas, estruturadas, questionários ou observações de conteúdos e de discursos (Thiry-Cherques, 2009, p. 23).

Assim sendo, as entrevistas (APÊNDICE C) foram realizadas, no interior da Colônia

---

<sup>41</sup> “[...] o estudo de caso qualitativo constitui uma investigação de uma unidade específica, situada em seu contexto, selecionada segundo critérios predeterminados e, utilizando múltiplas fontes de dados, que se propõe a oferecer uma visão holística do fenômeno estudado. Os critérios para identificação e seleção do caso, porém, bem como as formas de generalização propostas, variam segundo a vinculação paradigmática do pesquisador, a qual é de sua livre escolha e deve ser respeitada. O importante é que haja critérios explícitos para a seleção do caso e que este seja realmente um ‘caso’, isto é, uma situação complexa e/ou intrigante, cuja relevância justifique o esforço de compreensão.” (Mazzotti, 2006, p.650).

Ecológica do SESC-CE, bem como nas áreas de morada dos entrevistados. Vale reforçar que se teve como base o 4º Encontro Sesc Povos do Mar em Iparana observando as 200 vagas que destas encontravam-se 130 representantes enquadrados como: Rendeiras-Artesãs, Pescadores- Marisqueiras e Índios Tabepas. E por isso, pensou-se para iniciar a pesquisa e atingir ao **ponto de saturação** 20 representantes de cada categoria (Rendeiras-Artesãs, Pescadores-Marisqueiras e Índios Tabepas), perfazendo um total de 60 pessoas na busca do ponto de saturação.

A **observação participante** que já foi amplamente discutido, entretanto torna-se importante ressaltar que esta permitiu dar voz e direito de análise aos sujeitos e grupos comunitários centrais da pesquisa; além disso, considera-se a **interação técnica sistemática, como corpo de funcionários do SESC**, através de uma **programação cultural, social e ambiental**, em diversas dimensões da vida dos indivíduos e coletivos participantes da pesquisa. O inventário foi aplicado por meio de entrevista, como instrumental escolhido para coleta de **depoimentos sobre o antes, o agora e o depois das atividades do SESC-CE** naquele entorno ou território. De modo que o intuito foi verificar o impacto que essa ação possa ter tido naquela área, visto pelas suas lideranças comunitárias.

A pesquisa participante e os estudos etnográficos são caminhos metodológicos que acolhem a participação desses grupos e sujeitos, possuindo um instrumental que permite a interação e o diálogo durante a investigação, bem como a produção dos resultados da pesquisa (Gil, 2008).

Ao lado disso, foram analisados documentos dos arquivos da instituição pesquisada, o que também trouxe elementos importantes como fonte e resultado de pesquisa. A pesquisa documental é definida por Marconi e Lakatos (2009, p. 176) como “a fonte de coleta de dados restrita a documentos escritos, ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias”.

A técnica documental será também outra que se somará as demais técnicas citadas acima. No entanto, esta será porque envolve a consulta de documentos como fonte de pesquisa, que podem ser escritos e não escritos, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres. Esses documentos são utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos que trazem seu conteúdo para elucidar determinadas questões e servir de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (Figueiredo, 2007).

Com referência aos sujeitos, estes foram escolhidos intencionalmente, assim, empregados como base de critério de escolha relacionada aos objetivos definidos na pesquisa, ao mesmo tempo em que esse critério permite uma maior pormenorização dos sujeitos, elementos e contextos estudados.

Os dados e informações obtidas por meio das entrevistas foram analisados qualitativamente à luz dos suportes teóricos e conceituais dados pelos autores consultados e listados no capítulo do referencial teórico. Como também, recorreu-se à análise de conteúdo de Bardin (1977) nos relatos e depoimentos dos sujeitos entrevistados, que indicaram categorias empíricas de análise.

Nesse sentido, tornou-se imprescindível trazer alguns autores como Santos, F. M. (2012), Caregnato e Mutti (2006) para explicar com Bardin (1977), a análise de conteúdo que ele desenvolveu. Especificamente estas autoras afirmam que a Análise de Conteúdo (AC) passou a existir nos Estados Unidos no início do século XX para analisar o material jornalístico, e nessa época quando os cientistas começaram a se interessar pelos símbolos políticos ocorridos entre 1940 e 1950 um impulso no mundo acadêmico. Conforme Bardin (1977) e Gil (2002), em 1950 e 1960, esse fato contribuiu para que a AC se desenvolvesse mais e atingisse uma dimensão tal que várias outras áreas se interessam por essa metodologia. Deste modo, a Análise de Conteúdo há muito tempo esta sendo utilizada como técnica científica nas diversas pesquisas científicas tanto quantitativa quanto qualitativa (Bardin, 1977; Caregnato & Mutti, 2006, p. 682). No contexto:

Desde o princípio do século, durante cerca de quarenta anos, a análise de conteúdo desenvolveu-se nos Estados Unidos. Nesta época o rigor científico invocado é o da medida, e o material analisado é essencialmente jornalístico. [...] Desencadeia-se um fascínio pela contagem e pela medida (superfície dos artigos, tamanho dos títulos, localização na página). Por outro lado, a Primeira Guerra Mundial deu lugar a um tipo de análise que se amplifica aquando da Segunda: o estudo da propaganda (Bardin, 1977, p. 15).

Por conseguinte, para Bardin (1977), a análise de conteúdo tem como escopo o sentido do conteúdo das mensagens, e assim, esta por sua vez que possui um conjunto de técnicas de análise a ser seguida das comunicações pesquisadas por meio de métodos sistemáticos para analisá-las. A autora diz que essa teoria se atenta para a palavra indutora e para cada sujeito. E assim, alcançar-se “uma, duas, três ou quatro palavras induzidas numa pequena ficha” que é substantiva, adjetiva, com expressões e nomes próprios. A autora explica ainda que uma vez reunida à:

[...] lista das palavras suscitadas por cada palavra indutora (ou as fichas divididas em pilhas, segundo o estímulo respectivo), sendo este o primeiro trabalho de classificação, encontramos-nos em confronto com um conjunto heterogéneo de unidades semânticas. Face a esta desordem, torna-se necessário introduzir uma ordem. Mas qual a ordem a introduzir, e segundo que critérios? Para que, a informação seja acessível e manejável, é preciso trata-la, de modo a chegarmos a representações condensadas (análise descritiva do conteúdo) e explicativas (análise do conteúdo, veiculando informações suplementares adequadas ao objetivo a que nos propusemos: neste caso, o elucidar de certos estereótipos) (Bardin, 1977, p. 52).

Farago e Fofongo ([2009]), segundo Bardin (1977) esclarecem AC de modo que ao embrenhar-se simultaneamente na questão do método e suas técnicas de: organização da análise; codificação de resultados; categorizações; inferências; e, por fim, a informatização da análise das comunicações. Entretanto, para melhor explicar a inferência para Bardin (1977, pp. 137-138) explana que essa classificação:

[...] não passa de um termo elegante, efeito de Moda, para designar a indução, a partir dos factos.” E a “inferências específicas: por exemplo, quando se procura responder à pergunta”. E a “inferências gerais: por exemplo, quando se pretende saber se existe uma lei relacional tal, que o aumento do nível pulsional do locutor seja acompanhado pela simplificação e normalização das suas escolhas semânticas e estruturais.

Caregnato e Mutti (2006), Farago e Fofongo ([2009]) e Santos, F. M. (2012) são autores que de certa forma se complementam e comungam com as ideias sobre Bardin (1977) no que se referem à explicação da composição da técnica de “Análise de Conteúdo (AC)” dessa autora. Para esses autores AC de Bardin (1977) se organiza em três grandes etapas. A primeira desta é a pré-análise que ocorre por meio da leitura flutuante, a partir dela encontram-se as hipóteses, em seguida, os objetivos e a elaboração de indicadores que baseia a interpretação do conteúdo. A segunda etapa é a parte da exploração do material, em que os dados são compilados a partir das unidades de registro. A terceira e última etapa dessa técnica é o tratamento dos resultados e interpretação das unidades de registros na construção de categorias, que “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos” (Bardin, 1977, p. 117). Assim Caregnato e Mutti (2006) afirmam que etapa consiste na organização dos elementos segundo e conforme suas semelhanças e suas diferenças, e em seguida faz o reagrupamento em função dessas particularidades em comum (Bardin, 1977; Caregnato & Mutti, 2006; Farago & Fofongo, [2009]; Santos, F. M., 2012).

Por fim, Santos, F. M. (2012) faz uma articulação da análise de conteúdo de Bardin (1977) como sendo uma densa leitura, motivada pelas “condições oferecidas pelo sistema linguístico e objetiva a descoberta das relações existentes entre o conteúdo do discurso e os aspectos exteriores. Ademais, a técnica permite a compreensão, a utilização e a aplicação de um determinado conteúdo” (Bardin, 1977; Santos, F. M. 2012, p. 387). E nesse sentido, Bardin (1977, p. 222) conclui afirmando que:

[...] por debaixo de uma linguagem abscondita, que por vezes mascara banalidades, sob um formalismo que por vezes escapa ao leitor, para além das construções teóricas, que ao nível da prática da análise, são improdutivas a curto prazo, existe uma tentativa totalitária (no sentido em que se procura integrar no mesmo procedimento conhecimentos adquiridos ou avanços até aí dispersos ou de natureza disciplinar estranha: teoria e prática linguística, teoria discurso como enunciação, teoria da ideologia e automatização do procedimento) cuja ambição é sedutora mas em que as realizações são anedóticas. O que é deplorável.

E ainda, complementando a pesquisa qualitativa percebeu-se a importância para também se obter dados mais objetivos, e assim, recebessem um “tratamento quantitativo”; e de modo que, em face da especificidade cultural dos sujeitos da pesquisa isto até pode atender em parte a profundidade desta. Entretanto, confirmou-se o que Minayo e Sanches (1993) já disseram no início desse capítulo que uma abordagem qualitativa por si só não garante a abrangência do estudo. E por assim, constatar que não se conseguiu uma representação ampla e completa das respostas para este tratamento. Então, e com base nas entrevistas foram respondidas por meio de perguntas e relatos que saíam do âmbito da pergunta de partida. E assim, contendo experiências de vida e de trabalho, como se a entrevista se tratasse de uma busca de histórias de vida. Com isso, foi preciso levar em conta a base de oralidade inscrita na mentalidade dos entrevistados por causa da baixa escolaridade e uma fala livre das amarras de perguntas fechadas.

Logo depois dessas notas metodológicas de investigação exaltivamente discutidas buscou-se o detalhamento e caracterização do território de Iparana-Caucaia-Ceará com o intuito de se aproximar mais do objeto desse estudo. E é por isso que será no próximo item melhor explicado esse assunto.

#### IV.4.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE IPARANA-CAUCAIA-CEARÁ

Para caracterizar o território de Caucaia-Iparana utilizou-se de fontes historiográficas, geográficas (mapas) e demográficas de autores cearenses e estatísticas que serão,

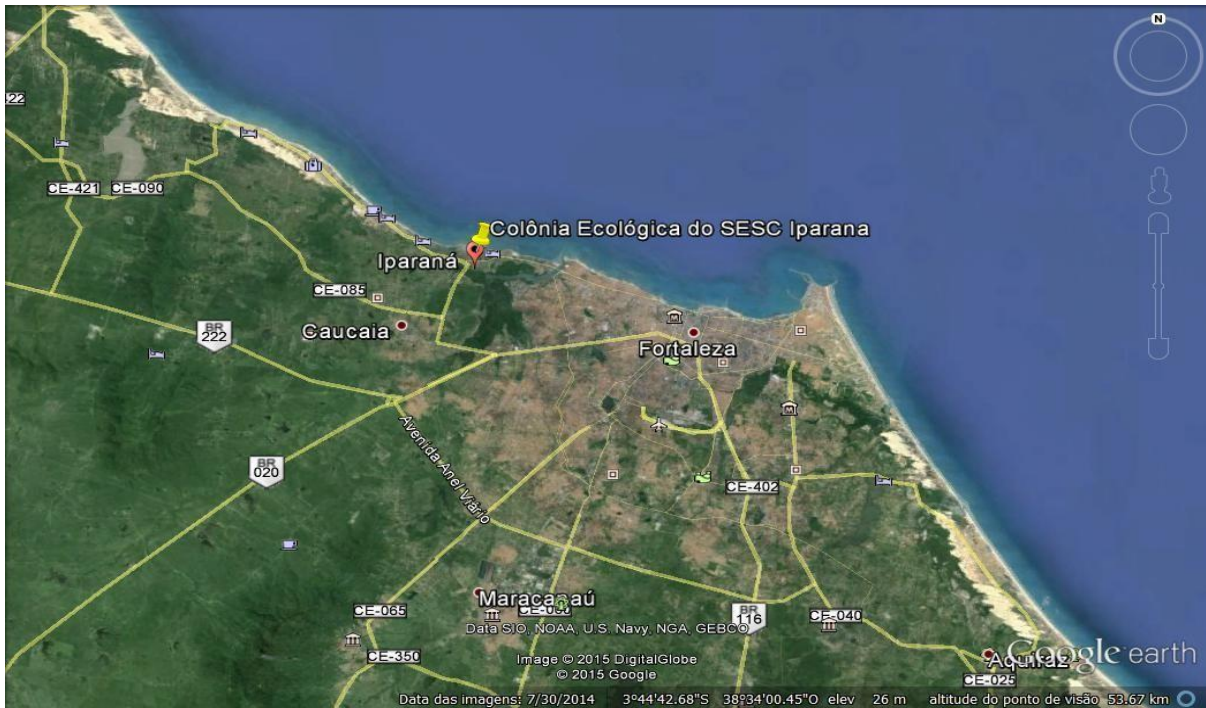


posteriormente, melhor indicados e citados como referencial, incluindo fontes retiradas de sites e documentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O texto aqui apresentado foi elaborado a partir de fontes variadas, como medida de constituição de uma narrativa geográfica e sociológica, que evidencie a natureza social e cultural dessas localidades, no sentido da valorização do turismo de base comunitária. Pode-se verificar na **Figura IV.4.2.1** abaixo o mapa situando a Colônia Ecológica Sesc Iparana a capital do Ceará com as suas respectivas divisas Estaduais ao Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e o Oceano Atlântico. Já na **Figura IV.4.2.2** observando o interior do Ceará mostra-se os diversos acessos por meio de BR e CE. Entretanto, a **Figura IV.4.2.3** retira as estradas para destacar o Rio Ceará a seguir:

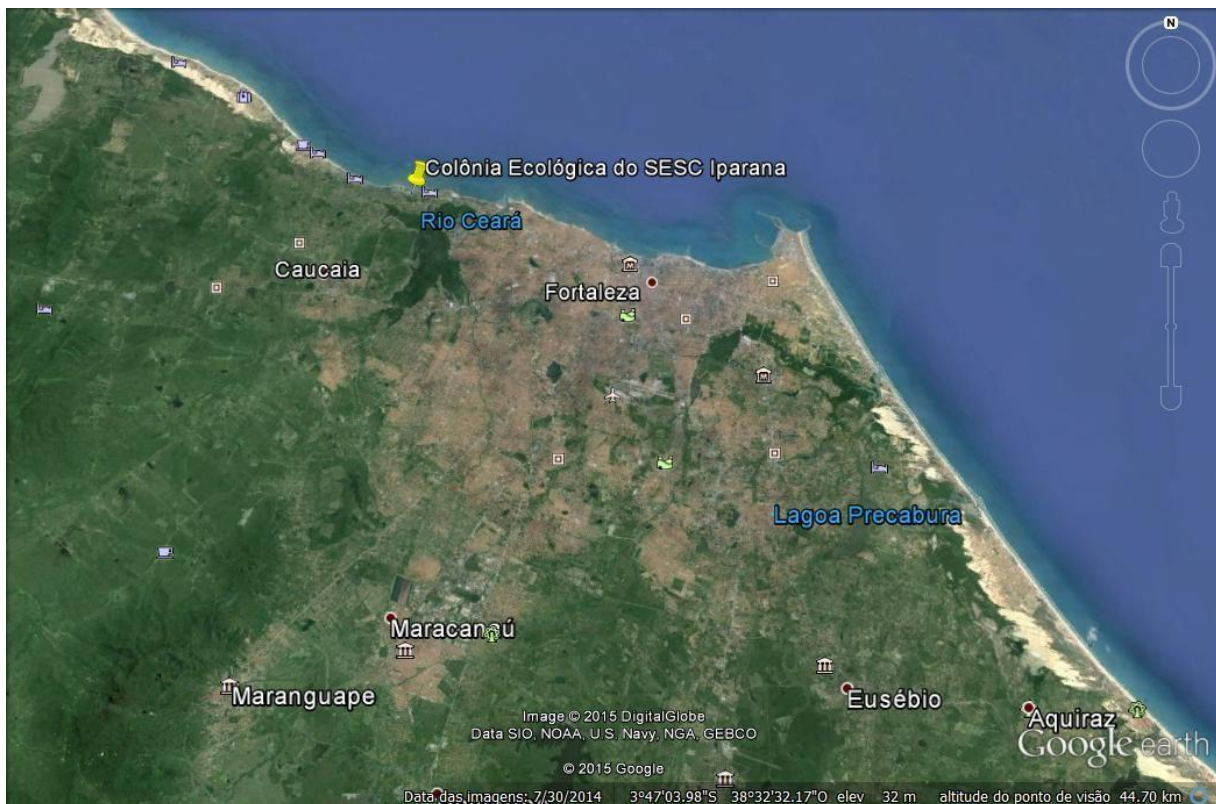


**Figura IV.4.2.1:** Colônia Ecológica SESC Iparana – 10km de Fortaleza

**Fonte:** Google Earth – data da imagem 4 de setembro de 2013.



**Figura IV.4.2.2:** Estradas que levam a Fortaleza – Caucaia – Iparana Colônia Ecológica do SESC Iparana com Rodovias: BR e CE. Fonte: Google Earth – data da imagem 30 de julho de 2014.



**Figura IV.4.2.3:** Fortaleza – Caucaia – Rio Ceará – Colônia do SESC Iparana  
 Fonte: Google Earth – data da imagem 30 de julho de 2014.

O que está publicado na página oficial do município de Caucaia é que atualmente Caucaia é um município do Estado do Ceará e metrópole de Fortaleza. No entanto, A palavra Caucaia tem a sua origem no tupi (caa-mato e caia-queimado). Assim, Mato Queimado é a qualificação da nomenclatura indígena de Caucaia que era uma Aldeia que ficou na dependência da Vila de Fortaleza. Esta foi transformada em Vila, somente após a decisão do Marques de Pombal que extinguiu todas as Aldeias administradas pelos Jesuítas decompostas em Vilas e Vigariatos. E assim, foi oficializada em 15 de Outubro de 1759 por determinação da corte portuguesa com o nome de Vila Nova Real de Soure. Este nome era oriundo de uma das freguesias do Bispado de Coimbra, Portugal que determinava para todas as regiões políticas administrativas que estas conservassem o sistema das antigas freguesias, que continham autonomia religiosa e política (Governo Municipal de Caucaia, 2015).

Observou-se que, Caucaia tem ligação histórica com o processo colonial. E, a sua constituição territorial foi resultado da presença de disputas entre algumas nações europeias – Portugal, Holanda e França – no século XVII, fato este que gerou, até mesmo, a ação missionária dos Jesuítas, no século XVIII. Nesse direção Farias (2012, pp. 24, 53) assim afirma:

Quando da chegada dos europeus em 1500, a terra a qual chamariam de Brasil era habitada por uma enorme diversidade de povos indígenas – os índios não formavam uma sociedade homogênea. Apresentavam diferenças de hábitos, costumes, religiões, organização social e cultural. [E entre] [...] 1630 e 1654, os holandeses dominaram o nordeste brasileiro. Seus objetivos, formulados pela Campanha das Índias Ocidentais, eram, sobretudo, de controlar a região produtora de cana-de- açúcar, além de, logicamente, explorar a terra em busca de outras riquezas. Assim, após fracassarem em conquistar a Bahia (1624-25), apossaram-se de Pernambuco (em 1630), apossando seu domínio para outras áreas como Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Deste modo e, complementando Farias (2012), Barretto Filho (1998) informa que o município de Caucaia teve origem no aldeamento de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, fundado pelos Jesuítas entre 1741 e 1759, contudo a origem remonta aos anos entre 1603 a 1666, onde os índios Potiguara já comercializavam com os franceses, conforme registro da expedição portuguesa de Pero Coelho, em 1603.

Pode-se ser observado na **Figura IV.4.2.4** a seguir, o primeiro mapa detalhando da costa do Ceará em 1629. O segundo mapa também traz a costa do Ceará, no entanto, com detalhe para Jericoacoara. E o terceiro que fica abaixo dos dois o mapa do Ceará a partir de 1629 nessa mesma **Figura IV.4.2.4**. E este é uma representação do “Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará”, onde se pode observar o litoral do Ceará retirado do Arquivo digital

da Biblioteca Nacional. E retomando a história, a primeira figura retrata o forte que em 1644 a coroa portuguesa se estabelece na região por meio dos índios cearense que definitivamente expulsaram os holandeses e destruíram o Forte de São Sebastião.



**Figura IV.4.2.4:** Mapa da costa do Ceará de 1629, no qual se destaca o forte

Fonte: Google Brasil – data da imagem 27 de maio de 2015.

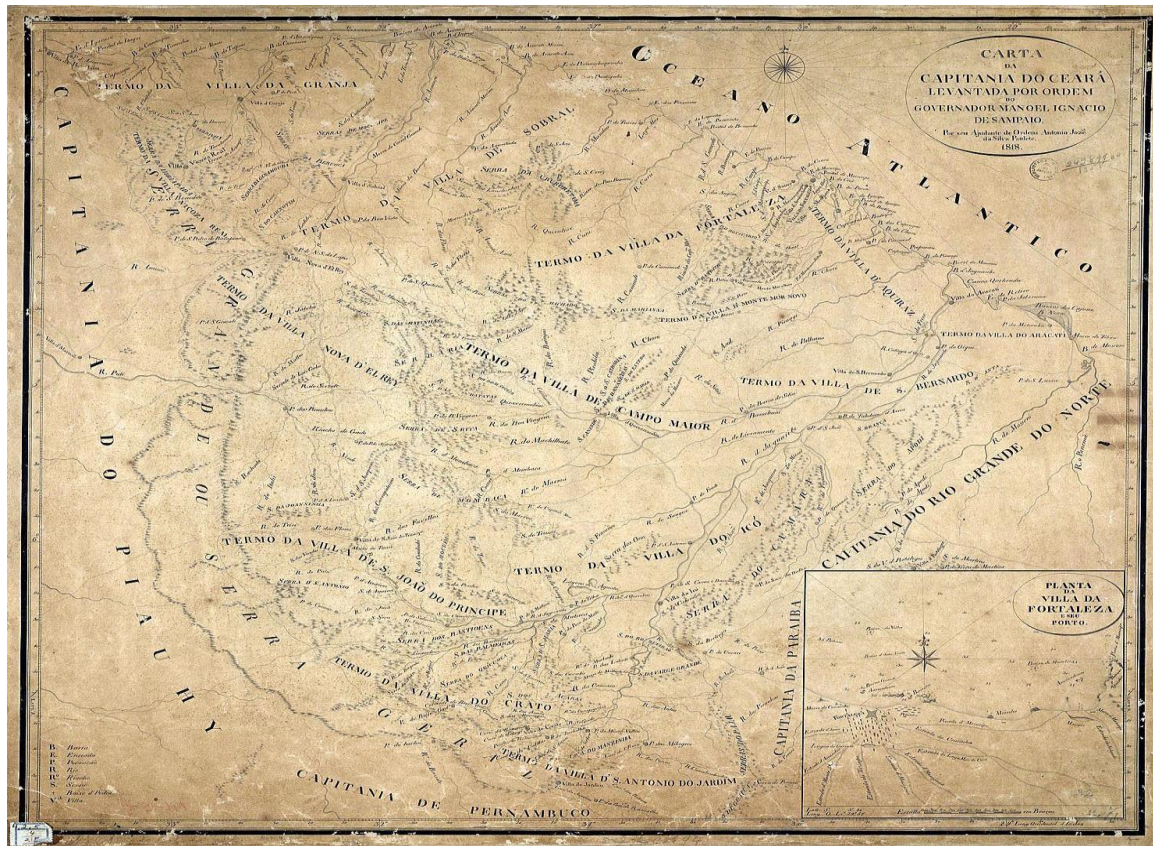
Com a expulsão dos Jesuítas pela Coroa Portuguesa, em 1759, a área daquela missão foi alçada à categoria de Vila, assim como todas as outras onde havia missões similares, conforme se vê na versão oficial de sua história. A exemplo, a Vila Nova de Soure, depois Soure, em seguida a independência do Brasil é finalmente denominada Caucaia, e assim:

Um município cearense que foi marcado profundamente pela influência da vida e presença missionária dos Jesuítas, que em toda a sua extensão guarda as suas raízes deste processo evangelizador e colonizador da empreitada portuguesa. No ano de 1735, esses missionários, designados pela Carta Régia de 2 de outubro deste, pouco depois estavam em plena atividade catequética dos índios que habitavam a região, os Caucaias. [...] Com o desenvolvimento do povoado, chegou a ordem para cumprimento da Provisão Régia de 14 de abril de 1755 a Alvarás de 06 e 07 de junho do mesmo ano, através dos quais o Governo Português então sob o comando de Marquês de Pombal, determinava o sequestro de fatos os bens dos Jesuítas (Governo Municipal de Caucaia, 2015).

Portanto, com a fundação da Vila de Soure denominação de Caucaia àquela época, sendo a sua criação regulada por determinação legal de Portugal. Ao mesmo tempo houve ordem para a elevação da condição de Vila, os lugares e aldeias que:

[...] fossem excluídos da administração daqueles religiosos, que seriam, pouco depois, expulsos do Brasil. Desse modo, o Capitão-Mor do Ceará, Francisco Xavier de Miranda Henrique, com o devido apoio daquela provisão Régia, fundou a Aldeia de Soure. [...] Nossa Senhora dos Prazeres, [é sua padroeira]. [...] A festa solene de instalação, realizou-se no largo da Igreja Matriz, no dia 15 de novembro de 1759, sendo oficializada a denominação de Vila Nova de Soure. Após os 184 anos, houve a denominação de Soure para Caucaia, pelo Decreto-Lei 1.114, de 30 de dezembro de 1943 (Governo Municipal de Caucaia, 2015).

Para que, originária de uma Missão, passou a ser regulada pelo Estado português, recebendo outra denominação, a qual, com o passar do tempo, foi modificada para “**Caucaia**, que é uma denominação de nomenclatura indígena, que quer dizer *mato queimado*.” (Governo Municipal de Caucaia, 2015, grifos nosso) Está como Vila subordinada à Vila de Fortaleza nessa época, que depois irá se tornar capital da província do Ceará, após a independência do Brasil. O mapa do Ceará e também conhecida por Carta da Capitania do Ceará por Antônio José da Silva Paulet em 1818 conforme **Figura IV.4.2.5** que poder ser visto a seguir. Assim foi já no começo do século XVIII que se mostra a área de Caucaia do lado esquerdo da Vila de Fortaleza, no entorno na barra do rio Ceará (**Figura IV.4.2.5**).



**Figura IV.4.2.5:** Carta da Capitania do Ceará (Antônio José da Silva Paulet, 1818).

Mapa do Ceará por Silva Paulet (1818)

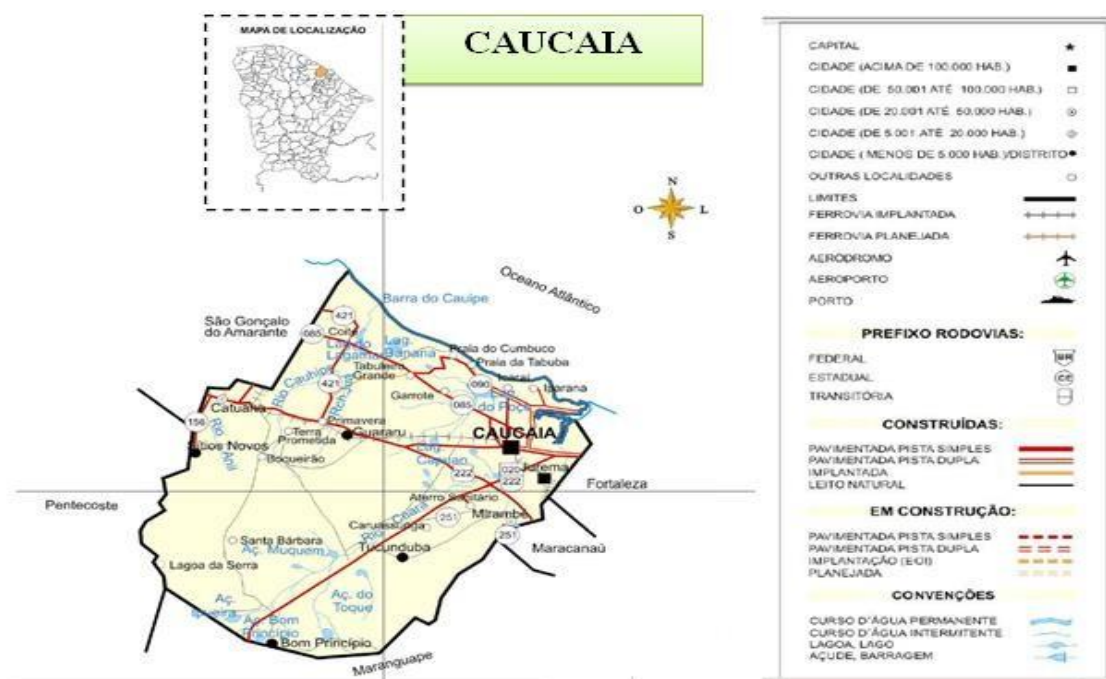
Fonte: Imagem de 1818 (História do Ceará, 2015).

O município cearense foi marcado fortemente pela influência da vida e presença missionária dos Jesuítas. Por isso que toda sua extensão deste município guarda nas suas raízes o processo evangelizador e colonizador da empreitada portuguesa. Os missionários foram designados pela Carta Régia, de 2 de outubro de 1735, para catequizar os índios que habitavam essa região. Os missionários foram designados pela Carta Régia, de 2 de outubro de 1735, para catequizar os índios que habitavam essa região.

Com o desenvolvimento do povoado, chegou a ordem para cumprimento da Provisão Régia de 14 de abril de 1755 a Alvarás de 06 e 07 de junho do mesmo ano, através dos quais o Governo Português então sob o comando de Marquês de Pombal, determinava o sequestro de fatos os bens dos Jesuítas. A mesma ordem também mandava que se elevassem a condição de Vila, os lugares e aldeias que fossem excluídos da administração daqueles religiosos, que seriam, pouco depois, expulsos do Brasil. Desse modo, o Capitão-Mor do Ceará, Francisco Xavier de Miranda Henrique, com o devido apoio daquela provisão Régia, fundou a Aldeia de Soure. A atual Caucaia de mar, serra e sertão. Já em 1759, a Vila de Soure passou a ser denominada de Vila Nova de Soure no dia 05 de fevereiro do ano supra mencionado, sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres (Gonçalves, 2013).

Após os 184 anos, houve a denominação de Soure para Caucaia, pelo Decreto-Lei nº 1.114, de 30 de dezembro de 1943. Entretanto, antes desta foi oficializada a denominação de Vila Nova de Soure com a festa solene de instalação. Nesse período, esta se realizou no largo da Igreja Matriz, no dia 15 de novembro de 1759 (Gonçalves, 2013).

Caucaia é um município com um **grande roteiro turístico** para o Estado do Ceará. O centro comercial do município fica a uma altitude de 29,91 metros acima do nível do mar, sendo seu relevo mais acidentado do que plano. Assim, pode-se ser já observado no mapa de Caucaia os relevos, os limites, ferrovia, aerodromo, aeroporto, porto, rodovias e etc consoante **Figura IV.4.2.6**.

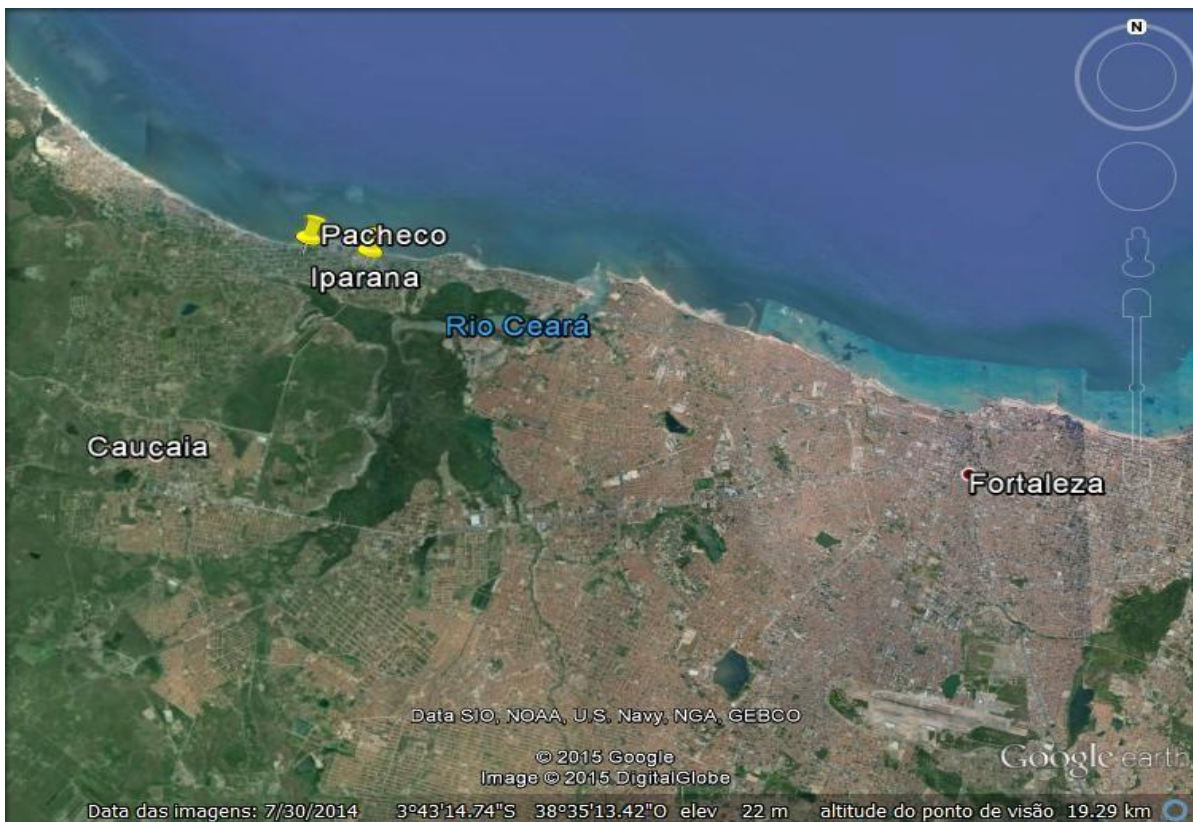


**Figura IV.4.2.6:** Caucaia – Rio Ceará – Barra do Ceará

Fonte: Mapa básico do Estado do Ceará 2002 (IPEDECE) (IBGE, 2015) – data da imagem 27 de maio de 2015.

Pode-se, ainda, ser observado nesse mapa da **Figura IV.4.2.6** as convenções, portanto, dar para ser verificado os rios, açudes e lagos que passam por Caucaia e Fortaleza por meio do bairro da Barra do Ceará. Diante disso, é sabido que a sua principal via fluvial é o **Rio Ceará**, que corta o município em sua maior extensão, dirigindo-se de sudoeste a nordeste, com um curso de aproximadamente 50 km. Atualmente, a **Barra do Ceará** e **Caucaia** fazem fronteira, separadas pelo Rio Ceará. De um lado do rio constitui-se a Barra do Ceará como bairro da cidade de Fortaleza, do outro lado do rio, ergue-se o município de

Caucaia como se pode ser verificado na **Figura IV.4.2.7** a seguir:



**Figura IV.4.2.7:** Iparana – Pacheco – Caucaia – Fortaleza – Rio Ceará

Fonte: Google Earth – data da imagem 30 de julho de 2014.

A dominação econômica e política nessa ocasião eram exercidas pela força. E a visão da época era de povo dominado povo escravizado. As guerras entre os povos nativos e reinado europeu, então, dava-se por um lado os povos nativos defendiam suas localidades, por outro os reinados europeus procuravam expandir seus territórios. Estes eram vistos por ambos os povos como aquisição e apropriação, no sentido em que, quanto mais terras um determinado povo ou reinado possuía, mais poder ele tinha. Nesse sentido, contribuindo para melhor compreensão desse período sobre o território e dominação Colombo (2014) afirma que:

Desde a chegada dos portugueses no Brasil, em 1500, os territórios recém-descobertos despertaram grandes interesses de outros povos europeus. [Como também] [...] as tentativas de invasões francesas no território colonial brasileiro, que na época pertencia à metrópole Portugal.



Esses interesses por territórios foram segundo Colombo (2014) que motivaram os povos europeus as invasões no Brasil. Exemplificado por meio dessas invasões a França foi o primeiro reino europeu que contestou o Tratado de Tordesilhas (1494), e assim dividiu as terras descobertas na América entre Portugal e Espanha. De modo que os franceses frequentavam e mantinham permanentes contatos com os povos indígenas e dessa relação articulavam acordos e alianças com esses povos desde o período da extração do pau-brasil por meio do litoral brasileiro (Colombo, 2014; Farias, 2012).

Observa-se por meio da história que essas batalhas se deram igualmente no campo dos costumes, da moralidade, da religião, da ideologia, das relações de troca e da cultura. O comércio configurou-se através dessas relações de troca entre povos indígenas e europeus como forma basilar para a construção de uma nova identidade econômica e política na localidade. Os conceitos, os valores e os costumes mudam e acompanham a partir das relações econômicas ou conforme estas são substituídas pela prática da negociação ou do acordo, ou ainda do consenso (Cavalcante, Queiroz, Vasconcelos Júnior, & Araújo, 2008; Colombo, 2014; Farias, 2012).

Outro aspecto importante é o poder de dominação cultural e ideológica por meio da linguagem – como forma de comunicação. Os povos nativos sofreram o impacto da cultura dominante dos Portugueses, franceses e holandeses na sua cultura local. De modo que aos poucos foram perdendo o contato com sua própria linguagem. E essa aculturação tornou-se mais latente e densa e assim atingindo até mesmo as suas relações simbólicas, principalmente, por meio dos aldeamentos jesuíticos e da construção de diversos fortes na região (Cavalcante, *et al.*, 2008; Farias, 2012).

O Totem aqui referido não se trata somente de objetos oriundo da natureza e cultuados como divindades ou objetos esculpidos, ou ainda, oriundos do trabalho do homem e de sua percepção e sensibilidade com o meio e os costumes em que vive, armas de guerra ou brasões. Trata-se como de uma categoria das representações sociais em que estes objetos exercem no cotidiano e nos costumes de suas localidades. Assim, Campos (2007, p. 135):

A Anta seria eleita o “totem racial” dos verde-amarelos por ser o totem da raça tupi. A afirmação de um “homem síntese” brasileiro, resultado da reunião das raças em um meio geográfico particular, desconhecido da cultura dos filósofos, [...]. Plínio Salgado reafirma a expressão inédita de ausência de preconceitos raciais como uma característica própria de nosso povo [...], a efervescência de uma brasilidade baseada no não-preconceito racial.

Campos (2007, p. 334) afirma ainda que “como solução para o impasse, o discurso oficial passaria a idealizar um representante local, portador de uma identidade cultural e nacional genuinamente brasileira: o mestiço”. No entendimento desse contexto, identifica-se a partir da ação dos jesuítas e a unificação do reinado europeu pela bandeira do cristianismo que se tornou impossível à manutenção dos valores simbólicos e culturais dos povos locais. Assim ocorreu inevitavelmente a mudança da Identidade Cultural dos povos indígenas. Baseado nesses aspectos econômicos, religiosos, políticos e culturais que o povo de Caucaia nos dias atuais foi originado. Essas mudanças se deram na ordem econômica, simbólica e do *status quo* propiciaram um novo arranjo social. Modificou a identidade dos povos indígenas locais e gerou muitos conflitos. Nesse sentido, Boullón (2004, p. 27) contribui com Campos (2007) trazendo a ideia que também:

A crise atual, uma acumulação das crises passadas, que não tendo sido totalmente solucionadas tiveram seus efeitos transmitidos para o futuro, ou seja, o nosso presente, é a manifestação de uma defasagem total, de um desequilíbrio nos vários subsistemas do “sistema humanidade”. [...]A crise, por seu caráter global, chega a se manifestar em todas as atividades humanas (políticas, econômicas e sociais, e inclusive nas religiosas), nos valores culturais do grupo e nos valores individuais[...]. É a crise da mudança.

Deste modo que a ocupação efetiva do território cearense dar em 1603 com a bandeira de Pero Coelho que constituiu o Forte de São Tiago, na Barra do Ceará (Barretto Filho, 1998). Assim sendo, a Barra do Ceará é considerada o bairro mais antigo da cidade de Fortaleza, guarda memórias das lutas entre indígenas e europeus. E a posse oficial – institucional, no sentido de pertença a coroa portuguesa - do Ceará deu-se com Martins Soares Moreno - o Guerreiro Branco. Estabeleceu-se Martins Soares Moreno em terras Cearenses em 20 de janeiro de 1612 onde ergueu e fundou o forte de São Sebastião, no antigo local onde fora erguido o Forte de São Tiago. Assegura, dessa forma, Farias (2012, p. 23) que:

Os Portugueses ergueram em Jericoacoara o forte de Nossa Senhora do Rosário, como base de operações, sendo Moreno enviado para espionar posições francesas no Maranhão. [Assim foi em] Jericoacoara, [que] os portugueses enfrentaram e resistiram a ataques desencadeados por índios e por piratas franceses, comandados por Du Pratz. Este procurara, também, sem sucesso, conquistar o fortim de São Sebastião, na barra do Ceará. [...] Moreno voltou ao Ceará definitivamente em 1621, [...] como capitão-mor, [e em] 1631, terminado seu período de dez anos como capitão-mor e cansado da falta de recursos e da pouca atenção da metrópole, retirou-se definitivamente do Ceará – o comando do forte ficou a cargo seu sobrinho, Domingos da Veiga.

Os holandeses em 1637 aportaram por essas terras cearenses. Originou-se um outro conflito por meio da apropriação do território pela força. Várias guerras foram tomadas entre holandeses e portugueses. A utilização do povo local foi muito forte e decisiva. Os holandeses e portugueses por meio desse conflito forneceram aos povos locais várias técnicas de guerras doravante até então desconhecidas por estes. Como atestam Del Priore e Venancio (2010, p. 90) que:

As fronteiras brasileiras devem muito mais à coragem e ao sofrimento de desbravadores do que a decisões de gabinete. Sabia-se, desde o início da colonização, que as linhas imaginárias do Tratado de Tordesilhas não eram uma fronteira concreta: a ocupação é que a definiria. A aventura começa com Pedro Teixeira, que, entre 1637 e 1639, subiu o Amazonas e atingiu Quito, no vice-reino do Peru, pelas águas do Napo e do Aguarico.

Assim e conforme estes autores já citados, mais uma vez o contato entre os povos indígenas locais e os europeus geraram uma mudança de ordem econômica, política, cultural, simbólica e de *estatus quo*. Os holandeses venceram a guerra, originando um recuo dos portugueses<sup>42</sup> (Del Priore & Venancio, 2010; Farias, 2012). Nesse ocasião, as **Figuras IV.4.2.8 e IV.4.2.9** a seguir retratam o Rio Ceará entre 1930 a 1942. De modo que se faz um recorte na história da Barra do Ceará desse período. E com isso, percebe-se que este rio serviu de hidroporto para aviões comerciais e de passageiros conforme se pode vê nessas figuras a seguir.



**Figura IV.4.2.8:** Hidroavião na Barra do Ceará em 1930<sup>43</sup> Fonte: Imagem de 1930 (Ceará, 2012).

<sup>42</sup> Vale ressaltar que nesse período o Estado do Ceará como é concebido hoje em suas dimensões territoriais configurava juntamente com Pernambuco a Província da coroa portuguesa de Pernambuco. Os holandeses dominaram a região durante sete anos. Hoje ainda podemos perceber sua influência cultural, nas edificações da cidade de Recife capital do estado de Pernambuco.

<sup>43</sup> [http://2.bp.blogspot.com/-v-MgZ\\_W2wP0/UFZ6Yf3\\_kpI/AAAAAAAAAJqM/RPsizeBfqPC0/s1600/hidro+aviao+na+barra+do+ceara+1930.jpg](http://2.bp.blogspot.com/-v-MgZ_W2wP0/UFZ6Yf3_kpI/AAAAAAAAAJqM/RPsizeBfqPC0/s1600/hidro+aviao+na+barra+do+ceara+1930.jpg)



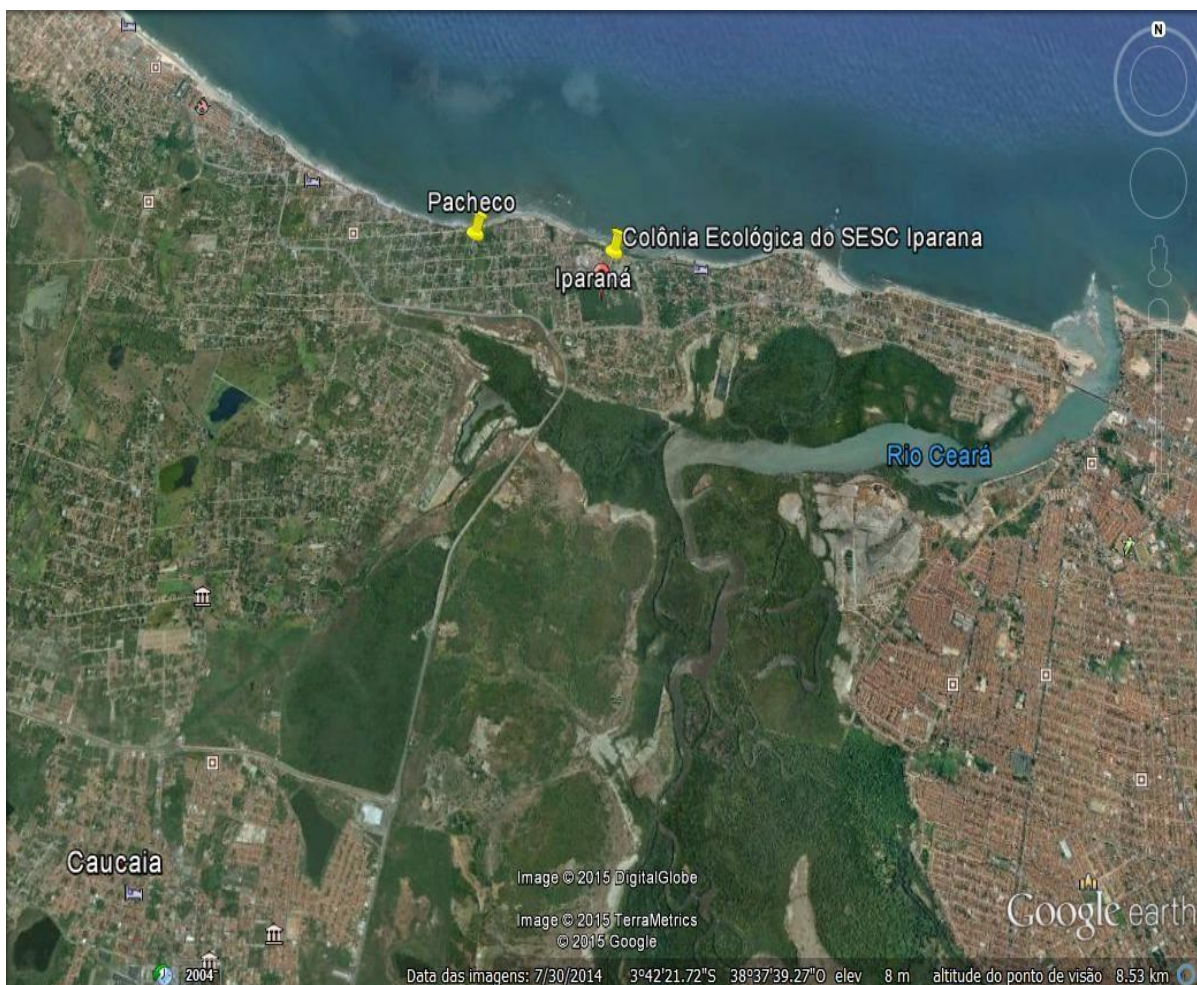
**Figura IV.4.2.9:** Hidroporto do Rio Ceará entre 1930 a 1942 (Ceará, maio 2015).

Fonte: Imagem de 1930 Ceará (2015a).

Por conseguinte nota-se que essa localidade é composta de variados e decisivos momentos históricos. E por isso mesmo que os seus costumes, as suas crenças e as suas práticas culturais desta região foram influenciados diretamente por povos europeus na formação de suas identidades, em suas representações simbólicas, nos seus maneirismos, na forma de valorizar suas relações de troca e comércio, na valorização de seus tótemes.<sup>44</sup>

---

<sup>44</sup> O totem pode ser feito por vários motivos, mas seu propósito inicial é celebrar uma pessoa ou um evento. Alguns dos tipos mais comuns de totens são os totens de entrada servem principalmente para honrar os ancestrais, tornar conhecidas as classes econômica e social da família ou de um clã, divulgar as conquistas da família ou detalhar um evento espiritual.



**Figura IV.4.2.10:** Caucaia – Pacheco – Colônia Ecológica SESC – Iparana – Fortaleza – Rio Ceará  
Fonte: Google Earth – data da imagem 30 de julho de 2014.

A **Figura IV.4.2.10** mostra-se a contemporaneidade da localização do Rio Ceará, como também, apresenta as praias vizinhas de Iparana e do Pacheco localizadas em Caucaia, como foi já referido, município adjacente a Fortaleza, capital do Ceará. Assim, o ponto de fronteira entre os dois municípios é o encontro das águas do mar com as do Rio Ceará, um dos poucos rios navegáveis da região, antigo hidroporto e, atualmente, cartão turístico e referencial histórico do Estado.

E igualmente tem-se uma visão aérea das comunidades que compõem o entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana e da área de preservação da Barra do Rio Ceará. Esta pode- se ser vista a seguir.



**Figura IV.4.2.11:** Iparana – Guaié – Salina Margarida – Emboaca – Vila Velha – Parque Leblon

Fonte: Google Earth – data da imagem de 2009.

Como já foi dito, os primeiros moradores da região eram índios, que exerciam atividades ligadas à pesca, em embarcações rudimentares, além de atividades extrativistas. Assim, tais características gerais das populações nativas que habitavam as praias conhecidas anteriormente como emboaca – foram conservadas, de algumas forma, e vieram a compor modos de sobrevivência de habitantes do litoral. Estes são, possivelmente, descendentes dos grupos indígenas do passado, que sofreram a invasão do colonizador, guerras e fugas para florestas mais interioranas; os que sobreviveram, foram aculturados (Nogueira, 2010).

Através dos tempos as designações do passado deram lugar a outras, a exemplo das praias que passaram a ser conhecidas popularmente como Pacheco e Iparana (que poderá ser vista na **Figura IV.4.2.11**), sendo seus limites de separação um pouco imprecisos entre os moradores. “A palavra Iparana”<sup>45</sup> vem da língua indígena Tupi e significa “brejo” ou “pantanal” e a “palavra Pacheco”<sup>46</sup> refere-se a um sobrenome de uma família que morava na localidade e significa “aquele que vem da Espanha”.

<sup>45</sup> Definição da palavra Iparana retirada do Blog do IV Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde (2015).

<sup>46</sup> A palavra Pacheco vem do latim e significa “aquele que provém da Espanha”. Essa também pode ser uma provável origem para este sobrenome, mas nada foi confirmado (Origem do Sobrenome, 2011).

Na **Figura IV.4.2.12** abaixo observa-se a paisagem do local que é composta por mangues, mata de tabuleiro, falésias, dunas e corais, tornando a localidade no cenário perfeito para o balneário de famílias e visitantes, sobretudo, na segunda metade do século XX, quando ocorre a especulação imobiliária dos terrenos, para a construção de casas de veraneio, seguida de invasões, construções irregulares e ocupação desordenada dos espaços antes coletivos.



**Figura IV.4.2.12:** Paisagem de mangues, mata de tabuleiro, falésias, dunas e corais  
Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura IV.4.2.13:** Vistas do encontro do mar com o Rio Ceará e do balneário as margens do Rio Ceará

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).

Vale ressaltar que nesse período dessa imagem retratada na **Figura IV.4.2.13** a cima o conceito de apropriação de terras correspondia à busca por *status* e poder, no sentido de que, quem tem mais terras exerceria mais poder, aspecto do passado que continua válido na região. O que mudou foi a forma de apropriação dessas terras. Antes, exercida com base na força das armas e exércitos, num contexto de conflito entre povos diferenciados em suas identidades e representações simbólicas e culturais. Com o tempo, chegando ao século XX, as relações de troca e apropriação do espaço territorial mudaram. A dinâmica econômica do Ceará, a partir da década de 1980, criou um setor imobiliário, de modo que o cenário econômico da região foi sendo modificado, propiciando que os moradores das cidades, com poder aquisitivo maior do que os moradores locais de Iparana e Pacheco investissem em compra e-ou construção de casas de praia para veraneio e segundas residências.

Com isso, a paisagem local foi sofrendo alterações significativas que geraram um contraste não só visual, mas de cunho também social, quando se dá a ocupação desse território por populações de baixo poder aquisitivo, ou melhor, de vulnerabilidade e risco social que se pode verificar na **Figura IV.4.14** logo abaixo:





**Figura IV.4.2.14:** Imagem da ocupação irregular na Comunidade do Pacheco em Iparana

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).

As **Figuras IV.4.2.14 e IV.4.2.15** se referem às localidades de Pacheco e Iparana, na década de 2010, onde pode-se ver em terreno da Marítima brasileira o processo de ocupação e construção desordenado de casas, situadas na orla marítima. Trata-se, portanto, de uma ocupação irregular, que burla a legislação relativa à zona litorânea (Decreto nº 5.300, 2004), onde, a princípio não seria permitido a edificação de moradas e outros prédios. Nota-se que são casas simples, ocupadas por uma população de vulnerabilidade social, o que ocorreu quando esses moradores venderam suas casas mais antigas situadas em melhores terrenos, alvo da especulação imobiliária.



**Figura IV.4.2.15:** Imagem da ocupação irregular na região de dunas e mangue nas praias do Pacheco em Iparana  
Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura IV.4.2.16:** Casa de veraneio em Iparana/Ceará

Fonte: Chácara residencial... (2015) – data da imagem 8 de julho de 2015.

Esse crescimento do núcleo habitacional e populacional revelada nas **Figuras IV.4.2.14 e IV.4.2.15** adveio da transferência de moradores nativos. Logo, integrantes de comunidades tradicionais, que estavam há mais tempo ali instaladas, tornaram-se vizinhas de “chácaras” e “casas de veraneio” da elite como mostrada na **Figura IV.4.2.16**, tendo estas por proprietários e-ou locatárias, pessoas oriundas da capital, Fortaleza, ou mesmo de outros lugares, atraídas para o local, por ser zona de litoral, onde há paisagens exuberante, indo antigos moradores habitar áreas, como dissemos, acima, ilegalmente, ou mais próximas do mangue, sujeitas a enchentes, no período das chuvas.

O momento de valorização durou pouco, pois as praias de Iparana e do Pacheco seriam as primeiras do litoral cearense, ainda no final dos anos 1980, a serem atingidas pelo aumento do nível e avanço do mar.



**Figura IV.4.2.17:** Série de espiões construídos para diminuir os efeitos erosivos decorrentes da construção do Porto de Mucuripe em Fortaleza. O antigo Porto de Fortaleza foi aproveitado para a construção de marinas associado a um empreendimento hoteleiro de grande porte

Fonte: Morais, Freire, Pinheiro, Souza, Carvalho, Pessoa, & Oliveira (2006, p. 146).

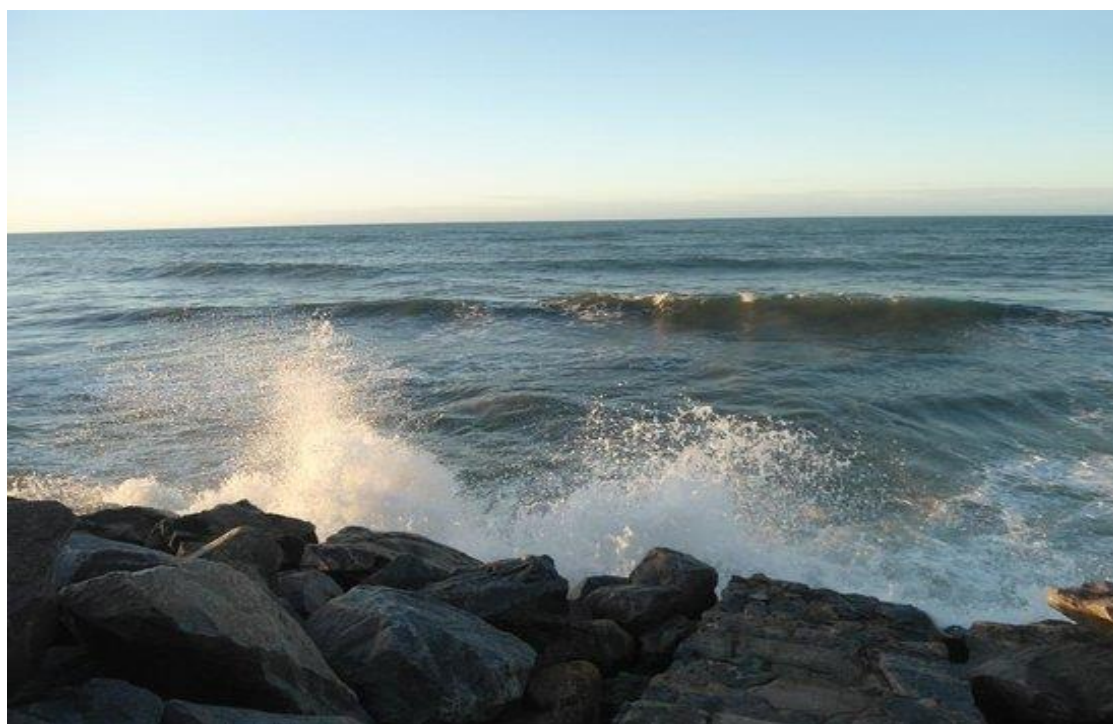
Com a construção do Porto do Mucuripe se deu com isso o avanço do mar nessa zona do litoral cearense – chamado de litoral norte (**Figura IV.4.2.17**). Isso, então acabou também provocando alguma alteração no regime das marés, e assim, exigindo a projeção e construção de muros de contenção, que se adentraram ao mar, desde a década de 1970, alargando-se mais fortemente na década de 1980. Inclusive, na zona sul – ponderada como a área a mais nobre e valorizada – para a proteção de projetos de construção dos prédios da hotelaria e habitação mais nobre, bem como de restaurantes, na beira-mar correspondente aos bairros de elite chamados Aldeota e Meireles. Esta compõe a área de lazer da cidade de Fortaleza, para os segmentos mais ricos deles. Estas intervenções tiveram resultados danosos para o litoral norte, sobretudo, na região de Iparana-Caucaia, que, desde então, sofre a invasão do mar, problema que continua ainda a existir, como pode se observar nas **Figuras IV.4.2.18 e IV.4.2.19** que é sem solução adequada ao problema em pauta (Morais *et al.*, 2006).

Na orla de Fortaleza destaca-se o progradação da faixa de praia a barlamar do espião do Serviluz pelo barramento dos sedimentos em deriva. Os impactos da construção do Porto do Mucuripe e dos sucessivos espiões na orla de Fortaleza

foram observados nas praias do Município de Caucaia (Morais *et al.*, 2006, p. 146).



**Figura IV.4.2.18:** Destruição dos muros das casas e desestabilização de enrocamentos pela ação erosiva das ondas na praia de Iparana, na Região Metropolitana de Fortaleza. Fonte: Morais *et al.* (2006, p. 147).



**Figura IV.4.2.19:** Praia de Iparana que fica em frente ao SESC não é indicada para banho (Sheila A)  
Fonte: Google imagem – data da imagem de 2013.<sup>47</sup>

<sup>47</sup> Imagem recuperada em 20 julho, 2015, de <http://media-cdn.tripadvisor.com/media/photo-s/04/00/08/fd/praiade-iparana-que.jpg>



**Figura IV.4.2.20:** Destacando a construção de muro de proteção Fonte: Sesc – minhas andanças:... (2012).

O resultado da Praia de Iparana torna-se imprópria ao banho conforme se constata nas **Figuras IV.4.19 e IV.4.20** está muito ligado aos efeitos das série de espigões construídos para diminuir os efeitos erosivos decorrentes da construção do Porto de Mucuripe em Fortaleza mostrado na **Figura IV.4.2.17**. E assim, esse fato acabou contribuindo para que os empreendimentos hoteleiros de grande porte sofreram desvalorização imobiliária de Iparana- Caucaia. Este dado que os imóveis foram perdendo valor de compra e venda; os proprietários de imóveis dessa área foram vendendo a preço baixo suas casas de veraneio.

E isto abriu espaço para outro tipo de ocupação, por segmentos de renda mais baixa. Além disso, com a construção de muros de proteção para evitar as cheias do mar nessas localidades, ocorreu simultaneamente à degradação ambiental crescente e retirada do acesso à orla para banho. Nesse contexto, Iparana e Pacheco deixaram de interessar à especulação imobiliária ali iniciada nos anos 1950 e 1960, época em que eram tidas como áreas praianas de rara beleza e valor imobiliário e usufruto como zona de férias e lazer. Inclusive ainda no pensamento de Moraes *et al.* (2006) esses impactos integrados ao aumento da especulação imobiliária levaram a gerar o recuo de perto de 200 m da linha de costa nas Praias de Iparana, Pacheco e Icaraí conforme pode ser observado na **Figura IV.4.2.17**.

Os indivíduos que se estabeleciam como novos moradores passaram a utilizar o espaço como forma de sobrevivência, principalmente investindo seu cotidiano no extrativismo, na prática da pesca e comercialização de produtos.



**Figura IV.4.2.21:** Processo de erosão das falésias nas praias do Pacheco e Iparana – Ceará – Brasil  
Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura IV.4.2.22:** Construções irregulares e o processo de erosão das falésias nas praias do Pacheco e Iparana – Ceará – Brasil. Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).

As **Figuras IV.4.2.14, IV.4.2.15, IV.4.2.17, IV.4.2.21 e IV.4.2.22** já mostradas acima comprovam e retratam as construções irregulares, como também, desordenada ocupação populacional acabou por compor um conjunto, cada vez maior, de comunidades que representam nos dias de hoje, um arranjo social. Esses fluxos e encontros entre comunidades residentes e migrantes, em Iparana e no Pacheco formam um mosaico multifacetado, ora dividido ora conjugado, em necessidades, interesses e significações distintas. Pode-se dizer que esses indivíduos e grupos nos seus convívios e estranhamentos alteraram, em alguma medida, as relações de pertença e percepção da paisagem e dos locais de referência comunitária.

Nesse sentido, a proximidade de Iparana-Caucaia a capital do Ceará, Fortaleza é algo que há de se considerar também porque tem sido alvo de migração no sentido campo-cidade e um grande crescimento, a partir dos anos 1980, atraídos por emprego e renda. Esse fenômeno urbano acaba por criar zonas de favelamento e pobreza, característica esta de inúmeras cidades brasileiras. Essa exclusão ou não absorção da demanda por ocupação, lança muitos migrantes em atividades informais de trabalho e venda de produtos por ambulantes. E os que não conseguem sobreviver diante dessa realidade de adversidades de cidades grandes acabam morando em zonas próximas a ela. Como é o caso de Caucaia, que compõe há décadas a zona metropolitana de Fortaleza (Coriolano, 2005; Vianna, César, & Moura, 2014).

Entretanto, em Portugal, Moreira (2013) traz o aspecto do desenvolvimento do território que influencia os patrimônios nas residências familiares. Para ela essas saídas dessas pessoas em Portugal passaram a ser “construídas em áreas de mais baixa densidade demográfica, de que este município é exemplo, áreas que sofreram processos de despovoamento fruto de migrações internas são muitas das vezes reabilitadas e convertidas em residências secundárias.” (Moreira, 2013, p. 287).

Nesse aspecto, percebe-se que esse fenômeno causado pela saída de pessoas em busca de melhoria em suas vidas acaba por se repetir ou se reproduzir esse quadro de pobreza no entorno das grandes capitais e regiões metropolitanas do Brasil e em Portugal. No Brasil, esse processo transformou, em poucas décadas, a configuração do país, antes de população majoritariamente rural, para um Brasil urbano, onde as cidades são vistas como alternativa de integração, probabilidade de ascensão social e crescimento econômico. Entretanto, os agrupamentos sociais que chegaram à região, logo perceberam que a cidade também exclui, por meio da propaganda do consumo, da falta de mobilidade urbana e da concorrência de



oportunidades, dentre outros (Coriolano, 2005, Coriolano *et al.*, 2009; Moreira, 2013; Vianna, César, & Moura, 2014).

O avanço da densidade populacional e a carência de infraestrutura para suportar esse contingente estereotiparam as referidas praias de Iparana e Pacheco como violentas, por serem frequentadas por pessoas das classes empobrecidas. Os moradores de Iparana e Pacheco começaram a enfrentar os problemas sociais comuns às periferias das grandes cidades brasileiras, como o aumento da violência, desemprego e do tráfico de drogas (Coriolano, 2003, 2005, Coriolano *et al.*, 2009).

Contudo, as comunidades de Iparana e do Pacheco, nunca abandonaram totalmente seus antigos ofícios, suas memórias e práticas culturais. E nesse espaço de tempo, a partir dos anos 1980, grupos indígenas reagruparam-se exigindo seus direitos e territórios, por meio da ação conjunta de lideranças e ambiente favorável à eclosão de movimentos sociais, com o período de redemocratização do Brasil, depois de 20 anos de ditadura militar.

A presença do SESC em Iparana também contribuiu para a busca de soluções para as demandas dessas comunidades. No início, até a década de 1980, a sua ação se restringia ao turismo social dirigido para os comerciários, que passavam férias de até 30 dias em sua Colônia. Na década de 1990, essa ação do SESC-CE começa a mudar, em função de que os comerciários deixaram de permanecer durante as férias na própria localidade, preferindo buscar lazer em Fortaleza e apenas usar a Colônia para alojamento, para o café da manhã e o jantar e a dormida. Assim, não havia contato dos turistas com a comunidade do entorno.

Ao perceber isso, o SESC-CE começou a conceber, através de diagnóstico do seu corpo técnico, projetos de lazer e recreação no interior da Colônia, favorecendo o contato dos turistas com a comunidade do entorno. Começou a instituir uma oferta cultural com grupos da localidade, para apresentação de suas tradições culturais: dança do coco, reisado, bumba-meu-boi, dança do toré, etc. Os técnicos da área de cultura e lazer do SESC faziam os contatos com as lideranças comunitárias do entorno de Iparana para convidar tais grupos, que eram remunerados com um cachê estabelecido pelo SESC, com base em atividades culturais desenvolvidas em Fortaleza, capital do Ceará.

Tais grupos passavam o dia na Colônia, e tinham direito à alimentação e alojamento, ofertas muito valorizadas por esses grupos culturais porque passavam o dia confortavelmente, usufruindo de uma qualidade de vida a que não estavam habituados. Muitos deles diziam que aceitavam vir para fazer as apresentações culturais, em função desse benefício a eles ofertados. Nessa época, o SESC adquiriu uns carros maiores, do tipo Van e Micro-Onibus para oferecer um serviço de passeios aos turistas hospedados a feiras

e praias mais distantes da Colônia, localizados nos seus arredores. Essa programação era feita de acordo com a aplicação de um questionário em que os turistas eram indagados, ao término das férias, sobre as suas preferências, sugestões e avaliações dos serviços para eles oferecidos pelo SESC-CE. Com base nas respostas dados por meio desse inquérito, foi possível elaborar uma programação que atendesse às suas necessidades, o que contribuiu para uma aproximação crescente do turismo social com o turismo comunitário, podendo ser visto como o embrião do que veio a ser feito na década seguinte.

Por volta do final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, o SESC-CE passou a oferecer uma Fazendinha – composta ou uma recriação do ambiente rural das fazendas cearenses, com casa típica de adobe com mobiliário sertanejo; animais (cavalos, ovelhas, carneiros, galinhas, patos, etc.) hortas, trilhas no mato, etc. – para os turistas comerciários, a qual passou a ser oferecida também às crianças das escolas públicas e particulares de Fortaleza, oferta que é realizada até os dias que correm, sendo muito bem acolhida pelos que a visitam, pelo seu reconhecido valor educativo, em especial para moradores dos meios urbanos, distanciados da vida rural.

Tais ações começaram a sugerir outros desdobramentos. Depois da fazenda e sua horta, teve-se a ideia de criar um Horto Medicinal, surgida em reuniões periódicas de avaliação do corpo técnico do SESC-CE em relação às possibilidades de ação na Colônia de Iparana e no seu entorno. Em 2000, passou-se a desenvolver um novo projeto, a partir de uma sondagem da ONG AQUASIS – que desenvolve projetos no Nordeste do Brasil com espécies-bandeira e em habitats críticos para a conservação da biodiversidade. Essa ONG procurou o SESC para propor que sediasse em Iparana o projeto de preservação do Peixe-Boi, um animal em extinção, nas águas do litoral, por meio da pesca predatória, o que os levava a encalhar nas praias da região, onde acabavam por morrer, já que para salvá-los era necessário levar os peixes-boi para um reservatório de preservação da espécie na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, a uma hora e meia de voo do local onde eram encontrados. Além do custo, esse deslocamento implicava muitas vezes na morte dos animais. O SESC Iparana abrigou esse projeto e tem até hoje uma estação de preservação do peixe-boi, sob os cuidados da AQUASIS numa parceria bem sucedida, que agrega um centro de visitação aos nossos turistas e escolas de Fortaleza e Caucaia.

O detalhamento de tais projetos é necessário neste relato para que evidencie como o SESC-CE tem passado do turismo social para agregar a esta atividade o turismo de base comunitária. A partir de tais projetos, as comunidades do entorno começaram a ser envolvidas nas ações, passando o SESC a dialogar com outras instituições e com as

comunidades locais, em contraste com uma postura anterior aos ao final dos anos 1990 e começo dos anos 2000, que era de fechamento, sendo restrita à ação do turismo social para comerciários de baixa renda. Passamos nesse diálogo a perceber a presença e importância da comunidade do entorno para o enriquecimento de nossa programação e ação social. A começar pela carências dessas comunidades no campo da renda e da educação, o que se abriu para a possibilidade de novos projetos nessas áreas, em sintonia com a ideia de desenvolvimento sustentável e de preservação ambiental.

Com a ajuda do corpo técnico do SESC-CE, foram sendo criados trabalhos de ação social e educativa, que chamavam para o interior do SESC Iparana representantes dessas comunidades para uma diálogo sobre as suas demandas e as possibilidades que se tinha de ajuda-los e responder a elas. A partir daí, identificou-se no associativismo um bom canal de trabalho social. Depois dessa ação, surgiram organizações corporativas, como a “Associação de Pescadores e Marisqueiras de Iparana, Pacheco e adjacências” e a “Associação das Barracas de Praia” (espécies de bares, comércios de venda de bebida e comida na “beira mar”), pleiteando melhorias e pressionando os gestores públicos.



**Figura IV.4.2.23:** Sede de uma das Associações de Barraqueiros da Região

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura IV.4.2.24:** Reunião dos pescadores na beira da praia

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).

Aos poucos, os grupos sociais antigos foram agregando os grupos sociais novatos, estabelecendo novas formas de relações e redes sociais. Houve a necessidade de modificar a noção e o conceito da utilização do espaço na região, gerando assim uma movimentação e conscientização das atividades, por parte de seus moradores. A população começou a discutir, debater e se organizar enquanto movimento social em relação ao espaço vivido, visto que ela começou a abordar o território como um lugar de vivências, dando ênfase a práticas, experiências e ao conhecimento acumulado, acerca das relações do indivíduo com seu entorno e com outros indivíduos e organizações sociais, estabelecendo através de suas tradições, seus saberes de ofício e suas identidades um meio aglutinador para a mobilização e organização de suas reivindicações, lutas e conquistas solidificadas na ação coletiva. Tais grupos viviam isolados, separados territorialmente, ainda que fossem vizinhos, pois não travavam relações de aproximação. A partir dessa ação do SESC-CE em Iparana tais comunidades passaram a se aproximar umas das outras, estabelecendo rotinas de visitaçao e

conhecimento das variadas expressões culturais dos grupos e moradores desse território, que fora segmentado, em função do processo de ocupação já descritos nos parágrafos anteriores, a misturar nativos e migrantes.

A construção de escolas e praças pelo poder público de Caucaia e Ceará propiciou o surgimento de zonas de aproximação social e uma maior integração comunitária. A localidade, enquanto faixa litorânea, se afirmou como balneário frequentado pelos moradores de periferia da capital, Fortaleza, em especial, na Barra do Rio Ceará, convertendo-se, no ponto de encontro principal das comunidades mais pobres da região, desencadeando o surgimento de novos comércios, transportes náuticos e empregos. As praias ainda ganhariam a fama de lugar de namoro, onde casais marcam, até hoje, encontros escondidos.

Atualmente, milhares de banhistas procuram a região todos os finais de semana. Preços acessíveis, restaurantes com especialidades em frutos do mar, recantos naturais, divertimentos variados e o tradicional passeio de barco pelo rio, atraem enormemente a população local.



**Figura IV.4.2.25:** Barracas de praia no banco de areia na Barra do Rio Ceará

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura IV.4.2.26:** Moradias irregulares dentro do mangue

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura IV.4.2.27:** Porto de embarque para o passeio de barco pelo Rio Ceará

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura IV.4.2.28:** Praia da Barra do Ceará e o avanço do mar nas praias

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).

Mesmo sem grandes investimentos, uma significativa rede de comércio e serviços de lazer e divertimentos foi constituída, criando uma economia popular que depende da paisagem local, ao mesmo tempo em que ofícios tradicionais como a pesca e o extrativismo dos recursos naturais, garantem o abastecimento de parte das iguarias culinárias servidas nos restaurantes e barracas de praias locais, como: caranguejos, siris, mariscos, camarões e peixes variados. Nesse contexto, o Turismo como forma de comercialização entre o espaço e o indivíduo ou grupos ganha ênfase.

O Turismo como um fenômeno moderno e capitalista, estruturou-se a partir de um modelo de desenvolvimento excludente e promotor de desigualdades sócio-espaciais. A atividade turística tem reproduzido ao longo dos anos as contradições do sistema econômico vigente, aguçando a lógica do capital, quando se apropria dos espaços e recursos naturais e culturais neles contidos, transformando-os em atrativos, ou seja, em produto (Ouriques, 2005, p. 93).

Também nessa perspectiva, Coriolano (2003) esclarece que o espaço é apreendido como produto e não como representação da ação de uma coletividade. Com isso esta autora

baseadas na mobilização e participação social diz que compete aos gestores do Turismo à conjectura de políticas públicas que se aproximem mais de um modelo igualmente equânime de desenvolvimento. No livro “A exclusão e a inclusão social e o turismo”, Coriolano (2005) complementa:

Para uma melhor compreensão do Turismo, não apenas como um instrumento de geração de emprego e renda, mas, principalmente como uns elementos de integração dos indivíduos à vida social, devem considerar o espaço e o conjunto de práticas socioculturais como elementos de um processo sensível e importante desse desenvolvimento. Considerando que a atividade turística é capaz de provocar profundas transformações na forma de apropriação e uso do espaço pelos grupos sociais, quando redefine as singularidades e reorienta os usos desse espaço, torna-se necessário a adoção de modelos que considerem as características endógenas como principal subsídio para a implementação de estratégias e ações.

Onde o turismo movido pelo acúmulo de capital praticado pelas elites se confronta com o que Haesbaert<sup>48</sup> conceitua como território culturalista. A preservação da Identidade dos moradores locais e a preservação da natureza para que não acabe a matéria prima para suas práticas de ofício tornam-se atuante e presente, promovendo reflexões em várias esferas de atuação econômica e política e de relação socioambiental. Na concepção de Santos, M. (1996, pp. 254-255) complementa Coriolano (2005) no se refere a compreensão do espaço e assim, coloca que:

O espaço se dá ao conjunto de homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual, mas a proximidade que interessa ao geógrafo, não se limita a uma mera definição das instâncias; ela tem a ver com a contigüidade física entre as pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas relações. É assim que a proximidade pode criar laços culturais e desse modo à identidade.

Atualmente, Iparana e Pacheco possuem áreas de proteção ambiental, mesmo assim, a ocupação dos espaços e o extrativismo dos recursos ainda é predatório. Parte da área é terra de demarcação indígena, onde a etnia Tapeba possui diversas comunidades espalhadas dentro e nos arredores do mangue, sendo comuns conflitos com posseiros e órgãos de fiscalização ambiental.

A região de Iparana, Pacheco e Barra do Ceará experimentalista, ainda no final dos anos noventa, outro surto e expectativa de investimento, que provocaria uma pequena

---

<sup>48</sup> O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político-econômico, deveríamos acrescentar] (Haesbaert, 1997, p. 42).



valorização fundiária no ano de 1997, onde segmentos empresariais e governamentais inaugurariam a Ponte José Martins Rodrigues, sobre o Rio Ceará – a estrada principal que liga a faixa do litoral oeste do estado à capital – entrada principal para o corredor turístico que leva até as praias, internacionalmente conhecidas, do Cumbuco e de Jericoacoara, isto possibilitando um fluxo urbano maior. A urbanização invadindo a praia, e com isso causando conflitos no *status quoda* região. Gerando menos tempo de deslocamento entre a capital Fortaleza e a região de Iparana e Pacheco. Conseqüentemente, alterando o cotidiano, os costumes e as relações socioeconômicas da região de Iparana e Pacheco.



**Figura IV.4.2.29:** Ponte José Martins Rodrigues sobre o rio Ceará com 633.75m de extensão e 20m de largura, sua construção começou em outubro de 1993 e sua inauguração foi em junho de 1997. Sua construção ocasionou a desapropriação de 120 casas na margem de Fortaleza e 50 casas na margem de Caucaia

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).

Ao mesmo tempo em que proporcionou uma mudança na forma de comercialização e serviços ocorreu em consonância à valorização de terrenos posicionados à beira da nova pista e a inauguração de novos comércios para a venda de materiais de construção, dentre outros fatores, sinalizaram novas expectativas de crescimento. De modo que com a construção da ponte, os moradores, de início, vislumbraram a possibilidade de deslocamento fácil para as

regiões centrais da cidade, aspiração esta interrompida com a instalação de um pedágio de automóveis sob a ponte. Processo este que originou uma luta social nos campos político e judicial, oscilando em derrotas e vitórias para ambos os lados e interesses em questão. Com isso a paisagem local em prol de uma possibilidade de travessia há muito esperada ponte que modificava de forma particular, imediatamente passava a ser vista como espaço privado, de conflito e disputa, impedimento para a mobilidade urbana. Deste modo que a apropriação do espaço toma outro olhar no sentido de acesso e deslocamento, gerando ao mesmo tempo uma forma de comercialização do espaço como uma forma de exclusão social. Logo o amontoado de famílias em entorno da ponte contrastando a paisagem e transformando o espaço público em privado que poderá visualizar esse contexto nas **Figuras IV.4.2.30 e IV.4.2.32**.



**Figura IV.4.2.30:** Retrata o amontoado de famílias no entorno da ponte construída sob o Rio Ceará Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura IV.4.2.31:** Retrata o amontoado de famílias no entorno da ponte construída sob o Rio Ceará  
Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).

Percebe-se com essas imagens das **Figuras IV.4.2.30 e IV.4.2.31** ainda que estas retratam a dinâmica de ocupação do local que as comunidades tradicionalmente continuam perdendo o controle dos territórios de moradia, de trabalho e de convivência, assim como, o acesso a lugares funcionais de grande significação identitária (Haesbaert, 2004b). Nesse sentido, nota-se que “Os processos de desterritorialização confundem-se com os problemas de desenvolvimento. Os primeiros são mesmo uma das principais expressões territoriais dos segundos.” (Fernandes, 2008, p. 22).

De modo que a redução do acesso e a transformação de pontos de referência e significação social provocaram alienações culturais e espaciais involuntários entre os moradores de Iparana e do Pacheco, o que se leva a crer que a região passa por um processo de desterritorialização. Nessa perspectiva, Fernandes (2008, p. 5) dialoga com Haesbaert (2004b) ao considerar que:

[...] sob o ponto de vista geográfico a desterritorialização será então um processo (muitas vezes violento e quase sempre involuntário) de “privação de território”, perda de controle e domínio das territorialidades pessoais e/ou coletivas, isto é, redução evidente do acesso: aos lugares econômicos e simbólicos, aos recursos, à habitação, a outros lugares que constituam eixos estruturantes da identidade e da territorialidade de cada grupo ou indivíduo.

Essa reflexão despertada por esses autores aponta que a problemática que aflige as populações de Iparana e Pacheco tem um percurso histórico-geográfico e depois sócio-econômico não contínuo de processos de desterritorialização. Fernandes (2008, p. 22) aponta ainda para perdas que podem advir do plano simbólico ou do econômico, assim ele afirma que “em cada uma destas categorias individualmente ou, nos casos mais radicais, em ambos. Esta reflexão demonstra também a espacialidade dos problemas contemporâneos de natureza social e de insegurança”. Nessa lógica ele explica que na contemporaneidade um dos fundamentais parâmetros estão nas:

[...] desigualdades está na forma como se reage e se evitam estes processos de desterritorialização, mas também como respondem e se afirmam na necessária dinâmica de reterritorialização. Por uma razão ou outra, as populações, consoante os contextos, têm graus heterogêneos de vulnerabilidade e capacidade de resposta. [...] O desenvolvimento das populações será assim, por via do território, um processo dinâmico de mudança que contorna/evita desterritorializações ou, em determinados contextos, actua sobre elas, de forma individual ou colectiva, numa estratégia de reterritorialização que pretende também a redução, ao mínimo possível, dos aglomerados humanos de exclusão (Fernandes, 2008, p. 23).

De uma forma que para Fernandes (2008), em um sentido amplo, o bem-estar e a segurança passam também pelo espaço geográfico e pelo modo como este se institui e se apropria. Assim sendo, presentemente, até o espaço de areia onde as jangadas aportam é disputado. Nesse contexto, relações de pertencimento são constantemente recriadas. Ainda assim, no que parece ser um processo de resistência cultural, os moradores locais encontram formas de organização social para manter sua identidade, criando meios de combater a invasão meramente comercial urbana, resgatando sob alguns aspectos seus costumes e tradições.

Assim a **Regata de Jangadas** em homenagem a São Pedro, no mês de junho e a festa da **Procissão Marítima de São Sebastião** em janeiro (**Figuras IV.4.2.32 e IV.4.2.33**), reúnem tradicionalmente dezenas de embarcações e milhares de residentes e visitantes. Comemorações estas, que agregam antigos e novos moradores, conferindo a população do lugar, identidades que remetem à cultura dos povos do litoral, margeados pelo mangue, rio e mar, sendo bons exemplos da tentativa comunitária em busca da reconstrução identitária,

no plano cultural e territorial. Tais eventos são parte do que chamamos de tradição cultural do entorno de Iparana, que tem sido conservada. Sobre elas, o SESC-CE tem atuado no sentido de incentivar a sua promoção, por meio da compra de jangadas da Regata, pagamento de apresentações artísticas durante a referida Procissão, etc.



**Figura IV.4.2.32:** Procissão marítima da Festa de São Sebastião que mobiliza moradores e visitantes no mês de janeiro. Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura IV.4.2.33:** Procissão terrestre da Festa de São Sebastião que mobiliza moradores e visitantes no mês de janeiro. Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).

Outra experiência inovadora de organização popular e construção identitária se apresenta a seguir uma descrição físico-espacial do complexo turístico SESC Iparana, que está na base deste estudo detalhado na **Figura IV.4.2.34**.



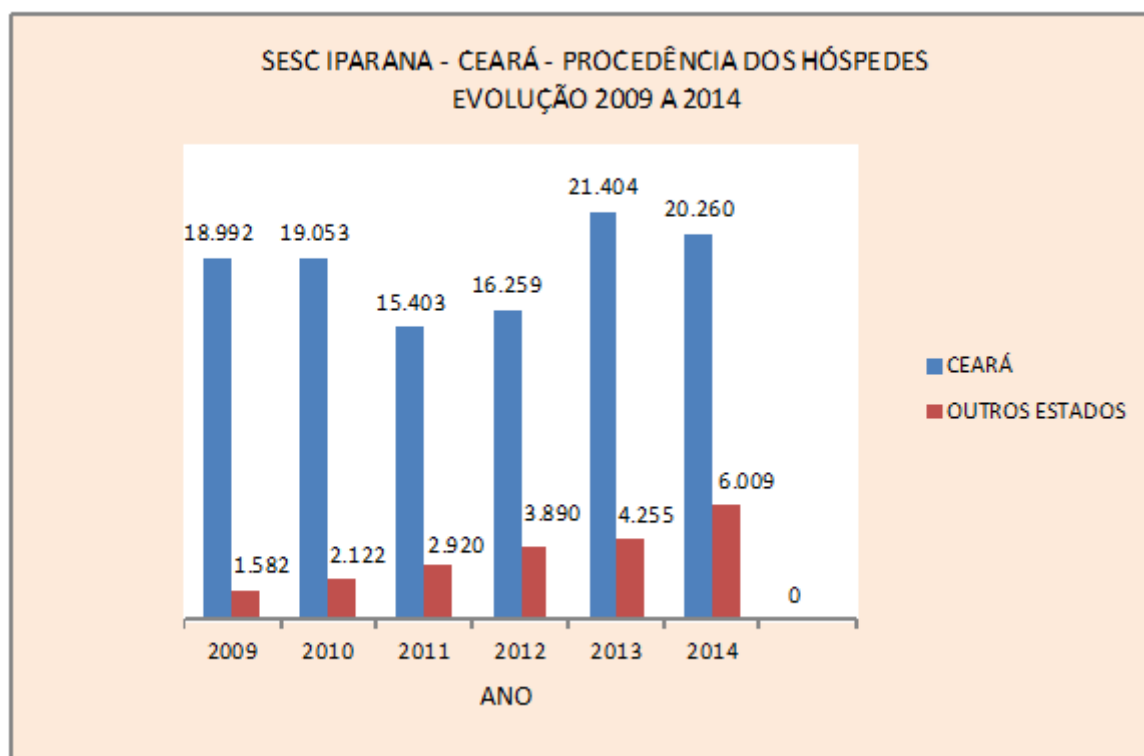
**Figura IV.4.2.34:** Complexo turístico SESC Iparana / Reserva Privada do Patrimônio Natural (RPPN) SESC Iparana. Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2008).

RPPN SESC Iparana     
  Área de Hospedagem     
  Área do Dia de Lazer     
  Área do Horto Florestal

**32** hectares de área total; **64%** de Área de Preservação Ambiental (APA); Processo RPPN – Reserva Privada do Patrimônio Natural; Visão aérea e espacial da Colônia Ecológica SESC Iparana.

O equipamento turístico da Colônia é uma referência importante para a população que vive no seu entorno, pois reúnem trilhas ecológicas na mata de tabuleiro, visitas educativas nos seus diversos espaços, quadras esportivas, recreações, restaurantes e

balneários, auditórios, complexo de hospedagem e uma vasta programação social, tendo chegado a congregar, no ano de 2009, segundo relatório técnico interno, um público de 20.574 hóspedes, sendo 1.582 deles oriundos de outros estados. No **Gráfico IV.4.2.1** pode-se ser observado a evolução do número de hóspede de 2009 a 2014.



**Gráfico IV.4.2.1:** Sesc Iparana – Ceará – procedência dos hóspedes evolução 2009 a 2014 Fonte: SESC.

Inclusive observou-se uma procura por esse equipamento turístico por regiões do Brasil em 2014 em que poderá ser constatado em detalhes nos **Quadros IV.4.2.1** e **IV.4.2.2** a seguir. Assim, conforme dados de variação 2014 e 2013 do Sistema de Dados Estatístico do SESC Ceará a região Centro-Oeste se destacou principalmente no 1º semestre com de aumento de 130,5% e no 2º semestre com apenas 39,2% e ainda sim ganhou das demais regiões. Entretanto, percebe-se que no acumulado a região Nordeste disparados ganhou das demais no 1º semestre com o acumulado de 9.574 com um equilíbrio entre os demais meses desse semestre, mas junho ganhando apertado do demais com 1847 hospedagens. Comparando ao Centro-Oeste foram 431 hóspedes com destaque no mês de janeiro de 161 hóspedes. E no 2º semestre a região Nordeste continuou ainda ganhando disparado com 12.103 hospedagens com o melhor mês o agosto com 2.390 hospedagens (mês do evento Povos do Mar). E, para o Centro-Oeste com apenas 444 hospedagens com o julho sendo o melhor mês com 120 hospedagens.

|             | QUANTIDADE MENSAL       |       |       |       |       |       | ACUMULAD<br>O<br>JAN A JUN | VARIÇÃO (%) HOMÓLOGA |                 |                              |       |
|-------------|-------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------------------|----------------------|-----------------|------------------------------|-------|
|             | JAN                     | FEV   | MAR   | ABR   | MAI   | JUN   |                            | JUNHO<br>2014/2013   | MÉDIA<br>MENSAL | JAN A JUN/14<br>JAN A JUN/13 |       |
|             | BRASIL                  | 2.517 | 1.475 | 2.120 | 1.734 | 2.165 |                            | 2.060                | 12.071          | -7,9                         | 0,8   |
| REGI<br>ÕES | NORTE                   | 25    | 17    | 0     | 7     | 0     | 6                          | 55                   | 0,0             | -46,4                        | -30,4 |
|             | Ceará                   | 1.544 | 1.012 | 1.638 | 1.243 | 1.611 | 1.713                      | 8.761                | -13,5           | 7,8                          | -11,1 |
|             | NORDESTE Demais Estados | 278   | 80    | 71    | 114   | 136   | 134                        | 813                  | 204,5           | -0,8                         | 98,8  |
|             | Total                   | 1.822 | 1.092 | 1.709 | 1.357 | 1.747 | 1.847                      | 9.574                | -8,7            | 6,1                          | -6,7  |
|             | CENTRO-OESTE            | 161   | 51    | 60    | 45    | 84    | 30                         | 431                  | 30,4            | -10,7                        | 130,5 |
|             | SUDESTE                 | 459   | 263   | 322   | 287   | 222   | 150                        | 1.703                | -8,5            | -17,2                        | 86,3  |
|             | SUL                     | 50    | 52    | 29    | 38    | 112   | 27                         | 308                  | 35,0            | 21,9                         | 98,7  |

**Quadro IV.4.2.1:** SESC Iparana – procedência dos hóspedes no 1º semestre de 2014 – dados mensais e acumulados. Fonte: Sistema de Dados Estatístico (SDE) do SESC.

|             | QUANTIDADE MENSAL       |       |       |       |       |       | ACUMULAD<br>O<br>JUL A DEZ | VARIÇÃO (%) HOMÓLOGA  |                 |                              |       |
|-------------|-------------------------|-------|-------|-------|-------|-------|----------------------------|-----------------------|-----------------|------------------------------|-------|
|             | JUL                     | AGO   | SET   | OUT   | NOV   | DEZ   |                            | DEZEMBRO<br>2014/2013 | MÉDIA<br>MENSAL | JUL A DEZ/14<br>JUL A DEZ/13 |       |
|             | BRASIL                  | 2.009 | 2.680 | 2.087 | 2.521 | 2.247 |                            | 2.654                 | 14.198          | 28,1                         | 7,9   |
| REGI<br>ÕES | NORTE                   | 36    | 8     | 5     | 44    | 13    | 37                         | 143                   | 105,6           | -37,1                        | -6,5  |
|             | Ceará                   | 1.400 | 2.349 | 1.658 | 2.136 | 1.819 | 2.137                      | 11.499                | 23,1            | 14,0                         | -0,4  |
|             | NORDESTE Demais Estados | 98    | 41    | 100   | 67    | 125   | 173                        | 604                   | 98,9            | 35,5                         | -15,3 |
|             | Total                   | 1.498 | 2.390 | 1.758 | 2.203 | 1.944 | 2.310                      | 12.103                | 26,7            | 13,1                         | -1,3  |
|             | CENTRO-OESTE            | 120   | 50    | 84    | 69    | 48    | 73                         | 444                   | 58,7            | 2,7                          | 39,2  |
|             | SUDESTE                 | 321   | 211   | 221   | 184   | 223   | 210                        | 1.370                 | 22,1            | -6,2                         | 16,4  |
|             | SUL                     | 34    | 21    | 19    | 21    | 19    | 24                         | 138                   | 84,6            | -4,1                         | -7,4  |

**Quadro IV.4.2.2:** SESC Iparana – procedência dos hóspedes no 2º semestre de 2014 – dados mensais e acumulados. Fonte: Sistema de Dados Estatístico (SDE) do SESC.

Vale ressaltar como revelam os resultados de hospedagens dos **Quadros IV.4.2.1** e **IV.4.2.2** que esta unidade além de opção turística, ela se configura como um espaço social multifuncional, congregando diversas atividades sociais, de lazer e turismo, de cultura e educação. Dentre outras atividades, realiza projetos e ações desenvolvidos, no intuito da



preservação do meio ambiente, do uso responsável dos recursos naturais e da valorização dos saberes da medicina popular (Fitoterapia), que, atualmente encontra-se em processo de reconhecimento para a implantação de uma RPPN.<sup>49</sup>

Nesse sentido, conforme Lefebvre (2006) o espaço social “implica múltiplos conhecimentos” também. Mas afirma que o “saber sai de uma prática, acrescentando-lhe a elaboração: formalização, encadeamento lógico”. Dito isto, percebe-se que o espaço social para este autor ora ele “não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos; ele engloba as coisas produzidas, ele compreende suas relações em sua coexistência e sua simultaneidade: ordem (relativa) e/ou desordem (relativa)”. Portanto, o espaço social brota “de uma sequencia e de um conjunto de operações, e não pode se reduzir a um simples objeto”. Ele se produz e se reproduz vinculado às forças produtivas (e relações de produção). Lefebvre (2006) explique que não existe nenhum motivo “para se separar a obra de arte do produto até se colocar a transcendência da obra. Se é assim, toda esperança de reencontrar um movimento dialético tal que a obra atravessasse o produto e que o produto não devore a criação no repetitivo não está perdida” (Lefebvre, 2006, pp. 66, 71).

Para Lefebvre (2006), o conceito de espaço social “se desenvolve, portanto, ampliando- se. Ele se introduz no seio do conceito de produção e mesmo o invade; ele se torna o conteúdo, talvez essencial”. Com isso, ele engendra um movimento dialético muito específico entre a relação “produção-consumo” aplicada às coisas sejam estas: bens, mercadorias objetos ou objeto de troca, num entanto, a transformação se dar como já disse: ampliando-a. Assim, uma “unidade se entrevê entre os níveis frequentemente separados da análise: as forças produtivas e seus componentes (natureza, trabalho, técnica, conhecimento), as estruturas (relações de propriedade), as superestruturas (as instituições e o próprio Estado)” (Lefebvre, 2006, p. 75).

De que não existe somente um espaço social; e sim, vários deles. Ele é “uma multiplicidade indefinida, da qual o termo ‘espaço social’ denota o conjunto não-

---

<sup>49</sup> A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma unidade de conservação de domínio privado, criada por iniciativa do proprietário da área, mediante ato de órgão governamental. O dono da terra continua sendo o proprietário e pode contar com o apoio de órgãos públicos e de entidades ambientalistas para o planejamento de uso, manutenção e proteção da reserva. A RPPN não pode ter outro destino a não ser a proteção dos recursos, que motiva a sua criação. No entanto, podem ser desenvolvidas atividades de uso indireto, desde que devidamente autorizadas pelo órgão ambiental. As atividades previstas pela lei são três: pesquisa científica: importante ferramenta para o conhecimento da fauna e flora da propriedade e a compreensão dos diferentes elementos importantes para a conservação; educação ambiental: importante forma de divulgação e conscientização da importância da conservação da fauna e flora da reserva; turismo ecológico (ecoturismo): utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (Universidade Santa Cruz do Sul, 2016).

enumerável. Nenhum espaço não desaparece, no curso do crescimento e do desenvolvimento”. Os espaços se compenetraram e/ou se superpõem e ele exemplifica citando que “um espaço de um ‘cômodo’, de um quarto, de uma casa, de um jardim, separado do espaço social por barreiras e muros, por todos os signos da propriedade privada, não é menos social”. Ou também, “não são ‘meios’ vazios recipientes separáveis de seu conteúdo” (Lefebvre, 2006, p. 76).

E explica ainda que os lugares não se justapõem somente no espaço social e sim estes se interpõem, compõem-se, superpõem-se e às vezes podem até se chocarem. De modo que, o local não desaparece, mas é absorvido pelo regional ou pelo nacional ou mesmo pelo mundial. “Múltiplos fluxos atravessam esses espaços. O espaço social começa a aparecer em sua hiper- complexidade: unidades individuais e particularidades, fixidades relativas, movimentos, fluxos e ondas, uns se compenetraram, outros se afrontam etc.” (Lefebvre, 2006, p. 77).



**Figura IV.4.2.35:** Mapa do litoral do sol poente – Ceará – Brasil

Fonte: Ceará (2015b).

Nota-se na **Figura IV.4.2.35** a trajetória das cidades litorâneas em que nessa ambiência se observa que no seu entorno, coexistem ambientes com características geográficas específicas, congregando: falésias, praias, dunas, mangues, mata de tabuleiro e a Barra do Rio Ceará. Esses territórios são constituídos por comunidades que se distinguem pelo seu potencial cultural, associado, principalmente, aos ofícios da pesca, do artesanato e

do comércio essencial de subsistência os caracterizam por um turismo de base comunitária. São práticas e saberes, que representam uma importante diversidade sociocultural para o estado do Ceará. E consoante Lefebvre (2006) então, são múltiplas possibilidades de espaços sociais e estes certamente estão vinculados às forças produtivas de sua conjuntura social e política. E assim, várias relações em sua coexistência e sua simultaneidade a ser estudada a luz de diversas possibilidades turísticas.

Nessa perspectiva, múltiplos fluxos atravessam esses espaços. Logo, por exemplo, pode aglutinar fazeres e conhecimentos que possuem estreita ligação com o vestuário, a culinária, o artesanato (utilitário e decorativo), as danças, o cancionero, as religiosidades e demais costumes construídos historicamente entre essas comunidades e nas suas relações com o ambiente em que vivem.

O **entorno da Colônia Ecológica do SESC Iparana** congrega as comunidades do Pacheco, Iparana, Parque Leblon, Guaié, Icaraí, Guajiru e Barra Nova. Ali existem os seguintes **projetos e associações organizadas**, atuando sistematicamente na localidade:

- a) Projeto SESC Horto Medicinal, da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Iparana;
- b) Associação dos Barraqueiros do Parque Leblon;
- c) Pastoral da Criança e do Idoso – Área Caucaia Praias;
- d) Associação dos Moradores do Pacheco, Associação dos Moradores do Parque Leblon;
- e) Comunidade do Guaié (Tapuio);
- f) Barra Nova;
- g) Guajiru;
- h) Jardim Icaraí;
- i) Cercadão;
- j) Representantes da etnia Tapeba.

Dentre essas caracterizações, cada comunidade apresenta uma importante variedade de serviços e produtos turísticos. **Barracas de praias e restaurantes tradicionais** com clientela fiéis encontram-se distribuídos por toda a faixa litorânea e pela região de mangue. **Passeios de barco** são vendidos a preços acessíveis. Sendo a região um pólo que apresenta uma mobilidade social extremamente dinâmica, ela aglutina trabalhadores, famílias, brincadeiras e práticas de lazer diversas vivenciadas no litoral.

Diante do pensamento sobre território para compreender melhor Iparana-Caucaia-

Ceará afirma Irving (1998, p. 32) que “o desenvolvimento da atividade turística qualificada de ‘sustentável’ exige a incorporação de princípios e valores éticos, uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios [...]”. Porque se não, então pode cair no que Maria e Mariani (2007) alegam, ou melhor, segundo eles também existem oportunistas no desenvolvimento da atividade turística que visam apenas o lucro, e isso podem levar a exploração dos “recursos naturais de maneira desordenada e predatória, sendo que os reflexos dessas ações afetam todo o sistema de produção que engloba a atividade turística, bem como o espaço ocupado por essa atividade.” (Maria & Mariani, 2007).

Desse modo que, por isso, tornou-se importante valorizar, de forma pormenorizada, o envolvimento e relações comunitárias no território em estudo. E além disso, que por isso mesmo se motivou o seu aprofundamento e discussão da comunidade/território de Iparana-Caucaia-Ceará levando por referência a identidade, singularidade e atividade econômica em que foram vistas com maior detalhes no próximo capítulo.

## CAPÍTULO V – COMUNIDADE: IDENTIDADES E ATIVIDADES ECONÔMICAS

### V.5.1 INTRODUÇÃO

Nas comunidades que compõem o entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana é recorrente a existência de **movimentos culturais comunitários**. A origem dessas manifestações tem base na memória e cultura imaterial de uma ancestralidade herdada, oriundas das relações entre as inúmeras gerações que compõem esses movimentos culturais, e do repasse de seus saberes e experiências, numa dualidade<sup>50</sup> cambiante entre religiosidades e festejos, ritos culturais e contatos com a natureza.

Consoante, *site* do SESC-CE, o SESC Iparana dispõe de serviço de passeio para hóspedes com uma programação dos seus serviços e atrações tais como: Hospedagem, Dia de Lazer, Piscinas, Bar molhado, Fazendinha Educacional, Trilha Ecológica, Auditório e Sala de Convenções, Salão de Eventos, Centro de Reabilitação de Mamíferos Aquáticos (AQUASIS) (SESC DR Ceará, 2013a). Entretanto, foram mais bem explicadas ao logo do desenvolvimento desse item para que se possam identificar as atividades ali ofertadas ligadas a identidade, singularidade e atividades econômicas das comunidades em torno da Colônia Ecológica SESC.

Assim sendo, e segundo relatos orais colhidos no convívio dos técnicos do programa de ação comunitária do SESC Ceará junto aos moradores dessa região, consta que entre as diversas expressões de cultura que a caracteriza, estão as brincadeiras de **Bumba Meu Boi**, um folguedo cantado, bailado e dramatizado nas festas populares tradicionais cearenses estão presentes nas comunidades litorâneas, ao lado das **danças e festejos juninos e do Toré** – dança ritual e comemorativa dos índios da região. Outros exemplos são o “**Boi dos Magalhães**” na comunidade Guajiru, próximo à praia do Pacheco, assim como o “**Boi Ceará**” e “**Boi Juventude**”, ambos provenientes de praias próximas da Barra do Rio Ceará, cujos brincantes tradicionais, nas décadas de 1960 a 1980, caminhavam até os sítios das praias do Icaraí, Iparana e Pacheco para realizarem seus festejos, em troca de frutas e produtos da região.

#### **A programação social da Colônia Ecológica SESC Iparana vem, há tempos,**

---

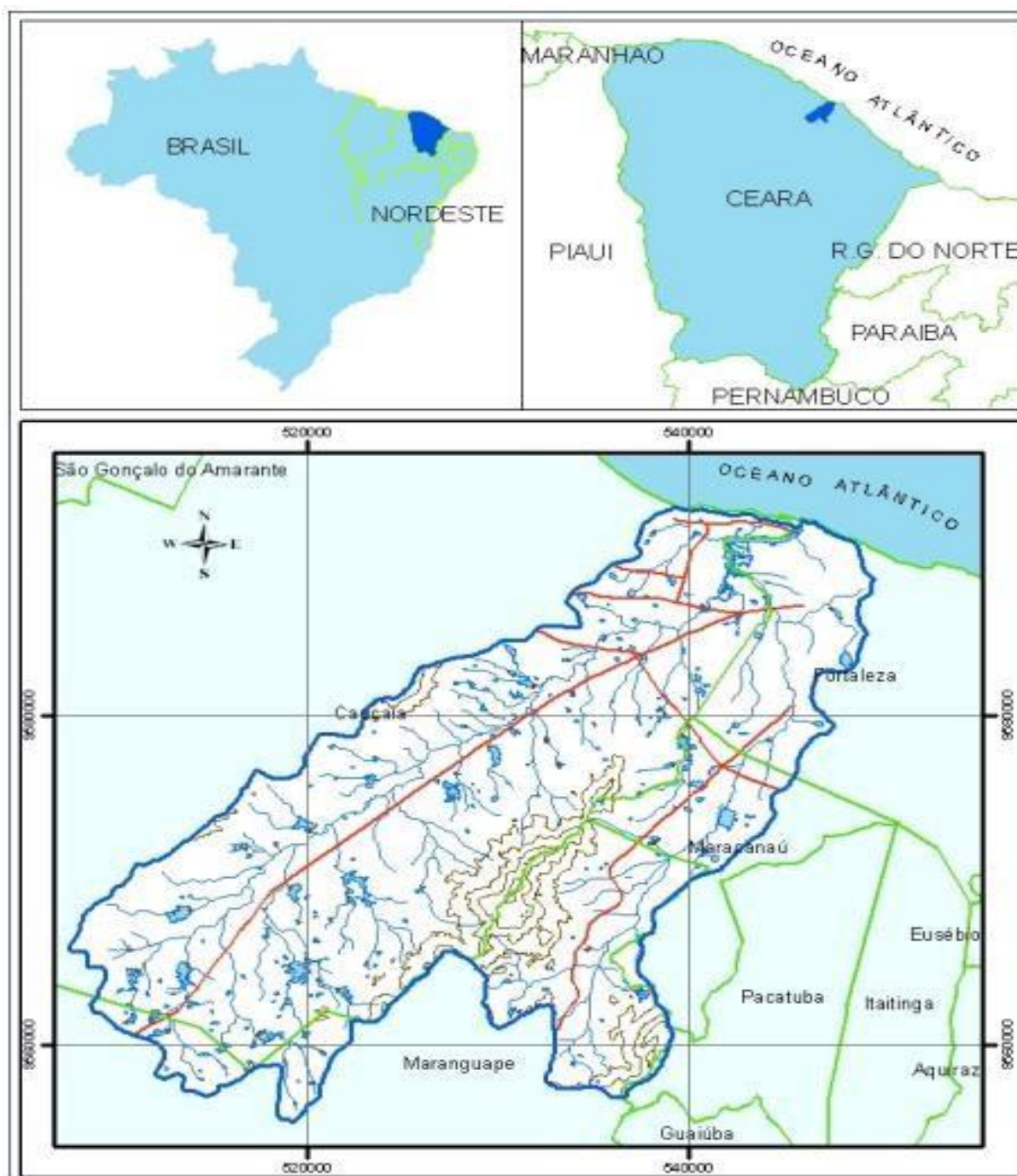
<sup>50</sup> Santos, N. P. (2001, p. 368) traz a dualidade das necessidades “como um modo de alienação”, e explica que é devido “à criação constante de falsas necessidades pela sociedade” que a alienação acontece. Assim sendo, este modo está ligado à teoria da alienação segundo Marx (2010, p. 17) que defende o “Estado é uma alienação da sociedade civil” e esta só será superada a partir da “democracia direta”. Ou seja, a “democracia é a superação da alienação” (Marx, 2010, p. 18).

**congregando representantes das comunidades que fazem parte de seu entorno, tais como pescadores, marisqueiras, artesãos, representantes de etnias indígenas e associações comunitárias. Esses indivíduos e coletividades, participando de diversas atividades socioambientais desenvolvidas pelo SESC, acabaram por tecer diálogos e relações que originaram uma rede de mobilização e reciprocidade social, onde cada grupo socializa as suas experiências, seus saberes acumulados e formas de organização, através das atividades sociais e reuniões organizadas na Colônia.**

A diversidade cultural e natural da região forma um mosaico que possibilita a expansão e o aprimoramento de novas formas de turismo social, de geração de renda agregada ao desenvolvimento sustentável das comunidades que geram, desenvolvem e oferecem produtos e serviços turísticos.

**Entretanto, o reconhecimento dos recursos culturais e naturais que essas comunidades agregam, ainda é um desafio a ser enfrentado.** Atualmente, essas comunidades, sucessivamente, têm suas formas de socialização e convivência assoladas pela publicidade e pela mídia, onde novas formas e funções de consumo estão em pleno processo de efetivação, gerando uma crescente especulação industrial, imobiliária, de bens de consumo e ocupação territorial desordenada dessas áreas e a destruição dos recursos naturais. Para solucionar esses impasses foi necessária a criação e organização de novos canais sociais de participação, que além de proporcionar o diálogo entre os saberes e práticas comunitárias, edifiquem maior visibilidade, profundidade e sensibilidades acerca das problemáticas que abarcam esses grupos e espaços.

Ao lado dessa fragilidade econômica, o desafio ambiental é a grande incógnita que as populações locais vivenciam, já que o avanço do mar estreitou a faixa de areia em inúmeros pontos das praias. Mesmo com o esforço de inúmeras iniciativas de contenção desse avanço – o SESC Iparana construiu há quase 20 anos atrás um muro de enrocamento, na extensão da orla que margeia a sua Colônia de Férias e Unidade de Preservação ambiental – o adensamento populacional tem contribuído para agravar a destruição dos recursos e espaços naturais, devido ao desmatamento, retirada de areia e lançamento de detritos ou lixo, principalmente no rio Ceará, que sofre por sua vez assoreamento, prejudicando o equilíbrio ecológico da zona do mangue de que é fonte importante de vida animal e vegetal. Veja, então, nessa dimensão uma descrição da importância do rio Ceará a partir da **Figura V.5.1.1**, abaixo:



**Figura V.5.1.1:** Localização no Ceará e no Brasil, a Bacia do Rio Ceará com a Rosa dos Ventos

Fonte: Paula (2008, p. 18).

Conforme Paula (2008), a bacia do Rio Ceará (**Figura V.5.1.1**) é a área focada para a compartimentação Ambiental que tem um alcance espacial de 773,70 km<sup>2</sup>. E diante do mapa de localização da bacia na **Figura V.5.1.1** seguir, pode-se constatar-se que esta bacia pertence ao conjunto de bacias da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) entre as

coordenadas geográficas 380 24' e 390 00' de longitude Oeste e 30 11' e 3023' de latitude Sul. E esta se localiza na porção norte do Estado do Ceará.

Este autor afirma ainda que a Bacia do Rio Ceará “engloba 40,2% do município de Caucaia, 28,7% de Maranguape, 68,3% de Maracanaú e 22,4% de Fortaleza” (Paula, 2008, p. 17). Igualmente diz que apesar de Fortaleza tem uma área menor que Caucaia e Maranguape, este ainda é o município que tem a maior população residente na área da bacia do Rio Ceará. Nessa direção, observa-se que na Bacia do Rio Ceará há as suas especificidades como as suas características, flora, fauna, fontes de uso e ocupação do solo, e como também, impactos ambientais (vê **Figura V.5.1.2**). Consoante SUDEC (1976 como citado em Preservação do Estuário do Rio Ceará – PERC, 2014), que é uma organização não governamental de um grupo de pessoas em prol do bem social assegura que o Rio Ceará que poderá ser melhor visto a sua bacia na figura a seguir, está:

[...] possui como afluentes fluviais pequenos cursos d'água localizados ao longo de seu percurso, como principais pode-se citar o riacho dos Macacos, riacho das Esperas e o riacho dos Patos na sua margem esquerda; o riacho Bom-Princípio, o riacho Pão-de-Açúcar, o riacho do Toco em sua margem direita, sendo que este último é o seu mais importante afluente, estando localizado na sua desembocadura a aproximadamente 7 Km de sua foz. O rio Ceará está incluído no grupo de pequenos rios litorâneos, possuindo uma planície aluvial composta por manguezais, além de meandros e pequenas ilhas fluviais.



**Figura V.5.1.2:** Bacia do Rio Ceará Fonte: PERC (2014).



Para a PERC (2014), a flora da Bacia do Rio Ceará (vê a **Figura V.5.1.2**) é uma zona que prevalece uma vegetação espessa do tipo arbórea-arbustiva, firmemente verde, proporcionando um grande desenvolvimento superficial dos sistemas radiculares e numerosas raízes escoras e pneumatóforos. Assim sendo, é uma vegetação chamada de mangue, tendo como destaque as espécies são o mangue vermelho ou sapateiro (*Rhizophora mangle*), o mangue preto ou siriúba (*Avicennia shaueriana* e *Avicennia germinans*), o mangue branco (*Laguncularia racemosa*) e o mangue botão (*Conocarpus erecta*). Apesar de todo o sofrimento vivido pelo desmatamento por meio da retirada de madeira e da construção de salinas como também das residências ao longo do seu percurso. Isso vem sim prejudicando muito a flora da Bacia desse Rio, todavia e, apesar disto, o grupo de preservação expõe que ainda assim mesmo encontra-se em bom estado de conservação.

O Rio Ceará, conforme a PERC (2014), tem uma fauna composição de manguezal. Esta mostrar-se muito diversificada, com espécies de procedência terrestre e aquática. Assim no meio dessas espécies podem-se mencionar: os crustáceos, moluscos, a ictiofauna e entre outras. E também espécies como aves: o sibite-de-mangue (*Conirostrum bicolor*), a saracura-do-mangue (*Aramides mangle*) e etc. Ressaltam-se, os mamíferos como o guachinim (*Procyon cancrivorus*) e entre os répteis a cobra-de-veado (*Boa constrictor*). O mangue do Rio Ceará oferece uma abundância de diversos peixes, tanto de água doce quanto de água salgada. As comunidades litorâneas ocupam uma grande área como também consume os crustáceos e os moluscos que estes são encontrados em uma grande parte do manguezal. Portanto, nota-se que a fauna aproveita “o ambiente estuarino como refúgio e fonte alimentar em especial os indivíduos jovens e larvas. Nele encontram condições ideais para a desova e reprodução das espécies.” (PERC, 2014).

E com referência as formas de uso e ocupação desse solo acontecem de modo impróprio, prejudicando com isso todo o estuário. Como exemplo, a poluição provocada pelos esgotos e lixos que são lançados diretamente no rio e esta é acentuada com a retirada da vegetação original da planície flúvio-marinha precipitando com isso o processo de erosão da parte do rio causado pelo assoreamento do mesmo. Desse modo, e com a ocupação também irregular da comunidade litorânea provoca:

[...] enchente no período chuvoso e durante a maré alta. A população que vive nessas áreas sofre com os riscos de doenças devido às formas precárias de moradia e a contaminação das águas do rio. As áreas residenciais na planície flúvio-marinha não dispõem de infraestrutura básica, não têm abastecimento de água e nem esgotamento sanitário, sendo seus dejetos lançados diretamente no rio ou próximos a ele, causando com isso contaminação do solo e do lençol freático. No que tange a sua utilização, o estuário vem sendo explorado principalmente na

coleta artesanal de ostras, peixes e caranguejos. “Essa atividade é realizada geralmente pelos índios Tapeba, habitantes da margem do rio.” (PERC, 2014).

O mau uso do estuário está causando um grande impacto ambiental e com isso, afetando especialmente a faixa de praia e pós-praia, campo de dunas, manguezal e rio. Prova disso, é o constante desmatamento em conjunto com a poluição hídrica que se dá por meio dos despejos de esgotos e lixo lançados pela população, como também, das grandes indústrias. Estas ações estão causando modificações e criando problemas ambientais. É notório, o descaso e a destituição do sistema de coleta de esgoto dos bairros da periferia de Fortaleza principalmente por onde passa esse rio no Alto Alegre, Bom Jardim, da Granja Portugal e do Genibaú. É fato que o rio passa servir de depósito de lixo. Outra causa em potencial de poluição é:

[...] o estaleiro situado próximo a sua desembocadura, com eventuais derramamentos de óleos, em decorrência de reparos nas embarcações. Ao longo do estuário, percebeu-se grandes quantidades de materiais plásticos (garrafas de refrigerantes, detergentes, sacos) presos às raízes do mangue, demonstrando claramente os despejos de resíduos sólidos próximos às margens do rio Ceará. Constatou-se também a presença de animais mortos (cavalo, cachorro) boiando nas águas do estuário. O assoreamento do rio é um problema antigo que vem se intensificando na desembocadura do rio Ceará, onde se formou um "banco" de areia devido à deposição de sedimentos trazidos pelo rio e pelas marés e que se agravou depois da construção da ponte, pois já se percebe durante a maré baixa a formação de um novo “banco” de areia próximo às pilstras da ponte (PERC, 2014).

O agravamento do problema da poluição se acentuou com o desmatamento do mangue na planície fluvio-marinha do Rio Ceará. “Este é feito com objetivo de fornecer madeira para a construção de casas, fornecimento de lenha e carvão utilizados pela comunidade ribeirinha e para a construção de salinas, que mais tarde são abandonadas”, originando a partir disso um sério impacto no ecossistema, na medida em que, aumenta a salinidade tornando com isso uma complicada regeneração da vegetação. E complementando esse contexto, a pesca predatória de peixes, moluscos e crustáceos que provoca desequilíbrio nas espécies aquáticas que também influencia nas espécies terrestres o passar do tempo (PERC, 2014).

Nessa perspectiva, e, examinando as iniciativas de reconstrução das identidades culturais e territoriais, estas adquirem uma importância fundamental para a resignificação de novas formas de desenvolvimento social, econômico e cultural. Partes dessas novas experiências repousam nas possibilidades e desafios que a estruturação do turismo de bases comunitárias apresenta diante de uma realidade desafiadora de constantes disputas pelo

espaço e por sua paisagem, que comprometem o próprio território, bem como múltiplas referências de socialização e de organização comunitária. Entretanto, tais desafios contribuem cada vez mais para que as comunidades das praias de Iparana e Pacheco organizem-se para promover a proteção da diversidade cultural e paisagística da região.

Outro questão importante para se compreender a identidade e singularidade de um território seria discutir nesse contexto a atomização<sup>51</sup> populacional. E, se esta por um lado, gera o aumento da densidade demográfica acarretando inúmeros problemas, por outro também possibilita o crescimento do número de moradores e, conseqüentemente, o empenho pelo controle da representatividade e influência política da região. Inclusive somando a essa discussão Dollfus (1975) traz o ponto de vista do espaço geográfico como a ideia da superfície terrestre e a biofera. E nesse aspecto afirma que:

[...] o espaço geográfico como o esteio de sistema de relações, algumas determinadas a partir dos dados do meio físico (arquitetura dos volumes rochosos, clima, vegetação) e outras provenientes das sociedades humanas, responsáveis pela organização do espaço em função da densidade demográfica, da organização social e econômica, do nível das técnicas; numa palavra: de toda essa tessitura pejada de densidade histórica a que damos o nome de civilização (Dollfus, 1975, p. 8).

Entretanto, e, retornando ao aspecto populacional o surgimento de associações de moradores, a reconstrução étnica indígena, a organização de grupos de ofícios e artesanatos, parecem propiciar o reencontro com antigos saberes e práticas assimiladas e aperfeiçoadas ao longo do tempo. Por meio da oralidade foram transmitidos pela memória em processos de seleção e agregação de novos elementos, formatando novas territorialidades, significações, efetivando trocas, sociabilidades e aperfeiçoando relações de reciprocidade. Nesse significado Dollfus (1975, pp. 11,24) colabora ao explicar que o:

[...] espaço geográfico se acha impregnado de história. Isto o diferencia dos espaços econômicos os quais, as mais das vezes, descuram o estendal histórico. “[E ainda, a] [...] “análise de uma paisagem urbana é igualmente denunciada de sua história e de suas condições de desenvolvimento, revelando o peso do passado na organização do espaço urbano da época contemporânea”. [Entretanto,] [...] quando o objetivo é compreender a significação de uma forma, quer se trate de um relevo, de uma paisagem ou de uma aglomeração, impõe-se a necessidade de compará-la com formas semelhantes a fim de descobrir as analogias existentes entre os processos e as combinações que intervêm na evolução e permitem explicá-la.

Novas organizações sociais foram sendo construídas, gestando assimilações

---

<sup>51</sup> Conforme Dicionário informal (Atomizar, 2016), ATOMIZAR é a redução de um todo a pequenas unidades.

identitárias particulares, símbolos de pertença e maneiras diferenciadas de apropriação do desenvolvimento local. Com isso, Blanco (2010) afirma que:

Após todos esses anos de experiência, o Fórum criou as condições de possibilidade para a geração de micro-redes de cooperação mútua entre seus participantes, ou seja, um sistema orgânico de trocas de informações e experiências que é construído pelos próprios integrantes das oficinas e seminários voltados para ações de desenvolvimento local.

A região acabou cristalizando-se como lugar de continuidade identitária para uns e lugar de reconstrução identitária para outros. Por isso que nesse contexto, Santos, M. (1994) complementa Blanco (2010) e esclarece acerca da definição de lugar percebendo o lugar como o espaço praticado. Nessa perspectiva de espaço, Lobo e Silva (2015, p. 15) complementa Santos, M. (1994) e Dollfus (1975) por acreditar que:

Estamos vivenciando novas descobertas que indicam profundas mudanças na configuração da sociedade no que diz respeito às formas de vida e conseqüentemente à reformulação de espaços. No momento, compreendo que a intervenção seja o caminho mais coerente para a reconquista do espaço público nas cidades, espaços estes que materializam os desejos de uma sociedade que está começando a redescobrir o valor da rua. A intervenção é o processo. Criam-se alternativas ao tecido urbano consolidado, promovendo novos olhares aos lugares esquecidos. Formam-se diversas imagens de uma mesma cidade que assiste a arquitetura se transformar.

Consoante Tuan (2007) com a “Topofilia: un estudio de las percepciones, actitudes y valores sobre el entorno” ou seja, “Topofilia: um estudo das percepções, atitudes e valores sobre o ambiente” compactua e ajuda entender Lobo e Silva (2015) quando abordam o significado dos espaços num contexto das mudanças organizacionais. Nessa linha de pensamento, Tuan (2007, p. 49) afirma que os “seres humanos, como grupo ou como indivíduo, tende a perceber o mundo com o ‘Eu’ no centro desse universo”.<sup>52</sup>

E explica que o “egocentrismo e etnocentrismo parecem ser atributos humanos universais, embora a sua intensidade altere consideravelmente entre os diferentes indivíduos e grupos sociais” (Tuan, 2007, p. 49).<sup>53</sup> Assim, os indivíduos e grupos são partes desse todo. E, nessa lógica quando os seres humanos negam ou não percebem que não são o centro e sim parte dele Tuan (2007) explica que os seres humanos perdem seus atributos humanos. “Egocentrismo é a propensão para pedir ao mundo para que seus componentes

---

<sup>52</sup> Los seres humanos, como grupo o individualmente, tienden a percibir el mundo con el “yo” en el centro (Tuan, 2007, p. 49).

<sup>53</sup> Egocentrismo y etnocentrismo parecen ser atributos humanos universales, aunque su intensidad varía considerablemente entre distintos individuos y grupos sociales (Tuan, 2007, p. 49).

diminua rapidamente o valor quando eles se afastam do ‘meu’” (Tuan, 2007, p. 49).<sup>54</sup>

Deste modo, nota-se que segundo este autor que “os indivíduos e grupos são membros do todo, em diferentes graus, para diferenciar entre ‘nós’ e ‘eles’, entre pessoas reais e pessoas menos reais,” entre o seu próprio território e o do outro. O “nós” é o centro. “Os seres humanos perdem seus atributos humanos quando eles são [colocados] a partir do centro.” (Tuan, 2007, pp. 49-50)<sup>55</sup>.

Este autor afirma que apesar de muitos estudos sobre as escolhas das pessoas referentes a morarem ou quererem passar apenas umas férias na cidade ou nos subúrbios ou no campo. Estes estão sendo amplamente ignorado ou esquecido os seus aspectos de qualidade e de intensidade dessa experiência em diferentes ambientes físicos e sobre diferentes condições. E diz ainda que as estatísticas revelam números de visitas a parques ou a vendas de casas aspectos estes mensuráveis de que está em moda ou na conjuntura da economia nacional, entretanto, não abordam os verdadeiros motivos dessa natureza. Assim, para ele:

[...] Tais dados revelam apenas como as pessoas usam suas oportunidades em um ambiente natural, como eles esperam se beneficiar da sua exposição. Topofilia assume muitas formas e varia consideravelmente tanto grau e emocional em intensidade. Para descrever esses sentimentos é, pelo menos, um começo: a fugacidade de prazer visual; o prazer sensual de toque; Para o lugar que é familiar para nós porque é a nossa casa ou porque representa o Passado, ou porque levanta o orgulho de propriedade ou criação; regozijando-se em coisas por simples razões de saúde animal e Vitalidade (Tuan, 2007, p. 333).<sup>56</sup>

Nesse contexto, Tuan (2007) explica que o símbolo universal era a antiga cidade e dentro dela, o homem sentia o comando do céu, livre das necessidades biológicas e dos caprichos da natureza, o que tornou insegura a vida no campo. É ainda, dentro das cidades que contêm alguns símbolos públicos clássicos que concentram e impõe por meio de sua alta visibilidade os ideais de poder e glória. Os símbolos das metrópoles modernas podem

---

<sup>54</sup> El egocentrismo es la propensión a ordenar el mundo de manera que sus componentes disminuyen rápidamente de valor a medida que se alejan de “mi” (Tuan, 2007, p. 49).

<sup>55</sup> Los individuos son miembros de grupos y todos han aprendido, em diversa medida, a diferenciar entre “nosotros” y “ellos”, entre la gente real y la gente menos real, entre el territorio propio y el ajeno. El “nosotros” está en el centro. Los seres humanos pierden sus atributos humanos a medida que se alejan del centro (Tuan, 2007, pp. 49-50).

<sup>56</sup> “[...] Tales datos apenas ponen de manifiesto el modo en que las personas utilizan sus oportunidades en un entorno natural, como esperan beneficiarse de su exposición al mismo. La topofilia adquiere diversas formas y varía considerablemente tanto en grado como em intensidad emocional. Describir estos sentimientos es, al menos, un comienzo: la fugacidad del placer visual; la delicia sensual del contacto físico; el por el lugar que nos es familiar, porque es nuestro hogar o porque representa el pasado, o porque suscita el orgullo de la propiedad o de la creación; el regocijo em las cosas por simples razones de salud y de vitalidad animal.” (Tuan, 2007, p. 333).

ser uma grande avenida ou uma praça, um majestoso edifício municipal ou um monumento histórico da cidade e de sua Identidade. São altamente complexas as cidades, mas alguns são visivelmente identificados por uma única imagem. Deste modo têm-se os exemplos: os bondes de São Francisco e a linha do horizonte de Nova Iorque como alguns desses exemplos de símbolos dos Estados Unidos. Portanto, uma obra arquitetônica pode ser uma identidade de uma metrópole. Coloca-se para esse autor que:

[...] os símbolos mais históricos em Antigo fundo. Pensa-se da Torre Eiffel em Paris [...], o Edifício Municipal e do Gateway Arch Toronto Saint Louis. [...] Os seres humanos têm persistentemente procurado o cenário ideal. O que parece varia de cultura para outra uma, mas uma essência parece usar duas imagens contrastantes: o jardim de inocência e do universo. Os frutos da terra fornecem segurança, como também faz com que a harmonia que oferece grandeza. Assim, passamos do mundo a outro: Sombra sob o baobá do círculo mágico debaixo do céu, o céu da casa para a praça pública, no subúrbio da cidade, um período de férias litoral para desfrutar artes refinadas, um ponto de equilíbrio que não é deste mundo (Tuan, 2007, pp. 334- 336).<sup>57</sup>

Com base nessa lógica e trazendo essas discussões para a compreensão das identidades e das atividades desenvolvidas nas comunidades do entorno da Colônia Ecológica de Iparana. Então, observa-se que atualmente são reafirmadas e socializadas nas praias de Iparana e Pacheco as distintas formas de trabalho e lazer associadas ao espaço de convivência e constantemente mediações. Desde pequenas, novas e antigas gerações apreendem técnicas e habilidades inerentes aos processos de extrativismo e coleta dos recursos naturais. Entende-se, portanto, que os espaços de socialização individuais e comunitários existentes são apropriados enquanto lugares de antigos e novos pertencimentos.

Sabe-se que muitos empregos e manifestações culturais estão associados de tal forma, que a existência de um sugere a do outro. A renda é um bom exemplo de artesanato ligado ao imaginário da pesca, ao artesanato com sementes e fibras locais associadas aos conhecimentos fitoterápicos. Assim, inúmeros saberes e práticas que formam um tecido social onde o lugar é significado por meio dos próprios usos e ‘fazeres’ destes locais.

Nesse sentido, percebe-se que as práticas e saberes tecidos por esses grupos sociais

---

<sup>57</sup> “[...] los símbolos históricos más antiguos em segundo plano. Uno piensa en la Torre Eiffel de París [...], el edificio municipal de Toronto y el Gateway Arch de Saint Louis”. [...] Los seres humanos han buscado con persistencia el entorno ideal. Qué aspecto tiene varía de una cultura a otra pero, en esencia, parece utilizar dos imágenes opuestas: el jardín de la inocencia y el cosmos. Los frutos de la tierra proporcionan seguridad, como también la hace la armonía que, ofrece grandeza. De este modo, nos movemos de un mundo al otro: de la sombra bajo el baobab al círculo mágico bajo el cielo, de la casa a la plaza pública, del subúrbio a la ciudad, de unas vacaciones costeras al goce de las artes refinadas, buscando un punto de equilibrio que no es de este mundo (Tuan, 2007, pp. 334-336).

são um importante recurso para a organização das suas memórias, preservação de suas identidades culturais e territoriais e fortalecimento dos seus laços de sociabilidade e resistência. Fortalecer esse conhecimento trará condições mais favoráveis ao turismo sustentável que tem-se caracterizado neste estudo, porque sedimenta a base, tanto da organização comunitária, quanto a tornar atraente para a realização do turismo de natureza cultural. A respeito do desenvolvimento local de turismo Blanco (2010, p. 38) afirma que:

Todos os participantes estavam de acordo que o desenvolvimento do turismo é uma das formas para impulsionar as economias locais, a partir da possibilidade concreta do aumento dos níveis de geração de trabalho e renda e, conseqüentemente, a diminuição do nível de pobreza local. Contudo, se em alguns países desenvolvidos o turismo é encarado com fator preponderante no processo de desenvolvimento local e nacional, devido ao seu potencial para a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas, nos países ditos em desenvolvimento, um caminho nesse sentido ainda tem que ser percorrido.

A Colônia Ecológica SESC Iparana tem se constituído como um *locus* de referência natural e cotidiana para organização desses grupos comunitários, uma vez que, as atividades e projetos realizados em seu interior propiciam o debate dessas problemáticas, na perspectiva de apontar formas de solucionar dificuldades, mediar seus conflitos e fortalecer as suas potencialidades, que, muitas vezes não são vistas ou percebidas enquanto formas de superação das suas carências de organização, mobilização e atuação e necessidades sociais.

Sob a perspectiva de contribuir para a promoção de um turismo de bases comunitárias, é que o SESC tem fomentado novas percepções acerca do capital turístico que a região reúne. Hoje, a interface do SESC com essas comunidades aponta para o encadeamento de novas ações que geram inquietações, principalmente, no que se refere aos caminhos, escolhas e formas organizacionais a seguir por estas comunidades.

No entanto, não se pode esquecer de que o fazer do cotidiano das populações localizadas à beira do mar possui uma divisão social do trabalho e de gênero, segundo a qual os homens enveredam pelo ofício da pesca e conhecimento diário da movimentação das marés, além de atividades artesanais de fabrico e manutenção de suas redes e embarcações, chamadas de jangada.

Para Dollfus (1975, p. 55), o “significado do espaço varia de acordo com os indivíduos e sua função, e segundo as épocas”. Portanto, para este autor o papel desempenhado pelas pessoas em boa parte estão ligadas a importância dos serviços que desenvolve no contexto historicamente familiar e as suas características de uma sociedade.

Assim sendo, e adicionando para esse contexto as mulheres que quase sempre se dividiu entre os afazeres domésticos, a criação dos filhos e a feitura da renda. Foram estas que

extraíram da natureza suas condições de sobrevivência e, assim construíram suas relações sociais, econômicas e culturais; nos períodos de baixa da pesca em alto-mar, contribuíram para a renda familiar com a atividade de pesca de mariscos, sendo designadas por isso de marisqueiras.

E foi por este motivo que se configurou também, como sujeito participante das populações localizadas à beira do mar, a categoria dos índios Tapeba, etnia dotada de simbolismo e representações culturais próprias e diferenciadas no âmbito da população, movida por uma forte luta pela terra e em prol de que sua cultura não morra e sobrevivam os valores, hábitos e nomes de seus ancestrais. De modo que essa compreensão da importância deste papel social para a identidade, singularidade de sua comunidade, como ainda, as suas atividades, sobretudo, na perspectiva de contribuição para o turismo comunitário em Iparana- Ceará. É que, portanto, será melhor aprofundado a partir de sua história adentrando Portugal até chegar sua influência no Ceará o seu valor. Portanto, neste próximo item será abordada a rendeira e no seguinte a marisqueira.

#### V.5.2 AS RENDEIRAS



**Figura V.5.2.1:** Foto da Oficina de Rendas da Casa Flores Torres

Fonte: Arquivo Municipal de Vila do Conde ([193?] como citado em Almeida e Ramos, 2011).



A comunidade das rendeiras começa por sua contribuição histórica principalmente no que se refere a sua identidade, singularidade e como atividade escômica. Assim, iniciando pelas rendas de bilros visto que não vem dessa contemporaneidade o seu reconhecimento como conta, o presidente da Câmara Municipal de Vila do Conde em Portugal. Pois, segundo Almeida e Ramos (2011), já em 1616, citava na Ata da Sessão da Câmara Municipal de 4 de maio do distante o “Mester” da Rendilheira. E, em 1919, houve a criação da Escola de Rendas, em que recebe particular qualidade, especificidade e maior visibilidade. Entretanto, com a mudança de hábitos e de estilo de vida nos anos 50 e 60, conferiu-se um declínio desta tradição. Entretanto, nesse contexto, conta Girão (2002, 2013) complementando Almeida e Ramos (2011) e ainda, confirmando pela **Figura V.5.2.1** acima que conforme essa tradição secular, além de aprenderem umas com as outras, iniciava-se, já aos sete anos de idade, “o tirocínio.

Todavia, a partir de 1974, com a criação do Centro de Artesanato, e a Feira Nacional de Artesanato, conseguiu-se por meio dessas ações de desenvolvimento uma brilhante inversão. Sobressair, no entanto, a conquista da Certificação na abertura do Museu das Rendas, que dá um forte contributo à preservação deste saber que durante:

[...] grande parte do século XX a produção e comercialização das rendas de bilros de Vila do Conde esteve a cargo de "ateliers" de rendas. Estes "ateliers" correspondiam a oficinas de produção onde trabalhavam uma série de rendilheiras orientadas por uma "mestra" - a dona do “atelier”, e funcionavam de modo semelhante àquele que se poderia encontrar numa fábrica. [...] A Casa Flores Torres [**Figura V.5.1.3**], criada em 1906 por Maria de Castro Flores Torres, era um dos "ateliers" de rendas mais importantes. Para se ter uma noção da sua relevância económica, basta dizer que em 1914 empregava cerca de 200 rendilheiras, que auferiam um salário diário de 24 centavos [...] (Almeida & Ramos, 2011, p. 34).

Ainda, nessa compreensão da influência de Portugal, Ferreira ([2007]), Henriques (2010) e outros abordam a história dessas mulheres que saíram de Portugal para o Brasil. Inclusive Henriques (2010) afirma que não foi fácil localizar com exatidão a data do surgimento das rendas de bilros na Peniche. Embora que seja irrefutável que foram as mulheres penichenses que já trabalhavam os bilros nas almofadas cilíndricas e foram elas que deram vida às formas mais ou menos ingénuas dos desenhos traçados sobre os piques cor de açafão já no século XVII. Entretanto, o largo “litoral brasileiro se tecem as chamadas ‘rendas da praia’, com artefatos e técnica muito semelhantes aos usados pelas rendilheiras de Peniche, é ainda legítimo supor que, no início do século XVI, aquando do surto migratório e repovoamento do Brasil, possa ter ido de Peniche.”. Em terras de Vera

Cruz, as penichenses terão espontaneamente disseminado por meio das mulheres dos pescadores mareantes que da região emigraram o seu saber popular (Henriques, 2010, p. 77). Contudo, explica Henriques (2010, p. 77) que:

[...] a originalidade e a qualidade das rendas de bilros de Peniche atingiram tal grau de perfeição e notoriedade, que toda e qualquer renda de bilros portuguesa passou a ser conhecida, simplesmente, por renda de Peniche. Em meados do século XIX, existiam em Peniche quase mil rendilheiras e, segundo Pedro Cervantes de Carvalho Figueira, eram oito as oficinas particulares onde crianças a partir dos quatro anos de idade se iniciavam na aventura desta arte. Mas foi em 1887, com a fundação da escola de Desenho Industrial Rainha D. Maria Pia (mais tarde Escola Industrial de Rendeiras Josefa de Óbidos), sob a direcção de D. Maria Augusta Bordalo Pinheiro, que as rendas de Peniche atingiriam um grau de perfeição e arte difíceis de igualar.

Além disso, foi por meio das saídas, especialmente, dessas mulheres rendeiras portuguesas, até às costas do Brasil, no século XVI, aparecendo ali disseminadas “por várias terras do Leste, do Nordeste e do Sul (Alagoas, Ceará, Maranhão, Pernambuco, etc.),” de maneira especial em Aracati, “que as mulheres brasileiras executam na faixa litoral e, em menor escala, na área sertaneja, há uma notável achega das mulheres de Peniche que para lá foram”. De modo, e:

[...] considerando que a grande emigração para o Brasil se terá dado nos primórdios do século XVI, poderemos concluir – e enquanto novas achegas não surgirem – que, pelo menos nos princípios daquele século, ou fins do anterior, já, em Peniche se fabricavam as suas tão afamadas rendas de bilros (Henriques, 2010, p. 80).

Foi por esse ocorrido que essa atividade artesanal das rendeiras no litoral do Ceará passaram a ser reconhecidas e consideradas uma parte da sua tradição cultural. Trata-se de um tipo de artesanato passado de mãe para filha, um aprendizado secular, que não se dá por meio de mediação escolar. É bastante valorizado pela beleza e delicadeza com que são tecidas as rendas, através do manejo ligeiro dos bilros e espinhos espetados em papelões onde está o desenho a ser tecido.

Assim, confirmou-se que no ambiente de aldeias dos pescadores, as rendeiras são em geral as suas esposas, filhas ou netas. Tecer a renda faz parte da própria espera pela volta dos pescadores jangadeiros. Lembra a atividade de tecelagem das mulheres de Atenas, que esperavam, no tempo antigo, seus maridos guerreiros voltarem das batalhas, ocupadas com essa atividade artesanal.

Nesse sentido, fazer a renda se constitui numa atividade feminina e artesanal, que além de gerar um complemento à renda familiar, por meio da venda de rendas para

aplicação em vestimentas, ainda funciona como ocupação mental importante para uma espera constante de esposas que têm seus maridos pescando em alto mar.

Como também, consta que a sua origem remonta à época da colonização do Brasil, quando essa atividade foi trazida para compor outras tradições artesanais de povos nativos e africanos escravizados, conforme evidenciam alguns estudos já realizados sobre este tema. Deste modo, como já foi citado que foram trazidas por mulheres e suas famílias portuguesas ao Brasil. E a sua conservação se dar até hoje principalmente por esposas e filhas de pescadores ou lavradores que tradicionalmente fazem a renda. Muito embora, estas rendeiras que se encontram espalhadas pelos recantos do Brasil são:

[...] nos Estados do nordeste onde se situam os maiores focos rendíferos. No Ceará, destacam-se pela sua produção, particularmente os municípios próximos à Capital, principalmente os da orla marítima e suas adjacências. [...] Segundo tradição secular, aprendem umas com as outras, iniciando, aos sete anos de idade, o seu tirocínio. Aperfeiçoam-se gradativamente, por esforço próprio, até chegarem a exímias artesãs. Embora já idosas, não abandonam a sua arte.[...] [Entretanto], estão sendo abandonados, simplificados ou substituídos por outros, de tipo mais grosseiro, de mais rápido preparo. E, assim, vão dando azo a que se extinga, pouco a pouco, um dos mais belos e artísticos tipos de confecção manual (Girão, 2013, p. 27).

Assim e fazendo parte dessa identidade e singularidade do povo cearense foi construída por elementos da caracterização, por exemplo, da renda. E esta contribuição parte do imaginário popular brasileiro com as mulheres rendeiras como já foi citado acima. Sua origem deságua nos fins da idade média, remonta seu nascedouro nos povos da França, Itália, Inglaterra e Alemanha. A renda aportou em terras brasileiras no século XVIII, oriundas das famílias portuguesas colonizadoras, como já foi dito no início desse item, ofício este exercido pelas moças de fino trato que foi apropriado e (re)significado pelo povo brasileiro. Desse modo que, no imaginário popular brasileiro, sobretudo no imaginário nordestino, reza uma lenda que assim diz:

Um jovem pescador usando pela primeira vez uma rede de pescar tecida pela sua noiva, apanhou do fundo do mar uma belíssima alga petrificada, que ofereceu à sua eleita. Tempos depois, partiu para a guerra. A noiva, saudosa e com pensamento voltado para o ausente, um dia, teceu outra rede que reproduziu o modelo da alga; os fios dessa rede eram terminados por pequenos chumbos. Assim foi descoberta a renda chamada *a piombiini* ou de chumbos; os chumbos foram posteriormente substituídos por bilros. Dessa forma, de um pensamento amoroso teria surgido a renda de bilros (Fundação Municipal de Cultura de São Luiz como citado em Celophane Cultural, 2011).

A tradição da rendeira se repetem e se configura não só pelo ofício que pratica, mas também pela feminilidade da mulher cearense igualmente ocorrido nas cidades em Portugal

já contada pelo autores: Almeida e Ramos (2011), Ferreira ([2007]), Girão (2002, 2013) e Henriques (2010). Portanto, passado entre as gerações femininas. E por conseguinte, entre o decorrer dos afazeres da casa e da escola, a prática da renda é desenvolvida por meio da educação familiar. De modo que esta mulher assume um papel sócio educacional de transmissora de um conhecimento que tem sua importância social mesmo que não faça parte da educação formal. Conhecimento este, que pertence a história de vida de muitas famílias de mulheres que ainda tentam repassá-lo e transmiti-lo para as novas gerações. É na técnica do Bilro – que elas educam seus filhos e filhas. E, é nesse contexto que:

Na medida em que o processo se repete, tem-se a possibilidade de se falar sobre tradição, entendida, aqui, como prática e justificativa do artesanato que se mantém, variando ou não, como algo de interesse do grupo e como elemento em que se define uma determinada linha de atividade econômica (Almeida, 2003, p. 256).

O imaginário feminino motiva a prática do ofício das rendeiras. São Mulheres que no seu cotidiano utilizam o tecer com finos fios. É legítima essa força da tradição feminina de tramar as linhas. E o fio que vincula essas mulheres passa entre gerações de uma mesma família. E isso, é que parece torná-las bravas mulheres rendeiras que o seu:

[...] universo de trabalho transformam-se em um símbolo da cultura cearense. Símbolo de muitas faces, resistência, tradição, fonte de renda, cultura artesanal, etc. A arte resiste bravamente ao passar dos anos, a técnica é repassada de geração a geração. Não se sabe ao certo como se deu o processo de introdução dessa prática no Ceará, mas sabe-se que as cearenses foram e continuam sendo as que mais desenvolveram este ofício, transformando o Ceará em um dos maiores centros de produção de renda de bilro do Brasil (Pitta, 2010, pp. 23-24).

Essa prática do ofício das rendeiras também é exercida “em grupo; conversam, cantam, fumam. ‘Quando você está na almofada, menino chora, panela queima, marido briga, você se esquece do mundo.’ Ela vira o rosto e se concentra para terminar mais um ponto.” (Programa Raízes do Nordeste..., 2015).

Percebe-se que, anterior à invasão urbana das localidades praieiras e das necessidades de uma consciência ecológica a prática da Renda já era em seu todo sustentável. Pois o bilro é coletado de árvores. O enchimento da almofada que dá base aos fios é feito de folhas secas de bananeira. Os alfinetes que unem os fios e o molde à almofada são espinhos de cactos de diferentes tamanhos.

Assim, os elementos que compõem as ferramentas da confecção da renda eram adquiridos por meio do contato direto com a natureza. E este sem agredir o ninho ecológico

e sua paisagem local. Mas, além disso, há a singularidade histórica de que cada “peça leva um pouco da personalidade da rendeira que a produziu, leva um pouco da força de suas mãos, da justeza do ponto, da criatividade no uso das cores ou no capricho desmedido de cada trança” (Pitta, 2010, p. 34).

Nesse aspecto, Pitta (2010) revela que o seu estudo sobre o trabalho manual com mulheres rendeiras de bilro encontrou características deste fazer que promovem a autoestima, o relaxamento, o prazer, o apoio dessas mulheres, promovendo assim a base saudável ligado a saúde mental delas a parte positiva do trabalho com renda. Para esta autora o bilro proporciona as rendeiras: satisfação, prazer, “liberdade de execução da atividade, a rede social que brota deste fazer, o apoio do grupo e certa independência financeira”. E, assim criam as “bases sólidas para a construção de uma saúde mental, física e social para estas mulheres” (Pitta, 2010, p. 71).

Entretanto, esta autora também expõe o lado negativo e da invisibilidade do trabalho feminino. De modo que para ela estas mulheres geralmente tem uma jornada tripla de trabalho. São os afazeres domésticos que não é contabilizado, mas é exigido pela sociedade, assim afirma que:

Há aspectos a serem mais bem explorados e investigados, que são comuns a várias profissões femininas, como o acúmulo de tarefas, o que faz com que estas mulheres exerçam diariamente uma jornada tripla de trabalho, sem necessariamente reconhecer os afazeres domésticos também como trabalho, muito embora não seja um trabalho remunerado e não ultrapasse os limites do lar (Pitta, 2010, p. 68).

Estas rendeiras tem a responsabilidade da atividade econômica, portanto, as entregas com prazo desse trabalho artesanal. E somado a isso o trabalho social, pois o “fazer renda é que é reconhecido como trabalho, talvez pelo fato de se caracterizar na comunidade como uma ocupação conhecida, imbuída de status, por ser exercida em local próprio, rompendo os limites do — ‘lar’.” (Pitta, 2010, p. 50).

Nessa singularidade dessas mulheres soma-se o canto delas. Elas utilizam o canto para preservarem em suas memórias. Estas que retratam suas histórias de vida, a reza ou entoar cantigas de roda, situações, suas afinidades com a natureza – é muito corriqueiro entoarem cantigas que falam do mar, das flores, das estrelas, de amor. E entre as trovas essas rendeiras entoam assim:

Tiro renda e boto renda,  
Faço renda na almofada.  
Por causa do meu

benzinho Não faço renda  
nem nada...

Estou fazendo esta  
renda Pra buscá  
dinheiro,  
Pra comprá um par de  
pente Pra botá no meu  
cabelo.

Esta almofada me  
mata, Estes bilros me  
consome, Os alfinetes  
me espetam,  
A renda me tira a fome. (Neves, 2001).

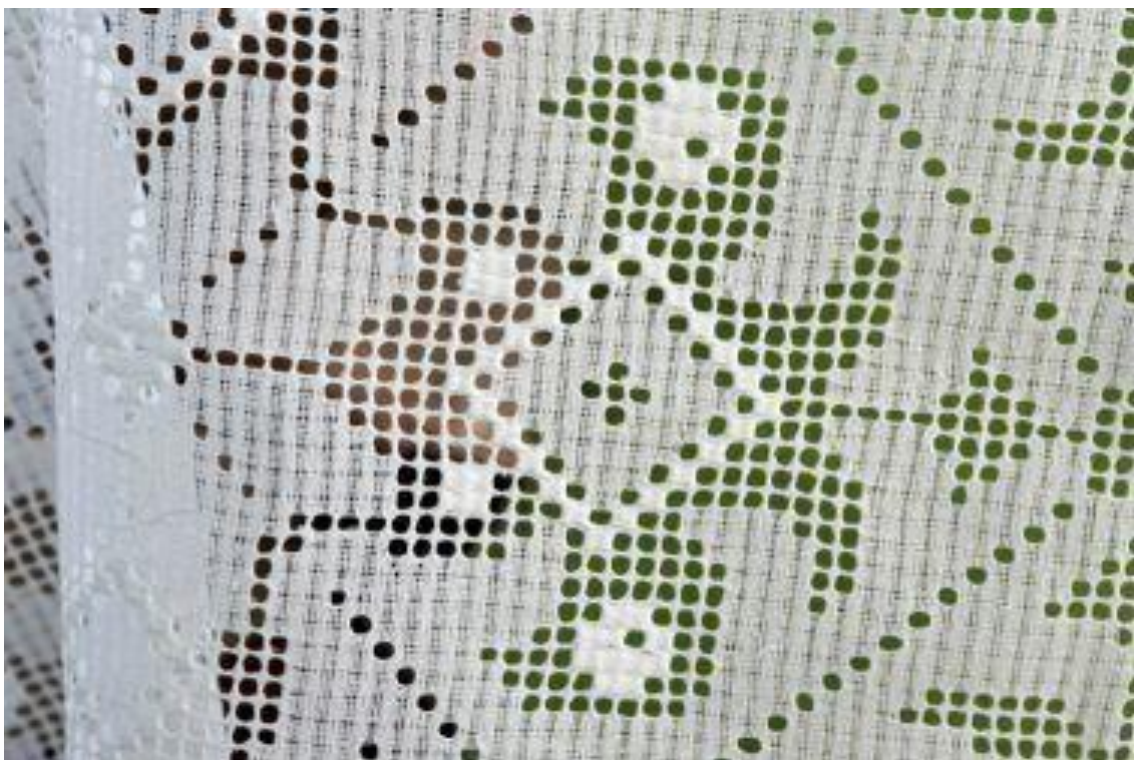


**Figura V.5.2.2:** Renda de bilros em processo de fabricação  
Fonte: Blog Tendere (Rendas e as mulheres do Brasil, 2013).

Vale ressaltar que a renda de bilros, apesar de que já foi muito citada que é confeccionada sobre uma almofada conforme mostra a **Figura V.5.2.2**. Portanto, sabe-se que esta é a base sobre a qual se executam as rendas e nela se prende o cartão com o esquema em cima do qual irão trançar os bilros, à medida que se prendem os compassos com alfinetes. Entretanto, não foi dito que onde se compõe o seu enchimento. Este além de variar ele pode utilizar tanto crina como serragem ou algodão. Em regra, a almofada é recoberta de tecido cujas cores não agridam a visão da rendeira. Algumas delas recobrem

com uma rede velha. Assim, a almofada pode ser construída presa num suporte de madeira, todavia há rendeiras que simplesmente a apoiam numa cadeira ou banquinho.

E, as identificações ou nomes atribuídos aos diferentes tipos de renda são oriundos de acordo com os instrumentos utilizados para sua confecção. Eles são que conferem aos tecidos um ou outro desenho (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, 2005). Na forma de labirinto abre-se “certos espaços do tecido, para compor o desenho bordado, assim como, retirando-se do tecido certos fios, para deixar no pano apenas o desenho principal. Daí para prescindir do tecido e aparecer à renda, o ‘ponto no ar’, foi um passo”. Os bilros são uma espécie de bordado com pauzinhos especiais onde os fios se enrolam e “pendem da almofada e servem para dirigir seu entrelaçamento. São confeccionados em madeira e se dividem em cabo (ou punho); bobina (ou canela), onde se enrola o fio; e cabeça, protuberância para não deixar escapar o fio na extremidade superior” (Barroso, 2000, pp. 69,71). E assim a renda é confeccionada artesanalmente com a cadência do manusear dos bilros, jogados de um lado para outro pelas mãos ágeis das rendeiras (IPHAN, 2005).



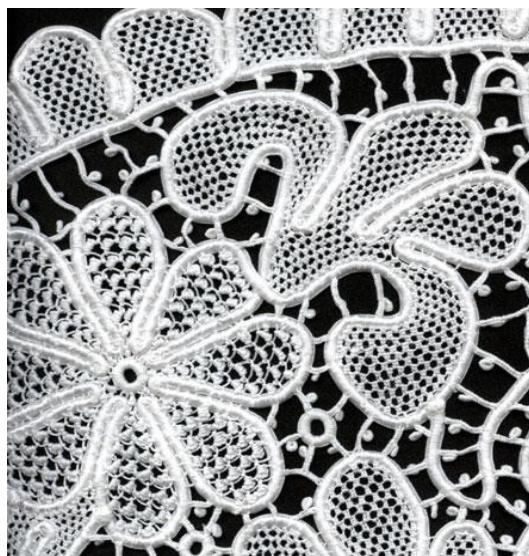
**Figura V.5.2.3:** Detalhe da trama do “paletão de labirinto”, que consiste em bordados (pontos brancos mais fortes, na foto acima) sobre a renda de labirinto. Fonte: Google imagem (UOL, 2015).

#### **V.5.2.1 Bilro e paletão de labirinto**

Outra espécie de bordado de renda é o “paletão de labirinto” consoante **Figura V.5.2.3**. Este é um artesanato do Ceará produzido por mulheres que trabalham no centro das rendeiras da prainha. E, conforme Schmidt (2010) este consegue “sua excelência em pequenos vilarejos praianos, onde há concentração de pescadores, como o município de Aquiraz, a cerca de 30 quilômetros de Fortaleza. O trabalho é daqueles ofícios tradicionais e hereditários, passados de mãe para filha há gerações”. Portanto, é bastante similar o trabalho desenvolvido nos dois pólos rendeiros tanto Prainha quanto Iguape que ambos ficam no município de Aquiraz/Ceará. A linha é a sua maior distinção entre estes pólos, ou seja, a linha mais fina é desenvolvida na Prainha e a mais grossa, como a de crochê é no Iguape.

Sabe-se ainda que o paletão que se concebe o bordado criado sobre o tecido vazado. Remonta à época da renascença o labirinto. E este acontece em uma renda criada a partir da desfiadura do linho corrido com o auxílio de uma agulha, essa técnica de confecção da renda. Atualmente a confecção de alguns tipos de rendas existe a utilização de agulhas especiais, como para produzir crochê e tricô. São produzidas em cima de almofadas tanto a renascença como a renda de bilro.

### V.5.2.2 Renda irlandesa



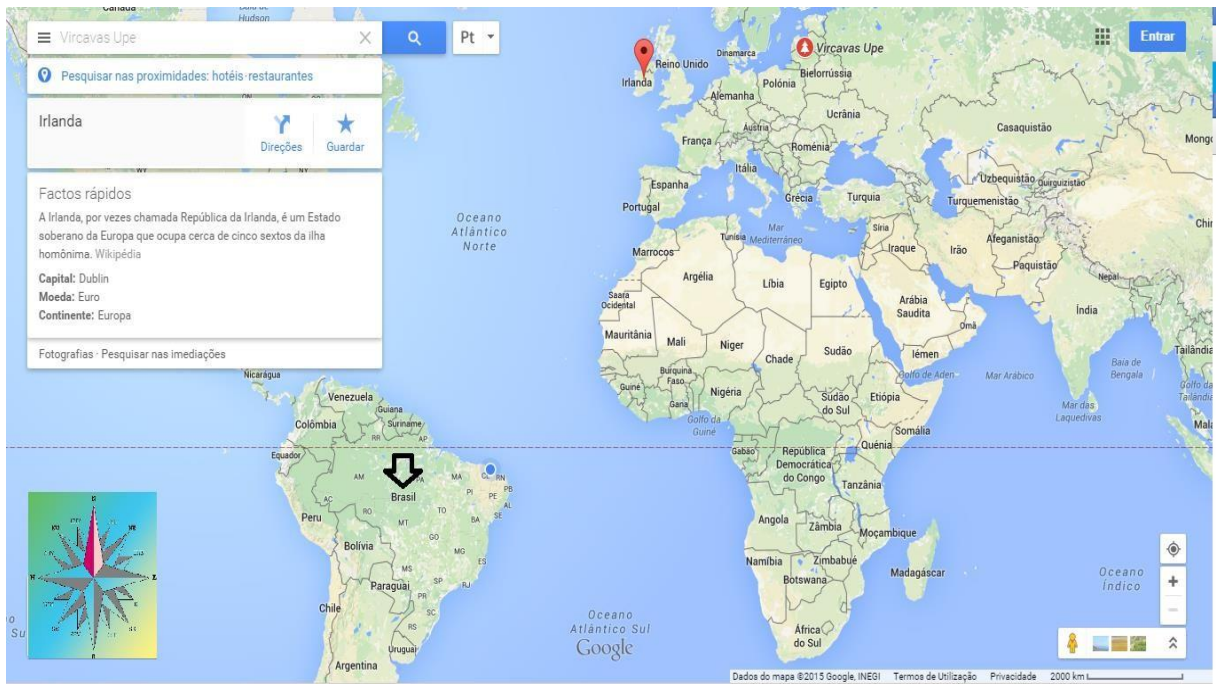
**Figura V.5.2.4:** Renda irlandesa Fonte: Rezende (2013).





**Figura V.5.2.5:** Mapa da Europa situando a Irlanda

Fonte: Imagem com acréscimos da autora (Mapa da Europa!!, 2011).



**Figura V.5.2.6:** Mapa da América do Sul (Brasil) e da Europa situando a Irlanda

Fonte: Imagem com acréscimos da autora, a partir dos dados do mapa 2015, Google, INEGI.<sup>58</sup>

<sup>58</sup> Recuperado em 10 agosto, 2015, de [www.google.com.br/maps/place/Irlanda/@46.4296966,-40.67246,3z/data=!4m7!1m4!3m3!1s0x46ef36b84c87276d:0x153f22597bf3a4ae!2sVircavas+Upe!3b1!3m1!1s0x4859bae45c4027fb:0xc7c1234cedbf408](http://www.google.com.br/maps/place/Irlanda/@46.4296966,-40.67246,3z/data=!4m7!1m4!3m3!1s0x46ef36b84c87276d:0x153f22597bf3a4ae!2sVircavas+Upe!3b1!3m1!1s0x4859bae45c4027fb:0xc7c1234cedbf408)

A Irlanda ou a República da Irlanda é um Estado soberano da Europa que ocupa cerca de cinco sextos da ilha homônima – tem como capital Dublin, possui a moeda Euro e assim, pertence ao continente Europeu conforme pode-se ser vista nas **Figuras V.5.2.5 e V.5.2.6**. A renda irlandesa produzida por essa República é outro tipo de renda conhecida tanto na Europa como na América do Sul e com isso trazida para o Brasil. Todavia, historicamente esta é definida por suas medidas protecionistas dessa técnica a partir de 1872 e durante o período da revolução industrial, conforme afirmam Matsusaki e Kanamaru (2013, p. 8) que “Margarida de Savóia levou o ensino da mesma para os conventos irlandeses. No Brasil, ela teria se difundido através das freiras que cuidavam da educação das moças de família”. Assim, portanto a:

[...] renda irlandesa tecida depende de dois conhecimentos: o saber desenhar a renda e compor o que é chamado de “riscos” com o desenho da renda; e o domínio da técnica de tecer a renda para executar o desenho do risco, através do lacê, linha mercer crochet e agulha. [...] O risco é feito no papel e contém o desenho que servirá de roteiro e suporte da renda. Em geral, as rendeiras mais antigas é que possuem os riscos tradicionais, herdados das rendeiras que já faleceram ou deixaram de fazer a renda. As rendeiras possuidoras de riscos podem emprestá-los, podem dá-los ou ainda riscá-los para as outras rendeiras (Ferreira, [2007], p. 10).

E ainda, de acordo com a história, conforme Ferreira ([2007]), a renda irlandesa é uma atividade produzida exclusivamente também por mulheres rendeiras assim como a renda de bilros. Entretanto, a irlandesa é proveniente de várias localidades de Sergipe. Dentre estas, a principal, é a da cidade de Divina Pastora, em que estas mulheres passam e repassam entre as suas gerações essa renda tornando-se assim um Patrimônio Imaterial<sup>59</sup> e por isso ser registrado como saberes da humanidade. Como ainda, este foi promulgada pela Convenção<sup>60</sup> que trata da “Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003” (Decreto n. 5.753, 2006). Assim, pelo Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006 em que foi assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, Alves (2010, p. 558) traz a discussão que

---

<sup>59</sup> Segundo a UNESCO o Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes. Apesar de tentar manter um senso de identidade e continuidade, este patrimônio é particularmente vulnerável uma vez que está em constante mutação e multiplicação de seus portadores. Por esta razão, a comunidade internacional adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em 2003 (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, 2015).

<sup>60</sup> UNESCO explica que convenção é quando os Estados estão de acordo em ter regras em comum, indo além de suas diferenças culturais e tradições estabelecem um instrumento internacional: um acordo ou uma convenção, os quais associam legalmente uma recomendação ou uma declaração (Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial de América Latina – CRESPIAL, 2010).

seguramente a:

[...] conformação dos princípios que conduzem hoje a um universalismo global, que galvaniza, numa mesma moeda ético-moral, diversidade e identidade local, não foi resultado das convenções publicadas pela Unesco nesta década. Esse processo já vem se erigindo desde a criação da organização após a Segunda Guerra Mundial, em 1946. Não obstante, as interdependências sociopolíticas forjadas a partir dos anos setenta pressionaram sobremaneira Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 3 Setembro/Dezembro 2010 559 a Unesco no sentido da adoção de ações destinadas à proteção e promoção dos conteúdos das culturas populares e/ou tradicionais.

Ainda nesse sentido, Alves (2010) coloca que essas medidas são importantes para que se possa erguer como marco de inspiração normativa para elaboração e execução das políticas culturais na contemporaneidade. O autor observa-se que o advento desse universalismo ancorado na diversidade cultural possibilita condições operacionais a partir da expansão dos mercados de consumo culturais como destas mulheres por meio de suas rendas como são executada, por exemplo, da seguinte forma:

Primeiro tem o designer, depois o ilhós. Depois do ilhós, que a gente prega no designer, prega o lacê no designer, depois do designer prontinho a gente vai tecer, fazer os pontos: faz a cocada, a redinha, o barrete. Depois dela pronta, tira do papel, puxa a linha que fica no lacê, limpa ela toda e está pronto o trabalho. [...] Tem que ter o máximo cuidado pra não lavar, pra não sujar e pra não estragar lavado. Porque, às vezes, acontece de lavar, e, não fica a peça como a gente trabalhou, sabe logo que foi lavado, fica mole. Os riscos de antigamente eram todos miudinhos, mas o povo não quer porque gasta muito lacê. [...] Dona Sinhá fazia criando, logo no início tinha um rapaz que se chamava Senhor Vieira, passou os riscos pra ela, e desse risco ela foi criando os dela (Ferreira, [2007], p. 7).

É assim, a partir desse Modo de Fazer Renda Irlandesa foi inscrito no Livro de Registro dos Saberes, em 2009 por essa referência que se tornou este ofício em Divina Pastora/SE. E em 2014 lançou-se também em Sergipe a publicação do Catálogo de Produtos da Renda Irlandesa. “O artefato, cada vez mais conhecido nacionalmente, tem aberto novas oportunidades para as rendeiras, como a participação em feiras de turismo e artesanato, eventos de arte e design.” (IPHAN, 2014). De modo que ainda esse modo de fazer:

[...] Renda Irlandesa se constitui de saberes tradicionais que foram ressignificados pelas rendeiras do interior sergipano a partir de fazeres seculares, que remontam à Europa do século XVII, e são associados à própria condição feminina na sociedade brasileira, desde o período colonial até a atualidade. Trata-se de uma renda de agulha que tem como suporte o lacê, cordão brilhoso que, preso a um debuxo ou risco de desenho sinuoso, deixa espaços vazios a serem preenchidos pelos pontos. Estes pontos são bordados compondo a trama da renda com motivos tradicionais e ícones da cultura brasileira, criados e recriados *pelas rendeiras* (IPHAN, 2005, grifo da autoria).



**Figura V.5.2.7:** Confecção da renda de bilro<sup>61</sup>

Fonte: Google imagem – data da imagem 11 de maio de 2010.

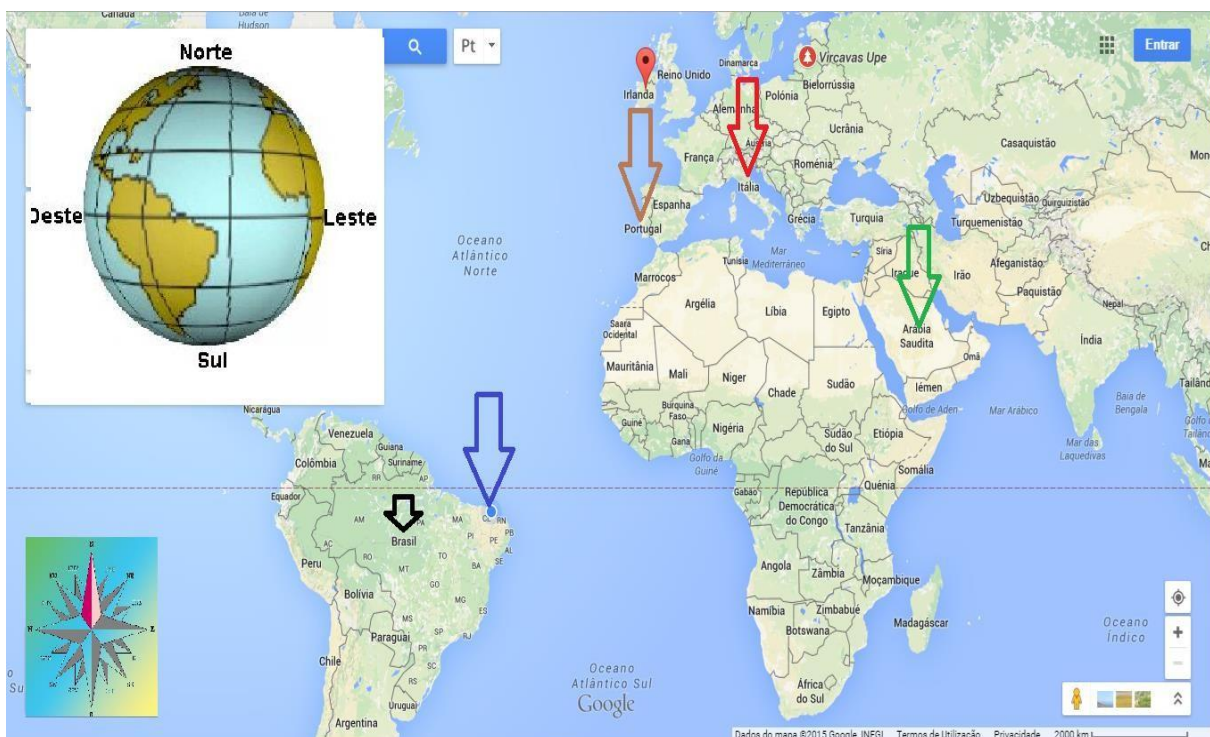
Retornando a Ferreira ([2007]), essa tradição da renda irlandesa era utilizada especialmente nas roupas religiosas como toalhas de altar e vestes dos sacerdotes e arcebispos. Igualmente era utilizada no casamento nos vestido de noiva e enxoval. Ultimamente, é ainda muito utilizada para compor o vestuário feminino como, por exemplo: gola, blusa, vestido, saia, entre outros; ou também acessórios como brinco e colar. E assim o autor resume esse fazer consoante a rendeira Dona Alzira que explica sua execução da seguinte forma também:

[...] 1) cria-se o risco, ou escolhe-se ou altera-se um risco antigo; 2) risca-se o desenho a ser tecido no papel manteiga; 3) coloca-se o papel riscado sobre o papel chumbo, para dar mais resistência ao bordado; 4) pregam-se os ilhoses; 5) alinhava-se o lacê no papel, sobre o risco, seguindo as formas do desenho da renda; 6) fixa-se o papel com os ilhoses e o lacê já alinhavado em pequena almofada ou travesseiro;

---

<sup>61</sup> Renda de Bilro. Publicado em 11/05/2010 by Redação, nas categorias Almanaque Brasil Cultura, Artes Plásticas, Audio Visual, Cultura, Folclore, Gestão Cultural, Notíciase com as tags Cultura, Cultura Brasileira, Notícias (Renda de bilro, 2010).

7) com agulha e linha preenche-se os espaços vazios entre o lacê, de acordo com os diversos pontos existentes; 8) corta-se os alinhavos que prendem a renda tecida do papel e do risco, nos quais ela foi executada; 9) limpa-se a renda, retirando os restos de linha do alinhavo (Ferreira, [2007], p. 10).



**Figura V.5.2.8:** Mapa da América do Sul (Ceará/Brasil) e da Europa situando Portugal, Irlanda, Itália e Arábia  
 Fonte: Imagem com acréscimos da autora, a partir dos dados do mapa 2015 – Google, INEGI.

Como já foram encontradas as rendas nos territórios nordestinos são diversificadas de suas origens (Portugal, Itália e Arábia), por isso, tão variadas e ricas. Nas **Figuras V.5.2.5, V.5.2.6 e V.5.2.8** já vistas, percebe-se a grande influência europeia da renda no Brasil ao localizar as suas origens. E, assim sendo, segue abaixo alguns dessas influências e tipos ou modelos de confecção de rendas fabricadas pelo litoral nordestino.

### V.5.2.3 Filé (Salgado de São Félix, Paraíba)



**Figura V.5.2.9:** Filé do Pontal da Barra: arte passada de geração a geração – Maceió, Alagoas, Brasil

Fonte: Vilela (2012).

Especialmente, nos estados de Alagoas e Ceará se encontra amplamente difundidas esta técnica milenar. O filé (**Figura V.5.2.9**) é também denominado “rede de nó” (Celophane Cultural, 2011)<sup>62</sup> porque seu surgimento foi a partir da inspiração de uma rede simples, composta de malhas e de nós seguindo a mesma técnica de confecção da rede de pescador.

Nesse contexto, Gusmão, Silva e Queiroz (2014) contam que a renda de filé tem sua procedência Árabe que se tornou símbolo de luxo nas cortes europeias, especialmente à francesa, durante o reinado de Luiz XIV. Entretanto, foram os europeus que “conheceram os bordados e as rendas feitas pelas mulheres árabes durante as Cruzadas”. De modo que

---

<sup>62</sup> O Blog do Jeffcelophane que tem o ofício de divulgar a cultura popular brasileira.

foram exportadas para Portugal, a renda passou a ser feita sobretudo para adornar “os paramentos, a vestimenta dos officas e os altares da Igreja Católica”. Assim, o advento dessa renda no Brasil deve-se:

[...] rainha D. Maria I, que em novembro de 1807 fugiu junto com a corte lusitana para o país. No entanto, a realeza não poderia imaginar que estava trazendo consigo na bagagem um trabalho de artesanato manual que posteriormente seria incrustado no nordeste brasileiro, mas especificamente na cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, às margens da Lagoa Mundaú. [...] O artesanato, que fora denominado filé, consiste em um bordado sobre uma rede semelhante às usadas pelos pescadores da localidade. A técnica foi introduzida pelas mulheres portuguesas, que até hoje cultivam a tradição, apesar de ser bem reduzida, em suas terras (Gusmão, Silva, & Queiroz, 2014).

Estes autores contribuem também dizendo que com o passar dos tempos foram surgindo novos conceitos, padrões e cores especialmente por conta da questão da adaptação como produto midiático. Entretanto, até meados da década de 1990, não foram registrada nenhuma mudança, ou seja, a renda seguia os mesmos padrões que foram trazidos das terras portuguesas. Conta-se que as mulheres dos pescadores quando elas consertavam as redes de seus maridos e assim conforme já foi dito:

[...] descobriram que existia ali uma possibilidade de fazer um trabalho artesanal sobre aquela renda. Foi dessa forma que o filé foi ganhando forma. Inicialmente, as peças eram produzidas como forma de “distração”. O processo era feito lentamente e os objetos finalizados eram usados para decoração das próprias artesãs. Mais tarde, com a possibilidade de uma renda extra, muitas peças começaram a ser produzidas para serem comercializadas. Aos poucos, com a divulgação da mídia e, principalmente, da chamada “boca a boca”, novos desenhos e formas foram incrementados (Gusmão, Silva, & Queiroz, 2014).

Em fim, pode-se conforme ainda com esses autores prevê uma maior potencialidade do artesanato de Alagoas porque o vestuário de filé é visto pela região como uma manifestação cultural e de comunicação. Assim sendo, este é transformado em bem de consumo rentável para a região, por alagoanos, a renda é modificada e moldada conforme “a necessidade mercadológica e midiática. Por isso, ao criar essa mudança de hábito de consumo, o artesanato passa por uma reconstrução indumentária e cultural”. E igualmente, a mídia influencia e molda o conceito que o filé possui no Estado com:

[...] a ampliação da inovação nas cores ou nas novas combinações que o “novo filé- multicolorido” apresenta, [...] sendo assim disseminado em outras localidades, traduzindo assim, uma ligação do povo alagoano para com a renda. [...] Por meio da feitura desse artefato, fica clara a importância que a tradição representa para esse grupo, pois, apesar da modernização dos processos de construção artesanal, a permanência do trabalho manual realizado pelas artesãs mostra como a memória é forte e como ela pode ser transmitida de uma geração para outra com alto grau de identificação (Gusmão, Silva, & Queiroz, 2014).

#### V.5.2.4 Renascença (Jataúba, Pernambuco)



**Figura V.5.2.10:** A delicadeza da renda renascença

Fonte: Data da imagem 24 de setembro de 2013 (Pipolo, 2013).

A **Figura V.5.2.10** acima mostra a delicadeza da renda renascença. Esta por sua vez foi em Veneza, mais precisamente na Itália por volta do século XVI que surgiu a técnica têxtil dessa fina renda. E no Brasil ela foi introduzida por freiras europeias. Entretanto, no nordeste foi a partir das próprias rendeiras que produziam um bordado delicado e que passavam entre as gerações femininas essa arte (Casa Cor, 2008). Ou ainda, conforme pode se encontrar no blog do Jeffcelophane que essa renda é:

[...] uma técnica têxtil que teve sua origem na ilha de Burano, em Veneza, Itália, no século XVI. É confeccionada com agulha, linha e lacê de algodão. Em uma



primeira etapa, faz-se o desenho sobre papel, que é preso sobre a almofada. O lacê é então afixado sobre o papel com a ajuda de alfinetes e entremeado pelos diferentes pontos da renda (Celophane Cultural, 2011).

Nessa arte, utiliza-se apenas: linha, agulha e lacê para bordarem e alinharem lençóis, colchas, fronhas, toalhas e cobertores. É famosa pelo estilo de bordado feito unicamente à mão a renda Renascença. Estas predominam pontos exclusivos e entrelaçados delicados com traços marcantes. Neste traçado, desenhos concêntricos se projetam em linhas sinuosas e divergentes. Passou-se à renda renascença do Nordeste a ser feita com versatilidade nas cores preta, marrom café, laranja e azul marinho no tradicional tecido branco. Atualmente, na região do Cariri, há mais de 400 rendeiras que organizam em cinco associações. E estas, criam os bordados que já exportam para diversos países (Casa Cor, 2008).

Logo observa-se que o ato de fazer renda é uma atividade realizada em conjunto, permitindo a comunicação, a troca de idéias sobre projetos, técnicas e pontos. Assim, essas apropriações coletivas a partir dessas atividades compartilhadas permite o diálogo comunitário. Com isso, pode-se vê que o “saber-fazer” configura-se como a mais representativa característica da produção da Renda. E neste universo de sociabilidades, são reafirmados sentimentos de pertença e de identidade cultural, permitindo a transmissão da técnica e a troca de saberes, valores e sentidos específicos.

Por meio da produção e do ensino é que as rendeiras exercem um papel pedagógico muito forte e singular. Ou melhor, elas desse modo conseguem num teor minucioso produzir peças dignas das melhores formas de arte e com isso, perpetuar a existência do ofício, onde o repassam entre as gerações cumprindo seu objetivo sócio pedagógico.

As rendeiras recriam seus espaços de troca além de construírem suas relações pedagógicas no modo prático da oralidade e no repasse de seus conhecimentos por meio da base familiar e das gerações. Elas exercem um papel similar em todo o processo de construção de suas atividades, desde a construção de seu instrumento de trabalho, do repasse do conhecimento, das relações sociais e de organização, da confecção do produto até sua comercialização, gerando a reflexão a respeito do cotidiano em que a tradição e as necessidades do mundo de mercado ocorrem ao mesmo tempo, trabalho de mulheres e maneira de produzir riqueza. Nesse percepção, Ferreira ([2007], pp. 11-12) contribui afirmando que essa atividade das rendeiras é:

[...] sempre desenvolvida em casa, em geral nas varandas, próxima à janela da sala ou do quarto, mas calçadas da rua, ou na praça central, aproveitando a luz

natural. Em geral, trabalhados de uma ou mais rendeiras, aproveitando o tempo de fazer a renda para conversar. Enquanto fazem a renda, tecem-se fofocas, tecem-se laços e relações sociais. Junto com as mulheres fazendo a renda também ficam os animais domésticos e as crianças – as meninas – com seu paninho na mão tentando aprender, o que pressupõe a socialização delas para o trabalho com a renda.

Portanto, é difícil estimar quanto este trabalho artesanal gera de rendimentos anualmente. Segundo um ditado popular português: “Onde tem rede tem renda”. “O estado do Ceará é famoso por suas rendas. A cidade de Fortaleza oferece diversas lojas e feiras onde é possível adquirir as rendas confeccionadas pelas rendeiras. O trabalho chega a demorar semanas e até mesmo meses.” (Barros, 2015). As rendeiras também contribuem para a inserção do Turismo Social em suas localidades. No Ceará através de suas cooperativas e centros organizados, como as rendeiras da Praia do Iguape e Prainha, ambas do município de Aquiraz e as rendeiras na Praia da Baleia – Itapipoca. Estas rendeiras, vem promovendo cursos com as técnicas do bilro e paletão de labirinto, ao mesmo tempo em que comercializam seus produtos (SESC recebe..., 2015).

Complementando Barros (2015), Maia (1985) coloca que a cooperativa permite aos seus integrantes retornarem à possibilidade de sonhar e de pensar em um futuro melhor. E é nesse fazer-se como sujeitos próprios de uma nova prática social, abalizados “nos novos valores e numa nova identidade, que vão se constituindo como sujeitos político-sociais capazes de recuperar os ‘direitos’ perdidos, lutar por novos ‘direitos’, enfim, percorrer o difícil caminho da construção da autonomia e da cidadania.” (Maia, 1985, p. 117). E conforme Domingues Junior (2004-2005, p. 125) conceitua cooperativa como:

[...] cooperativa é composta por iguais, aceita-se a diferenciação de papéis, mas não de poder. De outro, reproduzem-se na cooperativa as relações de assimetria e desigualdades inerentes à estrutura social brasileira, havendo a produção do discurso da “competência”, de mando e da obediência de acordo com saberes e hierarquias organizacionais, o que coloca obstáculos à construção da autonomia dentro da cooperativa.

Assim sendo, no decorrer de anos de mobilização, organização e discussão sobre o processo de luta e reconhecimento das tradições e da renda, por exemplo, foi elaborada e aprovada a Lei Municipal nº 14.696, de 30 de abril de 2010, que adota o município de Trairi como a “Terra da Renda de Bilro no Estado do Ceará”. Esta pode-se afirmar que foi uma conquista coletiva estabelecida a partir do reconhecimento da tradição do artesanato local.

“Os Saberes e fazeres artesanais da comunidade de Imbuauça, na Praia de Iparana, são resgatados por gerações” (Lobo, 2011), consoante Caderno Regional da matéria publicada

em 22 de fevereiro de 2011 do jornal cearense Diário do Nordeste. Segue abaixo um recorte da matéria:



**Figura V.5.2.11:** Ponto de Cultura Artesanato e Tradição Fonte: Lobo (2011).

Lobo (2011), repórter do Diário do Nordeste, escreve no Caderno Regional que o fazer artesanal está sendo vivenciado, diariamente, por adolescentes e adultos por meio do Ponto de Cultura Artesanato e Tradição (**Figura V.5.2.11**). E este acontece no Centro de Artesanato de Imbuanga, na Praia de Iparana/Caucaia. Vale ressaltar que esse Centro foi fundado em 1990. Entretanto, o Ponto de Cultura só iniciou os trabalhos em 2009 com um grupo formado por 40 jovens e com o objetivo de romper a exclusão social vivenciada por essa comunidade. O Centro colhe a Fundação Irmã Zilpha Augusta Bezerra que juntos possuem um trabalho de reunir os movimentos sociais da localidade marcada historicamente pela mobilização dos direitos sociais (Lobo, 2011).

É nesse contexto que a segunda turma do Ponto de Cultura se deu em 2011 e esta se dividiu em cinco modalidades artesanais: tecelagem, bordado, filé, cerâmica e xilogravura. Como também, de ações sociais, de educação ambiental e passeios culturais buscando, para com essas ações, desenvolver uma concepção cultural e artística ao mesmo tempo de seus partícipes. De modo que o saber comunitário na prática de tecer tapetes aliada aos profissionais bem qualificados foram os segredos utilizados nesse projeto para se desenvolver um produto de qualidade. Assim fechando as atividades foi esperado como produto a montagem do Museu Comunitário dos Saberes e Ofícios do Artesanato Cearense, em Iparana. Com isso, conforme está matéria de Lobo (2011) obteve-se o resultado do “Ponto de Cultura Artesanato e Tradição” a aceitação e participação da comunidade nessa capacitação dos

artesãos em Iparana, como também, a confecção dos teares pelos próprios estudantes. Este será denominado de “Tear no Lar” com o objetivo que os alunos produzam tapetes em suas próprias residências para serem expostos no Museu Comunitário dos Saberes e Ofícios do Artesanato Cearense/Iparana que é considerado um empreendimento social e uma indústria artesanal doméstica.

A autora fecha o assunto colocando que mais do que produto artesanais são os saberes e as tradições que serão repassados entre as gerações. Assim, os alunos habilitados pelo Ponto de Cultura produzem cerca de 10 teares para a confecção de tapetes. E estes são produtos artesanais que potencializaram os saberes e as tradições já existentes na comunidade. Portanto, Lobo (2011) registrou que os pilares do Museu Comunitário foram à revitalização, à pesquisa, à demonstração, à venda e à convivência. No final do século XX, surgiu “os museus comunitários relacionam a história da comunidade, suas raízes, produções culturais, à perpetuação do fazer artístico e suas significações”, como também, ficarão em busca de mais parceria como forma de garantia e crescimento do Museu.

Assim, essa discussão dos saberes, da tradição e da história da comunidade vinculado a da produção cultural retorna para um dos objetivos da Colônia Ecológica SESC Iparana em colaborar para a inserção socioeconômica das populações locais relacionadas ao turismo. Deste modo, a localidade de Iparana, como área de pescadao do município de Caucaia, que abriga uma colônia de pescadores, traz a atividade da renda entre as suas tradições, muito embora, esta tenha se mostrado enfraquecida nos últimos anos.

Consideramos que ela contém uma riqueza apreciável, embora esteja sendo alvo de reclamação de mulheres artesãs mais idosas, por sua não valorização e risco de não ser perpetuada como artesanato próprio dessa localidade. Segundo tais relatos, as jovens de hoje precisariam ser incentivadas a desenvolvê-la, sabendo-se, inclusive, que poderia ser melhor explorada numa perspectiva de desenvolvimento sustentável da referida localidade. Por meio das iniciativas de ação educativa da Colônia SESC Iparana com base nessa problemática, pode-se incentivar a melhoria das condições de vida dos moradores de seu entorno. Como também, potencializar suas ações e produtos, e assim, cumprir com sua responsabilidade social. Em algumas localidades litorâneas do Ceará, como por exemplo, já citado a da Prainha, Iguape que foi construída a central de artesanato para a venda de rendas, há 3 décadas, por iniciativa da primeira dama do governador do Ceará, Luiza Távora.

Conforme entrevista com a rendeira Maria Pereira nos últimos anos, observou-se que esta se encontra em dificuldades de funcionamento. Com o intuito de alertar as autoridades

foi, então, enviada em 22/06/2011, pelo Centro de Rendeiras da Prainha – Aquiraz, Ceará, Brasil (2011), com a seguinte legenda: “no vídeo ela [a rendeira Maria Pereira] fala sobre a História do Centro de Rendeiras na Prainha, o cotidiano das rendeiras, o amor a profissão e a triste realidade atual que o Centro se encontra, sem estrutura e sem ajuda dos governantes de Aquiraz”.



**Figura V.5.2.12:** Centro das Rendeiras e Rendas Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura V.5.2.13:** Confeção da renda de bilro  
Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura V.5.2.14:** Centro das Rendeiras e Rendas numa visão interna do local das confecções de renda  
Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura V.5.2.15:** Trabalho das rendeiras e suas rendas

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



No cancionário popular do Ceará existe uma canção que presta homenagem à figura da rendeira, a qual é bastante conhecida até hoje em todo o Brasil. E, esta, como também, já foi cantada por: Demônios da Garoa,<sup>63</sup> Dalva de Oliveira,<sup>64</sup> Trio Nordestino,<sup>65</sup> Dj Dolores,<sup>66</sup> Elba Ramalho<sup>67</sup> entre outros. Por conseguinte, a sua letra diz assim:

Olé, mulher  
Rendeira Olé  
mulher renda  
Tu me ensina a fazer  
renda que eu te ensino a  
namorar.

Lampião desceu a serra deu um baile no  
Cajazeiras botou as moças donzelas  
pra cantar “mulher rendeira”

As moçá de vila  
Bela não tem mais  
ocupação Sé que  
fica na janela  
namorando  
Lampião.<sup>68</sup>

Logo compreendendo melhor a origem dessa letra, pode-se ver o quanto as rendeiras tem sido alvo de polêmicas e assunto motivador da curiosidade popular. Nesse contexto, é bom lembrar de que essas ações podem está relacionada a uma educação popular que contribui para uma visão crítica enquanto comunidade, o meio em que está inserido e os seus ganhos e perdas a partir de suas ações. É, talvez, por isso mesmo, alvejado pelos estudiosos da cultura popular como mapeamento do patrimônio material e imaterial das comunidades de forma a identificar a sua identidade, a sua singularidade e a sua atividade econômica. Nesse sentido, a origem dessa música é controvertida, apesar de, está é a mais aceita pelos estudiosos, ou seja, essa letra foi escrita pelo próprio “Lampião” e, assim contam que:

[...] segundo o qual Lampião teria feito escrito a letra em homenagem ao aniversário de sua avó d. Maria Jocosia Viera Lopes (“Tia Jocosá”) em 15 de setembro, que era uma rendeira. (LAMPIÃO, 2008; MULHER RENDEIRA, 2012). Compôs a música entre setembro de 1921 e fevereiro de 1922, quando apresentou a música em Floresta (Pernambuco). (LAMPIÃO, 2008). A música tornou-se praticamente um hino de guerra dos cangaceiros do bando de Lampião,

---

<sup>63</sup> Recuperado em 10 agosto, 2015, de <http://letras.mus.br/demonios-da-garoa/957979/>

<sup>64</sup> Recuperado em 10 agosto, 2015, de <http://www.vagalume.com.br/dalva-de-oliveira/mulher-rendeira.html>

<sup>65</sup> Recuperado em 10 agosto, 2015, de <http://www.vagalume.com.br/trio-nordestino/mulher-rendeira.html>

<sup>66</sup> Recuperado em 10 agosto, 2015, de <https://ouvirmusica.com.br/dj-dolores/mulher-rendeira/>

<sup>67</sup> Recuperado em 10 agosto, 2015, de <http://musica.com.br/artistas/elba-ramalho/m/mulher-rendeira/letra.html>

<sup>68</sup> Recuperado em 05 agosto, 2015, de <http://www.vagalume.com.br/trio-nordestino/mulher-rendeira.html>

tendo inclusive relatos de que o seu ataque à Mossoró em 1927 teria sido feito com mais de 50 cangaceiros cantando ‘Mulher Rendeira’”. (LAMPPIÃO, 2008). Está registrada no ECAD como de autoria de Alfredo Ricardo do Nascimento (Zé do Norte) (Mulher rendeira, 2014, grifos na publicação).

Portanto, essa conjuntura dos movimentos culturais comunitários produzidos principalmente por essas rendeiras ou por essa letra em homenagem a elas através de “Lampião”, retorna-se desse modo ao Patrimônio Cultural Imaterial já citado e desenvolvido neste item por Alves (2010), Decreto n. 5.753 (2006), Ferreira ([2007]) e United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization – UNESCO (2007). Assim e aprofundando um pouco mais o conceito desse tipo de patrimônio em que a UNESCO (2007, tradução nossa) ainda explica e reforça que o:

Patrimônio cultural não se limita a manifestações materiais, tais como monumentos e objetos que foram preservadas ao longo do tempo. Esta noção engloba também expressões de vida e as tradições que inúmeros grupos e comunidades em todo o mundo herdaram de seus antepassados e transmitir a seus descendentes, na maioria dos casos por via oral.<sup>69</sup>

Nesse sentido, então, torna-se indiscutível para essa discussão socioeconômica das populações locais relacionadas ao patrimônio cultural imaterial e conectado mais claramente ao turismo citar com mais propriedade a comunidade de pescadores, jangadeiros e marisqueiras. Assim, por isso mesmo serão mais bem abordado e explicado no item seguinte levando como apoio a sua contribuição para a economia comunitária local. E estes igualmente serão relacionando à construção do turismo de bases comunitárias tendo de alicerce a sustentabilidade com o meio ambiente em que está inserido.

### V.5.3 OS PESCADORES JANGADEIROS E AS MARISQUEIRAS

A história social da pesca artesanal e dos seus sujeitos no Ceará ainda está para ser escrita. São esparsas e poucas as referências ao assunto na historiografia cearense; que, por vezes tem sido tratado por abordagens folclóricas ou por meio de personagens e episódios marcantes. Um reflexo disto é o resultado da pesquisa no Google Acadêmico e outro nele normal no dia 15/08/2015 às 15:56 sobre “**A história social da pesca artesanal e dos seus sujeitos no Ceará**” não foram encontrados em ambos instrumentais de pesquisa nenhum

---

<sup>69</sup> Cultural heritage is not limited to material manifestations, such as monuments and objects that have been preserved over time. This notion also encompasses living expressions and the traditions that countless groups and communities worldwide have inherited from their ancestors and transmit to their descendants, in most cases orally.

resultados. Entretanto, no dia 22/08/2015 ao retirar as aspas e limitar ao período dos últimos cinco anos, ou seja, colocando apenas: **A história social da pesca artesanal e dos seus sujeitos no Ceará/2010-2015** obteve-se cerca no Google Acadêmico cerca de 25 resultados e no Google livre cerca de 231 resultados relacionados sobre essa mesma temática.

Nesse sentido, Gomes e Oliveira (2010, p. 54) complementam esses dados quando afirmam que “fazer uma história social da memória é refletir sobre a historicidade das memórias que se constituem nos museus, sejam eles ‘oficiais’ ou não, é interpretar o jogo de forças envolvido nesse processo, analisando as relações entre lembrança e esquecimento”. E a exemplo deste, os autores partem dos lugares de memória que estes podem nascer do sentimento de que não há memória espontânea. Entretanto, deixam claro que a memória surgida nesses lugares é ao mesmo tempo voluntária e seletiva.

Ribeiro (2004) traz a história abordando a época da carta de Pero Vaz de Caminha que surge há descrição da embarcação primitiva da pesca. E, foi assim segundo este autor que os portugueses, na Índia Oriental, viram a jangada, e de modo inclusivo de lá trouxeram o próprio nome. Deste modo que se dá a origem da jangada. Portanto, este é “resultado de uma convergência de elemento ameríndio (tupi-guarani) e de elemento indo-português. Os tupis conheciam a jangada sem vela, não há dúvida”. E nesse contexto, consoante este autor, pode-se afirmar que as memórias da história dos jangadeiros representam a união dos totens<sup>70</sup> identitários do povo nordestino. Os guerreiros do mar que a:

[...] origem da jangada é resultado de uma convergência de elemento ameríndio (tupi-guarani) e de elemento indo-português. Os tupis conheciam a jangada sem vela, não há dúvida. Na carta de Pero Vaz de Caminha há descrição dessa embarcação primitiva. Por sua vez, os portugueses, na Índia Oriental, conheceram a jangada, inclusive de lá trouxeram a própria denominação (Ribeiro, 2004, pp. 21-27).

Ele especialmente afirma que no Nordeste se deu a fixação desse tipo de embarcação. No entanto, no extremo-norte do ciclo costeiro, a jangada vai rareando. Na costa paraense, nascem às curiosas **vigilengas**, jangadas com pitorescas velas em forma de asas de morcego. “É algo de típico no delta amazônico”. Mas já “para o sul do ‘ciclo da jangada’ predominam as *barcaças*, que embelezam as enseadas e ancoradouros de Alagoas, Sergipe e Bahia”.

---

<sup>70</sup> Totem – conforme Ferreira (2010, p. 747) significa “ser vivo, fenômeno natural ou objeto em relação ao qual, em certos povos, um grupo ou subgrupo social tem relação simbólica especial, que envolvem crianças e práticas específicas (p.ex., considerá-lo como um ancestral ou protetor e cumprir certas obrigações para com ele)”.

Todavia, é notório que em todo esse ciclo costeiro, litorâneo, a pesca institui o fundamental processo da atividade sócio-econômica. Essa representação econômica local surge até nos folguedos, de modo que, Ribeiro (2004, pp. 21-27) traz o concreto do que Gomes e Oliveira (2010) abordam como história social e cita a exemplo as adivinhas como:

Sou fino e sou  
grosso Sou pesado  
e maneiro Sou  
filho do algodão.

Sou feito de  
carreira  
(*Tarrafa*)  
O que é, o que é?  
Antes de ser, já o  
é? (*Pescada*).

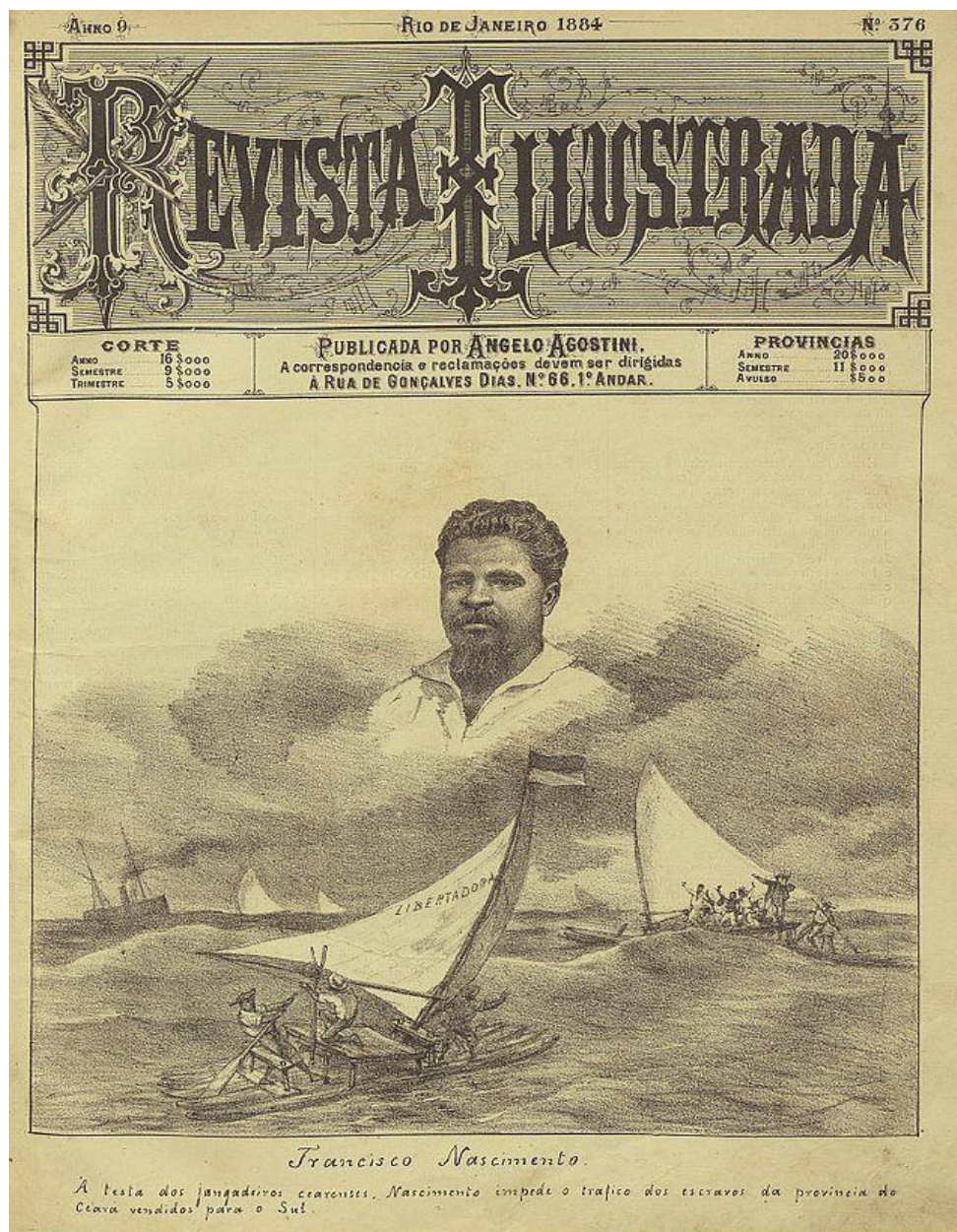
Outra abordagem interessante para a reflexão da historicidade das memórias trazido por Ribeiro (2004) decorre, por exemplo, de alguns trechos do litoral nortista, que há nas regiões de salinas. E com elas surgem como resultado à politização dos trabalhadores das salinas. É nesse contexto que a partir da industrialização do sal fazendo a diferença e assim modificando a técnica de vida do praieiro pela vida material da ação da indústria. Assim, condensa-se na costa nordestina a mancha cultural mais típica de todo o litoral do norte, e lá, surge à área dos jangadeiros como alvo mais tenso dessa condensação. Para concluir esse pensamento, Ribeiro (2004, pp. 21-27) diz até que:

A fraseologia confirma o ambiente marítimo: “Missa e maré se espera em pé”; “O direito do anzol é ser torto”; “Tudo quanto cai no munzuá é peixe” (munzuá é um engenho de taquara para apanhar peixe); “O caranguejo por ser muito cortês perdeu o pescoço”; “Para não ser enforcado o caranguejo não tem pescoço”; “Por morrer um caranguejo não se cobre o manguê de luto”.

Todavia, Farias (2012), também, contribui para essa discussão quando ao contar que no período de Movimento Abolicionismo no Ceará já abordado por Ribeiro (2004) que este movimento era em virtude da precariedade do porto da capital. Na Prainha, as jangadas consistiam em as únicas opções como meio prático para carregar mercadorias ou pessoas aos paquetes ancorados ao largo da costa de Fortaleza. Era dessa maneira que se embarcavam os presos e os escravos a “serem conduzidos ao sudeste, no comércio interprovincial”.

E mediante isso, um grupo de abolicionista conta o autor que havia como mentores Pedro Artur de Vasconcelos e José do Amaral – foram esses dois que idealizaram o plano de convencer os jangadeiros a não mais conduzir escravos em suas jangadas (Farias, 2012;

Xavier, 2010). “Obtiveram de imediato a asensão do negro alforriado José Luis Napoleão e de Francisco José do Nascimento<sup>71</sup> [conhecido por Chico da Matilde] (o futuro ‘Dragão do Mar’)” (Farias, 2012, p. 2001) e assim tratanto esse assunto vê a **Figura V.5.3.1**.



**Figura V.5.3.1:** Francisco Nascimento (1839-1914), conhecido como Dragão do Mar<sup>72</sup> Fonte: Agostini (1884).

<sup>71</sup> Francisco José do Nascimento nasceu em Aracati (Ce), em 1839. Filho e neto de pescadores, com oito anos ficou órfão de pai. Sua mãe, sem condições de criar os filhos sozinha, conseguir um emprego para Francisco, como garoto de recado num dos navios que fazia o percurso entre Fortaleza, Pernambuco e Maranhão (Xavier, 2010, p. 8).

<sup>72</sup> apa da Revista Illustrada, v. 9, n. 376, 1884. Litogravura de Angelo Agostini (1843-1910), com ilustração alegórica de Francisco Nascimento (1839-1914), conhecido como Dragão do Mar, com a seguinte legenda: «À testa dos jangadeiros cearenses, Nascimento impede o tráfico dos escravos da provincia do Ceará vendidos para o sul».

Expõem tanto Farias (2012) quanto Xavier (2010) que Francisco do Nascimento ou Dragão do Mar foi uma figuras influentes entre os trabalhadores praiano, hoje instituída pelo o Centro de Arte e Cultura de Fortaleza Dragão do Mar. E assim, a cena inusitada de um grupo de negros e humildes jangadeiros enfrentando ricos comerciantes e traficantes. Isso tornou-se rapidamente um grito que partira da multidão e logo um coro e lema abolicionista:

No porto do Ceará não se embarcam mais escravos!. Os escravocratas, sob vaias e ofensas, irritados, usaram de todos os artifícios – de ameaças à oferta de dinheiro – para convencer os homens do mar a carregarem as peças. Mas os jangadeiros permaneceram irredutíveis. Os negociantes chamam a polícia, porém, esta pouco coopera, pois, em rigor, não podia obrigar homens livres a trabalhar... (Farias, 2012, p. 2001).

É nesse contexto, e assim, complementando aos argumentos de Farias (2012), do refletir a historicidade das memórias de Gomes e Oliveira (2010) e da questão nordestina dos jangadeiros de Ribeiro (2004); é que Nunes, Vargas, Wardil, Calcara, Ribeiro, Pinheiro, Alves, Silva, Rocha, Tavares, Gouveia Jr, & Cochiaralle (2015, p. 11) afirmam ser: contado e louvado pelos cancioneiros que o jangadeiro é o herói inominado. Esses pesquisadores afirmam que ele foi igualmente, assim, “o primeiro brasileiro a negar-se de transportar negros escravos, pois sempre acreditou que todas almas são livres para voar pelo mar verde-esperança, cujas vagas acariciam as areias de ouro”.

Portanto, heróis principalmente porque no Movimento Abolicinista Cearense por meio da Greve dos Jangadeiros, em 30 de agosto de 1881, Chico da Matilde liderou o movimento que “se expressou como uma recusa de transportar escravos de navios negreiros até o porto de Fortaleza” (Língua Ferina, 2011). “Ele vinha à frente de todos seus companheiros, recusando- se a transportar para os navios negreiros os escravos vendidos para o sul do país” como pode- se notar na **Figura V.5.3.1** a seguir a sua foto (Nunes *et al.*, 2015, p. 11). Mas a Língua Ferina (2011) complementa colocando que esse:

[...] movimento local logrou a abolição em 1884. Poucos meses depois, foi feito um traslado do Ceará ao Rio de Janeiro, em um navio negreiro chamado ‘Espírito Santo’, que foi puxando uma jangada batizada de Liberdade”, e com o Chico da Matilde junto a ela. Em homenagem ao Dragão do Mar, segue o vídeo da música “O Mestre Sala dos Mares”, que lembra outro guerreiro dos mares, João Cândido, da Revolta da Chibata – que não por acaso aconteceu no navio “Dragão do Mar”.

Silva (1998) colabora com Gomes e Oliveira (2010) e Língua Ferina (2011) com o

seu estudo sobre os modos de vida dos pescadores conectados à pesca marítima no Brasil. Como também algumas de suas vias de desestruturação e de suas formas de inserção no mundo moderno. E, em cima da sua interpretação acerca das resistências fundadas tanto no mundo do trabalho como na emergência de um movimento social de pescadores.

Assim, este autor, nesse contexto, afirma que os movimentos dos pescadores pela transformação dos órgãos de sua representação organizou-se “num fenômeno sobretudo nordestino e nortista” (Silva, 1998, p. 229). Mas antes este autor apresenta como exemplo os pequenos pescadores brasileiros que para ele “desenvolveram estratégias e formas de resistência contra todas essas agressões sociais que vem sofrendo do longo deste século”. E estas “[...] representação dos pescadores, como as colônias e os sindicatos, mas também trouxe à tona, muito antes de muitos movimentos ecologistas hoje existentes, discussões e protestos ligados à defesa do meio ambiente” (Silva, 1998, p. 227).

Cardoso (2001) traz para a discussão das memórias a visão de coletividade e movimentos sociais dialoga assim com Gomes e Oliveira (2010), Língua Ferina (2011), Nunes *et al.* (2015) e Ribeiro (2004) enriquecendo as diversas abordagens sobre os pescadores. E afirma que se encontra comunidade gerenciando sua pesca pela região do Ceará. Diz que pescadores artesanais de lagosta do litoral do Ceará criam seus próprios regulamentos de pesca. E coloca como exemplo disto: a comunidade da Prainha do Canto Verde que tratam coletivamente as questões “de terra” e assim organizam “grupos e conselhos comunitários voltados às questões sociais, econômicas e ambientais que atingem a comunidade”. E outra, é na praia Redonda- Icapuí-Ceará em que por meio da coletividade o “uso do mar e resistência frente à pesca predatória de lagosta”. Há uma “forte coesão social, conflitos graves envolvendo pescadores e apreensão de embarcações empresariais que empregavam compressores na pesca de lagosta”. E assim, essa “fiscalização conjunta teve momentos de retrocesso, fruto de divergências com o próprio [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – ] IBAMA, que passava a fazer cada vez mais exigências no aparelhamento da embarcação para poder sair com os seus fiscais.” (Cardoso, 2001, p. 87). E fecha essa temática colocando essas ações dizendo que:

[...] todos estes instrumentos, que podem ser caracterizados como instrumentos de uma democracia incipiente, passam a dar maior visibilidade às questões ligadas à atividade pesqueira, em especial à pesca artesanal. A presença neste contexto de Colônias, Federações de Pescadores e de uma Confederação consoante com os anseios dos pescadores e organicamente pertencentes à categoria representaria uma maior força deste setor social e produtivo. No entanto, ainda falta muito caminho a percorrer de ambos os lados: do lado da democratização do Estado e do lado da organização dos pescadores (Cardoso, 2001, p. 117).

E adentrando para o aspecto prático e cotidiano, sabe-se, então, que as memórias surgidas nos locais, portanto, a partir dos pescadores jangadeiros que emergem de suas atividades de alto risco, de coragem e de sua condição de sujeito social alvo de curiosidade e atenção. Assim como as suas embarcações utilizadas para a pesca artesanal que são além de antigas, se mostram frágeis e seus navegadores são vistos como homens de heroísmo, pela coragem de enfrentamento do alto mar em tão precárias ou arriscadas condições.

Observou-se, então, que em alguns núcleos de pesca as jangadas foram se estabelecendo, ao longo do tempo, na costa do Ceará, sendo assim, registros suas memórias da presença dessas embarcações em relatos de viajantes estrangeiros e testemunhos, desde o tempo colonial, chegando com mais força aos séculos XIX e XX. Por essa razão, que se começou a falar dos pescadores, como construtores e velejadores de jangadas. Nesse contexto, Ribeiro (1982) encontrou uma caracterização antropológica desses trabalhadores do mar, que evidencia o modo como são vistos socialmente; como também, diz como são construídas as jangadas, e quem são os mestres desse ofício.

Vale ressaltar que Ribeiro (2004) coloca os jangadeiros do norte como têm sido os mais celebrados do que qualquer outro agrupamento de pescadores por se apresentarem de forma mais típica e original. “São eles homens simples que, praticando muito embora o heroísmo cotidiano de enfrentar mares bravios, desconhecem a jactância ou a fanfarronada. Não usam embarcações de bom calado nem se valem dos recursos modernos da arte de navegar.” (Ribeiro, 2004, p. 21-27).

E no nordeste brasileiro existe em abundantes ventos alísios.<sup>73</sup> Ou melhor, ventos dos trópicos para a linha do equador, da maior pressão para menor pressão, a jangada se adaptou perfeitamente ao cotidiano e aos costumes dos povos localizados nessa região. Assim sendo, a jangada passou a representar a paisagem e o imaginário do local, além de ser incorporada aos ofícios das populações litorâneas do Nordeste brasileiro. Outra particularidade é que a jangada é de simples construção. No entanto, detentora de uma grande resistência marítima com suas velas erguidas e banhadas, pois esta adentra ao mar facilmente (Ribeiro, 2004).

Ainda, com base nele pondera-se que a jangada é como: um fóssil de embarcação visto que são os seus meios os mais rústicos e simples. Talvez por isso mesmo é que a sua fabricação seja realizada pelos próprios jangadeiros, “cuja invenção atribuem, num de seus

---

<sup>73</sup> Conforme minidicionário Aurélio (Ferreira, 2010, p. 35) vento alísios é “vento persistente que sopra sobre extensas regiões, na direção do equador, de sudoeste, no hemisfério sul, e de nordeste, no hemisfério norte”.



racontos místicos, a São Pedro, o pescador.” (Ribeiro, 2004, p. 21-27). Portanto, a embarcação compõe um verdadeiro símbolo da tradição material do litoral nortenho, e assim, conhecido como produto cultural mais típico da vida dos praiheiros nordestinos. Às vezes, esta pode ser composta de cinco se o do meio for assaz grosso, entretanto, regularmente, compõe-se de seis paus, de peiúba. “Os dois paus do centro chamam-se *meios*, os dois imediatos *bordos* e os dois últimos *memburas*. Os acessórios da jangada, de popa a proa, possuem terminologia pitoresca” (Ribeiro, 2004, p. 21-27, grifos do autor). Desse modo que, Ribeiro (2004) explica as principais partes da jangada e com isso, também, pode-se ser observado algumas dessas explicações nas **Figuras V.5.3.2, V.5.3.3, V.5.3.4, V.5.3.5 e V.5.3.6** logo a seguir referentes a esses comentários como:

*Banco de vela* – é onde o mastro grande e a vela são sustentados por essa bancada. *Carlinga* – é onde se conecta o pé do mastro, ou melhor, é uma tabuleta com furos embaixo do banco de vela que serve para sustentar o pé do mastro. E assim, alterando de um para outro logo que a conveniência do andamento exigir.

*Bolina* – é utilizada para cortar as águas e evitar que a jangada descaia para sotavento, é, portanto, uma tábua que se encontra entre os dois meios e junto ao *banco de vela*.

*Vela* – que tem o *palombar a vela* que nesse caso chama-se de *limar a vela*, o qual este enche a vela de *limo verde*, o que se consegue botando-lhe sangue de peixe com água salgada e deixando-a exposta ao sereno. No entanto, a vela mesmo é um grande e único tecido, de algodãozinho, de forma de um triângulo isósceles, cosida numa corda junto ao mastro.

*Ligeira* – “corda presa à ponta do mastro e nos *espeques* para segurar aquele”.

*Quimanga* — é uma espécie de cabaço em que os jangadeiros levam a comida.

*Cuia de vela* – molha-se a vela com a concha de pau quando venta, donde surge o ditado popular: “Enquanto venta, água na vela...” e também conhecido por cavalo.

*Tapinambaba* – “maçame de linha com anzóis”.

*Samburá* – local onde se coloca o peixe dentro de um cesto de boca apertada.

*Bicheira* – com o objetivo de proteger a linha se tem um grande anzol preso num cacete para puxar o peixe pescado para cima da jangada sem quebrar a linha. A sua função é ajudar o pescador colocar o peixe na jangada.

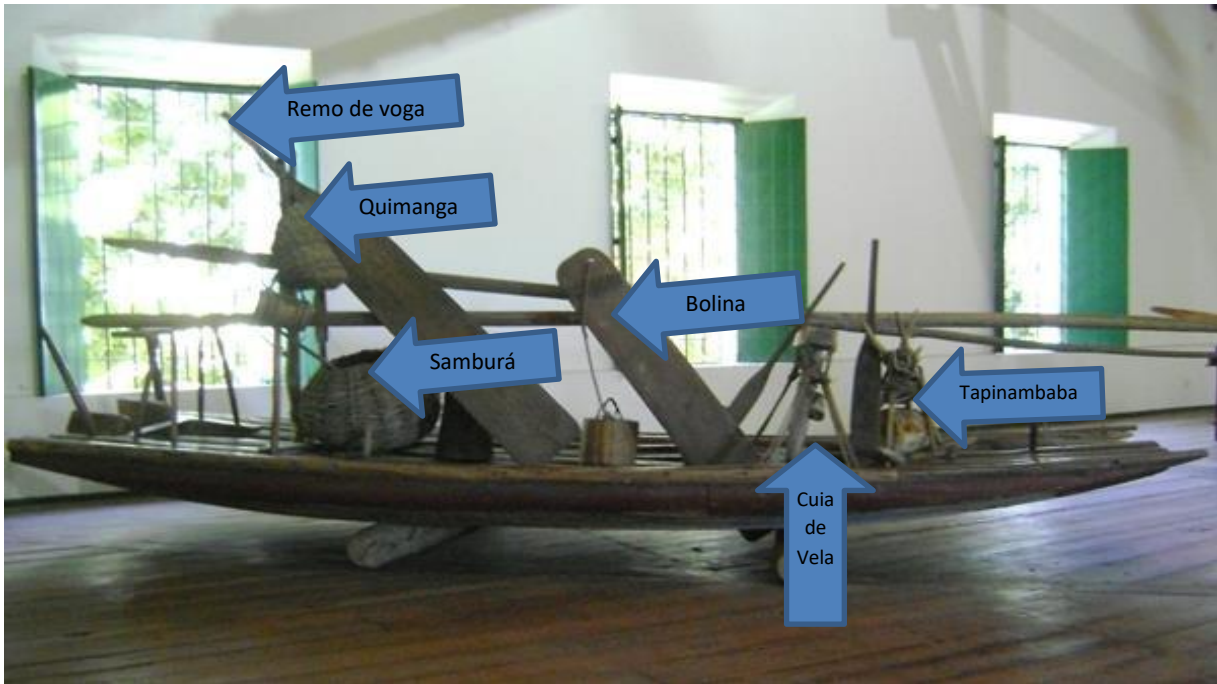
*Banco de governo à popa* – local onde o mestre se senta.

*Macho e fêmea* – são dois calços à popa para colocar o remo, utilizando este de leme.

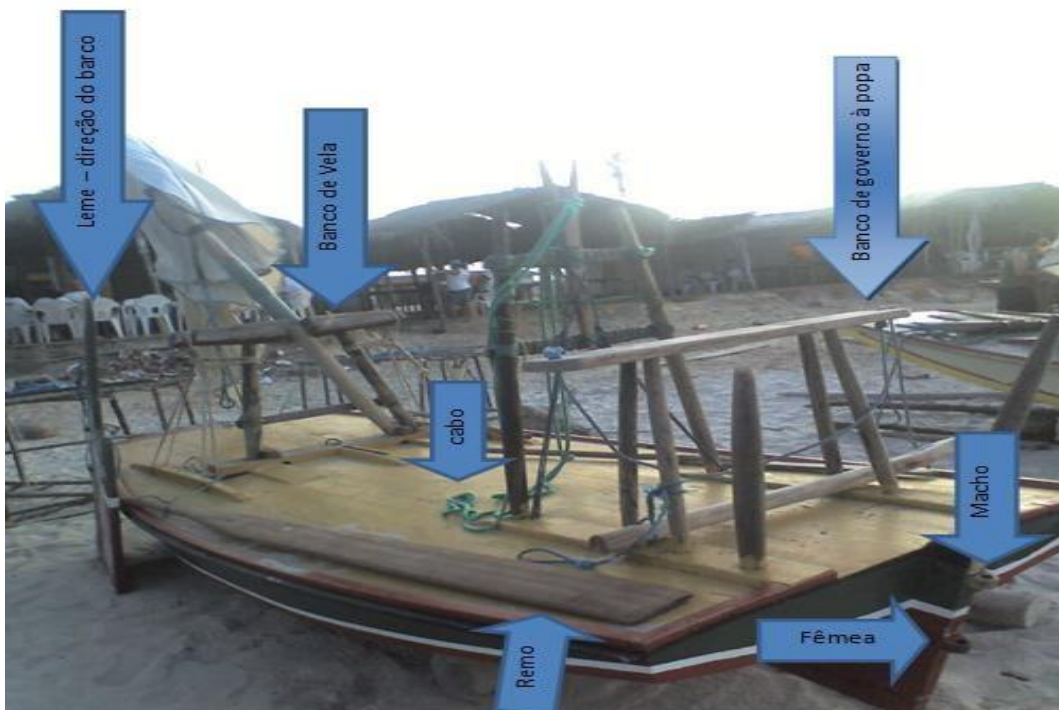
*Araçanga* – é o cacete que se pega para matar o peixe pescado.

*Ipu* – “arame com que é presa a linha ao anzol para o peixe não cortá-la”.

*Atapu* – “(corruptela do tupi, *ita*, pedra, e *pu*, grito) búzio com que o jangadeiro chama os fregueses à compra do peixe.” (Ribeiro, 2004, grifos do autor).



**Figura V.5.3.2:** O samburá é esse cesto grande, utilizado por pescadores em jangadas e barcos de pesca para armazenar o pescado. Fonte: Construído pela autora, com base em Fortaleza em fotos (2012).



**Figura V.5.3.3:** Jangada do Ceará mostrando a parte do Macho e da Fêmea  
 Fonte: Construído pela autora, com base Jangada do Ceará (2008).



**Figura V.5.3.4:** A jangada mostrando o macho e a fêmea, o remo, a tranca e a ligeira com os “jangadeiros”  
 Fonte: Imagem com acréscimos da autora com base em A jangada e os “jangadeiros”... Brasil (2010).



**Figura V.5.3.5:** Jangada mostrando o banco de governo à popa, o banco de vela e a Carlinga  
 Fonte: Construído pela autora, com base em Sta. Clara (2015).



**Figura V.5.3.6:** Jangada mostrando a escuta que é uma corda de nylon grossa que segura à rede, o banco de mestre e o local do remo em atividade. Fonte: Imagem com acréscimos da autora, com base em Sta. Clara (2015).

Ribeiro (2004) esclarece que a pessoa que dirige por toda parte a jangada e manda na tripulação é o “mestre”. Ele fica em regra entre o banco de governo e os espeques. E o que

fica situado adjunto ao samburá; alimentando a corda da jangada, molhando a vela, quando vai de terra para o alto-mar é o **proeiro**.

Dentre outros, os peixes alimentícios: **cavalas, garoupas, arabaianas, siobas, biquaras, sirigados, séreas**, etc. É por meio dessa máquina rudimentar que os jangadeiros trabalham na lida marítima distinguem as épocas das boas pescarias, guiam-se pelos astros e trazem para os mercados e feiras praianas esses diversos pescados. Igualmente buscam cangulos, “cuja sopa, feita com a cabeça do peixe, é alimento de grande fama local como nutritivo, dizem que até como afrodisíaco”.

Este autor coloca que a originalidade do local está na técnica de pescar dos jangadeiros, por exemplo, contam que o apanhar dos peixes voadores é improvisada de modo bem original e pitoresco porque existem peixes que demandam, em seus pescados, técnicas especiais. E com referência do mês consideram: “o mês de novembro como o mais propício às pescarias”. E segundo contam é o tempo em que a “ventania tá larga”. No entender deles as constelações apontam “boa saída pra terra” e assim, são: o “Cruzeiro do Sul”, o “Cruzeirinho” e a “Estrela de Pernambuco” que os guias.

Nessa sentido, garantem que são “quatro ventos cardeais” e “doze ventos gerais” os mais favoráveis para a direção da jangada. Além disso, para Ribeiro (2004, grifo do autor), os jangadeiros oriundos do norte do nordeste possuem o costume de registrar o horário das marés em frases rítmicas e proverbiais, confere “Pereira da Costa, no *Mosaico pernambucano*, tais provérbios aos antigos práticos do porto de Recife. A verdade, porém, é que se trata de tradição mais antiga, que remonta aos antigos navegadores, tanto que em Portugal ainda hoje sobrevivem ritmos de análoga natureza”.

E assim, talvez por isso os relatos dos jangadeiros em geral contando que os peixes voadores caem sobre a jangada, atraídos pela carniça. E sem nenhum trabalho os jangadeiros iam colocando os peixes dentro das cestas. No entanto, contam que às vezes ocorria de que a jangada passava por risco de virar, pois outros voadores vinham e se atiravam sobre os primeiros, excedendo o peso que a embarcação suportava. É aí que o caçador começava a fugir da caça... e sendo perseguido pelo bando os jangadeiros tratavam de ganhar a costa.

Em Fortaleza, observou-se que a praia do Mucuripe não ocorria nenhum festejo do tipo pescaria. Entretanto, na praia de Acaraú e em outros lugares do Ceará comemoram o êxito das pescarias. E dando continuidade a esses pensamentos, Ribeiro (2004) alega que os praieiros do norte perseveram em seguir o costume de anotar o horário das marés em frases

rítmicas e proverbiais populares como:

“Lua fora, lua posta  
Quarto de maré na  
costa” “Lua nova, lua  
cheia Preamar às quatro  
e meia” “Lua empinada  
Maré repontada”.

Entretanto, os pescadores das praias da Barra do Ceará em Fortaleza, Iparana, Pacheco e Icaraí em Caucaia organizam todo ano a tradicional “Regata de São Pedro”, no mês de junho, sendo este um evento que reúne centenas de jangadas, embarcações diversas, moradores e visitantes.

Nota-se que as praias do Pacheco e Iparana possuem variadas possibilidades de desenvolvimento social, econômico, cultural e turístico. O turismo de base comunitária é apenas um dos caminhos possíveis para a valorização turística do patrimônio cultural e saber fazer das populações residentes na região.

Com isso percebe-se que é necessário a construção de uma política nacional de desenvolvimento para que o país saia dessa condição de malformação estrutural. E esta política deverá visar à superação das limitações geradas pelas abordagens excessivamente localistas e endogenistas (Brandão, 2007). Nessa perspectiva, Machado (2014, p. 5) complementa Brandão (2007) afirmando que é:

necessário reconstruir a escala nacional, elaborando políticas públicas e ações transversais nas demais escalas, que deverão ser devidamente articuladas e integradas pelo Estado para a efetivação de um projeto de desenvolvimento, levando-se em consideração as peculiaridades de cada porção do território brasileiro, a diversidade e as assimetrias existentes entre elas.

Portanto, Brandão (2007) assinala para a probabilidade de um verdadeiro projeto de nação, a luz das discussões sobre território e das potencialidades da construção de uma política pública nacional de desenvolvimento. Assim sendo, essa é uma concepção localista sobre o desenvolvimento que soma as ideias de inserção dos espaços locais no espaço econômico global, engendrando a polarização local-global desse processo. Nessa sentido, as escalas intermediárias entre o local e o global – microrregional, mesorregional, macrorregional e nacional – são desconsideradas ou perdem valor na articulação para a promoção do desenvolvimento (Brandão, 2007).

Em perda das demais escalas territoriais é que constatar-se a concepção do local como espaço privilegiado de intervenção política para uma saída cabal das doenças

socioeconômicas. Assim é “como se o local tudo pudesse, dependendo de sua vontade de autoimpulso promover um virtuoso processo desenvolvimento” (Brandão, 2007, p. 39).

Neste desenho, procurou-se revalorizar o território para promover uma dimensão espacial do desenvolvimento. Nas localidades de Iparana e Pacheco, notadamente, onde a vida gira em torno do mar e da prática diária da pesca e do reaproveitamento dos elementos naturais ali encontrados, que são empregados, tanto na culinária, na saúde preventiva, como na preservação dos espaços naturais e ecológicos.



**Figura V.5.3.7:** Pescadores retornam e tiram a jangada do mar – Iguape/Ceará

Fonte: Tandaya (2006).

Na **Figura V.5.3.7** acima observa-se que o cotidiano dos pescadores não se distânciamuito do universo do cotidiano das rendeiras. Haja visto que os pescadores unem suas forças para empurrar a jangada pousada na areia da praia para o mar, alternando vigas de

troncos de coqueiros para um melhor rolamento do barco. E por fim, alcançam o mar e se deslocam, até a região marítima intitulada de pesqueiros. O retorno a terra se dá a tarde pelos ventos que sopram do mar ao continente (Cardoso, 2001; Ribeiro, 2004; Silva, 1998).

E mesmo, os ofícios da jangada são repassados através das gerações, do bisavô para o avô, do avô para pai, do pai para o filho. Observa-se que existe uma hierarquia entre eles e esta é respeitada que talvez seja porque todos os pescadores são filhos de pescadores e entre eles existe muita disciplina e solidariedade. Eles possuem uma vida difícil, repleta de obstáculos e perigos. O jangadeiro põe uma relação de lealdade e amor para com o mar. O ofício da pesca pela jangada é executado por meio do companheirismo, sendo necessário de dois indivíduos para o seu manejo. Assim, então:

A única fruta que não é escassa é o caju, numa certa altura do ano, e à sua sombra erguem-se os casebres. [...] Caju rasgado do dente, mastigado com vagar, engolido com bagaço, é segundo uma tradição, remédio purificador do sangue. Dizem os jangadeiros que “Deus mandou o caju para que os pescadores não passassem fome como os matutos do sertão”. E realmente, o caju está presente em quase todos os pratos dos moradores das localidades de Iparana e Pacheco. Na tambanã, o vinho de caju. No canjirão, a castanha pilada e misturada com farinha de mandioca e mel de caju.” (Jangadeiro, 2015, p. 11).



**Figura V.5.3.8:** Dualidade entre os marítimos e os ribeirinhos Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



Consoante, Jangadeiro (2015, p. 11) este “homem condicionou sua existência ao meio ambiente”. Antes mesmo da Alvorada começa a rotina do jangadeiro. Embora sob a luz das estrelas saem de suas casas para o mar, como se fosse um ritual, preparam a tralha e a jangada na esperança de aproveitarem o vento terral, que sopra do continente para o mar. Principalmente os jangadeiros sobrevivem dessa dualidade de enfrentar o mar ou o rio como se pode observar na **Figura V.5.3.8**.

No entorno Colônia Ecológica SESC Iparana, há três pontos bastante tradicionais dos jangadeiros: a Associação de Pescadores e Marisqueiras de Iparana, Colônia de pescadores: z-5: de Paracuru (ambas ficam juntas no mesmo local – **Figura V.5.3.9**) e a Associação dos Barraqueiros do Parque Leblon (**Figura IV.4.2.23**)<sup>74</sup> localizado no município de Caucaia. De modo que as associações foram surgindo e com elas se organizando conforme as necessidades: econômica, social e de apropriação do espaço, do local e do território.

O jangadeiro na região do entorno do Rio Ceará passou a ser mais celebrado do que outros agrupamentos de pescadores por terem uma forma mais peculiar e original. E com essa organização os jangadeiros por meio de sua representação – as associações – começaram, então, uma importante atividade econômica para suas respectivas famílias desses pescadores.



**Figura V.5.3.9:** Associação de Pescadores Z-5 de Paracuru Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).

<sup>74</sup> Esta **Figura IV.4.2.23** encontra-se no capítulo anterior.

O jangadeiro é homem simples, sem muitas extravagâncias ou fanfarras, apesar de que ele tem um estereótipo arreigado de heroísmo por ter a coragem de enfrentar o mar bravo. Principalmente, não usam embarcações bem acabadas, nem recursos modernos para a prática de sua navegação (vê **Figura V.5.3.10**). Todavia, mostram-se como agentes culturais significativos, porque além uma tradição muito antiga enraizada no imaginário do povo do litoral nordestino.

Dentro desse contexto, Figueiredo (2008, p. 247) realizando a escuta com Sr. Neco (Manuel Carneiro da Silva, setenta e três anos) um contador de histórias e pescador aposentado. Este com orgulho segundo este autor afirmava ainda que “tenha pouca leitura tem o diploma de pescador”. Para o jangadeiro, segundo este autor afirmava que:

tem muito doutor formado que não sabe o que eu sei, e eu digo por quê; a maioria desses doutores não sabe ler os planetas, se eu deixá-los na jangada, lá dentro do mar, eles não conseguem voltar. Já tive que enfrentar, à noite, raios e trovões sem poder abrir a vela e sair, porque os planetas que mostram o caminho desapareciam no céu e o cara tem que ficar esperando sem emoção, nunca tive medo (Figueiredo, 2008, p. 247).

Sr. Neco, o pescador representa um autêntico símbolo da civilização material e imaterial. Categoriza o produto cultural mais típico da vida dos moradores das praias nordestinas. E nesse sentido da tradição cearense numa visão não poética dos jangadeiros, todavia, reconhecendo-os como personagem de cunho social, cultural, histórico e econômico para o Ceará, Braga (2013, p. 13), portanto complementando Figueiredo (2008) citando ainda que Raimundo Fagner – um cantor cearense para exemplificar a música em alusão à jangada, assim, “as velas do Mucuripe vão sair para pescar...”. De modo que, nota-se claramente com essas descrições dos autores e dos fatos expostos a necessidade de mais reflexões e práticas de preservação das identidades praieiras principalmente por estas tradições estarem cada vez mais difíceis de serem encontradas e repassadas entre as suas gerações.

Xavier (2010) somando a Figueiredo (2008) relembra a abolição dos escravos no Ceará e com base nesse contexto coloca sobre a importância de se refletir a força de trabalho desses jangadeiros, como também o papel das associações de classe que no aniversário de cinquenta anos da abolição do Ceará comemoram esta data. Assim para esta autora isso significou perceber que a história muitas vezes “é escrita e apropriada por grupos específicos, com objetivos que são determinados pelas questões postas pelo tempo presente” (Xavier, 2010, p. 53).

Vale ressaltar que Braga (2013) traz mais um dado (problemática sofrida pelos jangadeiros) para reforçar a discussão dos autores Figueiredo (2008) e Xavier (2010). Braga (2013) afirma também que os jangadeiros são eles que fabricam suas próprias embarcações. E estes são, portanto, simples carpinteiros ou carpinteiros navais artesanais, entretanto, eles não têm registros nem reconhecimento trabalhista, porque “a maioria se enquadra como pescadores ou agricultores vinculados à Colônia de Pescadores ou sindicato rural, categorias sob as quais se aposentam” (Braga, 2013, p. 43).



**Figura V.5.3.10:** Os jangadeiros do Ceará, homens valentes que enfrentam as bravuras do mar, estão se preparando agora para uma aventura considerada mais perigosa

Fonte: Globo (2015).

No universo de trabalho dos jangadeiros, a divisão do trabalho na execução de seu ofício assume papel preponderante, já que suas vidas dependem da harmonia e da divisão de tarefas entre seus tripulantes. A divisão do trabalho na jangada (**Figura V.5.3.10**) dar-se pela composição do: mestre, proeiro, rebique, e bico de proa.

A jangada possui duas velas, uma mestra e outra menor que chamam de “estais”, mas que corresponde a “genoa” na linguagem náutica. Quando içada esta vela, o leme folga. A escota é de nylon e a bolina mede 1,40m, necessária para uma maior estabilidade. A velejada toma duas direções: “contra-vento” e “través”. [...] O proeiro fica onde melhor equilibrar a jangada e também é responsável de caçar e folgar as velas. Cabe-lhe, além disso, o recolhimento da pesca que é colocada no samburá (Jangadeiro, 2015, p. 11).

É por meio da jangada e de seu ofício, que o jangadeiro enfrenta os desafios, os encantos e os percursos do mar. Como também, conhece suas marés, suas correntes, seus períodos e suas épocas. A definição dos vários ambientes pesqueiros se dão a partir de determinadas características ecológicas e de conhecimento sobre a arte de navegar conforme esses:

[...] pescadores detêm um grande conhecimento da arte de navegação e identificação dos locais de pesca situados longe da costa pelo sistema de triangulação pelo qual linhas imaginárias são traçadas a partir de acidentes geográficos situados no continente. Também os vários ambientes pesqueiros são definidos a partir de determinadas características ecológicas e nomeados localmente como tassos, corubas, altos e rasos, segundo a profundidade em que se situam as rochas onde se pesca com linha de mão (Ocareté, 2015).

As comunidades de jangadeiros lidam com a concorrência dos pescados de botes motorizados como também os impactos do turismo que promove a vinda de residência secundária em seus territórios. Apesar de que eles estão demonstrando um amplo conhecimento da diversidade da natureza do pescado que capturam, da sazonalidade, das culturas “migratórias e alimentares de um grande número de peixes, sobretudo os de fundo”. Entretanto, sofrem ainda esses desafios para sua sobrevivência nesse contexto social capitalista. Embora, seja notório a importância em certas áreas, como o litoral do Ceará dessas “comunidades de jangadeiros, onde pescam principalmente a lagosta.” (Ocareté, 2015).

Os jangadeiros do Estado do Ceará já estão sofrendo e perdendo o acesso às praias, devido principalmente as vendas dos seus territórios que são comprados ou expropriados por esses veranistas que aí constroem suas residências secundárias. Realmente as atividades em terra não são tão importantes quanto a pesca para comunidades de pescadores marítimos. Todavia, é dela que se extrai os coqueiros que são “fonte complementar de renda, realizando também, algumas vezes, roças de mandioca, da qual extraem a farinha.” (Ocareté, 2015). Portanto, o extrativismo fundamenta-se:

[...] principalmente, nas espécies de palmeiras das quais se retiram fibras para confecção de instrumentos de lida, tanto pesca quanto na vida doméstica. O artesanato voltado para a venda é uma atividade principalmente feminina, baseado não só em cestaria, mas também em bordados (Ocareté, 2015).

As constelações do “Cruzeiro do Sul, o Cruzeiro do Sul e a Estrela de Pernambuco” são utilizadas para guiarem-se na volta “do mar para a terra”. E apontam as constelações dos “quatro ventos cardeais” e “doze ventos gerais” como guias para a saída da terra (Ribeiro,

2010, pp. 21-27).

Com isso, por meio da prática e do conhecimento, identifica o tempo certo de seu pescado, tendo como referência de localização a utilização do Sol e das Estrelas, retira do mar seu sustento e fornece peixes como “cavalas, garoupas, arabaianas, siobas, biquaras, sirigados, séreas,” (Ribeiro, 2010, pp. 21-27) dourados, guambas, arrabaianos, cavalas aos mercados e feira praianas. E, assim, eles:

Pescam também cangulos, “cuja sopa, feita com a cabeça do peixe”, é alimento de grande fama local como nutritivo, dizem que até como afrodisíaco. [...] E, aí, nessas feiras são vendidos ao lado de bagres, caraúnas, budiões, arraias, xixarros, carapitangas, xaréus, aribebens, bocas-moles, palombetas, etc. (Ribeiro, 2010, pp. 21-27).

É notório que o modo como se vive e o local influenciam na técnica de pescar e na sua originalidade do pescado. Até o gesto do olhar do jangadeiro para o mar influência, por isso que esse gesto não se configura apenas no âmbito da observação, mas também no esperar, no respeito e na paciência. O jangadeiro sabe e por isso espera o momento certo de pescar, acompanhar os ciclos das marés e dos astros permitindo, assim, uma maior preservação do espaço, do local e do próprio tempo natural. O mês de novembro por possuir mais ventos é considerado para eles o melhor período para a prática da pesca. Como também, esse é o motivo local na vida lúdica do praieiro conforme Ribeiro (2004, pp. 21-27) apresenta:

Colheu José Jansen no Maranhão:  
Bonita torre  
bonitos  
cachos  
(*Coqueiro*).

No Ceará, Daniel Gouveia coligiu:

Sem entrar  
água Sem  
entrar vento  
Tem um poço  
D'água  
dentro.  
(*Coco*) (Ribeiro, 2004, pp. 21-27).

Os meses de junho e julho eram os mais festejados pelos jangadeiros por se tratar das festas do padroeiro dos pescadores – São Pedro –, as quais adotavam a forma de verdadeiros ritos de fertilidade. De forma que, os ritos e festas dedicados a São Pedro – a “trezena”, que vai de “São João” a “Santana”, a “bandeira” e os cocos de roda – nada mais

eram que ritos de fertilidade, passagem de uma época de escassez para outra, de fartura. Isso, sem dúvida, diferia muito dos ritos de agradecimento dos caiçaras conforme se pode observar nas **Figuras V.5.3.11, V.5.3.12, V.5.3.13, V.5.3.14 e V.5.3.15**, a seguir.

A fertilidade era que eles “pediam” a São Pedro, “o rei da romagem e também da vida eterna”. Havia um ritual dos pescadores nordestinos em busca do “Supremo” e do “Divino”, entretanto, estes não iam direto eles ou mesmo a Deus. No entanto, a sua crença e sua religiosidade eram indiscutíveis, apenas utilizavam os Santos para essa ligação com Deus. Assim sendo, os jangadeiros não agradeciam pelas pescas abundantes, como faziam aqueles por ocasião, a exemplo, da pesca da tainha, contudo “pediam” um mar mais piscoso após as temporadas de chuvas, quando, curiosamente, estavam impedidos de pescar.

E dentre estas entidades tangíveis, a jangada – sempre inacessível, historicamente, ao pescador, em regra um miserável – quem sabe até constitua o mais abençoado dos objetos de disputa social existente na subcultura em questão. Portanto, na verdade, existiam dados particularismos locais que dão margem à essência de ritos de tons profanos simbolizados por “buscadas”, festas dedicadas a santos protetores de comunidades específicas e bênçãos de entidades tangíveis e visivelmente vinculadas ao mundo das necessidades imediatas – e não a retificação dos caminhos que levam à passagem das almas por este mundo.

Com base nesses fatos, vale ressaltar que os pescadores da comunidade marítima de Iparana e adjacências, a exemplo disto, simbolizavam, através da benção das jangadas, o rito dedicado ao seu santo padroeiro, o Senhor do Bom Jesus dos Pescadores. E em outro caso, a prática da benção de jangadas chegou mesmo a provocar conflitos que envolveram autoridades eclesiásticas e pescadores, no âmbito de cerimônias tradicionais e universalmente aceitas pelo cristianismo, como as dedicadas a São Pedro que poderá ser apreciada nas **Figuras V.5.3.11 a V.5.3.15**, a seguir essas cerimônias tradicionais.



**Figura V.5.3.11:** Procissão marítima de São Pedro no Rio Ceará

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura V.5.3.12:** Procissão dos jangadeiros de São Pedro no litoral Nordeste

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura V.5.3.13:** Procissão das embarcações na Festa de São Pedro no Rio Ceará

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura V.5.3.14:** Procissão de São Pedro – os fiéis e a imagem de São Pedro na divisa Fortaleza/Caucaia

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).





**Figura V.5.3.15:** Multidão de fieis acompanhando a procissão de São Pedro na Barra do Ceará

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).

Desde quando mundo é mundo que o homem utilizava as suas narrativas para contar suas próprias histórias e do mundo, seja ao redor do fogo, ou por meio “da escrita rupestre entremeada de sons guturais até a elaboração da linguagem”. De modo que, o homem vem se empregando a narrativa como alternativa essencial para sua evolução a partir do conhecimento de suas histórias. “Sem ela a sociabilidade e mesmo a consciência de quem somos não seria possível. O conto é uma memória da comunidade, onde encontramos lugares diferentes de olhar e ler o mundo ao praticarmos a arte da convivência.” (Bedran, 2010, p. 15).

Nesse sentido de Bedran (2010), Schmidt e Garcia (2008, pp. 21-22) apontam uma inquietação a respeito disto, e expõem o papel dos conceitos e julgamentos históricos “na formação da consciência histórica, ou seja, na determinação de formas de organizar e dar sentido às experiências individuais e coletivas, da construção da memória e também como importantes para a definição e inserção do sujeito em seu próprio destino”. Estas autoras trazem o conceito de “consciência histórica” a partir de Rüsen que discute a importância de desenvolver uma consciência crítica, como também, ponto de encontro e de diálogo do ser humano consigo e com o mundo.

E mediante esta inquietação de Schmidt e Garcia (2008) e consoante Bedran (2010, p. 15) a criança que escuta histórias cotidianamente, por exemplo, “desperta em si a curiosidade e a imaginação criadora e ao mesmo tempo tem a chance de dialogar com a cultura que a cerca, e, portanto, de exercer sua cidadania”. Estas autora, portanto, retorna a Gomes e Oliveira (2010) no que se refere a importância da reflexão sobre a historicidade das memórias e esta acrescenta com sua afirmação que o ponto de encontro do “imaginário com o mundo de personagens tão diversificados pertencentes aos contos sejam eles tradicionais ou contemporâneos, é fator de grande enriquecimento psíquico-social” (Bedran, 2010, p. 15), que assim, também, contribui para sua compreensão do papel cultural e social das memórias. De maneira à autora conta:

Desde menina [...], lembro-me de minha mãe ora na beira da cama do meu quarto contando uma história, ora com o violão, cantando modinhas e toadas encantadoras que falavam de amor, jangadeiros, mar, passarinhos, saudade, casinhas pequeninas, beiras de rio, azulões, ingratos e ingratas, finais felizes, abandono, solidão, anéis, viagens sem fim. Imagens “choviam” no céu do meu pensamento (aproveito para usar aqui a expressão de Ítalo Calvino a respeito do conceito de imaginação que apresentarei mais adiante) como numa construção de um grande cenário virtual onde gradativamente seriam depositados elementos seminais para o meu encontro com a subjetividade e os processos criativos (Bedran, 2010, pp. 15-16).

Assim sendo, a ancestralidade e a contemporaneidade das narrativas orais apresentadas por Bedran (2010) e os demais autores, tornam-se aqui outra particularidade peculiar do jangadeiro que este papel é a contação de histórias. O mito cearense da “conversa de pescador”. Esse personagem peculiar, além de desbravar o mar, tem na sua essência o hábito de relatar suas estórias. Usa desde o elemento lúdico a expressões corporais para interpretá-las. Quando a noite chega, senta-se na frente de casa e olhando para o mar, reúne seus familiares e os moradores vizinhos para contar suas sagas. Um por um vão relatando suas aventuras, com o propósito de engrandecer e disputar que foi o mais herói e corajoso, desenvolvendo assim um ambiente de valorização de suas tradições, tão propício ao turismo de base comunitária, além de contribuir enormemente para a educação de novas gerações, no quadro geral da formação das características do povo cearense e nordestino.

A saga e as lutas dos jangadeiros constituem, no entanto, parte de uma tradição acuada por novos arranjos societários, que está com os dias contados. Quando se pensa em pesca, logo vem à mente o anzol, a linha, a isca. Mas, todo mundo costuma esquecer a embarcação. Os pescadores das jangadas ficam apenas 10 centímetros acima da água do

mar, no meio do nada. O Ceará é a terra da luz e do vento, lugar onde esse tipo de embarcação, ainda hoje, como fez durante séculos de existência, dá sustento a muita gente.

As jangadas antigas, feitas de troncos, não existem mais. Agora, só tem isopor<sup>75</sup> do lado de dentro e madeira do lado de fora. Porém, como no passado, elas continuam sendo embarcações bem frágeis para enfrentar o mar (vê **Figura V.5.3.10**). A cada dia tendo que percorrer distâncias maiores para pescar peixes maiores para vender aos mercados e feiras praieiras.

Entretanto, os pescadores fazem uma amarração de madeira e colocam em um local com fundo de areia em épocas de baixo pescado ou falta de peixe que é a Marambaia - recife artificial primitivo. Essa estrutura de madeira vai começar a agregar pescado. E com isso ela vai propiciar crescimento de algas, corais. Como também, vai servir de abrigo para peixes pequenos que vão atrair peixes maiores e assim toda cadeia.

Com a pesca irresponsável fez o peixe escassear e os jovens também buscam outro futuro. Isso é um dos fatores que tanto Ocareté (2015) quanto Xavier (2010) preocupam e para eles se os órgãos competentes tanto privados, como públicos não lançarem um olhar para os moradores praieiros e os jangadeiros será difícil esta profissão resista a outras décadas de sal e de vento.

Historicamente, o entorno da Colônia Ecológica do SESC é formado por comunidades dos povos do mar, que vivem e revivem em seu imaginário, o cotidiano da pesca e da jangada como forma de sobrevivência de suas famílias e de seus referenciais simbólicos. Percebe-se que não custa nada lembrar do quanto tem essa cultura inspirado a poetas e músicos, o que ilustramos aqui por meio do poema de Juvenal Galeno “A jangada”; e a música, de Dorival Caymmi, “Suíte de pescador”, sendo que ambos abordam esse fazer socioeducativo. “A jangada” de Juvenal Galeno (2015)

Minha jangada de vela  
que o vento queres  
levar? Tu queres vento  
da Terra ou queres  
vento do mar. Minha  
jangada de vela que  
vento queres levar?

Aqui, no meio das  
ondas das verdes  
ondas do mar És

---

<sup>75</sup> Conforme Henrique (2010) as jangadas hoje são feitas de tábuas e preenchidas com isopor, e destinam-se ao transporte de turistas. Como curiosidade Henrique lembra de ver jangadas feitas com tubos de PVC de 10mm de diâmetro no lugar dos torros de madeira balsa, hoje contudo, também não se vê mais desse modelo. Este autor encontra-se no site CAXINAS... de “Lugar” a Freguesia (A jangada e os “jangadeiros”... Brasil, 2010).

como que pensativa,  
duvidosa e brodejar!  
Minha jangada de  
vela, que vento queres  
levar?

Saudades tens lá das  
raias, queres na areia  
encalhar? Ou no meio  
do oceano apraz-te as  
ondas sulca? Minha  
jangada de vela, que  
vento queres levar?

Sobre as vagas, como a  
garça, gosto de ver-te  
adejar,  
ou qual donzela no  
prado resvalando a  
meditar: Minha  
jangada de vela,  
que vento queres levar? [...].

#### “Suíte de pescador” de Dorival Caymmi (2015)

Minha jangada vai sair pro  
mar Vou trabalhar, meu bem  
querer  
Se Deus quiser quando eu voltar do  
mar Um peixe bom eu vou trazer

Meus companheiros também vão  
voltar E a Deus do céu vamos  
agradecer

Adeus, adeus  
Pescador não se esqueça de mim  
Vou rezar pra ter bom tempo, meu  
bem Pra não ter tempo ruim  
Vou fazer sua caminha  
macia Perfumada com  
alecrim.

Mostrando de outra forma as percepções de Ocareté (2015) e Xavier (2010), Bedran (2010) aborda essa arte de cantar e contar histórias e inclusive, nesse sentido, Callou (2010) afirma que há um empenho para superar a invisibilidade das culturas tradicionais da pesca brasileira advindo das esferas política e acadêmica. Entretanto, como mudar se segundo, ainda, Schmidt e Garcia (2008, p. 21) há uma inquietação igualmente a respeito do “significado da escola e do conhecimento escolar” que tem se difundido “a partir de diferentes abordagens teóricas e metodológicas das Ciências da educação” e o ensino da História. E assim afirma que a:

Política, no sentido de que os movimentos sociais de pescadores precisam ser apoiados pela sociedade, pois, em última instância, os pescadores e pescadoras artesanais fornecem índices consideráveis de pescado para a alimentação no país, ao mesmo tempo em que preservam o meio ambiente, dadas as características do seu modo de vida. Acadêmica, na medida em que as universidades e centros pesquisa podem produzir mais conhecimento e tecnologias comprometidos com o desenvolvimento sustentável. Da pesca. Da aquicultura. Dos povos do mar no Brasil (Callou, 2010, p. 47).

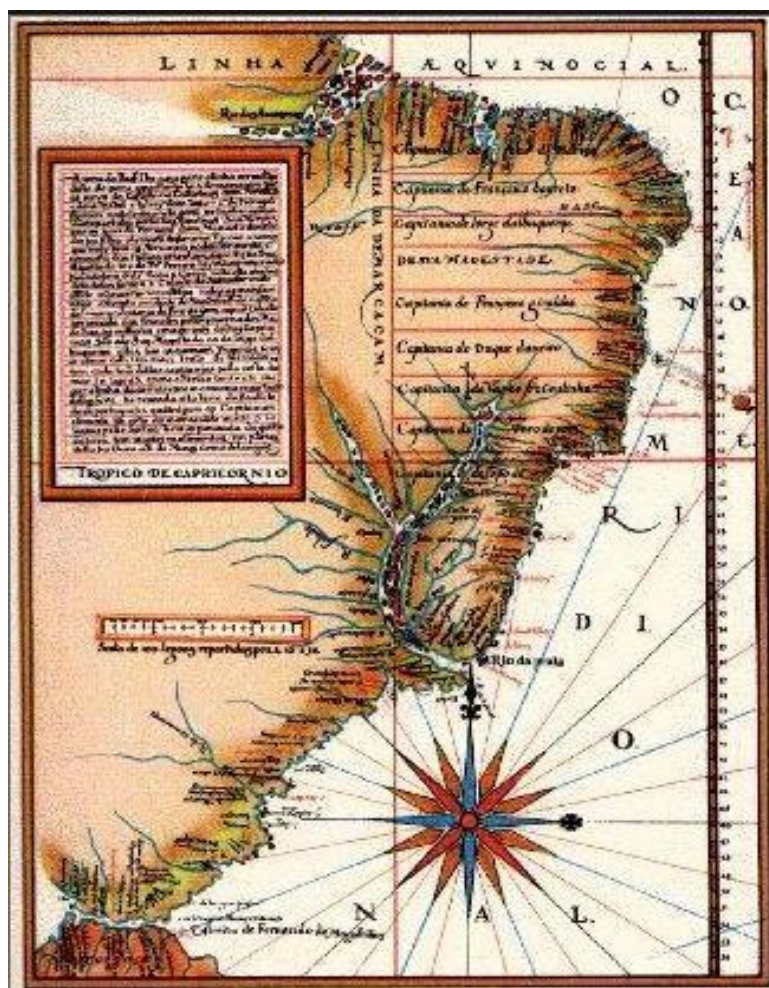
Nessa trajetória de discussões sobre a problemática dessas comunidades até aqui abordadas a fim de que colabore para sua inserção socioeconômica das populações locais, nas atividades relacionadas ao turismo. Surgem a partir dessas discussões dos pescadores, jangadeiros e marisqueiras a necessidade de conhecer a influência dos Tapeba como povos do mar que executam igualmente essas atividades no mar e no artesanato nordestino. É neste contexto que será abordado no próximo item para tentar compreender a percepção de território de Iparana em relação ainda com os índios Tapeba.

#### V.5.4 OS ÍNDIOS TAPEBA

Tudo iniciou com as grandes navegações no século XV a XVI e o Ceará, curiosamente, foi o verdadeiro local do descobrimento do Brasil na visão de alguns historiadores. Tal importância histórica o Estado do Ceará e Iparana/Caucaia têm com o fazer parte dessa entrada por meio do litoral Cearense. Inclusive essa discussão sobre Iparana/Caucaia será mais bem explorada como também a sua ligação às “Diretrizes para o Quinquênio 2011- 2015”<sup>76</sup> do SESC, outras vezes, ao logo desse item. Assim, retornando a história da descoberta conta Farias (2012, p. 20) em este assegura que os espanhóis chegaram primeiro no Ceará, entretanto, “não tomaram posse das terras porque, além destas serem desprovidas de atrativos econômicos, supuseram pertencer às mesmas já a Portugal devido ao Tratado de Tordesilhas (1494)” (Farias, 2012, p. 20) conforme pode ser visto no mapa da **Figura V.5.4.1** logo a seguir:

---

<sup>76</sup> Documento do SESC – Departamento Nacional 2010 que contém as Diretrizes de Ação, assim sendo, os principais instrumentos garantidores de unidade em todo o sistema federativo do SESC em direção a uma missão comum.



**Figura V.5.4.1:** Mapa de Capitânicas Hereditárias com os limites ocidentais no Tratado de Tordesilhas (1494), linha delimitada a 370 léguas a ocidente do Arquipélago de Cabo Verde, na África. Fonte: Vilar (2010).

Nesse período, quando o Estado do Ceará habitava apenas os seus povos naturais, estes nem conheciam a noção de Estado ou de Governo. Para eles, a nação era simplesmente as suas terras, local este na qual viviam. E assim, os seus ascendentes narravam suas histórias, herança territoriais e culturais de geração a geração. Deste modo, portanto afirma Farias (2012, p. 53), o “Ceará é uma invenção dos invasores”.

Deste modo, depois dessa descoberta bem no início do período colonial se tentou escravizar os índios<sup>77</sup>, entretanto, rapidamente “foi proibida pelas leis e teve a oposição decidida dos jesuítas”. No entanto, ocorreu o pior porque consoante Carvalho (2002) complementando Farias (2012) os “índios brasileiros foram rapidamente dizimados”. E a prova disso constitui quando o Brasil foi descoberto se calculava cerca de 4 milhões de

<sup>77</sup> O índio, assim, conhecido em sua “diversidade de sociedades e culturas passaria pelas sucessivas reduções representadas pelos termos índio/caboclo/civilizado” (Arruti, 1997, p. 9).

índios. E, em “1823 restava menos de 1 milhão” – estes “escaparam ou se miscigenaram ou foram empurrados para o interior do país.” (Carvalho, 2002, p. 20).

Essa miscigenação<sup>78</sup> se deveu pela necessidade da “natureza da colonização portuguesa: comercial e masculina”. Nesse período, a miscigenação era uma estratégia de colonização pela necessidade individual e política. Não existia nem mulheres suficientes para acompanhar os homens para colonizar o vasto império que conquistara Portugal. Portanto a “miscigenação se deu em parte por aceitação das mulheres indígenas, em parte pelo simples estupro.” (Carvalho, 2002, pp. 20-21). Nesse sentido, a autora Carvalho (2014, p. 2) explica e ao mesmo tempo complementa a fala do Carvalho (2002) quando ela diz que:

[...] a dispersão e a miscigenação das populações indígenas das missões, aldeamentos e vilas foram utilizadas como justificativas para decretar a sua extinção, não obstante tenham sido práticas introduzidas, pelo legislador, com os objetivos de tornar mais eficientes o sistema de distribuição da mão-de-obra e a liberação de terras indígenas.

Em 1603, conforme Barretto Filho (1998) embasando a explicação da Carvalho (2014) assegura que quando Pero Coelho atingiu a Ibiapaba no Ceará também registrava que havia encontrado habitantes e era cerca de 70 aldeias indígenas. E conforme, o Povo Tapeba (2000), nesse período, registrou 17 comunidades estavam organizadas somente no município de Caucaia. Daí talvez que essa fala desses autores contribua para entender Costa (2008) quando cita sobre a diversidade cultural no Brasil e traz com ela a discussão abordada pelo historiador Carvalho (2000) salientando a necessidade da reescrita da memória social a partir da ótica de dois “Brasis”, ou seja, “o dos ricos e o dos pobres” Carvalho (2002, p. 228). E este complementa esse assunto proferindo:

[...] em que o mito de origem de 1500 – que reforça os componentes imaginários da identidade lusa, católica e cordial – seja confrontado com a perspectiva histórica. Assim, segundo o autor, “se a nação não se imagina a partir dessa diversidade, posto que cacofônica, ela jamais se firmará em bases sólidas [...]. Os mitos cairão por terra, reduzidos às simples mistificações que são” (Carvalho, 2000, p. 18-19 como citado em Costa, 2008, p. 179).

Nessa direção, a polarização de posições de sedução/desconhecimento, valorização/preconceito, diversidade/homogeneização, perpetrou-se a refletir sobre qual a

---

<sup>78</sup> Miscigenação é o “resultado dessas mutações sendo apontado, de acordo com a inclinação do observador, ora como exemplo de progresso, evolução social ou de consciência e integração na vida nacional, ora como sinais da degeneração, miscigenação ou sincretismo, que leva à perda da pureza original.” (Arruti, 1997, p. 34).

essência teórico que norteava a temática indígena. E com essa tentativa de encontrar respostas para os aparentes impasses das práticas e representações docentes sobre essa temática conduziu a tentar também compreender os caminhos históricos dessa diversidade. E para tal habilidade, Costa (2008, p. 193) dizia da necessidade de variadas ferramentas para traçar um novo olhar e assim:

O manejo de conceitos antropológicos como cultura, etnocentrismo, alteridade; uma postura eminentemente dialógica, que permita o confronto de diferentes leituras de mundo; a eleição do ponto de partida da aprendizagem nos conhecimentos prévios dos alunos, possibilitando o estabelecimento de relações complexas entre o aqui/agora e diferentes espacialidades e temporalidades; o aprofundamento do potencial crítico e transformador do conhecimento histórico – ao nosso ver, procedimentos e saberes necessários para a ruptura do tradicional cenário folclórico concebido para a teatralização do passado indígena.

Por isso que não é fácil discorrer, por exemplo, sobre o índio cearense. Consoante Farias (2012) isso porque as fontes escritas do período colonial são escassas e, além disso, o autor coloca que só há a versão do invasor nesses registros. Assim, não existe unanimidade na historiografia – nem nos nomes e nem na localização dos indígenas. Deste modo:

Povos indígena chegavam a apresentar várias denominações, dando a ideia de uma falsa pluralidade. Havia o nome que lhes impunham os nativos vizinhos ou inimigos, o atribuído pelos portugueses e o nome pelo qual se designavam, sem contar que muitas vezes as tribos, com o crescimento do número de habitantes ou por outras razões, dividiam-se, passando não raramente os “dissidentes” a serem conhecidos pela denominação de seu líder (Farias, 2012, p. 55).

Todavia, o Povo Tapeba (2000) e o Povo Indígena no Brasil (2010) escreveram sobre a sua história com o objetivo de valorizar e divulgar a sua cultura, ou seja, a “Memória Viva do Povo Tapeba: Terra demarcada, vida garantida”. E assim, conta o Povo Tapeba (2000, p. 11), a sua versão sobre o “processo de invasão portuguesa” que se originou entre o século XVII (1679) e início do século XVIII por meio da pecuária:

Doentes por riquezas, esses brancos foram logo invadindo e se apossando dessas terras que eram ricas em recursos naturais. Para defender seu patrimônio e suas famílias, os indígenas reagiram a essa invasão, lutando com todas as forças para defender seu povo; os índios não perderam as esperanças lutando contra os brancos. E o tempo passou, lutas seguiram, muita gente foi torturada por volta de 1704. Através de uma representação dos vereadores de Aquiraz ao rei, eles pediam a destruição e extermínio dos índios, para que ficassem livres de tais bárbaros. Estas tentativas não se restringiram ao extermínio físico, mas tentavam contra o próprio modo de vida desses povos, ao negarem sua cultura e sua expressão religiosa (Povo Tapeba, 2000, p. 11).

Nesse direção Nogueira (2010) complementa Farias (2012) e explica que o Povo



Tappeba (2000) quando este afirmou que o “interesse indígena em se organizar e em tomar decisões para a melhoria de vida e o reconhecimento dos povos indígenas por parte das autoridades” configura-se como seu principal campo de mobilização histórica, social e política. Deste modo, explana que:

A sociedade despreza o índio quando ele afirma sua identidade, os conflitos entre o índio e os poderes públicos e privados são comuns em nossa sociedade, são questões complexas que quase sempre desfavorece o índio e favorece o interesse das elites da sociedade. [...] [Com isso,] as lideranças indígenas buscam formar elos entre as comunidades indígenas, assim a força indígena tem uma chance maior de conquistar seus espaços na sociedade. Há perseguições e complicações em todas ou quase todas tentativas de afirmação de identidade e posse de terras (Nogueira, 2010).

É histórico no Brasil os conflitos interétnicos, o desprezo aos saberes indígenas conforme afirma Tófoli (2009, p. 213), “no Brasil contemporâneo não ganham contornos etnonacionalistas ou separatistas como em outros países. Acontecem sob a forma de conflitos isolados, geralmente tendo como pivô a questão da terra ou de recursos naturais”. Por isso esses conflitos se relacionam a negação da **afirmação da identidade indígena. Há de certa forma algo bem desafiante perante a sociedade.** E nesse sentido, é sabido que, conforme os autores já citaram, na formação social brasileira houve uma tentativa de apagamento da presença física, cultural e religiosa dos povos nativos. Nogueira (2010) faz alguns questionamentos sobre: o por quê índio? E o “**Como pode provar a identidade?**” Dando, assim, significado “**a luta dos índios e das identidades étnicas se torna mais acentuada, o questionamento da sociedade para com os índios e [...] é o que quase sempre os impedem de terem o direito ao acesso às terras que de fato muitas vezes os pertencem.**” (Nogueira, 2010, grifo nosso).

Vale ressaltar que Nogueira (2010) com seu pensamento de uma ideologia opressiva vai de encontro a Tófoli (2009) quando esta autora explica que desde o período Colonial sempre variou a maneira de como se relacionava esses confrontos seja por meio das guerras ou pela escravização, aldeamento forçado à usurpação de terras ou simples apresamento de pessoas. Essa relação de poder se legitimou através dos anos na natureza, por exemplo, religiosa, ou seja, fundamentada na salvação pelo batismo e inserção na comunidade cristã negou-se, assim, a existência religiosidade do povo indígena. Entretanto, a partir do século XIX, sobretudo no século XX:

[...] a preocupação passa a ser a desobstrução do território: povos indígenas que estiveram isolados pela distância ou que haviam migrado ao longo dos últimos séculos para regiões longínquas com o intuito de se manterem afastados da

sociedade nacional foram então alcançados pela expansão das fronteiras agrícolas nas regiões centrais do país. Neste período as políticas indigenistas foram marcadas por práticas integracionistas que mesclavam remoção de povos para outras áreas, incentivo à educação na língua portuguesa e integração do contingente indígena à população “produtiva” do país. O “progresso” passa a representar a justificativa ideológica que a catequese representou em períodos anteriores (Tófoli, 2009, p. 230).

Assim, Nogueira (2010, grifo nosso) melhor colocando **“essa ideologia opressiva”** explica que a **“versão cearense do mito da democracia racial - tem relegado as comunidades indígenas”** a uma quase **“completa invisibilidade até os dias atuais”**, privando-lhes por muito tempo **de políticas públicas, que são em tese um direito das comunidades**. E se recuar no tempo, encontra-se pistas dessa construção de apagamento da identidade indígena confirmando a fala desses autores já citados acima. Com isso, os Povo Tapeba (2000) em suas falas trazem a sua percepção da história que reforçam e coincidem com o que estes autores. Eles assim alegam que:

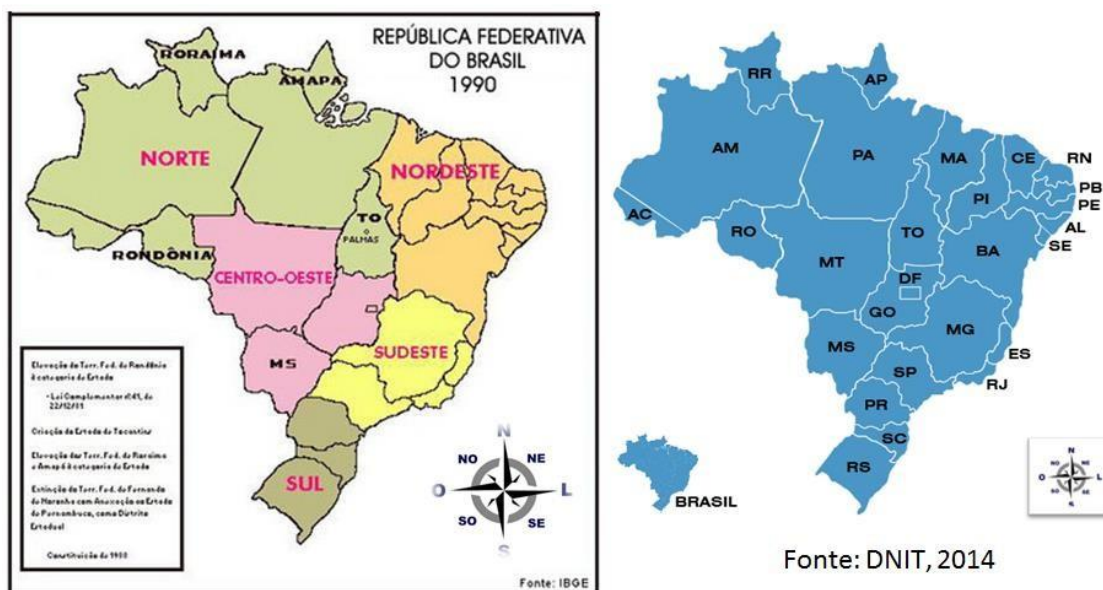
A partir de 1757, através da legislação indígena implantada com o diretório Pombalino, tendo no seu objetivo fazer desaparecer a comunidade indígena, ao proibir o uso das línguas indígenas, torna obrigatório o português nas escolas e povoações, impondo outros mecanismos, como o casamento misto que tinha por objetivo diluir a população indígena na comunidade nacional. Em 1863, o presidente da província decreta a extinção da comunidade indígena no Ceará, o que foi de imediato desmentido pelos índios que enviaram uma correspondência ao imperador, solicitando a garantia dos seus direitos sobretudo em relação à terra (Povo Tapeba, 2000, p. 12).

Por isso que ao descrever os Tapeba só se compreende historicamente ligado à ideia de fuga como estratégia de sobrevivência dos povos indígenas. Assim, estes são remanescentes de “três povos: Potiguara, Cariri e Tremembé” quando estes “procuravam terras férteis de difícil acesso” (Povo Tapeba, 2000, p. 13). E nessa compreensão, Nascimento (2006) divergem dessa fala do Povo Tapeba (2000). Então, estes autores afirmam que os Tapeba talvez sejam quatro em vez de três povos. Nesse sentido, a fala de Nascimento (2006, p. 36):

[...] originários de diferentes grupos étnicos (Potiguara, Tremembé, Cariri e Jucá), reunidos sob a autoridade da administração colonial, na Aldeia de Nossa Senhora dos Prazeres de Caucaia, no século XVII. Dessa composição étnica surgiu o etnônimo Tapeba, como forma de identificação oposta à designação geral de Tapuia, aqueles que não pertenciam aos falantes da língua geral (Tupi). Tapeba, tapebano ou perna-de-pau são os nomes pelos quais os membros desse grupo são reconhecidos.

Quiçá por sua história de encontro com o homem branco europeu e em seguida com a elite brasileira em suas terras responda e explique melhor esta procura por “terras férteis de

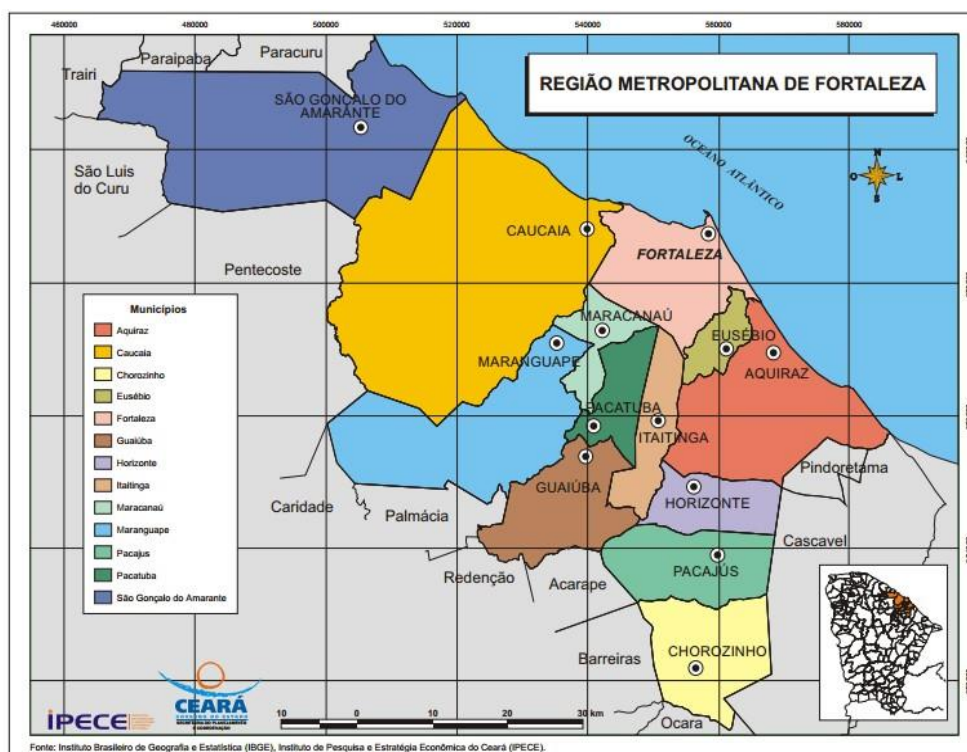
difícil acesso” desses nativos. Ou melhor, essa ação de encontro com a tentativa de negar a existência física e cultural desses povos pela elite brasileira é histórica. Assim, Nogueira (2010) diz que em 1863 – continuava o “**interesse da elite**” em conjunto e com o apoio do “**poder público em desapossar as terras**” dos índios e passar para a **fazenda**.



**Figura V.5.4.2:** Mapa do Brasil conforme Constituição de 1988. Fonte: IBGE (1990 como citado em Governo do Estado do Paraná, 2015) e DNIT (2014 como citado em Portal Brasil, 2014).

Assim, essas falas dos diversos autores até aqui citados reforçam a ideia de Nogueira (2010) sobre “passar para a fazenda” que esta contribui para entrar na discussão da territorialização. No entanto, isto requer a **Figura V.5.4.2** – o mapa do Brasil na contemporaneidade – para que possa a parte (terras indígenas) interagir ao mesmo tempo com o todo (República Federativa do Brasil). Portanto, em 1990, o Brasil efetivou e assim dividiu conforme à Constituição Federal de 1988, o Estado de Goiás e criou o Estado de Tocantins, e este foi incluído na região Norte. Rondônia, Roraima e Amapá tornaram-se estados e Fernando de Noronha anexando ao estado de Pernambuco sendo esta a divisão oficial vigente até o momento conforme o mapa na figura a seguir. E dentro desse contexto, para melhor compreender as discussões é indiscutível ter de situar o Ceará com sua capital Fortaleza nele, apesar de que nem sofreu nenhuma alteração nessa implantação da Constituição de 1988 que se pode ser constatado nos mapas acima já citados – **Figura V.5.4.2**.

Situado o Ceará e sua capital para se adentrar nessa conjuntura Caucaia e se possa dizer que atualmente – mais ou menos 16 km de Fortaleza é nessa direção que se encontra a maioria dos Tapeba. Vale ressaltar que Caucaia faz parte de um dos treze municípios que compõe a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) consoante **Figura V.5.4.3** a seguir. “Neste aglomerado de municípios a presença indígena se faz notar, além dos Tapeba em Caucaia (foco e parte dos sujeitos desse estudo), pelos Anacé em São Gonçalo do Amarante e Caucaia, pelos Pitaguary em Maracanaú e Pacatuba e pelos Jenipapo-Kanindé em Aquiraz.” (Nascimento, [2007], p. 12).



**Figura V.5.4.3:** Mapa da Região Metropolitana de Fortaleza

Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE).

Nascimento ([2007]) afirma ainda que houve um crescimento socioeconômico da RMF nesses últimos anos. Passou da “terceira maior do Nordeste e a sétima do país, resultado da instalação de grandes polos e corredores industriais (Maracanaú, Pacajus e Horizonte), além de um complexo porto-industrial (Caucaia e São Gonçalo do Amarante)”. E com isso, causou um aumento no “fluxo migratório e atraído cada vez mais os investimentos de diferentes setores econômicos.” (Nascimento, [2007], pp. 12-13). Com isso, essa autora faz um **Quadro V.5.4.1** resumindo os movimentos populares e políticos do processo de territorialização Tapeba, desde a década de 80 até a contemporaneidade para o reconhecimento de suas terras e identidade cultural:

| ANO  | AÇÕES   | REAÇÕES   |
|------|---|---|
| 1984 | Início da atuação da Equipe Arquidiocesana de Fortaleza. Produção de materiais didático-pedagógicos objetivando resgatar a memória do grupo através de cartazes, dramatizações, teatro de bonecos, vídeos-documentários etc.  | Mobilização das oligarquias tradicionais de Caucaia no sentido de mostrar para a sociedade que não tinha índio no Ceará, através de tentativas de realização de teste sanguíneo, dentre outras reações contrárias à causa dos índios.   |
| 1985 | Mobilização pela demarcação da terra: Criação da Associação das Comunidades do Rio Ceará; abaixo-assinados; produção de uma etno-história do grupo; pressão da Arquidiocese de Fortaleza; FUNAI toma conhecimento dos índios no Ceará e coloca a AIT (atribuir a identificação da terra indígena) no plano de identificações de 1985. |   |
| 1986 | A área Tapeba é identificada com 4.675 ha, por um GT constituído por um sociólogo, um engenheiro agrônomo da FUNAI e um representante da Arquidiocese de Fortaleza.   | Os políticos de Caucaia iniciam doações de parte dessa terra para famílias carentes do município.   |
| 1987 | Realização do levantamento fundiário pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).   | Resistência dos “brancos” a vistorias dos imóveis. A Prefeitura Municipal de Caucaia recorre, alegando não ter participado do processo de levantamento fundiário.   |
| 1988 |   | Arquivamento do processo, determinando-se que a TI não fosse reconhecida como imemorial. Havia dúvidas quanto à etnicidade/identidade Tapeba.   |
| 1989 | O processo é reaberto, reconhecendo-se que é indiscutivelmente uma Terra Indígena (TI), tendo em vista sua ocupação tradicional e permanente.   |   |
| 1997 | Assinatura da portaria declaratória, dando parecer favorável aos Tapeba.  | A Prefeitura Municipal de Caucaia (PMC) recorre, através de um Mandado de Segurança, por considerar que a TI está localizada na Região Metropolitana de Fortaleza, sob a alegação de que o reconhecimento da terra aos índios ocasionaria prejuízos ao progresso e ao desenvolvimento local.  |
| 2002 | Instituição de um novo Grupo Técnico (GT), para refazer o laudo antropológico   | Os posseiros se aliam e se organizam em grupos. Os advogados iniciam a busca constante de informações junto à FUNAI e outros órgãos. As comunidades dão continuidade a algumas ações de retomadas. Os posseiros entram com processo de reintegração de posse junto à esfera estadual. A justiça estadual declina competência e encaminha os processos para a justiça federal. |
| 2005 | Publicação do Laudo no Diário Oficial da União em 20/04/2006 e no Diário Oficial do Estado do Ceará em 27/08/2006.  | Resultado da publicação: Oficialização de 14 contestações dos posseiros .   |

(continua)

**Quadro V.5.4.1:** Processo de territorialização Tapeba, da década de 80 a contemporaneidade

|      |   |  |
|------|---|--|
| 2007 | A FUNAI, por meio de sua procuradoria, recorre a essa ação, aguardando posicionamento do Supremo Tribunal de Justiça. | Liminar do STJ apontando a anulação do processo de regularização fundiária da T.I Tapeba, por solicitação do tio do Dep. Federal José Gerardo Arruda, Sr. Esmerindo Arruda |
|------|---|--|

Solicitação de apoio a demarcação da TI, por meio de carta endereçada ao relator especial dos direitos humanos e fundamentais dos povos indígenas na Organização das Nações Unidas (ONU).

A PMC consegue no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a anulação de todo o processo de regularização fundiária da TI Tapeba e a decisão da justiça de que não há mais espaço para recurso.

(conclusão)

**Quadro V.5.4.1:** Processo de territorialização Tapeba, da década de 80 a contemporaneidade

Fonte: Reconstruído pela autora com base no Quadro construído por Nascimento ([2007], pp. 20-21).

Complementando essa contemporaneamente já dito acima se somam a essa discussão os dados abaixo. E assim sendo, o “Censo Demográfico”<sup>79</sup> de 2010 registrou uma população indígena “com base nas pessoas que se declararam indígenas no quesito cor ou raça e para os residentes em Terras Indígenas que não se declararam, mas se consideraram indígenas”. Tornou-se visível neste Censo 2010 “que, das 896 mil pessoas que se declaravam ou se consideravam indígenas, 572 mil ou 63,8 %, viviam na área rural e 517 mil, ou 57,5 %, moravam em Terras Indígenas oficialmente reconhecidas.” (FUNAI, [2011]). Ou melhor, a FUNAI ([2011]) disponibilizou conforme pode ser verificado no **Quadro V.5.4.2** a seguir a “População Indígena, por localização do domicílio e percentual nas Terras Indígenas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação – 2010. No caso do Ceará estes dados são:

| População Indígena Ceará – Censo 2010 |                                     |                          |                                     |
|---------------------------------------|-------------------------------------|--------------------------|-------------------------------------|
| Total                                 | Localização do domicílio Percentual |                          | Percentual nas Terras Indígenas (%) |
|                                       | Terras Indígenas                    | Fora de Terras Indígenas |                                     |
| 20 697                                | 2 988                               | 17 709                   | 14.4                                |

**Quadro V.5.4.2:** População indígena Ceará – Censo 2010 Fonte: FUNAI ([2010]).

Observa-se que se complementam e se mediam os dados estatísticos da FUNAI ([2011]), com o levantamento histórico do processo de territorialização Tapeba trazida por Nascimento ([2007]) e a fala de Batista (2012) que afirma até **hoje as comunidades étnicas** foram perdendo cada vez **mais espaço** com “**o aumento das fábricas e busca por**

<sup>79</sup> A cada dez anos realiza-se o censo demográfico por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este é uma operação censitária que conta a população “em todo o território do Brasil e os resultados são usados pelo governo no desenvolvimento de políticas públicas e na destinação dos fundos governamentais para as unidades federativas (Censo demográfico do Brasil, 2015).

**terras para novos investimentos**". Deste modo, **os grupos étnicos** historicamente são **mais desprovidos de seus direitos** que a elite dominante (Batista, 2012). Este pensamento também é compactuado com os outros autores já citados. E, Nogueira (2010), por exemplo, colabora com Batista (2012) e os demais ao esclarecer que por essa razão:

[...] analisar do índio nesse contexto atual é buscar entender como se dão as lutas pelos seus direitos. Como buscar soluções para esses grupos étnicos? Como resolver a questão das divisões de terras? A FUNAI e outras instituições têm feito o necessário para solucionar os problemas indígenas e étnicos? Acredito que se fez pouco ou quase nada por esses grupos, e que a cada dia a industrialização, neoliberalismo o mercado, a força devastadora capitalista vem crescendo, e as cidades e grandes centros urbanos vem tirando de cena esses grupos étnicos que tem como forte característica o contato com a natureza, a moradia em regiões de florestas e que muitas vezes infelizmente extremam com as cidades.

Retornando a Batista (2012), vale ressaltar, que os **dados da FUNAI<sup>80</sup> de 2006, o Estado do Ceará** apresentou **11.726** índios espalhados **pelos municípios de** Aquiraz, Caucaia, Crateús, Itarema, Maracanaú, Pacatuba, Poranga, Trairi e Viçosa do Ceará. Esse

---

<sup>80</sup> A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), criada pela Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, entidade com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, é o órgão federal responsável pelo estabelecimento e execução da política indigenista brasileira em cumprimento ao que determina a Constituição Federal Brasileira de 1988. A FUNAI tem como objetivo principal promover políticas de desenvolvimento sustentável das populações indígenas, aliar a sustentabilidade econômica à sócio-ambiental, promover a conservação e a recuperação do meio ambiente, controlar e mitigar possíveis impactos ambientais decorrentes de interferências externas às terras indígenas, monitorar as terras indígenas regularizadas e aquelas ocupadas por populações indígenas, incluindo as isoladas e de recente contato, coordenar e implementar as políticas de proteção aos grupos isolados e recém-contatados e implementar medidas de vigilância, fiscalização e de prevenção de conflitos em terras indígenas. Sua missão consiste em coordenar o processo de formulação e implementação da política indigenista do Estado brasileiro, instituindo mecanismos efetivos de controle social e de gestão participativa, visando à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. De acordo com o Decreto nº. 7.056, de 28 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a estrutura regimental da FUNAI, esta tem por finalidade: exercer, em nome da União, a proteção e a promoção dos direitos dos povos indígenas; formular, coordenar, articular, acompanhar e garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro, baseada nos seguintes princípios: a) garantia do reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas; b) respeito ao cidadão indígena, suas comunidades e organizações; c) garantia ao direito originário e à inalienabilidade e à indisponibilidade das terras que tradicionalmente ocupam e ao usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes; d) garantia aos povos indígenas isolados do pleno exercício de sua liberdade e das suas atividades tradicionais sem a necessária obrigatoriedade de contatá-los; e) garantia da proteção e conservação do meio ambiente nas terras indígenas; f) garantia de promoção de direitos sociais, econômicos e culturais aos povos indígenas; g) garantia de participação dos povos indígenas e suas organizações em instâncias do Estado que definem políticas públicas que lhes digam respeito; e administrar os bens do patrimônio indígena, exceto aqueles bens cuja gestão tenha sido atribuída aos indígenas ou suas comunidades, consoante o disposto no art 29, do Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, podendo também administrá-los por expressa delegação dos interessados; promover e apoiar levantamentos, censos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre os povos indígenas, visando a valorização e divulgação das suas culturas; promover e apoiar levantamentos, censos, análises, estudos e pesquisas científicas sobre os povos indígenas, visando a valorização e divulgação das suas culturas; acompanhar as ações e serviços destinados à atenção à saúde dos povos indígenas; acompanhar as ações e serviços destinados a educação diferenciada para os povos indígenas; promover e apoiar o desenvolvimento sustentável nas terras indígenas, em consonância com a realidade de cada povo indígena; despertar, por meio de instrumentos de divulgação, o interesse coletivo para a causa indígena; exercer o poder de polícia em defesa e proteção dos povos indígenas (Brasil, 2015a).

**número aumentou** em 2010 para 20.697 e em 2011 passou **para 22.400** indígenas **registrados**, disseminados **em 13 etnias** tais:

Anacé, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kanidé, Kanindé, Kariri, Pitaguary, Potyguara, Tabajara, Tapeba, Tapuia-Kariri e Tremembé. Esse aumento considerável do número de indígenas deve-se a um intenso processo de reelaboração cultural e étnica, característico de diversas regiões do mundo (Batista, 2012, p. 27).

Nessa conjuntura, torna-se interessante apresentar para somar a discussão da territorialização dos índios ligados aos Direitos Sociais e Legais a publicação da FUNAI (2015b) que mostrar-se “em 19 de junho, o Conselho Indigenista Missionário - Cimi lançou o Relatório ‘Violência Contra os Povos Indígenas’” com base nos dados de 2014. Este estudo dividiu-se “em três capítulos: Violência contra o Patrimônio, Violência contra a Pessoa e Violência por Omissão do Poder Público”. E nesse estudo registrou-se:

[...] 138 assassinatos em 2014, em sua maioria jovens de 20 a 29 anos, comparados a 97 casos em 2013. O estudo afirma que o estado do Mato Grosso do Sul continua tendo os maiores índices de violência em todo Brasil. Iara Tatiana Bonin, Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, questiona “O que há de comum entre estes assassinatos – um praticado na década de 1980 e o outro trinta anos depois? Estes crimes são manifestações individuais de intolerância ou expressam uma vontade coletiva de extermínio dos povos indígenas que representam, de algum modo, risco aos interesses de outros grupos, com maior poder e respaldo social?” (FUNAI, 2015b).

Talvez, o mais grave não seja só a quantidade de assassinatos ou as diversas maneiras de violência contra os povos indígenas denunciadas nesse documento como, por exemplo, ameaças, discriminação, disseminação de bebida alcoólica, omissões e desassistências, dentre outras. E sim, a “naturalização das agressões” que vai além dos números, como ainda, esta também se torna mais uma “forma de violência” consoante Rangel e Liebgott (2015, p. 16). Portanto:

[...] torna-se “fundamental demonstrar, dentre outros aspectos, a necessidade de inversão da atual lógica, que prioriza o ter acima do ser; respeitar e preservar o meio ambiente; e explicitar que a distribuição das riquezas produzidas pela sociedade é mais importante que o contínuo aumento da produção”, enfatiza Clóvis Antônio Brighenti, Professor de História na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila) e colaborador do Cimi (FUNAI, 2015b).

Assim sendo, estes autores despertam para a discussão sobre a naturalização abordada por Rangel e Liebgott (2015, p. 16) diante do Patrimônio, da Pessoa e da “omissão e morosidade na regularização de terras” (CIMI; CNBB, 2015). De modo que o Relatório



2014 registrou: 118 casos de omissão e morosidade na regulamentação de terras, mais que o dobro do que foi registrado em 2013, 51 ocorrências. Igualmente, os estados registram: Acre (1); Amazonas (3), Bahia (4), Ceará (2), Goiás (1), Maranhão (5), Mato Grosso (1), Mato Grosso do Sul (24), Minas Gerais (1), Pará (42), Paraná (1), Rio Grande do Sul (14), Rondônia (7), Santa Catarina (11), e Tocantins (1).

Nesse contexto, será que o **Quadro V.5.4.3** apresentado a seguir com os dados numéricos da violência contra o patrimônio seja uma melhor prova para se discutir a possibilidade de está ocorrendo à naturalização dessa violência. E na perspectiva de quem está sofrendo a violência, será, então, importante levar em consideração que todos os casos deveriam ser vistos igualmente de forma significativa. E assim punidos, principalmente, quando esta violência se originar do não cumprimento à Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu capítulo VIII, artigo 231 em que prever: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

| UF           | Conflitos relativos a direitos territoriais | Invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e | Omissão e morosidade na regularização de terras | TOTAL DE CASOS |
|--------------|---|---|---|----------------|
| AC           |   | 7   | 1   | 8              |
| AL           |   | 1   |   | 1              |
| AM           |   | 1   | 3   | 4              |
| BA           | 3   | 4   | 4   | 11             |
| CE           |   | 1   | 2   | 3              |
| GO           |   | 1   | 1   | 2              |
| MA           | 1   | 17  | 5   | 23             |
| MG           | 1   | 1   | 1   | 3              |
| MS           | 5   | 1   | 24  | 30             |
| MT           |   | 12  | 1   | 13             |
| PA           | 7   | 22  | 42  | 71             |
| PR           |   |   | 1   | 1              |
| RO           | 1   | 8   | 7   | 16             |
| RR           |   | 2   |   | 2              |
| RS           |   |   | 14  | 14             |
| SC           |   | 3   | 11  | 14             |
| TO           | 1   | 3   | 1   | 5              |
| <b>TOTAL</b> | <b>19</b>                                   | <b>84</b>   | <b>118</b>                                      | <b>221</b>     |

**Quadro V.5.4.3:** Violência contra o patrimônio

Fonte: CIMI e CNBB (2015).

Assim sendo, diante desse contexto o importante seria discutir que além do número de ocorrência, a sociedade e o poder público deveriam vê também essa violência para não ser naturalizada. Portanto, dos três casos do Ceará (CE) ou 71 casos do Pará (PA) ou ainda de um caso de Alagoas (AL) e o outro do Paraná (PR) todos tiveram um início a partir de um caso e estes se não forem inibidos serão naturalizados.

Ou seja, este caso que deveria ter sido combatido com rigor da “Lei Maior” para igualmente ser inibido a sua naturalização (221 casos) pressupõe que não foi efetivado conforme esta exige. Portanto, crê-se que os conflitos ligados a territorialização dos índios passam pelo entendimento dos direitos legais do povo indígena. Como também, a consequente violência sofrida pelos índios, muitas vezes, parece está ligada a negação e não reconhecimento legal dos direitos previsto na Constituição aos índios.

No Ceará as comunidades indígenas os Tapeba são um grupo indígena, como é sabido, que habitam os limites do município de Caucaia às margens do Rio Ceará (Povo Tapeba, 2000) exatamente na Área Indígena conhecida justamente por Tapeba (**Figuras V.5.4.6 e V.5.4.7**). As **Figuras** a seguir irão, a primeira **Figura V.5.4.4** mapear a reserva indígena Tapeba e a Colônia Ecológica do Sesc Iparana para se ter a dimensão da proximidade entre elas, como ainda o Rio Ceará. E a segunda **Figura V.5.4.5** faz o mapeamento de cada comunidade por denominação indígena com legenda especificando as suas localidades. E a terceira, é para mapear os Tapeba (**Figura V.5.4.6**) numa escala maior (**Figura V.5.4.7**) para mostrá-lo enxergando a parte (Tapeba) dentro do todo (Ceará), a seguir.



**Figura V.5.4.4:** Reserva Indígena Tapeba mapeada por essa linha mais amarelada / Colônia Ecológica do SESC Iparana / Rio Ceará. Fonte: Google Earth – data da imagem 30 de julho de 2014.



**Figura V.5.4.5:** Povos Indígenas no Ceará Contemporâneo

Fonte: Coordenação dos Povos Indígenas do Ceará – COPICE (2007 como citado em Gomes, Vieira, & Muñiz, 2007).



**Figura V.5.4.6:** Povos indígenas Tapeba no Ceará contemporâneo  
Fonte: COPICE (2007 como citado em Gomes, Vieira, & Muñiz, 2007).

Conforme Gomes, Vieira e Muñiz (2007, p. 41), as comunidades da Tribo Tapeba em 2007 são: “Água Suja, Bom Jesus, Capoeira, Capuan, Cigana, Itambé, Jandaiguaba, Jardim do Amor, Lagoa I, Lagoa II, Lameirão, Mestre Antônio, Ponte I, Ponte II, Sobradinho, Trilo, Vila dos Cacos, Vila Nova”. Possuem uma população de 5.500 pessoas (Gomes, Vieira, & Muñiz, 2007, p. 41).

Contam ainda estes autores, Barretto Filho (2015), Povo Tapeba (2000), entre outros que a primeira etnia indígena a “levantar a aldeia” no Estado do Ceará foi o povo Tapeba. Sobretudo no início da década de 1980 conforme já exposto por Nascimento ([2007]) no **Quadro V.5.4.1** esse Processo de Territorialização Tapeba. Inclusive, Barretto Filho (2015) afirma que existe um conflito histórico com a Prefeitura e etnia Tapeba. Nesse sentido, estes autores complementando Barretto Filho (2015) quando descreve que os Tapeba decidiram após anos de silêncio étnico como forma de se protegerem das perseguições, estereótipos e preconceitos diversos. E, com o apoio da Arquidiocese de Fortaleza, assumirão um novo desenho de resitência, e com ele, a afirmação de sua identidade étnica (Gomes, Vieira, & Muñiz, 2007).

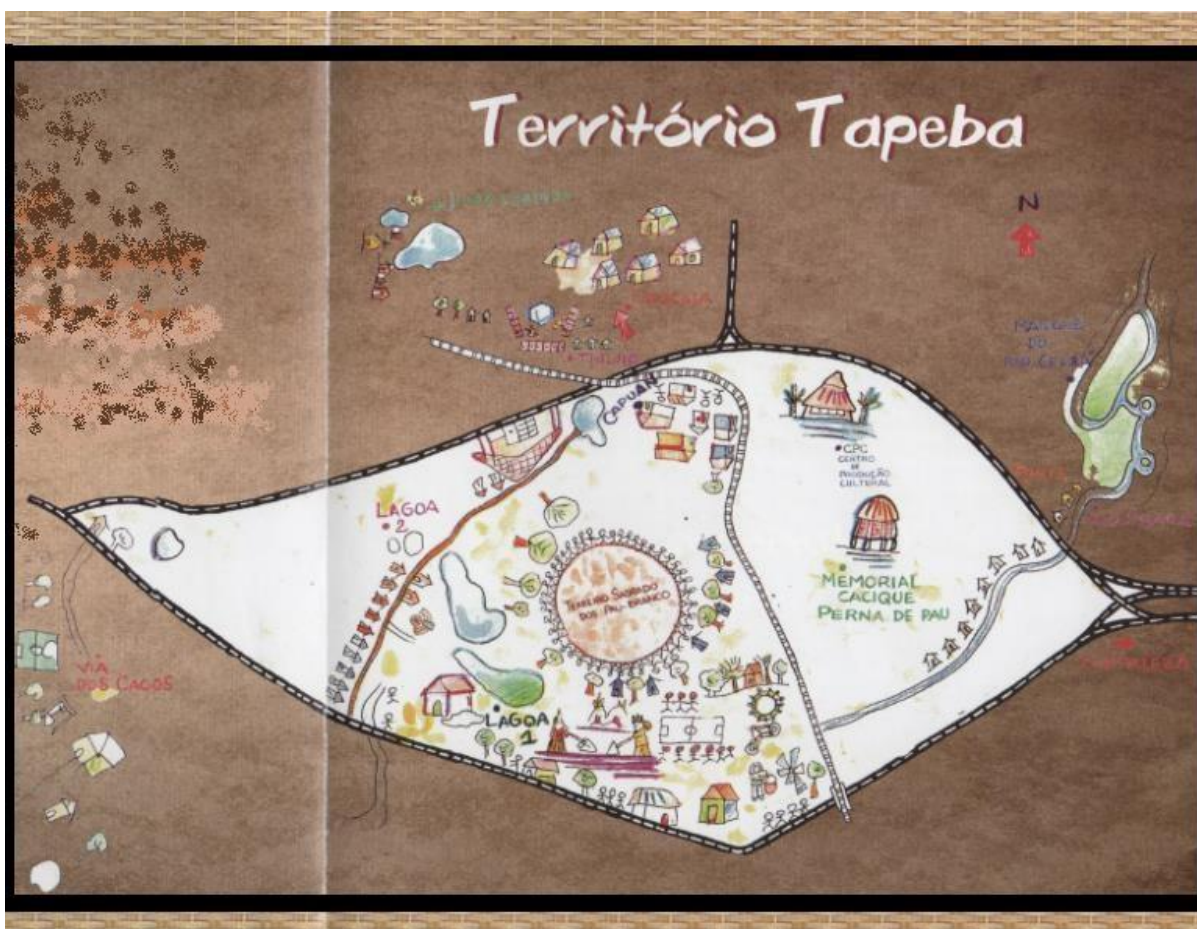
Ao terminar com esse silêncio histórico, eles desafiaram não apenas os invasores de suas terras ancestrais – os posseiros e políticos, mas a própria história oficial que assegurava não existir mais índios no Estado do Ceará (Gomes, Vieira, & Muñiz, 2007). Nesse contexto, para compreender melhor a ideia e as consequências dessa estratégia de silêncio abordado pelos autores: Gomes, Vieira e Muñiz (2007), Barroso (2000, p. 26) contribui com a fala do povo que foi registrado em 07 de março de 1993:

Num monturo insalubre, teu povo abriu suas clareirs. Num cipoal de polícia e burocratas, tua gente levantou suas tendas. O mar reacendeu sua alma nômade. E o vento, seu coração ambulante. Fora dos teatros, ele ergueu seus picadeiros. Longe das altas igrejas, demarcou seus terreiros. Com mãos de artífice reinventou o tempo, refez o espaço, ocupou os vazios. E logo suas caras cariri, suas cabeças tapeba, seus testículos tremembé, estavam por todos os lados. A Oeste e a Leste também. Sua alegria barulhenta, suas cores sem sutileza, seu brilho de estrela cadente. Em tua praia mergulhou, em teu corpo de areia, feliz feito um pargo, cidade da luz, teu guerrilheiro bantu, teu embolador de coco, teu camêlo eletrônico. Terá sido ele quem te fez grávida, cidade de ventre intumescido? Serão dele teus meninos?

Tapeba o seu topônimo é derivado da língua Tupi Guarani que significa Pedra Chata. Esta se dar em alusão à existência de uma grande e misteriosa pedra sagrada situada na lagoa de mesmo denominação, que reserva, em suas águas, encantadas com histórias e mitos

(Gomes, Vieira, & Muñiz, 2007; Povo Tapeba, 2000). Assim, a etimologia da palavra tapeba é:

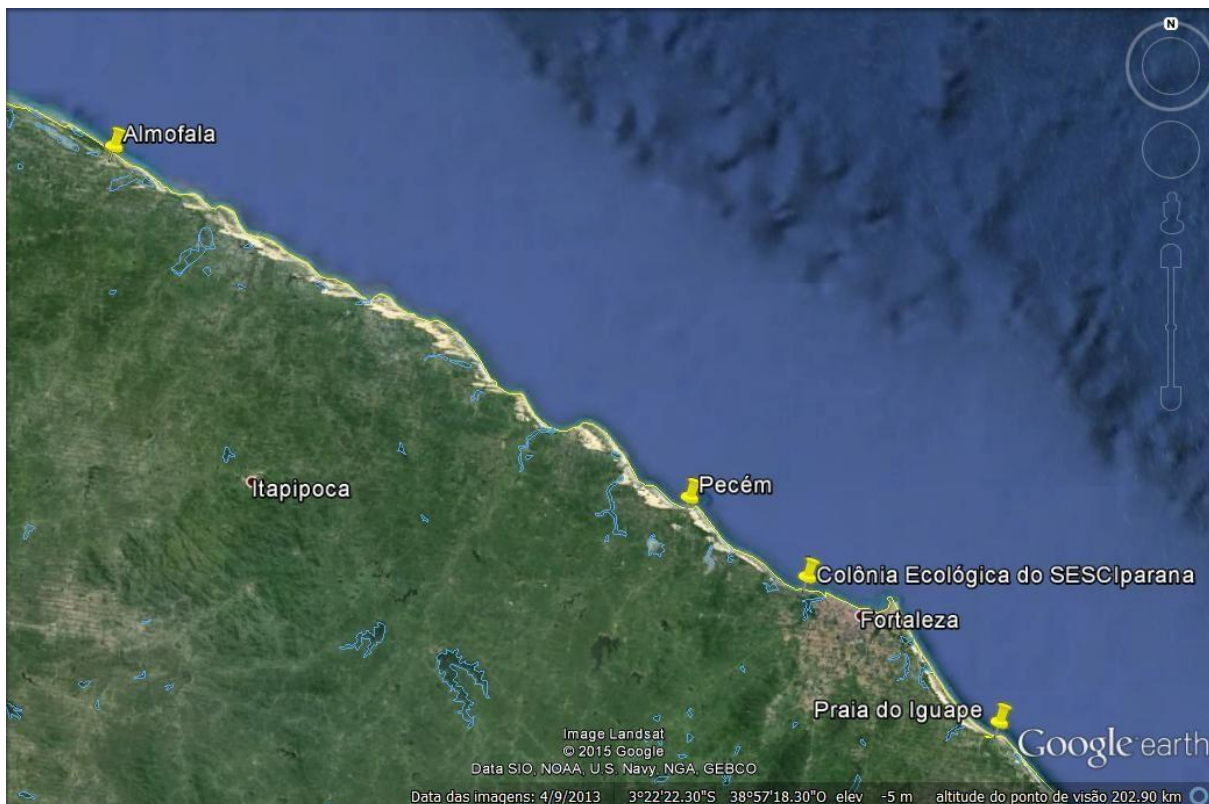
tupi constituindo uma variação fonética de itapeva (de itá/tá, i. é, “pedra”; e peva, i. é, “plano”, “chato”): “pedra plana”, “pedra chata”, “pedra polida”, etc. O nome do município em que se encontram também é de origem tupi, representando uma variação de ka’a-okai (de ka’a, i. é, “erva”, “mato”, “bosque”, “floresta”; e okai, i. é, “queimar”): “mato queimado”, “bem queimado está o mato”, “queimada”, “mato que se queima”. A toponímia local é quase toda ela de origem tupi: Capuan, Iparana, Icarai, Jandaiguaba, Paumirim, Pabussu, Tabapuá etc. (Barretto Filho, 2015).



**Figura V.5.4.7:** Território Tapeba

Fonte: Folder.<sup>81</sup>

<sup>81</sup> Turismo Comunitário Tapeba: abrace o diferente em cultura, natureza e gente! Folder. Realização Associação das Comunidades dos Índios Tapeba e Associação para Desenvolvimento Local Co-Produzido.



**Figura V.5.4.8:** Praia de Almofala – Pecém – Colônia Ecológica do SESC Iparana – Praia do Iguape

Fonte: Google Earth – data da imagem 4 de setembro de 2013.

A **Figura V.5.4.8** acima mostra com mais detalhe a faixa litorânea do Ceará e o seu entorno que nela se situa a Colônia Ecológica do SESC Iparana. Como também, encontra-se as praias de Almofala, a do Pecém e a do Iguape interagindo à Colônia do Sesc. Vale ressaltar que, nessa faixa litorânea encontram-se índios Tupuio, Tapeba, entre outros. E, assim, estas revelam que coexistem ambientes com características geográficas peculiares, agrupando as praias, as falésias, os mangues<sup>82</sup>, a mata de restinga e a Barra do Rio Ceará.

Esses espaços são organizados por comunidades que se caracterizam pelo vasto potencial cultural, conexo, principalmente, às artes da pesca e do artesanato. São técnicas e saberes que representam uma tradição sociocultural, existente não só no entorno da Colônia Ecológica do SESC Iparana, contudo, comum em todo litoral cearense.

---

<sup>82</sup> uma duna, também chamada em português “medão” ou “medo”, é uma elevação (ou “monte”) de areia, com as formas características que a sua relação dinâmica com o vento lhe confere. As dunas podem ser móveis - as mais comuns se houver contínua ação do vento -, fixas - por exemplo se estabilizadas por vegetação) ou fósseis (consolidadas e formadas em época geológica antiga. As dunas formam-se com quatro componentes. Areia seca, vento, uma superfície de deposição e um pequeno obstáculo, como uma pedra ou uma planta. O pequeno obstáculo é indispensável para criar condições de adesão a barlavento - donde o vento entra - e de proteção a sotavento - donde o vento sai -, permitindo assim que a areia transportada pelo vento comece a juntar-se, criando um “montinho” (Cancela, 2015).



Na prática desse fazer e do conhecimento da comunidade que se identificam os costumes construídos historicamente entre esta e o meio-ambiente em que está inserido. De modo, que possuem estreita ligação à singularidade cultural da atividade econômica com o vestuário, a culinária, o artesanato – utilitário e decorativo – as danças, as músicas, e outras. “Entre estas singularidades, que marcam a cultura cearense, destacam-se a maior presença de traços indígenas e o predomínio quase total de traços da cultura sertaneja” (Barroso, 2000). Nesse sentido cultural, Oliveira (1998) contribui para essa discussão sobre esta singularidade Oliveira (1998, pp. 50-51) quando afirma que:

[...] tem um caráter regional e particularizante. A unidade dos “índios do nordeste” é dada não por suas instituições, nem por sua história, ou por sua conexão com o meio ambiente, uma etnologia<sup>83</sup> dos “índios misturados”<sup>84</sup>, mas por pertencerem ao Nordeste, enquanto conglomerado histórico e geográfico.

No entanto, percebe-se que as potencialidades que essas comunidades e povos agregam ainda são pouco conhecidas e valorizadas. Muitos desses grupos sociais são integrados por remanescentes de Povos indígenas, como: os Tapuio e Tapeba, próximos à Colônia Ecológica do SESC Iparana; os Genipapo-Kanindé na Praia do Iguape; os Anacé no Pecém e os Tremembé, na Praia de Almofala (**Figura V.5.4.8**). Pode-se também perceber a presença marcante de negros, brancos e albinos, cafuzos<sup>85</sup> e caboclos<sup>86</sup> alguns com características étnicas, que revelam que o litoral cearense também foi o palco do encontro de diversas etnias e hibridação de inúmeras práticas culturais.

Vale ressaltar que como a comunidade dos Tapeba passa por um processo de aculturação afirmado por Nogueira (2010) e isso está dentro de um contexto histórico de violência, assassinatos contra os povos indígenas, posto que, no momento está:

[...] desprovida de sua própria cultura, ou seja, de suas raízes. A língua, por exemplo, foi totalmente apagada, já não existem Tapeba que falem a língua indígena nativa. As perdas dos povos indígenas são irreparáveis, a morte da cultura os deixou de certa forma perdidos e sem forte referencial em nosso mundo atual. Ao observar de perto os Tapeba, teve-se dificuldade em entender aquele povo. Assumir uma identidade tão desprezada e vítima de preconceito não é, de fato, uma decisão qualquer.

---

<sup>83</sup> Etnologia é uma Ciência que analisa as situações e documentos registrados pela etnografia, descrição das várias etnias ou da cultura de um povo, interpretando-os a fim de propor uma comparação entre culturas. P.ext. Estudo detalhado dos grupos e etnias indígenas. (Etm. etno + logia). (Etnologia, 2015).

<sup>84</sup> A expressão “índios misturados” — é “frequentemente encontrada nos Relatórios de Presidentes de Província e em outros documentos oficiais [...] — a tendência dos estudos foi restringir-se aos trabalhos sobre a região (tal como a definem) e discutir a “mistura” como uma fabricação ideológica e distorcida” (Oliveira, 1998, p. 52).

<sup>85</sup> Cafuzo são pessoas que descendem de negros com índios (Cafuzo, 2016).

<sup>86</sup> Caboclos e mamelucos são pessoas que descendem de brancos com índios (Caboclos, 2016).

Percebe-se, assim, que foram muitos os conflitos causados até a contemporaneidade por invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais que levaram aos consequentes danos diversos ao patrimônio e/ou a violência sobre os territórios indígenas. Alguns desses conflitos foram registrados como já citado em 2015 no Relatório sobre a Violência contra os povos indígenas no Brasil com base nos dados de 2014. Estes estavam ligados ao “arrendamento de terras para terceiros; caça ilegal; construções irregulares de casas; contaminação da água; destruição de casas de aldeias; destruição de pontes; garimpagem; incêndios criminosos; exploração madeireira; e pesca predatória, dentre outros” (CIMI & CNBB, 2015, p. 62).

É notório que com isso as comunidades indígenas ainda vivem uma luta constante em prol do reconhecimento de sua identidade como índios e de seus direitos sociais consolidados. Apesar de que Nogueira (2010) afirma além disso que as **terras Tapeba** foram em 23 de julho de 1993 oficialmente **identificadas pela FUNAI**, instituindo **uma área de 4.658 hectares**. Entretanto, a sua demarcação ocorreu:

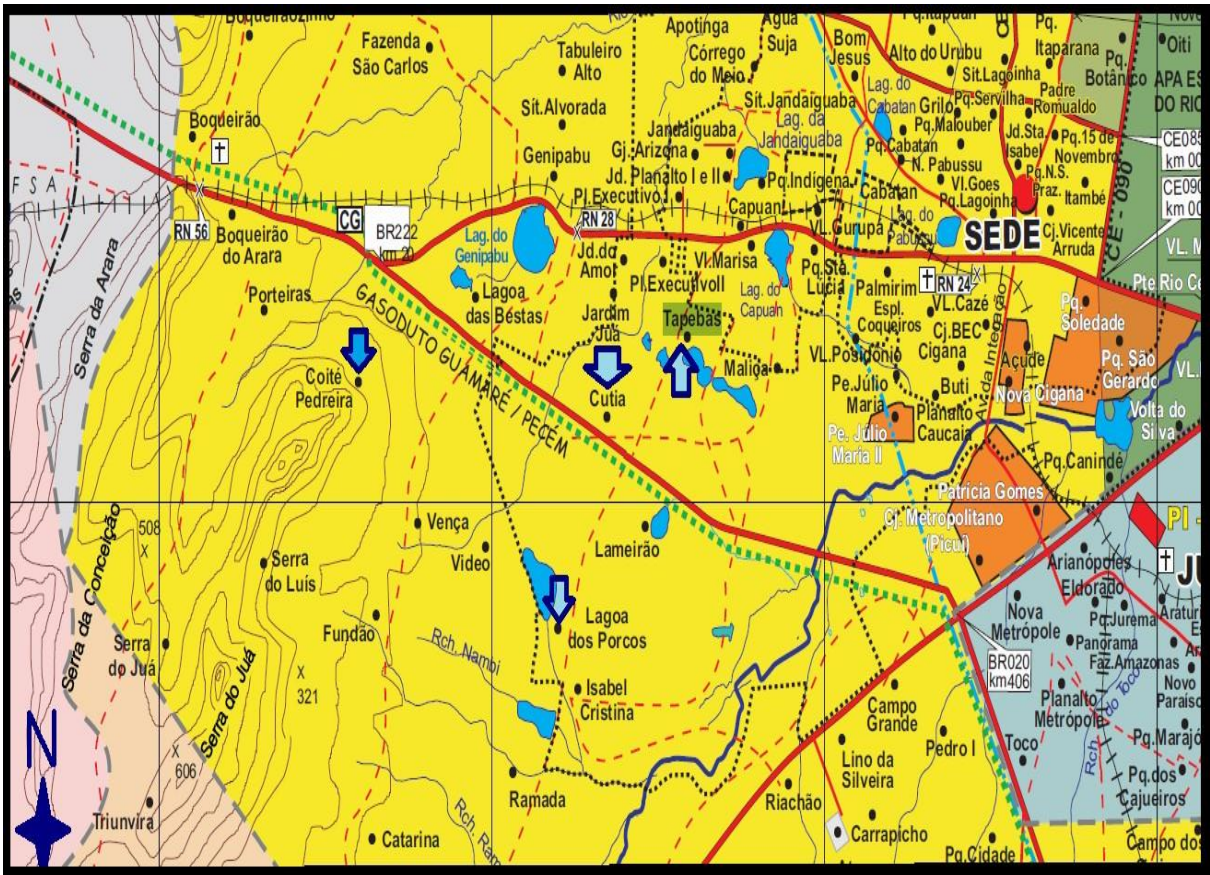
[...] quatro anos depois. A terra pertence a toda a comunidade Tapeba para a prática da agricultura e outros meios de subsistência, e parece ser dividida de forma bastante democrática. A prática da agricultura é bem comum na Comunidade Tapeba, o cultivo da mandioca para a fabricação da farinha, a conservação da carnaúba para utilização da palha na fabricação da cera e o consumo das frutas. Embora seja de suma importância analisar os meios de subsistência e a divisão social do trabalho dos Tapeba, o que chama a atenção é a busca da identidade (Nogueira, 2010).

Os Tapeba empregam diferentes maneiras de se apropriarem dos recursos naturais. E estas são essencialmente por meio do extrativismo<sup>87</sup> e, ainda, são por sazonais<sup>88</sup>. Essas comunidade indígenas apresentam contrastantes particularidades. Possuem áreas onde boa parte é habitada por tapebanos. Por exemplo, a paisagem do Tapeba – **lagoa do Tapeba, Cutia**, Lagoa dos Porcos e **Pedreira Santa Terezinha** conforme pode ser visto a sua localização na **Figura V.5.4.9**, a seguir.

---

<sup>87</sup> Conforme o “Dicionário informal” o “termo extrativismo, em geral, é utilizado para designar toda atividade de coleta de produtos naturais, seja de origem mineral (exploração de minerais), animal (peles, carne, óleos), ou vegetal (madeiras, folhas, frutos...). É a mais antiga atividade humana, antecedendo a agricultura, a pecuária e a indústria. Praticada mundialmente através dos tempos por todas as sociedades” a “pesca e o extrativismo são atividades relacionadas com os costões rochosos” (Extrativismo, 2015).

<sup>88</sup> Sazonal é uma característica de um evento que ocorre sempre em uma determinada época do ano. A produção de milho ocorre sempre na época da seca, é um produto sazonal (Extrativismo, 2015).



**Figura V.5.4.9:** Mapa das localidades do município de Caucaia / Lagoa do Tapeba, Cutia, Lagoa dos Porcos e Pedreira Santa Terezinha. Fonte: Imagem com acréscimos da autora com base no arquivo do Governo Municipal de Caucaia – Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo – Coordenação de Desenvolvimento Urbano (2008).

Consoante Nascimento (2006, p. 36), os Tapeba predominam “dentre suas atividades econômicas, o comércio ambulante, os pequenos serviços e trabalho assalariado”. Assim, os Tapeba como já foi dito exercem o ofício na palha da carnaúba por Nascimento (2006), Nogueira (2010), entre outros. De modo que são contratados tanto como diaristas como arrendatários para desenvolvê-los. E, ainda, eles comercializam as suas frutas. Existem áreas onde sua presença se configura de forma residual, como é o caso dos bairros do perímetro urbano de Caucaia, por exemplo, Capoeira (bairro Pe. Júlio Maria), Açude, Cigana, Itambé, Grilo, Vila São José, Vila Nova e Santa Rita que poderá ser visto no mapa da **Figura V.5.4.10**, a seguir. Nestes predominam o comércio abundante, os pequenos serviços e o trabalho assalariado. Há áreas com padrão de assentamento singular como é o caso do Trilho de Paumirim e Capuan e da(s) Pontes(s), em Parque soledade.



**Figura V.5.4.10:** Capoeira (Pe. Júlio Maria) – Açude – Cigana – Itambé – Grilo – Jardim do Amor (Vila São José) – Vila Nova – Santa Rita – Palmirim – Capuan – Soledade. **Fonte:** Imagem com acréscimos da autora com base no arquivo do Governo Municipal de Caucaia – Secretaria de Infraestrutura e Urbanismo – Coordenação de Desenvolvimento Urbano (2008).

Apesar de que a pesquisa aborde os grupos étnicos dos Tapeba que residem nas proximidades do mangue, nas praias e na mata de tabuleiro,<sup>89</sup> onde se encontra o entorno da Colônia Ecológica do SESC Iparana. Torna-se interessante, observar a existência dos grupos étnicos dos Tapeba também já aculturados, e dominados de conceitos e valores urbanos. Os moradores que moram no entorno do trilho é um bom exemplo disso, onde se evidencia o comércio e a negociação de frutas exercido pelos Tapeba. Porque envolve ainda fabricação de carvão vegetal, coleta de mudas de plantas de valor ornamental e a captura de animais silvestres na serra – principalmente pássaros – para a venda.

<sup>89</sup> É uma formação vegetal que ocorre ao longo da costa leste do Brasil fragmentada junto as áreas de Mata Atlântica desde o Rio de Janeiro até o Rio Grande do Norte. Muitos pensam que o Ceará está representado somente pelo ecossistema da Caatinga. Não é verdade existe nesse estado uma diversidade de sistemas ecológicos, mesmo que remanescentes, como a Mata de Tabuleiro, apresenta uma reserva de biodiversidade com espécies endêmicas de flora e fauna. A Mata de Tabuleiro é uma mata úmida, graças aos ventos carregados de vapor de água que sopram do mar. O nome tabuleiros é originário do fato da topografia da região onde ocorre apresentar grandes áreas planas inferiores a 200 metros de altitude (Ipec2011, 2011; Mata de tabuleiros, 2012).



**Figura V.5.4.11:** Ponte José Martins Rodrigues sobre o Rio Ceará

Fonte: Disponível em Fortaleza em Fotos de Vianna (2011).

Retornando a discussão do processo de aculturação dos índios Tapeba se nota que o artesanato pode ser uma ferramenta histórica. E assim, percebe-se que já nas Pontes, a pesca artesanal não colonizada de crustáceos, no mangue, e a retirada de areia do leito do Rio Ceará constituem as atividades econômicas principais de sua sobrevivência (Batista, 2012; Nascimento, 2006). As suas casas estão situadas às margens do rio, ou ainda, nas únicas áreas de aterro sólido do mangue, originadas quando a pavimentação da rodovia BR-222 – cuja ponte sobre o mesmo rio empresta o nome a localidade consoante **Figura V.5.4.11** acima.

Isso mostra o quão complexo é o povo Tapeba, por viver em diversas comunidades, locais e paisagens. E, ainda, observa-se que esta foi construída uma integração entre elas. Inclusive esta relação não foi unilateral e sim bilateral. E este fato condiz com o repensá-la a partir de Pacheco de Oliveira (2004, como citado em Diehl, 2012) quando aborda a viagem de volta e a sua reelaboração cultural do índio nordestino. Assim sendo e na medida em que, essa integração se deu desde o momento em que os colonizadores, há mais de 500 anos, então, na contemporaneidade se deveriam pensar numa sociedade brasileira – índios e não índios – como resultado irreversível dessa relação continuada.

Constantemente, essas comunidades têm suas formas de socialização e convivência assoladas pela mídia. Uma vez que esta impõe novas formas e funções de consumo num processo de efetivação, gerando, assim, uma crescente especulação e uma ocupação desordenada desse ambiente. É nesse contexto que, surge à consequência da destruição dos recursos naturais. Diante disso, observa-se a importância da criação e da organização de novos canais sociais de participação. Além disso, deveria ser estimulado um maior e constante diálogo entre os saberes e práticas comunitárias para que edifiquem uma maior visibilidade acerca da problemática que abarcam esses grupos e espaços.

Nesse sentido, percebe-se um valoroso instrumental para a organização das memórias em direção à preservação das identidades culturais e territoriais a partir dessas práticas e saberes desses grupos sociais, como ainda, para o fortalecimento dos seus laços de congregação e resistência entre comunidades (Batista, 2012; Nascimento, 2006).



**Figura V.5.4.12:** Paisagem com plantação de Carnaúba. Árvore-símbolo do Estado do Ceará, conhecida como “árvore da vida”. Fonte: Brasil Escola (2015).

Nessa direção, uma boa vantagem de se estimular mais o diálogo entre saberes está no exemplo da indústria – um produto extraído e comercializado para variadas funcionalidades e que tem origem indígena na cera de carnaúba<sup>90</sup> (**Figura V.5.4.12**)

---

<sup>90</sup> A carnaúba - (*Copernicia prunifera*),- também chamada carnaubeira, carandá e carnaúba, é uma árvore da

produto este usado em um grande número de indústrias. A indústria farmacêutica, nessa direção, tem a cobertura de tabletes e um grande número de embalagens de alimentos ligados essa produção da cera de carnaúba, desta maneira,

Ao contrário de muitas outras ceras, o acabamento com cera de carnaúba não se desfaz com o tempo, apenas fica opaco. Apesar da cera de carnaúba ter sido substituída em grande parte por sintéticos, ainda é um produto muito usado em muitas partes do mundo, a exemplo da cera para lustre de carros. [...] A cera de carnaúba é utilizada, ainda, na conservação de frutas, ela é dissolvida com água e outros ingredientes e aplicada sobre as frutas, formando uma película protetora que impede a ação oxidante do oxigênio e evita a perda de líquido com a evaporação. Estudos demonstram que a aplicação dessa proteção em tomates, mangas, e tantas outras frutas podem prolongar o seu viço quase o dobro do tempo de uma fruta que não recebeu essa aplicação (Carnaúba, 2015).

O coco é outro elemento natural do indígena muito comercializado nas praias cearenses. Este é um fruto da planta coqueiro. quase todas as partes do coco são úteis, talvez salvo as suas raízes não seja. Mas as árvores têm comparativamente um alto rendimento, além de possuir significativo valor econômico. Assim, o:

Coqueiro (*Cocos nucifera* L.) é uma palmeira perene originária do Sudeste Asiático e foi introduzida no Brasil em 1553 pelos portugueses. A planta é considerada uma das árvores mais importantes do mundo, devido ser uma atividade que gera emprego e renda em vários países do globo, onde seus frutos podem ser consumidos in natura ou industrializado na forma de mais de 100 produtos e subprodutos. Além disso, raiz, estipe, inflorescência, folhas e palmito geram diversos subprodutos ou derivados de interesse econômico. Além disso, o coqueiro é utilizado como planta paisagística para embelezar praças, canteiros públicos, chácaras e fazendas (Costa, Nascente, Ribeiro, & Ferreira, 2005).

É muito forte essa cultura do côco no Ceará, tanto na perspectiva econômica, quanto em seu uso cotidiano como alimento. Haja visto, que o Ceará é o segundo maior produtor do Brasil só perde para a Bahia (Globo, 2014). Entretanto, trata-se de um produto que depende da água, de um regime regular de chuvas, sendo ainda atividade de produção importante para o Estado do Ceará. Por isso, a sua produção dá ocupação para alguns segmentos da população, em particular, com baixa escolaridade. De modo que, a falta:

[...] de água tem comprometido a produção de um dos frutos tradicionais no Ceará, o coco. [...] Em Paraipaba, a 120 quilômetros de Fortaleza, 2055 famílias dependem do

---

família *Arecaceae* endêmica no semiárido da Região Nordeste do Brasil. É a árvore-símbolo do Estado do Ceará, conhecida como "árvore da vida", pois oferece uma infinidade de usos ao homem: as raízes têm uso medicinal como eficientediurético; os frutos são um rico nutriente para a ração animal; o tronco é madeira de qualidade para construções; as palhas servem para a produção artesanal, adubação do solo e extração de cera - cera de carnaúba -, um insumo valioso que entra na composição de diversos produtos industriais como cosméticos, cápsulas de remédios, componentes eletrônicos, produtos alimentícios, ceras polidoras e revestimentos (Carnaúba, 2015; Ferreira, 1986, p. 354).

cultivo do fruto em áreas irrigadas. Vistas de longe, as áreas cheias de coqueiros parecem fartas. Mas, de perto, é possível ver que os efeitos da falta d'água deixam o coco manchado, pequeno e inviável para o consumo (Globo, 2014, grifos da autoria).

O artesanato indígena percorre um caminho totalmente distinto ao do artesanato cearense. Muito embora os Tapeba de maneira geral estejam inseridos no contexto de convivência com essa sociedade. Isso ocorre devido o desenho do artesanato em sociedades indígenas que se distingue do formato importada da Europa, com suas congregações de serviços e ciências. Posto este artesanato que se mostra muito articulada com tradições de povos nativos dessa parte da América e bem “vivos”, nas comunidades de artesãos espalhadas pelo Ceará (Batista, 2012).

Voltando a uma perspectiva econômicas o povo Tapeba sobrevive de suas atividades. E as principais delas estão muito ligadas ao cultivo de batata, feijão, jerimum, mandioca, macaxeira, maxixe, milho e quiabo. Colheita de legumes e frutas como cajá, caju, goiaba, ingá e manga. E do caju eles fabricam: suco, doce, licor, cozinha com peixe e de maneira especial para fazer a bebida sagrada empregada em rituais, apontamento de mocororó. (Gomes, Vieira, & Muñiz, 2007; Povo Tapeba, 2000). E igualmente, o Povo Tapeba (2000, p. 37) complementa ainda:

O roçado é uma das fontes de sobrevivência do povo Tapeba. [...] Para que o roçado nos dê tudo isso é preciso muito trabalho. Primeiro escolhemos um lugar bom para plantar. Depois brocamos, em seguida queimamos o mato, fazemos uma limpeza e plantamos as sementes. Depois das sementes nascidas, limpamos, de vez em quando, até as plantas começarem a botar os alimentos. Depois é só colher e comer.

A carnaúba era usada como uma grande fonte de produção de emprego por meio do aproveitamento integral dessa planta. Assim, dos frutos da carnaúba era utilizado como alimentos. Das suas folhas para a fabricação de vassouras, chapéus, cordas, redes, cocás, vestes etc. Do seu caule para fabricar madeiras e até mesmo como bancos e das suas sementes para plantação de novo cultivo (Povo Tapeba, 2000). Inclusive, o jornal Diário do Nordeste (Apoio ao artesanato..., 2011) registra a singularidade dessa cultural através do apoio ao artesanato indígena e divulga que o:

[...] artesanato é uma forma de chegar a outros lugares e dizem ‘sim, nós existimos’. [...] A arte Tapeba é uma das mais procurados. [...] as ‘quartinhas’ potes de barro de médio porte para água potável, e os arco e flecha para decoração de parede. ‘Bio- jóias’ de cada novo colar de sementes, cocá, ou mesmo nas tintas vegetais que transformam desenhos no corpo”. [...] Peças de barro são utensílios domésticos”.



Eles tem como alimentos para sua sobrevivência, ainda, a “batata de água pé, mata fome, mucunã, araticum, rato cuandú, uruá, maria preta, canapum, camaleão, tejo, preá, nambú, caçaco, cobra de veado, gato do mato, beijú, tapioca, peixe, bolo de milho e mugunsá.” (Povo Tapeba, 2000, p. 40). Utilizam a pesca do caranguejo, siri, aratu e peixe como atividade igualmente de sobrevivência. Segundo Barroso (2000) são também pescadores que habitam o litoral cearense e utilizavam a jangada de cinco paus roliços conhecida por igapeba. Eles amarravam com cipós e moviam com a jacunã, um bastão chato que utilizava como fosse remo. E a vela passou a:

[...] ser utilizada pelos tupis, por influência dos navegadores europeus. Era triangular e tinha o nome de cutinga (língua branca). Também outros aparelhos náuticos, como o banco do mastro, a carlinga e a bolina, surgiram após a chegada dos brancos. Deste modo, podemos dizer que a jangada, a mais típica embarcação empregada por nossos pescadores, é uma invenção cabocla (pelo menos em sua forma cearense tradicional), pois a seus elementos tupis, foi acrescida a arte dos navegadores europeus. Os nomes indígenas de seus diferentes equipamentos de pesca, como o samburá, o toaçu, a araçanga, o aracambus e a tapinambala, porém, permaneceram até hoje (Barroso, 2000, p. 64).

Assim, as **Figuras V.5.4.13, V.5.4.14, V.5.4.15 e a V.5.4.16** a seguir retratam um pouco do muito talento do artesanato indígena que vem do saber embaralhar das palhas e dos cipós, das esculturas em madeira e em barro usando a carnaúba e o barro, da reprodução de desenhos com areias coloridas em vidros e garrafas, dos artefatos de búzios e ostras. Como também, podem ver da medicina do Povo Tapeba por meio de suas práticas de saúde popular, dos cocos de roda, da técnica de construção das suas embarcações, dos bordados, rendas de bilros, entre outros. São estes saberes e práticas que podem ir de encontro ao turismo responsável tanto para a geração de renda quanto para o desenvolvimento sustentável. Barroso (2000, p. 8) conta igualmente que:

Tabajaras, pitiguaras, canindés, tremembés, cariris, tapebas e outras nações tapuias, eram parte da natureza agreste. Com mãos hábeis, trançavam os cipós, amoldavam o barro e a terra mãe lhes provia o sustento. [...] Nasceu o Ceará do vaqueiro audaz e do hábil artesão, do afoito jangadeiro e da delicada rendeira. Reino de cantadores inspirados, moleques astutos e brincantes faceiros. Nação de morenas dengosas e cegos sanfoneiros. País de beatos, conselheiros, rezadeiras e santos guerreiros. Pátria de poetas irreverentes e rebeldes visionários.



**Figura V.5.4.13:** Artesanato dos povos moradores litorâneos ('quartinhas' potes de barro de médio porte para água potável). Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura V.5.4.14:** Artesanato dos povos moradores litorâneos (escultura em madeira)

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura V.5.4.15:** Artesanato dos povos moradores litorâneos (desenhos com areias coloridas em vidros e garrafas). Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura V.5.4.16:** Artesanato dos povos moradores litorâneos (a maraca)<sup>91</sup>

Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).

---

<sup>91</sup> É um dos instrumentos que os Tapeba utilizam e fazem a partir da cabaça ou coitizeira. “O processo de preparo da maraca é um ritual cultural e religioso”. Eles escolhem “a melhor, a mais bela, que ainda passa por um ritual de enfeite, adornos, para por último ser consagrada” e exaltada. Acreditam que com o processo da maraca engrandecem aos deuses que julgam ser eles dignos de receber o que há de melhor deles e das terras indígenas. É da maraca que tiram “os sons e melodias dadas pelos deuses que tocam profundamente” o íntimo deles, despertando neles os antepassados e vitórias, e assim, dando a eles garra para enfrentarem os desafios da vida. A maraca é considerada por eles um escudo cultural e espiritual. Porque ao ouvir a sua melodia o espírito indígena renova as suas forças, eles sentem-se como se flutuasse, o corpo ficasse suave e passasse a obedecer somente ao espírito. Por isso, que para os Tapeba a maraca é “mais uma arma no combate aos posseiros.” (Povo Tapeba, 2000, p. 32).

“Em termos mais gerais, **“não apresentar o artesanato”** indígena **“vinculado ao artesanato cearense”**, **não** denota **que** isso se possa conseguir **extraí-lo** da cultura **“cearense”**. Como também, **pouco se falar sobre o artesanato Tapeba separado** e/ou negado a sua influência – ou a sua herança – “[...] **tanto de organização como de técnica para as diversas manifestações artesanais que existem no Ceará**”. Isso, igualmente, não irá adiantar porque uma realidade cultural não deixa de existir só porque uma elite assim queira anular ou negar (Batista, 2012, pp. 45-46).

Isto porque, **“muitas vezes, são apontadas as influências portuguesas como principais”** a estas. Entretanto, de acordo com a história, esse esquecimento do **artesanato** indígena **tornou-se** óbvio a sua evidencia da tentativa de apagá-la conforme é sentida e apresentada por CIMI e CNBB (2015), Nogueira (2010), Tófoli (2009), outros autores ou mesmo, pelos próprios Tapebas (2000). É fato que se concretiza essa evidência no campo como se **“foi colocado ao longo das políticas governamentais e entre os estudos acadêmicos”** seja por ter uma história de perseguição cultural, muito molda o papel que o mesmo adquire nesta sociedade ou a sua pouca discussão ou apenas posta até fora desse contexto político, social e científico (Batista, 2012, p. 45, grifo nosso).

**“A produção artesanal entre os Tapeba é feita geralmente pelas mulheres e comercializada em diversas feiras, nas aldeias e, durante [...] certo período, no Centro ‘Cultural Tapeba’”(CPC)** (Batista, 2012, p. 50, grifo nosso), criado com ajuda de organismos não governamentais, que encontra, por vezes, dificuldades financeiras de manutenção, o que mostra a fragilidade desse grupo indígena. Assim sendo, tanto Freitas (2012) quanto Krichanã (2013) falam que o projeto do CPC Tapeba:

[...] remonta a 2001, quando uma parceria entre a francesa Fundação Abbé Pierre e a ONG ADELCO-Associação para o Desenvolvimento Local Co-Produzido, deu início à sua construção visando gerar emprego e renda para os indígenas e tornar auto-suficientes, em vários aspectos, os Tapeba. Para tanto, à época foram realizados cursos de capacitação para os índios, em diversas áreas. Com o apoio da Vivo, estas pretensões poderão agora ser retomadas.



**Figura V.5.4.17:** Centro de Produção Cultural Tapeba Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).

No entanto, o CPC de Caucaia passou por uma paralisação de suas atividades, com a saída do apoio da instituição que auxiliou na instalar essa central de artesanato, entre 2010 e 2014, como pode-se ver, neste comunicado, publicado no *site* do Jangadeiro (2012) que o Centro de Produção Cultural dos Tapeba se estabeleceu em janeiro de 2005 e já fechou em 2010 por falta de recursos que:

[...] antes [era] disponibilizados pela Fundação Abbé Pierre (FAP).[...] Há dois anos desativado, o Centro de Produção Cultural (CPC) dos índios Tapeba, localizado na BR- 222, em Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza, deve receber investimentos de infraestrutura e ajuda tecnológica de empresa telefônica por meio do Plano Básico Ambiental (PBA). [...] Segundo o líder comunitário dos Tapeba, Weiber Costa, a parceria foi firmada com a empresa telefônica Vivo em troca de um “pedaço” do terreno indígena para a implantação de um cabo de fibra ótica no local. “Como o empreendimento gera impacto ambiental, o PBA prevê ações de fortalecimento cultural e a revitalização do espaços”, disse o líder.

Nesse período, de investimento da Adelco, Fap e Acita os povos Tapeba já tinha a sua produção de artesanato mantida na comunidade, muito embora com muita dificuldade de apoio a sua comercialização. Mesmo assim, eram lançadas as peças como: bolsas, “colares, cintos, pulseiras e saias” confeccionados a partir de materiais fornecidos pela

flora como, por exemplo: **“Jeriquiti, bambu, macunã e casca de Cajazeira”**. Eles **“trabalham com a palha de carnaúba, fibras de tucum, cerâmica e sementes que se transformam em utensílios de caça, instrumentos musicais, cocares, brincos, pitchula<sup>92</sup> e outros adornos.”** (Batista, 2011, p. 9, 2012, p. 49). Por exatamente por essa influência e reconhecimento dessa riqueza artesanal é que foi criado o Centro Artesanal, por meio dessa parceria já citada, que teve como objetivo definir a:

[...] a substituição da palha de carnaúba, que fazia a cobertura do centro cultural, por **telha ecológica**, além da substituição da rede elétrica e a implantação de duas **ilhas digitais** para os jovens da comunidade desenvolverem trabalho em áudio visual. [...] A ação de revitalização, que teve início em maio deste ano, está paralisada por falta de assinatura do PBA por parte da **Fundação Nacional do Índio (Funai)** e a empresa telefônica. “A expectativa é que as questões burocráticas sejam resolvidas até o final do ano e que o espaço revitalizado esteja inaugurado e funcionando em janeiro de 2013”, disse Weiber (Jangadeiro, 2012, grifos nosso).

Observa-se que os indígenas utilizam uma diversidade de **materiais**. Pois estes são decorrentes tanto de **“penas de galinha, pavão e pequenas aves de caça”** como a **extração** do meio ambiente, de **“palha da carnaúba, sementes e madeira”** de fibras vegetais da região para fabricar o carvão vegetal (Nascimento, 2006). Às vezes, **“[...] as artesãs atendem a encomendas, feitas por empresas, onde a pintura ou a aplicação de palha, madeira ou miçangas servem de ornamentos para peças industrializadas do vestuário.”** (Batista, 2011, p. 9, 2012, p. 50, grifo nosso).

Além disso, torna-se importante se lembra de que foi **devido** à preocupação com **os impactos ambientais** originados pelas ações e **invasões** as **terras indígenas** que eles **explicam** esse aumento na **escassez de material local** e exemplifica por meio do **“uso demasiado de sementes, como açai”**. Nessa direção, o artesanato é motivo também de um aumento na tensão entre agricultores e indígenas como registra CIMI e CNBB (2015) e a elucidação de Batista (2011, p. 9-11, 2012, p. 50-52) para que:

O artesanato funcional para causar esses efeitos na sociedade, não somente a distinção imagética (o uso de cocares, colares, etc em espaços externos) como também para uma afirmação interna da propriedade dos saberes - a fabricação e seu uso em rituais e festejos internos. Noto o artesanato também como instrumento político, que pode ser utilizado, tanto na relação dos índios com as forças políticas externas - governo do Estado, grupos empresariais - como em disputas políticas internas. Neste âmbito, o CPC Tapeba, aparece como ponto de conflito e entendimento interno e externo.

---

<sup>92</sup> Pitchulas são tops femininos usados para cobrir os seios, feitos de coco e palha, ou somente de palha (Batista, 2012, p. 50).



Os indígenas fixam regras e delimitam o que é **próprio** deles de dominação do seu saber. De modo que separam e permitem apenas a saída para o mundo exterior de materiais **que** julgarem os “homens brancos” poderem ter acesso a estes. Nesse sentido, há uma **“seleção do tipo de artesanato que sai das aldeias para a venda aos ‘brancos’”**. Estes obedecem a **“critérios definidos internamente entre artesãos, usuários e lideranças sobre alguns trajes cerimoniais, como os da Festa da Carnaúba”**. Com isso, observou-se que os atos indígenas são de **“direito, como este, que afirmam uma autoridade e tem força de lei, que servem como base para firmar o poder simbólico, o reconhecimento e a existência de tal prática.”** Deste modo que, é muito comum escutar depoimentos como **“cada pintura é especial não vai se repetir’, ou ‘o traje da festa não é pra vender, é especial daquele momento’”**<sup>93</sup> (Batista, 2011, p. 12, 2012, p. 53, grifo nosso).

E com a comercialização dos produtos indígenas como instrumento sócio educativo nas **escolas** ou nos **grupos estrangeiros** isso faz com que haja uma expansão através da passagem de uma perspectiva de venda individual para outra numa dimensão também do coletivo e com característica educacional. Porque **nesse contexto**, criam-se entre esses grupos **trocas, não só de materiais**, mas também a **simbólicas**. De maneira que, a constituição do valor torna-se uma sinalização para as:

[...] relações políticas entre os grupos sociais. Os sentidos simbólicos estão em construção com a realidade social em uma relação constante com a cultura material. Dentro de uma crítica às análises modernas e etnocêntricas sobre o artesanato, que o entende como produto pretendido para a troca dentro do sistema socioeconômico do capital, propõe-se a possibilidade de observar com maior amplitude estes objetos como sujeitos repletos de representações (Batista, 2011, p. 15, 2012, p. 106).

Assim sendo, surge nessa ação o turismo de base comunitária como ferramenta sócio educativo para a melhoria da qualidade de vida da população e dos povos que adota um papel importante nessa conjuntura. Já que tem em suas bases a valorização e a preservação da tradição, do conhecimento e da mobilização social em prol da melhoria da qualificação dos produtos e da qualidade de vida dos indígenas. Tradição esta que não se deixa ser apagada e que se redescobre a cada dia por meio de suas lutas, de seu povo e de sua cultura que poderá ser observado esta tradição nas **Figuras V.5.4.18, V.5.4.19 e V.5.4.21**.

---

<sup>93</sup> Em relação às vestes produzidas para a Festa da Carnaúba, uma data onde homenageiam a árvore típica do litoral cearense (Batista, 2011, p. 12, 2012, p. 53).



**Figura V.5.4.18:** Apresentação Cultural Escola Indígena Índios Tapeba no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado.

Fonte: Acervo do celular da autora (19 de outubro de 2015).



**Figura V.5.4.19:** Apresentação Cultural da Escola Indígena Amélia Domingos no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado

Fonte: Acervo do celular da autora (19 de outubro de 2015).

Nota-se, ainda, que comumente são apresentados no mundo acadêmico estudos que abordam produções como cerâmica, plumária, pintura ou tecidos, os mais diversos possíveis em muitas aldeias e de modo mais específico relacionados ao ritual, ao religioso, ao utilitário e igualmente à troca. E nesse contexto, por exemplo, a manifestação cultural e religiosa desenvolvida pelo povo Tapeba como o Toré que é caracterizado como a principal manifestação cultural indígena do Ceará – por ser um “ritual sagrado do povo Tapeba e de vários povos indígenas do Ceará. É dançado em agradecimento ao deus Tupã” (Povo Tapeba, 2000, p. 27), ou melhor, eles evocam a natureza por meio da simbolização das energias do deus Tupã, que remete a um ritual específico de religiosidade e expressão artística refletindo por meio da dança e do canto o encontro entre a tribo e seus antepassados para agradecerem as suas conquistas e retomadas.



**Figura V.5.4.20:** Apresentação da Dança do Toré fora do Terreiro Sagrado em 2004 Fonte: Arruda (2004).



**Figura V.5.4.21:** Dança do Toré no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado. Fonte: Acervo do celular da autora (19 de outubro de 2015).

Assim, o Toré (**Figuras V.5.4.20, V.5.4.21 e V.5.4.24**) é uma cerimônia de 30 minutos, inclusive consoante a repórter Ruchet (2014) esse ritual é atualmente realizado nas Escola Indígena Índios Tapeba. Portanto, o Toré é também a prova viva da existência da identidade étnica e da cultural do povo Tapeba. Tal relevância é a sua representação que segundo o Povo Tapeba (2000) o homem branco só poderá participar dessa cerimônia ou dessa dança sagrada se este for convidado por eles. Além disso, o povo Tapeba tem sido analisado e este estão numa luta de reconhecimento com base no:

[...] processo histórico de individuação étnica de frações de diversas sociedades indígenas nativas de Caucaia [...]. Em virtude do modo particular como se constituem e se inserem enquanto grupo distinto na sociedade regional, a discussão em torno da sua identidade indígena tem marcado a sua história recente, em particular o processo de reconhecimento oficial do seu território pelo Estado (Povo Indígena no Brasil, 2010).



**Figura V.5.4.22:** Sinalização do Local do Terreiro Sagrado do Pau Branco no distrito de Capuan  
Fonte: Acervo pessoal do celular da autora (19 de outubro de 2015).



**Figura V.5.4.23:** Festa no terreiro do Pau Branco, distrito de Capuan  
Fonte: Convite]: último... (2011).



**Figura V.5.4.24:** Toré no Terreiro Sagrado. A foto mostra o Toré, que é a dança tradicional dos Tapeba, dançado no Terreiro Sagrado do “Pau Branco”, onde se reúnem a primeira vez. Alguns índios vestem trajes completos e alguns mesclam roupas industrializadas com partes do traje tradicional

Fonte: Foto Heloisa Araújo disponível em Batista (2012).

Atualmente, os Tapeba, grupo indígena da região possui uma **cadeia turística** formada pela visita ao “Memorial Cacique Perna de Pau” (**Figura V.5.4.28**) e a lugares sagrados como o “Terreiro Sagrado do Pau Branco” (**Figuras V.5.4.18, V.5.4.19, V.5.4.22, V.5.4.24, V.5.4.25 e V.5.4.26**), onde o grupo realiza seus rituais sagrados e atividades culturais, como a “Festa da Carnaúba” (**Figuras V.5.4.18, V.5.4.19, V.5.4.21 e V.5.4.25**) (BATISTA, 2012) possuindo ainda o agendamento de trilhas ecológicas pelo seu território, conhecimento da culinária, banho na Logoa dos Tapeba (**Figuras V.5.4.31 e V.5.4.32**) e medicina ancestral, vivência das danças e rituais da etnia Tapeba, representação das escolas indígenas e como exemplos delas as Ocas representando as escolas indígenas (exemplos: **V.5.4.27, V.5.4.28, V.5.4.29 e V.5.4.30**), como também, apresentações culturais das escolas na Festa da Carnaúba no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado (exemplos: **Figuras V.5.4.18 e V.5.4.19**), dentre outras atividades ofertadas (exemplos: **V.5.4.25, V.5.4.26, V.5.4.27, V.5.4.28, V.5.4.29 e V.5.4.30**).



**Figura V.5.4.25:** Oca suspensa tem com o objetivo monitorar a área da lagoa e embaixo venda de comida típica no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado

Fonte: Acervo pessoal do celular da autora (19 de outubro de 2015).



**Figura V.5.4.26:** Oca Pixilinga com o objetivo divulgar os guerreiros indígenas e cultura indígena no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado

Fonte: Acervo pessoal do celular da autora (19 de outubro de 2015).



**Figura V.5.4.27:** Oca da Escola Indígena Marcelino Alves de Matos na Festa da Carnaúba no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado  
Fonte: Acervo pessoal do celular da autora (19 de outubro de 2015).



**Figura V.5.4.28:** Oca da Escola Indígena da Ponte na Festa da Carnaúba no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado  
Fonte: Acervo pessoal do celular da autora (19 de outubro de 2015).





**Figura V.5.4.29:** Oca da Escola Indígena Escola Vila dos Cacos na Festa da Carnaúba no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado  
Fonte: Acervo pessoal do celular da autora (19 de outubro de 2015).



**Figura V.5.4.30:** Oca da Escola Indígena Tapeba Capuan na Festa da Carnaúba no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado  
Fonte: Acervo pessoal do celular da autora (19 de outubro de 2015)



**Figura V.5.4.31:** Sinalização da Lagoa dos Tapeba no Terreiro Sagrado Fonte: Acervo pessoal do celular da autora (19 de outubro de 2015).



**Figura V.5.4.32:** Lagoa dos Tapeba / Festa da Carnaúba no XV Feira Cultural / XIV Jogos Indígenas / XVI Festa da Carnaúba no Terreiro Sagrado. Fonte: Acervo pessoal do celular da autora (19 de outubro de 2015).

A comunidade dos Tapeba conquistou o direito de ocupação de uma área do município de Caucaia, onde foram construídas suas habitações; conta com escolas implantadas, que funcionam de modo a respeitar suas tradições culturais. Assim foi em 1990 que se começou esse movimento por escolas diferenciadas, “pois a mesma existia embaixo de um pé de cajueiro, sendo construído um espaço físico no ano de 1992”. Eles acreditavam ser com a escola diferenciada que fosse “resgatar a cultura indígena e preservar os costumes de geração em geração” e com isso fortalecer a luta deles (Povo Tapeba, 2000, pp. 43-45). Essa luta por respeito ao direito à terra, à cultura indígena e, por conseguinte, a retomada de terra dos Tapeba de Caucaia segundo Palitot (2009, p. 26) gerou alguns conflitos e o autor explica que isso colocou:

[...] em questão os impasses que a protelação da regularização fundiária da Terra Indígena Tapeba impõe para esse povo. Reconhecidos plenamente pela opinião pública, pelos órgãos de Estado e ocupando importantes assentos em comissões multilaterais da política indigenista nacional, os Tapeba ainda não viram reconhecidos os seus pleitos territoriais. Tal situação gera inúmeras tensões com alguns segmentos sociais e certos níveis da administração pública, o que tem levado os Tapeba a investir em ações diretas de ocupação territorial, como modo de pressionar pela regularização das terras, mas também como alternativa para garantir a reprodução física e social do grupo.

Entretanto, vale ressaltar que esse “resultado complexo” (Limena, 2006) de conflitos de terras indígenas gerou tensões que repercutiu também negativamente na conquista indígena com referência à construção do Memorial Cacique Perna de Pau e o Centro de Produção Cultural Tapeba. Inclusive Boullón (2004, p. 25) lembra-se de que, por exemplo, é na ocorrência das crises mais profundas que “o homem mobilizou com mais vigor a sua capacidade criadora, e do mesmo modo paradoxalmente surgiram novas teorias e técnicas que facilitaram os grandes passos adiante na marcha da humanidade”. Para ele as crises são cíclicas e se deve reconhecê-la como possível permanência e variações. E esta também pode ter um caráter global que poderá chegar a revelar-se na política, nas econômicas e sociais, e inclusive nas religiosas, como também nos valores culturais do grupo e nos valores individuais (Boullón, 2004). Nesse sentido, Boullón (2004) e Limena (2006) contribuem para compreender melhor as tensões trazidas por Palitot (2009). E estas abrem possibilidades de novas saídas para concretizar no equipamento turístico Memorial Cacique Perna de Pau / Centro de Produção Cultural Tapeba (**Figuras V.5.4.33 e V.5.4.34**):



**Figura V.5.4.33:** Placa de sinalização do Memorial Perna de Pau

Fonte: Foto tirada do celular pessoal da autora (2015) para registrar o abandono desse equipamento turístico.



**Figura V.5.4.34:** Local do Memorial Cacique Perna de Pau / Centro de Produção Cultural Tapeba  
Fonte: Foto tirada do celular da autora (2015) para registrar o abandono desse equipamento turístico.

No entanto, vale ressaltar que, FUNAI (2015b), o CIMI e CNBB (2015) afirmam em seu relatório do Cimi sobre a Violência contra os povos indígenas no Brasil baseado nos dados de 2014 já nesse item abordado. Este, então, assevera que os bens imateriais como os “saberes tradicionais, línguas narrativas, rituais, expressões religiosas e conhecimentos específicos”, adicionam-se “aos direitos autorais, ao direito de imagem e ao direito intelectual”. Assim sendo, e consoante a isto com o que se determina a Constituição Federal: constitui-se crime a violação aos povos indígenas quando não se respeitam as suas terras e todo esse conjunto de elementos elencados que “são de usufruto exclusivo dos povos que as habitam.” (CIMI & CNBB, 2015, p. 46). Nessa perspectiva do Relatório do CIMI e CNBB (2015, p. 159) prever medidas para desautorizar toda e qualquer:

[...] política da indiferença, o primeiro passo é contrapor-se à lógica perversa e imediatista do “desenvolvimento”, da exploração e da acumulação, que associa os povos indígenas ao passado. E, depois, apropriar-se do sentido do Bem Viver desses povos, que organizaram a sua relação com o meio ambiente com forte simbolismo religioso, reproduzindo a igualdade social, para assegurar a vida das gerações futuras.

Vale notar que a notícia publicada no jornal local de Fortaleza sobre a dinâmica pedagógica das escolas, que obedece a parâmetros curriculares instituídos pelo Ministério da Educação do Brasil, atendendo a demandas do movimento indígena em várias partes do País, ao longo das décadas de 1980 e 1990, que atualmente são legalizadas e tratadas como direito à educação indígena. E como exemplo, traz a Escola Indígena de Caucaia que iniciou num cajueiro e por algum tempo esta foi à única escola e que tem:

Hoje [...] 13 instituições de ensino. [...] A escola está no novo espaço desde o ano de 2006. [...] na escola os alunos são ensinados a partir do **método convencional**, com matérias como português, matemática e ciências. E os estudantes saem de lá prontos para entrar na universidade. Mas eles também têm professores próprios para ensinar a **cultura indígena**. [...] Segundo ela, a **Secretaria da Educação do Ceará** (Seduc) já prometeu a ampliação da escola, mas até agora nada foi feito. Eles prometeram também um novo laboratório e uma quadra de esportes. “[...] E precisamos também de uma quadra, porque os alunos fazem educação física no campo da comunidade, no sol e sem estrutura.” (Ruchet, 2014, grifos nosso).



**Figura V.5.4.35:** Escola Indígena Tapeba do Trilho na Caucaia

Fonte: Acervo fotográfico disponível em Patrimônio para Todos (2013).

E retornando a discussão do “Centro de Produção Cultural Tapeba”, apesar de que este espaço inaugurado em 2005, com a ajuda de uma ONG francesa, e construída para difusão da cultura indígena e que hoje integra uma rede que abrange toda região nordeste através de bases comunitárias – A Rede de Turismo Comunitário (Rede TUCUM). Entretanto, como já dito consoante *site* Jangadeiro fechou em 2010 e matéria do jornal cearense pelo repórter Costa (2013) a seguir:

A antes imponente oca que chamava a atenção de quem cruzava a BR-222 em direção a Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza, encontra-se abandonada. Do antigo Tapeba Centro de Produção Cultural restou apenas a estrutura de madeira que, sem palhas, pouco lembra o monumento – referência à maior comunidade indígena do Estado. [...] Segundo Josemir, após o término do acordo com a fundação francesa, ao fim de 2009, os índios tiveram dificuldade em arcar sozinhos com a manutenção do centro. “Às vezes as pessoas perguntam ‘como os índios deixaram acabar isso?’, mas elas não conseguem compreender a dificuldade que era de se manter”, completa.

Conforme coordenadora de projetos da Adelco, Sílvia Barbosa, e posterior término do contrato com a FAB, a ONG cearense em conjunto a esse ocorrido também terminou a verba para manter o centro cultural. E com isso Silva explicou que o “custo de manutenção era alto e nós não tínhamos mais como fazer o apoio financeiro. A partir daí, havia a necessidade de surgirem novos parceiros, como o poder público, para ajudar os índios. Mas isso não aconteceu”.

A repórter Costa (2013) entrevistou e trouxe ainda à fala do Sr. Weiber Nascimento, presidente da Acita – a associação firmou um acordo com a empresa telefônica “Vivo” de que esta empresa e assim seria responsável na reconstrução do centro cultural. Ou seja, o acordo firmava que a Vivo iria “instalar um cabo de fibra ótica que [...] [passaria] pelas terras indígenas. Como compensação ambiental, a empresa assinou, há duas semanas, um termo de compromisso para reformar o centro”. O presidente da Acita explica ainda para a reforma do Centro de Produção, com o intuito de funcionar como um equipamento de divulgação cultural indígena a Acita igualmente buscou a ajuda da Secretaria da Cultura do Estado e da Secretaria da Cultura e Lazer de Caucaia. Entretanto, a empresa:

Vivo, por meio de nota, informou que as obras no Tapeba Centro de Produção Cultural já foram iniciadas, mas precisaram ser interrompidas. Conforme a empresa, os trabalhos serão retomados até o fim de junho. Já a Secult, pela assessoria de imprensa, avisou desconhecer qualquer projeto enviado, até o momento, para a reconstrução do centro. **O POVO** tentou entrar em contato com a Secretaria da Cultura e Lazer de Caucaia e com a Assessoria de Comunicação Social e Cerimonial do município, mas as ligações não foram atendidas até o fechamento desta edição (Costa, 2013).



**Figura V.5.4.36:** Atividade com os indígenas – uma experiência de ação educativa para o turismo de bases comunitárias realizada dentro do Centro de Produção Cultural Tapeba, através da programação social do Serviço Social do Comércio – SESC. Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).



**Figura V.5.4.37:** Reunião com os indígenas – uma experiência de ação educativa para o turismo de bases comunitárias realizada dentro do Centro de Produção Cultural Tapeba, através da programação social do Serviço Social do Comércio – SESC. Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).





**Figura V.5.4.38:** Caminhada com os indígenas – uma experiência de ação educativa para o turismo de bases comunitárias realizada no Centro de Produção Cultural Tapeba, através da programação social do Serviço Social do Comércio – SESC. Fonte: Acervo fotográfico do SESC Ceará (2010).

Diante desse contexto histórico dos índios Tapeba, torna-se importante trazer também para essa discussão a contribuição da Ação comunitária do SESC Ceará e a sua ação em Iparana. Assim, lembra-se de que, no período de 2005 a 2009, desenvolveu atividades na comunidade Tapeba, a partir de uma demanda de suas lideranças por espaço maior e alimentação para realizarem suas cerimônias e ritos a serem desenvolvidas a cada ano. A partir disso, o SESC Iparana passou a ceder espaços para tais festejos indígenas, vistos culturalmente por eles como obrigações devidas às suas divindades.

No conjunto de grupos alcançados pelas ações sociais do SESC na região, foram os Tapeba os últimos incorporados, já que esse trabalho fora iniciado primeiro com os pescadores e marisqueiras e rendeiras. Ao lado disso, veio uma segunda demanda dos Tapeba ao SESC com relação à alimentação cotidiana, pois em visita à comunidade, descobriu-se que a comunidade não tinha alimentação suficiente para o conjunto de pessoas ali integrantes.

Dentro do Programa Mesa Brasil (MBS) inicialmente chamado de Amigos do Prato e hoje Programa Mesa Brasil. Este foi criado primeiro pelas regionais do SESC em São Paulo

e Rio de Janeiro, logo em seguida no SESC-CE, em 2001-2002, que tornou-se parte de um programa nacional do Governo Lula, posteriormente – que é um Banco de Segurança Alimentar formado pelo excedente de alimentos produzidos pelas empresas agrícolas e industriais, que por apresentar pequenos defeitos ou prazos de validade curtos, ainda que em perfeita condição de uso.

Deste modo que esta parceria com os doadores configura-se um dos tripés do Programa Mesa Brasil, e que funciona com base em uma metodologia própria de banco de alimentos que exige uma logística eficiente, rápida e segura para chegar à mesa de segmentos da população de maior vulnerabilidade social e nutricional – e esta constitui-se o segundo pilar do tripé –, como: asilos, orfanatos, casas de drogados, comunidades indígenas, entre outras entidades sociais cadastrada nesse programa. Ele também atua na redução do desperdício de alimentos, no desenvolvimento de ações educativas voltada principalmente ao desperdício e na promoção da solidariedade social. E terceiro pilar, os voluntários ampliando a ação educativa nas comunidades e nas entidades sociais (SESC DR, 2014c).

Vale ressaltar que estas instituições receptoras precisam ter condições básicas de fornecer o alimento preparado para consumo em refeições diárias, sendo fiscalizada pela equipe técnica de nutrição e assistência social do Programa Mesa Brasil SESC Ceará, que produz relatórios mensais sobre tais atividades.

E por conseguinte, atualmente, ainda, o SESC-CE continua com esse trabalho do MBS quinzenalmente os Tapeba recebendo alimentos pelo Programa acima descrito. Ressalta-se que o Sesc em suas atividades no geral não se pode destinar recursos financeiro para a construção ou a reforma de prédios fora das unidades. Por isso, que no caso do abandono da Central de Artesanato dos Tapeba em Caucaia isso mostra a sua vulnerabilidade social e sua dependência da ajuda de ONGS e instituições públicas, como igualmente das privadas para a sua manutenção como comunidade.

Dentro dessa discussão, vale ressaltar que o Programa Cultura do SESC Ceará tem como prioridade o estímulo à produção e difusão artístico-cultural desenvolvendo produtos e processo nessa linha de pensamento. Além disso, o seu planejamento das ações para 2015 teve o reforço das Diretrizes para o Quinquênio 2011-2015, e com isso, a preocupação a mais dessas orientações (SESC DN, 2014). No entanto, este documento será exposto com um pouco mais de detalhes no próximo item em que irá aprofundar o Programa Assistência passando por essas diretrizes do Departamento Nacional do SESC. Mas, torna-se relevante aqui já tratar os itens desse documento referente ao nº 9 – que “ênfatizar os programas

Cultura e Lazer” e ao nº 10 – que fala da “ação modelar nos programas educação, saúde e assistência” (SESC DN, 2010b, p. 8).

E nessa sequência o nº 9 dessa diretriz no geral fundamenta e dá uma ênfase ao Programa Cultura e Lazer ligado ao desenvolvimento pessoal e social dando de tal modo significado principalmente ao processo de aperfeiçoamento da sociedade brasileira. E o nº 10 norteia para que o trabalho do SESC estabeleça “como espaço de viabilização de produções artístico- culturais e práticas de lazer que busquem responder às inquietações dos indivíduos na contemporaneidade” (SESC DN, 2010b, p. 18). Prevê incremento de turismo no Brasil “que permitam maior interação de povos, notadamente no que diz respeito ao conhecimento e [ao] entendimento de novas culturas”. Este ainda orienta as ações ligadas ao Turismo Social para “primar pelo equilíbrio da relação homem/ meio ambiente, respeitando os aspectos culturais e sociais inerentes ao turismo, visto sob uma ótica educativa.” (SESC DN, 2010b, p. 19).

Percebe-se que essas diretrizes estão ligas principalmente a potencialidade para o desenvolvimento do turismo sustentável de base comunitária. Então, para o trabalho da Ação Comunitária como perspectiva de espaço para o desenvolvimento do Turismo Comunitário na Colônia Ecológica de Iparana. E aqui se tem, como exemplo, a comunidade Tapeba – orientá- los para o desenvolvimento pessoal e social focado nas atividades econômicas e na Rede Social do Evento Povos do Mar. Com isso, atingir igualmente alguns objetivos específicos que tratam nesse estudo da identificação de projetos para discutir e refletir sobre a inserção socioeconômica das populações locais nas atividades relacionadas ao turismo. Mas antes é imprescindível para isso que passe pela identificação e se conheça o território, a identidade, a singularidade e as atividades características da comunidade.

De encontro a lógica dessas diretrizes que se ligada à potencialidade para o desenvolvimento do turismo sustentável na comunidade de Iparana, Moreira (2013) contribui ao colocar, nesse contexto, a visão de território e desenvolvimento com base em seus estudos realizado em Portugal o aspecto do estreitamento a concepção de serviço. E este surge um outro aspecto extremamente relevante: o da educação e formação dos recursos humanos. Para essa autora torna-se inquestionável que:

[...] o turismo estimula a população local a aumentar os níveis de instrução e a aumentar a qualificação profissional. A criação de uma oferta ao nível do Ensino Superior, Universitário e Politécnico, a criação de Escolas de Hotelaria e de Turismo, de nível superior ou com o estatuto de escolas profissionais, e a criação de cursos de ensino técnico-profissional, num ensino tutelado pelo Ministério da Educação de Portugal, num padrão espacial que foge aos grandes centros urbanos

e ao litoral do território nacional, evidencia que a educação e a formação de recursos humanos no âmbito do turismo adquiriu um significado cada vez mais local, sub- regional e regional (Moreira, 2013, p. 12).

Enfim, especificamente estas orientações estão talvez muito ligadas ao Programa Assistência com foco na Cultura e no Lazer. Todavia, fica bem claro que essas orientações nº 9 com nº 10 com a fala de Moreira (2013) abrem perspectivas para atingir a todos os objetivos desse estudo. Mas sobretudo para: indicar as ações de educação ambiental, por meio das ações de turismo social que possam desenvolver nos seus usuários uma consciência crítica em relação às questões ambientais. E como também para colaborar para a inserção socioeconômica das populações locais nas atividades relacionadas ao turismo.

Porque essas diretrizes oferecem ferramentas para tal e também por passar por todos os Programas do SESC Ceará. Ou seja, essas orientações perpassam pelo Programa Educação, Programa Saúde, Programa Cultura, Programa Lazer, Programa Assistência do SESC Ceará. Todavia, nesse momento, será mais bem focado somente o Programa Assistência por meio da Ação Comunitária do SESC-CE e sua Ação em Iparana-Ceará por ser estão mais ligados aos objetivos desse estudo e ser quem sabe o carro chefe para atingir à necessidade das comunidades.

## **CAPÍTULO VI – O PROGRAMA ASSISTÊNCIA / AÇÃO COMUNITÁRIA DO SESC-CE E SUA AÇÃO EM IPARANA-CEARÁ**

### **VI.6.1 INTRODUÇÃO**

A Confederação Nacional do Comércio com a atribuição de criar e organizar por todo o Brasil o Serviço Social do Comércio (SESC) consoante “Decreto-Lei nº 9.853 de 13 de setembro de 1946” (Decreto-Lei nº 9.853, 1946; SESC DN, 2012c) e conforme a legislação do SESC de 1992 (SESC DN, 1992, p. 17). Com isso iniciou, a criação do Departamento Nacional (DN) no Rio de Janeiro em 03/10/1946 (SESC 70 anos, 2015) e os Departamentos Regionais (DR) em todos os Estados do Brasil sucessivamente a partir de 1947. O SESC Ceará, por exemplo, segundo “Sesc: ações e resultados do Sistema Fecomércio-Ceará” (SESC DR, 2009, p. 6) foi inaugurado em 20 de maio de 1948.

De maneira que o SESC foi todo ancorado por este Decreto-Lei as suas ideias e normas de estrutura, programas, ações, metas de atendimento entre outras. A exemplo, o Art. 1º deste Decreto-Lei consta-se na legislação do SESC de 2012 que trata da finalidade “de planejar e executar direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade” (SESC DN, 2012c).

Este documento afirma ainda que deve aplicar na execução de seus objetivos e considerar, sobretudo, dentre outros, o destaque para a “pesquisa sócio-econômicas e realizações educativas e culturais, visando à valorização do homem e aos incentivos à atividade produtora.” (SESC DN, 1992, p. 49, 2012c, p. 47).

Por conseguinte, pode-se perceber que o Sesc tem orientações desde sua criação para os Departamentos Regionais – DR(s) desenvolvam Ação Comunitária em suas Unidades Operacionais conforme suas especificidades regionais. Todavia, examinando, por exemplo, o Plano de Trabalho do SESC Ceará de 2000 (SESC DR, 2000), notou-se que nesse período o Programa Assistência congregava um conjunto de ações que visava “à integração do trabalhador e do cidadão, em geral, através da promoção de Cursos de Atualização de Conhecimentos, Temporada de Férias e Trabalho com Grupos.” (SESC DR Ceará, 2000, p. 25). Neste mesmo período olhando para o **Quadro VI.6.1.1** que trata do atendimento comparativo 1998/2000 do Programa Assistência, tem-se:

### ATENDIMENTOS - COMPARATIVO 1998/2000

| ATIVIDADES E PROGRAMAS        | REALIZADO        | PREVISÃO         | DIFERENÇA |
|-------------------------------|------------------|------------------|-----------|
|                               | 1998             | 2000             | %         |
| DES. FÍSICO-ESPORTIVO         | 476.588          | 597.000          | 25        |
| BIBLIOTECA                    | 223.777          | 210.000          | -6        |
| COMEMORAÇÕES                  | 15.120           | 24.000           | 59        |
| RECREAÇÃO                     | 373.855          | 473.500          | 27        |
| RECREAÇÃO INFANTIL            | 138.094          | 156.000          | 13        |
| EXPRESSÕES ARTÍSTICAS         | 120.860          | 205.500          | 70        |
| DES. ARTÍSTICO-CULTURAL       | 18.453           | 33.000           | 79        |
| <b>PROGRAMA CULTURA</b>       | <b>1.366.747</b> | <b>1.699.000</b> | <b>24</b> |
| LANCHES E MERENDAS            | 264.528          | 316.000          | 19        |
| REFEIÇÕES                     | 613.112          | 753.500          | 23        |
| ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA      | 59.281           | 82.300           | 39        |
| EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE         | 37.585           | 30.100           | -20       |
| ASSISTÊNCIA MÉDICA            | 78.428           | 70.900           | -10       |
| <b>PROGRAMA SAÚDE</b>         | <b>1.052.934</b> | <b>1.252.800</b> | <b>19</b> |
| CURSOS SUPLETIVOS             | -                | 10.000           | 0         |
| CURSOS ATUALIZ. CONHECIMENTOS | 4.903            | 37.200           | 659       |
| TEMPORADA DE FÉRIAS           | 96.608           | 113.000          | 17        |
| TRABALHO COM GRUPOS           | 22.485           | 27.000           | 20        |
| ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA     | 1.779            | 2.000            | 12        |
| <b>PROGRAMA ASSISTÊNCIA</b>   | <b>125.775</b>   | <b>189.200</b>   | <b>50</b> |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>2.545.456</b> | <b>3.141.000</b> | <b>23</b> |

Quadro VI.6.1.1: Atendimentos – comparativo 1998/2000

Fonte: Plano de trabalho do SESC DR Ceará (2000).

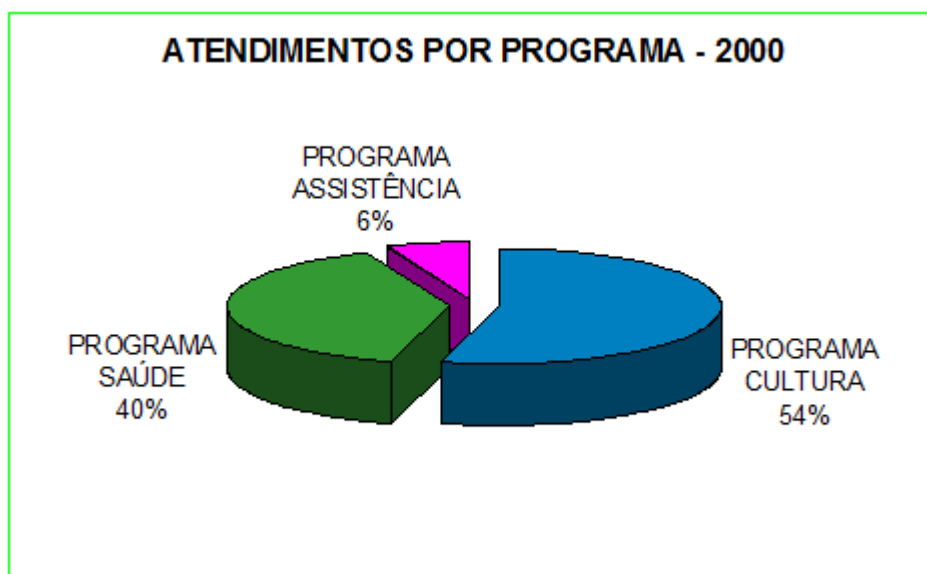
### METAS DE ATENDIMENTO POR UNIDADE EXECUTIVA - 2000

| ATIVIDADES E PROGRAMAS        | SESC           | SESC           | SESC           | UTS        | FUNAC        | ODONTO        | SESC           | SESC           | SESC           | SESC           | DR               |
|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|------------|--------------|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
|                               | FORTALEZA      | CENTRO         | IPARANA        |            |              | SESC          | CRATO          | IGUATU         | JUAZEIRO       | SOBRAL         | CEARÁ            |
| DES. FÍSICO-ESPORTIVO         | 201.000        | -              | 17.000         | -          | -            | -             | 75.000         | 70.000         | 196.000        | 38.000         | 597.000          |
| BIBLIOTECA                    | 64.000         | 77.000         | 8.000          | -          | -            | -             | 12.000         | 18.000         | 20.000         | 11.000         | 210.000          |
| COMEMORAÇÕES                  | 3.000          | -              | -              | -          | -            | -             | 6.000          | 7.000          | 7.000          | 1.000          | 24.000           |
| RECREAÇÃO                     | 30.000         | 40.000         | 142.000        | 500        | -            | -             | 21.000         | 70.000         | 140.000        | 30.000         | 473.500          |
| RECREAÇÃO INFANTIL            | 48.000         | -              | -              | -          | -            | -             | 37.000         | 20.000         | 18.000         | 33.000         | 156.000          |
| EXPRESSÕES ARTÍSTICAS         | 42.000         | 40.000         | 6.000          | -          | -            | -             | 30.000         | 30.000         | 23.500         | 34.000         | 205.500          |
| DES. ARTÍSTICO-CULTURAL       | 10.000         | 1.000          | -              | -          | -            | -             | 6.000          | 5.000          | 4.000          | 7.000          | 33.000           |
| <b>PROGRAMA CULTURA</b>       | <b>398.000</b> | <b>158.000</b> | <b>173.000</b> | <b>500</b> | <b>-</b>     | <b>-</b>      | <b>187.000</b> | <b>220.000</b> | <b>408.500</b> | <b>154.000</b> | <b>1.699.000</b> |
| LANCHES EMERENDAS             | 110.000        | -              | 105.000        | -          | -            | -             | 42.000         | 15.000         | 23.000         | 21.000         | 316.000          |
| REFEIÇÕES                     | 24.000         | 495.000        | 172.000        | -          | -            | -             | 18.000         | 12.000         | 14.000         | 18.500         | 753.500          |
| ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA      | -              | 63.000         | -              | -          | -            | 13.800        | 4.800          | -              | -              | 700            | 82.300           |
| EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE         | -              | 14.000         | -              | -          | -            | 2.300         | 5.000          | -              | 7.000          | 1.800          | 30.100           |
| ASSISTÊNCIA MÉDICA            | 16.000         | -              | 50.000         | -          | -            | -             | 1.000          | 2.500          | 1.400          | -              | 70.900           |
| <b>PROGRAMA SAÚDE</b>         | <b>150.000</b> | <b>572.000</b> | <b>327.000</b> | <b>-</b>   | <b>-</b>     | <b>16.100</b> | <b>70.800</b>  | <b>29.500</b>  | <b>45.400</b>  | <b>42.000</b>  | <b>1.252.800</b> |
| CURSOS SUPLETIVOS             | -              | 10.000         | -              | -          | -            | -             | -              | -              | -              | -              | 10.000           |
| CURSOS ATUALIZ. CONHECIMENTOS | 11.700         | 10.000         | -              | -          | -            | -             | 11.500         | 2.000          | -              | 2.000          | 37.200           |
| TEMPORADA DE FÉRIAS           | -              | -              | 113.000        | -          | -            | -             | -              | -              | -              | -              | 113.000          |
| TRABALHO COM GRUPOS           | 18.000         | -              | -              | -          | -            | -             | 3.000          | 6.000          | -              | -              | 27.000           |
| ASSISTÊNCIAS ESPECIALIZADA    | -              | -              | -              | -          | 2.000        | -             | -              | -              | -              | -              | 2.000            |
| <b>PROGRAMA ASSISTÊNCIA</b>   | <b>29.700</b>  | <b>20.000</b>  | <b>113.000</b> | <b>-</b>   | <b>2.000</b> | <b>-</b>      | <b>14.500</b>  | <b>8.000</b>   | <b>-</b>       | <b>2.000</b>   | <b>189.200</b>   |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>577.700</b> | <b>750.000</b> | <b>613.000</b> | <b>500</b> | <b>2.000</b> | <b>16.100</b> | <b>272.300</b> | <b>257.500</b> | <b>453.900</b> | <b>198.000</b> | <b>3.141.000</b> |

Quadro VI.6.1.2: Metas de atendimento por unidade executiva de 2000

Fonte: Plano de trabalho do SESC DR Ceará (2000).

Percebe-se nos **Quadros VI.6.1.1 e VI.6.1.2** tanto os atendimentos comparativos como as metas de atendimentos por Unidade Executiva eram muito baixo os atendimentos e diversidade de ações no que se refere ao Programa Assistência. Passa a impressão de que o Plano de Trabalho 2000 a ideia que não se tinha, ainda, a interpretação para o seu desenvolvimento da coletividade mais amplo de Ação Comunitária conforme o Decreto-Lei o permitiria. Por isso, talvez os seus números serem tão inferiores aos outros programas, e isso, pode-se ser verificado no **Gráfico VI.6.1.1** que trata do atendimento por programa em 2000. Não se percebe ações voltadas para o comerciário desconectado de um contexto social mais amplo de ação comunitária. No entanto, no Plano de Trabalho de 2001 (SESC DR, 2001) já se nota mudança e uma preocupação para um novo conceito. Assim, consta que o “Programa Assistência concretiza ações que, de diferentes formas, motivam a participação, a interação e a valorização do exercício de cidadania, que através de trabalho com grupos ou ações comunitárias, acrescentam mais sentido à dignidade do ser humano.” (SESC DR, 2001, p. 37).



**Gráfico VI.6.1.1:** Atendimentos por Programa 2000  
onte: Plano de trabalho do SESC DR Ceará (2000).

Portanto, as ações muito pontuais e acanhadas pouco a pouco começam a tomar outras desenvolves de se fortalecer. E estas inovadas de forma organizada e por meio de convivência de um determinado grupo social alavancada para o aprendizado acerca da construção de ofícios, vínculos, redes e diálogos interculturais. E no desenvolver desse

contexto, o SESC- CE passou a construir a Ação Comunitária, sistematizado entre de 2001-2002, em função de uma nova interpretação da orientação geral de atuação nacional do SESC, que já existe há décadas, num entanto, sem ser num formado com estrutura e sistematizada.

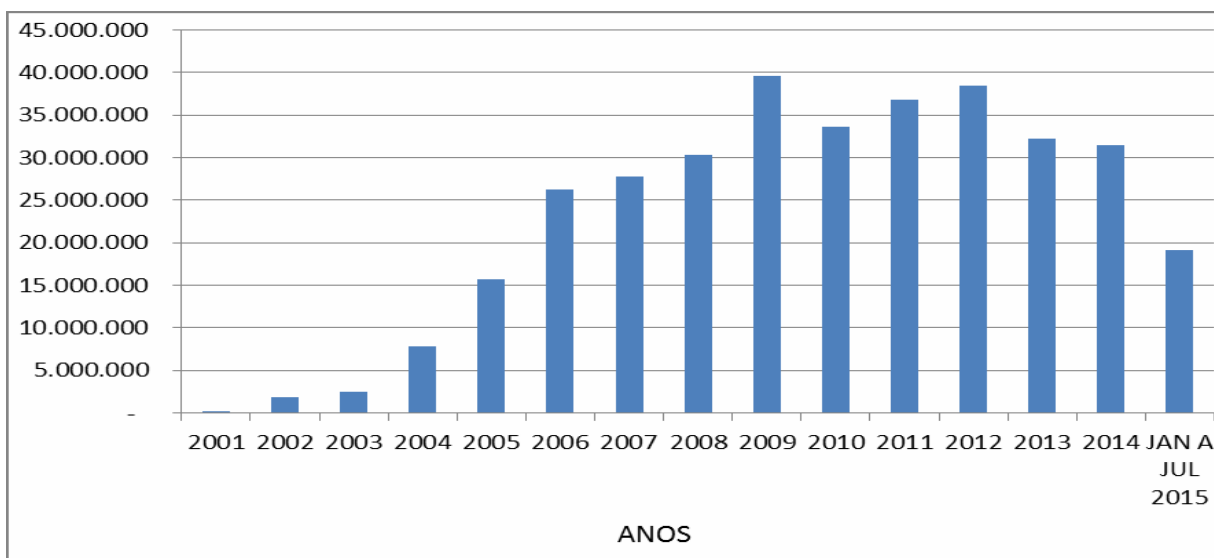
Assim, e em face da autonomia dos seus departamentos regionais, essa ação estava a requerer um ordenamento mais claro para as suas ações comunitárias no Ceará. A partir da organização do referido Programa, pode-se melhorar a sistematização dessa atividade nas várias unidades do SESC Ceará. O que isso implicou nas seguintes medidas: 1) criação de um corpo técnico específico para o desenvolvimento de suas ações na área comunitária; 2) estabelecimento de programação específica mais sistemática, com acompanhamento e avaliação técnica periódica; 3) parcerias com instituições que atuam em diversas comunidades onde o SESC tem inserido suas ações.

De modo que, a ação Comunitária passou, a partir disso, a desenvolver um leque de ações sociais diversificadas voltadas ao atendimento a idosos, drogados, crianças e moradores de rua, deficientes, carentes alimentares, atividades de cuidados à saúde e à educação. Dentre tais atividades, se encontram aquelas mais diretamente vinculadas o turismo social e às comunidades próximas em que essa pesquisa ira apreender com maior detalhe.

É com base nessas orientações que o Programa Assistência objetiva à participação social do público comerciário “em atividades diversificadas, promovendo a valorização do trabalhador e de sua família, através de ações desenvolvidas a partir da Ação Comunitária, que proporciona melhoria da qualidade de vida, desenvolvimento das comunidades” e do Trabalho com Grupos (SESC DR, 2009, p. 19).

De modo poderá ser observado no **Grafico VI.6.1.2** abaixo a evolução dos atendimentos realizados de 2001 a jan/jun/2015 período este em que a Ação Comunitária passa a assumir esse novo conceito de Ação Comunitaria.





**Gráfico VI.6.1.2:** Atividade Ação Comunitária – atendimentos realizados de 2001 a jan/jun/2015

Fonte: ASPLAN/DR Ceará.

Somando a realidade do **Gráfico VI.6.1.2** acima com a população estimada para 2014 pelo IBGE (como citado em Brasil: 247, 2015) para o Estado do Ceará de 8.842.791. Além disso, o Mapa de Pobreza e Desigualdade – Ceará 2003, a incidência da pobreza de 53,89% consoante o IBGE (2003), Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF 2002/2003. Assim sendo, o SESC por meio do Programa Assistência que trabalha a Ação Comunitária para atender anualmente na contemporaneidade cerca de trinta a quarenta milhões de pessoas exposto no **Gráfico VI.6.1.2** anteriormente, esses números qualificam a relevância social desse atendimento e, mais ainda, por sua orientação que é “eminente social”. E por esse compromisso, o SESC Ceará promove mais um leque de ações e projetos com o foco de colaborar para a redução das desigualdades sociais, sobretudo para o público de vulnerabilidade e risco social por meio “de ações descentralizadas, unidades móveis, parcerias e convênios” (SESC DR, 2009, p. 20). Nesse sentido, destaca-se:

- a) Mãos que Costuram Vidas – “a partir de trabalhos manuais e artesanais” possibilitam o incremento da renda. Esta ação atendeu “seis comunidades” beneficiando “mais de 180 mulheres desde a implantação do projeto, 2008”;
- b) Rede Social Tecendo Forças, Construindo a Cidadania – é uma rede de ações articuladas com as entidades sociais parceiras do Programa Mesa Brasil que “a partir da troca de experiências e conhecimentos, proporcionando

autonomia e sustentabilidade”. Esta atendeu 50 instituições considerando a sua implantação em 2007;

- c) Horto Medicinal – por meio da “fitoterapia como prática de saúde preventiva e curativa”, difunde-se os “saberes e fazeres” contemporâneas à “medicina popular alternativa” projeto este que “atende diretamente a seis comunidades do entorno da Colônia Ecológica Sesc Iparana” entre outras que serão mais a frente melhor explicadas (SESC DR, 2009, p. 20).

Assim, a nova compreensão do conceito de Ação Comunitária ficou devidamente inserida no Programa Assistência do SESC Ceará. E, atualmente, este conforme o Programa de Trabalho Sesc Ceará 2015 tem como base a proposta de trabalhar a integração e a participação social da clientela comerciária, sua família e comunidade em geral. Assim sendo, e por meio de atividades diversificadas o Programa Assistência visa estimular “ao protagonismo social, à responsabilidade ambiental, à construção e ao fortalecimento de vínculos comunitários, contribuindo para a melhoria das relações e condições de vida da população.” (SESC DR Ceará, 2014c, p. 107).

E, a Ação Comunitária constitui-se a base da proposta do Programa Assistência, por isso, tem por finalidade “estimular o protagonismo social, a responsabilidade ambiental, a construção de vínculos afetivos, relações de reciprocidade e de solidariedade entre os indivíduos”, por meio de diversas maneiras “de participação e integração social” de forma a contribuir “para a valorização do comerciário e da comunidade em geral.” (SESC DR, 2014c, p. 113).

A atuação do Sesc se dá como referência na mediação e participação em diálogos e ações que possibilitem o desenvolvimento social. Ele age como proponente de políticas públicas de abrangência igualitária; e, executor de atividades que dão subsídios ao público atendido. Afim de que este transforme suas próprias realidades com responsabilidade socioambiental, como também, conduza-os ao empreendedorismo e economias solidárias e criativas, entre outras ações que levem a práticas sustentáveis e ao senso crítico-reflexivo do cidadão com o seu meio.

Portanto, retornando ao objetivo desse estudo e o ressaltando para a sua importância de colaborar para fomentar os projetos e as práticas de turismo de base comunitária desenvolvidas pelas comunidades no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana /litoral Cearense ou por meio do Encontro SESC: Povos do Mar. Então, tornou-se indispensável a compreensão da dimensão do trabalho do Sesc focado principalmente no SESC Iparana

apreendendo mais ao Encontro SESC Povos do Mar e ao Turismo Social SESC.

Apesar de que é bom lembra-se de que o SESC Ceará desenvolve ações de âmbito nacional, ou seja, ações que integram e mobilizam parcerias com o Departamento Nacional e demais Departamentos Regionais no Brasil. Ações de dimensão regional ou que envolvem todas as Unidades Operacionais dos SESC Ceará. E, a local que são ações ou atividades desenvolvidas especificamente de cada Unidade Operacional.

Dentre tais atividades locais, encontram-se aquelas mais diretamente vinculadas o turismo social e às comunidades próximas. Para ilustrar isso, apresenta-se a seguir a programação de ação comunitárias do SESC-CE, desenvolvida na Colônia Ecológica, localizada em Iparana-Caucaia, conforme o Programa de Trabalho do SESC Ceará (SESC DR, 2014c). Nessa dimensão local o Sesc Iparana desenvolvem as seguintes ações:

- a) **Conversas Flutuantes** – consistem em organizar ação educativa em conjunto com os barqueiros da área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará e da Sabiaguaba na Área de Proteção do Rio Cocó, tendo em vista à reflexão acerca dos processos socioambientais, além do incremento e da potencialização dos fazeres turísticos das comunidades do entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana e pelas comunidades residentes do entorno da Barra do Rio Cocó;
- b) **Dia Mundial de Limpeza de Praia** – participam na campanha mundial “Limpendo o Mundo” que visa promover a sensibilização de projetos sustentáveis locais. Como ainda, a promoção de ações de proteção e melhoria da qualidade ambiental diminuindo, assim, os impactos antrópicos em áreas naturais, por meio da reabilitação dessas áreas com produção de mudas de plantas nativas para reflorestamento;
- c) **Encontro ECO Sesc** – busca promover o desenvolvimento humano e amenizar os impactos antrópicos ao meio ambiente por meio da congregação de ambientalistas, estudiosos, projetos e experiências sustentáveis de ações socioambientais;
- d) **Encontro Sesc Povos do Mar** – apresenta como escopo dessa ação a socialização das práticas e saberes das Comunidades e Povos do Mar, originando assim, uma influência mútua destes, como também, o estímulo ao turismo de bases comunitárias, a difusão cultural e o desenvolvimento

socioeconômico por meio da formação de rede social;

- e) **Ilhas Sesc** – realiza “circuito itinerante do Encontro Sesc Povos do Mar nos municípios que compõem o litoral cearense com atividades educativas, socioambientais, culturais e artísticas, na perspectiva do fortalecimento da Rede Social Sesc Povos do Mar” (SESC DR, 2014c, p. 116);
- f) **Sesc Herança Nativa** – propõe aprimorar a capacidade crítico-reflexiva do grupo atendido, na perspectiva de reconhecer e preservar saberes e práticas das comunidades tradicionais cearense;
- g) **Sesc Hortas Comunitárias** – visa a integração e fortalecimento comunitário por meio do cultivo de alimentos e práticas ecológicas, como também, a comercialização do excedente da produção, e assim, gerando trabalho e inclusão social entre outros benefícios;
- h) **Sesc Horto Medicinal** – objetiva difundir e conjugar saberes e fazeres da cultura popular alternativa e das brincadeiras tradicionais com o foco no desenvolvimento e no aprendizado crítico-reflexivo de comunidades em situação de vulnerabilidade social do entorno da Colônia Ecológica Sesc Iparana;
- i) **Sesc Quintais Agroecológicos** – embasa-se no uso racional dos recursos naturais e na implementação da agricultura urbana na melhoria da renda familiar a partir da promoção de práticas agroecológicas de alimentos orgânicos em quintais residenciais da comunidade do entorno da Colônia Ecológica Sesc Iparana, e por último,
- j) **Sesc Viva Mangue** – realiza “campanhas educativas e de recomposição florestal em parceria com as comunidades locais, visando a reabilitação de áreas degradadas de manguezal em comunidades do entorno da Colônia Ecológica Sesc Iparana” (SESC DR, 2014c, p. 116).

Vale ressaltar, ainda, que o Turismo Social faz parte do Programa Cultura e não do Programa Assistência. Assim sendo, aqui há dois programas distintos do SESC Ceará. Todavia, o SESC tem mais essa especificidade na sua linha de trabalho, ou seja, os seus programas se apoiam e se complementam entre si enfocando as referências estratégicas do Sesc Ceará que tem como missão “contribuir na construção de uma sociedade mais justa e para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador do setor de comércio de bens, serviços e turismo, prioritariamente de baixa renda, através de serviços subsidiados e de excelência”.

A visão de “ser referência no Estado do Ceará na prestação de serviços sociais de excelência, com desenvolvimento da cidadania e preservação ambiental” (SESC DN, 2014; SESC DR, 2014b, p. 15).

E de acordo com o Planejamento Estratégico SESC Ceará 2011-2015 (SESC DR, 2014b, p. 15) busca em suas ações, igualmente, a “ética”, o “respeito”, a “responsabilidade ambiental”, a “qualidade”, a “transparência”, a “integridade”, a “parceria”, a “motivação”, a “valorização com as demandas sociais”, o “sincronismo com as mudanças de cenário” e a “inovação” como seus valores teóricos e práticos de suas ações.

Assim sendo, estes orientam igualmente os seus objetivos, as metas e as estratégias nos processos e tecnologias de gestão na direção consoante ao Planejamento Estratégico Sesc Ceará 2011-2015 (SESC DR, 2014b) e Programa de Trabalho Sesc Ceará (SESC DR, 2014c). E ambos são bases de sustentação à contribuição do SESC para o bem-estar e melhoria da qualidade de vida dos comerciários e de suas famílias que por meio dos seus serviços complementares chegando a toda a sociedade cearense (SESC DR, 2014c, p. 15).

E, nessa dimensão institucional que o Turismo Social do SESC se compreende como um conjunto de: “ações desenvolvidas, buscando incentivar a descoberta de valores regionais, estimulando o turismo de curta distância, priorizando os roteiros que conciliem turismo e cultura” (SESC DR, 2009, p. 17).

Nessa perspectiva, defende que a atividade turística apresenta grande possibilidade de desenvolvimento, uma vez que, hoje, no Brasil, são pensadas e efetivadas novas formatações com referência ao desenvolvimento do turismo, enquanto espaço de ampliação da visão de mundo e de desenvolvimento de novas percepções acerca da realidade social.

Acredita-se que a organização de ações que aproximem os campos do turismo social com o aprendizado de novas formas de atuação comunitária pode propiciar um turismo de proximidade e de encontro, onde outros contextos vividos são suportes para o reconhecimento de diferentes formas de convívio, além da possibilidade da construção de roteiros turísticos associados ao desenvolvimento sustentável de grupos e territórios culturais, étnicos, familiares e/ou comunitários.

Atualmente, o Ministério do Turismo do Brasil, por meio da publicação intitulada “Turismo de bases comunitárias – diversidade de olhares e experiências brasileiras”, pondera essa ação do turismo de base comunitária definida pelo entendimento que:

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios

gerados pela prestação de serviços turísticos” (Bartholo, Sansolo, & Bursztyn, 2009, p. 31).

O Turismo comunitário configura-se em uma esfera de atuação social, que organiza uma variante cadeia produtiva, onde serviços e produtos que abrangem diversas classes sociais são ofertados e consumidos. São percursos construídos a partir dos interesses e da **“localização de roteiros em que comunidades receptoras assumem o papel de protagonistas principais na oferta dos produtos e serviços turísticos”** (Bartholo, Sansolo, & Bursztyn, 2009, p. 7, grifo nosso), na construção de práticas que reverberam dinâmicas, formas e processos que provocam o surgimento de uma nova formatação de infraestrutura para o setor em que atuam.

Assim e com o intuito de colaborar para a inserção socioeconômica das populações locais, nas atividades relacionadas ao turismo conforme prever um dos objetivos específicos desse estudo. Surge, então, a necessidade de contribuir da mesma forma com a criação de serviços e produtos comunitários e fortalecer a oferta de novos roteiros, pensando no desenvolvimento social que passa pela missão do SESC na construção de uma sociedade mais justa. E por isso, que configura um ponto importante de intercessão entre o trabalho social e o turismo sustentável em bases comunitárias. E para tal, requer na importância de compreender a organização, realização e redes sociais do Encontro Povos do Mar a partir da análise de Swot das práticas de Desenvolvimento Comunitário que será tópico de discussão do próximo item.

#### VI.6.2 PRÁTICAS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO: REUNIÕES, OFICINAS, PALESTRAS

A visão do Sesc de ser uma referência regional, e assim, está a frente das resoluções fez com que o Sesc e principalmente pelo seu compromisso com o desenvolvimento da cidadania e da preservação ambiental alavancasse e ampliasse o seu trabalho da Ação Comunitária do SESC Ceará. Mediante este contexto social e político promovida por esta responsabilidade social o Sesc leva essa orientação por meio de todas as Unidades Executivas tanto da Capital quanto inclusive nas Unidades no interior do Estado do Ceará. Esta interiorização desse novo conceito e práticas de Ação Comunitária surge mais veementemente entre 2012 e 2013 promovendo “o desenvolvimento social, econômico e cultural de comunidades” sistematizado apesar de que em alguns locais iniciarem tímidas as suas práticas (SESC DR, 2010, p. 56).

Vale ressaltar que **em 2008, decidiu-se começar um trabalho educativo por meio de reuniões com representantes daquelas comunidades, na sede da Unidade do SESC, durante o dia, conforme indicação e disponibilidade dos mesmos.** Tais reuniões eram coordenadas por um **pedagogo**, formado na Universidade Federal do Ceará, que utilizava a **orientação teórica do educador Paulo Freire**, a qual incentiva a **interação, troca de saberes e participação ativa dos educandos**, em perspectiva libertadora e politizadora através das oficinas e palestras.

Estas reuniões, **após dois anos de realização**, foram revelando uma mudança de comportamento muito visível, com relação a laços de aproximações, maior capacidade discursiva e crítica, **demandas por orientação e cursos que favorecessem o aprimoramento e maior qualificação em relação às suas atividades artesanais e de formação escolar**, etc.

Vale ressaltar que foi em 2010 que o Departamento Nacional traz à apreciação dos seus conselheiros as “Diretrizes Gerais de Ação com as Diretrizes para o Quinquênio 2011-2015” como já foi citado no item anterior (SESC DN, 2010b). E, destaca um “conjunto de orientações” para “resultados de um longo e cuidadoso trabalho que envolveu as instâncias técnicas de todos os Departamentos Regionais e do Departamento Nacional.” (SESC DR, 2010, p. 7).

Entre elas as Diretrizes um relevo para o nº10, abordando a Ação Modelar nos Programas Educação, Saúde e Assistência o objetivo que “deve ser o de excelência” e ressalta-se “a ênfase a ser dada no Programa Saúde é nas ações de prevenção e promoção”. E, o nº 12, “deve-se ‘dotar aqueles que frequentam suas Unidades Operacionais e a sociedade em geral de uma consciência crítica em relação às questões ambientais’, conforme estabelecem as Diretrizes Gerais da Ação do Sesc”. Contudo, afirma que é “de igual importância que as construções e a infraestrutura do Sesc sigam os parâmetros ecológicos” para contribuir da mesma maneira na melhoria das condições ambientais (SESC DN, 2010a, pp. 18-20).

Esse destaque se dar, principalmente, porque estes ambos os números acima abordados fazem conexão com a Ação Comunitária e o desenvolvimento do Turismo que o Sesc se propõe ter consuante as Diretrizes para o Quinquênio 2011-2015.

Assim e observando essas Diretrizes, percebe-se que a circunvizinhança da Colônia Ecológica SESC Iparana, é para além de sua estrutura de hospedagem. Pois, congrega equipamentos como: **o Parque Botânico do Estado do Ceará, a Área de Preservação Ambiental da Barra do Rio Ceará, o Centro de Produção Cultural Indígena Tapeba**

como pode ser constatado e localizado na **Figura VI.6.2.1** abaixo. Há, diversas pousadas e hotéis; dentre outros aparelhos turísticos mantidos por moradores, poder público e comunidades específicas nessa circunferência à Colônia.



**Figura VI.6.2.1:** Jardim Botânico do Ceará – Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Ceará – Centro de Produção Cultural Indígena Tapeba. Fonte: Google Earth – data da imagem 30 de julho de 2014.

Esse conjunto estimula um fluxo populacional, onde a organização de **uma cadeia de turismo de bases comunitárias** pode vir a ser o vetor para o fortalecimento de práticas sustentáveis de desenvolvimento, aliadas a políticas públicas de incentivo; mesmo sendo ainda configurado de forma espontânea, já se mostra de forma embrionária, no entorno da Colônia do SESC Iparana. Observando isso, leva-se a crer que talvez sim seria **possível a organização de uma rede turística que, de forma conjunta e planejada, promova o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, culturais e comunitários da região.**

A resposta a essa indagação não pode ser ainda tão objetiva, uma vez que, inúmeras variáveis operam e interferem na consolidação de formas e processos organizacionais, que não correspondem aos interesses do mercado e do consumo turístico cristalizado, no Brasil, nas últimas décadas.



Por isso, para que seja concretizado o Turismo de Base Comunitária nessas localidades, sabe-se que estas ainda possuem **muitas fragilidades**: a falta de infraestrutura, os limites éticos em comunidades tradicionais, a falta de recursos, a oferta de produtos e serviços fragmentada, a gestão profissional limitada, a qualidade heterogênea de serviços, a pouca divulgação e a deficiência de articulação junto a agentes da cadeia produtiva do turismo.

E ao pensar nessa conjuntura: a organização, a concretização dela e numa rede de Turismo de Base Comunitária, faz-se necessário à construção de forças, reconhecimento de fraquezas e de ameaças internas ou externas, como também, encontrarem nelas formas de criar oportunidades de superação e respostas. Assim, a análise de SWOT<sup>94</sup> ou simplesmente FOFA ajuda a analisar, clarear o contexto político, econômico, social e ambiental dessa contemporaneidade e o direciona para resultados de excelência. Além que esta é muito conhecida e utilizada pelo Sesc Administração tanto Nacional quanto a Regional e até pelo Sistema também Nacional e Regional da Fecomércio para traçar os seus Programa de Trabalho, Planejamentos Estratégico e projeção de Ações e Resultados.

---

<sup>94</sup> O termo **SWOT** é uma sigla oriunda do idioma inglês, e é um acrônimo de Forças (**S**trengths), Fraquezas (**W**eaknesses), Oportunidades (**O**pportunities) e Ameaças (**T**hreats) (Patez, 2014).

A análise SWOT foi criada por dois professores da Harvard Business School: Kenneth Andrews e Roland Christensen. Por outro lado, há indícios de que a ideia da análise SWOT já era utilizada há mais de dois mil anos quando cita em uma epígrafe um conselho de Sun Tzu: **“Concentre-se nos pontos fortes, reconheça as fraquezas, agarre as oportunidades e proteja-se contra as ameaças”**. Estas análises de cenário se dividem em: **ambiente interno** (Forças e Fraquezas) – Principais aspectos, que diferencia a empresa dos seus concorrentes (decisões e níveis de performance que se pode gerir). **Ambiente externo** (Oportunidades e Ameaças) – Corresponde às perspectivas de evolução de mercado; Fatores provenientes de mercado e meio envolvente (decisões e circunstâncias externas ao poder de decisão da empresa) (Patez, 2014).

Assim:

| <b>FORÇAS</b>  | <b>FRAQUEZAS</b>   |
|--|--|
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ação de Parceria interna e externa de gestão do Sesc e das Entidades Sociais em busca da excelência;</li> <li>2. O artesanato, a diversidade natural e cultural da gastronomia, a estrutura e os serviços de hotelaria;</li> <li>3. Participação do Sesc e das Entidades Sociais em Fóruns, Conselhos (Nacional, Estadual e Municipal) de Turismo para estarem nas discussões acerca das Políticas Públicas de Turismo;</li> <li>4. Sesc com suas Diretrizes, Missão, Visão de Futuro, Valores e Programações em geral das Unidades Operacionais na Capital e no Interior do Estado do Ceará;</li> <li>5. Ação Comunitária do Sesc em Iparana – Encontro Povos do Mar, Sesc Herança Nativa, Encontro Eco Sesc, Sesc Viva Mangue, Ilhas Sesc entre outras;</li> <li>6. Transformação da Colônia Ecológica Sesc Iparana para ser referência regional de preservação da natureza e a aproximação com a comunidade litorânea;</li> <li>7. Turismo de Base Comunitária do Sesc somado a própria experiência do Sesc com o Trabalho de Grupo nas comunidades;</li> <li>8. Cursos profissionalizantes da Rede Fecomércio;</li> <li>9. Proposta de colaboração para a inserção socioeconômica das populações locais, nas atividades relacionadas ao turismo desse estudo, entre outras.</li> </ol>   | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Baixa escolaridade da população de vulnerabilidade social;</li> <li>2. Demanda grande por ações educativas na orientação da economia solidária, criativa e de responsabilidade socioambiental, como capacitação para melhorar a limitação da gestão de profissionais de turismo e das entidades sociais para desenvolver o processo de organização do Turismo Comunitário;</li> <li>3. Falta de infraestrutura, recursos financeiros das entidades sociais;</li> <li>4. Falta de políticas mais efetiva ao combate à miséria;</li> <li>5. Oferta de produtos e serviços fragmentados, com pouca divulgação desses produtos e serviços e ainda sem a devida articulação à agentes da cadeia produtiva do Turismo de Base Comunitário;</li> <li>6. No geral quando a Visão individualista sobrepondo aos interesses da coletividade;</li> <li>7. Qualidade dos serviços e processo de organização de desenvolvimento comunitário, ambos heterogêneos;</li> <li>8. Mudanças populacionais e a transformação dos espaços de significado e referência individual e coletiva e, entre outras.</li> </ol>   |
| <b>OPORTUNIDADES</b>   | <b>AMEAÇAS</b>   |
| <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover a responsabilidade econômica, social, política e ambiental a partir da Ação de Parceria interna e externa de gestão do Sesc e das Entidades Sociais em busca da excelência</li> <li>2. Implantação de práticas sustentáveis de desenvolvimento comunitário a partir da Ação de Parceria interna e externa de gestão do Sesc e das Entidades Sociais em busca da excelência e de combater o fenômeno da (des)territorialização das comunidades tradicionais e saber aproveitar os recursos naturais e culturais regionais com responsabilidade socioambiental;</li> <li>3. Aumentar o número de entidades sociais representadas nos Fóruns, Conselhos (Nacional, Estadual e Municipal) de Turismo para estarem nas discussões acerca das Políticas Públicas de Turismo e o enfrentamento a questões de combate a precariedade das organizações comunitárias; fiscalização das infrações aos ecossistemas, segurança da coletividade, entre outras;</li> <li>4. Identificar e orientar projetos e práticas de turismo de base comunitária desenvolvidas pelas comunidades no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana/no litoral Cearense ou por meio do Encontro SESC: Povos do Mar ou desse estudo e o mesmo do trabalho da Ação Comunitária do Sesc Iparana;</li> <li>5. Promover a discussão sobre a inserção socioeconômica das populações locais, nas atividades relacionadas ao turismo na comunidade, fóruns e Conselhos de Turismo e por meio de eventos promovidos pelo Sesc Ação Comunitária de Iparana;</li> </ol> | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fenômeno da (des)territorialização das comunidades tradicionais somado a falta de políticas mais eficazes;</li> <li>2. Forma particular dos indivíduos se apropriarem do meio multifacetadas e repletas de simbolismo e representação social-cultural dos grupos;</li> <li>3. Características invasivas e de destruição do Turismo Bases Comunitárias no cotidiano da comunidade local e os impactos, possibilidades e limites do desenho do desenvolvimento do Turismo de Bases Comunitárias nos grupos e nos seus territórios;</li> <li>4. Evolução da situação de vulnerabilidade e risco social nas comunidades;</li> <li>5. Insegurança ambiental / social / econômica do Estado / país na contemporaneidade;</li> <li>6. Precariedade das organizações comunitárias no que se refere aos serviços e produtos turísticos;</li> <li>7. Processo organizacional que não corresponda aos interesses do mercado de consumo cristalizado no país;</li> <li>8. Falta de fiscalização mais efetiva com um agir mais rigoroso e rápido nas execuções das infrações a lei referente a lacuna da extração dos recursos dependendo do cuidado com o ecossistema e a preservação ambiental;</li> <li>9. Crescimento de conflitos a partir da especulação imobiliária referente entre outras questões à ligada a destruindo da parte significativa da flora e da fauna local.</li> </ol> |

(continua)

| OPORTUNIDADES   | AMEAÇAS |
|---|---------|
| <ol style="list-style-type: none"> <li>6. Indicar as ações de educação ambiental, por meio das ações de turismo social que desenvolvem, nos seus usuários, uma consciência crítica em relação às questões ambientais;</li> <li>7. Verificar de que modo e alcance as ações de Turismo do SESC promovem o enriquecimento cultural, a educação, a melhoria das relações interpessoais, o desenvolvimento integral da saúde, dentre outras oportunidades;</li> <li>8. Utilizar mais a experiência da Colônia Ecológica Sesc Iparana para ser referência regional de preservação da natureza;</li> <li>9. Mapeamento do patrimônio material e imaterial das comunidades e redes sociais no entorno da Colônia Ecológica Sesc Iparana pela Tese e a partir dela outras pesquisas sistemáticas contemplando mais suas necessidades de desenvolvimento sustentável;</li> <li>10. Ofertar a comunidade local mais cursos profissionalizante da Rede Fecomércio;</li> <li>11. Proposta de colaboração para a inserção socioeconômica das populações locais, nas atividades relacionadas ao turismo a partir de estudos mais sistemático e esse estudo, entre outras</li> </ol> |         |

**Quadro VI.6.2.1:** FOFA – uma análise a partir das Práticas de Desenvolvimento Comunitário observando as forças e oportunidades delas para controlar e superar as fraquezas e ameaças sofridas pelas comunidades e o ecossistemas. Fonte: Elaborado pela autora a partir da análise SWOT: strongness, weaknesses, opportunities, threats (Patez, 2014).

Nesse sentido, conforme a análise de SWOT no **Quadro VI.6.2.1** acima é que se observa visivelmente, por exemplo, que há uma **demandas por ações educativas** que a sua falta fragiliza a excelência dos serviços, como também, as **políticas públicas** deveriam ser mais eficazes para o desenvolvimento do turismo. Porque estas acabam por causar ameaças à economia não só de uma entidade social, mas da coletividade delas no município. Nesse sentido, já que a precária organização comunitária para oferecer serviços e produtos turísticos influência diretamente à economia delas. E isso não é mais uma novidade que parece fazer parte de todo processo organizativo do turismo comunitário.

Assim sendo, primeiramente, acredita-se ser necessário compreender que tais debilidades são importantes instrumentos para a ressignificação como oportunidade de resposta as suas fraquezas e ameaças. E assim, visualizem como força o item um que exhibe a parceria do Sesc com os seus programas e os órgãos responsáveis na comunidade para conduzir capacitações aos gestores profissionais de turismo e comunidade em geral.

E estes enxerguem oportunidades como aponta o item dois das oportunidades na análise de Swot por meio dessa aplicação de práticas sustentáveis de adoção de novas visibilidades e atitudes acerca das potencialidades que as comunidades e seus recursos naturais e culturais abrangem.

Em segundo lugar, porque o processo de organização para o desenvolvimento comunitário não é homogêneo. Isso torna-se uma fraqueza conforme o item sete da análise de Swot no sentido que algumas desenvolvem o seu processo bem e outras não. Além de que somada a falta de integração entre elas como apontada no item sete fraquezas da análise de Swot. Entretanto, Swot aponta vários itens de oportunidades que estão relacionados ao desenvolvimentos, entre eles, destaca-se o item sete que trata da verificação para obter com o Turismo Comunitário o enriquecimento cultural, educacional e melhoria das relações interpessoais.

Contudo, a diversificidade das organizações, torna-se isso uma força para o desenvolvimento do processo da organização como vislumbra o item dois na análise força de Swot. Cada comunidade possui especificidades, que, **por meio da pesquisa, da educação comunitária e do aprimoramento das formas de organização social desses coletivos**, poderão formatar possíveis desenhos de oportunidades e desenvolvimento do turismo de bases comunitárias na região.

Terceiro lugar, com necessidades distintas e aspirações de desenvolvimento variadas, **cada comunidade precisa escolher seu caminho, fazer suas seleções e escolhas nesse processo**. Nasce, então, aqui a questão ética que perpassa toda essa discussão, uma vez que, **o turismo também apresenta** no item três das ameaças na análise de Swot às **características invasivas no cotidiano desses coletivos**. Desta forma, é uma ameaça externa que intimida profundamente: à preservação da cultura, à economia, à segurança da sociedade e ao ambiente, ou melhor, tudo que está inserido ou envolvem como até mesmo, ao turismo sustentável.

Nessa ameaça apontada pela análise de Swot igualmente sugere respostas a essa questão da ética. E tornar-se visível, primeiro, as forças apresentadas nos itens três e cinco ressaltando a participação da sociedade em Fóruns, Conselhos e Ação Comunitária do Sesc Iparana e a promoção dos encontros como: Eco Sesc, Povos do Mar e Sesc Herança Nativa, entre outros. Criando diversas oportunidades dentre elas os destaques para os itens três e cinco de Swot, porque ambos promovem discussões e reforçarem a participação da sociedade. E, por meio dessa forma de participação nas discussões a sociedade pode contribuir na fiscalização e promoção de Políticas Públicas de Turismo ou, até mesmo, nas

suas intervenções para serem mais efetivas.

Portanto, o quarto lugar sinalizada por essa análise Swot, sobretudo, no que se refere às oportunidades – os itens nove e onze que revelam a necessidade da **realização de uma pesquisa mais sistemática, que, pondere o dinamismo cultural e natural existente na região**. Além disso, a **realidade em processo, estudasse**, então, as fraquezas e as ameaças provenientes dos **impactos, possibilidades e limites do desenvolvimento do turismo de bases comunitárias sustentáveis entre esses grupos e territórios**.

Assim, as saídas de enfrentamentos dessas fraquezas e ameaças provêm da proposta de colaborar por meio da Ação Comunitária do SESC a partir dos resultados dessa pesquisa. Por isso, considerou-se, inclusive, que a participação dos representantes desses grupos no processo de pesquisa é de fundamental valor. Ressalta-se que **esta pesquisa traz um suporte necessário e fértil de reflexão para a edificação de novas ideias e práticas, no âmbito do turismo e da atuação comunitária, na perspectiva de sua sustentabilidade**.

Para análise de SWOT o quinto lugar nessa apreciação enquadra o artesanato, a diversidade natural e cultural, a gastronomia e os restaurantes, as pousadas e hotéis nos itens um e dois referente às forças para nesse processo de desenvolvimento do Turismo Comunitário. E assim, congregam tanto as parcerias com o SESC e as Entidades Sociais quanto o seu próprio potencial especialmente por promoverem empregos atualmente há centenas de trabalhadores. São estes compostos por cozinheiras, pescadores, vigilantes, garçons, vendedores ambulantes, dentre outros. Estes guardam, ainda, o item um das oportunidades para promover com responsabilidade econômica, social, política e ambiental por meio dessas parcerias com o SESC e comunidades gerir com excelência. Gerando, de forma espontânea foram dando consistência a novas configurações de convivência entre essas comunidades e o desenvolvimento econômico e turístico emergente.

**O mapeamento de recursos turísticos, assim como o cadastro dos agentes que operam esses serviços é de fundamental importância**. Entretanto, este será mais bem discutido e explicado no próximo tópico. Assim, dando continuidade à análise SWOT o item sete das forças realça a experiência do SESC com esses grupos, durante os últimos dez anos para somar com o Turismo de Base Comunitária. Inclusive, permite o item quatro das oportunidades, pois com a experiência do SESC pode identificar projetos e orientar práticas de Turismo de Base Comunitária, como também, promover a construção de **canais de diálogo e análise para a formação de hipóteses e proposição de novos horizontes** para o desenvolvimento sustentável das comunidades em questão por meio do Encontro Sesc: Povos do Mar e outros.

Outra força – item seis – importante é a transformação da Colônia Ecológica SESC Iparana e sua aproximação com as comunidades litorâneas. Atualmente, tanto as comunidades que moram no litoral, como as que estão situadas dentro ou nos arredores dos mangues já realizam atividades de subsistência, baseadas na coleta e no manejo dos recursos naturais da região. A extração é vista pela análise de SWOT como uma ameaça no item oito, sobretudo, porque esses recursos dependem do cuidado com o ecossistema e a preservação ambiental. No entanto, ainda é considerada uma lacuna, então, uma ameaça ao ecossistema, à economia sustentável, ao processo de organização do Turismo Comunitário.

Sétimo lugar – é sabido que – a sustentabilidade implica no desenvolvimento sistêmico de um conjunto de atitudes e atores gerando inúmeros desdobramentos. A educação socioambiental, a formação de políticas públicas de fomento ao turismo de bases comunitárias e a incorporação de novos valores e compromissos ecológicos, mexe com diversos interesses e não é ponto pacífico. E estes valores a análise alerta que podem tornar ameaças internas e externas – itens sete e nove por envolverem grandes interesses desaguando em conflitos e jogos de interesses de mercado de consumo.

Os exemplos como: o inchaço habitacional, a destruição de partes significativas da flora e da fauna local são os principais motivos que agregam aos moradores a entrarem em conflitos territoriais junto à especulação imobiliária o qual crescerem terrivelmente. E estes crescentes conflitos de interesses das imobiliárias para a análise de SWOT constitui uma ameaça externa – item nove ao desenvolvimento da comunidade. Entretanto, a **presente pesquisa considera o SESC como uma instituição mediadora e formadora nesse processo**. Portanto essa ameaça pode ser transformada em oportunidade através da **força** da Ação Comunitária do SESC Iparana aos moradores do seu entorno. Além que a Colônia está há mais de cinco décadas na região, período em que conta também força a sua experiência em prol da sustentabilidade ambiental.

Então, nessa ambiência, a Colônia Ecológica SESC Iparana por transformar-se na primeira unidade de preservação da região, antes mesmo da instalação do Parque Botânico do Estado do Ceará, nas suas proximidades, em 1996. E no seu entorno, residem comunidades tradicionais de rendeiras, jangadeiros e comunidades indígenas, sobre as quais oferece um olhar relacionado com os aspectos aqui estudados, descrevendo os seus cotidianos, relação com o SESC, suas culturas e outras relações sociais; seus afazeres cotidianos, trabalhando o conceito de território, identidade e turismo social. Configura-se, assim, **forças**: a referência de preservação da Colônia e a sua interface com a comunidade para o Processo de Organização do Turismo Comunitário apontado pelo item seis das

**forças** da análise de SWOT.

Contudo, as formas com que os indivíduos se apropriam do meio são multifacetadas e repletas de simbolismo e representações sociais e culturais particulares, assim sendo, pode-se considera por essa análise uma ameaça interna ao seu próprio desenvolvimento local e à preservação do ecossistema, onde está implantada essa ação. Afinal, a chamada identidade cultural de um povo advém do seu meio, de suas tradições e práticas, da sua terra, enquanto espaço simbólico de vida, sobrevivência e construção social. Somada a essa ameaça há a fragilidade decorrente da problemática das mudanças populacionais e na singular transformação dos espaços de significação e referências individuais e coletivas, ocorridas, nas praias de Iparana e do Pacheco, que são localidades vizinhas e integram o litoral cearense.

E por último, com estas somam mais uma ameaça a sustentabilidade ambiental e a comunidade local que é outra externa causada, agora, pelo fenômeno da (des)territorialização das comunidades tradicionais ali residentes, o qual está se dando de múltiplas maneiras, que envolvem uma espécie de (re)apropriação dos espaços e de tradicionais referenciais simbólicos. Nesse contexto, vale ressaltar, Little (2002, p. 4) quando afirma que as transformações territoriais estão sofrendo atualmente no Brasil – a imbricadas transformações territoriais com os incessantes processos de ampliação de fronteiras e, por isso, alerta que:

A história das fronteiras em expansão no Brasil é, necessariamente, uma história territorial, já que a expansão de um grupo social, com sua própria conduta territorial, entra em choque com as territorialidades dos grupos que residem aí. Nesta dinâmica, podemos identificar as origens do que Oliveira (1998)<sup>95</sup> chama de “processos de territorialização” que surgem em “contextos intersocietários” de conflito. Nesses contextos, a conduta territorial surge quando as terras de um grupo estão sendo invadidas, numa dinâmica em que, internamente, a defesa do território torna-se um elemento unificador do grupo e, externamente, as pressões exercidas por outros grupos ou pelo governo da sociedade dominante moldam (e às vezes impõem) outras formas territoriais.

Enfim, diante da análise de SWOT indicou-se por meio da compreensão dessas forças e oportunidades que a comunidade tem para superar as suas próprias fraquezas e ameaças tanto internas quanto externa e igualmente obterem sucesso na Organização do Turismo Comunitário. E ainda, com essa ajuda proporcionou a inclusão do processo de Organização do Turismo Comunitário na perspectiva, como também, realização e redes sociais do

---

<sup>95</sup> Ver Oliveira, J. P. de (1998). Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, 4(1), 47-78.

Encontro Povos do Mar. Daí, então, com isso a necessidade de desenvolvê-la com mais profundidade a organização, realização e redes sociais do encontro Povos do Mar no próximo item.

### VI.6.3 ORGANIZAÇÃO, REALIZAÇÃO E REDES SOCIAIS DO EVENTO POVOS DO MAR

Para a composição deste principalmente item, utilizou-se de vivências e relatórios de reuniões sistemáticas, realizadas mensalmente, com grupos representantes das principais atividades econômicas desenvolvidas nas comunidades que formam o território do entorno da Colônia Ecológica do SESC-CE, as quais estão relacionadas com o seu projeto de Turismo Comunitário. Tais grupos formam uma rede social que se chama de “Povos do Mar”, composta por integrantes daquelas comunidades, ocupadas com atividades artesanais que possibilitam a elas renda e sobrevivência familiar.

Há dez anos, bem no início dos anos 2000, em visita técnica como corpo do SESC-CE à Unidade de Iparana, em Caucaia, o grupo percebeu que dentro do que a instituição chama de Trabalho de Ação Comunitária foram orientados a examinar no entorno das unidades físicas onde se atua, para que essa ação não ficasse restrita ao interior delas. Procedeu-se, então, a um trabalho de natureza etnográfica, que começaria por excursões da equipe do SESC naquele território do litoral cearense, para mapear econômica e culturalmente as populações ali residentes.

Percebeu-se que as comunidades praticavam atividades diversas, como: pesca marítima, coleta de crustáceos (caso das marisqueiras), passeios de barcos, barracas para venda de alimentos com base em pescados, bordados e rendas; artesanato em palha de carnaúba, em côco e madeira; além de um grupo étnico organizado dos índios Tapeba, que iam ao SESC pedir espaço para realização de cerimônias e festividades, além de alimentação. Foi-se percebendo que aquele entorno era muito rico, composto por uma variedade de fazeres e saberes daquelas comunidades do litoral.

Em 2008, com já foi dito no item anterior decidiu-se começar um trabalho educativo com representantes da comunidade do entorno da Colônia Ecológica para impulsionar a interação, troca de saberes e participação ativa dos educandos, em uma perspectiva libertadora e politizadora, na sede da Unidade do SESC.

Essa aproximação com a comunidade gerou um **demanda**. E partir dela começa-se a chegar de modo crescente. A elas respondemos com sugestões de organização,



planejamento, acompanhamento, avaliação e reprogramação. Implementamos rotinas e práticas que favorecessem as melhorias desejadas pelos participantes, a exemplo de: um curso **de Alfabetização** de Jovens e Adultos, de Ajudantes de Cozinheiros, Higienização e Pré-Preparo e Preparo de Alimentos, Noções de Cooperativismo, Comercialização e Contabilidade, Redes comerciais e de consumidores, Sedes Físicas de Associações de Moradores, Visitação para Demandas de Assessoria de cursos e orientações técnicas, de Infra-estrutura junto aos poderes públicos municipais e estaduais para melhoria de suas atividades e qualidade de moradia, assistência e educação dirigida à saúde, por meio da instalação de postos, cursos de primeiros socorros, etc.

**A quantidade e qualidade das ações e relações permitiram a constituição de uma rede social dinâmica e atuante**, que aos poucos apresentou mudanças e melhorias na qualidade de vida daquelas comunidades. Com o passar do tempo, eles começaram a reivindicar outras ações mais amplas, que acabaram redundando na **criação de um evento anual, em 2010, intitulado “Povos do Mar”, contemplando vários objetivos: 1) Feira e Mostra dos Produtos feitos por eles próprios; 2) Oficinas relacionadas com os seus ofícios; 3) Apresentações artísticas de tradições e expressões culturais das comunidades (Dança do Côco, Capoeira, Reisado, Bumba-meu-Boi, Dança do Toré, Cantorias e Violeiros.**

A organização do novo evento começou a fazer parte das atividades comunitárias do SESC em Iparana, entre 2009 e 2011. Envolveu um levantamento preliminar e contatos de sua equipe técnica com outras localidades litorâneas do Ceará, onde foram identificadas lideranças e atividades socioculturais relevantes para o estabelecimento de uma rede capaz de viabilizar um encontro entre diversas comunidades de pescadores, artesãos e expressões culturais.

Paralelamente, eram organizadas reuniões na sede da Colônia do SESC com representantes de comunidades do seu entorno, que envolvia pescadores, jangadeiros, marisqueiras, rendeiras, artesãs variadas e indígenas da comunidade dos Tapeba. Tais reuniões visavam uma aproximação entre lideranças e localidades várias dessa região do litoral cearense, em especial, com vistas à valorização cultural de suas atividades e expressões simbólicas.

Pode-se observar que o evento Povos do Mar apresentou um aumento do número de municípios participantes, que passa de 12 em 2011 para 20, no ano de 2012, mantendo esse número para os dois anos subsequentes, 2013 e 2014. Já quanto ao número de comunidades

litorâneas envolvidas no referido evento tem crescido de modo surpreendente, pois passa de 12 comunidades em 2011, atinge 86 comunidades em 2012; chegando ao número de 100 nos anos de 2013 e 2014. Constata-se, portanto, um aumento quantitativo e qualitativo do evento, o qual tem sido amplamente divulgado em jornais cearenses e pelas redes sociais relacionadas com algum trabalho social com essas comunidades, tanto governamentais como não governamentais.

Nesse sentido, a cada ano que passa, aumenta sobremaneira o número de comunidades participantes, conforme pode se observar nos **Quadros VI.6.3.1 e VI.6.3.2**. Assim, o que significa um fortalecimento da rede intercultural proposta pelos seus idealizadores, qual seja, o corpo técnico do Programa de Ação Comunitária do SESC-CE.

| Encontro Povos do Mar / ano |      |      |      |      |      |
|-----------------------------|------|------|------|------|------|
| Participantes Por:          | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 |
| Município                   | 12   | 17   | 20   | 20   | 21   |
| Comunidades                 | 48   | 86   | 105  | 107  | 120  |

**Quadro VI.6.3.1:** Encontro Povos do Mar/ano

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados de folders da Ação Comunitária do Sesc Colônia Ecológica de Iparana e anexados.

| ANO  | MUNICÍPIOS              | COMUNIDADES  |
|------|-------------------------|--|
| 2011 | FORTALEZA               | Mucuripe, Pirambu, Goiabeiras, Barra do Ceará, Serviluz e C. Santa Terezinha                                 |
|      | CAUCAIA                 | Pq. Leblon, Pacheco, Iparana, Jardim, Icaraí, Cumbuco, Tabuba, Guajiru, Barra Nova, Cercadão, Guaié e Capuan |
|      | SÃO GONÇALO DO AMARANTE | Pecém, Iapuera, Matões e Bolsos  |
|      | PARACURU                | Praia de Paracuru  |
|      | TRAIRI                  | Canaan, Timbaúba, Mundaú, Flexeiras e Guajiru  |
|      | ITAREMA                 | Almofala e Torrões   |
|      | AQUIRAZ                 | Iguape, Lagoa do Encantado, Prainha e Tapera   |
|      | BEBERIBE                | Prainha do Canto Verde   |
|      | ARACATI                 | Canoa Quebrada, Estevãos, Quixaba e Majorlândia  |
|      | PARAIPABA               | Lagoinha   |
|      | CASCAVEL                | Moita Redonda, Barra Nova e Balbino  |
|      | ICAPUÍ                  | Barreira, Requenguela, Barrinha, Ponta Grossa e Quitérias  |
|      | BARROQUINHA             | Praia de Bitupitá  |
|      | JIOCA                   | Jericoacoara   |
|      | CRUZ                    | Preá, Barrinha e Formosa   |
|      | ITAREMA                 | Almofala e Torrões   |
|      | TRAIRI                  | Canaan, Timbaúba e Mundaú  |
|      | PARAIPABA               | Lagoinha   |
|      | PARACURU                | Bairro da Coréia, Volta Redonda e Maleitas   |
|      | SÃO GONÇALO DO AMARANTE | Pecém, Iapuera, Matões e Bolsos  |

|        |   |   |
|--------|---|---|
| 2012   | CAUCAIA   | Pq. Leblon, Pacheco, Iparana, Jardim, Icaraí, Cumbuco, Tabuba, Guajiru, Barra Nova, Cercadão, Boi Choco, Beija Bode, Guaié, Serra da Rajada, Serra do Juá, Serra Conceição, Porteira, Coca, Boqueirão do Arara, Capuan  |
|        | FORTALEZA   | Mucuripe, Pirambu, Goiabeiras, Barra do Ceará, Serviluz, Vicente Pinzon, Varjota e C. Santa Terezinha   |
|        | AQUIRAZ   | Iguape, Lagoa do Encantado, Batoque, Preaoca, Prainha e Tapera Bolsos   |
|        | CASCAVEL  | Barra Nova, Balbino, Caponga e Moita Redonda  |
|        | BEBERIBE  | Prainha do Canto Verde e Morro Branco   |
|        | FORTIM  | Pontal do Maceió  |
|        | ARACATI   | Canoa Quebrada, Estevãos, Quixaba, Majorlândia e Cumbe  |
|        | ICAPUÍ  | Barreira, Requenguela, Barrinha, Ponta Grossa, Quitérias, Tremembé, Caiçara e Redonda   |
| 2013   | BARROQUINHA   | Praia de Bitupitá   |
|        | JIJOCA  | Jericoacoara  |
|        | CRUZ  | Preá, Barrinha e Formosa  |
|        | ACARAÚ  | Curral Velho  |
|        | ITAREMA   | Almofala, Ilha do Guajiru, Mulheres de Areia, Comunidade Torrões, Comunidade de Córrego, Praia da Tijuca, Povo da Mata, Praia de Almofala, Queimadas, Telhas e São José.  |
| 2013   | ACARAÚ  | Curral Velho.   |
|        | AMONTADA  | Caetanos de Baixo, Caetanos de Cima.  |
|        | ITAPIPOCA   | Buriti, São José e Praia da Baleia.   |
|        | TRAIRI  | Canaan, Timbaúba, Mundaú, Flexeiras, Alagadiço, Guajiru e Emboaca.  |
|        | PARAIPABA   | Lagoinha.   |
|        | PARACURU  | Praia de Paracuru, Maleitas, Bairro da Coréia e Volta Redonda.  |
|        | SÃO GONÇALO DO AMARANTE   | Silipé, Matões, Lapoara, Colonia, Praia da Taíba, Praia do Pecém, Iapuara, e Comunidade de Bolsos.  |
|        | CAUCAIA   | Pq. Leblon, Praia do Pacheco, Iparana, Jardim de Icaraí, Praia do Icaraí, Praia do Cumbuco, Praia da Tabuba, Guajiru, Barra Nova, Quilombo do Cercadão, Praia do Boi Choco, Beija Bode, Guaié, Serra da Rajada, Serra do Juá, Serra Conceição, Porteira, Boqueirão do Arara, Quilombo do Capuan e Tapeba. |
|        | FORTALEZA   | Morro da Santa Terezinha, Sabiaguaba, Vicente Pinzon, Serviluz, Colônia, Barra do Ceará, Pirambú, Comunidade do Mucuripe e Goiabeiras.  |
|        | AQUIRAZ   | Prainha, Lagoa do Encantado, Iguape, Preaoca, Tapera, Batoque e Praia do Japão.   |
|        | CASCAVEL  | Barra Nova, Caponga, Moita, Redonda e Praia do Balbino.   |
|        | BEBERIBE  | Prainha do Canto Verde e Morro Branco.  |
|        | FORTIM  | Pontal do Maceió.   |
|        | ARACATI   | Canoa Quebrada, Estevãos, Quixaba, Majorlândia e Cumbe.   |
| ICAPUÍ | Barreira, Araturu, Barrinha, Comunidade do olho da D'Água, Ponta Grossa, Praia da Redonda, Praia da Requenguela, Caiçara, Tremembé e Quitérias. |   |
| 2014   | BARROQUINHA   | Praia de Bitupitá.  |
|        | CAMOCIM   | Praia do Maceió, Praia de Tatajuba, Baixa da Tatajuba, Vila Nova e Praia de Camocim   |
|        | CRUZ  | Praia do Preá, Barrinha e Formosa.  |
|        | ACARAÚ  | Curral Velho, Cauassu, Aranaú.  |
|        | ITAREMA   | Almofala, Ilha do Guajiru, Mulheres de Areia, Comunidade Torrões, Praia da Tijuca, Povo da Mata, Praia de Almofala, Telhas e São José.  |
|        | AMONTADA  | Caetanos de Baixo, Caetanos de Cima.  |
|        | ITAPIPOCA   | Buriti, São José e Praia da Baleia.   |
|        | TRAIRI  | Canaan, Timbaúba, Mundaú, Flexeiras, Alagadiço, Guajiru e Emboaca.  |
|        | PARAIPABA   | Lagoinha.   |
|        | PARACURU  | Praia de Paracuru, Bairro da Coréia, Volta Redonda e Maleitas.  |

|      |                         |  |
|------|-------------------------|--|
|      | SÃO GONÇALO DO AMARANTE | Silipé, Matões, Lapoara, Colonia, Praia da Taíba, Praia do Pecém, Iapuaara, e Comunidade de Bolsos.  |
|      | CAUCAIA                 | Pq. Leblon, Praia do Pacheco, Iparana, Jardim de Icaraí, Praia do Icaraí, Praia do Cumbuco, Praia da Tabuba, Guajiru, Barra Nova, Quilombo do Cercadão, Praia do Boi Choco, Beija Bode, Guaié, Serra da Rajada, Serra do Juá, Serra Conceição, Porteira, Boqueirão do Arara, Quilombo do Capuan e Tapeba.  |
|      | FORTALEZA               | Morro da Santa Terezinha, Sabiaguaba, Vicente Pinzon, Serviluz, Colônia, Barra do Ceará, Pirambu, Comunidade do Mucuripe e Goiabeiras.   |
|      | AQUIRAZ                 | Prainha, Lagoa do Encantado, Iguape, Preaoca, Tapera, Batoque e Praia do Japão.  |
|      | CASCADEL                | Barra Nova, Caponga, Moita, Redonda e Praia do Balbino.  |
|      | BEBERIBE                | Prainha do Canto Verde, Morro Branco e Praia das Fontes.   |
|      | FORTIM                  | Pontal do Maceió   |
|      | ARACATI                 | Canoa Quebrada, Estevãos, Quixaba, Majorlândia e Cumbe.  |
|      | ICAPUÍ                  | Barreira, Araturu, Barrinha, Comunidade do olho da D'Água, Ponta Grossa, Praia da Redonda, Praia da Requenguela, Caiçara, Tremembé e Quitérias.  |
| 2015 | ICAPUÍ                  | Barreira, Aratu, Barrinha, Comunidade do olho da D'Água, Ponta Grossa, Praia da Redonda, Praia da Requenguela, Caiçara, Tremembé, Ibicuitaba, Berimbau, Melancias e Quitérias.   |
|      | ARACATI                 | Canoa Quebrada, Estevãos, Quixaba, Majorlândia e Cumbe.  |
|      | FORTIM                  | Pontal do Maceió   |
|      | BEBERIBE                | Prainha do Canto Verde, Parajuru, Morro Branco, Caetanos, Lagoa Funda e Praia das Fontes.  |
|      | CASCADEL                | Barra Nova, Praia da Caponga, Moita Redonda, Comunidade Bica e Praia do Balbino.   |
|      | AQUIRAZ                 | Iguape, Lagoa do Encantado, Batoque, Preaoca, Prainha e Tapera.  |
|      | FORTALEZA               | Morro da Santa Terezinha, Sabiaguaba, Praia do Futuro, Serviluz, Titanzinho, Praia de Iracema, Barra do Ceará, Pirambu e Goiabeiras.   |
|      | CAUCAIA                 | Pq. Leblon, Matões, Praia do Pacheco, Iparana, Jardim de Icaraí, Praia do Icaraí, Praia do Cumbuco, Praia da Tabuba, Guajiru, Barra Nova, Cercadão, Praia do Boi Choco, Beija Bode, Guaié, Serra da Rajada, Serra do Juá, Serra Conceição, Porteira, Boqueirão do Arara, Quilombo do Capuan, Comunidade Tapeba do Trilho, Comunidade Tapeba do Capuan, Comunidade da Ponte Tapeba e Comunidade de Anacé de Matões. |
|      | SÃO GONÇALO DO AMARANTE | Pecém, Siupé, Taiba, Colônia, Lagoa Nova, Espinhos, Japuaara e Bolsos.   |
|      | PARACURU                | Praia de Paracuru, Bairro da Coréia, Volta Redonda e Barra do Coreau.  |
|      | PARAIPABA               | Comunidade da Rama, Lagoinha, Comunidade do Campo.   |
|      | TRAIRI                  | Canaã, Timbaúba, Mundaú, Flexeiras, Alagadiço, Guajiru e Emboaca.  |
|      | ITAPIPOCA               | Buriti, São José e Praia da Baleia.  |
|      | AMONTADA                | Caetanos de Cima e Moitas.   |
|      | ITAREMA                 | Almofala, Ilha do Guajiru, Mulheres de Areia, Comunidade Torrões, Córrego, Praia da Tijuca, Varjota, Queimadas, Porto dos Barcos, Telhas e São José.   |
|      | ACARAÚ                  | Curral Velho, Cauassu, Aranaú.   |
|      | CRUZ                    | Praia do Preá.   |
|      | JIOCA DE JERICOACOARA   | Jericoacoara.  |
|      | CAMOCIM                 | Praia do Maceió, Praia de Tatajuba, Vila Nova e Farol do Trapiá.   |
|      | BARROQUINHA             | Praia de Bitupitá.   |
|      | CHAVAL                  | Porto do Mosquito.   |

**Quadro VI.6.3.2:** Listagem dos Municípios e das Comunidades do Encontro Povos do Mar/ano

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da Ação Comunitaria do Sesc Colônia Ecológica de Iparana.

Conforme esses dados referentes aos **Quadros VI.6.3.1 e VI6.3.2** e partindo do ponto de vista cultural, fica evidenciado neles o crescimento das possibilidades de troca de saberes e ofícios entre povos das comunidades litorâneas do Ceará, que merece ainda uma avaliação a médio e longo prazo, com relação aos seus resultados em relação ao fomento, tanto ao resgate e fortalecimento das tradições e expressões culturais de tais comunidades, quanto das possibilidades de intercâmbio de saberes entre os povos participantes.

Nas respostas ao inquérito que se aplicou junto à comunidade do entorno da Colônia Ecológica do SESC Iparana, entre abril e agosto de 2014, pode-se assim entender melhor o impacto desse evento na mentalidade e vida dos participantes do evento Povos do Mar, resultados que será apresentado mais adiante em capítulo específico.



**PARTE IV**  
**RESULTADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS E ANÁLISE DOS**  
**INQUÉRITOS**





## **CAPÍTULO VII – POTENCIAL DO TURISMO COMUNITÁRIO**

### **VII.7.1 INTRODUÇÃO**

A leitura do conjunto dos inquéritos aplicados possibilitou uma impressão geral sobre o conteúdo alcançado por este instrumento, a qual gostaríamos de explicitar aqui, por julgá-la ser uma aproximação necessária com os possíveis resultados atingidos.

Ficou evidenciado, no que tange ao perfil social e econômico das pessoas entrevistadas da comunidade do entorno do SESC Iparana-Caucaia – juntamente com vários dos participantes do evento Povos do Mar, edição 2014, oriundos de outras localidades do litoral cearense - que se trata de um universo populacional composto por indivíduos e famílias, que não têm as suas necessidades básicas plenamente respondidas, a exemplo de: renda regular, alimentação, moradia, acesso a serviços de saúde e educação pública de qualidade, além de proteção previdenciária.

Nesse sentido, ficou claro que os três segmentos aqui tratados – ou seja, rendeiras, jangadeiros/pescadores/marisqueiras, e índios tapebas – relatam o que mais lhes falta para que possam ter uma vida melhor, ressaltando que cada comunidade tem suas especificidades.

Dessa forma, em linhas gerais, para as rendeiras, a sua luta maior consiste em ter um local coletivo, destinado à venda de seus produtos artesanais; já os segundos, pescadores, precisam ter seus próprios barcos e equipamentos para a atividade de pesca e conservação do pescado, bem como uma forma adequada de escoamento ou venda do seu produto, que deve ser rápida – por ser um produto altamente perecível – e não vinculada a atravessadores; os terceiros, da etnia Tapeba, focam sua necessidade mais urgente no alcance do direito à posse da terra, conservação de suas identidades culturais e preservação do meio ambiente.

Vale ressaltar o quanto foi favorável a esta investigação o uso do inquérito para a organização de material empírico necessário ao nosso conhecimento e entendimento, acerca de vários aspectos, que podemos indicar, da seguinte maneira: 1) as dificuldades reais vividas por esses sujeitos; 2) o que eles pensam da ação social do SESC-CE; 3) o que consideram ser o turismo em geral e o seu impacto nas suas vidas e cotidianos. Um quarto aspecto importante foi perceber o que tais comunidades esperam do trabalho educativo do Sesc, em relação ao fomento do turismo comunitário e melhoria de suas condições de vida.

Nos tópicos seguintes, serão detalhado tais resultados, em perspectiva qualitativa,

considerando que os sujeitos entrevistados não favoreceram o delineamento de base quantitativa desejado, que seria organizada, segundo critérios apropriados desta vertente investigativa, em forma de gráficos e tabelas.

No entanto, sendo tais entrevistados portadores de uma oralidade fortemente calcada em suas tradições e heranças culturais, teve-se que centrar a análise na busca qualitativa dos dados oferecidos, acreditando que não há incompatibilidade entre os objetivos desta investigação e a referida abordagem, desde que se saiba valorizá-las e estabelecer vínculos adequados entre estes e os resultados indicados nas respostas dos sujeitos submetidos ao nosso inquérito.

Convém salientar, que mesmo sabendo dos limites da quantificação dos resultados obtidos através dos inquéritos aos sujeitos da pesquisa, tentou-se um tratamento quantitativo de base estatística, que consta como tópico do próximo capítulo analítico.

## VII.7.2 DIFICULDADES DE VIDA APONTADAS PELOS SUJEITOS ENTREVISTADOS

### VII.7.2.1 Rendeiras

Trata-se de uma comunidade que apresenta diferenciações quanto à dimensão organizativa. No caso das rendeiras de Iparana, observa-se que o artesanato por elas desenvolvidas é uma tradição em extinção. Há hoje nessa localidade uma quantidade muito pequena de mulheres que no passado se ocuparam com as rendas de bilros, hoje são idosas e não conseguiram convencer as filhas e a netas a perpetuar o seu ofício.

Por essa razão, esta atividade necessita receber estímulo por meio de oficinas e projetos educacionais para a sua retoma. Sabe-se da valorização da renda de bilros pelos turistas que visitam o Ceará, por sua beleza e natureza decorativa de ambientes.

Os inquéritos mostraram que as rendeiras de algumas localidades do litoral cearense não só conseguiram conservar essa tradição artesanal, enfrentando todo tipo de dificuldade, como contam com associações em suas localidades de origem. Elas dizem que tudo começou porque essa atividade costuma ser realizada em grupo, que durante o trabalho conversam e trocam experiências de vida e de prática artesanal.

Nas conversas, percebiam que, se elas se unissem em defesa daquela atividade, da qual auferiam alguma renda para a sobrevivência familiar, poderiam ganhar bem mais, pois evitariam que os atravessadores daquele produto ficassem com a maior parte do lucro

obtido com as vendas. Isso não significa que a figura do atravessador não exista mais, porque em algumas localidades ainda permanece como mediador das vendas do artesanato das rendeiras.

Os atravessadores acabam por impedir que essas artesãs tenham contato direto com os turistas. Não só isso, ele também faz com que as novas gerações não queiram fazer a renda, porque o trabalho fica desvalorizado, pois recebem um valor irrisório por cada peça produzida, o que desestimula as mais jovens a permanecer nessa atividade, preferindo partir em busca do trabalho doméstico em casas de família mais abastadas, na própria localidade, junto a casas de veraneio ou em localidades maiores onde haja oferta desse tipo de emprego.

Outra atividade preferida é o serviço junto a bares e restaurantes que recebem turistas e veranistas. Como vemos, o atravessador neste caso, embora não seja agressivo, acaba por prejudicar o ganho melhor que obteriam as rendeiras, caso pudessem comercializar diretamente o produto do seu trabalho.

Já as mulheres que contam com o apoio das associações de rendeiras ou de artesãs – entrevistadas por ocasião do evento Povos do Mar – se mostram mais unidas, na defesa dos seus interesses e participam de feiras, eventos e redes que as ligam com outras associações similares e/ou de natureza turística.

Uma das entrevistadas nos contou que em seu município, já estão em desenvolvimento ações de turismo comunitário – caso da Prainha do Canto Verde – em função da existência de associações ou cooperativas e redes de turismo comunitário – que estimulam o seu desenvolvimento. Isto favorece a ida do turista à sua residência para a compra direta dos seus produtos artesanais. Ela falava da importância da vinda do turista ao local onde o produto está sendo feito, porque ele percebe o quanto exige tempo, dedicação e habilidade para a sua confecção; isso leva-o, segundo depoimentos de rendeiras, a valorizar o artesanato e aceitar o pagamento do preço mais justo à artesã.

Outra questão que consideramos importante nas reclamações das rendeiras é o problema da regulamentação das suas casas. As mesmas têm as suas origens nessa localidade, que vem passando de geração para geração; hoje as imobiliárias vêm tentando tomar esse espaço para o turismo exploratório, gerando discórdia dentro da comunidade.

As rendeiras relatam também problemas de falta de condições básicas, como alimentação, transporte e educação. Elas admitem que o analfabetismo acarreta muitos problemas de comunicação, pois muitas delas mal sabem ler direito, não conseguem entender o que devem fazer, utilizar recursos de tecnologia como celulares, computadores

que poderiam ser aliados na divulgação e vendas dos seus produtos.

A análise das entrevistas mostra que os desafios postos para a atividade e sobrevivência das rendeiras, os quais podem ser assim agrupados, por meio de uma tripla classificação temática:

#### VII.7.2.1.1 Dificuldades e soluções para a valorização da tradição cultural da renda

Passando o meu ofício para meus filhos e não trocando o meu trabalho por qualquer coisa (A. M. - Rendeira - Canaã/ Trairi).

Cada um tem seu valor, o índio tem seu valor, os pescadores, a rendeira (R. B. - Rendeira - Trairi).

Locomoção, pobreza, falta de alimentação; não saber ler bem (A. L. - Rendeira Mundaú/Trairi).

Comercialização. Temos um produto de primeira linha e não tem como vender e expandir, muitos veem a renda de bilros como roupa de banho (R. B. - Rendeira Trairi).

A União. Eu vejo uma união. Antigamente cada uma fazia para si. Hoje nos ajudamos; se uma tiver uma dificuldade financeira nós ajudamos, se tem uma dificuldade de problemas familiares a gente ajuda; se tiver triste ajuda conversa. Reza junto (M. C. - Rendeira - Alagadiço/Trairi).

E já realizamos o projeto 'Arte Canto nas escolas' para ensinar o labirinto, porque os jovens não querem aprender; você passa um mês para fazer uma peça e quando termina o produto, você não consegue colocar o preço justo; o jovem acaba não querendo aprender porque não tem lucro bom (A.M - Rendeira - Prainha do Canto Verde - Beberibe).

A internet e o celular porque ainda temos muita dificuldade por falta de conhecimento e falta de tempo (R. B. - Rendeira Trairi).

Gostaria de mais participações nos eventos nacionais e estaduais com ajuda de custo. Problemas porque precisamos de maquinário para costura e também precisamos de computadores. O nosso sonho é ter um site (R. X. - Timbaúba - Trairi).

#### VII.7.2.1.2 Dificuldades de comércio e valorização do produto

Dificuldade financeira para fazer uma renda mais trabalhada, você passa quinze dias para ganhar 80 reais, então num mês é muito pouco (A.P. Rendeira - Prainha do Aquiraz/ Aquiraz).

Dificuldade de dinheiro, porque ninguém dava valor ao nosso trabalho (M. C. - Rendeira - Alagadiço, Canaã/ Trairi).

Vende para o atravessador, precisa e vende. É o jeito (A. M. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Elas (atravessadoras) emprestavam as linhas e colocavam seus próprios preços, trabalhava para o atravessador, depois de feita a renda, elas descontavam o preço.

Na maioria das vezes, em troca de alimento (M. C. - Rendeira - Alagadiço, Canaã/Trairi).

O grupo era solto, cada um trabalhava com a sua própria linha. E cada um vendia de acordo com a sua necessidade, às vezes iam para Fortaleza vender e acabavam vendendo por um preço justo; depois disso, o grupo ficou mais unido (R. X. - Timbaúba - Trairi).

### VII.7.2.1.3 Turismo e valorização do artesanato

A comercialização é difícil pela falta de compradores, turistas (A. M. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Não temos proximidade com o turista, a gente só vende através do atravessador (A.M. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Mostrar como é feito cada produto cultural. Não só mostrar pronto, mas desde o início da produção para o turista ver o valor cultural de cada produção; a valorização começa do feitiço (R. B. - Rendeira Trairi).

Hoje a gente se preocupa em continuar a nossa tradição, quando chega o turista a gente leva na casa da labirinteira e ela conta a história e ele vê elas fazendo (A.M - Rendeira - Prainha do Canto Verde - Beberibe).

Essa briga acabar dos que querem preservar com os que querem o turismo hoteleiro de grande porte (A.M - Rendeira - Prainha do Canto Verde - Beberibe).

Os empresários que ainda insistem em dizer que metade da Prainha é deles (A.M - Rendeira - Prainha do Canto Verde - Beberibe).

A desunião porque o empresário colocou o nativo contra nativo, (aqueles) que querem esses grandes hotéis que destroem as comunidades (A.M - Rendeira - Prainha do Canto Verde - Beberibe).

As entrevistadas evidenciam que a sua luta maior consiste em preservar essa tradição cultural, vencer barreiras educacionais e ter um local coletivo destinado à venda de seus produtos artesanais, que as livre da exploração de atravessadores. Para que consigam envolver seus filhos e filhas no fabrico da renda de bilros precisariam lhes mostrar que há uma compensação de ganho, que existe um mercado para escoamento dessa produção artesanal; sem isso, acham difícil os mais jovens se interessarem pela atividade das mães e pessoas mais velhas.

Um fator positivo que consideram para vencer tais dificuldades é a organização de cooperativas, conforme experiência apontada pelas rendeiras da localidade de Trairi, no Ceará. O turismo é apontado ora como solução, ora como problema, porque é feito de modo a contrapor grandes empreendimentos turísticos que atingem a posse da terra pelas comunidades litorâneas, em face das atividades de empresários que ocupam tais áreas,

desalojando, por vezes, seus habitantes tradicionais. Reclamam da falta de lugar próprio para apresentar e vender em boas condições aos turistas que chegam de fora os seus trabalhos de renda de bilros. Aludem ainda ao problema da desunião gerada por interesses alheios às comunidades litorâneas, em face dos empreendimentos turísticos, que acabam por estimular desavenças e conflitos nas localidades onde são implantados.

Percebe-se, claramente, nas falas das rendeiras, relatos que estão calcados em experiências de décadas, quando assistiram a entrada e expansão do turismo de grande porte em suas localidades praianas. As localidades que partiram para experimentos comunitários em defesa da população local – caso da Prainha do Canto Verde e Trairi – criaram condições melhores para a prática do artesanato em questão.

Outro aspecto a ressaltar é o reconhecimento de limitações educacionais e tecnológicas, pelo nível de escolaridade e acesso ao uso de ferramentas da informação, como a internet, para a valorização e divulgação do produto artesanal das rendeiras, o qual é realizado por mulheres.

O segundo grupo analisado é o dos pescadores, jangadeiro e marisqueiras. Abaixo procura-se dar expressão à interpretação que eles e elas fazem do seu espaço de vida e da relação com o turismo.

### **VII.7.2.2 Pescadores, jangadeiros e marisqueiras**

Trata-se aqui de um ofício considerado tradicional do Ceará, aprendido na infância, com os pais, familiares ou na comunidade, momento em que ainda crianças eles acompanham as atividades dos adultos, sem tempo para irem à escola. Nesse sentido, a categoria tende a apresentar índices preocupantes de analfabetismo.

É preciso chamar também atenção para o facto de que esta é uma atividade mais masculina, onde o pescador raramente é alfabetizado, porque a sua atividade em alto mar não lhe permite frequentar regularmente a escola. Ele sai de madrugada e volta ao anoitecer, quando não passa de dois a três dias pescando em alto mar. Para saber pescar, é preciso receber a experiência acumulada pela comunidade desse ofício, pois não se aprende a pescar na escola.

Os inquéritos nos mostraram que os pescadores levam um tempo demorado de aprendizagem, pois este ofício envolve diversas atividades e qualificações, como confeccionar barcos, velas, redes de pesca, subir o mastro e direcioná-lo, descer e subir o barco na praia e dunas, orientação astronômica e marítima, marcação do território de pesca,

já que eles não usam bússola. Viajam em geral para a pescaria em grupo de quatro pessoas. Assim, quando estão na embarcação em atividade, dividem-se em tarefas e responsabilidades diversas: “Mestre, proeiro, mestre da bolina e cozinheiro” segundo afirmação do pescador A. P. da comunidade de Canaã no Trairi-Ceará. Cada um tem a sua função na organização da embarcação que é guiada pelo mestre, tem o que abre a vela e a mantém molhada, o que baixa e joga a rede, o que fica na bolina para não deixar a embarcação ser abatida, o que recolhe e acondiciona o pescado, o que lança e retira a âncora, o que cozinha, etc. Mas todos eles acatam as ordens do mestre.

A comunidade ligada à atividade da pesca envolve, além de atividades distintas, uma sazonalidade que marca o seu trabalho artesanal.

Uma das reclamações que eles nos fizeram está relacionada com as diferentes técnicas utilizadas para pescar. Elas envolvem a pesca para pegar peixes maiores e menores. Consideram que a “rede de arrasta” e o “compressor” utilizado por mergulhadores trazem muitos danos ao meio ambiente, porque apreende indistintamente todo tipo de peixes, já crescidos e miúdos, podendo assim extinguir uma espécie inteira; já com caçoeira – em várias dimensões – podem selecionar melhor o pescado, porque dependendo do seu tamanho não entram nela certo tipo de peixe, e os menores acabam vazando pelo trançado da cesta. Outra modalidade que é considerada a melhor utilizada para preservação do meio ambiente, que é o uso do manzuá,<sup>96</sup> permite pescar, deixar o peixe vivo e devolver o peixe pequeno ao mar, evitando a pesca predatória.

Existem barreiras sérias que os pescadores enfrentam, ligadas a esse caráter sazonal da pesca, porque há os períodos de defeso, para a conservação dos filhotes, aguardando o seu crescimento, época em que é proibido por lei de pescar. O outro problema é a questão climática. A mudança no tempo, em que ocorrem períodos de ventanias, dificulta não só a pesca, como também o risco de morte é grande, devido os barcos virarem e eles não contam com infra-estrutura de equipamentos de comunicação, para pedir socorro e salvamento.

Durante essa fase, os pescadores necessitam procurar outra atividade e fonte de renda. É comum que se dediquem ao serviço de serralheiro, carpinteiro, churrasqueiro, vendedor de picolé, vigilante, pedreiro ou de ajudante de pedreiro, na construção civil. Oferecem também seu trabalho nas barracas de praia. Acontece, quando o pescador não sabe atuar em nenhuma outra atividade, de apelar até mesmo para a caridade, se tornando um pedinte,

---

<sup>96</sup> Significado de Manzuá – é um engradado de varas, empregado na pesca, espécie de covô, onde o peixe entra por uma abertura e não encontra a saída (Manzuá, 2016).

pois fica em estado miserável, sem condições de sobrevivência. Alguns caem no alcoolismo, recorrência que se apresenta não raro, prejudicando a eles próprios e as suas famílias.

Outro relato é de que alguns, desmotivados pelo pouco ganho com a pesca, largam o seu ofício e colocam o seu barco para passeio turístico, desvalorizando e desmotivando o interesse das novas gerações a querer ter a pesca como ofício.

Mas, o que percebe-se que em todos os períodos da pesca, existem dois grandes problemas difíceis de serem resolvidos, que são os atravessadores ou marchantes que colocam o preço do pescado lá embaixo e a maioria dos pescadores acaba vendendo, por necessidade e não possuir estrutura para mantê-los refrigerados e o pescado ser bastante perecível. O outro grande problema são os grileiros ou donos de imobiliárias que vendem ou alugam as casas à beira da praia e isso vai tirando o pescador da sua terra que acabam ficando sem seu espaço até para colocar a sua jangada como de costume.

Em relação às marisqueiras, os problemas de analfabetismo, atravessadores e grileiros são os mesmos, até porque muitas são ou foram casadas com pescadores e enfrentam os mesmos problemas por tirarem o seu sustento do mar e do mangue. Elas contam que a produção de algas está acabando, como cita na entrevista a marisqueira M. N. e que pegar algas está muito difícil, segundo fala a marisqueira M. H., as duas da comunidade de Guajiru, no município de Trairi.

As entrevistas realizadas evidenciam as condições de trabalho postas pelo ofício dos pescadores e marisqueiras, onde pode-se ver dificuldades de toda ordem, conforme os trechos de fala de diversos pescadores entrevistados abaixo, organizados por um enfeixamento temático capaz de favorecer a visualização do conjunto de circunstâncias com que lidam para sustentar a atividade pesqueira artesanal, tanto no âmbito pessoal e familiar, quanto de categoria de trabalhadores, no enfrentamento com as adversidades climáticas postas pelo mar.

#### VII.7.2.2.1 Heranças culturais e dificuldades de ordem pessoal e familiar

Com 10 anos, tinha muita curiosidade e ia pra ver e aprender, sempre eu passava mal e dizia que não ia mais, no outro dia perturbava de novo pra ir. Aprendi com o pai do meu amigo. Sou o único pescador da minha família (F.F. - pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Há 10 anos eu era alcoólatra. Perdi família. Recomecei a vida (F.H. - Pescador - Canoa Quebrada/Aracati).



Eu não vendo meu trabalho pra marchante, eu dou pras pessoas, mas não vendo pra marchante, pro atravessador (J. G. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Porque quando eu era novo ganhava e gastava em bar, hoje não bebo desde que casei. Hoje cuido mais de mim (J. G. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

#### VII.7.2.2.2 Enfrentamentos climáticos e riscos da atividade pesqueira

O tempo do vento forte. Agosto e setembro que prejudicava a embarcação. Era muito perigoso porque virava o barco (M.F. - Pescador - Balbino/Cascavel).

Noite: Orientação dos planetas e Dia: Os pontos de referência (M.F. - Pescador - Balbino/Cascavel).

O risco do mar, o vento e a pesca predatória (L. S. - Pescadora - Redonda/Icapuí). Manzoá – deixa o peixe vivo, se pegar peixe pequeno, novo, você pode soltar; Caçoeira/ Rede – mata o peixe; Caçoeira para pescar peixe grande, e cada peixe tem um tipo de caçoeira ( M. S - Pescadora - Guajiru/Trairi).

O IBAMA está sempre lá averiguando as pescas irregulares, a gente às vezes denunciemos e eles não aparecem. Muitos chegam de compressor, mergulham e não tem cuidado, pescam desde a lagosta grande a miúda, se eles querem lagosta todo dia, que eles soltem as pequenas (M. S - Pescadora - Guajiru/Trairi).

Difícil a pesca, tem muita gente pescando de fora com compressor, vem de lancha, mexe no manzoá, rasgam e quando a gente chega já não tem mais nada (F. C. - Pescador - Bitupitá).

De dia: Orientação; O vento: É Maroação; De noite: Orientação – Planetas, estrela Dalva, caminho de Santiago, a Lua, O cruzeiro do SUL. Piúba: 10 anos desapareceu. Jangada. Os paus para fazer a Jangada. A linha era feito de fio terra algodão. Tingia com folha do cajueiro e do murici (linha vermelha). 04 pessoas na jangada: Mestre, proeiro, mestre da bolina e cozinheiro (A. P. - Pescador - Canaã/Trairi).

Quando chega tempo de ventos fortes e a pesca fica fraca, mares bravios, sofrimento no inverno (J. A. - Pescador - Iguape).

Muitos dias de dificuldade de ir pro mar, tempo ruim, tempestades (E.P - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Marcar curral é interessante, a gente começa primeiro com 20 braça e quando termina tá com 64 braça. Me perguntaram como eu sabia marcar, como aprendi. Eu gravo tudo na cabeça sem anotar nada. Para marcar a gente mergulha; para marcar o curral de 7 metros de profundidade, com quase um minuto sem nem aparelho de mergulho; Carreiras d'água, quando a maré começa a vazar do seco pra fora, é quando a gente marca o curral, a gente sabe que peixe passa ali e ela tem que tá certa, senão o peixe não entra. O banco é oito varas e fecha com tela de arame pro peixe ficar (J. T. - Pescador - Bitupitá).

### VII.7.2.2.3 Comercialização da pesca e ocupação das localidades por agentes externos

A compra barata demais dos peixes por parte dos marchantes (L.S. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Pegar as algas é muito difícil (M. H. - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

Tá ficando menos produção. Tá se acabando (M. N. - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

O grileiro que compra as terras de praia e vai tirando o pescador da sua terra e não deixam espaço pra gente. Hoje eles constroem o restaurante ou pousadas e eles tomam conta de roda a praia com quiosques e muitos até cercam, não deixando espaço nem para as embarcações (F. E. - Pescador - Flexeiras/Trairi).

Eu me respeito mais, não deixo que as pessoas do saber que achava que só elas sabem, porque o pescador não é por ser analfabeto que não sabe manusear um GPS. Nós sabemos chegar nas mediações, porque a gente conhece o lugar, por braça, a gente sabe o lugar pra pescar, sabia onde já tinha pescado. Já quem usa o GPS, volta sempre naquele mesmo local que pescou e fica lá até devastar. Eles que tem o saber, devastam mais que nós pescadores (F. E. - Pescador - Flexeiras/Trairi).

Hoje em dia, muitos querem passar a estrada na beira da praia. A gente luta para que não faça isso. Antigamente era tradição de quando estávamos no mar e a mulher ficava da sua casa batendo bilro e olhando o mar pra ver a embarcação, quando ele avistava uma vela, mandava o filho olhar se era a embarcação do seu pai e ele conhecia, quando dizia que era, ela parava o que tava fazendo e ia acender o fogo de brasa para esperar o peixe chegar (F.E - Pescador - Flexeiras/Trairi).

Porque os turistas aparecessem querendo passear, e em outras localidades os pescadores deixam de pescar para fazer passeios de barco com os turistas (F.F. \_ pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Porque a gente quer um turista comunitário que participa da comunidade. Vem aquele turista compra um terreno barato, constrói uma pousada e os turistas só vem para aquela pousada. Tem local que o dono dessa pousada não deixa que o paquete (barco) fique na frente (R. C. - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

O conjunto de trechos de fala extraídos das entrevistas traz aspectos importantes a considerar para entender a atividade pesqueira artesanal de homens e mulheres de algumas localidades da costa litorânea do Ceará.

Esta foi aprendida no ambiente familiar, passando de pais para filhos e filhas. A pesca em alto mar e nas zonas de mangue são complementares, sendo a primeira mais praticada por homens e a segunda por mulheres, em geral filhas e/ou esposas de pescadores.

O enfrentamento das forças da natureza exige conhecimento de navegação, dos ciclos das marés e disposição dos astros, manuseio de ferramentas de localização, etc. Requer ainda outras habilidades de artesanias, na construção de embarcações e velas, redes e outros equipamentos de pesca. Trata-se de uma ciência de navegação herdada, que é repassada por uma cadeia de transmissão que envolve várias gerações.

Os pescadores e marisqueiras apresentam um conjunto de queixas, sobre quebra de tradições e laços familiares; sobre atravessadores na venda do pescado; falta de proteção trabalhista e de vida social; ameaça imobiliária em suas zonas de moradia por empresários do ramo hoteleiro e turistas de fora. Trata-se, no geral, de uma atividade ameaçada e contingenciada por fatores adversos, que retiram o caráter compensatório da atividade pesqueira em grande medida, a qual parece estar desinteressando, inclusive, as gerações mais novas a perpetuá-la.

Passa-se, então, a seguir a análise dos dados recolhidos junto dos índios Tapebas, uma etnia muito importante na região de Fortaleza que fica localizado nas proximidades do SESC Iparana-Caucaia.

### **VII.7.2.3 Índios Tapebas**

Temos aqui a mais antiga de todas as comunidades de Caucaia, como tantas outras existentes e dispersas no Brasil afora. Ela remete a uma ancestralidade anterior e vinculada ao nosso período colonial e ao processo civilizatório europeu, do que resultou a substituição de sua identidade cultural, em muitos casos, por outra adaptada aos colonizadores. Não obstante, os Tapebas, após terem sofrido um longo período de apagamento de sua pertença cultural ancestral, aparecem na atualidade, no território cearense, como etnia que luta pelo direito à terra e ao resgate de sua identidade, dos seus valores e hábitos culturais.

Nos inquéritos realizados, percebemos que a grande questão deles é garantir a posse da terra para viver em comunidade. Ao lado disso, das três comunidades estudadas aqui, esta é a mais empenhada na defesa do meio ambiente, por conta de sua história e tradição cultural, que tem na natureza o eixo da sua organização social, em termos de sobrevivência biológica e cultural.

Chama atenção a importância que essa comunidade dá ao respeito esperado da sociedade envolvente, com relação à sua identidade, como povo ou nação. Por isso, fez parte dessa luta a reivindicação que tivessem não só uma escola dirigida aos seus filhos, mas que esta contasse com professores, um currículo capaz de refletir as suas tradições culturais e contribuir para a preservação de sua identidade.

Não se percebe nos Tapebas queixas vinculadas à fome ou falta de dinheiro, já que tudo que eles precisam, eles retiram da terra ou da água, da fauna ou da flora, do rio ou do mar. Constituem uma comunidade que vive da agricultura, da pesca, do artesanato, sendo provedores de suas necessidades. Até no que se refere à saúde, tratam dela com base em

tradição de cura, por meio de ervas medicinais, conhecimento que receberam dos seus ancestrais, por meio de relatos orais, geração a geração.

Como eles mesmos costumam dizer, “índio já nasce índio”! Assim, eles não aprendem a ser índio, porque integram uma comunidade de pertença já bem antiga, que tem sido capaz de permanecer vinculada, senão a todas, pelo menos a algumas tradições que foram, milagrosamente, conservadas, ao longo dos séculos.

Este foi o ponto de partida para a organização do movimento indígena no Brasil, em especial, a partir dos anos 1980, quando ocorre a redemocratização do País e das Pastorais da Igreja Católica. Em seu interior, a luta pela terra foi a mais crucial, porque culturalmente sem ela não é possível viver como organização comunitária.

Para estabelecer relações com a sociedade envolvente e lutar por seus direitos, os Tapebas contam com a ajuda de suas lideranças, formadas nas lutas que os animam, nas últimas 2 ou 3 décadas. Na comunidade dos Tapebas por nós investigada, observamos a prática do “mutirão”, que consiste em atividade solidária da lavoura, construção de casas, ritos e festas, bem como repasse de saberes tradicionais, entre parentes, ainda que estes sejam integrantes de outras tribos, vinculadas a territórios cearenses e brasileiros.

Em Caucaia, a comunidade dos Tapeba tem por liderança uma mulher, que é também professora e diretora da escola ali situada, sendo considerada a primeira escola criada no Ceará para a prática de educação indígena. Antes disso, segundo relato oral da referida líder comunitária, as crianças de origem indígena iam para a escola regular pública para sofrer ali maltrato e zombaria das outras crianças. Voltavam para suas casas, situadas na aldeia, sempre chorando, por se sentirem discriminadas e desvalorizadas, o que não as motivava a estudar em tais instituições despreparadas para entender a sua especificidade cultural.

Segundo a mesma informante, a escola de Caucaia serviu de modelo e inspiração para outras tribos, do que resultou a criação de outras 14 escolas indígenas no Ceará. Salienta, contudo, que a luta continua, no sentido de garantir o reconhecimento legal, tanto de suas escolas, quanto dos professores indígenas, formados na prática das aldeias, com base em suas necessidades culturais, mas também, hoje, em instituições educacionais públicas. Segundo um integrante dos Tapeba que entrevistamos:

o que melhorou na comunidade foi o acesso à educação, pois alguns de nós estamos participando de cursos superiores, pois já há alunos índios fazendo cursos na UFC (Universidade Federal do Ceará) ( E. T. Tapeba).

Uma coisa interessante revelada por ela é que os problemas que cada um apresenta ou a coletividade são resolvidos por meio da união de todos. Desenvolvem assim um sentimento comunitário muito forte, aspecto a destacar, porque eles acreditam que isso facilita a solução de problemas e uma vida mais segura, do ponto de vista social. Ela também deixou claro que o índio Tapeba, mesmo estando sozinho, ele nunca vai só, já que ele carrega nas costas todo o seu povo e que se ele faz algo errado, isso repercute em toda aldeia.

Apresentamos a seguir alguns trechos de fala dos depoentes integrantes dos Tapeba, aglutinadas em diferentes eixos temáticos, através dos quais podemos avaliar a sua problemática social e percurso de lutas por direitos antes perdidos, após a dominação advinda do processo colonial e de ocupação de terras por meio da violência; depois da independência e da instalação da república do Brasil, conforme ocorreu no Ceará.

#### VII.7.2.3.1 A luta pela terra, valorização cultural e dimensão comunitária

Quando os portugueses chegaram por aqui. Em Caucaia (Ciclo da cana) eles expulsaram os índios da região costeira. Os índios foram para serra (Japuará, Santa Rosa, Capuã, Camará, Garrote). Na Lagoa do Banana houve um massacre muito grande, os mais velhos contam que a Lagoa, transbordou sangue. Por volta de 1620

– O massacre foi tão grande que não se tem relatos ou não se divulga. 1700 – O governador decreta que não existia mais índio no Ceará. E não se podia falar outra língua a não ser português (F. C. - índio Anacé - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

Questão territorial, a gente era expulso da nossa terra. Minha mãe teve que preferir entre morrer ou sair da terra, ela preferiu morrer, daí deixaram ela ficar. Ela teve sorte, mas muitos não tiveram a mesma sorte que ela (M. X. - índia Tapeba - Aldeia Lagoa dos Tapeba/Caucaia).

Primeiro lugar defender a mãe terra. Sem a terra nós não existe. Trabalhar em cima da cultura indígena. O povo ter respeitar o índio. O índio ter direito de entrar na cidade e ser respeitado" (M. L. - índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

O nosso pior problema que a gente enfrenta até hoje e sempre enfrentou é a demarcação das terras (F. S. - índio Tapeba - Aldeia Tapeba/CE).

Quando há problema com posseiros, a gente se une com as lideranças tapebas e com outros índios de outras etnias e vamos lutar (F. S. - índio Tapeba - Aldeia Tapeba/CE).

Nunca! Minha cultura é importante. O índio nunca deixa de ser índio. E a minha profissão de educadora é pra passar a nossa cultura (M. X. - índia Tapeba - Aldeia Lagoa dos Tapeba/Caucaia).

O problema de um é de todos. Quando tem problema a gente se junta e enfrenta (M.X. - índia Tapeba - Aldeia Lagoa dos Tapeba/Caucaia).

Se o Tapeba fizer alguma coisa errada, isso repercute em toda aldeia. Um Tapeba

nunca vai só, ele carrega nas costas todo o seu povo (M. X. - índia Tapeba - Aldeia Lagoa dos Tapeba/Caucaia).

Na era de 1980 para cá que foi quando chegou o abismo para nós. Com a especulação imobiliária. Só se encontrava com nós mesmos, andávamos quase nus, e desse período foi que fomos perseguidos e mortos (assassinato por conta da terra) (M. L. - índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Fazíamos a caça e a pesca (no mar e rio Aracati Mirim). Com a invasão acabou a caça e as frutas e o mel. Com isso, viramos escravos de nós mesmos, não existia dinheiro, vivíamos de peixe, da nossa reza, dos nossos remédios. Com a invasão mudou nossa vida. Hoje tá difícil até de trabalhar (L. M. - índio Tramembé, Almofala/Itarema).

### VII.7.2.3.2 Saberes ancestrais, atividades artesanais e escolarização indígena

O artesanato e (plantas medicinais) o horto. A gente que cura não pode cobrar. O dom que você recebe, você não pode cobrar. A divindade se afasta (M. X. - índia Tapeba - Aldeia Lagoa dos Tapeba/Caucaia).

Comecei aos 12 anos como marisqueira. A mãe ensinou muita reza. Reza forte. Tivemos o dom e o prazer de aprender o que é bom. Casou com 15 anos. Aprendeu a ler e escrever aos 67 anos. Foi cega até os 11 anos. O dia era noite, a noite era treva. Eu sou curandeira e rezadeira (M. L. - índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Sempre procuro nossos meios. Só procuro médico quando nossa garrafada xarope nossa meishinha não resolvia. Temos nossos tratamentos de acordo com a situação (F.M. Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

Quando acabou a pesca de sal, veio a pesca do gelo e precisava de atravessador. E o atravessador mandava no preço da pesca, prendendo a gente. E o preço era baixo (F.M. Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

Trocava a mercadoria com milho, feijão e frutas. A pesca trocava com agricultura. Ainda hoje é muito forte essa troca (F. M. Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

A demora na demarcação da nossa terra (F. M. - Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

Saúde: aos curadores, medicina tradicional da natureza (H. A. - índio Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

As pessoas mais velhas – Avó. Saúde: benzedeira, rezadeira. A medicina do mato. A bodega tinha função de farmácia (F. C. - índio Anacé - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

Benzedeiro: rezas, não pode receber dinheiro, pois é um dom de Deus. Menzedeiro: faz remédios da medicina indígena, cobra (F. C. - índio Anacé - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

Difundir as tradições e a medicina indígena (F. C. - índio Anacé - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

Óleo de mastruz, maracá, pedras do mar, macunã é encantada e a semente serve até para coluna, argila (desinflamar, aliviar dores) (F. C. - índio Anacé - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

Saúde: medicina do mato, xarope, lambedor (E. N. - Índio - Aldeia São José, Baleia/Itapipoca).

Estudei na primeira escola da terra. E as escolas incentivavam a ser identificado como índio. Porque antes muitos tinham vergonha de se assumir como índio (E. T. - índio Tapeba - Aldeia Lagoa do Tapeba/Caucaia).

Passar a minha cultura e meu saber. Antes o Tapeba, o curumim ía pra escola e era hostilizado pelo branco, voltava chorando. Agora com a nossa escola, outras aldeias nos outros municípios conseguiram uma escola também nas aldeias e hoje são 14 escolas no Ceará. Tem um projeto de legalização das escolas indígenas e categoria de escola indígena e também criar a categoria específica de professor indígena (M.X. - índia Tapeba - Aldeia Lagoa dos Tapeba/Caucaia).

O acesso à educação. Estamos participando de cursos superiores. Índios fazendo cursos na UFC (Universidade Federal do Ceará) (E. T. - índio Tapeba - Aldeia Lagoa do Tapeba/Caucaia).

A gente luta para isso. As formações dos professores indígenas na UFC. As escolas nas aldeias (M. X. - índia Tapeba - Aldeia Lagoa dos Tapeba/Caucaia).

Não ser concursada (é um problema). Minha categoria não ser reconhecida como professor indígena (M. X. - índia Tapeba - Aldeia Lagoa dos Tapeba/Caucaia).

### VII.7.2.3.3 A luta por direitos sociais, preconceito e preservação identitária

A conscientização de que a gente precisa preservar a nossa mata, porque ela é quem dá o nosso sustento, sem a mãe terra, não temos nada (M. X. - índia Tapeba - Aldeia Lagoa dos Tapeba/Caucaia).

A luta pela terra, saúde e educação. Sem a terra a gente não tem nem saúde e nem educação (M. X. - índia Tapeba - Aldeia Lagoa dos Tapeba/Caucaia).

Os tuxás e o cacique. Na época não tinha dinheiro. Era a troca de alimentos. Hoje o dinheiro não tem valor, o que tem valor é os cereais. O dinheiro sempre foi complemento. Não somos ambiciosos por dinheiro (M. L. - índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Os posseiros não libertam nossa terra para plantar tudo que se precisa (M. L. - índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Tentar nos ajudar a passar a nossa cultura que muitos acham que somos ruins. A comunidade não participa dos nossos eventos (A. - Índia Anacé - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

As pessoas que não sabe lidar com os índios, o preconceito cultural (A. - Índia Anacé - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

O preconceito ainda que é muito grande (F. S. - índio Tapeba - Aldeia Tapeba/CE).

A discriminação, o preconceito, o respeito com as diferenças (E. N. - Índio - Aldeia São José, Baleia/Itapipoca).

A falta da terra para trabalhar. Nossa terra menor (L. M. - índio Tramembé, Almofala/Itarema).

A população crescendo e a falta de terra para morar e trabalhar. Tinha que demarcar" (L. M. - índio Tramembé, Almofala/Itarema).

Único emprego que tive foi ser mestre da cultura. Artesanato, da cura (L. M. - índio Tramembé, Almofala/Itarema).

Temos uma equipe de saúde indígena. O nosso povo não acredita muito em operação. Não se sente seguro (L. M. - índio Tramembé, Almofala/Itarema).

A liberação dessa demarcação para que possam organizar suas coisas" (L. M. - índio Tramembé, Almofala/Itarema).

A recusa do povo que ainda não aceita a gente como índio, ainda tem muita recusa (M. J. - índia - Aldeia Praia de Almofala/Itarema).

Fazer Evento que mostre as outras etnias que existe em Caucaia, que muitos só conhecem os Tapeba (A. - Índia Anacé - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

E com relação ao turismo está ou não expressa nos Tapeba é um processo de conquista e reconhecimento de direitos sociais. Pois nessa dinâmica sem dúvida na atualidade já houve avanço, apesar de que o sentimento indígena em suas falas seja de mais reconhecimento de seu potencial para tal. Afinal, estes índios que acrescenta valor ao SESC Iparana-Caucaia são reconhecidos pelo Governo Federal – FUNAI e se enquadram na categoria Povos do Mar, assim sendo, são notadamente possuidores de cultura popular tão rica quanto as já reconhecidas para o turismo no Estado do Ceará.

A luta pela terra e o preconceito social são contados como sendo questões antigas, que remetem à ocupação colonial, mas que atravessa o tempo e chega aos dias atuais, como bandeiras principais desta etnia e condição para o resgate de suas tradições culturais e sobrevivência comunitária, nos moldes de organização dos seus ancestrais. A preservação de saberes e atividades artesanais tem sido possível, segundo os relatos colhidos nesta pesquisa, porque foram mantidos de alguma maneira no cotidiano da sociedade brasileira; além disso, quando tem início o movimento pelo direito de preservação da etnia Tapeba, competiu a ele o reconhecimento de códigos culturais apartados e imersos nos hábitos e costumes gerais.

Outra maneira de preservação consistiu em realizar um trabalho educativo de algumas lideranças junto aos mais jovens, que foi depois ampliado na luta pelo direito de criação de escolas indígenas. Esta demanda foi incorporada à legislação educacional brasileira, entre os anos 1990 e 2000, sabendo-se que hoje, ao lado da luta pela terra, estão outros direitos sociais, a denúncia ao preconceito social contra os grupos e culturas indígenas, a organização de currículo escolar para recuperação da língua e de códigos caros à preservação da identidade indígena.



A valorização e resgate das práticas medicinais tradicionais para tratamentos de saúde, dos saberes agrícolas de subsistência das comunidades indígenas, da preservação ambiental em face de processos abusivos de ocupação e uso da terra pelas atividades capitalistas entram nas ações em defesa da etnia Tapeba de Caucaia, região situada área metropolitana de Fortaleza, capital do Ceará, que sofreu danos ambientais e sociais em face da poluição de rios e mares, marginalização de populações litorâneas e das zonas de mangue.

A análise das entrevistas permite antever, em diversos trechos e falas dos depoentes, toda uma problemática de alcance histórico e sociológico mais abrangente, que está presente em afirmações e descrições dos índios Tapeba sobre os problemas enfrentados por esta etnia para garantir o direito de viver suas tradições culturais em boas condições. Com relação ao turismo, os Tapeba oferecem soluções de natureza social e comunitária, quando abrem passeios e trilhas ecológicas para os visitantes e confecção e venda de artesanato.

### VII.7.3 VISÃO ACERCA DO TURISMO E O TRABALHO EDUCATIVO DO SESC IPARANA-CAUCAIA: ALGUMAS INDICAÇÕES DE MUDANÇA

As respostas ao nosso inquérito mostram que a visão das comunidades abordadas quanto ao turismo, varia segundo a categoria. Os pescadores jangadeiros se mostram, particularmente, incomodados com a presença do turismo, porque este tende a modificar o ambiente das colônias de pescadores e a rotina de suas atividades de pesca e de vida social, muitas vezes aumentando a violência com o uso de drogas e exploração sexual infantil, além da exploração imobiliária.

Mas eles pontuam que não são contra qualquer turismo, se for um turismo que venha a querer conhecer suas práticas e vivências culturais, interagindo sempre de forma positiva, respeitando as suas tradições e o meio ambiente; estes serão sempre bem vindos à comunidade, porque essa interação, segundo os entrevistados, ajudará na relação de comercialização do seu pescado e desenvolvimento da comunidade. É interessante esclarecer que algumas comunidades pesqueiras não possuem interação com o turista por falta de infra-estrutura de estradas ou se encontra próxima a outras localidades mais conhecidas, que fazem parte da rede de turismo já explorado.

Pode-se perceber que as marisqueiras, por terem o ofício inserido no mesmo ambiente que os pescadores, sendo muitas vezes estas mulheres esposas e parentes dos pescadores, como referido anteriormente, a visão em relação ao turismo é semelhante. Apesar de

algumas marisqueiras não terem contato com os turistas, acham positiva a vinda dos turistas para sua comunidade, porque acreditam que este trará benefício com venda dos seus produtos. Mas, como afirma R. C. da comunidade de Guajiru no Trairi, uma das marisqueiras entrevistadas, que a sua comunidade quer um turismo comunitário, onde os que chegam nas suas localidades para passeio ou veraneio participem da comunidade; rejeitam, embora, este não seja turista e sim investidor – aquele turista que compra um terreno barato e constrói uma pousada e traz turistas só para sua pousada. Alguns dos pescadores entrevistados afirmam que tem dono de pousada que não deixa que o pacote (barco) fique na praia em frente a sua pousada.

Pescadores de diversas localidades litorâneas do Ceará apontam o efeito predatório do turismo de massa, como é o caso de Aracati, Cascavel, Icapuí, Trairi, Amontada e Barra do Ceará, situada na área metropolitana da capital, Fortaleza e Caucaia. No entanto, ressaltam o caráter positivo do turismo, por ativar o comércio e trazer oportunidades de renda, porque o turista traz dinheiro para gastar com produtos e serviços dessas localidades. Estas são diferenciadas quanto à presença de empreendimentos turísticos, conforme pode-se ler nos depoimentos abaixo, classificados por formas diferentes de viver o turismo, que vão desde o de grande porte, caso de Canoa Quebrada, passam por uma movimentação mais interna de turistas cearenses em períodos de veraneio e apontam para a sua quase inexistência.

### **VII.7.3.1 Efeitos positivos e negativos do turismo de massa vistos por pescadores do litoral do Ceará**

Canoa recebe o turista em massa, para o comércio é bom, para o ambiente não é (F.H. - Pescador - Canoa Quebrada/Aracati).

Sou contra o turismo sexual, mas cresce o poder econômico de Canoa (F. H. - Pescador - Canoa Quebrada/Aracati).

Traz renda e trabalho. O turista gasta um dinheirim (M. F. - Pescador - Balbino/Cascavel).

O turismo é muito bom e ao mesmo tempo muito perigoso. Sempre fico com pé atrás. Tem que ver os dois lados (L. S. - Pescadora - Redonda/Icapuí).

Tem o lado positivo: comércio, ajuda a gerar emprego. Lado negativo: som de carro, falta de respeito e sujar a praia (L. S. - Pescadora - Redonda/Icapuí).

Porque muitos vêm para fazer kitesurf, eles acham interessante, eu como mulher, está no mar, e eles compram a pesca (M. S. - Pescadora - Guajiru/Trairi).

Porque muitos querem chegar e mandar e muitos pescadores não se sentem bem Eles fumam droga na frente das crianças (M. S. - Pescadora - Guajiru/Trairi).

Contato com a cultura local. Aumento do comércio (C. H. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

A gente tem que ser o máximo. Tem turista que é mal informado, marrento, não respeita o trabalho da gente. Depois a gente reflete sobre nosso atendimento (F. H. - Pescador - Canoa Quebrada/Aracati).

Traz bastante melhoria para a comunidade na área financeira (L. S. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Às vezes aumenta o consumo local, mas tem o lado predatório, como o da exploração sexual e venda de drogas (F. A. - Beira Rio/Iguape).

Muitos deles não dão valor à nossa comunidade, tem uns que não dão nem bom dia, e isso é muito importante para mim. Você aprende isso até nas escolas (F. E. - Pescador - Flexeiras/Trairi).

Vem mais dinheiro para o país (F. C. - Marisqueira - Iparana/Caucaia).

Só o que dificulta é a língua que não entendo bem (C. M. - Marisqueira - Caucaia)

Porque conseguimos oferecer mais o nosso serviço (M. N - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

Porque eles compram e aparece mais trabalho (M. N - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

Porque a maioria dos turistas vão para a barraca da associação, só que a cada dois anos uma família toma conta da barraca para expor e vender, só a família atual é que tem mais contato com o turista (R. C. - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

Vem aquele turista compra um terreno barato, constrói uma pousada e os turistas só vem para aquela pousada. Tem local que o dono dessa pousada não deixa que o pacote (barco) fique na frente (R. C. - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

### **VII.7.3.2 Movimentação mais interna de turistas em períodos de veraneio e vinda ocasional de pesquisadores cearenses**

Turista quando vai na sua praia, quer saber da vida das pessoas, como vivem, as suas atividades, gosta de ser bem recebido (F.C. - Pescador - Bitupitá).

Acho positivo, pois favorece o crescimento local (L. B. - Pescador - Guajiru/Trairi).

Porque a gente fica cheio de orgulho, porque leva o conhecimento da gente. Vai alunos da UFC, professor, políticos, senador. Divulga nosso saber (z. P. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Bom para o desenvolvimento do conhecimento local (F. S. Caetano de Cima/Amontada).

Favorece o conhecimento da comunidade por outros aspectos, pois só ouviam falar da violência (E. P. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Faz muita amizade, compram nossos peixes, se tornam conhecidos da gente (J. T. - Pescador - Bitupitá/CE).

Porque os turistas aparecem querendo passear, e em outras localidades os pescadores deixam de pescar para fazer passeios de barco com os turistas (F. F. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

A troca de conhecimento. Conhecer novas pessoas (J. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Tem muita exploração sexual infantil (J. G. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza). A gente vende nossos produtos (M. H. - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

### **VII.7.3.3 A quase inexistência do turismo e a defesa do turismo de base comunitária**

Não tenho contato com o turista (J. T. - Pescador - Bitupitá/CE).

Não tenho tanta relação com eles, não. O pobre tem que saber ser pobre, o pobre que quer invejar o rico, fica pior ainda. Vai sofrer é muito (F. E. - Pescador - Flexeiras/Trairi).

Não tenho contato com turistas. Se eles fossem para nossa localidade seria bom (F.F. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Não temos nenhuma interação com o turista (J. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Não temos contato com o turista ainda, o único turista é o Paulo Leitão (funcionário do SESC-CE), quando vai lá (F.C. - Pescador - Bitupitá).

Sim, pois o turismo comunitário valoriza nossa cultura (F. S. Caetano de Cima/Amontada).

Sendo comunicativo e explicando o que eles estão interessados em saber (L. S. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Não tenho contato com os turistas (R. M. - Marisqueira - Guajiru/Trairi). Obs.: A mesma acha o contato com o turismo bastante positivo para região.

Quando aparece alguém a gente explica, mostra plantas, diz para que serve (F. C. - Marisqueira - Iparana/Caucaia).

Não ficam à vontade na comunidade (M. H. - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

Porque a gente quer um turista comunitário que participa da comunidade (R. C. - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

Conforme os depoimentos colhidos, há diferentes modos de ver e se relacionar com o turismo, dependendo do tipo praticado nas localidades litorâneas do Ceará. Em relação ao turismo de massa, os pescadores reconhecem ser positivo o aspecto comercial dessa atividade para fortalecer a dinâmica econômica de tais localidades, mas sabem também que

a contrapartida pode ser danosa para os vínculos comunitários e valores mais tradicionais dessas comunidades, porque envolvem turismo sexual e comércio de drogas, que atingem os mais jovens, distanciando-os de uma vida social mais saudável.

Há lugares em que o turismo tem natureza mais local, feito por veranistas e pesquisadores, que consideram favorecer a valorização de suas tradições culturais, incluindo a compra de produtos e serviços. As falas indicam a existência de localidades que ainda não foram tocadas pelo turismo ou mesmo de segmentos de localidades já invadidas pelo turismo, que não se relacionam com turistas. No conjunto das falas, percebe-se uma expectativa de que as distorções do turismo de massas sejam corrigidas pelas autoridades, assim como de valorização das populações locais e de suas atividades como artesãos e prestadores de serviço ao turista. Percebe-se ainda uma ênfase ao tipo de turismo de base mais comunitária, que defenda as comunidades litorâneas de abusos e perdas, sejam de natureza econômica e/ou cultural.

Nesse sentido, então, será abordado agora às categorias das rendeiras, dos índios Tapeba e o SESC dentro desse contexto e relacionados ao turismo nos próximos itens para em seguida tratar o significado da participação e das redes sociais no evento Povos do Mar.

#### **VII.7.3.4 Rendeiras**

Em relação às **rendeiras**, a atividade turística é vista de forma positiva, quando esta favorece a venda dos seus produtos. A maioria das rendeiras entrevistadas se mostra favorável ao turismo, porque este pode criar um mercado ou oportunidades de venda do seu artesanato.

Mas a compreensão de que o turismo bom é aquele que quer saber da tradição e cultura local são percebidas por poucas. Acredita-se que a desvalorização do seu trabalho, que leva um período extenso para o feitiço das peças, acarretando preços irrisórios na relação trabalho, tempo e produção, a má fé do atravessador que já é percebida por todas, seja o maior responsável por esse interesse no turismo, tornando-o um meio para vender seus produtos e um caminho de prosperidade financeira, buscando através desse turismo mecanismos para que os seus produtos sejam divulgados e vendidos para fora do país, encontrando sempre uma forma de ganhar mais, sem o intermédio do atravessador.

##### **VII.7.3.4.1 Valorização do produto artesanal pelo comércio advindo com o turismo**

Ajudam a divulgar nosso trabalho (N. C. - Rendeira - Iguape/Aquiraz).

Eu procuro atender sempre bem, porque faz parte da divulgação do nosso trabalho. Porque muitas vezes eles não querem comprar, mas começa a conversar com a gente e acaba comprando (A. P. - Rendeira - Prainha do Aquiraz/Aquiraz).

Para o artesanato é positivo (A. P. - Rendeira - Prainha do Aquiraz/Aquiraz).

O turismo facilita as vendas pois promove divulgação (A. M. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Compram e deixam dinheiro para a região (A. R. - Rendeira - Mundaú/Trairi)

Faço de tudo o melhor, trato bem. Ofereço um bom atendimento (N. C. - Rendeira - Iguape/Aquiraz).

É uma comunicação, troca de experiências. Eles compram nossos produtos (M. C. - Rendeira - Alagadiço, Canaã/Trairi).

Possibilita a divulgação para aumento das vendas (M. N. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Tenho toda a alegria para oferecer meus produtos. Quando eles se interessam em saber meu ofício eu respondo com maior tranquilidade" (M. V. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Porque só tem relações comerciais e de perguntar onde fica as localidades (M. F. - Rendeira - Core do Novo, Mundaú/Trairi).

É importante. Tem até um curso de turismo. Lá aflora o turismo e o comércio (M. C.- Rendeira - Alagadiço, Canaã/Trairi).

Tem uns que passam e a gente não entende. Vendo pouco para eles. Quando tem a renda pronta eu vendo (R. I. - Rendeira - Alagadiço, Canaã/Trairi).

#### VII.7.3.4.2 Valorização da localidade e de suas tradições culturais através do turismo

O turista que vai para Prainha do Canto Verde ele vem vivenciar a nossa história, a pesca, o que a gente come, como vive (A. M. - Prainha do Canto Verde/Beberibe).

Porque favorece ao crescimento, desenvolvimento da cultura local (E. J. - Rendeira - Sitio Cumbe/Aracati).

Anima o lugar. Com vendas e festas (M. F. - Rendeira - Core do Novo, Mundaú/Trairi).

A gente conversa muito com eles, minha pousada é vizinho minha casa e a gente senta e troca experiência e faz muita amizade (A. M. - Prainha do Canto Verde/Beberibe).

Tem o 'TORISTA' e o turista. O 'TORISTA' é o aproveitador e o turista é o que vem para conhecer as origens, as culturas e a realidade daquela comunidade (R. X. - Rendeira - Timbaúba/Trairi).

Se for turista brasileiro é uma boa, porque o estrangeiro tem a dificuldade da língua (R. B. - Rendeira - Trairi).

Porque incentiva a comunidade a aprender outras línguas (V. M. - Rendeira -

Mundaú/Trairi).

Positivo, pois vem brasileiros de vários estados (M. Z. - Rendeira - Mundaú/Trairi).

#### VII.7.3.4.3 Ausência de turismo na localidade e/ou baixo contato com turistas

Não temos proximidade com o turista, a gente só vende através do atravessador. Não temos contato direto com os turistas (A. M. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Se tivesse contato seria bom. O nosso sonho da gente era conseguir exportar (R. B. - Rendeira - Trairi).

Porque eles se encantam quando a gente faz o produto ao vivo, nossas explicações de como é feito, da matéria prima (R. X. - Rendeira - Timbaúba/Trairi).

#### VII.7.3.5 Tapeba

Já a comunidade **Tapeba**, porque sua vida social é organizada em território próprio, se o turismo lhe chega, é por meio de visitas agendadas previamente, pesquisas etnográficas e passeios por trilhas e rios, com vistas ao usufruto e aprendizagem sobre a natureza, através do que trata a referida comunidade de veicular os seus valores culturais, esperando ser tratada com respeito e curiosidade cultural.

Fica-nos a impressão de que os índios percebem a visita do turista, não como forma de comercialização, como percebe-se nas outras comunidades entrevistadas, mas sim como um meio de formar novos conceitos sobre os indígenas e suas lutas, em transmitir seus conhecimentos e valorizar sua cultura, diminuindo o preconceito que ainda rodeia o seu povo.

Desta forma parecem conviver mais à vontade com os turistas, afirmam ser favoráveis ao turismo responsável, desde que aqueles não tratem a natureza e a eles com desrespeito. Eles entendem que a avaliação do turismo na comunidade depende da intenção. Nesse sentido, pode-se classificar as respostas obtidas, de acordo com as preocupações expressas, nos seguintes eixos temáticos.

##### VII.7.3.5.1 Redes de turismo de base ecológica e comunitária

Porque eles, conhecendo a nossa comunidade, eles vão saber das nossas lutas. Se vier para ajudar, e não for para querer atrapalhar e destruir, é positivo (M. Tapebas).

Trato bem e respeito. Oferecemos as caminhadas e converso com eles (M. L. - Índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

O Tucum vende pacotes turísticos e a gente sabe quanto eles cobram. Eles mandam o dinheiro depois. Quando nós não tinha a Tucum, a gente tinha um controle maior das coisas que a gente oferecia (M. L. - Índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Eles se interessam em saber, eles gostam muito, vão passear com os meninos (M. F.- Índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Porque eles conhecem a nossa cultura (M. F. - Índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Eles vem com a curiosidade e levamos para conhecer (E. N. - Índio - Aldeia São José - Baleia/Itapipoca).

Desde que tenha cuidado com a nossa aldeia e cultura, não pode ter muito para não influenciar. O respeito pela natureza vem desde criança, os pais deveriam ensinar, mas se não ensinam, a escola deveria tomar como responsabilidade de ensinar a criança e o adolescente (A. - Índia Anacé - Matões/Caucaia).

Depende da intenção. Porque eles conhecendo a nossa comunidade eles vão saber das nossas lutas. Se vier para ajudar e não for para querer atrapalhar e destruir, é positivo (M. - índia - Lagoa dos Tapebas/Caucaia).

#### VII.7.3.5.2 Aspectos positivos e negativos do contato com pesquisadores para a valorização da luta e cultura local

Só com as pessoas que vão pesquisar, já ficaram inclusive na minha casa (M. J. - índia - Aldeia praia de Almofala/Itarema).

No sentido de divulgação. Tem gente que só procura na sua tese de mestrado, no seu interesse e depois deixa pra lá. Leva nossa sabedoria e esquecem da gente. A gente queria que esses professores também contribuíssem com a gente. Voltasse para nos capacitar (M. - índia - Lagoa dos Tapebas/Caucaia).

Porque eles só vêm para pegar as nossas riquezas de saberes, se viessem como forma de divulgação, seria bom (M. J. - índia - Aldeia praia de Almofala/Itarema).

A gente mostra um pouco da nossa realidade e da nossa cultura (R. M. - Índia Anacé- Matões/Caucaia).

A gente compartilha a riqueza e eles conhecem a riqueza que existe no seu próprio país (R. M. - Índia Anacé - Matões/Caucaia).

Porque eu tenho curiosidade em saber a história deles e eles a minha história. É uma curiosidade cultural (A. - Índia Anacé - Matões/Caucaia).

Porque somos um povo receptivo e eles também acabam ficando (I. C. - Quilombola- Quilombo dos Caetanos - Capuã/Caucaia).

Porque eles procuram para rezar, pra eu fazer a pintura (F. S - índio - Aldeia Tapeba/Caucaia).

Não tenho envolvimento com turistas, é mais visitantes (F. M. - Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

Depende do tipo do turista. Se for cultural é positivo. Se for empresarial, de



ganância ou eólico é ruim, porque acaba com a natureza (F. M. - Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

São bem recebidos no aldeamento (E. T. - Índio - Lagoa dos Tapebas/Caucaia).

### VII.7.3.5.3 Prevenção quanto aos aspectos negativos do turismo predatório

Nem tudo são flores. Muito turista vem para a exploração sexual e apropriação da terra (E. T. - Índio - Lagoa dos Tapebas/Caucaia).

Só vem aprender a nossa cultura e fazem coisas usando o nosso nome. Tem muitos que vem traz droga e quer pegar nossas índias, trazendo doença (F. S - índio - Aldeia Tapeba/Caucaia).

A gente pergunta sobre os serviços prestados para a gente melhorar. Porque a gente sempre avalia quando termina, se eles gostaram e o que podemos melhorar (H. A. - Índio Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Eu ofereço meu serviço de Massoterapia. E nunca fui desrespeitado (F. C. - Índio Anacé - Matões/Caucaia).

Os hotéis fecham pacotes turísticos que tiram o emprego das pessoas da comunidade (F. C. - Índio Anacé - Matões/Caucaia).

Nem bom nem mau. Promove comércio (E. N. - Índio - Aldeia São José - Baleia/Itapipoca).

Não existe (L. M. - Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

Porque somos um ponto de cultura que deveria ser visto mesmo e eles não visitam (I. C. - Capuã/Caucaia).

Pouco positivo. Por conta do turismo agressivo, eólicas acabando com a biodiversidade, turismo predativo (L. M. - Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

Tem esse diferencial, as pessoas que querem conhecer nossa cultura. Mais não presta o turismo de especulação imobiliária que acaba com a natureza (J. L. - Cumbe/Aracati).

Se for respeitando o ambiente e as culturas, é legal. Se for turismo de massa não presta. Exploração sexual, questão da droga, especulação imobiliária. O parque eólico (J. L. Cumbe/Aracati).

Os índios Tapeba revelam ter uma consciência maior acerca do caráter predatório do turismo de massas e do potencial existente no Turismo de base ecológica e comunitária.

Nesse sentido, chamam atenção para a necessidade de valorização do meio em que vivem, tanto em termos geográfico, quanto no sentido cultural, abrindo espaço para o turismo responsável e comprometido com a defesa da terra e da ecologia, além da dimensão identitária que os caracteriza como etnia.

Nos depoimentos colhidos, fica visível a dimensão política da luta travada pelos indígenas com relação à posse da terra, às conquistas sociais, relacionadas com o direito à

educação escolar, sendo a escola para eles um lugar de repasse às gerações mais novas de suas tradições culturais.

Com relação ao serviço prestado pelo SESC Iparana, percebemos depoimentos favoráveis, no sentido de que o SESC é referendado como sendo de grande importância para as comunidades, porque ele tem uma ação que valoriza e promove intercâmbio de culturas, trazendo mais interação, conhecimento e aprendizado entre as comunidades.

Percebemos que cada comunidade aqui entrevistada fala do SESC Iparana da mesma forma, pois enfatiza que, além do lazer que ele proporciona às comunidades, estas sentem-se acolhidas igualmente, onde seu potencial cultural é incentivado, sua comunidade é respeitada, acolhida como se fosse um pai que apoia e acolhe um filho.

### **VII.7.3.6 SESC Iparana**

O SESC Iparana ainda traz, segundo os nossos depoentes, oportunidades de emprego; outras ações sociais que desenvolve, incentiva os grupos e associações, propiciando o crescimento cultural e social das comunidades. As respostas dadas à pergunta sobre como recebem ou percebem as 3 comunidades a ação do SESC Iparana podem ser apreciadas abaixo, organizadas em alguns eixos principais:

#### **VII.7.3.6.1 Dimensão relacional e troca de saberes e experiências entre povos e localidades litorâneas**

É importante na vida de certos grupos. Trazer as pessoas para o conhecimento aberta a comunidade que ajuda outros grupos e associações (F. H. - Pescador - Canoa Quebrada/Aracati).

Incentivo muito grande para a cultura cearense (L. S. - Pescadora - Redonda/Icapuí). Muito bom. Maravilhoso (M. S. - Pescadora - Guajiru/Trairi).

Se eu tivesse poder eu levava o SESC para o lugar onde eu moro (A. P. - Pescador - Canaã/Trairi).

De forma positiva pois propicia o seu crescimento (F. A. - Beira Rio/Iguape).

Com bons olhos, pois oferece um tratamento igual para todos (L. B. - Pescador - Guajiru/Trairi).

Se jogasse mais apresentações pra nós seria melhor, porque a gente divulga o SESC e o SESC divulga nós (Z. P. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

De forma muito positiva pela boa atuação (F. S. Caetano de Cima/Amontada).

### VII.7.3.6.2 Valorização das comunidades e oferta de serviços

Muito presente, muita gente depende desse SESC (J. G. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

É bom. Muito proveitosa. Momentos de atividade e lazer, aprende muita coisa. Viver com as pessoas (M. F. - Pescador - Balbino/Cascavel).

A gente é muito bem recebido (J. T. - Pescador - Bitupitá/CE). Eu avalio como 100% (F. E. - Pescador - Flexeiras/Trairi).

Valoriza comunidade, oportunidade de emprego para nossos filhos (M. X. - Guajiru/Caucaia).

Muito importante. Muito importante mesmo, por causa do trabalho, emprega muita gente da terra. O SESC doa uma sopa. Não consigo explicar (F. C. - Marisqueira - Iparana/Caucaia).

Bom. Traz lazer para o povo com o domingo de lazer. Tem o sopão para os carentes e junta nós que morávamos perto e nem nos conhecia (C. M. - Marisqueira - Caucaia).

É excelente. Todo mundo recebe a gente muito bem (N. C. - Rendeira - Iguape/Aquiraz).

Muito bom, bem atendida, acolhida (A. M. - Prainha do Canto Verde/Beberibe).

Um bom atendimento, o melhor que já conheceu (E. J. - Rendeira - Sítio Cumbe/Aracati).

### VII.7.3.6.3 Valorização do SESC Iparana como instituição promotora de fomento à cultura

Muito importante. Se não fosse a atitude do SESC não teria esse evento Povos do Mar que é tão importante. É um evento grandioso (A. P. - Rendeira - Prainha do Aquiraz/Aquiraz).

Maravilhosa, bom atendimento e estrutura (A. M. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Tá bom. Mas poderia abrir mais espaço e mais vagas para a participação de mais pessoas (M. C. - Rendeira - Alagadiço, Canaã/Trairi).

Maravilhosamente útil. Mostram muitas atividades. Valorizar os outros com os seus trabalhos (A. R. - Rendeira - Mundaú/Trairi).

Tá muito maravilhoso. Sempre quando eles vão, eles cumprem o que prometem. Filmam. Fazem a festa para as crianças (R. I. - Rendeira - Alagadiço, Canaã/Trairi).

Ótima, sempre atuante com um bom atendimento e estrutura (M. N. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Muito bom. Foi uma riqueza. Fez cursos. Transporte e espero que melhore mais (M.F. - Rendeira - Core do Novo, Mundaú/Trairi).

Muito importante pois agrega as pessoas (M. Z. - Rendeira - Mundaú/Trairi).

Avalio como uma boa entidade, muito valiosa, muito presente e muito precisa (R. X.- Rendeira - Timbaúba/Trairi).

Muito presente. Aqui no SESC eles estão montando uma lojinha para vender nossos produtos do projeto Tecer Criamos laços" (R. B. - Rendeira - Trairi).

Uma estrutura muito boa, muito chique (V. M. - Rendeira - Mundaú/Trairi).

É um pai, mais um braço para gente. Abre espaço pra gente conversar e trabalhar junto (M. L. - Índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Muito bom e bonito (M. F. - Índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Muito presente, um trabalho muito bom (M. J. - índia - Aldeia praia de Almofala/Itarema).

Ela é bem atuante nas comunidades (R. M. - Índia Anacé - Matões/Caucaia).

Bastante interessante. Caucaia tem muito indígena e o SESC faz um bom trabalho social. Iparana – é água do mar em Tupi (M. - índia - Lagoa dos Tapebas/Caucaia).

A presença é muito boa, dá uma assistência maravilhosa, equipe boa e valorizam muito a cultura (I. C. - Quilombola - Quilombo dos Caetanos - Capuã/Caucaia).

Muito significativa. Principalmente das ações que desenvolve. Muitos conhecimentos (F. M. - Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

Acho bacana juntar muitas culturas diferentes. É muito valioso (E. T. - Índio - Lagoa dos Tapebas/Caucaia).

O trabalho importante, é muito presente em várias comunidades (H. A. - Índio Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Se não existisse, seria um deserto ou recheado de hotel. Dá vida a Iparana e presta serviço a comunidades (F. C. - Índio Anacé - Matões/Caucaia).

É um parceiro. É importante. Divulga conhecimento e tenta um intercâmbio de conhecimento (E. N. - Índio - Aldeia São José - Baleia/Itapipoca).

É de muita importância para ajudar as comunidades a se integrarem (L. M. - Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

É uma forma da gente mostrar o potencial de cada comunidade (J. L. - Quilombola - Cumbe/Aracati).

Enfim, percebe-se com essas falas que o SESC está para a comunidade como promotor da cultura local e do crescimento social da comunidade. Assim sendo, na direção de colaborar para **fomentar práticas de turismo de base comunitária desenvolvidas pelas comunidades no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana** / litoral cearense. E, nessa perspectiva, vale ressaltar a importância do próximo item na concretização dos objetivos do SESC Ceará.

## VII.7.4 O SIGNIFICADO DA PARTICIPAÇÃO E DAS REDES SOCIAIS NO EVENTO POVOS DO MAR

Ao adotar como estratégia de pesquisa a aplicação de inquérito, antes e durante a realização do evento Povos do Mar, como estratégia educativa desses sujeitos, pode-se averiguar a opinião de integrantes das três comunidades aqui enfocadas e de outras localidades do litoral cearense, ali presentes, no ano de 2014, a respeito do impacto desse evento em suas atividades artesanais e vivências sociais. Para melhor entender os diferentes aspectos destacados nas respostas dos entrevistados, criou-se uma classificação baseada em distintos eixos temáticos, retirados de suas falas, conforme se segue.

### VII.7.4.1 Contatos novos, visibilidade social e divulgação cultural de suas localidades de origem

Alegria, contato com as pessoas, conhecer novos horizontes, novas culturas (F. H. - Pescador - Canoa Quebrada/Aracati).

Mudou muita coisa. A valorização que a pessoa tem com a comunidades. A participação nos projetos (F. H. - Pescador - Canoa Quebrada/Aracati).

Desenvolve minha rede de contatos, troca conhecimentos, muita riqueza cultural (F.- Pescador - Beira Rio/Iguape).

É importante em tudo que eu vejo e faço (M. F. - Pescador - Balbino/Cascavel).

Teve maior visibilidade, fomos mais vistos (M. F. - Pescador - Balbino/Cascavel).

A troca de experiência com outras praias, e o jeito de cada um mostrar sua originalidade (L. S. - Pescadora - Redonda/Icapuí).

Conviver com muita gente estranha. Interação. Conhecimento (M. M. - Pescadora - Majorlândia/Aracati).

O conhecimento, valorizar minha cultura, o conhecimento de outras culturas que nem eu sabia que existia (F. C. - Pescador - Bitupitá).

O conhecimento das nossas atividades, junto às pessoas, pois nós somos esquecidos (F. C. - Pescador - Bitupitá).

Mudou na possibilidade de aumento de parcerias e novas amizades (L. B. - Pescador - Guajiru/Trairi).

Maior conhecimento de vida. Pessoas e atividades (J. A. - Pescador - Iguape/CE).

Tem uma grande produção, troca de saberes, lazer, amizade (A. P. - Pescador - Canaã/Trairi).

Melhorias por conviver com outros grupos, socialização de saberes (A. M. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Conhecimento, amizade, oportunidade de muito trabalho, aprender e ensinar (M. C. - Rendeira - Alagadiço - Canaã/Trairi).

A valorização do trabalho (A. P. - Rendeira - Prainha de Aquiraz/Aquiraz).

Práticas e saberes da nossa cultura. Valorização (A. M. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Dispor a nossa cultura. Conhecer outras culturas e participar também delas. A renda (dinheiro) também melhorou (M. C. - Rendeira - Alagadiço - Canaã/Trairi).

Admirar a nossa cultura, fazer amizade, aprender, ensinar, se sentir muito segura, apoiada. Sem diferença (R. I. - Rendeira - Alagadiço - Canaã/Trairi).

Contato com as pessoas que nunca vi. Virei turista. Particpei de eventos (R. I. - Rendeira - Alagadiço - Canaã/Trairi).

Feliz. Arrumei amigos. Minha filha especial (melhorou muito) socialização. Tenho pouco lazer, para mim, aqui o SESC é meu lazer (J. G. - Pescador - Barra do Ceará - Fortaleza).

Porque o SESC passou a nos convidar para participar das suas atividades, antes a gente não participava de nada (J. S. - Pescador - Barra do Ceará - Fortaleza).

Eu não conhecia muita gente, e agora somos procurados para conversar (J. T. - Pescador - Bitupitá).

Coisa boa amizade, venda de renda, experiências novas, união (M. F. - Rendeira - Core do Novo - Mundaú/Trairi).

Muito divulgando a cultura do Coco. Antes eu e meus amigos passávamos a noite embolando Coco por um gole de cachaça, hoje nós viajamos e recebemos um cachê, divulgando a nossa cultura. E motivando as meninas a dança, e dançar bem (A. P. - Pescador - Canaã/Trairi).

#### **VII.7.4.2 Aprendizados e ganhos novos, trocas de saberes e ofícios**

Porque quando a gente vem pra cá, a gente aprende muita coisa boa, mais conhecimento, aprende a falar, a chegar junto (M. S. - Pescadora - Guajiru/Trairi).

Melhoria com os novos conhecimentos (C. H. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Melhorou a nossa atividade sócio-econômica (L. S. - Pescador - Barra do Ceará/Fortaleza).

Muita coisa, aprendi a fazer repelente, shampoo, óleo de mastruz, azeite de côco (F.C. - Marisqueira - Iparana/Caucaia).

Cultura, apresentações culturais, vejo muitas apresentações que eu não conhecia e faço amizade (C. M - Marisqueira - Caucaia).

Mudou, por que sou feliz quando ajudo às pessoas e o SESC me ensinou a ajudar as pessoas (C. M - Marisqueira - Caucaia).

Porque a gente aprende muita coisa, tem muitas oficinas para a gente aprender (M. H - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

Aprendi a fazer a alimentação com as algas (R. C - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

Trabalhos diferentes, antes fazíamos um trabalho só, depois desses conhecimentos aprendemos novos tipos de trançados (M. V. - Rendeira - Canaã/Trairi).

O Boi, o Coco, a troca de saberes, a variedade de dança, de rima" (Z. P. - Pescador - Barra do Ceará - Fortaleza).

Aprendizado geral de diversas formas. Várias oportunidades de conhecimento (F. S.- Pescador - Caetano de Cima/Amontada).

Houve maior abertura, maior contato com outros do mesmo ramo (F. S. - Pescador - Caetano de Cima/Amontada).

Aprende conhecimentos de vida, aprende a ser mais humilde (E. P. - Pescador - Barra do Ceará - Fortaleza).

Muita coisa que eu não sabia, eu aprendendo e levo p'ra minha comunidade. A gente aprende com outros povos das praias e também a gente ensina (F. F. - Pescador - Barra do Ceará - Fortaleza).

Melhorou para todos nós que entramos e participamos (F. F. - Pescador - Barra do Ceará - Fortaleza).

Trabalhar com palas e apliques que foi aprendido nos cursos (R. X. - Rendeira - Timbaúba/Trairi).

Também o lado que a ensina. Não igual. A gente aprende. Deixa saudade. Pudesse trazer mais gente da aldeia (L. M. - Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

Eu aprendi coisa que eu não sabia que existia muita alimentação diferente, cada uma mais gostosa que a outra, eu não conhecia (F. S. - Índio - Aldeia Tapeba/Caucaia).

É um evento muito rico em cultura, aqui tanto você aprende como você ensina, mas você aprende muito mais do que ensina (R. B. - Rendeira - Trairi).

Muita coisa. Eu não sabia reciclado, repelente. Aprendizado. Cursos. Intercâmbio, amizade. Troca de saberes (M. L. - Índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Aprendeu muita coisa em vários aspectos, oficinas sobre renda, gastronomia (M. N. Rendeira - Canaã/Trairi).

Deixa muito aprendizado para os jovens. a feira, a oficina, quero que nunca deixe de acontecer (H. A. - Índio - Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Conhecimento das tradições, troca de experiência, calor humano, prazer de se encontrar, conversas, conviver, isso nos fortalece, além de proporcionar renda (F. C. Índio - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

Além da troca de experiência, tem as oficinas que a gente aprende e troca saberes (R. M. - Índia - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

Desenvolve mais, porque temos sempre uma experiência a mais a ser contada, aqui a gente troca saberes" (R. M. - Índia - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

Oficinas que melhorou minha vida. Os passeios de Barco que o SESC implementa (J. G. - Pescador - Barra do Ceará - Fortaleza).

### VII.7.4.3 Intercâmbio com outras comunidades litorâneas e lutas comuns

O respeito pelo outro, todos somos pessoas da mesma qualidade. Ver que o nosso problema também acontece nas outras comunidades, que não acontece só com a gente, esse também é aprendido (F. E. - Pescador - Flexeiras/Trairi).

Tenho levado o conhecimento que eu tive aqui das outras comunidades, como eles vivem (F. E. - Pescador - Flexeiras/Trairi).

Ficou mais inteirado das notícias do seu ramo de trabalho, conheceu novas experiências (F. A. - Pescador - Beira Rio/Iguape).

Fica muita coisa. A educação do povo. Passa informação de cada comunidade, troca informações. Gostaria que tivesse era o mês todo (R. C - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

Contato com outras culturas, incentivo as rendas, amizade, conhecimento (N. C - Rendeira - Iguape/Aquiraz).

Deu oportunidade de conhecer as outras culturas que estavam para se acabar (Z. P. - Pescador - Barra do Ceará - Fortaleza).

Conhece novas amizades, faz mais cursos, aprimorou nosso conhecimento (N. C - Rendeira - Iguape/Aquiraz).

A gente sempre leva muita coisa, esses contatos com os índios, a troca de saberes, de comidas. A troca de saberes das culturas, para mim foi uma experiência muito boa, gostaria de participar sempre. Cheguei a trocar meu labirinto por renda. Foi muito bom (A. M. - Rendeira - Prainha do Canto Verde /Beberibe).

Oportunidade de conhecer outros grupos. Melhorias (M. N. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Respeitar mais o meu semelhante, com mais educação, com mais gentileza, carinho, a gente aprende muito convivendo com as pessoas (M. V. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Melhorou o modo de comunicação com outras pessoas que trabalham com a mesma atividade (M. Z. - Rendeira - Mundaú/Trairi).

Já planejo o próximo ano. Além da nossa divulgação do nosso trabalho, mas os quais os produtos mais procurados, que tem mais saída. O aprendizado de outras culturas, regiões (R. X. - Rendeira - Timbaúba/Trairi).

União, troca de saberes. Conhecer novas culturas e povos (M. L. - Índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

As oficinas, os saberes que aprendi com as outras culturas (M. F. - Índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

O reconhecimento das comunidades, que lutam pela resistência do seu povo, da sua cultura, como a nossa, do pescador, das rendeiras, a valorização do nosso trabalho. A troca de saberes (M. J. - Índia - Aldeia Praia de Almofala/Itarema).

Conhecimento cultural de outros povos, que a gente nem sabia que existia, a forma deles viverem. Tá sendo muito bom, muito aprendizado. Estou satisfeita e esse ano o SESC realmente me surpreendeu (A. - Índia - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

A vivência com os outros povos, os conhecimentos, suas histórias. É um aprendizado muito bom e esse ano ficou muito bom, porque ficou tudo junto. Foi



uma mudança para melhor (M. X. - Índia - Lagoa dos Tapebas/Caucaia).

A gente se prepara para participar, se organizar e se planejar. As crianças que vem e quando voltam, elas tem a missão de fazer uma redação contando o que aconteceu. E a socialização dos curumins com outras aldeias é muito importante. Saímos daqui do Ceará para ensinar, no Mato Grosso, os índios do Guarani Kaiowa a pintura com o jenipapo (M. X. - Índia - Lagoa dos Tapebas/Caucaia).

Aqui a gente vê que todos estão aqui vem com a cultura no sangue, de resgatar a cultura de todos (I. C - Quilombola - Quilombos dos Caetanos - Capuã/Caucaia).

A gente já tinha a dança do coco mais não tinha muito ritmo, foi aqui no primeiro encontro que viemos do Povos do Mar que aperfeiçoamos a nossa dança e hoje vamos apresentar no encerramento (I. C - Quilombola - Quilombos dos Caetanos - Capuã/Caucaia).

Muita coisa. Porque aqui a gente encontra com a biodiversidade do Ceará. Conversando, interagindo, aprendendo. É uma coisa que você não pode comparar (F.M. - Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

Ajudou a fortalecer nossa cultura. Respeitando bem (F. M. - Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

Convive com outras culturas, conhecer e respeitar a cultura do outro (E. T. - Índio - Lagoa dos Tapebas/Caucaia).

Fazendo o evento Povos do Mar para mostrar nossa cultura (E. T. - Índio - Lagoa dos Tapebas/Caucaia).

Contribui muito com trabalhos sociais. Ele não é fechado pra si. Proporcionando que as comunidades divulguem e preservem suas culturas (F. C. - Índio - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

Encontrar os mestres da cultura. Realizar a herança nativa (L. M. - Índio Tremembé- Almofala/Itarema).

A autoestima dos povos. Valorizar seu saber, práticas, história. Cada um conhece um pouquinho de cada cultura (J. L. - Quilombola - Cumbe/Aracati).

Eles falam muito – sendo esse aspecto unanimidade, entre as três comunidades – da valorização contida no evento Povos do Mar, como realização do SESC-CE, quanto às suas culturas e tradições. Outros aspectos são relacionados com o aprendizado nas oficinas e troca de saberes.

Os depoimentos atestam a recepção positiva dos participantes ao evento Povos do Mar, por considerarem que este lhes favorece contatos e conhecimentos novos que ampliam os seus horizontes de entendimento, quanto ao que são culturalmente, bem como em relação a outros grupos e localidades que lhes são ali apresentados.

As declarações sobre o evento em pauta valorizam aspectos diferentes, mas estão de certa maneira tão inter-relacionados, que fica difícil classificá-los em separado. No entanto, a análise mais atenta dos discursos permite identificar nuances diferentes, que enfatizam

desde contatos interpessoais, aprendizados novos de ofícios e técnicas artesanais e chegam à dimensão mais política do encontro, quando entendem que o evento reúne povos diversos, mas que têm lutas comuns em defesa dos seus interesses.

Nesse sentido, o “Povos do Mar” acaba por estimular a ampliação da sociabilidade política e cultural dessas comunidades litorâneas do Ceará, que de outra forma ficariam isoladas ou distantes umas das outras.

Fica ainda a impressão de que eles aprendem inclusive a utilizar melhor o que eles já conheciam. No caso das marisqueiras, chamou-nos atenção um depoimento acerca do melhor uso de algas marinhas, que antes elas apenas recolhiam para venda; com as oficinas, elas aprenderam a utilização para higiene pessoal, fabricando sabonete, sabão, bem como para a alimentação. Valorizam o citado evento como oportunidade de lazer e turismo social, de conhecer outras localidades e pessoas, de divulgação de suas atividades e ofícios; de resgate cultural, de ensino porque envolve crianças e jovens aprendendo com os mais velhos; do reconhecimento de si como portadores de ricas tradições culturais que antes alguns nem sabiam que tinha tal valor social.

Referem-se com destaque ao valor de sua participação no evento em questão, devido a socialização, aumento da capacidade de comunicação e reconhecimento do valor cultural de seus ofícios e expressões culturais.

Os depoentes valorizam, sobremaneira, tudo aquilo que agregaram aos seus saberes locais, em especial, através de oficinas e apresentações culturais, conforme podemos ver nas declarações que se seguem, que apresentam um detalhamento expressivo da valorização do que aprenderam e vivenciaram no referido evento.

Oficina: Meio ambiente e sustentabilidade. Aprendeu: A preservação ambiental (F.H. - Pescador - Canoa Quebrada/Aracati).

Fazer caçoeira, algas marinhas, fazer a rede de pesca (M. F. - Pescador - Balbino/Cascavel).

Ministrou uma palestra sobre mulheres e marés (L. S. - Pescadora - Redonda/Icapuí).

Reciclagem, experiências, troca de ideias (L. S. - Pescadora - Redonda/Icapuí).

Oficina de rede de dormir. Aprendi a tecer a rede com saco de açúcar plástico (M. S.- Pescadora - Guajiru/Trairi).

Apresenta o Coko nas unidades do SESC e eventos (A. P. - Pescador - Canaã/Trairi).

Aprendeu várias coisas como ser mestre de barco, dar nó mais complicados (F. A.

- Pescador - Beira Rio/Iguape).

Aprende vários ofícios nas oficinas (J. A. - Pescador - Iguape).

Oficinas: Apresentações do Boi Ceará; História de pescador. Aprendizado: Os improvisos de rima, a amizade. Conhecer outros mestres (Z. P. - Pescador - Barra do Ceará - Fortaleza).

Remendar redes de pescar e armar anzol (J. G. - Pescador - Barra do Ceará - Fortaleza).

É bom como aprendizado de outras comunidades, com outros pescadores (J. - Pescador - Barra do Ceará - Fortaleza).

A gente cria mais coragem pra se comunicar, de falar. Na primeira vez fiquei nervoso de falar (J. T. - Pescador - Bitupitá).

Eu trago o que aprendi na minha comunidade e aprendo o que os outros tem na sua (F. E. - Pescador - Flexeiras/Trairi).

Oficina do coco e oficina de barro. Aprendeu: Fazer artesanato e instrumentos musicais (M. M. - Pescadora - Majorlândia/Aracati).

Aprendi no Horto medicinal a função de cada planta (F. C. - Marisqueira - Iparana/Caucaia).

Oficinas – fazer óleo de côco, shampoo, lambedor. Aprendeu: Fazer essas coisas e conviver melhor e as pessoas, por que já fui pedinte (pedia esmolos) (C. M - Marisqueira - Caucaia).

Fazer tapioca e bordar tecido (M. H - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

Bordado, crochê, dos índios. Aprendi a bordar no pano e com os índios a fazer brinco e colares; No encontro de mulheres pescadoras aprendemos a valorizar nós mulheres, que nós podemos e que nós temos nosso momento também. É tanto que hoje a nossa presidente é mulher (R. C - Marisqueira - Guajiru/Trairi).

Docinho – remédio caseiro – sabão, sabonete (N. C - Rendeira - Iguape/Aquiraz).

Oficina de tulipas, oficina de fitas e búzios, na sala de ciência reciclagem e gesso. Aprendi a fazer tulipas com tecido; fazer pontos com a fita; uma baiana de búzios; reciclagem com caixa de leite, fiz duas bolsas e no gesso eu pintei (A. M. - Rendeira- Prainha do Canto Verde /Beberibe).

Aprendeu: A conhecer outras culturas distantes e próximas (A. M. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Tapioca, bolo, renda. Fazer renda e conhecer outras culturas (M. C. - Rendeira - Alagadiço - Canaã/Trairi).

Valorização do trabalho e pessoas, conhecer pessoas que estão próximas, mas distantes (M. N. - Rendeira - Canaã/Trairi).

Curso de rendeira. Os pontos, bordado, bainha, aumentou mais meu saber (M. F. - Rendeira - Core do Novo - Mundaú/Trairi).

Aprende a socializar os saberes com outras pessoas em um momento único nesse espaço de convivência (M. Z. - Rendeira - Mundaú/Trairi).

Do barro, do patchwork, aplicação de palas de renda e apliques de renda em tecido. Aprendeu: Como fazer e manusear o barro na produção de panelinha,

fazer a junção dos retalhos de rendas em almofadas (R. X. - Rendeira - Timbaúba/Trairi).

Reciclagem, pintura, colares de índio. Na reciclagem aprendi a fazer borboleta e rosa com garrafa pet, pintura em tecido e colares de semente (R. B. - Rendeira - Trairi).

Pintura em tecido. Aprendeu: Pintura em camisas; e fazer o detergente, sabonete e a bolsa ecológica (V. M. - Rendeira - Mundaú/Trairi).

A utilizar a garrafa, pintando e pra plantar. Pintando o gesso (M. F. - Índia Jenipapo Kanindé - Lagoa Encantada/Aquiraz).

Oficina de colar, Oficina de Óleo de mastruz, Oficina de cocar. Aprendeu: Fazer colar, o óleo de mastruz serve para dar para sarar, para massagem (R. M. - Índia - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

Barro. Aprendi a fazer potes, jarros e panelas (A. - Índia - Aldeia Anacé - Matões/Caucaia).

Ministramos oficina, saberes do Mocororó, medicina tradicional – plantas medicinais. As experiências diferentes. Valores e diferenças, cada um é uma vida e conhecimento diferente (F. M. - Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

A pintura corporal (jenipapo) e feitura de colares. Aprendi a ensinar. Fazer a arte aprendendo, aprimorando (E. T. - Índio - Lagoa dos Tapebas/Caucaia).

Ministra Oficinas. Medicina tradicional (plantas medicinais); coco (começando o resgate); palestra sobre a ciência dos encantados; pajelança; toré. É um aprendizado contínuo, grande aprendizagem cultural com grandes trocas de experiências, uma biodiversidade cultural (L. M. - Índio Tremembé - Almofala/Itarema).

O detalhamento acima revela uma lista de aprendizados diferentes, que são destacados pelos depoentes e revelam a variação de aspectos educativos e vivenciais suscitados pela participação desses representantes de comunidades litorâneas, que são convidados pelos organizadores do Povos do Mar, exatamente por abrir espaço para o desenvolvimento de habilidades e manifestações quanto ao valor de suas tradições culturais.

Temos aqui os **aspectos positivos** da vivência no evento, mas há que considerar os **aspectos negativos**, através de **queixas e demandas** manifestas, segundo suas avaliações. Por ser uma lista extensa e detalhada, será apresentada na íntegra para depois tratar de classificá-la em eixos temáticos e comentá-la, em relação aos objetivos desta investigação:

- 1) Aumentar a participação de mais pessoas das comunidades;
- 2) Oferecer alimentação aos participantes do Povos do Mar, adequada aos seus hábitos alimentares;
- 3) Criar dinâmicas favoráveis a uma maior participação das atividades do evento Povos do Mar;
- 4) Eu gostaria de participar, ensinando uma oficina de retalhos, de livros,

- dados, feitos com pano;
- 5) Oficina de labirinto;
  - 6) O desperdício que o povo fez com a comida. Educar o povo para não estragar tanta comida na hora das refeições;
  - 7) Melhorar a estrutura dos stands de venda;
  - 8) Um espaço maior para exposição do artesanato, são cinco expositores para o espaço pequeno. Sofri um pouco na hora de expor meus produtos;
  - 9) Dúvida se (o SESC Iparana) vai continuar mantendo o evento;
  - 10) Trazer a garapa de cana de açúcar;
  - 11) Melhorar o preço da renda;
  - 12) Um espaço para a proteção das peças brancas;
  - 13) Chamar mais grupos e culturas;
  - 14) Forro igual à casa de farinha – bolo de carimã;
  - 15) Melhorar a organização dos transporte de ida;
  - 16) Às vezes tem culturas que é do lado da gente e não conhecemos. Ex.: Moitas e Amontada e Barra das Moitas. D. Matilde – Pó de Ostra;
  - 17) Falta criar um galpão de exposições;
  - 18) Não tenho sugestão, pois tô achando melhor do que o ano passado;
  - 19) União com o povo de Mundaú;
  - 20) Os artesãos se unirem;
  - 21) Continuar mantendo o evento com esse atendimento e tratamento ao público;
  - 22) Máquina de cartão para vender os nossos produtos, facilitando as vendas;
  - 23) Preparar folders para cada região, para cada cultura;
  - 24) Preparar balcões de madeira, com o armário com chave para guardar o nosso material. E nesse balcão pode ser bolado um expositor;
  - 25) Pode ter também um caixa 24 horas, pro cliente que quiser sacar e comprar nosso produto com dinheiro;
  - 26) Trazer visitantes que não sejam só de escolas;
  - 27) Identificar outras culturas para poder trazer para o evento;
  - 28) Cada ano o Projeto Povos do Mar cresce mais, organiza mais, ele esse ano está bem mais organizado, traz felicidade em ser recebido com dois arranjos de flores naturais. O Povos do Mar deve nunca deixar de existir, trazendo cada vez mais novas culturas;
  - 29) Não tenho muita sugestão, só essa de trazer cada vez mais novas culturas,

pois nem o tumulto que tinha na hora do credenciamento não teve. Achei muito bem organizado, até o almoço veio para perto. A acomodação foi muito mais bem organizada;

- 30) Tenho uma sugestão, que o SESC faça uma oficina de aprendizado de vivências, trocas de experiência, aprender com o Aquiraz a fazer a peça inteira, sem precisar de emenda de linha, mas na própria peça no papelão;
- 31) Organizar o setor de comunicação e o setor administração com as comunidades;
- 32) Melhorar a vinda das comunidades para o evento;
- 33) Ter mais novidade;
- 34) Ampliar o espaço para alojar mais gente;
- 35) Mais conforto para desenvolver suas atividades;
- 36) Pra mim tudo que foi prometido foi cumprido;
- 37) Que no próximo ano possa manter a mesma qualidade que os outros anos, como sempre foi;
- 38) Que a todo ano melhore cada vez mais a organização;
- 39) Pouco cachê dos grupos;
- 40) Fazer um curral para ninguém furar fila (camurupim, tapioqueira, restaurante);
- 41) Distribuir melhor as oficinas nos lugares;
- 42) Organizar cadastro do pescador e não só pela internet;
- 43) Eu tava inscrito como pescador, quando cheguei não tava. Deve ter mais organização pra nós pescadores;
- 44) O SESC pegar os donos das embarcações documentadas, porque muitos dizem que é pescador e não é. Quem é pescador tem seu documento, aí tem pescador que quer participar e não pode, porque foi ocupado por quem não é pescador;
- 45) Cuidado com as solicitações, me prometeram uma rede e até agora nada;
- 46) Achei que tem menos gente que nos outros anos;
- 47) Precisa uma barraca de tapioca mais bem feita, o ano passado eu vim bem antes com meu esposo e fizemos a barraca com mais cuidado, essa precisou até da lona;
- 48) Mais higiene onde a gente faz as tapiocas;
- 49) Pessoas ajudando na distribuição;
- 50) Incluir mais projetos;
- 51) Chamar mais etnias;

- 52) Divulgar mais, envolver mais o povo lá fora;
- 53) Mudar a estratégia da semana, colocar mais pro fim de semana;
- 54) O tratamento das funcionárias do SESC poderia ser melhor;
- 55) Informações mal dadas;
- 56) Continuar do jeito que está. A Oca ficou perfeita;
- 57) Passar cada vez mais a cultura e procurar cobrar do jovem o que ele aprendeu e para ele repassar;
- 58) Mais espaços, que as nossas comunidades de quilombolas participassem mais, porque temos 73 comunidades quilombolas no Ceará e aqui só temos 3 comunidades, só de Caucaia;
- 59) Tem pessoas que vem pra esse evento e nem participam, ficam no quarto. Acho que deveria chamar a atenção para que todos participem e fiquem unidos no meio do terreiro;
- 60) E antecipar as reuniões, porque foi muito em cima;
- 61) Mais segurança;
- 62) E educar o povo para ajudar, depois da alimentação retirar o prato que usou da mesa e levar para a cozinha;
- 63) Poderia vir mais Tapebas (20 ou 30);
- 64) Que as oficinas não acontecesse tudo na mesma hora;
- 65) Às vezes eu tô ensinando e gostaria de participar de umas que acontece que é muito boa;
- 66) Nos próximos eventos, ter redes para a gente dormir, porque a gente é acostumado a dormir de rede;
- 67) Continuar a abertura do evento para população;
- 68) A divulgação para a imprensa;
- 69) Ter um lugar apropriado para a massoterapia (sem poeira);
- 70) Difícil, pois participaram só agora. Incentivar os trabalhos com a juventude;
- 71) Trabalhar a juventude para defender a luta;
- 72) Uma forma de realizar a herança nativa;
- 73) A Zona Costeira é um grande palco de conflitos. Tivesse um espaço para ir fortalecendo nossas lutas e conquistas;
- 74) Construir meios, estratégias que as comunidades estão utilizando para se preservar ante suas ameaças. Para termos a nossas áreas demarcadas;

- 75) Momentos de sugestões, entidades participantes e organizadores;
- 76) Fazer um forno mais próximo do evento para a queimagem da louça;
- 77) Melhorar a hospedagem, (de modo) que os casados e famílias ficassem juntos;
- 78) Devemos nas palestras fazer mais com que os participantes participassem mais, que as horas não se chocassem muito com as outras atividades;
- 79) Convidar as comunidades a se fazerem presentes;
- 80) Trazer talentos nordestinos de grande porte;
- 81) Organizar melhor o evento;
- 82) Continuar com a qualidade e o tratamento atencioso com as pessoas, parabéns pela organização.<sup>97</sup>

A lista acima mostra que o evento Povos do Mar necessita de aperfeiçoamento, no tocante a alguns aspectos de infra-estrutura para o atendimento aos participantes, às oficinas e favorecimento de maior envolvimento dos convidados em suas atividades.

Algumas queixas se referem ao credenciamento dos participantes e pedem o fortalecimento das suas bandeiras de luta no âmbito da rede SESC formada pelo evento Povos do Mar.

Chama atenção o fato de que nenhuma das queixas ou críticas são feitas de modo a deslegitimar esta iniciativa do SESC Iparana; pelo contrário, vários depoentes a elogiam e temem que o evento sofra alguma solução de continuidade. Nesse sentido, tudo é dito para contribuir com o fortalecimento do Povos do Mar, como meio de aproximação intercomunitária de valorização cultural do artesanato de demais tradições que trazem as diferentes localidades.

#### VII.7.5 DEMANDAS E SUGESTÕES DAS COMUNIDADES PARA O DESENVOL-

---

<sup>97</sup> Apesar de que este item não é um aspecto negativo, ele está aqui citado para respeitar a íntegra das falas dos participantes.



## VIMENTO DO TURISMO COMUNITÁRIO

No tocante às demandas dirigidas pelas três comunidades ao SESC, no sentido de favorecimento do Turismo Comunitário, pode-se apreciar uma lista delas, para a seguir faz comentários mais detalhados e circunstanciados de suas falas e depoimentos a respeito deste tópico. Obteve-se uma lista com mais de 50 indicações, contendo sugestões feitas no sentido de favorecer uma forma alternativa e mais sustentável de turismo em suas localidades. Quando examinadas, essas indicações podem ser agrupadas em alguns eixos temáticos, conforme apresentamos a seguir.

### **VII.7.5.1 Cursos de capacitação nas comunidades litorâneas**

- Ajudar, dar apoio, cursos, conhecimento;
- Cursos, Palestras, Alertar a comunidade para os tipos de turismo;
- Trabalhando grupo de jovens;
- A inauguração de um espaço educacional para poder administrar as atividades;
- Investir na qualidade do turismo local;
- Ajudar a qualificar os jovens para ter uma formação;
- Cursos, capacitações nas comunidades;
- Capacitar às lideranças da população de Aquiraz e na minha comunidade;
- Curso de turismo;
- Continuar os projetos e encontros que já vem sendo desenvolvido aqui. Cursos. Capacitação. A interação com as comunidades;
- Apoiar a educação e cultura.

### **VII.7.5.2 Oferta de infraestrutura de serviços e orientações ao turista**

- Abrir umas pousadas, porque lá não tem;
- Passeio de Barco;
- Mais higiene;
- Mais profissionalismo para atender o povo;
- Orientar os turistas a apoiar os pescadores, porque quando eles chegam e alugam uma

casa para o kitesurf, eles não querem que a gente coloque a embarcação na frente da casa;

- Colocar mais embarcação no arpoador;
- Chamar mais turistas para passear de jangada para ele sentir na pele o sofrimento que o pescador passa;
- Ter mais atividades voltadas para o turista;
- Palestras com os turistas, informando sobre o local, a população, as atividades;
- Que o turista se hospede um dia na nossa casa, coma da nossa comida;
- Para o turista ter mais contato com a gente;
- Um apoio para ir o turista pra lá;
- Fazer benefício para os turistas e as vendas das rendas;
- Levar os turistas do SESC Iparana para visitar os grupos;
- Mais condições, porque o turismo é fraco;
- Mais presença para os turistas em relação às estradas;
- Poderia atuar mais no centro de Caucaia.

### **VII.7.5.3 Divulgação e valorização das culturais tradicionais das localidades**

- Valorizar a cultura e a preservação ambiental é fundamental;
- Divulgar a história das Jangadas;
- Divulgar os Cocos;
- Mais divulgação. O encontro voltado também para o turismo, porque o turista não conhece a nossa cultura;
- Preparar folders informativos, onde encontrar os grupos, as culturas;
- Divulgar a nossa comunidade, porque muitos passam para outras praias e não vão para lá. Do SESC levar hóspedes para um passeio lá;
- Que dessa oportunidade para todas as comunidades mostrarem suas culturas e potencias;
- Um lugar para expor nossos trabalhos;
- A divulgação da nossa cultura dos quilombos, índios, pescadores e rendeiras;
- Repassar as nossas histórias para quebrar com o preconceito que eles têm do nosso povo;
- Reconhecimento. Valorização das questões do índio. Cursos, eventos;

- Se unir com a comunidade para melhorar para o turista;
- O SESC ajudar no desenvolvimento desse turismo comunitário, para que ele seja mais divulgado;
- Resgatar as culturas locais;
- Promover um evento na comunidade que venha levar o turista para conhecer a nossa cultura e identidade;
- Promover mais atrações artísticas, culturais, de tradições locais;
- Fazer oficinas com os moradores e jovens para conhecer melhor seu lugar e repassar para os turistas;
- Valorizar os grupos tradicionais e os pequenos artesões.

#### **VII.7.5.4 Investimento educativo em meio ambiente e ecologia (outros)**

- Buscar algumas soluções (alternativas) ao turismo que tem lá;
- Cursos – meio ambiente. Plantio de árvores;
- O meio ambiente. Aprimorasse os recursos naturais para a comercialização dos mesmos;
- Fazer um turismo sem destruição, sem poluição;
- Ter mais coisas para chamar a atenção do turista, um evento com várias espécies de animais é importante;
- Investimento na questão ambiental;
- O turismo ecológico que levasse as pessoas a valorizar a vida sem o consumismo;
- Difundir práticas de turismo sustentável e consciente;
- É muita coisa que falta, até a gente não sabe nem dizer. É muita coisa.

Fica evidenciado que as sugestões agrupadas em 4 direções apresentam pontos de conexão importantes, mas indicam estratégias diferentes de lidar com o Turismo.

A indicação de cursos de capacitação nas localidades para lidar com o turismo mostra uma necessidade de formação na área, um reconhecimento de que há uma carência de informações mais sistematizadas sobre as potencialidades e exigências do turismo como atividade ou serviço organizado, com vistas à recepção e lida com os turistas que chegam com suas demandas próprias.

A segunda frente está ligada à melhoria nas condições de oferta de serviços turísticos,

considerando a sua fragilidade e carência de qualidade efetiva, dando ênfase ao que o turista espera obter nessas localidades. Nesse sentido, recomenda melhorias de infra-estrutura de atendimento.

Uma terceira vertente está vinculada a uma preparação das localidades para antes tornar visível o seu valor cultural, o que estaria dependente de atividades de divulgação e fortalecimento de suas expressões a nível local, para atrair turistas interessados em conhecê-las e delas usufruir, culturalmente, falando.

A quarta direção indica a necessidade de pensar o turismo vinculado às questões do meio ambiente e de sua sustentabilidade em termos eco-sociais.

## **CAPÍTULO VIII – ANÁLISE QUANTITATIVA DE RESULTADO DO INQUÉRITO**

## VIII.8.1 INTRADUÇÃO À ANÁLISE DA PESQUISA QUANTITATIVA

O tópico anterior apresentou o resultado obtido por meio da aplicação do inquérito em abordagem qualitativa. Para ter uma ideia mais completa e objetiva de tais resultados, tentamos agora examiná-los, na perspectiva quantitativa, por meio de tabelas e gráficos que evidenciam o teor das respostas dadas, em termos de indicações de ação no âmbito do fomento ao turismo comunitário em Iparana, Caucaia, promovido pelo SESC-CE.

Antes de mais nada, salienta-se que a abordagem quantitativa pretendida encontrou alguns limites, em face dos sujeitos da pesquisa serem, em sua maioria, integrantes de uma tradição cultural oralizada e/ou com pouca ou nenhuma escolaridade. Nesse sentido, as respostas dadas tinham um teor mais subjetivo e demonstrativo de sentido, através de narrativas acerca dos seus percursos de vida e dilemas cotidianos no enfrentamento da sobrevivência.

Por essa razão, a leitura dos dados aqui ensaiada tem um caráter aproximativo da objetividade pretendida, por meio de indicadores quantitativos, conforme estão organizados em tabelas denominadas de acordo com o seu significado no interior dos objetivos traçados por esta investigação. Assim sendo, aqui serão abordados nessa perspectiva quantitativa numa enfoque geral e noutra também quantitativa, mas tratando por sua especificidade, identidade e singularidade de cada grupo entrevistado com detalhes no próximo tópico.

## VIII.8.2 RESULTADO DA PESQUISA QUANTITATIVA – DADOS GERAIS

### VIII.8.2.1 Dados bibliográficos dos sujeitos

Estes dados bibliográficos dos sujeitos têm por finalidade ajudar a responder aos objetivos desse estudo e por isso que se tornou importante primeiro pegá-los, analisá-los quantitativamente para poder traçar o perfil dos sujeitos numa perspectiva geral dos grupos. E, com isso, possa-se mapeá-los como Povos do Mar visando ao desenvolvimento dessas comunidades ao logo desse item.

Deste modo, em primeiro lugar, pode-se analisar e afirmar que houve uma pequena diferença de 10% a mais para a participação feminina que da masculina nesses inquéritos.

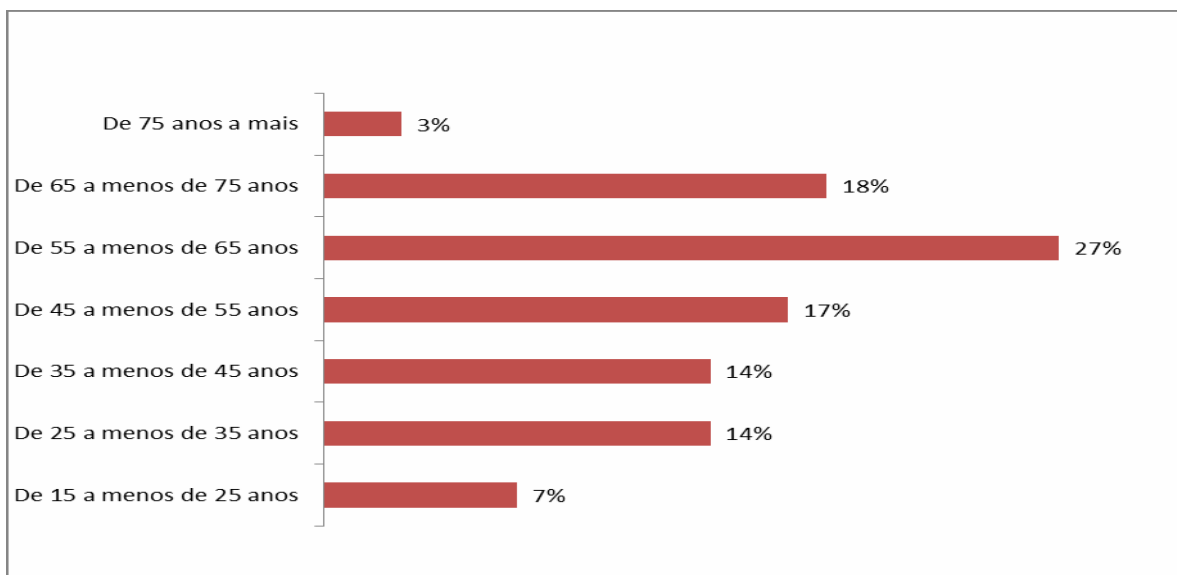
Portanto, existiu um equilíbrio na representação dos gêneros na pesquisa para a análise deles como poderá ser constatado na **Tabela VIII.A1** abaixo:

| GÊNERO       | Frequência |              |
|--------------|------------|--------------|
|              | Absoluta   | Relativa     |
| Masculino    | 32         | 45,1         |
| Feminino     | 39         | 54,9         |
| <b>TOTAL</b> | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela VIII.A1:** Distribuição dos entrevistados por sexo

Fonte: Dados primários.

Dando continuidade a esse pensamento e ao desenho do perfil aliado a busca das suas especificidades e singularidades das categorias, mas se lembrando de sempre destas manterem e pontuarem a visão geral ou comum aos grupos integrantes dos Povos do Mar aqui pesquisados.



**Gráfico VIII.A2:** Distribuição dos entrevistados por faixa etária

Fonte: Dados primários.

Os sujeitos dos Povos do Mar transparecem que estes são no mínimo com uma boa e vasta experiência de vida, pois quase a metade já está entrando ou já é considerado velho conforme prevê o “Estatuto do Idoso” que se é velho a partir dos 60 anos (Brasil, 2003). E, assim 45% destas pessoas estão na faixa de 55 a menos 75 anos. Se somar esta faixa aos

3% que fica igual ou acima de 75 anos a mais passa para 48%. Sem levar em conta os 31% na faixa de 35 a menos de 55 anos. Porque se contar incide 79% que já viveram no mínimo 35anos e assim com muita potencialidade a contribuir a esse desenho (**Gráfico VIII.A2**).

**Tabela VIII.A3:** Distribuição dos entrevistados por município/localidade de residência

| MUNICÍPIO/LOCALIDADE      | Frequência |              |
|---------------------------|------------|--------------|
|                           | Absoluta   | Relativa     |
| Almofala                  | 3          | 4,2          |
| Aquiraz                   | 4          | 5,6          |
| Aracati                   | 4          | 5,6          |
| Barroquinha – Bitupitá    | 2          | 2,8          |
| Cascavel                  | 2          | 2,8          |
| Caucaia                   | 20         | 28,2         |
| Fortaleza                 | 10         | 14,1         |
| Iguape                    | 3          | 4,2          |
| Prainha do Canto Verde    | 1          | 1,4          |
| Icapui - Praia da Redonda | 1          | 1,4          |
| São Bento de Amontada     | 1          | 1,4          |
| Trairi                    | 20         | 28,2         |
| <b>TOTAL</b>              | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

A distribuição dos entrevistados por município e localidade de residência apontou para que dos 12 municípios em que residem os entrevistados destacam-se Caucaia (28%) e o Trairi (28%) e os dois juntos representam 56% dos demais. Adicionando a este resultado a representatividade do município de Fortaleza têm-se 70% do total de entrevistados. De modo que restaram apenas 30% para a soma dos nove restantes municípios onde residem os participantes (**Tabela VIII.A3**).

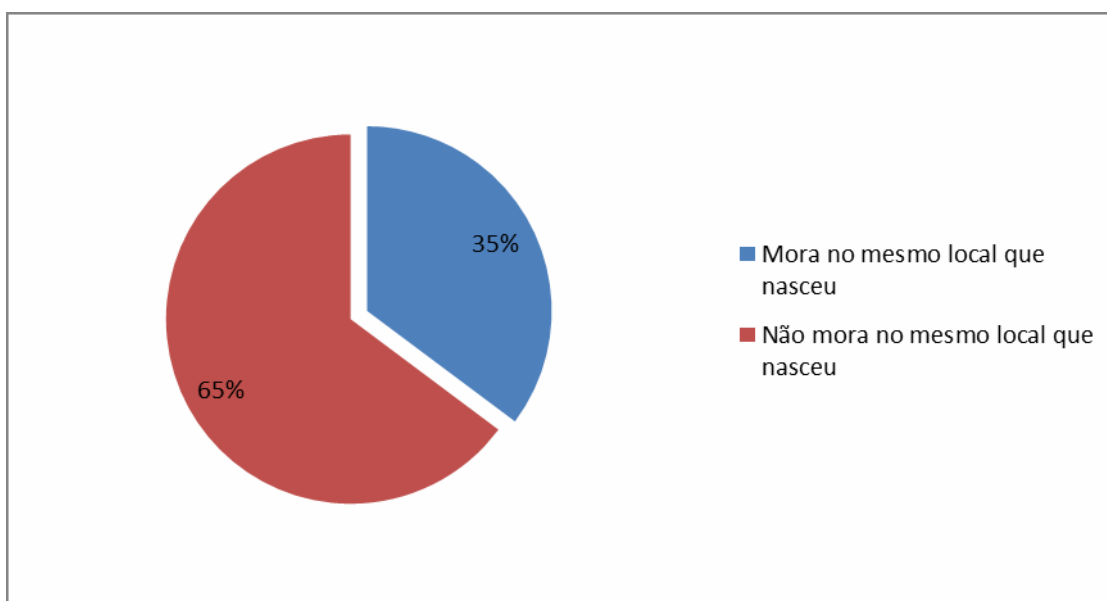
Logo, os dados quem sabe estejam identificando e priorizando estes como “espaço turístico”<sup>98</sup> a ser examinado para iniciar uma discussão a cerca da inserção socioeconômica dessas populações locais e ampliar para as práticas de desenvolvimento sustentável do turismo de base comunitária dessa região.

<sup>98</sup> Espaço turístico “é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que [...] são a matéria-prima do turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infra-estrutura turísticas, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país” (Boullón, 2002, p. 79).

**Tabela VIII.A4:** Distribuição dos entrevistados por município/localidade de nascimento

| MUNICÍPIO/LOCALIDADE      | Frequência |              |
|---------------------------|------------|--------------|
|                           | Absoluta   | Relativa     |
| Almofala                  | 3          | 4,2          |
| Aquiraz                   | 3          | 4,2          |
| Aracati                   | 4          | 5,6          |
| Banabuiu                  | 1          | 1,4          |
| Baturité                  | 1          | 1,4          |
| Bitupeté                  | 1          | 1,4          |
| Boa Viagem                | 1          | 1,4          |
| Cascavel                  | 3          | 4,2          |
| Caucaia – Buriti          | 5          | 7,0          |
| Caucaia – Cidade          | 10         | 14,1         |
| Fortaleza                 | 9          | 12,7         |
| Fortim – Guajiru          | 1          | 1,4          |
| Iguape                    | 2          | 2,8          |
| Lagoa do Camelo – Piauí   | 1          | 1,4          |
| Martinópolis              | 2          | 2,8          |
| Quixadá                   | 1          | 1,4          |
| Redonda                   | 1          | 1,4          |
| Sacro do Marisco – Riacho | 1          | 1,4          |
| São Bento de Amontada     | 2          | 2,8          |
| São Gonçalo do Amarante   | 4          | 5,6          |
| Trairi                    | 15         | 21,1         |
| <b>TOTAL</b>              | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

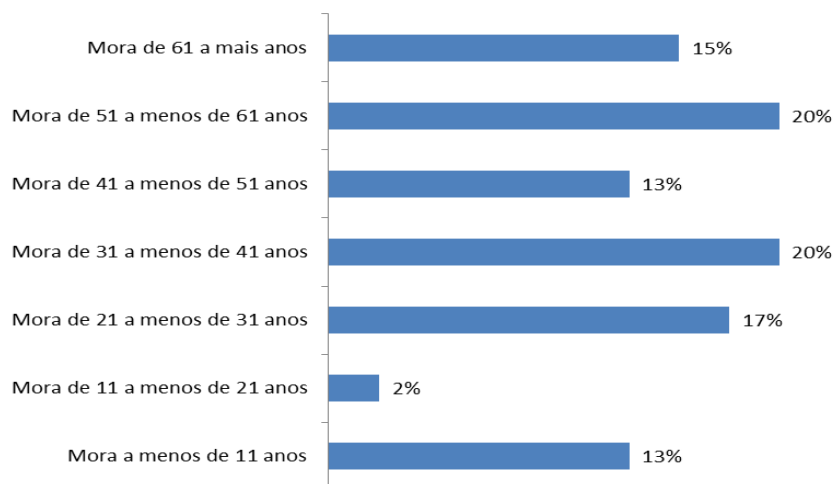


**Gráfico VIII.A4.1:** Distribuição dos entrevistados por permanência no local de nascimento

Fonte: Dados primários.



No grupo de participantes do inquérito o movimento migratório, praticamente, não tem representatividade relativa a unidades da federação, considerando que apenas uma pessoa tem naturalidade de outro estado, representando 1,4% do total (**Tabela VIII.A4**). No Brasil, os não naturais da região em que moram correspondem a 15,8% do total da população, e no Nordeste essa taxa corresponde a 7,3% (PNAD de 2014).<sup>99</sup> Baseado nesses dados pode-se dizer que os participantes do inquérito são, praticamente, povos natos do estado. Na análise do movimento migratório dentro do estado, o resultado do inquérito (**Tabela VIII.A4.1**) aponta predominância dos que não moram no município de naturalidade, quando identifica-se que 69% dos participantes do inquérito não moram no município/localidade onde nasceram (**Tabela VIII.A4.1**). Ainda baseado nessa análise, observamos que na distribuição dos participantes do inquérito por município/localidade de nascimento e de residência observa-se que Trairi se destaca como respectivamente 21,1% e 28,2% do total. Estes dados talvez estejam aqui revelando ou identificando um dos espaços turísticos do litoral cearense com “ambiente natural”<sup>100</sup> a ser melhor estudado e trabalhado como ponto turístico do município relacionado ao desenvolvimento sustentável a práticas do turismo de base comunitária dessa região.



**Gráfico VIII.A4.1a:** Distribuição dos entrevistados por tempo de residência onde mora

Fonte: Dados primários.

<sup>99</sup> PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - 2014. Tabela 2.1 - População Residente, por grandes regiões segundo a naturalidade em relação ao município e os grupos de idade 2014. Tabela 2.2 - População Residente, por grandes regiões segundo a naturalidade em relação a Unidade da Federação e os grupos de idade - 2014. Recuperado em 16 março, 2016, de [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

<sup>100</sup> É um ambiente natural “um sistema único e complexo, formado por muitos componentes orgânicos e inorgânicos, que se influenciam reciprocamente e se mantêm em equilíbrio dinâmico, porque todas as partes estão em contínua evolução. Tal equilíbrio corresponde a leis de organização interna que regulam o apoio e a colaboração que cada componente dá e encontra nos demais”. E este se divide em “duas partes: natureza virgem e natureza adaptada” (Boullón, 2002, pp. 114-115).

Importa compreender que o tempo de residência desse povo tem uma característica marcante de permanência quando este se estabelece e se decide por um determinado município. Constata-se essa situação quando se observa que no mínimo 11 anos foi o tempo de residência indicado por 87% dos participantes no inquérito. Ainda neste sentido, observa-se a concentração de pessoas por faixa de tempo de residência e, assim, destacam-se com 20% dos participantes os que moram de 31 a menos de 41 anos, com o mesmo percentual, os que moram de 51 a menos de 61 anos (**Tabela VIII.A4.1a**).

Portanto, leva-se a acreditar que seja uma população que é fixa em sua comunidade, logo, só precisa de oportunidades para a sua inclusão social. Como também, por estar a tanto tempo na região são profundos conhecedores das possibilidades e deficiências do local em que habitam e, portanto, prontos para refletirem sobre as formas de turismo de base comunitária visando tanto o desenvolvimento de sua comunidade quanto a preservação do ecossistema até porque as pessoas dos Povos do Mar reconhecem de que é da terra e do mar que tiram o sustento deles e de suas famílias.

**Tabela VIII.A:** Distribuição dos entrevistados segundo a etnia

| ETNIA                  | Frequência |              |
|------------------------|------------|--------------|
|                        | Absoluta   | Relativa     |
| Índios e quilombolas   | 16         | 22,5         |
| Não índios/quilombolas | 55         | 77,5         |
| <b>Total</b>           | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

É interessante se ressaltar que os Povos do Mar a maioria ou 78% não possuem etnia ou não se reconhece nem como índio e nem como quilombolas. Somente 22% é que se assume como índio ou quilombola. Assim sendo, talvez caiba com este povo a reflexão igualmente sobre identidades, especificidades, singularidade das etnias aliadas as formas de turismo e com eles mapear o patrimônio material e imaterial da comunidade como estratégia de fomento ao turismo de base comunitária (**Tabela VIII.A**);

**Tabela VIII.A5:** Distribuição dos entrevistados segundo a atividade profissional/ocupação

| PROFISSÃO/OCUPAÇÃO   | Frequência |              |
|----------------------|------------|--------------|
|                      | Absoluta   | Relativa     |
| Pescador/Marisqueira | 44         | 62,0         |
| Rendeira             | 27         | 38,0         |
| <b>TOTAL</b>         | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários

Na **Tabela VIII.A5** ressaltam-se as categorias profissionais que destes são a maioria ou 62% pescadores ou marisqueiras que, por coincidência, estas serem marcantes como características dos índios ou dos nativos brasileiros, portanto, atividades também relacionadas diretamente ao turismo local. Para a minoria de 38% rendeiras em que a história revela ser um ofício trazido da Europa para o Brasil, assim sendo, repassado de geração a geração. Num entanto, característica do povo Europeu e não dos nativos que contribuiu com essa atividade profissional para os brasileiros. Logo, introduziu no mínimo a mistura das culturas nas práticas profissionais que igualmente é interessante para a organização, por exemplo, de uma rede turística que, de forma conjunta e planejada, promova o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, culturais e comunitários local, consoante, objetivos específicos desse desenho (**Tabela VIII.A5**).

**Tabela VIII.A6:** Distribuição dos entrevistados por número de filhos

| NÚMERO             | Frequência |              |
|--------------------|------------|--------------|
|                    | Absoluta   | Relativa     |
| Nenhurm            | 17         | 23,9         |
| De 1 a 3 filhos    | 17         | 23,9         |
| De 4 a 6 filhos    | 16         | 22,5         |
| De 7 a mais filhos | 21         | 29,6         |
| <b>TOTAL</b>       | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

Percebeu-se que na sua maioria os Povos do Mar têm características de serem provenientes de famílias numerosas, visto que, 52,1% têm de 4 a mais filhos. Pode-se dizer ainda que dos 71 participantes que têm de 7(sete) ou mais filhos é a maioria de 30%. Apenas 24% deles é que não tem nenhum filho (**Tabela VIII.A6**). Assim, são grupos claramente de vulnerabilidade socioeconômica.

**Tabela VIII.A7:** Distribuição dos entrevistados por faixa de renda familiar

| FAIXAS DE RENDA                    | Frequência |              |
|------------------------------------|------------|--------------|
|                                    | Absoluta   | Relativa     |
| Menos de um salário mínimo         | 9          | 12,7         |
| De 1 a menos de 2 salários mínimos | 29         | 40,8         |
| De 2 a menos de 3 salários mínimos | 24         | 33,8         |
| De 3 a menos de 4 salários mínimos | 5          | 7,0          |
| De 4 a menos de 5 salários mínimos | 0          | 0,0          |
| Mais de 5 salários mínimos         | 3          | 4,2          |
| Não sabe                           | 1          | 1,4          |
| <b>TOTAL</b>                       | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

O entendimento que o grupo pesquisado evidencia claramente vulnerabilidade socioeconômica se confirma ao constar-se que, além da predominância de pessoas com família numerosa (**Tabela VIII A6**), 87,3% deles recebem menos de 3 (três) salários

mínimos (**Tabela VIII.A7**). Ou seja, relacionar ou associar esses dados com o mínimo 4 filhos por famílias, inclusive podendo até chegar a mais de 7 (sete) filhos (**Tabela VIII.A6**). Essa conta é no mínimo desafiante para garantir as condições básicas de cada membro familiar. Logo, reforça-se que diante desse contexto seja realmente um grupo de vulnerabilidade socioeconômico. E, se trouxesse para essa reflexão os dados do aspecto da etnia, então, revelaria igualmente à vulnerabilidade cultural (**Tabelas VIII.A, VIII.A5, VIII.A6 e VIII.A7**).

Portanto, lembrando-se de que tendo como base esses dados bibliográficos dos Povos do Mar, levam-se a crer na vulnerabilidade deles tanto social quanto econômica e cultural, talvez por esses fatores se some até a vulnerabilidade nutricional. Entretanto, não será o foco desse estudo. Todavia, com isso reforça a relevância para a discussão e inserção socioeconômica desses sujeitos nas atividades relacionadas ao turismo, que também revelou ser uma possibilidade em potencial. Mas que seja de modo a se verificar o alcance das ações de turismo, por exemplo, do SESC que promova o enriquecimento cultural, a educação, a melhoria das relações interpessoais, o desenvolvimento integral da saúde, dentre outras oportunidades já previstas nos objetivos específicos desse desenho. Em fim, a síntese do Perfil traçado dos Povos do Mar consoante à percepção dos próprios entrevistados se proferiu da seguinte forma:

- a) 55% feminino (**Tabela VIII.A1**);
- b) 30% já está na faixa de 55 a menos de 65 anos (**Gráfico VIII.A2**);
- c) 56% reside em Caucaia ou em Trairi (**Tabela VIII.A3**);
- d) 65% não mora no mesmo local que nasceu (**Gráfico VIII.A4.1**);
- e) 78% não se reconhece nem índio e nem quilombolas (**Tabela VIII.A**);
- f) 62% é pescador ou é marisqueira (**Tabela VIII.A5**);
- g) 30% têm sete a mais filhos (**Tabela VIII.A6**);
- h) 41% ganham de um a menos de dois salários (**Tabela VIII.A7**).

**Tabela VIII.C48:** Distribuição dos entrevistados segundo os aspectos que acha negativo em sua vida hoje

| ASPECTOS   | Frequência |          |
|--|------------|----------|
|  | Absoluta   | Relativa |
| A demora na demarcação de nossa terra  | 2          | 2,8      |
| A questão das drogas e violência   | 10         | 12,7     |
| A desunião entre os nativos causada pelo interesse dos grandes empresários que destroem as comunidades | 1          | 1,4      |
| A desvalorização do pescador   | 1          | 1,4      |
| A discriminação e o preconceito por ser indígena   | 1          | 1,4      |
| A droga, a violência, negação das atividades para os projetos  | 1          | 1,4      |
| Falta de emprego fixo/ Dificuldade financeira.   | 5          | 5,6      |
| Desconhecimento sobre o uso da internet e do celular   | 2          | 2,8      |
| A política partidária  | 4          | 5,6      |
| A vontade de ajudar e não saber dizer não  | 1          | 1,4      |
| A saúde  | 3          | 4,2      |
| Falta de valorização da cultura de um povo   | 2          | 2,8      |
| Está sem atividade a frente de um grupo de criança   | 1          | 1,4      |
| Eu gosto de ser muito organizada e as vezes sou chata por isso   | 1          | 1,4      |
| Falta de respeito dos jovens   | 1          | 1,4      |
| Não poder ajudar os meninos do boi   | 1          | 1,4      |

**Tabela VIII.C48:** Distribuição dos entrevistados segundo os aspectos que acha negativo em sua vida hoje

(conclusão)

| ASPECTOS                        | Frequência |              |
|---------------------------------|------------|--------------|
|                                 | Absoluta   | Relativa     |
| Não tem oportunidade de estudar | 3          | 4,2          |
| Não ter casa própria            | 1          | 1,4          |
| O preconceito                   | 1          | 1,4          |
| Solidão                         | 1          | 1,4          |
| Nenhum                          | 26         | 36,6         |
| Não respondeu                   | 5          | 7,0          |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela VIII.C49:** Distribuição dos entrevistados segundo os aspectos que acha negativo na sua atividade profissional

| ASPECTOS  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Falta de incentivo a profissão  | 10         | 14,1         |
| A comercialização dos produtos  | 8          | 11,3         |
| A pesca predativa, a falta de estrutura, incentivo e patrocinadores     | 5          | 7,0          |
| A demora na demarcação de terra   | 2          | 2,8          |
| A formação para professores indígenas                                   | 2          | 2,8          |
| A idade   | 2          | 2,8          |
| A violência   | 2          | 2,8          |
| Falta de estudo   | 2          | 2,8          |
| A droga   | 1          | 1,4          |
| A falta de apoio do poder público                                       | 1          | 1,4          |
| A falta de uma lugar para fazer tapioca                                 | 1          | 1,4          |
| A cultura indígena não ter reconhecimento do Estado                     | 1          | 1,4          |
| A visão que não é boa   | 1          | 1,4          |
| Aonde moro as relações são difíceis                                     | 1          | 1,4          |
| Não atuar na profissão  | 1          | 1,4          |
| Não ter condições e estruturas de realizar minhas atividades plenamente | 1          | 1,4          |
| Necessidade de me aperfeiçoar cada vez mais e não ter tempo prá isso    | 1          | 1,4          |
| Ter terminado a faculdade e está desempregada                           | 1          | 1,4          |
| Nenhum  | 22         | 31,0         |
| Não respondeu   | 6          | 8,5          |
| <b>TOTAL</b>  | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Agora, diante do perfil traçado dos sujeitos dos Povos do Mar, surge a necessidade de compreender e pontuar os resultados na direção de encontrar quais as suas **dificuldades de vida** para contribuir na mudança positiva de sua realidade. E estes apontaram para se observar que 56% dos participantes estão em uma situação negativa em sua vida (**Tabela VIII.C48**) por inúmeros motivos. Destaca-se dos quinze motivos apresentados os que tiveram as maiores frequências: às questões relacionadas às drogas, dependência química e violência, dificuldade financeira e a política partidária, que somam 24%. Dificuldades relacionadas à vida profissional foram apontadas (**Tabela VIII.C49**), por 60,5% dos participantes, destacando-se a falta de apoio do poder público e a comercialização dos produtos indicado por 48% dos participantes como aspecto negativo em suas atividades profissionais.

**Tabela VIII.C61:** Distribuição dos entrevistados segundo as sugestões para que o SESC melhore as condições de vida da população do município

| SUGESTÕES   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Projetos de profissionalização  | 7          | 9,9          |
| Realização de palestra, oficinas, cursos, etc.  | 8          | 11,3         |
| Criação de espaço para exposição, vendas, cursos e reuniões   | 5          | 7,0          |
| Continuar desenvolvendo práticas de preservação ambiental   | 3          | 4,2          |
| Curso de aperfeiçoamento, profissionalizante, para trabalhar com o turista e sobre a cultura local. | 3          | 4,2          |
| Divulgação do povo indígena e o reconhecimento de sua cultura.                                      | 3          | 4,2          |
| Trabalhar com jovens e meninos de rua.  | 3          | 4,2          |
| Investir mais em educação e cultura das crianças  | 3          | 4,2          |
| Ajudar na realização dos projetos para população mais carente                                       | 8          | 11,3         |
| Ampliar e divulgar mais o evento Povos do Mar   | 3          | 4,2          |
| Realizar ações em parceria  | 2          | 2,8          |
| Ações de valorização do artesanato  | 2          | 2,8          |
| Acho que a ajuda do SESC não chega lá.  | 1          | 1,4          |
| Articular mais eventos com integração de diversas comunidades.                                      | 1          | 1,4          |
| Fazer uma unidade do SESC no Trairi.  | 1          | 1,4          |
| Melhorar a relação SESC e comunidade.   | 1          | 1,4          |
| Projeto voltado para o esporte e teatro.  | 1          | 1,4          |
| Não tem sugestão  | 10         | 14,1         |
| Não respondeu   | 6          | 8,5          |
| <b>TOTAL</b>  | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela VIII.C62:** Distribuição dos entrevistados segundo as sugestões para que o SESC melhore a qualidade do turismo no município

| SUGESTÕES  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Difundir práticas de turismo sustentável e consciente.                   | 19         | 26,8         |
| Desenvolver mais atividade voltada para o turismo.                       | 9          | 12,7         |
| Contribuir na qualificação e capacitação das pessoas                     | 7          | 9,9          |
| Continuar com o bom atendimento  | 4          | 5,6          |
| A divulgação da cultura dos quilombolas, índios, pescadores e rendeiras. | 3          | 4,2          |
| Promover educação e cultura nas comunidades                              | 2          | 2,8          |
| Construir unidades de hospedagem no município                            | 2          | 2,8          |
| O turismo é fraco na cidade.   | 2          | 2,8          |
| Divulgar os atrativos dos passeios de jangada de vela.                   | 1          | 1,4          |
| Dar continuidade aos serviços existentes                                 | 1          | 1,4          |
| Mais presença para os turistas em relação as estradas                    | 1          | 1,4          |
| Nenhuma sugestão   | 10         | 14,1         |
| Não respondeu  | 10         | 14,1         |
| <b>TOTAL</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

Portanto e ainda nessa perspectiva de entender os Povos do Mar para contribuir em suas melhorias, então, vem a visão do **trabalho educativo do SESC e em relação a sua contribuição a cerca do turismo no município**. Com relação ao trabalho educativo do Sesc 77% dos participantes da pesquisa sugere que o SESC melhore as condições de vida da população do município e 48% descaram os seguintes aspecto: criação de espaços para a realização de palestras, oficinas, exposições, etc.; ajuda na realização de projetos para população mais carente; projetos de profissionalização; e investir mais em educação e cultura para as crianças e jovens, e inclusive os de rua (**Tabela VIII.C61**). Sugestões de que estas manifestações já possam ser a ponte para o SESC através da programação de desenvolvimento pessoal e social consiga, assim, estabelecer em conjunto com a comunidade um espaço de educação, de viabilização de produção artístico-cultural e práticas de lazer, que alcance resultados viáveis a sua transformação social. Com relação ao turismo no município, 72% das pessoas que participaram do inquérito deixaram uma lista de sugestões para que o SESC melhore a qualidade do turismo no município, com destaque para a difusão e capacitação na direção da melhoria de práticas de turismo sustentável e de conscientização para tal, estas somam 52% pensando dessa forma (**Tabela VIII.C62**).

**Tabela VIII.C63:** Distribuição dos entrevistados segundo a participação no Evento Povos do Mar

| OPÇÕES             | Frequência |              |
|--------------------|------------|--------------|
|                    | Absoluta   | Relativa     |
| Não                | 0          | 0            |
| Sim, mas pouco     | 14         | 19,7         |
| Sim, habitualmente | 8          | 11,3         |
| Sim, sempre        | 45         | 63,4         |
| Não respondeu      | 4          | 5,6          |
| <b>TOTAL</b>       | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela VIII.C65:** Distribuição dos entrevistados segundo a indicação de que o evento povos do mar traz como aprendizado

| INDICAÇÃO  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Eleva a auto estima dos povos, valoriza seu saber, práticas e história | 19         | 26,8         |
| Troca de saberes   | 18         | 25,4         |
| A convivência, a vivência e o conhecimento.                            | 11         | 15,5         |
| Múltiplos conhecimentos.   | 8          | 11,3         |
| A diversidade cultural (vida no campo e artesanato).                   | 7          | 9,9          |
| Esclarecimentos, acolhimento e intercâmbio.                            | 2          | 2,8          |
| Coragem para se comunicar.   | 1          | 1,4          |
| Não respondeu  | 5          | 7,0          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

Além disso, abrolha a necessidade de refletir sobre o **significado da participação e das redes sociais no “Evento Povos do Mar”** para construir ideias e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável por meio do turismo comunitário, como também, refletir sobre e discutir a inserção socioeconômica dessa população. Então, nesse sentido, notou-se que na opinião do grupo representou: 27% dos entrevistados a participação no evento Povos do Mar significa elevação da autoestima, valorização do saber, práticas e história. Outro aspecto evidenciado por 25% dos participantes foi a troca de saberes (**Tabela VIII.C65**). Vale salientar, que 63% dos entrevistados sempre têm participado no evento Povos do Mar e que 94% já participou pelo menos poucas vezes (**Tabela VIII.C63**). E com referência às redes sociais no evento Povos do Mar não foi nada identificado nas respostas do inquérito.

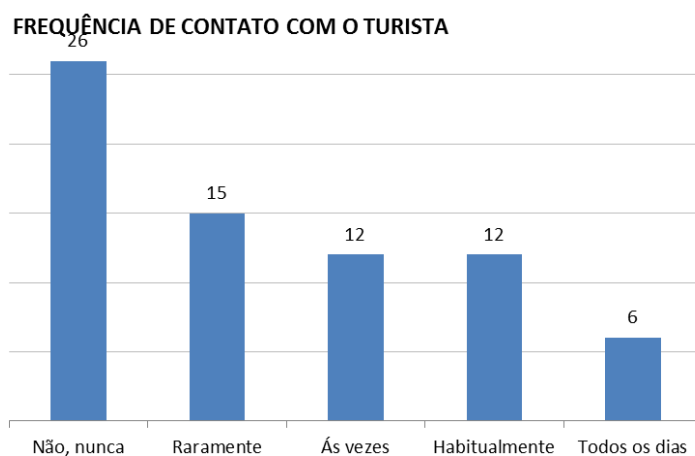
### VIII.8.2.2 Dados relacionados às questões e aos objetivos deste desenho

Depois de ser construído o perfil dos sujeitos dos Povos do Mar e dado uma visão coletiva das suas dificuldades, sugestões e significados deles vêm à apresentação das tabelas e dos gráficos para ser analisados na dimensão quantitativa e relacionados às questões que levaram a constituição dos objetivos desse estudo. E, por conseguinte, poderá ser confirmados considerando os quadros e os gráficos a seguir.

Vale salientar que se sabe quando se fala de resultados metodologicamente não se tem a obrigação de responder diretamente aos questionamentos do desenho como aqui será exposto um a um. Entretanto, como alternativa diferencial optou-se por ele clarear e em conjunto com essa condição de transparência realizar uma análise desses dados ponderando opções de caminhos que levam a responder as necessidades destes sujeitos pertencentes aos Povos do Mar.



Assim, segue:



**Gráfico VIII.B1:** Distribuição dos entrevistados por frequência de contato com o turista

Fonte: Dados primários.



**Gráfico VIII.B2:** Distribuição dos entrevistados segundo a relação de sua atividade profissional com o turismo

Fonte: Dados primários.

**Tabela VIII.C1:** Indicação da atividade de sustento antes da participação no grupo

| PROFISSÃO/OCUPAÇÃO    | Frequência |              |
|-----------------------|------------|--------------|
|                       | Absoluta   | Relativa     |
| Acompanhante de idoso | 1          | 1,4          |
| Agricultor            | 5          | 7,0          |
| Artesanato            | 6          | 8,5          |
| Marisqueiro           | 8          | 11,3         |
| Pescador              | 20         | 28,2         |
| Rendeira              | 8          | 11,3         |
| Tapioqueiro           | 1          | 1,4          |
| Zelador               | 1          | 1,4          |
| Não informou          | 21         | 29,6         |
| <b>TOTAL</b>          | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela VIII.C29:** Distribuição dos entrevistados segundo como vê a vinda do turista para cá

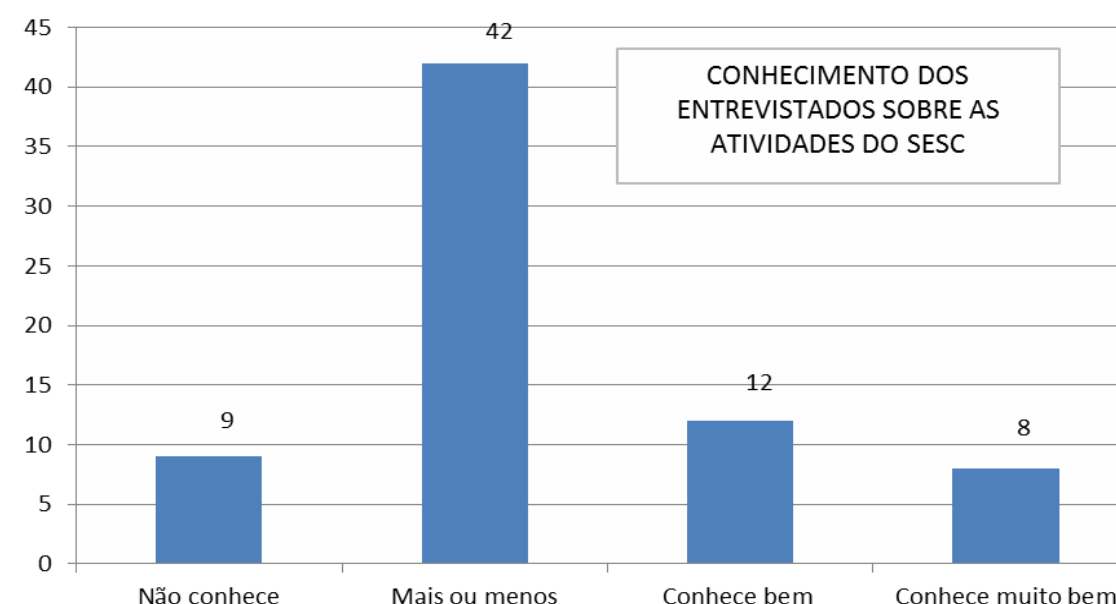
| RESPOSTA          | Frequência |              |
|-------------------|------------|--------------|
|                   | Absoluta   | Relativa     |
| Vê como muito boa | 7          | 25,9         |
| Vê como boa       | 17         | 63,0         |
| Vê como razoável  | 2          | 7,4          |
| Vê como má        | 0          | 0,0          |
| Vê como muito má  | 0          | 0,0          |
| Não respondeu     | 1          | 3,7          |
| <b>TOTAL</b>      | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

E, por conseguinte surge aqui a primeira ligação com a pergunta dessa pesquisa exposta desde o **Capítulo I**. Ou seja, será que é possível a organização de uma rede turística que, de forma conjunta e planejada, promova o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, culturais e comunitários no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana/ litoral Cearense?

Em cima destes dados quantitativos das **tabelas e gráficos (VIII.A7, VIII.B1, VIII.B2, VIII.C1 e VIII.C29)** percebe-se a possibilidade de se responder esse questionamento como sendo possível. Sobretudo, porque esses dados parte do compromisso de contribuir para proporcionar as condições para tal. E, então, pegando o **Gráfico VIII.B2** viu-se que 61% dos entrevistados que possuem atividades profissionais têm possibilidade de se relacionar ao turismo (**Gráfico VIII.B2**), apesar de que apenas 25% tem contato frequente com turista (**Gráfico VIII.B1**).

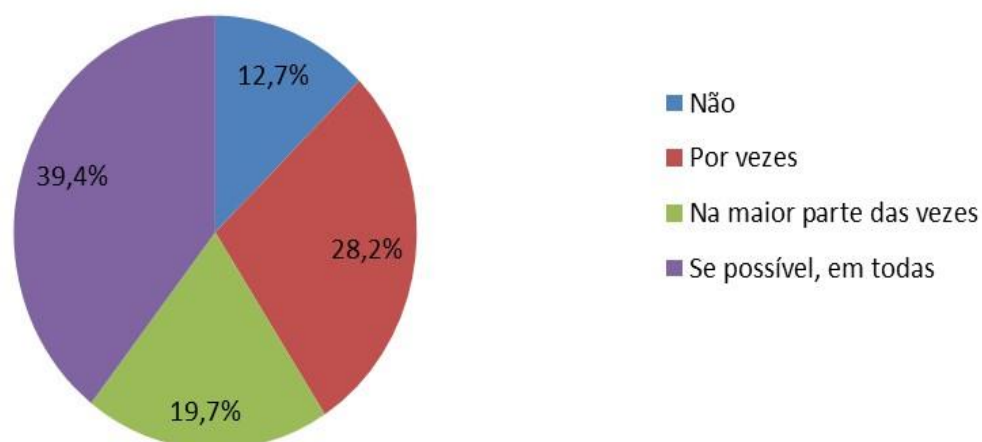
Entretanto, esta minoria poderia ser transformada em potencial para troca de experiência e discussão sobre a inserção socioeconômica entre eles de suas atividades que poderão ser relacionadas ao turismo de base comunitária já na perspectiva de desenvolvimento sustentável. Além da relevância dessa ação, sublinha-se o acima referido, serem pessoas de vulnerabilidade social e financeira já citado no perfil, renda deles chega a 87% ganhando menos de 3 salários mínimos (**Tabela.VIII.A7**). Outro ponto favorável a esse contexto é a forma deles verem essa possibilidade de se relacionar com os turistas, ou seja, dos entrevistados, 73% ver a vinda do turista à comunidade como boa ou muito boa (**Tabela VIII C29**). Este ponto somado as indicações das atividades de sustento antes da participação no grupo (**Tabela VIII.C1**) já se pode ter com estas as ferramentas na direção para a organização da rede turística validada e fortalecida a partir das próprias habilidades existentes no grupo.



**Gráfico VIII.B3:** Distribuição dos entrevistados segundo o conhecimento das atividades do SESC

Fonte: Dados primários.

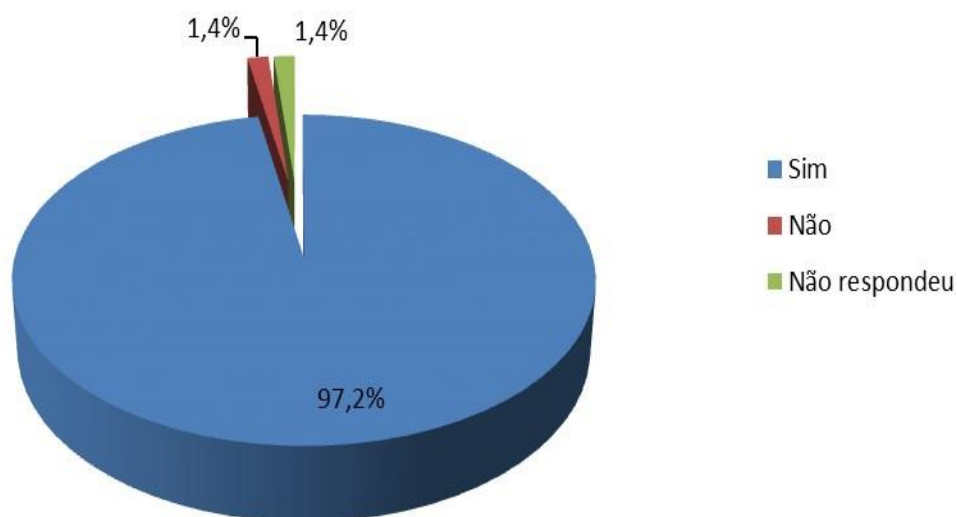
## ENTREVISTADOS POR INDICAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO SESC



**Gráfico VIII.B4:** Distribuição dos entrevistados por indicação de participação nas atividades do SESC

Fonte: Dados primários.

## O SESC PRESTA BOM SERVIÇO - JULGAMENTO DOS ENTREVISTADOS



**Gráfico VIII.B5:** Distribuição dos entrevistados no julgamento se o SESC presta um bom serviço. Fonte: Dados primários.

**Tabela VIII.B5.1:** Distribuição dos entrevistados segundo a participação em grupo de turismo comunitário

| OPÇÃO        | Frequência |              |
|--------------|------------|--------------|
|              | Absoluta   | Relativa     |
| Sim          | 36         | 50,7         |
| Não          | 35         | 49,3         |
| <b>TOTAL</b> | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela VIII.C38:** Distribuição dos entrevistados segundo a modificação introduzida no seu cotidiano e atividades depois da sua participação em reuniões no SESC

| MODIFICAÇÕES  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Abriu-se mais o leque de conhecimento e interações com a comunidade | 48         | 67,6         |
| Preservação e divulgação da cultura                                 | 9          | 12,7         |
| Vida saudável   | 3          | 4,2          |
| É a primeira vez no SESC  | 5          | 7,0          |
| Não sabe dizer  | 3          | 4,2          |
| Não respondeu   | 3          | 4,2          |
| <b>TOTAL</b>  | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

Com estes gráficos e tabelas acima, surge, em seguida, a afinidade com a segunda pergunta – se será que o SESC contribui para que as comunidades percebam e organizem suas potencialidades para o desenvolvimento sustentável do Turismo de Bases Comunitárias na região?

Nessa linha de raciocínio pode-se dizer que a resposta para a essa questão continua sendo igualmente sim. E para validá-la é só pegar os dados das tabelas e gráficos (**VIII.B3, VIII.B4, VIII.B5, VIII.B5.1 e VIII.C38**). Especialmente porque 85% dos entrevistados veem o SESC como possibilidade de ampliação do leque de conhecimentos e igualmente reconhece que o SESC promove a preservação do meio-ambiente, de uma vida saudável dos nativos e da divulgação da cultura local (**Tabela VIII.C38**). Além do fato de usufruir do SESC, a grande maioria ou 87% conhece e participa das atividades do SESC (**Gráfico VIII.B4**). E, a grande maioria 97% considera que o SESC presta um bom serviço à comunidade (**Gráfico VIII.B5**). Aumenta as possibilidade com os dados da participação que chega um pouco mais da metade deles (51%) em grupo de turismo comunitário (**Tabela VIII.B5.1**).

**Tabela VIII.C13:** Distribuição dos entrevistados segundo atividade(s) que garantem o seu sustento.

| ATIVIDADES        | Frequência |              |
|-------------------|------------|--------------|
|                   | Absoluta   | Relativa     |
| Pescador          | 10         | 14,1         |
| Pescador e outras | 29         | 40,8         |
| Marisqueira       | 3          | 4,2          |
| Rendeira          | 19         | 26,8         |
| Rendeira e outras | 7          | 9,9          |
| Não Respondeu     | 3          | 4,2          |
| <b>TOTAL</b>      | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela VIII.C32:** Distribuição dos entrevistados segundo de que forma a aproximação com outros grupos comunitários contribuiu para a sua atividade e porque

| RESPOSTA  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A integração e a interação são importantes para manter a nossa cultura viva | 23         | 32,4         |
| Foi muito bom por maiores possibilidades de socializar saberes              | 17         | 23,9         |
| Contribuiu para que tivesse contato com outras culturas.                    | 1          | 1,4          |
| Amplia possibilidades conhecendo mais pessoas e ficando conhecido           | 3          | 4,2          |
| Propicia melhor distribuição de renda                                       | 2          | 2,8          |
| Fundação da escola e com isso ajudou a preservar as lutas do povo indígena. | 2          | 2,8          |
| Melhorou a situação de trabalho.  | 6          | 8,5          |
| Motivação e reconhecimento com a percepção de nossas forças e fragilidades  | 4          | 5,6          |
| Melhorou pouco.   | 2          | 2,8          |
| Não sabe dizer  | 1          | 1,4          |
| Não tenho aproximação, só conhecimentos da existencia.                      | 3          | 4,2          |
| Não Respondeu   | 7          | 9,9          |
| <b>TOTAL</b>  | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela VIII.C37:** Atividades culturais realizadas pelos entrevistados

| ATIVIDADES             | Frequência |          |
|------------------------|------------|----------|
|                        | Absoluta   | Relativa |
| Dança e ritual do toré | 21         | 29,6     |
| Atesanato e renda      | 16         | 22,5     |
| Festa religiosa        | 13         | 18,3     |
| Dança do Coco          | 12         | 16,9     |
| Festa cultural         | 6          | 8,5      |
| Capoeira               | 4          | 5,6      |
| Horto medicinal        | 4          | 5,6      |
| Teatro de boneco       | 3          | 4,2      |
| Bumba meu boi          | 2          | 2,8      |
| Dança folclórica       | 2          | 2,8      |
| Pastoril               | 2          | 2,8      |
| Reisado                | 2          | 2,8      |
| Coral                  | 1          | 1,4      |
| Cultura de pesca       | 1          | 1,4      |
| Dança perola           | 1          | 1,4      |
| Forró pé de serra      | 1          | 1,4      |

Nota: Questão de respostas multiplas. Fonte: Dados primários.

Diante ainda desses dados abrolha aqui a ligação com a terceira questão: quais os produtos e serviços turísticos que credenciam a região do entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana/litoral cearense, como um roteiro turístico diferenciado e competitivo nesse mercado? Para melhor fundamentar essa resposta dispõe-se das **Tabelas VIII.C13, VIII.C32 e VIII.C37**. Estas consoante aos entrevistados a resposta é que existem inúmeros recursos culturais e comunitários, tais como, o artesanato, a diversidade de danças folclóricas, as festas culturais e religiosas e inclusive rituais indígenas (**Tabela VIII.C37**). Nessa direção, adicionam a identidade cultural por meio

das suas praias, do lazer e da gastronomia que somam 38%. Grande parte dos participantes do inquérito trazem como formas de garantirem os seus sustentos as atividades de pesca aliada a outras, assim representando 41% do total. Se incluir os que vivem exclusivamente da pesca o percentual chega a 55% do total. As pessoas que tiram seu sustento, exclusivamente, do ofício de fazer renda representam 27%, e, se incluir as que além de rendeira tem outra fonte de sustendo o percentual chega a 37% (**Tabela VIII.C13**). Estes sujeitos trazem a aproximação com outros grupos comunitários como realce para a integração dos grupos e assim juntos resolverem seus problemas, e ainda, dão como caminhos para socializarem seus saberes 48% (**Tabela VIII.32**).

**Tabela VIII.C14:** Distribuição dos entrevistados segundo a natureza do trabalho que desenvolve

| NATUREZA DO TRABALHO                   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Trabalha por conta própria             | 28         | 63,6         |
| Trabalha por conta de outrem           | 6          | 13,6         |
| Esta desempregado                      | 1          | 2,3          |
| Trabalha por conta própria e de outrem | 3          | 6,8          |
| Outras Situações                       | 4          | 9,1          |
| Não respondeu                          | 2          | 4,5          |
| <b>TOTAL</b>                           | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela VIII.C46:** Distribuição dos entrevistados segundo a sugestão de ação/projeto do SESC na comunidade

| SUGESTÕES   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Projeto que beneficie crianças e adolescentes em vulnerabilidade                                    | 13         | 18,3         |
| Continuar organizando eventos Povos do Mar  | 10         | 14,1         |
| Desenvolver cursos e capacitações para o povo evoluir   | 8          | 11,3         |
| Investir no turismo comunitário   | 7          | 9,9          |
| Capacitação para a construção de embarcação e construção de box                                     | 4          | 5,6          |
| Intensificar as ações de educação ambiental na comunidade   | 3          | 4,2          |
| Desenvolver projetos sustentáveis para a comunidade   | 3          | 4,2          |
| Uma ação relacionada a saúde. Não temos nenhum socorro  | 2          | 2,8          |
| Criar um projeto para fortalecer o trabalho com as algas  | 2          | 2,8          |
| Dar ênfase sempre a cultura e educação  | 2          | 2,8          |
| Que o projeto tecer fosse contínuo, que funcionasse permanente nas comunidades existentes           | 2          | 2,8          |
| Incentivar o repasse de saberes entre índios e quilombolas  | 2          | 2,8          |
| Colégio para os meninos estudarem e para os pescadores cursos profissionalizantes                   | 1          | 1,4          |
| Criar mais grupos e visitar mais comunidades  | 1          | 1,4          |
| Fazer atividades físicas com os idosos e fortalecer as oficinas de artesanato                       | 1          | 1,4          |
| Participação do SESC na feira cultural Tapeba e apoio na gravação de um novo CD com músicas em tupi | 1          | 1,4          |
| Realizar pesquisas sobre culturas populares   | 1          | 1,4          |
| Não tem sugestão  | 4          | 5,6          |
| Não respondeu..   | 4          | 5,6          |
| <b>TOTAL</b>  | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela VIII.C50:** Distribuição dos entrevistados segundo o que seu município oferece ao turista que é visto como identidade cultural

| INDICAÇÕES  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Praias e artesanato   | 16         | 22,5         |
| Lazer   | 5          | 7,0          |
| Oferece grande diversidade cultural e gastronômica                    | 6          | 8,5          |
| Origens, tradições, costumes e saberes indígenas                      | 4          | 5,6          |
| O SESC  | 4          | 5,6          |
| As belezas naturais do lugar, o coco e o artesanato                   | 3          | 4,2          |
| Festas comemorativas local e a praia                                  | 3          | 4,2          |
| Muitas áreas de turismo comunitário                                   | 2          | 2,8          |
| Não tem turista porque a estrada para chegar lá é ruim                | 2          | 2,8          |
| Não vejo nada cultural, só modernidade como banda de forró eletrônico | 1          | 1,4          |
| Os pescadores, as jangadas, os bugueiros e os artesãos                | 1          | 1,4          |
| Não sabe dizer  | 6          | 8,5          |
| Muito pouco   | 2          | 2,8          |
| Nada  | 12         | 16,9         |
| Não respondeu   | 4          | 5,6          |
| <b>TOTAL</b>  | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela VIII.C52:** Distribuição dos entrevistados segundo a indicação do que deve ser feita para preservar a natureza e a cultura do município

| INDICAÇÕES   | Frequência |          |
|--|------------|----------|
|  | Absoluta   | Relativa |
| Realizar oficinas sobre o meio ambiente  | 56         | 78,9     |
| Fazer parceria com instituições governamentais e não governamentais  | 48         | 67,6     |
| Sensibilizar políticos, gestores municipais sobre a questão ambiental                                      | 50         | 70,4     |
| Sensibilizar escolas sobre a questão ambiental   | 52         | 73,2     |
| Fortalecer as brigadas da natureza   | 40         | 56,3     |
| Resgatar tradições culturais em declínio   | 52         | 73,2     |
| Promover eventos, cursos, palestras e intercâmbios   | 56         | 78,9     |
| Incentivar a criação de grupos e equipamentos culturais, com a ajuda do poder público e iniciativa privada | 48         | 67,6     |
| Não respondeu  | 3          | 4,2      |

Fonte: Dados primários.

**Tabela VIII.C67:** Distribuição dos entrevistados segundo o que acha do meio ambiente de sua localidade

| INDICAÇÃO  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Está mal preservado  | 29         | 40,8         |
| Ainda é preservado   | 14         | 19,7         |
| Tem ocupação irregular   | 3          | 4,2          |
| Está precisando de melhorar a coleta de lixo                         | 3          | 4,2          |
| Razoável   | 3          | 4,2          |
| A criação de camarão e as eólicas estão prejudicando o meio ambiente | 2          | 2,8          |
| A poluição piora a cada dia que passa                                | 2          | 2,8          |
| O mar está tomando conta das praias                                  | 3          | 4,2          |
| Calmo e tranquilo  | 1          | 1,4          |
| Com a reserva Chico Mendes melhorou                                  | 1          | 1,4          |
| Como a comunidade é pequena, ainda não temos tantos problemas.       | 1          | 1,4          |
| O mar está poluído e estão acabando com a pesca da lagosta           | 2          | 2,8          |
| Muita especulação imobiliária  | 1          | 1,4          |
| Poderia melhorar a estrutura das barracas                            | 1          | 1,4          |
| Não respondeu  | 5          | 7,0          |
| <b>TOTAL</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |



**Tabela VIII.C68:** Distribuição dos entrevistados segundo a sugestão para melhorar o meio ambiente

| SUGESTÕES  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Construir meios e estratégias para as comunidades preservarem o meio em que vivem. | 29         | 40,8         |
| É problema de governo/ de lei.   | 7          | 9,9          |
| A prefeitura disponibilizar carro de lixo  | 6          | 8,5          |
| Continuar com políticas de defesa e preservação ambiental.                         | 4          | 5,6          |
| As escolas devem trabalhar o meio ambiente com alunos                              | 3          | 4,2          |
| Investir em reciclagem   | 3          | 4,2          |
| Fim das eólicas, apesar de saber que é irreversível.                               | 2          | 2,8          |
| Limpeza das praias e apoio a reserva   | 2          | 2,8          |
| A demarcação da terra indígena e assim não deixaríamos poluir.                     | 1          | 1,4          |
| A limpeza desse esgoto.  | 1          | 1,4          |
| A limpeza do nosso rio trairi.   | 1          | 1,4          |
| As empresas não invadirem nosso território seria bom.                              | 1          | 1,4          |
| Parar o desmatamento   | 1          | 1,4          |
| Plantar árvore   | 1          | 1,4          |
| Tirar os esgotos do mar  | 1          | 1,4          |
| Não respondeu  | 8          | 11,3         |
| <b>TOTAL</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

Com estas tabelas (VIII.C14, VIII.C46, VIII.C50, VIII.C52 e VIII.C68), surge a resposta para a analogia com a quarta e última pergunta – será que o diverso patrimônio cultural, natural e comunitário, presente nas comunidades no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana/litoral cearense, pode viabilizar o desenvolvimento local, recorrendo a formas criativas, sustentáveis e de base comunitária, atuando, também, na geração de renda?

Respostar esta questão é acreditar nessa possibilidade de geração de renda. E nessa perspectiva os entrevistados mapearam alguns patrimônios material e imaterial de suas comunidades. Já que está igualmente relacionado a esse vasto patrimônio cultural e natural um conjunto de elementos inter-relacionados ao desenvolvimento do turismo local como as praias, o artesanato, a recreação pelo lazer, a grande diversidade cultural e gastronômica, as tradições, os costumes e os saberes indígenas, as belezas naturais do lugar, o coco, as festas comemorativas do local, as áreas de turismo comunitário, os pescadores, as jangadas, os bugueiros e os artesãos, conforme evidencia 56,4% dos participantes do inquérito (Tabela VIII.C50), indicando como patrimônio cultural, natural e comunitário deles. Inclusive 44% sugerem e esperam do SESC projetos que beneficie crianças e adolescentes em vulnerabilidade, que o evento Povos do Mar continue, e que seja promovido cada vez mais curso de capacitação para a comunidade evoluir (Tabela VIII.C46). Dão indicações de preservação a natureza e a cultura do município por meio de realização dessas oficinas

sobre o meio ambiente 79% e igualmente eventos, cursos, palestras e intercâmbios 79% (**Tabela VIII.C52**). Como também, tem a experiência de 70% que já trabalham por conta própria (**Tabela VIII.C14**) e, por fim, reconhecem e sugerem, ainda, para a melhoria do meio ambiente a construção de meios e estratégias de preservação que envolva a comunidade e a prefeitura, como exemplo, nessa direção citam que se deveriam disponibilizar mais carros de lixo, percebe-se que esse problema também é de governo e de lei, estas opiniões resumem 59% deles (**Tabela VIII.C68**).

Em fim, a síntese referente às **demandas e sugestões das comunidades dos Povos do Mar para o desenvolvimento do turismo comunitário** de modo geral observou-se os seguintes posicionamentos dos entrevistados:

- a) 63% teve contato com turistas (**Gráfico VIII.B1**);
- b) 38% informa que sua atividade profissional não tem relação com o turismo (**Tabela VIII.B2**);
- c) Dos entrevistados 51% participam de grupo de turismo comunitário (**Tabela VIII.B5.1**);
- d) 24% tem muito boa relação com o turista e 48% tem boa relação (**Tabela VIII.C28**). Como motivo desse procedimento foi informado que atender bem o turista faz parte da divulgação do trabalho e que há curiosidade cultural de ambas as partes (**Tabela VIII.C28.1**);
- e) A vinda do turista para cá é vista como muito boa para 16% e boa para 58% dos entrevistados (**Tabela VIII.C29**);
- f) Dos 80% citados sobre as sugestões para o Sesc melhorar a qualidade do turismo no município foi informada como demanda de destaque 27% dos entrevistados a difusão de práticas de turismo sustentável e consciente (**Tabela VIII.C62**).

Obs.: Estas tabelas mencionadas estão colocadas nos apêndices exceto a do **Gráfico VIII.B1**.

### VIII.8.3 RESULTADO DA PESQUISA DADOS POR CATEGORIAS DAS RENDEIRAS, DOS PESCADORES, DOS ÍNDIOS E QUILOMBOLAS

#### VIII.8.3.1 Dados das categorias das rendeiras, dos pescadores, dos índios e quilombolas

Este item tem por intuito também atender aos objetivos desse desenho, mas primeiro se dar pela organização dos dados quantitativos numa perspectiva específica de identidade e singularidade de cada grupo ou categoria referente a sua dificuldade de vida, a sua visão acerca do turismo e o significado de cada um e nas Redes Sociais no “Evento Povos do Mar” por meio dos quadros e gráficos estatísticos (**Quadro VIII.C69**):

| <b>Tabelas</b> | <b>Rendeiras</b>  | <b>Pescadores</b>                                     | <b>Índios e Quilombolas</b>                            |
|----------------|---|---|--|
| <b>VIII.A1</b> | 96% do gênero feminino.                                     | 70% do gênero masculino.                              | 56% do gênero masculino.                               |
| <b>VIII.A2</b> | 63% na faixa acima de 55 anos. Destas 33% acima de 65 anos. | 25% na faixa 55 a menos de 65 anos.                   | 31% na faixa 25 a menos de 35 anos.                    |
| <b>VIII.A3</b> | 26% dos sujeitos residem em Caucaia.                        | 30% dos sujeitos residem em Caucaia.                  | 56% dos sujeitos residem em Caucaia.                   |
| <b>VIII.A</b>  | 22% reconhecem-se ou como índios ou como quilombolas.       | 23% reconhecem-se ou como índios ou como quilombolas. | 100% reconhecem-se ou como índios ou como quilombolas. |
| <b>VIII.A6</b> | 44% têm de sete a mais filhos                               | 34% não têm filhos.                                   | 50% não têm filhos.                                    |
| <b>VIII.A7</b> | 81% ganham de um a menos de três salários mínimos.          | 71% ganham de um a menos de três salários mínimos.    | 69% ganham de um a menos de três salários mínimos.     |

**Quadro VIII.C69:** Perfil por categorias

Fonte: Dados primários.

Obs. Estas tabelas estão colocadas nos Apêndices.

#### VIII.8.3.2 Dados relacionados às questões e objetivos deste desenho por categorias das rendeiras, dos pescadores, dos índios e quilombolas

Com os dados por categorias e continuando essa questão e objetivo desse desenho fica muito claro a vulnerabilidade dos grupos étnico-profissionais já constatadas no perfil geral, porém analisando as suas singularidades por categorias percebe-se que o grupo das rendeiras está em uma situação de risco vulnerável ainda maior do que os demais por ser quase 100% do gênero feminino e no Brasil. Ainda, a mulher sofre preconceito profissional com referência ao salário, sobretudo, quando este é comparado ao do homem. É sabido que geralmente, ainda na contemporaneidade, o ganho da mulher é menor do que o do homem. Por isso talvez se observe que igualmente há mais rendeiras ganhando um baixo salário mínimo e tendo este em sua maioria de dividir com sete ou mais filhos do que os demais grupos que a predominância é de homens.

Vale ressaltar como forma de esclarecimento dessa vulnerabilidade e risco social que a velhice traz, a Lei nº 10.741/03 (2003), em seu Art.3º reconhecendo esta etapa da vida humana dispõe que

é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Outro ponto de destaque diante do perfil por categoria é observar a transparência no resultado que tanto os pescadores quanto os índios ou quilombolas se reconhecem mais como identidade nativa e esta coincide ou reforça o valor dessa herança histórica brasileira do que mesmo as rendeiras que é um artesanato proveniente em sua maioria da Europa. No entanto, é claro que este não menos importante como potencial e produto para o desenvolvimento do turismo de base comunitária.

Interessante observar ainda que Caucaia é um município que predomina mais entre as categorias ou os grupos. Todavia, no perfil geral este município divide a sua preferência e potencialidade com o Trairi que provavelmente seja este município um “produto turístico”<sup>101</sup> que credencia a região e por isso potencialize também ser procurado pelos turistas.

Chama atenção, além disso, o grupo dos índios e quilombolas por possuir os representantes mais jovens entre os três, todavia, torna-se preocupante para a preservação da cultura quando se liga que a metade deles não têm filhos apesar de que eles estão na faixa considerada a melhor para tal.

---

<sup>101</sup> Produto turístico “é formado pelos mesmos bens e serviços que fazem parte da oferta”. E este “é a quantidade de mercadoria ou serviço que entra no mercado consumidor a um preço dado e por um período determinado” (Boullón, 2002, pp. 42-46).

| <b>Tabelas</b>   | <b>Rendeiras</b>   | <b>Pescadores</b>  | <b>Índios e Quilombolas</b>  |
|------------------|--|--|--|
| <b>VIII.B1</b>   | <b>33%</b> nunca teve contato com turistas.  | <b>39%</b> nunca teve contato com turistas.  | <b>38%</b> nunca teve contato com turistas.  |
| <b>VIII.B2</b>   | <b>22%</b> informa que sua atividade profissional não tem relação com o turismo.   | <b>48%</b> informa que sua atividade profissional não tem relação com o turismo.   | <b>75%</b> informa que sua atividade profissional não tem relação com o turismo.   |
| <b>VIII.B5.1</b> | <b>52%</b> participam em grupo de turismo comunitário.   | <b>50%</b> participam em grupo de turismo comunitário.   | <b>56%</b> participam em grupo de turismo comunitário.   |
| <b>VIII.C28</b>  | <b>37%</b> têm muito boa relação com o turista e <b>44%</b> têm boa relação com os turistas.   | <b>16%</b> têm muito boa relação com o turista e <b>50%</b> têm boa relação com os turistas.   | <b>31%</b> têm muito boa relação com o turista e <b>50%</b> têm boa relação com os turistas.   |
| <b>VIII.C29</b>  | <b>26%</b> a vinda do turista para é vista como muito boa e <b>63%</b> como boa.   | <b>9%</b> a vinda do turista para é vista como muito boa e <b>55%</b> como boa.  | <b>0%</b> a vinda do turista para é vista como muito boa e <b>81%</b> como boa.  |
| <b>VIII.C62</b>  | <b>74%</b> citaram sugestões para o Sesc melhorar a qualidade do turismo no município que teve como demanda destacada entre elas <b>26%</b> para a difusão de práticas de turismo e conscientização. | <b>71%</b> citaram sugestões para o Sesc melhorar a qualidade do turismo no município que teve como demanda destacada entre elas <b>27%</b> para a difusão de práticas de turismo e conscientização. | <b>87%</b> citaram sugestões para o Sesc melhorar a qualidade do turismo no município que teve como demanda destacada entre elas <b>25%</b> para a difusão de práticas de turismo e conscientização. Seguindo ainda com <b>19%</b> a divulgação da cultura dos grupos; <b>13%</b> para a contribuição da qualificação deles e <b>13%</b> para o desenvolvimento de mais atividades voltadas ao turismo entre outras. |

**Quadro VIII.C70:** Dados relacionados ao turismo. Fonte: Dados primários.  
Obs. Estas tabelas estão colocadas nos Apêndices.

Ao analisar as suas singularidades das categorias ou dos grupos, torna-se bem mais transparentes as suas dificuldades, problemas e até mesmo contradições. Assim, percebe-se, por exemplo, que no geral, **26%** (**Gráfico VIII.B1**) nunca teve contato com o turista, contudo, por categoria essa média nos grupos passam para **37%** (**Quadro VIII.C70**).

Revela a contradição da percepção de **75%** (**VIII.B2**) dos índios e quilombolas não se verem como atividade turística. Porque, talvez, estes sejam os melhores representantes da cultura brasileira por serem os primeiros nativos do Brasil. Torna-se mais preocupante quando se liga aos **56%** (**VIII.B5.1**) que participam em grupos de turismo comunitário já que passam, assim, a impressão de que existem muitos deles que estão envolvidos no turismo e não acreditam no que estão fazendo (**Quadro VIII.C70**).

Mostra-se mais firmemente que há o aspecto positivo em relação aos índios e quilombolas com os turistas tanto nessa relação já existente como abertura hoje para a chegada de mais turistas. **81%** (**VIII.C29**) considera boa essa possibilidade que antes era uma média de **74%** (**VIII.C29**), isto se somar a boa mais a muito boa. Como também, no reconhecimento e por eles acreditarem no Sesc na melhoria da qualidade por meio da difusão de suas práticas (**Quadro VIII.C70**).

| <b>Tabelas</b> | <b>Rendeiras</b>   | <b>Pescadores</b>  | <b>Índios e Quilombolas</b>  |
|----------------|--|--|--|
| <b>VIII.C1</b> | <b>22%</b> artesões como suas atividades de sustento antes de participar em algum grupo social.                                      | <b>41%</b> pescadores tendo como atividades de sustento antes de participar em algum grupo social.   | <b>25%</b> não souberam responder sobre as atividades de sustento que se tinham;<br><b>19%</b> consideravam agricultura e ser pescador;<br><b>13%</b> consideravam só ser pescador;<br><b>13%</b> consideravam o artesanato com a agricultura. |
| <b>VIII.C3</b> | <b>59%</b> trabalhavam por conta própria com os suas famílias.   | <b>47%</b> não souberam responder que tipo de sócio tinha antes;<br><b>43%</b> trabalhavam por conta própria com os suas famílias.   | <b>63%</b> trabalhavam por conta própria com os suas famílias.   |
| <b>VIII.C4</b> | <b>26%</b> tinham como problema que enfrentavam antes a dificuldade financeira devido ao pouco ganho da família para o seu sustento. | <b>27%</b> não souberam responder segundo que problema enfrentava antes da integração;<br><b>18%</b> tinham como problema que enfrentavam antes a dificuldade financeira devido ao pouco ganho da família para o seu sustento. | <b>25%</b> tinham como problema que enfrentavam antes a questão da terra, o problema com os latifundiários e os políticos;<br><b>19%</b> não souberam responder segundo que problema enfrentava antes da integração.                           |
| <b>VIII.C5</b> | <b>41%</b> tinham como motivação a família.  | <b>27%</b> não souberam responder sobre a motivação para trabalhar;<br><b>25%</b> tinham como motivação a família;<br><b>23%</b> por gostar do que faz.  | <b>38%</b> tinham como motivação a família.  |

(continua)

**Quadro VIII.C71:** Antes da integração em algum grupo social

| <b>Tabelas</b>  | <b>Rendeiras</b>  | <b>Pescadores</b>   | <b>Índios e Quilombolas</b>  |
|-----------------|---|---|--|
| <b>VIII.C7</b>  | <b>22%</b> buscaram alternativas de trabalho na falta de clientes para comprar os seus produtos.              | <b>18%</b> buscaram alternativas de trabalho na falta de clientes para comprar os seus produtos;<br><b>16%</b> faziam escambo <sup>102</sup> ;<br><b>14%</b> diziam que nunca faltou cliente para eles. | <b>31%</b> faziam escambo;<br><b>31%</b> não sabiam responder sobre o seu procedimento na falta de clientes para comprar os seus produtos. |
| <b>VIII.C8</b>  | <b>30%</b> a forma de valorizar o seu saber/ ofício/ identidade era passando o ofício para as novas gerações. | <b>27%</b> não souberam responder como valorizavam o seu saber / ofício / identidade;<br><b>23%</b> respondeu que a forma é com força de vontade, amor e acreditando no que faz.                        | <b>25%</b> não souberam responder como valorizavam o seu saber / ofício / identidade.  |
| <b>VIII.C10</b> | <b>67%</b> não pensavam em mudar de atividade por causa de algum problema.                                    | <b>41%</b> não pensavam em mudar de atividade por causa de algum problema.  | <b>56%</b> não pensavam em mudar de atividade por causa de algum problema.   |

(conclusão)

**Quadro VIII.C71:** Antes da integração em algum grupo social

Fonte: Dados primários. Obs. Estas tabelas estão colocadas nos Apêndices.

| <b>Tabelas</b>  | <b>Rendeiras</b>  | <b>Pescadores</b>  | <b>Índios e Quilombolas</b>   |
|-----------------|---|--|---|
| <b>VIII.C13</b> | <b>70%</b> garantem o seu sustento só com a sua atividade de rendeira;<br><b>26%</b> garantem com sua atividade de rendeira e mais outra. | <b>66%</b> garantem o seu sustento com sua atividade de pescador e outra.  | <b>31%</b> garantem o seu sustento com o artesão e agricultura.   |
| <b>VIII.C15</b> | <b>59%</b> continuam trabalhando com suas famílias.   | <b>57%</b> continuam trabalhando com suas famílias.  | <b>63%</b> continuam trabalhando com suas famílias.   |
| <b>VIII.C20</b> | <b>26%</b> têm como principal problema hoje a comercialização (a falta de compradores, os atravessadores, etc).                           | <b>16%</b> enfrentam outros problemas;<br><b>14%</b> o custo de vida como problema;<br><b>11%</b> têm como principal problema hoje a comercialização (a falta de compradores, os atravessadores, etc). | <b>19%</b> a falta da demarcação das terras;<br><b>19%</b> não soube responder sobre os principais problemas que eles enfrentavam;<br><b>13%</b> a desvalorização da profissão e a falta de incentivo por parte dos governantes, entre outros.  |
| <b>VIII.C19</b> | <b>37%</b> têm como atual motivação para trabalhar a vontade de viver do ofício pelo gostar de fazer.                                     | <b>52%</b> têm como atual motivação para trabalhar a vontade de viver do ofício pelo gostar de fazer   | <b>25%</b> têm como atual motivação para trabalhar a vontade de viver do ofício pelo gostar de fazer;<br><b>25%</b> têm como atual motivação para trabalhar a responsabilidade cultural não deixar acabar o que os antigos nos ensinaram;<br><b>19%</b> não souberam responder sobre a sua atual motivação para trabalhar neste ofício. |

(continua)

**Quadro VIII.C72:** Depois da integração em algum grupo social ou situação hoje

| <b>Tabela</b>   | <b>Rendeiras</b>  | <b>Pescadores</b>  | <b>Índios e Quilombolas</b>   |
|-----------------|---|--|---|
| <b>VIII.C22</b> | <b>37%</b> fazem divulgação com vizinhos, amigos, turista e etc. dos produtos na falta de clientes.   | <b>23%</b> deixam no estoque ou fazem uso próprio quando faltam clientes;<br><b>23%</b> afirmaram que não faltam clientes para eles. | <b>25%</b> fazem uso próprio dos produtos na falta de clientes;<br><b>19%</b> não souberam responder como fazem na falta de clientes;<br><b>13%</b> deixam no estoque;<br><b>13%</b> vendem em outras localidades entre outras ações quando faltam de clientes. |
| <b>VIII.C23</b> | <b>30%</b> deles repassam a cultura e valorizam o saber;<br><b>33%</b> agregam valor nas artes e ofícios como forma de valorizarem o seu saber. | <b>30%</b> deles repassam a cultura e valorizam o saber;   | <b>50%</b> deles repassam a cultura e valorizam o saber;  |
| <b>VIII.C24</b> | <b>82%</b> não pensam em mudar de atividade.  | <b>66%</b> não pensam em mudar de atividade.   | <b>81%</b> não pensam em mudar de atividade.  |

(conclusão)

**Quadro VIII.C72:** Depois da integração em algum grupo social ou situação hoje Fonte: Dados primários.

Obs. Estas tabelas estão colocadas nos Apêndices.

Comparando esses dois últimos quadros (**VIII.C71** e **VIII.C72**), e neles os grupos entre si e os tendo como embasamento a experiência de vida de cada um antes e depois da integração em algum grupo social deu, então, para ressaltar alguns pontos interessantes como, por exemplo, que no geral houve uma evolução positiva para as categorias com referência a atividade de sustento depois da participação deles. E fica o destaque para o grupo das rendeiras que antes **44%** (**VIII.C1**) viviam ou só do artesanato ou só da atividade de rendeira para depois da integração **96%** (**VIII.C13**) passaram a ter a atividade de rendeira ou só com a atividade de rendeira ou esta com mais outra completando para o seu sustento.

Notou-se também que tanto antes (**Quadro VIII.C71**) como depois (**Quadro VIII.C72**) a maioria só trabalhava com a família, todavia, o realce para os pescadores que antes **47%** (**VIII.C3**) não sabiam nem responder como trabalhavam para depois da participação clarear e saber dizer que **57%** (**VIII.C15**) trabalhavam com a família. Leva-se a crer com isso que esta prática de participação e discussão está na direção do desenvolvimento das comunidades.

Vale ressaltar que nem antes (**Quadro VIII.C71**) e nem depois (**Quadro VIII.C72**) a maioria não pensava em mudar de atividade quando surgia algum tipo de problemas. E com a participação aumentou, talvez, a certeza em continuar em suas respectivas atividades de sustento, pois, assim evoluiu: rendeiras de **67%** (**VIII.C10**) para **82%** (**VIII.C24**); pescadores de **41%** (**VIII.C10**) para **66%** (**VIII C24**) e os índios e quilombolas de **56%** (**VIII.C10**) para **81%** (**VIII C24**)

E rematando essa análise desse dois quadros organizados pelo antes (**Quadro VIII.C71**) e depois (**Quadro VIII.C72**) da participação em grupo ajudou ainda no crescimento e fortalecimento das categorias, destaque para o grupo dos índios que antes **25%** (**VIII.C8**) não sabiam nem responder sobre a forma de valorizá-los para **50%** (**VIII.C23**) passar a afirmar que é por meio do repasse da cultura e da valorização do saber deles que irá valorizá-los.



**PARTE V**  
**CONSIDERAÇÕES FINAIS**



## **CAPÍTULO IX – PROVOCAÇÕES, SUGESTÕES NA PERSPECTIVA CIENTÍFICA E PROPOSTA DE ITINERÁRIO DE VALORIZAÇÃO AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**

Esta investigação analisa uma experiência social do SESC-CE, desenvolvido na localidade de Iparana, Caucaia, junto à sua Unidade Hoteleira e Ecológica SESC Iparana, onde realiza turismo social para comerciários de baixa renda, que tem como objetivo favorecer o desenvolvimento do turismo de base comunitária, no entorno da referida Colônia, a partir do fomento cultural propiciado pelo evento Povos do Mar, que reúne representantes de comunidades de pescadores, rendeiras (além de outros artesãos) e etnias indígenas de diversas localidades litorâneas do Estado do Ceará, Brasil.

Para tanto, estabeleceu parâmetros teóricos e metodológicos norteadores, cujas reflexões foram fios condutores para a interpretação do significado desse experimento educativo voltado para a criação de condições favoráveis ao turismo de bases comunitárias, por comunidades que o vivenciam e compõem o entorno da citada Colônia Ecológica e do litoral cearense.

Vale ressaltar que a escolha do tema em estudo decorreu do nosso envolvimento, há mais de 20 anos, em atividades do SESC, voltadas à inclusão de um dado segmento populacional, pela via do turismo social. No interior dessa ação foi sentida a necessidade de uma maior fundamentação para o planejamento dessas práticas, pela via de uma investigação científica, recorrendo a fontes diversas, que envolveram um levantamento bibliográfico, corpo de documentos (leis, estatutos, diretrizes de base) e uma produção etnográfica de dados empíricos.

A pesquisa realizada não se limitou a uma análise política ou filosófica do que é o SESC e dos seus trabalhos de cunho social e assistencial, pois pretendeu esclarecer como essa instituição se vê e é vista, como agente social, educacional e geradora de capacitação e potencialidades para segmentos mais necessitados da sociedade.

Chegado o momento da apresentação de resultados da pesquisa e do seu fechamento, trata-se aqui de oferecer indicações de respostas para algumas indagações, em especial, quanto à possibilidade de fomento à organização de uma rede turística, que promova o desenvolvimento sustentável dos recursos naturais, culturais e comunitários no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana.

Importa saber, sobretudo, qual tem sido a contribuição do SESC, enquanto agente educativo capaz de levar as comunidades a perceber suas potencialidades, em relação ao

desenvolvimento sustentável do Turismo de Base Comunitária na região e a se organizar, nesse sentido, oferecendo produtos e serviços turísticos, que credenciam a região em pauta, como um roteiro turístico diferenciado, de caráter mais social do que competitivo, no mercado turístico.

Lembra-se de que o objetivo geral desta pesquisa consistiu em avaliar as práticas de fomento ao turismo de bases comunitárias desenvolvidas pelo SESC-CE, junto às comunidades do entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana/Caucaia, através da aplicação de um inquérito, junto a três sujeitos importantes dessa localidade, qual seja: pescadores e marisqueiras, rendeiras e índios Tapeba.

Conforme foi apresentado no tópico anterior, segundo os resultados obtidos, a partir de uma sondagem junto a essas comunidades, foram identificados alguns efeitos da ação educativa do SESC-CE, ali constituída, bem como algumas demandas comunitárias, com vistas a reforçar o potencial de inserção socioeconômica das populações locais, nas atividades relacionadas ao turismo, que podem ser assim agrupadas:

- a) O turismo praticado no entorno da Colônia SESC Iparana, e mesmo no litoral cearense, não visa, de modo geral, o desenvolvimento das comunidades, nem a preservação de seus ecossistemas;
- b) Há necessidade de projetos de educação ambiental e cultural, no interior das ações de turismo social já praticadas pelo SESC-CE, em busca de incentivar os clientes do turismo social desenvolvido pelo SESC Iparana – que chegam, regularmente, a essa região – a uma valorização do turismo comunitário;
- c) Promoção de ações de preparação técnica internas, do corpo de funcionários do SESC Iparana, para o turismo de base sustentável e comunitária, priorizando o enriquecimento cultural, a educação, a melhoria das relações interpessoais, o desenvolvimento integral da saúde, dentre outras oportunidades;
- d) Com relação às comunidades do entorno, encontra evidências empíricas de que o turismo de base comunitária, a ser protagonizado pelos nativos das comunidades de Iparana e Pacheco, em contato com outras comunidades do litoral cearense – por meio de ações comunitárias sistemáticas e da organização anual do evento “Povos do Mar” – parece abrir uma possibilidade de resgate de tradições culturais, bem como de inclusão social, pois tal iniciativa tem contribuído para suscitar, nas comunidades locais, demandas de capacitação e fomento do turismo.

Ao ler os relatos e classificar os resultados obtidos com o inquérito, percebe-se que os sujeitos principais desta investigação apresentam necessidades diferentes, com relação ao fomento ao turismo comunitário, com base em suas capacidades artesanais e possibilidades de oferta de produtos capazes de atrair o interesse de turistas por suas localidades.

As rendeiras entrevistadas afirmaram que necessitam de um local para expor o produto do seu trabalho, quer ser nas suas comunidades ou na capital, Fortaleza, bem como nas unidades do próprio SESC-CE.

Já os pescadores disseram que têm necessidade de ter as suas embarcações próprias, sabendo que a mais simples delas tem um custo de 20 mil reais, quantia impossível para um pescador artesanal. Os que possuem embarcações o conseguiram por herança que lhes deixou o avô, pai, ou seja, a família. Segundo depoimentos orais colhidos em visitas e reuniões que o SESC Iparana realiza, mensalmente, os pescadores afirmam que, além do material ser caro, existem poucos artesãos capazes de fazer uma embarcação; e que poucos desenvolvem essa habilidade técnica. Para a construção de embarcações, sem a ajuda de financiamento governamental, que não existe ainda no Ceará, os pescadores pensam que poderiam se reunir em grupos de 4 a 5 pescadores com tal habilidade, para a construção de barcos em regime de mutirão. Sendo que para fazer cada barco eles precisam dispor entre 6 a 8 meses. Ao final de quatro anos, cada um dos integrantes do grupo teria o seu próprio barco. Segundo eles, no entanto, a maior dificuldade para desenvolver esse modelo de mutirão é que eles não têm como se sustentar enquanto constroem os barcos, pois necessitam da atividade pesqueira para obter meios de sustento seu e de suas famílias. Por essa razão, eles precisariam justamente da ajuda financeira do governo, para que pudessem ter as suas embarcações próprias e não precisassem arrendar barcos, ou se submeter a trabalhar em embarcações de empresários.

Este raciocínio, eles aplicam também em relação à construção de suas moradias próprias. Isto significa que os pescadores artesanais não conseguem auferir renda para além de sua subsistência; em outras palavras, o que ganham da pesca não gera sobras capazes de constituir uma pequena poupança que lhes favoreçam compra de embarcações e-ou moradas próprias. Igualmente, dependem do pagamento de arrendamento de embarcações de terceiros, assim como de casas para a sua morada e de suas famílias.

Os pescadores mencionam ainda a necessidade de compra de equipamentos para congelamento do pescado, matéria altamente perecível, pois tais geladeiras têm um custo muito alto, que não conseguem pagar. Também neste aspecto, os pescadores necessitariam

de financiamento governamental e-ou de criação e fortalecimento de suas associações em regime de cooperativa.

Evidentemente, tais iniciativas não interessam aos empresários do ramo da pesca, porque como atravessadores, eles teriam seus ganhos ameaçados, principalmente, quanto à pesca nobre, representada pelo camarão e a lagosta, que são produtos de exportação, altamente valorizados e rentáveis, no mercado interno e no exterior.

As marisqueiras, como já mencionamos no capítulo anterior, sofrem de problemas bem parecidos aos que são levantados pelos pescadores de alto mar, até porque, em geral, elas desenvolvem uma atividade complementar aos seus maridos, quando estes, na entressafra, quando estão impedidos de irem ao mar, elas vão catar mariscos e algas nas zonas de mangue e de orla marítima, para com isso auxiliar no sustento da família, enquanto os pescadores estão inativos e procuram, por sua vez, outras atividades como a construção civil, trabalho em bares e restaurantes, como garçons.

Com relação aos Tapeba, os desafios que enfrentam estão relacionados à luta e regularização da ocupação da terra. Outra frente é a luta pela preservação do meio ambiente, porque eles são conscientes de que a sobrevivência deles e de suas famílias provêm da natureza, da mata, da água, da fauna, etc. São agricultores, coletores e pescadores em lagoas que existem dentro de sua reserva.

Olhando as dificuldades de vida e de trabalho apontadas por esses três sujeitos vê-se claramente o quanto são eles frágeis e vulnerável de proteção de direitos e incentivo às suas potencialidades. Para que se tenha uma ideia, os Tapeba, que lutavam pelo direito à terra há várias décadas, somente neste ano de 2015, o Governo do Estado do Ceará lhe deu a posse legal requerida da terra onde estão organizados em comunidade.

Pelo relato dos pescadores e marisqueiros, das rendeiras vê-se que essas comunidades são lugares de grande desafio social diante das dificuldades que listam para que desenvolvam suas atividades e vivam com autonomia e dignidade. Com relação ao SESC e sua atuação no entorno de Iparana, bem como no evento Povos do Mar fica a impressão nítida de que a sua ação tem grande valia e se apresenta como meio de valorização cultural dessas comunidades para que encontrem formas de sobrevivência econômica, familiar e de suas próprias tradições culturais.

Sobre o turismo comunitário ficou também visível que se trata de uma possibilidade bem vista pelos sujeitos da pesquisa, embora ainda quase inexistente, pois entendem que através dele os produtos do seu trabalho artesanal poderiam ter um mercado regular e

reconhecido o valor cultural dos mesmos. Todo o turismo de base comunitária no Ceará ainda é muito rudimentar e está limitado às iniciativas da Rede TUCUM (sobre essa ONG trata-se no quinto capítulo), que atua em algumas localidades do litoral e incluem inclusive os índios Tapeba da Caucaia.

Percebe-se na análise dos inquéritos que o evento Povos do Mar, como estratégia de fomento ao turismo de bases comunitárias se mostra como acertada e positiva, dado que as avaliações dos entrevistados, conforme consta nos capítulos 6, 7 e 8, indicam isso, claramente. Para o conjunto de sujeitos entrevistados, o referido evento favorece a abertura de canais para o estabelecimento de relações de intercâmbio de saberes entre as comunidades diversas do litoral cearense, incluindo aquelas com proximidade física, mas que não se relacionavam antes por desconhecimentos mútuo de suas capacidades e potencialidades culturais. Falam, sobretudo, do quanto o Povos do Mar incentiva a valorização, preservação de suas culturas tradicionais.

Para a continuidade delas ou de sua preservação, pedem ao SESC o desenvolvimento continuado, tanto do evento aqui tratado, quanto das ações educativas de ação comunitária praticadas o ano todo, no entorno de sua unidade de Iparana. Revelam esperança na oferta de oportunidades aos jovens, de cursos e oficinas permanentes, de conhecimentos novos no campo da informática e do turismo; bem como de valorização do seu artesanato e identidade cultural, por meio de um maior visibilidade e divulgação de suas localidades e saberes. São unânimes em reconhecer a importância das trocas culturais entre comunidades do litoral cearense, favorecidas pelo evento Povos do Mar, ao qual sugerem aspectos capazes de aprimoramento, jamais negando a sua importância como ação social de fomento ao turismo comunitário.

As sugestões dadas para tal aprimoramento envolvem várias ações importantes, como cursos de capacitação e oficinas (principalmente para os jovens, grande preocupação dos nossos entrevistados), canais de divulgação de suas localidades e tradições culturais, apresentar tais localidades a visitas de turistas (que o SESC já recebe em sua Unidade de Iparana o ano inteiro, em forma de turismo social de comerciários); disseram também ser favorável a abertura de pousadas e-ou hospedagem nas próprias casas da comunidade, para que possa haver um maior convívio entre turistas e moradores dessas localidades. Falam ainda da necessidade de ampliação de oferta de serviços ao turista como passeios de barco e de jangada de modo mais organizado que lhes garantam uma renda mais regular.

As impressões colhidas na edição de 2015 do evento Povos do Mar confirmam a avaliação positiva que colhemos nas entrevistas realizadas no ano de 2014. Pois pode-se

conversar e ouvir avaliações favoráveis dos participantes, sabendo que a pesquisa já teve um resultado que influenciou o SESC a aprimorar o referido evento. Da mesma forma, o conjunto de resultados que se tem aqui reunidos vai favorecer as ações que o SESC-CE pretende continuar a desenvolver nos próximos anos.

Vale ressaltar que com base nos resultados desse estudo já se abriu de imediato a possibilidade de novos roteiros turísticos com foco a itinerários turísticos diferenciado na direção de ação comunitária e consequente ampliação, a exemplo, a rede Tucum com o Turismo Social do SESC Ceará. Sobre orientação desse estudo foram realizadas visitas a comunidade de Tremembé e assim, inserido itinerário para essas comunidades em 2015. Inclusive estes materiais que já estão sendo executado pelo Setor de Turismo Social do SESC Ceará estão aqui nos **Apêndice B** e **Apêndice C** por terem sido discutido e construído com a pesquisadora. Outros estão ainda em forma de orientações e proposta para serem executados a partir de 2016, pelo setor responsável do SESC Ceará no **Apêndice D**. Fica registrada ainda sugestão de que nos preparos dos futuros roteiros sejam realizados a partir da soma das visões de uma equipe multidisciplinar, principalmente, prevendo técnicos representantes das áreas do Turismo Social e Ação Comunitária nas visitas para proposta de itinerários ao Turismo de Base Comunitária.

Por fim, a iniciativa pode vir a colaborar para que a economia local se diversifique ao abrir caminho a uma crescente valorização da cultura da localidade, permanência dos nativos em seus territórios e, ao mesmo tempo, fortalecimento crescente dos contatos com novas localidades para a formação de redes intercomunitárias, podendo assim, estabelecer trocas de saberes com outras comunidades do litoral cearense, que já desenvolvem projetos similares e venham favorecer, em futuro próximo, o surgimento de novas práticas de turismo comunitário em outras localidades.



IX.9.1 PROPOSTA ITINERÁRIO DE VALORIZAÇÃO AO TURISMO DE BASE  
COMUNITÁRIA

**SESC**

**SERVIÇO SOCIAL DO  
COMÉRCIO TURISMO SOCIAL  
AÇÃO COMUNITÁRIA**

**TURISMO SUSTENTÁVEL DE BASES  
COMUNITÁRIAS COMERCÍARIOS EM AÇÃO**



**FORTALEZA –  
CEARÁ 2015**



## SUMÁRIO

|            |                          |
|------------|--------------------------|
| <b>1</b>   | <b>APRESENTAÇÃO.....</b> |
| <b>2</b>   | <b>OBJETIVOS.....</b>    |
| <b>2.1</b> | <b>Geral.....</b>        |
| <b>2.2</b> | <b>Específicos.....</b>  |
| <b>3</b>   | <b>METODOLOGIA.....</b>  |
| <b>4</b>   | <b>INVESTIMENTO.....</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS.....</b>  |



## 1 APRESENTAÇÃO

O Turismo Social do SESC é compreendido como um conjunto de “ações desenvolvidas buscando incentivar a descoberta de valores regionais, estimulando o turismo de curta distancia, priorizando os roteiros que conciliem turismo e cultura” (SESC DR Ceará, 2009, p. 17); sendo uma atividade que apresenta grande possibilidade de desenvolvimento, uma vez que, hoje, no Brasil, são pensadas e efetivadas novas formatações acerca do desenvolvimento do turismo enquanto espaço de ampliação da visão de mundo e de desenvolvimento de novas percepções acerca da realidade social. Nessa perspectiva o Projeto SESC “Comerciários em Ação” desenvolvida pela Ação Comunitária do SESC Iparana compreende conforme prevê o Programa de Trabalho SESC Ceará que afirma o:

atender a categoria comerciária de baixa renda, discutindo as relações comunicativas e sociais do comércio na perspectiva das atividades desenvolvidas pelo Programa Assistência [do SESC Ceará], discutindo formas de aprimoramento do lazer, educação e cultura, através de vivências e programações do SESC Fortaleza, facilitando o acesso dos mesmos por meio de informações acerca da programação (SESC DR Ceará, 2010, p. 100).

Dentro desse contexto acredita-se que a organização de ações conjuntas aproximando os campos do Turismo Social e a Ação Comunitária no SESC pode desenvolver novas formas de atuação social. Pensando, assim, um turismo de aproximação e de encontro a outras realidades são suportes para o reconhecimento de diferentes formas de convívio, além da possibilidade da construção de roteiros turísticos associados ao desenvolvimento de grupos e territórios culturais, étnicos, familiares e/ou comunitários.

O Projeto SESC Comerciários em Ação é um alicerce ideal para ponderar com o turismo social uma nova forma de organização turística subsidiada pelo SESC e ao mesmo tempo engajada com o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades por meio da organização de atividades de educação socioambiental. Lembra-se com isso de que atualmente se percebe o turismo de base comunitária como sendo:

toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação de serviços turísticos (Maldonato, 2009, p. 31).

Portanto, o Turismo nessa contemporaneidade começa a ser um setor que organiza

uma diversa cadeia produtiva onde os serviços e produtos abrangem diversas classes sociais; estas por sua vez são ofertadas a elas e consumidas por elas esses serviços e produtos. De tal modo que são percursos construídos a partir dos interesses e da localização de roteiros em que comunidades receptoras assumem o papel de protagonistas na oferta desses serviços e produtos turísticos, e ainda, de construção de práticas que reverberam dinâmicas, formas e processos que provocam o surgimento de uma nova formatação de infraestrutura Turística comprometida com a sustentabilidade social e ambiental.

Nesse sentido, Boullón (2004, p. 14) complementa com a perspectiva do método com o enfoque holístico para melhor “compreender a realidade encontrada antecedentes na ecologia, ramo da biologia encarregado de estudar a estrutura e a função da natureza” para enfrentar a problemática complexa que ligam ao sistema turístico e recreativo. E, assim, dificultam a utilização do tempo livre nos múltiplos equipamentos culturais e na qualidade de vida das pessoas.

Por fim, estruturar destinos e diversificar a oferta de novos roteiros pensando no desenvolvimento comunitário é uma missão do SESC e configura uma intercessão programática entre o Trabalho de Ação Comunitária do SESC Iparana e o Turismo Social. Em que inovadoras formas de organização e convivência de um determinado grupo podem ser alavancadas para o aprendizado acerca da construção de vínculos, de redes de relações, de diálogos interculturais e de compromisso ético político com a comunidade e meio ambiente local.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Geral**

Desenvolver roteiros turísticos de bases comunitárias que proporcionem o aprimoramento da utilidade do tempo livre e do lazer dos comerciários de baixa renda através de vivências culturais e educativas voltadas a integração com grupos familiares, comunitários e/ou étnicos propiciando novas percepções acerca da realidade social para a construção de vínculos e da sustentabilidade socioambiental.

### **2.2 Específicos**

- a) Inserção socioeconômica das populações locais nas atividades relacionadas ao turismo;
- b) Divulgar o artesanato local;
- c) Refletir sobre as formas de turismo praticadas no litoral cearense visando o desenvolvimento das comunidades e a preservação de seus ecossistemas;
- d) Intensificar as ações desenvolvidas de educação ambiental por meio das ações de Turismo Social aos comerciários priorizando os que estimulam a uma consciência crítica em relação às questões ambientais (SESC DR Ceará, 2011);
- e) Atualizar por meio de capacitações os colaboradores do SESC para “o enriquecimento cultural, a educação, a melhoria das relações interpessoais, o desenvolvimento integral da saúde, dentre outras oportunidades” (SESC DR Ceará, 2011, p. 90);
- f) Promover roteiros turísticos para crianças matriculadas na Educar SESC, priorizando aspectos culturais e sociais, sob uma ótica educativa (SESC DR Ceará, 2011, p. 90).





### 3 METODOLOGIA

Serão organizados três roteiros um no litoral leste e dois para no litoral oeste. Esses Percursos compreendem a interação com grupos e deverão ser acompanhados em princípio por um técnico da Ação Comunitária do SESC Iparana e um do Turismo Social. Vale salientar que serão roteiros de um dia de duração e que haverá discussão no ônibus sobre a importância da preservação do ecossistema local / cultura cearense e no final do dia uma avaliação da atividade referente a cada evento vivenciado por esse público alvo que segue em anexo o seu modelo padrão do Turismo Social do SESC Ceará.

**PÚBLICO ALVO:** Crianças, adolescente do Educar SESC, de escolas em geral e interessados.

**1º ROTEIRO – Iguape (Terra das Águas)** – Manhã visita ao Povo Jenipapo-Kanindé (Lagoa do Encantado – sendo opcional banho e o passeio com os pescadores em suas jangadas) com aprendizado de Biojóias e Dança do Toré. Tarde – almoço em restaurante local

– Fruição (momento livre). Final de Tarde - Dança do Coco do Iguape com os pescadores – Retorno.

**Síntese** – Pela manhã vivência sociocultural com a etnia indígena Jenipapo – Canindé onde será realizada a oficina de criação de Biojóias seguida da dança do Toré e após o almoço em restaurante local vivência com os pescadores dançantes de coco do Iguape.

**2º ROTEIRO – Trairi (Terra da Renda)** – Manhã visita a Cooperativa Agruparte de Rendeiras (Associação do Grupo das Produtoras Rurais de Artesanato de Timbaúba) – Casa de Farinha – Visita a cooperativa de Doces. Tarde almoço na Praia do Guajiru em restaurante local – Fruição (Momento Livre). Final de Tarde - Visita a loja de produtos a base de algas – vivência da Tapioca Gigante da Tia Rita – Retorno.

**Síntese** – Visita pela manhã às cooperativas de renda, de doce e a uma casa de farinha tradicional no distrito de Canaã no município do Trairi e após o almoço, visita a loja de produtos a base de algas e casa do artesanato seguida de dinâmica interativa através da Tapioca Gigante da Tia Rita.

**3º ROTEIRO – Índios Tapebas (Caucaia - berço da civilização cearense)** – Manhã passeio de barco pelo Rio Ceará, um resgate a história do Ceará em meio às belezas naturais do local, o rio foi o berço da civilização cearense, o local é desconhecido por muitos, durante o passeio visita-se também a tribo dos Tapebas, tribo nativa que deu origem ao município de Caucaia. Tarde almoço no barco – Fruição (Momento Livre) – depois do

almoço visita ao Terreiro Sagrado do Pau Branco (Apresentação Cultural de um das Escolas Indígenas), Lagoa dos Tapeba (banho livre), e voltando passando pelo Centro de Produção Cultural Tapeba – Retorno.

**Síntese** – Passeio pela manhã de barco no Rio Ceará e após o almoço visita ao Terreiro Sagrado do pau branco (Apresentação Cultural de um das Escolas Indígenas) com opção de banho livre na Lagoa dos Tapeba, e voltando passando pelo Centro de Produção Cultural Tapeba e seguida dinâmica interativa através da discussão sobre a cultura indígena cearense – Retorno.

O pacote inclui:

- a) Micro ônibus (ar condicionado, sistema digital e WC);
- b) Serviço de bordo (ida);
- c) Refeições: 1 (um) café da manhã, 1 (um) almoço;
- d) Seguro viagem;
- e) Guia acompanhante credenciado no MTur.

#### 4 INVESTIMENTO

OBS: Deve-se incluir no orçamento o valor do cachê dos grupos de toré e coco no caso da Rota do Iguape. No caso da Rota do Trairi deve-se conhecer o valor por pessoa da tapioca gigante e da visita com degustação da casa de Farinha e na cooperativa de doces caseiros. O almoço deverá estar incluso no pacote assim como valores referentes aos serviços comunitários.

#### VALORES POR PESSOA:

| Comerciário      | Conveniado       | Usuário          |
|------------------|------------------|------------------|
| A definir em R\$ | A definir em R\$ | A definir em R\$ |

**FORMA DE PAGAMENTO:** Dinheiro ou cartões: Visa (10x), MasterCard e Hipercard (12x), parcela mínima de R\$ 30,00. FUNAC – comerciários, sem registro de inadimplência, poderão financiar em até 12 vezes sem juros.

Observações:

- a) Roteiro sujeito à alteração ou cancelamento caso não atinja o número mínimo de 25 passageiros;
- b) Nosso pacote não inclui: tudo que não esteja expressamente mencionado como incluso na viagem;
- c) O passageiro do Turismo Social do Idoso (TSI) deve apresentar atestado médico constando estar apto a realizar a viagem;
- d) Criança necessariamente acompanhada de seu responsável (adulto). É imprescindível que o responsável legal esteja portando, durante a viagem, a certidão de nascimento da criança, original ou autenticada pelo cartório;
- e) Criança até 2 (dois) anos *free*. O desconto corresponde a 1 (uma) criança por apartamento.



## REFERÊNCIAS

*A jangada e os “jangadeiros”... – Brasil* (2010). Postado em 8 de junho de 2010. Recuperado em 23 agosto, 2015, de <http://caxinas-a-freguesia.blogs.sapo.pt/183860.html>

Agostini, A. (1884). *Revista Illustrada*, 9(376), 1. [Acervo da Biblioteca do Senado Federal (Brasil)]. Recuperado em 9 junho, 2015, de [http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco\\_Jos%C3%A9\\_do\\_Nascimento#/media/File:Francisco\\_Nascimento\\_1884\\_Revista\\_Illustrada\\_376.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Jos%C3%A9_do_Nascimento#/media/File:Francisco_Nascimento_1884_Revista_Illustrada_376.jpg)

Almeida, L. S. de (2003). As ceramistas indígenas do São Francisco. *Revista Estudos Avançados*, 17(49), 256.

Almeida, M., & Ramos, G. (2011). *Rendas de bilros de Vila do Conde: um património a preservar*. Vila do Conde, Porto, PT: M Santos, ADAPVC. (Versão digital). Recuperado em 29 julho, 2015, de <http://www.rendasdebilros.com/documentos/cap2.pdf>

Alves, E. P. M. (2010). Diversidade cultural, patrimônio cultural material e cultura popular: a Unesco e a construção de um universalismo global. *Revista Sociedade e Estado*, 25(3), 539-560. Recuperado em 20 julho, 2016, de <http://www.scielo.br/pdf/se/v25n3/07.pdf>

Anguera, M. (1992). *Metodologia de la observación en las ciencias humanas* (5a ed.). Madrid, ES: Cátedra.

Apoio ao artesanato indígena (2011, abril 16). *Diário do Nordeste*. Recuperado em 17 setembro, 2015, de <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/apoio-ao-artesanato-indigena-1.276693>

Aquino, C. A. B., & Martins, J. C. de O. (2007). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, VII(2), 479-500. Recuperado em 20 julho, 2016, de [http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof.\\_Adalberto\\_Santos/4-ocio\\_lazer\\_e\\_tempo\\_livre\\_na\\_sociedade\\_do\\_consumo\\_e\\_do\\_trabalho\\_22.pdf](http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/dcefs/Prof._Adalberto_Santos/4-ocio_lazer_e_tempo_livre_na_sociedade_do_consumo_e_do_trabalho_22.pdf)

Araújo, A. V., Leitão, A. R. P. da C., Lima, A. I., Batista, C. M. da C., Almeida Neto, E. de; Coutinho, E. M. B., Pereira, F. G., Santos, G. dos; Gavão, I. M. A., Castro, I. C. de; Oliveira,

J. A. R. O., Torres, M. J. G., & Santos, S. C. C. C. dos (2007). *O turismo social como fator de inclusão: o caso do Centro de Turismo e Lazer – CTL Sesc Triunfo*. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.].

Arruda, F. (2004). Tapebas não negociam o seu território. *A Nova Democracia*, III(22). Recuperado em 29 setembro, 2015, de <http://www.anovademocracia.com.br/no-22/722-tapebas-nao-negociam-o-seu-territorio>

Arruti, J. M. A. (1997). A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *MANA*, 3(2), 7-38.

Asesores en Turismo Hotelaría y Recreación, S.A. (2006). *Turismo de natureza: 10 produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo em Portugal*. Lisboa, PT: Turismo de Portugal. Recuperado em 17 dezembro, 2015, de <http://www.turismodeportugal.pt/PORTUGU%C3%8AS/TURISMODEPORTUGAL/PUBLICACOES/Documents/Turismo%20de%20Natureza%202006.pdf> Assunção, P. de (2012). *História do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX: viagens, espaço e cultura* (356 p.). São Paulo, SP: Manole.

Atomizar. (2016). *Dicionário inFormal*. Recuperado em 26 julho, 2015, de <http://www.dicionarioinformal.com.br/atomizar/>

Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa, PT: Edições 70.

Barretto Filho, H. T. (2015). *SIARÁ: a luta pela terra também acontece aqui – Tapeba*. Recuperado em 17 setembro, 2015, de <https://siaraindigena.wordpress.com/tapeba/>

Barretto Filho, H. T. (1998, dezembro). *Tapeba – elementos da história indígena local*. Recuperado em 12 julho, 2015, de <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tapeba/1002>

Barros, B. (2015). *Vestidos Online: Olê mulher rendeira*. Recuperado em 9 agosto, 2015, de <http://vestidodamoda.net/mulher-rendeira>

Barroso, O. (2000). Ceará: uma cultura mestiça. In J. B. Silva. *Atlas Escolar do Ceará*. João Pessoa, PB: Grafser. Recuperado em 17 setembro, 2015, de <http://docplayer.com.br/8342599-C-e-a-r-a-uma-cultura-m-e-s-t-i-c-a.html>

Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (Orgs.) (2009). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro, DF: Letra e Imagem. Recuperado em 22 fevereiro, 2016, de [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/TURISMO\\_DE\\_BASE\\_COMUNITxRIA.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/TURISMO_DE_BASE_COMUNITxRIA.pdf)

Batista, C. P. (2012). *Artesanato e etnicidade: o lugar das coisas na cultura Tapeba*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

Batista, C. P. (2011, agosto 7 a 10). A produção artesanal Tapeba: relações entre construção material e imaterial de um povo. *Anais do XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciência Sociais Diversidades e (Des)igualdades*, Salvador, BA, Brasil. Salvador, BA: UFBA - Universidade Federal da Bahia.

Bedran, B. M. (2010). *Ancestralidade e contemporaneidade das narrativas orais: a arte de cantar e contar histórias*. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Arte, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

Beni, M. C. (2011). *Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira* (3a ed. ampl. e atual.). (Série Turismo). São Paulo, SP: Aleph.

Beni, M. C. (2007). *Análise estrutural do turismo*. (12a ed. rev. e atualiz.). São Paulo, SP: Editora SENAC São Paulo.

Beni, M. C. (1990). Sistema de Turismo – SISTUR: estudo do turismo face à moderna Teoria de Sistemas. *Revista Turismo em Análise*, 1(1), 15-34. Recuperado em 17 dezembro, 2015, de <http://www.revistas.usp.br/rta/article/viewFile/63854/66610>

Beni, M. C. (1988). *Análise estrutural do turismo*. São Paulo, SP: SENAC.

Bielschowsky, R. (2000). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* (Vol. 1 e 2). Rio de Janeiro, DF: Cofecon; São Paulo, SP: Record.

Bispo, A. de A. (2006). Estresse e trabalho: assistentes sociais na mira do Burnout. In M. L.

Rodrigues, & M. M. C. Limena (Orgs.). *Metodologias: multidimensionais em ciências humanas*. Brasília, DF: Líber Livro.

Bittencourt Neto, L. H. (2013). Encontrando o outro: uma breve história mundial das hospedarias In P. C. Boni, & J. de O. Teixeira (Orgs.). *Hotéis históricos do Norte do Paraná*. (Fragmentos da história do Norte do Paraná em textos e imagens). Londrina, PR: Midiograf. 213 p. Recuperado em 4 janeiro, 2016, de <http://www.uel.br/pos/fotografia/wp-content/uploads/Hot%C3%A9is1.pdf>

Blanco, A. (2010, setembro 27). *Reconversão dos empreendimentos turísticos*. Sines, PT: Câmara Municipal de Sines.

Blog do IV Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde (2015). *O local: Colonia Sesc – Iparana*. Recuperado em 13 julho, 2015, de <http://enepsfortaleza.blogspot.com.br/2008/06/o-local-colonia-sesc-iparana.html>

Boullón, R. C., Molina, S., & Wood, M. R. (2004). *Um novo tempo livre: três enfoques teórico-práticos* (M. C. G. Cupertino, Trad.). Bauru, SP: EDUSC.

Boullón, R. C. (2002). *Planejamento do espaço turístico* (J. V. Baptista, Trad.). Bauru, SP: EDUSC.

Braga, M. S. de C. (2013). *Embarcações a vela do litoral do Estado do Ceará: construção, construtores, navegação e aspectos pesqueiros*. Tese de Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Marinhas Tropicais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. Recuperado em 6 outubro, 2015, de <http://www.repositoriobib.ufc.br/00000D/00000D6B.pdf>

Brandão, C. (2007). *Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. São Paulo, SP: Unicamp.

Brandão, V. M. A. T. (2008). *Labirintos da memória: quem sou?* São Paulo, SP: Paulus.

Brasil 247 (2015, agosto 28). *Ceará 247 – Ceará chega a quase 9 milhões de habitantes*.



Recuperado em 18 fevereiro, 2016, de <http://www.brasil247.com/pt/247/ceara247/194686/Cear%C3%A1-chega-a-quase-9-milh%C3%B5es-de-habitantes.htm>

Brasil Escola. (2015, setembro 21). Hoje é comemorado o Dia da Árvore, data que marca o prenúncio da primavera no Brasil. *Tribuna do Sertão*. Recuperado em 7 outubro, 2015, de <http://www.tribunadosertao.com.br/2015/09/hoje-e-comemorado-o-dia-da-arvore-data-que-marca-o-prenuncio-da-primavera-brasil/>

Brasil. Ministério da Justiça e Cidadania. (2015a). *Fundação: Fundação Nacional do Índio – FUNAI*. Brasília, DF: MJ. Recuperado em 24 agosto, 2015, de <http://www.justica.gov.br/Acesso/institucional/sumario/quemequem/fundacao-fundacao-nacional-do-indio-funai>

Brasil. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. (2015b). *Anuário Estatístico de Turismo 2015, ano base 2014* (Vol. 42). Brasília, DF: Ministério do Turismo. Recuperado em 18 dezembro, 2015, de [http://www.turismo.gov.br/images/pdf/anuario\\_estatistico\\_de\\_turismo\\_2015\\_ano\\_base\\_2014\\_pdf.pdf](http://www.turismo.gov.br/images/pdf/anuario_estatistico_de_turismo_2015_ano_base_2014_pdf.pdf)

Brasil. Ministério do Turismo. Fundação Getúlio Vargas. FGV Projetos. (2014). *Boletim de Desempenho Econômico do Turismo*, XI(43), 62 p. Recuperado em 6 abril, 2015, de [http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/conjuntura\\_economica/boletim\\_desempenho\\_turismo/download\\_boletim\\_desempenho\\_economico\\_turismo/BDET\\_-\\_43\\_sem\\_logo.pdf](http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/conjuntura_economica/boletim_desempenho_turismo/download_boletim_desempenho_economico_turismo/BDET_-_43_sem_logo.pdf)

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. (2009a). *A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública* (5a ed. rev. e atual.). Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente. Recuperado em 17 fevereiro, 2016, de [http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\\_arquivos/cartilha\\_a3p\\_36.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/cartilha_a3p_36.pdf)

Brasil. Ministério do Turismo. (2009b). *Edital de apoio ao turismo comunitário*. Brasília, DF: Ministério do Turismo.

Brasil. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Segmentação

(2005). *Turismo cultural* (T. Brizolla, Coord.). (Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil). Brasília: Ministério do Turismo. Recuperado em 3 fevereiro, 2016, de [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Marcos\\_Conceituais.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf)

Brasil. Ministério do Turismo. Secretaria de Políticas de Turismo. (2004). *Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural, Brasil*. Brasília, DF: Ministério do Turismo. Recuperado em 29 dezembro, 2015, de [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Diretrizes\\_Desenvolvimento\\_Turismo\\_Rural.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Diretrizes_Desenvolvimento_Turismo_Rural.pdf)

Bruhns, H. T. (2009). A crise do lazer moderno e concepções de corpo. *Licere*, 12(4).

Bursztyn, I. (2005). *Políticas públicas de turismo visando à inclusão social* (110 p.). Dissertação de Mestrado em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado em 13 janeiro, 2016, de <http://www.ivt-rj.net/ivt/bibli/Ivan%20Bursztyn%20-%20tese%20completa.pdf>

Caboclos (2015, novembro 25). *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Recuperado em 20 maio, 2016, de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caboclo>

Cafuzo (2016, fevereiro 18). *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Recuperado em 20 maio, 2016, de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cafuzo>

Callou, A. B. F. (2010). Povos do mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. *Cienc. Cult.* 62(3), 45-48. Recuperado em 17 março, 2016, de [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252010000300018](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000300018)

Campos, M. J. (2007). *Versões modernistas do mito da democracia racial em movimento: estudo sobre as trajetórias e as obras de Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo até 1945*.

Tese de Doutorado em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Cancela, J. (2015). *O que são, como se formam, qual o seu valor e sensibilidade?*

NATURLINK. Recuperado em 17 setembro, 2015, de <http://naturlink.sapo.pt/Natureza-e-Ambiente/Interessante/content/Dunas--O-que-sao-como-se-formam-qual-o-seu-valor-e-sensibilidade?viewall=true&print=true>

Cardoso, E. S. (2001). *Pescadores: natureza, território, movimento social*. Tese de Doutorado, Programa de Pós Graduação em Geografia Física, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. Recuperado em 22 agosto, 2015, de [http://www.radio.faced.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo17/Pescadores\\_Artesanais\\_-\\_movimentos\\_sociais.pdf](http://www.radio.faced.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo17/Pescadores_Artesanais_-_movimentos_sociais.pdf)

Caregnato, R. C. A., Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto Contexto Enfermagem*, 15(4), 679-684.

Carnaúba (2015). *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Modificado em 10 de agosto de 2015. Recuperado em 25 agosto, 2015, de <https://pt.wikipedia.org/wiki/Carna%C3%BAba>

Carvalho, J. M. de (2002). *Cidadania no Brasil. O longo caminho* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Carvalho, J. M. de (2000, novembro 12). A memória em luta contra a história. *Folha de São Paulo*. Caderno Mais!

Carvalho, M. R. (2014, agosto 03-06). De índios ‘misturados’ a índios ‘regimados’. *Anais do XIX Reunião Brasileira de Antropologia*, Natal, RN, Brasil. Recuperado em 10 setembro, 2015, de <http://www.pineb.ffch.ufba.br/downloads/1245096338CARVALHO,%20Maria%20do%20R%20-%20De%20%5C'indios%20misturados%5C'%20a%20%5C'Indios%20Regimados%5C'.pdf>

Carvalho, P., & Silva, S. (2012, September 30 – October 3). Historic gardens: heritage and tourism. *Proceedings of the XII World Leisure Congress*, Rimini, Italy. Recuperado em 5 janeiro, 2016, de [http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Publicacoes/livro\\_homenagem\\_FREbelo/797\\_805](http://www.uc.pt/fluc/depgeo/Publicacoes/livro_homenagem_FREbelo/797_805)

Casa Cor (2008, outubro 21). *A delicadeza da renda Renascença*. Recuperado em 2 agosto, 2015, de <http://casa.abril.com.br/materia/a-delicadeza-da-renda-renascenca>

Castells, M. (2007). *A sociedade em rede* (Vol. 1, 10a ed.). (R. V. Majer, Trad.). São Paulo,

SP: Paz e Terra.

Catalão, I. (2007). Crítica bibliográfica – SOJA, EDWARD W. Postmetropolis: Critical Studies of Cities and Regions. Oxford: Blackwell Publishing, 2000. 440 p. *Cidades*, 4(6), 137-144. Recuperado em 5 julho, 2016, de <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/575/606>

Cavalcante, M. J. M., Queiroz, Z. F. de, Vasconcelos Júnior, R. E. de P., & Araújo, J. E. C. de (Orgs.). (2008). *História da Educação: vitrais da memória - lugares, imagens e práticas culturais* (562 p.). Fortaleza, CE: UFC.

Caymmi, D. (2015). *Suíte do pescador*. Recuperado em 07 outubro, 2015, de <http://letras.mus.br/dorival-caymmi/45589/>

Ceará (2015a). *Hidroporto do Rio Ceará (1930 – 1942)*. Recuperado em 31 maio, 2015, de <https://www.facebook.com/marcozerofortaleza/photos/a.485076738228658.1073741834.473983222671343/485077584895240/?type=3&theater>

Ceará (2015b). *Praias no Ceará: praias do litoral do sol poente*. Recuperado em 13 outubro, 2015, de [http://www.ceara.com.br/turismo/praias\\_no\\_ceara/](http://www.ceara.com.br/turismo/praias_no_ceara/)

Ceará (2012). *O crescimento desordenado de Fortaleza*. Postado em 17 de setembro de 2012. Recuperado em 31 maio, 2015, de <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2012/09/o-crescimento-desordenado-de-fortaleza.html>

Celophane Cultural (2011). Rendeiras, as mulheres que tecem o dia a dia com finos fios. *Blog do Jeffcelophane*, 9 mar. 2011. Recuperado em 22 julho, 2015, de <https://jeffcelophane.wordpress.com/2011/03/09/rendeiras-as-mulheres-que-tecem-o-dia-a-dia-com-finos-fios/>

Centro de Rendeiras da Prainha – Aquiraz, Ceará, Brasil (2011, junho 22). *Entrevista*. Aquiraz, CE, 22 de junho de 2011. Recuperado em 2 janeiro, 2014, de [https://www.youtube.com/watch?v=g\\_4oXXs-02U](https://www.youtube.com/watch?v=g_4oXXs-02U)

Centro Regional para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial de América Latina –

CRESPIAL (2010). *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Acordo entre UNESCO e o Governo da República do Perú*. Cusco, Perú: CRESPIAL. Recuperado em 11 agosto, 2015, de <https://issuu.com/crespial/docs/convencion-pci-y-acuerdo-creacion-crespial-pt>

César, P. de A. B., Poloni, F., Uez, P. C. (2010, setembro 20-21). Teoria do espaço turístico: referência prática no estudo da territorialidade turística de Caxias do Sul-RS. Trabalho apresentado nos *Anais do VII Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, São Paulo, SP, Brasil.

Chueke, G. V., & Lima, M. C. (2012). Pesquisa qualitativa: evolução e critérios. *Revista Espaço Acadêmico*, (128).

Coelho, M. de F. C. (2013). *Planeamento Estratégico em Turismo no Algarve (2001-2011) - o caso do Plano Regional de Turismo do Algarve Anos 2000* (109 p.). Dissertação de Mestrado em Administração e Desenvolvimento Regional, Algarve, Portugal. Recuperado em 5 janeiro, 2016, de [http://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3411/1/RelatorioPRTA\\_Maio2013.pdf](http://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3411/1/RelatorioPRTA_Maio2013.pdf)

Colombo, F. (2014, fevereiro 28). *História do Brasil Colonial*. Polígrafo de História 1. Recuperado em 10 julho, 2015, de [http://f1colombohistoriando.blogspot.com.br/2014\\_02\\_01\\_archive.html](http://f1colombohistoriando.blogspot.com.br/2014_02_01_archive.html)

Conselho Indigenista Missionário. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. (2015). *Relatório – violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2014*. Brasília, DF: CIMI;CNBB. Recuperado em 14 setembro, 2015, de <http://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf>

*Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. (1988). Brasília. Recuperado em 14 setembro, 2015, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)

Convite]: última noite de festa no terreiro dos pau branco, Distrito de Capuan (2011, outubro 20). *Blog Marcílio Boião*, 20 de outubro de 2011. Recuperado em 29 setembro, 2015, de <http://marcilioboio.blogspot.com.br/2011/10/convite-ultima-noite-de-festa-no.html>

Coriolano, L. N. M. T. (2013). Lazer e turismo para o desenvolvimento na escala humana. *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 1(2), 127-142.

Coriolano, L. N. M. T. (2005). A exclusão e a inclusão social e o turismo. *Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*, 3,(2). Recuperado em 15 janeiro, 2016, de <http://www.pasosonline.org/Publicados/3205/PS080205.pdf>

Coriolano, L. N. M. T., & Lima, L. C. (2003). *Turismo comunitário e responsabilidades socioambiental*. Fortaleza, CE: EdUECE.

Coriolano, L. N. M. T., Matos, A., Vasconcelos, F. P., Almeida, H. M. de, Rocha, A. M., Gonçalves, A., Lima, A. C. G., Quintiliano, A. B., Sampaio, C. F., Mendes, E., Nascimento, I. O., Gonçalves, M., Souza Neto, G. F., Barbosa, L. M., Souza, E. L., Sales, E. A., Parente, K. M., & Rodrigues, T. C. (2009). *Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança*. Fortaleza, CE: EdUECE.

Costa, C. C. M., Santos, C. de S., & Faccioli, G. G. (2014, junho 04-06). O Turismo de Base Comunitária: possibilidades e limitações do turismo no meio rural. *Anais eletrônicos do VIII Fórum Internacional de Turismo do Iguassu*, Foz do Iguassu, PR, Brasil. Recuperado em 22 fevereiro, 2016, de <http://ad.rosana.unesp.br/docview/directories/Arquivos/Cursos/Apoio%20Did%C3%A1tico/Ivanir%20de%20Azevedo%20Delv%C3%ADzio/Reda%C3%A7%C3%A3o%20Cient%C3%ADfica/Aula%2002%20G%C3%AAneros%20cient%C3%ADficos.%20O%20fichamento/Texto%20A.pdf>

Costa, C. M. (2008). Estilhaços de Memória: a professora e o “índio” na escola. In F. R. L. Ramos & M. R. de L. Lucas (Orgs.). *Tempo no plural: história, memória e diversidade cultural*. Fortaleza, CE: Realce.

Costa, D. S. da, & Leitão, A. R. P. da C. (2013). O desenvolvimento regional do turismo: um Processo Histórico e Social em Discussão Atual (pp. 575-589). In M. J. M. Cavalcante, e outros (Org.). *História da educação comparada: missões, expedições, instituições e intercâmbios*. Fortaleza, CE: Edições UFC.

Costa, L. (2013, maio 4). Centro de Produção Cultural encontra-se abandonado. *O Povo*

online, Fortaleza, 4 de maio de 2013. Recuperado em 25 agosto, 2015, de <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2013/05/04/noticiasjornalcotidiano,3050316/centro-de-producao-cultural-encontra-se-abandonado.shtml>

Costa, R. S. C. da, Nascente, A. S., Ribeiro, G. D., & Ferreira, M. das G. R. (2005). Cultivo do coqueiro em Rondônia. Embrapa Rondônia. *Sistema de Produção*, 6. Recuperado em 25 agosto, 2015, de <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Coco/CultivodoCoqueiroRO/apresetacao.htm>

Cunha, L. A. A. (2013). *Economia e política do turismo* (3a ed.). Lisboa, PT: Lidel. Cunha, L., & Abrantes, A. (2013). *Introdução ao turismo*. Lisboa, PT: Lidel.

D'Angelis, B. C. S., & Silva, R. F. de C. e (2014). Alívio da Pobreza Através do Turismo Sustentável: análise do Plano Amanhecer da Paraíba. USP. *Turismo em Análise*, 25(1).

Dalpiaç, R. C. C., Dagostini, A., Giacomini, D. M., & Giustina, M. da G. de S. D. ([2003]). *A hospitalidade no turismo: o bem receber*. Recuperado em 3 fevereiro, 2016, de [http://www.serragaucha.com/upload/page\\_file/hospitalidade-e-bem-receber.pdf](http://www.serragaucha.com/upload/page_file/hospitalidade-e-bem-receber.pdf)

De olho na água (2015). *1º Encontro Sesc Povos do Mar*. Recuperado em 19 maio, 2015, de [http://www.deolhonaagua.org.br/site/ler\\_noticia\\_58.php](http://www.deolhonaagua.org.br/site/ler_noticia_58.php)

*Decreto nº 5.753, de 12 de abril de 2006*. Promulga a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotada em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Brasília, DF. Recuperado em 11 agosto, 2015, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5753.htm)

*Decreto nº 5.300 de 7 de dezembro de 2004* (2004). Regulamenta a Lei no 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Brasília DF. Recuperado em 13 julho, 2015, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5300.htm)

*Decreto-Lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946* (1946). Atribui à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o Serviço Social do Comércio e dá outras

providências. Brasília, DF. Recuperado em 31 agosto, 2015, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del9853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9853.htm)

Del Priore, M. & Venancio, R. (2010). *Uma breve história do Brasil*. São Paulo, SP: Planeta do Brasil.

Dhein, C. E. (©2016). *Definição dos conceitos de turismo e turista: tipologias do turismo*. [S.l.]: Prezi. Recuperado em 22 fevereiro, 2016, de <https://prezi.com/va7jgo4npgcb/definição-dos-conceitos-de-turismo-e-turista/>

Diehl, I. L. (2012). *“Administrando almas”: uma análise da escravidão indígena através das unidades familiares, Campos de Viamão (1750-1760)*. (62 p.). Trabalho de conclusão de curso de graduação em História, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado em 13 outubro, 2015, de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/67060/000872111.pdf?sequence=1>

Dollfus, O. (1975). *O espaço geográfico* (2a ed.). (H. de L. Dantas, Trad.). São Paulo: Difel; Rio de Janeiro, RJ: EDIPE Artes Gráficas.

Domingues Junior, P. L. (2004-2005). Estado, políticas públicas e cooperativismo. *Libertas: Revista da Faculdade de Serviço Social*, 4-5(n. especial), 118-131. Recuperado em 9 agosto, 2015, de <file:///C:/Users/DELL/Downloads/1716-5305-1-PB.pdf>

Empresa Brasileira de Turismo (2009). *Programa de ação para o desenvolvimento do Recife*. Recife, PE: SUDENE.

Empresa Brasileira de Turismo (1992). *Programa de ação para o desenvolvimento do turismo no Nordeste*. Recife, PE: PRODETUR; SUDENE.

Encontro Sesc Povos do Mar: segunda edição começa hoje em Iparana (2012, agosto 22). *O Povo online*, Jornal de Hoje. Vida & Arte. Recuperado em 19 maio, 2015, de <http://www.opovo.com.br/app/opovo/vidaarte/2012/08/22/noticiasjornalvidaarte,2904152/2012-2208va04destaque1.shtml>



Estrella, A. C. (2006). Entre imagens e palavras: um exercício metodológico multidimensional. In M. L. Rodrigues, & M. M. C. Limena (Orgs.). *Metodologias: multidimensionais em ciências humanas*. Brasília, DF: Líber Livro.

Etnologia (2015). *Dicionário online de português*. Recuperado em 18 setembro, 2015, de <http://www.dicio.com.br/etnologia/>

Extrativismo (2015). *Dicionário InFormal*. Recuperado em 18 setembro, 2015, de <http://www.dicionarioinformal.com.br/extrativismo/>

Fabrino, N. H. (2013). *Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos* (185 p.). Dissertação de Mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Falcão, C. H. P., Riquet, C., Barreiros, E. P., Zamot, F., Silva, L. A. G. da, & Santos, P. C. dos (2006). Turismo social: em busca de maior inclusão da sociedade (pp. 127-145). In *O observatório de inovação do turismo*. Recuperado em 14 janeiro, 2016, de [http://web3c.com.br/poloiguassu/arquivos/Turismo%20Social%20-%20Em%20busca%20de%20maior%20inclus\\_o%20da%20sociedade-Observat\\_rio%20em%20Turismo.PDF](http://web3c.com.br/poloiguassu/arquivos/Turismo%20Social%20-%20Em%20busca%20de%20maior%20inclus_o%20da%20sociedade-Observat_rio%20em%20Turismo.PDF)

Farago, C. C., & Fofonca, E. ([2009]). *A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações*. São Carlos, SP: UFscar. Recuperado em 15 março, 2016, de <http://www.letas.ufscar.br/linguasagem/edicao18/artigos/007.pdf>

Farias, A. (2012). *História do Ceará* (6a ed. rev. e ampl.). Fortaleza, CE: Armazém da Cultura.

Farias, M. F. de, & Maracajá, K. F. B. (2012). Necessidade de educação ambiental no turismo: um estudo realizado na pousada gargalheiras na cidade de Acari, RN. *Caderno Virtual de Turismo*, 12(2), 116-136. Recuperado em 17 março, 2016, de <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=621&path%5B%5D=318>

Feitosa, A. R. (2010). *Turismo e inclusão social: um estudo sobre as contribuições do marketing social para a inclusão das pessoas com deficiência no usufruto do turismo no Brasil*. Trabalho de Conclusão em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Recuperado em 14 janeiro, 2015, de <http://vereadoramaraagabril.com.br/files/monografias/turismo.pdf>

Fernandes, J. L. J. (2008). A desterritorialização como factor de insegurança e crise social no mundo contemporâneo (pp. 1-26). (pp. 423-447). *Anais da I Jornadas Internacionais de Estudos sobre questões sociais*, Unidade de Ponta de Lima, Universidade Fernando Pessoa, Póvoa de Varzim, Porto, Portugal. Recuperado em 14 janeiro, 2015, de

<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13829/1/A%20desterritorializa%C3%A7%C3%A3o%20como%20factor%20de%20inseguran%C3%A7a.pdf>

Ferreira, A. B. de H. (2010). *Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa* (8a ed.). (Marina Baird Ferreira, Coord. Ed.). Curitiba, PR: Positivo.

Ferreira, A. B. de H. (1986). *Novo Dicionário da língua portuguesa* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

Ferreira, M. de F. ([2007]). *Mulheres tecendo renda irlandesa e a vida em Divina Pastora, Sergipe*. Recuperado em 23 julho, 2015, de [http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340390945\\_ARQUIVO\\_FERREIRA,MFRendaIrlandesaemDivinaPastora,2012.pdf](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340390945_ARQUIVO_FERREIRA,MFRendaIrlandesaemDivinaPastora,2012.pdf)

Figueiredo, M. do S. F. V. (2008) (2006, outubro 29 – novembro 1). Narrativas e natureza informando a vida em um movimento de retroalimentação. *Anais do Congresso Internacional XIV Ciclo de Estudos sobre o Imaginário: as Dimensões Imaginárias da Natureza*. Produções e Pesquisas, Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas sobre o Imaginário, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. Recuperado em 6 outubro, 2015, de <http://gepai.yolasite.com/resources/XIV%20CICLO%20IMAGINARIO.pdf>

Figueiredo, N. M. A. (2007). *Método e metodologia na pesquisa científica* (2a ed.). São Caetano do Sul, SP: Yendis.

Fortaleza em fotos (2012, novembro 1). *Tribuna do Ceará*. Recuperado em 15 agosto, 2015, de [http://www.fortalezaemfotos.com.br/2012\\_11\\_01\\_archive.html](http://www.fortalezaemfotos.com.br/2012_11_01_archive.html)

Franco, E. L. (1993). El ocio. Perspectiva pedagógica. *Revista Compluwense de Educación*, 4(I), 69-88. Recuperado em 21 dezembro, 2015, de <http://revistas.ucm.es/index.php/RCED/article/viewFile/RCED9393120069A/17970>

Freire-Medeiros, B. (2006). *A construção da favela carioca como destino turístico*. Rio de Janeiro, RJ: CPDOC/FGV.

Freitas, T. M. (2012). *Articulação dos Jovens Indígenas Tapeba (AJIT): uma etnografia sobre a participação juvenil na luta indígena Tapeba*. Monografia de graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. Recuperado em 28 setembro, 2015, de [http://www.cienciassociais.ufc.br/monografias/2012\\_Thaynara\\_Freitas.pdf](http://www.cienciassociais.ufc.br/monografias/2012_Thaynara_Freitas.pdf)

Fundação Nacional do Índio (2015a). *Quem somos*. Brasília, DF: FUNAÍ. Recuperado em 19 maio, 2015, de <http://www.funai.gov.br/index.php/quem-somos>

Fundação Nacional do Índio (2015b, agosto 5). *Relatório do Cimi constata que 2014 foi marcado pelo aprofundamento da violência contra os povos indígenas e seus direitos no Brasil*. Notícias. Recuperado em 14 setembro, 2015, de <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3376-relatorio-do-cimi-constata-que-2014-foi-marcado-pelo-aprofundamento-da-violencia-contras-povos-indigenas-e-seus-direitos-no-brasil?highlight=WzIw> MTRd

Fundação Nacional do Índio ([2011]). *O Brasil indígena*. Recuperado em 11 setembro, 2015, de <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge>

Fundação Nacional do Índio (2010). *Distribuição espacial da população indígena*. Brasília, DF. Recuperado em 14 setembro, 2015, de [http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/encarte\\_censo\\_indigena\\_02%20B.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/encarte_censo_indigena_02%20B.pdf)

Galeno, J. (2015). *A jangada*. Recuperado em 07 outubro, 2015, de <http://www.blocosonline>.

com.br/literatura/poesia/p10/p100301.php

Gândara, J. M. G., & Bajulaz, S. (2011). Impacto das redes sociais informatizadas na qualidade da experiência em turismo de base comunitária. In C. Sampaio, C. Henríquez, & C. Mansur, (Orgs.). *Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática*. Blumenau, SC: Edifurb.

Gato, D. S., & Queiroz, T. F. (2008). O espaço no contexto das transformações e seus reflexos para a análise geográfica. *Geografia 's*, (1), 30-34.

Gehlen, I. (2006). Território, cidadania, identidades e desenvolvimento local e sustentável (pp. 265-283). In A. Riella (Comp.). *Globalización, desarrollo y territorios menos favorecidos*. Montevidéo: Universidad de La República. Recuperado em 30 outubro, 2015, de <http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/ivaldo-gehlen/gehlen-i-territorio-cidadania-identidade-e-desenvolvimento-local-sutentavel-in-alberto-riella-org-globalizacion-desarrollo-y-teritorios-menos-favorecidos-uruguay-universidad-de-la-republica-2006-v-p-265-283>

Geist, E. L. (2008, July 28). *Tsunami generation from the 2004 M=9.1 Sumatra-Andaman Earthquake*. U.S. Department of the Interior, U.S. Geological Survey, Pacific Coastal and Marine Science Center. Recuperado em 28 janeiro, 2016, de <http://walrus.wr.usgs.gov/tsunami/sumatraEQ/>

Gertner, D., Haider, D., Rein, I., & Kotler, P. (2005). *Marketing de lugares: como conquistar crescimento de longo prazo na América Latina e no Caribe*. (R. Bahr, Trad.). São Paulo, SP: Prentice Hall.

Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. (R. Fiker, Trad.). (Biblioteca Básica). São Paulo, SP: Editora UNESP.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, SP: Atlas.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a ed.). São Paulo, SP: Atlas.

Girão, V. C. (2013). *Renda de bilros* (41 p.). (Coleção do Museu Arthur Ramos). Fortaleza,

CE: Instituto do Ceará. Recuperado em 16 março, 2016, de [https://issuu.com/belrocha/docs/rendas\\_de\\_bilros\\_layout](https://issuu.com/belrocha/docs/rendas_de_bilros_layout)

Girão, V. C. (2002). Rendas e rendeiras do Ceará. In G. Chaves (Org.). *Ceará de Corpo e Alma: um olhar contemporâneo de 53 autores sobre a Terra da Luz* (pp. 93-96). Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará.

Globo (2015). Recuperado em 9 junho, 2015, de <http://gshow.globo.com/programas/mais-voce/v2011/MaisVoce/0,,MUL478856-10345,00.html>

Globo (2014, agosto 25). Seca prejudica produção de coco no Ceará. *G1 CE*. Recuperado em 22 setembro, 2015, de <http://g1.globo.com/ceara/noticia/2014/08/seca-prejudica-producao-de-coco-no-ceara.html>

Gomes, A., Vieira, J. P., & Muñiz, J. (2007). *Povos indígenas no Ceará contemporâneo: organização, memória e luta*. (Cultura Cearense, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Instituto de Arte e Cultura do Ceará e Governo do Estado do Ceará, Realiz.). Fortaleza, CE: Ribeiro's.

Gomes, A. O., & Oliveira, A. A. R. (2010). A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. *Museologia e Patrimônio*, 3(2). Recuperado em 11 agosto, 2015, de <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>

Gomes, D., & Zambam, N. J. (2011). O desafio da sustentabilidade urbana. *Revista Brasileira de Direito*, 7(1), 39-60. Recuperado em 1 janeiro, 2015, de <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/256/206>

Gomes, J. da S. (2013). Impactos do turismo na identidade cultural. *Exedra Revista Científica ESEC*, (7), 19-24. Recuperado em 20 janeiro, 2016, de <http://www.exedrajournal.com/wp-content/uploads/2014/08/02AH-v2.pdf>

Gonçalves, E. (2013, abril 7). *Caucaia – história. História de Caucaia*. Recuperado em 28 maio, 2015, de <http://goncalves-edesio.blogspot.com.br/2013/04/caucaia-historia.html>

Governo do Estado do Paraná. Secretaria de Educação. (2015). *Galeria de imagens – mapas. Brasil: divisão regional do IBGE – 1990*. Curitiba, PR: Secretaria de Educação. Recuperado em 18 julho, 2015, de <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1563&evento=5>

Governo Municipal de Caucaia (2015). *História do município*. Recuperado em 27 maio, 2015, de [http://www.caucaia.ce.gov.br/sesoes/municipio/historia\\_caucaia.php](http://www.caucaia.ce.gov.br/sesoes/municipio/historia_caucaia.php)

Günther, H. (2006). Qualitative research versus quantitative research: is that really the question? *Psic.: Teor. e Pesq.*, 22(2), 201-210.

Gusmão, C. A. C. de, Silva, D. G. L. B. da, & Queiroz, I. R. G. de (2014, maio 15-17). Filé Alagoano: marca indumentária do estado de alagoas ou um produto midiático? *Anais do XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, Universidade Federal de Alagoas, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, João Pessoa, PB, Brasil.

Haesbaert, R. (2004a, setembro). *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, RS: [s.n.].

Haesbaert, R. (2004b). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” a multiterritorialidade* (p. 20). Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil. Recuperado em 20 maio, 2016, de <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/%20article/viewFile/213/205>

Haesbaert, R. (1997). *Desterritorialização e identidade: a rede ‘gaúcha’ no Nordeste*. Niterói, RJ: EDUF.

Haesbaert, R., & Ramos, T. T. (2004). O mito da desterritorialização econômica. *GEOgraphia*, 6(12).

Harvey, D. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo, SP: Loyola.

Henriques, A. C. S. (2010). *No princípio estava o Mar Peniche: o património cultural, o turismo e o mar*. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento,

Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Hirano, S. (2002). América Latina no novo contexto mundial. In F. C. Scarlato, M. Santos, M. A. A. de Souza, & Arroyo, M. (Orgs.). *Globalização e espaço Latino-Americano* (4a ed.). São Paulo, SP: Hucitec.

História do Ceará (2015). *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Recuperado em 27 maio, 2015, de [http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria\\_do\\_Cear%C3%A1](http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_Cear%C3%A1)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Recuperado em 27 maio, 2015, de [http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa\\_google.shtm?cx=009791019813784313549%3Aonz63jzsr68&cof=FORID%3A9&ie=ISO-8859-1&q=Caucaia&sa=&siteurl=www.ibge.gov.br%2F&ref=](http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa_google.shtm?cx=009791019813784313549%3Aonz63jzsr68&cof=FORID%3A9&ie=ISO-8859-1&q=Caucaia&sa=&siteurl=www.ibge.gov.br%2F&ref=)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2003). Estados@. Ceará. *Mapa de pobreza e desigualdade - municípios brasileiros 2003*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Recuperado em 18 setembro, 2015, de [http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ce&tema=mapa\\_pobreza2003](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=ce&tema=mapa_pobreza2003)

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2004). *Região Metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza, CE: IPECE. Recuperado em 11 setembro, 2015, de [http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Anuario\\_2004/mapas/pdf%20B4s/RMF.pdf](http://www2.ipece.ce.gov.br/publicacoes/Anuario_2004/mapas/pdf%20B4s/RMF.pdf)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2014, novembro 24). *Iphan lança catálogo de produtos da Renda Irlandesa*. Recuperado em 24 julho, 2015, de <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/106>

Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (2005). *Renda renascença: uma memória de ofício paraibana*. Fortaleza, CE: SEBRAE.

Ipec2011 (2011, junho 12). *Mata de tabuleiro*. Recuperado em 18 setembro, 2015, de <http://ecossistemasceara.blogspot.com.br/2011/06/mata-de-tabuleiro.html>

Irving, M. A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é

possível?” (pp. 108-121). In R. Bartholo, D. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro, RJ: Letras e Imagem.

Irving, M. de A. (1998). Turismo e ética: premissa de um novo paradigma. In L. N. M. Coriolano. *Turismo com ética* (2a ed.). Fortaleza, CE: FUNECE.

Irving, M. de A., Bursztyn, I., Sancho, A. P., & Melo, G. de M. (2005, dezembro). Revisitando significados em sustentabilidade no planejamento turístico. *Caderno Virtual de Turismo*, (18), 1-7. Recuperado em 19 janeiro, 2016, de [http://www.feg.unesp.br/~delamaro/para\\_leitura\\_bolsistas\\_2010/revisitando\\_sustentabilidade.pdf](http://www.feg.unesp.br/~delamaro/para_leitura_bolsistas_2010/revisitando_sustentabilidade.pdf)

Jangada do Ceará (2008, maio 23). Publicado em 23 de maio de 2008. Recuperado em 5 outubro, 2015, de [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/78/Jangada\\_moto\\_0059.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/78/Jangada_moto_0059.jpg)

Jangadeiro (2015). *Viajando pelo Brasil. Ceará* (Série 262). (p. 11). Recuperado em 23 junho, 2015, de [http://www.brasilcult.pro.br/brasil\\_antigo/viajandobr/viajandobr11.htm](http://www.brasilcult.pro.br/brasil_antigo/viajandobr/viajandobr11.htm)

Jangadeiro (2012, outubro). Após abandono, centro indígena deve receber ilhas digitais. *Iguatu.Net*. Recuperado em 25 agosto, 2015, de <http://iguatu.net/novo/wordpress/?p=132200>

Jardim, J. de S. (2005). Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento como liberdade e a construção da cidadania na perspectiva ambiental. *Revista do Programa de Mestrado em Direito do UniCEUB*, 2(1), 189-201.

Jesus, V. L. M. (2012). *A organização de eventos turísticos: contributos para o desenvolvimento e dinamização do turismo na ilha de Santo Antão*. Dissertação de Mestrado em Turismo, Lisboa, Portugal. Recuperado em 25 janeiro, 2016, de <http://portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3369/1/vera%20Jesus-PDF.pdf>

Jiménez Martínez, A. de J. ([200-]). *Una aproximación sistémica al turismo: implicaciones para la multi y la transdisciplinariedad*. Caribe: Universidad del Caribe, Departamento de Turismo Sustentable y Gestión Hotelera.



João Daudt de Oliveira (2016). *Wikipedia, a enciclopédia livre*. Página modificada em: 11 de março de 2016. Recuperado em 20 maio, 2016, de [http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o\\_Daudt\\_de\\_Oliveira](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Daudt_de_Oliveira)

Koury, C. G.; Guimarães, E. R., & Fontoura, A. G. (2012). Planejamento turístico para promoção do Turismo de Base Comunitária: experiências no Amazonas e no Pará. In *Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável*. Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazonas. *Série Integração, Transformação e Desenvolvimento: Áreas Protegidas e Biodiversidade*. Rio de Janeiro: IDESAM. Recuperado em 22 fevereiro, 2016, de [http://www.idesam.org.br/wp-content/uploads/2013/06/LivroUCsFundoVale\\_CapIDESAM\\_TBC.pdf](http://www.idesam.org.br/wp-content/uploads/2013/06/LivroUCsFundoVale_CapIDESAM_TBC.pdf)

Krichanã, M. (2013, dezembro 5). Oficinas reiniciam as atividades do Centro de Produção Cultural. Caucaia – Ceará – Brasil. *Blog Washington Matos*. Recuperado em 25 agosto, 2015, de <http://caucaia.ce.blogspot.com.br/2013/12/oficinas-reiniciam-as-atividades-do.html>

Lefebvre, H. (2006, fevereiro). *A produção do espaço* (D. B. Perreira, & S. Martins, Trad.). (Obra original: *La production de l'espace*. 4a ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

*Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003* (2003). Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Recuperado em 25 novembro, 2015, de [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm)

Lenz, T. C. Z. (2011). Arranjo socioprodutivo de base comunitária e turismo comunitário: delineando aproximações. In C. Sampaio, C. Henríquez, & C. Mansur (Orgs.). *Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática*. Blumenau, SC: Edifurb.

Lenzi, C. L. (2006). Para uma imaginação sociológica da ecologia: uma análise do pensamento de Anthony Giddens. *Ambiente & Sociedade*, IX(1).

Limena, M. M. C. (2006). Cidades complexas no século XXI: planejamento normativo ou planejamento instaurador? In M. L. Rodrigues, & M. M. C. Limena (Orgs.). *Metodologias:*

*multidimensionais em ciências humanas*. Brasília, DF: Líber Livro.

Língua Ferina (2011, agosto 30). *130 anos da greve dos jangadeiros do Ceará pela abolição*. Recuperado em 21 junho, 2015, de <http://candidoneto.blogspot.com.br/2011/08/blog-post.html>

Little, P. E. (2002). *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Brasília, DF: Universidade de Brasília. Recuperado em 4 setembro, 2015, de <http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf>

Lobo, E. (2011, fevereiro 22). Projeto capacita artesãos em Iparana. *Diário do Nordeste*. Cadernos Regional. Recuperado em 04 junho, 2015, de <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/projeto-capacita-artesaos-em-iparana-1.59856>

Lobo, L. C., & Silva, R. L. (2015). Lugares invisíveis: sobre o espaço público em São Bernardo do Campo. *Iniciação - Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística*, 5(1). Recuperado em 26 julho, 2015, de [http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revista-iniciacao/wp-content/uploads/2015/06/91\\_artigo\\_Iniciacao\\_ed-vol-5\\_n1\\_2015.pdf](http://www1.sp.senac.br/hotsites/blogs/revista-iniciacao/wp-content/uploads/2015/06/91_artigo_Iniciacao_ed-vol-5_n1_2015.pdf)

Löw, M. (2013). O spatial turn: para uma sociologia do espaço. *Dossiê - as Ciências Sociais e o Espaço Tempo Soc.*, 25(2). Recuperado em 6 abril, 2015, de <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702013000200002>

Machado, D. F. C., & Gosling, M. (2009, setembro 10-11). A teoria geral do sistema na ótica do turismo: uma revisão dos modelos de sistemas turísticos. *Anais Eletrônicos do VI Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*, Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, SP, Brasil, 6. Recuperado em 3 maio, 2015, de <http://eventos.univerciencia.org/index.php/seminANPTUR/2009/paper/viewFile/131/25>

Machado, I. P. (2014). Rede de memórias: patrimônio e história regional. *Revista Memória em Rede*, 4(10). Recuperado em 23 junho, 2015, de <file:///C:/Users/DELL/Downloads/229-1051-1-PB.pdf>.

Maia, I. (1985). *Cooperativa e prática democrática*. São Paulo: Cortez.

Maldonato, C. (2009). O turismo rural comunitária na América Latina: gênese, características e políticas. In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyl (Orgs.). *Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Manzuá (2016). *Dicionário Online de Português*. Recuperado em 1 março, 2016, de <http://www.dicio.com.br/manzua>

Mapa da Europa!! (2011). *Jornada pela Irlanda*, 30 mar. 2011. Recuperado em 10 agosto, 2015, de <http://jornadapelairlanda.blogspot.com.br/2011/03/mapa-da-europa.html>

Marback Neto, G., & Silva, J. A. S. (2005). O turismo baiano e as novas tecnologias da informação. *Turismo - Visão e Ação*, 7(1), 125-152.

Marcon, E. M. G., & Barretto, M. (2004). *O turismo como fator de inclusão social via desenvolvimento local. Anais do Encontro nacional do turismo com base local*. Paraná: Curitiba.

Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2009). *Técnicas de pesquisa* (3a ed.). São Paulo: Atlas.

Maria, F. de S., & Mariani, M. (2007). Ecoturismo e desenvolvimento local: estudo de caso da Reserva Ecológica Baía Bonita, Bonito, MS, Brasil. *Anais Eletrônicos do XV Encontro Sul-Mato-Grossense de Jeógrafos*. Recuperado em 23 julho, 2015, de <http://www.bionconsultoria.com/meioambiente/Ecoturismo%20e%20Desenvolvimento%20Local%20-%20Estudo%20de%20caso%20da%20Reserva%20Ecol%C3%B3gica%20Ba%C3%ADa%20Bonita,%20Bonito%20MS.pdf>

Marinho, M. F. (2008, junho 27-28). Turismo sexual: análise dos contextos acerca da teoria da Representação Social. *Anais Eletrônicos do V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR) Turismo: inovações da Pesquisa na América Latina*, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil. Recuperado em 4 fevereiro, 2016, de [http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_5/trabalhos/arquivos/gt05-07.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt05-07.pdf)

Marujo, N. (2012). A observação participante na investigação em turismo. *Revista de investigación en turismo y desarrollo local*, 5(13). Recuperado em 23 maio, 2015, de

[http://www.researchgate.net/profile/Noemi\\_Marujo/publication/237062551\\_A\\_OBSERVAO\\_PARTICIPANTE\\_NA\\_INVESTIGAO\\_EM\\_TURISMO/links/02e7e51b1a081efc65000000.pdf](http://www.researchgate.net/profile/Noemi_Marujo/publication/237062551_A_OBSERVAO_PARTICIPANTE_NA_INVESTIGAO_EM_TURISMO/links/02e7e51b1a081efc65000000.pdf)

Marx, K. (2010). *Contribuição à crítica da filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Expressão Popular.

Mata de tabuleiros (2012, fevereiro 14). *Wikipédia, a enciclopédia livre*. Recuperado em 18 setembro, 2015, de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mata\\_dos\\_Tabuleiros](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mata_dos_Tabuleiros)

Matheus, C. E., Moraes, A. J. de, & Caffagni, C. W. do A. C. (2005). *Educação ambiental para o turismo sustentável: vivências integradas e outras estratégias metodológicas*. São Carlos: RiMa.

Matsusaki, B. do C., & Kanamaru, A. T. (2013). Fios entrelaçados: stranded wire. *Anais do 9º Colóquio de Moda*, Fortaleza, CE, Brasil. Recuperado em 30 junho, 2015, de [http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/9-Coloquio-de-Moda\\_2013/COMUNICACAO-ORAL/EIXO-8-SUSTENTABILIDADE\\_COMUNICACAO-ORAL/Fios-entrelacados.pdf](http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/9-Coloquio-de-Moda_2013/COMUNICACAO-ORAL/EIXO-8-SUSTENTABILIDADE_COMUNICACAO-ORAL/Fios-entrelacados.pdf)

Mazzotti, A. J. A. (2006). Usos e abusos dos estudos de caso. *Cadernos de Pesquisa*, 36(129), set./dez. Recuperado em 23 maio, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n129/a0736129.pdf>

Mielke, E. J. C. (2009). *Desenvolvimento turístico de base comunitária*. Campinas, SP: Átomo & Alínea.

Milani, C. R. S., & Droulers, M. (2002). *Desenvolvimento local e turismo em Tarrafal (Cabo Verde): lições metodológicas a partir de uma experiência local*. Programa «Management of Social Transformations» e UNESCO. Recuperado em 25 janeiro, 2015, de <http://www.unesco.org/most/tarrafal.pdf>

Minayo, M. C. de S., & Sanches, O. (1993). Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Cad. Saúde Públ.*, 9(3), 239-262.

Minnaert, L., Maitland, R., & Miller, G. (2013). *Social tourism: perspectives and potential*. – London; New York: Routledge.

Molina, F. S. (2011). A produção do espaço pelo e para o turismo: o caso da praia de Jericoacoara, Ceará, Brasil. In N. Santos, & L. Cunha. *Triunfos de uma geografia activa: desenvolvimento local, ambiente, ordenamento e tecnologia*. Lisboa, PT: Editora Imprensa da Universidade de Coimbra.

Morais, J. O. de, Freire, G. S. S., Pinheiro, L., Souza, M. J. N. de, Carvalho, A. M. de; Pessoa, P. R., & Oliveira, S. H. M. (2006). Ceará (pp. 131-154.). In D. Muehe (Org.). *Erosão e progradação do litoral brasileiro/Ceará*. Brasília: MMA. Recuperado em 18 julho, 2015, de [http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa\\_sigercom/\\_publicacao/78\\_publicacao12122008085953.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_sigercom/_publicacao/78_publicacao12122008085953.pdf)

Moreira, C. C. O. (2013). *Turismo, território e desenvolvimento competitividade e gestão estratégica de destinos*. Tese de Doutorado. 2013.

Moreira, C. C. O. (2008). Tempo livre, lazer e consumo na sociedade urbana contemporânea, segundo os gêneros. In N. P. dos Santos, & A. Gama (Orgs.). *Lazer: da libertação do tempo à conquista de práticas*. Coimbra, PT: Editora Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008. 271 p.

Moreira, R. (2012). *Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas*. São Paulo: Contexto.

Morin, E. (2007). *Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios* (4a ed.). (E. de A. Carvalho, Orgs., M. da C. de Almeida, Trad.) São Paulo: Cortez.

Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (2a ed.). (C. E. F. da Silva e J. Sawaya, Trad.; E. de A. Carvalho, Rev. Téc.). São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO.

Moro, D. A. (1992). A organização do espaço como objeto da geografia. *Boletim de Geografia – UEM*, 10(1).

Mulher rendeira (2014). *Wikipédia: a enciclopédia livre*. Recuperado em 12 novembro, 2014, de [https://pt.wikipedia.org/wiki/Mulher\\_Rendeira](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mulher_Rendeira)

Muñiz Aguilar, D. (1999). *La política de turismo social en España*. [Málaga, ES]: Universidad de Málaga, Facultad de Ciencias Económicas Y Empresariales, Departamento de Economía Aplicada (Política Económica). Recuperado em 14 janeiro, 2015, de <http://www.biblioteca.uma.es/bbldoc/tesisuma/16276814.pdf>

Nascimento, R. G. do ([2007]). *Rituais de resistência: performances e experiências nas práticas pedagógicas*. Concurso de Monografias sobre Educação e Diversidade. Recife, PE: UFPE. Recuperado em 10 setembro, 2015, de [https://www.ufpe.br/cead/concurso\\_monografias/documentos/rita\\_gomes\\_%20do\\_%20nascimento.pdf](https://www.ufpe.br/cead/concurso_monografias/documentos/rita_gomes_%20do_%20nascimento.pdf)

Nascimento, R. G. do (2006). *Educação escolar dos índios: consensos e dissensos no Projeto de Formação Docente Tapeba, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, Brasil. Recuperado em 10 setembro, 2015, de <http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/14609/1/RitaGN.pdf>

Neves, G. S. (2001). Velhos cantos de trabalho. *Jangada Brasil*, 3(31). (Texto original publicado em dezembro 1980). Recuperado em 30 julho, 2015, de <http://www.jangadabrasil.com.br/marco31/of31030b.htm>

Nogueira, R. W. P. (2010, janeiro 22). *Os índios Tapebas*. (Webartigos.com, Rev. Editor). Recuperado em 24 agosto, 2015, de <http://www.webartigos.com/artigos/os-indios-tapebas/31456/>

Nunes, C., Vargas, E. A., Wardil, F. S., Calcara, F. A., Ribeiro, H. D., Pinheiro, M. R., Alves, M. R., Silva, M. O. da, Rocha, P. da S., Tavares, R. V., Gouveia Jr, R. R. de, Cochiaralle, Y. B. (2015). Cultura e conhecimento: Rio Antigo. *Viajando pelo Brasil. Ceará* [Série 262]. p. 11. Recuperado em 21 junho, 2015, de <http://www.cearacultural.com.br/Historia.htm>. [http://www.brasilcult.pro.br/brasil\\_antigo/viajandobr/viajandobr11.htm](http://www.brasilcult.pro.br/brasil_antigo/viajandobr/viajandobr11.htm)

Ocareté. Jangadeiros. Fonte: Antônio Carlos Diegues em Simões L e Lino C. F. (Orgs). *Sustentável Mata Atlântica*. Recuperado em 26 junho, 2015, de <http://www.ocarete.org.br/povos-tradicionais/jangadeiros/>

Oliveira, J. D. d' (1947). *Discurso da Instalação do Conselho Nacional*.

Oliveira, J. P. de (1998). Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *MANA*, 4(1), 47-78. Recuperado em 15 julho, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf>

Oliveira, M. F. de (2011). *Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em administração* (72 p.). Catalão: UFG. Recuperado em 23 maio, 2015, de [https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual\\_de\\_metodologia\\_cientifica\\_-\\_Prof\\_Maxwell.pdf](https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf)

Origem do Sobrenome (nov. 2011). *Família Pacheco*. Recuperado em 13 julho, 2015, de <http://www.origemdosobrenome.com.br/familia-pacheco/>

Organização Mundial de Turismo (2015, janeiro 27). *Notícias e informação sobre o setor turístico nos açores (Infoturazores)*. Recuperado em 6 abril, 2015, de <http://infotur.accessazores.org/noticias/omt-turismo-mundial-vai-continuar-a-crescer-entre-3-e-4>

Organização Mundial do Turismo (2001). *Introdução ao turismo*. São Paulo, SP: Roca.

Organização Mundial do Turismo (1999). *O Código Mundial de Ética do Turismo* (DG Turismo Portugal Trad.). Madrid, ES: OMT. Recuperado em 4 maio, 2015, de <http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/portugal.pdf>

Organizacion Mundial del Turismo (1995). *Definitions and clasifications for tourism statistics: a technical manual*. Madrid, ES: OMT.

Ouriques, H. R. (2005). A produção do turismo: fetichismo e dependência. In H. R. Ouriques. *O turismo na periferia do capitalismo*. São Paulo, SP: Alínea.

Paixão, H., Sobrinho, C. A., Pereira, C. A., Berto, D. F., Silva, E. C., Castro, H. E., Branzas, K. C. R. L., Almeida, M. R., Souza, P. D. P., Castro, P. E. R., Queiróz, P. R. C., & Arias, S. (2004). Modernidade e reflexividade: uma leitura da obra de Anthony Giddens. *Revista de Iniciação Científica da FFC*, 4(1).

Palitot, E. M. (Org.). (2009). *Na mata do Sabiá: contribuições sobre a presença indígena no*

Ceará. Fortaleza, CE: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC.

Panosso Neto, A., & Trigo, L. G. G. (2009). *Cenários do turismo no contexto da globalização*. (Série Turismo). São Paulo, SP: Aleph.

Patrimônio para Todos (2013, outubro 8). *Escola indígena Tapeba do Trilho (Caucaia)*. Recuperado em 29 setembro, 2015, de <https://patrimonioparatodos.wordpress.com/author/patrimonioparatodos/page/25/>

Patez, F. (2014, janeiro 3). *Análise SWOT*. Recuperado em 30 agosto, 2015, de <http://www.flaviopatez.com.br/analise-swot/>

Paula, E. M. S. de (2008). *Geotecnologia aplicada a compartimentação ambiental da bacia do Rio Ceará-Ce*. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Geografia, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE< Brasil. Recuperado em 4 junho, 2015, de [http://www.dpi.inpe.br/spring/portugues/arquivos\\_publicacoes/Dissertacao\\_Principal\\_2.pdf](http://www.dpi.inpe.br/spring/portugues/arquivos_publicacoes/Dissertacao_Principal_2.pdf)

Pearce, D. G. (2002). *Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens* (S. Krieger, Trad.). São Paulo, SP: Aleph.

Pereira, C. V. (2009, maio 28-30). O vínculo entre os sistemas de sinalização e o turismo. *Resumos do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul*, Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Blumenau, SC, Brasil. Recuperado em 25 fevereiro, 2016, de <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2009/resumos/R16-1001-1.pdf>

Perrotta, I. (2011). *Desenhando um paraíso tropical a construção do Rio de Janeiro como um destino turístico*. Tese de Doutorado em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado em 5 fevereiro, 2016, de [http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8997/CPDOC2011%20Isabella\\_Perrotta\\_CPDOC.pdf?sequence=1](http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8997/CPDOC2011%20Isabella_Perrotta_CPDOC.pdf?sequence=1)

Pipolo, F. (2013, setembro 24). A delicadeza da renda renascença. *Blog da Flavia*.



Recuperado em 2 agosto, 2015, de <http://www.blogdaflavia.com.br/a-delicadeza-da-renda-renascenca/>

Pitta, L. N. de M. (2010). *Trabalho manual: a técnica da renda de bilro como elemento de promoção de saúde*. Dissertação de Mestrado Acadêmico em Saúde Pública, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. Recuperado em 16 março, 2016, de [http://www.uece.br/ppsac/dmdocuments/ludmila\\_nogueira.pdf](http://www.uece.br/ppsac/dmdocuments/ludmila_nogueira.pdf)

Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007). *Para o desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Lisboa, PT: Ministério da Economia e da Inovação, Turismo de Portugal.

Portal Brasil (2014, fevereiro 28). *Brasil*. Recuperado em 18 julho, 2015, de <http://www.portalbrasil.net/brasil.htm>

Povo Indígena no Brasil (2010). *Tapeba: Tapebano, Perna-de-pau/Ceará. Povos indígenas*. Rio de Janeiro: Funasa. Recuperado em 25 agosto, 2015, de <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/tapeba>

Povo Tapeba (2000). *Memória viva do Povo Tapeba: terra demarcada, vida garantida gráfica e editora Destak*. Caucaia, CE: Centro de Documentação e Informações Educacionais / SEDUC.

Prager, E. J. (2000). *Furious Earth: the science and nature of earthquakes, volcanoes, and tsunamis*. New York: McGraw-Hill Professional. Recuperado em 28 janeiro, 2016, de [http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/onda\\_de\\_mudanca.html](http://www2.uol.com.br/sciam/reportagens/onda_de_mudanca.html)

Preservação do Estuário do Rio Ceará (2014, junho 7). *Manguezal do Rio Ceará*. Recuperado em 4 junho, 2015, de <http://perc-dez.blogspot.com.br/search?q=1976>

*Programa raízes do Nordeste: artesanato nordestino* (2015). Recuperado em 23 julho, 2015, de [https://www.facebook.com/permalink.php?story\\_fbid=867200243315772&id=772477879454676](https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=867200243315772&id=772477879454676)

Raizer, L. (2011). Anthony Giddens e as políticas da mudança climática. Resenha.

*Sociologias*, 13(26), 364-369.

Rangel, L. H., & Liebgott, R. A. (2015). Governo federal e o fomento às violências aos direitos indígenas. In Conselho Indigenista Missionário. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. *Relatório – violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2014*. Brasília: CIMI;CNBB. Recuperado em 14 setembro, 2015, de <http://www.cimi.org.br/pub/Arquivos/Relat.pdf>

Rejowski, M., & Solha, K. T. (2002). Turismo em um Ceará de Mudanças. In: M. Rejowski (Org.). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo, SP: Aleph.

Renda de Bilro (2010, maio 11). *Redação, Notícias*. Recuperado em 20 julho, 2015, de <http://www.brasilcultura.com.br/artes-plasticas/renda-de-bilro/>

*Rendas e as mulheres no Brasil* (2015). Recuperado em 20 julho, 2015, de <http://www.tendere.com.br/blog/2013/05/23/rendas-e-as-mulheres-no-brasil/>

Rezende, T. (2013). *A renda irlandesa e a moda* (Google imagem). Recuperado em 2 outubro, 2015, de <http://forum.agendaju.com/images/blogs/moda/2013/renda-irlandesa/renda-irlandesa.jpg>

Ribeiro, D. (1982). *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno* (4a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Ribeiro, J. (2010, março 4). *Os jangadeiros*. Recuperado em 26 junho, 2015, de [http://conjeturando.blogspot.com.br/2010\\_03\\_04\\_archive.html](http://conjeturando.blogspot.com.br/2010_03_04_archive.html)

Ribeiro, J. (2004). Os jangadeiros. *Jangada Brasil: a cara e a alma brasileira*, VI(edição 62). (original *Os brasileiros*. Rio de Janeiro, RJ: Pallas; Brasília, DF: Instituto Nacional do Livro, 1977. p. 21-27). Recuperado em 22 junho, 2015, de <http://jangadabrasil.com.br/revista/janeiro62/of62001a.asp>

Rodrigues, M. L. (2006). Metodologia multidimensional em ciências humanas: um ensino a partir de Edgar Morin. In M. L. Rodrigues, & M. M. C. Limena (Orgs.). *Metodologias:*

*multidimensionais em ciências humanas*. Brasília, DF: Líber Livro.

Rubim, A. A. C. (2011). Crise e políticas culturais. In A. Barbalho, L. Calabre, P. Miguez, & R. Rocha (Orgs.). *Cultura e desenvolvimento: perspectivas políticas e econômicas* (287 p, p. 13-15). Salvador, BA: EDUFBA.

Ruchet, M. (2014, março 26). Escolas indígenas de Caucaia mantêm viva cultura da tribo tapeba. *Tribuna do Ceará*. Recuperado em 25 agosto, 2015, de <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/ceara/escolas-indigenas-de-caucaia-mantem-viva-cultura-da-tripo-tapeba/>

Sá, R. B. V. de (2002). *A imagem do Brasil no turismo: construção, desafios e vantagem competitiva*. São Paulo, SP: Aleph.

Sampaio, C. A. C., Lesama, M. F., Araujo, J. R., & Mendez, E. O. (2011). Perspectiva do Turismo comunitário, solidário e sustentável. In C. Sampaio, C. Henríquez, & C. Mansur. (Orgs.). *Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática*. Blumenau, SC: Edifurb.

Sampaio, C., Henríquez, C., & Mansur, C. (Orgs.). (2011). *Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática*. Blumenau, SC: Edifurb.

Sanicola, L. (2008). *As dinâmicas de rede e o trabalho social* (D. Cordas, Trad.). (Série livros-texto, vol. 3). São Paulo, SP: Veras.

Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (2009). Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In R. Bartholo, D. G. Sansolo, & I. Bursztyn (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Blumenau, SC: Edifurb.

Santiago, E. ([2011]). *Escambo*. Arquivado em economia. Recuperado em 24 novembro, 2015, de <http://www.infoescola.com/economia/escambo/>

Santos, F. M. dos (2012). Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin [BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.] *Revista Eletrônica de Educação*, 6(1).

- Santos, M. (2012a). *Pensando o espaço do homem* (5a ed.). São Paulo, SP: EdUSP.
- Santos, M. (2012b). *Por uma geografia nova: da crítica da geografia à geografia crítica*. São Paulo, SP: EdUSP
- Santos, M. (1996). *A natureza do espaço*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Santos, M. (1994). *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo, SP: Hucitec.
- Santos, M. (1979). *O espaço dividido. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. (Coleção Ciências Sociais). Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves.
- Santos, N., Cravidão, F., & Cunha, L. (2010). Espaço turístico e meio ambiente. Natureza, paisagens culturais e os produtos turísticos associados ao território. (Eixo 3 [CD-ROM]). *Anais do IV Congresso Latinoamericano de Investigación Turística*, Universidad de la Republica Oriental del Uruguay, Uruguay, Montivideo. Recuperado em 2 dezembro, 2015, de <http://www.cegot.pt/Files/Downloads/Documentos-Publicos/Publicacoes/Grupo-3/A%20-%20Peer-Review/3.pdf>
- Santos, N. P. dos (2014). Turismo, gestão e território. *Caderno Virtual de Turismo*, 14(supl.1), s.66-s.86. Recuperado em 2 dezembro, 2015, de <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=1025&path%5B%5D=411>
- Santos, N. P. dos (2013, maio). Do viver para trabalhar ao trabalhar para viver. Uma apologia à sociedade do lazer. *Ata do 1º Encontro Regional de Técnicos de Turismo*, 7 e 8 de outubro de 2011, Coimbra, Portugal. Recuperado em 20 janeiro, 2016, de [https://www.researchgate.net/publication/249314313\\_Do\\_viver\\_para\\_trabalhar\\_ao\\_trabalhar\\_para\\_viver\\_Uma\\_apologia\\_a\\_a\\_sociedade\\_do\\_lazer](https://www.researchgate.net/publication/249314313_Do_viver_para_trabalhar_ao_trabalhar_para_viver_Uma_apologia_a_a_sociedade_do_lazer)
- Santos, N. P. dos (2011). Cidade e sustentabilidade territorial. *Mercator - Revista de Geografia da UFC*, 10(23), 7-22. Recuperado em 2 dezembro, 2015, de <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/658/366>

Santos, N. P. dos (2008). *Globalization and the relationship work/leisure: from standardization of leisure to work flexibility*. Coimbra, PT: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Santos, N. P. dos (2005). *Globalization and the relationship work/leisure: from standardization of leisure to work flexibility* (pp. 153-167.). Lisboa, PT: Centro de Estudos Geográficos de Coimbra.

Santos, N. P. dos (2003, maio). Do viver para trabalhar ao trabalhar para viver: uma apologia à sociedade do lazer (R. Damasceno, Coord.). *Atas do 10 Encontro Regional De Técnicos de Turismo*, Agrupamento de Escolas de Condeixa-a-Nova Rato. Recuperado em 30 dezembro, 2015, de [https://www.researchgate.net/publication/249314313\\_Do\\_viver\\_para\\_trabalhar\\_ao\\_trabalhar\\_para\\_viver\\_Uma\\_apologia\\_a\\_sociedade\\_do\\_lazer](https://www.researchgate.net/publication/249314313_Do_viver_para_trabalhar_ao_trabalhar_para_viver_Uma_apologia_a_sociedade_do_lazer)

Santos, N. P. dos (2001). *A sociedade de consumo e os espaços vividos pelas famílias: a dualidade dos espaços, a turbulência dos percursos e a identidade social*. Coimbra, PT: Colibri e Centro de Estudos Geográficos de Coimbra.

Santos, N. P. dos, & Gama, A. (Orgs.) (2008). *Lazer: da libertação do tempo à conquista de práticas* (271 p.). Coimbra, PT: Editora Imprensa da Universidade de Coimbra

Santos, R. I. C. dos, Silva, R., & Cristofolini, D. (2006). Transformações em socioculturais decorrentes do turismo religioso em Nova Trento-SC. In S. D. P. Trevizan (Org.). *Comunidades sustentáveis: a partir do turismo com base local*. Ilhéus, BA: Editus.

Saquet, M. A. (2011). Abordagens e concepções de território e territorialidade. *Revista Geográfica de América Central*, (Número Especial EGAL), 1-16. Recuperado em 20 maio, 2016, de <http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/viewFile/1795/1701>

Schimidt, F. (2010, maio 3). *Município cearense reúne talento de mulheres-rendeiros: conheça a história e o trabalho destas artesãs*. Recuperado em 30 julho, 2015, de <http://estilo.uol.com.br/moda/ultimas-noticias/redacao/2010/05/03/rendeiros-concentram-seu-trabalho-em-centros-no-ceara.htm>

Schlithler, R. C. B. (2004). *Redes de desenvolvimento comunitário: iniciativas para a transformação social*. São Paulo, SP: Global/IDIS.

Schmid, C. (2012). A teoria da produção do espaço de henri lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional (M. I. M. Marques, & M. Barreto, Trad.). *GEOUSP – espaço e tempo*, 32, p. 89-109.

Schmidt, M. A., & Garcia, T. B. (2008). Memória e ensino de história da América no Brasil: uma tradição (re)inventada pelos manuais didáticos. In F. R. L. Ramos, & M. R. de L. Lucas (Orgs.). *Tempo no plural: história, memória e diversidade cultural*. Fortaleza, CE: Programa de Pós-Graduação em História da UFC/Realce.

Seabra, G. de F. (2003). O turismo sertanejo como alternativa econômica para o semi-árido. *PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 1(2), 137-143. Recuperado em 3 fevereiro, 2016, de <http://www.pasosonline.org/Publicados/1203/PS010603.pdf>

Seabra, G. de F. (2001). *O turismo sertanejo como alternativa econômica para o semiárido*. João Pessoa, PB: Departamento de Geociências – UFPB.

Sen, A. K. (2000). *Desenvolvimento como liberdade* (410 p.). (L. T. Motta, Trad.). São Paulo, SP: Cia. das Letras.

Serviço Social do Comércio Departamento Nacional. (2016a). Portal. Lazer. Turismo social. *Sobre o turismo social*. Rio de Janeiro, RJ: Departamento Nacional do SESC. Recuperado em 18 fevereiro, 2016, de <http://www.sesc.com.br/portal/lazer/Sobre+o+Turismo+Social/>

Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional. (2016b). *Portal. Sesc. O Sesc. Nossa história*. Rio de Janeiro, RJ: Departamento Nacional do SESC. Recuperado em 18 fevereiro, 2016, de [http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o\\_sesc/nossa\\_historia/](http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/nossa_historia/)

Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional (2014). *Turismo social: módulo instalações e equipamentos*. Rio de Janeiro, RJ: Departamento Nacional do SESC.

Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional (2012a, fevereiro). *Carta da Paz Social*. (Assessoria de Divulgação e Promoção. Departamento Nacional. Rio de Janeiro, 1971.

Documento Histórico). Recuperado em 16 fevereiro, 2016, de <http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/490c55a9-a7c5-4a25-83a4-bb2f09491dea/Carta+da+Paz+Social.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=490c55a9-a7c5-4a25-83a4-bb2f09491dea>

Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional (2012b). *Diretrizes gerais de ação do SESC*. Rio de Janeiro, RJ: Departamento Nacional do SESC.

Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional (2012c). *Legislação do SESC*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Departamento Nacional do SESC.

Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional (2011). *Diretrizes gerais de ação do SESC*. Rio de Janeiro, RJ: Departamento Nacional do SESC.

Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional (2010a). *Diretrizes gerais de ação do SESC, 2010*. Recuperado em 16 fevereiro, 2016, de <http://www.sescbahia.com.br/vs-arquivos/HtmlEditor/file/Pol%C3%ADtica%20de%20Transpar%C3%A2ncia/2015/Diretrizes%20Gerais%20de%20A%C3%A7%C3%B5es%20do%20Sesc.pdf>

Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional (2010b). *Diretrizes SESC para o quinquênio 2011-2015*. Rio de Janeiro, RJ: Departamento Nacional do SESC.

Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional (2010c). *Legislação do SESC* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Departamento Nacional do SESC.

Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional (2004). *Diretrizes gerais de ação do SESC*. Rio de Janeiro, RJ: Departamento Nacional do SESC.

Serviço Social do Comércio. Departamento Nacional (1992). *Legislação do SESC* (3a ed.). Rio de Janeiro, RJ: Departamento Nacional do SESC.

Serviço Social do Comércio. Departamento Regional Ceará (2015). *Programa de Trabalho Sesc Ceará, 2015* (179 p.). (Estrigas, Ilust.). Fortaleza, CE: SESC Departamento Regional.

Serviço Social do Comércio. Departamento Regional Ceará (2014a, agosto 1). *4º Encontro*

*Sesc Povos do Mar em Iparana*. Fortaleza, CE: SESC Departamento Regional. Recuperado em 20 maio, 2015, de <http://www.sesc-ce.com.br/index.php/publicados/2733-inscricoes-para-4o-edicao-do-povos-do-mar-.html>

Serviço Social do Comércio. Departamento Regional Ceará (2014a). *Planejamento estratégico Sesc Ceará* (Estrigas, Ilust.). Fortaleza, CE: SESC Departamento Regional.

Serviço Social do Comércio. Departamento Regional Ceará (2014b). *SESC Ceará* (Estrigas, Ilust.). Fortaleza, CE: SESC Departamento Regional.

Serviço Social do Comércio. Departamento Regional Ceará (2013a, abril 17). *Colônia Ecológica SESC em Iparana*. Recuperado em 25 julho, 2015, de <http://www.sesc-ce.com.br/index.php/colonia-ecologica-sesc.html>

Serviço Social do Comércio. Departamento Regional Ceará (2013b, agosto 14). *3º Encontro Sesc Povos do Mar em Iparana*. Fortaleza, CE: SESC Departamento Regional. Recuperado em 19 maio, 2015, de <http://www.sesc-ce.com.br/index.php/publicados/1528-3o-encontro-sesc-povos-do-mar-.html>

Serviço Social do Comércio. Departamento Regional Ceará (2010). *Programa de trabalho SESC Ceará 2011*. Fortaleza, CE: SESC Departamento Regional.

Serviço Social do Comércio. Departamento Regional Ceará (2009). *Sesc: ações e resultados Sistema Fecomércio Ceará 2009*. Fortaleza, CE: ASPLAN/SESC.

Serviço Social do Comércio. Departamento Regional Ceará (2001). *Plano de trabalho do Sesc Ceará de 2001*. Fortaleza, CE: SESC Departamento Regional.

Serviço Social do Comércio. Departamento Regional Ceará (2000). *Plano de trabalho do Sesc Ceará de 2000*. Fortaleza, CE: SESC Departamento Regional.

*Sesc – minhas andanças: um apanhado de impressões. Hospedagem. Sesc Caldas Novas – lazer - balneário* (2012, abril 12). Recuperado em 26 julho, 2015, de <https://sescpelobrasil.wordpress.com/tag/hospedagem/>; <https://sescpelobrasil.files.wordpress.com/2011/03/fortaleza-4o-dia-sesc-ce-058.jpg>



SESC recebe inscrições para 2º Encontro Povos do Mar (2015). *Blog Divirta-se*. Recuperado em 9 agosto, 2015, de <http://divirta-ce.blogspot.com.br/2012/08/cursos-seminarios-oficinas-debates.html>

SESC 70 anos (2015). *Nossa história*. Recuperado em 31 agosto, 2015, de [http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o\\_sesc/nossa\\_historia/](http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/nossa_historia/)

Silva, Í. N. C. (2007, fevereiro 23). O turismo: origens e evolução. *Colunas Ilhas Solteiras*. Recuperado em 12 abril, 2013, de [www.ilhasolteira.com.br/colunas/index.php?acao=verartigo](http://www.ilhasolteira.com.br/colunas/index.php?acao=verartigo)

Silva, J. R. G., & Wetzel, U. (2007). A construção de um quadro analítico sobre as significações de espaço no contexto das mudanças organizacionais. *Cadernos EBAPE.BR. FGV – EBAPE*, V(4).

Silva, J. L. F. dos (2011, setembro). *O turismo religioso no noroeste de Portugal: contributo para a compreensão do papel dos santuários no desenvolvimento do território* (217 p.). Tese de Doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras, Universidade do Pôrto, Pôrto, Portugal. Recuperado em 20 janeiro, 2016, de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/63183/2/TESEDOUTJOOSILVA000161340.pdf>

Silva, L. G. S. da (1998). História e meio ambiente: a pequena pesca marítima no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, (10-11), 219-231. Recuperado em 22 agosto, 2015, de <http://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39286/24105>

Silva, S. (2013, junho). *Turismo interno: uma visão integrada*. Lisboa, PT: Lidel.

Silva, T. A. ([2007]). Turismo sexual, prostituição e gênero: uma discussão teórica. *Anais do XII Seminário Nacional e III Seminário Internacional Mulher e Literatura*, GT Mulher e Literatura da ANPOLL, Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, Brasil.

Silveira, E. S. da (2007). *Por uma sociologia do turismo*. Porto Alegre, RS: Zouk.

Sinclair, M. T., & Stabler, M. (2009). *Aspectos econômicos do turismo*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.

Sistema Fecomércio Ceará. (2008). *Sistema Fecomércio Ceará: Federação, Sesc, Senac, IPDC 60 anos: uma história de várias realizações*. Fortaleza, CE: Editora SENAC Ceará.

Soja, E. W. (2013). *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica* (V. Ribeiro, Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Simplíssimo Livros.

Soja, E. W. (1989). *Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory*. London; New York: Verso Press.

Spindola, T., & Santos, R. da S. (2003). Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?). *Rev. Esc. Enferm. USP*, 37(2), 119-126.

Stake, R. E. (2011). *Pesquisa qualitativa: estudando como coisas funcionam* (263 p.). (K. Reis Trad.; N. Jacks, Rev. técnica). Porto Alegre, RS: Penso.

Sta. Clara, António (2015). *Olhares: fotografia online/Santa Clara*. Lisboa, PT. Recuperado em 6 junho, 2015, de <http://olhares.sapo.pt/jangada-foto1003569.html>

Tandaya, L. (2006). *Historias de pescador. Pescadores retornam e tiram a jangada do mar – Iguape/Ceará*. Publicado em 19 março 2006. Recuperado em 16 agosto, 2015, de <https://historiasdpescador.wordpress.com/>

Teixeira, T. R. A., & Andrade, Á. A. V. de. (2010, julho 25-31). O conceito de território como categoria de análise. *Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*, Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão, Porto Alegre, RS, Brasil.

Thiry-Cherques, H. R. (2009). Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. *Revista PMKT*, (03), 20-27. Recuperado em 20 janeiro, 2016, de [http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista\\_PMKT\\_003\\_02.pdf](http://www.revistapmkt.com.br/Portals/9/Edicoes/Revista_PMKT_003_02.pdf)

Thomson, A. (2002). Histórias (co) movedoras: história oral e estudos de migração (M. F. Lopes, Trad.). *Revista Brasileira de História*, 22(44), 341-364. Recuperado em 15 dezembro, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14003.pdf>

Tófoli, A. L. F. de (2009). Retomadas de terras Tapeba: entre a afirmação étnica, os

descaminhos da demarcação territorial e o controle dos espaços. In E. M. Palitot (Org.). *Na Mata do Sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará*. Fortaleza, CE: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC.

Tomazzoni, E. L. (2009). *Turismo e desenvolvimento regional: dimensões, elementos e indicadores*. Caxias do Sul, RS: EDUCS.

Tomazzoni, E. L. (2008). Dimensão cultural do turismo: uma proposta de análise. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, 5(3), 1-15. Recuperado em 20 maio, 2015, de [http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO\\_02\\_EDEGAR\\_LUIS\\_TOMAZZONI\\_FENIX\\_JUL\\_AGO\\_SET\\_2008.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF16/ARTIGO_02_EDEGAR_LUIS_TOMAZZONI_FENIX_JUL_AGO_SET_2008.pdf)

Tomazzoni, E. L. (2007). *Acesso ao documento primário: turismo e desenvolvimento regional, modelo APL TUR, Aplicado à Região das Hortênsias (Rio Grande do Sul – Brasil)* (385 p.). Tese de Doutorado em Relações Públicas, Propaganda e Turismo, Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Tuan, Y.-F. (2007). *Topofilia: un estudio de las percepciones, actitudes y valores sobre el entorno* (F. Durán de Zapata, Trad., J. P. Bertran, Trad. Prólogo). [Santa Cruz de Tenerife, España]: Melusina.

World Tourism Organization. (2015, June). *UNWTO Tourism Highlights*. Madrid, ES: UNWTO. Recuperado em 10 março, 2016, de <http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416899>.

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. (2007). *Culture. Intangible heritage*. Recuperado em 10 agosto, 2015, de [http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL\\_ID=34325&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=34325&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

Universidade Santa Cruz do Sul. *O que é uma RPPN*. Recuperado em 18 julho, 2016, de <http://www.unisc.br/site/rppn/rppn.html>

UOL (2015). Recuperado em 24 julho, 2015, de [http://w3.i.uol.com.br/celular/Wap/album/entretenimento/estilo/rendeiras\\_f\\_007.jpg](http://w3.i.uol.com.br/celular/Wap/album/entretenimento/estilo/rendeiras_f_007.jpg)

Vasconcelos, D. A. L. de. (2005). Concepts and models in tourism: a development from reductionism to tourism systems. *Turismo - Visão e Ação*, 7(1), 155-171.

Vázquez Barquero, A. (1995). Desenvolvimento local: novas dinâmicas na acumulação e regulação do capital (R. Brinco, Trad.). *Ensaio FEE*, 16(1), 221-241. Recuperado em 20 maio, 2016, de <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/1752/2120>

Vianna, R. M. M., César, P. de A. B., & Moura, L. N. de. (2014). *Turismo de Base Comunitária: estudo da relação dos atores locais com as políticas envolvida na região insular de Belém (PA)*. *Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo*, 7(1), 86-102.

Vianna, R. (2011, fevereiro 6). Fortaleza em fotos. *Diário do Nordeste*. Recuperado em 22 setembro, 2015, de <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2011/02/ponte-jose-martins-rodrigues-sobre-o.html>

Vilar, L. (2010, janeiro 13). *As capitais do Brasil*. Recuperado em 15 setembro, 2015, de <http://seguindopassoshistoria.blogspot.com.br/2010/01/as-capitais-do-brasil.html>

Vilela, A. (2012, junho 24). *Artesanato de renda de filé - Maceió*. Recuperado em 18 fevereiro, 2016, de <http://alaboas.blogspot.com.br/2012/06/artesanato-de-renda-de-file-maceio.html>

Walle, A. H. (1997). Quantitative versus qualitative tourism research. *Annals of Tourism Research*, 24(3), 524-536. Recuperado em 20 maio, 2015, de <http://www3.tjcu.edu.cn/wangshangketang/lyxgl/yuedu/11.pdf>

Xavier, P. P. (2010). *O Dragão do Mar na "Terra da Luz": a construção do héroi jangadeiro (1934-1858)*. Dissertação de Mestrado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Yasoshima, J. R., Oliveira, N. da S. (2002). Antecedentes das viagens e do turismo. In M. Rejowski (Org.). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo, SP: Aleph.

Zamignan, G. (2011). Um estudo da demanda turística de base comunitária de base

comunitária na região Sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado, Morretes/PR. In C. Sampaio, C. Henríquez, & C. Mansur (Orgs.). *Turismo Comunitário, Solidário e Sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática*. Blumenau, SC: Edifurb.



## APÊNDICES





APÊNDICE A – Roteiro do inquérito utilizado na pesquisa com as rendeiras, pescadores, jangadeiros e marisqueiras e os índios Tapebas, como também, à população do entorno do SESC Iparana-Caucaia sobre a ação educativa em prol do turismo comunitário

### **ROTEIRO PARA O INQUÉRITO**

Este roteiro integra um trabalho de investigação para Doutorado, junto a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal, área de Turismo. Tem **objetivos gerais e específicos** definidos pelo Projeto de tese “As Redes sociais e territoriais do Entorno de Caucaia/Iparana: potencialidades para o desenvolvimento de práticas sustentáveis de turismo de bases comunitárias”.

O **objetivo geral** desta pesquisa é **avaliar as práticas de fomento ao turismo de base comunitária desenvolvidas pelas comunidades no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana /litoral cearense ou por meio do Encontro SESC: Povos do Mar**. Os objetivos específicos consistiram em:

- a) Mapear o patrimônio material e imaterial das comunidades e redes sociais no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana/litoral cearense ou por meio do Encontro SESC: Povos do Mar visando ao desenvolvimento das comunidades detentoras dos recursos naturais e culturais da região;
- b) Identificar os projetos e as práticas de turismo de base comunitária desenvolvidas pelas comunidades no entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana/no litoral cearense ou por meio do Encontro SESC: Povos do Mar;
- c) Constituir ideias e ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável, através do Turismo de bases comunitárias;
- d) Refletir sobre as formas de turismo praticadas no litoral cearense, visando o desenvolvimento das comunidades e a preservação de seus ecossistemas;
- e) Discutir a inserção socioeconômica das populações locais, nas atividades relacionadas ao turismo;
- f) Indicar as ações de educação ambiental, por meio das ações de turismo social que desenvolvem, nos seus usuários, uma consciência crítica em relação às questões ambientais;

- g) Verificar de que modo e alcance as ações de Turismo do SESC promovem o enriquecimento cultural, a educação, a melhoria das relações interpessoais, o desenvolvimento integral da saúde, dentre outras oportunidades;
- h) Colaborar para a inserção socioeconômica das populações locais, nas atividades relacionadas ao turismo.

O questionário aqui constituído manterá os dados sigilosos dos entrevistados, identificando-os por nomes fictícios, para preservação de suas identidades como depoentes, aquém desde já agradecemos por sua prestigiosa colaboração.

## ROTEIRO PARA O INQUÉRITO

Este roteiro tem por base as preocupações e objetivos gerais e específicos do projeto de tese. Está aqui uma primeira formulação com vistas ao aprimoramento e recepção de sugestões por parte dos Orientadores:

Será aplicado junto a representantes das comunidades/localidades entorno Iparana/Caucaia.

### A – Dados Biográficos – NOME:

1. Sexo: Masculino \_\_\_\_\_ Feminino \_\_\_\_\_
2. Ano de Nascimento \_\_\_\_\_
3. Local/Localidade de Residência \_\_\_\_\_
4. Local/Localidade de Nascimento \_\_\_\_\_
  - 4.1. Se diferente Residência e Nascimento, há quanto tempo vive nesta Localidade  
\_\_\_\_\_anos
5. Atividade profissional \_\_\_\_\_
  - 5.1. Outras ocupações \_\_\_\_\_
  - 5.2. Outras ocupações \_\_\_\_\_
  - 5.3. Atividades profissionais anteriores
    - 5.3.1. \_\_\_\_\_
    - 5.3.2. \_\_\_\_\_
6. Número de Filhos \_\_\_\_\_
  - 6.1. Número de Filhos Dependentes \_\_\_\_\_
7. Renda da Família \_\_\_\_\_ Reais

### B – Dados relacionados ao Lazer e Turismo:

1. Tem algum contacto com turistas no seu dia a dia?
  - 1.1. Não, nunca \_\_\_\_\_
  - 1.2. Raramente \_\_\_\_\_
  - 1.3. Às vezes \_\_\_\_\_
  - 1.4. Habitualmente \_\_\_\_\_
  - 1.5. Todos os dias \_\_\_\_\_



5. Julga que o SESC presta um bom serviço?

5.1. Sim \_\_\_\_

5.2. Não \_\_\_\_

5.3. Porquê?

---



---



---



---

5.4. Faz parte de algum grupo de turismo Comunitário?

5.5. Sim \_\_\_\_

5.6. Não \_\_\_\_

**C – Se está integrado em algum grupo de valorização da identidade cultural, turismo social e ou turismo comunitário, responda às questões seguintes:**

**Antes da integração**

1. Que atividades garantiam o seu sustento e da sua família antes de ter esta participação neste tipo de grupos? \_\_\_\_\_

2. Tipo de Trabalho:

2.1. Você trabalhava por conta própria? \_\_\_\_

2.2. Você trabalhava por conta de outrém? \_\_\_\_

2.3. Desempregado \_\_\_\_

2.4. Outra situação. Qual? \_\_\_\_\_

3. Se trabalhava por conta própria

3.1. Com familiares \_\_\_\_

3.2. Tinha sócios de trabalho \_\_\_\_

3.3. Outra situação. Qual? \_\_\_\_\_

4. Quais os principais problemas que enfrentava?

---



---



---

**Registros e observações da(o) investigador(a)**

---



---





**Hoje**

13. Que atividades garantem o seu sustento e da sua família?

---

14. Tipo de Trabalho:

14.1. Trabalho por conta própria? \_\_\_\_

14.2. Trabalho conta de outrém? \_\_\_\_

14.3. Desempregado \_\_\_\_

14.4. Outra situação. Qual? \_\_\_\_\_

15. Se trabalha por conta própria

15.1. Com familiares \_\_\_\_

15.2. Com sócios de trabalho \_\_\_\_

15.3. Outra situação. Qual? \_\_\_\_\_

16. Precisa de orientações para oferecer os seus serviços?

16.1. Não

16.2. Sim, de vez em quando

16.3. Sim, Sempre

17. Precisa de orientações para calcular preços de serviços?

17.1. Não

17.2. Sim, de vez em quando

17.3. Sim, Sempre

**Registros e observações da(o) investigador(a)**


---



---



---



---



---



---



---



---



---



---

18. Precisa de orientações para planejar atividades?



- 18.1. Não
- 18.2. Sim, de vez em quando
- 18.3. Sim, Sempre

19. Qual a sua motivação atual para trabalhar neste ofício(s)?

---

---

---

20. Quais os principais problemas que enfrenta?

---

---

---

21. Quando surge algum problema, a quem você se dirige para o resolver?

---

---

---

22. Na falta de clientes/pessoas para comprar seus serviços, como você faz?

---

---

---

23. Como você valoriza, hoje, o seu saber/ofício/identidade (rendeira, pesca, identidade cultural)?

---

---

---

**Registros e observações da(o) investigador(a)**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

24. Já pensou em mudar de atividade?

---

---

---

25. Sua família lhe ajuda nesse ofício/atividade?

---

---

---

26. Qual é a sua renda hoje?

---

---

---

27. A sua renda dá para o sustento de sua família?

27.1. Bem à vontade

27.2. Sim

27.3. Nem sempre

27.4. Não

28. Como é a sua relação com os turistas/visitantes?

28.1. Muito má

28.2. Má

28.3. Razoável

28.4. Boa

28.5. Muito boa

28.6. Explique

---

---

---



32. De que forma a sua aproximação com outros grupos comunitários contribuiu para a sua atividade? Porquê?

---

---

---

33. Quando você começou a conhecer outros grupos, isto favoreceu a sua atividade em que sentido?

---

---

---

34. A cooperativa a que você pertence funciona como?

---

---

---

35. Quem participa dela?

---

---

---

**Registros e observações da(o) investigador(a)**

---

---

---

---

---

---

---

36. Relacionam-se com outras cooperativas?

36.1. Não

36.2. Sim, um pouco

36.3. Sim, muito

36.4. De que forma

---

---

37. Que atividades culturais vocês realizam agora?

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

4. \_\_\_\_\_

38. Quais foram as modificações que introduziram no vosso cotidiano e nas vossas atividades depois das reuniões com o SESC.

---

---

---

39. Qual a importância da hora comunitária para a comunidade? Tente explicar

---

---

---

40. Qual a importância da hora comunitária para a sua família? Tente explicar

---

---

---

---

---

**Registros e observações da(o) investigador(a)**

---

---

---

---

---

---

---

---

41. Qual a importância da hora comunitária para si? Tente explicar

---

---

---

---

42. Você participa de algum treinamento ou curso/oficina junto ao Sesc Iparana?

---

---

43. Qual(is)?

---

---

44. O que você aprendeu?

---

---

45. Como você avalia a presença do Sesc em Iparana/Caucaia?

---

---

---

---

---

46. Que sugestão você tem para a ação/projetos do Sesc na comunidade?

---

---

---

**Registros e observações da(o) investigador(a)**

---

---

---

---

---

---

---

---

47. Que sugestão você tem para a ação/projetos do Sesc em Caucaia?

---

---

---

48. Que aspectos você acha negativos na sua vida hoje?

---

---

---

49. Que aspectos você acha negativos na sua atividade profissional hoje?

---

---

---

50. O que Caucaia oferece ao turista que aqui chega enquanto valor de identidade cultural?

---

---

---

---

---

---

51. Na sua opinião, o que mais poderia ser oferecido?

---

---

---

---

---

---

52. O que deve ser feito para preservar a natureza e a cultura de

Caucaia? 1. Realizar Oficinas sobre Meio Ambiente ( )

2. Fazer parceria com Instituições governamentais e não governamentais ( )

3. Sensibilizar políticos, gestores municipais sobre a questão ambiental ( )

4. Sensibilizar escolas sobre a questão ambiental ( )

5. Fortalecer as Brigadas da Natureza compostas por crianças e adolescentes ( )

6. Resgatar tradições culturais em declínio ( )

7. Promover eventos, cursos, palestras, intercâmbios ( )

8. Incentivar a criação de grupos e equipamentos culturais, com a ajuda do poder publico iniciativa privada ( )

---

**Registros e observações da(o) investigador(a)**

---



---



---



---



---



---

53. Para você, quais são os meses do ano em que há mais turistas/visitantes em Caucaia?

---



---



---

54. Os turistas são predominantemente brasileiros ou estrangeiros?

a. Brasileiros \_\_\_\_

b. Estrangeiros \_\_\_\_

55. Os turistas são estrangeiros são principalmente de que países?

a. De que países 1 \_\_\_\_\_

b. De que países 2 \_\_\_\_\_

c. De que países 3 \_\_\_\_\_

56. Esse contato com o turismo é positivo ou negativo para as comunidades da região de Caucaia?

a. Nada positivo

b. Pouco positivo

c. Nem bom nem mau

d. Bastante Positivo

e. Extremamente positivo

57. Por favor explique o motivo da sua escolha

---



---



---





60. Que tradições, festividades, atividades culturais existem na sua localidade?

- 1. \_\_\_\_\_
- 2. \_\_\_\_\_
- 3. \_\_\_\_\_
- 4. \_\_\_\_\_

61. Que sugestões você daria ao Sesc para melhorar as condições de vida da população de Caucaia?

- 1. \_\_\_\_\_
- 2. \_\_\_\_\_
- 3. \_\_\_\_\_
- 4. \_\_\_\_\_

62. Que sugestões você daria ao Sesc para melhorar a qualidade do turismo em Caucaia?

- 1. \_\_\_\_\_
- 2. \_\_\_\_\_
- 3. \_\_\_\_\_
- 4. \_\_\_\_\_

**Registros e observações da(o) investigador(a)**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

63. Você participa do evento "Povos do Mar"?

- a. Não
- b. Sim, mas pouco
- c. Sim, habitualmente,
- d. Sim, sempre

64. Se respondeu si, quando participou pela primeira vez?

---

65. O que o evento "Povos do Mar" traz para você como aprendizado?

---

---

---

66. Que sugestões você daria para organizarmos o evento " Povos do Mar"?

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

4. \_\_\_\_\_

67. O que você acha do meio ambiente de sua localidade?

---

---

---

68. O que você sugere para melhorar esse meio ambiente?

---

---

---

**Registros e observações da(o) investigador(a)**

---

---

---

---

---

**No futuro**

69. Como pensa vir a poder ser a sua vida nos próximos dez anos?

- a. Pior
- b. Na mesma
- c. Melhor
- d. Muito melhor

70. O que julga que vai mudar

- 1. \_\_\_\_\_
- 2. \_\_\_\_\_
- 3. \_\_\_\_\_
- 4. \_\_\_\_\_

71. Tem projetos para o futuro?

71.1. Não

71.2. Sim

71.3. Quais?

---

---

---

---

Bem haja pela sua participação!

---

**Registros e observações da(o) investigador(a)**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

## APÊNDICE B – Modelo Ponta Grossa de Turismo de Base Comunitária



### Ponta Grossa (CE) - \_\_\_/\_\_\_/2016

A praia de Ponta Grossa localizada no município de Icapuí, litoral leste do Ceará, localizada a 200 km de Fortaleza, reúne no seu percurso falésias vermelhas, belas dunas, recifes e antiga vila de pescadores. Um lugar muito mágico e de beleza surpreendente. São rochas em tons **laranja-avermelhados** aos reflexos das areias das altas dunas e piscinas naturais que se formam ao longo das duras rochas e areia.

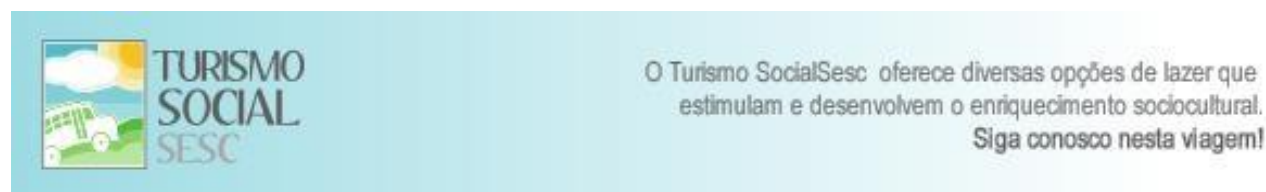
#### O pacote inclui:

- Micro ônibus (ar condicionado, sistema digital e WC);
- Serviço de bordo (ida);
- 01 diária em Pousada;
- Refeições: 01 café da manhã, 02 almoços e 01 jantar com música ao vivo;
- Passeio de buggy pela praia;
- Seguro viagem;
- Guia acompanhante credenciado no MTur.

#### Valores por pessoa:

| Apto Duplo       |                  |                  |
|------------------|------------------|------------------|
| Comerciário      | Conveniado       | Usuário          |
| <b>R\$372,00</b> | <b>R\$428,00</b> | <b>R\$480,00</b> |

**Forma de pagamento:** Dinheiro ou cartões: Visa (10x), MasterCard e Hipercard (12x), parcela mínima de R\$ 30,00. FUNAC – comerciários, sem registro de inadimplência, poderão financiar em até 12 vezes sem juros.



### **Programação:**

#### **\_\_\_/ \_\_\_ (SAB) – FORTALEZA/ PONTA GROSSA**

Saída do Sesc as 07h com destino à Praia de Ponta Grossa, localizada no município de Icapuí a aproximadamente 200 km da capital cearense. Após a acomodação nas pousadas, o grupo segue em caminhada pela comunidade para conhecer um pouco da história e dos costumes locais. Almoço no restaurante da pousada (incluso). Restante da tarde livre. A noite jantar de confraternização com música ao vivo (incluso).

#### **\_\_\_/ (DOM) – PONTA GROSSA/ FORTALEZA**

Após o café da manhã, passeio de buggy pela praia (incluso). Sugerimos também o passeio de jangada (não incluso). Almoço no restaurante da pousada (incluso). As 15:00 horas retorno a Fortaleza com previsão de chegada no início da noite.

**“Programação sujeita a alteração, de acordo com as condições climáticas, engarrafamentos, atrasos diversos, imprevistos, sugestões do guia de turismo local ou qualquer outro motivo de segurança.”**

### **Observações:**

- Roteiro sujeito à alteração ou cancelamento caso não atinja o número mínimo de 25 passageiros;
- Nosso pacote não inclui: tudo que não esteja expressamente mencionado como incluso na viagem.
- O passageiro do Turismo Social do Idoso (TSI) deve apresentar atestado médico constando estar apto a realizar a viagem;
- Criança necessariamente acompanhada de seu responsável (adulto). É imprescindível

que o responsável legal esteja portando, durante a viagem, a certidão de nascimento da criança, original ou autenticada pelo cartório.

- Criança até 02 anos free. O desconto corresponde a 01 criança por apartamento.

## APÊNDICE C – Modelo Tremembé/Icapuí de Turismo de Base Comunitária



### O pacote inclui:

- Micro ônibus (ar condicionado, sistema digital e WC);
- Serviço de bordo (ida);
- 01 diária na Pousada Tremembé;
- Refeições: 01 café da manhã, 02 almoços e 01 jantar com música ao vivo;
- Seguro viagem;
- Guia acompanhante credenciado no MTur.

### Valores por pessoa:

| <i>Apto Duplo</i> |                   |                   |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Comerciário       | Conveniado        | Usuário           |
| <b>R\$ 247,00</b> | <b>R\$ 275,00</b> | <b>R\$ 310,00</b> |

**Forma de pagamento:** Dinheiro ou cartões: Visa (10x), MasterCard e Hipercard (12x), parcela mínima de R\$ 30,00. FUNAC – comerciantes, sem registro de inadimplência, poderão financiar em até 12 vezes sem juros.





### **Programação:**

#### **\_\_\_/\_\_\_(SAB) – FORTALEZA/TREMEMBÉ**

Saída as 07:00h do Sesc Fortaleza com destino a praia de Tremembé localizada no município de Icapuí. Acomodação do grupo na pousada e almoço incluso. A noite jantar de confraternização com música ao vivo (incluso).

#### **\_\_\_/\_\_\_ (DOM) – TREMEMBÉ/ FORTALEZA**

Após o café da manhã, dia livre para aproveitar a belíssima praia. Sugerimos passeio de jangada. Almoço no restaurante da pousada (incluso). Em horário combinado, retorno a Fortaleza com previsão de chegada no início da noite.

#### **\* ROTEIRO SUJEITO A ALTERAÇÃO SEM AVISO PRÉVIO**

### **Observações:**

- Roteiro sujeito à alteração ou cancelamento caso não atinja o número mínimo de 20 passageiros;
- Nosso pacote não inclui: tudo que não esteja expressamente mencionado como incluso na viagem.
- O passageiro do Turismo Social do Idoso deve apresentar atestado médico constando estar apto a realizar a viagem;
- Criança necessariamente acompanhada de seu responsável (adulto). É imprescindível que o responsável legal esteja portando, durante a viagem, a certidão de nascimento da criança, original ou autenticada pelo cartório.
- Criança até 04 anos não paga (viajando no colo do responsável); criança de 05 a 07 anos 30% de desconto. O desconto corresponde a 01 criança por apartamento.

APÊNDICE D – Tabelas e gráficos dos resultados gerais da pesquisa quantitativa da tese

**Tabela C2: Distribuição dos entrevistados por tipo de ocupação**

| Tipo da ocupação              | Frequência |              |
|-------------------------------|------------|--------------|
|                               | Absoluta   | Relativa     |
| Por conta própria             | 39         | 54,9         |
| Por conta de outrem           | 10         | 14,1         |
| Por conta própria e de outrem | 6          | 8,5          |
| Desempregado                  | 2          | 2,8          |
| Outra situação                | 3          | 4,2          |
| Não respondeu                 | 11         | 15,5         |
| <b>Total</b>                  | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C4: Distribuição dos entrevistados segundo o problema que enfrentava antes da integração**

| Tipo da problema  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Falta de iluminação.  | 1          | 1,4          |
| A comercialização.  | 3          | 4,2          |
| Dificuldade financeira devido ao pouco ganho da família que sustentava.     | 15         | 21,1         |
| As políticas públicas. Falta de estrada, transporte, educação, atendimento. | 4          | 5,6          |
| Falta de Emprego e de valorização do trabalho.                              | 3          | 4,2          |
| A questão da terra. O problema com os latifundiários e/ou com políticos.    | 7          | 9,9          |
| Pegar algas é muito difícil.  | 1          | 1,4          |
| Trabalhava distante da residência.  | 1          | 1,4          |
| Atravessador nocivo que diminuía o preço.                                   | 3          | 4,2          |
| Complicação da atividade de marisqueira.                                    | 3          | 4,2          |
| Dificuldade em reurnir os profissionais.                                    | 1          | 1,4          |
| Dificuldades com turistas.  | 1          | 1,4          |
| Discriminação e preconceito por classe e cor.                               | 1          | 1,4          |
| Dificuldade na pesca (navegação, preço baixo, risco de vida, pesca          | 7          | 9,9          |
| Necessidade de aprimorar os conhecimentos.                                  | 1          | 1,4          |
| Vício da bebida.  | 1          | 1,4          |
| Nenhuma dificuldade.  | 1          | 1,4          |
| Não respondeu.  | 17         | 23,9         |
| <b>Total</b>  | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C12: Distribuição dos entrevistados por situação da renda antes de participar do projeto no SESC**

| Faixas de renda                              | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Não se alterou.                              | 14         | 19,7         |
| Menos de 25% da atual.                       | 2          | 2,8          |
| Entre 26% e 50% menor que a atual.           | 14         | 19,7         |
| Entre 51% e 75% menor que a atual.           | 2          | 2,8          |
| Entre 76% e 100% menor que a atual.          | 13         | 18,3         |
| Era menos que hoje, não informou quanto.     | 18         | 25,4         |
| Não mudou ainda. Tem pouco tempo no projeto. | 4          | 5,6          |
| Trabalha sem fins lucrativos.                | 1          | 1,4          |
| Não sabe.                                    | 2          | 2,8          |
| Não respondeu.                               | 1          | 1,4          |
| <b>Total</b>                                 | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

## D – Situação Hoje

**Tabela C20: Distribuição dos entrevistados segundo os principais problemas que enfrenta**

| Problemas   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| LA comercialização (falta de compradores, atravessador, etc).                 | 12         | 16,9         |
| O custo de vida.  | 7          | 9,9          |
| A saúde.  | 7          | 9,9          |
| A desvalorização da profissão e falta de incentivo por parte dos governantes. | 5          | 7,0          |
| A pesca predativa e o preço do pescado que caiu.                              | 4          | 5,6          |
| Falta de espaço para produzir e expor.  | 4          | 5,6          |
| A falta da demarcação das terras.   | 6          | 8,5          |
| A discriminação, o preconceito e as diferenças culturais.                     | 3          | 4,2          |
| A falta de conhecimento para desenvolver o artesanato.                        | 3          | 4,2          |
| Outros problemas.   | 11         | 15,5         |
| Não tem problema.   | 4          | 5,6          |
| Não respondeu.  | 5          | 7,0          |
| <b>Total</b>  | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C26: Distribuição dos entrevistados por faixa de renda hoje**

| Faixa de renda                      | Frequência |              |
|-------------------------------------|------------|--------------|
|                                     | Absoluta   | Relativa     |
| Menos de um salário mínimo.         | 11         | 15,5         |
| De 1 a menos de 2 salários mínimos. | 27         | 38,0         |
| De 2 a menos de 3 salários mínimos. | 24         | 33,8         |
| De 3 a menos de 4 salários mínimos. | 2          | 2,8          |
| De 4 a menos de 5 salários mínimos. | 0          | 0,0          |
| De 5 salários mínimos a mais.       | 2          | 2,8          |
| Menos de um salário mínimo.         | 11         | 15,5         |
| <b>Total</b>                        | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C27: Distribuição dos entrevistados segundo a informação se a sua renda dá para o sustento da família**

| Resposta       | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Bem à vontade. | 4          | 5,6          |
| Sim.           | 31         | 43,7         |
| Nem sempre.    | 22         | 31,0         |
| Não.           | 10         | 14,1         |
| Não respondeu  | 4          | 5,6          |
| <b>Total</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C28: Distribuição dos entrevistados segundo como é a sua relação com o turista**

| Resposta                     | Frequência |              |
|------------------------------|------------|--------------|
|                              | Absoluta   | Relativa     |
| Muito boa.                   | 17         | 23,9         |
| Boa.                         | 34         | 47,9         |
| Razoável.                    | 8          | 11,3         |
| Má.                          | 1          | 1,4          |
| Muito má.                    | 0          | 0,0          |
| Não tem contato com turista. | 7          | 9,9          |
| Não respondeu.               | 4          | 5,6          |
| <b>Total</b>                 | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C29: Distribuição dos entrevistados segundo como vê a vinda do turista para cá**

| Resposta           | Frequência |              |
|--------------------|------------|--------------|
|                    | Absoluta   | Relativa     |
| Vê como muito boa. | 11         | 15,5         |
| Vê como boa.       | 41         | 57,7         |
| Vê como razoável.  | 11         | 15,5         |
| Vê como má.        | 1          | 1,4          |
| Vê como muito má.  | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.     | 7          | 9,9          |
| <b>Total</b>       | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C30: Distribuição dos entrevistados segundo a resposta se acha que sua vida melhorou nos últimos dez anos**

| Resposta       | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim muito.     | 40         | 56,3         |
| Sim, um pouco. | 28         | 39,4         |
| Não.           | 2          | 2,8          |
| Não respondeu. | 1          | 1,4          |
| <b>Total</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C33: Distribuição dos entrevistados segundo o conhecimento de outros grupos em que sentido favoreceu sua atividade**

| Resposta   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Ajudou a alargar vínculos e a conversar com a comunidade.            | 2          | 2,8          |
| Favoreceu a qualidade do trabalho.                                   | 16         | 22,5         |
| Favoreceu a troca de experiência e o resgate de culturas esquecidas. | 20         | 28,2         |
| Favoreceu o aumento da renda familiar.                               | 5          | 7,0          |
| Maior união e fortalecimento.  | 3          | 4,2          |
| Melhorou a maneira de se expressar e ampliou conhecimentos.          | 12         | 16,9         |
| Não tenho contato com outros grupos.                                 | 1          | 1,4          |
| Pouco favoreceu.   | 1          | 1,4          |
| Não sabe dizer.  | 2          | 2,8          |
| Não respondeu.   | 9          | 12,7         |
| <b>Total</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C42: Distribuição dos entrevistados segundo se participa de algum treinamento curso/oficina no SESC Iparana**

| Opções         | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.           | 51         | 71,8         |
| Não.           | 17         | 23,9         |
| Não respondeu. | 3          | 4,2          |
| <b>Total</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C43: Distribuição dos entrevistados segundo quais curso/oficina participa no SESC Iparana**

| Cursos/Oficinas  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Horto medicinal.   | 6          | 8,5          |
| Oficina de queimação do forno e artesanato em barro.                             | 5          | 7,0          |
| De utensílios de pesca, de garrafa pet, renda de bilro e de capeu de palha.      | 5          | 7,0          |
| Oficina de adornos, artesanatos e remédios caseiros indígenas.                   | 4          | 5,6          |
| Oficinas do Coco do Iguape e de artesanato.                                      | 3          | 4,2          |
| Curso/oficina de rendeira.   | 3          | 4,2          |
| Oficina de tapioca, bolo e renda.  | 3          | 4,2          |
| É oficineiro de cultivo de algas.  | 1          | 1,4          |
| Oficina sobre cultura, lazer e educação ambiental.                               | 1          | 1,4          |
| Da garrafa pet e do gesso.   | 1          | 1,4          |
| Do barro, aplicação de palas de renda e apliques de renda em tecido.             | 1          | 1,4          |
| Ministrando palestras sobre os povos indígenas e oficinas sobre espiritualidade. | 1          | 1,4          |
| Ministrou uma palestra: Mulheres e Mares.  | 1          | 1,4          |
| Ministra oficinas e massoterapia comunitária.                                    | 1          | 1,4          |
| Pintura em tecido, fabricação de detergente e sabonetes.                         | 1          | 1,4          |
| Participa mas não especificou.   | 13         | 18,3         |
| Não Respondeu.   | 21         | 29,6         |
| <b>Total</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C45: Distribuição dos entrevistados segundo como avalia a presença do SESC em Iparana**

| Opiniões   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Ótima. De grande importância.  | 20         | 28,2         |
| Muito interessante. O SESC faz um bom trabalho social.   | 17         | 23,9         |
| Boa entidade, muito presente e muito parceira.   | 15         | 21,1         |
| Maravilhoso. Bom atendimento e estrutura.  | 5          | 7,0          |
| É excelente. Todos recebem agente muito bem.   | 3          | 4,2          |
| Muito importante para atividades econômicas e culturais local.   | 3          | 4,2          |
| Incentivo muito grande para a cultura cearense.  | 2          | 2,8          |
| Bom. Traz lazer para o povo com o domingo de lazer.  | 1          | 1,4          |
| Precisa levar a sério a coordenação do Horto Medicinal, pois a troca frequente de coordenação tem prejudicado o grupo. | 1          | 1,4          |
| Uma reserva ecológica.   | 1          | 1,4          |
| Não respondeu.   | 3          | 4,2          |
| <b>Total</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C56: Distribuição dos entrevistados segundo a opinião se o contato com turistas é positivo ou negativo para comunidade**

| Opinião                | Frequência |              |
|------------------------|------------|--------------|
|                        | Absoluta   | Relativa     |
| Nada positivo.         | 5          | 7,0          |
| Pouco positivo.        | 8          | 11,3         |
| Nem bom e nem mau.     | 13         | 18,3         |
| Bastante positivo.     | 34         | 47,9         |
| Extremamente positivo. | 6          | 8,5          |
| Não respondeu.         | 5          | 7,0          |
| <b>Total</b>           | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C59: Distribuição dos entrevistados segundo a forma de contato com outras comunidades**

| Forma de contato                             | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Através da realização de eventos e reuniões. | 32         | 45,1         |
| Eventos religiosos.                          | 5          | 7,0          |
| Eventos promovidos pelo Sesc.                | 4          | 5,6          |
| Comercio.                                    | 4          | 5,6          |
| Atividades culturais.                        | 3          | 4,2          |
| Com parentes e luta indígena pelos direitos. | 3          | 4,2          |
| Através do conselho indígena.                | 2          | 2,8          |
| Contatos de trabalho e cultural.             | 2          | 2,8          |
| Através do comercio e do turismo.            | 1          | 1,4          |
| Contato com regiões mais próximas.           | 1          | 1,4          |
| Casamentos entre comunidades.                | 1          | 1,4          |
| Não respondeu.                               | 13         | 18,3         |
| <b>Total</b>                                 | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C64: Distribuição dos entrevistados segundo quando participou pela 1ª. vez do evento Povos do Mar**

| Ano            | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Em 2009.       | 12         | 16,9         |
| Em 2010.       | 6          | 8,5          |
| Em 2011.       | 16         | 22,5         |
| Em 2012.       | 10         | 14,1         |
| Em 2013.       | 9          | 12,7         |
| Em 2014.       | 13         | 18,3         |
| Não respondeu. | 5          | 7,0          |
| <b>Total</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C66: Distribuição dos entrevistados segundo sugestão para organizar o evento Povos do Mar**

| Indicação  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Está muito bom. Não tenho sugestão.  | 23         | 32,4         |
| Aumentar o número de participantes, incluir mais projetos e convidar mais etnias.                | 10         | 14,1         |
| Organizar o setor de comunicação, o administrativo e melhorar a vinda das pessoas para o evento. | 10         | 14,1         |
| Melhorar a estrutura.  | 10         | 14,1         |
| Cada povo fazer sua alimentação.   | 1          | 1,4          |
| Colocar o evento para final de semana.   | 1          | 1,4          |
| Educar o povo para não estragar comida nas refeições.  | 1          | 1,4          |
| Espaço para fortalecimento das lutas e conquistas indígenas.                                     | 1          | 1,4          |
| Incentivar os trabalhos com a juventude, incentiva-los a defender a sua cultura.                 | 1          | 1,4          |
| Preparar folders para cada região, para cada cultura. Preparar balcões de madeira.               | 1          | 1,4          |
| Melhorar a hospedagem de modo que os casais e famílias fiquem juntos.                            | 1          | 1,4          |
| Criar momentos de sugestões entre participantes e organizadores.                                 | 1          | 1,4          |
| Ter rede para dormir, pois índio é acostumado a dormir de rede.                                  | 1          | 1,4          |
| Realizar a herança nativa.   | 1          | 1,4          |
| Trazer garapa de cana de açúcar e melhorar o preço da renda.                                     | 1          | 1,4          |
| Trazer talentos nordestino de grande porte e organizar melhor o evento.                          | 1          | 1,4          |
| Não sabe dizer o que falta.  | 2          | 2,8          |
| Não respondeu.   | 4          | 5,6          |
| <b>Total</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C69: Distribuição dos entrevistados segundo como pensa vir a ser sua vida nos próximos 10 anos**

| Indicação      | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Pior.          | 5          | 7,0          |
| Na mesma.      | 12         | 16,9         |
| Melhor.        | 29         | 40,8         |
| Muito melhor.  | 19         | 26,8         |
| Não respondeu. | 6          | 8,5          |
| <b>Total</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C70: Distribuição dos entrevistados segundo o que julga que vai mudar em sua vida nos próximos 10 anos**

| Sugestões  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| A renda familiar, a educação e a saúde vão melhorar.   | 10         | 14,1         |
| A velhice vai chegar e piora as coisa.   | 7          | 9,9          |
| A união das comunidades para nos ajudar.   | 6          | 8,5          |
| Irão se organizar mais em favor das lutas da comunidade.   | 5          | 7,0          |
| A convivência em comunidade melhorar a procura pela arte.  | 4          | 5,6          |
| Não sabe o que será do seu futuro.   | 3          | 4,2          |
| Pretendo me aperfeiçoar e buscar uma formação superior.  | 3          | 4,2          |
| Porque tem o SESC ajudando nessa mudança.  | 2          | 2,8          |
| Algumas medidas de combate às drogas.  | 2          | 2,8          |
| A chegada dos turistas e a melhoria das estradas.  | 1          | 1,4          |
| Acabar a briga com os que querem o turismo hoteleiro de grande porte.  | 1          | 1,4          |
| Acho que vou assumir a liderança do meu povo.  | 1          | 1,4          |
| Aprofundamento de pesquisa com foco no trabalho.   | 1          | 1,4          |
| Com o porto do Pecém a tendência é piorar. Aumento da violência, da droga, da prostituição, assalto e especulação imobiliária. | 1          | 1,4          |
| Eleger políticos responsáveis.   | 1          | 1,4          |
| Ficar mais calma, a velhice deixa a pessoa mais sábia.   | 1          | 1,4          |
| Meu trabalho será reconhecido, ampliar o conhecimento sobre renda.   | 1          | 1,4          |
| Na pesca, a gente ir para o mar e trazer bons frutos.  | 1          | 1,4          |
| Pouca coisa.   | 1          | 1,4          |
| Só Deus é quem sabe.   | 1          | 1,4          |
| Ter a própria jangada.   | 1          | 1,4          |
| Terminar a casa da mãe.  | 1          | 1,4          |
| Tudo está difícil agora imagine mais tarde com tanto assassinato e droga.  | 1          | 1,4          |
| Não respondeu.   | 15         | 21,1         |
| <b>Total</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C71: Distribuição dos entrevistados segundo se tem projetos para o futuro**

| Opções         | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.           | 13         | 18,3         |
| Não.           | 53         | 74,6         |
| Não respondeu. | 5          | 7,0          |
| <b>Total</b>   | <b>71</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C28.1: Distribuição dos entrevistados segundo a sua relação com os turistas / visitantes**

| Motivo   | Relação com o |             |             |            |            |            |               | Total        | Frequência relativa |
|--|---------------|-------------|-------------|------------|------------|------------|---------------|--------------|---------------------|
|  | Muito boa     | Boa         | Razoável    | Má         | Muito má   | Não tem    | Não respondeu |              |                     |
| Não tenho nenhum contato com turistas.                             |               |             |             |            |            | 1          | 2             | 3            | 4,2                 |
| Não tenho muito contato com turistas.                              |               | 1           | 2           | 1          |            |            |               | 4            | 5,6                 |
| Só tem relações comerciais.  |               | 2           | 2           |            |            |            |               | 4            | 5,6                 |
| As pessoas querem conhecer a cultura do seu                        | 2             | 1           |             |            |            |            |               | 3            | 4,2                 |
| Devido a minha produção caseira, tenho pouco contato com turistas. |               | 2           |             |            |            |            |               | 2            | 2,8                 |
| Há curiosidade cultural de ambas as partes.                        | 5             | 2           |             |            |            |            |               | 7            | 9,9                 |
| Turista brasileiro é bom, o estrangeiro tem dificuldade da língua. |               | 2           |             |            |            |            |               | 2            | 2,8                 |
| Atender bem o turista faz parte da divulgação                      | 6             | 15          | 1           |            |            |            |               | 22           | 31,0                |
| Outros motivos.  | 1             | 2           |             |            |            |            |               | 3            | 4,2                 |
| Não explicou.  | 3             | 7           | 3           |            |            | 6          | 2             | 21           | 29,6                |
| <b>Total</b>   | <b>17</b>     | <b>34</b>   | <b>8</b>    | <b>1</b>   | <b>0</b>   | <b>7</b>   | <b>4</b>      | <b>71</b>    | <b>100,0</b>        |
| <b>Frequência Relativa</b>   | <b>23,9</b>   | <b>47,9</b> | <b>11,3</b> | <b>1,4</b> | <b>0,0</b> | <b>9,9</b> | <b>5,6</b>    | <b>100,0</b> |                     |

**Tabela B5.2: Distribuição dos entrevistados no julgamento se o sesc presta bom serviço – motivo da resposta**

| Motivo da resposta  | Opções    |          | Total     | %            |
|---|-----------|----------|-----------|--------------|
|   | Sim       | Não      |           |              |
| Ajuda no desenvolvimento da comunidade em muitos aspectos.                                  | 16        |          | 16        | 22,5         |
| Boa estrutura e bom atendimento.  | 14        |          | 14        | 19,7         |
| O Sesc mantém a cultura viva.   | 8         |          | 8         | 11,3         |
| No apoio a divulgação do ofício.  | 4         |          | 4         | 5,6          |
| O compromisso e preocupação de juntar pessoas de várias culturas (pescadores, índios, etc). | 4         |          | 4         | 5,6          |
| Porque ele trabalha o lado social, cultural e meio ambiente.                                | 7         |          | 7         | 9,9          |
| Aproveita saberes sem exigir qualquer cultura científica.                                   | 2         |          | 2         | 2,8          |
| Aqui encontramos pessoas que têm o nosso mesmo olhar.                                       | 2         |          | 2         | 2,8          |
| O SESC promove o ensinamento através dos seus eventos.                                      | 2         |          | 2         | 2,8          |
| Antes a nossa renda não era reconhecida, depois dos projetos passou a ser reconhecida.      | 1         |          | 1         | 1,4          |
| As atividades do SESC dá sentido a vida das pessoas.  | 1         |          | 1         | 1,4          |
| Gosta do turismo no manguezal.  | 1         |          | 1         | 1,4          |
| Não ajuda cotidianamente.   | 0         |          | 0         | 0,0          |
| Não respondeu.  | 8         | 1        | 9         | 12,7         |
| <b>Total</b>  | <b>70</b> | <b>1</b> | <b>71</b> | <b>100,0</b> |



APÊNDICE E – Tabelas e gráficos dos resultados da pesquisa quantitativa das rendeiras

C – Antes da Integração em Alguém Grupo Social

**Tabela C1: Indicação da atividade de sustento antes da participação no grupo**

| Profissão/Ocupação    | Frequência |              |
|-----------------------|------------|--------------|
|                       | Absoluta   | Relativa     |
| Acompanhante de idoso | 1          | 3,7          |
| Agricultor            | 2          | 7,4          |
| Artesão               | 6          | 22,2         |
| Marisqueira           | 3          | 11,1         |
| Pescador              | 2          | 7,4          |
| Rendeira              | 6          | 22,2         |
| Tapioqueiro           | 1          | 3,7          |
| Zelador               | 1          | 3,7          |
| Não informou          | 5          | 18,5         |
| <b>Total</b>          | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C2: Distribuição dos entrevistados por tipo de ocupação**

| Tipo de Ocupação              | Frequência |              |
|-------------------------------|------------|--------------|
|                               | Absoluta   | Relativa     |
| Por conta própria             | 20         | 74,1         |
| Por conta de outrem           | 4          | 14,8         |
| Por conta própria e de outrem | 0          | 0,0          |
| Desempregado                  | 0          | 0,0          |
| Outra situação                | 2          | 7,4          |
| Não respondeu                 | 1          | 3,7          |
| <b>Total</b>                  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C3: Distribuição dos entrevistados por tipo de sócio no trabalho por conta própria**

| Tipo de ocupação                    | Frequência |              |
|-------------------------------------|------------|--------------|
|                                     | Absoluta   | Relativa     |
| Com familiares                      | 16         | 59,3         |
| Tinha sócios de trabalho            | 3          | 11,1         |
| Com familiares e sócios de trabalho | 1          | 3,7          |
| Outras situações                    | 1          | 3,7          |
| Não respondeu                       | 6          | 22,2         |
| <b>Total</b>                        | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C4: Distribuição dos entrevistados segundo o problema que enfrentava antes da integração**

| Tipo de problema  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Falta de iluminação.  | 0          | 0,0          |
| A comercialização.  | 3          | 11,1         |
| Dificuldade financeira devido ao pouco ganho da família que sustentava.         | 7          | 25,9         |
| As políticas públicas. Falta de estrada, transporte, educação, atendimento.     | 1          | 3,7          |
| Falta de Emprego e de valorização do trabalho.                                  | 1          | 3,7          |
| A questão da terra. O problema com os latifundiários e/ou com políticos.        | 3          | 11,1         |
| Pegar algas é muito difícil.  | 0          | 0,0          |
| Trabalhava distante da residência.  | 0          | 0,0          |
| Atravessador nocivo que diminuía o preço.                                       | 2          | 7,4          |
| Complicação da atividade de marisqueira.  | 2          | 7,4          |
| Dificuldade em reurnir os profissionais.  | 0          | 0,0          |
| Dificuldades com turistas   | 1          | 3,7          |
| Discriminação e preconceito por classe e cor.                                   | 0          | 0,0          |
| Dificuldade na pesca (navegação, preço baixo, risco de vida, pesca predatória). | 0          | 0,0          |
| Necessidade de aprimorar os conhecimentos.                                      | 0          | 0,0          |
| Vício da bebida.  | 1          | 3,7          |
| Nenhuma dificuldade.  | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.  | 5          | 18,5         |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C5: Distribuição dos entrevistados segundo sua motivação para trabalhar**

| Motivação   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A família.  | 11         | 40,7         |
| Gostar do que faz.                                | 9          | 33,3         |
| Preservar a cultura que é o nosso único trabalho. | 3          | 11,1         |
| A sobrevivência.                                  | 1          | 3,7          |
| Outras.   | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.                                    | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>                                      | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C6: Distribuição dos entrevistados segundo a quem se dirige para resolver algum problema**

| A quem se dirige                  | Frequência |              |
|-----------------------------------|------------|--------------|
|                                   | Absoluta   | Relativa     |
| A família.                        | 10         | 37,0         |
| Medicina tradicional da natureza. | 2          | 7,4          |
| A Deus.                           | 6          | 22,2         |
| A comunidade.                     | 7          | 25,9         |
| Outros.                           | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.                    | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>                      | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C7: Distribuição dos entrevistados segundo como procediam na falta de clientes para comprar seus produtos**

| Como procediam  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A família ajudava a vender nas casas de veraneio ou a consumir. | 1          | 3,7          |
| Baixava o preço.  | 2          | 7,4          |
| Buscava outra alternativa de trabalho.                          | 6          | 22,2         |
| Buscava venda em outra localidade ou outro município.           | 4          | 14,8         |
| Deixava as peças guardadas na espera de vender um dia.          | 3          | 11,1         |
| Fazia escambo.  | 2          | 7,4          |
| Não existia cliente. O produto era para o consumo próprio.      | 0          | 0,0          |
| Nunca faltou cliente.   | 1          | 3,7          |
| Vendia para atravessador.                                       | 1          | 3,7          |
| Outras maneiras.  | 3          | 11,1         |
| Não respondeu.  | 4          | 14,8         |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C8: Distribuição dos entrevistados segundo como valorizava o seu saber/ofício/identidade**

| Como valorizavam  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Com força de vontade, amor e acreditar no que faz.  | 3          | 11,1         |
| Divulgando o trabalho.  | 1          | 3,7          |
| Não pensava na valorização que tinha e que hoje eu tenho consciência.                         | 2          | 7,4          |
| Passava o ofício para as novas gerações.  | 8          | 29,6         |
| Preserva sua cultura realizando a sua atividade profissional.                                 | 3          | 11,1         |
| Se atualizando (através de cursos, eventos, exposições e pessoas com mais experiência, etc.). | 2          | 7,4          |
| Ter orgulho da profissão.   | 2          | 7,4          |
| Não sabe.   | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.  | 5          | 18,5         |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C9: Distribuição dos entrevistados segundo como e quando aprendeu o seu ofício**

| Como e quando                          | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Aprendeu com a família.                | 16         | 59,3         |
| Aprendeu com a comunidade.             | 2          | 7,4          |
| Aprendeu com amigo(a).                 | 3          | 11,1         |
| Aprendeu já adulta, através de cursos. | 3          | 11,1         |
| O índio já nasce artesão.              | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.                         | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>                           | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C10: Distribuição dos entrevistados segundo o pensamento de mudar ou não de atividade devido a algum problema**

| Resposta               | Frequência |              |
|------------------------|------------|--------------|
|                        | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.                   | 6          | 22,2         |
| Não.                   | 18         | 66,7         |
| Já mudou de atividade. | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.         | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>           | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C11: Distribuição dos entrevistados segundo a informação se a família ajuda em sua atividade/ofício**

| Resposta       | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.           | 18         | 66,7         |
| Não.           | 7          | 25,9         |
| Não respondeu. | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C12: Distribuição dos entrevistados por situação da renda antes de participar do projeto no SESC**

| Faixa de renda                               | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Não se alterou.                              | 3          | 11,1         |
| Menos de 25% da atual.                       | 1          | 3,7          |
| Entre 26% e 50% menor que a atual.           | 6          | 22,2         |
| Entre 51% e 75% menor que a atual.           | 0          | 0,0          |
| Entre 76% e 100% menor que a atual.          | 6          | 22,2         |
| Era menos que hoje, não informou quanto.     | 9          | 33,3         |
| Não mudou ainda. Tem pouco tempo no projeto. | 2          | 7,4          |
| Trabalha sem fins lucrativos.                | 0          | 0,0          |
| Não sabe.                                    | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.                               | 0          | 0,0          |
| <b>Total</b>                                 | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**D – Situação Hoje****Tabela C13: Distribuição dos entrevistados segundo atividade(s) que garantem o seu sustento**

| Atividades         | Frequência |              |
|--------------------|------------|--------------|
|                    | Absoluta   | Relativa     |
| Rendeira.          | 19         | 70,4         |
| Rendeira e outras. | 7          | 25,9         |
| Não respondeu.     | 1          | 3,7          |
| <b>Total</b>       | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C14: Distribuição dos entrevistados segundo a natureza do trabalho que desenvolve**

| Natureza do trabalho                    | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Trabalha por conta própria.             | 22         | 81,5         |
| Trabalha por conta de outrem.           | 1          | 3,7          |
| Esta desempregado.                      | 1          | 3,7          |
| Trabalha por conta própria e de outrem. | 1          | 3,7          |
| Outras situações.                       | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.                          | 1          | 3,7          |
| <b>Total</b>                            | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C15: Distribuição dos entrevistados segundo com quem trabalha por conta própria**

| Situação                                 | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Com familiares.                          | 16         | 59,3         |
| Com sócios de trabalho.                  | 2          | 7,4          |
| Com familiares e com sócios de trabalho. | 2          | 7,4          |
| Outra situação.                          | 3          | 11,1         |
| Não respondeu.                           | 4          | 14,8         |
| <b>Total</b>                             | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C16: Distribuição dos entrevistados segundo a necessidade de orientação para oferecer seus serviços**

| Respostas             | Frequência |              |
|-----------------------|------------|--------------|
|                       | Absoluta   | Relativa     |
| Sim, sempre.          | 6          | 22,2         |
| Sim, de vez enquanto. | 7          | 25,9         |
| Não precisa.          | 12         | 44,4         |
| Não respondeu.        | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>          | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C17: Distribuição dos entrevistados segundo a necessidade de orientação para calcular preços de serviços**

| Respostas             | Frequência |              |
|-----------------------|------------|--------------|
|                       | Absoluta   | Relativa     |
| Sim, sempre.          | 8          | 29,6         |
| Sim, de vez enquanto. | 7          | 25,9         |
| Não precisa.          | 11         | 40,7         |
| Não respondeu.        | 1          | 3,7          |
| <b>Total</b>          | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C18: Distribuição dos entrevistados segundo a necessidade de orientação para planejar atividade**

| Respostas             | Frequência |              |
|-----------------------|------------|--------------|
|                       | Absoluta   | Relativa     |
| Não precisa.          | 11         | 40,7         |
| Sim, de vez enquanto. | 12         | 44,4         |
| Sim, sempre precisa.  | 4          | 14,8         |
| Não respondeu.        | 0          | 0,0          |
| <b>Total</b>          | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C19: Distribuição dos entrevistados segundo a motivação atual para trabalhar neste ofício(s)**

| Motivação   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A vontade de viver do ofício pelo gosto de fazer.                             | 10         | 37,0         |
| Necessidade de sustento.  | 4          | 14,8         |
| A responsabilidade cultural não deixar acabar o que os antigos nos ensinaram. | 5          | 18,5         |
| Trabalhar em grupo, trocar ideias, planejar sobre o trabalho.                 | 2          | 7,4          |
| A liberdade de trabalhar para si mesmo e em contato com a natureza.           | 0          | 0,0          |
| Outras motivações.  | 2          | 7,4          |
| Não respondeu.  | 4          | 14,8         |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C20: Distribuição dos entrevistados segundo os principais problemas que enfrenta**

| Problemas   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A comercialização (falta de compradores, atravessador, etc.).                 | 7          | 25,9         |
| O custo de vida.  | 1          | 3,7          |
| A saúde.  | 3          | 11,1         |
| A desvalorização da profissão e falta de incentivo por parte dos governantes. | 5          | 18,5         |
| A pesca predativa e o preço do pescado que caiu.                              | 0          | 0,0          |
| Falta de espaço para produzir e expor.  | 4          | 14,8         |
| A falta da demarcação das terras.   | 2          | 7,4          |
| A discriminação, o preconceito e as diferenças culturais.                     | 0          | 0,0          |
| A falta de conhecimento para desenvolver o artesanato.                        | 1          | 3,7          |
| Outros problemas.   | 4          | 14,8         |
| Não tem problema.   | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.  | 0          | 0,0          |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C21: Distribuição dos entrevistados segundo a quem se dirige para resolver os problemas**

| Respostas                               | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A associação.                           | 2          | 7,4          |
| A amigos.                               | 1          | 3,7          |
| A família.                              | 9          | 33,3         |
| A minha fé.                             | 7          | 25,9         |
| Procura algum órgão que possa resolver. | 7          | 25,9         |
| Lideranças comunitária.                 | 1          | 3,7          |
| Não tem problema.                       | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.                          | 0          | 0,0          |
| <b>Total</b>                            | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C22: Distribuição dos entrevistados segundo como fazem na falta de clientes**

| Solução  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Deixa no estoque ou faz uso próprio do produto.                | 4          | 14,8         |
| Faz divulgação (vizinhos, amigos, turista, etc.) dos produtos. | 10         | 37,0         |
| Não faltam clientes.   | 2          | 7,4          |
| Participa de feiras ou vende em outra localidade.              | 3          | 11,1         |
| Vende para o atravessador.                                     | 2          | 7,4          |
| Faço outros tipos de produto.                                  | 2          | 7,4          |
| Busca trabalho em outra atividade.                             | 2          | 7,4          |
| Não vai atrás.   | 0          | 0,0          |
| Não vende mais, pesca por prazer e consumo próprio.            | 0          | 0,0          |
| Procuro vender minha parte sem a travessia da cooperativa.     | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.   | 1          | 3,7          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C23: Distribuição dos entrevistados segundo como valorizam o seu saber**

| Resposta   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Repassando a cultura e valorizando o saber.                                | 8          | 29,6         |
| Agregando valores às artes e ofícios.                                      | 9          | 33,3         |
| Ampliando conhecimentos e divulgando a cultura e a identidade de sua arte. | 6          | 22,2         |
| Participando ativamente dos movimentos de resgate cultural.                | 1          | 3,7          |
| Tem orgulho de ser indígena, valoriza e divulga a sua cultura.             | 0          | 0,0          |
| Passou a valorizar depois que começou a participar do Povos do Mar.        | 1          | 3,7          |
| Não sei dizer.   | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.   | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C24: Distribuição dos entrevistados segundo se pensou em mudar de atividade**

| Opção          | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.           | 5          | 18,5         |
| Não.           | 22         | 81,5         |
| Não respondeu. | 0          | 0,0          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C25: Distribuição dos entrevistados segundo se a família ajuda em seu ofício/atividade**

| Opção          | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.           | 18         | 66,7         |
| Não.           | 8          | 29,6         |
| Não respondeu. | 1          | 3,7          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C26: Distribuição dos entrevistados por faixa de renda hoje**

| Faixa de renda                      | Frequência |              |
|-------------------------------------|------------|--------------|
|                                     | Absoluta   | Relativa     |
| Menos de um salário mínimo.         | 5          | 18,5         |
| De 1 a menos de 2 salários mínimos. | 12         | 44,4         |
| De 2 a menos de 3 salários mínimos. | 8          | 29,6         |
| De 3 a menos de 4 salários mínimos. | 1          | 3,7          |
| De 4 a menos de 5 salários mínimos. | 0          | 0,0          |
| De 5 salários mínimos a mais.       | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.                      | 0          | 0,0          |
| <b>Total</b>                        | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C27: Distribuição dos entrevistados segundo a informação se a sua renda dá para o sustento da família**

| Resposta      | Frequência |              |
|---------------|------------|--------------|
|               | Absoluta   | Relativa     |
| Bem à vontade | 3          | 11,1         |
| Sim           | 10         | 37,0         |
| Nem sempre    | 7          | 25,9         |
| Não           | 7          | 25,9         |
| Não respondeu | 0          | 0,0          |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C28: Distribuição dos entrevistados segundo como é a sua relação com o turista**

| Resposta                     | Frequência |              |
|------------------------------|------------|--------------|
|                              | Absoluta   | Relativa     |
| Muito boa.                   | 10         | 37,0         |
| Boa.                         | 12         | 44,4         |
| Razoável.                    | 2          | 7,4          |
| Má.                          | 0          | 0,0          |
| Muito má.                    | 0          | 0,0          |
| Não tem contato com turista. | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.               | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>                 | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C29: Distribuição dos entrevistados segundo como vê a vinda do turista para cá**

| Resposta           | Frequência |              |
|--------------------|------------|--------------|
|                    | Absoluta   | Relativa     |
| Vê como muito boa. | 7          | 25,9         |
| Vê como boa.       | 17         | 63,0         |
| Vê como razoável.  | 2          | 7,4          |
| Vê como má.        | 0          | 0,0          |
| Vê como muito má.  | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.     | 1          | 3,7          |
| <b>Total</b>       | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C30: Distribuição dos entrevistados segundo a resposta se acha que sua vida melhorou nos últimos dez anos**

| Resposta       | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim, muito.    | 19         | 70,4         |
| Sim, um pouco. | 7          | 25,9         |
| Não.           | 1          | 3,7          |
| Não respondeu. | 0          | 0,0          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C31: Distribuição dos entrevistados segundo a resposta se sua vida melhorou ou não nos últimos dez anos**

| Motivo   | Resposta  |               |          |               | Total     |
|--|-----------|---------------|----------|---------------|-----------|
|  | Sim muito | Sim, um pouco | Não      | Não respondeu |           |
| A pesca predatória ainda não foi controlada / pesca fraca.                     |           |               |          |               | 0         |
| Antes as dificuldades eram maiores, hoje o trabalho é mais valorizado.         | 4         |               |          |               | 4         |
| Aprendi uma profissão.   | 2         |               |          |               | 2         |
| As ações sociais que participamos nos incentivam a querer mudar o mundo para   | 2         |               |          |               | 2         |
| Com o turismo comunitário fazemos muitas amizades e é gratificante.            | 2         |               |          |               | 2         |
| Falta um maior reconhecimento e incentivo ao artesanato.                       |           |               |          |               | 0         |
| Ficou mais folgada financeiramente/as vendas melhoraram.                       | 2         | 1             |          |               | 3         |
| Hoje tem mais qualidade de vida.   | 3         | 3             |          |               | 6         |
| Melhorou em relação ao que o turismo traz de bom, mas também trouxe violência. |           |               |          |               | 0         |
| Melhorou no acesso à educação.   | 2         | 1             |          |               | 3         |
| Melhorou no conhecimento cultural.   | 1         |               |          |               | 1         |
| Porque as pessoas estão invadindo o nosso território.                          |           |               | 1        |               | 1         |
| Precisa melhorar a qualidade de vida.  |           |               | 1        |               | 1         |
| Não Respondeu.   | 1         |               |          | 1             | 2         |
| <b>Total</b>   | <b>19</b> | <b>5</b>      | <b>2</b> | <b>1</b>      | <b>27</b> |

**Tabela C32: Distribuição dos entrevistados segundo de que forma a aproximação com outros grupos comunitários contribuiu para a sua atividade e porque**

| Resposta  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A integração dos grupos, trocando experiências e como resolver os problemas que surgem. | 7          | 25,9         |
| A interação é muito importante para manter a nossa cultura viva.                        | 1          | 3,7          |
| Foi muito bom por maiores possibilidades de socializar saberes.                         | 12         | 44,4         |
| Conheço mais pessoas e fico mais conhecido.   | 0          | 0,0          |
| Contribuiu para que tivesse contato com outras culturas.                                | 1          | 3,7          |
| Amplia as possibilidades.   | 0          | 0,0          |
| Propicia melhor distribuição de renda.  | 2          | 7,4          |
| Fundação da escola e com isso ajudou a preservar as lutas do povo indígena.             | 0          | 0,0          |
| Melhorou a situação de trabalho.  | 1          | 3,7          |
| Mais motivação e reconhecimento.  | 0          | 0,0          |
| Percebemos nossas forças e fragilidades.  | 0          | 0,0          |
| Melhorou pouco.   | 1          | 3,7          |
| Não sabe dizer.   | 0          | 0,0          |
| Não tenho aproximação, só conhecimentos da existência.                                  | 1          | 3,7          |
| Não Respondeu.  | 1          | 3,7          |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C33: Distribuição dos entrevistados segundo o conhecimento de outros grupos em que sentido favoreceu sua atividade**

| Resposta   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Ajudou a largar vínculos e a conversar com a comunidade.           | 0          | 0,0          |
| Favoreceu a qualidade do trabalho.                                 | 5          | 18,5         |
| Favoreceu a troca de experiência e resgate de culturas esquecidas. | 9          | 33,3         |
| Favoreceu o aumento da renda familiar.                             | 2          | 7,4          |
| Maior união e fortalecimento.                                      | 2          | 7,4          |
| Melhorou a maneira de se expressar e ampliou conhecimentos.        | 5          | 18,5         |
| Não tenho contato com outros grupos.                               | 1          | 3,7          |
| Pouco favoreceu.   | 1          | 3,7          |
| Não sabe dizer.  | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.   | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |



**Tabela C34: Distribuição dos entrevistados segundo como funciona a cooperativa a que pertence**

| Resposta  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Não participo de cooperativa, só de associação.                         | 11         | 40,7         |
| Funciona através de reuniões. Facilita a venda dos produtos.            | 5          | 18,5         |
| Realizando cursos, feiras, exposições e outros eventos.                 | 1          | 3,7          |
| Participa da colônia de pescadores.                                     | 0          | 0,0          |
| É só um centro de exposições de renda e venda.                          | 3          | 11,1         |
| Através da igreja que promove eventos, feiras, quermesses para vendas e | 2          | 7,4          |
| Com o olhar voltado para preservação ambiental e problemática da        | 0          | 0,0          |
| Da bodega que é rede de economia solidária.                             | 1          | 3,7          |
| De forma familiar e com a comunidade.                                   | 1          | 3,7          |
| Encontro de discussão para pautar aspectos em conjunto com os grupos.   | 0          | 0,0          |
| Está quase desativada. Estamos querendo reativa-la.                     | 1          | 3,7          |
| Faz empréstimos facilitados para os associados.                         | 0          | 0,0          |
| Organização de incentivo à criatividade, aprendizado e doações.         | 0          | 0,0          |
| Trabalha a base para as pessoas que nos visitam.                        | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.  | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C35: Distribuição dos entrevistados segundo a informação de quem participa da cooperativa**

| Resposta   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Pescadores e marisqueiras.                                 | 0          | 0,0          |
| Rendeiras.   | 6          | 37,5         |
| Famílias.  | 3          | 18,8         |
| Os moradores do entorno de Iparana, pescadores e artesãos. | 3          | 18,8         |
| A comunidade em geral.                                     | 0          | 0,0          |
| Artesãos.  | 3          | 18,8         |
| Jovens, artesãos e componente da comissão.                 | 0          | 0,0          |
| Agricultores e um grupo de rendeiras.                      | 1          | 6,3          |
| As comunidades, a Igreja e os amigos.                      | 0          | 0,0          |
| Bonequeiros e grupos.                                      | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.   | 0          | 0,0          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C36: Distribuição dos entrevistados segundo se relacionam com outras cooperativas**

| Resposta       | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Não.           | 16         | 59,3         |
| Sim, um pouco. | 5          | 18,5         |
| Sim, muito.    | 4          | 14,8         |
| Não respondeu. | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C36.4: Distribuição dos entrevistados segundo de forma relacionam-se com outras cooperativas**

| Resposta                                       | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Através de feiras, eventos, cursos, etc.       | 4          | 44,4         |
| Em reuniões e em movimentos pelos os direitos. | 1          | 11,1         |
| Às vezes na prefeitura.                        | 0          | 0,0          |
| No sindicato dos trabalhadores.                | 1          | 11,1         |
| No encontro das bodegas.                       | 0          | 0,0          |
| No Programa do PSI e Mesa Brasil.              | 0          | 0,0          |
| Só quando temos interesse em comum.            | 0          | 0,0          |
| Poucas interações.                             | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.                                 | 3          | 33,3         |
| <b>Total</b>                                   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C37: Atividades culturais realizadas pelos entrevistados**

| Atividades              | Frequência |          |
|-------------------------|------------|----------|
|                         | Absoluta   | Relativa |
| Dança e ritual do toré. | 2          | 7,41     |
| Rendeira, somente.      | 11         | 40,74    |
| Festa religiosa.        | 3          | 11,11    |
| Dança do coco.          | 4          | 14,81    |
| Festa cultural.         | 2          | 7,41     |
| Capoeira.               | 2          | 7,41     |
| Horto medicinal.        | 1          | 3,70     |
| Teatro de boneco.       | 0          | 0,00     |
| Bumba meu boi.          | 1          | 3,70     |
| Dança folclórica.       | 1          | 3,70     |
| Pastoril.               | 1          | 3,70     |
| Reisado.                | 1          | 3,70     |
| Coral.                  | 1          | 3,70     |

Nota: Questão de múltiplas respostas.

**Tabela C38: Distribuição dos entrevistados segundo a modificação introduzida no seu cotidiano e atividades depois da sua participação em reuniões no SESC**

| Modificações   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Abriu-se mais o leque de conhecimento e interações com a comunidade. | 23         | 85,2         |
| Preservação e divulgação da cultura.                                 | 2          | 7,4          |
| Vida saudável.   | 0          | 0,0          |
| É a primeira vez no SESC.  | 2          | 7,4          |
| Não sabe dizer.  | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.   | 0          | 0,0          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C39: Distribuição dos entrevistados segundo a importância da hora comunitária para a comunidade**

| Importância  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| União e ajuda mútua para o fortalecimento da comunidade.         | 5          | 18,5         |
| Socialização de saberes.   | 7          | 25,9         |
| Muito importante pela convivência.                               | 6          | 22,2         |
| Acha importante apenas.  | 2          | 7,4          |
| Divulgar a cultura da comunidade e mantê-la viva.                | 1          | 3,7          |
| Ficar sabendo das notícias da comunidade e possíveis encomendas. | 1          | 3,7          |
| É importante para planejar e realizar os movimentos e ações.     | 1          | 3,7          |
| Resgate da preservação da cultura para jovens e idosos.          | 0          | 0,0          |
| Conscientizar que cada um tem seu valor.                         | 1          | 3,7          |
| Conhecer a terra e a demanda.                                    | 0          | 0,0          |
| Não participa.   | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.   | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C40: Distribuição dos entrevistados segundo a importância da hora comunitária para a família**

| Importância  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Oportunidade de troca de saberes.                  | 5          | 18,5         |
| A família fica feliz em participar.                | 0          | 0,0          |
| É bom para todos.                                  | 3          | 11,1         |
| Ficam alegres porque a cultura permanece viva.     | 7          | 25,9         |
| É a integração da família com a comunidade.        | 2          | 7,4          |
| Ajuda a renda familiar aumentar.                   | 2          | 7,4          |
| Novas experiências e os jovens estão participando. | 2          | 7,4          |
| É importante porque interagimos com a brincadeira. | 1          | 3,7          |
| Fortalece muito os laços de amizade.               | 1          | 3,7          |
| É o único lazer e prazer.                          | 0          | 0,0          |
| Não participam porque moram fora.                  | 1          | 3,7          |
| Não tenho interesse.                               | 0          | 0,0          |
| Deve ser importante, mas não conhece.              | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.                                     | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>                                       | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C41: Distribuição dos entrevistados segundo a importância da hora comunitária para si**

| Importância  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Aprendi ser melhor como pessoa.  | 10         | 37,0         |
| Oportunidade de troca de saberes.  | 2          | 7,4          |
| A gente conversa, brinca e ri, trabalha se divertindo. E assim esquece dos | 3          | 11,1         |
| A importância de poder me confraternizar com outras pessoas.               | 3          | 11,1         |
| A comunidade se reúne em busca de um objetivo comum a todos.               | 1          | 3,7          |
| Enriquecer conhecimento e me sentir útil.                                  | 2          | 7,4          |
| Me sinto bem e estreito laços familiares.                                  | 2          | 7,4          |
| Oportunidade de preservação da cultura do povo.                            | 0          | 0,0          |
| Eu me renovo como ser humano, é uma renovação cultural.                    | 2          | 7,4          |
| Oportunidade de divulgação do nosso trabalho.                              | 0          | 0,0          |
| Organização.   | 1          | 3,7          |
| Não participa.   | 0          | 0,0          |
| Não conhece.   | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.   | 1          | 3,7          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C42: Distribuição dos entrevistados segundo se participa de algum treinamento curso/oficina no SESC Iparana**

| Opções         | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.           | 22         | 81,5         |
| Não.           | 4          | 14,8         |
| Não respondeu. | 1          | 3,7          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C43: Distribuição dos entrevistados segundo quais curso/oficina participa no SESC Iparana**

| Cursos/Oficinas  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Horto medicinal.   | 5          | 18,5         |
| Oficina de queimação do forno e artesanato em barro.                             | 3          | 11,1         |
| De utensílios de pesca, de garrafa pet, renda de bilro e de chapéu de palha.     | 0          | 0,0          |
| Oficina de adornos, artesanatos e remédios caseiros indígenas.                   | 2          | 7,4          |
| Oficinas do Coco do Iguape e de artesanato.                                      | 1          | 3,7          |
| Curso/oficina de rendeira.   | 3          | 11,1         |
| Oficina de tapioca, bolo e renda.  | 1          | 3,7          |
| É oficineiro de cultivo de algas.  | 1          | 3,7          |
| Oficina sobre cultura, lazer e educação ambiental.                               | 0          | 0,0          |
| Da garrafa pet e do gesso.   | 1          | 3,7          |
| Do barro, aplicação de palas de renda e apliques de renda em tecido.             | 1          | 3,7          |
| Ministrando palestras sobre os povos indígenas e oficinas sobre espiritualidade. | 0          | 0,0          |
| Ministrou uma palestra: Mulheres e Mares.  | 0          | 0,0          |
| Ministra oficinas e massoterapia comunitária.                                    | 1          | 3,7          |
| Pintura em tecido, fabricação de detergente e sabonetes.                         | 0          | 0,0          |
| Participa mas não especificou.   | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.   | 7          | 25,9         |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C44: Distribuição dos entrevistados segundo o que aprendeu no curso/oficina que participou no SESC Iparana**

| Aprendizados   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Aprendeu vários ofícios nas oficinas.                                  | 5          | 18,5         |
| Conhecimento de diversas culturas.                                     | 2          | 7,4          |
| Aprendeu a socializar os saberes com outros.                           | 3          | 11,1         |
| Aprendeu a ser mestre de barco e a fazer e manter utensílios de pesca. | 0          | 0,0          |
| Aprendeu a conhecer plantas e melhorou a comunicação com as pessoas.   | 1          | 3,7          |
| Aprendeu ser humilde, respeitar e entender a vida.                     | 2          | 7,4          |
| Docinho, remédio caseiro, fazer sabão e sabonete.                      | 2          | 7,4          |
| Fazer alimentação e renda.   | 1          | 3,7          |
| Fazer artesanato e instrumentos musicais.                              | 1          | 3,7          |
| Como fazer óleo de coco, shampoo e lambedor.                           | 0          | 0,0          |
| Pintura em camisas, fazer detergente, sabonete e bolsa ecológica.      | 1          | 3,7          |
| A preservação ambiental.   | 0          | 0,0          |
| A relação direta com o público. Ouvir o problema.                      | 0          | 0,0          |
| A utilizar a garrafa para plantar e pintar gesso.                      | 1          | 3,7          |
| Aperfeiçoar as técnicas de venda, lucros, mercado de trabalho, etc.    | 1          | 3,7          |
| Lambedores, shampus caseiros e multimisturas.                          | 1          | 3,7          |
| Primeiro encontro.   | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.   | 6          | 22,2         |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C45: Distribuição dos entrevistados segundo como avalia a presença do SESC em Iparana**

| Opiniões   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Ótima. De grande importância.  | 8          | 29,6         |
| Muito interessante. O SESC faz um bom trabalho social.   | 6          | 22,2         |
| Boa entidade, muito presente e muito parceira.   | 3          | 11,1         |
| Maravilhoso. Bom atendimento e estrutura.  | 4          | 14,8         |
| É excelente. Todos recebem agente muito bem.   | 2          | 7,4          |
| Muito importante para atividades econômicas e culturais local.   | 3          | 11,1         |
| Incentivo muito grande para a cultura cearense.  | 0          | 0,0          |
| Bom. Traz lazer para o povo com o domingo de lazer.  | 0          | 0,0          |
| Precisa levar a sério a coordenação do Horto Medicinal, pois a troca frequente de coordenação tem prejudicado o grupo. | 0          | 0,0          |
| Uma reserva ecológica.   | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.   | 1          | 3,7          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C46: Distribuição dos entrevistados segundo a sugestão de ação/projeto do SESC na comunidade**

| Sugestões  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Projeto que beneficie crianças e adolescentes em vulnerabilidade.                              | 7          | 25,9         |
| Continuar organizando eventos Povos do Mar.  | 5          | 18,5         |
| Desenvolver cursos e capacitações para o povo evoluir.   | 3          | 11,1         |
| Investir no turismo comunitário.   | 2          | 7,4          |
| Capacitação para a construção de embarcação e construção de box.                               | 0          | 0,0          |
| Intensificar as ações de educação ambiental na comunidade.                                     | 1          | 3,7          |
| Desenvolver projetos sustentáveis para a comunidade.   | 1          | 3,7          |
| Uma ação relacionada a saúde. Não temos nenhum socorro.  | 0          | 0,0          |
| Criar um projeto para fortalecer o trabalho com as algas.                                      | 0          | 0,0          |
| Dar ênfase sempre a cultura e educação.  | 1          | 3,7          |
| Que o projeto tecer fosse contínuo, que funcionasse permanente nas comunidades existentes.     | 2          | 7,4          |
| Incentivar o repasse de saberes entre índios e quilombolas.                                    | 1          | 3,7          |
| Colégio para os meninos estudarem e para os pescadores cursos profissionalizantes.             | 0          | 0,0          |
| Criar mais grupos e visitar mais comunidades.  | 1          | 3,7          |
| Fazer atividades físicas com os idosos e fortalecer as oficinas de artesanato.                 | 0          | 0,0          |
| Participação do SESC na feira cultural Tapeba e apoio na gravação de um novo CD com músicas em | 1          | 3,7          |
| Realizar pesquisas sobre culturas populares.   | 0          | 0,0          |
| Não tem sugestão.  | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.   | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C47: Distribuição dos entrevistados segundo a sugestão de ação/projeto do SESC em Caucaia**

| Sugestões   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Cursos e oficinas.  | 3          | 11,1         |
| Continuar a realizar trabalhos do porte que vem desenvolvendo.                                | 1          | 3,7          |
| Fortalecer as comunidades.  | 2          | 7,4          |
| Fazer projeto que agregue valores e saberes culturais da terra.                               | 3          | 11,1         |
| Realizar projeto para adolescente para tirá-los da violência, drogas e roubo.                 | 2          | 7,4          |
| Ações sobre o meio ambiente.  | 1          | 3,7          |
| Trabalhar as questões de herança nativa com povos indígenas. Reunir todos os índios do Ceará. | 0          | 0,0          |
| Incentivar a dança do coco.   | 0          | 0,0          |
| Fazer uma unidade do SESC no Trairi.  | 1          | 3,7          |
| Projeto em saúde e educação.  | 2          | 7,4          |
| Promover encontros, visitas e incentivo ao trabalho.  | 1          | 3,7          |
| Box de peixe.   | 0          | 0,0          |
| Conhecimentos de informática para todas da associação.  | 1          | 3,7          |
| Formar grupo de bordadeiras.  | 1          | 3,7          |
| Projeto de apicultura.  | 1          | 3,7          |
| Não tem sugestão.   | 4          | 14,8         |
| Não sabe.   | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.  | 3          | 11,1         |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C48: Distribuição dos entrevistados segundo os aspectos que acha negativo em sua vida hoje**

| Aspectos  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A questão das drogas e violência.   | 1          | 3,7          |
| A desunião entre os nativos causada pelo interesse dos grandes empresários que destroem as comunidades. | 1          | 3,7          |
| A droga, a violência, negação das atividades para os projetos.  | 1          | 3,7          |
| Falta de emprego fixo.  | 1          | 3,7          |
| Desconhecimento sobre o uso da internet e do celular.   | 1          | 3,7          |
| A política partidária.  | 1          | 3,7          |
| A saúde.  | 1          | 3,7          |
| Falta de valorização da cultura de um povo.   | 2          | 7,4          |
| Dificuldade financeira.   | 1          | 3,7          |
| Está sem atividade a frente de um grupo de criança.   | 1          | 3,7          |
| Eu gosto de ser muito organizada e as vezes sou chata por isso.   | 1          | 3,7          |
| Falta de respeito dos jovens.   | 1          | 3,7          |
| O preconceito.  | 1          | 3,7          |
| Nenhum.   | 9          | 33,3         |
| Não respondeu.  | 4          | 14,8         |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C49: Distribuição dos entrevistados segundo os aspectos que acha negativo na sua atividade profissional**

| Aspectos                                       | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| A comercialização dos produtos.                | 6          | 22,2         |
| A formação para professores indígenas.         | 1          | 3,7          |
| A violência.                                   | 1          | 3,7          |
| A visão que não é boa.                         | 1          | 3,7          |
| Aonde moro as relações são difíceis.           | 1          | 3,7          |
| Falta de estudo.                               | 2          | 7,4          |
| Falta de incentivo a profissão.                | 4          | 14,8         |
| Não atuar na profissão.                        | 1          | 3,7          |
| Ter terminado a faculdade e está desempregada. | 1          | 3,7          |
| Nenhum.  | 7          | 25,9         |
| Não respondeu.                                 | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>                                   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C50: Distribuição dos entrevistados segundo o que seu município oferece ao turista que é visto como identidade cultural**

| Indicações  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Praias e artesanato.                                    | 7          | 25,9         |
| Lazer.  | 1          | 3,7          |
| Oferece grande diversidade cultural e gastronômica.     | 3          | 11,1         |
| O SESC.   | 1          | 3,7          |
| As belezas naturais do lugar, o coco e o artesanato.    | 1          | 3,7          |
| Festas comemorativas - local e a praia.                 | 1          | 3,7          |
| Muitas áreas de turismo comunitário.                    | 1          | 3,7          |
| Os pescadores, as jangadas, os bugueiros e os artesãos. | 1          | 3,7          |
| Não sabe dizer.   | 2          | 7,4          |
| Muito pouco.  | 1          | 3,7          |
| Nada.   | 6          | 22,2         |
| Não respondeu.  | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C51: Distribuição dos entrevistados segundo a indicação do que mais poderia ser oferecido ao turista em seu município**

| Indicações   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| A identificação de outras culturas e sua apresentação. | 2          | 7,4          |
| Investir em infraestrutura para facilitar o turismo.   | 9          | 33,3         |
| Incentivar o turista para o passeio de jangada.        | 1          | 3,7          |
| Incentivar a comercialização.                          | 3          | 11,1         |
| Continuar como está.                                   | 1          | 3,7          |
| Divulgar a cultura e os saberes indígenas.             | 3          | 11,1         |
| Capacitações na área de turismo e cultura.             | 4          | 14,8         |
| Não sabe responder.                                    | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.   | 3          | 11,1         |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C52: Distribuição dos entrevistados segundo a indicação do que deve ser feito para preservar a natureza e a cultura do município**

| Indicações  | Frequência |          |
|---|------------|----------|
|   | Absoluta   | Relativa |
| Realizar oficinas sobre o meio ambiente.  | 21         | 77,8     |
| Fazer parceria com instituições governamentais e não governamentais.  | 17         | 63,0     |
| Sensibilizar políticos, gestores municipais sobre a questão ambiental.                                      | 18         | 66,7     |
| Sensibilizar escolas sobre a questão ambiental.   | 21         | 77,8     |
| Fortalecer as brigadas da natureza.   | 17         | 63,0     |
| Resgatar tradições culturais em declínio.   | 21         | 77,8     |
| Promover eventos, cursos, palestras e intercâmbios.   | 21         | 77,8     |
| Incentivar a criação de grupos e equipamentos culturais, com a ajuda do poder público e iniciativa privada. | 18         | 66,7     |
| Não respondeu.  | 1          | 3,7      |

**Tabela C53: Distribuição dos entrevistados segundo a indicação dos meses do ano com maior fluxo de turistas**

| Mês                 | Frequência |          |
|---------------------|------------|----------|
|                     | Absoluta   | Relativa |
| Janeiro.            | 12         | 44,4     |
| Fevereiro.          | 5          | 18,5     |
| Março.              | 3          | 11,1     |
| Abril.              | 3          | 11,1     |
| Maió.               | 0          | 0,0      |
| Junho.              | 6          | 22,2     |
| Julho.              | 13         | 48,1     |
| Agosto.             | 6          | 22,2     |
| Setembro.           | 4          | 14,8     |
| Outubro.            | 2          | 7,4      |
| Novembro.           | 1          | 3,7      |
| Dezembro.           | 18         | 66,7     |
| Carnaval.           | 1          | 3,7      |
| Feriados.           | 1          | 3,7      |
| Festa da Padroeira. | 2          | 7,4      |

**Tabela C54: Distribuição dos entrevistados segundo a procedência**

| Procedência                 | Frequência |              |
|-----------------------------|------------|--------------|
|                             | Absoluta   | Relativa     |
| Brasileiros.                | 13         | 48,1         |
| Estrangeiros.               | 3          | 11,1         |
| Brasileiros e estrangeiros. | 8          | 29,6         |
| Não respondeu.              | 3          | 11,1         |
| <b>Total</b>                | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C55: Distribuição dos entrevistados segundo a procedência do turista estrangeiro**

| Procedência  | Frequência |          |
|--------------|------------|----------|
|              | Absoluta   | Relativa |
| Alemanha.    | 8          | 28,6     |
| Itália.      | 5          | 17,9     |
| Portugal.    | 3          | 10,7     |
| França.      | 3          | 10,7     |
| Espanha.     | 2          | 7,1      |
| China/Japão. | 1          | 3,6      |
| Argentina.   | 3          | 10,7     |
| Holanda.     | 1          | 3,6      |

Nota: Questão de múltiplas respostas.

**Tabela C56: Distribuição dos entrevistados segundo a opinião se contato com turistas é positivo ou negativo para comunidade**

| Opinião                | Frequência |              |
|------------------------|------------|--------------|
|                        | Absoluta   | Relativa     |
| Nada positivo.         | 1          | 3,7          |
| Pouco positivo.        | 0          | 0,0          |
| Nem bom e nem mau.     | 2          | 7,4          |
| Bastante positivo.     | 16         | 59,3         |
| Extremamente positivo. | 5          | 18,5         |
| Não respondeu.         | 3          | 11,1         |
| <b>Total</b>           | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C58: Distribuição dos entrevistados segundo se as comunidades do município tem contato com outras comunidades**

| Opinião             | Frequência |              |
|---------------------|------------|--------------|
|                     | Absoluta   | Relativa     |
| Não tem.            | 3          | 4,2          |
| Sim, mas pouco.     | 4          | 5,6          |
| Sim, habitualmente. | 9          | 12,7         |
| Sim sempre.         | 9          | 12,7         |
| Não respondeu.      | 2          | 2,8          |
| <b>Total</b>        | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C59 - Distribuição dos entrevistados segundo a forma de contato com outras comunidades**

| Forma de contato                             | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Através da realização de eventos e reuniões. | 11         | 40,7         |
| Eventos religiosos.                          | 5          | 18,5         |
| Eventos promovidos pelo SESC.                | 2          | 7,4          |
| Atividades culturais.                        | 1          | 3,7          |
| Com parentes e luta indígena pelos direitos. | 1          | 3,7          |
| Através do comercio e do turismo.            | 1          | 3,7          |
| Contato com regiões mais próximas.           | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.                               | 5          | 18,5         |
| <b>Total</b>                                 | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |



**Tabela C60: Distribuição dos entrevistados segundo as tradições/festividades existentes na sua localidade**

| Indicações                                       | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Festas religiosas.                               | 18         | 66,7         |
| Festa junina.                                    | 11         | 40,7         |
| Dança do coco.                                   | 7          | 25,9         |
| Reisado.   | 5          | 18,5         |
| Festa / ritual indígena/quilombola.              | 1          | 3,7          |
| Capoeira.  | 3          | 11,1         |
| Festa de produtos da agricultura.                | 2          | 7,4          |
| Carnaval.  | 3          | 11,1         |
| Regata de jangada.                               | 1          | 3,7          |
| Forro pé de serra.                               | 1          | 3,7          |
| Bumba meu boi e Mestre Zé Pio.                   | 2          | 7,4          |
| Apresentações culturais no projeto povos do mar. | 1          | 3,7          |
| Artesanato.                                      | 2          | 7,4          |
| Outras tradições/festividade.                    | 4          | 14,8         |
| Não respondeu.                                   | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>                                     | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C61: Distribuição dos entrevistados segundo as sugestões para que o SESC melhore as condições de vida da população do município**

| Sugestões  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Projetos de profissionalização.                                | 4          | 14,8         |
| Realização de palestra, oficinas, cursos, etc.                 | 2          | 7,4          |
| Criação de espaço para exposição, vendas, cursos e reuniões.   | 4          | 14,8         |
| Continuar desenvolvendo práticas de preservação ambiental.     | 1          | 3,7          |
| Divulgação do povo indígena e o reconhecimento de sua cultura. | 1          | 3,7          |
| Trabalhar com jovens e meninos de rua.                         | 2          | 7,4          |
| Investir mais em educação e cultura das crianças.              | 3          | 11,1         |
| Ajudar na realização dos projetos para população mais carente. | 3          | 11,1         |
| Fazer uma unidade do SESC no Trairi.                           | 1          | 3,7          |
| Não tem sugestão.  | 4          | 14,8         |
| Não respondeu.   | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C62: Distribuição dos entrevistados segundo as sugestões para que o SESC melhore a qualidade do turismo no município**

| Opinião  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Difundir práticas de turismo sustentável e consciente. | 7          | 25,9         |
| Desenvolver mais atividade voltada para o turismo.     | 5          | 18,5         |
| Contribuir na qualificação e capacitação das pessoas.  | 1          | 3,7          |
| Continuar com o bom atendimento.                       | 2          | 7,4          |
| Promover educação e cultura nas comunidades.           | 1          | 3,7          |
| Construir unidades de hospedagem no município.         | 1          | 3,7          |
| O turismo é fraco na cidade.                           | 1          | 3,7          |
| Divulgar os atrativos dos passeios de jangada de vela. | 1          | 3,7          |
| Dar continuidade aos serviços existentes.              | 1          | 3,7          |
| Nenhuma sugestão.                                      | 3          | 11,1         |
| Não respondeu.   | 4          | 14,8         |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C63: Distribuição dos entrevistados segundo a participação no evento Povos do Mar**

| Opções              | Frequência |              |
|---------------------|------------|--------------|
|                     | Absoluta   | Relativa     |
| Não.                | 0          | 0            |
| Sim, mas pouco.     | 6          | 22,2         |
| Sim, habitualmente. | 3          | 11,1         |
| Sim, sempre.        | 16         | 59,3         |
| Não respondeu.      | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>        | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C64: Distribuição dos entrevistados segundo quando participou pela 1ª. vez do evento Povos do Mar**

| Ano                   | Frequência |              |
|-----------------------|------------|--------------|
|                       | Absoluta   | Relativa     |
| Desde 2009.           | 4          | 14,8         |
| Desde 2010.           | 3          | 11,1         |
| Desde 2011.           | 4          | 14,8         |
| Desde 2012.           | 5          | 18,5         |
| Desde 2013.           | 2          | 7,4          |
| Primeira vez em 2014. | 6          | 22,2         |
| Não respondeu.        | 3          | 11,1         |
| <b>Total</b>          | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C65: Distribuição dos entrevistados segundo a indicação de que o evento Povos do Mar traz como aprendizado**

| Indicação  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Eleva a auto estima dos povos, valoriza seu saber, práticas e história | 5          | 18,5         |
| Troca de saberes   | 9          | 33,3         |
| A convivência, a vivência e o conhecimento.                            | 2          | 7,4          |
| Múltiplos conhecimentos.   | 4          | 14,8         |
| A diversidade cultural (vida no campo e artesanato).                   | 4          | 14,8         |
| Esclarecimentos, acolhimento e intercâmbio.                            | 1          | 3,7          |
| Não respondeu  | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C66: Distribuição dos entrevistados segundo sugestão para organizar o evento Povos do Mar**

| Indicação  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Está muito bom. Não tenho sugestão.  | 6          | 22,2         |
| Aumentar o número de participantes, incluir mais projetos e convidar mais etnias.                | 7          | 25,9         |
| Organizar o setor de comunicação, o administrativo e melhorar a vinda das pessoas para o evento. | 2          | 7,4          |
| Melhorar a estrutura.  | 4          | 14,8         |
| Colocar o evento para final de semana.   | 1          | 3,7          |
| Educar o povo para não estragar comida nas refeições.  | 1          | 3,7          |
| Preparar folders para cada região, para cada cultura. Preparar balcões de madeira.               | 1          | 3,7          |
| Melhorar a hospedagem de modo que os casais e famílias fiquem juntos.                            | 1          | 3,7          |
| Trazer garapa de cana de açúcar e melhorar o preço da renda.                                     | 1          | 3,7          |
| Não sabe dizer o que falta.  | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.   | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C67: Distribuição dos entrevistados segundo o que acha do meio ambiente de sua localidade**

| Indicação  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Está mal preservado.   | 12         | 44,4         |
| Ainda é preservado.  | 5          | 18,5         |
| Está precisando de melhorar a coleta de lixo.                  | 1          | 3,7          |
| Razoável.  | 1          | 3,7          |
| O mar está tomando conta das praias.                           | 1          | 3,7          |
| Calm e tranquilo.  | 1          | 3,7          |
| Com a reserva Chico Mendes melhorou.                           | 1          | 3,7          |
| Como a comunidade é pequena, ainda não temos tantos problemas. | 1          | 3,7          |
| Poderia melhorar a estrutura das barracas.                     | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.   | 3          | 11,1         |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C68: Distribuição dos entrevistados segundo a sugestão para melhorar o meio ambiente**

| Sugestões   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Construir meios e estratégias para as comunidades preservarem o meio em que | 12         | 44,4         |
| É problema de governo/ de lei.  | 1          | 3,7          |
| A prefeitura disponibilizar carro de lixo.                                  | 2          | 7,4          |
| Continuar com políticas de defesa e preservação ambiental.                  | 1          | 3,7          |
| Investir em reciclagem.   | 3          | 11,1         |
| Limpeza das praias e apoio a reserva.                                       | 2          | 7,4          |
| A limpeza do nosso rio trairi.  | 1          | 3,7          |
| Parar o desmatamento.   | 1          | 3,7          |
| Plantar árvore.   | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.  | 3          | 11,1         |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C69: Distribuição dos entrevistados segundo como pensa vir a ser sua vida nos próximos 10 anos**

| Indicação      | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Pior.          | 2          | 7,4          |
| Na mesma.      | 4          | 14,8         |
| Melhor.        | 9          | 33,3         |
| Muito melhor.  | 9          | 33,3         |
| Não respondeu. | 3          | 11,1         |
| <b>Total</b>   | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C70: Distribuição dos entrevistados segundo o que julga que vai mudar em sua vida nos próximos 10 anos**

| Sugestões   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A renda familiar, a educação e a saúde vão melhorar.                  | 4          | 14,8         |
| A velhice vai chegar e piora as coisa.                                | 2          | 7,4          |
| A união das comunidades para nos ajudar.                              | 4          | 14,8         |
| Irão se organizar mais em favor das lutas da comunidade.              | 1          | 3,7          |
| A convivência em comunidade melhorar a procura pela arte.             | 2          | 7,4          |
| Não sabe o que será do seu futuro.                                    | 1          | 3,7          |
| Porque tem o SESC ajudando nessa mudança.                             | 1          | 3,7          |
| Algumas medidas de combate às drogas.                                 | 1          | 3,7          |
| Acabar a briga com os que querem o turismo hoteleiro de grande porte. | 1          | 3,7          |
| Meu trabalho será reconhecido, ampliar o conhecimento sobre renda.    | 1          | 3,7          |
| Só Deus é quem sabe.  | 1          | 3,7          |
| Tudo está difícil agora imagine mais tarde com tanto assassinato e    | 1          | 3,7          |
| Não respondeu.  | 7          | 25,9         |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

**Tabela C71: Distribuição dos entrevistados segundo se tem projetos para o futuro**

| Opções        | Frequência |              |
|---------------|------------|--------------|
|               | Absoluta   | Relativa     |
| Não           | 4          | 14,8         |
| Sim           | 21         | 77,8         |
| Não respondeu | 2          | 7,4          |
| <b>Total</b>  | <b>27</b>  | <b>100,0</b> |

APÊNDICE F – Tabelas e gráficos dos resultados da pesquisa quantitativa pescadores

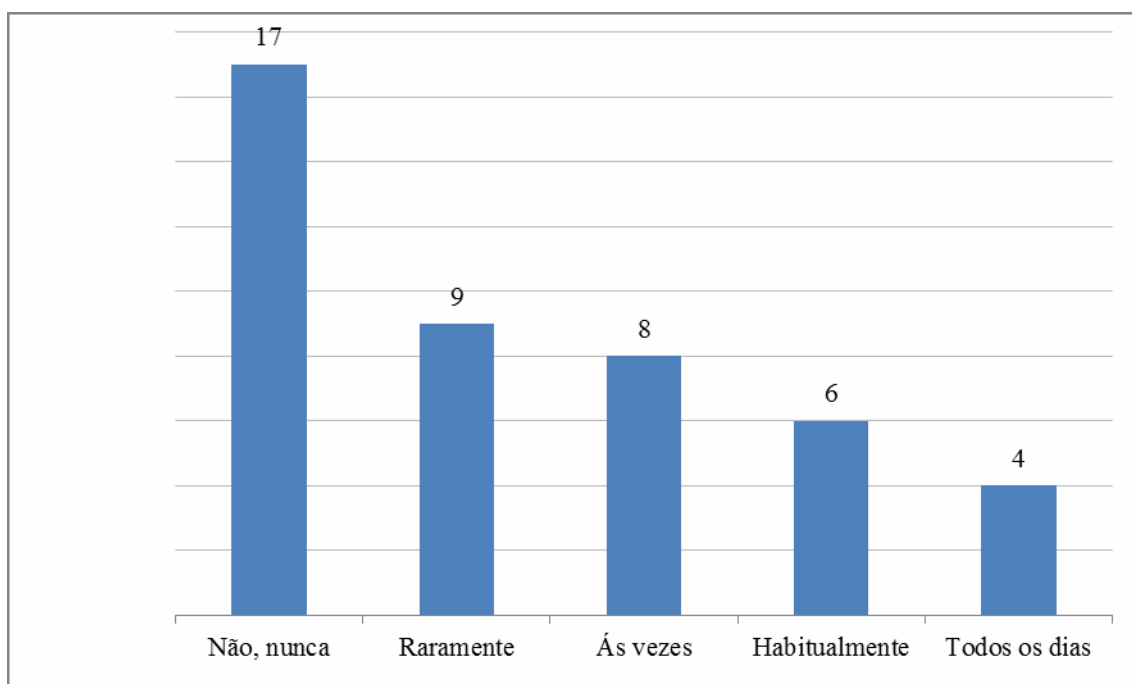
**B – Dados relacionados ao turismo e lazer**

**Tabela B1: Distribuição dos entrevistados por frequência de contato com turismo**

| Especificação  | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Não, nunca.    | 17         | 38,6         |
| Raramente.     | 9          | 20,5         |
| Às vezes.      | 8          | 18,2         |
| Habitualmente. | 6          | 13,6         |
| Todos os dias. | 4          | 9,1          |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**FREQUÊNCIA DE CONTATO COM O TURISTA**

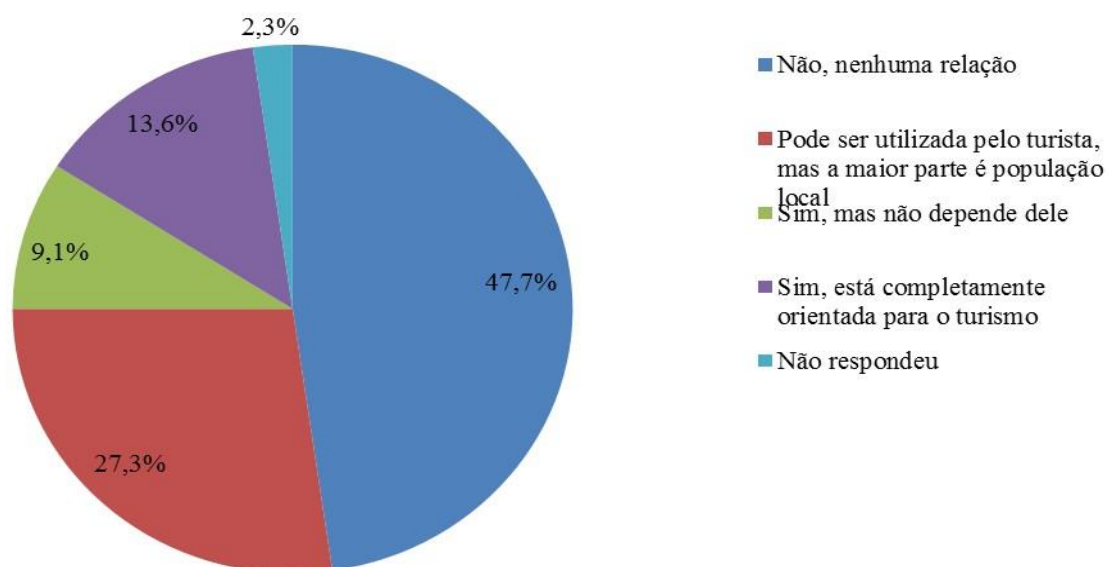


**Tabela B2: Distribuição dos entrevistados segundo a relação de sua atividade profissional com o turismo**

| Especificação   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Não, nenhuma relação.   | 21         | 47,7         |
| Pode ser utilizada pelo turista, mas a maior parte é população local. | 12         | 27,3         |
| Sim, mas não depende dele.  | 4          | 9,1          |
| Sim, está completamente orientada para o turismo.                     | 6          | 13,6         |
| Não respondeu.  | 1          | 2,3          |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

## RELAÇÃO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO COM O TURISMO

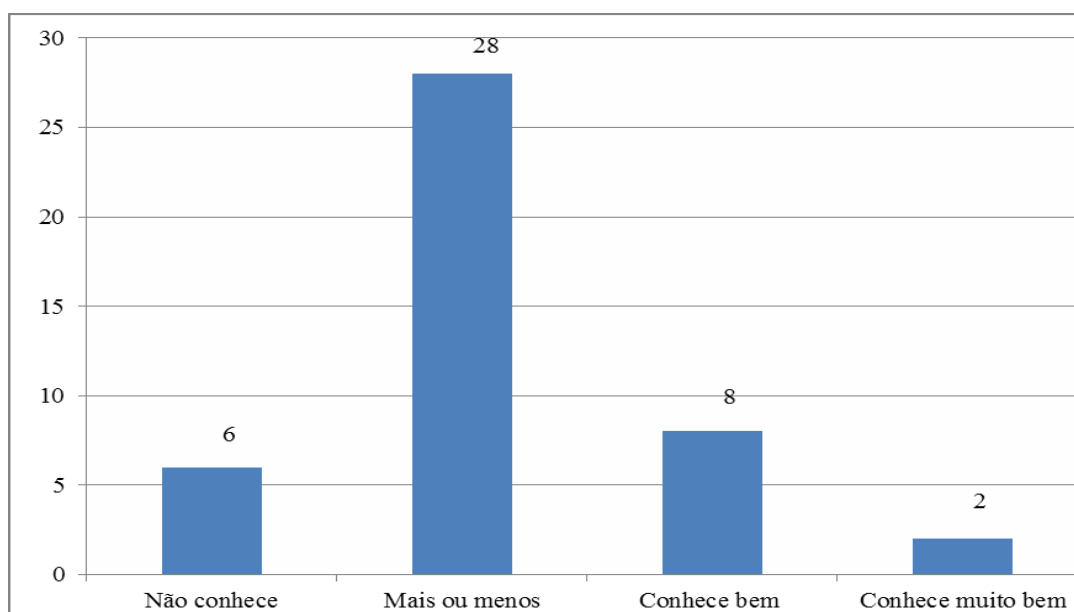


**Tabela B3: Distribuição dos entrevistados segundo o conhecimento das atividades do SESC**

| Especificação     | Frequência |              |
|-------------------|------------|--------------|
|                   | Absoluta   | Relativa     |
| Não conhece       | 6          | 13,6         |
| Mais ou menos     | 28         | 63,6         |
| Conhece bem       | 8          | 18,2         |
| Conhece muito bem | 2          | 4,5          |
| <b>Total</b>      | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

## CONHECIMENTO DOS ENTREVISTADOS SOBRE AS ATIVIDADES DO SESC

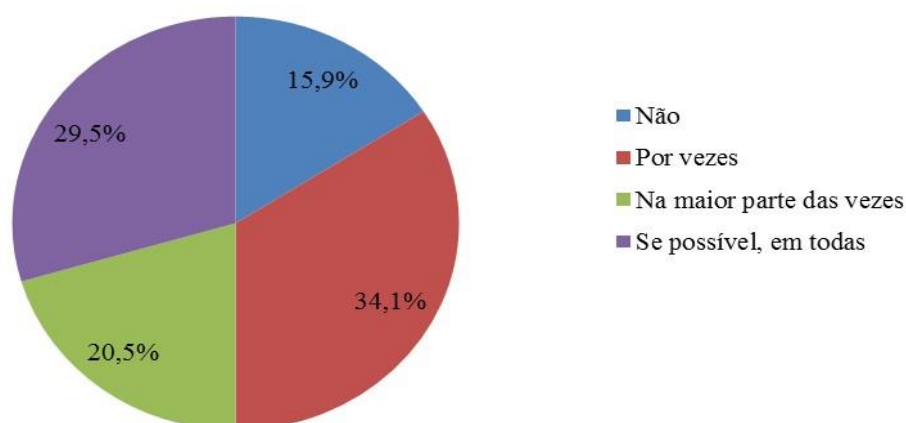


**Tabela B4: Distribuição dos entrevistados por indicação de participação nas atividades do SESC**

| Especificação             | Frequência |              |
|---------------------------|------------|--------------|
|                           | Absoluta   | Relativa     |
| Não.                      | 7          | 15,9         |
| Por vezes.                | 15         | 34,1         |
| Na maior parte das vezes. | 9          | 20,5         |
| Se possível, em todas.    | 13         | 29,5         |
| <b>Total</b>              | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

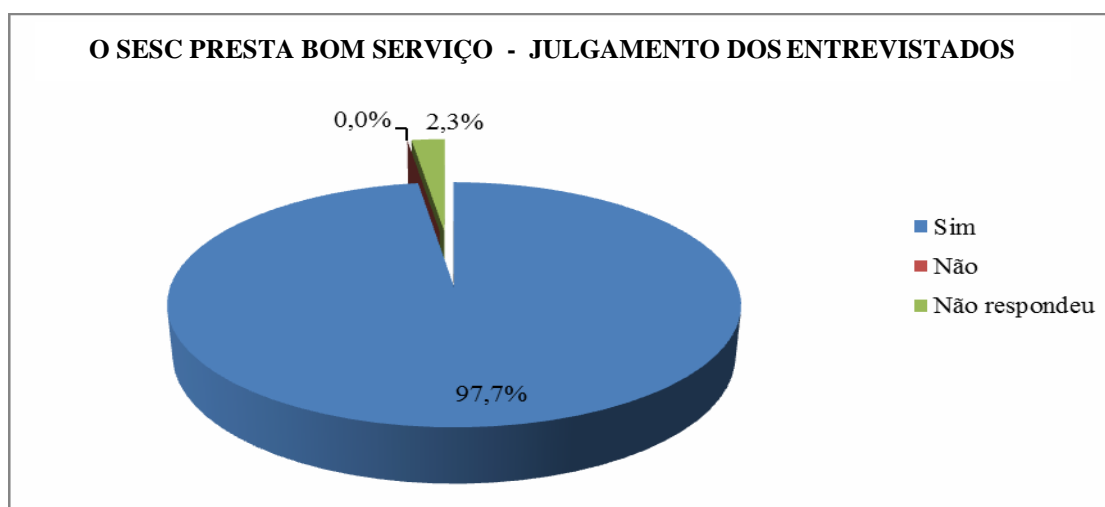
**ENTREVISTADOS POR INDICAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO SESC**



**Tabela B5: Distribuição dos entrevistados no julgamento se o SESC presta um bom serviço**

| Opção          | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.           | 43         | 97,7         |
| Não.           | 0          | 0,0          |
| Não respondeu. | 1          | 2,3          |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.



**Tabela B5.4: Distribuição dos entrevistados segundo a participação em grupo de turismo comunitário**

| Opção        | Frequência |              |
|--------------|------------|--------------|
|              | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.         | 22         | 50,0         |
| Não.         | 22         | 50,0         |
| <b>Total</b> | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

### C – Situação Antes da Integração em Algum Grupo Social

**Tabela C1: Indicação da atividade de sustento antes da participação no grupo**

| Profissão/Ocupação | Frequência |              |
|--------------------|------------|--------------|
|                    | Absoluta   | Relativa     |
| Agricultor.        | 3          | 6,8          |
| Marisqueira.       | 5          | 11,4         |
| Pescador.          | 18         | 40,9         |
| Rendeira.          | 2          | 4,5          |
| Não informou.      | 16         | 36,4         |
| <b>Total</b>       | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C2: Distribuição dos entrevistados por tipo de ocupação**

| Tipo de ocupação               | Frequência |              |
|--------------------------------|------------|--------------|
|                                | Absoluta   | Relativa     |
| Por conta própria.             | 19         | 43,2         |
| Por conta de outrem.           | 6          | 13,6         |
| Por conta própria e de outrem. | 6          | 13,6         |
| Desempregado.                  | 2          | 4,5          |
| Outra situação.                | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.                 | 10         | 22,7         |
| <b>Total</b>                   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C3: Distribuição dos entrevistados por tipo de sócio no trabalho por conta própria**

| Tipo de sócio             | Frequência |              |
|---------------------------|------------|--------------|
|                           | Absoluta   | Relativa     |
| Com familiares.           | 19         | 43,2         |
| Tinha sócios de trabalho. | 2          | 4,5          |
| Outras situações.         | 2          | 4,5          |
| Não respondeu.            | 21         | 47,7         |
| <b>Total</b>              | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários



**Tabela C4: Distribuição dos entrevistados segundo o problema que enfrentava antes da integração**

| Tipo de problema   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Falta de iluminação.   | 1          | 2,3          |
| Dificuldade financeira devido ao pouco ganho da família que sustentava com dificuldade.                      | 8          | 18,2         |
| As políticas públicas. Falta de estrada, transporte, educação, atendimento médico, comunicação e incentivos. | 3          | 6,8          |
| Falta de emprego e de valorização do trabalho.   | 2          | 4,5          |
| A questão da terra. O problema com os latifundiários e/ou com  | 4          | 9,1          |
| Pegar algas é muito difícil.   | 1          | 2,3          |
| Trabalhava distante da residência.   | 1          | 2,3          |
| Atravessador nocivo que diminuía o preço.  | 1          | 2,3          |
| Complicação da atividade de marisqueira.   | 1          | 2,3          |
| Dificuldade em reunir os profissionais.  | 1          | 2,3          |
| Discriminação e preconceito por classe e cor.  | 1          | 2,3          |
| Dificuldade na pesca (navegação, preço baixo, risco de vida, pesca predatória).                              | 7          | 15,9         |
| Necessidade de aprimorar os conhecimentos.   | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.   | 12         | 27,3         |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C5: Distribuição dos entrevistados segundo sua motivação para trabalhar**

| Motivação   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A família.  | 11         | 25,0         |
| Gostar do que faz.                                | 10         | 22,7         |
| Preservar a cultura que é o nosso único trabalho. | 1          | 2,3          |
| A sobrevivência.                                  | 8          | 18,2         |
| Outras.   | 2          | 4,5          |
| Não respondeu.                                    | 12         | 27,3         |
| <b>Total</b>                                      | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C6: Distribuição dos entrevistados segundo a quem se dirige para resolver algum problema**

| A quem se dirige                  | Frequência |              |
|-----------------------------------|------------|--------------|
|                                   | Absoluta   | Relativa     |
| A família.                        | 15         | 34,1         |
| Medicina tradicional da natureza. | 4          | 9,1          |
| A comunidade.                     | 10         | 22,7         |
| Outros.                           | 3          | 6,8          |
| Não respondeu.                    | 12         | 27,3         |
| <b>Total</b>                      | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C7: Distribuição dos entrevistados segundo como procediam na falta de clientes para comprar seus produtos**

| Como procediam  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A família ajudava a vender nas casas de veraneio ou a consumir. | 2          | 4,5          |
| Buscava outra alternativa de trabalho.                          | 8          | 18,2         |
| Buscava venda em outra localidade ou outro município.           | 2          | 4,5          |
| Deixava as peças guardadas na espera de vender um dia.          | 1          | 2,3          |
| Fazia escambo.  | 7          | 15,9         |
| Não existia cliente. O produto era para o consumo próprio.      | 2          | 4,5          |
| Nunca faltou cliente.   | 6          | 13,6         |
| Vendia para atravessador.                                       | 1          | 2,3          |
| Outras maneiras.  | 3          | 6,8          |
| Não respondeu.  | 12         | 27,3         |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C8: Distribuição dos entrevistados segundo como valorizava o seu saber/ofício/identidade**

| Como valorizavam   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Com força de vontade, amor e acreditar no que faz.   | 10         | 22,7         |
| Não pensava na valorização que tinha e que hoje eu tenho consciência.                        | 3          | 6,8          |
| Passava o ofício para as novas gerações.   | 4          | 9,1          |
| Preserva sua cultura realizando a sua atividade profissional.                                | 7          | 15,9         |
| Se atualizando (através de cursos, eventos, exposições e pessoas com mais experiência, etc.) | 6          | 13,6         |
| Ter orgulho da profissão.  | 2          | 4,5          |
| Não respondeu.   | 12         | 27,3         |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C9: Distribuição dos entrevistados segundo como e quando aprendeu o seu ofício**

| Como e quando              | Frequência |              |
|----------------------------|------------|--------------|
|                            | Absoluta   | Relativa     |
| Aprendeu com a família.    | 26         | 59,1         |
| Aprendeu com amigo(a).     | 4          | 9,1          |
| Aprendeu com a comunidade. | 3          | 6,8          |
| Não respondeu.             | 11         | 25,0         |
| <b>Total</b>               | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C10: Distribuição dos entrevistados segundo o pensamento de mudar ou não de atividade devido a algum problema**

| Resposta               | Frequência |              |
|------------------------|------------|--------------|
|                        | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.                   | 15         | 34,1         |
| Não.                   | 18         | 40,9         |
| Já mudou de atividade. | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.         | 11         | 25,0         |
| <b>Total</b>           | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C11: Distribuição dos entrevistados segundo a informação se a família ajuda em sua atividade/ofício**

| Resposta      | Frequência |              |
|---------------|------------|--------------|
|               | Absoluta   | Relativa     |
| Sim           | 23         | 52,3         |
| Não           | 10         | 22,7         |
| Não respondeu | 11         | 25,0         |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C12: Distribuição dos entrevistados por situação da renda antes de participar do projeto no SESC**

| Faixas de renda                              | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Não se alterou.                              | 11         | 25,0         |
| Menos de 25% da atual.                       | 1          | 2,3          |
| Entre 26% e 50% menor que a atual.           | 8          | 18,2         |
| Entre 51% e 75% menor que a atual.           | 2          | 4,5          |
| Entre 76% e 100% menor que a atual.          | 7          | 15,9         |
| Era menos que hoje, não informou quanto.     | 9          | 20,5         |
| Não mudou ainda. Tem pouco tempo no projeto. | 2          | 4,5          |
| Trabalha sem fins lucrativos.                | 1          | 2,3          |
| Não sabe.                                    | 2          | 4,5          |
| Não respondeu.                               | 1          | 2,3          |
| <b>Total</b>                                 | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

#### **D – Situação hoje**

**Tabela C13: Distribuição dos entrevistados segundo atividade(s) que garantem o seu sustento**

| Atividades         | Frequência |              |
|--------------------|------------|--------------|
|                    | Absoluta   | Relativa     |
| Pescador.          | 10         | 22,7         |
| Pescador e outras. | 29         | 65,9         |
| Marisqueira.       | 3          | 6,8          |
| Não Respondeu.     | 2          | 4,5          |
| <b>Total</b>       | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C15: Distribuição dos entrevistados segundo com quem trabalha por conta própria**

| Situação                                 | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Com familiares.                          | 25         | 56,8         |
| Com sócios de trabalho.                  | 1          | 2,3          |
| Com familiares e com sócios de trabalho. | 0          | 0,0          |
| Outra situação.                          | 4          | 9,1          |
| Não respondeu.                           | 14         | 31,8         |
| <b>Total</b>                             | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C16: Distribuição dos entrevistados segundo a necessidade de orientação para oferecer seus serviços**

| Respostas              | Frequência |              |
|------------------------|------------|--------------|
|                        | Absoluta   | Relativa     |
| Sim, sempre.           | 4          | 9,1          |
| Sim, de vez em quando. | 15         | 34,1         |
| Não precisa.           | 19         | 43,2         |
| Não respondeu.         | 6          | 13,6         |
| <b>Total</b>           | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C17: Distribuição dos entrevistados segundo a necessidade orientação para calcular preços de serviços**

| Respostas              | Frequência |              |
|------------------------|------------|--------------|
|                        | Absoluta   | Relativa     |
| Sim, sempre.           | 6          | 13,6         |
| Sim, de vez em quando. | 11         | 25,0         |
| Não precisa.           | 21         | 47,7         |
| Não respondeu.         | 6          | 13,6         |
| <b>Total</b>           | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C18 :Distribuição dos entrevistados segundo a necessidade de orientação para planejar atividade**

| Respostas              | Frequência |              |
|------------------------|------------|--------------|
|                        | Absoluta   | Relativa     |
| Não precisa.           | 23         | 52,3         |
| Sim, de vez em quando. | 11         | 25,0         |
| Sim, sempre precisa.   | 5          | 11,4         |
| Não respondeu.         | 5          | 11,4         |
| <b>Total</b>           | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C19: Distribuição dos entrevistados segundo a motivação atual para trabalhar neste ofício(s)**

| Motivação   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A vontade de viver do ofício pelo gosto de fazer.                             | 23         | 52,3         |
| Necessidade de sustento.  | 10         | 22,7         |
| A responsabilidade cultural não deixar acabar o que os antigos nos ensinaram. | 2          | 4,5          |
| Trabalhar em grupo, trocar ideias, planejar sobre o trabalho.                 | 1          | 2,3          |
| A liberdade de trabalhar para si mesmo e em contato com a natureza.           | 5          | 11,4         |
| Outras motivações.  | 2          | 4,5          |
| Não respondeu.  | 1          | 2,3          |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C20: Distribuição dos entrevistados segundo os principais problemas que enfrenta**

| Problemas  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| A comercialização (falta de compradores, atravessador etc.). | 5          | 11,4         |
| O custo de vida.   | 6          | 13,6         |
| A saúde.   | 4          | 9,1          |
| A pesca predativa e o preço do pescado que caiu.             | 4          | 9,1          |
| A falta da demarcação das terras.                            | 4          | 9,1          |
| A discriminação, o preconceito e as diferenças culturais.    | 3          | 6,8          |
| A falta de conhecimento para desenvolver o artesanato.       | 2          | 4,5          |
| Outros problemas.  | 7          | 15,9         |
| Não tem problema.  | 4          | 9,1          |
| Não respondeu.   | 5          | 11,4         |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C21: Distribuição dos entrevistados segundo a quem se dirige para resolver os problemas**

| Situação                                | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A associação.                           | 3          | 6,8          |
| A amigos.                               | 4          | 9,1          |
| A família.                              | 15         | 34,1         |
| A minha fé.                             | 3          | 6,8          |
| Procura algum órgão que possa resolver. | 9          | 20,5         |
| Lideranças comunitária.                 | 3          | 6,8          |
| Não tem problema.                       | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.                          | 6          | 13,6         |
| <b>Total</b>                            | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C22: Distribuição dos entrevistados segundo como fazem na falta de clientes**

| Solução   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Deixa no estoque ou faz uso próprio do produto.               | 10         | 22,7         |
| Faz divulgação (vizinhos, amigos, turista etc.) dos produtos. | 3          | 6,8          |
| Não faltam clientes.  | 10         | 22,7         |
| Participa de feiras ou vende em outra localidade.             | 7          | 15,9         |
| Vende para o atravessador.                                    | 3          | 6,8          |
| Faço outros tipos de produto.                                 | 1          | 2,3          |
| Busca trabalho em outra atividade.                            | 1          | 2,3          |
| Não vai atrás.  | 2          | 4,5          |
| Não vende mais, pesca por prazer e consumo próprio.           | 2          | 4,5          |
| Não respondeu.  | 5          | 11,4         |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C23: Distribuição dos entrevistados segundo como valorizam o seu saber**

| Resposta   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Repassando a cultura e valorizando o saber.                                | 13         | 29,5         |
| Agregando valores às artes e ofícios.                                      | 8          | 18,2         |
| Ampliando conhecimentos e divulgando a cultura e a identidade de sua arte. | 11         | 25,0         |
| Participando ativamente dos movimentos de resgate cultural.                | 4          | 9,1          |
| Tem orgulho de ser indígena, valoriza e divulga a sua cultura.             | 2          | 4,5          |
| Não sei dizer.   | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.   | 5          | 11,4         |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C24: Distribuição dos entrevistados segundo se pensou em mudar de atividade**

| Opção          | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.           | 9          | 20,5         |
| Não.           | 29         | 65,9         |
| Não respondeu. | 6          | 13,6         |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C25: Distribuição dos entrevistados segundo se a família ajuda em seu ofício/atividade**

| Opção          | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.           | 24         | 54,5         |
| Não.           | 15         | 34,1         |
| Não respondeu. | 5          | 11,4         |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C26: Distribuição dos entrevistados por faixa de renda hoje**

| Faixas de renda                     | Frequência |              |
|-------------------------------------|------------|--------------|
|                                     | Absoluta   | Relativa     |
| Menos de um salário mínimo.         | 6          | 13,6         |
| De 1 a menos de 2 salários mínimos. | 15         | 34,1         |
| De 2 a menos de 3 salários mínimos. | 16         | 36,4         |
| De 3 a menos de 4 salários mínimos. | 1          | 2,3          |
| De 4 a menos de 5 salários mínimos. | 0          | 0,0          |
| De 5 salários mínimos a mais.       | 1          | 2,3          |
| Não Respondeu                       | 5          | 11,4         |
| <b>Total</b>                        | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C27: Distribuição dos entrevistados segundo a informação se a sua renda dá para o sustento da família**

| Resposta       | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Bem à vontade. | 1          | 2,3          |
| Sim.           | 21         | 47,7         |
| Nem sempre.    | 15         | 34,1         |
| Não.           | 3          | 6,8          |
| Não respondeu. | 4          | 9,1          |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C28: Distribuição dos entrevistados segundo como é a sua relação com o turista**

| Resposta                     | Frequência |              |
|------------------------------|------------|--------------|
|                              | Absoluta   | Relativa     |
| Muito boa.                   | 7          | 15,9         |
| Boa.                         | 22         | 50,0         |
| Razoável.                    | 6          | 13,6         |
| Má.                          | 1          | 2,3          |
| Muito má.                    | 0          | 0,0          |
| Não tem contato com turista. | 6          | 13,6         |
| Não respondeu.               | 2          | 4,5          |
| <b>Total</b>                 | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C29: Distribuição dos entrevistados segundo como vê a vinda do turista para cá**

| Resposta           | Frequência |              |
|--------------------|------------|--------------|
|                    | Absoluta   | Relativa     |
| Vê como muito boa. | 4          | 9,1          |
| Vê como boa.       | 24         | 54,5         |
| Vê como razoável.  | 9          | 20,5         |
| Vê como má.        | 1          | 2,3          |
| Vê como muito má.  | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.     | 6          | 13,6         |
| <b>Total</b>       | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C30: Distribuição dos entrevistados segundo a resposta se acha que sua vida melhorou nos últimos dez anos**

| Resposta       | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim muito.     | 21         | 47,7         |
| Sim, um pouco. | 21         | 47,7         |
| Não.           | 1          | 2,3          |
| Não respondeu. | 1          | 2,3          |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C31: Distribuição dos entrevistados segundo a resposta se sua vida melhorou ou não nos últimos dez anos**

| Motivo   | Resposta    |               |            |               | Total        | Frequência relativa |
|--|-------------|---------------|------------|---------------|--------------|---------------------|
|  | Sim, muito  | Sim, um pouco | Não        | Não respondeu |              |                     |
| A pesca predatória ainda não foi controlada / pesca Antes as dificuldades eram maiores, hoje o trabalho é mais valorizado. |             | 2             |            |               | 2            | 4,5                 |
| Aprendi uma profissão.   | 3           | 2             |            |               | 5            | 11,4                |
| As ações sociais que participamos nos incentivam a querer mudar o mundo para melhor.                                       | 4           | 0             |            |               | 4            | 9,1                 |
| Com o turismo comunitário fazemos muitas amizades e é gratificante.  | 1           | 2             |            |               | 3            | 6,8                 |
| Falta um maior reconhecimento e incentivo ao Ficou mais folgada financeiramente/as vendas                                  |             | 1             |            |               | 1            | 2,3                 |
| Hoje tem mais qualidade de vida.   |             | 1             |            |               | 1            | 2,3                 |
| Melhorou em relação ao que o turismo traz de bom, mas também trouxe violência.   | 6           | 5             |            |               | 11           | 25,0                |
| Melhorou no acesso à educação.   | 4           | 4             |            |               | 8            | 18,2                |
| Melhorou no conhecimento cultural.   |             | 1             |            |               | 1            | 2,3                 |
| Precisa melhorar a qualidade de vida.  | 1           | 1             |            |               | 2            | 4,5                 |
|  | 2           | 1             |            |               | 3            | 6,8                 |
|  |             | 3             |            |               | 3            | 6,8                 |
| <b>Total</b>   | <b>21</b>   | <b>23</b>     | <b>0</b>   | <b>0</b>      | <b>44</b>    | <b>100,0</b>        |
| <b>Frequência relativa</b>   | <b>47,7</b> | <b>52,3</b>   | <b>0,0</b> | <b>0,0</b>    | <b>100,0</b> |                     |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C32: Distribuição dos entrevistados segundo de que forma a aproximação com outros grupos comunitários contribuiu para a sua atividade e porque**

| Resposta  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A integração dos grupos, trocando experiências e como resolver os problemas que | 10         | 22,7         |
| A interação é muito importante para manter a nossa cultura viva.                | 5          | 11,4         |
| Foi muito bom por maiores possibilidades de socializar saberes.                 | 5          | 11,4         |
| Conheço mais pessoas e fico mais conhecido.                                     | 1          | 2,3          |
| Amplia as possibilidades.   | 2          | 4,5          |
| Fundação da escola e com isso ajudou a preservar as lutas do povo indígena.     | 2          | 4,5          |
| Melhorou a situação de trabalho.  | 5          | 11,4         |
| Mais motivação e reconhecimento.  | 3          | 6,8          |
| Percebemos nossas forças e fragilidades.  | 1          | 2,3          |
| Melhorou pouco.   | 1          | 2,3          |
| Não sabe dizer.   | 1          | 2,3          |
| Não tenho aproximação, só conhecimentos da existência.                          | 2          | 4,5          |
| Não respondeu.  | 6          | 13,6         |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C33: Distribuição dos entrevistados segundo o conhecimento de outros grupos em que sentido favoreceu sua atividade**

| Resposta   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Ajudou a largar vínculos e a conversar com a comunidade.           | 2          | 4,5          |
| Favoreceu a qualidade do trabalho.                                 | 11         | 25,0         |
| Favoreceu a troca de experiência e resgate de culturas esquecidas. | 11         | 25,0         |
| Favoreceu o aumento da renda familiar.                             | 3          | 6,8          |
| Maior união e fortalecimento.                                      | 1          | 2,3          |
| Melhorou a maneira de se expressar e ampliou conhecimentos.        | 7          | 15,9         |
| Não sabe dizer   | 2          | 4,5          |
| Não respondeu.   | 7          | 15,9         |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.



**Tabela C34: Distribuição dos entrevistados segundo como funciona a cooperativa a que pertence**

| Resposta  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Não participo de cooperativa, só de associação.                       | 20         | 45,5         |
| Realizando cursos, feiras, exposições e outros eventos.               | 5          | 11,4         |
| Funciona através de reuniões. Facilita a venda dos produtos.          | 4          | 9,1          |
| Participa da colônia de pescadores.                                   | 4          | 9,1          |
| Com o olhar voltado para preservação ambiental e problemática da      | 1          | 2,3          |
| Encontro de discussão para pautar aspectos em conjunto com os grupos. | 1          | 2,3          |
| Faz empréstimos facilitados para os associados.                       | 1          | 2,3          |
| Organização de incentivo à criatividade, aprendizado e doações.       | 1          | 2,3          |
| Trabalha a base para as pessoas que nos visitam.                      | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.  | 6          | 13,6         |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C35: Distribuição dos entrevistados segundo a informação de quem participa da cooperativa**

| Resposta   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Pescadores e marisqueiras.                                 | 9          | 37,5         |
| Famílias.  | 1          | 4,2          |
| Os moradores do entorno de Iparana, pescadores e artesãos. | 1          | 4,2          |
| A comunidade em geral.                                     | 3          | 12,5         |
| Jovens, artesãos e componente da comissão.                 | 1          | 4,2          |
| As comunidades, a Igreja e os amigos.                      | 1          | 4,2          |
| Bonequeiros e grupos.                                      | 1          | 4,2          |
| Não respondeu.   | 7          | 29,2         |
| <b>Total</b>   | <b>24</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C36: Distribuição dos entrevistados segundo se relacionam com outras cooperativas**

| Resposta       | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Não.           | 22         | 50,0         |
| Sim, um pouco. | 7          | 15,9         |
| Sim, muito.    | 7          | 15,9         |
| Não respondeu. | 8          | 18,2         |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C36.4: Distribuição dos entrevistados segundo de forma relacionam-se com outras cooperativas**

| Resposta                                       | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Através de feiras, eventos, cursos, etc.       | 2          | 14,3         |
| Em reuniões e em movimentos pelos os direitos. | 5          | 35,7         |
| Às vezes na prefeitura.                        | 1          | 7,1          |
| No encontro das bodegas.                       | 1          | 7,1          |
| No Programa do PSI e Mesa Brasil.              | 1          | 7,1          |
| Só quando temos interesse em comum.            | 1          | 7,1          |
| Poucas interações.                             | 1          | 7,1          |
| Não respondeu.                                 | 2          | 14,3         |
| <b>Total</b>                                   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C37: Atividades culturais realizadas pelos entrevistados**

| Atividades              | Frequência |          |
|-------------------------|------------|----------|
|                         | Absoluta   | Relativa |
| Dança e ritual do toré. | 19         | 43,2     |
| Atesanato e renda.      | 5          | 11,4     |
| Festa religiosa.        | 10         | 22,7     |
| Dança do coco.          | 8          | 18,2     |
| Festa cultural.         | 4          | 9,1      |
| Capoeira.               | 2          | 4,5      |
| Horto medicinal.        | 3          | 6,8      |
| Teatro de boneco.       | 3          | 6,8      |
| Bumba meu boi.          | 1          | 2,3      |
| Dança folclórica.       | 1          | 2,3      |
| Pastoril.               | 1          | 2,3      |
| Reisado.                | 1          | 2,3      |
| Cultura de pesca.       | 1          | 2,3      |
| Dança perola.           | 1          | 2,3      |
| Forró pé de serra.      | 1          | 2,3      |

Fonte: Dados primários.

Nota: Questões de respostas múltiplas.

**Tabela C38: Distribuição dos entrevistados segundo a modificação introduzida no seu cotidiano e atividades depois da sua participação em reuniões no SESC**

| Modificações   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Abriu-se mais o leque de conhecimento e interações com a comunidade. | 25         | 56,8         |
| Preservação e divulgação da cultura.                                 | 7          | 15,9         |
| Vida saudável.   | 3          | 6,8          |
| É a primeira vez no SESC.  | 3          | 6,8          |
| Não sabe dizer.  | 3          | 6,8          |
| Não respondeu.   | 3          | 6,8          |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C39: Distribuição dos entrevistados segundo a importância da hora comunitária para a comunidade**

| Importância  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| União e ajuda mútua para o fortalecimento da comunidade.         | 8          | 17,8         |
| Socialização de saberes.   | 11         | 24,4         |
| Muito importante pela convivência.                               | 5          | 11,1         |
| Acha importante apenas.  | 4          | 8,9          |
| Divulgar a cultura da comunidade e mantê-la viva.                | 3          | 6,7          |
| Ficar sabendo das notícias da comunidade e possíveis encomendas. | 3          | 6,7          |
| É importante para planejar e realizar os movimentos e ações.     | 3          | 6,7          |
| Resgate da preservação da cultura para jovens e idosos.          | 2          | 4,4          |
| Conscientizar que cada um tem seu valor.                         | 1          | 2,2          |
| Conhecer a terra e a demanda.                                    | 1          | 2,2          |
| Não respondeu.   | 4          | 8,9          |
| <b>Total</b>   | <b>45</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C40: Distribuição dos entrevistados segundo a importância da hora comunitária para a família**

| Importância  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Oportunidade de troca de saberes.                  | 11         | 25,0         |
| A família fica feliz em participar.                | 9          | 20,5         |
| É bom para todos.                                  | 5          | 11,4         |
| Ficam alegres porque a cultura permanece viva.     | 1          | 2,3          |
| É a integração da família com a comunidade.        | 5          | 11,4         |
| Ajuda a renda familiar aumentar.                   | 1          | 2,3          |
| Novas experiências e os jovens estão participando. | 1          | 2,3          |
| É importante porque interagimos com a brincadeira. | 1          | 2,3          |
| Fortalece muito os laços de amizade.               | 1          | 2,3          |
| É o único lazer e prazer.                          | 1          | 2,3          |
| Não tenho interesse.                               | 1          | 2,3          |
| Deve ser importante, mas não conhece.              | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.                                     | 6          | 13,6         |
| <b>Total</b>                                       | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C41: Distribuição dos entrevistados segundo a importância da hora comunitária para si**

| Importância   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Aprendi ser melhor como pessoa.   | 12         | 27,3         |
| Oportunidade de troca de saberes.   | 10         | 22,7         |
| A gente conversa, brinca e ri, trabalha se divertindo. E assim esquece dos problemas. | 2          | 4,5          |
| A importância de poder me confraternizar com outras pessoas.                          | 5          | 11,4         |
| A comunidade se reúne em busca de um objetivo comum a todos.                          | 4          | 9,1          |
| Enriquecer conhecimento e me sentir útil.   | 1          | 2,3          |
| Oportunidade de preservação da cultura do povo.                                       | 2          | 4,5          |
| Oportunidade de divulgação do nosso trabalho.   | 1          | 2,3          |
| Não participa.  | 1          | 2,3          |
| Não conhece.  | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.  | 5          | 11,4         |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C42: Distribuição dos entrevistados segundo se participa de algum treinamento curso/oficina no SESC Iparana**

| Opções         | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.           | 29         | 65,9         |
| Não.           | 13         | 29,5         |
| Não respondeu. | 2          | 4,5          |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C43: Distribuição dos entrevistados segundo quais curso/oficina participa no SESC Iparana**

| Cursos/Oficinas  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Horto medicinal.   | 1          | 2,3          |
| Oficina de queimação do forno e artesanato em barro.                             | 2          | 4,5          |
| De utensílios de pesca, de garrafa pet, renda de bilro e de capeu de             | 5          | 11,4         |
| Oficina de adornos, artesanatos e remédios caseiros indígenas.                   | 2          | 4,5          |
| Oficinas do Coco do Iguape e de artesanato.                                      | 2          | 4,5          |
| Oficina de tapioca, bolo e renda.  | 2          | 4,5          |
| Oficina sobre cultura, lazer e educação ambiental.                               | 1          | 2,3          |
| Ministrando palestras sobre os povos indígenas e oficinas sobre espiritualidade. | 1          | 2,3          |
| Ministrou uma palestra: Mulheres e Mares.  | 1          | 2,3          |
| Pintura em tecido, fabricação de detergente e sabonetes.                         | 1          | 2,3          |
| Participa mas não especificou.   | 12         | 27,3         |
| Não respondeu.   | 14         | 31,8         |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C44: Distribuição dos entrevistados segundo o que aprendeu no curso/oficina que participou no SESC Iparana**

| Aprendizados   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Aprendeu vários ofícios nas oficinas.                                  | 10         | 22,7         |
| Conhecimento de diversas culturas.                                     | 4          | 9,1          |
| Aprendeu a socializar os saberes com outros.                           | 3          | 6,8          |
| Aprendeu a ser mestre de barco e a fazer e manter utensílios de pesca. | 4          | 9,1          |
| Aprendeu a conhecer plantas e melhorou a comunicação com as            | 1          | 2,3          |
| Fazer alimentação e renda.   | 1          | 2,3          |
| Fazer artesanato e instrumentos musicais.                              | 1          | 2,3          |
| Como fazer óleo de coco, shampoo e lambedor.                           | 2          | 4,5          |
| A preservação ambiental.   | 1          | 2,3          |
| A relação direta com o público. Ouvir o problema.                      | 1          | 2,3          |
| Primeiro encontro.   | 2          | 4,5          |
| Não respondeu.   | 14         | 31,8         |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C45: Distribuição dos entrevistados segundo como avalia a presença do SESC em Iparana**

| Opiniões   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Ótima. De grande importância.  | 12         | 27,3         |
| Muito interessante. O SESC faz um bom trabalho social.   | 11         | 25,0         |
| Boa entidade, muito presente e muito parceira.   | 12         | 27,3         |
| Maravilhoso. Bom atendimento e estrutura.  | 1          | 2,3          |
| É excelente. Todos recebem agente muito bem.   | 1          | 2,3          |
| Incentivo muito grande para a cultura cearense.  | 2          | 4,5          |
| Bom. Traz lazer para o povo com o domingo de lazer.  | 1          | 2,3          |
| Precisa levar a sério a coordenação do Horto Medicinal, pois a troca frequente de coordenação tem prejudicado o grupo. | 1          | 2,3          |
| Uma reserva ecológica.   | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.   | 2          | 4,5          |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C46: Distribuição dos entrevistados segundo a sugestão de ação/projeto do SESC na comunidade**

| Sugestões  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Projeto que beneficie crianças e adolescentes em vulnerabilidade.                  | 6          | 13,6         |
| Continuar organizando eventos Povos do Mar.  | 5          | 11,4         |
| Desenvolver cursos e capacitações para o povo evoluir.                             | 5          | 11,4         |
| Investir no turismo comunitário.   | 5          | 11,4         |
| Capacitação para a construção de embarcação e construção de box.                   | 4          | 9,1          |
| Intensificar as ações de educação ambiental na comunidade.                         | 2          | 4,5          |
| Desenvolver projetos sustentáveis para a comunidade.                               | 2          | 4,5          |
| Uma ação relacionada a saúde. Não temos nenhum socorro.                            | 2          | 4,5          |
| Criar um projeto para fortalecer o trabalho com as algas.                          | 2          | 4,5          |
| Dar ênfase sempre a cultura e educação.  | 1          | 2,3          |
| Incentivar o repasse de saberes entre índios e quilombolas.                        | 1          | 2,3          |
| Colégio para os meninos estudarem e para os pescadores cursos profissionalizantes. | 1          | 2,3          |
| Fazer atividades físicas com os idosos e fortalecer as oficinas de artesanato.     | 1          | 2,3          |
| Realizar pesquisas sobre culturas populares.                                       | 1          | 2,3          |
| Não tem sugestão.  | 4          | 9,1          |
| Não respondeu.   | 2          | 4,5          |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C47: Distribuição dos entrevistados segundo a sugestão de ação/projeto do SESC em Caucaia**

| Sugestões  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Cursos e oficinas.   | 7          | 15,9         |
| Continuar a realizar trabalhos do porte que vem desenvolvendo.                         | 4          | 9,1          |
| Fortalecer as comunidades.   | 3          | 6,8          |
| Fazer projeto que agregue valores e saberes culturais da terra.                        | 1          | 2,3          |
| Realizar projeto para adolescente para tirá-los da violência, drogas e roubo.          | 2          | 4,5          |
| Ações sobre o meio ambiente.   | 2          | 4,5          |
| Trabalhar as questões de herança nativa com povos indígenas. Reunir todos os índios do | 3          | 6,8          |
| Incentivar a dança do coco.  | 2          | 4,5          |
| Fazer uma unidade do SESC no Trairi.   | 1          | 2,3          |
| Promover encontros, visitas e incentivo ao trabalho.                                   | 1          | 2,3          |
| Box de peixe.  | 1          | 2,3          |
| Não tem sugestão.  | 7          | 15,9         |
| Não sabe.  | 4          | 9,1          |
| Não respondeu.   | 6          | 13,6         |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C48: Distribuição dos entrevistados segundo os aspectos que acha negativo em sua vida hoje**

| Aspectos  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A demora na demarcação de nossa terra.                | 2          | 4,5          |
| A questão das drogas e violência.                     | 6          | 13,6         |
| A desvalorização do pescador.                         | 1          | 2,3          |
| A discriminação e preconceito por ser indígena.       | 1          | 2,3          |
| Falta de emprego fixo.                                | 2          | 4,5          |
| Desconhecimento sobre o uso da internet e do celular. | 1          | 2,3          |
| A política partidária.                                | 3          | 6,8          |
| A vontade de ajudar e não saber dizer não.            | 1          | 2,3          |
| A saúde.  | 2          | 4,5          |
| Não poder ajudar os meninos do boi.                   | 1          | 2,3          |
| Não tem oportunidade de estudar.                      | 3          | 6,8          |
| Não ter casa própria.                                 | 1          | 2,3          |
| Solidão.  | 1          | 2,3          |
| Ter um filho dependente químico.                      | 1          | 2,3          |
| Nenhum.   | 17         | 38,6         |
| Não respondeu.  | 1          | 2,3          |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C49: Distribuição dos entrevistados segundo os aspectos que acha negativo na sua atividade profissional**

| Aspectos  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A comercialização dos produtos.   | 2          | 4,5          |
| A cultura indígena não ter reconhecimento do Estado.                    | 1          | 2,3          |
| A demora na demarcação de terra.  | 2          | 4,5          |
| A droga.  | 1          | 2,3          |
| A falta de apoio do poder público.                                      | 1          | 2,3          |
| A falta de um lugar para fazer tapioca.                                 | 1          | 2,3          |
| A formação para professores indígenas.                                  | 1          | 2,3          |
| A idade.  | 2          | 4,5          |
| A pesca predatória, a falta de estrutura, incentivo e patrocinadores.   | 5          | 11,4         |
| A violência.  | 1          | 2,3          |
| Falta de incentivo a profissão.   | 6          | 13,6         |
| Não ter condições e estrutura de realizar minhas atividades plenamente. | 1          | 2,3          |
| Necessidade de me aperfeiçoar cada vez mais e não ter tempo pra isso.   | 1          | 2,3          |
| Nenhum.   | 15         | 34,1         |
| Não respondeu.  | 4          | 9,1          |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C50: Distribuição dos entrevistados segundo o que seu município oferece ao turista que é visto como identidade cultural**

| Indicações   | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Praias e artesanato.   | 9          | 20,5         |
| Lazer.   | 4          | 9,1          |
| Oferece grande diversidade cultural e gastronômica.                    | 3          | 6,8          |
| Origens, tradições, costumes e saberes indígenas.                      | 4          | 9,1          |
| O SESC.  | 3          | 6,8          |
| As belezas naturais do lugar, o coco e o artesanato.                   | 2          | 4,5          |
| Festas comemorativas - local e a praia.                                | 2          | 4,5          |
| Muitas áreas de turismo comunitário.                                   | 1          | 2,3          |
| Não tem turista porque a estrada para chegar lá é ruim.                | 2          | 4,5          |
| Não vejo nada cultural, só modernidade como banda de forró eletrônico. | 1          | 2,3          |
| Não sabe dizer.  | 4          | 9,1          |
| Muito pouco.   | 1          | 2,3          |
| Nada.  | 6          | 13,6         |
| Não respondeu.   | 2          | 4,5          |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C51: Distribuição dos entrevistados segundo a indicação do que mais poderia ser oferecido ao turista em seu município**

| Indicações  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Investir em infraestrutura para facilitar o turismo.                  | 6          | 13,6         |
| Incentivar o turista para o passeio de jangada.                       | 1          | 2,3          |
| Incentivar a comercialização.   | 6          | 13,6         |
| Continuar como está.  | 5          | 11,4         |
| Danças culturais e a história da nossa comunidade.                    | 1          | 2,3          |
| Dar a liberdade ao turista de escolher e não oferecer pacote prontos. | 1          | 2,3          |
| Delicadeza, sinceridade e apoio.                                      | 1          | 2,3          |
| Divulgar a cultura e os saberes indígenas.                            | 6          | 13,6         |
| Educação ambiental.   | 2          | 4,5          |
| Capacitações na área de turismo e cultura.                            | 5          | 11,4         |
| Um circuito de integração social.                                     | 1          | 2,3          |
| Não sabe responder.   | 6          | 13,6         |
| Não respondeu.  | 3          | 6,8          |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C52: Distribuição dos entrevistados segundo a indicação do que deve ser feito para preservar a natureza e a cultura do município**

| Indicações  | Frequência |          |
|---|------------|----------|
|   | Absoluta   | Relativa |
| Realizar oficinas sobre o meio ambiente.  | 35         | 79,5     |
| Fazer parceria com instituições governamentais e não governamentais.  | 31         | 70,5     |
| Sensibilizar políticos, gestores municipais sobre a questão ambiental.                                      | 32         | 72,7     |
| Sensibilizar escolas sobre a questão ambiental.   | 31         | 70,5     |
| Fortalecer as brigadas da natureza.   | 23         | 52,3     |
| Resgatar tradições culturais em declínio.   | 31         | 70,5     |
| Promover eventos, cursos, palestras e intercâmbios.   | 35         | 79,5     |
| Incentivar a criação de grupos e equipamentos culturais, com a ajuda do poder público e iniciativa privada. | 30         | 68,2     |
| Não respondeu.  | 2          | 4,5      |

Fonte: Dados primários.

Nota: Questões de respostas múltiplas.

**Tabela C53: Distribuição dos entrevistados segundo a indicação dos meses do ano com maior fluxo de turistas**

| Mês                                  | Frequência |          |
|--------------------------------------|------------|----------|
|                                      | Absoluta   | Relativa |
| Janeiro.                             | 23         | 52,3     |
| Fevereiro.                           | 6          | 13,6     |
| Março.                               | 3          | 6,8      |
| Abril.                               | 3          | 6,8      |
| Maió.                                | 3          | 6,8      |
| Junho.                               | 3          | 6,8      |
| Julho.                               | 26         | 59,1     |
| Agosto.                              | 8          | 18,2     |
| Setembro.                            | 7          | 15,9     |
| Outubro.                             | 4          | 9,1      |
| Novembro.                            | 4          | 9,1      |
| Dezembro.                            | 22         | 50,0     |
| Carnaval.                            | 2          | 4,5      |
| Feriados.                            | 1          | 2,3      |
| Festa da Padroeira.                  | 2          | 4,5      |
| Não aparece turista, só pesquisador. | 1          | 2,3      |
| Não respondeu.                       | 1          | 2,3      |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C54: Distribuição dos entrevistados segundo a procedência**

| Procedência                 | Frequência |              |
|-----------------------------|------------|--------------|
|                             | Absoluta   | Relativa     |
| Brasileiros.                | 25         | 56,8         |
| Estrangeiros.               | 8          | 18,2         |
| Brasileiros e estrangeiros. | 9          | 20,5         |
| Não respondeu.              | 2          | 4,5          |
| <b>Total</b>                | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C55: Distribuição dos entrevistados segundo a procedência do turista estrangeiro**

| Procedência     | Frequência |              |
|-----------------|------------|--------------|
|                 | Absoluta   | Relativa     |
| Alemanha.       | 6          | 13,6         |
| Itália.         | 8          | 18,2         |
| Portugal.       | 8          | 18,2         |
| França.         | 5          | 11,4         |
| Espanha.        | 5          | 11,4         |
| Coreia.         | 5          | 11,4         |
| Estados Unidos. | 4          | 9,1          |
| China/Japão.    | 3          | 6,8          |
| Argentina.      | 0          | 0,0          |
| Holanda.        | 2          | 4,5          |
| Cuba.           | 1          | 2,3          |
| <b>Total</b>    | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

Nota: Questão de múltiplas resposta.

**Tabela C56: Distribuição dos entrevistados segundo a opinião se o contato com turistas é positivo ou negativo para comunidade**

| Opinião                | Frequência |              |
|------------------------|------------|--------------|
|                        | Absoluta   | Relativa     |
| Nada positivo.         | 4          | 9,1          |
| Pouco positivo.        | 8          | 18,2         |
| Nem bom e nem mau.     | 11         | 25,0         |
| Bastante positivo.     | 18         | 40,9         |
| Extremamente positivo. | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.         | 2          | 4,5          |
| <b>Total</b>           | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C57: Distribuição dos entrevistados segundo o motivo escolha do posicionamento em relação ao turista**

| Motivo   | Posicionamento sobre o contato com o turista |                |                   |                   |                       |               | Total     |
|--|--|----------------|-------------------|-------------------|-----------------------|---------------|-----------|
|  | Nada positivo                                | Pouco positivo | Nem bom e nem mau | Bastante positivo | Extremamente positivo | Não respondeu |           |
| Somos um ponto de cultura, mas o turista não visita                              | 1  | 0              | 0                 | 0                 | 0                     | 0             | 1         |
| Porque ele só vêm pegar as nossas riquezas de saberes                            | 0  | 4              | 0                 | 0                 | 0                     | 0             | 4         |
| Os turistas querem explorar sexualmente e apropriação da terra                   | 1  | 1              | 2                 | 0                 | 0                     | 0             | 4         |
| Porque querem um turismo comunitário e não o que fica só na pousada              | 1  | 0              | 0                 | 0                 | 0                     | 0             | 1         |
| Favorece o conhecimento da comunidade  | 0  | 1              | 0                 | 0                 | 0                     | 0             | 1         |
| Eles querem mandar e usam droga na frente das crianças                           | 0  | 1              | 0                 | 0                 | 0                     | 0             | 1         |
| Desde que tenha cuidado com a nossa aldeia e cultura                             | 0  | 0              | 1                 | 0                 | 0                     | 0             | 1         |
| Os hotéis fecham pacotes com os turistas que tiram emprego das pessoas da        | 0  | 0              | 1                 | 0                 | 0                     | 0             | 1         |
| Promove o comércio   | 0  | 1              | 2                 | 7                 | 1                     | 0             | 11        |
| Às vezes aumenta o consumo local, mas tem a exploração sexual e vendas de drogas | 1  | 0              | 2                 | 0                 | 0                     | 0             | 3         |
| Porque as pessoas deixaram de pescar para fazer passeios de barco                | 0  | 0              | 1                 | 0                 | 0                     | 0             | 1         |
| Ajuda a gerar emprego no comércio, mas promove a falta de respeito com os        | 0  | 0              | 1                 | 0                 | 0                     | 0             | 1         |
| Porque favorece ao conhecimento e desenvolvimento da cultura                     | 0  | 0              | 0                 | 8                 | 0                     | 0             | 8         |
| São pessoas simpáticas   | 0  | 0              | 1                 | 3                 | 1                     | 0             | 5         |
| Não respondeu  | 0  | 0              | 0                 | 0                 | 0                     | 1             | 1         |
| <b>Total</b>   | <b>4</b>                                     | <b>8</b>       | <b>11</b>         | <b>18</b>         | <b>2</b>              | <b>1</b>      | <b>44</b> |

Fonte: Dados primários.



**Tabela C58: Distribuição dos entrevistados segundo se as comunidades do município tem contato com outras comunidades**

| Opinião             | Frequência |              |
|---------------------|------------|--------------|
|                     | Absoluta   | Relativa     |
| Não tem.            | 5          | 7,0          |
| Sim, mas pouco.     | 8          | 11,3         |
| Sim, habitualmente. | 11         | 15,5         |
| Sim sempre.         | 18         | 25,4         |
| Não respondeu.      | 2          | 2,8          |
| <b>Total</b>        | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C59: Distribuição dos entrevistados segundo a forma de contato com outras comunidades**

| Forma de contato                             | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Através da realização de eventos e reuniões. | 21         | 44,7         |
| Eventos promovidos pelo SESC.                | 2          | 4,5          |
| Comércio.                                    | 4          | 9,1          |
| Atividades culturais.                        | 2          | 4,5          |
| Com parentes e luta indígena pelos direitos. | 2          | 4,5          |
| Através do conselho indígena.                | 2          | 4,5          |
| Contatos de trabalho e cultura.              | 2          | 4,5          |
| Casamentos entre comunidades.                | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.                               | 8          | 18,2         |
| <b>Total</b>                                 | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C60: Distribuição dos entrevistados segundo as tradições/festividades existentes na sua localidade**

| Indicações                                       | Frequência |          |
|--|------------|----------|
|  | Absoluta   | Relativa |
| Festas religiosas.                               | 24         | 54,5     |
| Festa junina.                                    | 12         | 27,3     |
| Dança do coco.                                   | 8          | 18,2     |
| Reisado.   | 10         | 22,7     |
| Festa / ritual indígena/quilombola.              | 13         | 29,5     |
| Capoeira.  | 3          | 6,8      |
| Festa de produtos da agricultura.                | 4          | 9,1      |
| Festa dos pescadores e Festa do camurupim.       | 7          | 15,9     |
| Carnaval.  | 2          | 4,5      |
| Regata de jangada.                               | 4          | 9,1      |
| Forro pé de serra.                               | 3          | 6,8      |
| Bumba meu boi e Mestre Zé Pio.                   | 3          | 6,8      |
| Datas comemorativas da cidade.                   | 3          | 6,8      |
| Apresentações culturais no projeto povos do mar. | 1          | 2,3      |
| Pastoris.  | 2          | 4,5      |
| Maracatu.  | 2          | 4,5      |
| Teatro.  | 2          | 4,5      |
| Outras tradições/festividade.                    | 8          | 18,2     |
| Não temos.                                       | 1          | 2,3      |
| Não respondeu.                                   | 2          | 4,5      |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C61 - Distribuição dos entrevistados segundo as sugestões para que o SESC melhore as condições de vida da população do município**

| Sugestões  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Projetos de profissionalização.  | 3          | 6,8          |
| Realização de palestra, oficinas, cursos, etc.                                     | 6          | 13,6         |
| Criação de espaço para exposição, vendas, cursos e reuniões.                       | 1          | 2,3          |
| Continuar desenvolvendo práticas de preservação ambiental.                         | 2          | 4,5          |
| Curso de aperfeiçoamento, profissionalizante, para trabalhar com o turista e sobre | 3          | 6,8          |
| Divulgação do povo indígena e o reconhecimento de sua cultura.                     | 2          | 4,5          |
| Trabalhar com jovens e meninos de rua.   | 1          | 2,3          |
| Ajudar na realização dos projetos para população mais carente.                     | 5          | 11,4         |
| Ampliar e divulgar mais evento Povos do Mar.                                       | 3          | 6,8          |
| Realizar ações em parceria.  | 2          | 4,5          |
| Ações de valorização do artesanato.  | 2          | 4,5          |
| Acho que a ajuda do SESC não chega lá.   | 1          | 2,3          |
| Articular mais eventos com integração de diversas comunidades.                     | 1          | 2,3          |
| Melhorar a relação SESC e comunidade.  | 1          | 2,3          |
| Projeto voltado para o esporte e teatro.   | 1          | 2,3          |
| Não tem sugestão.  | 6          | 13,6         |
| Não respondeu.   | 4          | 9,1          |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C62: distribuição dos entrevistados segundo as sugestões para que o SESC melhore a qualidade do turismo no município**

| Sugestões   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Difundir práticas de turismo sustentável e consciente.        | 12         | 27,3         |
| Desenvolver mais atividade voltada para o turismo.            | 4          | 9,1          |
| Contribuir na qualificação e capacitação das pessoas.         | 6          | 13,6         |
| Continuar com o bom atendimento.                              | 2          | 4,5          |
| A divulgação da cultura dos quilombolas, índios, pescadores e | 3          | 6,8          |
| Promover educação e cultura nas comunidades.                  | 1          | 2,3          |
| Construir unidades de hospedagem no município.                | 1          | 2,3          |
| O turismo é fraco na cidade.                                  | 1          | 2,3          |
| Mais presença para os turistas em relação as estradas.        | 1          | 2,3          |
| Nenhuma sugestão.   | 7          | 15,9         |
| Não respondeu.  | 6          | 13,6         |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C63: Distribuição dos entrevistados segundo a participação no evento Povos do Mar**

| Opções              | Frequência |              |
|---------------------|------------|--------------|
|                     | Absoluta   | Relativa     |
| Não.                | 0          | 0            |
| Sim, mas pouco.     | 8          | 18,2         |
| Sim, habitualmente. | 5          | 11,4         |
| Sim, sempre.        | 29         | 65,9         |
| Não respondeu.      | 2          | 4,5          |
| <b>Total</b>        | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C64: Distribuição dos entrevistados segundo quando participou pela 1ª. vez do evento Povos do Mar**

| Ano            | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Em 2009.       | 8          | 18,2         |
| Em 2010.       | 3          | 6,8          |
| Em 2011.       | 12         | 27,3         |
| Em 2012.       | 5          | 11,4         |
| Em 2013.       | 7          | 15,9         |
| Em 2014.       | 7          | 15,9         |
| Não respondeu. | 2          | 4,5          |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C65: Distribuição dos entrevistados segundo a indicação de que o evento Povos do Mar traz como aprendizado**

| Indicação   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Eleva a auto estima dos povos, valoriza seu saber, práticas e história. | 14         | 31,8         |
| Troca de saberes.   | 9          | 20,5         |
| A convivência, a vivência e o conhecimento.                             | 9          | 20,5         |
| Múltiplos conhecimentos.  | 4          | 9,1          |
| A diversidade cultural (vida no campo e artesanato).                    | 3          | 6,8          |
| Esclarecimentos, acolhimento e intercâmbio.                             | 1          | 2,3          |
| Coragem para se comunicar.  | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.  | 3          | 6,8          |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C66: Distribuição dos entrevistados segundo sugestão para organizar o evento Povos do Mar**

| Indicação  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Está muito bom. Não tenho sugestão.  | 17         | 38,6         |
| Aumentar o número de participantes, incluir mais projetos e convidar mais                        | 3          | 6,8          |
| Organizar o setor de comunicação, o administrativo e melhorar a vinda das pessoas para o evento. | 8          | 18,2         |
| Melhorar a estrutura.  | 6          | 13,6         |
| Cada povo fazer sua alimentação.   | 1          | 2,3          |
| Espaço para fortalecimento das lutas e conquistas indígenas.                                     | 1          | 2,3          |
| Incentivar os trabalhos com a juventude, incentiva-los a defender a sua cultura.                 | 1          | 2,3          |
| Criar momentos de sugestões entre participantes e organizadores.                                 | 1          | 2,3          |
| Ter rede para dormir, pois índio é acostumado a dormir de rede.                                  | 1          | 2,3          |
| Realizar a herança nativa.   | 1          | 2,3          |
| Trazer talentos nordestinos de grande porte e organizar melhor o evento.                         | 1          | 2,3          |
| Não sabe dizer o que falta.  | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.   | 2          | 4,5          |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C67: Distribuição dos entrevistados segundo o que acha do meio ambiente de sua localidade**

| Indicação   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Está mal preservado.  | 17         | 38,6         |
| Ainda é preservado.   | 9          | 20,5         |
| Tem ocupação irregular.   | 3          | 6,8          |
| Está precisando de melhorar a coleta de lixo.                         | 2          | 4,5          |
| Razoável.   | 2          | 4,5          |
| A criação de camarão e as eólicas estão prejudicando o meio ambiente. | 2          | 4,5          |
| A poluição piora a cada dia que passa.                                | 2          | 4,5          |
| O mar está tomando conta das praias.                                  | 2          | 4,5          |
| O mar está poluído e estão acabando com a pesca da lagosta.           | 2          | 4,5          |
| Muita especulação imobiliária.  | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.  | 2          | 4,5          |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C68: Distribuição dos entrevistados segundo a sugestão para melhorar o meio ambiente**

| Sugestões  | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Construir meios e estratégias para as comunidades preservarem o meio em que vivem. | 17         | 38,6         |
| É problema de governo/ de lei.   | 6          | 13,6         |
| A prefeitura disponibilizar carro de lixo.   | 4          | 9,1          |
| Continuar com políticas de defesa e preservação ambiental.                         | 3          | 6,8          |
| As escolas devem trabalhar o meio ambiente com os alunos.                          | 3          | 6,8          |
| Fim das eólicas, apesar de saber que é irreversível.                               | 2          | 4,5          |
| A demarcação da terra indígena e assim não deixaríamos poluir.                     | 1          | 2,3          |
| A limpeza desse esgoto.  | 1          | 2,3          |
| As empresas não invadirem nosso território seria bom.                              | 1          | 2,3          |
| Tirar os esgotos do mar.   | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.   | 5          | 11,4         |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C69: Distribuição dos entrevistados segundo como pensa vir a ser sua vida nos próximos 10 anos**

| Indicação      | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Pior.          | 3          | 6,8          |
| Na mesma.      | 8          | 18,2         |
| Melhor.        | 20         | 45,5         |
| Muito melhor.  | 10         | 22,7         |
| Não respondeu. | 3          | 6,8          |
| <b>Total</b>   | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C70: Distribuição dos entrevistados segundo o que julga que vai mudar em sua vida nos próximos 10 anos**

| Sugestões   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A renda familiar, a educação e a saúde vão melhorar.  | 6          | 13,6         |
| A velhice vai chegar e piora as coisas.   | 5          | 11,4         |
| A união das comunidades para nos ajudar.  | 2          | 4,5          |
| Irão se organizar mais em favor das lutas da comunidade.                                    | 4          | 9,1          |
| A convivência em comunidade melhorar a procura pela arte.                                   | 2          | 4,5          |
| Não sabe o que será do seu futuro.  | 2          | 4,5          |
| Pretendo me aperfeiçoar e buscar uma formação superior.                                     | 3          | 6,8          |
| Porque tem o SESC ajudando nessa mudança..  | 1          | 2,3          |
| Algumas medidas de combate às drogas.   | 1          | 2,3          |
| A chegada dos turistas e a melhoria das estradas.   | 1          | 2,3          |
| Acho que vou assumir a liderança do meu povo.   | 1          | 2,3          |
| Aprofundamento de pesquisa com o foco no trabalho.  | 1          | 2,3          |
| Com o Porto do Pecém a tendência é piorar. Aumento da violência, da droga, da prostituição. | 1          | 2,3          |
| Eleger políticos responsáveis.  | 1          | 2,3          |
| Ficar mais calma, a velhice deixa a pessoa mais sábia.                                      | 1          | 2,3          |
| Na pesca, a gente ir para o mar e trazer bons frutos.                                       | 1          | 2,3          |
| Pouca coisa.  | 1          | 2,3          |
| Ter a própria jangada.  | 1          | 2,3          |
| Terminar a casa da mãe.   | 1          | 2,3          |
| Não respondeu.  | 8          | 18,2         |
| <b>Total</b>  | <b>44</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

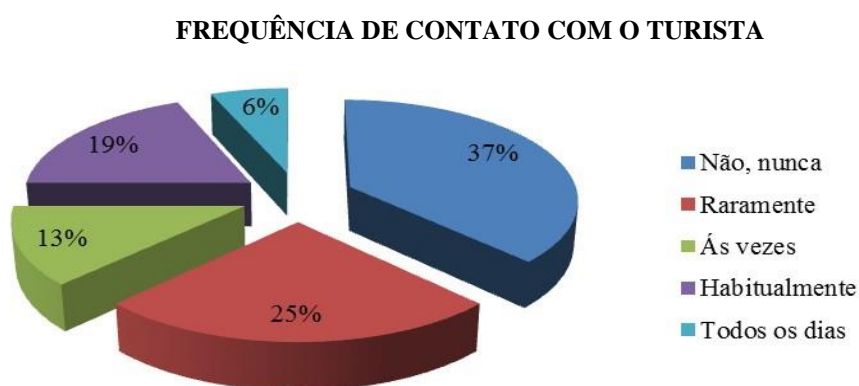
APÊNDICE G – Tabelas e gráficos dos resultados da pesquisa quantitativa índios e quilombolas

**B – Dados Relacionados ao Lazer e o Turismo**

**Tabela B1: Distribuição dos entrevistados por frequência de contato com turismo**

| Especificação  | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Não, nunca.    | 6          | 37,5         |
| Raramente.     | 4          | 25,0         |
| Às vezes.      | 2          | 12,5         |
| Habitualmente. | 3          | 18,8         |
| Todos os dias. | 1          | 6,3          |
| <b>Total</b>   | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

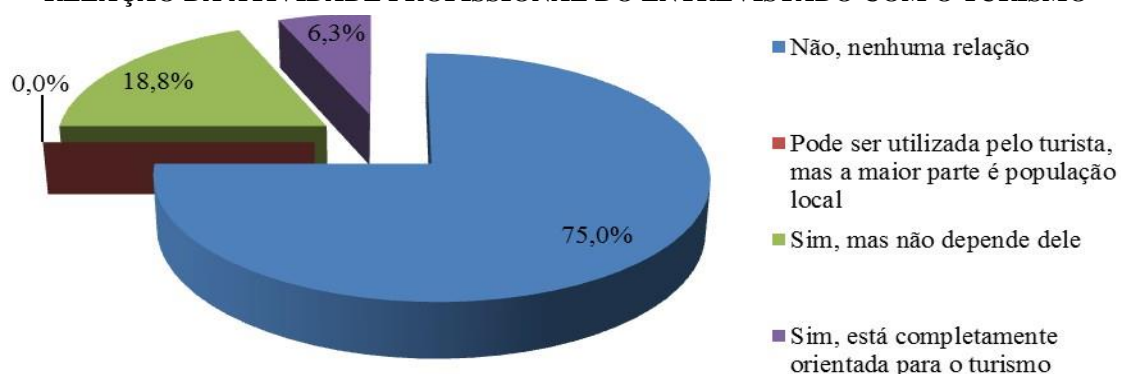


**Tabela B2: Distribuição dos entrevistados segundo a relação de sua atividade profissional com o turismo**

| Especificação   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Não, nenhuma relação.   | 12         | 75,0         |
| Pode ser utilizada pelo turista, mas a maior parte é população local. | 0          | 0,0          |
| Sim, mas não depende dele.  | 3          | 18,8         |
| Sim, está completamente orientada para o turismo.                     | 1          | 6,3          |
| <b>Total</b>  | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

### RELAÇÃO DA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO ENTREVISTADO COM O TURISMO

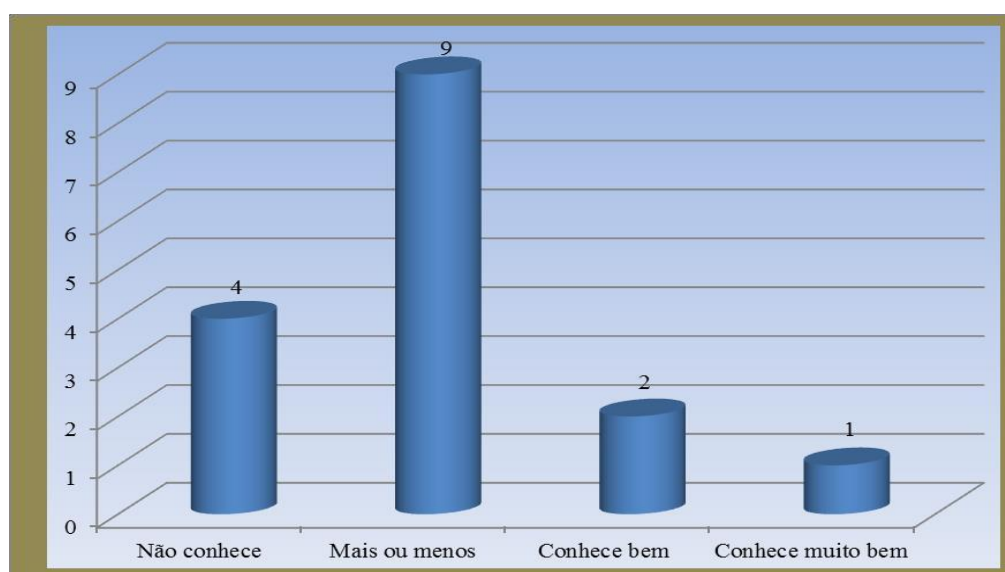


**Tabela B3: Distribuição dos entrevistados segundo o conhecimento das atividades do SESC**

| Especificação      | Frequência |              |
|--------------------|------------|--------------|
|                    | Absoluta   | Relativa     |
| Não conhece.       | 4          | 25,0         |
| Mais ou menos.     | 9          | 56,3         |
| Conhece bem.       | 2          | 12,5         |
| Conhece muito bem. | 1          | 6,3          |
| <b>Total</b>       | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

### CONHECIMENTO DOS ENTREVISTADOS SOBRE AS ATIVIDADES DO SESC

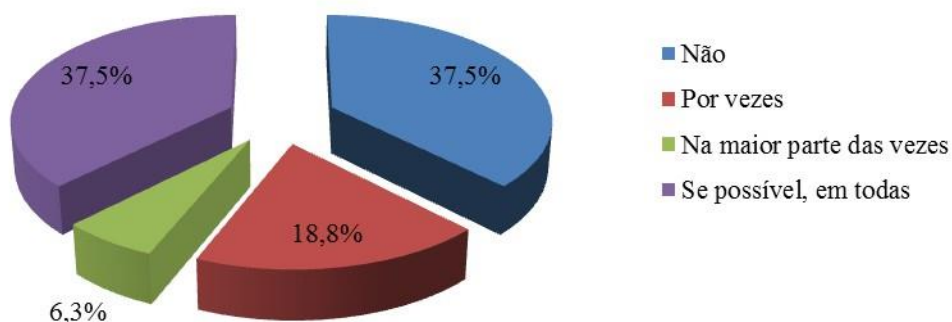


**Tabela B4: Distribuição dos entrevistados por indicação de participação nas atividades do SESC**

| Especificação             | Frequência |              |
|---------------------------|------------|--------------|
|                           | Absoluta   | Relativa     |
| Não.                      | 6          | 37,5         |
| Por vezes.                | 3          | 18,8         |
| Na maior parte das vezes. | 1          | 6,3          |
| Se possível, em todas.    | 6          | 37,5         |
| <b>Total</b>              | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**ENTREVISTADOS POR INDICAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES DO SESC**

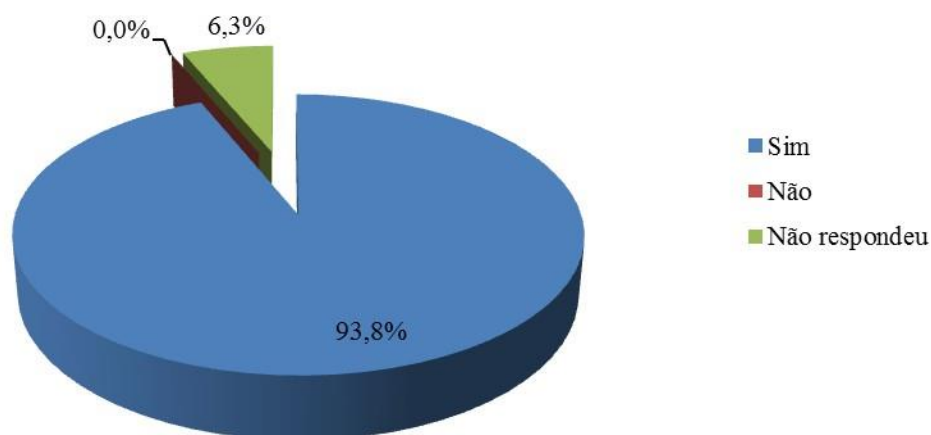


**Tabela B5: Distribuição dos entrevistados no julgamento se o SESC presta um bom serviço**

| Opção         | Frequência |              |
|---------------|------------|--------------|
|               | Absoluta   | Relativa     |
| Sim           | 15         | 93,8         |
| Não           | 0          | 0,0          |
| Não respondeu | 1          | 6,3          |
| <b>Total</b>  | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**O SESC PRESTA BOM SERVIÇO – JULGAMENTO DOS ENTREVISTADOS**





**Tabela B5.4: Distribuição dos entrevistados segundo a participação em grupo de turismo comunitário**

| Opção        | Frequência |              |
|--------------|------------|--------------|
|              | Absoluta   | Relativa     |
| Sim          | 9          | 56,3         |
| Não          | 7          | 43,8         |
| <b>Total</b> | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

### C – Antes da integração em algum grupo social

**Tabela C1: Indicação da atividade de sustento antes da participação no grupo**

| Profissão/Ocupação                  | Frequência |              |
|-------------------------------------|------------|--------------|
|                                     | Absoluta   | Relativa     |
| Artesanato.                         | 1          | 6,3          |
| Artesanato /Agricultura.            | 2          | 12,5         |
| Pescador.                           | 2          | 12,5         |
| Agricultor.                         | 1          | 6,3          |
| Professor e Artesão.                | 1          | 6,3          |
| Agricultor e Comerciante.           | 1          | 6,3          |
| Agricultor e Pescador.              | 3          | 18,8         |
| Agricultor, Marisqueira e Pescador. | 1          | 6,3          |
| Não informou.                       | 4          | 25,0         |
| <b>Total</b>                        | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C2: Distribuição dos entrevistados por tipo de ocupação**

| Tipo de ocupação               | Frequência |              |
|--------------------------------|------------|--------------|
|                                | Absoluta   | Relativa     |
| Por conta própria.             | 9          | 56,3         |
| Por conta de outrem.           | 3          | 18,8         |
| Por conta própria e de outrem. | 0          | 0,0          |
| Desempregado.                  | 1          | 6,3          |
| Outra situação.                | 1          | 6,3          |
| Não respondeu.                 | 2          | 12,5         |
| <b>Total</b>                   | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C3: Distribuição dos entrevistados por tipo de sócio no trabalho por conta própria**

| Tipo de ocupação                     | Frequência |              |
|--------------------------------------|------------|--------------|
|                                      | Absoluta   | Relativa     |
| Com familiares.                      | 10         | 62,5         |
| Tinha sócios de trabalho.            | 0          | 0,0          |
| Com familiares e sócios de trabalho. | 0          | 0,0          |
| Outras situações.                    | 1          | 6,3          |
| Não respondeu.                       | 5          | 31,3         |
| <b>Total</b>                         | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C10: Distribuição dos entrevistados segundo o pensamento de mudar ou não de atividade devido a algum problema**

| Resposta               | Frequência |              |
|------------------------|------------|--------------|
|                        | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.                   | 4          | 25,0         |
| Não.                   | 9          | 56,3         |
| Já mudou de atividade. | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.         | 3          | 18,8         |
| <b>Total</b>           | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C11: Distribuição dos entrevistados segundo a informação se a família ajuda em sua atividade/ofício**

| Aprendizados  | Frequência |              |
|---------------|------------|--------------|
|               | Absoluta   | Relativa     |
| Sim           | 10         | 62,5         |
| Não           | 3          | 18,8         |
| Não respondeu | 3          | 18,8         |
| <b>Total</b>  | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

#### D – Situação hoje

**Tabela C14: Distribuição dos entrevistados segundo a natureza do trabalho que desenvolve**

| Natureza do trabalho                    | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Trabalha por conta própria.             | 11         | 68,8         |
| Trabalha por conta de outrem.           | 1          | 6,3          |
| Esta desempregado.                      | 1          | 6,3          |
| Trabalha por conta própria e de outrem. | 0          | 0,0          |
| Outras situações.                       | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.                          | 3          | 18,8         |
| <b>Total</b>                            | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C15: Distribuição dos entrevistados segundo com quem trabalha por conta própria**

| Situação                                 | Frequência |              |
|--|------------|--------------|
|  | Absoluta   | Relativa     |
| Com familiares.                          | 10         | 62,5         |
| Com sócios de trabalho.                  | 0          | 0,0          |
| Com familiares e com sócios de trabalho. | 0          | 0,0          |
| Outra situação.                          | 1          | 6,3          |
| Não respondeu.                           | 5          | 31,3         |
| <b>Total</b>                             | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C16: Distribuição dos entrevistados segundo a necessidade de orientação para oferecer seus serviços**

| Respostas             | Frequência |              |
|-----------------------|------------|--------------|
|                       | Absoluta   | Relativa     |
| Sim, sempre.          | 2          | 12,5         |
| Sim, de vez enquanto. | 5          | 31,3         |
| Não precisa.          | 5          | 31,3         |
| Não respondeu.        | 4          | 25,0         |
| <b>Total</b>          | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Quadro C17: Distribuição dos entrevistados segundo a necessidade de orientação para calcular preços de serviços**

| Respostas             | Frequência |              |
|-----------------------|------------|--------------|
|                       | Absoluta   | Relativa     |
| Sim, sempre.          | 4          | 25,0         |
| Sim, de vez enquanto. | 3          | 18,8         |
| Não precisa.          | 5          | 31,3         |
| Não respondeu.        | 4          | 25,0         |
| <b>Total</b>          | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C18: Distribuição dos entrevistados segundo a necessidade de orientação para planejar atividade**

| Respostas             | Frequência |              |
|-----------------------|------------|--------------|
|                       | Absoluta   | Relativa     |
| Não precisa.          | 6          | 37,5         |
| Sim, de vez enquanto. | 7          | 43,8         |
| Sim, sempre precisa.  | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.        | 3          | 18,8         |
| <b>Total</b>          | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C25: Distribuição dos entrevistados segundo se a família ajuda em seu ofício/atividade**

| Opção          | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim.           | 11         | 68,8         |
| Não .          | 2          | 12,5         |
| Não respondeu. | 3          | 18,8         |
| <b>Total</b>   | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C26: Distribuição dos entrevistados por faixa de renda hoje**

| Faixas de renda                     | Frequência |              |
|-------------------------------------|------------|--------------|
|                                     | Absoluta   | Relativa     |
| Menos de um salário mínimo.         | 2          | 12,5         |
| De 1 a menos de 2 salários mínimos. | 4          | 25,0         |
| De 2 a menos de 3 salários mínimos. | 6          | 37,5         |
| De 3 salários mínimos a mais.       | 1          | 6,3          |
| Não respondeu.                      | 3          | 18,8         |
| <b>Total</b>                        | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C27: Distribuição dos entrevistados segundo a informação se a sua renda dá para o sustento da família**

| Resposta       | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Bem à vontade. | 0          | 0,0          |
| Sim.           | 9          | 56,3         |
| Nem sempre.    | 1          | 6,3          |
| Não.           | 3          | 18,8         |
| Não respondeu. | 3          | 18,8         |
| <b>Total</b>   | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C28: Distribuição dos entrevistados segundo como é a sua relação com o turista**

| Resposta                     | Frequência |              |
|------------------------------|------------|--------------|
|                              | Absoluta   | Relativa     |
| Muito boa.                   | 5          | 31,3         |
| Boa.                         | 8          | 50,0         |
| Razoável.                    | 3          | 18,8         |
| Má.                          | 0          | 0,0          |
| Muito má.                    | 0          | 0,0          |
| Não tem contato com turista. | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.               | 0          | 0,0          |
| <b>Total</b>                 | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C29: Distribuição dos entrevistados segundo como vê a vinda do turista para cá**

| Resposta           | Frequência |              |
|--------------------|------------|--------------|
|                    | Absoluta   | Relativa     |
| Vê como muito boa. | 0          | 0,0          |
| Vê como boa.       | 13         | 81,3         |
| Vê como razoável.  | 3          | 18,8         |
| Vê como má.        | 0          | 0,0          |
| Vê como muito má.  | 0          | 0,0          |
| Não respondeu.     | 0          | 0,0          |
| <b>Total</b>       | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C30 - Distribuição dos entrevistados segundo a resposta se acha que sua vida melhorou nos últimos dez anos**

| Resposta       | Frequência |              |
|----------------|------------|--------------|
|                | Absoluta   | Relativa     |
| Sim, muito.    | 11         | 68,8         |
| Sim, um pouco. | 3          | 18,8         |
| Não.           | 2          | 12,5         |
| <b>Total</b>   | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C36: Distribuição dos entrevistados segundo se relacionam com outras cooperativas**

| Resposta      | Frequência |              |
|---------------|------------|--------------|
|               | Absoluta   | Relativa     |
| Não           | 11         | 68,8         |
| Sim, um pouco | 2          | 12,5         |
| Sim, muito    | 2          | 12,5         |
| Não respondeu | 1          | 6,3          |
| <b>Total</b>  | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C48: Distribuição dos entrevistados segundo os aspectos que acha negativo em sua vida hoje**

| Aspectos  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A questão das drogas e violência.                     | 5          | 31,3         |
| A política partidária.                                | 4          | 25,0         |
| A demora na demarcação de nossa terra.                | 1          | 6,3          |
| Falta de emprego fixo.                                | 1          | 6,3          |
| Desconhecimento sobre o uso da internet e do celular. | 1          | 6,3          |
| A vontade de ajudar e não saber dizer não.            | 1          | 6,3          |
| Não tem oportunidade de estudar.                      | 1          | 6,3          |
| O preconceito.  | 1          | 6,3          |
| Nenhum.   | 1          | 6,3          |
| <b>Total</b>  | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários

**Tabela C49: Distribuição dos entrevistados segundo os aspectos que acha negativo na sua atividade profissional**

| Aspectos  | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| A comercialização dos produtos.                                       | 3          | 18,8         |
| Falta de incentivo a profissão.                                       | 3          | 18,8         |
| A pesca predatória, a falta de estrutura, incentivo e patrocinadores. | 2          | 12,5         |
| A violência.  | 2          | 12,5         |
| A falta de apoio do poder público.                                    | 1          | 6,3          |
| A falta de um lugar para fazer tapioca.                               | 1          | 6,3          |
| A formação para professores indígenas.                                | 1          | 6,3          |
| A idade.  | 1          | 6,3          |
| A cultura indígena não ter reconhecimento do Estado.                  | 1          | 6,3          |
| Não respondeu.  | 1          | 6,3          |
| <b>Total</b>  | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

Fonte: Dados primários.

**Tabela C62: Distribuição dos entrevistados segundo as sugestões para que o SESC melhore a qualidade do turismo no município**

| Sugestões   | Frequência |              |
|---|------------|--------------|
|   | Absoluta   | Relativa     |
| Difundir práticas de turismo sustentável e consciente.        | 4          | 25,0         |
| A divulgação da cultura dos quilombolas, índios, pescadores e | 3          | 18,8         |
| Contribuir na qualificação e capacitação das pessoas.         | 2          | 12,5         |
| Desenvolver mais atividade voltada para o turismo.            | 2          | 12,5         |
| Contribuir na qualificação dos jovens.                        | 1          | 6,3          |
| Capacitar as lideranças das comunidades.                      | 1          | 6,3          |
| Continuar com o bom atendimento.                              | 1          | 6,3          |
| O turismo é fraco na cidade.                                  | 1          | 6,3          |
| Nenhuma sugestão.   | 1          | 6,3          |
| <b>Total</b>  | <b>16</b>  | <b>100,0</b> |

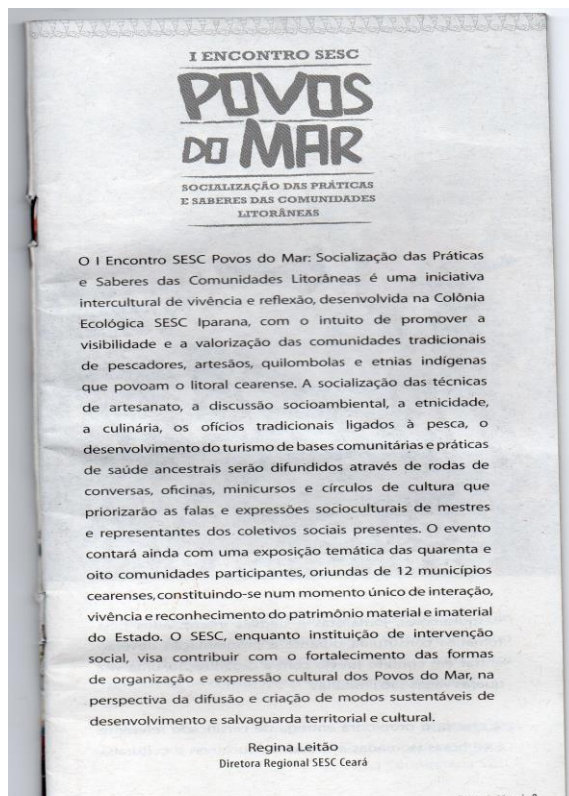
Fonte: Dados primários.



## **ANEXOS**









emitido pelo SESC, onde todos os participantes deverão inscrever-se em um Minicurso, duas Oficinas e quatro Rodas de Conversa que serão somadas a uma vasta programação com diversas vivências socioculturais.

**INSCRIÇÕES**  
(85) 34529082  
Ação Comunitária SESC

## Municípios e Comunidades Participantes:

**FORTALEZA** - Mucuripe, Pirambu, Goiabeiras, Barra do Ceará, Serviluz e Conjunto Santa Terezinha.

**CAUCAIA** - Parque Leblon, Pacheco, Iparana, Jardim Icarai, Cumbuco, Icarai, Tabuba, Guajiru, Barra Nova, Cercadão, Guaié e Capuan.



Itarema  
Trairi  
Paracuru  
Paraipaba  
São Gonçalo  
Fortaleza  
Caucaia  
Aquiraz  
Cas

● 12 Municípios  
● 48 Comunidades

# CEARÁ

**SÃO GONÇALO DO AMARANTE** - Pecém, Iapuaara, Matões e Bolsos.

**PARACURU**

**TRAIRI** - Canaan, Timbaúba, Mundaú, Flexeiras e Guajiru

**ITAREMA** - Almofala e Torrões

**AQUIRAZ** - Iguape, lagoa do Encantado, Prainha e Tapera


**BEBERIBE** - Prainha do Canto Verde

**ARACATI** - Canoa Quebrada, Estevãos, Quixaba e Majorlândia

**PARAIPABA** - Lagoinha

**CASCATEL** - Moita Redonda, Barra Nova e Balbino

**ICAPUI** - Barreira, Requenguela, Barrinha, Ponta Grossa e Quitérias



Cascatel  
Beberibe  
Aracati  
Icapuí

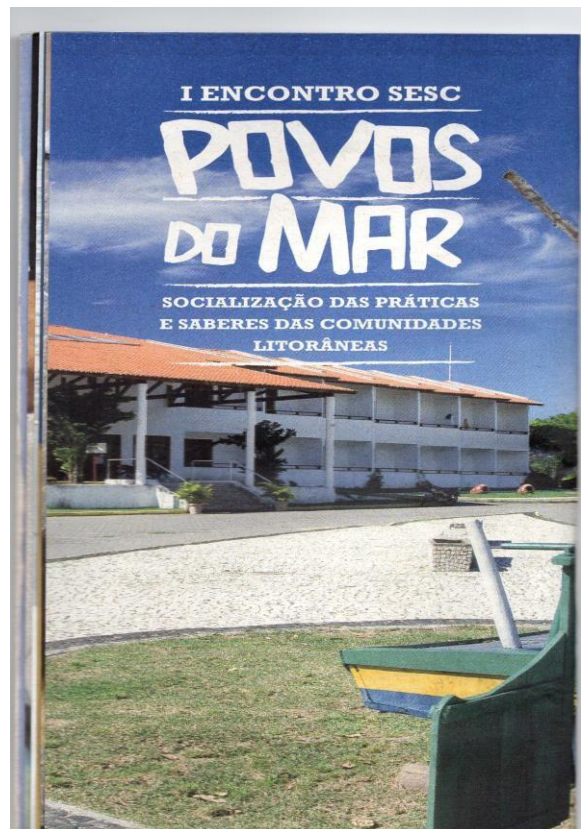




### EXPOSIÇÃO COLETIVA:

Mostra dos produtos e artesanatos dos doze municípios e das quarenta e oito comunidades presentes no Encontro. A exposição coletiva é uma integração de diversas linguagens visuais, artísticas e criativas. Cooperativas de Renda do Trairi e Iguape, artesãos de cerâmicas e instrumentos musicais em barro da Moita Redonda; artesanato das etnias indígenas, registro fotográfico e audiovisual dos currais de pesca e das tradições dos índios Tremembé na Praia de Almofala (Itarema), instrumentos e objetos de pesca do Pecém; miniaturas de jangada de timbaúba e embarcações diversas do Paracuru; manzuás artesanais da Praia do Guajiru em Trairi e a Bodega Nordeste Vivo e Solidário da Prainha do Canto Verde comporão a exposição.

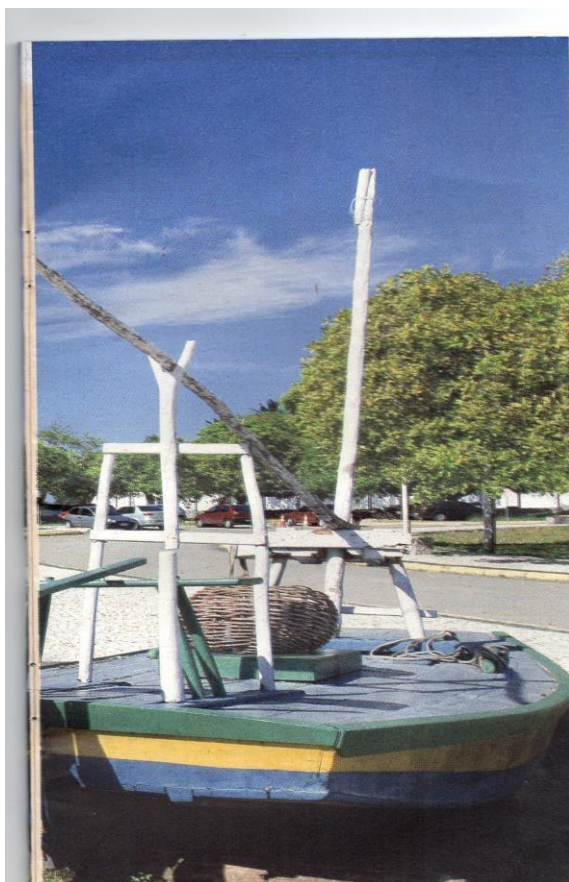
Ponto do Mar | 11



## I ENCONTRO SESC

# POVOS DO MAR

SOCIALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E SABERES DAS COMUNIDADES LITORÂNEAS



### ESPAÇOS DE VISITAÇÃO

#### Salão de Visitantes na Aquasis\*

Centro de Reabilitação de Mamíferos Aquáticos  
Tem como missão desenvolver ações e pesquisas para a preservação da biodiversidade e o uso responsável dos recursos naturais no Nordeste do Brasil, estimulando mudanças de atitudes para a construção de uma sociedade sustentável. Para a consecução da sua missão, a AQUASIS promove a conservação de espécies criticamente ameaçadas de extinção e dos ecossistemas onde estas vivem.

Espaço com peças osteológicas de baleias, golfinhos e peixe-boi, apresentando os projetos de conservação de espécies ameaçadas no Ceará. Horário de visitação: 8h às 11h e 13h às 16h.

\*Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos.

#### Fazendinha

Espaço demonstrativo de uma casa tradicional sertaneja. Horário de visitação: 8h às 11h e 13h às 16h.

#### Café Casa de Palha

Réplica de moradia tradicional dos povos praiheiros com forno de pedra para feitura de tapiocas gigantes. A casa será construída em palha de coqueiro pelos artesãos Maria Herodiana e Egídio Dias de Moura da comunidade do Guajiru no Trairi. Horário de visitação: 9h e 16h.

#### Trilhas de Iparana

Trilhas ecológicas na mata de tabuleiro litorâneo da Reserva Particular do Patrimônio Natural na Colônia Ecológica SESC Iparana. Horários: 9h e 16h. Ponto de Encontro: Espaço Mix | Guia: Suvilan Damasceno - Recreador e Educador Social da Colônia Ecológica SESC Iparana

12 | Ponto do Mar

## ESPAÇOS DE VISITAÇÃO

### Salão de Visitantes na Aquasis\*

Centro de Reabilitação de Mamíferos Aquáticos  
Tem como missão desenvolver ações e pesquisas para a preservação da biodiversidade e o uso responsável dos recursos naturais no Nordeste do Brasil, estimulando mudanças de atitudes para a construção de uma sociedade sustentável. Para a consecução da sua missão, a AQUASIS promove a conservação de espécies criticamente ameaçadas de extinção e dos ecossistemas onde estas vivem.

Espaço com peças osteológicas de baleias, golfinhos e peixe-boi, apresentando os projetos de conservação de espécies ameaçadas no Ceará. Horário de visitação: 8h às 11h e 13h às 16h.

\*Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos.

### Fazendinha

Espaço demonstrativo de uma casa tradicional sertaneja. Horário de visitação: 8h às 11h e 13h às 16h.

### Café Casa de Palha

Réplica de moradia tradicional dos povos praiereiros com forno de pedra para feijão de tapiocas gigantes. A casa será construída em palha de coqueiro pelos artesãos Maria Herodiana e Egídio Dias de Moura da comunidade do Guajiru no Trairi. Horário de visitação: 9h e 16h.

### Trilhas de Iparana

Trilhas ecológicas na mata de tabuleiro litorâneo da Reserva Particular do Patrimônio Natural na Colônia Ecológica SESC Iparana. Horários: 9h e 16h. Ponto de Encontro: Espaço Mix | Guia: Suvilan Damasceno - Recreador e Educador Social da Colônia Ecológica SESC Iparana



### Projeto SESC Horto Medicinal

Espaço de vivências e difusão de práticas e saberes fitoterápicos enquanto ferramentas de organização comunitária. Conjunto de canteiros com plantas e ervas medicinais utilizadas historicamente pelas comunidades do entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana. Espaço aberto de 9h às 11h.

Poros do Mar | 1



## PROGRAMAÇÃO

### Quinta-feira – 18

7h30 às 10h **Café da Manhã**

8h às 18h **Acolhida / Credenciamento**

12h às 13h30 **Almoço**

16h **Reunião dos representantes das comunidades e dos artesãos do entorno da Colônia Ecológica SESC Iparana**

Reunião dos representantes do Projeto SESC Horto Medicinal, da Associação de Pescadores e Marisqueiras de Iparana, Associação dos Barbaqueiros do Parque Leblon, Pastoral do Criança e do Idoso (área Cauaiá praias), Associação dos Marajores do Picheca, Associação dos Marajores do Parque Leblon, comunidade do Guaié (Tapuia), Barra Nova, Guajiru, Jardim Icarai, Cercado, Camburo, Tabuba e representantes da etnia Tapeba.

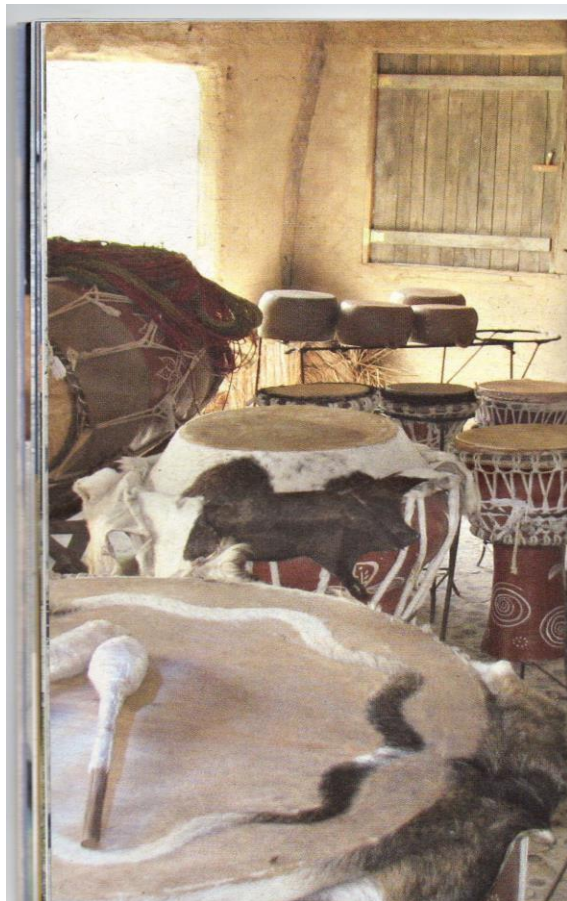
18 às 20h **Jantar**

20h **Coquetel e abertura da Exposição Coletiva dos Povos do Mar**

**Círculo de Cultura: Apresentação Cultural da Dança de São Gonçalo dos índios Anacé e do grupo Boi e Reisados Filhos de Quixaba apresentando o folguedo da Caninha Verde**

**DANÇA DE SÃO GONÇALO** – Folguedo da cultura popular tradicional com murgulhadas, danças religiosas e cotidianas em celebração a memória e a luta de São Gonçalo, santo português que no século XIX cantava e dançava com pregas nos sapatos para a emancipação de mulheres em situação de prostituição.

**CANHINHA VERDE** – Folguedo dramático tradicional e de origem ibérica ligada ao imaginário do ciclo da cana de açúcar. Os primeiros registros dessa expressão em Quixaba são relatados por Mestre Maria Felipe que a criounta anos aprendeu e viveceu a brincadeira.



## Sexta-feira – 19

7h30 às 9h

Café da Manhã

9h

### Cerimônia de Abertura

#### Apresentação do Grupo Uirapuru – Orquestra de Barro

Trabalho envolvendo um grupo de jovens que utilizam a música experimental e instrumentos confeccionados em barro pela comunidade da Moita Redonda em Cascavel, promovendo a cultura e a inclusão social, proporcionando acesso às possibilidades expressivas transformadoras da cultura, fortalecendo os laços intergeracionais, utilizando-se da música como fio genealógico que os guiará em busca de seus próprios destinos. Concepção e direção geral: Tércio Araripe.

9h30

### Roda de Conversa: Práticas e Saberes dos Povos do Mar

Momento de socialização das experiências e vivências comunitárias que envolvem as memórias e os culturas populares dos povos do mar. Klévia Cardoso (Representante do Coco Raízes do Iguape - Aquiraz) | Mestre José Pereira de Oliveira (Mestre da Cultura Cearense e construtor de jangadas em miniatura representante da Comunidade Prainha - Aquiraz) | Assis Honorato (Capataz da Colônia Z-12 e representante da comunidade dos Estevão - Canoa Quebrada - Aracati) | Antonio Eduardo Andrade Maia - Seu Ioinho (Filho da precursora do artesanato em areias coloridas em Majorlândia - Aracati) | Maria dos Anjos Costa da Cruz (Representante da Associação dos Remanescentes do Quilombo dos Coetanos em Capuan - Caucaia)

12h às 13h30

Almoço

14h

### Oficinas Temáticas: Feito à mão - Oficinas e Artesanato

#### 1 - Bilros da memória: de mãos em mãos,

#### de geração em geração - Articulação entre os movimentos

precisos e a delicadeza do fio de algodão, tramando renda feita à mão. Ministrante: Raimunda Lucia (Comunidade Timbaúba - Train)



#### 2 - Biojóias: Confeção de brincos, pulseiras e colares com materiais de natureza orgânica - O artesanato tradicional indígena, através da confecção de adereços utilizando elementos da natureza como sementes e fibras. Ministrante: Daniel Alves (Artesão e liderança do seguimento jovem da etnia Jeripapo Kanindê - Lagoa do Encantado - Aquiraz).

#### 3 - Trançado orgânico tradicional: a palha da carnaúba e a produção de chapéus - A carnaúba é símbolo da

cearenxidade. Os povos do litoral historicamente utilizam sua fibra para a lida no cotidiano do trabalho e no artesanato, sendo os chapéus de palha um artefato estético e utilitário para homens e mulheres. Ministrantes: Maria da Glória e Rita Aparecida (Artesãs e participantes do Projeto SESC Horta Medicinal Comunidade Guaiê - Caucaia).

#### 4 - Nós em rede: confecção de redes de descanso utilizando embalagens plásticas de 1 kg - A rede de

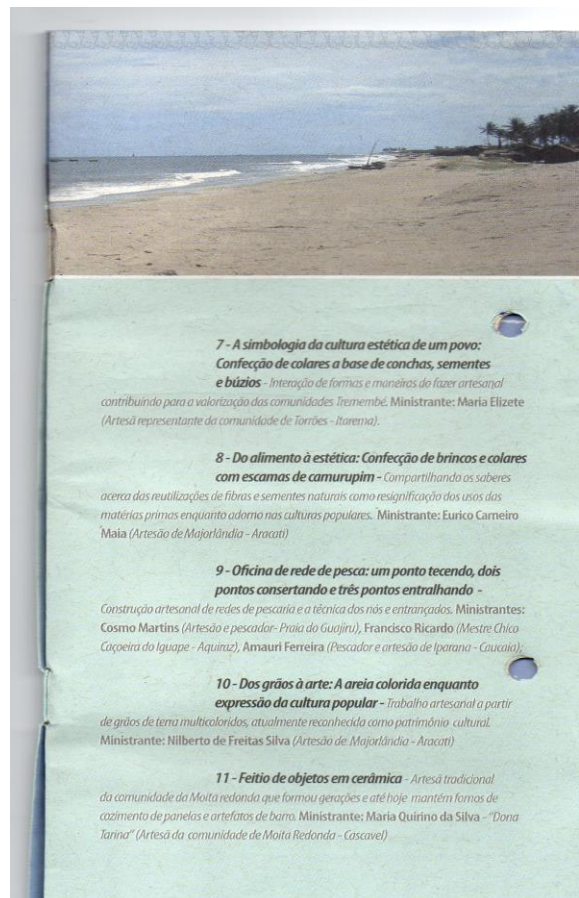
deitar enquanto identidade cultural produzida a partir da responsabilidade ecológica, tendo como mote a reciclagem. Ministrante: Antônia Aline Costa da Silva (Artesã Tapuia da cidade Guaiê - Caucaia)

#### 5 - Confeção de Manzud: ferramenta de pesca artesanal enquanto respeito à vida marinha - Construção de

instrumentos de pesca de forma criativa e com responsabilidade ecológica, uma discussão antes a pesca predatória da lagoa. Ministrante: Irene Araújo da Penha (Artesã da Associação Comunitária do Parque Leblon - Caucaia)

#### 6 - Mandala de palha: entrançado da vida - Trabalho rústico

do universo simbólico que envolve a energia espiritual e a subjetividade cultural de um povo. Ministrantes: Maria Gil e Maria do Carmo (Artesãs Anacé Aldeia Corrupião - Caucaia)



#### 7 - A simbologia da cultura estética de um povo: Confeção de colares a base de conchas, sementes e búzios - Interação de formas e maneiras de fazer artesanal

contribuindo para a valorização das comunidades Tremembé. Ministrante: Maria Elizete (Artesã representante da comunidade de Ioróbes - Itarema).

#### 8 - Do alimento à estética: Confeção de brincos e colares

#### com escamas de camurupim - Compartilhando os saberes

acerca das reutilizações de fibras e sementes naturais como resignificação dos usos das matérias primas enquanto adorno nas culturas populares. Ministrante: Eurico Carneiro Maia (Artesão de Majorlândia - Aracati)

#### 9 - Oficina de rede de pesca: um ponto tecendo, dois

#### pontos consertando e três pontos entalhando -

Construção artesanal de redes de pesca e a técnica dos nós e entrançados. Ministrantes: Cosmo Martins (Artesão e pescador- Praia do Guajiru), Francisco Ricardo (Mestre Chico Caixeira do Iguape - Aquiraz), Amauri Ferreira (Pescador e artesão de Iporama - Caucaia);

#### 10 - Dos grãos à arte: A areia colorida enquanto

#### expressão da cultura popular - Trabalho artesanal a partir

de grãos de tema multicoloridos, atualmente reconhecida como patrimônio cultural. Ministrante: Nilberto de Freitas Silva (Artesão de Majorlândia - Aracati)

#### 11 - Feito de objetos em cerâmica - Artes tradicional

da comunidade da Moita redonda que formou gerações e até hoje mantém fornos de cozimento de panelas e artefatos de barro. Ministrante: Maria Quirino da Silva - "Dona Tanina" (Artesã da comunidade de Moita Redonda - Cascavel)

\* **Barro Político** - *hondelê lê*

\* **Lute dos povos**

\* **Cacique Pequeno** - *pequeno*

\* **Coqueiros** - *Coqueiros*

**13 - Arte em Cipó** - Atividade produtiva em que artesãos se reúnem para a produção do trançado de cipós - Ministrante: Francisco Griaco "Bobô" (Artesão e Mestre Griô da Comunidade Quilombola da Barra Nova - Casavel)

**14 - Produção de Mudaz de Mangue** - Os manguezais são os principais ecossistemas do mundo. Berçário de várias espécies de peixes, mariscos e crustáceos. Método para recuperação do manguezal. Ministrante: José de Arimatéia da Silva (Estação Ambiental Mangue Pequeno - Fundação Brasil-Cidadão da Comunidade de Requequeua - Icapui).

**15 - Labirintos de Majorlândia** - Tipo de bordado tradicional produzido a partir de tecidos finos especialmente o linho. Ministrante: Selma Regina (Artesã de Majorlândia - Aracati)

**16 - Elaboração de colares étnicos com sementes: identidades Tapeba.** Os povos cearenses têm identidades em várias performances estéticas. Os adornos Tapeba têm no ritual do seu fabrico uma de suas principais questões identitárias. Ministrante: Raimunda Cruz do Nascimento (curadora, artesã e liderança indígena da aldeia Lagoa dos Tapeba - Caucaia)

**17 - Renda Praieira: um aprendizado com a mulher rendeira e suas culturas** - No Ceará há renda o ano todo. Poder experimentar essa cultura é tocar nas histórias dos povos que guardam memória de nossa gente e de nossa construção enquanto produtores de saberes. Ministrante: Noéliá Cardoso Lima (Rendeira do Iguape - Aquiraz)

*Quando voltar 19:20*

*Caçique João Venâncio 19:40*

*Caçique Maria de Lourdes - 20:00*

*Peço desculpas - 20:20*

→ **Marco Zero Fortaleza**

**18h às 19h30 Jantar**

**19h30min Roda de Conversa: Povos Indígenas no Litoral Cearense**  
Ministrantes: Ricardo Welbe Costa (Etnia Tapeba Aldeia Lagoa dos Tapeba - Caucaia), Cacique João Venâncio (Mestre da Cultura Cearense da etnia Tremembé de Almofofala - Itarema), Cacique Maria de Lourdes "Cacique Pequeno" (etnia Jenipapo Kanindê da comunidade da Lagoa Encantada - Aquiraz) e Francisco Ferreira Junior (Aldeia dos Matões da etnia Anacé - São Gonçalo do Amarante)

**Círculo de Cultura: Toré e Torém** - Encontro das etnias indígenas da litoral onde o ritual, a sacralização e a festa se fundem. Com a presença das etnias Tremembé, Tapeba, Iapuí, Anacé e Jenipapo Kanindê.

**Toré** - Principal manifestação da cultura indígena do Ceará que consiste em um ritual ético religioso que tem na evocação da natureza a simbolização dos energias do Pai Tupã.

**Torém** - Manifestação cultural da etnia Tremembé que remete a um ritual específico de religiosidade e expressão artística refletindo através da dança e do canto o encontro entre a tribo e seus antepassados.

⑤ **Raimunda Cruz do Nascimento**  
Pres. de arte e produtos Burros

Revista do Sítio | 21

**Sábado - 20**

**7h30 às 9h Café da Manhã**

**8h30 Cortejo Ecológico do Bumba Peixe-Boi** - As 17 crianças e adolescentes, moradores de Ipirana, Parque Leblon e Pacheco (Caucaia) do Projeto Brigada da Natureza, montaram em suas oficinas de educação popular o "Cortejo Ecológico Bumba Peixe-Boi" com tambores, ganzás e matraca. Os meninos e meninas fazem brincadeiras, esquetes teatrais e cantigas de músicas ecológicas criadas por eles com temáticas sobre a preservação e conservação da natureza. As músicas falam do peixe-boi, do mangue, do hé. Ele traz uma mensagem de alerta, respeito e amor. O bumba peixe-boi é um boneco de 4 metros que faz parte do cortejo, ele vem como um símbolo, um brinquedo, para reforçar através da brincadeira a importância da luta da conservação da zona costeira, seus ecossistemas marinhos e da espécie que se encontra em extinção no Brasil.

**9h às 12h Oficinas: Eixo Temático Sabores, Saberes e Saúde**

**1 - Iguarias tradicionais feitas a partir da goma: Broa, bulinho e rosca** - A oficina tem por objetivo difundir maneiras de fazer tradicional passo a passo, desde sovar a massa à formada. Ministrante: Raimundo Moreira (Culinária tradicional - Comunidade da Tapera - Aquiraz).

**2 - A diversidade marítima e seus frutos: Mariscos na culinária dos povos do mar** - Conhecer os sabores do mar e as possibilidades de temperos, gostos e cores na cozinha tradicional de barbaqueiros das praias de Ipirana. Ministrante: Ivonete Silva da Costa (Associação de Barbaqueiros do Parque Leblon - Caucaia).

**3 - Extratos naturais de utilidades comunitárias: extração do azeite virgem do coco** - Trabalho é resultado das interações acontecidas nas reuniões e oficinas do Projeto SESC Horto Medicinal, considerando saberes ancestrais na fabricação e utilização do fruto dos coqueiros. Ministrantes: Maria da Penha e Franciele Rodrigues (agricultoras e artesãs da comunidade de Ipirana - Caucaia).

**4 - Saber tradicional através das plantas e ervas** - Uma forma de trabalho com a natureza que dá base aos conhecimentos medicinais modernos, os saberes em ervas e plantas repassados através das gerações da etnia Jenipapo - Kanindê. Ministrante: Maria de Lourdes (Cacique Pequeno - Jenipapo Kanindê da Lagoa do Encantado - Aquiraz)

**5 - Produção artesanal de lambedores** - Os lambedores têm papel importante no cotidiano das comunidades tradicionais, que buscam nas plantas um meio popular de cuidados com a saúde. Ministrantes: Francisca Marcelino (Marisqueira, artesã e colaboradora do Projeto SESC Horto Medicinal da comunidade do Pacheco - Caucaia), Antonia Campos Santos e Creuza Nascimento (Artesãs, raizeiras e colaboradoras do Projeto SESC Horto Medicinal na comunidade do Pacheco - Caucaia)

**6 - Sabores da raiz de matriz indígena: cozendo tapiocas tradicionais gigantes** - A tradição ancestral da tapioca gigante enquanto símbolo de confraternização entre os povos. É típica a distribuição de fatias de tapiocas entre os moradores da comunidade da praia do Guajiru em datas comemorativas, como páscoa. Ministrante: Rita Felix Souza (artesã e culinária tradicional do Guajiru - Trairi)

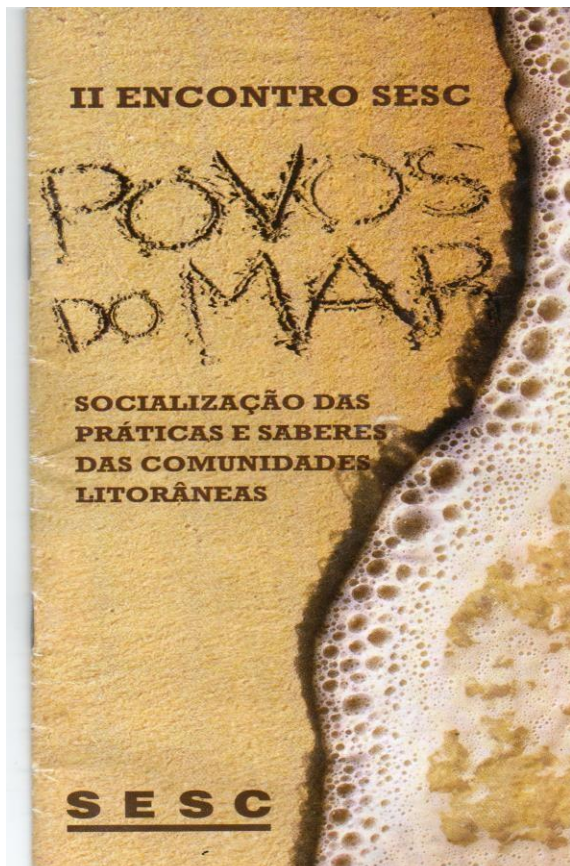
**7 - Compartilhando saberes e práticas de alimentação das comunidades do Mar: Sururu ao leite de coco** - Tradição das marisqueiras que coletam essas iguarias nos manguezais. Ministrante: Dona Lúcia Marques (Marisqueira do mangue da Barra do Rio Ceará - Caucaia)

**8 - Óleo de Angico e Mastruz: saberes da medicina popular** - A memória comunitária e a ação da natureza em benefício da humanidade: uma alquimia entre o casco do tronco do pau e a folha do arbusto. Ministrante: Valdelice Fernandes (Aldeia Anacé Baixa das Camatibas - Caucaia)

**9 - Agricultura marinha com algas: ar puro e sustentabilidade para o planeta e os povos do mar** - O trabalho no mar tem performances diversas, além da pesca, temos a construção das cumais de algas (cultivo de algas em mar aberto), com as quais se podem produzir alimentos, cosméticos, e beneficiar a vida marinha enquanto berçário de plânctons e outros seres marinhos. Ministrante: Francisco Eridam dos Santos (Pescador e Produtor de Comunidade de Fleseiras - Trairi).

**10 - Alimentos a base de algas: Mousse de algas Marinhas.** Experiência da comunidade do Guajiru no desenvolvimento de alimentos e na geração de renda. Ministrante: Regina Claudia Dias (Artesã e culinária da Praia do Guajiru - Trairi)


**11 - Práticas de Saúde Comunitária através da Cosmovisão Tremembé** - Práticas de saúde popular e ancestrais a partir dos rituais e da espiritualidade do etnia. Ministrante: Luis Manuel do Nascimento "Luis Caboda" (Mestre da Cultura Cearense - Etnia Tremembé de Almofofala - Itarema)

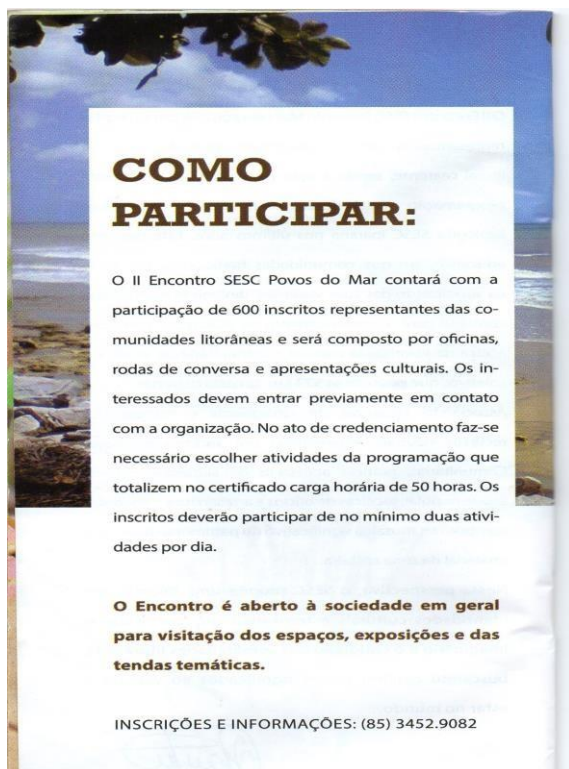


O II Encontro SESC Povos do Mar congrega 86 comunidades representantes dos 20 municípios que desenharam o litoral cearense, sendo a ação mais visível de uma vasta programação social desenvolvida através da Colônia Ecológica SESC Iparana nos últimos anos. Este processo educativo, em que comunidades tradicionais, por meio da socialização das suas vivências, dinâmicas e acúmulos, contribui para o aprimoramento de diálogos e conexões acerca da valorização cultural e comunitária de sujeitos e coletivos que povoam os 573 km da costa cearense.

Associando iniciativas de salvaguarda e manejo dos recursos naturais, experiências em Turismo de Bases Comunitárias, práticas ancestrais de alimentação e de saúde popular, técnicas de ofícios e artesanatos, o encontro compõe um mosaico significativo do patrimônio material e imaterial da zona costeira.

Nessa perspectiva, o SESC propõe uma imersão em identidades culturais e territoriais que permeiam o imaginário e o cotidiano das comunidades litorâneas, buscando conferir novos significados ao ver, ser e estar no mundo.

  
Regina Leitão



## COMO PARTICIPAR:

O II Encontro SESC Povos do Mar contará com a participação de 600 inscritos representantes das comunidades litorâneas e será composto por oficinas, rodas de conversa e apresentações culturais. Os interessados devem entrar previamente em contato com a organização. No ato de credenciamento faz-se necessário escolher atividades da programação que totalizem no certificado carga horária de 50 horas. Os inscritos deverão participar de no mínimo duas atividades por dia.

**O Encontro é aberto à sociedade em geral para visitação dos espaços, exposições e das tendas temáticas.**

INSCRIÇÕES E INFORMAÇÕES: (85) 3452.9082

## ESPAÇOS DE VISITAÇÃO

**FAZENDINHA EDUCACIONAL**  
Espaço demonstrativo que reproduz uma tradicional casa sertaneja. | **Horários: 8h às 11h e 13h às 16h.**

**PROJETO SESC HORTO MEDICINAL**  
Espaço de vivências e difusão de práticas e saberes fitoterápicos enquanto ferramentas de organização comunitária. | **Horário: 9h às 11h.**

**TRILHAS DE IPARANA**  
Trilhas ecológicas na mata de tabuleiro litorâneo da Reserva Particular do Patrimônio Natural na Colônia Ecológica SESC Iparana. | **Horários: 9h e 16h.**

**CENTRO DE REABILITAÇÃO DE MAMÍFEROS AQUÁTICOS – AQUASIS**  
A AQUASIS, Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos, tem como missão desenvolver ações e pesquisas para a preservação da biodiversidade e o uso responsável dos recursos naturais no Nordeste do Brasil, estimulando mudanças de atitudes para a construção de uma sociedade sustentável. Para esse fim, a AQUASIS promove a conservação das espécies criticamente ameaçadas de extinção e dos ecossistemas onde vivem. Espaços de visitação com peças esteológicas de baleias, golfinhos e peixes-boi. | **Horários: 8h às 11h e 13h às 16h.**

Póreo do Mar | 5

# Oceano Atlântico

Map showing the coastline of Ceará with the following locations marked:

- Centro, Praia do Maceió, Tatajuba, Vila Nova, Baixa da Tatajuba, CAMOCIM
- Preá, Barrinha, Formosa, CRUZ
- ITAREMA, Almofala, Torres
- TRAIRI, Canaan, Timbáuba, Mundau
- Lagoinha, PARAIPIBÁ
- Barroquinha, JIJOCA, Jericacoara
- Barroquinha, Barra Nova, Barra Velha, Barra Grande, Barra Pequena, Barra do Ceará, Barra do Rio, Barra do Meio, Barra do Fim, Barra do Alto, Barra do Baixo, Barra do Leste, Barra do Oeste, Barra do Norte, Barra do Sul, Barra do Sudeste, Barra do Sudoeste, Barra do Nordeste, Barra do Noroeste, Barra do Sudeste, Barra do Sudoeste, Barra do Nordeste, Barra do Noroeste

**CEARÁ**

## Municípios e Comunidades Participantes:

**20 municípios**  
**86 comunidades**

Map showing the coastline of Ceará with the following municipalities and communities marked:

- Bairro da Cortia, Volta Redonda, Maleitas, PARACURU
- Pecém, Iapuaçu, Matões, Bolsos
- IGUAPE, Lagoa do Encantado, Batoque, Preaoca
- CAUCAIA, Pq. Leblon, Pacheco Iparana, Jardim Icarai, Cumbuco, Icarai Tabuba, Guajiru, Barra Nova, Cercado, Boi Choco, Beija Rede, Guale, Serra da Rajada, Serra do Juá, Serra da Conceição, Parreira, Coca, Boqueirão do Acara, Capuan
- FORTALEZA, Mucuripe, Pirambu, Goiabeiras, Barra do Ceará, Serviluz, Vicente Pinzon, Varjota, C. Santa Terezinha
- BEBERIBE, Prainha do Canto Verde, Morro Branco
- ARRAIOBANJA, Barra Nova, Barbino, Caponga, Moita Redonda, CASCAVEL
- Pontal do Maceió, FORTIM
- Canoa Quebrada, Estreito, Quilombo, Majorlândia, Cumba, ARACATI
- BARREIRA, REQUENQUELA, BARRINHA, PONTA GROSSA, OQUITÉRIAS, TREMEMBE, CAICARA, REDONDA, ICAPUI

Póreo do Mar

**22.8.12 | QUARTA-FEIRA**

Póreo do Mar



9h às 17h **Credenciamento**  
 12h às 14h **Almoço**  
 17h **Eixo – Cantos, Danças e Brincadeiras**

**Caninha Verde Filhos de Quixaba** – Brincadeira tradicional de origem ibérica ligada ao imaginário do ciclo da cana-de-açúcar. Em Quixaba essa prática existia há pelo menos 50 anos. Atualmente, foi reconstituída através do Projeto Manati, parceria entre a AQUASIS e o SESC. Mestre Maria Felipe coordena o brinquedo, mantendo viva esta tradição.

18h às 20h **Jantar**

20h **Cerimônia de Abertura**

20h30 **Eixo – Cantos, Danças e Brincadeiras**

**Encontro dos Cocos – Batida da Mão... Pisada no Chão!**

A Ação de reconstituição da Brincadeira do Coco no litoral cearense tem permeado as atividades do SESC Ceará, uma vez que compreendemos a relevância do patrimônio imaterial de Colônias de Pescadores e famílias que partilham tradicionalmente a brincadeira. Em 2007, através do Projeto SESC Terreiro da Tradição os grupos de Coco das praias do Iguape e do Pecém encontram-se pela primeira vez. Posteriormente, através da efetivação de várias atividades, a Colônia Ecológica SESC Iparana passa a ser locus de integração dos grupos, construindo uma rede de Brincantes e Mestres. Esse processo vem sendo desenvolvido pelos técnicos do SESC Ceará e acompanhado pelo documentarista Henrique Didimo. Com base no registro desses encontros e das Rodas de Coco nas próprias comunidades, foi realizado o documentário musical Cocos de Beira-Mar, com o mapeamento de 9 grupos, revelando modos e ritos que permeiam a tradição da Dança do Coco no litoral cearense. A partir dessa brincadeira, constrói-se uma fina teia comunitária que possibilita a união e a interação dos pescadores, mantendo-se tradições e rituais ancestrais, além de práticas alimentares e técnicas de confecção de objetos.

**Documentário SESC Cocos de Beira-Mar**

Documentário musical / 52min / Brasil / 2012 | Direção: Henrique Didimo  
 Sinopse: A brincadeira do Coco é ancestral nas comunidades de pescadores do litoral cearense. A dança fortalece vínculos, reforça o pertencimento ao lugar e ao grupo de origem. Assim, a dança se costura com a vida e se expressa nos usos e costumes cotidianos, seja na atividade da pesca, na confecção de objetos, nas vivências religio-

Povos do Mar | 1

sas ou nas práticas alimentares. Através de encontros, conversas e da própria dança, os grupos de Coco da Majorlândia, de Quixaba, de Canoa Quebrada, do Iguape, do Balbino, do Pecém, do Trairi, de Almofala e de Caetanos de Cima abrem a grande rede de arte e cultura que é tecida a muitas mãos pelos povos do mar.

**Coco:** Brincadeira ancestral com danças, embotadas e repentes. Batidas de mão, alaridos, quengas de coco, caixões, tambores e ganzás formam as sonoridades da brincadeira. Cada grupo cultiva as características peculiares de cada tradição e localidade. O Coco é expressão presente em todo o litoral cearense e possui energia de congregação comunitária. Alguns descendem dos cânticos de trabalho, a exemplo do imaginário dos pescadores que se apropriam dos elementos do seu cotidiano para instauração dos tempos de festa e conagração comunitária.

**Coco do Iguape** – A brincadeira do Coco está intimamente ligada ao cotidiano dos pescadores da praia do Iguape, no município cearense de Aquiraz. As referências são encontradas em todos os seus elementos: nos passos, malabarismos e sapateados, que remetem à necessidade de protegerem os pés nos longos percursos feitos na areia quente da praia; no ritmo marcado pelo batuque no caixão de madeira. Somam-se ainda elementos de ascendência indígena e africana, representativos da luta empreendida por esses povos durante o processo colonizador que deu origem à atual formação do lugar. Essa prática cultural atravessou gerações, reinventou-se, e hoje é apropriada pelos brincantes do coco Raízes do Iguape.



12 | Povos do Mar

**Coco do Pecém** – A praia do Pecém está localizada no município de São Gonçalo do Amarante, no litoral oeste do Ceará. Ali, o Coco surgiu como uma brincadeira de pescadores, hoje também praticada por mulheres e crianças. Os embotadores entoam os versos, gravados na memória ou criados de improviso, no calor da brincadeira, acompanhados pelos tocadores de tambor, ganzá e pelas palmas dos brincantes, que marcam a melodia. Com destreza e habilidade, exibem movimentos ágeis e ritmados, num sapatear "contagante" pelo fervor da embotada.

**Coco do Trairi** – Brincadeira herdada dos antepassados indígenas. A tradição do Coco da lagoa do Alagadiço do Canaã, no Trairi, onde se costumava beber o Mocaroró (bebida fermentada do caju), se perpetua no âmbito familiar há quatro gerações e atualmente é puxada pelo Mestre Moisés (Mestre da Cultura Cearense). Os instrumentos musicais utilizados são triângulo, pandeiro, ganzá e caixão.

**Coco Canoa Quebrada** – O Coco de Canoa existe há mais de um século, contam os moradores mais velhos. Atualmente é reconstituída pelos jovens da comunidade a partir das memórias de Mestre Aluisio, falecido em 2012, que foi puxador das cantigas de roda e multiplicador do brinquedo entre as novas gerações na comunidade dos Estevão. Cantado e bailado em círculo, formando pares ao som do bumba, caixa, caixote, berimbau e chocalho.

**Coco do Balbino** – O Coco do Balbino era puxado até o final dos anos 90 por três grandes embotadores, já falecidos: Mel Chagas, Zé Pedro e Chagas Piauí. Influenciaram a juventude que hoje perpetua a tradição e inserem novos elementos como o tarol e o surdo. O Coco do Balbino é brincado exclusivamente por pescadores, sendo brincadeira de enorme agregação popular.

**Coco de Almofala** – O Coco de Almofala é puxado em forma de repente e de embotada pelos Mestres da cultura cearense João Venâncio e Luís Caboclo, que toca o Aguaim (espécie de maracá Tremembé) acompanhado pela cantoria e dança dos brincantes em sua pantomima indígena.

**Coco de Majorlândia** – O Coco da Majorlândia nasce da interação com o coco de Canoa Quebrada, onde o Mestre Zé Mendes aprendeu a brincadeira com o Mestre Pedro Teófilo. Antigamente, só participavam homens. Mestre Zé Mendes introduziu mulheres na brincadeira. O Coco é dançado em roda formando pares. Suas músicas são puxadas ao som do ganzá e do caixão. Para diferenciar o som, é colocada uma lata de querosene no interior do caixão, sendo que no bater de palmas as mãos ficam em formato de concha. Hoje, os mestres do coco da Majorlândia são Hugo Pereira, filho de Zé Mendes, e José Valdirberto.

Povos do Mar | 13

**Coco de Caetanos de Cima** – A dança do Coco é uma manifestação cultural comunitária intergeracional que agrega homens, mulheres e crianças na Comunidade de Caetanos de Cima. Essa tradição esteve esquecida por muitos anos, mas a partir de 2005 foi reconstituída através de várias pessoas da comunidade que conseguiram repassar essa tradição aos mais jovens.

**Coco de Quixaba** – O Coco de Quixaba é uma manifestação cultural da Praia de Quixaba, transmitida às novas gerações que têm o legado de manter viva esta tradição intimamente vinculada à identidade cultural da comunidade do município de Aracati. A partir do I Encontro SESC Povos do Mar os brincantes da tradicional Caninha Verde de Quixaba organizaram um grupo de Coco com as crianças, filhas de pescadores que participaram do Projeto Manati, que visa à conservação do peixe-boi na região, e é desenvolvido em parceria entre o SESC e a AQUASIS.



14 | Povos do Mar



7h30 às 9h **Café da Manhã**

9h **Grupo Uirapuru – Orquestra de Barro**  
Trabalho envolvendo um grupo de jovens que utilizam a música experimental e instrumentos feitos de barro pela comunidade da Moita Redonda em Cascavel, que trabalha a arte ancestral do barro há várias gerações. Concepção e Direção Geral: Tércio Araripe (Luthier e Artista Plástico). | Local: Salão de Eventos

9h30 **Roda de Conversa – Homens e Mares: Impressões, Percursos e Lembranças de Memórias Submersas**  
Momento de socialização das experiências e vivências comunitárias que envolvem as memórias e as culturas populares dos Povos do Mar. | Local: Salão de Eventos

- **Mestre José Pereira de Oliveira** - Mestre Tesouro Vivo da Cultura Cearense, construtor de jangadas em miniatura e representante da comunidade da Prainha - Aquiraz
- **Assis Honorato - Capataz da Colônia Z-12** - Caioa Quebrada e representante da comunidade dos Estevão - Aracati
- **Antonio Eduardo Andrade Maia "Seu Toinho"** - Filho da precursora do artesanato em areias coloridas em Majorlândia - Aracati
- **Francisco Ricardo - Mestre Chico Caçoeira** - Representante do Coco do Iguape - Aquiraz

**OFICINAS | 9h30**

**TENDA FEITO A MÃO**

- 1. Artesanato em Barro - Amassando o Barro**  
Preparando o barro colhido do Rio Malcozinhado, na Comunidade de Moita Redonda para ser usado no feito de peças artesanais utilitárias e decorativas. Ministrante: Eduardo Muniz (Jovem artesão - Comunidade Moita Redonda - Cascavel)
- 2. Cipó: Trançados e Entrelaços**  
Atividade tradicional desenvolvida na Comunidade Barra Nova, onde variadas técnicas de trançados e produção de cestarias reafirmam a influência indígena e negra do Ceará Caboclo nos dias atuais. Ministrante: Francisco Ciríaco "Seu Bobô" (Artesão e Mestre em cerâmica de Barra Nova - Cascavel)

18 | Povos do Mar

**TENDA SABORES, SABERES E SAÚDE:**

- 1. Extratos Naturais: Azeite Virgem do Coco**  
Compartilhamento de técnicas da extração do óleo de coco e socialização dos benefícios. Reprodução de geração em geração a partir dos saberes ancestrais da utilização dos frutos dos coqueiros. Técnicas socializadas entre os participantes do Projeto Horto Medicinal SESC. Ministrante: Raimundo Alves de Oliveira (Comuid. Barra Nova - Entorno de Iparana - Caucaia)
- 2. Lambedores: Soluções Caseiras**  
Compartilhamento de técnicas diversas de utilização de plantas e ervas medicinais na produção de lambedores caseiros, como alternativa comunitária contra pequenos males respiratórios. Ministrante: Antônia Campos (Artesã, raizera da comunidade do Pacheco e participante do Projeto SESC Horto Medicinal - Caucaia).
- 3. Camurupim Assado**  
Culinária rústica da comunidade do Guajiru, que consiste no preparo do peixe camurupim assado na brasa. Ministrante: Plácido Luís - Luisinho (Pescador e artesão - Guajiru - Trairi).

**TENDA MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE:**

- 1. Pet: Educação e Sustentabilidade**  
Práticas sustentáveis de confecção de artigos ornamentais a partir da reutilização de garrafas pet, tendo como eixo o cotidiano e imaginário dos Povos do Mar no litoral cearense. Ministrante: Rosângela Dias (Artesã da comunidade do Guajiru - Trairi)
- 2. Oficina de Agricultura Marinha**  
O trabalho no mar permite atuações diversas. Além da pesca, a construção dos currais de algas (cultivo de algas em mar aberto), com as quais é possível produzir alimentos, cosméticos e beneficiar a vida marinha enquanto berçário de plânctons e outros seres do mar. Ministrante: Francisco Eridam dos Santos (Pescador e produtor de algas da comunidade de Fleixeiros-Trairi).
- 3. Reduza, Reutilize e Recicle**  
Socialização e compartilhamento de práticas sustentáveis de reutilização de garrafas pet na confecção de artigos e objetos decorativos. Ministrante: Zenilda Silva (Integrante do Grupo de Trabalhos Manuais - TSI - SESC)
- 4. Jogos Ecológicos com PET e Jornal**  
Reaproveitamento de garrafas PET e papel jornal na confecção de jogos e brincadeiras como alternativa sustentável. Ministrante: Sala de Ciências SESC

Povos do Mar | 25

12 às 14h **Almoço**

**OFICINAS | 14h**

**TENDA FEITO A MÃO:**

- 1. Manzuá: O emprego de Ferramentas Artesanais na Pesca**  
Engradado de varas, empregado na pesca, espécie de covo, onde o peixe entra por uma abertura e não encontra a saída. Ministrante: Irene Araújo da Penha (Culinarista e artesã - Comunidade do Parque Leblon - Entorno de Iparana)
- 2. Pesca Artesanal com Anzol**  
Socialização das técnicas utilizadas em pesca artesanal tradicional na comunidade do Pacheco utilizando anzol. Ministrante: Luís Rodrigues (Com. do Pacheco - Entorno de Iparana - Caucaia)
- 3. Caçoeira de Camurupim**  
Compartilhamento das experiências no feito de instrumento específico para a pesca de camurupim, utilizado na Comunidade de Guajiru. Ministrante: José Edmar (Pescador da Comunidade do Guajiru - Trairi).

**TENDA SABORES, SABERES E SAÚDE:**

- 1. Iguarias do Mar: Cheiros, Cores, Calores e Paladares**  
Peixada ao molho no leite de coco. Sabores do mar aliados à diversidade de temperos, gostos e cores da culinária tradicional de barraqueiros da Praia de Iparana. Ministrante: Ivonete Silva da Costa (Associação de Barraqueiros do Pq. Leblon)
- 2. Memórias Populares e o Uso de Ervas no feito de Cosméticos: xampu com babosa**  
Cosmético feito com aloe vera, planta medicinal do litoral cearense que serve de matéria-prima na produção de cosméticos. Socialização do grupo participante do Projeto Horto Medicinal SESC, através da interação do homem com a natureza, a partir da reprodução dos saberes transmitidos de geração a geração. Ministrante: Maria da Penha (Mestra raizera e participante do Projeto Horto Medicinal SESC);
- 3. Massagem: A Importância das Mãos e da Fala no Bem Estar Coletivo**  
Vivência comunitária de massagem coletiva. Mãos que tocam e que transmitem afetividade e cuidado com o outro. Ministrante: Marinete Lopes (Raizera, rezadeira e participante do Projeto Horto Medicinal SESC - Iparana)

26 | Povos do Mar

**RESEX – Batoque e Prainha do Canto Verde**  
 Socialização do cotidiano, dos avanços, lutas, desafios e conquistas nas Reservas Extrativistas das Comunidades de Batoque e Prainha do Canto Verde, litoral cearense. Reservas Extrativistas são áreas federais protegidas para uso sustentável de acordo com a legislação brasileira, e visam comunidades tradicionais, como jangadeiros, caçaras, ribeirinhos e seringueiros. No Ceará, existem duas Reservas Extrativistas: Batoque (2003) e Prainha do Canto Verde (2009).  
**Local:** Recreação - Sala de reuniões.  
**Ministrantes:** José Alberto Ribeiro de Lima e Roberto Carlos Ribeiro (Lanças Comunitárias - Prainha do Canto Verde - Beberibe)  
 Maria Odete de C. Martins (Liderança Comunitária - Batoque - Aquiraz)

**Impactos Ambientais nas Comunidades Litorâneas**  
 Discutir a questão cultural e a falta de políticas públicas que envolvem a relação do homem e o lixo no litoral Cearense.  
**Local:** Recreação - Sala de vídeo.  
**Ministrante:** José Mozart de Albuquerque Araújo Junior (Consultor ambiental e turismólogo - Paracuru)

17h **Apresentação Cultural**

**Batuques no Litoral**  
 Rebuscando a ancestralidade afro-brasileira através das diversas manifestações culturais. No conhecimento dos costumes dos povos africanos, em especial daqueles que foram escravizados e incorporados à cultura brasileira: do gingado da Capoeira ao gingado do samba - ora luta, ora dança - rodas criadas na esperança da liberdade. Da coroação do Maracatu ao sabor da tapioca, um pouquinho de tudo ficou! E a memória do povo ameríndio e afro-brasileiro. Nos batuques no litoral as comunidades brincam, cantam e lutam.  
**Local:** Tenda Feito à Mão.  
**Ministrantes:** Mestre Rafael Magnata e Contramestre Piqueno

18h às 20h **Jantar**

**Roda de Conversa – Histórias de pescador: Contos, Causos e Amedotas**  
 Compartilhamento e socialização de histórias e vivências que fazem parte do cotidiano e imaginário dos Pescadores no litoral cearense. Roda onde a palavra é socializada e a oralidade permeia as formas de convivência. **Local:** Salão de Eventos!  
**Ministrantes:** Francisco de Assis Veras (Pescador artesanal e vaqueiro dos currais de pesca, tradição de mais de 100 anos na Comunidade de Bitupitã - Barroquinha)  
 José Francisco Rocha - Mestre Zé Pio (Pescador e Mestre da Cultura Tradicional Popular do Ceará - Comunidade Goiabeiras - Fortaleza)

18 | Povos do Mar

Lúis Rodrigues (Pescador artesanal da Comunidade do Pacheco - Entorno de Iparana - Caucaia)

22h **Apresentação Cultural**

**Local:** Tenda Feito à Mão.

**Dança de São Gonçalo** - Folguedo da cultura popular tradicional que se propõe como movimento comunitário, com musicalidades e danças religiosas e cotidianas em celebração à memória e a luta de São Gonçalo, santo português que no século XII cantava e dançava com pregos nos sapatos para a conversão de mulheres em situação de prostituição.

**Grupo Martinho** - A rebeca é um dos legítimos representantes da cultura nordestina, tendo sido o primeiro instrumento melódico utilizado no forró. O "Grupo Martinho", da comunidade Volta Redonda - Paracuru, realiza apresentações que valorizam a cultura nordestina passando por ritmos como forró, frevo, baião e choro.



23h **Basquetada**

Prática tradicional de cozimento de pirão à base de peixes e frutos do mar na beira da praia. Também conhecida em algumas comunidades como "caldeirada", "panelada", "peixe na água grande", "pirão na água grande" e "bufete". Consiste em forma coletiva de celebração, conagração e compadrio entre pescadores e familiares. **Local:** Tenda Sabores, Saberes e Saúde.

29 | Povos do Mar



25/8/12 | SÁBADO

30 | Povos do Mar

**2. Plantas e Ervas Medicinas: Jenipapo-Kanindé**  
 Uma forma de trabalho com a natureza que dá base aos conhecimentos medicinais modernos, os saberes em ervas e plantas repassados através das gerações da etnia Jenipapo - Kanindé.  
**Ministrante:** Maria de Lourdes (Cacique Pequena - Jenipapo Kanindé da Lagoa do Encantado - Aquiraz)

**3. Aproveitamento Integral dos Alimentos**  
 Socialização de práticas e formas com vistas à promoção do aproveitamento integral de peixes e mariscos, possibilitando a criação de novas receitas e melhorando a qualidade nutricional dos cardápios, além de contribuir para a redução do desperdício de alimentos. Serão desenvolvidas receitas de patês, caldos, tortas, utilizando-se as partes normalmente não comercializadas, como cabeça, rabo e carcaça.  
**Ministrantes:** Roberto Leandro Teixeira Barreto (Voluntário do Programa Mesa Brasil), Jéssica Gonçalves Melo (Nutricionista do Programa Mesa Brasil).

**TENDA MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE:**

**1. Pet: Educação e Sustentabilidade**  
 Práticas sustentáveis de confecção de artigos ornamentais a partir da reutilização de garrafas pet, tendo como eixo norteador o cotidiano e imaginário dos Povos do Mar.  
**Ministrante:** Rosângela Dias (Artesã da comunidade do Guajiru - Trairi)

**2. Biojóias Indígenas**  
 A utilização conceitual e sustentável de elementos de natureza orgânica (sementes, fibras, etc), através da confecção de artesanatos tradicionais, tais como brincos, pulseiras e colares.  
**Ministrante:** Daniel Alves (Artesão e liderança do seguimento jovem da etnia Jenipapo Kanindé na Lagoa do Encantado - Aquiraz)



**3. Sabão Ecológico**  
 Produção de sabão a partir do reaproveitamento de óleo utilizado nas cozinhas domésticas e industriais.  
**Ministrante:** Sala de Ciências SESC

32 | Povos do Mar

12h às 14h **Almoço**

**OFICINAS | 14h**

**TENDA FEITO A MÃO:**

**1. Artesanato em Barro – Queimando o Barro**

Finalizando o processo de feitura das peças através da socialização das práticas de queima em forno artesanal.  
Ministrante: José Camilo (Artesão em barro - Moita Redonda)

**2. Mandala de Palha**

Confeccionada de forma rústica, a mandala representa o universo simbólico que envolve a energia espiritual e a subjetividade cultural de um povo.  
Ministrante: Maria do Carmo (Artesã – Etnia Anacé)

**3. Colares Étnicos Tapeba.**

Os povos cearenses têm identidades em várias performances estéticas. Os adornos tapebas têm no ritual do seu feitura uma de suas principais questões identitárias.  
Ministrante: Margarida Teixeira Gomes (Artesã e liderança indígena da Etnia Tapeba – Caucaia)

**4. Renda Praiaira do Litoral Leste**

No Ceará, há renda o ano todo. Poder experienciar essa cultura é tocar nas histórias dos povos que guardam memórias de nossa gente. Com a habilidade das mãos e a sabedoria tradicional, as rendeiras tramam os fios e produzem este artesanato característico do litoral leste cearense.  
Ministrante: Noélia Cardoso Lima (Rendeira da Praia do Iguape – Aquiraz)



**TENDA SABORES, SABERES E SAÚDE:**

**1. Queimar açúcar e lambuzar as mãos: Cozer Balas à Base de Ervas Medicinais**

Utilização de plantas e ervas medicinais no feitura de balas caseiras. Saber tradicional da Comunidade de Barra Nova.  
Ministrante: Rosa Ferreira de Oliveira (Artesã e Culinarista da Comunidade da Barra Nova – Entorno de Iparana - Caucaia)

**2. Sardinhas de Caponga**

A sardinha é um peixe encontrado facilmente no litoral de Cascavel, principalmente entre os meses de junho e setembro. Nesse período, famílias inteiras se unem para receber os pacotes (pequenas embarcações utilizadas na pesca da sardinha) na volta do mar. Na comunidade de Caponga é comum a prática culinária de várias receitas a partir do pescado, tradicional no município.  
Ministrante: Maria do Carmo Carneiro da Silva (Culinarista de Caponga – Cascavel)

**3. Cosméticos à base de Algas**

A experiência de Icapuí na utilização sustentável de algas marinhas na produção de cosméticos.  
Ministrante: Aldeneide Maria da Silva (Projeto Mulheres de Corpo e Alga – Fundação Brasil Cidadão Comunidade de Barreiras – Icapuí)

**TENDA MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE:**

**1. Búzios de Majorlândia**

Compartilhamento de saberes acerca da utilização de búzios no feitura de artesanatos tradicionais baseados no imaginário de Majorlândia.  
Ministrante: Eurico Carneiro Maia (Artesão de Majorlândia - Aracati)

**2. Rede de Descanso, Utensílio Tradicional Resignificado e Produzido em Embalagens de 1kg**

Prática sustentável de reutilização de embalagens plásticas de cereais no feitura de redes de descanso como alternativa sustentável de economia criativa. Ministrante: Antonia Aline (Artesã do Entorno da Comunidade de Iparana – Caucaia)

**3. TEORIA DOS PERFUMES**

Identificação e produção de essências naturais a partir de materiais extraídos da flora sustentável para a fabricação de perfumes.  
Ministrante: Sala de Ciências SESC

**14h Roda de Conversa: Conservação, Sustentabilidade e Educação Ambiental**

A AQUASIS atua desde 1994 no Ceará com a missão de desenvolver ações e pesquisas para preservação da biodiversidade e uso responsável dos recursos naturais no Nordeste do Brasil, estimulando mudanças de atitude para a construção de uma sociedade sustentável. Hoje a luta e todo o esforço da instituição e de seus parceiros estão voltadas para o peixe-boi marinho, soldadinho do araripe e o periquito cara-suja. As três espécies mais ameaçadas de extinção no Ceará. | Local: Salão de Eventos  
Ministrante: AQUASIS

18h às 20h **Jantar**

**20h Roda de Conversa: Observando Astros, Guiando-se pelas Marés, Ventos e Luzes do Continente.**

Vivência popular tradicional baseada no movimento do cosmos para a orientação da prática pesqueira em mar aberto, formas e pontos de localização no continente. | Local: Gazebo  
Ministrantes: Aldenor Miranda, José Miranda dos Santos (Representantes do Coco do Pecém – São Gonçalo do Amarante),

**CONVERSAS PARAELOS:**

**20h Uma nova visão do Céu**

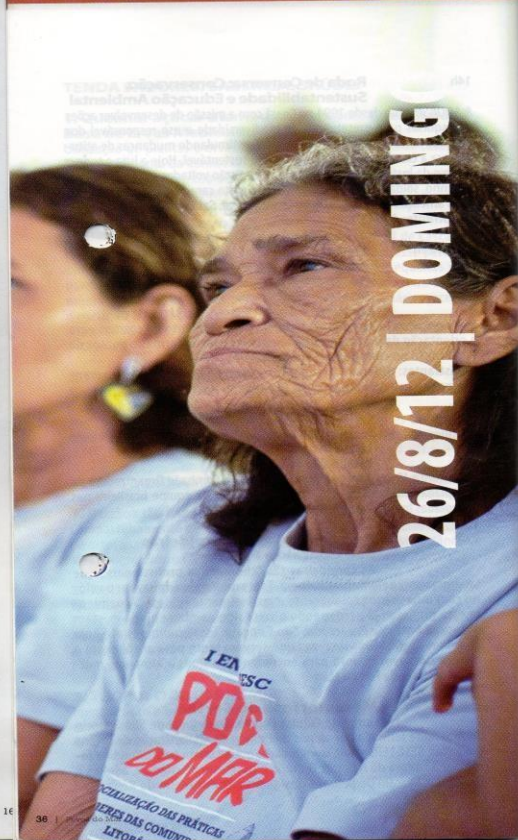
Local: Salão de Eventos | Ministrante: Victor Alves Alencar (Membro da Comissão Organizadora da Olimpíada Brasileira de Astronomia, treinador da equipe brasileira nas Olimpíadas Internacionais de Astronomia)

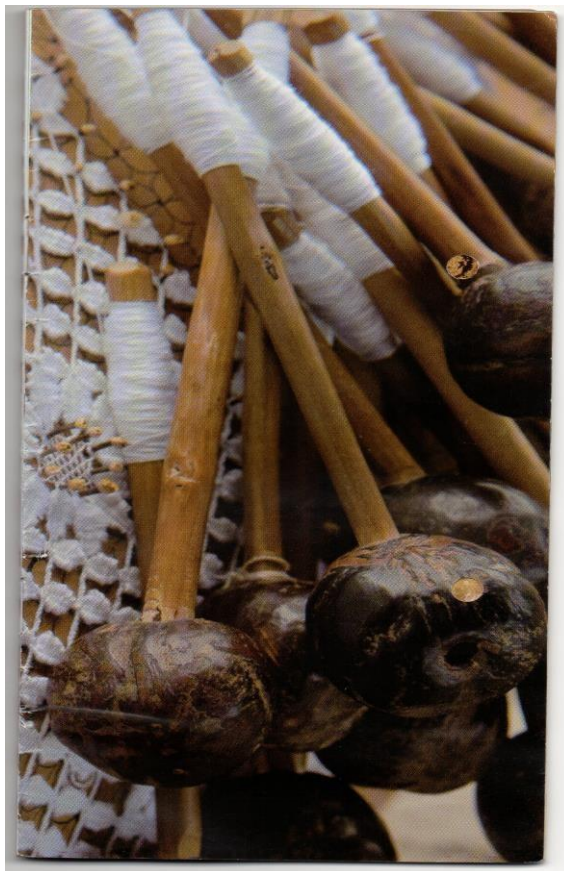
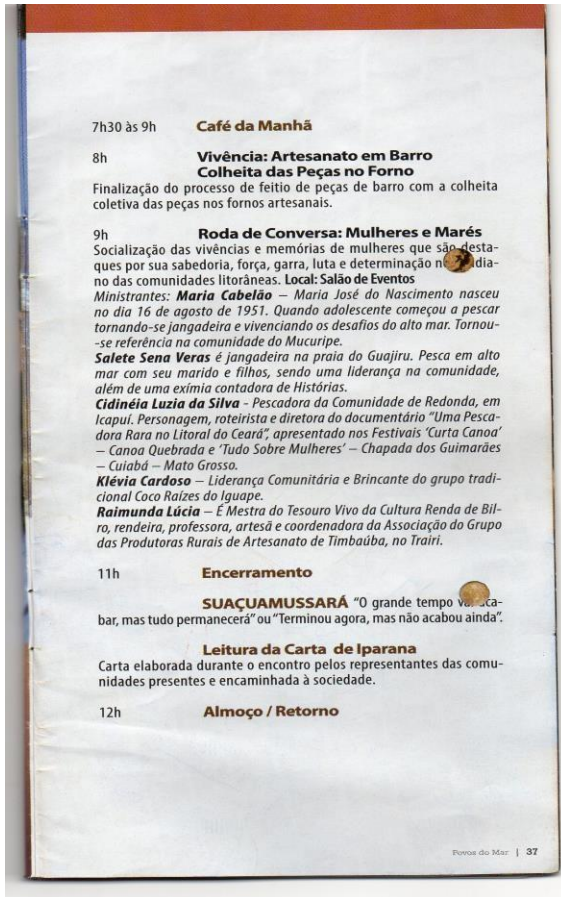
**22h Apresentação das Carpideiras São Gonçalo e Paracuru**

As carpideiras são "choradeiras" profissionais que lacrimavam pelo defunto alheio. Estas mulheres animavam o velório com uma mágoa colaborante e incrivelmente ruidosa. Atualmente esta profissão já perdeu todo o seu fulgor, embora ainda existam nas localidades de Paracuru e São Gonçalo. Essas mulheres até hoje guardam os mistérios de rezas que servem tanto para acabar com a doença dos vivos quanto para encomendar a Deus a alma dos mortos. | Local: Tenda Feito a Mão

**Metamorfose do Sertão**

Grupo de Cultura Popular Tradicional de São Gonçalo do Amarante formado por alunos do Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, SESC LER, e pela comunidade, que se unem para difundir e fomentar a cultura do Reisado. O grupo é composto de crianças, adultos e idosos que buscam perpetuar e ressignificar a brincadeira do Reisado.





# ANEXO C – Folder do III Encontro Povos do Mar



## NOVAS FORMAS DO FAZER

**Resignificação dos espaços sociais e a descobertas de novas potências para o desenvolvimento de metodologias plurais de atuação nos movimentos comunitários.**

A metodologia de organização das atividades socioeducativas presentes no Encontro Sesc Povos do Mar prioriza o diálogo enquanto ferramenta de aproximação e criação de vínculos entre diversos saberes e práticas desenvolvidos por populações e sujeitos sociais, que, no dia a dia, nas mais remotas localidades do nosso litoral reclamam formas de organização rescrevendo suas histórias e reinventando seus desejos. Saberes e práticas que há muito estavam desvalorizados começam a ser vistos como formas necessárias de garantir identidades territoriais e culturais. Novas reivindicações surgem. Como a crescente necessidade de acesso aos bens culturais. Esse processo desencadeia o surgimento de novas demandas sociais, que por sua vez, proporcionam novas formações de atuação nos movimentos sociais. Para instaurarmos um ambiente de gestão compartilhada da programação do encontro são necessárias mediações psicossociais e ações específicas para demandas de grupos étnicos, familiares, tradicionais, enfim comunitários.

Essa pedagogia do encontro está articulada a uma Rede Sociocultural que cresce a cada Encontro Sesc Povos do Mar, através da consolidação de laços que aproximam os diferentes, gerando o fortalecimento recíproco das sociabilidades e a replicação de novas e boas experiências. Oficinas, vivências, apresentações artísticas tradicionais, exposições, Rodas de conversa, dentre outras atividades e programações serão os espaços para o exercício do interculturalismo, para a transversalidade dos diálogos e para a construção de novas formas de organização, representação e atuação social.

Nesse contexto, as culturas populares vivenciadas em diversas e variáveis dimensões, com seus processos de criação e organização, se consolidam enquanto linguagem de aproximação, estranhamento e reflexão. Valorizar experiências significativas nas comunidades pressupõe a construção de momentos de interação. Visitando as moradias dos participantes do Encontro percebe-se que um dos lugares de maior socialização é a cozinha, lugar do materno, dos aromas, do aconchego, lugar do fogo, de juntar as pessoas.

O III Encontro Sesc Povos do Mar possibilita vivências, saberes e afetividades, um mergulho no outro, fomentando diversidades e gerando outras formas do fazer social.

O Sesc convida toda a sociedade a fazer-se presente, revisar nossa memória, participar deste momento de encontro e partilhar delicadezas gestadas pelas comunidades litorâneas.

Regina Leão  
Diretora Regional do Sesc Ceará

## APRESENTAÇÃO

O Brasil foi descoberto em 1500 pelo mar. A partir de então todo um processo cultural se estabeleceu através das comunidades litorâneas que muito contribuíram com suas práticas ancestrais de saúde e alimentação, mestres de ofícios e artesanatos, além de inúmeras manifestações artísticas tradicionais.

O III Encontro Sesc Povos do Mar: Socialização das Práticas e Saberes das Comunidades Litorâneas constitui uma expressiva rede social dos coletivos e sujeitos que povoam a zona costeira cearense, integrando grupos ambientais de mais de 100 comunidades e abrangendo os 20 municípios que compõem os 573 km do litoral cearense.

O Encontro apresenta as experiências das comunidades praielaras através de quatro eixos complementares: Sabores, Saberes e Saúde, Feito à Mão, Cantos, Danças, Brincadeiras e Meio Ambiente e Sustentabilidade e busca valorizá-las e preservá-las no que diz respeito à identidade cultural através do fortalecimento das relações sociais e do intercâmbio entre as populações e seus territórios de origem, ressaltando dimensões que geram novas formas afetivas e comunicativas, aprimorando relações socioambientais sustentáveis que possibilitam novas formas de valorizar as diversidades e os recursos naturais, que ainda hoje garantem o sustento de comunidades nativas.

Por meio desta ação o Sesc, entidade de prestação de serviços de caráter socioeducativo, criada e mantida pelo empresariado do comércio, busca exercer o seu papel de atuar nas áreas de saúde, cultura, educação, promoção social e lazer contribuindo com a melhoria das condições de vida da nossa clientela e da sociedade, facilitando-lhe os meios para o seu aprimoramento cultural e profissional e estimulando o exercício da cidadania.

Luiz Gastão Brittercourt  
Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Ceará e Conselho Regional do Sesc CEI.

## ESPAÇOS DE VISITAÇÃO DA COLÔNIA

**PROJETO VIVEIRO DE MUDAS**  
O Projeto Viveiro de Mudanças na área da RPPN, com o objetivo de produzir mudas de espécies vegetais nativas para o reflorestamento da mata de tabuleiro litorâneo e do entorno, incrementar o sombreamento e o paisagismo da Colônia Ecológica Sesc Iparana, além de atender demandas de distribuição de mudas em eventos ambientais.  
**Horário de visitação: 9h às 11h**

**PROJETO SESC HORTO MEDICINAL**  
Espaço de vivências e difusão de práticas e saberes fitoterápicos enquanto ferramentas de organização comunitária.  
**Horário de visitação: 9h às 11h**

**FAZENDINHA EDUCACIONAL**  
Espaço de visitação que oportuniza conhecer a vida no campo e suas características (a casinha do sertanejo, os animais, as hortaliças, as plantas medicinais).  
**Horário de visitação: 8h às 11h e 13h às 16h**

**TRILHAS DE IPARANA**  
Trilhas ecológicas na mata de tabuleiro litorâneo da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN na Colônia Ecológica Sesc Iparana.  
**Horários: 9h e 16h**

**CENTRO DE REABILITAÇÃO DE MAMÍFEROS AQUÁTICOS – AQUASIS**  
A AQUASIS, Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos, tem como missão desenvolver ações e pesquisas para a preservação da biodiversidade e o uso responsável dos recursos naturais no Nordeste do Brasil, estimulando mudanças de atitudes para a construção de uma sociedade sustentável. Para esse fim, a AQUASIS promove a conservação das espécies criticamente ameaçadas de extinção e dos ecossistemas onde vivem.  
Espaços de visitação com peças osteológicas de baleias, golfinhos e peixes-boi.  
**Horários: 8h às 11h e 13h às 16h.**



# TENDAS TEMÁTICAS

O evento contará com três tendas temáticas:

## 1. Tenda Feito a Mão

Espaço permanente de exposição e comercialização de artesanatos confeccionados pelas comunidades do mar.

## 2. Tenda Sabores, Saberes e Saúde

Socialização de práticas alimentares e de saúde comunitárias das comunidades e Povos do Mar.

## 3. Tenda Meio Ambiente e Sustentabilidade

Socialização de Práticas Sustentáveis;

Experiências do trabalho da Aquisis na conservação de espécies ameaçadas de extinção;

Experiências Ambientais de Organizações Governamentais e Não Governamentais no litoral cearense;

Experiências em Turismo de Bases Comunitárias – Rede Tucum.

Sala de Ciências Sesc (Projeto Preservação) – Visa desenvolver atividades didáticas interdisciplinares, aproximando a ciência dos saberes populares e práticas cotidianas. Dentre as atividades, desenvolvemos ações como mostra de experimentos científicos; exposições e oficinas. Ações significativas que visam à ampliação do repertório científico e cultural do público, desmistificando a ciência e trazendo-a como um saber que pode ser percebido em nosso dia a dia. Despertar o interesse pela preservação ambiental, utilizando-se das ciências como forma de interação propondo uma abordagem dinâmica e construtivista é o objetivo central da Sala de Ciências Sesc (Projeto Preservação) – Com o intuito de fornecer subsídios teóricos e práticos para fortalecer as atividades educativas, desenvolvendo a partir dos princípios dos 3Rs – Reduzir, Reutilizar e Reciclar, uma educação ambiental baseada na compreensão da importância do ato de reciclar para a melhoria das condições do meio ambiente.

# VIVÊNCIAS PERMANENTES



## Saberes náuticos dos pescadores de Bitupitá

Pescadores estarão construindo de forma artesanal barco tradicional utilizado nos currais de pesca da Praia de Bitupitá no município de Barroquinha.

## Escultura em areia

Mestre Toinho realiza esculturas em relevo desde a infância. Sua arte decora hotéis e casas nas praias de Canoa Quebrada e Majorlândia sendo sua arte reconhecida internacionalmente. No encontro o Mestre exporá seu trabalho, sua técnica e habilidade.

## Lustres com escamas de Camurupim

Artecanção é o nome de um coletivo de artesãos na Praia de Flexeiras que desenvolve diversos trabalhos de forma artesanal, dentre estes, as luminárias com escamas de camurupim que quando iluminadas produzem rara beleza. Conjuntamente com as artesãs Nelsa Arcaño e Hercília Pontes ambas de Camocim produzirão juntos uma instalação de luminárias de Camurupim durante todo o Encontro.

## Cozinha de barro da comunidade Moita Redonda

Cascavel, com degustação de comidas típicas das comunidades litorâneas.

## Casa de Palha

Réplica de moradia tradicional dos pescadores com degustação de tapocas tradicionais da Praia do Guajiru – Traini.

## Saberes para Extração do Óleo de Coco

O preparo do óleo de coco segue diferentes modos de produção, diversidade constatada sendo usado como cosmético e alimentação no litoral cearense.



## MINISTRANTES

### Dia 20 | Raimundo Alves de Oliveira

Participante do Projeto Sesc Horto Medicinal comunidade da Barra Nova no município de Caucaia.

### Dia 21 | Francisca Barros

Participante do Projeto Sesc Horto Medicinal – Praia do Pacheco – Caucaia.

### Dia 22 | João Batista

Participante do Projeto Sesc Horto Medicinal – Igarana – Caucaia.

Local: Tenda Sabores, Saberes e Saúde, às 9h

### Astronomia | 19, 20 e 21 de agosto às 18h

Miragens e alinhamentos observáveis celestes a partir do telescópio.

### Arte em Garrafas Pet | 20, 21 e 22 de agosto das 9h às 12h e 14h às 17h

Educação Sustentabilidade – Práticas sustentáveis de confecção de ornamentos a partir da reutilização de garrafas Pet. A metodologia prioriza a imaginação dos participantes.

Local: Tenda meio ambiente e sustentabilidade.

Ministrante: Rosângela Dias, (Artesã da Praia do Guajiru – Traini)

### BARRO DO MALCOZINHADO | TENDA FEITO A MÃO

São oficineiros do Barro do Malcozinhado

### Dia 20 | Oficina Amassando o Barro às 9h

Preparando o barro colhido no Rio Malcozinhado, na comunidade de Moita Redonda para ser usado no feito de peças. Depois do barro colhido e seco ele é quebrado com a mão e amassado com os pés.

Ministrante: Matheus dos Santos e Jonas da Silva. – Comunidade da Moita Redonda – Cascavel

### Dia 20 | Relá, Torá e Alizá às 14h

Dando continuidade ao processo de quando o barro foi amassado, serão socializadas as formas tradicionais de moldar o barro e construir peças artísticas com o barro e os saberes tradicionais dessa milenar arte.

Ministrante: Mestra Yarina – Artesã tradicional em Barro Moita Redonda – Cascavel

### Dia 22 | Oficina de Queima do Barro

O processo de cozer o barro possui muitos segredos. A temperatura, a disposição das peças e as condições temporais da natureza. Sendo este ofício um dos mais antigos da humanidade. Etapa em que as peças serão levadas ao forno para queima.

Ministrante: José Camilo Artesão – Moita Redonda – Cascavel



## Pintura corporal Tapeba a base da tinta de Jenipapo

Os índios Tapeba residem em Caucaia sendo seus desenhos e grafismos possuidores de grande beleza e harmonia. A tinta de Jenipapo é empregada com fins diversos: ornamentação, preparação para guerra e rituais, dentre outros. Sua tinta leva em torno de quinze dias para largar da pele. Durante todo evento integrantes do grupo cultural dos Tapeba estarão realizando pinturas corporais no encontro.

Dias: 19, 20, 21 e 22 de agosto das 9h às 11h e das 15h às 17h.

## Degustação - Camurupim Assado

A pesca do Camurupim é praticada em todo litoral cearense, sendo um peixe de grande porte, dele se aproveita quase tudo. Da escama a carcaça. Na praia do Guajiru os pescadores realizam a Festa do Camurupim no mês de agosto. Luizinho é quem assa na brasa o peixe inteiro. Na divisão dos pedaços, espaço de mediação e partilha. Durante toda atividade haverá vídeo instalação "Guajirupim" com a filmagem da pesca.

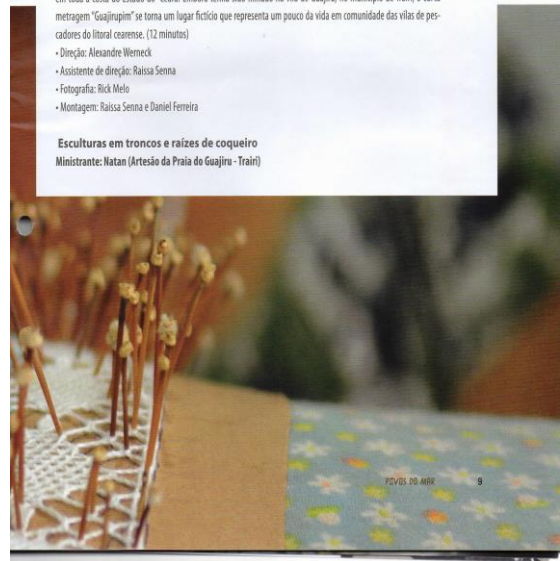
## "Guajirupim"

A pesca artesanal em alto-mar, a partilha do pescado e a culinária que envolve o camurupim, peixe bastante apreciado em toda a costa do Estado do Ceará. Embora tenha sido filmado na vila de Guajiru, no município de Traini, o curta metragem "Guajirupim" se torna um lugar fictício que representa um pouco da vida em comunidade das vilas de pescadores do litoral cearense. (12 minutos)

- Direção: Alexandre Wemec
- Assistente de direção: Raissa Senna
- Fotografia: Rick Melo
- Montagem: Raissa Senna e Daniel Ferreira

## Esculturas em troncos e raízes de coqueiro

Ministrante: Natan (Artesão da Praia do Guajiru – Traini)





# PROGRAMAÇÃO

**19.08.13 | SEG**

**15h | CREDENCIAMENTO**  
Local: Recreação do Hotel

**18h | CERIMÔNIA DE ABERTURA DO III ENCONTRO SESC POVOS DO MAR**  
Local: Tenda Feito a mão

**19h | APRESENTAÇÃO CULTURAL**  
Local: Tenda Feito a mão

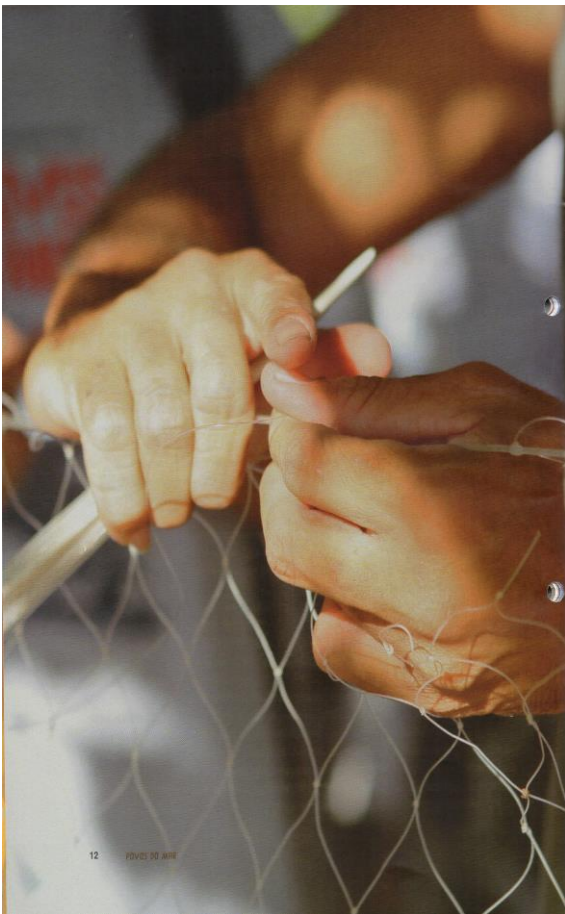
**Dança do São Gonçalo do Povo Anacé**  
São Gonçalo é um santo português que no século VIII cantava e dançava com pregos nos sapatos para que mulheres em situação de prostituição se convertessem ao catolicismo. A Dança do São Gonçalo foi bastante difundida no território cearense. No município Alencarino que leva o nome do Santo, o Povo Anacé da Região de Matões, reconstituiu a Brincadeira a partir das memórias dos Mestres das Comunidades Anacé (a palavra Anacé vem do Tupi Guarani significando: "Povo Unido" ou "Parentes Unidos"). Ao som do Realejo (gaita) do Mestre Antônio Freire de Andrade, acompanhado do Zabumba, do Triângulo e do Ganzá, marcam sua apresentação através da repetição de baillados e pisadas instaurando os elementos da brincadeira em homenagem aos seus antepassados, suas raízes e práticas culturais. Conforme relato de antigos moradores o Briqueteado existe na comunidade há mais de cem anos, sendo a dança utilizada para pagamento de promessas.

**Grupo de Rabeca Martinho**  
A Rabeca é um instrumento que apresenta uma variedade de timbres e sonoridades, compondo um importante elemento melódico na musicalidade cearense, sendo um dos primeiros instrumentos harmônicos utilizados no forró. O Grupo Martinho da Comunidade de Volta Redonda – Paracuru/Desenvolve um estilo próprio apresentando ritmos como Forró, Frevo, Balão e Choro

**20.08.2013 | TER**

**6h30 | VIVÊNCIA – CAMINHANDO COM OS ENCANTADOS: NAS TRILHAS DA FAUNA E DA FLORA DA COLÔNIA ECOLÓGICA SESC IPARANA**  
O Mestre da Cultura cearense Papé Luís Caboco do Povo Tremembé, percorrerá as trilhas próximas a Fazendinha da Colônia Ecológica Sesc Iparana vivenciando as plantas e os seus usos tradicionais, reconhecendo o som dos animais, os cheiros, ruídos e silêncios da mata.

Local: Saída da Tenda Sabores, Saberes e Saúde, finalizando no café da manhã no Restaurante



**9h30 | RODA DE CONVERSA - HOMENS E MARES**  
Homens que constroem suas vidas na lida com o mar, diferentes leituras, múltiplos olhares, caminhos e memórias de Mestres do Mar, seus saberes, suas aproximações e seus distanciamentos.

Local: Salão de eventos

**PALESTRANTES**



**Mestre Assis Honorato** (Capataz da Colônia Z- 12, Representante da Comunidade dos Esteveiros, parente de Zé Melancia referência icônica em Canoa Quebrada praia do município de Anacati. Partilhará as experiências da Comunidade nas questões ambientais e territoriais.)



**Mestre Antônio Eduardo Andrade Maia**  
Mestre Toninho é filho do precursor na arte com ares coloridas em garrafas de vidro desenvolvida na Praia de Majorlândia e hoje difundida em todo o nordeste brasileiro. Escultor em fofoleiros e dunes sendo especialista na criação de esculturas em alto relevo em espaços diversos – Majorlândia - Anacati;



**Mestre Chico Caçeira**  
Mestre cantador e rimador do grupo de Coca Raízes do Iguape. É herdeiro de saberes dos antigos mestres do improviso, que cultivaram historicamente o movimento cultural dos Brincadores de Coco no Iguape litoral leste do Ceará. Artesão exímio trançador de redes de caçeira para a pesca Marítima.



**Mestre Zé Oliveira**  
Mestre do Tesouro Vivo das Culturas Cearenses, seu ofício é de Mestre Artesão construtor de Jangadas em miniatura feitas com a madeira do Timbaúba. Residente na Prainha no município de Aquiarz, onde aprendeu a profissão que o fez Mestre. Exímio contador de anedotas, sendo sua família um extenso coletivo de artesãos.





**9h30 | TENDA FEITO A MÃO**

**Oficina Arelas Coloridas da Majorlândia**  
Processos, técnicas e imaginação, na arte com arelas coloridas.  
**Ministrante:** Nilberto de Freitas Silva artesão tradicional com arelas coloridas – Majorlândia - Aracati.

**Oficina de Arte em Cipó**  
Tramas e trançados atividade tradicional desenvolvida na comunidade da Barra Nova, município de Cascavel, sendo principal polo da arte em cipó no Ceará.  
**Ministrante:** Francisco Gíriaco (Bobó) - Mestre artesão em cipó, Comunidade da Barra Nova – Cascavel.

**9h30 | TENDA SABERES, SABORES E SAÚDE**

**Oficina de Lambedor (Xarope) de Corama e Malvaço**  
Folhas aromáticas e ervas nativas utilizadas nas práticas de saúde popular.  
**Ministrante:** Francieleud Rodrigues – Artesã, raizera e participante do Projeto Sesc Horto Medicinal, Praia do Pácho - Caucaia

**Oficina de Balas com Ervas Medicinais**  
Socialização de receita de Balas de Malvaço, tradicionalmente usadas para combater tosse e bronquites além de adstringente da boca, saber difundido na comunidade da Barra Nova no município de Caucaia  
**Ministrante:** Rosa Ferreira de Oliveira - Participante do Projeto Sesc Horto Medicinal - Barra Nova – Caucaia

**Oficina Cosméticos a Base de Algas**  
Iniciativa das mulheres da praia de Barrinha, por meio da Associação de Mulheres de Corpo e Algas, cultivam e beneficiam Algas Marinhas.  
**Ministrante:** Aldeneide Maria da Silva – Barrinha / Icapuí.

14 POVOS DO ARR

**9h30 - TENDA SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE**

**Oficina de tear rede de descanso com saco plástico de quilo**  
Técnica de feitura de rede de descanso como alternativa sustentável de reutilização de embalagens plásticas de cereais.  
**Ministrante:** Antonia Aline – Guaié – Iparana – Caucaia

**Oficina de Ponto de Fita**  
Na ocasião serão empregadas sobre as Fitas de Cetim técnicas de ponto de fita em toalhas de banho e panos de prato, resignificando as formas de aplicação.  
**Ministrante:** Lucimar Vieira Braga – (Artesã da Praia de Quixaba no município de Aracati).

**9h30 | PRÁTICAS DE ALIMENTAÇÃO**  
**Local:** Tenda Sabores, Saberes e Saúde

**Degustação - Cocadas Tradicionais da Praia de Quixaba**  
Preparada com o melado da rapadura e coco ralado. Composto um dos doces mais difundidos da região, tem sua receita herdada das vivências familiares entre a Família dos Coco e a Família dos Cocada, memórias dos antigos moradores das Praia da Majorlândia e de Quixaba.  
**Ministrante:** Jovelina Felipe da Silva (Joca) – Participante do Projeto MANATI Sesc/Aquisis e integrante do Reisado e Caninha Verde da Praia de Quixaba – Aracati.

**Degustação - Chá de Burro é um mingau a base de milho, arroz e coco**  
Bebida tradicional de Camocim diferencia-se do mingau doce, compondo um caldo fino e cremoso. A bebida leva sal, contudo é considerada doce, na hora de servir é opcional o uso da canela. A bebida foi criada pelo seu Manduça (morador Ilustre da cidade) sendo até hoje vendida no Mercado de Camocim.  
**Ministrante:** Rosinha do Bolo (artista em culinária, confeitaria tradicional de bolos – Praia de Camocim).

**14h | RODA DE CONVERSA II - TURISMO DE BASES COMUNITÁRIAS**

O Turismo de Bases Comunitárias é uma atividade econômica de serviços turísticos como hospedagem, alimentação, traslado, passeios e excursões trilhas ecológicas e eventos onde a gestão e desenvolvida pelos moradores que se organizam em cooperativa, associação ou conselho comunitários e são responsáveis pelo planejamento, execução e gestão do negócio.  
A primeira experiência de turismo comunitário nasceu na Praia do Canto Verde em 1998. Atualmente, várias comunidades litorâneas compartilham de experiências sustentáveis em turismo comunitário, congregando a rede cearense de turismo comunitário – Rede TUCUM.  
**Local:** Salão de eventos

**PALESTRANTES**

Rosa Maria Martins Pereira (Roshina - Rede TUCUM - Valneide Ferreira de Sousa - Ceatanos de Cima – Amontada)  
Elisabe Crispim da Silva (Turismóloga da Praia de Ponta Grossa – Icapuí)  
José Edino (Praia do Canto Verde – Beberibe)

15 POVOS DO ARR

**Depoimento**  
**TURISMO DE BASES COMUNITÁRIA**  
Possibilitar visibilidade as comunidades tradicionais no litoral do Ceará, é fortalecer suas lutas e suas vivências diárias. Através do Sesc as comunidades tiveram mais visibilidades para mostrar que o movimento do litoral é forte, representado no rosto e na vontade de cada um de ter direitos, de moradia, saúde e educação.  
O Turismo de Base Comunitária surge, justamente da união das comunidades costeiras na defesa de seus territórios. A partir da unidade nas comunidades foram surgindo alternativas de sobrevivência, a pesca, o Turismo e a agricultura de subsistência, tem destaque pela sua prática ao longo do litoral. Hoje o turismo comunitário está organizado em Forma de Rede, mostrando que é possível ter um turismo diferente sem centralização de renda e dando autonomia as comunidades locais, pois as mesmas fazem sua própria gestão, gerando melhor qualidade de vida para as famílias do litoral.  
**Elisabe Crispim – Turismóloga Ponta Grossa**

**Depoimento**  
**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA**  
"Articulação existente no litoral do Ceará, denominada Rede Tucum. A Rede agrega quinze comunidades, quase todas são impactadas ambientalmente pelo agronegócio. As comunidades que formam a Rede Tucum despertaram para a importância das paisagens e do enorme potencial turístico constituído a partir das experiências de vida que são compartilhadas nas vivências dos moradores das comunidades com os visitantes.  
Apesar de todas as comunidades que constituem a rede serem litorâneas cada uma delas tem os seus encantos e diferenciais próprios, e cada uma delas podem tornar os passeios particularmente inesquecíveis.  
Ao optar por um desses roteiros turísticos o visitante torna-se um passageiro da comunidade, contribuindo com o desenvolvimento de um coletivo que mobiliza e contribui significativamente com os processos comunitários, que, garantem que as dunas existam na paisagem nativa das beiras de praia, agregando valor de patrimônio natural ao Turismo de Bases Comunitárias no estado do Ceará."  
**Valneide Ferreira de Sousa - Praia de Ceatanos de Cima - Amontada.**

**14h | TENDA FEITO A MÃO**

**Oficina Fazendo Maracá**  
O chochalo Tremembé é conhecido com Aguiam, a sonoridade deste povo remete a um linguagem que se baseia nos cantos, sendo os únicos índios no Ceará que cantam em sua língua de origem.  
**Ministrante:** José Gerardo dos Santos – Comunidade Toróris, Itarema.

**Oficina de Colares Indígenas Tapeba**  
O Povo Tapeba desenvolve inúmeros artesanatos a base de sementes e fibras nativas da região de Caucaia. Na oficina serão difundidas formas de construção de Biojóias com a característica estética e artística do Povo Tapeba.  
**Ministrante:** Estênio - Educador do Povo Tapeba

16 POVOS DO ARR

**Oficina de Incensos de Almesca**  
Incensos são queimas de plantas aromáticas utilizadas milenarmente, por povos de diferentes culturas, inclusive na dimensão do sagrado. Almesca é muito empregada pelos índios em rituais de purificação. O Povo Jenipapo Kanindê tem o saber de a partir da Almesca aproveitar a seiva para produzir substratos que agem no equilíbrio e harmonia de ambientes, já que seu aroma provoca sensação alivante.  
**Ministrante:** Heraldo Alves - Artesão do Povo Jenipapo Kanindê – Lagoa do Encantado – Aquiraz.

**14h | TENDA SABORES, SABERES E SAÚDE**

**Oficina de feito de Mocaroró por ritual**  
A bebida do Mocaroró é feita a base do sumo do caju, entre os índios Tremembé é realizado um ritual de preparo que segue inúmeros preceitos, dentre estes o apanhado do caju azedo do chão.  
**Ministrante:** Cacique João Venança – Mestre da Cultura Cearense, Almafala, Itarema,

**Oficina de Bolo de Macaxeira**  
Socialização do preparo da tradicional receita de bolo a base da batata da macaxeira (Alupim). Receita muito utilizada no calendário junino durante o mês de junho em todo Ceará.  
**Ministrante:** Isabel Tremembé. Almafala, Itarema.

**Oficina Medicina tradicional do povo Tremembé**  
O povo Tremembé possui um grupo de curandeiros que são os guardiões da religião dos Encantados. Seus ciclos de trabalho estão relacionados aos ciclos da natureza e estes a sua religiosidade. A medicina tradicional Tremembé, parte do pressuposto que todas os problemas de saúde partem do espírito, portanto o uso de suas ervas e plantas medicinais estão sempre associadas ao canto e a dança.  
**Ministrante:** Pajés e caciques do povo Tremembé. Povo da mata, Itarema.

**14h | TENDA SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE**

**Oficina Agricultura Marinha**  
O cultivo de currais de algas em mar aberto produz alimentos e cosméticos, além de beneficiar a vida marinha enquanto berçário de plânctons e outros seres do mar.  
**Ministrante:** Francisco Eridan dos Santos, Produtor de algas e pescador da Praia de Fizeiras – Traini.

**Oficina de Caçoieira de Camurupim**  
A praia do Guajiru realiza todo ano a Festa do Camurupim, os pescadores da comunidade desenvolveram técnicas para a pesca do Peixe, conhecido por sua carne vermelha e forte. Na oficina acontecerá o compartilhamento das experiências do feito de instrumentos para a Pesca anual do Camurupim.  
**Ministrante:** Mestre Edmar - Pescador da comunidade do Guajiru – Traini.

17 POVOS DO ARR

#### Oficina de iniciação em amarração de anzóis e pesca artesanal

Os pescadores artesanais da Praia do Boi Choço desenvolvem técnicas de confecção de redes de pesca. A troca de experiência consistirá em abordar essa prática sustentável na pesca costeira.

**Ministrante:** Amauri Ferreira (Timbosa) – Praia do Boi Choço – Irapana – Caucaia.

#### 14h | PRÁTICAS DE ALIMENTAÇÃO

**Local:** Tendá Sabores, Saberes e Saúde

#### Degustação - Sardinha em Conserva

A sardinha é um peixe de vasta produção no litoral cearense especialmente dos meses de junho a setembro, abundante no litoral da Praia da Caponga no município de Cascavel. Nesse período famílias inteiras se unem para esperar os paquetes (pequenas embarcações utilizadas na pesca da sardinha) na volta do mar. Na comunidade da Caponga realizam-se anualmente a festa da sardinha, sendo a sua regata tradicional realizada no mês de setembro.

**Ministrante:** Maria do Carmo - Culinarista da Comunidade da Caponga, Cascavel.

#### 19h | MOSTRA CINEMAR

##### Local: Auditório

Dois Mestres Tremembé - Documentário, 14 min / Direção: Alberto Cukier.

Documentário Sesc Cocos de Beira-Mar - Documentário, 67min / Direção: Henrique Dídima.



18 PÓVOS DO MAR

contextos em que vivem. Os instrumentos musicais são geralmente um caixote de madeira onde os ritmistas sentam e tocam com as palmas das mãos, acompanhados de ganzás, quegas de coco, maracas (Algum no caso do Povo Tremembé), pandeiro, dentre outros. Sendo uma Brincadeira que acreditamos já ter sido praticada sob muitas designações e formatos, como no caso da Etnia Tremembé que denomina seu "Coco" na Praia de Almoitá como Buleira. A Brincadeira não segue um calendário fixo, a exemplo das expressões culturais e artísticas dos grupos populares associados ao carnaval e ao ciclo natalino e junino. Sendo uma prática que remete ao lazer e a folgança, as relações de compadrio e a instauração dos tempos de festa.

Os grupos de coqueiros no litoral cearense distinguem-se entre, coletivos de pescadores, indígenas, quilombolas e grupos familiares, podendo aglutinar mais de uma dessas características simultaneamente. Distribuídos entre pequenos vilarejos muitas dessas comunidades realizaram esta brincadeira incentivadas pela participação na programação cultural do Encontro Sesc Povos do Mar. Sendo uma inovadora e importante experiência de salvaguarda cultural realizada em rede e de forma sistêmica. Todo ano a programação da Colônia Ecológica do Sesc Irapana reforça os saberes que se desenvolvem na brincadeira. No II Encontro Sesc Povos do Mar foi lançado o videodocumentário Cocos de Beira Mar, logo em seguida por ocasião do XIV Mostra Sesc Café de Culturas o Sesc promoveu o Encontro O Sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão, que reuniu os cocos do sertão e do litoral constituindo um importante mapeamento e panorama da brincadeira no estado. Em 2013 a intervenção é dar continuidade ao fortalecimento dessa importante rede social através do trabalho realizado pela Colônia Ecológica Sesc Irapana que nesse momento se constitui como um importante locus de difusão desta brincadeira.

#### Coco de Quixaba

A partir do II Encontro Sesc Povos do Mar, os brincantes da Tradicional Caninha Verde de Quixaba organizaram um grupo de Coco com as Crianças, filhas de Pescadores, visando a conservação do Peixe Boi na região e realizam periodicamente a limpeza da praia. É um dos três Grupos que, conjuntamente com os Cocos da Majorlândia e Canoa Quebrada, forma uma rede organizada de grupos de Coco de Beira Mar no litoral leste.

#### Coco da Majorlândia

O Coco da Majorlândia nasce da interação com o Coco de Canoa Quebrada, onde o Mestre Zé Mendes agreeu a brincadeira com o Mestre Pedro Teófilo. Antigamente só participavam homens, mas o Mestre Zé Mendes introduziu as mulheres na Brincadeira. O Coco é dançado em roda, formando pares e suas músicas são puxadas ao acompanhamento do ganzá e do caixão, que para diferenciar seu som é colocado uma lata de queijos no interior do caixão, por vezes as mãos recebem formato de conchas. Hoje os Mestres do Coco da Majorlândia são Hugo Pereira, filho do saudoso Mestre Zé Mendes e José Valdeberto seu sobrinho que vem sendo preparado para exercer e assumir a função de Mestre.

#### Coco de Canoa Quebrada

O Coco de Canoa Quebrada existe há mais de um século, contam os moradores mais velhos. Atualmente a brincadeira é reconstruída pelos jovens da comunidade dos Estevão, a partir das memórias do Mestre Aluísio, falecido em 2012. Foi puxador tradicional das cantigas e multiplicador do Brinquedo entre as novas gerações. Em homenagem ao Mestre, o Coco de Canoa Quebrada passou a ser denominado, Grupo de Coco Mestre Aluísio Pereira da Silva. Na Brincadeira acontecem vários momentos, como a apresentação do Coco Solo, onde um dos brincantes de forma performativa apanha um lenço do chá, com a boca, sem ajuda das mãos, de forma lúdica sem perder o compasso da dança do Coco. O Grupo de brincantes do Coco de Canoa Quebrada é cantado, tocado, bailado, organizado e difundido, com a coordenação de Marciano Santos Freitas (Arte Educador tradicional da Comunidade dos Estevão).

#### 19h | RODA DE CONVERSA - HISTÓRIA DE PESCADOR

**Local:** Tendá Feito a Mão

Fatos, Contos e Anedotas - A palestra foca no imaginário dos causos que povam o cotidiano dos pescadores no litoral cearense. De forma lúdica e oralidade permeia as lembranças, e através das contações de histórias se constrói um mundo fantástico inspirado nas vivências na mar.

#### PALESTRANTES



**Mestre Zé Pio** (Mestre da Cultura Cearense diplomado como tesouro vivo. É Vaqueiro do Bumba Meu Boi Ceará e antigo pescador na comunidade das Galiléias onde brinca o Boi nas areias desde os três anos de idade - Barra do Ceará - Fortaleza.)

**Mestre Luis Rodrigues** (Pescador tradicional na Praia do Pacheco município de Caucaia, ribeiro conhecedor da memória verde dos manguezais da Barra do Rio Ceará. Navegador e praticante da pesca individual em paquete, contador de história da comunidade e participante do Projeto Sesc Horto Medicinal na Colônia Ecológica do Sesc Irapana)

**Mestre Miguel** (Pescador tradicional da Praia do Balbino, articulador do Coco do Balbino, expressão cultural tradicional na Praia do Balbino - Cascavel)

**Mestre Hugo Pereira** (Filho do Mestre José Mendes (José Francisco de Andrade primeiro Mestre do Coco da Majorlândia que aprendeu a cultura com os antigos Mestres do Coco de Canoa Quebrada, hoje Mestre Hugo é puxador da brincadeira familiar, contador do Coco e contador de história conhecido na Praia de Majorlândia)

#### 20h | ENCONTRO DOS COCOS

**Local:** Tendá Feito a Mão

A Colônia Ecológica Sesc Irapana tem consolidado um importante circuito e rede de articulação entre comunidades formadas entre pescadores e artesãos, indígenas e quilombolas, sendo a Brincadeira do Coco geralmente empregada enquanto dinâmica de socialização. Deste modo, acabamos por perceber as múltiplas interações e usos desse brinquedo no cotidiano dos sujeitos e grupos, uma vez que toda ação do Sesc no fomento a Brincadeira do Coco no litoral cearense levou em consideração não apenas os aspectos artísticos do brinquedo. Consideramos suas formas de organização, suas práticas de alimentação, suas exeres com a natureza, as religiosidades, os ofícios e atividades artesanais ligadas a Brincadeira. Percebemos que a Brincadeira é uma manifestação comunitária, por vezes familiar. A dança, os gestos, o canto, a poesia oral sobrepõem-se e complementam-se podendo, o Coco, ser executado em pares, fileiras, círculos, sendo que seus movimentos podem ser coreografados ou espontâneos. Não existindo uma descrição única acerca dessa prática. Cada Grupo desenvolve seus estilos, vestimentas e aspectos temáticos relacionados aos



#### Coco do Iguaçu

A Brincadeira do Coco está enraizada no cotidiano dos pescadores da Praia do Iguaçu, município de Aquinaz. As referências são encontradas em todos os seus elementos: nos trejeitos dos passos e sapateados, simbolicamente remete a necessidade de proteger os pés durante os longos percursos feitos nas areias quentes da praia, no ritmo marcado pelo batucado de caixão de madeira. Somam-se ainda elementos de acústica indígena e africana, representativos da luta empreendida por esses povos durante o processo colonizador, que deu origem a atual formação do lugar. Essa prática cultural atravessa gerações, reinventou-se e hoje é apropriada pelos brincantes do Coco Raízes do Iguaçu.

#### Coco Caetanos de Cima

A Dança do Coco é uma manifestação cultural comunitária de ação intergeracional, que agrega homens, mulheres e crianças na Comunidade de Caetanos de Cima no município de Amontada. Essa tradição ficou parada por muitos anos, quando em 2005 foi reconstruída por vários moradores históricos da comunidade que conseguiram reparar essa tradição para os mais jovens.

#### Coco do Pecém

A praia do Pecém está localizada no município de São Gonçalo do Amarante, no litoral oeste do Ceará. Ali a Brincadeira do Coco surgiu como uma brincadeira dos pescadores, hoje também praticada por mulheres e crianças. Os embaledores entam os versos, de memória ou improvisados no calor da brincadeira, com o acompanhamento do tambor, do ganzá e das palmas dos brincantes. No compasso do Coco revivem, criam e brincam com os sapateados vigorosos e com a pulação instaurada pela embaleda na brincadeira.

#### Coco do Trairi

Brincadeira herdeira dos antepassados indígenas. A tradição do Coco de Lagoa, na localidade do Alagadinho de Canaã no município de Trairi, onde se costuma beber o micaroró (bebida fermentada do cajú). A Brincadeira se perpetua no âmbito familiar há quatro gerações, atualmente é puxada pelo Mestre Moisés Mestre da Cultura, Tesouro Vivo das Culturas Cearenses que se destaca por sua capacidade de articulação e conhecimento acerca da Brincadeira. Os instrumentos que acompanham o Coco são triângulo, pandeiro, ganzá e caixão.

#### Coco do Balbino

O Coco do Balbino era puxado até o final dos anos 90 por três grandes mestres embaledores já falecidos: Mel Chagas, Zé Pedro e Chagas Piauí. Estes influenciaram uma geração de jovens na Praia do Balbino, que hoje perpetuam a Brincadeira e inserem novos elementos no Brinquedo como: o tarol e o surdo. O Coco do Balbino é brincado exclusivamente por pescadores, que agregam rodas de curiosos por onde brincam, também conhecido na região como Coco Tombado.

### Coco de Almofala

O Coco de Almofala é preparado em forma de repente e embalado pelos Mestres da Cultura Cearense o Cacique João Venança e o Paje Luis Caboco. Sua pantomima indígena recebe toda potência inerente a força do espírito mais nativo de nossas terras. A princípio o Coco era denominado Bullera, e era dançado com o acompanhamento do vinho do cajú ou do mocororó. Os brincantes realizavam grandes percursos visitando as casas da aldeia, onde se sabia que existia a produção dos mocororós. Nos contos os antigos que a brincadeira consistia numa espécie de cortejo, onde o percurso era decidido no momento da brincadeira de forma espontânea, saíam em todas as casas que produziam a bebida do mocororó, caso o dono do mocororó se negasse ou escondesse a bebida e os brincadores descobriam onde estava enterrada ou escondida a bebida, mobilizavam a brincadeira para dançar e cantar enquanto o coletivo se apropriava da produção de mocororó bebendo e festejando a noite toda.

**21h - PRÁTICAS DE ALIMENTAÇÃO**  
Local: Tenda Sabores, Saberes e Saúde

### Degustação - Basquetada

Prática tradicional de cozimento de peixes e frutos do mar a base de pirão na beira da praia. Também conhecido em algumas comunidades como Caldeirada, Panelada, Bufete, Peixe na Água Grande ou Pirão na Água Grande, entre outros.

**23h - APRESENTAÇÃO CULTURAL**  
Local: Tenda Feito à Mão

### Cortejo dos Reis Boi Bordado

No madrugada da Colônia Ecológica Sesc Iparana os Brincantes de Quixaba (Reisado de cantar nas portas, define a Mestre Maria Felipe) cantando, bailando e pedindo prendas aos participantes do III Encontro Sesc Povos do Mar – Brincadeira organizada pela Mestre Maria Felipe, conhecedora da brincadeira desde a infância quando acompanhava os cortejos noite afóra pela Praia de Quixaba. Atualmente a família da Mestre e amigos da comunidade realizam o cortejo dos Reis Magos, pedindo prendas na porta das casas de 01 a 06 de janeiro. Brincam os Autos e Entremetos do Bumba Meu Boi, como: a Burrinha, os Urubos, o Bode, a Cafirina, dentre outros, inclusive no Carnaval, onde participam da abertura da festa em Aracati. O Grupo é participante do Projeto MANATI uma parceria entre o Sesc e a Aquis com quem desenvolvem e organizam mutirões de limpeza na praia.



## 21.08.13 | QUR

### 8h - VIVÊNCIAS - REGATA DE MINIATURAS DE JANGADAS DA PRAIA DE QUIXABA

Brincadeira bastante difundida nas praias do litoral leste do Ceará que consiste em empilhar as miniaturas de jangadas em certo ponto da praia marcando um ponto de chegada, vence a miniatura que for mais cuidadosamente construída pelo artesão, considerando as dimensões do vento e das marés. A Vivência é coordenada por Francisco José Claudio da Silva pescador conhecido na Praia de Quixaba e construtor de Jangadas em Miniatura - Aracati.

Local: Lago

### 9h - FRAGATA VIVA O MANGUEZAL - FOZ RIO CEARÁ

A progressiva destruição das margens dos manguezais tem provocado o avanço das areias sobre os litorais fluviomarinhos, provocando o açoreamento, impedindo a fertilização das águas marinhas e destruindo o habitat de procriação e desenvolvimento de várias espécies. Atividade sócio ambiental no rio Ceará, que tem intuito de alertar e mobilizar a sociedade sobre a importância dos manguezais, fortalecendo o compromisso coletivo de preservação da zona costeira. Além da participação dos pescadores deve sensibilizar a sociedade pois são áreas fundamentais para manutenção da vida marinha e para economia do país. Os benefícios diretos e indiretos gerados pelos manguezais ao homem são a manutenção da qualidade e fertilidade das águas estuarinas (encontro entre as águas do rio e do mar), e costeiras.

Local: Saída de frente à recepção da Colônia Ecológica Sesc Iparana às 8h.

### 9h - PAREALOS I - IMPACTO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES E CARTOGRAFIA SOCIAL

Territórios sensíveis no litoral cearense, resistência comunitária e a especulação imobiliária. Discussão acerca da questão das territorialidades e da reterritorialização dos espaços comunitários. A relação historicamente diferenciada dos povos nativos com seu lugar de origem, de onde extraem sua alimentação e sobrevivência, desenvolvem sua cultura e se organizam pelo direito a mobilidade espacial que proporciona convívios tradicionais. As pedras a beira mar são os bancos de praças, a sombra dos coqueiros suas salas de convivência e reuniões, as areias seu espaço de socialização. Relações ambientais que só são possíveis de entender vivenciando a realidade das comunidades tradicionais.

### PALESTRANTES

**José Mozart de Albuquerque de Araújo Junior** (Consultor Ambiental e Turismólogo. Discute a questão cultural e a falta de políticas públicas que envolvem as relações do homem e do lixo no litoral cearense - Paracuru)

**Vladson da Costa Silva** (Estação Ambiental Mangue Pequeno - aborda o Manguezal de uma perspectiva sustentada na educação ambiental, considerando o contexto histórico da Praia de Requequeira no município de Icapuí. Método que busca na experiência prática enfatizar a importância biocultural, os impactos, processos de recuperação do manguezal e da produção de mudas de mangue. - Icapuí.)

### 9h | VIVÊNCIA PRODUÇÃO DE MUDAS NATIVAS

Local: Viveiro de Mudas

Plântio de mudas da flora de Iparana e debate acerca da importância conservação dos espaços verdes.  
Ministrante: Francisco Moreira (Mestre em Agronomia)

### 14h | APRESENTAÇÃO DA CANINHA VERDE DE QUIXABA

Local: Tenda Feito à Mão

Brincadeira tradicional, ligada ao imaginário da cana de açúcar. Em Quixaba essa brincadeira existe a mais de 50 anos, sendo reconstruído, através do Projeto Manati, parceria entre Aquis e o Sesc. Mestre Maria Felipe coordena o brinquedo, mantendo viva esta tradição.

### 14h | RODA DE CONVERSAS I - RESEX

Local: Salão de eventos

Socialização do cotidiano, dos avanços, lutas, desafios e conquistas nas Reservas Extrativistas nas Comunidades de Botoque e Prainha do Canto Verde, litoral cearense. Reservas Extrativistas são áreas federais protegidas para uso sustentável de acordo com a legislação brasileira, e visam comunidades tradicionais, como jangadeiros, caiçaras, ribeirinhos e seringueiros. No Ceará, existem duas Reservas Extrativistas: Botoque (2003) e Prainha do Canto Verde (2009).

### MINISTRANTES

**José Alberto Ribeiro de Lima e Roberto Carlos Ribeiro** (Liderança Comunitárias - Prainha do Canto Verde - Betebebe)

**Maria Odete de Carvalho Martins** (Liderança Comunitária - Botoque - Aquisaz)

**Roberto Carlos e Jose Alberto** (Prainha do Canto Verde e Botoque)

### 14h | CONVERSAS PAREALOS I - TEMA: POVOAMENTO NO LITORAL CEARENSE.

Local: Salão de eventos

Diferentes abordagens acerca da ocupação em nossa costa. Tempos, impressões e registros relatados por diferentes trajetórias.

### PALESTRANTES

**Guaracy Rodrigues** (Pesquisador, escritor, fotógrafo e vídeo documentarista - Abordará os elementos linguísticos e simbólicos formadores do linguajar Tremembé como um dos fatores socializantes do Povo Tremembé no litoral cearense)

**Prof. Adauto Leitão** (Historiador e integrante do movimento do Marco Zero do Ceará - O Professor abordará ideias sobre presença Lusó/Española no litoral cearense)

**Maria Amélia** (Secretária Geral da Associação Missão Tremembé abordará a presença Neerlandesa no litoral do Sertão no século XVII: A relação com os indígenas, o meio ambiente, a fauna e a flora e suas obras de arte)

**Florencia Braga de Sales** (Pesquisadora das comunidades indígenas do Ceará - Abordará o movimento, demarcações de terra e a presença indígena hoje no litoral do Ceará.)

### 14h | CONVERSA PAREALOS II - O AVANÇO DO MAR NO LITORAL CEARENSE.

Local: Salão de eventos

Diversos fatores influenciam no fenômeno do avanço do mar no Ceará. Seus impactos têm mudado o desenho e o cotidiano do litoral cearense, e degradação dos estuários naturais, dos manguezais, dos rios e lagoas comprometem a vida, a cultura, as relações tradicionais que só são possíveis nos territórios a que estão ambientados milhares de comunidades que vivem a beira mar.

### PALESTRANTES

Representante do LaboMar - UFC - **Carlos Alberto Pereira da Silva** (Presidente da Associação Auto - Icapuí)

### 14h - TENDA FEITO À MÃO

#### Oficina de Artesanato nativo de Beira Mar

O artesanato vendido pelos nativos de Canoa e Majorlândia, composto por anéis, brincos, pulseiras, tiaras, com aplicações de escamas, sementes entre outros elementos. Esses artistas movimentam uma atividade comercial autônoma há anos presente em todo o estado do Ceará

Ministrante: **Eurico Carneiro Maia** - Nascido na Majorlândia onde é manguedeiro\* e artesão praieteiro - Majorlândia - Aracati

#### Oficina de Garrafas empalhadas

Os artesanatos populares têm grande capacidade de transformar suas linguagens, adaptando-as a diversas necessidades, como o caso dos trançados de palha de Camaíba, que se ressignificam ao compor peças de decoração em garrafas e peças de vidro.

Ministrante: **Rita Aparecida** - participante do Projeto Sesc Horto Medicinal - Guaiá - Iparana - Caucaia

#### Oficina Arte com Escamas de Camurupim

Artesã, trabalha com artesanato há mais de vinte anos, busca desde sempre valorizar a arte da terra. Produz peças com conchas, escamas dentre outros materiais.

Ministrante: **Maria Hericilia Ponte da Cruz Santos** - Artesã de Camoim





#### Oficina de artesanato com Talo da Carnaúba

Na região do Cumbe em Aracati a comunidade desenvolve um artesanato específico baseado em tons e materiais primas naturais coletadas na região. Mestre Luis Antônio, vencedor do Salão de Abril de 1988, é um artista que transpira sua terra, necessitando sempre estar em contato com a natureza e com o seu povo. Na oficina serão partilhadas histórias de vida através da construção de tartarugas em miniatura utilizando talos de carnaúba.

Ministrante: Mestre Luis Antônio - Artesão da Comunidade do Cumbe - Aracati.

14h | TENDA SABERES, SABORES E SAÚDE

#### Oficina de Bolinho de Algas

Socialização de nova receita a base de algas - Consiste no ensino aprendizagem para novas formas e receitas culinárias com algas comestíveis cultivadas na Praia de Figueiras município de Trairi.

Ministrante: Regina Claudia - Regina Claudia Dias - Artesã e culinária da comunidade da Praia do Guajiru - Trairi.

17h | APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA - ORQUESTRA UIRAPURU

*Do rio  
malcozinhado  
se colhe o barro,  
depois é seco ao sol,  
quebrado com a mão e  
amassado com os pés;  
dai as várias gerações  
moldam a história em  
potes  
apitos  
panelas  
cachimbos  
instrumentos*

Local: Auditório

26 POVOIS DO MAR

**RODA DE CONVERSA II - HERANÇAS NATIVAS NO LITORAL CEARENSE - OS POVOS INDÍGENAS NOS DIAS DE HOJE**  
Local: Salão de eventos

A cultura indígena no Ceará ainda é pouco conhecida e estudada, diversos povos organizados de múltiplas formas são detentores de práticas específicas. Na Roda de Conversa também serão abordadas a territorialidade cultural e a espacialidade dos Povos no Litoral.

**MINISTRANTES**

Margarida Teixeira Gomes (Educativa e representante do Povo Tapeba - Caucaia)  
Cacique João Venança (Mestre da Cultura Representante do Povo Tremembé - Almolfoá - Itarema)  
Pajé Luis Caboca (Mestre da Cultura Representante do Povo Tremembé - Almolfoá - Itarema)  
Cacique Pequena (Povo Jenipapo Kanindê - Aldeia Lagoa do Encantado - Aguiaraz)  
Francisco Ferreira de Moraes Junior (Liberança do Povo Anáez de Matões-Caucaia)

19h | APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA  
Local: Tenda Feito a Mão

**As Calungas do Cumbe**  
Bricadeira Tradicional de Bonecos, construídos por dois artesãos (Antônio Gonzaga - Mestre Cherim e seu filho Alonso de Aracati) que colhem nas dunas as matérias primas de feitura das Calungas (Itens tradicionais da localidade do Cumbe distrito do município de Aracati) que com artesanato nativo vivem antigas histórias de nossas culturas litorâneas.

**Metamorfose do Sertão**  
Mestres Populares das comunidades de São Gonçalo do Amarante através de Ação Educacional, na Unidade local do Projeto Sesc Ler, possibilitou espaço para reorganização da Bricadeira Popular na comunidade. O grupo é composto por orquestra percussiva, reis e rainhas, Papangus que improvisam versos segurando nos chifres do Boi ou transmitando palhas de Carnaúba, como fossem cavalos marinhos, Boi, Burrinha, entre outros elementos das culturas Tradicionais Populares.

21h | ARRASTO DE PAPANGUS  
Grupo de Mascaramos com vestimentas de palhas de bananeira correm de forma jocosa e burlesca, instauram o tempo do grotesco. Por meio de seu gestual, seus urros e miallãngas, o grupo de Papangus percorrem as ruas finalizando sua apresentação com a leitura do testamento do Judas (Boneco de Pano que é arrastado pelos Papangus rua a fora) Pratinha do Canto Verde - Beberibe.

21h | PRÁTICAS ALIMENTARES  
Local: Tenda Sabores, Saberes e Saúde

**Degustação - Tradicional Muqueca de Búzios de Requeungula**  
A Muqueca de Búzios é uma esparteria da praia de Requeungula no município de Icapuí, uma iguaria rara de difícil acesso a comercialização em restaurantes embora bastante utilizado pelos moradores da localidade, sendo uma atividade extrativista ligada a atividade das Marisqueiras da região. Na Praia de Requeungula próxima a Estação Ambiental Mangue Pequeno encontramos o Restaurante João O'Velho, família nativa especialista nas muquecas de crustáceos e mariscos muito apreciada na região.



#### O BARRO TEM MEMÓRIA

O Grupo Uirapuru - Orquestra de Barro é fruto do trabalho contínuo do artista plástico e luthier, Tércio Araripe, em parceria com os artesãos do barro de Meia Redonda, uma comunidade de 870 habitantes que já trabalhavam há várias gerações na confecção de utensílios de cerâmica, em Casavel no Ceará. Tércio percebeu que os jovens estavam desmotivados em continuar a arte de seus ancestrais, e que este conhecimento seria perdido. Então, propôs oficinas para desenvolver instrumentos de barro e educação musical, possibilitando aos jovens o acesso de inclusão e resgate do patrimônio cultural. Assim nasceu o Grupo Uirapuru - Orquestra de Barro em 2008 com o apoio da FUNARTE.

Em 2013, o Grupo Uirapuru dá um novo impulso em sua trajetória artística, introduzindo o teatro em sua musicalidade orgânica: o espetáculo cênico-musical "PIU e o Acorde Mitológico", conjugando a música, a dança e o teatro. Neste novo trabalho o grupo se inspirou no canto dos pássaros e a sua relação com as pessoas da região, substituindo a noção de "caça aos passarinhos" pela sua captura simbólica, criando uma metáfora poética que se aproxima das memórias de infância e da importância de se guardar lembranças de momentos e experiências vividas.

"PIU e o Acorde Mitológico" traz a dramatização lúdica e conta com um elenco composto por 14 crianças e adolescentes com idades que variam de 05 a 17 anos.

17h | PRÁTICAS ALIMENTARES

Local: Tenda Sabores, Saberes e Saúde

#### Degustação - Mariscada

Na Barra do Rio Jaguaribe vizinha a praia de Pontal do Maceli, município de Fortim é grande o extrativismo desenvolvido pelas marisqueiras. Atividade de subsistência, geralmente exercida por mulheres possui importante papel na complementação da renda familiar. As marisqueiras da região apresentarão o preparo desse prato tradicional de nossa culinária nativa.

19h | RODA DE CONVERSAS I - QUILOMBOS

Local: Salão de eventos

Patrimônio Cultural Brasileiro, as Comunidades Remanescentes de Quilombolas, trabalham as memórias rebuscadas na ancestralidade Africana a partir de elementos identificados na cultura dessas comunidades que buscam reconhecimento. No Ceará as comunidades afirmam suas pisadas nas areias de nosso litoral nas heranças dos povos ameríndios e afro-brasileiro.

#### PALESTRANTES

Maria dos Prazeres (Quilombo do Cercado - Caucaia)

Maria dos Anjos (Quilombo do Capim - Caucaia)

POVOIS DO MAR 27

19h | MOSTRA CINEMAR

Local: Auditório

Filme - Aos Mortos de Morte Morrida - Documentário, 20min - Direção Sidnéia Lúcia - Pescadora de Redonda - Icapuí.

Filme: Uma Pescadora Rara no Litoral do Ceará - Documentário 16min - Direção: Sidnéia Lúcia - Pescadora de Redonda - Icapuí.

## 22.08.13 | QUI

6h30 | VIVÊNCIA COM CACIQUE PEQUENA

Local: Saída da Local - Tenda Sabores, Saberes e Saúde.

Momento Espiritual com a matrisia do Povo Jenipapo Kanindê que ao amanhecer do dia realizará uma caminhada seguida de dinâmica para desenvolvimento das afetividades e dos processos de solidariedade comunitária.

9h | APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA

Local: Tenda Feito a Mão

Encontro cultural dos Povos Indígenas do litoral cearense, espaço para seus costumes e rituais, onde a sagração e a festa se fundem e instaura-se o ambiente fantástico, propiciando a confraternização entre as Etnias no Litoral do Ceará

#### GRUPOS

#### Torém do Povo Tremembé

Manifestação cultural específica do Povo Tremembé que transfere o coletivo para um ritual de expressão Artístico-Religiosa, refletido através da Dança e do Canto, o encontro da Aldeia com seus antepassados. Praia de Almolfoá - Itarema  
Apresentação do Caçador Tremembé - Praia de Almolfoá - Itarema

#### Toré

Principal manifestação da cultura indígena do Ceará que consiste em um ritual étnico religioso que tem na evocação da natureza a simbolização das energias do Pai Tupã.

#### Toré do Povo Tapeba

O Povo Tapeba descende dos Povos Tremembé, Kairi, Potyguara, Jucás, dentre outros. São originários do Aldeamento de Nossa Senhora dos Prazeres na antiga Soure, atual Caucaia de Serra, Mar e Sertão.

#### Toré do Povo Jenipapo Kanindê

Residentes na Lagoa da Encantada, próximo ao Iguaçu em Aguiaraz, desenvolvem o Turismo de Bases Comunitárias, possuem casa de farinha e vivem em meio a lendas e mistérios, entre dunas verdes e relagos de aparções de cristais que correm por cima da Lagoa da Encantada. Cacique pequena é a grande Mestre que conduz o matrimônio das Caciques Jenipapo Kanindê.

POVOIS DO MAR 29

**Toré do Povo Anacé**  
 Povo originário de Matões estão distribuídos nos municípios de Caucaia e São Gonçalo. Mantém a sua espiritualidade através dos encantados. Além de perpetuarem práticas e saberes vindos mais velhos. Caucaia/São Gonçalo do Amarante.

**9h | TENDA FEITO A MÃO**

**Oficina de Labirinto**  
 Partilha de saberes das habilidades manuais na cultura do Labirinto cearense. Técnica híbrida entre a renda e o bordado, era muito utilizada nos paramentos eclesiais e com o tempo passou a ser empregada nos vestuários - arte expressiva no litoral leste cearense.  
**Ministrante: Selma Regina Carneiro Maia - artesã da Praia de Majorlândia - Aracati.**

**Oficina de Rendas do Litoral Leste**  
 A Praia do Iguape tem tradição da Renda de Bilros, onde idosos e crianças replicam essa arte. A oficina consistirá em passar os primeiros ensinamentos acerca da renda para que as pessoas tenham noção da complexidade dessa arte.  
**Ministrante: Noélla Cardoso Lima - Rendeira da Praia do Iguape - Aquiraz**

**Oficina de Chapéus de Palha de Carnaúba**  
 Consiste no repasse de trançados tradicionais no feito de chapéus usados para proteção dos trabalhadores nos ofícios do mar.  
**Ministrante: Marina Pedro Angelo Silva, comunidade do Estevão, Aracati.**

**Oficina Espinheil de Camurupim**  
 Cada espécie de peixe possui formas e utensílios para sua captura. O Camurupim sendo um peixe de grande porte possui peculiaridades no seu processo de pesca. O espinheil de Camurupim é uma técnica bastante utilizada no litoral leste. Serão demonstradas na oficina todas as etapas da construção artesanal do espinheil.  
**Ministrante: Gleilson Pinzel (Pescador e Artesão da Praia do Guajiru - Trairi)**



30 POVOS DO MAR

**9h | TENDA SABORES, SABERES E SAÚDE**

**Oficina de massas, broas e bulinhos**  
 A Batata da mandioca herança dos saberes indígenas. É alimento que produz vários derivados dentre eles a goma que é utilizada no feito das Broas, Bulinhos, iguarias tradicionais de Aquiraz.  
**Ministrante: Raimundo Moreira - Culinária tradicional da comunidade da Tapera - Aquiraz.**

**Oficina Xampu de Babosa**  
 Aproveitamento das filhas da babosa no tratamento caseiro para o fortalecimento do cabelo e combate a caspa.  
**Ministrante: Maria da Penha - Participante do Projeto Sesc Horto Medicinal - Colônia Ecológica Sesc Igarana.**

**Oficina de óleo de Angico e Mastruz**  
 O Angico Vermelho é uma árvore bastante presente no nordeste, sua casca espessa é bastante utilizada em tradicionais terapias de mestres rabeiros e matoeiros no Ceará. Já o Mastruz (Mastruz) é um arbusto nativo bastante utilizado em receitas caseiras e em mercados populares.  
**Ministrante: Valdelice Fernandes - Povo Anacé - Caucaia**

**9h | TENDA SUSTENTABILIDADE E MEIO AMBIENTE**

**Massagem Comunitária**  
 A importância do toque nos processos de sensibilização coletiva, desenvolvimento de solidariedade, relações de reciprocidade e harmonia. A vivência consiste em momento em que D. Marinete aconselha o espírito e educa o corpo e o pensamento elevado, utilizando as mãos e a fala no bem estar coletivo.  
**Ministrante: Marinete Pereira (Rezeadeira Comunitária e participante do Projeto Sesc Horto medicinal - Guajiru - Caucaia)**

**9h | PRÁTICAS DE ALIMENTAÇÃO**  
**Local: Tenda Sabores, Saberes e Saúde.**

**Degustação - Bolo de Banana de Jericoacoara**  
 Socialização de receita tradicional de Bolo de Banana, preparado na comunidade da Praia de Jericoacoara, onde D. Maria do Bolo há anos, apresenta aos paladares de todos que visitam Jericoacoara, a possibilidade de conhecer essa iguaria da culinária nativa do Litoral Oeste do Ceará.  
**Ministrante: Maria do Bolo (moradora de Jericoacoara e culinária tradicional da Comunidade)**

**Degustação - Ensopado de Polvo com arroz branco**  
 O polvo está na base alimentar das famílias de beira mar, recorrente nas marés baixas de parte do litoral cearense é uma iguaria da culinária da praia da Balneária que será apresentado por Ana Maria André Alves Presidente da Associação das Rendeiras da Praia da Balneária no município de Itapipoca, conhecida também pela arte de tezer Tiaras em almofadas de Bilros.

POVOS DO MAR 31

**9h30 | RODA DE CONVERSA - CONSERVAÇÃO, EDUCAÇÃO E CULTURA POPULAR: CAMINHOS PARA A PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE.**  
**Local: Sala de eventos**

**MINISTRANTES**

**Juaci Araújo de Oliveira (Biólogo, educador ambiental, coordenador de projetos/ AQUASIS).**  
**Ana Jesus (Mestre em Biodiversidade e Conservação Marinha da Universidade de Gent - Bélgica)**  
**José Torres da Silva (Zé Tuda - Marçador de Carreiros de Pesca no extremo oeste do litoral cearense, lugar que há séculos se pratica e se descobre a técnica tradicional de carreiros artesanais para a captura do peixeado na distância de 20 milhas (a 30 km da areia) utilizando o sobeirão das correntes marinhas nessa atividade mantida na Praia de Bitupitá - Barroquinha)**

**Demonstração**  
 Após a Roda de Conversa haverá breve demonstração de parte da leitura dos carreiros de Pesca.  
**Ministrante: Francisco José de Castro (Codó - artesão da Colônia de Pescadores de Bitupitá - Barroquinha.**

**14h | CONVERSAS PARAELOS - CULTURA SURF NO LITORAL CEARENSE: EXPERIÊNCIAS SOCIALIZADORAS CRIATIVAS NO ESPORTE COMUNITÁRIO - PESCADORES SURFISTAS OU SURFISTAS PESCADORES?**  
**Local: Sala de eventos**

**PALESTRANTES**

**Marcos Famey (Diretor do projeto Surf na Escola, uma parceria entre Associação de Surf Praia do Caponga - ASPC e a Rede Pública de Educação de Caponga, onde são ministrados aulas socializantes de Surf para crianças e jovens do município de Caucaia).**  
**Raphaella Bahia (Aléxia Surf Escola, Rede Crescer Com Surf, Associação de Surf Feminina, Bi-campê de surf Universitário, Bi-campê Desafio Internacional de Surf Universitário Brasil x Peru e Brasil x Portugal, Graduando em Educação Física, Pós Graduado em Turismo em História e NBA em eventos esportivos)**  
**Evandro da Rocha Rodrigues (Associação comunitária resgatando vidas, Pirambó)**

**14h | TENDA FEITO A MÃO**

**Oficina de Cocar do Povo Anacé**  
 Repasse da cultura do Povo através dos seus objetos de significação (artefatos), na oficina serão confeccionados cocares com penas de aves da própria comunidade.  
**Ministrante: Ângela Maria Moraes - Artesã Anacé - Matões - Caucaia.**

32 POVOS DO MAR

**Oficina de Patwork com tecido de Coco**  
 A oficina consiste em socializar técnica artesanal de Patwork, aplicações em tecido de algodão cru do tecido natural extraído das cascas das coqueiras, uma produção de arte crua e de estética característica dos saberes do litoral leste do Ceará.  
**Ministrante: Sandra Renuia (Artesã da comunidade de Olho D'água - Icapuí)**

**Oficina de Bonecas de Pano da Comunidade de Caetanos de Cima**  
 Conhecidas como bruxas ou bratinhas as bonecas de pano tradicionais representam o lúdico e imaginético das comunidades tradicionais. Sendo uma representação do gênero, das estéticas e dos comportamentos, as bonecas são importantes artefatos na cultura infantil, muito recorrente nas comunidades tradicionais do Ceará. Diferente das demais bonequeiras que apenas representam bonecas femininas a artesã materializa seres humanos pretos, brancos, índios, crianças, jovens e idosos parando a diversidade cultural e social.  
**Ministrante: Vera Lúcia de Sousa (artesã da comunidade de Caetanos de Cima - Amontada)**

**17h | APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA - BOI ESTRELA**  
**Local: Tenda feito a Mão**


A brincadeira que é tradição dos antigos pescadores da Praia de Pontal do Macói, no município de Fortim, esteve parada e seus entremetos: Boi, Burrinha, Bode, Ema, entre outros elementos do brinquedo estavam guardados na escola da comunidade, quando os representantes da comunidade estiveram no II Encontro Sesc Povos do Mar sentiram a necessidade de revitalizar a Brincadeira na comunidade. Hoje se apresentam nas comemorações na comunidade.

**14h | TENDA SABORES, SABERES E SAÚDE**

**Oficina de Lambedor Carrapicho e Pepaonha**  
 Cacique Pequena do Povo Jenipapo Kanindé debaterá os usos, as quantidades, as formas de colheita, plantio e preparo dessas plantas nativas para o uso comunitário e medicinal.  
**Ministrante: Cacique Pequena (Povo Jenipapo Kanindé - Lago do Encantado - Aquiraz).**

**Oficina - Preparo de ostras nativas**  
 Das manguezais nos arredores de Bitupitá será socializada a receita típica de ostras fritas com tempero das antigas marisqueiras da Colônia de Pescadores de Bitupitá. Na oficina serão compartilhadas as histórias de vida das marisqueiras seus contextos e superações.  
**Ministrante: Eurídice Pereira de Souza (Marisqueira da Praia de Bitupitá no município de Barroquinha)**

**Oficina conhecimento, preservação e criação caseira de Abelhas Jandaíra**  
 Na Praia da Requeguela em Icapuí a comunidade está desenvolvendo a criação de abelhas nativas no mangue próximo à Estação Ambiental do Mangue Pequeno no intuito de garantir a polinização das espécies vegetais nativas e consequentemente preservar os mananciais de água da região e fomentar renda para famílias.  
**Ministrante: Adriano Pedro da Costa - Estação Ambiental Mangue Pequeno - Praia da Requeguela - Icapuí**



### 19h | PRÁTICAS ALIMENTARES

Local: Tenda Sabores, Saberes e Saúde

Jurema (bebida tradicional dos povos indígenas e comunidades tradicionais), uma bebida muito utilizada em rituais do sagrado coletivo do Povo Tapeba em Cascail, também utilizada como bebida energética para combater a fadiga provocada pelo cansaço corporal.

Ministrante: Margarida Tapeba (Educatora e herdeira de uma linhagem de Pajés sendo uma referência cultural do seu Povo).

### 19h | APRESENTAÇÃO CULTURAL - REZO TREMEMBÊ

Local: Tenda Feito a Mão

Brincadeira da Tradição do Povo Tremembê vivenciada nas aldeias de São José e Buriú no Município de Itapipoca, folguedo caracterizado por seus trajes de palha de bananaeã, cantam e dançam nas Festa do Muriú e do Batiputã no mês de janeiro de cada ano.



### 19h | RODA DE CONVERSA - GUIANDO-SE PELAS MARÉS, ASTROS, VENTOS E LUZES DO CONTINENTE

Local: Tenda Sabores, Saberes e Saúde

Antes do advento do GPS, dos rádios de comunicação, os homens do mar através da observação e experiência desenvolveram formas de localização, estabelecendo pontos de referência, calculando distâncias e reconhecendo as correntes marítimas. Esses saberes atemporais presentes entre os mestres propiciaram o desenvolvimento das colonizações e até hoje são eficazes na navegação artesanal.

#### PALESTRANTES

**Aldenor Miranda e José Miranda dos Santos**  
(Representantes do Coco e Jangadeiros do Praia do Pecém)

**Victor Alves de Alencar**

(Membro da Comissão Organizadora da Olimpíada Brasileira de Astronomia e Treinador da Equipe Brasileira na Olimpíada Internacional de Astronomia)

### 19h | CONVERSAS PARELOS - MOACIR CAMPOS LOPES, EXÍMIO NARRADOR DOS MARES

Local: Salão de eventos

A água sempre esteve presente na escritura do cearense de Quindá, Moacir C. Lopes. Talvez por sua origem do sertão. Ainda menino teve que fugir da seca de 1932. A água para o sertanejo é um bem precioso! Ao ver o mar pela primeira vez, o conterrâneo de Rachel de Queiroz, sentiu-se atraído por ele. Ainda adolescente entrou para Marinha de Guerra, segundo um "chamado do Mar". E como marinheiro viajou a vários lugares, conheceu todo o Brasil e várias ilhas e países. Dessas experiências brotaram seus romances. Este contêiner de Alencar apreendeu como ninguém a vida de mundo marítimo e a despejo em suas narrativas. O mar é quase sempre o ambiente em que se agitam as suas personagens. Um certo mar que vaza de dentro das mulheres e faz os homens permanentes naufragos. Essa liberdade e esse infinito do mar, mas também o seu tumulto e o seu tormento é o que encontraremos na escritura do cearense que saiu da sua terra, mas nunca a esqueceu.

Ministrante: Susana Frutuoso - Mestre em Letras/Literatura - UFC

### 20h | DOCUMENTÁRIO: GUAJIRU O FILME

Local: Auditório

#### Guajiru

O filme é um longa metragem filmado em outubro de 2012 na Vila de Guajiru, Município de Trairi, Ceará. Em 75 minutos, o documentário procura cruzar várias dimensões: a história de vida de alguns de seus moradores, a história do surgimento da Vila de Guajiru, a interpretação do sentido de pertencimento à comunidade de pescadores, o entretenimento das novas gerações, as tradições locais: a pesca do camarupim e o festival em comemoração à atividade pesqueira.

Direção: Alexandre Werneck - Assistente de direção: Raissa Senna - Fotografia: Rick Melo - Montagem: Raissa Senna e Daniel Ferreira.

### 21h | PRÁTICAS DE ALIMENTAÇÃO

Local: Tenda Sabores, Saberes e Saúde

Degustação de tradicional Muqueca de Caranquejes. Práticas alimentares vivenciadas pelos mais antigos moradores de Bitupitã, são revisitadas a partir das memórias das marisqueiras tradicionais da Praia de Bitupitã - Barroquinha.



POVOS DO MAR 35

### 20h | APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA

Local: Tenda Feito a mão

#### Banda A Base

Formada em 2004, a Banda Base constrói suas musicalidades no ritmo do Reggae. Suas composições traduzem as vivências e lutas dos Pescadores Artesanais do litoral cearense. Liderada por jovens que difundem sua arte no mundo com o olhar voltado para as Culturas Litorâneas e tem a frente Cleiston Paes, Tyo Maresya, Océlio Cruz, Sidivânio Honório e Domingos. Praia de Redonda - Icapuí

## 23.08.13 | SEX

### 9h | APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA - TAMBORES DO MANGUEZAL

Local: Saída em frente da recepção da Colônia Ecológica Secs Iparana

Cortejo de rua em memória às lutas sociais em defesa dos manguezais e da Zona Costeira do Ceará. O Movimento surgiu da campanha nacional Pnanguetazadiferença, realizado pela SOS Mata Atlântica em parceria com a AQUASIS. No Encontro Sex: Povos do Mar I e II o encontro de batucadeiras e brincantes enriquece este evento. Traga seu tambor, vaimos brincar de ciranda, malabares e canções temáticas feitas por jovens de Iparana e Parque Leblon (Caucaia), integrantes do Projeto Brigada da Natureza.

### 9h | PRÁTICAS DE ALIMENTAÇÃO

Local: Tenda Sabores, Saberes e Saúde

Degustação de Mousse de Algas - A região costeira compreendida entre os estados do Ceará ao Rio de Janeiro abriga a flora de algas mais diversificada do país. No tocante à coleta de algas, os principais polos estão na costa entre o Ceará e a Paraíba, sendo no Ceará a Praia de Fieiras um dos núcleos produtores de algas, que apresentará a degustação do mousse de algas.

Ministrante: Regina Claudia (Artesã e culinária da comunidade do Guajiru - Trairi)

### 10h | RODA DE CONVERSA - MULHERES E MARES

Local: Salão de eventos

Socialização das vivências e memórias de mulheres que são representadas por sua sabedoria, força, garra, luta e determinação no cotidiano das comunidades litorâneas.

#### MINISTRANTES

**Maria Cabelão** (Maria José do Nascimento, nascida aos 16 de agosto de 1951. Quando adolescente começou a pescar, vivenciando os desafios do alto mar. Aprendeu a ser jangadeira, desde então é referência na Comunidade do Macuripe em Fortaleza)

**Salette Senna Veras** (Jangadeira na Praia de Guajiru - Trairi. Pesca em alto mar com o marido e filhos, sendo exemplo de coragem na comunidade e uma contadora de sua própria história vivida nas correntes marítimas e no balanço das ondas do mar)

**Raimunda Lúcia** (Mestra do Tesouro Vivo das Culturas do Ceará. Representa a Linguagem das Rendas de Bilros. É Rendeira, professora, artesã e coordenadora da Associação do Grupo das Produtoras Rurais de Artesanato de Timbalua no município do Trairi.)



**Cidneia Luzia da Silva** (Pescadora da comunidade de Redonda, em Icapuí. Pescadora, roteirista e diretora do vídeo documentário "Uma Pescadora rana no litoral do Ceará")



**Klevia Cardoso** (Brincante da tradicional Coco Raizes do Iguape, é articuladora comunitária e mobilizadora da brincadeira entre os Mestres na Comunidade de Iguape)



**Cacique Pegena** (Liderança do Povo Iriripapo Karindê da Lagoa da Encantada - Município de Aquidauã. É a primeira Mulher a assumir a função de Cacique no Brasil, é Raizeira e conhecedora profunda dos histórias e lendas que constroem o imaginário das Cabeludas da Lagoa da Encantada.)

### 11h | ENCERRAMENTO

Local: Tenda Feito a Mão

**Círculo de Cultura Suaquamussará: "o grande tempo vai acabar, mas tudo permanecerá" ou "terminou agora mas não acabou ainda".**

Dança circular representando a Rede Sócio-cultural do Encontro Sex: Povos do Mar conduzida pelos Mestres da Cultura - Cacique João Venança e Pajé Luis Caboco do Povo Tremembê.

36 POVOS DO MAR

POVOS DO MAR 37



# PROJETO SESC TECER - TER E SER

Projeto educativo e de salvaguarda cultural desenvolvido pelo Sesc nas comunidades rendeiras do Trairi.

A Renda de Bilros tem sua origem no bombardeio. Surge em Portugal entre os séculos XVI e XVII. No Brasil, essa arte é bastante difundida no litoral nordestino, sendo este ofício geralmente associado às comunidades pesqueiras conforme o ditado Português: onde há rede há renda.

Através do Encontro Sesc Povos do Mar está sendo desenvolvida uma ação de salvaguarda cultural dessa prática nas três associações de rendeiras da região do Trairi: Timbalá, Canai e Mundau.

O projeto consiste em oficinas realizadas através de dois encontros semanais durante o período de 10 meses, sendo 20 participantes selecionados por núcleo. Essa ação educativa permeia dois universos afins - o palpável e o invisível - orbitando nas necessidades materiais de geração e complementação de renda, ao mesmo tempo em que, cuida dos aspectos sensíveis que determinam, muitas vezes, as relações em grupo e de auto-estima pessoal.

A arte da Renda de Bilros possui diversas especificidades, sendo sua técnica aprendida em longos meses e labutas. Sua atividade está relacionada à atenção e precisão, ao silêncio e imaginação. Por vezes a característica desta atividade está associada ao refinamento e a solidão. Portanto a metodologia pensada para o desenvolvimento do Projeto valoriza a acolhida, o momento da socialização da renda, o tempo para os lanches.

Outra dimensão significativa do projeto é contribuir com a comercialização dos produtos desenvolvidos, uma vez que, o gargalo desta atividade está no seu processo de venda. Para tanto a Colônia Ecológica Sesc Igarana disponibilizará o espaço do Quiosque social Sesc para comercialização direta e consignada dos produtos desenvolvidos nas oficinas sendo a renda revertida de forma integral para os artesãos, uma vez que, essa unidade do Sesc hospeda turistas de todo Brasil.

**DEPOIMENTO**

*A História da Renda no Trairi é tão antiga e antecede a emancipação do município, atualmente, focamos nossa ação na organização de grupos formais e informais para maximizar esforços, potencializar serviços integrando as rendeiras e as comunidades. Visamos a capacitação para o desenvolvimento do auto-estima, melhoria do padrão produtivo, a preservação das estéticas antigas e introdução de novos designs. Muito falta a fazer, pois queremos acompanhar as tendências do mercado sem perder as características culturais e artesanais. O Projeto Sesc Tecer é a continuidade deste sonho coletivo.*


Regina Barbosa – Servidora Municipal do Trairi e articuladora comunitária do Projeto Tecer.




## III ENCONTRO SESC

# POVOS DO MAR

SOCIALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E SABERES  
DAS COMUNIDADES LITORÂNEAS





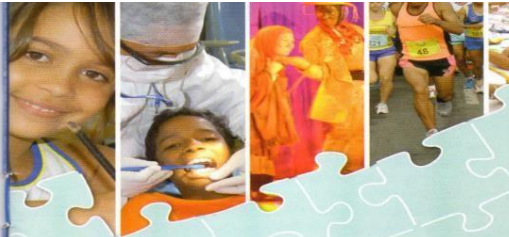
**O que é o Sesc?**

O Serviço Social do Comércio – Sesc – é uma instituição de caráter privado e sem fins lucrativos, mantida por empresários do comércio de bens, serviços e turismo.

Atualmente, possui três unidades em Fortaleza (Unidades Centro, Fortaleza e Rio Mar) e quatro no interior do Estado (Crato, Juazeiro do Norte, Iguatu e Sobral). O Sesc Ceará dispõe, ainda na capital, de um espaço dedicado à cultura – Sesc Senac Iracema. Em Juazeiro do Norte, o destaque é o teatro Sesc Patativa do Assaré e em Caucaia, o Sesc Iparana – Colônia Ecológica, oferece hospedagem, opções de lazer e ações de proteção ao meio ambiente. Também no interior, a instituição conta com os Centros Educacionais do Programa Sesc Ler: Aracati, Quixeramobim, São Gonçalo do Amarante, Ibiapina, Crateús e Itapipoca.

As ações são realizadas em cinco grandes Programas:

- Educação • Saúde • Cultura • Lazer • Assistência




*ITINERÁRIAS*


EDUCAÇÃO | SAÚDE | CULTURA | LAZER | ASSISTÊNCIA

## NOSSA RAZÃO É O SOCIAL


O ser humano é o foco principal do Serviço Social do Comércio. Há mais de 60 anos, é pelo bem-estar dos brasileiros que o Sesc atua, sem distinção de idade, classe social ou escolaridade. Para tanto, são oferecidos diversos serviços em Educação, Saúde, Cultura, Lazer e Assistência. Assim o Sesc se faz referência em todo o Brasil no atendimento aos comerciários e dependentes. No Ceará, 97% da população é beneficiada com as ações e projetos do Sesc, em 179 municípios.




**Você conhece o Sistema Fecomércio?**



A Federação do Comércio do Estado do Ceará – Fecomércio, fundada em 1948, é constituída por mais de 30 sindicatos comerciais e representa empresas nas áreas do comércio de atacado e varejo, serviços e turismo em todo o Estado do Ceará.



Desde 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac – é a maior instituição de educação profissional do Brasil no setor do comércio. Aberta a toda a sociedade, oferece cursos que vão desde a Formação Inicial até a Educação Superior.



Criado em 1998, o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento do Comércio – IPDC – realiza ações na área de pesquisa e desenvolvimento como forma de apoiar o processo decisório das instituições e empresas do comércio do Estado do Ceará.

**Entidade mantida pelos empresários do comércio.**



### SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO

**ADMINISTRAÇÃO REGIONAL**  
Av. Duque de Caxias, 1701  
Fortaleza - CE - Tel. (85) 3452 9000

| FORTALEZA  | INTERIOR   |
|--|--|
| <b>Unidade Fortaleza</b><br>Rua Cláudio de Queiroz, 1740<br>Tel. (85) 275.5230   | <b>Unidade Iparana</b><br>Praça de Iparana, s/n - Caucaia<br>Tel. (85) 3318 4949       |
| <b>Unidade Centro</b><br>Rua 24 de Maio, 692 - Centro<br>Tel. (85) 3455 2103   | <b>Unidade Crato</b><br>Rua André Carteiro, 443<br>Tel. (88) 3323 4444                 |
| <b>Educar SESC</b><br>Rua José Jatahy, 813<br>Tel. (85) 3206 6250  | <b>Unidade Iguatu</b><br>Rua Treze de Maio, 1130<br>Tel. (88) 3581 1130                |
| <b>SESC Senac Iracema</b><br>Rua Boris, 90 - Praia de Iracema<br>Tel. (85) 3252.2215   | <b>Unidade Juazeiro do Norte</b><br>Rua da Matriz, 227<br>Tel. (88) 3512 3355          |
| <b>Teatro SESC Emiliano Queiroz</b><br>Av. Duque de Caxias, 1701 - Centro<br>Tel. (85) 3464.9347                                   | <b>Unidade Sobral</b><br>Praça Dep. Fco. Monte, 902<br>Tel. (88) 3611 0954             |
| <b>Restaurante Sesc - Rio Mar</b><br>Rua Des. Lázaro Nogueira N.º 1500, Papicu<br>Sala A18, Piso L3<br>Tel.: 3265.1149 – 3234.2472 | <b>SAC 0800-275.5250</b><br><b>(85) 3462.6350</b>                                      |
| <b>Sesc Ler</b>  |  |
| <b>Centro Educacional de Aracati</b><br>BR 304, Km 44 s/n<br>Tel. (88) 3421 1274   | <b>Centro Educacional de Crato</b><br>Rua Padre Cícero, n.º 200<br>Tel. (88) 3691 8000 |
| <b>Centro Educacional de São Gonçalo do Amarante</b><br>Rua Filomena Martins, s/n<br>Tel. (85) 3315 4462                           | <b>Centro Educacional de Ibiapina</b><br>Rua Álvaro Soares, s/n<br>Tel. (88) 3653 1990 |
| <b>Centro Educacional de Quixeramobim</b><br>Rua 14 de agosto, s/n<br>Tel. (88) 3441 1402  |  |

**mais informações**  
ACESSE O SITE  
[WWW.SESC-CE.COM](http://WWW.SESC-CE.COM)

Comerciário, adquira sua carteira do Sesc e tenha acesso a descontos em todas as atividades!  
\*A programação e os valores estão sujeitos a alterações.



## APRESENTAÇÃO

O V Encontro Sesc Povos do Mar, socialização das práticas e saberes das comunidades litorâneas, acontecerá de 18 a 22 de agosto na Colônia Ecológica Sesc Iparana reunindo representantes de 120 comunidades, distribuídas em 21 municípios cearenses situados na região costeira.

Pescadores, marisqueiras, artesãos, povos indígenas e quilombolas, por meio de rodas de conversas, trilhas, oficinas, vivências, apresentações artísticas tradicionais e da Feira de artesanato e de produtos naturais, vão compartilhar suas experiências e memórias, em uma programação decindo dias de intensa imersão nas identidades cearenses.

Um dos objetivos centrais do encontro é promover visibilidades às práticas e saberes de grupos sociais e pessoas, mantenedores de tradições e experiências que possam ser replicáveis, fundamento ou inspiração para novos processos criativos. Sendo a vivência um meio e ambiente para gestação de novas comunicabilidades, estimulando diálogos enquanto instrumentos para a extensão das sensibilidades, propagação de novas atitudes e acesso a boas informações na sociedade.

O Encontro é organizado por meio de quatro eixos temáticos transversais: o eixo **Feito à Mão** que congrega artesãos e as artesanias, os ofícios, labores e técnicas, desenvolvidas através de diversas práticas e experiências pelas comunidades litorâneas. Conta com o espaço da Feira de economia criativa "Onde há rede, há renda", para a comercialização e troca dos produtos e artesanatos confeccionados pelas comunidades costeiras.

O eixo **Sabores, Saberes e Saúde**, que promove a socialização das práticas alimentares e de medicina tradicional dos Povos do Mar. As comunidades apresentam receitas de comidas típicas e seus contextos alimentares na atividade "É de Comer Rezando", quando as práticas alimentares das comunidades e suas representações culturais são socializadas com o público presente.

Já o eixo **Meio Ambiente e Sustentabilidade** traz experiências de ONGs, associações e das próprias comunidades sobre a questão da preservação ambiental. Inclui a **Fragata Viva o Manguê Vivo**, no Rio Ceará, onde atualmente é realizado o Projeto SESC "Conversas Flutuantes". Já nas "Conversas ParaElos", escambo de experiências, relatos de vida e contação de histórias. O Eixo inclui ainda a discussão acerca do Turismo Cultural de Bases Comunitárias, como uma experiência

Povos do Mar 2015

sustentável de empoderamento das comunidades em seus territórios de origem.

O eixo **Cantos Danças e Brincadeiras** reúne expressões artísticas e comunitárias que elaboram suas criações nas linguagens tradicionais desenvolvidas pelos Povos do Mar. Congrega e fomenta as brincadeiras e as culturas de tradição oral por meio de programações específicas: O **Encontro dos Cocos Tá Formando Cardume** iniciado em 2006, com um trabalho de registro e difusão das brincadeiras de coco no litoral, agregando os Cocos do Iguape e do Pecém, que brincaram juntos pela primeira vez. Em 2010 é realizado o primeiro Encontro de Cocos no litoral cearense, na Colônia Ecológica SESC Iparana, reunindo quatro grupos. A partir de 2011, o Encontro dos Cocos é incorporado como parte da programação do Encontro Sesc Povos do Mar. Em 2012, é lançado o documentário "Cocos de Beira-Mar", que mapeou nove grupos de Coco no litoral cearense. Hoje, com o Coco da Rama na Paraipaba, totalizam dez cocos de praia em plena atividade em dez municípios litorâneos, destes oito revitalizados por meio do Encontro.

O **Circuito Castelos e Bois de Areia** promovem a difusão e intercâmbio com 46 grupos artísticos que juntos reúnem mais de mil brincantes dos Reisados, Pastoris, Caninhas Verdes e Bois com suas Catirinas, Pais João, Donanas e Cazuzas, vaqueiros e mascarados, papangus e Bonecos de Judas, com seus mistérios e trejeitos, poemas e cantorias, presepeadas e folias.

Toda essa celebração deságua no **Festival Mamulengos, Calungas e Cassimiros**, circuito voltado a reativação, intercâmbio, desenvolvimento e difusão do Teatro Tradicional de Bonecos no litoral cearense.

Dentro dessa ação cultural desenvolveu-se um mapeamento das manifestações culturais nativas no litoral, reunindo quatro povos indígenas cearenses: os Tremembé, os Tapebas, os Jenipapo-Kanindé e os Anacé. Hoje essa ação desdobrou-se no Encontro Sesc Herança Nativa que compreende mais dez povos indígenas nas serras e nos sertões além dos litorâneos. Encontro que neste ano precede o V Encontro Sesc Povos do Mar, estimulando os rituais, o toré e o torém, a cosmologia e ancestralidade dos povos nativos.

A ideia é promover o encontro, a convivência entre os próximos e os distantes, na perspectiva do associativismo, da reciprocidade, da construção de novas redes de solidariedade e conagração através de atividades socioeducativas e metodologias colaborativas que reforcem as diversidades culturais e a pluralidade dos modos de conhecimento.

Povos do Mar 2015

O Encontro Sesc Povos do Mar contribui com a ampliação do repertório cultural da sociedade através da experiência com diferentes formas de ser e estar no mundo, proporcionando reconhecimentos, novos olhares e interpretações acerca das diversidades e das particularidades culturais que cada comunidade apresenta e incessantemente produz.

Nessa caminhada de cinco anos já foram realizadas 150 apresentações artísticas, 209 oficinas criativas, 138 vivências (socialização de práticas alimentares, trilhas, exposições e atividades de novo tipo), 53 Rodas de Conversa e 46 debates na Fragata Viva Manguê Vivo que reúne os barqueiros da Barra do Rio Ceará e os jangadeiros da Vila do Mar. Atividade que originou o Projeto Sesc Conversas Flutuantes, hoje referência na cidade por articular temáticas abrangendo história, cultura e educação socioambiental, através de uma atividade educativa ecoturística de novo tipo, que propicia o exercício de novas formas de lazer e aproveitamento do tempo livre.

Cinco anos de construção coletiva, onde os técnicos da Ação Comunitária e as equipes dos Programas Assistência, Cultura, Educação, Saúde e Lazer, em conjunto com lideranças das comunidades formatam atividades, pensam em alternativas, discutem os contextos, criam agendas comuns. Assim, na programação do encontro, surgiram as **Naus Catarinetas**, núcleo que reúne exposições, instalações, trilhas e vivências, aglutinando múltiplas atividades educativas diferenciadas.

Dessa interação foi organizada a Rede Social Sesc Povos do Mar, uma rede aberta, onde as parcerias se efetivam na mesma proporção das afetividades.

O encontro segue uma metodologia que reforça o vínculo: todos os anos são os mesmos mestres, grupos e famílias que se reúnem e realizam as atividades. Essa metodologia garante a inovação, mesmo na realização das mesmas temáticas, proporcionando a releitura de práticas, pois as comunidades possuem um significativo manancial de culturas que muitas vezes são vistas como saberes que podem ser difundidos e replicados. Os participantes do encontro acabam por constituir conexões e a partir daí organizam visitas e passeios que integram territórios, efetivam compadrios e fortalecem identidades locais.

Celebrando esse processo, o Sesc lança o Almanaque Fotobiográfico Sesc Povos do Mar, registro dos panoramas, cotidianos, brincadeiras, depoimentos e trabalhos sociais diversos, espalhados nos 573 km do litoral cearense.

Nas socializações das comidas típicas, nas trilhas e alpendres, nas conversas ocasionais, o Sesc organiza espaços

Povos do Mar 2015

de convivência para além da programação oficial do Encontro. Neles são aprofundadas as identificações entre grupos e indivíduos, construindo laços comunitários que resultam em novos encontros, ambiente que só é possível porque o Sesc hospeda em torno de 300 representantes das comunidades costeiras a cada encontro.

Esse ano, terá como inovação na programação o **Trenzinho Educativo** percorrendo a orla marítima de Fortaleza na ação **Do Manguê do Rio Ceará ao Manguê do Rio Cocó** em uma grande aula de campo móvel, além da **Corrida de Canoas no Rio Ceará** encerrando o encontro no dia em que as culturas populares são celebradas nacionalmente.

O Encontro é aberto a visitação de 8h até 22h, os interessados em participar das atividades educativas com direito a certificado devem fazer sua inscrição no site do Sesc Ceará onde são oferecidos pacotes de turismo social. Os interessados podem optar pela inscrição com ou sem hospedagem e alimentação.

O Sesc convidada sociedade para essa vivência, um mergulho nas identidades cearenses. Tragam suas famílias. O Sesc e os Povos do Mar esperam por vocês.

### GEORREFERENCIAMENTO DOS MUNICÍPIOS E COMUNIDADES LITORÂNEAS

1. Icapuí – Ponta Grossa, Barreira, Aratu, Barrinha, Olho D'água, Redonda, Requenguela, Caiçara, Tremembé, Quitérias, Ibicuitaba, Berimbau, Melancias
2. Aracati – Canoa Quebrada, Estevão, Quixaba, Majoriândia, Cumbe
3. Fortim - Pontal do Maceió
4. Beberibe – Prainha do Canto Verde, Parajuru, Morro Branco, Caetanos, Lagoa funda, Praia das Fontes
5. Cascavel – Moita Redonda, Praia da Caponga, Praia do Balbino, Comunidade da Bica, Barra Nova
6. Aquiraz – Prainha, Iguape, Batoque, Lagoa da Encantada, Tapera, Preaoca
7. Fortaleza – Sabiaguaba, Morro de Santa Terezinha, Praia do Futuro, Serviluz, Titanzinho, Praia de Iracema, Pirambú, Goiabeiras, Barra do Ceará
8. Caucaia – Barra Nova, Serra da Rajada, Serra da Conceição, Porteiros, Boqueirão das Araras, Serra do Juá, Icarai, Tabuba, Cumbuco, Beija Bode, Guajiru, Jardim Icarai, Guaé, Iparana, Pacheco, Parque Leblon, Matões, Praia do Boi Choco, Quilombo do Capuan, Cercadão, Comunidade da Ponte Tapeba, Comunidade Tapeba do Trilho, Comunidade Tapeba do Capuan, Comunidade Anacé de Matões

Povos do Mar 2015

9. São Gonçalo do Amarante- Pecém, Siupé, Taiba, Colônia, Lagoa Nova, Espinhos, Japuaça, Bolsos  
 10. Paracuru –Praia do Paracuru, Bairro Coreia, Volta Redonda, Barra do Coreau.  
 11. Paraipaba – Comunidade da Rama, Lagoinha, Comunidade do Campo  
 12. Trairi – Canaã, Timbaúba, Mundaú, Flexeiras, Alagadiço, Guajiru e Emboaca.  
 13. Itapipoca – Praia da Baleia, São José e Buriti  
 14. Amontada – Caetanos de Cima e Moitas  
 15. Itarema – Almofala, Ilha do Guajiru, Mulheres de Areia, Torrões, Córrego, Praia da Tijuca, Varjota, Queimadas, Telhas, São José, Porto dos Barcos  
 16. Acaraú – Curral Velho, Cauassu, Aranaú  
 17. Cruz -Praia do Preá  
 18. Jijoca de Jericoacoara – Jericoacoara  
 19. Camocim – Praia do Maceió, Tatajuba, Vila Nova, Farol do Trapirá  
 20. Barroquinha – Praia de Bitupitá  
 21. Chaval – Porto do Mosquito

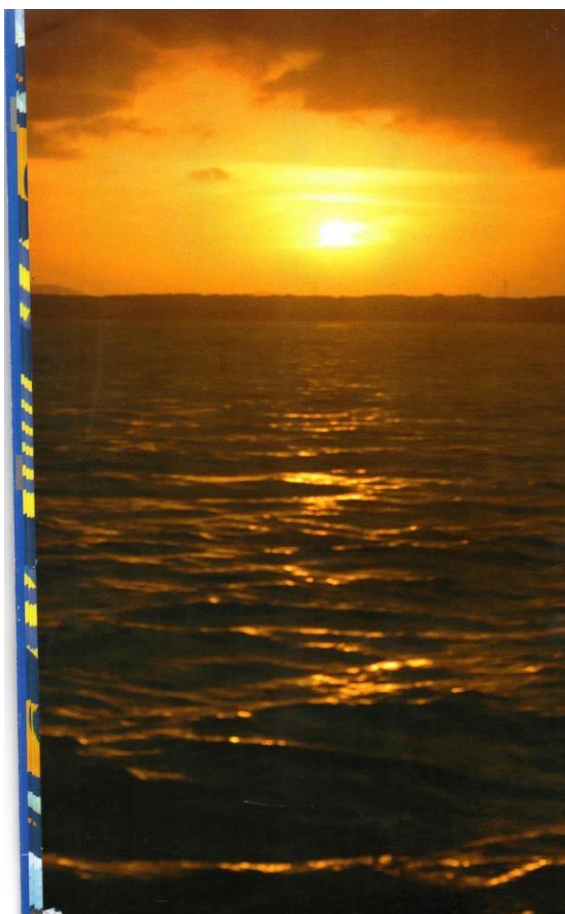
**Naus Catarinetas – Conjunto de Exposições, Itinerâncias, Instalações, Vivências, Socialização de Práticas Alimentares – É de comer rezando ...Atividades sociais de novo tipo gratuitas e que acontecem todos os dias do Encontro:**

- **Casa das Tapiocas e do Café na Quenga de Coco** - Tapioqueiras da comunidade do Guajiru, Trairi/CE. 1
- **Espaço de Massoterapia** – Fortaleza/CE 2
- **Espaço Território da Renda** com as rendeiras de Timbaúba, Canaã e Mundaú, Trairi/CE 3
- **Exposição do Projeto Sesc Horto Medicinal**  
Exposição de Rede Social composta por Mestres Raizeiros de Caucaia/CE 4
- **Exposição Carritilhando**  
Pranchas do Projeto Surf na Escola - Marcos Farney – Caponga, Cascavel/CE. 5
- **Miragens, alumiações e alubramentos**  
Alexandre Fernandes – Vivências e observações com telescópios durante todas as noites do encontro. Fortaleza/CE 6

Povos do Mar 2015

- **Pintura Corporal Tapeba à base de tintura de jenipapo** - Margarida Tapeba, Capuan, Caucaia/CE 7
- **Vivência de reciclagem com arte em Garrafas PET**  
Rosângela Dias Chaves Teixeira Gomes – Artesã da nativa do Guajiru, Trairi/CE 8
- **Exposição: Barcos em Miniaturas**  
Engenharia Náutica Tradicional - Francisco Costa Maximiano e Damásio Rocha Carvalho – Bitupitá, Barroquinha/CE 9
- **Exposição: Papel Vegetal com Aplicação de Algas Marinhas** - Socorro Eriânia - Lana Guerra – Iparana, Caucaia/CE 10
- **Vivência Caiaques no Lago do Sesc Iparana (Atividade de Lazer Náutico)**  
José Mozart de Albuquerque de Araújo Júnior – Paracuru/CE 11
- **Camurupim Assado na Brasa**  
Mestre Luisinho – Comunidade do Guajiru, Trairi/CE 12
- **Exposição do Ecomuseu Natural do Mangue**  
Comunidade da Sabiaguaba, Fortaleza/CE 13
- **Espaço Jogo da “Confragação”**  
Espaço de socialização do Jogo tradicional praticado pelos pescadores do Pecém também chamado de Franoga – Pecém, São Gonçalo do Amarante/CE – Eixo Feito a Mão. 14
- **Sala de Ciências Sesc**  
Desenvolve a ciência de forma lúdica e interativa, promovendo uma troca de saberes científicos, trabalhando desde a cidadania até a educação ambiental, de forma a consolidar a comunidade par o desenvolvimento sustentável, pautado nas ações do cotidiano. 15
- **Exposições da AQUASIS**  
Associação de Pesquisa e Preservação do Ecossistema Aquáticos. 16
- **Exposição com Lustres Fetos de Escama de Camurupim**  
Arte Canção, Flexeiras, Trairi/CE 17

Povos do Mar 2015



## PROGRAMAÇÃO

**1º DIA | 18/08/2015 (TER)**

18h | Abertura solene do V ENCONTRO SESC POVOS DO MAR com o lançamento do “Almanaque Fotobiográfico Sesc Povos do Mar”

19h30 | Apresentação da Orquestra de Barro - Grupo Uirapuru - Comunidade da Moita Redonda, Cascavel/CE

20h | Socialização de práticas alimentares - Camurupim na Brasa e Basquetada - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

20h30 | Apresentação do cantor e compositor Eudes Fraga - Eixo Cantos, Danças e Brincadeiras.

**2º DIA | 19/08/2015 (QUA)**

**TRILHA – EIXO SABORES, SABERES E SAÚDE**  
**6h30 | Trilha Ecológica Sesc Iparana**  
 Caminhando com os Encantados – Pajé Luís Caboco (Povo Tremembé) – Varjota, Itarema/CE

**PRÁTICAS SAÚDE E LAZER – EIXO SABORES, SABERES E SAÚDE**  
**8h | Palco Principal**  
 Projeto Sesc Amanhecer Saudável

**ITINERÂNCIAS – EIXO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**  
**8h | Saída: Sesc Iparana**  
 Do Mangue do Rio Ceará ao Mangue do Rio Cocó - Rust de Castro Sá Barreto (Educador) – Ecomuseu do Mangue – Sabiaguaba, Fortaleza/CE

**VIVÊNCIA - MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**  
**8h – 10h | Lago Sesc Iparana**  
 Caiaques no Lago do Sesc Iparana (Atividade de Lazer Náutico) - José Mozart de Albuquerque de Araújo Júnior – Paracuru/CE

“Stand up” no Lago do Sesc Iparana (Atividade de Lazer Náutico) - Marcos Farney – Caponga, Cascavel/CE

Povos do Mar 2015

#### OFICINAS CRIATIVAS

##### 8h -10h | TENDA: FEITO A MÃO

• Caixotes de Coco - Rubens da Silva Freires – Estevão, Canaueira, Aracati/CE – Eixo Feito a Mão

• Vivência Fazendo Óleo do Coco - João Batista Pereira – Iparana, Caucaia/CE Eixo –Sabores, Saberes e Saúde

• Areias Coloridas da Marjorlândia - Nilberto de Freitas Silva Marjorlândia, Aracati/CE - Eixo Feito a Mão

• Compartilhando as Belezas Naturais de Icapuí – Elandro de Freitas – Ponta Grossa, Icapuí/CE – Eixo Meio Ambiente e Sustentabilidade

• Fuxico - Mestra do Coco Tereza Ribeiro da Silva - Caetano de Cima, Amontada/CE - Eixo feito a Mão

#### RODA DE CONVERSA: HOMENS E MARES

##### 9h | Salão de Eventos 1

• Carlos Dias dos Santos (Carlinhos) - Praia do Preá, Cruz/CE

• Mestre Antônio Eduardo Andrade Maia (Mestre Toinho) - Marjorlândia, Aracati/CE

• Jonas Ferreira Veras (Presidente da Colônia) - Bitupitá, Barroquinha/CE

• Mestre Francisco de Assis Honorato da Rocha - Comunidade dos Estevão, Canoa-Quebrada, Aracati/CE

• Mestre Moisés Cardoso dos Santos – Alagadiço, Trairi/CE  
Francisco Inácio dos Santo (Poeta Inácio) – Camocim/CE

#### FESTIVAL MAMULENGOS, CALUNGAS E CASSIMIROS

##### Tenda: Cantos, Danças e Brincadeiras

##### 8h30 | Teatro de Bonecos

Gilberto Ferreira de Araújo (Mestre Gilberto Calungueiro) – Ibicuitaba, Icapuí/CE - Eixo Cantos danças e Brincadeiras.

##### 9h30 | Teatro de Bonecos

Marcos Antônio Silva de Araújo (Mestre Marquinhos Calungueiro) – Berimbau, Icapuí/CE - Eixo Cantos danças e Brincadeiras

12

Povos do Mar 2015

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES – É DE COMER REZANDO...

##### 10h | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde

Cocada de Jô - Jovelina Felipe da Silva (Jô) – Praia de Quixaba, Aracati/CE – Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### OFICINAS CRIATIVAS

##### 10h - 12h | Tenda: Feito a Mão

• Remendos em Redes de Pesca e Caçoira - Josafar Ribeiro da Silva - Caetanos de Cima, Amontada/CE.

• Pó de Ostra - Francisca Serafim de Sousa (Matilde) – Moitas, Amontada/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

• Confragação - Mestre Assis do Pecém – São Gonçalo do Amarante/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

• Artesanato em conchas marinhas - Francisca Emília Sales Arcanjo - Camocim/CE – Eixo Feito a Mão.

• Modelar o Barro - Jonas da Silva - Moita redonda, Cascavel/CE - Eixo Feito a Mão.

• Chapéu de Palha - Maria da Glória Brito – Guapé, Caucaia/CE - Eixo Feito a Mão

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...

##### 14h | Área do Evento

Pão de Cristo (Fermento Natural) - Júlio Silveira – Iparana, Caucaia/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### OFICINAS CRIATIVAS

##### 14h - 16h | Tenda: Feito a Mão

• Caixotes de Coco Marjorlândia - José Antônio de Andrade (Baiano) – Marjorlândia, Aracati/CE - Eixo Cantos danças e Brincadeiras.

• Sabonete de Alecrim Pimenta - Raimundo Alves de Oliveira – Barra Nova, Caucaia/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

• Incensos de Almesca - Heraldo Alves – Lagoa da Encantada, Iguape, Aquiraz/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

• Tapioca Tradicional com Coco - Pedro Dias Neto (Netão) – Guajiru, Trairi/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

Povos do Mar 2015

13

• Dança de Coco Marjorlândia - Maria Auxiliadora de Castro - Marjorlândia, Aracati/CE - Eixo Cantos danças e Brincadeiras.

• Luminárias com Escamas de Camurupim- Maria Hercília Ponte da Cruz Santos – Camocim/CE - Eixo Feito a Mão

#### CONVERSAS PARA ELLOS: VIOLAÇÃO DE DIREITO NO LITORAL – EIXO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

##### 15h | Salão de Eventos 1

Francisco Valyres de Sousa - Caetanos de Cima, Amontada/CE

Maria Odete Carvalho Martins – Batoque, Aquiraz/CE

João Luís Joventino do Nascimento (João do Cumbe) – Cumbe, Aracati/CE

#### FESTIVAL MAMULENGOS, CALUNGAS E CASSIMIROS

##### Tenda: Cantos, Danças e Brincadeiras

15h | Grupo Ânima de Teatro de Bonecos - Fortaleza/CE - Eixo Cantos danças e Brincadeiras.

16h | As Calungas do Cumbe - Raimundo Gonzaga da Silva (Mestre Cheirim) - Cumbe, Aracati/CE – Eixo Cantos, Danças e Brincadeiras.

#### CIRCUITO CASTELOS E BOIS DE AREIA

##### 16h30 | Área do Evento

Arrasto de Papagus – Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE – Eixo Cantos, Danças e Brincadeiras.

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...

##### 16h | Tenda: SABORES, SABERES E SAÚDE

Sardinha em Conserva - Maria do Carmo Carneiro da Silva (Carminha) – Caponga, Cascavel/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### OFICINAS CRIATIVAS

##### 16h - 18h | Tenda: Feito a Mão

• Arte com Talos de Carnaúba - Mestre Luís Antônio Gonzaga da Silva- Cumbe/Aracati/CE - Eixo Feito a Mão

• Flores de Canuto - Mestre Francisco da Silva Queiroz - Cumbe/Aracati/CE - Eixo Feito a Mão

• Labirinto de Marjorlândia - Selma Regina Carneiro Maia – Marjorlândia, Aracati/CE - Eixo Feito a Mão

14

Povos do Mar 2015

• Rendas de Bilro do Litoral Leste - Noélio Cardoso Lima – Iguape, Aquiraz /CE - Eixo Feito a Mão

• Beiju - Egídio Dias de Moura (Tio Egídio) – Guajiru, Trairi/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É de Comer Rezando...

##### 16h30 | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde

Muqueca de Banana Quilombola - Maria Dalva de Sousa - Serra do Juá, Caucaia/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### NOITE QUILOMBOLA - CELEBRAÇÃO DAS ANCESTRALIDADES AFRICANAS – EIXO CANTOS, DANÇAS E BRINCADEIRAS.

##### Tenda: Cantos, Danças e Brincadeiras

17h | Maracatu Nação Caiçara - Maria Beatriz Guedes Martins – Iparana, Caucaia/CE

17h30 | Maculelê do Quilombo dos Caetanos do Capuan - Isabel Cristina Silva de Sousa – Caucaia/CE

18h | Teatro de Praia – Sarrita Barreto – Quitéria, Icapuí/CE

18h30 | Maracatu Vozes da África - Fortaleza/CE

19h30 | Afoxé Oxum Adolé – Fortaleza/CE

20h30 | Samba de Roda dos Quilombos - Caucaia/CE

21h | Show a Voz do Rio, Canta a Barra do Ceará apresenta Bernardo Neto – Barra do Ceará, Fortaleza/CE

21h30 | Banda A Base – Praia da Redonda, Icapuí/CE

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...

##### Tenda: Sabores, Saberes e Saúde

19h | Camurupim na Brasa - Plácido Luís de Sousa Santos (Luizinho) – GuaJuru, Trairi/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

Povos do Mar 2015

15

**CONVERSA PARELOS: GUIANDO-SE PELOS MARES, ASTROS E LUZES DO CONTINENTE - EIXO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

**19h30 | Salão De Eventos 1**

Aldenor Miranda dos Santos - Pecém, São Gonçalo do Amarante/CE  
José Miranda dos Santos - Pecém, São Gonçalo do Amarante/CE  
Victor Alves de Alencar (Astrônomo) - Fortaleza/CE

**SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...**

**20h | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde**

Peixe Assado na Quenga do Coco - Mestre Tíbaia - Taiba, São Gonçalo do Amarante/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

**SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...**

**20h30 | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde**

Bobo de Camarão - Rosa Maria Araújo de Oliveira (Rosinha Bolo) - Camocim/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

**3º DIA | 20/08/2015 (QUI)**

**PRÁTICAS SAÚDE E LAZER - EIXO SABORES, SABERES E SAÚDE**

**8h | Palco Principal**

Projeto Sesc Amanhecer Saudável

**FRAGATA: PROJETO SESC CONVERSAS FLUTUANTES - EIXO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

**8h | Barra do Rio Ceará**

**Mediadores:**

• Barco Albertu's - A Memória do Marco Zero de Fortaleza - Adauto Leitão de Araújo Júnior - Movimento do Marco Zero - Barra do Ceará, Fortaleza/CE

• Barco Cristina - Percepções sobre o Movimento Indígena - Everton Martins Damasceno - Aldeota, Fortaleza/CE - no Litoral Cearense

• Barco Boêmio - Memória dos Povos Indígenas Cearenses - Florêncio Braga de Sales - Missão Tremembé - Fortaleza/CE

16

Povos do Mar 2015

• Barco Planeta Vênus - Lixo Marinho e o Impacto nas Comunidades Tradicionais do Litoral Cearense - José Mozart de Albuquerque de Araújo Junior - Paracuru/CE

• Barco Iza II - O Projeto Surf na Escola, Novas Metodologias de Educação Ambiental - Marcos Farney - Caponga, Cascavel/CE

• Barco Marta II - Territórios de Proteção Ambiental do Ceará - Artur Bruno - Secretário de Meio Ambiente do Estado do Ceará

• Barco Leide Daine - Ecomuseu Comunitário, Memórias Plurais Rust de Castro Sá Barreto - Sabiaguaba, Fortaleza/CE

• Barco Bruna - Preservação do Ecossistema Manguezal - Adriano Pedro da Costa - Requenquela, Icapui/CE

• Barco Aline III - Contação de Histórias Tradicionais da Comunidade do Estevão - José Pereira dos Santos (Dudão) Estevão, /CE

• Barco 10 - Gestão e Memória do Território da Comunidade do Estevão e Canoa- Quebrada - Francisca Honorato dos Santos (Dona Fianga) Estevão, Aracati/CE

**Obs: É necessário fazer a inscrição na Unidade Sesc Iparana (gratuito);**

**ITINERÂNCIAS - EIXO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

**8h | Saída: Sesc Iparana**

Vida Viva no Manguê - Carmelita Maciel do Carmo e Francisca do Carmo da Silva - Iparana, Caucaia/CE

**OFICINAS CRIATIVAS**

**8h - 10h | Tenda: Feito a Mão**

• Caixotes de Coco - Moisés José da Costa (Mestre Mosar) Iguape, Aquiraz/CE - Eixo Cantos danças e Brincadeiras.

• Garrafas Empalhadas - Rita Aparecida Brito - Guapé, Caucaia/CE - Eixo Feito a Mão

• Areias colorida de Morro Branco - José Airton Lima da Silva (Potoca) - Morro Branco, Beberibe/CE - Eixo Feito a Mão -

Povos do Mar 2015

17

**CONVERSA PARA ELOS: QUILOMBOS DE CAUCAIA E AS ANCESTRALIDADES DE MATRIZ AFRICANA NA SALVAGUARDA DA CULTURA E DA MEMÓRIA - EIXO MEIO AMBIENTE SUSTENTABILIDADE**

**9h | Salão De Eventos 1**

Isabel Cristina Silva de Sousa - Caucaia/CE  
Claudia de Oliveira da Silva - Caucaia/CE

**FESTIVAL MAMULENGOS, CALUNGAS E CASSIMIROS**

**9h | Tenda: Cantos, Danças e Brincadeiras**

Mamulengos do Mestre Zuka Preto - João de Sousa Lima - São Gonçalo do Amarante/CE - Eixo Cantos, Danças e Brincadeiras.

**OFICINAS CRIATIVAS**

**10h - 12h | Tenda: Feito A Mão**

• Balas com Ervas Medicinais - Rosa Ferreira de Oliveira - Barra Nova, Caucaia/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

• Redes de Tucum - Nelsa da Silva Arcanjo - Camocim/CE Eixo Feito a Mão

• Artesanato em Búzio - Francisca Maria Gomes Pinheiro (Santinha) - Acaraú/CE - Eixo Feito a Mão

**VIVÊNCIA NAUS CATARINETAS - É DE COMER REZAND**

**10h | Saída: Sesc Iparana**

Compartilhando Histórias com Caldo de Peixe - Ana Suelli Lima Pinto - Caetanos de Cima, Amontada/CE - Eixo Sab Saberes e Saúde. - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

**SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...**

**10h30 | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde**

Cará-Picu e Saúna com Baião de Dois - Ana Patrícia de Carvalho Martins - Batoque, Aquiraz/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

**SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...**

**11h | Tenda: Sabores, Saberes E Saúde**

Ensopado de Sururu - Maria José Gomes - Acaraú/CE - Sabores, Saberes e Saúde.

18

Povos do Mar 2015

**OFICINAS CRIATIVAS**

**14h - 16h | Tenda: Feito a Mão**

• Cerâmica - Mestra Tarina e Maria Quirina da Silva - Moita Redonda, Cascavel/CE - Eixo Feito a Mão.

• Massas, Broas e Bulinhos - Raimundo Moreira de Oliveira (Edinho) - Iguape, Aquiraz/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde. - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

• Bordados Tradicionais do Guajiru - Maria das Graças de Sena Paiva Guajiru, Trairi/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

• Resex - Roberto Carlos Ribeiro - Praia do Canto Verde, Beberibe/CE - Eixo Meio Ambiente e Sustentabilidade

• Oficina Óleo de Angico e Mastruz - Valdelice Fernandes - Anacé - São Gonçalo do Amarante/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

**VIVÊNCIA NAUS CATARINETAS - EIXO MEIO AMBIENTE SUSTENTABILIDADE**

**15h - 17h | Lago Sesc Iparana**

Caiaques no Lago do Sesc Iparana (Atividade de Lazer Náutico) - José Mozart de Albuquerque de Araújo Júnior - Paracuru/CE

**VIVÊNCIA NAUS CATARINETAS - EIXO MEIO AMBIENTE SUSTENTABILIDADE**

**15h - 17h | Lago Sesc Iparana**

"Stand up" no Lago do Sesc Iparana (Atividade de Lazer Náutico) - Marcos Fábio Loreiro da Rocha - Caponga, Cascavel/CE

**RODA DE CONVERSA: MULHERES E MARÉS - EIXO MEIO AMBIENTE SUSTENTABILIDADE**

**15h | Salão de Eventos 1**

Salette Sena Veras - Guajiru, Trairi/CE  
Klévia Cardoso da Silva - Iguape, Aquiraz/CE  
Raimunda Lúcia - Timbaúba, Trairi/CE  
Sidneia Luzia da Silva - Redonda, Icapui/CE  
Regina Barbosa de Sousa - Trairi/CE



Povos do Mar 2015

19

#### OFICINAS CRIATIVAS

##### 16h - 18h | Tenda: Feito a Mão

- Oficina Mandatas do Povo Anacé - Ângela Maria Moraes - Matões, Caucaia/CE - Eixo Feito a Mão
- Bonecas de Pano da Comunidade de Caetano de Cima - Francisca Maria de Sousa - Caetanos de Cima, Amontada/CE - Eixo Cantos danças e Brincadeiras.

- Pertencimento Afro-Quilombola - Antônia Maria de Silva de Sousa - Caucaia/CE - Eixo Cantos danças e Brincadeiras.

- Criação e Manejo de Abelha de Jandaíra - Adriano Pedro da Costa - Requenguela, Icapuí/CE - Eixo Meio Ambiente e Sustentabilidade

- Oficina de Lameador de Carrapicho e Pepaçonha - Maria de Lourdes da Conceição Alves (Cacique Pequena) - Lagoa da Encantada, Iguape, Aquiraz/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...

##### 16h | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde

- Refogado de Ostra - Maria Ivone Araújo de Andrade - Chaval/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### CIRCUITO CASTELOS E BOIS DE AREIA - EIXO CANTOS, DANÇAS E BRINCADEIRAS

##### Tenda: Cantos, Danças e Brincadeiras

##### 17h | Orquestra da Caponga, Cascavel/CE

##### 17h30 | Dramistas de São Gonçalo do Amarante/CE - São Gonçalo do Amarante/CE

##### 18h | Reisado Nossa Senhora da Saúde - Varjota, Fortaleza/CE - Mestre Marcos

##### 18h30 | Reisado do T' Nato - Trairi/CE

##### 19h | Reisado Metamorfose do Sertão - São Gonçalo do Amarante/CE

##### 19h30 | Boi Lagoa Nova/Boi dos Espinhos - Mestre João Feliz - Lagoa Nova, São Gonçalo do Amarante/CE

20

Povos do Mar 2015

##### 20h | Dança do São Gonçalo do Povo Anacé - Matões, Caucaia/CE

##### 20h30 | Boi de São José e Buriti - São José e Buriti, Itapipoca/CE

##### 21h | Boi de Pontal de Maceió - Pontal de Maceió, Fortim/CE

##### 21h30 | Boi Juventude - Mestre Ciro - Fortaleza/CE

##### 22h | Boi Ceará - Mestre Zé Pio - Fortaleza/CE

##### 22h30 | Forró Danado de Bom e Morais do Arcoíon - São Gonçalo do Amarante /CE

##### 23h | Cortejo de Reis Boi Bordado - Mestra Maria Felipe - Praia da Quixaba, Aracati/CE

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...

##### 19h | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde

- Camurupim na Brasa - Plácido Luís de Sousa Santos (Luizinho) - Guajiru, Trairi/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...

##### 20h | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde

- Muqueca de Siri da Requenguela - Zenaide da Silva Santos - Requenguela, Icapuí/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...

##### 21h | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde

- Enspado de Lagosta - Maria Martins da Silva - Ponta Grossa, Icapuí/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### 4º DIA | 21/08/2015 (SEX)

#### PRÁTICAS DE SAÚDE E LAZER - EIXO SABORES, SABERES E SAÚDE

##### 8h | Palco Principal

Projeto Sesc Amanhecer Saudável

Povos do Mar 2015

#### ITINERÂNCIAS - EIXO SABORES, SABERES E SAÚDE

##### 6h30 | Trilha Ecológica Sesc Iparana

- Trilha com Cacique Pequena (Povo Jenipapo Kanindé) - Lagoa da Encantada, Iguape, Aquiraz/CE -

#### CIRCUITO CASTELOS E BOIS DE AREIA

##### 8h | Trilha Ecológica Sesc Iparana

- Orquestra de Barro - Grupo Uirapuru - Moita Redonda, Cascavel/CE - Eixo Cantos, Danças e Brincadeiras.

#### ITINERÂNCIAS - EIXO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

##### 8h | Saída: Sesc Iparana

- Do Mangue do Rio Ceará ao Mangue do Rio Cocó - Rust de Castro Sá Barreto (Educador) - Ecomuseu do Mangue - Sabiaguaba, Fortaleza/CE

#### VIVÊNCIA - NAUS CATARINETAS EIXO MEIO AMBIENTE SUSTENTABILIDADE

##### 8h - 10h | Lago Sesc Iparana

- Calaques no Lago do Sesc Iparana (Atividade de Lazer Náutico) - José Mozart de Albuquerque de Araújo Júnior - Paracuru/CE

"Stand up" no Lago do Sesc Iparana (Atividade de Lazer Náutico) - Marcos Fábio Loreiro da Rocha - Caponga, Cascavel/CE

#### CONVERSAS PARA ELAS: HISTÓRIAS DE PESCADOR - EIXO MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

##### 9h | Salão de Eventos 1

- Francisco Eridam dos Santos - Fleixeiros, Trairi/CE
- João Pereira da Santos (Sr. João Velho) - Requenguela, Icapuí/CE
- José Torres da Silva (Zé Tuda) - Bitupitá, Barroquinha/CE
- Mestre Hugo Pereira - Marjoriândia, Aracati/CE
- Mestre Miguel Ferreira Faustino - Praia do Balbino, Cascavel/CE

#### PALESTRA: CARRILHANDO - EIXO MEIO AMBIENTE SUSTENTABILIDADE

##### 9h | Salão de Eventos 2

- João Carlos Sobrinho (Fera) - Comunidade do Titãzinho, Serviluz, Fortaleza/CE
- Francisco José Barbosa (Mestre Escurinho) - Paracuru/CE
- José Luiz Figueiredo Barbosa - Paracuru/CE

22

Povos do Mar 2015

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...

##### 10h | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde

- Pizza com Algas - Aldeneide Maria da Silva - Barrinha, Icapuí/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...

##### 10h30 | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde

- Polvo ao Leite de Coco - Ana Maria André Alves - Praia da Baleia, Itapipoca/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### OFICINAS CRIATIVAS

##### 8h - 10h | Tenda: Feito A Mão

- Oficinas colchas de retalhos com aplicações de fibra natural de Coco - Sandra Ranússia - Serra do Olho D'Água Icapuí/CE - Eixo Feito a Mão

- Sabonete de Macroalgas - Leandra Sebastiana da Silva - Barrinha, Icapuí/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

- Dança do Coco do Iguape - Klévia Cardoso da Silva - Iguape, Aquiraz/CE - Eixo Cantos danças e Brincadeiras.

- Queima da Cerâmica - Mestre José Camilo - Moita Redonda, Cascavel/CE - Eixo Feito a Mão

#### FESTIVAL MAMULENGOS, CALUNGAS E CASSIMIROS

##### 9h | Tenda: Cantos, Danças e Brincadeiras

- Teatro de Bonecos - José Mauro Ferreira da Silva (Mestre Zé do Parajuru) - Parajuru, Beberibe/CE - Eixo Cantos, Danças e Brincadeiras.

#### OFICINAS CRIATIVAS

##### 10h - 12h | Tenda: Feito a Mão

- Introdução ao Surf - Mario Farney - Caponga, Cascavel/CE

- Textura artística sobre madeira - Elenildo Eduardo de Souza - Camocim/CE - Eixo Feito a Mão

- Artesanato de Caboré em fibra de Coco Péco - Alonso Ribeiro da Silva - Cumbe, Aracati/CE - Eixo Feito a Mão

- Lustres de Escamas de Camurupim - Francisco Antônio de Oliveira (Berulim) - Fleixeiros, Trairi/CE - Eixo Feito a Mão

Povos do Mar 2015

23

- Artesanato Nativo de Beira-Mar - Eurico Carneiro Maia - Lagoinha, Paraipaba/CE - Eixo Feito a Mão

#### OFICINAS CRIATIVAS

**14h - 16h | Tenda: Feito a Mão**

- Dança Parcionada Coco de Lagoa - Rosa Cristina dos Santos - Alagadiço, Trairi/CE - Eixo Cantos danças e Brincadeiras.
- Lustres de Escamas de Camurupim - Cleyvan dos Santos Medeiros (Arte Canção) - Flexeiras, Trairi/CE - Eixo Feito a Mão
- Cipó Arte - Francisco Ciriaco Matias (Bobô - Cipó Arte) - Comunidade da Bica, Cascavel/CE - Eixo Feito a Mão
- Oficina de Produção de Mudanças de Mangue - Zenilde Pereira da Silva - Requenguela, Icapuí/CE - Eixo Meio Ambiente Sustentabilidade

#### CONVERSAS PARAELOS: TURISMO CULTURAL DE BASES COMUNITÁRIAS - EIXO MEIO AMBIENTE SUSTENTABILIDADE

**15h | Salão de Eventos 1**

José Alberto de Lima Ribeiro - Praia do Canto Verde, Beberibe/CE  
Eliabe Crispim da Silva - Ponta Grossa, Icapuí/CE

#### FESTIVAL MAMULENGOS, CALUNGAS E CASSIMIROS

**15h | Tenda: Cantos, Danças e Brincadeiras**

Teatro de Bonecos do Trairi - Mestre Chico Bento - Trairi/CE - Eixo Cantos, Danças e Brincadeiras.

#### OFICINAS CRIATIVAS

**16h - 18h | Tenda: Feito a Mão**

- Arte do Reciclar - Carlos Henrique de Sousa Cavalcanti (Gaiá) - Fortaleza/CE - Eixo meio Ambiente e Sustentabilidade
- Bordado - Maria Vem Com as Outras - Beatriz Guedes Martins - Iparana, Caucaia/CE - Eixo Feito a Mão
- Caxixi com Fibras Naturais de Vime - Amarildo Marques de Vasconcelos - Jericoacoara, Jijoca de Jericoacoara/CE - Eixo Feito a Mão
- Consumo Consciente dos Frutos do Mar - Carlos Alberto Pereira da Silva (Associação Aratu) - Barreira de Mutamba, Icapuí/CE - Eixo Meio Ambiente sustentabilidade

24

Povos do Mar 2015

#### CIRCUITO CASTELOS E BOIS DE AREIA

**Tenda: Cantos, Danças e Brincadeiras**

**16h | Pastoril Estrela Dalva - Mestre Maria Eridalva Andrade da Cunha - Majoriândia, Aracati/CE**

**16h30 | Caninha Verde de Quixaba - Mestra Maria Felipe - Quixaba, Aracati/CE**

**ENCONTRO DOS COCOS DE LITORAL - TÁ FORMANDO CARDUME...**

**17h | Coco do Iguape - Klévia Cardoso da Silva - Iguape, Aquiraz/CE**

**17h30 | Coco do Pecém - Aldenor Miranda dos Santos - São Gonçalo do Amarante/CE**

**18h | Coco da Rama Paraipaba/CE - Marcelo Gonçalves da Costa - Comunidade da Rama, Paraipaba/CE**

**18h30 | Coco do Trairi - Moisés Cardoso dos Santos - Comunidade do Alagadiço, Trairi/CE**

**19h | Coco de Canoa Quebrada - Marciano Santos Freire - Comunidade dos Estevão, Aracati/CE**

**19h30 | Coco da Quixaba - Mestra Maria Felipe da Silva - Praia da Quixaba, Aracati/CE**

**20h | Coco de Caetanos de Cima - Tereza Ribeiro da Silva (Mestra do Coco) - Caetanos de Cima, Amontada/CE**

**20h30 | Coco do Balbino - Miguel Ferreira Faustino - Balbino, Cascavel/CE**

**21h | Coco de Majoriândia - Maria Lúcia Pereira Andrade Marjoriândia, Aracati/CE**

**21h30 | Coco de Almofala - Almofala, Itarema/CE**

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...

**19h30 | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde**

Mariscada Pontal de Maceió - Marileide Ferreira Monteiro - Pontal de Maceió, Fortim/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

25

Povos do Mar 2015

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...

**20h30 | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde**

Filé de Peixe com Purê de Macaxeira - José Raimundo do Nascimento - Camocim/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde

#### APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA

**22h | Apresentação do cantor e compositor Davi Duarte - Eixo Cantos, Danças e Brincadeiras.**

### 5º DIA | 22/08/2015 (SÁB)

#### PRÁTICAS SAÚDE E LAZER - EIXO SABORES, SABERES E SAÚDE

**8h | Palco Principal**

Projeto Sesc Amanhecer Saudável

#### VIVÊNCIA NAUS CATARINETAS - EIXO MEIO AMBIENTE SUSTENTABILIDADE

**8h | Barra do Rio Ceará**

Corrida de Canoas no Rio Ceará

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...

**10h | Tenda Artesanato**

Mousse de Algas - Regina Cláudia Dias - Guajiru, Trairi/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde

#### ENCERRAMENTO - TERMINOU AGORA MAIS NÃO ACABOU AINDA OU O GRANDE TEMPO VAI ACABAR MAIS TUDO PERMANECERÁ

**11h | Tenda Artesanato**

Suaquamussará - Cacique João Venança e Pajé Luis Caboco - Almofala e Varjota, Itarema/CE - Eixo Cantos, Danças e Brincadeiras.

\* Obs: Para todas as atividades é necessário fazer a inscrição na Unidade Sesc Iparana (gratuito);

26

Povos do Mar 2015

- Rendas de Bilro do Litoral Leste - Noélia Cardoso Lima - Iguape, Aquiraz /CE - Eixo Feito a Mão

- Beiju - Egídio Dias de Moura (Tio Egídio) - Guajiru, Trairi/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É de Comer Rezando...

**16h30 | Tenda: Sabores, Saberes e Saúde**

Muqueca de Banana Quilombola - Maria Dalva de Sousa - Serra do Juá, Caucaia/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.

#### NOITE QUILOMBOLA - CELEBRAÇÃO DAS ANCESTRALIDADES AFRICANAS - EIXO CANTOS, DANÇAS E BRINCADEIRAS.

**Tenda: Cantos, Danças e Brincadeiras**

**17h | Maracatu Nação Caiçara - Maria Beatriz Guedes Martins - Iparana, Caucaia/CE**

**17h30 | Maculelê do Quilombo dos Caetanos do Capuan - Isabel Cristina Silva de Sousa - Caucaia/CE**

**18h | Teatro de Praia - Sarrita Barreto - Quitéria, Icapuí/CE**

**18h30 | Maracatu Vozes da África - Fortaleza/CE**

**19h30 | Afóxé Oxum Adolá - Fortaleza/CE**

**20h30 | Samba de Roda dos Quilombos - Caucaia/CE**

**21h | Show a Voz do Rio, Canta a Barra do Ceará apresenta Bernardo Neto - Barra do Ceará, Fortaleza/CE**

**21h30 | Banda A Base - Praia da Redonda, Icapuí/CE**

#### SOCIALIZAÇÃO DE PRÁTICAS ALIMENTARES - É DE COMER REZANDO...

**Tenda: Sabores, Saberes e Saúde**

**19h | Camurupim na Brasa - Plácido Luís de Sousa Santos (Luizinho) - GuaJiru, Trairi/CE - Eixo Sabores, Saberes e Saúde.**

16

Povos do Mar 2015

**COLONIAS DE PESCADORES DO CEARÁ**

**SINDPESCA: SINDICATO DOS PESCADORES E ROFISSIONAIS E  
ARTESANAIS DE ÁGUA SALGADA DO MUNICÍPIO DE TRAIRI**

RUA: BELA VISTA, S/N FLECHEIRAS - TRAIRI-CE TEL.(85) 9191.5373

PRESIDENTE: PEDRO EDIVAN DOS SANTOS VIANA CEP: 62.690-000

CNPJ: 11.831.888/0001-20

**1 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-01 DE CAMOCIM**

RUA: GENERAL SAMPAIO, 799 TEL.: (88) 3621.0129 Sócios: 3.000

PRESIDENTE: FRANCISCO XAVIER FILHO CEP: 62400-000

CNPJ: 06.948.285/0001-73

**2 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-02 DE ACARAÚ**

RUA: VIGÁRIO XAVIER, 379 – CENTRO TEL. (88) 3661.1363 Sócios: 2.500

PRESIDENTE: MARIA LUZIARA ROCHA VASCONCELOS CEP: 62580-000

CNPJ: 07.664.022/0001-03

**3 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-03 DE BALEIA RUA: JOSÉ AIRTON**

TEIXEIRA, 497-PRAIA DA BALEIA TEL. (88) 3673.6048 Sócios: 1.500

PRESIDENTE: ISAIAS BARBOSA DO NASCIMENTO CEP: 62500-000

CNPJ: 05.240.981/0001-68

**4 COLÔNIA DE PESCADORES Z-04 PRAIA DO MÚNDAU PRAIA DO  
MÚNDAU TEL TEL. (85) 9998.9026 Sócios: 1.500 PRESIDENTE: ABRAÃO  
ALBUQUERQUE FILHO**

CEP: 62690-000

CNPJ: 06.958.862/0001-08

**5 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-05 DE PARACURU**

RUA: CEL. MEIRELES, 37 – CENTRO TEL. (85) 9948.8084 Sócios: 1.000  
PRESIDENTE: ANTÔNIO ALVES ROCHA CEP: 62680-000  
CNPJ: 06.958.425/0001-94

**6 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-06 DE PECÉM – SÃO GONÇALO DO AMARANTE**

RUA: SÃO LUIS – TEL.(85) 3315.1209 / 8823.7129 Sócios: 600 PRESIDENTE:  
LUCINEIDE MENDES GOMES  
CEP: 62670-000  
CNPJ: 06.958.631/0001-02

**7 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-07 DE CUMBUCO/CAUCAIA PRAIA DO CUMBUCO – TEL.(85) 3318.7365 / 9128.4316 Sócios: 500 PRESIDENTE:**

FRANCISCO ARI SILVA VIEIRA  
CEP: 61600-000  
CNPJ: 05.371.919/0001-05

**8 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-08 DE FORTALEZA**

AV. CÉSAR CALS, 130 – PRAIA DO FUTURO TEL. (85) 3263.2223/3248.5615 Sócios:  
7.500 PRESIDENTE: POSSIDÔNIO SOARES FILHO CEP: 60182-000  
CNPJ:07.967.268/0001-46

**9 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-09 DE IGUAPE**

RUA: CEL. STUDART – PRAIA DO IGUAPE TEL. (85) 9992.2722 /3361.5026 Sócios:  
804 PRESIDENTE: NILTON MARTINS DE CASTRO CEP: 61700-000  
CNPJ:06.962.039/0001-76

**10 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-10 DE CAPONGA**

RUA: ADALBERTO SENA, 893  
TEL. (85) 3334.8303/3334.8009 /8826.2935 Sócios: 1.100 PRESIDENTE: JOSÉ  
VALMIR DA SILVA



CEP: 62850-000

CNPJ: 06.977.029/0001-04

**11 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-11 DE BEBERIBE**

RUA: EDGAR FACÓ, 17 CENTRO TEL. (85) 3338.2098 Sócios: 1.875

PRESIDENTE: FRANCISCO SOUSA DE MIRANDA CEP: 62840-000

CNPJ: 06.957.286/0001-84

**12 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-12 DE ARACATI**

RUA: MARECHAL DEODORO, 06 TEL. (88) 3421.4294 Sócios: 1.900

PRESIDENTE: FRANCISCO ALDEIRTON RODRIGUES DA SILVA CEP: 62800-000

CNPJ: 07.685.548/0001-61

**13 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-13 DE ORÓS (AÇUDE)**

ACAMPAMENTO DO DNOCS – ORÓS

TEL. (88)9644.5288 / (88)9927.4182 Sócios: 900 PRESIDENTE: JOSENILDA

MARTINS TOMÁS CEP: 63520-000

CNPJ: 06.919.005/0001-07

**14 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-14 DE BANABUIU (AÇUDE)**

ACAMPAMENTO DO DNOCS - BANABUIU(88)3426.1611 TEL. (88)3426.1611

Sócios: 500

PRESIDENTE: GENIVAL MAIA BARREIROS CEP: 63960-000

CNPJ: 05.371.083/0001-49

**15 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-15 DE ARARAS (AÇUDE)**

ACAMPAMENTO DO DNOCS

TEL. (88) 3639.1499 / (88) 9607.0321 / (88)9641.1984 - (MERIANE) Sócios: 800

PRESIDENTE: JOÃO RIBEIRO FILHO

CEP: 62265-000

CNPJ: 05.609.680/0001-69

**16 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-16 PENTECOSTE (AÇUDE)**

ACAMPAMENTO DO DNOCS – PENTECOSTES TEL. (85) 3352.2174 / (85) 9945.9244 / 9109.5300 PRESIDENTE: JOSÉ XAVIER FILHO  
CNPJ: 05.543.857/0001-80

**17 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-17 DE ICAPUÍ**

PRAIA DE ICAPUÍ – TEL. (88) 3432.1272 / (88) 9125.0886 / (88) 9298.6498 -  
(RIVÂNIA)  
Sócios: 2.050  
RUA DOS PORFÍRIOS, S/N  
PRESIDENTE: RIVÂNIA MARIA BORGES DA SILVA COSTA CEP: 62810-000  
CNPJ:73.751.687/0001-70

**18 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-18 DE CAETANOS PRAIA DE CAETANOS –**

DISTRITO DE SABIAGUABA TEL. (88) 3673.6079 / 9271.8439 Sócios: 470  
PRESIDENTE: ADONIAS FRANCISCO DOS SANTOS CEP: 62540-000  
CNPJ:00.094.198/0001-10

**19 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-19 DE ITAREMA**

RUA: DOS MARINHEIROS, S/N, CENTRO TEL. (88) 3667.2131 / (88) 3667.2019  
Sócios:  
1.750  
PRESIDENTE: GLAIS ALVES RODRUGUES DE SOUSA CEP: 62.590.000 Itarema –  
CE - CNPJ:23.718.018/0001-29

**20 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-20 DE BARRA NOVA-CASCADEL**

PRAIA DE BARRA NOVA  
TEL. (85) 3334.0169 / 9928.3010 / (85) 3367.0096 / 9182.7207 Sócios: 1.023  
PRESIDENTE: MARIA HELENA SABÓIA  
CEP: 62850-000 CNPJ:41.386.640/0001-69

**21 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-21 DE FORTIM**

PRAÇA SÃO PEDRO TEL. (85) 3413.1363 / 8848.0875 Sócios: 1.030 PRESIDENTE:  
MARIA NUNES DE AQUINO  
CEP: 62815-000 CNPJ:35.050.855/0001-01

**22 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-22 DE PREÁ-CRUZ VILA PREÁ-CRUZ TEL.**  
(88) 3669.3053 / 9924.9712 Sócios: 500 PRESIDENTE: CARLOS DIAS DOS SANTOS  
CEP: 62595-000 CNPJ:23.717.705/0001-20

**23 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-23 DE BITUPITÁ-BARROQUINHA PRAIA**  
DE BITUPITÁ – TEL. (88) 3623.3114 / 3623.3039 Sócios: 875 PRESIDENTE: JONAS  
FERREIRA VERAS  
CEP: 62410-000 CNPJ:00.060.488/0001-42

**24 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-24 DE CHAVAL**

RUA: RAIMUNDO DE CASTRO MIRANDA, N° S/N, ALTO FORMOSOTEL.(88)  
3625.1110 Sócios: 400  
PRESIDENTE: CLAUDIANA FERNANDES DA SILVA CEP: 62420-000 Chaval-CE  
CNPJ: 00.116.266/0001-02

**25 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-25 DE LAGOINHA**

RUA: FRANCISCO HENRIQUE AZEVEDO, 141  
PRAIA DE LAGOINHA – TEL. (85) 3363.5113 / 9129.6979 Sócios: 350 PRESIDENTE:  
JOSÉ CARLOS DA SILVA  
CEP: 62685-000  
CNPJ: 02.867.988/0001-16

**26 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-26 DE ITAITINGA**

RUA GUIOMAR DE OLIVEIRA, N°497 - PARQUE GENEZARÉ TEL. (88) 8709.1526 /  
(85) 9612.4117 Sócios: 150  
PRESIDENTE: FRANCISCO EDILSON FERREIRA LIMA CEP: 61.880-000  
CNPJ: 07.636.841/0001-64

**27 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-27 DE LIMA CAMPOS**

RUA SAGRADO, N° 100

TEL. (88) 3563.4160 Sócios: 310

PRESIDENTE: ANTÔNIO MUNIZ DE CARVALHO CEP: 63430-000

CNPJ: 41.344.730/0001-97

**28 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-28 DE EUZÉBIO RUA: DOS COMPADRES,**

S/N - MANGABEIRA – EUZÉBIO TEL.(85) 3361.6819 / (85) 8894.2250 Sócios: 150

PRESIDENTE: SILVIO CÉLIO BRAZ COSTA

CEP: 61760-000

CNPJ: 04.999.469/0001-37

**29 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-29 DE CEDRO (AÇUDE) RUA: ANTÔNIO**

ALVES DOS SANTOS, 242 - CEDRO – CE TEL. (88) 9206.6836 / (88) 9213.4922

Sócios: 215

PRESIDENTE: ANTÔNIO BEZERRA FRANCO CEP: 63400-000

CNPJ: 04.336.116/0001-57

**30 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-30 DE JIJOCA DE JERICOACOARA**

RUA: DISTRITO DE MANDISECO – CENTRO – s/n TEL. (88) 3669.1129 Sócios: 250

PRESIDENTE: JOSÉ KLEBER DOS SANTOS CEP: 62598-000

CNPJ:

**31 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-31 DE VARZEA ALEGRE**

RUA

TEL. (88) 3541.2860 Sócios: 120 PRESIDENTE: ANTÔNIO LUIZ PEREIRA CEP:  
63540-000

CNPJ: 05.406.854/0001-96

**32 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-32 DE GENERAL SAMPAIO RUA: JOSÉ**

SEVERINO FILHO, 115 - CENTRO - GENERAL SAMPAIO TEL.(85) 3357.1205

Sócios: 182

PRESIDENTE: SEBASTIÃO FELIX DE OLIVEIRA CEP: 62738-000

CNPJ: 05.220.485/0001-42

**33 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-33 DE CANINDÉ RUA: JOÃO SOBRAL, 433**

- PALESTINA - CANINDÉ – CE TEL. (88) 9141.8045 Sócios: 232

PRESIDENTE: FRANCISCO CHAGAS SILVA SANTOS CEP: 62700-000

CNPJ: 05.944.206/0001-93

**34 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-34 DE GUAIBUBA**

RUA: IVONILDO NOCRATO, N° 94 - CENTRO - GUAIBUBA – CE TEL. (85)

3376.1016 Sócios: 162

PRESIDENTE: RAIMUNDO NONATO DA SILVA CEP: 61890-000

CNPJ: 06.136.377/0001-59

**35 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-35 DE MASSAPÊ RUA PREFEITO BELO**

LIRA S/N - CENTRO - MASSAPÊ-CE TEL. (88) 3643.2017 Sócios: 140

PRESIDENTE: ANTÔNIO MORAIS DA SILVA CEP: 62140-000

CNPJ: 07.001.275/0001-99

**36 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-36 DE PACATUBA**

RUA: JOÃO CARLOS, N° 197 - PACATUBA-CE TEL.(85) 3345.1244 / 9621.1575

Sócios: 197 PRESIDENTE: RAIMUNDO CHAGAS MENEZES CEP: 61800-000

CNPJ: 06.811.719/0001-99

**37 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-37 DE MARANGUAPE**

RUA: JOÃO TEIXEIRA JOCA S/N - MARANGUAPE-CE TEL. (85) 3369.9216 /

8815.4123 Sócios: 222

PRESIDENTE: SEBASTIÃO ESTANELSAU RODRIGUES LIMA CEP: 61965-000

CNPJ: 06.953.331/0001-22

**38 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-38 DE PACAJUS / CHOROZINHO**

RUA: OUTROS CHOROZINHO S/N – CENTRO TEL. (85) 3319.1122 / 9156.8518

Sócios: 162 PRESIDENTE: IVANILDO BARROS MARTINS CEP: 62876-000

CNPJ: 07.614.451/0001-68

**39 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-39 DE CRATEUS**

RUA CEL.ZEZE, N°1216 – CENTRO

TEL. (88) 3629.1355 / 8824.5274 Sócios: 190 PRESIDENTE: FRANCISCO MARQUES

SANTANA CEP:

CNPJ:

**40 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-40 DE HORIZONTE**

RUA: RAFAEL SANTOS, N° 167 – CENTRO TEL.(85) 9146.6159 Sócios: 150

PRESIDENTE: ANTÔNIO FERNANDES DA SILVA CEP: 62.880-000

CNPJ: 07.478.4365/0001-30

**41 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-41 DE IGUATU**

RUA: 100, N° 203

TEL. (88) 3581.3353 Sócios: 212

PRESIDENTE: MARIA NEIDE BATISTA CHAVES DE FRANÇA CEP: 63.500-000

CNPJ: 07.379.115/0001-88

**42 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-42 DE BOA VIAGEM**

RUA: ANA GONÇALVES, N° 243 TEL. (XX) XXXX.XXXX Sócios: 155

PRESIDENTE: IRANEUDO RODRIGUES DA SILVA CEP: 63.870-000

CNPJ: 07.461.592/0001-98

**43 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-43 DE TAUÁ RUA CHICO TETÊ, S/N -**

BAIRRO ALDEOTA – TAUÁ TEL. (88) 8807.5610 Sócios: 223

PRESIDENTE: ANTÔNIO CÍCERO MARQUES LIMA CEP: 63.660-000

CNPJ: 07.507.153/0001-79

**44 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-44 DE BARROS**

RUA: DISTRITO DE QUNCAS, S/N TEL.(88) 3512.3712 / 9925 / 9533 Sócios: 150

PRESIDENTE: SEBASTIÃO BATISTA DE SOUZA CEP: 63.380-000

CNPJ: 07.547.116/0001-94

**45 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-45 DE GRANJA**

RUA: TIAGO RIBS, Nº524 – CENTRO TEL. (88) 9955.8334 Sócios: 185

PRESIDENTE: JOSÉ RIBAMAR PEREIRA DE OLIVEIRA CEP: 62.430-000

CNPJ: 07.679.904/0001-34

**46 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-46 DE SOLONÓPOLE RUA: MANOEL**

RODRIGUES PINHEIRO, Nº 1101 – CENTRO TEL. (XX) XXXX.XXXX Sócios: 161

PRESIDENTE: MÁRCIA GRICK DA SILVA CEP: 63.620-000

CNPJ: 07.785.131/0001-70

**47 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-47 DE IRACEMA**

RUA:

TEL. (XX) XXXX.XXXX Sócios: 117 PRESIDENTE:

CEP: CNPJ:

**48 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-48 DE UMIRIM**

RUA: DO CRUZEIRO S/N - B. CRUZEIRO TEL.(85) 3364.2109 Sócios: 136

PRESIDENTE: JOSÉ ACÁCIO DE FREITAS CEP: 62.660-000

CNPJ: 07.761.753/0001-69

**49 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-49 DE TAMBURIU**

RUA:

TEL. (XX) XXXX.XXXX Sócios: 120 PRESIDENTE:

CEP: CNPJ:

**50 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-50 DE SENADOR POMPEU**

RUA: AUDIZIO VIEIRA DO NASCIMENTO, S/N TEL.(88) 9914.2240 / 9233.3372

Sócios: 150

PRESIDENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS DANIEL MORENO CEP: 63.680-000

CNPJ: 08.259.295/0001-27

**51 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-51 DE ITAPIUNA**

RUA: PETRONÍDIO AGUIAR, Nº 26 – CENTRO TEL. (88) 9939.8674 Sócios: 177

PRESIDENTE: ISAC FERNANDES DE MENEZES CEP: .62.740-000

CNPJ: 08.217.882/0001-53

**52 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-52 DE JUCÁS / CARIÚS**

RUA: CEL. LUIZ DUARTE, S/N – CENTRO TEL.(88) 3517.1740 / 3517.1100 Sócios:  
136

PRESIDENTE: FRANCISCO DE CASTRO FERREIRA CEP: 63.580-000

CNPJ: 08.496.826/0001-63

**53 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-53 DE CATARINA RUA: ANTONIO ELIZEU**

PEDROZA, S/N – CENTRO TEL. (88) 3556.1545 Sócios: 180

PRESIDENTE: EVANDRO PEDROZA BEZERRA CEP:

CNPJ: 08.459.664/0001-25

**54 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-54 DE QUIXELÔ (AÇUDE)**

RUA: LUIZ GOMES DE ARAÚJO, S/N – CENTRO TEL.(88) 9918.3171 Sócios: 154

PRESIDENTE: GILCELÂNDIA CEP: 63.515-000

CNPJ: 08.435.779/0001-80

**55 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-55 DE JAGUARIBE RUA: AÇUDE**

FEITICEIRO / RUA: JOAQUIM TÁVORA, 904 TEL. (88) 9614.2712 Sócios: 172

PRESIDENTE: FRANCISCO ALVES DE LIMA CEP: .63.477-000

CNPJ: 08.438.463/0001-41

**56 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-56 DE QUIXERAMOBIM**

RUA: ALTO DO BUQUEIRÃO, S/N TEL.(88) 9962.5926 Sócios: 150

PRESIDENTE: ARMANDO ALEXANDRE DE SOUSA CEP: 63.800-000

CNPJ:



**57 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-57 DE CARIDADE**

RUA: OTR-CARIDADE, S/N - ZONA RURAL TEL. (88) 8738.5498 Sócios: 167

PRESIDENTE: FRANCISCO ALVES DA SILVA CEP: 62.730-000

CNPJ: 08.576.366/0001-15

**58 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-58 DE NOVO HORIZONTE**

RUA: SÍTIO ALNAS, S/N - ZONA RURAL TEL.(88) 9231.2013 Sócios: 125

PRESIDENTE:

CEP: 63.740-000 CNPJ:

**59 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-59 DE LAVRAS DA MANGABEIRA /  
CARIRIAÇU**

RUA: DT. FEITOSA, S/N - SEDE RURAL / CARIAÇU TEL. (XX) XXXX.XXXX

Sócios: 140

PRESIDENTE: FRANCISCO CONEGUNDES FEITOSA CEP: .63.220-000

CNPJ: 09.310.358/0001-95

**60 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-60 DE JUAZEIRO DO NORTE / CRATO /  
CARIRI AÇU**

RUA: SÍTIO CARNEIRO, S/N - ZONA RURAL TEL.(88) 8819.2440 Sócios: 130

PRESIDENTE: VALDERISMAR DO NASCIMENTO PEREIRA CEP: 63.220-000

CNPJ: 08.703.718/0001-56

**61 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-61 DE CHORÓ / LMÃO**

RUA:

TEL. (XX) XXXX.XXXX Sócios: PRESIDENTE:

CEP: CNPJ

**62 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-62 DE ALTO SANTO**

RUA: SÍTIO SOMBRIO, S/N - ZONA RURAL TEL.(XX) XXXX.XXXX Sócios:

120 PRESIDENTE: VIRTUOSA GOMES DA SILVA CEP: 62.970-000

CNPJ: 09.286.629/0001-14

**63 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-63 DE JAGUARIBARA**

RUA: VILA CURUPATI, S/N

TEL. (XX) XXXX.XXXX Sócios: 127 PRESIDENTE: ANTONIO MARIM AMANCIO

CEP: .63.490-000

CNPJ: 09.330.448/0001-48

**64 - COLÔNIA DE PESCADORES Z-64 DE JAGUARETAMA RUA: PADRE**

SABASTIÃO MARLENO, N° 531 – CENTRO TEL.(XX) XXXX.XXXX Sócios: 137

PRESIDENTE: EDILSON VIEIRA DE SOUZA CEP: 63.480-000

CNPJ: 09.126.156/0001-55

**MARINHA DO BRASIL. Capitania dos portos do Ceará:Colônias de pescadores.**

Acessado em: [http://www.mar.mil.br/cpce/colonias\\_de\\_pescadores.html](http://www.mar.mil.br/cpce/colonias_de_pescadores.html)

Dia 04 de abril de 2014.

## **O Terramar e seus tempos**

Afastando-se da ideia de um tempo linear para tomá-lo em sua complexidade, ou seja, não na redução do tempo como algo que nos governa, mas como algo que tecemos a partir de nosso pensamento e ação; não como um tempo que se encerra quando outro começa, mas como tempo que se soma a outro(s) tempo(s), permitindo a construção de trajetórias, revisitamos alguns importantes tempos projetados nesse caminho de se fazer instituição.

### Tempo 1: Afirmando a pesca artesanal (1993 – 1997)

Em princípio a intervenção se deu em torno do apoio à pesca artesanal, era o tempo dos arrecifes artificiais — adaptação tecnológica com base na amarração de pneus, inspirada nas marambaias construídas pelos povos indígenas, para agregar cardumes de peixes facilitando a captura — e do fortalecimento da organização comunitária, traduzido, entre outras ações, no apoio à constituição dos Fóruns de Praias — assembléias que reuniam homens e mulheres em torno do debate sobre a pesca predatória.

Fazer essa demarcação de apoio à pesca artesanal, é um ponto crucial para o direcionamento de nosso projeto político. Pois, tomar a pesca artesanal como um campo de reflexão e ação, significa, dentre outras ações demarcar os sujeitos com os quais vamos dialogar e definir que problemáticas vamos enfrentar.

Simultâneo e/ou integradas às ações voltadas para a afirmação da pesca, se davam experimentações de formas de educação diferenciada, que visibilizassem o contexto e as necessidades das realidades locais. Paralelo, pois, à ação junto aos pescadores, realizávamos outras junto às escolas públicas, visando interferir nos currículos e metodologias de educação formal para a inserção de aprendizagens vinculadas à realidade dos Povos do Mar e a constituição de sujeitos políticos.

### Tempo 2: Da conformação de um campo político de movimentos sociais na Zona Costeira (1997 – 1999)

A articulação entre a experiência acumulada nos processos formativos e organizativos, e o contexto que vinha se conformando, especialmente devido à consolidação de atividades econômicas que impactam sobre os territórios da Zona Costeira, faziam emergir novas questões e sujeitos políticos, que complexificavam o pensamento e a prática do Terramar.

Nesse contexto, o fortalecimento da pesca artesanal e da organização comunitária estava vinculado à garantia dos territórios das populações costeiras, passando a envolver, também, o enfrentamento do turismo de massa, a crítica as políticas do agronegócio, o desvelamento das desigualdades a que estavam submetidas às mulheres, dentre outras questões.

Esse período foi marcado por uma intensa ação em torno do fortalecimento de sujeitos coletivos, como o Movimento Nacional de Pescadores (MONAPE), o Fórum de Pescadores e Pescadoras do Litoral Cearense (FPPLC) e o Fórum do Litoral, hoje Fórum em Defesa da Zona Costeira Cearense (FDZCC); e da elaboração de uma crítica ao modelo de desenvolvimento implementado na Zona Costeira cearense — construída, sobretudo, a partir do monitoramento de políticas públicas, a exemplo do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) no Ceará, do Complexo Industrial Portuário do Pecém e das ações estatais de fomento à pesca industrial. Políticas que intensificaram o processo de especulação imobiliária, acirrando os conflitos pela posse da terra na Zona Costeira cearense.

Tempo 3: Das lutas pela Terra e da visibilidade das mulheres da Zona Costeira (2000 – 2002) Esse é um tempo em que a questão da Terra emerge como determinante, colocando para o Terramar o desafio de intensificar sua ação em torno do fortalecimento de sujeitos coletivos, e da produção de conhecimentos. É o tempo, pois:

da construção do diagnóstico sobre condições e formas de uso e ocupação do litoral — **estudo realizado pelo Instituto Terramar em parceria com o Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará**, com “foco nos usos e conflitos de uso do ambiente costeiro e nas condições de vida de seus habitantes;

do **Curso de Formação para Lideranças**, ação educativa para formação de sujeitos coletivos. O curso permitiu uma **renovação de lideranças** e o fortalecimento do **Fórum de Pescadores** que passou a ser integrado por lideranças do litoral oeste;

da **Escola dos Povos do Mar**, experiência que buscou exercitar uma educação diferenciada para os Povos do Mar, que incorpore ao currículo conteúdos relativos à pesca e ao cotidiano das comunidades costeiras e um calendário que estabeleça o diálogo entre o tempo da escola e o tempo da pesca;

e do **I Encontro Cultural dos Povos do Mar**, que de forma afirmativa estabeleceu um diálogo entre a Zona Costeira, suas problemáticas, suas culturas e a população de Fortaleza, capital do Estado.

É o tempo, também, de avançar no debate sobre **as mulheres na Zona Costeira** — pois, ainda que reflexões e ações em torno das relações de gênero e a participação política das mulheres já tivessem sido realizadas — é nesse triênio que vamos ter a constituição do Programa de Gênero e Cidadania e a construção de estratégias para afirmação e constituição das mulheres como sujeitos políticos da Zona Costeira cearense.

É nesse tempo também que, agregadas às **ações de mobilizações sociais** fortalecem-se as experimentações de novas possibilidades no campo do desenvolvimento de tecnologias apropriadas e apropriáveis às formas de vida das comunidades costeiras. Vai ganhar destaque, então, o projeto de cultivo de algas marinhas e a construção das embarcações catamarãs.

#### Tempo 4: SOS Zona Costeira ou do fortalecimento dos movimentos sociais (2003 – 2005)

É tempo em que se conforma uma multiplicidade de ações e sujeitos: organizações, pessoas, homens e mulheres dispostos a intervir nos contextos da Zona Costeira. A partir do projeto SOS Zona Costeira, apoiado pela Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) vive-se um intenso processo de mobilização: fortalecem-se as redes de entidades e movimentos vinculados às lutas sociais da Zona Costeira e são realizadas as Assembléias dos Movimentos Sociais da Zona Costeira.

Por outro lado, aprofundam-se as reflexões teórico-metodológicas do trabalho de educação ambiental na perspectiva de formação de sujeitos e, em consequência disto, constitui-se a Rede de Educadores Ambientais do Litoral Cearense (REALCE).

Mas é tempo também do acirramento dos conflitos socioambientais gerados pela criação de camarão em cativeiros ou carcinicultura, o que faz com que a crítica a essa atividade e a defesa dos manguezais ganhem força enquanto ação institucional.

As ações afirmativas também ganham mais força, e fortalece-se a perspectiva de tê-las como resistência às políticas desenvolvimentistas da carcinicultura, do turismo de massa e da pesca industrial. Ao cultivo de algas e construção de catamarãs, crescem-se as idéias e práticas voltadas para o turismo comunitário e constitui-se o cenário para a realização do II Encontro Cultural dos Povos do Mar. É o início das articulações com organizações e grupos que já vinham se movimentando em torno dessa nova proposta em nível nacional e internacional. Um marco importante dessa articulação se deu no Fórum Social Mundial em Mumbai, 2004 e Porto Alegre, 2005.

Tempo 5: Direito a Terra, Água e Território ou da complexidade da ação na Zona Costeira (2006 – 2008)

É o tempo do alargamento da ação pela exigibilidade de direitos: **Terra, Água e Território na Zona Costeira são direitos humanos das mulheres e homens** que vivem e resistem nesse espaço. Intensificam-se as **lutas organizadas em nível local, nacional e internacional contra a carcinicultura, o agronegócio, o turismo de massa e outras formas de desterritorialização das populações tradicionais.**

O movimento social da Zona Costeira se articula com sujeitos de outros campos; os problemas se situam numa perspectiva mais ampla do ponto de vista da compreensão e das estratégias. Desse modo, vai se destacar a conformação de **alianças** com o **Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST)**, a **Frente Cearense por uma Nova Cultura da Água**, a **Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP)**, o **Movimento de Atingidos por Barragens (MAB)**, o **Fórum Cearense de Mulheres (FCM)**, dentre outros movimentos.

Fortalecem-se também as formações voltadas para a construção das mulheres como sujeitos políticos, tendo como referência a nascente **Articulação de Mulheres Pescadoras do Ceará**. O fortalecimento institucional das associações e grupos aparece como outra dimensão importante. Isso foi o que o **curso de Desenvolvimento Institucional para Associações Comunitárias da Zona Costeira**, articulado ao investimento em infraestrutura (computadores e internet), buscou construir.

Do ponto de vista das ações afirmativas, fortalecem-se as ações voltadas para o turismo. Neste sentido, nasce a **Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede Tucum** e múltiplos parceiros vão ser mobilizados para fortalecer essas experiências.

A partir dos acúmulos dessas vivências, evidencia-se cada vez mais a necessidade de sistematizar e construir conhecimentos. Neste sentido, as experiências de enfrentamento da carcinicultura, da destruição dos manguezais e da privatização da água, vão ganhar destaque nessas elaborações.

Tempo 6: É tempo de revisitar, compartilhar e fortalecer nossa história – 2009...

Esse breve revisitar de algumas das estratégias e ações, longe de querer “contar no miúdo” todas as ações realizadas e/ou dar conta de toda a complexidade que envolve a intervenção

do Instituto Terramar ao longo desses **quinze anos**, nos indica alguns caminhos para a efetivação de nosso trabalho nos tempos que se avizinham.

O tempo que queremos construir daqui pra frente é aquele estabelecido no diálogo entre nossas possibilidades e os desafios colocados para consolidação de nosso projeto político. Um tempo que dialogue com a ação de outros sujeitos comprometidos com a democratização da democracia; um tempo em que as aprendizagens potencializam e amadurecem a intervenção; um tempo em que, seguir adiante não se desvincula do passado. Nesse sentido, revisitar e compartilhar trajetórias, construir conhecimentos, fortalecer possibilidades sociossolidárias de reprodução da vida, fortalecer a ação política de sujeitos coletivos, são ao mesmo tempo legados, responsabilidades e campos de ações estratégicas para colaborar num projeto democrático para a Zona Costeira cearense.

Terra Mar – Quem somos:

### **Quem Somos**



O Instituto Terramar é uma **organização não governamental (ONG)**, sem fins lucrativos, do campo popular democrático que atua na Zona Costeira do Ceará, visando o desenvolvimento humano com justiça socioambiental, cidadania, participação política, autonomia dos grupos organizados e fortalecimento da identidade cultural dos Povos do Mar do Ceará.

Desde sua formação, em **1993**, a intervenção do Instituto Terramar tem se pautado pela construção de possibilidades para abrir caminhos que nos levem à efetivação de uma cidadania real.

Por cidadania real, entendemos a cidadania afastada dos limites que a colocam apenas como um conjunto de regras legais que mediam a relação entre indivíduos e Estado, para tomá-la como mobilizadora de lutas contra as desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira e como processo de constituição de sujeitos que elaborem a crítica e a (re)invenção da vida social. Assim, a cidadania deixa de ser “um lugar definido onde cabem poucos” para ser o lugar que queremos construir: um lugar verdadeiramente democrático, marcado pelo direito à liberdade e à diversidade.

Tomando, então, essa noção de cidadania como princípio norteador de sua ação, o Terramar vem ao longo desses **dezoito anos de existência** intervindo na Zona Costeira

cearense, atuando junto a outras organizações, fóruns e redes nacionais e internacionais, comprometidos com a transformação social. (2011)

Acessado em: <http://www.terramar.org.br/estrutura-organizacional/historico> Dia 18 de maio de 2014).



## ANEXO G – Rede TUCUM

### **O que é**

O turismo comunitário nasce da percepção das comunidades de que não é suficiente apenas fazer a crítica ao modelo de turismo convencional, gerador de segregação sócio-espacial, de concentração de renda e de problemas sócio-ambientais. Aliado à crítica, é necessário vivenciar uma outra lógica de construção da atividade turística.

Na contramão do convencional, no turismo comunitário a população local possui o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsável pelo planejamento das atividades e pela gestão das infra-estruturas e serviços turísticos.

Tudo isso orientado por princípios que buscam garantir a sustentabilidade sócio-ambiental, a exemplo da atitude ética e solidária entre as populações locais e os visitantes, geração e distribuição equitativa da renda, conservação ambiental e valorização da produção, da cultura e das identidades locais.

Assim, as estratégias prioritárias na construção dos roteiros de visitação incluem os momentos de vivências com a comunidade, as trocas culturais entre visitantes e popula es locais e as trilhas de interpreta o ambiental.

### **Princípios e diretrizes**

1. As atividades de turismo são desenvolvidas por grupos organizados e os projetos são coletivos, de base familiar
2. O turismo se integra   dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais
3. O planejamento e a gestão das atividades são de responsabilidade da organiza o comunitária local
4. O turismo comunitário baseia-se na  tica e na solidariedade para estabelecer as rela es comerciais e de interc mbio entre a comunidade e os visitantes
5. O turismo comunitário promove a gera o e a distribui o equitativa da renda na comunidade
6. O turismo comunitário fundamenta-se na diversidade de culturas e tradi es, promovendo a valoriza o da produ o, da cultura e das identidades locais
7. O turismo comunitário promove o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo rela es de

cooperação e parceria entre si

8. O turismo comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade sócio-ambiental

### **Um pouco de história**

Turismo comunitário é um conceito que vem se tornando prática em toda a América Latina nos últimos 10 anos.

Ele surge em meio às críticas e denúncias feitas por comunidades receptoras, organizações não-governamentais, cientistas e movimentos sociais acerca dos impactos do turismo convencional que, a cada dia, tomam dimensões maiores e transforma tudo em mercadoria. De caráter local, nacional e internacional, foram inúmeros os momentos de reflexão e de articulação dos sujeitos na construção de um pensamento crítico sobre ao tema, dialogando sobre os desafios a serem enfrentados e estabelecendo cooperação na busca da consolidação e do fortalecimento do turismo comunitário.

São exemplos desses momentos os encontros estaduais da Rede Tucum; as duas edições, em Fortaleza, do Seminário Internacional de Turismo Sustentável (2003 e 2008); o Fórum Social Mundial de Mumbai - Índia (2004) e o Fórum Social Mundial de Porto Alegre – Brasil (2005), além de várias outras iniciativas locais de turismo comunitário.

Essas articulações acontecem em vários lugares do mundo. Na Europa, estamos assistindo o florescer de muitas experiências de turismo solidário e responsável. A demanda para encontrar experiências de turismo mais autênticas, em respeito ao ambiente e às culturas locais está aumentando. Por isso, na Europa e nos Estados Unidos também estão se constituindo várias associações e pequenas operadoras que tentam ajudar os viajantes responsáveis a encontrarem estes destinos de turismo diferenciado.

Estamos vivendo um momento em que o turismo comunitário deixa de ser um sonho de poucos para se constituir em uma alternativa de resistência e possibilidades para vários sujeitos sociais em diferentes lugares do Brasil e do mundo.

### **Turismo comunitário - viva essa experiência!**

Experimente entrar contato com a natureza e modos de vida comunitários em uma das 12 comunidades do litoral do Ceará que fazem parte da Rede Tucum. Uma oportunidade inesquecível de praticar um turismo diferente marcado pela sabedoria popular tradicional em comunhão com belas paisagens naturais.

Venha viver essa experiência premiada internacionalmente com o **TO DO! -Contest Socially Responsible Tourism**. Entre em contato! Será um prazer levá-lo a viajar conosco por esse emaranhado de culturas, paisagens e resistências!

A partir de agora, a escolha é toda sua!



D. Geralda em Caetanos de Cima - Foto: Camila Garcia

Conhecer os destinos da Rede Tucum significa viver a cultura mais tradicional e hospitaleira do Ceará, aqui profundamente marcada por histórias de luta e resistência.

No litoral do sol nascente ou do sol poente, é possível encontrar diferentes comunidades cada uma com suas particularidades. É uma oportunidade de entrar em contato com a natureza e trocar afetividades e saberes.

A Rede Tucum possibilita a convivência com pescadores, marisqueiras, indígenas e agricultores – os guardiões da memória dos Povos do Mar. Suas formas de trabalho e cultura são um forte atrativo turístico, assim como, suas praias, dunas, lagoas e mangues. Em cada um destes destinos, a música, a dança e as manifestações populares estão entre os traços marcantes da comunidade e contribuem, junto a organização comunitária, para o fortalecimento da sua cultura e defesa do seu território.

### **Turismo Comunitário**

- O que é
- Princípios e diretrizes
- Um pouco de história
- Turismo comunitário - viva essa experiência!
- Turisol
- Redturs

## **Turisol**

Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário



A Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário é uma articulação de organizações que desenvolvem projetos de turismo solidário e comunitário no país. Através da ação coletiva e do intercâmbio, busca fortalecer as iniciativas existentes e fomentar novas experiências, na tentativa de tornar o Brasil um país referência no turismo comunitário.

Os membros da Turisol desenvolvem estratégias articuladas de formação e capacitação, intercâmbio de experiências, produção de conhecimento sobre turismo comunitário e metodologias de trabalho e promoção e comercialização dos destinos turísticos associados.

Além disso, a rede busca estabelecer diálogos com Secretarias e Ministérios que gerenciam as políticas públicas de turismo e meio ambiente, tanto no que se refere à fomento do turismo comunitário quanto aos impactos destas políticas sobre as populações tradicionais.

Atualmente, 13 projetos e/ ou organizações compõem a rede, fazendo-a presente em 8 estados brasileiros.

Mais informações sobre membros, história e comercialização dos destinos da Turisol:

<http://turisol.wordpress.com>

/ [Redturs](#)

### **Turismo Comunitário**

- [O que é](#)
- [Princípios e diretrizes](#)
- [Um pouco de história](#)
- [Turismo comunitário - viva essa experiência!](#)
- [Turisol](#)
- [Redturs](#)

## Redturs

Rede de Turismo Comunitário da América Latina



A Rede de Turismo Comunitário da América Latina é uma articulação entre populações tradicionais e organizações não-governamentais que compartilham uma concepção particular de turismo sustentável. Através da auto-gestão das atividades produtivas, as comunidades assumem o protagonismo sobre o planejamento, operação, supervisão e desenvolvimento das atividades turísticas locais.

A RedTurs trabalha para divulgar as iniciativas de turismo comunitário na medida em que estas sejam atividades economicamente viáveis, socialmente solidárias, culturalmente enriquecedoras e ambientalmente responsáveis.

Atualmente, destinos de 13 países latino-americanos compõem a rede: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, Peru.

Mais informações: [www.redturs.org](http://www.redturs.org).

ocê está em: [Principal](#) / [Comunidades](#)

## **Comunidades**



### **Jenipapo-Kanindé**

Encontros místicos e tradições indígenas esperando por você



### **Batoque**

Garantindo o espaço, preservando vidas



### **Ponta Grossa**

Falésias coloridas e histórias para contar



### **Tremembé**

Solidariedade e mar calmo e relaxante



### **Curral Velho**

Seres encantados protegendo o ambiente



### **Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto (MST)**

Hospedagem solidária em Fortaleza



### **Associação Mulheres em Movimento**

Hospedagem solidária em Fortaleza



### **Tapéba**

Abrace o diferente em cultura, natureza e gente!



### **Flecheiras**

Vida vindo da maré



### **Assentamento Coqueirinho**

Turismo agroecológico e frutos da agricultura familiar



### **Prainha do Canto Verde**

Organização comunitária, terra conquistada e pesca responsável.



### **Caetanos de Cima**

A terra é o maior patrimônio do povo



### **Tatajuba**

Um abraço de mar com banho de água doce

Acessado em: <http://www.tucum.org/> Dia 18 de maio de 2014.

ANEXO H – FNE AQUIPESCA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Nordeste (visão do Banco do Nordeste do Brasil - Empresarial)

### **5.3. FNE Aquipesca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca no Nordeste**

#### **5.3.1. OBJETIVO**

Promover o desenvolvimento da aquicultura e pesca através do fortalecimento e modernização da infra-estrutura produtiva, uso sustentável dos recursos pesqueiros e preservação do meio ambiente.

#### **5.3.2. FINALIDADE**

Financiar a implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos de aquicultura e pesca, contemplando:

- a) Investimentos;
- b) Custeio;
- c) Beneficiamento, armazenamento e comercialização da produção.

#### **5.3.3. ITENS FINANCIÁVEIS**

Todos os bens e serviços necessários a viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 4.5 - Restrições.

#### **5.3.4. PÚBLICO-ALVO**

**Pessoas físicas ou jurídicas, inclusive cooperativas e associações de produtores, que desenvolvam ou pretendam desenvolver atividades de aquicultura e pesca.**

#### **5.3.5. LIMITES DE FINANCIAMENTO**

- a. Investimento: os estabelecidos na Tabela 9 do item 4.2 – Limites de Financiamento.
- b. Operações de custeio: os estabelecidos a partir da avaliação de risco cliente de cada beneficiário.



### **5.3.6. PRAZOS**

Os prazos serão fixados em função do cronograma físico-financeiro do projeto e da capacidade de pagamento do beneficiário, respeitados os prazos máximos estabelecidos abaixo:

- a) investimentos fixos - ate 12 anos, incluídos ate 4 anos de carência;
- b) investimentos semifixos - ate 8 anos, incluídos ate 3 anos de carência;
- c) Custeio pecuário para aquicultura: ate 2 anos;
- d) Custeio pecuário para pesca: ate 18 meses.

NOTA 1: nos financiamentos de investimentos fixos ou mistos, destinados a projetos de alta relevância e estruturantes (definidos no item 4.7.g – Outras Condições) que estejam localizados no Semiárido, em municípios de Baixa Renda ou Estagnados, conforme tipologia da PNDR, e em áreas prioritárias do PRDNE, será considerado o máximo de 15 anos (incluindo ate 5 anos de carência).

### **5.3.7. ENCARGOS FINANCEIROS E BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA**

**5.3.7.1. OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO, INCLUSIVE COM CUSTEIO ASSOCIADO** Os encargos financeiros para investimento com ou sem custeio associado foram definidos pelas Resoluções CMN no4.297 de 30.12.2013 e no 4.304 de 20.01.2014, conforme apresentados na Tabela 13.A abaixo. Sobre os encargos financeiros incidirão bônus totais de adimplência de 15%, independente da localização do empreendimento.

**TABELA 13.A****FNE AQUIPESCA - ENCARGOS FINANCEIROS E BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA  
OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO, INCLUSIVE COM CUSTEIO ASSOCIADO**

| Finalidade                           | Porte                                | Setor Rural |           |
|--------------------------------------|--------------------------------------|-------------|-----------|
|                                      |                                      | Integrais   | Com Bônus |
| Investimentos em Bens de Capital (*) | Mini, Pequeno, Pequeno-Médio e Médio | 5,30        | 4,5050    |
|                                      | Grande                               | 7,06        | 6,0010    |
| Demais Investimentos                 | Mini, Pequeno, Pequeno-Médio e Médio | 5,30        | 4,5050    |
|                                      | Grande                               | 7,06        | 6,0010    |

(\*) Entende-se por bens de capital (BK) apenas aqueles constantes no Cadastro de Fabricantes Informatizado (CFI) do BNDES, não sendo aplicável nenhum outro conceito de bens de capital que possa existir.

**5.3.7.2. OPERAÇÕES DE CUSTEIO ISOLADO E/OU COMERCIALIZAÇÃO**

Sobre os encargos financeiros incidirão bônus totais de adimplência de 15%, resultando nos encargos apresentados na Tabela 13.B:

**TABELA 13.B****FNE AQUIPESCA - ENCARGOS FINANCEIROS E BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA  
OPERAÇÕES DE CUSTEIO ISOLADO E/OU COMERCIALIZAÇÃO**

| Finalidade                | Porte                                | Setor Rural |           |
|---------------------------|--------------------------------------|-------------|-----------|
|                           |                                      | Integrais   | Com Bônus |
| Custeio e Comercialização | Mini, Pequeno, Pequeno-Médio e Médio | 7,65        | 6,5025    |
|                           | Grande                               | 8,83        | 7,5055    |

NOTA 2: para operações de comercialização que tenham sido contratadas no período de 02 a 20.01.2014 aplicam-se taxas distintas, previstas na Resolução CMN/BACEN 4.297/2013, posteriormente alterada pela Resolução CMN/BACEN 4.304/2014.

NOTA 3: Os investimentos destinados a estimular a competitividade da cadeia produtiva que não se enquadrem como crédito rural, no âmbito deste Programa, poderão ser atendidos através dos programas FNE Agrin, FNE Industrial ou FNE Comercio e Serviços.

## ANEXO I – FNE PROFROTA PESQUEIRA – Programa de Financiamento à Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional

### 5.4.1. OBJETIVO

Promover o desenvolvimento da frota pesqueira nacional, estimulando a **competitividade** do setor, o **uso sustentável de recursos pesqueiros e a preservação do meio ambiente e a geração de emprego e renda.**

### 5.4.2. FINALIDADES

Financiar a aquisição, construção, conversão, modernização, substituição, reparo e equipagem de **embarcações pesqueiras** com o objetivo de reduzir a pressão de captura sobre estoques sobre-explotados, proporcionar a eficiência e sustentabilidade da frota pesqueira costeira e continental, promover o máximo aproveitamento das capturas, aumentar a produção pesqueira nacional, utilizar estoques pesqueiros na Zona Econômica Exclusiva brasileira e em águas internacionais, consolidar a frota pesqueira oceânica nacional e melhorar a qualidade do pescado produzido no Brasil (Lei no 10.849/2004, modificada pela Lei no 12.712/2012).

- a. A construção e a simultânea equipagem de embarcações tem por objetivo: i a ampliação da frota dedicada a pesca oceânica; e  
ii a substituição das embarcações da frota costeira ou continental, visando a sua renovação.
- b. A aquisição de embarcações construídas há no máximo cinco anos tem por objetivo exclusivo a ampliação da frota oceânica.
- c. A modernização de embarcações tem por objetivo:
  - i a conversão para readequação da embarcação e respectivo método de pesca, com abdicação da permissão de pesca original;
  - ii a adaptação para fins de reparo ou jumborização (aumento da capacidade de carga); e
  - iii a equipagem, compreendendo a aquisição e instalação de equipamentos ou petrechos de pesca (Decreto no 5.474/2005).

### 5.4.3. ITENS FINANCIÁVEIS

Todos os bens e serviços necessários a viabilização do projeto, com exceção ao disposto no item 4.5 - Restrições.

#### 5.4.4. PÚBLICO-ALVO

Conforme a Lei no 12.712/2012 que modificou a Lei no 10.849/2004 – Lei do Profrota Pesqueira - são beneficiárias do Profrota Pesqueira as pessoas físicas e jurídicas, inclusive cooperativas e associações, devidamente inscritas no Registro Geral da Atividade Pesqueira -RGP nas categorias de Armador de Pesca, Pescador Profissional, Industria ou Empresa Pesqueira, classificadas por porte, conforme a Tabela 14 a seguir.

#### TABELA 14

#### FNE PROFROTA PESQUEIRA - DEFINIÇÃO DE PORTE DE BENEFICIÁRIO PESSOA JURÍDICA

| PORTE   | RECEITA OPERACIONAL BRUTA ANUAL (R\$ 1,00) |
|---------|--|
| Micro   | Até 433.755,14                             |
| Pequeno | Acima de 433.755,14 até 2.133.222,00       |
| Médio   | Acima de 2.133.222,00 até 8.000.000,00     |
| Grande  | Acima de 8.000.000,00                      |

Fonte: Decreto nº 5.474, de 22.06.2005.

#### 5.4.5. LIMITES DE FINANCIAMENTO

O limite de financiamento e de ate 90% para as modalidades de construção, substituição, modernização e conversão e de ate 50% do valor do barco para aquisição de embarcações para pesca oceânica (Lei no 10.849/2004, modificada pela Lei no 12.712/2012).

#### 5.4.6. PRAZOS

Os prazos serão fixados em função do cronograma físico-financeiro do projeto e da capacidade de pagamento do beneficiário, respeitados os prazos máximos da Tabela 15:

**TABELA 15****FNE PROFROTA PESQUEIRA – PRAZOS**

| DESCRIÇÃO  | MODALIDADE                 |             |              |             |
|--|----------------------------|-------------|--------------|-------------|
|  | CONSTRUÇÃO ou SUBSTITUIÇÃO | AQUISIÇÃO   | OUTRAS       |             |
| Prazo total (incluído prazo de carência)                     | Até 20 anos                | Até 20 anos | Modernização | Até 10 anos |
|  |                            |             | Conversão    | Até 15 anos |
|  |                            |             | Equipagem    | Até 05 anos |
|  |                            |             | Reparo       | Até 03 anos |
| Carência (incluído prazo de construção, obra e/ou equipagem) | Até 04 anos                | Até 02 anos | Modernização | Até 03 anos |
|  |                            |             | Conversão    | Até 04 anos |
|  |                            |             | Equipagem    | Até 03 anos |
|  |                            |             | Reparo       | Até 02 anos |

Fonte: Lei nº 10.849/2004, modificada pela Lei nº 12.712/2012.

**5.4.7. ENCARGOS FINANCEIROS E BONUS DE ADIMPLÊNCIA**

Taxa de juros de acordo com o porte do tomador, conforme discriminado na Tabela 16 (Decreto no 5.474/2005) e bonus de adimplencia conforme Tabela 17.

**TABELA 16****FNE PROFROTA PESQUEIRA - ENCARGOS FINANCEIROS**

| PORTE DO BENEFICIÁRIO  | ENCARGOS |
|--|----------|
| Micro ou Pequena empresa, Cooperativa/Associação de mini ou pequenos produtores. | 7% a.a.  |
| Média empresa, Cooperativa/Associação de médios produtores                       | 10% a.a. |
| Grande empresa, Cooperativa/Associação de grandes produtores                     | 12% a.a. |

Fonte: Decreto nº 5.474, de 22.06.2005.

**TABELA 17****FNE PROFROTA PESQUEIRA - BÔNUS DE ADIMPLÊNCIA**

| FINALIDADE DO FINANCIAMENTO   | BÔNUS |
|---|-------|
| Modernização para conversão e construção da embarcação para substituição, quando houver deslocamento de atividade pesqueira sobre-explotada, para pesca de espécies sob menor pressão de captura. | 30%   |
| Construção e simultânea equipagem de embarcações quando houver deslocamento de atividade pesqueira sobre-explotada para a pesca de espécies sob menor pressão de captura                          | 30%   |
| Modernização de embarcação para equipagem, que implique substituição de equipamentos ou petrechos de pesca de alto impacto ambiental e de grande potencial de risco à saúde dos trabalhadores.    | 20%   |
| Construção de embarcações destinadas à captura de espécies inexploradas ou subexploradas na Zona Econômica Exclusiva e em águas internacionais.   | 20%   |
| Aquisição de embarcações destinadas à captura de espécies inexploradas ou subexploradas na Zona Econômica Exclusiva e em águas internacionais.  | 5%    |

Fonte: Decreto nº 5.474, de 22.06.2005.

NOTA: pré-requisitos para habilitação - Os projetos, antes de serem analisados pelo agente financeiro, deverão atender aos seguintes requisitos (Lei No 10.849/2004 e Decreto no 5.474/2005):

- a) Homologação previa, pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, dos aspectos técnicos das propostas, bem como da habilitação do proponente para o desenvolvimento da atividade pretendida;
- b) Concessão de permissão previa de pesca pelo MPA; e
- c) Licença de construção ou conversão do barco emitida pelo Comando da Marinha.

BANCO DO NORDESTE. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste: **FNE 2014 Programação Regional**, Fortaleza, jan. 2014.

Disponível em:

[http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos\\_e\\_servicos/programas\\_fne/gerados/aquipisca.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/produtos_e_servicos/programas_fne/gerados/aquipisca.asp)>. Acesso em: 18 maio 2014.

## ANEXO J – A Pastoral dos Pescadores no Brasil

O trabalho pastoral com pescadores foi iniciado em **1968**, nas praias de Olinda (PE), pelo Frei Alfredo Schnuettgen, OFM. Mais tarde o trabalho se espalhou para Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Em **1976 com apoio de Dom Helder Câmara**, a Pastoral dos Pescadores foi reconhecida a nível nacional pela CNBB, tendo como coordenador e animador o próprio Frei Alfredo. Assim, a Pastoral dos Pescadores se expandiu para outros estados do Nordeste e outras regiões do país.

Em 1988 o CPP tornou-se uma instituição com personalidade jurídica.

Atualmente o CPP está organizado em quatro regionais: Nordeste (PE, AL, SE e RN); Ceará (CE); Bahia (Litoral e Sertão) Norte (PA).

### **NO CEARÁ**

No Ceará o CPP nasceu no início dos anos 80, na comunidade de Parajuru, município de Beberibe, com a visita de Frei Alfredo, ocasião em que foi formada a sua primeira equipe de agentes de pastoral.

Em sintonia com o CPP Nacional, em 1988, aconteceu a Assembléia de Fundação do CPP Regional Ceará, com Sede em Cascavel. Atualmente o CPP/CE está **sediado na cidade de Fortaleza**, sendo composto por uma equipe de três agentes de pastoral e uma auxiliar administrativo.

A Pastoral dos Pescadores desenvolve múltiplas ações em comunidades costeiras e ribeirinhas, tem por referência e linhas de ação as áreas de **Meio Ambiente, Geração de Renda e Garantia de Direitos, tendo como temas transversais Organização, Juventude e Gênero.**

Para tanto, estabelece parcerias com outras organizações da sociedade civil, sejam elas nacionais ou internacionais, sempre na perspectiva de ser voz profética na zona costeira cearense.

**História do movimento dos pescadores do Estado do Ceará 1941 – 2009:**

**1941:** O “**Jacaré**” e três pescadores embarcam numa jangada rumo ao Rio de Janeiro para protestar com o Presidente da República, Getúlio Vargas, contra o abandono dos pescadores. O Jacaré morreu de forma trágica durante a filmagem da viagem, feita pelo diretor americano Orson Welles.

**1980:** Várias entidades começam a organizar os pescadores artesanais do Ceará para reivindicar melhores condições de trabalho, apoio à pesca artesanal e direitos humanos. Entre estas entidades se encontram: **CPP** (Conselho Pastoral dos Pescadores), **MOPECE** (Movimento dos Pescadores do Ceará) e **MONAPE** (Movimento Nacional dos Pescadores). A CPP do Ceará foi criado a partir da articulação da comunidade da Prainha.

**1985:** Começa a **invasão de barcos** piratas (pescando com compressor / mergulhando sem a mínima segurança) e aumenta a pesca de lagosta miúda. Vários pescadores perdem a vida durante conflitos armados na área costeira de Redonda, Icapuí. Os próprios pescadores se prejudicaram começando a capturar lagosta miúda também.

**1991:** Começa o **projeto de desenvolvimento sustentável da pesca** na comunidade da **Prainha do Canto Verde, Beberibe** com apoio dos **Amigos da Prainha do Canto Verde**. Jangadeiros da Prainha ameaçados por uma a tripulação de um barco pirata se defendem e sem querer mataram um tripulante com um tiro de escopeta.

**1992:** Mais um **pescador perde a vida** pela mão dos piratas no mar da Redonda, Icapuí. Mais uma vez as autoridades deixam de tomar medidas para coibir a violência no mar. Uma comitiva de pescadores de Prainha do Canto Verde participa do enterro em homenagem ao pescador assassinado onde nasce a aliança entre a Prainha do Canto Verde e Redonda.

**1993:** No dia 04 de abril sai da Prainha do Canto Verde a Jangada **S.O.S. Sobrevivência\*** para o Rio de Janeiro com 20 paradas ao longo do caminho para encontros com pescadores, grupos de direitos humanos, ONG’s e o público em geral. Presença na festa de saída de personalidades como o navegador **Amyr Klink**, pescadores das comunidades do litoral leste, o Padre Marco Passarini que celebrou a missa, políticos de esquerda e o Prefeito de Icapuí. Ausentes representantes da Prefeitura, Governo do Estado, Ibama, Marinha (que queria impedir a viagem da jangada na última hora) em fim o poder público



ligado a elite do Ceará. Durante a viagem em protesto contra a pesca predatória e falta de participação na gestão da pesca dos pescadores artesanais, **contra a especulação imobiliária e o turismo de massa (Prodetur)**, foram organizados **4 seminários na UFC**, com participação da sociedade civil, comunitários, pescadores, pesquisadores e representantes do poder público a fim de elaborar propostas para combater as deficiências. Após 74 dias de viagem e divulgação em cadeia nacional de TV e a mídia impressa os 6 tripulantes foram recebidos na histórica Praça XV onde os jangadeiros do Jacaré chegaram em 1941. Na comitiva o cantor e autor de músicas de jangadas e pescadores **Doryval Cayimmi**, Atores, políticos de esquerda como o Deputado Carlos Minc e um grande público de pescadores e pessoas humildes do Rio de Janeiro.

Nasce a ONG **Instituto Terramarfundado por engenheiros de pesca**, acadêmicos do

**LABOMAR** e voluntários da campanha S.O.S. Sobrevivência.

**1994:Lideranças das comunidades do litoral leste** de Redonda,Icapuí; Prainha do Canto Verde, Barra da Sucatinga, Uruaú, Morro Branco, Beberibe começam a se reunir para planejar futuras ações pacíficas. Reuniões com o Superintendente do IBAMA (Dr. José Augusto Negreiros Aragão) resultam em um primeiro plano para **salvar a lagosta**. O plano acaba engavetado em Brasília. O Superintendente costura uma aliança entre pescadores, indústrias, armadores para continuar na procura de soluções.

**1995: A exportação da lagosta** que desde sempre foi o produto de exportação número um, cai de 2700 toneladas em 1991 para 1700 em 1995. A pesca de compressor está totalmente fora de controle e o defeso está sendo desrespeitado. No dia 04 de abril 1995 (aniversário do

S.O.S. Sobrevivência) **500 pescadores e mulheres**, acompanhados do Superintendente do IBAMA **protestam** em frente a sede do Governo do Estado e entregam a “Carta da Prainha do Canto Verde” ao representante do **Governador Tasso Jereissati**. Membros do Sindicato dos Armadores de Pesca do Ceará juntaram se a caravana dos pescadores artesanais.

O Governador reage e encarrega o Secretário de Desenvolvimento Urbano de reunir o setor pesqueiro para avaliar o problema. Em maio acontece a primeira reunião e ainda em 1995 é criado o **COMPESCE – Comitê de Pesca do Estado do Ceará**, por decreto assinado pelo Governador Tasso Jereissati. **Assim que pela primeira vez na história do Ceará (e talvez do Brasil) pescadores artesanais e entidades da sociedade civil participam da**

**gestão da pesca.** Em visita a Fortaleza, o Presidente do IBAMA, Dr. Raul Jungmann elogia a atitude dos pescadores e promete o seu apoio. Com o apoio do Ibama o comitê trabalha com muita energia e negocia acordos de pesca entre os integrantes. Em Julho o COMPESE e o Ibama apresentam o primeiro Plano de Ordenamento para a pesca da lagosta do Ceará (POPL).

Falta uma embarcação para fazer uma fiscalização efetiva no mar. Os pescadores de Redonda e outras praias arrecadam R\$ 20.000,00 para comprar um barco. O Prefeito de Icapuí, o IBAMA e o Governo do Estado contribuíram com R\$ 20.000.00 para compra do barco. Com fiscais do IBAMA, agentes da PM e a tripulação de pescadores foram autuados mais de 50 barcos pirata (de compressor) em dois meses. A repressão resulta em tiroteios no mar. várias tripulações foram para a cadeia e os líderes dos pescadores sofrem ameaças de morte. A pesca de compressor diminui dramaticamente na área do litoral entre Beberibe e Icapuí. O Governo do Estado (Secretário de Desenvolvimento) e o IBAMA mostram sinais de desgaste, o Plano de Ordenamento da pesca da lagosta, que deverá ser adotado em todo Brasil, some novamente na gaveta do IBAMA em Brasília.

**O Fórum dos Pescadores contra a pesca predatória do Litoral Leste** que nasceu na informalidade de uma assembléia em 23 de março de 1995 na Prainha do Canto Verde continua a crescer em quantidade e qualidade e continua cobrando mas empenho do governo e dos empresários da pesca. Estes últimos pareceram ser os menos interessados em resolver o problema da pesca ilegal, e ficaram praticamente ausentes do comitê. Os líderes do Fórum são de origens bem diferentes; o articulador do SOS Sobrevivência René Schärer, executivo aposentado da Aviação Civil; Melquiades Carneiro, pescador e o “Kamundo” Raimundo Bomfim Braga, filho de pescador em cadeira de roda. Eles contaram com apoio logístico do **Instituto Terramar e parcerias com Labomar, Ibama, CPP e dos armadores de pesca.**

**1996:** Antes do começo da pesca lideranças do Fórum e pescadores das comunidades de Prainha do Canto Verde, Redonda e Barra da Sucatinga se reúnem nesta comunidade para definir a adesão dos pescadores as normas da pesca. Fica decidido de respeitar o mínimo de malha de 5cm para os covos chamados cangalhas e de fiscalizar a pesca nas próprias comunidades. Na Prainha do Canto Verde e Redonda são elaborados os primeiros **regulamentos de pesca locais.** Para julgar os infratores foram criados **tribunais das praias** que condenaram os réus a penas de suspensão da pesca. As comunidades continuam

colaborando com o Ibama na fiscalização nas praias e com o Barco Monsenhor Diomedes no mar.

Pela primeira vez em muitos anos o defeso é respeitado e muitas lanchas de compressor, deixam de pescar durante o período de janeiro a abril. **Devido a interferência do Deputado Federal do PSDB, Vicente Arruda, o José Augusto, superintendente do IBAMA-CE é substituído sem justificativa alguma. A parceria tão promissora dos pescadores, setor pesqueiro e do IBAMA sofre um retrocesso importante.** O novo dirigente faz todo para atrapalhar e a pesca clandestina aumenta e fica fora de controle de novo. Pescadores e fiscais do IBAMA se envolvem em batalhas de acusações de um lado e fiscalizações abusivas do outro. Mais uma vez os líderes do Fórum reivindicam a discussão do Plano de Ordenamento para pesca da lagosta em nível nacional, além de recursos para fiscalização da pesca predatória.

A maioria dos pescadores da frota a vela não tem permissão de pesca para lagosta e fica sujeito a fiscalização do Ibama. O Fórum dos Pescadores lança uma nova campanha para obrigar o Ibama de abrir inscrição para **concessão de permissões de pesca** para assim sair da clandestinidade. O Governo finalmente publica a portaria e o Fórum dos Pescadores mobiliza as comunidades no litoral leste. Mas, lamentavelmente a maioria das Colônias dos Pescadores do Ceará, sobretudo no litoral leste não mobiliza os donos de barcos e muita gente sai perdendo a oportunidade de se legalizar.

Ainda em 1996 na **II Oficina Internacional sobre Pesca Artesanal**, organizado pelo LABOMAR – UFC com apoio da **Agência de Desenvolvimento Internacional do Canadá** (CIDA) os líderes dos pescadores apresentam um **plano de co-gestão** dos recursos pesqueiros com participação ampla de todos os setores da pesca e entidades governamentais.

Dezembro: Termina em Brasília a tão esperada reunião com aprovação do **POPL – Plano de Ordenamento para Pesca da Lagosta pelos** Comitês de 10 estados do Brasil, um resultado direto da mobilização dos pescadores do litoral leste do Ceará. Com a criação do COMESCE, da conquista das licenças para pesca da lagosta e a aprovação do POPL nacional foram dados passos importantes para a participação dos pescadores artesanais na gestão dos recursos do mar. Finalmente os pescadores tem plena participação nos ambientes que discutem o futuro da pesca, participam da regulamentação da pesca e estão pronto para assumir um compromisso muito sério, que é a co-gestão dos recursos do mar.

O Fórum dos Pescadores conquista mais aliados. Os prefeitos eleitos de 5 municípios do litoral leste (Cascavel, Beberibe, Fortim, Aracati e Icapuí) são convidados para a Reunião do Fórum dos Pescadores em Aracati em dezembro de 1996 para tomar conhecimento dos problemas e do potencial da pesca nos seus Municípios. Eles ficam impressionado com as conquistas dos pescadores e prometem apoio.

**1997:** Representantes do COMESCE ajudam no fortalecimento do Comitê de Pesca do Estado do Rio Grande do Norte, inspirado na **experiência do Ceará em janeiro de 1997**. Os novos Prefeitos, já empossados, se reúnem com membros do Fórum dos Pescadores e assumem o compromisso de entrar com recursos para garantir a fiscalização da pesca predatória no mar em parceria com o IBAMA e os pescadores. Em quatro dos cinco municípios já existem projetos concretos para a criação de Departamentos de Pesca. A implementação do POPL continua parada por causa da resistência da diretoria do IBAMA no Ceará e a falta de recursos financeiros e materiais que já virou piada no IBAMA. A entidade do governo responsável pela gestão da pesca esta cada vez mais desmantelada e fazendo os interesses da frota ilegal.

A pesca da lagosta fracassa: A queda de produção de lagosta cai de 50 % até 90% dependendo da área, afetando sobretudo as áreas de água mais rasas. A pesquisa preliminar realizada com recursos das próprias comunidades se revela um problema natural de assoreamento na zona costeira. O Governo do Estado não libera recursos para aprofundar a pesquisa (custo R\$ 26.000,00 com contrapartida das comunidades e prefeituras de R\$ 8.000,00).

**Terremoto no IBAMA** do Ceará: Com a pressão da sociedade civil, o Superintendente nomeado por aquele Deputado Federal é exonerado do cargo. Assume o comando o **interventor Osvaldo Barbosa**. Um inquérito administrativo é aberto para investigar as acusações de desvio de verbas e corrupção. **A parceria dos pescadores e ONG's com os técnicos honestos do Ibama ganha novo fôlego.**

Em setembro, o **Instituto Terramar** organiza o **I SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESCA RESPONSÁVEL** com apoio financeiro do “ICSF – Coletivo Internacional em Apoio a Pesca Artesanal”, ONG radicada na Índia, e o apoio logístico do IBAMA. Com **350 participantes** entre os quais mais de **100 pescadores e marisqueiras** o evento é um grande êxito. Os pescadores artesanais discutem o Código de Conduta sobre Pesca Responsável da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e

Alimentação) e dão um exemplo de responsabilidade cidadã. Os técnicos do IBAMA participam ativamente. Cabe destacar a presença do Deputado Federal Inácio Arruda e do Senador Lúcio Alcântara, defensores dos pescadores artesanais, que prestigiaram o evento. Com a situação no IBAMA voltando a normalidade, agora é o Governo do Estado que começa a mostrar sinais de fadiga. Os pescadores protestam com a Carta de Uruaú contra a prática do Governo de tomar decisões sem que estas sejam discutidas no COMPESCE, pela falta de apoio a pesquisa do assoreamento e à fiscalização, e protestam contra a interferência de parlamentares no IBAMA, **inclusive apoiando técnicos suspeitos de corrupção**. No final de ano, começa uma nova invasão de barcos de compressor pescando lagosta e peixe, mais uma vez devido à falta de fiscalização, apesar da presença do barco da fiscalização da comunidade de Redonda, desta vez o problema foi a falta de recursos do Ibama de Brasília.

**1998:** Mais uma vez, os pescadores começam o ano cheio de otimismo e vontade de resolver o problema da pesca da lagosta, em parceria com a nova equipe do IBAMA. Uma avaliação interna do COMPESCE acaba sem os resultados esperados e os pescadores continuam na dúvida se o Governo do Estado está realmente disposto a apoiar a pesca, O Governador continua sem prestigiar os membros do Comitê e não está tomando conhecimento dos verdadeiros problemas da Pesca, o Secretário da SDR não aceita críticas.

Com a participação de **René Schärer do Instituto Terramar na Assembléia Geral do ICSF (Coletivo Internacional de apoio a Pesca Artesanal) em Trivandrum, Índia**, os pescadores do Ceará se conectam na rede de pesca internacional. Os debates na assembléia se concentram nos mesmos problemas do Brasil; **pesca ilegal, excesso de esforço de pesca, direitos de acesso da pesca artesanal ao recurso, os direitos da mulher na pesca. degradação da zona costeira e o desenvolvimento do turismo de massa com exclusão das comunidades do litoral**. René Schärer, o antropólogo marítimo Prof. Antônio Carlos Diegues, USP e Dra. Christina Maneschy da UFPA são os membros brasileiros do ICSF.

No dia 6 de fevereiro, em Fortaleza, o Instituto Terramar e o IBAMA lançam a “**Caravana da Lagosta**”, uma campanha de conscientização que percorreu 16 comunidades do litoral usando teatro de bonecos, grupos de teatro popular, artistas do Ceará, o Coral das Crianças da Prainha do Canto Verde, Vídeos e a música “A lagosta boa” do compositor Carlito, a

qual visa envolver os pescadores, armadores, empresários e entidades governamentais na preservação da lagosta e o combate a pesca de compressor que continua matando jovens do litoral e prejudicando os estoques de lagosta. **A campanha é financiada com recursos do ICSF através do Instituto Terramar e do IBAMA, além da participação do COMPESECE, Prefeituras, LABOMAR e a Petrobrás.** Paralelamente à caravana, o Instituto Terramar e o IBAMA promoveram **seminários regionais** com a participação de todos os membros do setor pesqueiro debatendo sobre os principais problemas do setor. No dia 3 de abril (um dia antes da festa de aniversário dos 5 anos da campanha S.O.S. Sobrevivência) numa assembléia histórica com 66 delegados dos seis seminários regionais, foram aprovadas medidas importantes referente à regulamentação da pesca e redução do esforço de pesca. A primeira vez que todo o setor pesqueiro participa da tomada de decisões importantes. O atraso de 3 meses para a publicação das respectivas portarias demonstra a dificuldade dos burocratas de Brasília de aceitar a democratização na pesca. O Congresso aprova o projeto de lei 9.605 dos crimes ambientais, tendo como relatores a Senadora Marina Silva, PT- Acre e o Senador Lúcio Alcântara do Ceará. É importante ressaltar que o Fórum dos Pescadores e o Instituto Terramar foram consultados durante a elaboração da lei.

**O Governador Tasso Jereissati cansa da pressão dos pescadores e acaba com o COMPESECE.** O que não impede que os pescadores continuam o trabalho de co-gestão com o Ibama e outros membros do setor produtivo, assim mantendo a parceria com o governo.

**Turismo Comunitário:** Inovando mais uma vez a comunidade de Prainha do Canto Verde inaugura o **primeiro destino de Turismo Comunitário** como alternativa ao modelo de turismo praticado pelo Governo com ajuda do Banco Interamericano de desenvolvimento BID.

**1999:** O Instituto Terramar com apoio dos **Amigos da Prainha do Canto Verde**, da **Fundação AVINA**, a **GTZ da Alemanha** começa o **Curso de Formação para Lideranças do Ceará** e em 4 anos capacita mais de 100 homens e mulheres de 25 comunidades do litoral do Ceará, incluindo muitos integrantes do Fórum dos Pescadores contra a Pesca Predatória que nasceu em 1995. **Os alunos do curso** criaram o **Fórum dos Pescadores e Pescadoras do Litoral do Ceará – FPPLC.**

**Certificação da pesca sustentável:** O FPPLC e o Instituto Terramar, com apoio das Empresas de Pesca convida para um cocktail no Hotel de 5 Estrelas Marina Park e a

apresenta o **MSC (Marine Stewardship Council)** para o setor pesqueiro, pescadores e a imprensa. Convidado especial o ex-Ministro do Meio Ambiente e membro do Conselho do MSC, Dr. Henrique Brandão Cavalcanti.

Chega na Prainha do Canto Verde o **primeiro modelo de um catamarã a vela** construído no Maranhão. O catamarã será testado pela viabilidade técnica e econômica na pesca da lagosta e peixes no litoral do Ceará

**2000: Certificação:** O MSC com apoio do **WWF Oceans Campaign** faz uma pré-avaliação da pesca da lagosta na Prainha do Canto Verde para certificação. O resultado foi negativo devido à falta de dados sobre o estado dos estoques da lagosta e as grandes deficiências na gestão governamental do recurso, embora os pescadores foram avaliados de forma positiva pela responsabilidade na pesca. Recomendações do certificador Chet Chaffee: “Criar uma Área Marinha Protegida, para gestão compartilhada do recurso” e “Investimentos na pesquisa para melhorar a qualidade dos dados científicos (avaliação de estoques)”.

**2001: GTT Lagosta:** A primeira tentativa do governo de introduzir a gestão compartilhada da lagosta não levou aos resultados esperados pela falta de compatibilidade dos membros do comitê, que **favorecia o setor empresarial a detrimento dos pescadores** e pelo fraco desempenho da Confederação dos Pescadores. **Houve uma aliança entre técnicos e empresas com o objetivo de excluir os pescadores artesanais da pesca da lagosta** culpando estes últimos pela crise da lagosta por estar pescando na área mais rasa onde tem abundância de lagosta miúda, ignorando do fato de que jangadas pescam de 10 a 20 milhas da costa. O GTT foi extinto por excesso de conflitos e consenso no final do governo FHC.

**2003: I SITS – Seminário Intl. de Turismo Sustentável** – apresenta para a sociedade e governo o resultado da **implantação do turismo comunitário no Brasil liderada pela Prainha do Canto Verde no litoral do Ceará e a comunidade de pescadores da comunidade de Silves na Amazônia. Mais de 400 comunitários, pesquisadores, profissionais do turismo e ONG’s nacionais e internacionais chegaram à conclusão de que o turismo comunitário é uma atividade complementar viável para as comunidades pesqueiras e deveria ser incentivado pelo governo.**

**2004** Campanha “**A Lagosta não pode Acabar**”, no Estado do Ceará. A iniciativa do Instituto Terramar e do FPPLC é mais uma tentativa de mobilizar as comunidades, ONG’s e governos locais para elaborar propostas para a gestão da lagosta, afim de subsidiar a

participação dos pescadores na gestão compartilhada. Entre as propostas:

- uso de áreas marinhas protegidas AMP para ordenar a pesca em regime de – co-gestão comunitária em várias regiões do litoral do Ceará;
- permitir a pesca de lagosta exclusivamente com uso do manzuã;
- garantir o acesso dos pescadores artesanais a pesca da lagosta;
- visar a certificação de origem da lagosta da pesca artesanal para garantir acesso ao mercado preferencial;
- combate à pesca ilegal.

Em dezembro 2004, o **Governo Lula** faz a sua tentativa para gestão compartilhada da lagosta e cria **Comitê de Gestão para o uso Sustentável da Lagosta – CGSL**. Desta vez a participação dos pescadores e da sociedade civil é de acordo com a importância econômica e social da atividade e favorece a participação da pesca artesanal.

Entre eles as entidades que representam a voz dos pescadores artesanais e que fazem parte da articulação popular para salvar a lagosta: **MONAPE Movimento Nacional dos Pescadores do Brasil, CPP Conselho Pastoral dos Pescadores, Instituto Terramar**. Os resultados começam a sair, mesmo tendo sacrifício para todo mundo, como na redução da frota. **Mais uma vez se destaca a atuação fraca dos representantes dos pescadores – Confederação dos Pescadores – que deixa de mobilizar os donos de barcos a vela por falta de interesse**. Importantes mudanças foram aprovadas que podem levar a recuperar do recurso. Falta agora garantir o acesso dos pescadores artesanais através de novas formas de ordenamento como acordos de pesca e Áreas Marinhas Protegidas de interesse da pesca artesanal. Com a **criação do Ministério de Pesca**, se cria uma situação nova e os pescadores tem que garantir o diálogo com o governo, contra as empresas de pesca.

**2006:** A iniciativa do Instituto Terramar e do Fórum dos Pescadores e Pescadoras do litoral do Ceará de organizar o **II Seminário Internacional sobre a Pesca Responsável – 25 a 27 de janeiro de 2006** em Fortaleza – apresentou propostas concretas para o Governo e o setor pesqueiro. Do evento patrocinado pela **FAO, os Amigos da Prainha do Canto Verde e a Fundação AVINA participaram expertos dos Estados Unidos, Austrália, Caribe e pesquisadores do Brasil**. E mais importante os pescadores e pescadoras do Ceará participaram ativamente do Seminário e contribuíram para o debate sobre a gestão da pesca.

**A experiência piloto com o catamarã Esperança na Prainha do Canto Verde dá**



**resultados muito positivos para pesca artesanal e demonstra a viabilidade econômica. Esta embarcação tem grande potencial para substituir a frota motorizada do litoral do Ceará e do Rio Grande do Norte.**

O projeto **Estaleiro Escola** capacitou 8 jovens carpinteiros e já foram construídos 5 catamarã's.

**Uma nova era para os pescadores do Nordeste. Jangada e catamarã são embarcações perfeitas para a pesca de peixe e lagosta sem causar excesso de esforço de pesca.**

**2008: II SITS – Seminário Intl. de Turismo Sustentável em Fortaleza de 12 a 15 de maio reuniu mais de 400 representantes de 11 países e 15 estados do Brasil e consagrou o turismo comunitário como instrumento para o desenvolvimento local e redução de pobreza.**

Desta vez **o governo federal** teve importante participação com representantes dos Ministérios de Turismo, Meio Ambiente e Desenvolvimento Agrário. **Em 10 anos, o turismo comunitário virou política pública no Brasil e recebe apoio com vários editais publicados pelo governo.** O turismo comunitário é também um instrumento importante para garantir os territórios das comunidades do litoral contra o desenvolvimento de resorts e a especulação imobiliária.

#### **Reflexões:**

Desde 1992, as capturas vem caindo de forma expressiva, apesar do aumento da área de pesca, que hoje se estende até o Amapá no norte e o Espírito Santo no sul. A produção e exportação da lagosta do Ceará vem caindo de 2.900 toneladas de cauda em 1991 para 1.287 toneladas em 2003 rendendo exportações no valor de US\$ 30.733.000.00.

Em 2004 em maio e junho de 2005 teve até uma recuperação temporária – por alguns atribuídos ao uso cada vez maior de barcos de compressor e do uso da rede, que são artes de pesca embora ilegal, muito eficientes criando um excesso de esforço cada vez maior. Mas a partir de julho de 2005 a produção entrou em queda acentuada, levando ao fechamento de empresas, barcos a motor encostados e pescadores pedindo o seguro defeso. Pesquisadores e pescadores atribuem o problema ao esforço excessivo devido ao número de barcos cada vez mais numerosos pescando com artes de pesca destrutivos como o compressor e a rede. Para entender o problema precisamos analisar o caso do Ceará e do Rio Grande do Norte. Pela extensão da plataforma continental e os ventos favoráveis, esta região abriga uma frota de diferentes tipos de barcos a vela: jangadas, paquetes, bateras,

canoas e catamará's que variam em tamanho de 3 metros até 8 metros, que exploram todos os recursos pesqueiros existentes na zona costeira. Empresários e armadores culpam os pescadores pela pesca de lagosta miúda, porque estas são mais abundantes na zona costeira onde a frota a vela pesca. Porém é importante ressaltar que a frota a vela não pressiona o recurso lagosta durante oito meses como a frota motorizada, **a maioria destes barquinhos pesca no máximo durante 40 a 60 dias por ano.**

**No resto do ano, a zona costeira fica exposta à exploração da frota motorizada pescando com malhas de 4 cm, com compressor, grandes quantidades de redes e pescando lagostas ovadas, inviabilizando a reprodução da espécie em números suficientes para manter os estoques e contribuindo com a maior parte de lagostas miúdas.** Também vale ressaltar que são as **empresas de pesca** que criaram consórcios para exportar lagostas miúdas para os Estados Unidos, que acabou em assassinato de um empresário e depois de anos de investigação do NOAA (autoridade de pesca nos Estados Unidos) no indiciamento do maior **importador de lagosta ilegal** do Brasil.

Os donos da **empresa Bobbery** fugiram antes de ser preso em 2008.

Historicamente, **os pescadores artesanais do Ceará contribuem para a exploração dos recursos na zona costeira com uma enorme diversidade de artes de pesca, capturando peixes, camarões e lagostas de forma economicamente viável produzindo mais de 50% do pescado.**

Até que chegou a invasão dos barcos de compressor e barcos motorizados usando a caçoeira, à procura da lagosta cada vez mais escassa e competindo diretamente com os pescadores artesanais. **A retirada da frota a vela da pesca da lagosta exigida por empresários e armadores de pesca e pesquisadores no GTT em 2003, será um desastre e o fim da lagosta, deixando o mar para ser destruído em pouco tempo pelo esforço dos barcos motorizados e deixando só no Ceará 10.000 a 15.000 famílias sem renda da pesca, já que não há outro recurso para substituir a lagosta.**

O uso cada vez mais intenso da caçoeira levou a um enorme aumento do esforço e intensificou o impacto desta arte de pesca, como: a captura de fauna acompanhante, captura de tartarugas marinhas, de lagostas ovadas em grandes quantidades. Sem chance de retornar ao mar devido ao tempo que o animal está preso na rede, levando a decomposição da lagosta, devido ao tempo que o animal agonizava, durante muito tempo, e se retornar ao mar deteriora qualidade da lagosta, que começa a prejudicar o preço desse

produto brasileiro, no mercado internacional.

A crise da lagosta piorou mais ainda com o uso de atratores de lagosta confeccionado com tambores de produtos químicos e tóxicos imitando o uso de “casitas” para pesca da lagosta em Cuba. O uso dos atratores aumentou mais ainda o poder de pesca dos barcos de compressor. Em 2008, o preço da lagosta começou a despencar nos mercados internacionais devido a crise financeira mundial e no caso da lagosta brasileira pela péssima qualidade da lagosta (tambores, manejo inadequado). **A pesca legal como a conhecemos, com permissão de pesca e usando o manzuã, ficou economicamente inviável pela concorrência desleal da pesca ilegal, o baixo preço da lagosta e o custo dos insumos.**

Assim que os barcos de compressor tomaram conta do mar e só uma intervenção massiva do Ibama e da Marinha podem acabar com o problema. Em todas as reuniões do CGSL o problema tem sido colocado e parece que agora (Out 2009) a fiscalização começa a melhorar. **Sem a participação construtiva dos representantes dos pescadores (MONAPE) e da sociedade civil (Instituto Terramar e CPP), o comitê gestão não teria conseguido a mudança de paradigma na gestão da pesca.**

Mas, mesmo assim, ainda temos esperança para a pesca da lagosta. Como diz o antropólogo marítimo Antônio Carlos Diegues da USP, no seu último livro “observa se até uma re- artensanalização de algumas pescarias, como a da lagosta no Nordeste, uma vez que muitos barcos da pesca empresarial abandonaram a atividade e passaram a comprar o produto dos barcos da pesca artesanal. Com a declaração da Zona Econômica Exclusiva a partir da **III Conferência do Mar das Nações Unidas**, alargando consideravelmente a faixa marítima sob jurisdição nacional, a importância da pesca artesanal deve ser ainda mais enfatizada, pois é sabido que a quase totalidade do potencial pesqueiro brasileiro se encontra dentro dessa área, até os limites da plataforma continental, explorada, em geral, pelos pescadores artesanais”.

**Se a exploração de petróleo no mar rende royalties para o país, porque não a pesca de lagosta, camarão, pargo e outras espécies de alto valor comercial? Chega de subsídios para a frota motorizada quando sobram barcos no mar.**

O grande desafio para os pescadores do litoral do Nordeste é de juntar forças para defender os interesses dos pescadores e pescadoras e de criar uma frente forte para negociar com o governo, até o final de 2010 os direitos dos pescadores e pescadoras para o

desenvolvimento das suas atividades no mar e em terra ajudando na conservação do patrimônio do Brasil.

PRAINHA DO CANTO VERDE. História do movimento dos pescadores do Estado do Ceará 1941 – 2009. Disponível em: <<http://prainhadocantoverde.org/historia-do-movimento-dos-pescadores-do-estado-do-ceara-1941—2009/>>. Acesso em: 25 fev 2014.

## ÁREA DE ATUAÇÃO CPP - CE



Litoral Cearense

### GRUPOS ACOMPANHADOS

- Associação Comunitária dos Moradores de Emboaca, TRAIRI-CE
- Associação de Moradores do Sítio Jardim, FORTIM-CE
- Associação de Moradores, Pescadores e Agricultores de Barro Preto e Capim Açú - Novos Guerreiros, PARAÍPABA-CE
- Associação de Pescadores de Morro Branco, BEBERIBE-CE
- Associação de Pescadores, Artesãos, Marisqueiras e Barraqueiros da Comunidade

da Volta, ARACATI-CE

- Associação dos Moradores de Barra Velha, CASCAVEL-CE
- União dos Pescadores da Caponga, CASCAVEL-CE Acessado em:  
<http://cppceara.blogspot.com.br/>

Dia 18 de maio de 2014.

## ANEXO L – Ação SESC – 2011 em Caucaia

### Ação Comunitária

#### Colônia Ecológica SESC Iparana abre Inscrições gratuitas

Estão abertas as inscrições para as oficinas gratuitas oferecidas pelo SESC durante a **Programação Sócio-Ambiental da Colônia Ecológica SESC Iparana**. As oficinas práticas e discursivas serão realizadas nos dias 25 de novembro e 02 de dezembro, com vagas limitadas. Ao todo, serão **30 oficinas** e, para cada curso, vão ser disponibilizadas à comunidade um total de 30 vagas. As aulas, que serão realizadas ao ar livre, visam **construir e fortalecer laços de sociabilidade, interação e produção do conhecimento**. Os interessados em participar dos cursos deverão entrar em contato com a **Ação Comunitária do SESC**, através do número 3452-9082. A instituição disponibilizará aos participantes das oficinas um ônibus que sairá do SESC Fortaleza – localizado na Rua Clarindo de Queiroz, 1740 – com destino à Colônia Ecológica do SESC Iparana. Como complemento da programação, durante os dias 26/11 e 10/12 serão realizados os **Cortejos Ecológicos**, no intuito de oferecer momentos de interação entre os participantes da comunidade do Parque Leblon e a natureza, através de batuques e musicalidades às margens do Rio Ceará.

#### **Serviço:**

#### **Programação Sócio-Ambiental da Colônia Ecológica SESC Iparana**

Local: Colônia Ecológica SESC Iparana Datas: 25/11 e 02/12

Horário das oficinas: 09h às 12h Vagas limitadas

::: Gratuito :::

#### **Programação**

##### **25 de novembro de 2011**

**1. Trançado de palha da carnaúba enquanto processo cultural na produção de chapéus.** Os povos do litoral historicamente utilizam os materiais orgânicos para a lida cotidiana no trabalho do artesanato. O trançado de chapéus com palhas de carnaúba são utilizados para aliviar os males que afetam a pele do rosto dos pescadores (as) e marisqueiras (os) ou como acessório estético em homens e mulheres.

Ministrantes: Maria da Glória (Artesã e colaboradora do Proj. SESC Horto Medicinal);

**2. Mesinhas de lambedores:** Porções de folhas de ervas terapêuticas para utilidade

caseira. Utilizados como alternativa de saúde, os lambedores têm papel importante no cotidiano das comunidades tradicionais que buscam nas plantas um meio popular de cuidados com a saúde. Ministrante: Francileuda Pereira (raizeira do Projeto SESC Horto Medicinal)

### **3. Multimistura**

Oficina ministrada pela Pastoral da Criança e do Idoso da região das praias de Caucaia e os participantes do Projeto SESC Horto Medicinal, consistindo em um momento de integração e produção coletiva do complexo alimentar a base de sementes e grãos. Sendo utilizada no combate à desnutrição de crianças e idosos. Ministrante: Pastoral da Criança e do Idoso da Região das Praias Caucaia e Projeto SESC Horto Medicinal.

### **4. Renda de bilros**

Articulação entre os movimentos precisos e a delicadeza do fio de algodão, tramando renda tradicional feita à mão. Ministrante: Maria Iranilde Vasconcelos (artesã em renda de bilros, Guajiru- Caucaia)

### **5. Trançado de palha em garrafas**

A arte de transformar garrafas de vidro através de trançados em palha em símbolos estéticos, decorativos e utilitários para vários ambientes e produtos para casas e comércios. Ministrante: Rita Aparecida (artesã e participante do Projeto SESC Horto Medicinal).

### **6. Comidas típicas com frutos do mar**

Conhecer os sabores da culinária dos povos do mar e as possibilidades de temperos, gostos e cores na cozinha tradicional de barraqueiros das praias de Iparana. Ministrante: Maria Ivonete (Associação dos Barraqueiros Parque Leblon)

### **7. Arte da pesca e sua instrumentação**

Experiências do ofício da pesca, seus instrumentos e funcionalidades. As experiências e o processo de aprendizagem dos pescadores. Ministrante: Luis Barros (raizeiro, pescador artesanal e participante do Projeto SESC Horto Medicinal)

### **8. Colares indígenas**

Confecção de brincos, pulseiras e colares com materiais de natureza orgânica (sementes e fibras naturais). Difusão do artesanato tradicional indígena, por meio da confecção de adereços utilizando elementos da natureza. Ministrante: Marcelo Rodrigues (Liderança Tapeba – Aldeia da Ponte).

### **9. Cosméticos a base de ervas medicinais**

Difusão de saberes da cultura popular, trabalhando a saúde e sua interação com as ervas e

plantas. Ministrante: Ir. Maria do Carmo (participante do Projeto SESC Horto Medicinal Nsa. Sra. Medianeira).

#### **10. Confeção de urus**

As mãos que pescam e produzem as tramas dos entrançados de palhas através das técnicas de cestaria dos povos do mar. Ministrante: Francisca Barros (marisqueira, artesã e participante do Projeto SESC Horto Medicinal)

#### **11. Capoeira e cidadania**

A capoeiragem enquanto instrumento de formação de práticas cidadãs nas culturas brasileiras. Ministrante: Contramestre Pequeno – Associação Ferreiros da Capoeira

#### **12. Percussão o batuque na musicalidade**

A questão da dialogicidade entre diferentes culturas na formação das diversas identidades brasileiras. Ministrante: Daniel Henrique Cordeiro – Brigada da Natureza

#### **13. Afrodescendencia**

As culturas africanas e os caminhos percorridos para sua territorialização nas comunidades locais. Conhecendo uma realidade cearense de organização comunitária. Ministrante: Maria dos Anjos Costa (Associação dos Remanescentes do Quilombo dos Caetanos Capuan- Caucaia)

#### **14. Vivencia na Barra do Ceará**

Um percurso pela história da cidade de Fortaleza - a Barra do Rio Ceará, o marco zero do município, a gestão das águas, a aldeia dos Tapeba, alternativas de turismo comunitário e histórico. Ministrante: Francisco Alberto (Associação dos Barqueiros da Barra do Ceara) Juací Araujo de Oliveira (Biólogo Aquasis)

#### **15. Sabão ecológico**

O reaproveitamento dos óleos de cozinha - um saber que recicla a vida e ajuda a limpar o planeta. Ministrante: Juliana Umezaki ( Bióloga)

### **02 de dezembro de 2011**

#### **1. O Bordado enquanto aprendizagem significativa**

Representar figuras e símbolos com linha e agulha em tecido, atividade que subjetivamente faz parte das identidades individuais e coletivas presentes nas culturas populares; Ministrante: Iracema Oliveira (artesã e participante do Projeto SESC Horto Medicinal e Pastoral da Criança e do Idoso Região Praias)



## **2. O Crochê: primeiros pontos**

A alternativa estética e criativa na cultura da confecção de vestimentas e de acessórios por meio de técnicas de crochê. Ministrante: Creuza Nascimento (artesã, raizeira e participante do Projeto SESC Horto Medicinal)

## **3. A cultura do Fuxico e o diálogo coletivo**

Os primeiros passos nos trabalhos artesanais, reaproveitando tecidos na construção de peças de arte em vestimentas e acessórios do lar a partir do fuxico Ministrante: Tereza Neuma (artesã e participante do Projeto SESC Horto Medicinal)

## **4. Cosméticos a base de ervas medicinais**

Difusão de saberes da cultura popular trabalhando a saúde comunitária e suas interações com as ervas e plantas. Ministrante: Ir. Maria do Carmo (participante do Projeto SESC Horto Medicinal Nsa. Sra. Medianeira)

## **5. Redes com sacos de quilo: confecção de redes de descanso utilizando embalagens plásticas de 1kg.**

A rede de descanso enquanto identidade cultural produzida a partir de uma questão envolvida com responsabilidade ecológica tendo como mote a reciclagem. Ministrante: Antônio Aline Costa da Silva (Artesã – Comunidade Guaié -Tapuios).

## **6. Comidas típicas com frutos do mar**

As vivências nas praias através da culinária - sabores originais e singulares que criam e difundem identidades presentes nos paladares comunitários e ancestrais. Ministrante: Ivonete Silva da Costa (Associação dos Barraqueiros do Parque Leblon)

## **7. Confecção de artesanato indígena**

As práticas dos povos indígenas nos remetem aos saberes ligados aos elementos da natureza, difundidos através da transformação desses em artes das mais diversas, tanto em artesanatos utilitários quanto estéticos. Ministrante: Marcelo Rodrigues (Liderança Tapeba – Aldeia da Ponte).

## **8. História da jangada**

Mais que uma ferramenta de trabalho, uma manifestação que entrelaça e reúne povos em diferentes espaços na luta pela sobrevivência e resistência cultural dos povos litorâneos. Ministrante: Francisco José Ribeiro (Presidente do Instituto Histórico e Cultural da Polícia Militar).

## **9. Vivência na Barra do Ceará**

Um percurso pela história da cidade de Fortaleza - a Barra do Rio Ceará, o marco zero do município, a gestão das águas, a aldeia dos Tapeba, alternativas de turismo comunitário e histórico. Ministrante: Francisco Alberto (Associação dos Barqueiros da Barra do Ceara)

## **10. Capoeira e cidadania**

A capoeiragem enquanto instrumento de formação de práticas cidadãs nas culturas brasileiras. Ministrante: Prof. Apache ( Romualdo Santiago) – Associação Terreiro da Capoeira

## **11. Percussão: o batuque na musicalidade**

Uma dialogicidade entre diferentes vivências populares e na formação das musicalidades presentes nas diversas culturas brasileiras. Ministrante: Daniel Henrique Cordeiro – Brigada da Natureza

## **12. Construção de redes de galão e tarrafa: Tecendo a história das tradições em ferramentas de pesca**

Tradicionalmente os pescadores são conhecidos por sua bravura e por sua criatividade em desenvolver suas matérias primas e ferramentas de trabalho, esse momento propiciará um mergulho na história desses povos e suas tradições e técnicas de trançados. Ministrante: Amauri Ferreira (Pescador e Artesão de Iparana)

## **13. Azeite de coco e a extração do azeite virgem: Extratos naturais de utilidades nutricionais, medicinais e cosméticas**

Desenvolvido num processo dialógico das práticas familiares das comunidades praieiras no entorno de Iparana, esse trabalho é resultado das interações acontecidas nas reuniões e oficinas do Proj. SESC Horto Medicinal, considerando saberes ancestrais no fabrico e utilização do fruto dos coqueiros. Ministrante: João Pereira (agricultor e participante do Projeto SESC Horto Medicinal).

## **14. Renda de bilro**

Articulação entre os movimentos precisos e a delicadeza do fio de algodão, repassando memórias, tramando renda feita à mão. Ministrante: Maria Iranilde Vasconcelos (artesã em renda de bilros, Guajiru- Caucaia)

## **15. Trançado de palha da carnaúba enquanto processo cultural na produção de chapéus.** Os povos do litoral historicamente utilizam os materiais orgânicos para a lida

cotidiana no trabalho do artesanato. O trançado de chapéus com palhas de carnaúba e sua utilização para aliviar os males que afetam a pele do rosto dos pescadores (as) e marisqueiras (os) ou como acessório estético em homens e mulheres. Ministrantes: Maria da Glória (Artesã e colaboradora do Proj. SESC Horto Medicinal);

### **Cortejos Ecológicos**

Momentos de interação, formação e difusão de práticas socioambientais, tendo como espaço as margens do Rio Ceará e as relações sócio-culturais, que se dão entre as pessoas e a natureza. Saberes reunidos e representados através dos batuques, musicalidades com a participação dos grupos: Brigada da Natureza e Bumba Peixe Boi (Aquasis) e do Maracatu SESC Nação Axé de Oxossi. Cortejo com a comunidade do Parque Leblon, dias 26/11/11 e 10/12/11 às 08h. Local de encontro: Escola de Ensino Fundamental Pedro Laurindo na comunidade do Parque Leblon-Caucaia-CE.

Acessado em: [http://www.ipdc-ce.com.br/content/aplicacao/sesc-ce/2007-noticias/gerados/2011\\_11\\_08\\_iparana\\_socioambient.asp](http://www.ipdc-ce.com.br/content/aplicacao/sesc-ce/2007-noticias/gerados/2011_11_08_iparana_socioambient.asp)  
Dia de 19 de maio de 2014.

ANEXO M – Marisqueiras – Como Ofício

FORTIM

### **Marisqueiras reivindicam seus direitos**

05.07.2003



André Lima

**A crise no setor pesqueiro fez com que surgisse no litoral cearense uma nova profissão. Trata-se das marisqueiras, trabalho realizado pelas esposas de pescadores há muitos anos e que somente agora foi reconhecido como atividade profissional** A atividade de marisqueira nos últimos cinco anos tem se constituído na principal ocupação das mulheres nas comunidades pesqueiras do Estado. Com o que

ganham, além de ajudar na renda familiar, pagam a Colônia de Pescadores e, no entanto, não têm garantido nenhum direito trabalhista, entre eles, o salário-desemprego e licença-maternidade, direito de todas as trabalhadoras brasileiras.

No município **de Fortim**, a comunidade de Jardins, localizada às margens do encontro entre o Rio Jaguaribe e o mar, sobrevive da retirada de marisco do mangue. Pelo menos 150 mulheres estão envolvidas diretamente com o trabalho. O que ganham, segundo elas, ainda é pouco, mas ajuda na renda familiar.

As marisqueiras não entendem porque não são devidamente reconhecidas pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). “Pagamos a Colônia de Pescadores para termos nossos direitos reconhecidos e, até agora, só enfrentamos discriminações”, ressalta Osmira Carneiro de Albuquerque.

Ela conta que procurou a agência do INSS para dar entrada na licença-maternidade quando estava no último mês de gestação. Seu filho já está com nove meses e ela não recebeu nem mesmo a primeira parcela. “Na agência do INSS eles não acreditam que a gente seja marisqueira. Querem que a gente prove. Nem mesmo a carta da Colônia, nos reconhecendo como profissionais, é aceita. Acho que era preciso eu ir toda suja de lama para provar a minha profissão”, diz Osmira.

Conseguir aposentadoria, também é um sacrifício. Francisca Xavier das Chagas, 59 anos, conta que teve trombose e nem mesmo o atestado médico lhe garantiu licença-médica. “Há dois meses dei entrada na licença e no pedido de aposentadoria. Fiquei sabendo que foi rejeitado porque eu não tenho como provar que sou marisqueira, nem mesmo os direitos que pago estão tendo validade”, conta.

Maria Nunes de Aquino, presidente da Colônia Z- 21, de Fortim, explica que o maior problema enfrentado pelas marisqueiras do Município é com a burocracia exigida pelo INSS. O Instituto exige do trabalhador uma carência de 10 anos para ter direito à aposentadoria e de um ano para receber a licença-maternidade. Conforme Maria de Aquino, é impossível as marisqueiras de Fortim atenderem às exigências porque a categoria começou a se organizar em 1997.

Ela explica que as marisqueiras, embora tenham sido registradas há pouco tempo, a maioria está na atividade desde criança. Muitas delas mantêm a família com o que ganham na cata do marisco. “Além do mais, a profissão é antiga aqui na região de Fortim. Não há porque o INSS estipular carência”, diz Maria de Aquino.

Um outro problema sério é o salário-desemprego. Nenhuma marisqueira teve direito a ele até hoje. A atividade, assim como a pesca da lagosta, tem seus meses de paradeiro. Isso acontece no período chuvoso. “Nos quatro meses de chuva a gente não trabalha porque os mariscos se tornam impróprios para o consumo. É que com as chuvas o braço do rio fica com água doce, o que torna os mariscos doentios”, explica Maria de Aquino. Segundo ela, neste período as mulheres paralisam as atividades e ficam sem trabalho.

Acessado em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/marisqueiras-reivindicam-seus-direitos-1.370455>

Dia 19 de maio de 2014.

## ANEXO N – SESC Ação em Iparana – 2012

### Sesc e Senac nos Bairros Ação Comunitária em Iparana

O Programa Sesc e Senac nos Bairros tem um ano e meio de existência. Desde o início deste ano já foram realizados um total de 14 mil atendimentos. Em 2005 dez ações aconteceram em várias regiões da cidade de Fortaleza, somando mais de 46 mil atendimentos.

#### **[06 de julho]**

##### *Juliana Lacerda (estagiária) Da Redação*

Acontece em Iparana (Caucaia) no próximo sábado, dia 08, a 5ª Ação Comunitária do ano. Iniciativa do Programa Sesc e Senac nos Bairros, a Ação se realiza das 9h às 13h na escola Erbe Teixeira Firmeza, oferecendo à população local 17 serviços nas áreas de Cidadania, Saúde, Cultura e Lazer.

Segundo Leda Azevedo, coordenadora do Programa, a expectativa é de que sejam realizados por volta de 2 a 3 mil atendimentos ao longo do dia. “Esperamos atender um público menor do que as outras ações devido Iparana ser um bairro onde as pessoas são mais acomodadas. Essa é uma característica própria da comunidade, e por isso estamos levando para lá menos serviços do que costumamos levar nas outras ações”, justifica a coordenadora.

Cem pessoas, entre elas profissionais e voluntários, serão mobilizadas para a realização da Ação Comunitária. Expedição de documentos, atividades recreativas, avaliação física e orientação nutricional são alguns dos serviços que serão ofertados à população em Iparana. “A ação é uma realização importante pois ela leva serviços necessários às pessoas. São serviços que a própria comunidade citou e solicitou na região de planejamento da ação. Então o Sesc e Senac nos Bairros é um facilitador ao acesso desses serviços relevantes”, explicou Leda sobre a importância do evento.

O Programa Sesc e Senac nos Bairros tem um ano e meio de existência. Desde o início deste ano já foram realizados um total de 14 mil atendimentos. Em 2005 dez ações aconteceram em várias regiões da cidade de Fortaleza, somando mais de 46 mil atendimentos.

#### **Serviços que serão oferecidos:**

Cidadania: Expedição da 1ª e 2ª via da carteira de identidade e da carteira de trabalho, da 2ª

via da certidão de nascimento, corte de cabelo.

Saúde: Aferição da pressão arterial, orientação sobre DST-Aids e Tabagismo, avaliação física, orientação nutricional, orientação sobre hanseníase, vacinação e teste de glicemia.

Cultura e Lazer: apresentações artísticas e atividades recreativas.

Parceiros: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Conselho Tutelar Sede- Caucaia, Secretaria de Esporte e Juventude, INSS, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social- 2ª Cia / 6BPM, Instituto de Identificação, MORHAN- Movimento de Reintegração das pessoas atingidas pela Hanseníase, Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, Posto de Saúde de Iparana, Escola Estadual de Ensino Fundamental Erbe Teixeira Firmeza.

Apoio: Associação dos Pescadores Artesanais Marisqueiras (os) e Moradores da Comunidade de Iparana Ribeirinha e Adjacências no Litoral Oeste Caucaia.

Serviço: Sesc e Senac nos Bairros- Iparana (Caucaia). Na escola Erbe Teixeira Firmeza- Av. Ulisses Guimarães, s/n. Informações: 3452.9082

Disponível em: <[http://www.amigosdoprato.org.br/content/aplicacao/fecomercio-ce/2006-07-julho/gerados/06\\_acao\\_iparana.asp](http://www.amigosdoprato.org.br/content/aplicacao/fecomercio-ce/2006-07-julho/gerados/06_acao_iparana.asp)>. Acesso em: 19 maio 2014.

## O POVOonline

- [Jornal de Hoje Assine já](#)
- [Fortaleza](#)
- [Esportes](#)
- [Economia](#)
- [Divirta-se](#)
- [Política](#)
- [+Notícias](#)
- [Classificados](#)

### Jornal de HojeEconomia

## O POVOonline

proxima

Investimento 12/01/2013

### **R\$ 50 milhões este ano para a pesca no Ceará**

Secretaria estadual da Pesca deverá ter um montante de R\$ 50 milhões este ano para projetos em parceria com o Ministério da Pesca. A expectativa é dobrar a produção de pescados até 2014

notícia0comentários

DEIVYSON TEIXEIRA



O Governo Federal lançou o **Plano Safra da Pesca e Aquicultura** com recursos totais de R\$ 4,1 bilhões destinados a produtores de pesca de todo o País, sendo



**Com a missão de dobrar a produção de pescado até 2014, o Ceará deverá receber pelo menos R\$ 50 milhões este ano. Segundo o secretário estadual da pesca, Ricardo Campos, já foram aprovados R\$ 10 milhões deste montante em convênio com o Ministério da Pesca ainda no final do ano passado e já há projetos para os outros R\$ 40 milhões que podem ser liberados ainda este ano.**

“Estamos com o pedido. Já aprovamos em torno de R\$ 10 milhões no final do ano passado e vamos dar continuidade para aprovar mais R\$ 40 milhões”, confirmou. De acordo com Campos, as metas são arrojadas para tentar angariar uma fatia maior de recursos para o Estado. O Governo Federal lançou o Plano Safra da Pesca e Aquicultura com recursos totais de R\$ 4,1 bilhões destinados a produtores de todo o País. “Por mim, pegamos logo 20%, 30% deste valor”.

Campos compareceu ontem à posse do Superintendente Federal da Pesca e Aquicultura no Estado do Ceará, Emanuel Robson de Oliveira Simões. O evento aconteceu na Assembleia Legislativa do Estado.

O Plano Safra destina linhas de crédito diretamente aos produtores. Os recursos serão liberados via projetos, de acordo com a demanda. “Quem apresentar mais projetos, quem estiver mais disposto e preparado vai receber o benefício”, destacou Simões. Ele explicou que a função da Superintendência será auxiliar os produtores na capacitação. As linhas serão operadas por três instituições financeiras no Ceará: Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banco do Nordeste BNB.

### **Dobrar a produção**

Embora já lidere a **produção de tilápia, camarão e lagosta no País**, o Ceará terá como **meta** dobrar a quantidade de pescados produzida até 2014. Atualmente, são **92,2 mil toneladas anuais**, de acordo com dados do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA). O Estado se posiciona em quarta colocação do Brasil. A produção nacional é de 300 mil toneladas/ano.

A meta de dobrar a produção será em todo o País, segundo o Secretário nacional da Pesca, Flávio Bezerra. “A meta é dobrar a produção até o final de 2014. Cada estado na sua proporção”, destacou.

Segundo Simões, **a missão inicial da Superintendência será acompanhar pescadores, piscicultores, armadores, marisqueiras e associações para que possam se capacitar e**

**adquirir uma linha de crédito junto às instituições financeiras: Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Caixa Econômica.** “O plano safra da pesca é nosso carro chefe”, disse.

### **Burocracia**

Para que a produção de pescado cresça, será necessário reduzir a burocracia, segundo o secretário estadual da pesca, Ricardo Campos. “O grande problema da alavancagem da piscicultura e da aquicultura de um modo geral no Brasil é porque o produtor tenta financiamento nas instituições de crédito e só pode conseguir com licença ambiental e é algo que demora muito a sair”, reclamou.

De acordo com Campos, o entrave não é decorrente dos órgãos estaduais, mas sim das instâncias federais. Ele explicou que nos açudes estaduais o processo de licenciamento de outorga e licenças não demora mais que três ou quatro meses.

No entanto, nos açudes federais, que são maioria no Ceará, a outorga é feita pela Agência Nacional de Águas, em Brasília. “Nós temos casos de produtor que pede outorga há oito anos para cá e não vê resultado”, disse. Ele citou os açudes Castanhão, General Sampaio, Araras, Orós entre os federais.

### **Serviço**

#### **Como contratar o Plano Safra da Pesca e Aquicultura**

O quê: Programa do Governo Federal para estimular o desenvolvimento do setor por meio de linhas de crédito.

Site: <http://www.mpa.gov.br/safra/> Acessado em:

<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2013/01/12/noticiasjornaleconomia,2986888/r-50-milhoes-este-ano-para-a-pesca-no-ceara.shtml>

Dia 19 de maio de 2014



### **(PARTE REPETITIVA – VER ONDE ENCAIXAR)**

No Brasil, o SESC é uma das instituições pioneiras na promoção deste tipo de turismo de natureza social. Este por sua vez não pode ser bem compreendido, senão situarmos o significado histórico de criação do SESC, inspirada naquilo que foi definido em sua *Carta da Paz Social*, considerado o documento criador desta instituição, escrito no Rio de Janeiro, como vemos abaixo:

A Carta da Paz Social foi elaborada pelos representantes das classes produtoras do país, reunidos na histórica Conferência de Teresópolis, de 1 a 6 de maio de 1945, e é um marco significativo a assinalar uma tomada de posição dos empregadores brasileiros em favor da Justiça Social.

Organizada pela Associação Comercial do Rio de Janeiro e sob os auspícios das entidades associativas de agricultura, comércio e indústria, a Conferência debateu dez temas: 1) O Estado e a ordem econômica; 2) Elevação de nível de vida da população; 3) Política de produção agrícola; 4) Política de produção industrial e mineral; 5) Política de investimentos; 6) Energia e transportes; 7) Política comercial; 8) Política monetária, bancária e fiscal; 9) Política social e trabalhista; 10) Política imigratória.

A presidência da Conferência esteve a cargo de João Daudt d'Oliveira, primeiro presidente do Conselho Nacional do Sesc, e a Mesa Diretora estava integrada por Euvaldo Lodi, Iris Meimberg, Brasília Machado Neto e Roberto C. Simonsen. O Secretário-Geral foi Luís Dodsworth Martins.

([http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o\\_sesc/A+Carta+da+Paz+Social/](http://www.sesc.com.br/portal/sesc/o_sesc/A+Carta+da+Paz+Social/))

Quando analisamos o teor da referida Carta, entendemos perfeitamente o quanto a sua formulação estava imbuída da atmosfera característica daquele período subsequente à Segunda Guerra Mundial, para a reconstrução econômica do ocidente, que envolve a definição de uma política econômica e social para os trabalhadores, no meio de empresários do comércio, da indústria e da agricultura, em clima pacífico e acorde quanto à necessidade de um relacionamento humanizado e solidário entre patrões e empregados. Por sua importância histórica e analítica, vale a pena citar o referido documento na íntegra, que traz um amplo programa de desenvolvimento econômico, político e social, dentro do qual o turismo social significa uma ação dentre outras, que se articulam com a intenção de fundar uma ordem social brasileira pautada pela paz social, direitos trabalhistas e sociais,

melhor distribuição de renda e progresso econômico.

## **Carta da Paz Social**

Os empregadores e empregados que se dedicam, no Brasil, aos vários ramos de atividade econômica reconhecem que uma sólida paz social, fundada na ordem econômica, há de resultar precipuamente de uma obra educativa, por meio da qual se consiga fraternizar os homens, fortalecendo neles os sentimentos de solidariedade e confiança.

Para apressar tal resultado, e como medida preliminar, reconhecem a necessidade de assegurar dentro do país um largo período de cooperação para que se possa processar o desenvolvimento de suas forças produtivas e a elevação do padrão de vida do brasileiro; para isso é indispensável promover o aumento da renda nacional e sua melhor e mais vasta distribuição, com o melhor aproveitamento dos recursos do país, o qual poderá ser obtido pondo em execução um planejamento econômico amplo e objetivo, nos termos da Carta de Teresópolis.

Com esse propósito, e na convicção de que nada será conseguido sem o mais estreito entendimento entre empregadores e empregados, o qual permita a aqueles o exercício livre e estável de suas atividades e a estes uma existência digna e a crescente participação na riqueza produtiva, solenemente assumem o compromisso de propugnar a consecução desses objetivos, mediante o recíproco reconhecimento de direitos e deveres, dentro de um verdadeiro regime de Justiça Social, na forma abaixo delineada.

- 1) A manutenção da democracia política e econômica e o aperfeiçoamento de suas instituições são considerados essenciais aos objetivos da felicidade social e à dignidade humana. A ordem econômica deverá fundar-se no princípio da liberdade e no primado da iniciativa privada, com as limitações impostas pelo interesse nacional;
- 2) O capital não deve ser considerado apenas instrumento produtor de lucro, mas, principalmente, meio de expansão econômica e bem-estar coletivo. O trabalho é um direito de cada um a participar na vida social e um dever de para ela contribuir com o melhor de suas aptidões, assegurando aos trabalhadores um salário que lhes garanta uma existência digna, sã e eficiente;
- 3) Não só por motivo de solidariedade social, mas de conveniência econômica, deve ser o mais rapidamente possível aumentado o poder aquisitivo da população, principalmente rural, visando a incrementar a prosperidade do país e fortalecer o mercado consumidor interno;
- 4) Com o objetivo de atender às necessidades sociais urgentes e de propiciar aos trabalhadores do campo e da cidade maior soma de bem-estar e igualdade de

oportunidades, propõem-se os empregadores a criar um Fundo Social a ser aplicado em obras e serviços que beneficiem os empregados de todas as categorias, e em assistência social em geral, repartindo com os institutos existentes as atribuições assistenciais e de melhoramento físico e cultural da população. O objetivo do Fundo Social é promover a execução de medidas que, não só melhorem continuamente o nível de vida dos empregados, mas lhe facilitem os meios para seu aperfeiçoamento cultural e profissional;

5) O Fundo Social será constituído por uma contribuição de cada empresa — agrícola, industrial e comercial, ou de outra natureza —, retirada dos lucros líquidos de seu balanço, levantado nas condições prescritas pela legislação do imposto sobre a renda. A forma de arrecadação e as percentagens anuais dessa contribuição serão fixadas de modo a atender às necessidades do plano assistencial;

6) A administração do Fundo Social será organizada da maneira mais apropriada e eficiente, de acordo com a experiência dentro das empresas, com o agrupamento destas ou por meio de comissões mistas locais, compostas de representantes de empregadores e empregados, sendo preferível, sempre que possível, destinar aos trabalhadores e empregados os benefícios correspondentes à cota dos lucros das empresas a que pertencem. A forma dessa administração será decidida após consultas aos empregadores e empregados, de maneira a melhor atender aos anseios gerais;

7) Os empregadores procurarão ainda, com o máximo interesse e boa vontade:

a) promover, pela racionalização do trabalho e melhoria do equipamento, o aumento da produtividade das empresas, visando a diminuição dos custos de produção, como meio de conseguir a redução dos preços de venda, tendendo assim a facilitar as condições gerais de vida;

b) promover as providências educativas e assistenciais necessárias a evitar que as técnicas racionalizadas na produção afetem a personalidade do trabalhador, destruindo ou enfraquecendo seus valores humanos, cuja expansão e perfectibilidade deverá ser assegurada em todos os sentidos compatíveis com o bem comum;

c) instituir prêmios às iniciativas de empregados destinadas ao aprimoramento da técnica da produção e à maior extensão do bem-estar do trabalhador, e bem assim pela eficiência de sua habilidade ou seu esforço;

d) cooperar no desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino profissional, patrocinando o aproveitamento das vocações profissionais e artísticas dos empregados e operários que as revelarem.

8) Aos empregados, como contribuição efetiva à obra de conagração e cooperação que

se tem em vista, caberá, individual e coletivamente, empregar todo o seu esforço no melhoramento da produção e cooperar, por todos os meios ao seu alcance, no plano de expansão econômica do país. Para isso, procurarão mais especialmente:

- a) contribuir, com ação adequada, no sentido de ser reduzida ao mínimo possível a instabilidade no emprego e a falta de assiduidade no trabalho;
  - b) evitar desentendimentos prejudiciais à cordialidade que deve existir entre patrões e empregados ou trabalhadores entre si;
  - c) zelar pela conservação das instalações das empresas e dos instrumentos de trabalho;
  - d) cooperar para que reine a necessária disciplina na execução do trabalho;
  - e) procurar aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, frequentando os cursos do SENAI e do SENAC ou outros que vierem a ser organizados nas empresas;
  - f) procurar incentivar a produtividade individual, fator preponderante para aumento da riqueza nacional.
- 9) Empregadores e empregados cooperarão para que os dissídios sejam resolvidos primeiramente nas comissões mistas sindicais da localidade e, em geral, quaisquer direitos sejam reivindicados por meios pacíficos, condenando-se formalmente todo o recurso à violência;
- 10) Completando o conjunto de medidas constantes desta Carta, empregadores e empregados farão sentir ao Estado a necessidade das seguintes providências:
- a) combate à inflação, reduzindo-se seus efeitos e eliminando-se suas causas;
  - b) extinção das organizações públicas que embarcem a produção e o comércio e, conseqüentemente, concorram para elevar o custo de vida, combatendo-se também as manobras que produzam a elevação dos preços dos bens essenciais;
  - c) redução ao mínimo possível dos impostos sobre os artigos alimentícios, para aumento de produção desses artigos e melhoria da alimentação do povo;
  - d) abolição ou redução substancial dos impostos, taxas e emolumentos que incidem a qualquer título sobre a locação e a aquisição da casa do trabalhador urbano e da pequena propriedade rural, ampliando-se, ainda, os dispositivos legais de proteção à habitação popular;
  - e) modificação do atual sistema administrativo dos institutos de Previdência Social, de modo a assegurar a participação efetiva dos seus contribuintes e o real preenchimento de suas finalidades;
  - f) medidas que assegurem aos sindicatos ampla autonomia, quer quanto à escolha e destituição de seus dirigentes, quer quanto à administração dos fundos sociais, sem prejuízo do Estado;
  - g) concretização, de maneira pronta e efetiva, de direitos e garantias que lhes confere a

atual legislação do trabalho.

11) Organizar-se-á uma Comissão Executiva Central de empregadores e empregados, que se incumbirá de realizar o programa aqui estabelecido, em face da situação atual, promovendo os meios mais adequados, práticos e eficientes para dar-lhe cabal execução.

Podemos dizer que a *Carta da Paz Social* (1946), ao lado do *Discurso na instalação do Conselho Nacional do SESC*, assinado por João Daudt d'Oliveira, em 1947, são os documentos que contêm as bases de ação do SESC até os dias atuais, já que os dois documentos são sempre referidos pelos demais que atualizam as suas diretrizes, em relação ao complexo Educação, Saúde, Cultura e Lazer, que são os principais campos de atuação da instituição em pauta, em relação ao trabalhador do comércio de bens, serviços e turismo, tripé sob o qual esta ação se realiza na atualidade.

Com relação específica ao conceito de lazer implícito nessa ação do SESC, achamos importante descrevê-la neste tópico para evidenciar a sua relação com o turismo social, articulada à concepção de uma política patronal de beneficiamento do trabalhador, nos moldes daquilo já apontado anteriormente para a segunda metade do século XX, no mundo ocidental de que o Brasil faz parte, em função do período Pós-Segunda Guerra mundial. Senão vejamos, o que diz o documento abaixo, atualizado nas suas Diretrizes Gerais de Ação do SESC – 1973:

O SESC identifica o lazer como um dos contextos importantes para desenvolver sua ação programática. Além de possibilitar o atendimento de grandes contingentes de sua clientela, a Entidade reconhece a importância do lazer para liberar o indivíduo da fadiga resultante de suas obrigações, suportar os efeitos da disciplina e das imposições obrigatórias, buscando ainda o desenvolvimento de sua personalidade, na medida em que o libera dos condicionamentos que o automatizam.

O documento prossegue, chamando atenção para a necessidade de evitar que o lazer seja entendido como uma atividade que substitua em valor social o próprio trabalho, ou seja, que seja tomada como atividade mais importante e atraente do que a primeira, já que o lazer surge mais como consequência e complemento do que como atividade primordial. Vale a pena conferir mais um trecho do referido documento:

Se as razões que levaram o SESC a se tornar a mais importante agência de lazer do País ainda justificam essa atuação, é essencial, no entanto, levar-se em conta o significado de que se reveste hoje o lazer, sob pena de que os resultados de sua ação neste campo venham a repetir justamente as condições para as quais se propõe a ser um antídoto.

Observa-se uma tendência à substituição do valor do trabalho pelo valor do lazer, situação decorrente da constatação de que o trabalho, para a quase totalidade dos indivíduos, pouco oferece em termos de perspectivas de realização pessoal.

É interessante ressaltar que o documento alerta para o risco do lazer se tornar um objeto de puro consumo, com valor em si mesmo e compensação maior do que o próprio trabalho como atividade produtiva fundante da ideia de lazer, conforme lemos na sequência abaixo, em articulação com o conceito de “industrialização do lazer”, em substituição a uma ideia mais prestigiosa que envolve o

intuito de promoção social do trabalhador. Vejamos o que diz o documento sobre o assunto.

Em contrapartida, a industrialização do lazer, ao transformá-lo em objeto de consumo, sobrepõe à sua função primordial uma outra, qual seja, a da promoção social pela simbolização de prestígio e “status”. Neste sentido, o lazer visto como objeto de consumo torna-se um fim em si mesmo, prevalecendo o mais ter sobre o mais ser, caracterizando-se assim como um antilazer, atividade empreendida compulsivamente com um mínimo de autonomia pessoal, que impede a auto-realização e autenticidade individual.

É nesse ponto da questão posta pelo documento do SESC que surge a necessidade dessa instituição de interpor ao trabalho e ao lazer a dimensão educativa de sua ação. O citado documento salienta que se trata de uma diretriz básica da instituição a dimensão educativa justamente para evitar que o lazer recaia numa prática consumista e mecânica, de pura evasão da realidade cotidiana do trabalho e de sua realização como profissional vinculado a um dado setor da economia. Dessa perspectiva, surge a noção de “experiências gratificantes” e culturalmente significativas que ultrapassam a ideia de compensação pelo desgaste no trabalho e alcançam a noção lúdica e socialmente integradora.

Ao procurar responder, portanto, às necessidades de sua clientela, no que diz respeito à ocupação do tempo livre, o SESC deverá ter como objetivo proporcionar experiências gratificantes que se acrescentem à vida e não mais um objeto de consumo descartável e externo aos indivíduos, que se esgota no seu uso imediato. Significa proporcionar aos mesmos experiências de reflexão, fantasias, entretenimento, recreação e desenvolvimento físico. Dessa forma, a Entidade deve cuidar para que as atividades desenvolvidas neste campo objetivem não só o atendimento das necessidades humanas de recuperação física e mental, mas também das necessidades de participação, solidariedade e integração sociocultural. Assim as manifestações e atividades de entretenimento e de caráter lúdico- recreativo apresentam-se como meios capazes de viabilizar esses objetivos

Essa noção de lazer incide sobre a preocupação do SESC para com a qualidade desta atividade, em forma e conteúdo, numa fase em que constata a elevação da demanda por lazer, para os indivíduos em geral, incentivada pela publicidade veiculada na mídia, que considera de caráter fortemente consumista, desconectado de um real aprendizado social e cultural, assentado em valores como a solidariedade e estabelecimento de relações mais profundas dos beneficiados com o direito ao lazer e sua existência social mais responsável e consciente.

O compromisso do SESC em atender a essas necessidades de lazer deve ser efetivado com a oferta de atividades e serviços de entretenimento que alcancem níveis bastante satisfatórios de qualidade, tanto nos aspectos formais de expressão, como no seu conteúdo. Significa dizer que tais atividades devem contribuir para elevar o nível de exigência da clientela, do que lhe é ofertado para a ocupação do seu tempo livre. Tal preocupação é fundamental na medida em que se tem registrado uma acentuada demanda por serviços e equipamentos desta natureza, por parte dos mais diversos segmentos da sociedade brasileira. Tal fenômeno informa uma crescente disponibilidade de tempo livre por parte dos indivíduos, bem como de um movimento natural destes para ocupá-lo, ainda que de modo espontâneo e consumista em função de forte influência da mídia e seus modismos em relação às ofertas da indústria do entretenimento.

Com base nessa análise crítica da tendência do lazer como atividade de consumo, as diretrizes gerais de ação do SESC fornecem indicações de como esta instituição pretende fazer para evitar que isso ocorra na sua oferta de programação de lazer aos comerciários. Começa por indicar a necessidade de um corpo técnico capaz de planejar ou mediar esta oferta, tanto do ponto de vista



programático em si, quanto dos efeitos qualitativos sobre o que chama de “crescimento pessoal” dos sujeitos beneficiados com tais atividades de lazer, chegando a almejar a “expansão de sua consciência individual e sua inserção na cidadania.”

Nesse sentido, cabe à Entidade proporcionar melhores condições para o aproveitamento do tempo livre da clientela, empregando recursos humanos habilitados a explorar, de modo eficiente, as várias possibilidades de crescimento pessoal, potencialmente presentes nas atividades desenvolvidas, resgatando dessa forma o sujeito, do papel de mero consumidor de serviços e atividades de entretenimento de caráter reificador e, assim, contribuindo para a expansão de sua consciência individual e sua inserção na cidadania.

O lazer como conceito básico dessa ação social e educativa do SESC, nos moldes em que foi definido o confronto entre valorização do trabalho e-ou do lazer, revela um ponto de tensão a ser aqui referido, com base na crítica sociológica mais contemporânea, caso do estudo de Norberto Santos, ao mostrar com base em inúmeros outros autores dedicados a essa problemática, que a sociedade do trabalho tem dado lugar historicamente à chamada sociedade do lazer:

Até há bem pouco tempo, o trabalho era entendido como único parâmetro não negligenciável e incontornável para dignificação do ser humano. Resultante de uma filosofia de vida suportada e difundida pela burguesia que promoveu a revolução industrial e se manteve, de modos diversos, à frente dos destinos socio-econômicos do mundo até ao terceiro quartel do século XX, o crescimento da classe média, a democratização do acesso à tecnologia, a revolução nas mobilidades e a valorização dos estilos de vida, vieram provocar mudanças significativas no pendor das influências na sócio-economia contemporânea. (Idem, 2008, p. 151).

No entanto, a referida concepção de lazer do SESC, como consequente da atividade do trabalho, indica como a noção de lazer foi pensada por seus criadores e formulações programáticas, ainda hoje tidas como válidas pela instituição.

Sendo o lazer um conceito básico para a construção da ideia de Turismo Social, é importante salientar que a encontramos como fundamento decisivo para a realização e sua definição de Turismo, no documento Diretrizes para o Quinquênio 2011-2015 (2010), do SESC, editado por seu Departamento Nacional, afirma que:

Considerando a perspectiva de incremento de turismo no Brasil, se justifica a intensificação de ações de turismo que permitam maior interação de povos, notadamente no que diz respeito ao conhecimento e entendimento de novas culturas. Ao qualificar o turismo oferecido a sua clientela como social a entidade procurou distinguir a quem oferece o serviço prioritariamente daqueles a quem as empresas de turismo têm como público-alvo preferencial.

Significa dizer, portanto, que a clientela preferencial da atividade turismo social deve ser constituída pelo segmento de menor renda de nossa clientela legal, portanto, aqueles que pela impossibilidade financeira de recorrer ao mercado devem ser o objeto da atenção.

As ações do SESC em turismo social devem primar pelo equilíbrio da relação homem-meio ambiente, respeitando os aspectos culturais e sociais inerentes ao turismo, vistos sob uma ótica educativa.

Dando prosseguimento à leitura deste documento, formulado dentro da estratégia quinquenal do SESC para o planejamento de suas atividades sociais, entrando no século XXI, encontramos indicações valiosas sobre as estratégias postas no mesmo para operar a intensificação das ações de turismo social do SESC, baseadas em conceitos e definições precisas sobre os seus objetivos

educativos e a distinção entre Turismo Social e Turismo Comercial, em que o seu público alvo é justamente o trabalhador de baixa renda excluído da clientela do segundo tipo, voltado para os de melhor renda.

O SESC, coerente com sua missão social, deve responder à aspiração da clientela de ampliar seus horizontes de nacionalidade, ou seja, conhecer um Brasil que ela não conhece, conhecer novas terras, novas gentes e viver experiências em um novo espaço geográfico-cultural, no qual se sinta livre dos condicionamentos do seu cotidiano laboral. Considerando a perspectiva de incremento do turismo no Brasil, se justifica a intensificação de ações de turismo que permitam maior interação de povos, notadamente no que diz respeito ao conhecimento e entendimento de novas culturas. (DIRETRIZES PARA O QUINQUÊNIO – 2011-2015).

O Turismo Social é compreendido pelo SESC como um conjunto de ações que incentivam a descoberta dos valores nacionais e regionais, com foco em roteiros que associem turismo e cultura, para uma determinada clientela.

Ao qualificar o turismo oferecido à sua clientela como social, a Entidade procurou distinguir a quem oferece o serviço prioritariamente daqueles que as empresas de turismo têm como público-alvo preferencial. Significa dizer, portanto, que a clientela preferencial da atividade Turismo Social deve ser constituída pelo segmento de menor renda de nossa clientela legal, portanto, aqueles que pela impossibilidade financeira de recorrerem ao mercado, devem ser o objeto da atenção. As ações do SESC em Turismo Social devem primar pelo equilíbrio da relação homem/meio ambiente, respeitando os aspectos culturais e sociais inerentes ao turismo, visto sob uma ótica educativa. (DIRETRIZES PARA O QUINQUÊNIO, 2011-2015).

Nessa perspectiva, a atividade turística apresenta grande possibilidade de desenvolvimento, enquanto espaço de ampliação da visão de mundo e de desenvolvimento de novas percepções acerca dessa atividade e da própria realidade social brasileira. Dentro desse contexto, acredita-se que a organização de ações do SESC aproxima o campo do turismo social do aprendizado de novas formas de atuação comunitária.

O turismo de natureza social pode favorecer interações e práticas de aproximação e do encontro, onde outros contextos vividos são suportes para o reconhecimento de diferentes formas de convívio, além da possibilidade da construção de roteiros de viagem, associados ao desenvolvimento sustentável de grupos e territórios culturais, étnicos, familiares e/ou comunitários. Nessa linha de ação, o SESC, no nordeste brasileiro, particularmente no Ceará, tem promovido eventos e viagens que facilitam o intercâmbio comunitário entre comunidades distintas da zona litorânea, caso do evento Povos do Mar, sobre o qual este estudo abordará mais a frente.

O turismo social, caracterizado pelo financiamento ou incentivo às férias por parte de órgãos públicos e empresas privadas, atende, principalmente, aos trabalhador, sendo este, como já foi comentado, o modelo desenvolvido pelo Serviço Social do Comércio (SESC), a entidade brasileira que, segundo avaliação interna da própria instituição em suas avaliações periódicas, apresenta indicadores positivos que parecem dizer dos acertos evidentes e bons resultados no desenvolvimento de projetos de turismo social no país (OLIVEIRA, 2005).